



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2234

Terça-feira - 18 de Abril de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	4	Forquilha .....	260	Novo Horizonte .....	698
Água Doce .....	7	Fraiburgo .....	265	Orleans .....	701
Alto Bela Vista .....	9	Garopaba .....	267	Otaclio Costa .....	702
Anchieta .....	11	Garuva .....	268	Ouro Verde .....	703
Anita Garibaldi .....	13	Gaspar .....	271	Palhoça .....	705
Antônio Carlos .....	14	Governador Celso Ramos .....	274	Palma Sola .....	732
Apiuna .....	16	Guaraciaba .....	277	Papanduva .....	733
Arroio Trinta .....	25	Guaramirim .....	279	Paraíso .....	736
Ascurra .....	27	Guarujá do Sul .....	282	Passo de Torres .....	743
Aurora .....	28	Herval d'Oeste .....	290	Passos Maia .....	744
Balneário Piçarras .....	30	Ibiam .....	296	Penha .....	747
Balneário Rincão .....	31	Ibirama .....	297	Petrolândia .....	752
Barra Bonita .....	32	Ilhota .....	301	Pinheiro Preto .....	753
Barra Velha .....	35	Imbituba .....	318	Planalto Alegre .....	845
Bela Vista do Toldo .....	36	Indaial .....	322	Pomerode .....	846
Belmonte .....	38	Ipuacú .....	437	Ponte Serrada .....	860
Benedito Novo .....	53	Ipumirim .....	438	Porto Belo .....	861
Biguaçu .....	54	Iraceminha .....	443	Porto União .....	863
Blumenau .....	97	Irineópolis .....	446	Pouso Redondo .....	882
Bom Jesus do Oeste .....	121	Itá .....	447	Princesa .....	883
Bom Retiro .....	123	Itapema .....	449	Rio das Antas .....	889
Botuvera .....	125	Itapiranga .....	451	Rio do Sul .....	891
Braço do Trombudo .....	126	Itapoá .....	456	Romelândia .....	895
Brunópolis .....	133	Ituporanga .....	459	Salto Veloso .....	896
Brusque .....	134	Jaborá .....	460	Santa Cecília .....	897
Caçador .....	140	Jaraguá do Sul .....	461	Santa Rosa de Lima .....	963
Camboriú .....	143	Joaçaba .....	495	Santa Terezinha do Progresso .....	964
Campo Alegre .....	144	Lacerdópolis .....	502	São Bento do Sul .....	965
Campo Erê .....	152	Lages .....	503	São Bonifácio .....	969
Campos Novos .....	153	Laguna .....	522	São Carlos .....	970
Canelinha .....	155	Lauro Muller .....	527	São Domingos .....	974
Canoinhas .....	156	Leoberto Leal .....	528	São João Batista .....	975
Capinzal .....	204	Lindóia do Sul .....	568	São João do Oeste .....	976
Catanduvas .....	212	Lontras .....	569	São Joaquim .....	979
Caxambu do Sul .....	213	Luzerna .....	570	São José .....	981
Celso Ramos .....	215	Mafra .....	641	São José do Cedro .....	982
Chapadão do Lageado .....	220	Maracajá .....	642	São Lourenço do Oeste .....	983
Cocal do Sul .....	223	Maravilha .....	644	São Miguel da Boa Vista .....	987
Concórdia .....	224	Marema .....	646	São Miguel do Oeste .....	988
Cordilheira Alta .....	226	Massaranduba .....	657	Schroeder .....	991
Coronel Martins .....	229	Meleiro .....	663	Seara .....	1000
Corupá .....	233	Modelo .....	664	Serra Alta .....	1003
Curitibanos .....	234	Mondaí .....	666	Siderópolis .....	1004
Descanso .....	248	Monte Carlo .....	667	Sul Brasil .....	1005
Dionísio Cerqueira .....	249	Monte Castelo .....	668	Tangará .....	1009
Doutor Pedrinho .....	250	Morro da Fumaça .....	669	Tigrinhos .....	1010
Ermo .....	252	Morro Grande .....	670	Tijucas .....	1012
Flor do Sertão .....	258	Navegantes .....	671	Timbé do Sul .....	1013
Formosa do Sul .....	259	Nova Trento .....	687	Treze Tílias .....	1015

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2234

Terça-feira - 18 de Abril de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

Trombudo Central.....	1018	Vargeão.....	1045	Xanxerê.....	1059
Tunápolis.....	1019	Vargem Bonita.....	1046	Xavantina.....	1063
União do Oeste.....	1022	Vidal Ramos.....	1047	Xaxim.....	1064
Urussanga.....	1044	Videira.....	1048	Zortéa.....	1067

## Consórcios

CIGA.....	1068	CIS/AMUREL.....	1113	CISAM-SUL.....	1129
CIS Nordeste.....	1071	CISAM.....	1114	CONSAD.....	1130
CIS/AMMVI.....	1072	Consórcio Quiriri.....	1115		
CIS/AMREC.....	1113	CIAPS.....	1128		

## Editais de Notificação

Agronômica.....	1132	Dionísio Cerqueira.....	1322	Leoberto Leal.....	1456
Água Doce.....	1133	Ermo.....	1324	Lindóia do Sul.....	1457
Anchieta.....	1137	Erval Velho.....	1325	Luzerna.....	1458
Anita Garibaldi.....	1139	Faxinal dos Guedes.....	1325	Mafrá.....	1459
Anitápolis.....	1170	Formosa do Sul.....	1326	Maracá.....	1462
Antônio Carlos.....	1175	Forquilha.....	1327	Maravilha.....	1462
Apiuna.....	1175	Fraiburgo.....	1330	Marema.....	1465
Ascurra.....	1176	Garopaba.....	1333	Massaranduba.....	1466
Atalanta.....	1178	Garuva.....	1337	Meleiro.....	1468
Aurora.....	1179	Gaspar.....	1338	Modelo.....	1470
Balneário Gaivota.....	1180	Governador Celso Ramos.....	1349	Monte Carlo.....	1471
Barra Velha.....	1182	Grão Pará.....	1352	Monte Castelo.....	1472
Belmonte.....	1186	Guaraciaba.....	1353	Morro da Fumaça.....	1473
Biguaçu.....	1188	Guaramirim.....	1354	Morro Grande.....	1475
Blumenau.....	1190	Guarujá do Sul.....	1358	Navegantes.....	1486
Bom Jardim da Serra.....	1218	Herval d'Oeste.....	1359	Nova Trento.....	1490
Bom Jesus do Oeste.....	1219	Ibicaí.....	1362	Orleans.....	1492
Botuverá.....	1220	Ilhota.....	1363	Ouro.....	1496
Brusque.....	1221	Imbituba.....	1364	Palhoça.....	1498
Caçador.....	1228	Indaial.....	1369	Palmitos.....	1506
Camboriú.....	1233	Ipumirim.....	1373	Papanduva.....	1508
Campo Alegre.....	1237	Iraceminha.....	1374	Passo de Torres.....	1509
Campo Erê.....	1238	Irineópolis.....	1375	Paulo Lopes.....	1511
Campos Novos.....	1240	Itá.....	1376	Penha.....	1512
Canelinha.....	1243	Itaiópolis.....	1377	Pinhalzinho.....	1516
Canoinhas.....	1244	Itapiranga.....	1378	Pinheiro Preto.....	1517
Capinzal.....	1247	Itapoá.....	1379	Piratuba.....	1518
Catanduvas.....	1250	Ituporanga.....	1381	Planalto Alegre.....	1519
Chapecó.....	1251	Jacinto Machado.....	1389	Pomerode.....	1519
Cocal do Sul.....	1299	Jaraguá do Sul.....	1390	Ponte Serrada.....	1525
Concórdia.....	1302	Joaçaba.....	1422	Porto Belo.....	1526
Coronel Freitas.....	1310	José Boiteux.....	1430	Porto União.....	1532
Correia Pinto.....	1312	Lacerdópolis.....	1431	Presidente Nereu.....	1536
Corupá.....	1313	Lages.....	1432	Rio do Sul.....	1536
Cunha Porã.....	1315	Laguna.....	1448	Rio dos Cedros.....	1545
Cunhataí.....	1316	Lajeado Grande.....	1452	Santa Rosa do Sul.....	1546
Curitibanos.....	1317	Lauro Muller.....	1453	Santa Terezinha do Progresso.....	1548
Descanso.....	1321	Lebon Régis.....	1455	São Bento do Sul.....	1550

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2234

Terça-feira - 18 de Abril de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

São Carlos .....	1555
São Cristóvão do Sul.....	1556
São Domingos.....	1557
São João Batista.....	1557
São João do Sul .....	1561
São Joaquim .....	1563
São José.....	1565
São José do Cedro.....	1577
São Lourenço do Oeste.....	1578
São Miguel do Oeste.....	1581
São Pedro de Alcântara.....	1586
Schroeder .....	1587
Seara .....	1589
Serra Alta .....	1593
Siderópolis.....	1594
Sombrio.....	1595
Sul Brasil .....	1598
Tangará.....	1598
Tijucas .....	1600
Timbé do Sul .....	1605
Timbó .....	1607
Timbó Grande.....	1613
Três Barras .....	1615
Treze Tílias .....	1616
Tubarão.....	1620
Tunápolis.....	1626
Turvo .....	1627
União do Oeste .....	1629
Urussanga .....	1631
Vargeão.....	1634
Vargem .....	1635
Vargem Bonita .....	1654
Vidal Ramos.....	1655
Videira.....	1656
Vitor Meireles.....	1660
Xanxerê.....	1661
Xaxim.....	1666
Zortéa .....	1668

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)

# Abdon Batista

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO DO PROCESSO Nº 13/2017

DESPACHO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO E RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.13/2017

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N.16/2017

Abdon Batista - SC, em 10 de março de 2017

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-SC, no uso das atribuições legais e com fulcro na Lei 8.666/92, e a Empresa denominada VB PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME, por seu representante, ambos já qualificados no Contrato em epígrafe, resolvem em comum acordo RESCINDIR o referido contrato pelos seguintes fatos e fundamentos:

Não obstante já haver ocorrido a implementação do instrumento contratual de n.13/2017, que vincula as partes ao objeto da Licitação n.16/2017, após este ato, resultou identificado um equívoco e incompatibilidade com o CNPJ da empresa contratada com cpnj de empresa diversa. Daí em diante todos os atos do processo licitatório e p referido contrato, resultaram em ilegalidades insanáveis eis que fica obstruído a execução do objeto e por consequência seu pagamento. Por conta deste erro insanável, resolvem as partes para regularização dos procedimentos de contratação e liquidação das despesas a que foi eleita em favor da então Contratada através do Processo de inexigibilidade RESCINDIR o instrumento contratual n.13/2017, em decorrência da anulação do certame, para que se possa dar abertura em novo processo de inexigibilidade.

Tal entendimento e conciliação se dá em preservação ao interesse público e também a empresa Contratada eis que tudo já está agendado para a realização do Show Artístico a realizar-se em data de 22 de abril de 2017, referente as festividades de aniversário do Município de Abdon Batista.

Justifica-se o ato rescisório ante as consequências que o equívoco citado gerou na fase de liquidação parcial da despesa, ocasionando transtornos que se mantidos resultariam em inadequação contábil, não execução dos serviços e impossibilidade de pagamento para a empresa, eis que como dito o CNPJ não refere-se a contratada gerando a paralisação da contratação. Ressalta-se que a irreversibilidade do erro dá-se também porque já lançada a Nota Fiscal da primeira parcela e o empenho prévio. Assim, nada mais prudente que corrigir o ocorrido a tempo salvaguardando as partes e principalmente mantendo preservado o interesse da administração eis que tudo já está programado para as festividades. Sem falar que nada será acrescido no nascente processo de inexigibilidade sendo mantido com os mesmos artistas que foram escolhidos e definidos pela fama, prestígio e vontade da população abdonense.

Com base nas informações carreadas aos autos do processo administrativo em apreço, oriundas da Contabilidade e do Setor de Compra e em conjunto com o Departamento Jurídico, não resta outra via pra equacionar aquilo que teve nascedouro num equívoco involuntário mas grave a ponto de causar irreparáveis prejuízos aos cofres públicos e cancelamento do evento já divulgado em todas as mídias e com data marcada a realizar-se como uma das principais atrações da programação.

Não é demasiado citar e lastrear a presente Decisão com a pacificada Súmula n.473 da nossa Colenda Corte Constitucional, que em outras palavras estabelece que se a qualquer tempo surgir algum fato que não esteja alinhado com qualquer comando legal é necessário invocar a autotutela em prol da defesa do interesse público, como é o caso em análise.

O Poder Público, em virtude do princípio da autotutela, deve zelar pela legalidade de seus atos e condutas e pela adequação dos mesmos ao interesse público. Se a Administração verificar que atos

e medidas contém ilegalidades, poderá anulá-los por si própria; se concluir no sentido da inoportunidade ou inconveniência, poderá revogá-los.

A propósito, cumpre citar a súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, para desanuviar qualquer obscuridade no tocante a presente rescisão. Eis o seu teor:

A Administração pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los por motivos de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada em todos os casos de apreciação judicial.

Havendo interesses recíprocos e de relevância a manutenção e preservação do interesse público no que foi pactuado nada impede que a retificação seja efetuada da forma mais equânime possível, e assim se dê mediante a aquiescência das partes envolvidas. Pois o que interessa na verdade é sim a estabilidade e manutenção do interesse público. Se é possível manter intacto o interesse público e ou da administração pública bem como, que o ato perfectibilizado para a retificação não cause prejuízos ao agente contratado não se tem porque fazer de forma diferente e mais gravosa para todos. O que se busca não é outra coisa senão a preservação do erário público e também do agente jurisdicionado sem descuidar da legalidade do ato expedido.

Especificamente quanto à licitação pública, diz o artigo 49 da Lei de Licitações e contratos, que a autoridade competente para aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada. A partir destas considerações fática e legais, nota-se que, a retificação a tempo do contrato eivado de erros deve se dar assim como preleciona a Súmula 473 do STF. A forma de correção não vem a calhar neste ensejo, o importante é que a autoridade pública que detém legitimidade e atribuição para desencadear o ato retificador o faça, sob pena de na sua omissão vir possivelmente a arcar com eventuais ônus decorrentes de sua inércia.

É sabido que a licitação, como procedimento formal, é passível de anulação e revogação, tais como todos os atos subsequentes que dela se originaram quando eivados de irregularidades. No tocante a convalidação, percebemos que a lei não estabelece qualquer disciplina sobre este instituto, porém, tem-se admitido a convalidação de certos atos inerentes ao procedimento licitatório com base nas construções doutrinárias existentes acerca do assunto.

Segundo Marçal Justen Filho, sua teoria especificada para as nulidades nos procedimentos licitatórios, ele ensina que os vícios distinguem-se conforme a gravidade das sanções. Segundo o autor, existem três modalidades de sanções para vícios de atos ocorridos no curso da licitação.

Em uma ordem decrescente de gravidade da sanção, pode-se aludir primeiramente à mera irregularidade, a qual é verificada quando a ofensa ao dispositivo normativo é inapta a acarretar lesão ao interesse público ou particular. Assim, serve como exemplo, a ausência de número de ordem do edital no seu preâmbulo. Ora, trata-se de uma simples irregularidade, pois não produz reflexos sobre a validade da licitação. Então, não faz sentido falarmos em convalidação e muito menos em invalidação do ato licitatório. Nesse sentido, se faz necessário uma avaliação dos vícios dos atos administrativos, subordinada ao princípio da razoabilidade. Deve-se ter em vista os valores relacionados ao caso concreto e a solução mais conforme aos princípios jurídicos aplicáveis.

Em segunda ordem, encontra-se a anulabilidade. Ela ocorrerá

quando houver ofensa a regra de tutela do interesse privado dos participantes na licitação. Sabe-se que o procedimento licitatório acarreta uma competição entre os particulares, assim, deve-se admitir a existência de interesses, também, mas exclusivamente privados. O particular não visa realizar um interesse público, ele objetiva, simplesmente, ser o vencedor da licitação.

Em terceiro plano, há a nulidade propriamente dita. Caracteriza-se quando é configurada ofensa à regra que tutela o interesse público. Nesse sentido, a invalidação deriva diretamente dos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público.

Visto que a invalidação está prevista no artigo 49 da Lei de Licitações, cumpre agora analisarmos quando e como isto se dá no bojo do procedimento licitatório.

O fundamento principiológico da invalidação da licitação encontra-se nos princípios da legalidade e da autotutela. A Administração Pública não convive com atos e procedimentos ilegais e por esta razão deve restaurar a legalidade e isso é, muitas vezes, conseguido com a anulação do ato viciado. Destarte, se no momento da homologação do certame licitatório, restar evidenciada certa ilegalidade praticada ao longo desse procedimento, no lugar de homologar, a autoridade competente deve anular a licitação, se o ato viciado for insanável.

No entanto, nem sempre é na homologação que os vícios são constatados. A Administração Pública pode evidenciar certa ilegalidade até mesmo durante a execução do contrato. Sendo assim, o Poder Público, diante da impossibilidade de convalidação, deverá invalidar o ato, ou fase viciada da licitação e, conseqüentemente, rescindir o contrato.

Nesse sentido, decidiu o Supremo Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. LICITAÇÃO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. ANULAÇÃO. POSSIBILIDADE. A possibilidade de anulação do procedimento licitatório após celebrado o contrato administrativo não suscita maiores dúvidas, porquanto a própria Lei 8.666/93 dispõe que a nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato dele decorrente. (REsp 447814 / SP ; RECURSO ESPECIAL 2002/0086977-7 T1 - PRIMEIRA TURMA 17/12/2002 DJ 10.03.2003 p. 112)

Assim, constatado o vício, em qualquer fase do certame, a autoridade competente deve promover a invalidação do ato viciado ou de seus efeitos, desde que não seja possível a sua convalidação.

A esse respeito, afirma Adilson Abreu Dallari:

A invalidação se propõe como obrigatória, porque, se o ato não comporta convalidação, inexistente outra forma de a Administração Pública restaurar a legalidade violada. Ora, a restauração do direito é para ela obrigatória por força do princípio da legalidade. Logo, toda vez que o ato não seja convalidável, só lhe resta o dever de invalidar.

É importante destacar que o ato viciado contamina os subseqüentes, não os antecedentes. Assim, pode-se concluir que, se os atos praticados anteriormente ao ato viciado estiverem em conformidade com o ordenamento, eles poderão continuar surtindo seus efeitos. Diante desta situação, deverá ser promovida a anulação parcial do certame, ou seja, somente o ato viciado e os subseqüentes serão retirados do mundo jurídico, permanecendo os antecedentes. Portanto, após o término do procedimento de invalidação, a Administração poderá retomar o certame a partir do ato que deu ensejo ao desfazimento de parte da licitação. Caso não seja conveniente ao interesse público nada obsta que se dê início a novo processo de seleção.

Não à toa, Adilson Abreu Dallari assevera que "se a Administração encontrar um vício jurídico na classificação das propostas, poderá anular o procedimento daí por diante, aproveitando as fases anteriores e determinando que as fases anuladas sejam refeitas."

Marçal Justen Filho, com muita propriedade, leciona:

O vício de um ato contamina os que a ele sucedem, desde que por ele sejam condicionados (...) Quanto mais antecedente (no curso da licitação) seja o ato viciado, tanto mais extensa será a série de atos contaminados pelo vício. A nulidade do edital acarreta a necessidade de seu refazimento. Logo, todos os atos posteriores

perderão seu fundamento de validade. Mas a nulidade da decisão que julga as propostas não acarreta vício do edital nem da decisão que decide a fase da habilitação. Eventualmente, porém, o vício de um ato no curso da licitação poderá prejudicar inexoravelmente a própria licitação. Muito embora os atos anteriores fossem válidos, tornar-se-á necessário renovar sua prática. Esse efeito não deriva propriamente do vício do ato, mas da conjugação dos efeitos do vício aos princípios norteadores da licitação. A declaração da nulidade do julgamento da habilitação pode, eventualmente, acarretar a necessidade de reiniciar a licitação. Isso ocorrerá quando já tenham sido abertos os envelopes de propostas. O princípio do sigilo exige, nas concorrências, que somente sejam abertos os envelopes dos licitantes habilitados. A renovação do julgamento da habilitação não pode se fazer com o conhecimento público do conteúdo das propostas. Como o sigilo, uma vez rompido, não pode ser refeito, a única solução será reiniciar a licitação.

Percebe-se então, que há vícios que ensejam a invalidação total ou parcial do certame. Também pode-se invalidar apenas um ato vicioso, que não tenha interferido no procedimento licitatório. É o caso de um vício constatado no edital antes de a Administração ter dado publicidade a ele. Nesse caso, se invalidará apenas o ato e não toda uma fase da licitação, porque competirá a Administração, retificar o instrumento convocatório e a partir daí retomar o andamento normal da licitação.

Porém, no caso em exame entende-se não haver possibilidade de validação parcial ou invalidação parcial, posto que todos os atos derivados são irreversíveis ao completo saneamento da irregularidade havida. Portanto resta anular todo o processo licitatório e por via lógica o contrato já entabulado.

Por fim, é relevante fazermos uma breve análise a respeito dos efeitos da invalidação na licitação. O efeito próprio da anulação é desfazer retroativamente o procedimento licitatório, restaurando a legalidade desde o momento em que ela foi violada. É torná-lo imprestável para os fins a que esteja preordenado, destinado, ou seja, a seleção da melhor proposta, face ao vício de ilegalidade que encerra, por exemplo.

Além desses efeitos, existem os impróprios, que são inúmeros. É certo que a invalidação do certame libera o vencedor de todas as obrigações decorrentes de sua integração no procedimento, embora não o libere de certas responsabilidades, como a civil e a criminal, se deu causa para a ocorrência da ilegalidade e, por conseguinte, à anulação do certame. Também não libera, sob o ângulo dessas responsabilidades, qualquer integrante do procedimento que tenha dado causa a ilegalidade.

A invalidação também não impede a renovação do procedimento, pois a Administração Pública, em princípio, ainda deseja o objeto licitado. Tratam-se, pois, dos efeitos impróprios da invalidação da licitação.

Para prevalecer a invalidação da licitação, a autoridade competente deve demonstrar cabalmente a ilegalidade, isto é, o motivo, conforme têm entendido os nossos tribunais, e que ela é insanável. A falta de motivação pode levar a nulidade ao ato de anulação.

Visto que a invalidação visa restaurar a legalidade do procedimento licitatório, não há que se pensar que este instituto visa impedir a contratação. Assim, anulado o certame licitatório, via de regra se inicia um novo procedimento sem o cometimento da mesma ilegalidade, ou se reinicia o procedimento a partir do ato refeito, aproveitando-se, se possível, os atos e fases não contaminados pelo vício. Em casos excepcionais, de urgência, inclusive, e não mais sendo possível instalar nova licitação, à Administração Pública competirá formar o contrato com quem entender necessário, ex vi do artigo 24, inciso IV da 8.666/93. Porém, como é o caso de inexigibilidade tal dispositivo fica dispensável.

Ressalta-se ainda, que efetivada a presente rescisão, na forma da Súmula 473 do STF, aplica-se neste caso em específico as disposições do art. 79, inciso II, da Lei 8.666/93, que assim prescreve e autoriza:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

(...) II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no

processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

Ou seja, se não há mácula para a resolução do erro e havendo interesse na continuidade da prestação do serviço do contrato rescindido, mediante novo processo de inexigibilidade em que a empresa se compromete a manter as condições derivadas, melhor saída é a composição amigável e manutenção dos laços de confiabilidade uma vez que o erro deu-se de forma involuntária.

Por conta de tudo o que consta dos autos e para evitar qualquer lesão ao interesse público, bem como, para adequação legal do procedimento contratual, conclui-se por decretar anulada o Processo de Licitação n.16/2017, bem como o Contrato n.13/2017, resta sem efeito, devendo ainda, o setor contábil efetuar as adequações necessárias dos atos eventualmente já efetivado.

Sendo entendimento pacífico entre as partes, DETERMINO no intuito de evitar a paralisação da grandiosa Festa de Aniversário do Município de Abdon Batista, que o Departamento de Licitação imediatamente lance novo processo de inexigibilidade de licitação para continuidade do objeto e manutenção do calendário festivo e suas atrações em especial com o Show dos artistas Villa Bagagge.

Nestes termos é a DECISÃO.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA  
PREFEITO MUNICIPAL

DE ACORDO E CIENTE

VB-PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA ME  
CONTRATADA

VISTO DO ADVOGADO DA UNIDADE GESTORA  
WANDERLEY JOSÉ CORONA  
OAB-SC 27226

### **CONTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2017**

EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2017 CONTRATO Nº 52/2017 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ABDON BATISTA SC CONTRATADA: VB PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA-ME, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ARTISTA VILLA BAGGAGE PARA REALIZAÇÃO DA 28ª FESTA DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVO DO MUNICIPIO. VALOR CONTRATADO: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) BASE LEGAL: Lei 8.666/1993 RECURSOS: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão/Unidade: 02.06 Projeto/ Atividade: 2.038 – Realização da Festa do Município Elemento de Despesa: 81- 3390.39.00 DATA DA ASSINATURA: 21/03/2017 PRAZO DE VIGÊNCIA: 02 (dois) meses.

Sérgio Márcio Zanchett  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

### **RESULTADO DE PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 05/2017**

RESULTADO DE PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 05/2017

A prefeitura Municipal de Abdon Batista/SC, torna público o resultado do processo cujo objeto: AQUISIÇÃO DE TABUAS E PALANQUES PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, que dispensa essa licitação com base no artigo 24, inciso II da lei 8.666/93 EMPRESA : COPERABDON-COOPERATIVA DE PROD. AGROP. FAMILIAR DE A.B

VALOR TOTAL: 4.900,00 (QUATRO MIL E NOVECENTOS REAIS)

Abdon Batista, SC, 04 de abril de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

# Água Doce

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, combinada com a Lei Municipal nº 2.173 de 26/02/2013, faz saber a quem interessar possa, que será realizada a Audiência Pública para tomada de decisões sobre as prioridades para elaboração do Plano Plurianual – PPA, 2018 à 2021.

As propostas serão discutidas e votadas pelos presentes.

Data da Audiência: 28/04/2017

Início: 14 horas

Local: Centro de Convivência do Idoso

E, para que chegue ao conhecimento de todos, se expede o presente Edital.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de abril de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 28/2017 - DISPENSA Nº. 3/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 28/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO 3/2017

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 28/2017, "DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 3/2017", destinado a contratação de assessoria para elaboração de editais para projetos a serem contemplados com recursos do Fundo para Infância e Adolescência - FIA. Processo julgado em consonância com art. 24 Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 17 de abril de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

## BALANCETE MENSAL MARÇO 2017

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Período: Março  
Página: 1

**Santa Catarina**  
**CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>69.286,28</b>
		<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>68.594,68</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	51.679,64
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.915,04
		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>691,60</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	691,60
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>71.229,00</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	71.229,00		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>149.972,86</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>165.119,74</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	9.055,74	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	13.651,84
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	70.458,56	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	70.458,56
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	70.458,56	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	81.009,34
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>34.827,47</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>21.623,31</b>
BANCO C/ MOVIMENTO	34.827,47	BANCO C/ MOVIMENTO	21.623,31
<b>TOTAL</b>	<b>256.029,33</b>	<b>TOTAL</b>	<b>256.029,33</b>

AGUA DOCE, 11/04/2017

JAMES FRANCISCO BEAL  
PRESIDENTE CPF N° 560.163.959-00

NILZA APARECIDA MENDES  
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2398, DE 10 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando: A solicitação do Setor de Educação para contratação de professor de Series Iniciais 20 horas, no turno VESPERTINO.

#### DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. DANIELI GOSSENHEIMER GONÇALVES, para exercer o cargo de PROFESSOR II – 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino em caráter temporário, classificada em 2º lugar no Processo Seletivo 01/2017 de PROFESSOR DE SERIES INICIAIS, homologado através do Decreto 2.391 de 29 de Março de 2017, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2017.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 10 de Abril de 2017.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável pelas publicações

### DECRETO Nº 2399, DE 11 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando: A solicitação do Setor de Educação para contratação de professor de Informática 20 horas, nos turnos MATUTINO e VESPERTINO.

#### DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. KELLY REGALIN para exercer o cargo de PROFESSOR BASE DIVERSIFICADA - NÍVEL SUPERIOR - 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino em caráter temporário, classificada em 1º lugar em INFORMÁTICA no Processo Seletivo 01/2017, homologado através do Decreto 2.391 de 29 de Março de 2017, com vencimento salarial

previsto no Anexo Único, da Lei Complementar nº 014, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2017.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 11 de Abril de 2017.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável pelas publicações

### DECRETO Nº 2400, DE 13 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do § 5º, do art. 5º, da Lei Complementar nº 25, de 24 de junho de 2009;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as seguintes pessoas, para a composição da estrutura do Conselho Municipal de Saúde – CMS:

I – representantes dos segmentos organizados, no âmbito municipal, de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS:

a) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com base territorial no Município:

- Titular: Neusa Kefer Valcarengi;
- Suplente: Waldir Fischer;

b) representante dos conselhos comunitários, das associações de moradores ou das associações de agricultores, regularmente constituídas, com funcionamento reconhecido pela Administração Municipal:

- Titular: Elton Rech;
- Suplente: Wilson Rui Trentini;

c) representante das Associações de Pais e de Professores, das escolas públicas em funcionamento no Município:

- Titular: Gisele Koller Bianqui Castro;
- Suplente: Haneli Elisa Trentini Maltauro;

d) representante dos clubes de mães, regularmente constituídos, com funcionamento reconhecido pelo órgão municipal de assistência social:

- Titular: Ivante Gerhardt Pott;
- Suplente: Cledi Tessmann Petter;

e) representante das entidades que congregam pessoas idosas, regularmente constituídas, com funcionamento reconhecido pelo órgão municipal de assistência social:

- Titular: Hildegart Becker;
- Suplentes: Dulci Bautz e Irma Brito;

f) representante das entidades, sem fins lucrativos, de representação de portadores de endemias ou que congreguem quaisquer formas de assistência à saúde de seus membros, com funcionamento reconhecido pelo órgão municipal de saúde:

- Titular: Edi Iffert Berno;
- Suplente: Ilian Gosenheimer Lohmann.

II – representantes de prestadores de serviços de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, com sede no Município:

- a) Titular: Ilian Schwingel;
- b) Suplente: Natália Cristina Zonta.

III – representantes de profissionais e trabalhadores da saúde, preferencialmente, do SUS:

- a) Titulares: - Maico Roberto Luckmann Rodrigues da Silva;  
- Alexandra Gheno;
- b) Suplentes: - Claudete Langner;  
- Marcia Schneider Nordt.

IV – representantes de organismos do Poder Executivo Municipal:

a) para representar o órgão municipal de saúde:

- Titular: Ademir Amant;
- Suplente: Lisemar Roeser Horn;

b) para representar o órgão municipal de assistência social:

- Titular: Angélica Neumann;
- Suplente: Camila Seibt Oliveira;

c) representante do órgão municipal responsável pela gestão financeira da Administração Municipal:

- Titular: Jacqueline Milena de Borba Weirich;
- Suplente: Vilmar José Zonta.

Art. 2º As pessoas nomeadas tomarão posse no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data de publicação deste Decreto para o mandato de 2 (dois) anos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto n.º 2026, de 06 de Maio de 2015.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 13 de Abril de 2017.

CÁTIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável pelas publicações

## PORTARIA Nº 046, DE 12 DE ABRIL DE 2017

CONCEDER FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 54 da Lei Complementar n.º 063, de 26 de Agosto de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a Conselheiro Tutelar, abaixo relacionado.

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
761	IVO MANFÉ	10/01/2016	09/01/2017	12/04/2017	11/05/2017

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 12 de Abril de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável pelas publicações

# Anchieta

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 168/2017**

PORTARIA N. 168/2017

De, 17 de Abril de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Conceder Licença Tratamento Saúde,

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal Zenaide Teles Guerini, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social - FMAS, no período de 31/03/2017 até a data definida pela Perícia Médica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Em, 17 de Abril de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 169/2017**

PORTARIA Nº. 169/2017

De, 17 de Abril de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses,

Art. 1º - Fica concedida Licença-Prêmio pelo período de 03 (três) meses para a servidora Pública Municipal Cleidina Watte, ocupante do cargo de Professora de Séries Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 17/04/2017 à 15/07/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 17 de Abril de 2017..

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

**PREGÃO PRESENCIAL N 009/2017 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 009/2017

A Gestora do FMAS de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Item – Registro de Preço para aquisição de materiais de artesanato que serão utilizados na manutenção das oficinas do PAIF, pelo período de até 12 meses após a data de homologação do Processo Licitatório.

As oficinas do PAIF, tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia de forma a fortalecer a função protetiva das famílias prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e a melhoria da qualidade de vida.

A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 04/05/2017. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 17 de abril de 2017.

KELLIN DAL RI  
Gestora do FMAS

**PREGÃO PRESENCIAL N 010/2017 - HOSPITAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 010/2017.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com a Lei 8.666/93, 8.883/94 posteriores alterações, que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço por Item, para Contratação de empresa para prestação de serviço médico, de sobre aviso de 12hrs diárias, sendo das 07h00min às 19h00min de segunda a sexta feira, para acompanhamento, avaliações de pacientes em observação e que se encontram em estágio terminal, bem como realização de procedimentos ambulatoriais, junto ao Hospital Municipal Anchietaense, conforme a demanda. E atendimento no turno do trabalhador das 19h00min às 22h00min nas quartas-feiras, conforme agendamento realizado no Hospital, para o período de maio a dezembro de 2017. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até

às 08:00 horas do dia 02/05/2017. Maiores informações das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, de Segunda a Sexta-Feira, no fone: (xx49)3653-3200.

Anchieta, 17 de abril de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL N 013/2017 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 013/2017

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item - Registro de Preço para prestação de serviço de lavagem para os veículos e máquinas das Secretarias de Infraestrutura, Agricultura, Administração, Fazenda, Educação Cultura e Esporte, Desenvolvimento Local e Gabinete do Prefeito do município de Anchieta/SC, pelo período de até 12 meses após a data de Homologação do Processo Licitatório. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 03/05/2017. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 17 de abril de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

# Anita Garibaldi

## PREFEITURA

### EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO 001/2017

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO N° 01/2017

O Município de Anita Garibaldi-SC, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, inscrito no CNPJ sob nº : CNPJ: 82.777.335/0001-85, com sede na Praça Paulino Granzotto, 20 – Centro CEP: 88590-000, de acordo com a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e as disposições contidas no Decreto nº 21.981/32, bem como no presente Edital e seu(s) anexo(s), sob a coordenação e condução do LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL E RURAL, BEL. ULISSES DONIZETE RAMOS, matrícula na JUCESC sob nº AARC- 309 e FAESC-041, CPF nº 102.471.938-36, estabelecido em Balneário Camboriú/SC, à Rua Nepal, 910 Pavimento Térreo - Nações - CEP 88.338-215, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade LEILÃO, tipo MAIOR LANCE, nas MODALIDADES PRESENCIAL E ON-LINE SIMULTANEAMENTE, para alienação de bens móveis inservíveis ao município, distribuídos em lotes conforme ANEXO I do edital. O Leilão realizar-se-á: DATA: 16 de maio de 2017 HORÁRIO: 10:00H LOCAL: Garagem de Máquinas da Prefeitura de Anita Garibaldi, localizada na Rua: Pedro Zampieri, s/n – Centro - Anita Garibaldi CEP: 88590-000.

Anita Garibaldi – SC, 17 de abril de 2017.

João Cidinei da Silva

Prefeito Municipal De Anita Garibaldi/SC

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### 113º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 001/2014

113º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 18/04/2017 a 17/05/2017 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 17 de abril de 2017.  
Geraldo Pauli  
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA – 30H

CLAS-SIF.	NOME	INSCRIÇÃO
12º	FERNANDA PETRY KOERICH	1256
16º	ANA CAROLINE KONS SPINDOLA	1443

### 17º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 001/2016

17º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2016 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 18/04/2017 a 17/05/2017 (de segunda a sexta-feira), das 7:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 046/2016, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 17 de abril de 2017.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

CLAS-SIF.	NOME	INSCRIÇÃO
07º	JOSÉ PIO GONÇALVES	369289

### AVISO DE ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2017

AVISO DE ERRATA

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos torna pública a ERRATA, comunicando a todos os interessados que no Aviso de Licitação – Processo Licitatório nº 055/2017, publicado no DOM/SC Edição nº 2232, do dia 13/04/2017, Página 10, que,  
Onde se lê:

Processo Licitatório nº 055/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 039/2017 (Registro de Preço);

Leia-se:

Processo Licitatório nº 055/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 038/2017 (Registro de Preço);

As demais disposições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 17 de abril de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 023/2017

DECRETO Nº 023/17 de 17 de Abril de 2017

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 7.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0005.2.013-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 7.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0005.2.013-3.3.50.00.00.00.00 - Transferencias a

Instituicoes Privadas sem Fins Lu 5.000,00  
04.01.13.392.0005.2.013-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de Abril de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO - QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2016**

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 073/2016; Origem: Processo de Licitação nº 32/2016 – Concorrência Pública nº 02/2016; Contratante: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS; Contratada: CONPE-SA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. Objeto: O presente termo tem por objeto prorrogar o prazo do contrato supra mencionado, que consiste na contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, com fornecimento de material e mão de obra especializada para a execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Leopoldo Freiberg, na localidade Louro, Município de Antônio Carlos/SC, com extensão de 440,00 metros, compreendido pelo: trecho 04 (km 1+830 a km 2+270), de acordo com contrato de operação de crédito firmado entre Agência de Fomento de Santa Catarina S/A (BADESC) e o Município de Antônio Carlos, Programa Badesc Cidades. Prorrogação de Prazo: 60 dias. Novo Vencimento: 13 de junho de 2017.

Antônio Carlos, 14 de fevereiro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 1522/2017**

#### **LEI Nº 1.522/2017**

Altera a afetação de imóvel público de uso especial no Município de Antônio Carlos e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a afetação de imóvel público abaixo descrito, antes de uso especial do Poder Executivo Municipal de Antônio Carlos, para bem de uso especial do Poder Legislativo Municipal, de modo a estabelecer área de construção da Câmara Municipal de Vereadores de Antônio Carlos, com as características que seguem:

“Parte do imóvel Registrado sob a Matrícula n. 11.168, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, registrado em nome da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, com área total de 6.955,00m², sendo afetada para o Poder Legislativo Municipal a área de 924m² (novecentos e vinte e quatro metros quadrados), com 22,00m de largura e 42,00m de comprimento.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o art. 1º da Lei Municipal n. 1.423/2012.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 11 de abril de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA N 214/2017**

PORTARIA Nº 214/2017

Concede Licença Maternidade.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.225/2009;

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA MATERNIDADE, por 180 dias, a servidora MARCIA KOCH MANNES, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO E ESPECIALISTA, a partir de 10 de abril de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 17 de abril de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de abril de 2017.

# Apiuna

## PREFEITURA

### ATA Nº 31/2017 - PP Nº 35/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE RESMAS DE PAPEL A4 PARA DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 35/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à AQUISIÇÃO PARCELADA DE RESMAS DE PAPEL A4 PARA DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, conforme quantitativos e condições a seguir:

PERFORMANCE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	PAPEL A4 75G/M2 FOLHAS COM 210X297MM, EM RESMA COM 500 FOLHAS	PRINT PAPIRO	2200	R\$14,8700	R\$ 32.714,00
Total Fornecedor:			R\$ 32.714,00		
Total Geral:			R\$ 32.714,00		

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

#### 2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Presencial nº 35/2017 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

#### 3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 11/04/2018.

#### 4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Os produtos deverão ser entregues parceladamente, em 06 parcelas. A entrega será na Prefeitura Municipal de Apiúna, na Secretaria Municipal de Saúde e no CRAS, conforme endereço abaixo:

LOCAL	ENDEREÇO
Prefeitura Municipal	Rua Quintino Bocaiúva nº 204, Centro - 89135-000, Apiúna/SC.
Fundo Municipal de Saúde	Av. Florianópolis nº 107, Centro - 89135-000, Apiúna/SC.
CRAS	Av. Florianópolis nº 408, Centro - 89135-000, Apiúna/SC.

4.1.1 Se a entrega dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, a PREFEITURA DE APIÚNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.2 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.2 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.3 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

#### 5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 Deverá ser emitida Nota Fiscal para o CNPJ 11.195.905/0001-80 – Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, quando os produtos forem solicitados pela Secretaria de Saúde. Para as demais Secretarias a Nota Fiscal deverá ser emitida para o CNPJ 79.373.767/0001-16 - Prefeitura Municipal de Apiúna.

5.3 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017 e as respectivas para o exercício de 2018.

Dotação
10.5.1.2050.333903016000000.1020000
179.3.1.2030.333903016000000.1390300
191.9.1.2091.333903016000000.1000000
209.3.1.2032.333903016000000.1000000
214.3.1.2030.333903016000000.1000000
220.2.1.2020.333903016000000.1000000
240.13.1.2131.333903016000000.1000000
247.10.1.2111.333903016000000.1000000
251.2.1.2006.333903016000000.1000000
275.3.1.2058.333903016000000.1000001
84.8.1.2085.333903016000000.1000000

## 6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

## 7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

## 8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

## 9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

- 9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;
- 9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- 9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;
- 9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;
- 9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.
- 9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:
- 9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.
- 9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- 9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;
- 9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- 9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

#### 10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:
- 10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.
- 10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:
- 10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;
- 10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
- 10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
- 10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;
- 10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;
- 10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria.
- 10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.
- 10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- 10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;
- 10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.
- 10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### 11 DO FORO

- 11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 11 de abril de 2017.

	JOSE GERSON GONCALVES MUNICÍPIO DE APIÚNA Prefeito de Apiúna CONTRATANTE	
EMPRESA:		
PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME IZANIR BILLIG Contratada		

**TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017**

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2017

TERMO DE FOMENTO Nº 003 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE APIÚNA E A ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IBIRAMA

O MUNICÍPIO DE APIÚNA, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede administrativa à rua Quintino Bocaiuva, 204, neste ato representada pelo Sr. José Gerson Gonçalves, Prefeito, e a ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IBIRAMA, inscrita no CNPJ sob nº 83.783.340/0001-63 com sede à Rua 25 de Julho n.1113, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada por seu Presidente Sr. Vilmar Vendrami, resolvem celebrar o presente termo de fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante Lei Municipal Nº 815/2016 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - O presente termo de fomento, decorrente da Lei Municipal Nº815/2016, tem por objeto a manutenção das atividades da Associação, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

**I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:**

- a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

**II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

- a) manter escrituração contábil regular;

- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), correndo a despesa à conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária à utilizar	
Código Dotação	Descrição
03	Secretaria de Administração e Finanças
001	Secretaria de Administração e Finanças
2030	Manutenção Geral da Secretaria de Administração e Finanças
3335000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

3.3 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este Termo de Fomento R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), relativamente à avaliação econômica dos serviços dados a título de contrapartida.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica à conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou devolvidos aos cofres públicos na conclusão da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.5 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV – Quando constarem 02 (duas) parcelas para Prestação de Contas em aberto.

4.6 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da

administração pública.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 31/12/2017, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração/termo de fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o

momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

II - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

III - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir do recebimento de cada parcela e ao término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas final relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos que compõem a prestação de contas.

#### CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Assessoria Jurídica do município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor das parcelas, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, da Instrução Normativa N.TC – 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via correspondência eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Ascurra.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Apiúna, 17 de Abril de 2017.

José Gerson Gonçalves  
Prefeito

Vilmar Vendrami  
Presidente da Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ibirama

#### ANEXO I

PLANO DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IBIRAMA

Disponível em <http://apiuna.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/94082>

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### **CONTRATO Nº 0026/2017 - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI**

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER 0026/2017

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, com sede à Rua XV de Novembro, CEP: 89590-000, Arroio Trinta – SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, neste ato representado por seu prefeito municipal CLAUDIO SPRICIGO, inscrito(a) no CPF sob o nº 551.995.939-00, e portador(a) da Carteira de Identidade nº 1.912.533 SSP/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado;

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da EPAGRI, por JONATAN GALIO, CPF nº 021.656.389-50, RG nº 3.155.241 – SSP/SC, Gerente Regional da Epagri de Videira, CNPJ nº 83.052.191/0005-96, com endereço à Rua João Zardo, 1660, CEP 89560-000 - Videira - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, Resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, “caput”; 54 e 55; apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Videira, unidade da CONTRATADA. E tem como dotação orçamentária os seguintes códigos:

Fonte 100, Ação 2.41 e Item 33900000 – Aplicações Diretas – Reduzido 28.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### I - São obrigações da CONTRATADA:

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano anual de trabalho – PAT;
2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de trabalho - PAT, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;
3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano anual de trabalho – PAT;
4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;
5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano anual de trabalho – PAT no Município CONTRATANTE;
6. Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano anual de trabalho – PAT;
7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
8. Responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal.

##### II - São obrigações do CONTRATANTE:

1. Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente a prestação dos serviços objeto do presente instrumento de contrato,
2. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;
3. Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;
4. Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e
5. Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.
- 6 Disponibilizar, a seu critério, um estagiário para realizar trabalhos administrativos no Escritório Municipal da CONTRATADA e os materiais necessários à prestação dos serviços, objeto do presente contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DOS SERVIÇOS

Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início em 03 de abril de 2017 até 31 de dezembro de 2017, facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57 e inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestado, o valor global de R\$19.650,00

(DEZENOVE MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS), pagos em 01 (uma) única parcela, repassado no período de vigência desse contrato, conforme cronograma abaixo:

Parcela	Valor R\$	ISS a reter (3%)	IR a reter (1,5%)	Valor líquido	Vcto
1ª	19.650,00	589,50	294,75	18.765,75	10/07/2017

Parágrafo único: Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme item 17.1 Lei Municipal que regulamenta este tributo, bem como o Imposto de Renda – Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor total acima mencionado será repassado pelo CONTRATANTE/Município para a Epagri, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento do boleto será conforme acordado nesse instrumento jurídico. A quitação do pagamento, será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento da parcela.

#### CLÁUSULA SETIMA – DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado correrá por conta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A Epagri prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consulentes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo único: A Epagri se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

#### CLÁUSULA NONA DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e de conformidade com a legislação vigente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, o CONTRATADO estará sujeito as penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas, Lei 8.666/93.

Parágrafo único: Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da CND - Certidão Negativa de Débito, até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato.

Parágrafo único: A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o art.61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Arroio Trinta – SC, 30 de março de 2017.

CLAUDIO SPRICIGO PREFEITO MUNICIPAL
--

JONATAN GALIO Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri
---

#### TESTEMUNHAS

RONIVAN BRANDALISE  
CPF: 027.783.989-02

TARCÍSIO LIDANI  
CPF: 613.139.809-78

# Ascurra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 33/2017

Prefeitura Municipal de Ascurra  
Extrato de dispensa de licitação 33/2017  
Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra  
Contratada: Top Troféus e Medalhas LTDA  
CNPJ: 13.563.711/0001-16  
Objeto: Aquisição de troféus e medalhas que serão utilizados para premiação em diversos eventos esportivos realizados no exercício de 2017 pelo Município, através da CME  
Valor: R\$ 7.995,48  
Vigência: até 31/12/2017

Ascurra, 18 de abril de 2017.  
Lairton Antonio Possamai  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 30/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 30/2017  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que acontecerá no dia 4/5/2017 às 11 horas, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA, PARA ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO ESCRITA E VERBAL NAS SEGUINTE ÁREAS: ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA, CONTÁBIL, PATRIMONIAL, ORIENTAÇÕES DE ORDEM OPERACIONAL DAS ROTINAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS, conforme informações adicionais previstas no termo de referência e edital.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 18 de abril de 2017.  
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 32/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 32/2017  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que acontecerá no dia 4/5/2017 às 9 horas, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para a AQUISIÇÃO DE ETILÔMETRO PORTÁTIL ACOMPANHADO DE IMPRESSORA E ACESSÓRIOS, APROVADO PELO INMETRO E HOMOLOGADO PELO DENATRAN, QUE SERÁ UTILIZADO PELA POLÍCIA MILITAR DESTE MUNICÍPIO, conforme informações adicionais previstas no termo de referência e edital.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 18 de abril de 2017.  
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 29/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 29/2017  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que acontecerá no dia 3/5/2017 às 9 horas, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (AREIAS, BRITAS, MISTURA, PÓ DE PEDRISCO, BICA CORRIDA E TUBOS DE CONCRETO), PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE OBRAS, EDUCAÇÃO E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE ASCURRA, conforme informações adicionais previstas no termo de referência e edital.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 18 de abril de 2017.  
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 31/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 31/2017  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que acontecerá no dia 5/5/2017 às 9 horas, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA VEÍCULOS LEVES COM MOTOR A GASOLINA E ETANOL, INCLUINDO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS COMO INJEÇÃO ELETRÔNICA, PARA OS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS, DO CONSELHO TUTELAR, DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E PROMOÇÃO SOCIAL, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E DA SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme informações adicionais previstas no termo de referência e edital.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 18 de abril de 2017.  
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito Municipal

# Aurora

## CÂMARA MUNICIPAL

### Lei nº 1589

LEI Nº 1.589 DE 17 DE ABRIL DE 2017

Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio do Sul- APAE de Rio do Sul, e dá outras providências

ALFONSO MARIA SOUZA, Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina; usando de suas atribuições legais; Faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIO DO SUL - APAE DE RIO DO SUL para repasse de recursos dos Governos, Federal, Estadual e Municipal, à entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 85.787.604/0001-82, com sede a Avenida 7 de setembro, nº 467, centro na cidade de Rio do Sul (SC).

Parágrafo único. Com a celebração do convênio, o Município repassará o valor de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por aluno matriculado, mensalmente à instituição e destinados ao pagamento das despesas de manutenção da entidade, com efeitos retroativos a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º Somente serão liberados os respectivos recursos mediante apresentação da prestação de contas para o Poder Executivo na forma da legislação vigente, dos recursos repassados no mês anterior, devendo ser apresentado até o dia 30 do mês subsequente. Parágrafo único. A referida prestação de contas visa garantir a lisura e probidade na execução do pacto autorizado e é uma obrigação inescusável da instituição cuja inobservância é causa de interrupção imediata do Convênio.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta das seguintes dotações do orçamento: 0008.02440006.2012.3339039 - Assistência Social de Aurora - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 17 de abril de 2017.

ALFONSO MARIA SOUZA

Prefeito Municipal

### Lei nº 1590

LEI Nº 1.590 DE 17 DE ABRIL DE 2017

Amplia o número de vagas de cargo da Administração e Altera dispositivos da Lei Municipal nº 966/1999 e dá outras providências

ALFONSO MARIA SOUZA, Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina; usando de suas atribuições legais; Faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada mais 01 (uma) vaga para o cargo de Psicólogo junto a Lei Municipal nº 966/1999 - Anexo I - Grupo I, e altera o Anexo III, Grupo I da mesma Lei, com todos os direitos e deveres inerentes aos servidores públicos municipais de Aurora:

#### Anexo I

##### Grupo I – Atividades de Nível Superior – ANS

Quantidade de vagas	Cargo	Código	Carga Horária Semanal	Vencimento em R\$
01	Psicólogo	1.1.11	20	1.438,04

#### Anexo II

##### Habilitação Profissional

##### Grupo I – Atividades De Nível Superior

Categorias Funcionais	Habilitação Profissional
Psicólogo	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão

#### Anexo III – Grupo I

Nome do Cargo	Atividades Específicas
Psicólogo	Atividade de natureza especializada, envolvendo o estudo dos processos mentais, sentimentos, pensamentos, razão, inconsciente, e o comportamento humano, visando assegurar uma melhor qualidade de vida aos munícipes, e outras atividades correlatas, incluindo-se atuação junto ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

Art. 2º Fica criada ainda mais 01 (uma) vaga para o cargo de Assistente Social junto a Lei Municipal nº 966/1999 - Anexo I - Grupo I, e altera o Anexo III, Grupo I da mesma Lei, com todos os direitos e deveres inerentes aos servidores públicos municipais de Aurora:

#### Anexo I

## Grupo I – Atividades de Nível Superior – ANS

Quantidade de vagas	Cargo	Código	Carga Horária Semanal	Vencimento em R\$
01	Assistente Social	1.1.01	20	1.449,21

## Anexo II

## Habilitação Profissional

## Grupo I – Atividades de Nível Superior – ANS

Categorias Funcionais	Habilitação Profissional
Assistente Social	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão

## Anexo III – Grupo I

Nome do Cargo	Atividades Específicas
Assistente Social	Planeja e executa atividades que visam assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como busca garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos Segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas, e outras atividades correlatas.

Art. 3º Os cargos criados decorrentes da presente Lei dependem para a sua nomeação, de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, admitida a contratação temporária de forma excepcional e até que se ultime o certame para preenchimento da vaga.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão a conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 17 de abril de 2017.

ALFONSO MARIA SOUZA

Prefeito Municipal

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### PORTARIA 144/2017

PORTARIA N.º 144/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 045/2017 de 02 de janeiro de 2017, a conseguinte EXONERAÇÃO do cargo de CHEFIA VIG. AMB. BEM-ESTAR ANIMAL CENTRO CON ZOONOSSES, com as atribuições a Secretaria Municipal de Saúde, a Senhora ELAINE APARECIDA DO NASCIMENTO SANTANA, brasileira, maior, portador do CPF 966.565.149-87, e inscrito na CI nº. 4/C 3371105 SSP/SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 03 de abril de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA 145/2017

PORTARIA N.º 145/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETOR DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Saúde, a Senhora ELAINE APARECIDA DO NASCIMENTO SANTANA, brasileira, maior, portador do CPF 966.565.149-87, e inscrito na CI nº. 4/C 3371105 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 04 de abril de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 004/2017-FUNSAN TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N° 004/2017-FUNSAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 004/2017-FUNSAN

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N° 004/2017-FUNSAN

O Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, TORNA PÚBLICO que fará realizar Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, para Contratação de empresa para execução de obras e serviços de Drenagem Pluvial da Rua Alagoas. Data/horário recebimento envelopes: 08/05/2017 às 09:00hs. Data/horário abertura envelopes: 08/05/2017 às 09h, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 as 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarrras.atende.net.

Balneário Piçarras/SC, 12 de abril de 2017. Leonel José Martins - Prefeito Municipal

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### LEI Nº 284/2017

LEI Nº 284, DE 04 DE ABRIL DE 2017.

Autoriza celebrar Convênio com a Fundação Social Hospitalar de Içara e dá outras providências.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Fundação Social Hospitalar de Içara, inscrita no CNPJ sob nº: 83.852.418/0001-54, objetivando o repasse financeiro para manutenção do pronto socorro da entidade no valor de R\$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais) para todo o exercício de 2017.

Art. 2º. As despesas inerentes ao convênio correrão por conta do orçamento vigente do exercício de 2017.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Balneário Rincão, 17 de abril de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 17 de abril de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO  
Secretário de Administração e Finanças Designado

### LEI Nº 285/2017

LEI Nº 285, DE 04 DE ABRIL DE 2017.

Autoriza a celebração de convênio com a APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais e dá outras providências.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Içara - inscrita no CNPJ 83.852.350/0001-03, objetivando o repasse financeiro para manutenção da entidade, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 2º As despesas inerentes ao convênio citado no art. 1º correrão por conta do orçamento vigente do exercício de 2017.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 17 de abril de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 17 de abril de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO  
Secretário de Administração e Finanças Designado

### TERCEIRA PRORROGAÇÃO PP 010/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

TERCEIRO AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/FMS/2017

Considerando a imperiosa necessidade de aquisição pelo Município do medicamento estipulado na forma prevista pelo instrumento convocatório preambular e suas respectivas alterações; Considerando que não acudiram interessados na competição em voga.

A Pregoeira, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que:

1. A Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/FMS/2017, cujo objeto é a Registro de Preços de Medicamentos para aquisições futuras, no atendimento do Processo Judicial Nº. 0302263-77.2015.8.24.0028 do Município de Balneário Rincão/SC, com abertura programada para o dia 17/04/2017, às 14h00min, SERÁ REABERTA NO DIA 04/05/2017 às 14h00min, com protocolo até às 13h45min, serão recebidos os envelopes de habilitação e Propostas, e dado início ao certame, uma vez que para a licitação inicialmente programada, não houve apresentação de propostas, caracterizando-a deserta.

2. Esclarece-se, ainda, que ficam mantidas todas as condições e exigências estabelecidas no edital supracitado.

Balneário Rincão, 17 de Abril de 2017.

GISELE FERREIRA  
PREGOEIRA

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº36/2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 36/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA BONITA/SC

CONTRATADO: LR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME

OBJETO: Contratação de Empresa especializada em capacitação treinamento na área da saúde, edição do Plano Municipal de Saúde, realização auditoria nos cadastros domiciliar e individual do E-sus

VALOR: R\$ 32.535,00(trinta e dois mil quinhentos e trinta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 17/04/2017 a 31/12/2017.

ASSINATURA: 17/04/2017.

FUNDAMENTO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 14/2017, DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 17 de ABRIL de 2017.

NILVA BAU BOSS  
Gestora FMS

### EDITAL PREGÃO Nº37/2017

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA-SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº 37/2017 - Republicação

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão, objetivando contratação de Contratação de serviços radiofônicos para divulgação de atos oficiais, obras e serviços da municipalidade, bem como de campanhas de interesse público de caráter informativo, saúde e educativo. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 14:30 horas do dia 02 de maio de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 17 de abril de 2017.

MOACIR PIROCA  
Prefeito

### EDITAL PREGÃO Nº38/2017

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA-SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2017

EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 38/2017

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Registro de Preço, objetivando contratação de Registro de Preço para fornecimento de alimentação – almoços e jantares, no sistema de buffet livre a

preço fixo, cujas especificações detalhadas encontram-se anexo I, que acompanha o Edital Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 02 de maio de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 17 de abril de 2017.

MOACIR PIROCA  
Prefeito

### EDITAL PREGÃO Nº45/2017

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº 045/2017

O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a Aquisição de troféus e medalhas para competições esportivas de promovidas pelo Departamento Municipal de Esportes. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 02 de maio de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 17 de abril de 2017.

MOACIR PIROCA  
Prefeito Municipal

### LEI 791/2017

LEI N.º 901/2017

RATIFICA O TERMO DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, ESTADO DE SANTA CATARINA, COM O INSTITUTO CATARINENSE DE SANIDADE AGROPECUÁRIA - ICASA.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade aos incisos I , III do art.73º e, art.147º da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997;

FAÇO SABER, a toda a população do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Ratifica o termo de convênio firmado entre MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, Estado de Santa Catarina, com o INSTITUTO CATARINENSE DE SANIDADE AGROPECUÁRIA - ICASA, entidade legalmente constituída, inscrita no CNPJ sob nº. 07.739.608/0001-81 com sede na Rodovia Admar Gonzaga, 1486, Itacorubi, cidade de Florianópolis/SC, com a finalidade principal de instituir no âmbito municipal o Programa de Apoio ao Produtor para Sanidade Agropecuária.

Art. 2º. Fica a Prefeitura Municipal de Barra Bonita/SC, autorizada a disponibilizar estrutura física necessário para execução do Programa conforme Termo de Cooperação anexo.

Art. 3º. A assinatura do Termo de Convênio fica condicionada a

apresentação da documentação necessária para formalização do Termo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC 17 de abril 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

### **LEI Nº790/2017**

LEI MUNICIPAL Nº 790/2017

“AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOACIR PIROCA, PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade aos incisos I e III da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997;

FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sancionei a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder um servidor do quadro efetivo deste Ente Federado a CIDASC - COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA, para auxiliar nos trabalhos da empresa pública neste Município.

§1º O ônus da cedência ficará a cargo do Município, bem como a carga horária da cedência será definida em convênio.

Art. 2º Fica também Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a receber por convênio do Estado de Santa Catarina, através da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, um veículo para auxiliar na prestação de serviços no Município.

§ 1º O Município assumirá as despesas com o combustível e com os reparos de pequena monta.

Art. 3º Para a consecução dos objetivos desta lei, será firmado termo Convênio.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Barra Bonita - SC, em 17 de abril de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

### **PORTARIA N.º 113, DE 17 DE ABRIL DE 2017. “ADMITE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

PORTARIA N.º 113, de 17 de abril de 2017.

“Admite servidora e dá outras providencias”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 038/2011, de 01 de dezembro de 2011, e resultado do Processo Seletivo Edital nº002/2016.

Admitir;

Art. 1º - Em caráter temporário a senhora, Bernardete Aparecida Furlan Buratti CPF nº030.295.539-90, para ocupar o cargo de Professor, Anexo II, Grupo I, nível II, do Quadro de Pessoal do Magistério, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, para pelo período de 17 de abril de 2017 até o final do ano letivo de 2017, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 17 de abril de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

### **PORTARIA N.º112, DE 13 DE ABRIL DE 2017 “EXONERA SERVIDORA POR CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

PORTARIA N.º112, de 13 de abril de 2017

“Exonera servidora por concessão de aposentadoria e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora Nair Schneider, matrícula nº 13201, ocupante do cargo de Professora, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, em função de concessão de aposentadoria pela Previdência Social.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 13 de abril de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

### **PORTARIA N.º114, DE 17 DE ABRIL DE 2017. “CONCEDE LICENÇA AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

PORTARIA N.º114, de 17 de abril de 2017.

“Concede licença ao servidor e dá outras providencias”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o

Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Resolve;

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde a servidora, Eliane dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 13.04.2017 a 26.04.2017.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 17 de abril de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

# Barra Velha

## PREFEITURA

**ADITIVO 004/089/2014 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA ME

Licitação: Proc. Administrativo 055/2014 - CP 003/2014

Objeto: Referente ao Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Conclusão das Obras do CEI Areia Branca – 2ª etapa, incluindo o fornecimento de material e mão de obra. Em regime de Empreitada Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas em anexo.

Prorroga prazo Data da assinatura: 15/10/2016 Data do vencimento: 15/06/2017

Barra Velha, 15 de outubro de 2017

KEAN RENAN POSSAMAI Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO Prefeito

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 - FMS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

PROCESSO LICITATÓRIO 004/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 - FMS

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017 - FMS

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.324.957/0001-47, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", para "REGISTRO DE PREÇO", onde o objeto é a AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL ODONTOLÓGICO, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos. ENTREGA DE ENVELOPES: Até a 13h30min do dia 04/05/2017. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 04/05/2017 a partir das 13h30min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC [www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br). Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail: [compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br](mailto:compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br). Bela Vista do Toldo, 18 de Abril de 2017. ADELMO ALBERTI - Prefeito Municipal

### CANCELAMENTO DO PROCESSO

Processo: 006/2017

Modalidade: CHAMADA PÚBLICA

Número: 001/2017

Data da Abertura das Propostas: 27/03/2017

Hora da Abertura das Propostas: 09:00

A Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Estanislau Schumann, nº 839, inscrita no CNPJ sob n. 01.612.888/0001-86, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor Adelmo Alberti, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art.14, da Lei nº 11.947/2009 e na Resolução FNDE nº 26/2013, através da Secretaria Municipal de Educação, no processo de Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/Pnae, durante o período de Março a Dezembro, informar:

O cancelamento do referido processo, uma vez que não foram cumpridas as determinações da resolução 26/2013 do FNDE no que tange os preços dos produtos, tendo que houve valores superiores aos determinados e permitidos no edital da chamada pública.

Neste sentido, novo processo de Chamada Pública é necessário, em regime de urgência, com todo o tramite normal do procedimento.

Bela Vista do Toldo, 29 de março de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

### PORTARIA 474/2017

PORTARIA nº. 474/2017, DE 12 DE ABRIL DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso II, da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 978 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º. NOMEAR MARIA ROSIANI KARVAT TISCZKA, para exercer o cargo de Provimento em Comissão e Confiança de Secretária Municipal de Assistência Social, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração correspondente ao Código ou Nível de Referência Salarial CC-1, fixado no anexo 01 da Lei Municipal nº 978 de julho de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 10 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de abril de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, em 12 de abril de 2017

DAIANE DE SOUZA GOMES

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

### PORTARIA 475/2017

PORTARIA nº. 475/2017, DE 12 DE ABRIL DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso II, da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 978 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º. NOMEAR JOSETE DAMASO TYSZKA, para exercer o cargo de Provimento em Comissão e Confiança de Diretora de Assistência Social, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração correspondente ao Código ou Nível de Referência Salarial CC-2, fixado no anexo 01 da Lei Municipal nº 978 de julho de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 10 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de abril de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, em 12 de abril de 2017

DAIANE DE SOUZA GOMES

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**PORTARIA 476/2017**

PORTARIA Nº. 476/2017 DE 12 DE ABRIL DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores abaixo relacionados lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária do Quadro de Provisão do Poder Executivo Municipal, com vigência de 01/04/2017 a 30/04/2017.

MATRCULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO
1393	ANGELO SCHIESSL	2015/2016
1379	ARIETE APARECIDA SCHVEICZRSKI KRULL	2015/2016
1381	DENIZE DE FATIMA LEFCHACK	2015/2016
1395	EDERSON JOAO KUBIAK	2015/2016
1388	GILMAR FERREIRA	2015/2016
1382	IVONETE CARVALHO DE LIMA	2015/2016
1416	JANINE ELIZIANE SEMPKOSKI	2015/2016
1380	JOAO ALBINO KUCARZ	2015/2016
1385	JOCELI IACHITZKI KRUL	2015/2016
1383	JOCELI VOZNIACK DE BARROS	2015/2016
1466	JOSIANE APARECIDA DREHER IARROCHESKI	2015/2016
1391	JOSIANE DE LIMA	2015/2016
1384	JUCELIA IACHTZKI	2015/2016
1407	LESSANDRA FRANCIELI SCHIESSL	2015/2016
1392	MARCIA REZENDE SAMPAIO MIELKE	2015/2016
1386	VALDECI SCHIESSL MASSANEIRO	2015/2016
1394	ZILAIDE CAMARGO	2015/2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01 de abril de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de abril de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, em 12 de abril de 2017

GILBERTO ZIEMANN

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E  
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

**PORTARIA 477/2017**

PORTARIA nº. 477/2017, DE 12 DE ABRIL DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Conceder ao servidor EZEQUIEL KRULL, investido no cargo de Motorista do Quadro de Provisão Efetivo do Poder Executivo Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, 30 (trinta) dias de licença prêmio pelo período de 11/04/2017 à 10/05/2017, referente ao período aquisitivo de

2001/2006, de acordo com o art. 87 da Lei Municipal nº 004 de 27 de janeiro de 1997.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 11 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de abril de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, em 12 de abril de 2017

FRANCISCO CARLOS SCHIESSL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

# Belmonte

## PREFEITURA

### **LEI Nº 1.904/2017 DE 12 DE ABRIL DE /2017**

LEI Nº1.904/2017 DE 12 DE ABRIL DE /2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER POR ATO PRÓPRIO, A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por ato próprio, a abertura de Créditos Adicionais Suplementar a conta dos seguintes recursos:

I - À conta dos recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, em conformidade com o disposto no Inciso I, §§ 1º. e 2º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais vigentes;

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

BELMONTE/SC., EM 12 DE ABRIL DE 2017.

Genésio Bressiani  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 021/2017**

LEI COMPLEMENTAR Nº 021/2017.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE REVISÃO GERAL ANUAL AO FUNCIONALISMO PÚBLICO MUNICIPAL E AOS AGENTES POLÍTICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Ficam os Poderes Executivo e Legislativo Municipais, autorizados a conceder, no âmbito de cada Poder, a revisão geral anual de que trata o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal a todos os Servidores e Empregados Públicos Municipais ativos e inativos, conselheiros tutelares e aos estagiários, pagos com recursos do erário municipal, na ordem de 6,66% (seis vírgula sessenta e seis por cento), correspondente à inflação registrada pelo Índice Geral de Preços do Mercado no período de fevereiro de 2016 a janeiro de 2017.

Parágrafo único. A revisão geral aos Agentes Políticos dos Poderes Executivo e Legislativo, será de 0,42% (zero vírgula quarenta e dois por cento), relativo ao período de janeiro 2017.

Art. 2º. Ficam os Poderes Executivo e Legislativo Municipais, autorizados a conceder, no âmbito de cada Poder, aumento real a todos os Servidores e Empregados Públicos Municipais ativos e inativos pagos com recursos do erário municipal, aos conselheiros tutelares e aos estagiários, na ordem de 0,98% (zero vírgula noventa e oito por cento).

Parágrafo único. O aumento referido neste artigo não se aplica aos Agentes Políticos.

Art. 3º. Os percentuais referidos nos artigos 1º e 2º desta Lei Complementar serão aplicados a partir do mês de fevereiro do corrente ano, sobre as referências e níveis das tabelas de vencimentos, salários, proventos, funções gratificadas e cargos em comissão dos servidores públicos municipais ativos e inativos do Quadro de Pessoal do respectivo Poder.

Parágrafo único. Os valores de vencimentos e gratificações constantes na Lei Complementar n. 004/2014 serão atualizados por Decreto do Poder Executivo, seguindo os parâmetros estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 4º. O piso de vencimento profissional do magistério público municipal do Nível I, Classe A, da Tabela de Vencimentos a que refere o Anexo IV da Lei Complementar n. 002, de 21 de março de 2014, e o Anexo único da Lei Complementar n. 005, de 27 de agosto de 2014, fica fixado em R\$ 2.298,80 (dois mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos), elevando-se o vencimento previsto para o Nível 1, Referência A, do Anexo III, da Lei Complementar n. 002, de 21 de março de 2014, para R\$ 2.468,17 (dois mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e dezessete centavos), compreendendo-se nestes novos valores os índices revisionais e de aumento previstos nos artigos 1º e 2º desta Lei Complementar.

Art. 5º. Em decorrência do disposto nesta Lei Complementar, ficam alterados:

I – o Anexo III da Lei Complementar n. 002, de 21 de março de 2014, que passa a vigorar com a redação constante no Anexo I desta Lei Complementar;

II – o Anexo IV da Lei Complementar n. 002, de 21 de março de 2014, que passa a vigorar com a redação constante no Anexo II desta Lei Complementar;

III – o Anexo Único da Lei Complementar n. 005, de 27 de agosto de 2014, que passa a vigorar com a redação constante no Anexo III desta Lei Complementar.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar, correrão por conta do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 7º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Belmonte, SC 24 de fevereiro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

MAGISTÉRIO						
HABILITAÇÃO	NIVEL	A	B	C	D	E
LICENCIATURA PLENA	1	2.149,80	2.268,04	2.392,78	2.524,38	2.663,23
PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO 10%	2	2.364,78	2.494,84	2.632,06	2.776,82	2.929,55
PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO 10%	3	2.601,26	2.744,33	2.895,27	3.054,50	3.222,50
PÓS-GRADUAÇÃO DOUTORADO 10%	4	2.861,38	3.018,76	3.184,79	3.359,96	3.544,75

#### ANEXO I

HABILITAÇÃO	VENCIMENTO EM R\$
Aos habilitados em pedagogia em área diversa da área de atuação; aos habilitados em nível médio, na modalidade normal; aos que não possuem habilitação em nível médio na modalidade normal e que estiverem cursando ensino superior específico na área pretendida a partir do 5º (quinto) período:	2.298,80
	(piso nacional do magistério)
Aos que não possuem habilitação em nível médio, na modalidade normal, e que estiverem cursando ensino superior específico na área pretendida em período inferior ao 5º (quinto):	1.609,16
	(70% do piso nacional do magistério)

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº /2017:							
Vagas	CARGO	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	
8	Agente Administrativo	1.632,12	1.730,05	1.833,85	1.943,88	2.060,52	
1	Almoxarife	1.754,97	1.860,27	1.971,89	2.090,20	2.215,61	
4	Auxiliar de Enfermagem	1.326,58	1.406,17	1.490,54	1.579,98	1.674,77	
10	Auxiliar Administrativo	1.242,67	1.317,23	1.396,26	1.480,04	1.568,84	
2	Fiscal de Tributos	1.632,12	1.730,05	1.833,85	1.943,88	2.060,52	
1	Recepcionista	1.242,67	1.317,23	1.396,26	1.480,04	1.568,84	

3	Técnico Agrícola	1.754,97	1.860,27	1.971,89	2.090,20	2.215,61	
1	Tesoureiro	2.346,69	2.487,49	2.636,74	2.794,95	2.962,64	
25	Auxiliar de Serviços Gerais	992,27	1.051,80	1.114,91	1.181,81	1.252,71	
8	Merendeira	992,27	1.051,80	1.114,91	1.181,81	1.252,71	
1	Zelador	992,27	1.051,80	1.114,91	1.181,81	1.252,71	
2	Carpinteiro	1.166,36	1.236,34	1.310,53	1.389,16	1.472,51	
4	Pedreiro	1.166,36	1.236,34	1.310,53	1.389,16	1.472,51	
1	Mecânico	1.754,97	1.860,27	1.971,89	2.090,20	2.215,61	
10	Motorista	1.326,58	1.406,17	1.490,54	1.579,98	1.674,77	
10	Op. de Equip.Rodoviários	1.418,88	1.504,01	1.594,25	1.689,90	1.791,30	
1	Assistente Social	3.322,21	3.521,54	3.732,84	3.956,81	4.194,21	
1	Contador	3.930,61	4.166,45	4.416,44	4.681,42	4.962,31	
2	Enfermeiro	3.322,22	3.521,56	3.732,85	3.956,82	4.194,23	
6	Agente Com. de saúde	1.312,70	1.391,46	1.474,95	1.563,44	1.657,25	
1	Fiscal de Vig. Sanit. e Ep.	1.389,78	1.473,17	1.561,56	1.655,26	1.754,57	
2	Técnico em Enfermagem	1.618,70	1.715,82	1.818,77	1.927,89	2.043,57	
1	Técnico em Saúde Bucal	1.389,78	1.473,17	1.561,56	1.655,26	1.754,57	
1	Nutricionista	3.322,21	3.521,54	3.732,84	3.956,81	4.194,21	

## ANEXO III

## ANEXO IV

## QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

CARGOS	DENOMINAÇÃO	CC	FG
	Secretário Municipal		
1	Assessor de Comunicações 20 Horas	R\$ 1.283,92	
1	Assessor Contábil	R\$ 4.644,83	
1	Chefe de Gabinete	R\$ 4.261,14	R\$ 1.547,30
1	Chefe de RH	R\$ 2.382,12	R\$ 629,19
1	Coordenador de Controle Interno	R\$ 2.925,75	R\$ 825,16
1	Coordenador do Departamento de Compras	R\$ 2.706,92	R\$ 629,19
1	Chefe de Serviços Sociais	R\$ 2.382,12	R\$ 629,19
1	Chefe do Almoxarifado	R\$ 2.382,12	R\$ 629,19
1	Chefe de Departamento Agricultura e Pecuária	R\$ 2.382,12	R\$ 629,19
1	Chefe de Departamento Cultural	R\$ 2.382,12	R\$ 629,19
1	Coordenador de Programas Sociais	R\$ 1.980,42	R\$ 629,19
1	Chefe de Departamento Transportes e Obras	R\$ 2.382,12	R\$ 629,19
1	Chefe de Departamento Serviços Urbanos	R\$ 2.382,12	R\$ 629,19
1	Chefe de Departamento Estradas Vicinais	R\$ 2.382,12	R\$ 629,19
1	Chefe de Equipe Limpeza Urbana	R\$ 2.382,12	R\$ 629,19
1	Chefe de Departamento de Esportes	R\$ 2.382,12	R\$ 629,19
1	Chefe de Departamento Saúde Pública	R\$ 2.382,12	R\$ 629,19
1	Chefe de Departamento Saneamento Básico	R\$ 2.382,12	R\$ 629,19
1	Chefe de Departamento Planejamento	R\$ 2.382,12	R\$ 629,19
1	Coordenador de Biblioteca	R\$ 1.980,42	R\$ 629,19
1	Diretor de Tributos	R\$ 1.980,42	R\$ 629,19
1	Diretor de Serviços Gerais	R\$ 1.980,42	R\$ 629,19
1	Diretor de Vigilância Sanitária	R\$ 1.980,42	R\$ 629,19

1	Chefe do Programa de Inseminação Artificial e Melhoramento Genético	R\$ 2.382,12	R\$ 629,19
1	Chefe do Departamento de Empenhos	R\$ 2.382,12	R\$ 629,19
1	Chefe do Setor de Alimentação Escolar	R\$ 1.980,42	R\$ 515,73
1	Chefe do Setor de Transporte Escolar	R\$ 1.980,42	R\$ 515,73
1	Chefe do Setor de Identificação e Serviço Militar	R\$ 1.980,42	R\$ 515,73

## ANEXO V

CARGOS DE COORDENAÇÃO				
CARGOS	DENOMINAÇÃO	CC	FG	
1	Coordenador da Divisão de Transportes	R\$ 1.926,34	R\$ 500,71	
1	Coordenador da Divisão de Obras	R\$ 1.926,34	R\$ 500,71	
1	Coordenador da Divisão de Serviços Urbanos	R\$ 1.926,34	R\$ 500,71	
1	Coordenador dos Serviços de Limpeza Pública	R\$ 1.926,34	R\$ 500,71	
1	Coordenador dos Serviços de Estradas Vicinais	R\$ 1.926,34	R\$ 500,71	
1	Coordenador dos Serviços de Ajardinamento e Paisagismo	R\$ 1.926,34	R\$ 500,71	
1	Coordenador dos Serviços de Agentes Comunitários de Saúde	R\$ 1.926,34	R\$ 500,71	
1	Coordenador dos Serviços do Programa de Saúde da Família	R\$ 1.926,34	R\$ 500,71	
1	Coordenador dos Serviços de Setor de Transportes da Saúde	R\$ 1.926,34	R\$ 500,71	
1	Coordenador dos Serviços de Desenvolvimento Animal	R\$ 1.926,34	R\$ 500,71	
1	Coordenador dos Programas de Troca-troca de sementes e mudas	R\$ 1.926,34	R\$ 500,71	
1	Coordenador dos Serviços do Programa da Patrulha Mecanizada	R\$ 1.926,34	R\$ 500,71	
1	Coordenador de Informática	R\$ 1.926,34	R\$ 500,71	
1	Coordenador do FUNDEB	R\$ 1.926,34	R\$ 500,71	
1	Coordenador dos Programas de Educação	R\$ 1.926,34	R\$ 500,71	
1	Coordenador do Gabinete da Secretária de Educação	R\$ 1.926,34	R\$ 500,71	
1	Coordenador de Execução e Controle Orçamentário	R\$ 1.926,34	R\$ 500,71	
1	Coordenador Transporte Escolar	R\$ 1.926,34	R\$ 500,71	

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	GRATIFICAÇÃO
O servidor ocupante do Cargo de Tesoureiro, quando exerce cumulativamente os serviços de tesouraria do Município e dos Fundos Municipais.	R\$ 618,88
O servidor ocupante do Cargo de Contador, quando exerce cumulativamente os serviços de contabilidade do Município e dos Fundos Municipais.	R\$ 618,88
O servidor ocupante das atribuições de Gestor de Fundo Municipal cumulativamente com as atribuições do cargo efetivo.	R\$ 618,88

**LEI COMPLEMENTAR Nº 022/2017, DE 03 DE ABRIL 2017**

LEI COMPLEMENTAR Nº 022/2017, DE 03 DE ABRIL 2017.

EXTINGUE OS CARGOS DE COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO E DE ASSESSOR CONTÁBIL, DISPOSTOS PELA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 004/2008, CRIA OS CARGOS DE DIRETOR DE CONTROLE INTERNO, DE CONTROLADOR INTERNO E DE GERENTE MUNICIPAL DE CONVÊNIOS E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º Ficam extintos, os cargos de Coordenador de Controle Interno e de Assessor Contábil, dispostos pela Lei Complementar Municipal nº 004/2008.

Art. 2º Ficam criados, de acordo com o que prescrevem os arts. 10 e 14, da Lei Complementar Municipal nº 004/2014, os cargos de Diretor de Controle Interno (com carga horária de 30 horas), de Controlador Interno (com carga horária de 40 horas) e de Gerente Municipal de Convênios (com carga horária de 30 horas), com número de vagas e remuneração constantes do anexo único desta Lei.

Art. 3º Ao titular do cargo de Diretor de Controle Interno, que poderá ser de natureza comissionada (CC), ou gratificada (FG), incumbe à tarefa de conduzir os trabalhos institucionais do Órgão de Controle Interno perante a Administração Municipal, sempre com a colaboração direta do Controlador Interno.

Art. 4º Ao titular do cargo de Controlador Interno, que poderá ser de natureza comissionada (CC), ou gratificada (FG), incumbe as seguintes atribuições:

I- Supervisionar, coordenar e executar trabalhos de avaliação das metas do Plano Plurianual, bem como dos programas e orçamento do governo municipal;

II- Examinar a legalidade e avaliar resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos da Administração Municipal, bem como, da aplicação de recursos públicos e subsídios em benefício de empresas privadas;

III- Exercer controle das operações, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do Município;

IV- Subsidiar, através de recomendações, o exercício do cargo do Prefeito, dos Secretários e dirigentes dos órgãos da Administração, objetivando o aperfeiçoamento da gestão pública;

V- Verificar e controlar, periodicamente, os limites e condições relativas às operações de crédito, assim como os procedimentos e normas sobre restos a pagar e sobre despesas com pessoal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Regimento Interno do Sistema de Controle Interno do Município;

VI- Prestar apoio ao Diretor de Controle Externo no exercício de suas funções institucionais e legais;

VII- Auditar os processos de licitações, dispensa, ou de inexigibilidade, para as contratações de obras, serviços, fornecimentos e outros;

VIII- Auditar a investidura nos cargos e funções públicas, a realização de concursos públicos, publicação de editais, prazos e bancas examinadoras;

IX- Auditar as despesas com pessoal, limites, reajustes, aumentos, reavaliações, concessão de vantagens, previsão na lei de diretrizes orçamentárias, plano plurianual e orçamento;

XI- Acompanhar, quando for o caso, procedimentos relativos a processos disciplinares, publicidade, portarias e demais atos;

XII- Auditar lançamento e cobrança de tributos municipais, cadastro, revisões, reavaliações e prescrição;

XIII- Examinar e analisar os procedimentos da tesouraria, saldo de caixa, pagamentos, recebimentos, cheques, empenhos, aplicações financeiras, rendimentos, plano de contas, escrituração contábil e balancetes;

XIV- Exercer outras atividades inerentes ao sistema de controle interno.

Art. 5º Ao titular do cargo de Gerente Municipal de Convênios, que poderá ser de natureza comissionada (CC), ou gratificada (FG), incumbe às atribuições de:

I- Coordenar o planejamento das políticas públicas municipais;

II- Pleitear, conjuntamente com o gestor municipal, convênios junto aos Governos Federal e Estadual;

III- Executar em articulação com as demais Secretarias, órgãos e entidades da Administração Pública, a captação e negociação de recursos junto a órgãos e instituições nacionais e internacionais, públicos e privados;

IV- Assessorar o gestor municipal nos atos relativos ao planejamento e execução das diretrizes de gestão do Município;

V- Acompanhar e realizar todas as tarefas necessárias à prestação de contas de recursos recebidos pela Municipalidade.

Art. 6º As dotações para a execução desta Lei são as fixadas pela Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Belmonte, SC, 03 de abril de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE CARGOS

QUANT.	DENOMINAÇÃO	CC	FG
01	Diretor de Controle Interno	5.700,00	1.290,00
01	Controlador Interno	4.300,00	1.290,00
01	Gerente Municipal de Convênios	3.500,00	1.290,00

**LEI Nº 1.901/2017 DE 13 DE MARÇO DE 2017**

LEI Nº 1.901/2017 DE 13 DE MARÇO DE 2017.

REFORMULA O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Art. 1º. Esta Lei reformula integralmente a Lei n. 1.142, de ..... que cria o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS.

**CAPÍTULO I****DO FUNDO E DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL****Seção I****Objetivos e Fontes**

Art. 2º. Fica reestruturado e mantido o Fundo de Habitação de Interesse Social – FMHIS, instituído pela Lei n. 1.142/2009, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais de interesse social.

Art. 3º. O FMHIS é constituído por:

- I – dotações do Orçamento Geral do Município, classificadas na função de habitação;
- II – outros fundos ou programas que forem incorporados ao FMHIS;
- III – recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;
- IV – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacional ou internacional;
- V – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMHIS;
- VI – outros recursos que lhe forem destinados.

**Seção II****Do Conselho Municipal**

Art. 4º. Fica instituído o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, órgão permanente, paritário, consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, e de interlocução junto à comunidade e aos poderes públicos na busca de soluções compartilhadas em sintonia com as políticas nacional, estadual e municipal e que atua na gestão da política habitacional, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 12 da Lei Federal nº 11.124, de 2005, e alterações posteriores.

Art. 5º. O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, será composto por 06 (seis) conselheiros, conforme segue:

- I – 03 (três) representantes governamentais;
- II – 03 (três) representantes de entidades da sociedade civil organizada; e de movimentos populares comunitários.

§ 1º. A escolha dos membros do Conselho deste Conselho oriundos de entidades da sociedade civil organizada e de movimentos populares será regulamentado por Decreto a ser expedido pelo Poder Executivo Municipal.

§ 2º. Os membros do Conselho Municipal representantes governamentais serão indicados pelo Executivo Municipal.

§ 3º. A Presidência do Conselho será exercida por qualquer membro, contanto que possua a metade mais um dos votos válidos (titulares).

§ 4º. A Secretaria Municipal de Administração disponibilizará os meios necessários para o funcionamento e o exercício das competências do Conselho Municipal de Habitação e de Interesse Social - CMHIS.

§ 5º. Para cada conselheiro titular, será indicado um suplente.

**Seção III****Das Aplicações dos Recursos do FMHIS**

Art. 6º. As aplicações dos recursos do FMHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

- I – aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas;
  - II – produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;
  - III – urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas como de interesse social;
  - IV – implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;
  - V – aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;
  - VI – recuperação ou produção de imóveis em áreas centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;
  - VII – remoção de moradias em área de risco e reassentamentos;
  - VIII – despesas cartoriais e de registros decorrentes do processo de regularização fundiária, bem como desapropriações que se fizerem necessárias;
  - IX – contratação de serviços, convênios ou termos de cooperação referentes à execução de projetos habitacionais e de regularização fundiária; e
  - X – outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Municipal de Habitação e de Interesse Social.
- Parágrafo único. Será admitida a aquisição de imóveis para implantação de projetos habitacionais de interesse social.

**Seção IV****Das Competências do Conselho Municipal**

Art. 7º. Ao Conselho Municipal compete:

- I – estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FMHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política e o plano municipais de habitação;

- II – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FMHIS;  
 III – fixar critérios para a priorização de linhas de ações;  
 IV – deliberar sobre as contas do FMHIS;  
 V – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares aplicáveis ao FMHIS nas matérias de sua competência;  
 V – aprovar seu regimento.

§ 1º. As diretrizes e os critérios previstos no inciso I do “caput” deste artigo deverão observar as normas emanadas pelo Conselho Gestor do FMHIS, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 2005, e alterações posteriores, nos casos em que o FMHIS vier a receber recursos federais.

§ 2º. O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e a fiscalização pela sociedade.

§ 3º. O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS promoverá audiências públicas e conferências representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

## CAPÍTULO II

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art. 9º. Fica revogada a Lei Municipal nº 1.142 de 22 de maio de 2009.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte/SC, 13 de março de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada e data Supra

## LEI Nº 1.897/2017 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017

LEI Nº 1.897/2017 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EFETUAR A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R\$ 605.254,77 (SEISCENTOS E CINCO MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

## TÍTULO I

### CAPÍTULO I

#### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei Municipal nº 1.885, de 29 de novembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 605.254,77 (seiscentos e cinco mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos), com objetivo de suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas da Secretaria Municipal de Educação de Belmonte, com recursos do Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional-SDR de São Miguel do Oeste/SC.

### CAPÍTULO II

#### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, abrir um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 605.254,77 (seiscentos e cinco mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos), em dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade:	05.02	Ensino Fundamental	
Proj./Ativ.	12.361.0005.2.009	Manut e Funcion.das Ativ.Ens.Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00.30064		Aplicações diretas	R\$ 455.254,77
Unidade:	05.03	Educação Infantil	
Proj./Ativ.	12.365.0005.2.012	Manut e Funcion.da Educação Infantil	
3.3.90.00.00.00.00.30064		Aplicações diretas	R\$ 150.000,00
T O T A L è			R\$ 605.254,77

Art. 3º Para atendimento parcial do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a utilizar o Superávit Financeiro de recursos provenientes de recursos do Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria do

Desenvolvimento Regional – SDR de São Miguel do Oeste, apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2016, no valor de até R\$ 605.254,77 (seiscentos e cinco mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos), em conformidade com inciso I do § 1º e § 2º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Agência / Banco / Conta Bancária	Recursos	Valor (R\$)
Banco do Brasil S/A / Agência 1385-4 / Conta Material Didático Pedagógico – nº 16.025-3	30064	605.254,77

### CAPÍTULO III

#### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover a alteração da Lei nº. 1.883, de 29 de novembro de 2016, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativo à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de até R\$ 605.254,77 (seiscentos e cinco mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos), objetivando suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas com aquisição de material didático e pedagógico destinados a Secretaria Municipal de Educação de Belmonte.

### CAPÍTULO IV

#### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica da mesma forma, o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei nº. 1.884, de 29 de novembro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 605.254,77 (seiscentos e cinco mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos), objetivando suprir dotações orçamentárias necessárias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 24 de fevereiro de 2017.

Genésio Bressiani

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

### LEI Nº 1.898/2017 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017

DE LEI Nº 1.898/2017 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EFETUAR A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R\$ 5.588,56 (CINCO MIL, QUINHENTOS E OITENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I

#### CAPÍTULO I

##### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei Municipal nº 1.885, de 29 de novembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 5.588,56 (cinco mil, quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), com objetivo de suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas de pessoal e encargos no Orçamento Geral do Município, com recursos do FUNDEB.

#### CAPÍTULO II

##### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, abrir um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 5.588,56 (cinco mil, quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), em dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade:	05.02	Ensino Fundamental
Proj./Ativ.	12.361.0005.2.009	Manut.e Funcion.Atividades Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.30018	Aplicações diretas	R\$ 5.588,56
T O T A L è		R\$ 5.588,56

Art. 3º Para atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a utilizar o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2016, de recursos do FNDE / FUNDEB, no valor de até R\$ 5.588,56 (cinco mil, quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), em conformidade com inciso I do § 1º e § 2º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Agência / Banco / Conta Bancária	Recursos	Valor (R\$)
Banco do Brasil S/A - Agência 1385-4 / Banco 001 / Conta FUNDEB 11.234-8	30018	R\$ 5.588,56

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover a alteração da Lei nº. 1.883, de 29 de novembro de 2016, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativo à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de até R\$ 5.588,56 (cinco mil, quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), objetivando suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas de pessoal e encargos.

### CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica da mesma forma, o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei nº. 1.884, de 29 de novembro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 5.588,56 (cinco mil, quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), objetivando suprir dotações orçamentárias necessárias ao desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 24 de fevereiro de 2017.  
Genésio Bressiani  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

## LEI Nº 1.894/2017 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017

LEI Nº 1.894/2017 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EFETUAR A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R\$ 10.300,00 (DEZ MIL E TREZENTOS REAIS), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I

#### CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei Municipal nº 1.885, de 29 de novembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais), com objetivo de suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas do Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

#### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, abrir um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais), em dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	12.00	FUNDO MUN.INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	
Unidade:	12.01	Fundo Municipal da Infância e Adolescência	
Proj./Ativ.	08.243.0018.2.045	Manut.e Coord.Ativ.FM.Criança e Adolescente	
119 - 3.3.90.00.00.00.00.10000		Aplicações diretas	R\$ 10.300,00
T O T A L è			R\$ 10.300,00

Art. 3º Para atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a utilizar a anulação total e/ou parcial das dotações especificadas abaixo, em conformidade com inciso III do § 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Órgão:	12.00	FUNDO MUN.INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Unidade:	12.01	Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Proj./Ativ.	08.243.0018.2.044	Manut.do Centros de Atend.a Criança e Adolescente	
118 - 3.3.50.00.00.00.10000		Transf.a Instit.Privadas s/fins Lucrativos	R\$ 10.300,00
T O T A L è			R\$ 10.300,00

**CAPÍTULO III****DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 4º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover a alteração da Lei nº. 1.883, de 29 de novembro de 2016, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativo à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de até R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais), objetivando suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas com o Fundo da Infância e Adolescência.

**CAPÍTULO IV****DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 5º Fica da mesma forma, o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei nº. 1.884, de 29 de novembro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais), objetivando de suprir dotações orçamentárias necessárias aos serviços do Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 17 de fevereiro de 2017.

Genésio Bressiani

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

**LEI Nº 1.895/2017 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017**

LEI Nº 1.895/2017 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017.

AUTORIZA A ADESÃO AO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA COMO ÓRGÃO DE PUBLICAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a adesão do Município de Belmonte ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, que será o meio de publicação legal e divulgação dos atos administrativos externos da Administração Municipal.

Parágrafo único. O Diário Oficial dos Municípios de que trata esta Lei substitui a publicação impressa e será veiculado no sítio [www.diario-municipal.sc.gov.br](http://www.diario-municipal.sc.gov.br) da rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Art. 3º Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Belmonte, SC, 17 de fevereiro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

**LEI Nº 1.896/2017 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017**

LEI Nº 1.896/2017 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EFETUAR A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO VALOR DE R\$ 209.793,80 (DUZENTOS E NOVE MIL, SETECENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E OITENTA CENTAVOS), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

## TÍTULO I

## CAPÍTULO I

## DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei Municipal nº 1.885, de 29 de novembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 209.793,80 (duzentos e nove mil, setecentos e noventa e três reais e oitenta centavos), com objetivo de instituir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas para aquisição de equipamentos e material permanente para o Fundo Municipal de Saúde.

## CAPÍTULO II

## DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, abrir um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 209.793,80 (duzentos e nove mil, setecentos e noventa e três reais e oitenta centavos), em dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	10.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	10.01	Fundo Municipal de Saúde	
Proj./Ativ.	10.301.0012.1.019	Constr.Ampliação e Reforma de UBS e Academias da Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.30450		Aplicações diretas	R\$ 209.793,80
T O T A L è			R\$ 209.793,80

Art. 3º Para atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a utilizar o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2016, de recursos próprios, no valor de até R\$ 209.793,80 (duzentos e nove mil, setecentos e noventa e três reais e oitenta centavos), em conformidade com inciso I do § 1º e § 2º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Agência / Banco / Conta Bancária	Recursos	Valor (R\$)
Caixa Econômica Federal / Agência 0702 / conta FNS Aquisição Equip.e Mat.Permanente nº 624.085-8	30450	209.793,80

## CAPÍTULO III

## DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover a alteração da Lei nº. 1.883, de 29 de novembro de 2016, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativo à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de até R\$ 209.793,80 (duzentos e nove mil, setecentos e noventa e três reais e oitenta centavos), objetivando instituir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas com ações e serviços de Saúde.

## CAPÍTULO IV

## DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica da mesma forma, o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei nº. 1.884, de 29 de novembro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 209.793,80 (duzentos e nove mil, setecentos e noventa e três reais e oitenta centavos), objetivando criar dotações orçamentárias necessárias aos serviços do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 24 de fevereiro de 2017.

Genésio Bressiani

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

**LEI Nº 1.899/2017 DE 10 DE MARÇO DE 2017**

LEI Nº 1.899/2017 DE 10 DE MARÇO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EFETUAR A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

## TÍTULO I

**CAPÍTULO I**  
**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei Municipal nº 1.885, de 29 de novembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com objetivo de suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas da Secretaria Municipal de Educação de Belmonte, com recursos próprios do Erário Municipal.

**CAPÍTULO II**  
**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, abrir um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade:	05.02	Ensino Fundamental	
Proj./Ativ.	12.361.0005.1.004	Constr., Ampl. e Manut.Rede Fisica Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00.30001		Aplicações diretas	R\$ 80.000,00
T O T A L è			R\$ 80.000,00

Art. 3º Para atendimento parcial do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a utilizar o Superávit Financeiro de recursos próprios do Erário Municipal, apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2016, no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em conformidade com inciso I do § 1º e § 2º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

**CAPÍTULO III**  
**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 4º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover a alteração da Lei nº. 1.883, de 29 de novembro de 2016, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativo à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas de capital destinados a Secretaria Municipal de Educação de Belmonte.

**CAPÍTULO IV**  
**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 5º Fica da mesma forma, o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei nº. 1.884, de 29 de novembro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias necessárias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 10 de março de 2017.  
Genésio Bressiani  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada e data Supra

**LEI Nº 1.903/2017 DE 23 DE MARÇO DE 2017**

LEI Nº 1.903/2017 DE 23 DE MARÇO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EFETUAR A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), PARA O EXERCICIO FINANCEIRO DE 2017, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos habitantes deste municipio, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TITULO I****CAPÍTULO I**  
**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei Municipal nº 1.885, de 29 de novembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com objetivo de suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas da Secretaria de

Transporte, Obras e Serviços.

## CAPÍTULO II

### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, abrir um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	07.00	SECRET.MUN.TRANSP.,OBRAS E SERV.	
Unidade:	07.02	Obras, Urban., Infraestrutura e Serv.Gerais	
Proj./Ativ.	15.451.0009.1.012	Constr., Ampl.e Pavim.Ruas e Avenidas do Município	
79 - 4.4.90.00.00.00.00.10000		Aplicações diretas	R\$ 5.000,00
T O T A L è			R\$ 5.000,00

Art. 3º Para atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a utilizar a anulação total e/ou parcial das dotações especificadas abaixo, em conformidade com inciso III do § 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Órgão:	07.00	SECRET.MUN.TRANSP.,OBRAS E SERV.	
Unidade:	07.02	Obras, Urban., Infraestrutura e Serv.Gerais	
Proj./Ativ.	15.452.0009.2.024	Manut.do Centros de Atend.a Criança e Adolescente	
81 - 3.3.90.00.00.00.00.10000		Aplicações diretas	R\$ 5.000,00
T O T A L è			R\$ 5.000,00

## CAPÍTULO III

### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover a alteração da Lei nº. 1.883, de 29 de novembro de 2016, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativo à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas com a Secretaria de Transporte, Obras e Serviços.

## CAPÍTULO IV

### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica da mesma forma, o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei nº. 1.884, de 29 de novembro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), objetivando de suprir dotações orçamentárias necessárias aos serviços da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 23 de março de 2017.

Genésio Bressiani  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

## LEI Nº 1900/2017 DE 10 DE MARÇO DE 2017

LEI Nº 1900/2017 DE 10 DE MARÇO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EFETUAR A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO VALOR DE R\$ 17.000,00 (DEZESSETE MIL REAIS), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

## TÍTULO I

### CAPÍTULO I

#### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei Municipal nº 1.885, de 29 de novembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais), com objetivo de instituir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas para aquisição de equipamentos e material permanente para o Fundo Municipal de Saúde.

### CAPÍTULO II

## DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, abrir um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), em dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	10.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	10.01	Fundo Municipal de Saúde	
Proj./Ativ.	10.301.0012.1.019	Constr.Ampliação e Reforma de UBS e Academias da Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.30002		Aplicações diretas	R\$ 17.000,00
T O T A L è			R\$ 17.000,00

Art. 3º Para atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a utilizar o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2016, de recursos próprios, no valor de até R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), em conformidade com inciso I do § 1º e § 2º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

## CAPÍTULO III

## DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover a alteração da Lei nº. 1.883, de 29 de novembro de 2016, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativo à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de até R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), objetivando instituir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas com ações e serviços de Saúde.

## CAPÍTULO IV

## DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica da mesma forma, o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei nº. 1.884, de 29 de novembro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), objetivando criar dotações orçamentárias necessárias aos serviços do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 10 de março de 2017.

Genésio Bressiani  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada e data Supra

**LEI Nº 1902/2017 DE 13 DE MARÇO DE 2017**

LEI Nº 1902/2017 DE 13 DE MARÇO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N. 076, DE 22 DE JUNHO DE 1993.

Art. 1º. O artigo 6º da Lei n. 076, de 22 de junho de 1993 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário será administrado por uma diretoria composta pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

§ 1º. A função de Presidente do Conselho será exercida preferencialmente pelo Secretário Municipal de Agricultura e, na vacância do cargo de Secretário, será designado como Presidente servidor municipal ocupante de cargo de provimento efetivo lotado na respectiva Secretaria, com conhecimento na área.

§ 2º. Os demais cargos da Diretoria serão providos por eleição do Conselho.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina,  
em 13 de março de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI,  
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada e data Supra

**LEI Nº 1905/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.**

LEI Nº 1905/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS EM NOME DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. GENÉSIO BRESSIANI, Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º De conformidade com o que estabelece o Artigo 17, da Lei nº 8.666/93, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover em nome do Município de Belmonte, a venda do seguinte Bem Móvel:

I- FIAT DUCATO MINIBUS ANO E MODELO 2006 PLACAS MAS 7263 patrimônio (2074)

Art. 2º O ato de transmissão efetiva dos Bem Móvel descrito no Artigo anterior, somente será efetuado mediante o recolhimento à vista a contra entrada do bem, vedado o parcelamento do valor devido referente ao lance vencedor.

Art. 3º Os recursos provindos da alienação dos respectivos bens patrimoniais, serão revertidos na realização de novos investimentos, em conformidade com os prescritos da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 4º Segundo preconizantes do presente ato, ficam inseridas as respectivas alienações nas matérias orçamentárias em execução, em cumprimento aos determinantes constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal LC nº. 101/2000.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte/SC, em 17 de abril de 2017.

Genésio Bressiani  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017**

MUNICÍPIO DE BELMONTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017

Registro de Preços

Objeto: Aquisição de serviços de arbitragem quando da realização de competições esportivas promovidas pela Secretaria Municipal de Cultura e Esportes, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 09:00 horas do dia 02/05/2017, no Dpto.. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 09:00 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 17 de abril de 2017.

Genésio Bressiani  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2017**

MUNICÍPIO DE BELMONTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2017

Registro de Preços

Objeto: Aquisição de materiais esportivos para serem utilizados no desenvolvimento de atividades da Secretaria Municipal de Cultura e Esportes, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 14:00 horas do dia 02/05/2017, no Dpto.. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 14:00 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 17 de abril de 2017.

Genésio Bressiani  
Prefeito Municipal

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - TP 47/2017**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 47/2017

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE PARTE DA RUA BELO HORIZONTE, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 9h do dia 08 de maio de 2017. ABERTURA: às 9h05m do dia 08 de maio de 2017. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital diariamente em horário de expediente no Setor de Compras e Licitações desta Municipalidade, localizada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, Benedito Novo/SC, no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br) ou no e-mail: [licitacao@beneditonovo.sc.gov.br](mailto:licitacao@beneditonovo.sc.gov.br). Maiores informações pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487.

Benedito Novo (SC), 18 de abril de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

# Biguaçu

## PREFEITURA

### COMUNICADO PP 65- 2017 SUSPENSÃO 2

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE SUSPENSÃO DO PP 65/2017- PMB

A Diretoria de Licitações e Contratos vem, por meio dessa, comunicar às empresas interessadas no Processo de Licitação PP 65/2017 PMB, cujo objeto: "Contratação de empresa especializada em fornecimento de prestação de serviços de locação de câmeras, equipamentos, instalação e manutenção corretiva e preventiva do sistema de vídeo monitoramento englobando um total de 96 (noventa e seis) câmeras, NVR para armazenamento com capacidade mínima de 07 dia de armazenagem, software para visualização monitoramento e extração de imagens, link de dados via fibra óptica para instalação na região urbana e rural da cidade de Biguaçu conforme especificação dos locais ( anexo II ), abrangendo movimentações de câmeras para áreas de maior interesse, incluindo o treinamento de todo material necessário para o perfeito funcionamento do sistema do parque de câmeras de monitoramento desta prefeitura.", que a mesma fica SUSPENSA, para correção das especificações técnicas e Termo de Referência.

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

Fernanda Cunha

Pregoeira

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32 DO PP 74/2017 – PMB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32 DO PP 74/2017 – PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS.

VENCEDOR: ADEMIR BOSQUETI MATEUS ME

VALOR TOTAL: R\$ 80.375,00

VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33 DO PP 74/2017 – PMB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33 DO PP 74/2017 – PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE

SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS.

VENCEDOR: DUSOM SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA EPP

VALOR TOTAL: R\$ 16.880,00

VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34 DO PP 79/2017 – PMB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34 DO PP 79/2017 – PMB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER BANHEIROS QUÍMICOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BIGUAÇU - FAMABI.

VENCEDOR: RICARDO ALEXANDRE GABRIEL & CIA LTDA EPP

VALOR TOTAL: R\$ 112.740,00

VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35 DO PP 48/2017 – PMB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35 DO PP 48/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS PÉTREOS, MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EXECUTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES.

VENCEDOR: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 244.860,00

VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36 DO PP 48/2017 – PMB.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36 DO PP 48/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS PÉTREOS, MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EXECUTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES. VENCEDOR: PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 330.000,00

VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37 DO PP 48/2017 – PMB.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37 DO PP 48/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS PÉTREOS, MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EXECUTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES. VENCEDOR: SANEAMENTO PRE MOLDADOS INDUSTRIA E COM. LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 75.200,00

VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38 DO PP 48/2017 – PMB.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38 DO PP 48/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS PÉTREOS, MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EXECUTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES. VENCEDOR: SOLIDA SERVIÇOS DE OBRAS EIRELI ME

VALOR TOTAL: R\$ 251.650,00

VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE

BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39 DO PP 48/2017 – PMB.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39 DO PP 48/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS PÉTREOS, MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EXECUTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES. VENCEDOR: VALDELI DOS CELIO DOS SANTOS EIRELI

VALOR TOTAL: R\$ 30.530,00

VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40 DO PP 48/2017 – PMB.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40 DO PP 48/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS PÉTREOS, MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EXECUTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES. VENCEDOR: VOGELSANGER ENGENHARIA LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 6.900,00

VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 17 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41 DO PP 48/2017 – PMB.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41 DO PP 48/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS PÉTREOS, MATERIAIS PARA

PAVIMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EXECUTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES. VENCEDOR: DOGLAS SCAPIN EIRELI ME  
VALOR TOTAL: R\$ 110.100,00  
VIGÊNCIA: 17/04/2017 A 17/04/2018.  
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)  
Biguaçu, 17 de abril de 2017.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 1376/2017**

PORTARIA nº 1376 de 10 de abril de 2017

## ERRATA:

Na portaria 2226/2016, de nomeação do(a) servidor(a) Adriana Silveira ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2226/2016 de 26 de agosto de 2016:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FRANCIELLE GRANETTO CATAFESTA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FRANCIELLE GRANETTO CATAFESTA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/08/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 1377/2017**

PORTARIA nº 1377 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FRANCIELLE GRANETTO CATAFESTA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICA DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2017 a 31/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1378/2017**

PORTARIA nº 1378 de 10 de abril de 2017

## ERRATA:

Na portaria 2116/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Daniel Petkov ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2116/2016 de 22 de agosto de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FABIO SATAKE GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FABIO SATAKE GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 1379/2017**

PORTARIA nº 1379 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FABIO SATAKE GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2017 a 31/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1380/2017**

PORTARIA nº 1380/2017 de 10 de abril de 2017

Tornar sem efeito o ato de prorrogação, dos servidores detentores de cargo de provimento temporário, da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 059/2017, do(a) servidor(a) FLAVIANA CRISTINA D'AGOSTINI MINELA, a qual o(a) prorroga o prazo para exercer a cargo de FISIOTERAPEUTA, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1381/2017**

PORTARIA nº 1381 de 10 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 2783/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Flaviana Cristina D'Agostini Minela ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2783/2016 de 11 de novembro de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FLAVIANA CRISTINA D'AGOSTINI MINELA, para desempenhar as funções do cargo não provido de FISIOTERAPEUTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 03/11/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FLAVIANA CRISTINA D'AGOSTINI MINELA, para desempenhar as funções do cargo não provido de FISIOTERAPEUTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 03/11/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 1382/2017**

PORTARIA nº 1382/2017 de 10 de abril de 2017

Tornar sem efeito o ato de prorrogação, dos servidores detentores de cargo de provimento temporário, da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 059/2017, do(a) servidor(a) FERNANDA DORNELES DA SILVA SZPAK, a qual o(a) prorroga o prazo para exercer a cargo de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1383/2017**

PORTARIA nº 1383 de 10 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 2434/2016, de nomeação do(a) servidor(a) Fernanda Dorneles da Silva Szpak ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2434/2016 de 27 de setembro de 2016:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FERNANDA DORNELES DA SILVA SZPAK, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 05/09/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FERNANDA DORNELES DA SILVA SZPAK, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 05/09/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 1384/2017**

PORTARIA nº 1384 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FERNANDA DORNELES DA SILVA SZPAK, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICA DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2017 a 31/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1390/2017**

PORTARIA nº 1390 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIA TOLEDO DE AZEVEDO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a 05/03/2016 com término de contrato indeterminado conforme determinação da Lei Federal nº 11.350/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/03/2016.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1391/2017**

PORTARIA nº 1391 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LAURECI CATARINA FERREIRA

BIFF, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a 17/09/2016 com término de contrato indeterminado conforme determinação da Lei Federal nº 11.350/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/09/2016.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1392/2017**

PORTARIA nº 1392 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KELLEN CRISTIANA RODRIGUES, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a 15/09/2016 com término de contrato indeterminado conforme determinação da Lei Federal nº 11.350/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/09/2016.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1393/2017**

PORTARIA nº 1393 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KARINE RODRIGUES VIEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a 13/04/2016 com término de contrato indeterminado conforme determinação da Lei Federal nº 11.350/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/04/2016.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1394/2017**

PORTARIA nº 1394 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, KATIA ELI PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a 06/03/2016 com término de contrato indeterminado conforme determinação da Lei Federal nº 11.350/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/03/2016.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1395/2017**

PORTARIA nº 1395 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, IRIA MARIA SAUSEN, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de 07/01/2016 com término de contrato indeterminado conforme determinação da Lei Federal nº 11.350/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/01/2016.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1396/2017**

PORTARIA nº 1396 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, ISABEL NAU, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de 07/01/2016 com término de contrato indeterminado conforme determinação da Lei Federal nº 11.350/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/01/2016.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1397/2017**

PORTARIA nº 1397 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, VALCIRENE VALDECI ROSA NAU, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de 03/03/2016 com término de contrato indeterminado conforme determinação da Lei Federal nº 11.350/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/03/2016.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1398/2017**

PORTARIA nº 1398 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que

lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, SUELLEN MACHADO COELHO MARCELINO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de 17/08/2016 com término de contrato indeterminado conforme determinação da Lei Federal nº 11.350/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/08/2016.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1399/2017**

PORTARIA nº 1399 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, ROSANGELA AMAORIM ROSA PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de 10/03/2016 com término de contrato indeterminado conforme determinação da Lei Federal nº 11.350/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/03/2016.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1400/2017**

PORTARIA nº 1400 de 10 de abril de 2017

**ERRATA:**

Na portaria 2319/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Mauricio Scherer ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2319/2016 de 19 de setembro de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAURICIO SCHERER, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período

de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAURICIO SCHERER, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 1401/2017**

PORTARIA nº 1401 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAURICIO SCHERER, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2017 a 31/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1402/2017**

PORTARIA nº 1402 de 10 de abril de 2017

**ERRATA:**

Na portaria 2225/2016, de nomeação do(a) servidor(a) Matheus Garcia Geremias ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2225/2016 de 26 de agosto de 2016:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MATHEUS GARCIA GEREMIAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MATHEUS GARCIA GEREMIAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/08/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 1403/2017**

PORTARIA nº 1403 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MATHEUS GARCIA GEREMIAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2017 a 31/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1404/2017**

PORTARIA nº 1404 de 10 de abril de 2017

##### **ERRATA:**

Na portaria 2115/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Mauricio Neiva Fernandes ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2115/2016 de 22 de agosto de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAURICIO NEIVA FERNANDES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para

Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAURICIO NEIVA FERNANDES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 1405/2017**

PORTARIA nº 1405 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAURÍCIO NEIVA FERNANDES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2017 a 31/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1406/2017**

PORTARIA nº 1406 de 10 de abril de 2017

##### **ERRATA:**

Na portaria 2124/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Rodrigo Labronici Marques ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2124/2016 de 22 de agosto de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RODRIGO LABRONICI MARQUES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado

para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RODRIGO LABRONICI MARQUES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 1407/2017**

PORTARIA nº 1407 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RODRIGO LABRONICI MARQUES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2017 a 31/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1408/2017**

PORTARIA nº 1408 de 10 de abril de 2017

##### **ERRATA:**

Na portaria 2160/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Khalid Hasan Ismail Al Rob um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2160/2016 de 22 de agosto de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KHALID HASAN ISMAIL AL ROB, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para

Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KHALID HASAN ISMAIL AL ROB, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 1409/2017**

PORTARIA nº 1409 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KHALID HASAN ISMAIL AL ROB, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2017 a 31/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1410/2017**

PORTARIA nº 1410 de 10 de abril de 2017

##### **ERRATA:**

Na portaria 2123/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Talita Cabrera Correa um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2123/2016 de 22 de agosto de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TALITA CABRERA CORREA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para

Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TALITA CABRERA CORREA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 1411/2017**

PORTARIA nº 1411 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TALITA CABRERA CORREA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1412/2017**

PORTARIA nº 1412 de 10 de abril de 2017

##### **ERRATA:**

Na portaria 1902/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Vinicius Stringari um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 1902/2016 de 19 de julho de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VINICIUS STRINGARI, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para

Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VINICIUS STRINGARI, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 1413/2017**

PORTARIA nº 1413 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VINICIUS STRINGARI, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1414/2017**

PORTARIA nº 1414/2017 de 10 de abril de 2017

Tornar sem efeito o ato de prorrogação, dos servidores detentores de cargo de provimento temporário, da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 059/2017, do(a) servidor(a) KAROLINE BUNN BORBA, a qual o(a) prorroga o prazo para exercer a cargo de MÉDICO ESPECIALISTA II - GINECOLOGISTA, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1415/2017**

PORTARIA nº 1415 de 10 de abril de 2017

**ERRATA:**

Na portaria 1711/2016, de nomeação do(a) servidor(a) Karoline Bunn Borba um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 1711/2016 de 24 de junho de 2016:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KAROLINE BUNN BORBA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO ESPECIALISTA II (GINECOLOGISTA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 20/06/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KAROLINE BUNN BORBA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO ESPECIALISTA II (GINECOLOGISTA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 20/06/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 1416/2017**

PORTARIA nº 1416/2017 de 10 de abril de 2017

Tornar sem efeito o ato de prorrogação, dos servidores detentores de cargo de provimento temporário, da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 122/2017, do(a) servidor(a) LUIZ HENRIQUE DIAS ALVES FILHO, a qual o(a) prorroga o prazo para exercer a cargo de MÉDICO ESPECIALISTA V - DERMATOLOGISTA, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1417/2017**

PORTARIA nº 1417 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na

Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUIZ HENRIQUE DIAS ALVES FILHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO ESPECIALISTA V – DERMATOLOGISTA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1418/2017**

PORTARIA nº 1418 de 10 de abril de 2017

**ERRATA:**

Na portaria 1753/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Luiz Henrique Dias Alves Filho um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 1753/2016 de 08 de julho de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUIZ HENRIQUE DIAS ALVES FILHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO ESPECIALISTA V - DERMATOLOGISTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada 20 horas semanais, no período de 02/07/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUIZ HENRIQUE DIAS ALVES FILHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO ESPECIALISTA V - DERMATOLOGISTA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada 20 horas semanais, no período de 02/07/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 1419/2017**

PORTARIA nº 1419/2017 de 10 de abril de 2017

Tornar sem efeito o ato de prorrogação, dos servidores detentores de cargo de provimento temporário, da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 135/2017, do(a) servidor(a)

MARIA DAS NEVES MENDES, a qual o(a) prorroga o prazo para exercer a cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1420/2017**

PORTARIA nº 1420 de 10 de abril de 2017

#### **ERRATA:**

Na portaria 2429/2016, de nomeação do(a) servidor(a) Maria das Neves Mendes ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2429/2016 de 27 de setembro de 2016:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA DAS NEVES MENDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12/09/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA DAS NEVES MENDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com 12/09/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira

Secretário Municipal de Saúde

### **PORTARIA Nº 1421/2017**

PORTARIA nº 1421 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA DAS NEVES MENDES, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira

Secretário Municipal da Saúde

### **PORTARIA Nº 1422/2017**

PORTARIA nº 1422/2017 de 10 de abril de 2017

Tornar sem efeito o ato de prorrogação, dos servidores detentores de cargo de provimento temporário, da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 124/ 2017, do(a) servidor(a) MARCO ANTONIO LINDOSO GOUVEIA, a qual o(a) prorroga o prazo para exercer a cargo de VIGIA, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1423/2017**

PORTARIA nº 1423 de 10 de abril de 2017

#### **ERRATA:**

Na portaria 2840/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Marco Antonio Lindoso Gouveia um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2840/2016 de 24 de novembro de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCO ANTONIO LINDOSO GOUVEIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada 40 horas semanais, no período de 02/10/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCO ANTONIO LINDOSO GOUVEIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada 40 horas semanais, no período de 02/10/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira

Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 1424/2017**

PORTARIA nº 1424 de 10 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) MARCO ANTONIO LINDOSO GOUVEIA detentor do cargo de provimento temporário de VIGIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1425/2017**

PORTARIA nº 1425 de 10 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 3071/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Maria Augusta Medeiros e Silva Pereira um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 3071/2016 de 16 de dezembro de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA AUGUSTA MEDEROS E SILVA PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada 30horas semanais, no período de 01/12/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA AUGUSTA MEDEIROS E SILVA PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada 20horas semanais, no período de 01/12/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira

Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 1426/2017**

PORTARIA nº 1426 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA AUGUSTA MEDEIROS E SILVA PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 01/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira

Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1427/2017**

PORTARIA nº 1427 de 10 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 127/2016, de nomeação do(a) servidor(a) Mari Selma Machado Pereira Coelho ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 127/2016 de 21 de janeiro de 2016:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARI SELMA MACHADO PEREIRA FILHO de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas, na Secretaria Municipal da Saúde a partir de 01/02/2016 a 02/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARI SELMA MACHADO PEREIRA FILHO de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas, na Secretaria Municipal da Saúde a partir de 01/02/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira

Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 1428/2017**

PORTARIA nº 1428 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARI SELMA MACHADO PEREIRA COELHO, para desempenhar as funções do cargo não provido

de TÉCNICO EM ENFERMAGEM do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 01/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1429/2017**

PORTARIA nº 1429/2017 de 10 de abril de 2017

Tornar sem efeito o ato de prorrogação, dos servidores detentores de cargo de provimento temporário, da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 134/2017, do(a) servidor(a) MARCIO PENTEADO RODRIGUES, a qual o(a) prorroga o prazo para exercer a cargo de FARMACÊUTICO, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1430/2017**

PORTARIA nº 1430 de 10 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 2325/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Marcio Penteado Rodrigues um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2325/2016 de 19 de setembro de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCIO PENTEADO RODRIGUES, para desempenhar as funções do cargo não provido de FARMACÊUTICO do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada 30 horas semanais, no período de 02/09/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCIO PENTEADO RODRIGUES, para desempenhar as funções do cargo não provido de FARMACÊUTICO do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada 30 horas semanais, no período de 02/09/2016 a

28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 1431/2017**

PORTARIA nº 1431 de 10 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 2841/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Nya dos Santos Lhullier um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2841/2016 de 24 de novembro de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NYA DOS SANTOS LHULLIER, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada 30 horas semanais, no período de 24/09/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NYA DOS SANTOS LHULLIER, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada 30 horas semanais, no período de 24/09/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 1432/2017**

PORTARIA nº 1432 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:  
Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NYA DOS SANTOS LHULLIER, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 hs semanais, no período de 01/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

### **PORTARIA Nº 1433/2017**

PORTARIA nº 1433 de 10 de abril de 2017

#### **ERRATA:**

Na portaria 2425/2016, de nomeação do(a) servidor(a) Valdeci Maria Martins ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2425/2016 de 27 de setembro de 2016:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VALDECI MARIA MARTINS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidades de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO I, com jornada de 30 horas, na Secretaria Municipal da Saúde a partir de 13/09/2016 a 02/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VALDECI MARIA MARTINS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidades de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO I, com jornada de 30 horas, na Secretaria Municipal da Saúde a partir de 13/09/2016 a 28/02/2016.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal da Saúde

### **PORTARIA Nº 1434/2017**

PORTARIA nº 1434 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALDECI MARIA MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 01/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

### **PORTARIA Nº 1435/2017**

PORTARIA nº 1435 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARILENE MARTINS LEITE, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 17/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

### **PORTARIA Nº 1436/2017**

PORTARIA nº 1436 de 10 de abril de 2017

#### **ERRATA:**

Na portaria 2785/2016, de nomeação do(a) servidor(a) Tatiani Delfis da Cruz da Maia ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2785/2016 de 11 de novembro de 2016:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TATIANI DELFIS DA CRUZ DA MAIA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidades de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO I, com jornada de 30 horas, na Secretaria Municipal da Saúde a partir de 18/07/2016 a 02/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TATIANI DELFIS DA CRUZ DA MAIA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidades de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO I, com jornada de 30 horas, na Secretaria Municipal da Saúde a partir de 18/07/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal da Saúde

### **PORTARIA Nº 1437/2017**

PORTARIA nº 1437 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TATIANI DELFIS DA CRUZ DA MAIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 01/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1438/2017**

PORTARIA nº 1438 de 10 de abril de 2017

**ERRATA:**

Na portaria 1990/2016, de nomeação do(a) servidor(a) Sandro Adriani Teixeira Borges Junior ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 1990/2016 de 29 de julho de 2016:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SANDRO ADRIANI TEIXEIRA BORGES JUNIOR, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06/05/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SANDRO ADRIANI TEIXEIRA BORGES JUNIOR, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06/05/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1439/2017**

PORTARIA nº 1439 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SANDRO ADRIANI TEIXEIRA BORGES JUNIOR, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2017 a 31/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1440/2017**

PORTARIA nº 1440 de 10 de abril de 2017

**ERRATA:**

Na portaria 1873/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Stephany Soares Muller um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 1873/2016 de 13 de julho de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), STEPHANY SOARES MULLER, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada 30 horas semanais, no período de 03/07/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), STEPHANY SOARES MULLER, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a 03/07/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1441/2017**

PORTARIA nº 1441 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na

Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), STEFHANY SOARES MULLER para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICA EM ENFERMAGEM do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanal, no período de 01/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1442/2017**

PORTARIA nº 1442 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TUIANE SANTANA LOCKS para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGENCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2017 a 31/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1443/2017**

PORTARIA nº 1443 de 10 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 2224/2016, de nomeação do(a) servidor(a) Laura Britz Soares ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2224/2016 de 26 de agosto de 2016:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LAURA BRITZ SOARES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LAURA BRITZ SOARES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/08/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 1444/2017**

PORTARIA nº 1444 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LAURA BRITZ SOARES para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGENCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2017 a 31/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1445/2017**

PORTARIA nº 1445 de 10 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 3048/2016, de nomeação do(a) servidor(a) Luisa Boeing Esmeraldino ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 3048/2016 de 12 de dezembro de 2016:

Art. 1º Admitir o(a) servidor (a) LUISA BOEING ESMERALDINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 27/11/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o(a) servidor (a) LUISA BOEING ESMERALDINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 27/11/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 1446/2017**

PORTARIA nº 1446 de 10 de abril de 2017

##### **ERRATA:**

Na portaria 2114/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Murialdo Margotti Tezza um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2114/2016 de 22 de agosto de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MURIALDO MARGOTTI TEZZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MEDICO DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MURIALDO MARGOTTI TEZZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MEDICO DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 1447/2017**

PORTARIA nº 1447 de 10 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) MURIALDO MARGOTTI TEZZA detentor do cargo de provimento temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1448/2017**

PORTARIA nº 1448 de 10 de abril de 2017

##### **ERRATA:**

Na portaria 2121/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Raquel Ronconi Tomaz um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2121/2016 de 22 de agosto de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RAQUEL RONCONI TOMAZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de MEDICO DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RAQUEL RONCONI TOMAZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de MEDICO DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 1449/2017**

PORTARIA nº 1449 de 10 de abril de 2017

##### **ERRATA:**

Na portaria 2374/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Lucas Felício Moresco um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2374/2016 de 21 de setembro de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCAS FELICIO MORESCO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MEDICO DO CAPS do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 20hs semanais, no período de 01/09/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCAS FELICIO MORESCO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MEDICO DO CAPS do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 20hs semanais, no período de 01/09/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 1450/2017**

PORTARIA nº 1450 de 10 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) LUCAS FELÍCIO MORESCO detentor do cargo de provimento temporário de MÉDICO CAPS, com jornada de 20hs semanal, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1451/2017**

PORTARIA nº 1451 de 10 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 1876/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) katiucia Latiele Duarte Vieira um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 1876/2016 de 13 de julho de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KATIUCIA LATIELE DUARTE VIEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 02/07/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KATIUCIA LATIELE DUARTE VIEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 02/07/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 1452/2017**

PORTARIA nº 1452 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KATIUCIA LETIELE DUARTE VIEIRA para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRA I do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 01/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1453/2017**

PORTARIA nº 1453/2017 de 10 de abril de 2017

Tornar sem efeito o ato de prorrogação, dos servidores detentores de cargo de provimento temporário, da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 131/2017, do(a) servidor(a) KELI ADRIANA MINELA GODOI, a qual o(a) prorroga o prazo para exercer a cargo de PSICÓLOGO, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1454/2017**

PORTARIA nº 1454 de 10 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 2320/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Keli Adriana Minela Godoi um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2320/2016 de 19 de setembro de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KELI ADRIANA MINELA GODOI,

para desempenhar as funções do cargo não provido de PSICÓLOGO do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 03/08/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KELI ADRIANA MINELA GODOI, para desempenhar as funções do cargo não provido de PSICÓLOGO do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 03/08/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal da Saúde

### **PORTARIA Nº 1455/2017**

PORTARIA nº 1455 de 10 de abril de 2017

#### **ERRATA:**

Na portaria 2575/2016, de nomeação do(a) servidor(a) Geovana Garcia Campos ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2575/2016 de 13 de outubro de 2016:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GEOVANA GARCIA CAMPOS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 03/10/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GEOVANA GARCIA CAMPOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 03/10/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal da Saúde

### **PORTARIA Nº 1456/2017**

PORTARIA nº 1456 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GEOVANA GARCIA CAMPOS

para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 01/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

### **PORTARIA Nº 1457/2017**

PORTARIA nº 1457/2017 de 10 de abril de 2017

Tornar sem efeito o ato de prorrogação, dos servidores detentores de cargo de provimento temporário, da Secretaria Municipal da Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 130/2017, do(a) servidor(a) KAROLINE REGINA SAGAZ, a qual o(a) prorroga o prazo para exercer a cargo de FONOAUDIÓLOGA, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1458/2017**

PORTARIA nº 1458 de 10 de abril de 2017

#### **ERRATA:**

Na portaria 1991/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Karoline Regina Sagaz um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 1991/2016 de 29 de julho de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KAROLINE REGINA SAGAZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de FONOAUDIÓLOGO do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 02/07/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KAROLINE REGINA SAGAZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de FONOAUDIÓLOGO do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 02/07/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.  
Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 1459/2017**

PORTARIA nº 1459 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KAROLINE REGINA SAGAZ para desempenhar as funções do cargo não provido de FONOAUDIOLOGO do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 01/03/2017 a 31/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.  
Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1460/2017**

PORTARIA nº 1460/2017 de 10 de abril de 2017

Tornar sem efeito o ato de prorrogação, dos servidores detentores de cargo de provimento temporário, da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 137/2017, do(a) servidor(a) ILENE GUMS MAYER, a qual o(a) prorroga o prazo para exercer a cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1461/2017**

PORTARIA nº 1461 de 10 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 1875/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Ilene Gums Mayer um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 1875/2016 de 13 de julho de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ILENE GUMS MAYER, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 04/07/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ILENE GUMS MAYER, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 04/07/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 1462/2017**

PORTARIA nº 1462/2017 de 10 de abril de 2017

Tornar sem efeito o ato de prorrogação, dos servidores detentores de cargo de provimento temporário, da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 136/2017, do(a) servidor(a) ROSEMARI DO NASCIMENTO VITORINO, a qual o(a) prorroga o prazo para exercer a cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1463/2017**

PORTARIA nº 1463 de 10 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 3041/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Rosemari do Nascimento Vitorino um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 3041/2016 de 12 de dezembro de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSEMARI DO NASCIMENTO VITORINO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas

perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 28/11/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSEMARI DO NASCIMENTO VITORINO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 28/11/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1464/2017**

PORTARIA nº 1464 de 10 de abril de 2017

##### **ERRATA:**

Na portaria 3068/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Luana Comicholli Lino um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 3068/2016 de 16 de dezembro de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUANA COMICHOLLI LINO, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 01/12/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUANA COMICHOLLI LINO, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 01/12/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1465/2017**

PORTARIA nº 1465 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUANA COMICHOLLI LINO para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 01/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1466/2017**

PORTARIA nº 1466 de 10 de abril de 2017

##### **ERRATA:**

Na portaria 2427/2016, de nomeação do(a) servidor(a) Lariani Roza Alves ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2427/2016 de 27 de setembro de 2016:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LARIANI ROZA ALVES de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO I, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 15/08/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LARIANI ROZA ALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO I, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 15/08/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1467/2017**

PORTARIA nº 1467 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LARIANI ROZA ALVES para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO

I do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 01/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1468/2017**

PORTARIA nº 1468 de 10 de abril de 2017

##### **ERRATA:**

Na portaria 067/2016, de nomeação do(a) servidor(a) Isabel Maria Schmitt ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 067/2016 de 15 de janeiro de 2016:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ISABEL MARIA SCHMITT de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO I, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/02/2016 a 01/02/2017.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ISABEL MARIA SCHMITT de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO I, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/02/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1469/2017**

PORTARIA nº 1469 de 10 de abril de 2017

##### **ERRATA:**

Na portaria 2868/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Ricardo Cidrão Virissimo um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2868/2016 de 24 de novembro de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RICARDO CIDRÃO VIRISSIMO, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 18/11/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RICARDO CIDRÃO VIRISSIMO, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades

desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 18/11/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1470/2017**

PORTARIA nº 1470 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RICARDO CIDRÃO VIRISSIMO para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 01/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1471/2017**

PORTARIA nº 1471 de 10 de abril de 2017

##### **ERRATA:**

Na portaria 2218/2016, de nomeação do(a) servidor(a) Luciane Cordova Batista ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2218/2016 de 26 de agosto de 2016:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCIANE CORDOVA BATISTA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para atender Necessidades de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCIANE CORDOVA BATISTA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para atender Necessidades de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/08/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1472/2017**

PORTARIA nº 1472 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIANE CORDOVA BATISTA para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 01/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1473/2017**

PORTARIA nº 1473/2017 de 10 de abril de 2017

Tornar sem efeito o ato de prorrogação, dos servidores detentores de cargo de provimento temporário, da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 119/2017, do(a) servidor(a) LUCIANE CORDOVA BATISTA, a qual o(a) prorroga o prazo para exercer a cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1474/2017**

PORTARIA nº 1474 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na

Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PATRICIA FELICIDADE CATARINA BATON, para desempenhar as funções do cargo não provido de ASSISTENTE SOCIAL do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Assistência Social, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/03/2017 a 31/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Dircilene Carmelita Maria da Luz  
Secretária Municipal de Assistência Social

**PORTARIA Nº 1475/2017**

PORTARIA nº 1475 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PATRICIA TOLENTINO DE ARAUJO para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social, e jornada de 30hs semanais, no período de 01/03/2017 a 31/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Dircilene Carmelita Maria da Luz  
Secretária Municipal de Assistência Social

**PORTARIA Nº 1476/2017**

PORTARIA nº 1476 de 10 de abril de 2017

Torna sem efeito as Portarias n.º 2114/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n.º 2114 de 17 de agosto de 2015, que designava o servidor Sandro Roberto Andretti ocupante do cargo efetivo de Técnico de Veterinário I, referente a disposição da Secretaria do Estado de Santa Catarina a partir de 01/02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1477/2017**

PORTARIA nº 1477 de 10 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo comissionado, AniHa mdffnmeww e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) KATIA BERNADETE SILVA, detentor do cargo de provimento comissionado de DIRETOR DE ENSINO, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1478/2017**

PORTARIA nº 1478 de 10 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Kátia Bernadete da Silva, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais 30hs, inscrito(a) na matrícula funcional nº 1416-4, para exercer a Função de Confiança de Diretor Executiva e Geral de Ensino da Educação, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1479/2017**

PORTARIA nº 1479 de 10 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo comissionado, AniHa mdffnmeww e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) ARIANE CIDRAL, detentor do cargo de provimento comissionado de GERENTE DE CADASTRO TÉCNICO E CONTROLE DE ÍNDICES URBANÍSTICOS,

nível CC-4, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, a partir de 28/02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/02/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1480/2017**

PORTARIA nº 1480 de 10 de abril de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, ARIANE CIDRAL, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Cadastro Técnico e Controle de Índices Urbanísticos, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa a contar de 01/03/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1481/2017**

PORTARIA Nº 1481/2017

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) MANOEL JUSTINO MACHADO FILHO, ocupante do cargo efetivo de OFICIAL DE MANUTENÇÃO DE CONSERVAÇÃO, da Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal 55/2017, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/04/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1482/2017**

PORTARIA Nº 1482/2017

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) MANUEL GREGÓRIO DE FRANÇA, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA GERAL, da Secretaria Municipal de Saúde, do quadro de pessoal desta

Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal 56//2017, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/04/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1483/2017**

PORTARIA Nº 1483/2017

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) SILVANA BAIXO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I 20H – EDUCAÇÃO INFANTIL, da Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal 59//2017, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/04/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1484/2017**

PORTARIA nº 1484 de 10 de abril de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, SABRINA PEDROSO BORRAZ, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico de Trânsito e Desenvolvimento Urbano, nível CC-5, na Secretaria Municipal de Trânsito e Desenvolvimento Urbano a contar de 27/03/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 27/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1485/2017**

PORTARIA nº 1485 de 10 de abril de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de

fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, FRANCINE CRISTINA BERNES, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico de Administração, nível CC-5, na Secretaria Municipal de Administração a contar de 27/03/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 27/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1486/2017**

PORTARIA nº 1486 de 10 de abril de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de GERENTE DE FISIOTERAPIA, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Saúde a contar de 03/04/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 03/04/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1487/2017**

PORTARIA nº 1487 de 10 de abril de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, ANDRE ACOSTA DUARTE, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR DE FINANÇAS, nível CC-4, na Secretaria Municipal da Administração a contar de 03/04/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 03/04/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1488/2017**

PORTARIA nº 1488 de 10 de abril de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, MAURICÉIA GRASIELE MACHADO CORREA, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de DIRETOR FINANCEIRO, nível CC-3, na Fundação Municipal de Meio Ambiente a contar de 03/04/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 03/04/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1489/2017**

PORTARIA nº 1489 de 10 de abril de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, BRUNO LOCKS BERNARDINO, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR TÉCNICO DE TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO, nível CC-5, na Secretaria Municipal de Trânsito e Desenvolvimento Urbano a contar de 03/04/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 03/04/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1490/2017**

PORTARIA nº 1490 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza

temporária, do (a) funcionário (a), VANDERLEI DOS SANTOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 02/04/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/04/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 1491/2017**

PORTARIA nº 1491 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANA CLAUDIA MULLER DO AMARAL, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 22/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 1492/2017**

PORTARIA nº 1492 de 10 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA DE FATIMA OLIVEIRA PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Assistência Social, e jornada de 30

horas semanais, no período de 02/05/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 02/05/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

Dircilene Carmelita Maria da Luz  
Secretária Municipal de Assistência Social

### **PORTARIA Nº 1493/2017**

PORTARIA nº 1493 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, WILLIAN CORREA PACHECO, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DE EXECUÇÃO DE OBRAS, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura a contar de 01/04/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/04/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1494/2017**

PORTARIA nº 1494 de 11 de abril de 2017.

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;

CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;

CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;

CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
ADAILTON MARTINS, ocupante do cargo comissionado de Secretário Assistente Técnico,

ADEMIR CARDOSO, ocupante do cargo comissionado de Coordenador da Casa do Povo de Cachoeiras,  
ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV;  
ANDERSON DA SILVA FRANCISCO, ocupante do cargo comissionado de Assistente Técnico,  
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;  
ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Administrativo;  
ANDREA FELIPE - ocupante do cargo comissionado de Superintendente da FAMABI,  
ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;  
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;  
CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
CHRISTIAN GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Planejamento e Gestão Participativa;  
CLAUDEMIR AIRES, ocupante do cargo comissionado de Superintendente de Transportes,  
CLAUDIA BREHEM LUIZ, ocupante do cargo comissionado de Secretário de gerente de Centro de Convivência dos Idosos,  
DAIANA COSTA DE SOUZA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;  
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;  
DIEGO BUSATO PIMENTEL, ocupante do Cargo Temporário de Psicólogo;  
DIONEI AVANCINI DE FARIA, ocupante do cargo comissionado de Assistente Operacional,  
DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;  
EDERSON LUIZ SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;  
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;  
EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
EMERSON EVERALDO SOARES, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Turismo;  
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);  
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FABIO VINICIUS PALMA KLOKNER, ocupante do Cargo Temporário de Engenheiro Agrônomo;  
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);  
FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);  
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de

Técnico em Edificações;  
GABRIEL CITATIN DE MELO, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;  
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
GUSTAVO FREDERICO MARDER, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil,  
HAMILTON REIS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
HERTO LUNARDELLI JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
HYGOR MACHADO, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
JAQUELINE SANTOS DE AVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceiteiro;  
JOÃO GUSTAVO ELIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil,  
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JORGE LUIZ COUTINHO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
JOSE VALDEMAR SILVEIRA, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transporte,  
JUNIOR MORESCO, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Cultura,  
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;  
LUAN DE SOUZA PEREIRA, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Agricultura,  
LUIZ AUGUSTO VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Eletricista;  
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MANOEL AIRTON PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;  
MARCIO GUSMÃO DE LIMA, ocupante do cargo comissionado de Assistente Técnico,  
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;  
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
OSNI GILBERTO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
PAOLA REIS PACHECO, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
PAULO GEAN CHAGAS, ocupante do cargo comissionado de Gerente

Administrativo e Financeiro,  
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
PEDRO MORALES TOLENTINO LEITE, ocupante do Cargo Efetivo de Psicólogo;  
PETERSON SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;  
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal,  
ROBERVAL REIS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
RODRIGO LIMA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de gestão de Frotas,  
RONNIE MARKS MACIEL, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;  
SAUL DE MELLO FERREIRA, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Trânsito,  
SILVIO SEVERINO, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Serviços Urbanos,  
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;  
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
THIAGO ALEXANDRE PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
THIAGO DE CARVALHO BORBA, ocupante do cargo comissionado de Assistente Técnico,  
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;  
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;  
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Operacional;  
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 795/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1495/2017**

PORTARIA nº 1495 de 11 de abril de 2017

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) LUCIENE PACHECO MACHADO, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de

SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO – CC2, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, a partir de 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1496/2017**

PORTARIA nº 1496 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Luciene Machado Pacheco, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Odontóloga – 20hs, inscrito(a) na matrícula funcional nº 6325-1, para exercer a Função de Confiança de Diretor Executiva de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1497/2017**

PORTARIA nº 1497 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Leila Rosilaine Raupp Trajano, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Escriturária, inscrito(a) na matrícula funcional nº 15448-8, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Educação Infantil, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1498/2017**

PORTARIA nº 1498 de 11 de abril de 2017

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) ADEMIR CARDOSO, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de COORDENADOR DA CASA DO POVO DE CACHOEIRAS – CC4, na Secretaria Municipal de Receita, a partir de 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1499/2017**

PORTARIA nº 1499 de 11 de abril de 2017

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) LUCIANO FREIBERGER, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de ASSISTENTE TÉCNICO – CC5, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 09/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1500/2017**

PORTARIA nº 1500 de 11 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) RUBIA FRANCISCA ROYER DA SILVA CORREA detentor do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal da Educação, a partir de 21/02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/02/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1501/2017**

PORTARIA nº 1501 de 11 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) RAQUEL VANDA MOREIRA do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal da Assistência Social a partir de 08/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/04/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1502/2017**

PORTARIA nº 1502 de 11 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) CLAIRE SIMONE FELDHAUS do cargo de provimento temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal da Assistência Social a partir de 28/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 28/04/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1503/2017**

PORTARIA nº 1503 de 11 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) DEACI TEIXEIRA do cargo de provimento temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal da Assistência Social a partir de 11/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 11/04/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1504/2017**

PORTARIA nº 1504 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, CLARISSE FRANÇA ALVES, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, nível CC-5, na Secretaria Municipal de Educação a contar de 03/04/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 03/04/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1505/2017**

PORTARIA nº 1505 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, CRISTINA DE LARA PRAZERES BROERING, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Assistência Social a contar de 03/04/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 03/04/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1506/2017**

PORTARIA nº 156 de 27 de janeiro de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) ANDRÉ ADRIANO DE SOUZA, detentor do cargo de provimento temporário de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transportes, a partir de 17/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/01/2017.

Biguaçu, 27 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1507/2017**

PORTARIA nº 1507 de 11 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) NEIVA APARECIDA CHAVES detentor do cargo de provimento temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 28/02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/02/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1508/2017**

PORTARIA nº 1508 de 11 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) FABIO VINICIUS PALMA KLOKNER detentor do cargo de provimento temporário de ENGENHEIRO AGRÔNOMO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura, a partir de 28/02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/02/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1509/2017**

PORTARIA nº 1509 de 11 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) SANDRA COSTA DE JESUS detentor do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV – MERENDEIRA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 15/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1510/2017**

PORTARIA nº 1510 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Anizio Silva Filho, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), inscrito(a) na matrícula funcional nº 883-1, para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Serviços de Pavimentação Urbana, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1511/2017**

PORTARIA nº 1511 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Marivalde Ines Kons Hoffmann, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de escriturária inscrito(a) na matrícula funcional nº 449-1, para exercer a Função de

Confiança de Diretor Executivo de Legislação e Expediente, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1512/2017**

PORTARIA nº 1512 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Alexandre Martins de Souza, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de escrivão inscrito(a) na matrícula funcional nº 14834-8, para exercer a Função de Confiança de Diretor de Cerimonial e Eventos, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1513/2017**

PORTARIA nº 1513 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Fúlvio Henrique, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil inscrito(a) na matrícula funcional nº 10438-1, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Obras Públicas, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1514/2017**

PORTARIA nº 1514 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) KELEN CRISTINA GRUDTNER, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de escrivão inscrito(a) na matrícula funcional nº 12014-1, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Compras da Agricultura, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1515/2017**

PORTARIA nº 1515 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) MARIA FERNANDA CAMINHA DE SOUZA, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de escrivão inscrito(a) na matrícula funcional nº 10445-1, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Saúde Ocupacional, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1516/2017**

PORTARIA nº 1516 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) LILIAN APARECIDA RECH PERES, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de escrivão inscrito(a) na matrícula funcional nº 317-1, para exercer a Função de

Confiança de Coordenador de Recursos Humanos de Frequência e Controle Pessoal, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1517/2017**

PORTARIA nº 1517 de 11 de abril de 2017

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 744/2017, do(a) servidor(a) Luis José Martins Júnior, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Diretor de Manutenção, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1518/2017**

PORTARIA nº 1518 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de escrivão inscrito(a) na matrícula funcional nº 462-1, para exercer a Função de Confiança de Diretor Executivo de Saúde Pública, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1519/2017**

PORTARIA nº 1519 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) CARLOS ALBERTO PEREIRA, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de motorista I inscrito(a) na matrícula funcional nº 8018-1, para exercer a Função de Confiança de Diretor de Manutenção, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1520/2017**

PORTARIA nº 1520 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) OSMAR JOSE MARTENDAL, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina e Equipamentos Pesados inscrito(a) na matrícula funcional nº 117-1, para exercer a Função de Confiança de Diretor de Manutenção de Veículos Leves e Utilitários, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1521/2017**

PORTARIA nº 1521 de 11 de abril de 2017

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 199/2017, do(a) servidor(a) Clelia Maria Sperandio, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Diretor de Planejamento Intersetorial, Gestão e Tecnologia em Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1522/2017**

PORTARIA nº 1522 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) CLELIA MARIA SPERANDIO, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Escriturário inscrito(a) na matrícula funcional nº 353-1, para exercer a Função de Confiança de Diretor de Pronto Atendimento e Urgência, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1523/2017**

PORTARIA nº 1523 de 11 de abril de 2017

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 78/2017, do(a) servidor(a) Vanessa Reinehr, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Coordenador de Orçamento e Projetos Especiais, na Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1524/2017**

PORTARIA nº 1524 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) VANESSA REINEHR, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Escriturário inscrito(a) na matrícula funcional nº 10138-1, para exercer a Função de Confiança de Diretor Administrativo Operacional, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos são retroativos a 17/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1525/2017**

PORTARIA nº 1525 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) LEANDRO DE SOUZA CUNHA, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Escriturário inscrito(a) na matrícula funcional nº 10733-1, para exercer a Função de Confiança de Diretor Executivo de Fiscalização de Convênios e Contratos, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1526/2017**

PORTARIA nº 1526 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) THIAGO ALEXANDRE PEREIRA, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental inscrito(a) na matrícula funcional nº 7256-1, para exercer a Função de Confiança de Diretor de Compras, Licitações e Contratos, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1527/2017**

PORTARIA nº 1527 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) MARISA DA CRUZ DE LIMA, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Escriturário inscrito(a) na matrícula funcional nº 15884-1, para exercer a Função de Confiança de Diretor de Tesouraria, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1528/2017**

PORTARIA nº 1528 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) SUELEN DE MELLO MARTINS, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Escriturário inscrito(a) na matrícula funcional nº 9827-1, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Contratos, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1530/2017**

PORTARIA nº 1530 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) HERTO LUNARDELI JUNIOR, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de manutenção e Conservação (operário braçal) inscrito(a) na matrícula funcional

nº 7123-1, para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Serviços Gerais, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1531/2017**

PORTARIA nº 1531 de 11 de abril de 2017

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 77/2017, do(a) servidor(a) Suelen de Mello Martins, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Coordenador de Contratos, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1532/2017**

PORTARIA nº 1532 de 11 de abril de 2017

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 785/2017, do(a) servidor(a) Sincler Bilck, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Coordenador de Serviços de Vigias, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1533/2017**

PORTARIA nº 1533 de 11 de abril de 2017

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do

Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 72/2017, do(a) servidor(a) Marisa da Cruz de Lima, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Gerente de Tesouraria, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1534/2017**

PORTARIA nº 1534 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) RAFAEL ALONSO CIDRAL, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Escriturário inscrito(a) na matrícula funcional nº 7971-1, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Análise de Processos e da Junta Comercial, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1535/2017**

PORTARIA nº 1535 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) ALICE MARIA BORBA, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Sala inscrito(a) na matrícula funcional nº 11074-4, para exercer a Função de Confiança de Diretor de Educação de Jovens e Adultos, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1536/2017**

PORTARIA nº 1536 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) ANA CAROLINA SILVA DA SILVA, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Professor III 30hs – Educação Especial inscrito(a) na matrícula funcional nº 15088-1, para exercer a Função de Confiança de Gerente do Núcleo e Educação Inclusiva Interdisciplinar, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1537/2017**

PORTARIA nº 1537 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) MARCIA MARÇAL, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Monitor de Transporte Escolar inscrito(a) na matrícula funcional nº 8096-1, para exercer a Função de Confiança de Gerente do Transporte Escolar, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1538/2017**

PORTARIA nº 1538 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) ALEXSANDRA BATISTA JOÃO, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços

Gerais IV - Merendeira inscrito(a) na matrícula funcional nº 8398-1, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Produção de Auxiliares e Serviços Gerais, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1539/2017**

PORTARIA nº 1539 de 11 de abril de 2017

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 783/2017, do(a) servidor(a) Senaldir de Oliveira Pedro, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Coordenação de Compras, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1540/2017**

PORTARIA nº 1540 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) SENALDIR DE OLIVEIRA PEDRO, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Escriturário inscrito(a) na matrícula funcional nº 8389-1, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Compras, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1541/2017**

PORTARIA nº 1541 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) FRANCINE ADRIANO CORREA, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais-40hs inscrito(a) na matrícula funcional nº 15030-2, para exercer a Função de Confiança de Coordenação do Centro de Referência de Assistente Social (CRAS), nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1542/2017**

PORTARIA nº 1542 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) CRISTIANE BELL NUNES, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Assistente Social inscrito(a) na matrícula funcional nº 9736-1, para exercer a Função de Confiança de Coordenação do Programa Bolsa Família, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1543/2017**

PORTARIA nº 1543 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) DEBORA REGINA CORREA MATOS, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de escriturário

inscrito(a) na matrícula funcional nº 15075-3, para exercer a Função de Confiança de Coordenação da Secretaria Executiva dos Conselhos, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1544/2017**

PORTARIA nº 1544 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) ROSINHA MEISTER ARNOLD, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de psicólogo inscrito(a) na matrícula funcional nº 9619-3, para exercer a Função de Confiança de Coordenação da Gestão do Trabalho e Educação Permanente, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1545/2017**

PORTARIA nº 1545 de 11 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) CARLA LETICIA RAUPP RAMOS, detentor(a) do cargo de provimento efetivo de assistente social inscrito(a) na matrícula funcional nº 16378-1, para exercer a Função de Confiança de Coordenação do Centro de Referência Especializada - CREAS, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1546/2017**

PORTARIA nº 1546 de 11 de abril de 2017

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 69/2017, do(a) servidor(a) Marivalde Ines Kons Hoffmann, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Diretora de Legislação e Expediente, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01 /03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1547/2017**

PORTARIA nº 1547 de 11 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 3145/2016, de prorrogação da servidora Maria de Fátima Oliveira pereira ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria 3145 de 21 de dezembro de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA DE FATIMA OLIVEIRA PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/01/2017 a 31/01/2017.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA DE FATIMA OLIVEIRA PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/01/2017 a 28/02/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1548/2017**

PORTARIA nº 1548 de 11 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 3152/2016, de prorrogação da servidora Patricia Felicidade Catarina Baron ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria 3152 de 21 de dezembro de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PATRICIA FELICIDADE CATARINA BARON, para desempenhar as funções do cargo não provido de ASSISTENTE SOCIAL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/01/2017 a 31/01/2017.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PATRICIA FELICIDADE CATARINA BARON, para desempenhar as funções do cargo não provido de ASSISTENTE SOCIAL do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/01/2017 a 28/02/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1549/2017**

PORTARIA nº 1549 de 11 de abril 2017.

ERRATA:

Na portaria 3163/2016, de prorrogação da servidora Patricia Tolentino de Araújo ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria 3163 de 21 de dezembro de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PATRICIA TOLENTINO DE ARAUJO, para desempenhar as funções do cargo não provido de ASSISTENTE SOCIAL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/01/2017 a 31/01/2017.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PATRICIA TOLENTINO DE ARAUJO para desempenhar as funções do cargo não provido de ASSISTENTE SOCIAL do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/01/2017 a 28/02/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1550/2017**

PORTARIA nº 1550 de 11 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) LAURA BRITZ SOARES detentor do cargo de provimento temporário de MEDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 28/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1551/2017**

PORTARIA nº 1551 de 11 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCAS GONÇALVES DO AMARAL, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada 40hs semanais, no período de 01/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira

Secretário Municipal da Saúde

#### **PORTARIA Nº 1552/2017**

PORTARIA nº 1552 de 10 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 839/2016, de exoneração do(a) servidor(a) Rafael Rodrigues Tokarewicz, ocorreu um equívoco quanto a data.

Portaria 839/2017 de 16 de março de 2017:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) RAFAEL RODRIGUES TOKAREWICZ, detentor do cargo de provimento comissionado de DIRETOR DE EXECUÇÃO DE OBRAS, nível CC-3, na

Secretaria Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transportes, a partir de 28/02/2017.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) RAFAEL RODRIGUES TOKAREWICZ, detentor do cargo de provimento comissionado de DIRETOR DE EXECUÇÃO DE OBRAS, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transportes, a partir de 31/03/2017.

Biguaçu, 10 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 1553/2017**

PORTARIA nº 1553 de 11 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 1299/2016, de nomeação do(a) servidor(a) Lucas Gonçalves do Amaral ocorreu um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 1299/2016 de 19 de abril de 2016:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCAS GONÇALVES DO AMARAL de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidades de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, com jornada de 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde a partir de 29/03/2017 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCAS GONÇALVES DO AMARAL de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidades de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, com jornada de 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde a partir de 29/03/2017 a 28/02/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira

Secretário Municipal de Saúde

### **PORTARIA Nº 1554/2017**

PORTARIA nº 1554/2017 de 11 de abril de 2017

Tornar sem efeito o ato de prorrogação, dos servidores detentores de cargo de provimento temporário, da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 193/2017, do(a) servidor(a) LUCAS GONÇALVES DO AMARAL, a qual o(a) prorroga o prazo para exercer a cargo de VIGIA, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1555/2017**

PORTARIA nº 1555 de 11 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOICE SOUZA FARIAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, a partir de 18/03/2016 com término de contrato indeterminado conforme determinação da Lei Federal nº 11.350/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/03/2016.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira

Secretário Municipal da Saúde

### **PORTARIA Nº 1556/2017**

PORTARIA nº 1556 de 11 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JULIANA VILMA PACHECO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, a partir de 15/09/2016 com término de contrato indeterminado conforme determinação da Lei Federal nº 11.350/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/09/2016.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira

Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1557/2017**

PORTARIA nº 1557 de 11 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANICE FILOMENA COUTINHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, a partir de 27/07/2016 com término de contrato indeterminado conforme determinação da Lei Federal nº 11.350/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/07/2016.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1558/2017**

PORTARIA nº 1558 de 11 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JAIRCLEIDE MARIA DE AS DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, a partir de 13/08/2016 com término de contrato indeterminado conforme determinação da Lei Federal nº 11.350/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/08/2016.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1559/2017**

PORTARIA nº 1559 de 11 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 3040/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Jacqueline Gois de Jesus um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 3040/2016 de 12 de dezembro de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JACQUELINE GOIS DE JESUS, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 28/11/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JACQUELINE GOIS DE JESUS, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO I do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 28/11/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 1560/2017**

PORTARIA nº 1560 de 11 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JACQUELINE GOIS DE JESUS para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 01/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

**PORTARIA Nº 1561/2017**

PORTARIA nº 1561 de 11 de abril de 2017

**ERRATA:**

Na portaria 2012/2016, de prorrogação do(a) servidor(a) Joseane Johanson Pavanatti um equívoco quanto ao prazo.

Portaria nº 2012/2016 de 01 de agosto de 2016:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSEANE JOHANSON PAVANATTI, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 01/08/2016 a 31/12/2016.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSEANE JOHANSON PAVANATTI, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal da Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 01/08/2016 a 28/02/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Heron Felício Ferreira  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 1562/2017**

PORTARIA nº 1562 de 11 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSEANE JOHANSON PAVANATTI para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30hs semanais, no período de 01/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2017.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal da Saúde

# Blumenau

## PREFEITURA

### LEI Nº 8.401/2017

LEI Nº 8.401, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 5.841, DE 18 DE MARÇO DE 2002.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 5.841, de 18 de março de 2002, que "Institui o Dia Municipal dos Clubes de Caça e Tiro e determina providências correlatas", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal dos Clubes de Caça e Tiro, a ser celebrado, anualmente, no último sábado de Maio."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de abril de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 8.402/2017

LEI Nº 8.402, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI 7.347, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2009, QUE AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEL AO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA A CONSTRUÇÃO DE UM QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR, DESTINADO À SEDE DO 6º PELOTÃO DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º, da Lei nº 7.374, de 27 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Estado de Santa Catarina, para a Construção de um Quartel da Polícia Militar, o terreno situado a Rua Bahia, no Bairro do Salto, contendo a área de 15.279,40m², inscrito no cadastro técnico municipal sob nº 4.1.02.0003.0070 e designado como Lote 163 do Loteamento Horto Florestal, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob R.2/47.010."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de abril de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº 1.103/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.103, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 666, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007, QUE "CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE COMBATE À PIRATARIA – CMCP".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 1º, o caput, os incisos I, II, XI, XXIII e XXV e o §1º do art. 4º da Lei Complementar nº 666, de 12 de dezembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Combate à Pirataria – CMCP, como órgão consultivo, de caráter permanente, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo - SEDEC.

[...]

Art. 4º O Conselho Municipal de Combate à Pirataria é composto por 22 (vinte e dois) membros, sendo:

I – o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo;

II – um (01) representante da Secretaria Municipal de Gestão Financeira - SEGEFI;

[...]

XI – um (01) representante do Conselho Estadual de Combate à Pirataria - CECOP;

[...]

XXIII – um (01) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, por meio da Diretoria de Fiscalização;

[...]

XXV - um (01) representante da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS.

§1º Os órgãos e entidades que compõem o CMPC deverão indicar um suplente para substituir o representante titular em sua ausência ou impedimento".

Art. 2º Ficam revogados os incisos IV, XII e XVIII, do art. 4º, da Lei Complementar nº 666, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de abril de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.258/2017**

DECRETO Nº 11.258, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, no valor de 712.395,00 (setecentos e doze mil, trezentos e noventa e cinco reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

**09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Man. das Atividades de Ensino Fundamental

Modalidade 3.3.90 (188) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Man. das Ativ. de Educação Infantil/Outros

Modalidade 3.3.90 (213) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2046 – Manut.Desenv.Ensino Educação básica-Creche

Modalidade 3.3.90 (227) Aplicações Diretas R\$ 212.395,00

Fonte de Recursos 0136.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta das reduções das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

**09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Man. das Atividades de Ensino Fundamental

Modalidade 3.3.91 (190) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Modalidade 4.4.90 (191) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Man. das Ativ. de Educação Infantil/Outros

Modalidade 4.4.90 (216) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2046 – Man. Des. Ensino Educação básica-Creche

Modalidade 4.4.90 (229) Aplicações Diretas R\$ 212.395,00

Fonte de Recursos 0136.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de abril de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 20.716/2017**

PORTARIA Nº 20.716, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

EXONERA FRED HORST MANKE JUNIOR DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR ESPECIAL DE PROCESSOS, NO GABINETE DO PREFEITO - GAPREF.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 47 da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

**EXONERAR**

FRED HORST MANKE JUNIOR, ocupante do cargo provimento em comissão de Assessor Especial de Processos, símbolo CC-2, no Gabinete do Prefeito - GAPREF, nomeado pela Portaria nº 20.541, de 08/03/2017, no dia 16 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de abril de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 20.717/2017**

PORTARIA Nº 20.717, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NO GABINETE DO PREFEITO - GAPREF.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 47, da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

**NOMEAR**

ALEXANDRE PEREIRA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor Especial de Processos, símbolo CC-2, no Gabinete do Prefeito - GAPREF, no dia 17 de abril de 2017;

FRED HORST MANKE JUNIOR, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Atos Legislativos, símbolo CC-3, no Gabinete do Prefeito - GAPREF, no dia 17 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de abril de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 20.722/2017**

PORTARIA Nº 20.722, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WALLACE CLEICY DA COSTA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA DE ASSESSOR DE EQUIPE DE SERVIÇO NÍVEL II, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA - SEURB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo

com o art. 42 da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017 e Memorando DAF nº 100/2017, de 10/04/2017, resolve:

DESIGNAR, no dia 10 de abril de 2017, o servidor público municipal WALLACE CLEICY DA COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Equipe de Serviço Nível II – FGC 20%, na SEURB, constante do Anexo XXI, da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de abril de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 20.723/2017**

PORTARIA Nº 20.723, DE 11 DE ABRIL DE 2017.  
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, "II", "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com suporte no art. 13 da Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013 e Memorando GAB SEMUDES nº 049/2017, de 30/03/2017, subscrito pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013, para comporem o Conselho Municipal do Idoso - CMI, juntamente com os demais:

CARLOS BRAGA MÜELLER e EDISON MARQUES, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo - SEDEC, em substituição a EDISON MARQUES e RIVADAVIO MATOS DA SILVA, nomeados pela Portaria nº 20.310, de 07/12/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de abril de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 20.724/2017**

PORTARIA Nº 20.724, DE 13 DE ABRIL DE 2017.  
CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

CAROLINE ZIMMERMANN EUFRAZIO, do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 03 de abril de 2017, conforme Processo Administrativo nº 2440/04/2017;

JONATHAN BRYAN SANTOS DA ROSA, do cargo de provimento

efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 31 de março de 2017, conforme Processo Administrativo nº 2458/04/2017;

KALINKA SANA DOLCAN, do cargo de provimento efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 31 de março de 2017, conforme Processo Administrativo nº 2461/04/2017;

SIMONE SETTER DA SILVA, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 03 de abril de 2017, conforme Processo Administrativo nº 2437/04/2017;

SOLANGE DA SILVA, do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 03 de abril de 2017, conforme Processo Administrativo nº 2456/04/2017;  
WILLIAM DE SOUZA GAVIN, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 31 de março de 2017, conforme Processo Administrativo nº 2401/03/2017;

SELMA CORREIA DA COSTA BENITEZ, do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 05 de abril de 2017, conforme Processo Administrativo nº 2566/04/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de abril de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 20.725/2017**

PORTARIA Nº 20.725, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TATIANY GARBELLINI BAMINGER PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar n. 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando n. 169/2017 – Gabinete SEMED, de 12/04/2017, subscrito pela Secretária Municipal de Educação, resolve:

DESIGNAR, a contar de 20 de março de 2017, a servidora pública municipal TATIANY GARBELLINI BAMINGER, matrícula nº 231384, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o exercício da função de Secretária Escolar da EM "Erich Klabunde", concedendo-lhe a gratificação de que trata o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, equivalente a 20% (vinte por cento).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de abril de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 03/2017 - COPLAN**

RESOLUÇÃO Nº. 03, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

O Conselho Municipal de Planejamento Urbano do Município de Blumenau, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação em vigor, tendo em vista as deliberações adotadas pela plenária em reunião no dia 05 de abril e, considerando a:

- Lei Complementar 836, de 19 de dezembro de 2011, que dispõe sobre as competências do Conselho Municipal de Planejamento Urbano;
- Lei Complementar 834, de 13 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança;

Resolve:

Art. 1º. Aprovar o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV do crematório de propriedade da Igreja Vaticano de Culto aos Mortos, de acordo com o processo administrativo nº.17947/2014.

Art. 2º. Indeferir a proposta apresentada para alteração do § 2º, do art. 4º, do Decreto nº. 9.675, de 16 de abril de 2012 - Regimento Interno do Coplan.

Blumenau, 10 de abril de 2017.

IVO BACHMANN JR.

Presidente do Conselho Municipal de Planejamento Urbano - COPLAN

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 09-2208/17 - SAMAE**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo de INEXIGIBILIDADE nº 09-2208/2017 SAMAE – Serviço de orientação em licitação e contratos, pelo período de 01 ano.

Contratada: ZENITE INFORMAÇÃO &amp; CONSULTORIA S.A. (86.781.069/0001-15)

Valor total: R\$ 8.960,00

Base legal: Artigos 25, II e 13 III da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

Data da homologação: 17/04/2017

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2203/17 - SAMAE**

PREGÃO PRESENCIAL 06-2203/2017

Objeto: Registro de preço para possível aquisição de materiais hidráulicos (te's; reduções; colares de tomada; torneiras boia; registros; filtros y; adaptadores; tubos; extremidades; curvas; e válvulas) para uso na Manutenção e Expansão de Redes de Água do Município, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelo Pregoeiro, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO ITEM A ITEM.

Empresa(s):

DOCOL METAIS SANITÁRIOS LTDA

75.339.051/0001-41

Valor total R\$ 117.739,50

LUPY BRASIL VÁLVULAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP

CNPJ: 26.133.037/0001-81

Valor Total R\$ 41.403,00

SAINT GOBAIN CANALIZAÇÕES LTDA

CNPJ: 28.672.087/0001-62

Valor: R\$ 4.500,00

STARTUBO COMERCIAL EIRELI - EPP

CNPJ: 17.191.995/0001-18

Valor: R\$ 131.535,00

SUL AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 80.706.492/0001-74

Valor: R\$ 19.543,00

TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 08.862.530/0007-46

Valor: R\$ 142.520,00

VIA D'AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA

CNPJ: 16.637.264/0001-90

Valor: R\$ 28.720,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Data da homologação: 17/04/2017

**BALANÇO CONTÁBIL/2016 - HOSPITAL SANTO ANTONIO**

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU

HOSPITAL SANTO ANTÔNIO

BLUMENAU – SC

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2016

Blumenau (SC), 03 de fevereiro de 2017.

Aos

Conselheiros e Diretores da

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU – HOSPITAL SANTO ANTÔNIO.

Em conclusão aos trabalhos de auditoria independente, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, seguem anexos para sua apreciação as respectivas Demonstrações Contábeis comparadas com as do exercício anterior, compreendendo:

- RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
- BALANÇO PATRIMONIAL
- DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO
- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Atenciosamente,

NUSS &amp; STEINBACH

Auditores Independentes

Tarcísio Schwanz

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Diretores da

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU – HOSPITAL SANTO ANTÔNIO

Blumenau – SC

**OPINIÃO COM RESSALVA**

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU – HOSPITAL SANTO ANTÔNIO, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU – HOSPITAL SANTO ANTÔNIO, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e de pequeno e médio porte (NBC TG 1000 (R1)) e as normas internacionais de relatório financeiro (IRFS) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB).

**BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA****REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS**

Não foi realizado o teste de recuperabilidade, conforme disposto na Seção 27 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, da NBC TG 1000 (R1).

**ENCARGOS DE DEPRECIÇÃO**

A Entidade vem registrando os encargos de depreciação através do critério fiscal, pois não foram revisadas as vidas úteis estimadas e os respectivos valores residuais dos bens que integram o Imobilizado, não atendendo dessa forma, o disposto na Seção 17 – Ativo Imobilizado

da NBC TG 1000 (R1) Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e de pequeno e médio porte (NBC TG 1000 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

#### OUTROS ASSUNTOS

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados com emissão de relatório datado de 23 de fevereiro de 2016, que conteve modificação semelhante a seção "Base para opinião com ressalva".

Blumenau (SC), 03 de fevereiro de 2017.

NUSS & STEINBACH Tarcísio Schwanz  
Auditor Independente Contador  
CRC-SC nº 1.127/O-9 CRC-SC nº 23.401/O-8

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO						
Blumenau - SC						
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO						
(Em Reais)						
A T I V O						
				Nota	2016	2015
CIRCULANTE					24.615.559	21.859.126
	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				11.622.635	11.285.271
		Caixa			2.442	890
		Bancos	4		903	6.013
		Aplicações de liquidez imediata	5		8.772.621	11.278.368
		Títulos de capitalização	6		2.846.669	-
	DIREITOS REALIZÁVEIS				12.892.698	10.531.096
		Títulos e contas a receber	7		9.637.340	8.063.987
		(-) Estimativa de créditos de liquidação duvidosa	8		(1.213.170)	(1.237.671)
		Estoques	9		2.231.136	1.640.695
		Adiantamento a fornecedores			1.251.258	1.720.986
		Outros valores a receber			986.134	343.099
	DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE				100.226	42.759
NÃO CIRCULANTE					28.278.465	19.844.754
	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				244.595	43.313
		Depósitos judiciais	10		180.519	31.428
		Despesas pagas antecipadamente			53.792	-
		Outras contas a receber			10.284	11.885
	INVESTIMENTOS			11	143.586	125.261
	IMOBILIZADO			12	27.419.849	19.394.107
	INTANGÍVEL			13	470.435	282.073
TOTAL					52.894.024	41.703.880
COMPENSAÇÃO ATIVA				25	30.974.255	34.809.751
As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.						

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO						
Blumenau - SC						
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO						
(Em Reais)						
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL						

				Nota	2016	2015
CIRCULANTE					21.905.846	20.205.807
	Fornecedores		14		5.258.478	4.214.956
	Empréstimos		15		315.969	869.741
	Salários e ordenados				1.659.759	1.480.069
	Impostos, taxas e contribuições		16		1.833.814	1.373.028
	Provisão para férias e encargos sociais				2.924.523	2.513.680
	Repasse fornecedores médicos/clínicas/diversos		17		1.154.812	663.451
	Obrigações com subvenções		18		4.793.487	8.489.070
	Débitos de campanhas de contribuições		19		3.225.929	-
	Outros débitos				739.075	601.811
NÃO CIRCULANTE					16.288.535	10.535.326
	Empréstimos		15		-	315.969
	Parcelamento Lei 11.941/09		20		4.160.293	5.894.283
	Provisões para causas cíveis e trabalhistas		21		9.802.120	4.325.074
	Receita diferida		24		2.271.960	-
	Outros débitos				54.162	-
PATRIMÔNIO SOCIAL					14.699.643	10.962.747
	Superávit acumulado				10.962.747	5.991.432
	Superávit do exercício				3.736.896	4.971.315
TOTAL					52.894.024	41.703.880
COMPENSAÇÃO PASSIVA				25	30.974.255	34.809.751
As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis						

## FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO

Blumenau - SC

## DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Reais)

									2015
					Nota	2016			Reapresentado
RECEITA BRUTA						141.909.169			88.402.148
	COM RESTRIÇÃO					70.899.574			24.558.788
		Subvenções e auxílios		26		15.627.232			16.703.636
		Doações		26		2.906.254			3.666.631
		Promoções		27		3.408.558			4.188.521
		Contribuições incentivadas		27		48.722.823			-
		Trabalhos voluntários		28		205.858			-
		Rendimentos financeiros				28.849			-
	SEM RESTRIÇÃO					71.009.595			63.843.360
		Atividades de saúde				67.633.661			59.629.937
		Atividades de educação				893.737			852.882
		Doações		26		115.654			196.529
		Rendimentos financeiros				1.084.623			1.131.557



		Constituição (Reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	5.477.046	577.914
		Baixa parcelamento por extinção de débito	(1.236.309)	-
		Perda na baixa de imobilizado e intangível	206.235	5.875
		Redução (Aumento) nas contas do ativo circulante		
		Títulos e contas a receber	(1.615.696)	(1.347.679)
		Estoques	(590.440)	32.436
		Depósitos judiciais	(149.091)	18.280
		Outros valores a receber	(265.122)	(1.018.716)
		Aumento (Redução) nas contas do passivo circulante		
		Fornecedores	1.043.523	619.338
		Salários e ordenados	179.690	36.878
		Provisões para férias e encargos sociais	410.842	424.026
		Impostos, taxas e contribuições	(36.896)	(79.570)
		Repasse fornecedores médicos/clínicas/diversos	491.361	(139.415)
		Obrigações com subvenções	(1.423.623)	2.623.164
		Débitos de campanhas de contribuições	3.225.929	-
		Outros débitos	191.425	230.248
		Caixa proveniente das operações	11.749.886	8.352.511
		ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
		Aumento dos investimentos	(18.325)	(13.646)
		Aquisição de ativo imobilizado	(10.228.943)	(7.217.945)
		Baixas do ativo imobilizado	4.000	-
		Aquisição de ativo intangível	(299.513)	(114.307)
		Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(10.542.781)	(7.345.898)
		ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
		Empréstimos de curto prazo	(553.772)	105.273
		Empréstimos de longo prazo	(315.969)	(869.740)
		Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(869.741)	(764.467)
		Aumento líquido de caixa e equivalentes	337.364	242.145
		Caixa e equivalente de caixa no início do período	11.285.271	11.043.126
		Caixa e equivalente de caixa no fim do período	11.622.635	11.285.271
		Variação das contas caixa e equivalentes de caixa	337.364	242.145

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em Reais)

### 1. OBJETIVO SOCIAL

A Fundação Hospitalar de Blumenau, mantenedora do Hospital Santo Antônio, localizada na cidade de Blumenau (SC) é uma Entidade filantrópica, de caráter beneficente de assistência social e de promoção de saúde, sem fins lucrativos que tem por objetivo preponderante, a prestação de serviços médico-hospitalares, assim como o desenvolvimento de atividades que visam o aperfeiçoamento de seu corpo clínico de enfermagem e outros profissionais de saúde. A Fundação vem usufruindo os seguintes benefícios fiscais: I) imunidade do imposto de renda e contribuição social e imunidade de IOF sobre operações bancárias; II) isenção da COFINS.

Em 07/12/2007, através da Lei Complementar de Blumenau-SC, nº 663, publicada no Diário Oficial do Município, em 10/12/2007, foi aprovada e sancionada e promulgada a reestruturação da Fundação Hospitalar de Blumenau e outras providências, entrando em vigor em 180 dias após sua publicação.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em consideração o que dispõe a Interpretação Técnica Geral do Conselho Federal de Contabilidade - ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros e a Norma Brasileira de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade - NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade. A data para conclusão e elaboração das demonstrações contábeis foi em 03 de fevereiro de 2017 autorizada pela Gerente Geral – Izabel Cristina Casarin.

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 estão reapresentadas em função da alteração da estrutura da Demonstração do Superávit, em conformidade com a Interpretação Técnica Geral do Conselho Federal de Contabilidade - ITG 2002 (R1).

## 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) As receitas e despesas são apuradas pelo Princípio da Realização da Receita e da Confrontação das Despesas no Exercício (Regime de Competência);

b) As aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado;

c) Instrumentos Financeiros: A Fundação classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos:

(i) Caixa e equivalentes de caixa; e,

(ii) Instrumentos de dívida.

Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar, parcelamento de débitos e os empréstimos a pagar, e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado.

d) Os títulos e contas a receber estão registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento, líquido da estimativa de créditos de liquidação duvidosa;

e) Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições, inferior ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização;

f) Os investimentos em outras sociedades foram avaliados pelo custo de aquisição, deduzida de provisão para perdas prováveis na realização de seu valor quando este for inferior ao valor de mercado;

g) Os ativos imobilizados estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995, ajustado por depreciações e amortizações acumuladas computadas pelo método linear, levando em consideração os critérios fiscais;

h) No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos e licenças de uso dos mesmos;

i) Os demais ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, são reduzidos aos valores prováveis de realização;

j) Os empréstimos e financiamentos são registrados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros proporcionais até o último dia do mês base;

k) A provisão para causas cíveis e trabalhistas é constituída para processos considerados como de perdas “prováveis” e “possíveis” de acordo com a avaliação da administração apoiados em pareceres de seus assessores jurídicos;

l) Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas;

m) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais e índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço;

n) As subvenções são registradas conforme regulamenta o Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 07 (R1), no resultado do exercício. As subvenções destinadas a investimentos patrimoniais, não efetivamente aplicadas até a data base de 31 de dezembro de 2016, foram registradas como obrigações no passivo circulante;

o) As subvenções destinadas a investimentos patrimoniais passíveis de depreciação ou amortização, cujo recurso tenha sido efetivamente aplicado até a data base de 31 de dezembro de 2016, são registradas como receita diferida, no passivo não circulante, sendo reconhecida ao resultado, como receita, em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

p) Os trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, foram reconhecidos pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

q) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis: A preparação de demonstrações contábeis requer que a administração da Fundação se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de

informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis, são:

(i) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente reconhecidos e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; e,

(ii) Passivos contingentes que passam a ser provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Fundação.

As informações sobre julgamentos referentes as políticas financeiras adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, os quais, eventualmente podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas na nota explicativa 21 – Provisões para causas cíveis e trabalhistas e contingências passivas.

r)

#### 4. BANCOS

Esta rubrica apresenta os saldos disponíveis em contas bancárias, sem restrição, que estão assim compostos:

	2016	2015
MaxiCrédito	536	-
Caixa Econômica Federal	185	4.437
Sant. Banespa	91	1.574
Bradesco	91	1
Banco do Brasil – Besc	-	1
Total	903	6.013

#### 5. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA

A Fundação possui valores de aplicações divididos nas seguintes instituições financeiras:

	2016	2015
COM RESTRIÇÃO	290.896	2.686.982
Banco do Brasil	290.896	2.175.151
Unicred	-	511.831
SEM RESTRIÇÃO	8.481.725	8.591.386
Unicred	4.732.134	4.763.837
Viacredi	2.155.871	1.816.202
Banco do Brasil	1.551.332	1.844.625
MaxiCrédito	42.388	-
Sicredi	-	166.606
Bradesco	-	64
Blucredi	-	52
Total	8.772.621	11.278.368

As aplicações financeiras com restrição são oriundas das subvenções recebidas para investimentos que não podem ser aplicados para fins alheios ao projeto para o qual a subvenção foi aprovada.

Estes recursos são passíveis de prestação de contas aos órgãos competentes de fiscalização, de acordo com a origem da subvenção recebida.

#### 6. TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

Correspondem a títulos de capitalização adquiridos para premiação de doações incentivadas cujos resgates poderão ser efetuados em 2017. O montante, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 2.846.669.

#### 7. TÍTULOS E CONTAS A RECEBER

Estão registrados neste grupo os saldos a receber de convênios e particulares em função da prestação de serviços da Fundação, conforme

segue:

	2016	2015
SUS - Sistema Único de Saúde	5.796.400	4.982.249
Servmed	768.698	509.844
Seguro	590.615	638.913
DPVAT	509.005	525.329
Unimed	489.093	346.771
Particulares	267.693	60.195
Geap	233.334	94.889
Agemed	295.729	165.006
Associação Congregação de Santa Catarina	149.618	273.275
SC Saúde	147.402	90.739
Saúde Bradesco	49.617	107.449
Outros Convênios	340.136	269.328
Total	9.637.340	8.063.987

#### 8. ESTIMATIVA DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Com base em análise da administração, a estimativa foi constituída de acordo com os critérios estabelecidos no Art. 340 do RIR/99, exceto para os créditos com o Fundo Municipal de Saúde. Em 31 de dezembro de 2016 a Estimativa para Créditos de Liquidação Duvidosa para títulos e contas a receber possuía saldo de R\$ 1.213.170 – (R\$ 1.237.671 em 2015).

#### 9. ESTOQUES

Os estoques de mercadorias foram avaliados pelos custos de aquisição, que não superam os preços de mercado. As quantidades em estoque foram consideradas com base em controle permanente auxiliar, levantados por inventário físico na data do balanço cuja composição é:

	2016	2015
Farmácias e Central de abastecimento	871.266	543.458
Gasoterapia e quimioterapia	992.369	776.742
Material de uso e consumo	263.935	272.387
Nutrição e cozinha	50.510	44.482
Ortopedia	2.175	3.626
Tomografia	5.753	-
Dose unitária	5.546	-
Estoque em poder de terceiros	39.582	-
TOTAL	2.231.136	1.640.695

#### 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Fundação cujo montante, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$180.519 (R\$ 31.428 em 2015). Estão relacionados a quantias bloqueadas por ações de natureza cível e trabalhista e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

#### 11. INVESTIMENTOS

Referem-se às contas de capital que a Fundação possui nas seguintes cooperativas:

	2016	2015
MaxiCrédito	55.539	-
Unicred	55.508	47.549
Viacredi	23.713	14.334
Sicredi	8.826	7.839

Blucredi	-	55.539
Total	143.586	125.261

## 12. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A lei 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/96.

As depreciações foram calculadas pelo método linear considerando os critérios fiscais, com as seguintes taxas anuais: Edificações 4%; Móveis e Utensílios, Instalações e Equipamentos 10% e; Veículos, Equipamentos de Informática e Equipamentos Telefônicos 20%.

### a) Quadro Resumo das Movimentações do Ativo Imobilizado

	2015				2016
Custo corrigido	Saldo	Adições	Baixas	Transferências	Saldo
Edificações	9.506.876	147.242	-	1.292.658	10.946.776
Equipamentos	10.879.353	4.696.777	(378.825)	1.009.860	16.207.165
Equip. de informática	1.327.608	554.492	(21.359)	-	1.860.741
Veículos	59.360	-	-	-	59.360
Móveis e utensílios	3.241.102	963.511	(52.071)	16.913	4.169.455
Instalações	448.469	365.697	-	24.611	838.777
Equip. telefônicos	52.021	-	-	-	52.021
Imobilizado em andamento	6.678.680	3.501.223	(129.194)	(2.344.042)	7.706.667
Total custo corrigido	32.193.469	10.228.942	(581.449)	-	41.840.962
Depreciação Acumulada					
Edificações	(3.969.781)	(389.494)	-	-	(4.359.275)
Equipamentos	(5.915.654)	(991.718)	302.990	-	(6.604.382)
Equip. de informática	(687.337)	(245.941)	21.910	-	(911.368)
Veículos	(14.873)	(11.872)	-	-	(26.745)
Móveis e utensílios	(1.825.265)	(310.445)	46.362	-	(2.089.348)
Instalações	(350.778)	(38.783)	-	-	(389.561)
Equip. telefônicos	(35.674)	(4.760)	-	-	(40.434)
Total depr. acumulada	(12.799.362)	(1.993.013)	371.262	-	(14.421.113)
Imobilizado líquido	19.394.107				27.419.849

Todos os ativos acima são de propriedade da Fundação, porém alguns bens foram utilizados como garantia em processos. Como por exemplo, gerador, respiradores, monitores cardíacos, incubadoras, berços aquecidos, arco cirúrgico, computadores entre outros. A Fundação também se utiliza de bens públicos – edificações através de comodato com o Município de Blumenau.

A Fundação não adotou no exercício de 2016 os procedimentos para atendimento às Resoluções 1.263/09, NBC TG 27 (R3)/2015 e NBC TG 01 (R3)/2015 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, sobre adequação das taxas de depreciação pela vida útil do ativo, a aplicação inicial ao ativo imobilizado, e quanto a redução do valor recuperável dos ativos do imobilizado e intangível, que se refere a uma análise da possibilidade de desvalorização dos bens do ativo imobilizado e intangível.

## 13. INTANGÍVEL

O ativo intangível é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A amortização foi calculada pelo método linear considerando os critérios fiscais, com a taxa anual de 10%.

		2016		2015
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Saldo	Saldo
Direito de Uso de Softwares	726.568	(270.270)	456.298	282.073
Desenvolvimento de Software	14.137	-	14.137	-
Total	740.705	(270.270)	470.435	282.073

Conforme mencionado na nota explicativa 12, não foram adotados os procedimentos quanto a redução do valor recuperável dos ativos intangíveis.

## 14. FORNECEDORES

Do saldo a pagar de R\$ 5.258.478 (R\$ 4.214.956 em 2015), R\$ 17.837 (R\$ 17.837 em 2015) referem-se a valores vencidos em exercícios anteriores com processo de cobrança. Os valores são atualizados de acordo com o valor informado no relatório da assessoria jurídica. O restante do saldo é composto por fornecedores de materiais de uso e consumo e fornecedores (clínicas) que possuem contrato de prestação

de serviços com a Fundação.

#### 15. EMPRÉSTIMOS

O saldo dos empréstimos a pagar está assim composto:

##### Circulante

	2016	2015
Empréstimo Santander Banespa - Cédula de crédito para capital de giro com encargos remuneratórios pré-fixados em 1,07% a.m. - Operação sem avalistas, tendo como garantia o contrato com o SUS. - Vencimento do contrato em Abril/2017	324.581	973.744
(-) Juros a apropriar	(8.612)	(104.003)
Total	315.969	869.741

##### Não circulante

Descrição	2016	2015
Empréstimo Santander Banespa	-	324.581
(-) Juros a apropriar	-	(8.612)
Total	-	315.969

O montante de juros reconhecido no resultado no ano de 2016 referente ao empréstimo obtido junto ao banco Santander Banespa foi R\$ 104.003 (R\$ 209.276 em 2015).

#### 16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

A composição destes tributos está demonstrada no quadro a seguir:

	2016	2015
IRRF sobre salários e serviços de terceiros	403.760	373.912
INSS	193.145	150.848
FGTS	284.582	253.626
INSS retido na fonte sobre serviços de terceiros	15.893	3.029
Parcelamento Lei 11.941/2009	691.091	484.746
ISS retido na fonte	16.157	7.396
Pis, Cofins e CS retidos na fonte	229.186	99.352
Funrural	-	119
Total	1.833.814	1.373.028

#### 17. REPASSES FORNECEDORES MÉDICOS/CLÍNICAS/DIVERSOS

Estes débitos referem-se às obrigações de repasses que a Fundação possui com os prestadores de serviço (médico e clínicas) e estão assim compostos:

	2016	2015
Fornecedores repasses médicos	50.462	41.076
Fornecedores repasses clínicas	847.327	546.890
Fornecedores repasses diversos	257.023	75.485
Total	1.154.812	663.451

#### 18. OBRIGAÇÕES COM SUBVENÇÕES

As subvenções (federal, estadual, municipal e doações PRONON), contabilizadas como obrigações, referem-se a recursos recebidos do Ministério da Saúde para aplicação em imobilizado, porém até a data base de 31 de dezembro de 2016 não haviam sido integralmente aplicados, e neste contexto tal operação é registrada contabilmente como uma obrigação até que os recursos sejam aplicados efetivamente e a Fundação preste contas desta utilização.

	2016	2015
--	------	------

Subvenção Estadual	4.477.445	4.581.426
Subvenção Federal	316.042	553.433
Subvenção Municipal	-	2.211.841
Doações PRONON 13849-5	-	1.033.413
Doações PRONON 13850-9	-	65.654
Subvenção Municipal Psiquiatria	-	43.303
Total	4.793.487	8.489.070

#### 19. DÉBITOS DE CAMPANHAS DE CONTRIBUIÇÕES

Corresponde a débitos de cauções recebidos para aquisição de títulos de capitalização para contribuições incentivadas cujo montante, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 3.225.929. O reembolso das cauções é realizado em conformidade com os resgates dos títulos adquiridos cuja realização ocorrerá no decorrer do exercício de 2017.

#### 20. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS

Em 10/12/2004, foi publicada a portaria CG/REFIS nº 777, na qual consta a exclusão da Fundação do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, em decorrência de inadimplência consecutiva com relação aos pagamentos do INSS corrente. A Fundação, por meio de sua assessoria jurídica especializada, ajuizou medida a fim de ver declarada a inexigibilidade das contribuições previdenciárias patronais incluídas no REFIS. Os pedidos da medida judicial foram julgados procedentes (trânsito em julgado em 24 de fevereiro de 2014) e as contribuições previdenciárias patronais, anteriormente incluídas no REFIS, foram declaradas extintas. Os débitos remanescentes do REFIS, oriundos da contribuição previdenciária dos empregados e autos de infração, foram parcelados pela Fundação, nos termos da lei 11.941/2009. O saldo remanescente do parcelamento é atualizado monetariamente com base na taxa SELIC.

A manutenção da Fundação no programa de parcelamento acima mencionado está condicionada ao atendimento de certas condições, sobretudo do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da lei, e do pagamento dos tributos correntes, condições estas, que estão sendo cumpridas pela Fundação.

##### a) Composição por vencimento

Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas do passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Parcelamento			
Ano	1165	1194	1136	Total
2018	349.431	78.407	263.253	691.091
2019	349.431	78.407	263.253	691.091
2020	349.431	78.407	263.253	691.091
2021	349.431	78.407	263.253	691.091
2022	349.431	78.407	219.378	647.216
2023	349.431	78.407	-	427.838
2024	262.071	58.805	-	320.876
Total	2.358.657	529.247	1.272.390	4.160.294

##### b) Parcelamento – código 1233

Parte dos débitos incluídos no parcelamento da Lei 11.941/2009 permaneciam sobre processo administrativo. Após consolidação dos débitos no parcelamento, o montante de R\$ 1.236.309 (um milhão, duzentos e trinta e seis mil, trezentos e nove reais) referente ao código 1233 foi dado por liquidado pela Receita Federal do Brasil no ano de 2016. Este montante foi baixado do passivo, em contrapartida do resultado do exercício não representando, entretanto, entrada de novos recursos.

#### 21. PROVISÕES PARA CAUSAS CÍVEIS E TRABALHISTAS E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Fundação está sujeita às contingências trabalhistas e cíveis. A administração analisou e revisou individualmente cada contingência conhecida considerando a opinião de seus assessores jurídicos e demais dados disponíveis na data de encerramento das demonstrações contábeis para constituição de provisão.

	2015 Saldo	Adições	Baixas	2016 Saldo
Provisão para ações trabalhistas	803.038	657.047	282.978	1.177.107
Provisão para ações cíveis	3.522.036	5.485.427	382.450	8.625.013
Total	4.325.074	6.142.474	665.428	9.802.120

Os valores divulgados são baseados em estimativas e os resultados finais, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes,

podem diferir dessas estimativas bem como possuem momento de ocorrência incertos.

a) Ações Trabalhistas

Processo	Local	Perda	Valor da ação	Valor da provisão
004172-80.2014.5.12.0051	4 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Provável	30.000	30.000
1015-07.2011.5.12.0051	2 Turma, TRT 12ª Região - Santa	Provável	30.000	30.000
0003032-74.2015.5.12.0051	4 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Provável	50.000	50.000
3820-75.2014.5.12.0002	2 Turma, TRT 12ª Região - 2ª Instância	Provável	29.500	29.500
0004747-07.2015.5.12.0002	1 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Provável	50.000	50.000
0006173-40.2014.5.12.0018	2 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Provável	30.000	30.000
0001950-42.2014.5.12.0051	4 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Provável	30.000	30.000
0006269-53.2014.5.12.0051	4 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Provável	31.000	31.000
0004661-83.2015.5.12.0051	4 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Provável	50.000	50.000
0004209-12.2015.5.12.0039	3 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Provável	50.000	50.000
0002120-77.2015.5.12.0051	4 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Provável	35.000	35.000
0005115-02.2015.5.12.0039	3 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Provável	50.000	50.000
0006060-37.2014.5.12.0002	1 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Provável	50.000	50.000
0000568-43.2016.5.12.0051	4 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Provável	40.000	40.000
0001652-32.2016.5.12.0002	1 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Provável	37.000	37.000
0002119-94.2016.5.12.0039	3 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Provável	36.000	36.000
1014-24.2011.5.12.0018	Tribunal Superior do Trabalho	Provável	6.082	(1.404)
0002181-71.2015.5.12.0039	3 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	94.574	47.287
0000898-76.2016.5.12.0039	3 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	40.000	20.000
0000049-68.2016.5.12.0051	4 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	37.000	18.500
0000401-62.2016.5.12.0039	3 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	50.000	25.000
0000784-04.2016.5.12.0051	4 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	40.000	20.000
0001222-30.2016.5.12.0051	4 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	36.000	18.000
1016-91.2011.5.12.0018	2 Turma, TRT 12ª Região - Santa	Possível	30.000	15.000
0003694-74.2014.5.12.0018	2 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	30.000	7.514
0000538-76.2014.5.12.0051	4 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	50.000	25.000
0002259-65.2014.5.12.0018	2 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	50.000	17.514
0003896-15.2015.5.12.0051	4 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	33.300	16.650
0003579-19.2015.5.12.0018	2 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	200.000	100.000
0005404-80.2014.5.12.0002	1 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	30.000	15.000
01468-2006-039-12-00-9	3 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	10.000	5.000
0000718-24.2016.5.12.0051	4 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	40.000	20.000
0000085-49.2016.5.12.0039	3 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	80.000	40.000
0000102-85.2016.5.12.0039	3 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	40.000	20.000
0000764-49.2016.5.12.0039	3 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	100.000	50.000
0000795-35.2016.5.12.0018	2 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	40.000	20.000
0001658-39.2016.5.12.0002	1 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	39.000	19.500
0002181-51.2016.5.12.0002	1 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	36.000	18.000
0002092-14.2016.5.12.0039	3 Vara do Trabalho, TRT 12ª Região	Possível	24.092	12.046
				1.177.107

Todas as ações onde a perda foi classificada como "PROVÁVEL", pelos assessores jurídicos, foram provisionadas pela Fundação. Adicionalmente a Fundação efetuou, por prudência, a provisão de 50% do montante total das perdas consideradas "POSSÍVEIS", nas ações trabalhistas. O montante da provisão para ações trabalhistas em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.177.107 (R\$ 803.038 – 2015).

A parcela dos valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos cuja provisão não foi constituída é no montante de R\$ 579.955 (R\$ 385.210 – 2015).

b) Ações Cíveis

Processo	Local	Perda	Valor da ação	Valor da provisão
0024763-91.2006.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	1.000.000	1.000.000
0602156-54.2014.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	475.000	475.000
0007577-79.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	315.000	315.000
0027166-33.2006.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	251.600	251.600
0013686-46.2010.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	250.000	250.000
0007578-69.2008.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	202.298	202.298
0501807-14.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	200.000	200.000
0027193-06.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	200.000	200.000

0017702-48.2007.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	200.000	200.000
0014958-17.2006.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	180.000	180.000
0012707-31.2003.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	168.000	168.000
0000067-44.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	150.000	150.000
0603404-55.2014.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	128.000	128.000
0008456-67.2003.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	120.000	120.000
0021170-59.2003.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	120.000	120.000
0011042-43.2004.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	117.000	117.000
0006901-73.2007.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	110.000	110.000
0018881-41.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	100.000	100.000
0013424-28.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	100.000	100.000
0305721-24.2015.8.24.0054	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	100.000	100.000
0001383-29.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	100.000	100.000
0010435-54.2009.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	93.000	93.000
0027716-23.2009.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	83.700	83.700
0504077-74.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	67.800	67.800
0005462-63.2013.8.24.0025	2 Vara Cível, TJ SC - 1ª Instância	Provável	67.800	67.800
0033990-71.2007.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	60.000	60.000
0001801-74.2006.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	60.000	60.000
0025474-62.2007.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	57.000	57.000
0027891-12.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	55.000	55.000
0303561-04.2014.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	51.050	51.050
0003060-60.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	50.000	50.000
0004264-13.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	50.000	50.000
0000216-11.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	50.000	50.000
0003455-57.2010.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	50.000	50.000
0002901-20.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	50.000	50.000
0007672-12.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	50.000	50.000
0008411-82.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	48.574	48.574
0008138-11.2008.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	41.500	41.500
0013161-59.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	40.000	40.000
0009355-50.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	38.000	38.000
0020170-72.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	35.000	35.000
0020509-02.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	32.710	32.710
0026899-51.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	30.000	30.000
0313505-93.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	30.000	30.000
0503289-94.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	30.000	30.000
0019445-20.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	23.273	23.273
0002573-32.2009.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	21.000	21.000
0003576-90.2007.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	20.000	20.000
0010479-10.2008.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	16.600	16.600
0305931-19.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	15.000	15.000
0002368-10.2013.8.24.0025	2 Vara Cível, TJ SC - 1ª Instância	Provável	13.000	13.000
0501430-09.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	10.905	10.905
Processo	Local	Perda	Valor da ação	Valor da pro- visão
0011074-72.2009.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	10.000	10.000
0007977-93.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	10.000	10.000
0020168-05.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	10.000	10.000
0601524-28.2014.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	10.000	10.000
0018833-14.2014.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	8.688	8.688
0004362-61.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	5.000	5.000
0012909-95.2009.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	2.000	2.000
0025895-52.2007.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	1.000	1.000
0008028-07.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	1.000	1.000
0001830-56.2008.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	1.000	1.000
0003040-06.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	1.000	1.000
0005158-57.2009.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	1.000	1.000
0007684-02.2006.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	1.000	1.000
0013409-59.2012.8.24.0008	1 Vara da Família, TJ SC	Provável	1.000	1.000
0004559-16.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	1.000	1.000
0003597-90.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	1.000	1.000
0008554-71.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	1.000	1.000

0313542-23.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	1.000	1.000
0307012-03.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	1.000	1.000
0309395-51.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	1.000	1.000
0307691-03.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	1.000	1.000
0019660-59.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	1.000	1.000
0024457-20.2009.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	1.000	1.000
0303431-02.2016.8.24.0054	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	880	880
0011024-75.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	300	300
0304391-33.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Provável	100	100
0006824-25.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	2.932.260	733.065
0312744-28.2016.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	1.562.338	390.585
0017579-40.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	1.000.000	250.000
0309233-22.2016.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	950.000	237.500
0014037-19.2010.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	573.000	143.250
0017438-89.2011.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	566.464	141.616
0303899-41.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	393.990	98.498
0311422-07.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	264.768	66.192
0014596-73.2010.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	255.000	63.750
0016199-16.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	250.000	62.500
0017503-89.2008.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	210.820	52.705
0021267-15.2010.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	204.000	51.000
0017996-56.2014.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	201.200	50.300
0320354-47.2016.8.24.0008	1 Vara Cível, TJ SC - 1ª Instância	Possível	200.000	50.000
0003946-06.2006.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	124.300	31.075
0011265-15.2012.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	62.200	15.550
0312153-66.2016.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	50.000	12.500
0023979-17.2006.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	35.000	8.750
0016388-62.2010.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	28.000	7.000
0012733-63.2002.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	24.038	6.009
0019041-86.2000.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	20.627	5.157
0317248-77.2016.8.24.0008	1 Vara Cível, TJ SC - 1ª Instância	Possível	16.462	4.115
0026316-13.2005.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	15.274	3.818
0016840-09.2009.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	5.000	1.250
0003645-58.2006.8.24.0073	2 Vara Cível, TJ SC - 1ª Instância	Possível	5.000	1.250
0303927-43.2014.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	1.500	375
0305746-78.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	1.500	375
0022042-25.2013.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	1.000	250
0309689-06.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	1.000	250
Processo	Local	Perda	Valor da ação	Valor da pro- visão
0312621-64.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	500	125
0306420-56.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	500	125
CDA 91.5.02.003100-48	Superior Tribunal de Justiça	Possível	77.688	77.688
CDA 91.5.05.000843-45	Superior Tribunal de Justiça	Possível	57.612	57.612
0003436-27.2005.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	-	-
0301682-25.2015.8.24.0008	1 Vara da Fazenda Pública, TJ SC	Possível	-	-
0145632-92.2015.8.24.0000	1 Câmara, TJ SC - 2ª Instância	Possível	-	-
				8.625.013

Todas as perdas consideradas "PROVÁVEIS" estão consideradas na contabilidade e 25% das "POSSÍVEIS", exceto as de natureza tributária que foram consideradas em sua totalidade, conforme orientação da assessoria jurídica. O montante da provisão para ações cíveis em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 8.625.013 (R\$ 3.525.074 – 2015).

A parcela dos valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos que não foi constituída provisões é no montante de R\$ 7.466.806 (R\$ 9.910.134 – 2015).

## 22. CONTINGÊNCIAS ATIVAS

A Fundação, com intuito de dar efetividade à imunidade prevista no artigo 150, inciso VI, "c", da Constituição Federal, ajuizou demanda judicial visando a declaração de inexigibilidade do IPI, nas aquisições de produtos industrializados. Apesar do recolhimento do IPI ficar a cargo do vendedor do produto, é a Fundação Hospitalar de Blumenau que sofre o ônus financeiro e deve pagar o citado imposto. Em sendo julgados procedentes os pedidos formulados, a Fundação ficará desonerada do IPI e poderá restituir-se dos valores indevidamente pagos, respeitados os prazos prescricionais. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em 2007 não reconheceu o direito à imunidade do IPI em favor da Fundação Hospitalar de Blumenau, no entanto, destaca-se que não há entendimento pacificados sobre a matéria, foi apresentado recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal. Em 25 de junho de 2010 o ministro relator deu provimento ao recurso extraordinário,

reconhecendo a imunidade tributária postulada. A União interpôs agravo regimental, com intuito de afastar o direito à imunidade do IPI.

Foi proferida decisão, em outubro de 2011, reconsiderando o provimento ao recurso extraordinário, concedido em 2010. Os autos foram devolvidos ao TRF da origem, sendo que se aguarda o julgamento. O montante dos valores pagos a título de IPI não foi apurado.

### 23. REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E CÍVEIS

Está composta pela reversão contábil dos seguintes valores:

	2016	2015
Parcelamento Lei 11.941/2009 – código 1233	1.236.309	-
Contingências trabalhistas e cíveis	665.428	152.968
Total	1.901.737	152.968

A baixa do parcelamento foi efetuada em função da extinção do débito conforme detalhado na nota explicativa 20, letra b).

A reversão das contingências cíveis ocorreu em função da revisão técnica dos processos em andamento. Não representou ingresso de recursos, mas tão somente a baixa e ajuste do saldo contábil do passivo exigível.

### 24. RECEITA DIFERIDA

Em conformidade com a Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros, e Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 07 (R1) – Subvenções e Assistência Governamentais, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, a Fundação reconheceu as subvenções governamentais relacionadas a ativos imobilizados, cujo recurso já foi aplicado e aprovado por órgão competente, em conta de passivo, como receita diferida. Seu reconhecimento como receita no resultado é realizado com base na depreciação do ativo imobilizado (realização do bem).

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de receitas diferidas, ou seja, subvenções já recebidas e aplicadas em ativos imobilizados, possuem a seguinte composição por ano de realização:

Ano	Valor
2017	200.442
2018	200.442
2019	200.442
2020	200.442
2021	200.442
Após 2021	815.052
(a)	454.698
Total	2.271.960

(a) Subvenção aplicada em ativo imobilizado relacionado a obras em andamento não disponível para uso em 31 de dezembro de 2016. A depreciação do ativo e consequente realização da receita diferida se dará a partir do uso do ativo.

### 25. CONTAS DE COMPENSAÇÃO (ATIVAS E PASSIVAS)

O saldo está assim composto:

	2016	2015
Contribuição previdenciária	3.920.092	3.920.092
Mercadorias de terceiros	401.362	48.440
Crédito de cauções	162.801	76.219
Seguros	26.490.000	30.765.000
Total	30.974.255	34.809.751

As contas de compensação compreendem as contribuições ao INSS – Instituto Nacional de Seguro Social, referente a parcela denominada “quota patronal”, desconsiderando a imunidade constitucional garantida às Entidades filantrópicas referentes aos exercícios de 2006 e 2007 ainda sob judice, entretanto com exigibilidade suspensa devido parcelamento de débitos por meio da lei 11.941/2009. Estão registradas também as mercadorias de terceiros que estão sob uso da Fundação, crédito de cauções de pacientes e o valor de cobertura das apólices de seguro.

A cobertura de seguros é determinada de acordo com a orientação obtida de especialistas, segundo a natureza de grau e risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas relevantes em bens do ativo imobilizado e estoques.

### 26. SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E DOAÇÕES

As subvenções, auxílios, doações recebidas no exercício de 2016, para custeio da Fundação, e as subvenções de investimento que atenderam ao critério de reconhecimento no resultado foram contabilizadas da seguinte forma:

	2016	2015
Receita com restrição		
Subvenções e auxílios	15.627.232	16.703.636
Doações	2.906.254	3.666.631
Receita sem restrição		
Doações	115.654	196.529
Total	18.649.140	20.566.796
Provenientes de:		
Subvenções Municipais	8.744.880	7.893.659
Subvenções Estaduais	6.672.384	7.203.062
Doações Mat./Med. - SES	2.814.220	3.581.975
Subvenções para Investimentos	209.969	-
Doações através de Companhia (CELESC)	111.226	118.013
Doações Pessoas Jurídicas	92.033	84.656
Doações Pessoas Físicas	4.428	18.516
Prêmio Incentivo Hospitalar	-	1.606.915
Subv. Municipal c/ recursos Câmara de Vereadores	-	60.000
Total	18.649.140	20.566.796

## 27. DOAÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES INCENTIVADAS

Em maio de 2016 a Fundação iniciou a arrecadação de doações de contribuições incentivadas - Trimania, a qual está vinculada a participação em sorteio de prêmios cuja operação é assessorada pela SC CAP Assessoria e Promoção de Vendas Ltda – Trimania.

O resultado (superávit) da arrecadação de doações da Trimania no exercício de 2016 foi conforme demonstrado:

	2016
Receita de doações de contribuições incentivadas	48.722.823
Custo e despesas com doações incentivadas	(43.662.685)
Superávit doações e contribuições incentivadas	5.060.138
Doações Trimania – janeiro a abril de 2016	3.408.558
Despesas – janeiro a abril de 2016	(244.483)
Superávit total Trimania	8.224.213

O resultado obtido (superávit) da arrecadação das doações de contribuições incentivadas – “Trimania” foi investido em sua totalidade na aquisição de equipamentos hospitalares, móveis e utensílios, aparelhos, acessórios, ferramentas, computadores e periféricos, instrumental cirúrgico, instalações, construções e reformas da estrutura física para melhoria da assistência à saúde da população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS) cuja representação pode ser verificada na nota explicativa 33, bem como de convênios.

## 28. TRABALHO VOLUNTÁRIO

No exercício de 2016 a Fundação registrou os trabalhos voluntários pelo valor justo da prestação do serviço, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, em conformidade com a ITG 2002 (R1). Todos os serviços voluntários prestados por grupos de voluntários estão relacionados as atividades de saúde.

As receitas e custos com trabalhos voluntários no exercício de 2016 estão assim compostos:

Receita	Valor
Grupos de voluntários	38.382
Diretoria	152.550
Conselhos	14.926
Total	205.858

**29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

Esta rubrica está composta pelos seguintes valores:

	2016	2015
Precatórios	728.190	1.068.491
Aluguéis	256.804	257.094
Bazar	-	392.055
Outras	296.926	314.815
Total	1.281.920	2.032.455

**30. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS**

O saldo está assim composto:

	2016	2015
Provisões (i)	6.267.056	978.591
Depreciação e amortização	2.099.621	1.396.623
Energia elétrica	1.628.887	1.657.870
Serviços administrativos	1.395.399	1.281.064
Serviços de manutenção (ii)	845.934	472.876
Material de expediente e impressos	636.011	508.137
Honorários advocatícios – precatórios	189.071	506.476
Bens não imobilizáveis	186.873	172.986
Aluguel / Condomínios	165.003	126.613
Serviços de assessoria jurídica	155.513	145.114
Assessoria de comunicação	92.417	87.901
Telefone	66.190	82.483
Água e esgoto	64.674	324.011
Outras	280.694	311.461
Total	14.073.343	8.052.206

(i) Compreende a constituição das provisões para causas cíveis e trabalhistas conforme detalhado na nota explicativa 21 e constituição/reversão de estimativa de créditos de liquidação duvidosa.

(ii) Relacionado a reformas realizadas no decorrer do exercício de 2015 e 2016 que não contribuíram para aumento da vida útil dos imóveis.

**31. SEGREGAÇÃO DAS RECEITAS E DEMONSTRATIVO DE BENEFÍCIO FISCAL**

	2016	2015
Serviços para convênios	68.527.398	60.482.819
Auxílios, subvenções e doações	18.649.140	20.566.796
Contribuições incentivadas	48.665.685	-
Promoções	3.408.558	4.188.521
Outras receitas operacionais	1.281.920	2.032.455
Glosas	(127.898)	(122.195)
Total das receitas	140.404.803	87.148.396
Benefícios fiscais gozados	4.212.144	2.614.452
COFINS 3%	4.212.144	2.614.452

**32. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS SE A FUNDAÇÃO NÃO GOZASSE DE ISENÇÃO**

Em conformidade com a legislação previdenciária, a Fundação gozou benefício total de R\$ 8.821.869 no ano de 2016 (R\$ 7.736.109 em 2015) referente à contribuição previdenciária, conforme demonstrado a seguir:

Mês	2016		2015	
	Base de cálculo	Isenção usufruída	Base de cálculo	Isenção usufruída
Janeiro	2.196.272	632.526	1.945.506	560.306
Fevereiro	2.188.526	630.295	1.900.270	547.278
Março	2.269.359	653.575	1.966.330	566.303

Abril	2.211.138	636.808	2.012.130	579.493
Mai	2.284.967	658.070	1.062.831	594.095
Junho	2.255.190	649.495	2.048.959	590.100
Julho	2.535.294	730.165	2.337.043	673.068
Agosto	2.485.741	715.893	2.196.944	632.720
Setembro	2.399.692	691.111	2.116.310	609.497
Outubro	2.603.647	749.850	2.156.497	621.071
Novembro	2.529.812	728.586	2.182.649	628.603
Dezembro	2.095.124	603.396	2.226.197	641.145
13º Salário	2.576.734	742.099	1.709.828	492.430
Total	30.631.496	8.821.869	26.861.494	7.736.109

### 33. ATENDIMENTOS DO CONVÊNIO FIRMADO COM O S.U.S

Considerando a Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, e em atendimento à portaria nº834 de 26 de abril de 2016 do Ministério da Saúde, no ano de 2016 a Fundação Hospitalar de Blumenau, mantenedora do Hospital Santo Antônio, superou o percentual mínimo de 60% de atendimentos necessários ao SUS – Sistema Único de Saúde, sendo considerado para o cálculo na área de Internação Hospitalar, paciente/dia, e na área Ambulatorial, quantidade de atendimentos, conforme demonstrativos:

	2016			2015	
	Paciente/dia	%		Paciente/dia	%
Área de Internação Hospitalar					
SUS	48.147	88,82%		47.689	88,75%
UNIMED	3.000	5,54%		2.916	5,43%
Servmed Assist. Médica	1.178	2,17%		1.317	2,45%
Particulares	451	0,83%		399	0,74%
Outros convênios	1.432	2,64%		1.416	2,63%
Total	54.208	100,00%		53.737	100,00%
	Quantidade	%		Quantidade	%
Área Ambulatorial					
SUS	181.494	95,56%		178.389	95,04%
UNIMED	2.226	1,17%		2.849	1,52%
Servmed Assist. Médica	2.564	1,35%		2.642	1,41%
Particulares	463	0,24%		511	0,27%
Outros convênios	3.186	1,68%		3.315	1,76%
Total	189.933	100,00%		187.706	100,00%

A Fundação apresentou preponderância de serviços prestados ao SUS na Área Ambulatorial.

Como participante dos programas e estratégias definidos pelo Ministério da Saúde, conforme portaria nº834 de 26 de Abril de 2016, para a comprovação da prestação anual de serviços ao SUS, o Hospital Santo Antônio possui, além dos percentuais de atendimentos nas áreas, 6% (seis pontos percentuais) que devem ser adicionados ao total da prestação de serviços ofertados ao SUS na área ambulatorial (preponderante), referente:

I – Atenção Obstétrica e Neonatal: 1,5% (um e meio pontos percentuais)

II – Atenção Oncológica: 1,5% (um e meio pontos percentuais)

III – Atenção às urgências e emergências: 1,5% (um e meio pontos percentuais)

IV – Atendimentos voltados a pessoas com transtornos mentais e transtornos decorrentes do abuso ou dependência de álcool, crack e outras drogas: 1,5% (um e meio pontos percentuais)

### 34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e da elaboração das demonstrações contábeis, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

### 35. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis foram auditadas pela NUSS & STEINBACH Auditores Independentes.

João Wolfgang Rausch				Izabel Cristina Casarin
Presidente				Gerente Geral
Sergio Pintarelli				Jones Bambinetti
Tesoureiro				Contador
				CPF nº 902.917.869-87
				CRC/SC nº 026.403/O-6

\* \* \*

## CONSELHO FISCAL

## PARECER Nº 001/2017

O Conselho Fiscal da Fundação Hospitalar de Blumenau – Hospital Santo Antônio, reunido ordinariamente em 27 de março de 2017, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou o Balanço Geral de 2016, contendo o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do exercício, as sínteses das Contas de Receitas e despesas, e a documentação contábil e financeira, depois de apreciar o parecer da Nuss & Steinbach Auditores Independentes e, ouvidas as explicações necessárias, tendo analisado e encontrado os aspectos Administrativos e Financeiros de forma satisfatória, RESOLVE: Apresentar parecer favorável à aprovação da Prestação de Contas das atividades do exercício de 2016 da Diretoria Executiva da Instituição, e recomendar ao Conselho Curador, como dispõe o artigo 47, inciso II, do Estatuto da Instituição, a homologação da prestação de contas de 2016, constante do Balanço Geral do exercício de 2016 da Fundação Hospitalar de Blumenau, conforme apresentado pelo Conselho Fiscal.

Blumenau, 27de março de 2017.

Alvacir Luiz Bahr                      André Espezim  
Sescon                                      Poder Legislativo

Odacira Nunes                      Luiz Carlos Rocha  
OAB                                        Poder Executivo

Flávia A de S Pereira              Paulo Aline Votri  
Secretaria de Estado              Uniblan

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 04/2017**

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 04/2017

COMUNICO que o edital de licitação - Pregão Presencial n.º 04/2017, cujo objeto é contratação de empresa especializada em telecomunicações para a prestação de serviços comum e continuado de telefonia na modalidade SMP (Serviço Móvel Pessoal), foi RETIFICADO.

O edital com as alterações está disponível no site <http://www.camarablu.sc.gov.br/pregoes-2017/>

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 02 de maio de 2017, às 10 (dez) horas (horário de Brasília – DF).

Outras informações poderão ser obtidas na Câmara Municipal de Blumenau/Diretoria Geral, localizada na Rua XV de Novembro, 55 - 2º andar - Sala 215 - Blumenau - Santa Catarina, ou através do telefone 47-3231-1550.

Marcos da Rosa  
Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5031/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 5031/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO, NO TURNO VESPERTINO, DO DIA 13 DE ABRIL DE 2017, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica por este ato declarado Ponto Facultativo no período vespertino, à partir das 12h00min, nas Repartições Públicas Municipais, no dia 13 de abril de 2017 (quinta-feira). Sendo que no período matutino, o expediente será normal em todas as repartições.

Parágrafo Primeiro – Os serviços essenciais de saúde serão atendidos na forma de plantão.

Parágrafo Segundo – No dia 14 de abril, Paixão de Cristo (sexta-feira), feriado nacional.

Art. 2º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionada a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 07 de abril de 2017.

Registre-se  
Publique-se  
Cumpra-se.

RONALDO LUIZ SINGER,  
Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 1047/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1047/2017, DE 17 DE ABRIL 2017  
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS ARTIGOS 2º E 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 027, DE 14 MARÇO DE 1997, DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam alterados os artigos 2º e 3º da Lei Municipal nº 027/1997, de 14 de março de 1997, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. A gestão do Fundo Municipal da Saúde ficará diretamente subordinada ao Prefeito Municipal, ou a quem ele delegar esta competência por Decreto Municipal.

DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO DELEGÁVEIS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE

Art. 3º. São atribuições do Prefeito Municipal delegáveis ao Secretário Municipal de Saúde:

I – gerir o Fundo Municipal de Saúde;

II – acompanhar, analisar e decidir sobre a realização das ações previstas no plano Municipal de saúde;

III – submeter ao conselho Municipal de saúde as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo;

IV – encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

V – subdelegar competência aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestação de serviços de saúde que integram a rede Municipal;

VI – assinar cheques com o responsável pela tesouraria, quando for o caso;

VII – ordenar empenhos e pagamentos das despesas do fundo;

VIII – firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, aos 17 de abril de 2017.

RONALDO LUIZ SINGER  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 061/2017 DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 061/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017

REGULARIZA CARGA HORÁRIA DA NUTRICIONISTA GABRIELA PAGLIARINI EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 1044/2017, DE 27 DE MARÇO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Alterada a Carga Horária da Servidora Gabriela Pagliarini, inscrita na matrícula sob o nº 510-0, ocupante do Cargo de Nutricionista, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para a partir de 03/04/2017 desempenhar as funções de seu cargo em carga horária (40 horas semanais) e vencimentos em conformidade com a Lei Complementar nº 1044/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, e a validade e eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, ao 03 de abril de 2017.

Registre-se  
Publique-se  
Cumpra-se.

RONALDO LUIZ SENGGER,  
Prefeito Municipal

### **RESOLUÇÃO 002/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### **RESOLUÇÃO 002/2017**

O Conselho Municipal De Assistência Social do Município de Bom Jesus do Oeste, em reunião ordinária realizada em 12.04.2017, apreciou, discutiu, deliberou e aprovou a Adesão ao Sinase – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8069/90) e Lei Nº 12.594 de 18 de Janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º - Fica aprovado, por este Conselho, a Adesão ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se em 12.04.2017  
Claísa Roessler Bohrer  
Presidente do CMAS

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 32.17 - DEC. SUPL.SUPERÁVIT FEAS CUSTEIO FMAS

Decreto N.º 32/17 de 12 de abril de 2017.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, II da Lei n.º 2334 de 15 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

11.01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0030.2406 – CRAS- CENTRO REFERÊNCIA ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.35.52.06 (Proteção Social Básica- FEAS Custeio – Exercício Anterior) R\$ 14.703,51

Recurso 03.65.00.02 (Proteção Social Básica- FEAS Invest.– Exercício Anterior) R\$ 9.304,50

Sub Total R\$ 24.008,01

Total Geral da Suplementação R\$ 24.008,01

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior das respectivas fontes de recursos apurado no demonstrativo da apuração dos saldos das disponibilidades de recursos, excluído daqueles saldos os restos a pagar empenhados naquelas fontes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 12 de abril de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

MARIA MADALENA SILVEIRA

Resp.Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 33.17 - DEC. SUPL.SUPERÁVIT FEAS.INVEST. FMAS

Decreto N.º 33/17 de 12 de abril de 2017.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2334 de 15 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

11.01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0030.2406 – CRAS- CENTRO REFERÊNCIA ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.65.00.03 (Proteção Social Básica- FEAS Custeio) ..... R\$ 5.412,19

Recurso 01.65.00.02 (Proteção Social Básica- FEAS Invest) ..... R\$ 2.380,26

Sub Total R\$ 7.792,45

Total Geral da Suplementação R\$ 7.792,45

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso:

1) O repasse dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social referente a Proteção Social Básica para Custeio, fonte de recurso 01.65.00.03 (Proteção Social Básica- FEAS Custeio), receita: 17.22.99.00.04 – valor de R\$ 5.117,81, e R\$ 294,38 referente aos rendimentos de Aplicações Financeiras, receita: 13.25.01.10, totalizando R\$ 5.412,19

2) O repasse dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social referente a Proteção Social Básica para Investimento, fonte de recurso 01.65.00.02 (Proteção Social Básica- FEAS Custeio), receita: 17.22.99.00.03 – valor de R\$ 2.193,35, e R\$ 186,91 referente aos rendimentos de Aplicações Financeiras, receita: 13.25.01.10, totalizando R\$ 2.380,26.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 12 de abril de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

MARIA MADALENA SILVEIRA

Resp.Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

# Botuvera

## PREFEITURA

### **EDITAL PL Nº 20/2017 PP Nº 16/2017-S.R.P. UNIFORMES ESCOLARES**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017

SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 20/2017 na Modalidade Pregão Presencial Nº 16/2017-SRP, para AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00 Horas do dia 03/05/2017. Abertura da sessão: dia 03/05/2017 às 14:15 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao2@botuvera.sc.gov.br, e site [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br). Botuverá-SC, 18 de Abril de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 20 2017

EXTRATO DE CONTRATO 20/2017

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Eflonisia Francisco Machado

CPF: 636.453.009-53

Residente na localidade Serril

Braço do Trombudo – SC.

Objeto: Locação de Imóvel da Sra. Eflonisia Francisco Machado com aproximadamente 200 m<sup>2</sup> para fins de utilização para Instalação de Equipamentos da ETA (Estação Tratamento de Água), Localidade Serril, Município de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 568,80 (quinhentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos)

Vigência até 31/12/2017.

Data da assinatura: 17/04/2017

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

### GABARITO DEFINITIVO PROCESSO SELETIVO 02 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017

Gabarito Definitivo

Fisioterapeuta – Médico Ginecologista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	C	D	D	A	B	C	D	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	D	C	B	A	D	C	B	D

Técnico de Enfermagem - Agente Comunitário de Saúde - Inseminador

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	C	D	D	A	A	D	C	A	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	D	D	C	A	D	A	C	D

Braço do Trombudo, 13/04/2017

Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo

### LISTA PROVISÓRIA DE CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Seletivo Público Nº 02/2017

LISTA PROVISÓRIA DE CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2017

Agente Comunitário de Saúde

Inscrição	Nome	Nota	Classificação
01	ALINE FERNANDA CHIQUELEIRO	8,00	1º
02	MAIARA VIEIRA	3,50	2º

Inseminador

Inscrição	Nome	Nota	Classificação
28	PABLO ALVES DE ANDRADE	7,00	1º
08	JOÃO PAULO VARGAS	4,00	2º

## Técnico de Enfermagem

Inscrição	Nome	Nota	Classificação
33	DANIELA FERNANDES GOEDE	7,00	1º
30	VERÔNICA F. A. DOS SANTOS	6,50	2º
31	SIMONI KLAUMANN	5,50	3º
15	PRISCIELY COLOSSI MORAES	4,50	4º

## Fisioterapeuta

Inscrição	Nome	Data nascimento	Nota	Classificação
17	DÉBORA LUIZA FEUSER		7,00	1º
32	ANDERSON DOS S. BRAZILIO	04/07/1987	6,50	2º
5	RAFAELA KORB	15/06/1990	6,50	3º
6	CAMILA MADEIRA GUTZ	11/05/1992	6,50	4º
1	DOUGLAS BRANCO DE SOUZA	03/05/1995	6,50	5º
24	LADI RITA SIRENA BRUNELLO	01/01/1986	6,00	6º
36	IOLANDA CAMPESTRINI	28/09/1993	6,00	7º
37	ELIANE T. ARSEGO EDDINGER	12/05/1966	5,50	8º
34	MARIA LIDUINA DE A. LEITE	27/08/1981	5,50	9º
23	MICHELE SCHOVINDER	23/08/1991	5,50	10º
29	PATRICIA SCHUETZE	28/11/1991	5,50	11º
16	NATANY CORDOVA QUADROS	09/11/1994	5,50	12º
21	TATIANE DUARTE DA SILVA		5,00	13º
27	FRANCIANE G. DA SILVA	08/09/1988	4,50	14º
12	ANDRIELLI ABREU ALBINO	07/08/1990	4,50	15º
13	PATRÍCIA DA SILVA COELHO		4,00	16º
18	RITA DE CÁSSIA DA S. KOGUTA		3,00	17º
3	NICOLY GRASIELE JACINTO		2,00	18º

Braço do trombudo, 13 de abril de 2017

Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo 02/2017

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°04/2016 FMS

Página: 1/5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2016**

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 15/04/2016 Válido até: 15/04/2017

Objeto da Compra: Registro de preços, para eventual aquisição de lanches, coffee break, e bebidas não alcoólicas para atender os cursos com grupos, assessoramentos e outros eventos organizados pela Secretaria de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bolo de bolacha de banana tipo Wafer, fresco, sem presença de sujidades. (4218)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	1,5713	1
2	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande, no sabor laranja ou chocolate, maduro e fresco. (4219)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	12,5834	1
3	Bolo de cenoura, fresco, sem cobertura, sem presença de sujidade. (4220)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	12,5834	1
4	Bolacha tipo caseira, no sabor de coco ou polvilho, sendo frescos e feitos de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados (4222)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	17,4079	1
5	Cuca Integral, macia, fresca, sem sujidades, nos sabores (farofa, banana com farofa, maçã e farofa, maçã e farofa, abacaxi e farofa, uva passas e farofa). (4223)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	14,4237	1
6	Cuca Caseira de banana ou Abacaxi com farofa, macia, fresca, sem sujidade, peso aproximado de 1Kg. (4224)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	9,9474	1
7	Cuca caseira de queijo branco, fresca, peso aproximado de 1 kg. (17343)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	11,1908	1
8	Cuca caseira de nata e coco, macia, fresca, peso aproximado de 1 kg. (17344)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	11,1908	1
9	Pão de queijo, tamanho médio, fresco, sem presença de sujidade, feitos no dia da entrega. (4225)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	13,1802	1
10	Pastel assado, grande, recheado de frango, massa sequinha, sem sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (4226)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	3,9789	1
11	Pastel assado, grande, recheado de carne, massa sequinha, sem sujidade. Feitos 01 hora antes da entrega. (4227)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	3,9789	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Página: 2/5

**Número do Registro de Preços: 4/2016**      **Data do Registro: 15/04/2016**      **Válido até: 15/04/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de preços, para eventual aquisição de lanches, coffe break, e bebidas não alcóólicas para atender os cursos com grupos, assessoramentos e outros eventos organizados pela Secretaria de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Rosca de polvilho, Tamanho grande, redonda, fresca, sem presença de sujidade. Feito no dia da entrega. (4226)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	5,1030	1
13	Sanduíches em pão francês, tamanho médio, fresco, com maionese presunto cozido e queijo. Feitos no dia da entrega. (4229)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,2879	1
14	Sanduíche feito em pão pullman, unidade, fresco, maduro. Com pickles (presunto, queijo, maionese, pepino e cenoura). Sem presença de sujidade. (4230)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,6162	1
15	Embolado misto (salsicha) (17329)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,9895	1
16	Embolado misto (queijo e presunto) (17330)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,9895	1
17	Salada de fruta, (banana, mamão, morango, maçã e uva), servido em copo plástico com aproximadamente 125 gr. (17331)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,6858	1
18	Risoles em formato de pastel, recheado com (carne moída, palmito, frango ou queijo). (17332)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	3,7303	1
19	Sanduíches em mini pão francês fresco, com queijo, presunto, tomate, alface. Feitos no dia da entrega e embalados individualmente. (4231)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,5916	1
20	Bolo nega maluca, com cobertura de chocolate fresco (17333)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	15,1697	1
21	Bolo de cenoura com cobertura de chocolate fresco. (17334)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	15,1697	1
22	Fatias de pão de sanduíche, cortada diagonal, com cobertura de patê frango ou sardinha e ovo. (17335)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,8403	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2016**

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 4/2016			Data do Registro: 15/04/2016		Válido até: 15/04/2017		
Objeto da Compra: Registro de preços, para eventual aquisição de lanches, coffe break, e bebidas não alcóólicas para atender os cursos com grupos, assessoramentos e outros eventos organizados pela Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Orelha de gato, tamanho médio, polvilhado com açúcar e canela frescos, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (17336)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	10,5740	1
24	Garrafas de refrigerante embalagem pet 2 litros, diversos sabores; cola limão, guaraná e laranja. (17337)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	6,9631	1
25	Suco néctar de frutas pronto para beber diversos sabores (uva, morango, laranja, maracujá e laranja). (17338)	LT	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	8,9526	1
26	Café pronto adoçado com açúcar e com leite (17339)	LT	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,7355	1
27	Café pronto sem açúcar com leite (17340)	LT	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,1884	1
28	Café pronto com açúcar preto (17341)	LT	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,9895	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2016**

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 15/04/2016		Válido até: 15/04/2017			
Objeto da Compra:		Registro de preços, para eventual aquisição de lanches, coffe break, e bebidas não alcoólicas para atender os cursos com grupos, assessoramentos e outros eventos organizados pela Secretaria de Saúde.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Café pronto sem açúcar preto (17342)	LT	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	1,7905	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016

Número do Registro de Preços: 4/2016					Data do Registro: 15/04/2016		Válido até: 15/04/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços, para eventual aquisição de lanches, coffe break, e bebidas não alcoólicas para atender os cursos com grupos, assessoramentos e outros eventos organizados pela Secretaria de Saúde.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2016  
PROCESSO Nº 8/2016  
(6687) - PANIFICADORA KI SABOR

Braço do Trombudo, 15 de Abril de 2016.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO Nº 01 - 2017 SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRUNÓPOLIS/SC.

RESOLUÇÃO CMS Nº01 DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO PARA A 1ª PLENÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA MULHER NO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS.

O Conselho Municipal de Saúde de Brunópolis – SC, no uso de suas competências Regimentais; atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei 8.142 de 28 de dezembro de 1990, Lei Municipal 016/97 e seu Regimento Interno, Resolução Nº 537 de 19 de setembro de 2016 e com a Resolução nº538 de 10 de novembro de 2016, ambas publicadas pelo Conselho Nacional de Saúde com o objetivo de estabelecer Diretrizes para a Realização da 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER 2ª CNSMU e neste Município para realização da 1ª PLENÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE DA MULHER - 1ªPMS Municipal de Brunópolis-SC,

RESOLVE:

Art 1º Convocar a 1ª Plenária Municipal de Saúde da Mulher de Brunópolis -SC - 1ªPMSMU-BRUN-SC para dia 20 de abril de 2017, no Centro da Terceira Idade com início às 13hs e 30min sob coordenação do Conselho Municipal de Saúde de forma articulada com a Secretaria Municipal de Saúde:

Parágrafo único: O tema central será saúde da mulher: desafios para a integralidade com equidade e dos quatro eixos temáticos dos quais elaborarão propostas que serão consolidadas na 1ª CRSMU-7ªRS-SC a realizar-se dia 09 de maio de 2017:

Art.2º Eixos temáticos a serem trabalhados em todas as etapas da 1ª CRSMU-7ªRS-SC:

- 1 – o papel do estado no desenvolvimento socioeconômico e ambiental e seus reflexos na vida e na saúde das mulheres;
- 2 – o mundo do trabalho e suas consequências na vida e na saúde das mulheres;
- 3 – vulnerabilidade nos ciclos de vida das mulheres na política nacional de atenção integral a saúde das mulheres
- 4 – políticas públicas para mulheres e participação social

Art 3º. Eleger na 1ªPMSMU-BRUN, quatro representantes titulares e um suplente para cada titular, para participar da 1ªCRSMU-7ªRS-SC, observando a paridade da resolução 453/2012 CNS.

Art 4º. Encaminhar em forma de relatório digitalizado as propostas elaboradas nas plenárias realizada em cada grupo de trabalho da estratégia de saúde da família: centro, interior e bairros à comissão de relatoria da 1ªPMSMU-BRUN.

Art 5º revogam-se disposições em contrário esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIMARA FERREIRA  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
BRUNOPOLIS

Homologado;

ADEMIL ANTONIO DA ROSA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7947/2017

DECRETO n. 7.947, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre o descaucionamento dos lotes n. 06, 07, 09 e 10 da quadra A; lotes 06, 07 e 08 da quadra B do Loteamento RESIDENCIAL SOLANO WERNER, neste Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o Decreto n. 5.959 de 22 de dezembro de 2008, com alteração pelo Decreto n. 7.046 de 12 de dezembro de 2012,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam descaucionados os lotes n. 06, 07, 09 e 10 da quadra A; e lotes 06, 07 e 08 da quadra B do LOTEAMENTO RESIDENCIAL SOLANO WERNER, tendo em vista que o loteador atendeu as condições estabelecidas pelo Poder Público, conforme o Laudo de Vistoria de Loteamento n. 02/2017, exarado pelo Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN, anexo a este Decreto.

Parágrafo Único: o Loteamento Residencial Solano Werner encontra-se registrado sob a matrícula n. 62.950, Livro 2-A do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de abril de 2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

EDSON RISTOW

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DA SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017 - LEGISLATIVO

Extrato da Dispensa nº 01/2017 – Câmara Municipal de Brusque

Espécie: dispensa de licitação com fundamento no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993; Favorecido: Lojas Magazine Luiza; Objeto: aquisição de seis aparelhos de telefone celular; Processo: 01/2017; Dotação Orçamentária: 344905206; Valor unitário: R\$ 1.314,00; Valor total: R\$ 7.884,00; Ratificação: em 09/03/2017, por Jean Daniel dos Santos Pirola.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2017- LEGISLATIVO

Extrato do Contrato nº 02/2017

Contratante: Câmara Municipal de Brusque/SC. Contratada: Dimas Comércio de Automóveis Ltda. Processo Licitatório nº 02/2017 – Pregão nº 02/2017; objeto: aquisição de um veículo do tipo SUV, zero quilômetro, para cinco passageiros (Ecosport 1.6 SE - AT); valor: R\$ 70.500,00; Dotação orçamentária: 5248; data da assinatura: 12/04/2017; vigência: 36 meses.

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 009/2017- SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 009/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 009/2017, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição camisas gola polo para formar o uniforme dos servidores do SAMAE da área administrativa. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 04 de maio de 2017, às 13:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Juliano Montibeller

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

**PORTARIA Nº 1027/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1027/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato - Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
509345 - 5	ANTONINHO DA COSTA LEITE	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	01/04/2017	30/04/2017	30
10047042 - 1	AUGUSTINHO PAULINI	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	01/04/2017	30/04/2017	30

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 01/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de Abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora

**PORTARIA Nº 1028/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1028/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato -Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
1043056 - 0	ANGELO SEGATTA	Fundo Municipal de Assist. Social	03/04/2017	12/04/2017	10
694509 - 1	DORVINO MAZZUCO	Secretaria de Orçam e Gestão	03/04/2017	02/05/2017	30
726230 - 0	JULIANO MANNRICH	Fundação Ecol. e Zoobot. de Brusque	03/04/2017	02/05/2017	30
13137 - 0	VALDEMIRO NASCIMENTO	Fundação Ecol. e Zoobot. de Brusque	03/04/2017	02/05/2017	30

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 03/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de Abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora

**PORTARIA Nº 1107/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1107/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
726079	0	MARLI APARECIDA DE LIMA	Secretaria de Obras e Serv. Públicos	10/04/2017	19/04/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de Abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora

### **PORTARIA Nº 1189/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1189/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato - Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
96008 - 3	ROBERTA WEGNER HORT	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	15/04/2017	14/05/2017	30

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 15/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de Abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora

### **PORTARIA Nº 856/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 856/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato -Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
692387 - 1	SANIRA DUTRA DOS SANTOS	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	20/03/2017	18/04/2017	30
4129199 - 1	VILSON CESAR BERNARDINELLI	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	20/03/2017	18/04/2017	30

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 20/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de Março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora

**PORTARIA N° 909/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 909/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato -Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
13587 - 4	JOSÉ FRENA	Fundação Ecol. e Zoot. de Brusque	24/03/2017	22/04/2017	30
4820 - 0	JOSE RAULINO NAFIEN	Secretaria Desenv. Economico Trabalho e Renda	24/03/2017	07/04/2017	15

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 24/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de Março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora

**PORTARIA N° 931/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 931/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato - Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
9563 - 0	ACIR FERNANDES	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	27/03/2017	05/04/2017	10
748897 - 3	ERITON LOPES DE SANTA ANNA	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	27/03/2017	25/04/2017	30

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 27/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de Março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora

**PORTARIA N° 958/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 958/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato - Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
818682 - 1	RAFAEL VANELLI	SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO	29/03/2017	07/04/2017	10

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 24/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de Março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora

### **PORTARIA N° 974/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 974/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato - Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4163478 - 1	MARCELINO ORTIZ TAMARA	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	29/03/2017	07/04/2017	10
8290 - 0	MATEUS DE MODESTI	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	29/03/2017	07/04/2017	10
5878 - 0	SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA	Secretaria de Planejamento	29/03/2017	07/04/2017	10

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 29/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de Março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora

### **PORTARIA N°1129/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1129/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
872148	0	ELISANGELA PICOLOTTO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	11/04/2017	20/04/2017	10

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de Abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora

**PORTARIA Nº 1035/2017**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1035/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato - Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
882402 - 3	CESAR ALEXANDRE GALITZKI	SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE	04/04/2017	13/04/2017	10
4118162 - 1	SIMONE CORREA LEITE	SECRETARIA DA FAZENDA	04/04/2017	13/04/2017	10

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 04/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de Abril de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER  
Diretora

# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7.082

DECRETO Nº 7.082, de 12 de abril de 2017.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA e MARISA CIRSTINA MORONA, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação das áreas de terrenos urbanos abaixo especificados, e, apresentarem laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto:

I – lotes nºs 01 com área de 278,93m<sup>2</sup>, 02 com área de 278,49m<sup>2</sup>, 03 com área de 278,05m<sup>2</sup> e 04 com área de 285,29m<sup>2</sup>, da quadra "A", e, lotes nºs 05 com área de 255,43m<sup>2</sup> e 06 com área de 252,00m<sup>2</sup>, da quadra "B", do Loteamento Colibri, que será implantado no Bairro Bom Sucesso.

Parágrafo único. Esta avaliação faz-se necessária para caução desses lotes como garantia da execução das obras de infraestrutura necessárias ao referido Loteamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 12 de abril de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 27.862

PORTARIA Nº 27.862, de 07 de abril de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 221 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. INSTAURAR Processo Administrativo para apurar denúncias encaminhadas pela Fundação de Meio Ambiente através da Comunicação Interna nº. 46/2016, Comunicação Interna nº. 63/2016 e Comunicação Interna nº. 69/2016, a fim de verificar a possibilidade de insubordinação do servidor público municipal EVANDRO JOSÉ MARTINS, concursado no cargo de Engenheiro Agrônomo junto à Fundação Municipal de Meio Ambiente, que noticiam que o referido servidor se ausenta com reiterada frequência de seu posto de trabalho (por vários dias) sob a alegação para cumprir convocações do CREA/SC, no qual o servidor atua como Conselheiro, independente de autorização da chefia imediata; que o mesmo

entra e sai da Fundema o horário que bem quer e não preenche solicitação de dispensa conforme modelo utilizado na Fundação/RH, sem apresentar justificativa plausível, descumprindo as horas de trabalho ordinário; e, com as reiteradas ausências o servidor não está engajado em nenhum projeto, ou atuando em equipe, tudo conforme as Comunicações Internas protocolizadas sob os nº. 14.355/2016 e 11.273/2016 e demais documentos apresentados. Os fatos chegaram ao conhecimento da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caçador, que instaurou Inquérito Civil através da Portaria nº. 0122/2016/02PJ/CAC, que oficiou o Município de Caçador, para que informe acerca da instauração de procedimento investigativo disciplinar interno.

Parágrafo único. A Comissão Processante tem poderes de ampla e irrestrita investigação, averiguando se efetivamente ocorreu irregularidades, sob que circunstâncias, se o servidor Evandro José Martins afastou-se do trabalho sem justificativa legal, se não cumpre as horas de trabalho ordinário, se é insubordinado, e se não contribui com os trabalhos da equipe da Fundema, inclusive de fatos novos que surjam no decorrer do processo, com possível infração aos artigos 185 incisos I, II, III, V XV, e art. 186 inciso I, XIV da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis Municipais de Caçador), podendo ser aplicadas quaisquer das penalidades previstas no art. 197 da Lei Complementar nº. 56/2004, em conformidade com a infração apurada.

Art. 2º. DESIGNAR com base no art. 224, da Lei Complementar nº. 56, de 20/12/04 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis Municipais de Caçador, os Servidores Públicos Municipais: LUCIANA MARIA BARBOSA NUNES DE OLIVEIRA, concursada no cargo de Professora, lotada junto à Comissão de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, ROSELAINE DE ALMEIDA PÉRICO, concursada no cargo de Procuradora Municipal, lotada junto a Procuradoria Geral, e CARINE MARCON, concursada no cargo de Engenheira Civil, lotada junto o IPPUC, para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Processo Administrativo nº. 01/2017.

Art. 3º. Fixar gratificação aos membros do Processo Administrativo nº. 01/2017, pela execução/colaboração em trabalhos além de suas atribuições de seus cargos de concurso, e pela responsabilidade da função a ser desempenhada, com fulcro no art. 178, V da Lei Complementar nº. 56/2004, sendo R\$ 500,00 mensais à Presidente, responsável pelo andamento do processo (elaboração de documentos, intimações, atos de expediente, etc.), pelo período que durar o processo, e devido a contar de 03/04/2017, e R\$ 150,00 aos dois outros membros, pela colaboração nos trabalhos, ao final do processo.

Art. 4º. Os membros da Comissão exercerão a função concomitantemente com o desempenho de suas funções normais.

Art. 5º. A Comissão tem o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar do recebimento da portaria pela Comissão, podendo o referido prazo ser automaticamente prorrogado pelo mesmo período, sem prejuízo dos trabalhos, quando as circunstâncias o exigirem, em conformidade com o disposto no art. 236 da Lei Complementar nº. 056 de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador.

Art. 6º. Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório, devendo todos os setores e repartições públicas

atenderem com prioridade as solicitações da Comissão Sindicante.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 07 de abril de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 27.863**

PORTARIA Nº 27.863, de 07 de abril de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 221 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. INSTAURAR Sindicância Administrativa a fim de apurar a possibilidade de irregularidades denunciadas através do Ofício nº. 0093/2016/02PJ/CAC, da 2ª Promotoria de Justiça de Caçador, e através de notícias veiculadas no site Notícia Hoje, em 22/03/2016, que trata, em síntese, de denúncia contra o servidor público municipal IVANIR BASEGGIO, concursado no cargo de operador de máquinas, lotado junto à Secretaria de Infraestrutura, alegando supostamente o mesmo teria feito uso indevido de veículo pertencente ao patrimônio público municipal, levando, durante o expediente de trabalho, sua esposa para fazer trabalhos de manicure em casa de clientes; aguardando a mesma realizar os trabalhos para reconduzi-la à sua residência, tudo conforme o Relatório Circunstanciado juntado, acompanhado do Ofício do Ministério Público, da notícia impressa, e demais documentos apresentados/protocolizados sob o nº. 4.280/2016 e 3.917/2016.

Parágrafo único. A Comissão Sindicante tem poderes de ampla e irrestrita investigação, averiguando se efetivamente ocorreu irregularidades, sob que circunstâncias, se o servidor Ivanir Baseggio fez uso indevido de veículo oficial em horário de trabalho, inclusive de fatos novos que surjam no decorrer do processo, com possível infração aos artigos 185 incisos I, III, X, XIV, e art. 186 inciso I, IV, VI, XIV da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador).

Art. 2º. DESIGNAR com base no art. 224, da Lei Complementar nº. 56, de 20/12/04 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador, os Servidores Públicos Municipais: LUCIANA MARIA BARBOSA NUNES DE OLIVEIRA, concursada no cargo de professora, lotada junto à Comissão de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, MONICA SENN, concursada no cargo de Recepcionista, lotada junto a Secretaria de Administração, e EDSON FERREIRA LOPES, concursado no cargo de Agente Administrativo, lotado junto à Secretaria de Fazenda, para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Sindicância Administrativa nº. 01/2017.

Art. 3º. Fixar gratificação aos membros do processo de Sindicância Administrativa nº. 01/2017, pela execução/colaboração em trabalhos além de suas atribuições de seus cargos de concurso, e pela responsabilidade da função a ser desempenhada, com fulcro no art. 178, V da Lei Complementar nº. 56/2004, sendo R\$ 500,00 mensais à Presidente, responsável pelo andamento do processo (elaboração de documentos, intimações, atos de expediente, etc.), pelo período que durar o processo, e devido a contar de 03/04/2017, e R\$ 150,00 aos dois outros membros, pela colaboração nos trabalhos, ao final do processo.

Art. 4º. Os membros da Comissão exercerão a função concomitantemente com o desempenho de suas funções normais.

Art. 5º. A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar do recebimento da portaria pela Comissão, podendo o referido prazo ser automaticamente prorrogado pelo mesmo período, sem prejuízo dos trabalhos, quando as circunstâncias o exigirem, em conformidade com o disposto no art. 223 da Lei Complementar nº. 056 de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador.

Art. 6º. Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório, devendo todos os setores e repartições públicas atenderem com prioridade as solicitações da Comissão Sindicante.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 07 de abril de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 27.864**

PORTARIA Nº 27.864, de 07 de abril de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 221 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. INSTAURAR Sindicância Administrativa a fim de apurar possibilidade de uso indevido de imagem/fotografia de propriedade intelectual sem autorização do autor, utilizada pelo Município de Caçador para estampar as capas do carnê de IPTU de 2017. O Sr. Helton Ferreira alega que as imagens são de sua propriedade, e que foram capturadas utilizando um drone e uma câmera go-pro, em 21/11/2015, para cobrir um evento, em foto e vídeo, sendo um abraço simbólico no Museu do Contestado. Segundo o Sr. Helton Ferreira, essas imagens aéreas são de uso privado, quando necessita de banco de imagens da cidade, visando ilustrar seu site ou revista, e, o Município de Caçador teria utilizado sua fotografia sem prévia autorização, e sem informar o crédito do autor da foto. Através do Parecer nº. 053/2017, a orientação é a de verificação da situação, e, caso se comprove, que seja feita tentativa de conciliação com o autor, evitando a judicialização, e buscando a autorização de uso da imagem. A Comissão Sindicante está autorizada a efetuar tentativa de acordo com indenização, de acordo com os custos informados pelo Parecer Jurídico nº. 053/2017, sendo que o Sr. Helton Ferreira teria relatado à Procuradora, tudo conforme o Protocolo nº. 871/2017.

Parágrafo único. A Comissão Sindicante tem poderes de ampla e irrestrita investigação, inclusive de fatos novos que surjam no decorrer do processo, averiguando se efetivamente ocorreu irregularidades, sob que circunstâncias, e, se possível identificar o servidor responsável pela utilização da imagem sem prévia formalização de autorização do autor, para responsabilização pelo dano causado, possibilitando recomposição amigável do Erário através de Termo de Ajuste de Conduta.

Art. 2º. DESIGNAR com base no art. 224, da Lei Complementar nº. 56, de 20/12/04 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador, os Servidores Públicos Municipais: LUCIANA

MARIA BARBOSA NUNES DE OLIVEIRA, concursada no cargo de professora, lotada junto à Comissão de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, EDIMAR SCAMBARA, concursado no cargo de Assistente Administrativo, lotado junto a Secretaria de Educação, e GERUSA BELLO, concursada no cargo de Auxiliar de Contabilidade, lotada junto à Secretaria de Fazenda, para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Sindicância Administrativa nº. 02/2017.

Art. 3º. Fixar gratificação aos membros do processo de Sindicância Administrativa nº. 01/2017, pela execução/colaboração em trabalhos além de suas atribuições de seus cargos de concurso, e pela responsabilidade da função a ser desempenhada, com fulcro no art. 178, V da Lei Complementar nº. 56/2004, sendo R\$ 500,00 mensais à Presidente, responsável pelo andamento do processo (elaboração de documentos, intimações, atos de expediente, etc.), pelo período que durar o processo, e devido a contar de 03/04/2017, e R\$ 150,00 aos dois outros membros, pela colaboração nos trabalhos, ao final do processo.

Art. 4º. Os membros da Comissão exercerão a função concomitantemente com o desempenho de suas funções normais.

Art. 5º. A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar do recebimento da portaria pela Comissão, podendo o referido prazo ser automaticamente prorrogado pelo mesmo período, sem prejuízo dos trabalhos, quando as circunstâncias o exigirem, em conformidade com o disposto no art. 223 da Lei Complementar nº. 056 de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador.

Art. 6º. Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório, devendo todos os setores e repartições públicas atenderem com prioridade as solicitações da Comissão Sindicante.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 07 de abril de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 003/2017 – Ata do Sistema de Registro de Preços 006/2017– FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 17/04/2017

1ª Publicação.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 032/2017 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 046/2017 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SAIBRO BRITADO, BRITAS E RACHÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS, PARA COLOCAÇÃO EM PÁTIOS MUNICIPAIS, PASSEIOS PÚBLICOS, PRAÇAS PÚBLICAS E CEMITÉRIOS MUNICIPAIS, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 01 (um) ano.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 17/04/2017

1ª Publicação.

### PR 10/17 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2017-FMS - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL COM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA EM MOTOCICLETAS HONDA BIZ PERTENCENTE A FROTA DA SECRETARIA DE

SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 16:00 horas do dia 03 (Três) de Maio de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú 17 de Abril de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

### PR 11/17 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2017-FMS - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL DESTINADO AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 13:00 horas do dia 04 (Quatro) de Maio de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú 17 de Abril de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 10.456 DE 17 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.456 DE 17 DE ABRIL DE 2017

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 01/2017.

CONSIDERANDO que o Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, realizou as provas do Processo Seletivo nº 01/2017, sob o Regime Administrativo Especial (CONTRATO TEMPORÁRIO), destinado a designação e a formação de Cadastro de Reserva do Quadro de Pessoal deste Município;

CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os princípios e normas aplicáveis aos certames públicos, garantindo a legalidade, impessoalidade e o bom andamento do Processo Seletivo nº 01/2017.

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Homologar o Resultado Final dos Aprovados no Processo Seletivo Municipal nº 01/2017, seguindo a ordem de classificação descrita no Anexo I, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Os Candidatos aprovados serão requisitados quando da necessidade da Administração Pública Municipal.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

17 de abril de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 19/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

ANEXO I - CLASSIFICAÇÃO FINAL											
CARGO/FUNÇÃO: 01 - ASSISTENTE SOCIAL - CAMPO ALEGRE											
RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classificado	1º	586201	IZABELA CRISTINA MEDEIROS E SILVA	083759909-14	24/05/1992	1,20	1,20	0,60	5,50	8,50	
Classificado	2º	583850	JANAINA GEWOROWSKI	087717139-48	17/04/1996	1,20	1,20	0,90	4,40	7,70	
Classificado	3º	585820	JULIANE RIBEIRO	088507029-14	11/03/1995	0,90	1,50	0,90	4,40	7,70	
Classificado	4º	600026	FRANCIELLE CRISTINA GAERTNER	047379759-31	12/06/1984	1,20	0,60	0,90	4,40	7,10	
Classificado	5º	584740	VERIDIANY FILUS	071037559-06	01/08/1989	0,90	1,20	0,60	4,40	7,10	
Classificado	6º	584324	PRISCILA HENRIQUE BUENO DOS SANTOS	065776409-47	15/02/1989	1,20	0,30	0,60	4,95	7,05	
Classificado	7º	584112	MORENA NOGUEIRA PACHECO	092119719-50	12/10/1994	1,20	0,90	0,90	3,85	6,85	
Classificado	8º	585287	HILDA SARLETE S. DE SALLES MUNHOZ	311304379-49	03/06/1958	1,20	0,30	1,20	3,85	6,55	

Classifi- cado	9º	600044	MARIA DO ROCIO MOREIRA VICENTE	720406619-72	10/11/1964	1,20	0,90	0,90	3,30	6,30	
Classifi- cado	10º	600057	LUCIMARA OLIVEIRA	020169719-08	04/07/1976	1,50	0,90	-	3,85	6,25	
Classifi- cado	11º	586781	CRISTIANA MONTIBELLER	744257229-49	14/10/1971	1,20	0,60	0,60	3,85	6,25	
Classifi- cado	12º	586842	LUCELIA GAMA	918244195-20	06/07/1977	1,20	0,60	0,60	3,85	6,25	
Classifi- cado	13º	586930	MARIA HERMINIA MORESCHI	651943499-04	18/05/1964	0,60	0,90	0,90	3,85	6,25	
Classifi- cado	14º	600046	RÚBIA CRISTINA KORMANN FISCHER	915904009-25	13/06/1976	0,90	0,60	1,20	3,30	6,00	
Classifi- cado	15º	600063	SUZANA RAQUEL ULLER	059726159-83	20/05/1988	0,90	0,90	0,60	3,30	5,70	
Classifi- cado	16º	583607	LILIAN KELLI ANTONOWICZ	057092449-96	25/03/1980	0,90	0,60	0,90	3,30	5,70	
Classifi- cado	17º	583735	DANDARA NEIDERT	095815429-57	23/04/1994	1,20	0,90	-	3,30	5,40	
Classifi- cado	18º	579345	DOUGLAS FAGUNDES XAVIER	071853569-38	04/03/1992	0,60	0,60	0,60	3,30	5,10	
Classifi- cado	19º	586291	KATIA OLIVEIRA	004513839-74	10/02/1980	0,90	0,30	-	3,85	5,05	

## CARGO/FUNÇÃO: 02 - CONTADOR - CAMPO ALEGRE

RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classifi- cado	1º	588299	ALESSON AMORIM	079699209-69	16/02/1995	0,90	1,50	0,90	4,40	7,70	
Classifi- cado	2º	577347	GUSTAVO BONIFÁCIO NASCIMENTO	097833319-57	22/01/1995	0,90	1,20	0,90	3,85	6,85	
Classifi- cado	3º	584762	EDSON ANTONIO PALUDO	030906019-23	01/02/1979	0,90	0,60	1,20	2,75	5,45	
Classifi- cado	4º	588386	JOSIEL CALIXTRO	074763199-90	17/02/1990	0,60	0,90	0,90	2,75	5,15	

## CARGO/FUNÇÃO: 03 - ENFERMEIRO - CAMPO ALEGRE

RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classifi- cado	1º	583722	REJANE FOITTE	029999619-01	12/01/1980	1,20	0,90	0,60	3,30	6,00	
Classifi- cado	2º	581636	MARIA CARMEM ONGHERO	357588489-72	23/12/1958	1,20	0,60	0,30	3,30	5,40	
Classifi- cado	3º	600078	MARIELE ROSANGELA WEINERT	041659419-05	04/06/1985	1,20	0,60	0,60	2,75	5,15	

## CARGO/FUNÇÃO: 04 - MÉDICO I (20H) - CAMPO ALEGRE

RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classifi- cado	1º	600054	PAULO RICARDO DA COSTA LOPES	789979769-15	21/08/1970	1,50	1,50	1,50	2,75	7,25	

## CARGO/FUNÇÃO: 06 - MÉDICO III (PEDIATRIA) - CAMPO ALEGRE

RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classifi- cado	1º	600029	VANESSA ANDREA RIZZI DE OLIVEI- RA	291863928-16	15/04/1980	1,50	0,60	1,20	3,30	6,60	

## CARGO/FUNÇÃO: 08 - MÉDICO IV (PLANTONISTA) - CAMPO ALEGRE

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classificado	1º	600060	IVAN COLERAUS	917353780-20	24/02/1978	0,90	1,20	0,60	4,40	7,10	
Classificado	2º	585133	CAIO MONTEIRO	513830042-34	22/01/1986	1,20	1,20	0,90	2,75	6,05	

## CARGO/FUNÇÃO: 09 - INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CAMPO ALEGRE

RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classificado	1º	585510	JONAS DA SILVA DE SOUSA	054283959-82	11/05/1988	0,60	1,20	1,20	4,95	7,95	
Classificado	2º	584715	JEAN MARCOS ROSA	085941329-21	11/08/1992	1,20	0,90	0,60	3,85	6,55	
Classificado	3º	600071	ANNIE EVELYN DE LIMA	076433419-07	16/01/1991	0,60	0,30	0,60	3,85	5,35	
Classificado	4º	580870	ADRIANA NECZYPOR	047324609-09	10/03/1984	1,20	0,90	0,30	2,75	5,15	

## CARGO/FUNÇÃO: 10 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - CAMPO ALEGRE

RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classificado	1º	600028	DOUGLAS ALAN LAZARINI TEIXEIRA DA CRUZ	080447019-74	06/01/1994	0,60	0,90	0,60	3,85	5,95	

## CARGO/FUNÇÃO: 11 - FISCAL DE OBRAS, POSTURAS E MEIO AMBIENTE - CAMPO ALEGRE

RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classificado	1º	600053	FLAVIA ELISA LÜTKE	045888919-95	09/06/1994	1,50	1,20	0,90	4,40	8,00	
Classificado	2º	588385	AGDA LOUREIRO GONCALVES OLIVEIRA	100864566-44	27/10/1993	1,20	1,50	0,60	4,40	7,70	
Classificado	3º	600074	RUBIA MILLER KRAMER	061336619-09	07/08/1987	1,50	1,50	0,30	3,30	6,60	
Classificado	4º	581322	MARCIA ELISABETH MÜHLBAUER	004333319-25	27/11/1980	1,20	0,60	0,30	4,40	6,50	
Classificado	5º	584939	DIEGO FELIPE MORES	078487919-20	14/04/1991	1,20	1,20	0,30	3,30	6,00	
Classificado	6º	600045	MARCO ANTONIO KEGEL ROESLER	076372129-80	25/10/1989	1,20	1,50	0,60	2,20	5,50	
Classificado	7º	587538	LUANA MÜLLER DE SOUZA	063779789-28	06/12/1994	1,20	1,50	0,60	2,20	5,50	

## CARGO/FUNÇÃO: 12 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - CAMPO ALEGRE

RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classificado	1º	588303	VERONICA MAIER	068303719-61	08/10/1995	1,50	0,90	0,60	3,85	6,85	
Classificado	2º	585431	REGIANE LEITE DE SIQUEIRA	997605252-91	24/10/1988	1,20	0,90	0,60	2,75	5,45	
Classificado	3º	600097	SIRLEI DZIEDICZ AISING SALCA	076814659-36	23/05/1991	1,50	0,90	-	2,75	5,15	

## CARGO/FUNÇÃO: 13 - TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - CAMPO ALEGRE

RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classificado	1º	587077	MELWIN CASTILLO	740689031-15	20/09/1979	0,90	1,20	0,60	4,40	7,10	

Classifi- cado	2º	588513	DIOGO REDIVO	054214299-62	03/03/1987	1,50	0,60	0,30	4,40	6,80	
Classifi- cado	3º	587195	MEICSON ROGER OBENAU	021960879-20	02/01/1977	0,90	1,20	0,30	4,40	6,80	
Classifi- cado	4º	587196	LUCAS RIBEIRO ZAMPIERI	071735769-46	23/01/1990	1,20	1,50	1,50	2,20	6,40	
Classifi- cado	5º	585641	MIGUEL FERNANDO DOS SANTOS	690329989-00	27/05/1969	0,30	0,60	0,90	3,30	5,10	

## CARGO/FUNÇÃO: 14 - AGENTE OPERACIONAL IV - CAMPO ALEGRE

RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classifi- cado	1º	586026	CLOVIS ALENCAR GONCALVES JUNIOR	026933850-08	17/04/1991	1,20	1,50	1,20	3,85	7,75	
Classifi- cado	2º	580477	ALESSANDRO ALVES DORBERTO	073251649-80	27/06/1994	0,90	1,20	0,60	3,30	6,00	
Classifi- cado	3º	587923	KELVIN PEREIRA LOPO	104086256-00	13/04/1992	0,60	1,20	-	3,85	5,65	
Classifi- cado	4º	600092	LEANDRO GERSON COSTA GOUVEIA	101619924-47	03/12/1992	1,50	1,20	0,60	2,20	5,50	
Classifi- cado	5º	586867	ADRIANO BRUESKY	063170179-64	16/04/1987	0,60	0,60	-	3,85	5,05	

## CARGO/FUNÇÃO: 16 - INSTRUTOR DE MÚSICA: TECLADO - CAMPO ALEGRE

RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classifi- cado	1º	600052	SIMAAAN HABIB	011352889-25	29/05/1998	1,50	1,50	0,60	3,85	7,45	

## CARGO/FUNÇÃO: 18 - INSTRUTOR DE MÚSICA: BATERIA - CAMPO ALEGRE

RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL	
Classifi- cado	1º	585709	JAIRO MOTA	097182829-63	28/11/1995	1,20	0,60	0,90	4,40	7,10	

## CARGO/FUNÇÃO: 20 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - CAMPO ALEGRE

RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	ATU	ESP	POR	MAT	PRA	NOTA FI- NAL
Classifi- cado	1º	586027	LOTARIO STIEGLER	771057379-72	23/05/1972	-	3,85	1,20	0,90	8,00	6,77
Classifi- cado	2º	587487	MAYCON PATRICK RODRIGUES LEITE	086911829-38	23/07/1993	0,90	3,30	1,20	1,20	5,00	5,96

## CARGO/FUNÇÃO: 21 - OPERADOR DE VEÍCULOS PESADOS - CAMPO ALEGRE

RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	ATU	ESP	POR	MAT	PRA	NOTA FI- NAL
Classifi- cado	1º	600103	JOELCIO TELMA	004507229-96	23/03/1982	0,90	4,95	1,20	1,50	7,50	8,13

## CARGO/FUNÇÃO: 22 - AGENTE DE MANUTENÇÃO - CAMPO ALEGRE

RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	ATU	ESP	POR	MAT	NOTA FI- NAL	
Classifi- cado	1º	585757	ITAMAR CUBAS	041497549-93	29/11/1982	-	4,95	1,20	1,20	7,35	

Classifi- cado	2º	588535	JOSE GEOVANE CUYASKY	083470069-70	07/11/1991	0,60	3,85	0,90	0,60	5,95	
CARGO/FUNÇÃO: 23 - MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES - CAMPO ALEGRE											
RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	ATU	ESP	POR	MAT	PRA	NOTA FI- NAL
Classifi- cado	1º	587350	ANDRE LUIS MACHADO DO PRADO	020483369-81	21/05/1977	0,60	3,85	1,50	1,20	10,00	8,29
Classifi- cado	2º	583949	LUCAS SCHADECK	070567129-16	22/12/1990	0,90	3,30	1,20	1,20	10,00	7,96
Classifi- cado	3º	585004	DARLEI SELKE	038672729-56	03/04/1983	0,60	3,85	1,20	1,20	9,00	7,71
Classifi- cado	4º	600024	UBIRAJARA BEZERRA DE SOUZA	007711909-64	03/07/1981	0,30	3,30	1,20	1,20	10,00	7,60
Classifi- cado	5º	585239	MARCELO BORGES	063351689-95	15/06/1988	0,60	1,65	0,90	0,60	10,00	6,25
CARGO/FUNÇÃO: 24 - MOTORISTA DA SAÚDE - CAMPO ALEGRE											
RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	ATU	ESP	POR	MAT	PRA	NOTA FI- NAL
Classifi- cado	1º	584344	ALTAIR SANTOS SILVEIRA	753831799-68	02/01/1974	1,20	3,85	1,20	1,50	9,25	8,35
Classifi- cado	2º	584520	RAFAEL AUGUSTO D AVILA	043061199-47	09/09/1986	0,90	4,40	1,20	1,50	8,50	8,20
Classifi- cado	3º	600004	AUGUSTINHO JOSE DE JESUS MA- CHADO CUBAS	076902669-91	19/04/1949	0,90	3,30	1,50	0,30	10,00	7,60
Classifi- cado	4º	600021	ADEMIR MOLMELSTET	901771189-20	07/03/1976	0,60	3,85	1,50	1,20	7,75	7,39
Classifi- cado	5º	600037	PEDRO DE OLIVEIRA NETO	006341789-89	18/11/1983	-	3,85	1,20	0,60	10,00	7,39
Classifi- cado	6º	600009	SILVANE BERTI GALKOWSKI	421569989-49	28/08/1964	0,30	3,30	1,20	1,50	8,50	7,18
CARGO/FUNÇÃO: 27 - VIGIA - CAMPO ALEGRE											
RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	ATU	ESP	POR	MAT	NOTA FI- NAL	
Classifi- cado	1º	600014	CLEVERSON CORRÊA DE LIMA	004008579-10	15/08/1981	0,60	4,95	0,90	1,50	7,95	
Classifi- cado	2º	584554	JOAO CARLOS DREVECK	047602409-93	29/05/1985	0,60	4,95	0,90	0,60	7,05	
Classifi- cado	3º	578119	FERNANDO GREIN	082807419-41	18/12/1991	-	4,40	0,90	1,20	6,50	
CARGO/FUNÇÃO: 28 - ACS: LOCALIDADES DE BATEIAS DE CIMA E PAPANDUVINHA - CAMPO ALEGRE											
RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	ATU	ESP	POR	MAT	NOTA FI- NAL	
Classifi- cado	1º	581759	BIANCA ROSA	092348419-13	25/03/1994	0,60	3,30	1,20	-	5,10	
CARGO/FUNÇÃO: 35 - ACS: DISTRITO DE BATEIAS DE BAIXO - CAMPO ALEGRE											
RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	ATU	ESP	POR	MAT	NOTA FI- NAL	

Classifi- cado	1º	577800	TATIANA ALEXI	013874969-80	18/09/1999	0,60	4,40	1,20	1,50	7,70	
Classifi- cado	2º	600018	LUZIA HORNIG	808367129-00	03/07/1975	0,90	2,75	1,20	1,50	6,35	
Classifi- cado	3º	586220	SIMONE SUCZECH PYKOSZ	055173369-14	17/04/1986	0,30	3,30	0,90	0,90	5,40	
CARGO/FUNÇÃO: 37 - ACS: LOCALIDADES DE AVENCA E QUEIMADOS - CAMPO ALEGRE											
RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	ATU	ESP	POR	MAT	NOTA FI- NAL	
Classifi- cado	1º	577145	TATIANE STOMINSKY	096323539-78	13/02/1995	0,60	3,30	1,20	1,20	6,30	
CARGO/FUNÇÃO: 38 - ACS: LOCALIDADES DE SALTINHO, LAVRINHA E MUTIRÃO (BATEIAS DE BAIXO) - CAMPO ALEGRE											
RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	ATU	ESP	POR	MAT	NOTA FI- NAL	
Classifi- cado	1º	585084	LUANA APARECIDA FUCKNER MIL- CHESKI	112568609-05	08/07/1998	0,90	3,85	1,20	1,20	7,15	
CARGO/FUNÇÃO: 39 - ACS: BAIRRO CASCATAS (VILA CEDRO) - CAMPO ALEGRE											
RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	ATU	ESP	POR	MAT	NOTA FI- NAL	
Classifi- cado	1º	584936	CARLA SIMONE BERNARDES	007382689-84	09/09/1982	0,60	4,40	0,90	1,20	7,10	
Classifi- cado	2º	600012	TAYLA DE OLIVEIRA	066123449-54	08/01/1988	0,30	3,30	1,20	0,90	5,70	
CARGO/FUNÇÃO: 41 - ACS: BAIRRO BELO HORIZONTE - CAMPO ALEGRE											
RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	ATU	ESP	POR	MAT	NOTA FI- NAL	
Classifi- cado	1º	577038	ANA LUIZA DE LIMA	106609629-50	02/03/1997	0,60	3,30	1,20	1,20	6,30	
CARGO/FUNÇÃO: 42 - ACS: BAIRRO CASCATAS (CONJUNTO HABITACIONAL BELA VISTA) - CAMPO ALEGRE											
RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	ATU	ESP	POR	MAT	NOTA FI- NAL	
Classifi- cado	1º	577317	THAYANE EVANGELISTA	118872169-01	18/08/1998	0,60	3,30	1,20	1,20	6,30	
Classifi- cado	2º	588251	ALICE WACKERHAGE	064194429-23	15/03/1989	-	3,85	0,90	0,60	5,35	
CARGO/FUNÇÃO: 43 - ACS: BAIRRO SANTO ANTÔNIO E CASCATAS - CAMPO ALEGRE											
RESULTA- DO	POSI- ÇÃO	INSCRI- ÇÃO	NOME	CPF	NASC.	ATU	ESP	POR	MAT	NOTA FI- NAL	
Classifi- cado	1º	583911	MARISA DIAS MACHADO TELMA	026429899-33	01/03/1979	0,30	3,30	1,20	0,90	5,70	
CARGO/FUNÇÃO: 44 - ACS: DISTRITO DE FRAGOSOS - CAMPO ALEGRE											

RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NASC.	ATU	ESP	POR	MAT	NOTA FINAL	
Classificado	1º	586298	PAOLA SAMARA PEREIRA	104740989-58	12/09/1998	0,60	3,30	1,50	1,20	6,60	
Classificado	2º	587711	MAIANE OLIVEIRA AMARAL ALVES	080508989-62	09/07/1993	0,60	3,30	1,20	1,20	6,30	
Classificado	3º	583657	LETICIA NEUMANN DRANKA	069021889-39	16/10/1989	0,60	3,30	0,90	1,50	6,30	
Classificado	4º	588865	SUZANA ELISA HUMMELGEN	070663549-31	02/03/1995	0,30	2,75	0,90	1,20	5,15	

Legendas Utilizadas na Publicação:

POR: Questões de Língua Portuguesa.

MAT: Questões de Matemática.

ATU: Questões de Conhecimentos Gerais e Atualidades.

ESP: Questões de Conhecimentos Específicos.

### PORTARIA Nº 14.307 DE 17 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.307 DE 17 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE FÉRIAS SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal ANA FLÁVIA MARCINIACK, Matrícula Funcional nº 000777, Registro no Sistema sob nº 955396, no Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 17 de abril de 2017 á 26 de abril de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 17 de abril de 2017 sob o nº 9228.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

31 de março de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 03/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### PREGÃO Nº 26/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto a aquisição REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de muda de flores e palmeiras, para canteiros e praças do município de Campo Alegre/SC conforme tabela abaixo:

Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	500	CX	BEGONIA: MUDAS COM TAMANHO APROXIMADO ENTRE 8 A 10 CM, CAIXA COM 15 MUDAS EM PERFEITAS CONDIÇÕES	13,00	6.500,00
02	500	CX	AMOR PERFEITO: MUDAS COM TAMANHO APROXIMADO ENTRE 8 A 10 CM, CAIXA COM 15 MUDAS EM PERFEITAS CONDIÇÕES	13,00	6.500,00

03	500	CX	TAGETE: MUDAS COM TAMANHO APROXIMADO ENTRE 8 A 10 CM, CAIXA COM 15 MUDAS EM PERFEITAS CONDIÇÕES	13,00	6.500,00
04	500	CX	SAUVIA: MUDAS COM TAMANHO APROXIMADO ENTRE 8 A 10 CM, CAIXA COM 15 MUDAS EM PERFEITAS CONDIÇÕES	13,00	6.500,00
05	500	CX	CELOSIA: MUDAS COM TAMANHO APROXIMADO ENTRE 8 A 10 CM, CAIXA COM 15 MUDAS EM PERFEITAS CONDIÇÕES	13,00	6.500,00
06	2.000	UN	PALMEIRA GERIVA COM TAMANHO APROXIMADO DE 1,50 METROS. AS MUDAS DEVEM-SE APRESENTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES	10,00	20.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 52.500,00	

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 13 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 03/05/2017, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, em Campo Alegre/SC.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 03/05/2017

HORA: 14 HORAS

LOCAL: Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro em Campo Alegre/SC.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias Secretaria Municipal Planejamento Transporte e Obras, na seguinte classificação:

Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo
---------------------	--------------------	---------------------

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 26/2017".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre - SC, 17 de abril de 2017.

Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração

# Campo Erê

## PREFEITURA

### CHAMAMENTO PÚBLICO 06/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2017

EXTRATO DE EDITAL

O Município De Campo Ere - SC, representado por seu prefeito ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até as 08horas do dia 17 de maio de 2017, a comissão de análise e classificação estará recebendo os documentos para a habilitação e proposta dos interessados no objeto do edital de chamamento público nº 06/2017, cujo objeto é a seleção de empreendimentos para o programa "INCUBADORA DE EMPRESAS EM REGIME DE CONDOMÍNIO", de que trata o Decreto n. 1.037/2016, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pela Sala do Empreendedor, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Ere - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30hs às 11:30, e das 13:15hrs às 17:15hrs, telefone (49) 3655-3003, e através do e-mail salaempreendedor@campoere.sc.gov.br - Campo Erê, SC, 17 de abril de 2017 – ODILSON VICENTE DE LIMA.

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PP 30/2017**

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 54/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2017

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 02 de maio de 2017 às 9 horas Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 8h15min às 11h e das 13h15min às 17h diariamente.

Campos Novos, 18 de abril de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

### **AVISO DE PP Nº 29/2017.**

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 53/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 05 de Maio de 2017 às 16 horas e 30 minutos. Pregão Presencial do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE LINK INTERNET EM FIBRA OPTICA NA SEDE DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS E NO INTERIOR VIA RÁDIO. CONFORME LEVANTAMENTO DO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min diariamente.

Campos Novos, 17 de Abril de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2017**

#### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 39/2017

Dispensa de Licitação Nº 06/2017

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, VISANDO EXECUTAR A IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS NO PROCESSO DE ATENDIMENTO PRESENCIAL, TELEFÔNICO E VIRTUAL DA PREFEITURA, INCLUINDO DENTRE OUTROS: O MAPEAMENTO DAS DEMANDAS APRESENTADAS NO ATENDIMENTO PRESENCIAL, ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS SOBRE O MODELO ATUAL DE ATENDIMENTO, REDESENHO DE TODA A ESTRUTURA DE ATENDIMENTO, CAPACITAÇÃO DA EQUIPE E IMPLANTAÇÃO DE MECANISMO DE CONTROLE DE QUALIDADE.

Valor Mensal R\$ 29.700,00 ( vinte e nove mil e setecentos reais)

Valor Total 475.200,00,00 ( quatrocentos e setenta e cinco mil e duzentos reais).

Fornecedor: FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO, PESQUISA EXTENSÃO DA UNISUL

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal.

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2017**

#### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 48/2017

Dispensa de Licitação Nº 08/2017

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO, ANALISE, VALIDAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE DIAGNOSTICO SOBRE CONTAS DO MUNICIPIO . ANALISE DAS RECEITAS, ANALISE DAS DESPESAS, ANALISE PATRIMONIAL, ANALISE DE ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO, ANALISE DE RESTOS A PAGAR, ANALISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCICIO BASE 2016.

Valor Mensal R\$ 23.500,00( vinte e três mil e quinhentos reais)

Valor Total 282.000,00 (duzentos e oitenta e dois mil reais).

Fornecedor: FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO, PESQUISA EXTENSÃO DA UNISUL

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2017**

EXTRATO DE CONTRATO - CMV Nº 09/2017

CONTRATO TEMPORÁRIO

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: KATIUSSI FAÉ PAGANINI

OBJETO: CONTRATO TEMPORARIO NA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS

VALOR MENSAL: R\$ 950,06

DATA: 03/04/2017

VIGENCIA: 31/12/2017

---

**SAMAE - CAMPOS NOVOS**

---

**EXT CT072017**

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 07/2017

PROCESSO LICITATÓRIO – 09/2017

DATA DE ASSINATURA: 11 de Abril de 2017.

OBJETO: Serviço de Coleta, Transporte e Destinação de Resíduos Sépticos, Serviço de Hidrojateamento em Rede Coletora de Esgoto, Serviço de Caminhão Auto Vácuo Para sucção e Desentupimento de Rede.

CONTRATADA: WLPN Transporte de Resíduos LTDA.

VALOR: R\$ 82.250,00 (Oitenta e dois mil duzentos e cinquenta reais).

PRAZO: 11/04/2017 á 31/12/2017.

Campos Novos – SC, 11 de Abril de 2017.

ALEXANDRE KUNEN

DIRETOR DO SAMAE

# Canelinha

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/PMC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 040/PMC/2017

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de lâminas, parafusos, porcas e dentes, para manutenção corretiva e preventiva da frota mecanizada do Município de Canelinha SC; de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 02 de maio de 2017, às 08:30 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 17 de abril de 2017. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

## CÂMARA MUNICIPAL

### **LEI MUNICIPAL N.3271/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CANELINHA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

LEI MUNICIPAL Nº 3271, de 12 de maio de 2017.

DISPÕE SOBRE REAJUSTE DAS REMUNERAÇÕES E SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADAIR DA CONCEIÇÃO LOPES FILHO, Presidente da Câmara Municipal de Canelinha, Estado de Santa Catarina, fazendo uso das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste município que, a Câmara de Vereadores aprovou e eu PROMULGO a seguinte Lei:

Art. 1º Para o exercício de 2017, ficam corrigidos em 3,00 % (três por cento) as remunerações e os subsídios dos Agentes Políticos e Servidores Públicos do quadro de pessoal do Poder Legislativo Municipal.

§ 1º O disposto no caput deste artigo é extensivo aos servidores inativos, bem como aos demais cargos de provimento em comissão e de gratificação, nos termos do inciso X, do art. 37 da Constituição Federal;

§ 2º A correção dos subsídios e das remunerações de que trata este artigo, corresponde à revisão parcial, geral e anual a título de perdas inflacionárias, com base na aplicação do índice econômico INPC (IBGE), referente ao acumulado no período de janeiro a dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações previstas no orçamento geral do município, vinculadas ao Poder Legislativo.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2017, data base da categoria, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha, 12 de abril de 2017.

ADAIR DA CONCEIÇÃO LOPES FILHO

VEREADOR/PRESIDENTE

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 059/2017

DECRETO Nº 059/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2016, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivou e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de março de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/03/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

#### ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 59/2017

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 10000 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0002057/16	18/04/2016	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE EPP	191,00
0002058/16	18/04/2016	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME	48,50
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 23400 – RECURSOS Transf. de Conv. União-Outros Investimentos			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000144/16	04/01/2016	CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI	3.743,85

Canoinhas/SC, 27 de março de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

**DECRETO Nº 062/2017**

DECRETO Nº. 062/2017

**“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”**

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 5.965 de 29/12/2016 – LOA:

**DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 27.550,00 (vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação

Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação

Função 16: Habitação

Subfunção 482: Habitação Urbana

Programa 18: Moradia para Todos

Proj./Ativ. 2.052 – Manutenção do FROHAB

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 27.550,00

Recursos 10020 – Recurso FROHAB

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de 27.550,00 (vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação

Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação

Função 16: Habitação

Subfunção 482: Habitação Urbana

Programa 18: Moradia para Todos

Proj./Ativ. 2.052 – Manutenção do FROHAB

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 27.550,00

Recursos 10020 – Recurso FROHAB

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 29 de março de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 29/03/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**DECRETO Nº 071/2017**

DECRETO Nº. 071/2017

**“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”**

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 5.965 de 29/12/2016 – LOA:

**DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 96.049,73 (noventa e seis mil, quarenta e nove reais e setenta e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Atividade 2.005 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 96.049,73

Recursos 13600 – Salário Educação - FNDE

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 96.049,73 (noventa e seis mil, quarenta e nove reais e setenta e três centavos), observando a arrecadação do exercício de 2016 e a tendência de arrecadação do exercício de 2017, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2017 (A) + Excessos abertos em 2017	Estimativa de Arrecadação para 2017, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
13600	2.442.825,00	2.538.874,73	96.049,73
TOTAL			96.049,73

Fonte: SMAFO/2017

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 11 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## **DECRETO Nº 073/2017**

DECRETO Nº. 073/2017

“PRORROGA A DATA DE VENCIMENTO PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e do § 2º do art. 244 da Lei Complementar Municipal nº 008/2005, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Ficam prorrogadas as datas para o vencimento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) referente ao exercício de 2017, conforme segue abaixo:

I – 28/04/2017 – Cota única com desconto de 10% (dez por cento);

II - Por opção do contribuinte, o IPTU poderá ser pago em até 09 (nove) parcelas com vencimento da 1ª (primeira) parcela em 28/04/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 12/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**DECRETO Nº 074/2017**

DECRETO Nº. 074/2017

**APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS**

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 525,00 m<sup>2</sup> (quinhentos e vinte e cinco metros quadrados), procedido por MARCELO IEDRAS, situado na Rua Julio Correa da Costa, Bairro Campo D'Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 39.799, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 29, com área de 247,50 m<sup>2</sup>, lote nº 30, com área de 277,50 m<sup>2</sup>, todos pertencentes à quadra nº 1382, conforme requerimento protocolado sob nº. 918/2017.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

VIVIANNE PAILO COLLARES

Secretária Municipal de Planejamento

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**DECRETO Nº 075/2017**

DECRETO Nº. 075/2017

**APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS**

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 402,78 m<sup>2</sup> (quatrocentos e dois metros e setenta e oito decímetros quadrados), procedido por MARIA NADIR VARELLE ROSA, situado na Rua Julio Budant Neto, Bairro Campo D'Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 20.679, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 45, com área de 200,00 m<sup>2</sup>, lote nº 46, com área de 202,78 m<sup>2</sup>, todos pertencentes à quadra nº 1375, conforme requerimento protocolado sob nº. 805/2017.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

VIVIANNE PAILO COLLARES

Secretária Municipal de Planejamento

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**LEI Nº 5.998/2017**

LEI Nº 5.998/2017

“AUTORIZA A BAIXA NA RESTRIÇÃO CONSTANTE NA MATRÍCULA DO IMÓVEL REGISTRADO SOB O N. 4.993, NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DESTA COMARCA, PERTENCENTE À INDÚSTRIA ERVATEIRA EWALDO ZIPERER LTDA”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica autorizada a baixa na restrição AV. 1-4.993, referente a destinação exclusiva para fins industriais, do imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas, sob o n. 4.993, de propriedade da Ervateira Ewaldo Ziperer Ltda, inscrita no CNPJ sob 83.626.366/0001-06, estabelecida a Rua Reneau Cubas, n. 348, Bairro Industrial I.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 31 de março de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/03/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**LEI Nº 6.012/2017**

LEI Nº. 6.012/2017

DISPÕE SOBRE A LEI ESTADUAL Nº 17.078, DE 12/01/2017

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º Fica autorizado o Município de Canoinhas à tomar as providências administrativas cabíveis para implementação da Lei Estadual nº 17.078 de 12 de janeiro de 2017, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da comunicação, por parte dos hospitais, clínicas, postos de saúde, bem como todas as entidades públicas que integram a rede pública e privada de saúde do Estado, das ocorrências envolvendo embriaguez e consumo de drogas por crianças e adolescentes”.

Parágrafo Único. Ao Conselho Tutelar Municipal caberá receber as comunicações e tomar as providências cabíveis a cada caso, nos termos previstos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 06 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 317/2017**

PORTARIA Nº. 317/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90;

CONSIDERANDO o Julgamento de Sindicância, referente ao processo de sindicância instaurado pela Portaria nº 958/2016, resolve:

INSTAURAR COMISSÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 1º - Nos termos dos artigos 168 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 285/2017, de acordo com a Lei

nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. SÉRGIO MURILO MIGUEL;
2. FABRICIO JOSNEI PEREIRA
3. ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos descritos no relatório emitido pela comissão de sindicância, nomeada pela Portaria nº 958/2016.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 318/2017**

PORTARIA Nº. 318/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

#### **CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO**

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à servidora ANDRESSA BOLLMANN BREY, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 04/04/2017 a 30/09/2017, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Fica concedida Licença Gestação à servidora CAMILA GONÇALVES, contratada na função de Monitor de Educação Especial (ACT), junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 03/04/2017 a 31/07/2017, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 319/2017**

PORTARIA Nº. 319/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### **REVOGAR**

Art. 1º - Fica revogado o artigo 67 da Portaria nº 294/2017, que concedeu adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora MARIA CLAUDETE CORREIA LEITE, efetiva no cargo de Técnico de Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de abril de 2017, conforme Comunicação Interna nº 145/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 328/2017**

PORTARIA Nº. 328/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor ARLEI HAVAI VOTCOSKI, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 10/04/2017 a 09/05/2017, conforme Comunicação Interna nº 151/DP/2017.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor CRISTIANO DE SOUZA E SILVA, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 14/04/2017 a 13/05/2017, conforme Comunicação Interna nº 151/DP/2017.

Art. 3º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor TIAGO GABRIEL DE SOUZA, efetivo no cargo de Engenheiro Eletricista, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 06/04/2017 a 05/05/2017, conforme Comunicação Interna nº 154/DP/2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 329/2017**

PORTARIA Nº. 329/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município de acordo com o artigo 35 da Lei Municipal nº 2.305/1990 e Lei Municipal nº 6.007/2017;

CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

**ALTERAR**

Art. 1º - Fica alterado o cargo, do servidor MARCIO JOSÉ GONZAGA TAVARES, que exerce a função de Fiscal de Obras, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, em virtude da extinção do cargo, de acordo com a Lei Municipal nº 6.007/2017, para atuar no cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 06/04/2017, conforme Comunicação Interna nº 136/SMAFO/2017.

Art. 2º - Fica alterado o cargo, da servidora FERNANDA GELINSKI, que exerce a função de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, para atuar no cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Saúde,

criado pela Lei Municipal nº 6.007/2017, a partir de 06/04/2017, conforme Comunicação Interna nº 132/SMAFO/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 335/2017**

PORTARIA Nº. 335/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, da Lei nº 2.830 de 11/03/1997, resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE

PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica nomeada TAMARA LOPES DE MATOS MORAIS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 06/04/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 337/2017**

PORTARIA Nº. 337/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, artigo 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde ao servidor ROMILDO MAZUREK, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, no período de 06/04/2017 à 06/06/2017, conforme Comunicação Interna nº 156/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 338/2017**

PORTARIA Nº. 338/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 35 da Lei Municipal nº 2.305/1990;  
CONSIDERANDO a necessidade das alterações, resolve:

#### **ALTERAÇÃO**

Art.1º - Fica alterado o local de trabalho do servidor GUSTAVO LE-ANDRO ARAÚJO, que exerce o cargo de Educador Social Masculino, junto a Casa de Passagem Nova Canaã, sendo que o mesmo passa a atuar junto Lar de Idosos "Stellita Pacheco Costa", a partir do dia 10/04/2017, conforme Comunicação Interna nº 138/SEMAS/2017.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 339/2017**

PORTARIA Nº. 339/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o artigo 87 da Lei n.º 2.305/1990, resolve:

#### **INTERROMPER LICENÇA**

Art. 1º - Fica interrompida a licença para tratamento de saúde, concedida a DANIELY AMARAL, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 31/03/2017, conforme Comunicação Interna nº. 157/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 340/2017**

PORTARIA Nº. 340/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

#### **CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO**

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à servidora DANIELY AMARAL, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 31/03/2017 a 26/09/2017, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 341/2017**

PORTARIA Nº. 341/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal 5.528 de 25/03/2015, e Lei nº 4.851 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo nº 1/SME/2017, resolve:

#### **CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2017**

Art. 1º - Fica contratada ELIANE CARVALHO DE LIMA DAMASO DA SILVEIRA, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais e 25% de regência para atuar no EBM Dr Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 10/04/2017 a 21/12/2017, conforme comunicação interna nº 103/SME/2017.

Art. 2º - Fica contratada ROSÂNGELA MARIA SCHIESSL, para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 20 horas semanais e 30% regência para atuar no Projeto Mais Conhecimento na EBM Maria Isabel de Lima Cubas, no período de 07/04/2017 a 30/11/2017, conforme comunicação interna nº 103/SME/2017.

Art. 3º - Fica contratada VILMA SCHULKA, para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 40 horas semanais, 30% de regência para atuar na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa,

no período de 07/04/2017 a 30/05/2017, na vaga vinculada da professora Ana Leoni Riske Marco, a qual está em licença prêmio. Anteriormente estava na referida vaga Carla Cristina Peppe, conforme comunicação interna nº 103/SME/2017.

Art. 4º - Fica contratada MICHELLE CRISTINA LEAL DE BARROS, para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, Ensino Médio 20 horas semanais, para atuar no GEM Xeila Elisabete Cornelisen, no período de 10/04/2017 a 21/12/2017, conforme comunicação interna nº 103/SME/2017.

Art. 5º - Fica contratada DANIELI BILITZKI, para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, Ensino Médio 20 horas semanais, para atuar na EBM Achilles Pazda, no período de 10/04/2017 a 18/07/2017, conforme comunicação interna nº 103/SME/2017.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 342/2017**

PORTARIA Nº. 342/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### **EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerado a pedido LILIANE TELEGINSKI, contratada na função de Professor de Educação Infantil, 20 horas, junto a EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/04/2017, conforme Comunicação Interna nº 153/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 343/2017**

PORTARIA Nº. 343/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS**

Art. 1º - Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de Férias em Dinheiro, à servidora MARILEI KURCESZKI KUMINECK, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Administração, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, conforme Comunicação Interna nº 032/SMS/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 344/2017**

PORTARIA Nº. 344/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora ROSANGELA DE CAMARGO FERNANDES, efetiva no cargo de Monitora de Educação Infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 24/04/2017 a 23/05/2017, conforme Comunicação Interna nº 159/DP/2017.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora SANDRA CARVALHO DO PRADO, efetiva no cargo de Técnico de Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 10/04/2017 a 09/05/2017, conforme Comunicação Interna nº 159/DP/2017

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de Abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 346/2017**

PORTARIA Nº. 346/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve:

**AUTORIZAR**

Art. 1º - Fica autorizado ADINOR DA SILVA, que exerce o cargo de provimento em comissão de Supervisor II, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas, dentro do Município de Canoinhas, conforme Comunicação Interna nº 060/SMMA/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 347/2017**

PORTARIA Nº. 347/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve:

**AUTORIZAR**

Art. 1º - Fica autorizado ANGELO VINICIUS BONETE, efetivo no cargo de Assistente Técnico de Segurança do Trabalho, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas, dentro do Município de Canoinhas, tendo em vista, que em razão da atividade do profissional em Segurança do Trabalho, necessita em determinadas situações, conduzir veículos para o deslocamento nos diversos órgãos do município, conforme Comunicação Interna nº 012/2017 do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 349/2017**

PORTARIA Nº 349/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 100 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora NATÁLIA HERBST, efetiva no cargo de Professor de Ano Iniciais, 20 horas, e Alteração Temporária em Anos Iniciais na EBM Benedito Therézio de Carvalho, 20 horas, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 29/03/2017, conforme Comunicação Interna nº 161/DP/2017.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora MÁRCIA TEREZINHA SALAI, efetiva no cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 10/04/2017, conforme Comunicação Interna nº 164/DP/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 350/2017**

PORTARIA Nº. 350/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

**RETIFICAR PORTARIA**

Art. 1º - Fica retificado o artigo 1º da Portaria nº. 299/2017, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora SIOMARA VOIGT MACHADO, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 27/03/2017 à 25/04/2017, conforme Comunicação Interna nº 136/DP/2017.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/04/2017

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 351/2017**

PORTARIA Nº. 351/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, artigo 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora FRANCISCA CARLIM, efetiva no cargo de Professor - 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 17/04/2017 à 16/05/2017, conforme Comunicação Interna nº 162/DP/2017.

Art. 2º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora IVONE WAGNER, efetiva no cargo de Professor - 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 17/04/2017 à 16/05/2017, conforme Comunicação Interna nº 162/DP/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 352/2017**

PORTARIA Nº. 352/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, artigo 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora SORAIA MARIA ZIERHUT HAAG KARPEN, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 04/04/2017, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, conforme Comunicação Interna nº 163/DP/2017.

Art. 2º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora GREICE DAMANN DE SOUZA, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 10/04/2017, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, conforme Comunicação Interna nº 165/DP/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 353/2017**

PORTARIA Nº. 353/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

**RETIFICAR PORTARIA**

Art. 1º - Fica retificado o artigo 1º da Portaria nº. 270/2017, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Fica contratada ELIZABETE ROGALSKI SCHEUER, para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 20 horas semanais, com 30% de regência para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 02/03/2017 a 01/05/2017, conforme comunicação interna nº 106/SME/2017.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/04/2017

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 354/2017**

PORTARIA Nº. 354/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 35 da Lei Municipal nº 2.305/1990;

CONSIDERANDO a necessidade das alterações, resolve:

**ALTERAÇÃO**

Art.1º - Fica alterado o local de trabalho da servidora SEBILA DE FÁTIMA DE MELO GOGOLA, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Educação, sendo que a mesma passa a atuar junto ao GEM Reinaldo Krüger, a partir do dia 12/04/2017, conforme Comunicação Interna nº 107/SME/2017.

Art.2º - Fica alterado o local de trabalho da servidora ROSÂNGELA TRISNOSKI CUSTÓDIO, efetiva no cargo de Servente Feminino, sendo que a mesma passa a atuar junto ao CEI Fernando Pessoa, a partir do dia 12/04/2017, conforme Comunicação Interna nº 104/SEMAS/2017.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de abril de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº FME 01/2017 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/17  
HOMOLOGAÇÃO: 17/04/17  
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL DESPORTIVA E EVENTOS SI  
CONTRATANTE: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO KARATÊ SOCIAL QUE TEM POR OBJETIVO O TREINAMENTO DE 120 CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO, COM IDADE ENTRE 08 E 18 ANOS, NA MODALIDADE DE ESPORTE KARATÊ. VALOR DA DESPESA: R\$ 34.905,60 (trinta e quatro mil novecentos e cinco reais e sessenta centavos)  
DATA: 17/04/17 - DANIEL LAURENTINO PINTO - Presidente.

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº FMS 06/2017 (ELETRÔNICO)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/17  
HOMOLOGAÇÃO: 12/04/17  
CONTRATADO: JR EHLKE E CIA LTDA  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPRA PARCELADA DE MATERIAIS LABORATORIAIS E TUBOS DE COLETA, DESTINADOS AO LABORATORIO MUNICIPAL, PARA UTILIZAÇÃO NOS EXAMES LABORATORIAIS DE COMBATE A DST/AIDS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.071,04 (um mil e setenta e um reais e quatro centavos)  
DATA: 12/04/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/17  
HOMOLOGAÇÃO: 12/04/17  
CONTRATADO: KIMENZ EQUIPAMENTOS LTDA - EPP  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPRA PARCELADA DE MATERIAIS LABORATORIAIS E TUBOS DE COLETA, DESTINADOS AO LABORATORIO MUNICIPAL, PARA UTILIZAÇÃO NOS EXAMES LABORATORIAIS DE COMBATE A DST/AIDS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.278,80 (cinco mil duzentos e setenta e oito reais e oitenta centavos)  
DATA: 12/04/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/17  
HOMOLOGAÇÃO: 12/04/17  
CONTRATADO: LCI PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPRA PARCELADA DE MATERIAIS LABORATORIAIS E TUBOS DE COLETA, DESTINADOS

AO LABORATORIO MUNICIPAL, PARA UTILIZAÇÃO NOS EXAMES LABORATORIAIS DE COMBATE A DST/AIDS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.059,30 (quatorze mil e cinquenta e nove reais e trinta centavos)  
DATA: 12/04/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/17  
HOMOLOGAÇÃO: 12/04/17  
CONTRATADO: SILSUL COMERCIO LTDA - EPP  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPRA PARCELADA DE MATERIAIS LABORATORIAIS E TUBOS DE COLETA, DESTINADOS AO LABORATORIO MUNICIPAL, PARA UTILIZAÇÃO NOS EXAMES LABORATORIAIS DE COMBATE A DST/AIDS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.336,70 (dois mil trezentos e trinta e seis reais e setenta centavos)  
DATA: 12/04/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº FMS 08/2017 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/17  
HOMOLOGAÇÃO: 17/04/17  
CONTRATADO: METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.950,00 (cinco mil novecentos e cinquenta reais)  
DATA: 17/04/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/17  
HOMOLOGAÇÃO: 17/04/17  
CONTRATADO: STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 91.755,00 (noventa e um mil setecentos e cinquenta e cinco reais)  
DATA: 17/04/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/17  
HOMOLOGAÇÃO: 17/04/17  
CONTRATADO: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE

BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 188.177,00 (cento e oitenta e oito mil cento e setenta e sete reais)

DATA: 17/04/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

-----  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/17

HOMOLOGAÇÃO: 17/04/17

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 87.050,00 (oitenta e sete mil e cinquenta reais)

DATA: 17/04/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

-----  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/17

HOMOLOGAÇÃO: 17/04/17

CONTRATADO: DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA CONTRA-

TANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 100.601,00 (cem mil seiscentos e um reais)

DATA: 17/04/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

-----  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/17

HOMOLOGAÇÃO: 17/04/17

CONTRATADO: TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 57.175,00 (cinquenta e sete mil cento e setenta e cinco reais)

DATA: 17/04/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

-----  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/17

HOMOLOGAÇÃO: 17/04/17

CONTRATADO: LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES

BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 19.995,00 (dezenove mil novecentos e noventa e cinco reais)

DATA: 17/04/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 12/2017 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/17

HOMOLOGAÇÃO: 17/04/17

CONTRATADO: LUIZIOMAR GONÇALVES FERNANDES

39952320949

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APREENSÃO, TRANSPORTE, RECOLHIMENTO E HOSPEDAGEM EM DEPENDÊNCIAS PRÓPRIAS, DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE (EQUINOS, CAPRINOS, OVINOS, MUARES, ASININOS, SUÍNOS, ETC) ENCONTRADOS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS, LOCAIS DE ACESSO PÚBLICO OU EM LOCAL INDEVIDO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.938,68 (vinte e três mil novecentos e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos)

DATA: 17/04/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 30/2017 (ELETRÔNICO)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/17

HOMOLOGAÇÃO: 17/04/17

CONTRATADO: PUHL INFORMATICA LTDA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 CPUS DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.289,00 (sete mil duzentos e oitenta e nove reais)

DATA: 17/04/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº FMS 04/2017**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS – SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL CREDENCIAMENTO N.º FMS 04/2017

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS PARA ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM TRANSTORNOS DECORRENTES DO USO, ABUSO OU DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIA PSICOATIVA.

Prestadores: Qualquer prestador de serviços, pessoa jurídica, privada ou pública, lucrativa ou não, que atenda as condições do edital.

Inscrições: A partir da publicação desta.

Local para inscrições: Setor de protocolo da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito à Rua Felipe Schmidt, nº 10 – Centro – Canoinhas - SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

Edital: Edital completo e seus anexos disponíveis no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), link – licitações, no local de informações adicionais.

O valor relativo ao pagamento pela prestação dos serviços será de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais, pagos por serviço de acolhimento

de cada paciente adulto, podendo ser acolhido no máximo de 02 (dois) pacientes (maior de 18 anos) simultaneamente, masculino com masculino e/ou feminino com feminino

Gilberto dos Passos  
Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº FMS 05/2017**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS – SC

EDITAL CREDENCIAMENTO N.º FMS 05/2017

Objeto: CREDENCIAMENTO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) OU ENTIDADE(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GINECOLOGIA (CONSULTA MÉDICA, COLETA DE MATERIAL PARA EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO, EXAMES DE COLPOSCOPIA E CAUTERIZAÇÃO).

Prestadores: Qualquer prestador de serviços, pessoa jurídica, privada ou pública, lucrativa ou não, que atenda as condições do edital.

Inscrições: A partir da publicação desta.

Local para inscrições: Setor de protocolo da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito à Rua Felipe Schmidt, nº 10 – Centro – Canoinhas - SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

Edital: Edital completo e seus anexos disponíveis no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), link – licitações, no local de informações adicionais.

O valor previsto para execução dos serviços constante no objeto deste credenciamento será de R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais) anual.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 01/2017**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 01/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, torna público o contrato n.º PMC 01/2017. Data de assinatura: 05/01/2017. Contratada: ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA LTDA EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 17.688.208/0001-48. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA O PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA O ANO LETIVO DE 2017, EM UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CANOINHAS. Valor do contrato R\$ 19.740,00 (dezenove mil setecentos e quarenta reais). Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Vigência: 05/01/2017 até 30/06/2017. Processo Licitatório n.º PMC 179/2016, modalidade de Tomada de Preços n.º PMC 23/2016.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 02/2017**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 02/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, torna público o contrato n.º PMC 02/2017. Data de assinatura: 24/01/2017. Contratada: JOAO MARIA MARTINS, inscrita no CNPJ sob o nº 24942687/0001-42. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXPLORAÇÃO

COMERCIAL A TÍTULO PRECÁRIO, ATRAVÉS DE PERMISSÃO DE USO, DE ACORDO COM A LEI N.º 5.169 DE 19/09/2013 E LEI N. 5.970/2017, DAS BALSAS PARA O TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE USUÁRIOS E VEÍCULOS (TRAVESSIA FLUVIAL DE INTERIOR). Valor do contrato R\$ 7.000,00 (sete mil reais). Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Vigência: 24/01/2017 até 24/03/2017. Processo Licitatório n.º. PMC 13/2017, modalidade Dispensa de Licitação 02/2017.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 03/2017**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 03/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, torna público o contrato n.º PMC 03/2017. Data de assinatura: 24/01/2017. Contratada: COMERCIAL GETRIX EIRELI – EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 03.488.409/0001-97. Objeto Contratado: CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE 250 EDREDONS, NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE ENSINO DO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO – APOIO A CRECHES. Valor do contrato R\$ 7.590,00 (sete mil quinhentos e noventa reais). Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Vigência: 24/01/2017 até 31/03/2017. Processo Licitatório n.º. PMC 181/2016, modalidade Pregão Eletrônico n.º. PMC 121/2016.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 04/2017**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 04/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, torna público o contrato n.º PMC 04/2017. Data de assinatura: 24/01/2017. Contratada: RECIMAR COLCHÕES E ESPUMAS LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 07.027.797/0001-60. Objeto Contratado: CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE 250 COLCHONETES, NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE ENSINO DO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO – APOIO A CRECHES. Valor do contrato R\$10.898,98 (dez mil oitocentos e noventa e oito reais e noventa e oito centavos). Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Vigência: 24/01/2017 até 31/03/2017. Processo Licitatório n.º. PMC 181/2016, modalidade Pregão Eletrônico n.º. PMC 121/2016.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 05/2017**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 05/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, torna público o contrato n.º PMC 05/2017. Data de assinatura: 31/01/2017. Contratada: NEOFIBRA INFORMATICA EIRELI-ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 10.884.317/0001-91. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS. Valor do contrato R\$ 14.000,00 (catorze mil reais). Contratante: Prefeitura do Município

de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Vigência: 31/01/2017 até 31/12/2017. Processo Licitatório nº. PMC 01/2017, modalidade Pregão Eletrônico nº. PMC 01/2017.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

## **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 06/2017**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 06/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, torna público o contrato n.º PMC 06/2017. Data de assinatura: 31/01/2017. Contratada: VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 03393652000121. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 100 TONELADAS DE MASSA ASFÁTICA CBUQ - FAIXA C COM APLICAÇÃO (RECORTE, VARREDURA, LIMPEZA E PINTURA DE LIGAÇÃO), DESTINADA AO RECAPEAMENTO DE PAVIMENTOS FLEXÍVEIS, PAVIMENTAÇÃO DE NOVAS VIAS PÚBLICAS E SEM APLICAÇÃO PARA OPERAÇÃO TAPA BURACOS E CONFECÇÃO DE LOMBADAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Valor do contrato R\$ 27.621,00 (vinte e sete mil seiscientos e vinte e um reais). Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Vigência: 31/01/2017 até 31/03/2017. Processo Licitatório n.º 13/2016, modalidade de Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia n.º 1/2016. Gilberto dos Passos  
Prefeito

Página: 1/1

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Candinhas,	Em	...../...../.....
MARCIANO FERNANDES CORREA -		- Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -		- SUPLENTE
ADILSON FERNANDO RIBEIRO -		- EQUIPE DE APOIO
MARINA DE CASSIA KOHLER WENDT -		- EQUIPE SUPLENTE
MARINA HAAG -		- 25.933/SC

## PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº FMS 06/2017 (ELETRÔNICO)

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/6

Processo / Ano: 10/2017 Total dos Itens Vencedores: 22.745,84

Licitação.....: 6/2017 - PE

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPRA PARCELADA DE MATERIAIS LABORATORIAIS E TUBOS DE COLETA, DESTINADOS AO LABORATORIO MUNICIPAL, PARA UTILIZAÇÃO NOS EXAMES LABORATORIAIS DE COMBATE A DST/AIDS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 1 - 411047960 - TUBO DE COLETA A VÁCUO COM ANTI-COAGULANTE EDTA (TAMPA ROXA) - Unidade: CXA</b>								
15711	LCI PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA		80,000	0,0000	39,5000	3.160,00	Venceu	1 *****
12334	JR EHLKE E CIA LTDA		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
14014	KIMENZ EQUIPAMENTOS LTDA - EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17397	SILSUL COMERCIO LTDA - EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 2 - 411048230 - TUBO DE COLETA DE SANGUE A VÁCUO COM GEL E ATIVADOR DE COAGU - Unidade: CXA</b>								
15711	LCI PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA		150,000	0,0000	61,0000	9.150,00	Venceu	1 *****
12334	JR EHLKE E CIA LTDA		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
14014	KIMENZ EQUIPAMENTOS LTDA - EPP		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17397	SILSUL COMERCIO LTDA - EPP		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

**Item.....: 3 - 411048231 - AGULHA DESCARTAVEL 25 X 0.8 MM A VÁCUO - Unidade: CXA**

15711	LCI PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA		15,000	0,0000	32,0000	480,00	Venceu	1 *****
12334	JR EHLKE E CIA LTDA		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
14014	KIMENZ EQUIPAMENTOS LTDA - EPP		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17397	SILSUL COMERCIO LTDA - EPP		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

**Item.....: 4 - 411047962 - AGULHA DESCARTÁVEL 25 X 7 A VÁCUO - Unidade: CXA**

15711	LCI PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA		5,000	0,0000	33,1000	165,50	Venceu	1 *****
12334	JR EHLKE E CIA LTDA		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
14014	KIMENZ EQUIPAMENTOS LTDA - EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17397	SILSUL COMERCIO LTDA - EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 2/6

# ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		10/2017		Processo Administrativo:		22.745,84		
Licitação.....:		6/2017 - PE		1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Modalidade.....:		PREGÃO ELETRÔNICO						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPRA PARCELADA DE MATERIAIS LABORATORIAIS E TUBOS DE COLETA, DESTINADOS AO LABORATORIO MUNICIPAL, PARA UTILIZAÇÃO NOS EXAMES LABORATORIAIS DE COMBATE A DST/AIDS.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 5 - 311043313 - FITA HCG (URINA) CAIXA COM 100 UNIDADES - Unidade: CXA								
17397	SILSUL COMERCIO LTDA - EPP		30,000	0,0000	45,8900	1.376,70	Venceu	1 *****
12334	JR EHLKE E CIA LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
14014	KIMENZ EQUIPAMENTOS LTDA - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15711	LCI PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 6 - 411048232 - TIRAS PARA URINALISE 10 PARAMETROS COM 100 UNIDADES - Unidade: CXA								
14014	KIMENZ EQUIPAMENTOS LTDA - EPP		120,000	0,0000	43,9900	5.278,80	Venceu	1 *****
12334	JR EHLKE E CIA LTDA		120,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15711	LCI PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA		120,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17397	SILSUL COMERCIO LTDA - EPP		120,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 7 - 411048233 - PLACA DE VIDRO KLINE C/12 ESCAVALÕES 6X8 - Unidade: UN								
15711	LCI PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA		3,000	0,0000	51,9000	155,70	Venceu	1 *****
12334	JR EHLKE E CIA LTDA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
14014	KIMENZ EQUIPAMENTOS LTDA - EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17397	SILSUL COMERCIO LTDA - EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 8 - 43557 - PONTEIRA MICROPIPETA TIPO GILSON AMARELA 2-200UL COM 1000UND - Unidade: PCT								
12334	JR EHLKE E CIA LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
14014	KIMENZ EQUIPAMENTOS LTDA - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15711	LCI PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17397	SILSUL COMERCIO LTDA - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS**

Página: 3/6

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		10/2017		Processo Administrativo:		22.745,84											
Licitação.....:		6/2017 - PE		1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE													
Modalidade.....:		PREGÃO ELETRÔNICO															
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPRA PARCELADA DE MATERIAIS LABORATORIAIS E TUBOS DE COLETA, DESTINADOS AO LABORATORIO MUNICIPAL, PARA UTILIZAÇÃO NOS EXAMES LABORATORIAIS DE COMBATE A DST/AIDS.															
Fornecedor		Nome do Fornecedor		Marca		Quantidade		Desconto		Preço Unitário		Preço Total		Situação		Classificação	
<b>Item.....: 9 - 411048234 - CORANTE ZIEHL NEELSEN - Unidade: KIT</b>																	
15711		LCI PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA				5,000		0,0000		39,3000		196,50		Venceu		1 *****	
12334		JR EHLKE E CIA LTDA				5,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
14014		KIMENZ EQUIPAMENTOS LTDA - EPP				5,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
17397		SILSUL COMERCIO LTDA - EPP				5,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
<b>Item.....: 10 - 411048235 - CORANTES PARA GRAM - Unidade: KIT</b>																	
15711		LCI PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA				8,000		0,0000		31,9000		255,20		Venceu		1 *****	
12334		JR EHLKE E CIA LTDA				8,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
14014		KIMENZ EQUIPAMENTOS LTDA - EPP				8,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
17397		SILSUL COMERCIO LTDA - EPP				8,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
<b>Item.....: 11 - 411048236 - DESCORANTES PARA GRAM - Unidade: LT</b>																	
15711		LCI PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA				10,000		0,0000		20,6500		206,50		Venceu		1 *****	
12334		JR EHLKE E CIA LTDA				10,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
14014		KIMENZ EQUIPAMENTOS LTDA - EPP				10,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
17397		SILSUL COMERCIO LTDA - EPP				10,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
<b>Item.....: 12 - 44175 - REAGENTE DE VDRL (RPR-BRÁS) - Unidade: KIT</b>																	
15711		LCI PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA				10,000		0,0000		28,9900		289,90		Venceu		1 *****	
12334		JR EHLKE E CIA LTDA				10,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
14014		KIMENZ EQUIPAMENTOS LTDA - EPP				10,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
17397		SILSUL COMERCIO LTDA - EPP				10,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Página: 4/6

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 10/2017      Processo Administrativo: 22.745,84

Licitação.....: 6/2017 - PE

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPRA PARCELADA DE MATERIAIS LABORATORIAIS E TUBOS DE COLETA, DESTINADOS AO LABORATORIO MUNICIPAL, PARA UTILIZAÇÃO NOS EXAMES LABORATORIAIS DE COMBATE A DST/AIDS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 13 - 411048237 - REAGENTE DE TIPAGEM SANGUINEA (ANTI-B, ANTI-A E ANTI-D) - Unidade: KIT</b>								
17397	SILSUL COMERCIO LTDA - EPP		12,000	0,0000	80,0000	960,00	Venceu	1 *****
12334	JR EHLKE E CIA LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
14014	KIMENZ EQUIPAMENTOS LTDA - EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15711	LCI PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 14 - 411048238 - REAGENTE GLICOSE LIQUIFORM - Unidade: CXA</b>								
12334	JR EHLKE E CIA LTDA		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
14014	KIMENZ EQUIPAMENTOS LTDA - EPP		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15711	LCI PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17397	SILSUL COMERCIO LTDA - EPP		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 15 - 411048239 - REAGENTE TRIGLICERIDEOS LIQUIFORM - Unidade: CXA</b>								
12334	JR EHLKE E CIA LTDA		8,000	0,0000	133,8800	1.071,04	Venceu	1 *****
14014	KIMENZ EQUIPAMENTOS LTDA - EPP		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15711	LCI PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17397	SILSUL COMERCIO LTDA - EPP		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 16 - 411048240 - REAGENTE COLESTEROL LIQUIFORM - Unidade: CXA</b>								
12334	JR EHLKE E CIA LTDA		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
14014	KIMENZ EQUIPAMENTOS LTDA - EPP		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15711	LCI PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17397	SILSUL COMERCIO LTDA - EPP		8,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/6

Processo / Ano: 10/2017		Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		22.745,84	
Licitação.....: 6/2017 - PE					
Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO					
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPRA PARCELADA DE MATERIAIS LABORATORIAIS E TUBOS DE COLETA, DESTINADOS AO LABORATORIO MUNICIPAL, PARA UTILIZAÇÃO NOS EXAMES LABORATORIAIS DE COMBATE A DST/AIDS.					

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 10/2017

Licitação.....: 6/2017 - PE

Modalidade....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPRA PARCELADA DE MATERIAIS LABORATORIAIS E TUBOS DE COLETA, DESTINADOS AO LABORATORIO MUNICIPAL, PARA UTILIZAÇÃO NOS EXAMES LABORATORIAIS DE COMBATE A DST/AIDS.

Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

22.745,84

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 18	- 411048242 - QUALITROL 1 H - Unidade: CXA							
17397	SILSUL COMERCIO LTDA - EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas,	Em	...../...../.....
MARCIANO FERNANDES CORREA - .....	Pregoeiro(a)	
ROBERTA JOSIANE SCHAFSCHECK - .....	SUPLENTE PREGOEIRO	
ADILSON FERNANDO RIBEIRO - .....	EQUIPE DE APOIO	
KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT - .....	SUPLENTE EQUIPE DE APOIO	
MARINA HAAG - .....	25.933/SC	

## PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº FMS 08/2017 (PRESENCIAL)

Página: 1/23

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 13/2017		Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		Total dos Itens Vencedores: 550.703,00				
Licitação.....: 8/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 1 - 41687 - PACOTES COM LUVAS PLÁSTICAS DESCARTÁVEL ESTERILIZADA 100 UN - Unidade: PCT</b>								
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Luplast	1,000,000	0,0000	5,9000	5,900,00	Venceu	1 ****
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	LUPLAST	1,000,000	0,0000	5,9500	5,950,00	Perdeu	2
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	DESCARPAC	1,000,000	0,0000	6,6000	6,600,00	Perdeu	3
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Maxicor	1,000,000	0,0000	6,9500	6,950,00	Desclassif.	0
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LUPLATEX	1,000,000	0,0000	7,1900	7,190,00	Desclassif.	0
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	LUPLAST	1,000,000	0,0000	7,5000	7,500,00	Desclassif.	0
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	LUPLATEX	1,000,000	0,0000	8,3600	8,360,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 2 - 28907 - ATADURA DE CREPOM 13 FIOS COM 25 CM X 4,5 M ESTICADA - Unidade: UN</b>								
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PEROLA	5,000,000	0,0000	0,6900	3,450,00	Venceu	1 ****
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	ANDREONI	5,000,000	0,0000	0,7000	3,500,00	Perdeu	2
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	MB	5,000,000	0,0000	0,9900	4,950,00	Perdeu	3
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	PEROLA	5,000,000	0,0000	1,0400	5,200,00	Desclassif.	0
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	ERIMAX	5,000,000	0,0000	1,0900	5,450,00	Desclassif.	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Melhorned	5,000,000	0,0000	1,4460	7,230,00	Desclassif.	0
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Biotextil	5,000,000	0,0000	1,8300	9,150,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 3 - 28897 - ATADURA DE CREPOM 13 FIOS 06 CM X 4,5 M ESTICADA E 1,8 EM - Unidade: UN</b>								
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	ANDREONI	5,000,000	0,0000	0,1890	945,00	Venceu	1 ****
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PEROLA	5,000,000	0,0000	0,1900	950,00	Perdeu	2
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	PEROLA	5,000,000	0,0000	0,2500	1,250,00	Perdeu	3
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	ERIMAX	5,000,000	0,0000	0,2500	1,250,00	Perdeu	4
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	MB	5,000,000	0,0000	0,2800	1,400,00	Perdeu	5
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Melhorned	5,000,000	0,0000	0,4097	2,048,50	Desclassif.	0
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Biotextil	5,000,000	0,0000	0,5900	2,950,00	Desclassif.	0

Página: 2/23

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		Processo Administrativo:		550.703,00				
Licitação.....:		8/2017 - PR		1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 4 - 28896 - ATADURA DE CREPOM 13 FIO 10 CM X4,5 M. ESTICADA E 1,8 M EM - Unidade: UN</b>								
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	ANDREONI	5.000,000	0,0000	0,3400	1.700,00	Venceu	1 *****
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	MB	5.000,000	0,0000	0,4100	2.050,00	Perdeu	2
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PEROLA	5.000,000	0,0000	0,4100	2.050,00	Perdeu	3
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	PEROLA	5.000,000	0,0000	0,4100	2.050,00	Perdeu	4
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	ERIMAX	5.000,000	0,0000	0,4400	2.200,00	Perdeu	5
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Melhormed	5.000,000	0,0000	0,5931	2.965,50	Desclassif.	0
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Biotexil	5.000,000	0,0000	0,7900	3.950,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 5 - 28900 - ATADURA DE CREPOM 13 FIOS 12 CM X4,5 M. ESTICADA E 1,8 M - Unidade: UN</b>								
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	ANDREONI	10.000,000	0,0000	0,4100	4.100,00	Venceu	1 *****
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	MB	10.000,000	0,0000	0,4600	4.600,00	Perdeu	2
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PEROLA	10.000,000	0,0000	0,4900	4.900,00	Perdeu	3
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	PEROLA	10.000,000	0,0000	0,5000	5.000,00	Desclassif.	0
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	ERIMAX	10.000,000	0,0000	0,5200	5.200,00	Desclassif.	0
9962	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.	Melhormed	10.000,000	0,0000	0,7096	7.096,00	Desclassif.	0
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Biotexil	10.000,000	0,0000	0,9500	9.500,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 6 - 28902 - ATADURA DE CREPOM 13 FIOS 15 CM X 4,5 M ESTICADA E 1,8 M - Unidade: UN</b>								
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	ANDREONI	10.000,000	0,0000	0,5100	5.100,00	Venceu	1 *****
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	MB	10.000,000	0,0000	0,5800	5.800,00	Perdeu	2
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PEROLA	10.000,000	0,0000	0,6100	6.100,00	Perdeu	3
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	PEROLA	10.000,000	0,0000	0,6200	6.200,00	Desclassif.	0
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	ERIMAX	10.000,000	0,0000	0,6500	6.500,00	Desclassif.	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Melhormed	10.000,000	0,0000	0,9238	9.238,00	Desclassif.	0
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Biotexil	10.000,000	0,0000	1,1900	11.900,00	Desclassif.	0

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 13/2017		Processo Administrativo: 550.703,00						
Licitação.....: 8/2017 - PR		1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 7 - 28904 - ATADURA DE CREPOM 13 FIOS 20 CM X 4,5M ESTICADA E 1,8 M - Unidade: UN								
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	ANDREONI	10.000,000	0.0000	0.6800	6.800,00	Venceu	1 *****
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	MB	10.000,000	0.0000	0.7800	7.800,00	Perdeu	2
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PEROLA	10.000,000	0.0000	0.8100	8.100,00	Perdeu	3
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	PEROLA	10.000,000	0.0000	0.8300	8.300,00	Desclassif.	0
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	ERIMAX	10.000,000	0.0000	0.8700	8.700,00	Desclassif.	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Melhormed	10.000,000	0.0000	1.1648	11.648,00	Desclassif.	0
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Biotextil	10.000,000	0.0000	1.5900	15.900,00	Desclassif.	0
Item.....: 8 - 39877 - LUIVA DE BORRACHA FORRADA GRANDE - Unidade: PAR								
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	DESCARPACK	600,000	0.0000	3.4000	2.040,00	Venceu	1 *****
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Prevemax	600,000	0.0000	3.7488	2.249,28	Perdeu	2
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		600,000	0.0000	0.0000	0,00	Não cotou	0
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		600,000	0.0000	0.0000	0,00	Não cotou	0
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		600,000	0.0000	0.0000	0,00	Não cotou	0
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		600,000	0.0000	0.0000	0,00	Não cotou	0
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	DANNY	600,000	0.0000	5.9000	3.540,00	Desclassif.	0
Item.....: 9 - 39879 - LUIVA DE BORRACHA FORRADA TAMANHO MÉDIO - Unidade: PAR								
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	DECARPACK	600,000	0.0000	3.4000	2.040,00	Venceu	1 *****
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Prevemax	600,000	0.0000	3.7488	2.249,28	Perdeu	2
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		600,000	0.0000	0.0000	0,00	Não cotou	0
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		600,000	0.0000	0.0000	0,00	Não cotou	0
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		600,000	0.0000	0.0000	0,00	Não cotou	0
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		600,000	0.0000	0.0000	0,00	Não cotou	0
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	DANNY	600,000	0.0000	5.9000	3.540,00	Desclassif.	0

# ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		13/2017		Processo Administrativo:		1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		550.703,00									
Licitação.....:		8/2017 - PR															
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL															
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.															
Fornecedor		Nome do Fornecedor		Marca		Quantidade		Desconto		Preço Unitário		Preço Total		Situação		Classificação	
Item.....: 10		- 39880		- LUVA DE BORRACHA FORRADA TAMANHO PEQUENO - Unidade: PAR													
8557		STARME ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA		DESCARPACK		600,000		0,0000		3,4000		2.040,00		Venceu		1 *****	
9962		ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.		Prevemax		600,000		0,0000		3,7488		2.249,28		Perdeu		2	
7998		METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA				600,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
9711		PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				600,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
13526		DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA				600,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
16331		LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME				600,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
14092		TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I		DANNY		600,000		0,0000		5,9000		3.540,00		Desclassif.		0	
Item.....: 11		- 32232		- CATETER INTRAVENOSO ESTÉRIL APIROGÊNICO C/ FILTRO - Unidade: UN													
9711		PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		LABOR IMPORT		5.000,000		0,0000		1,4000		7.000,00		Venceu		1 *****	
14092		TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I		TKL		5.000,000		0,0000		1,7600		8.800,00		Perdeu		2	
8557		STARME ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA		POLYMED		5.000,000		0,0000		1,8000		9.000,00		Perdeu		3	
13526		DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		BD		5.000,000		0,0000		2,2900		11.450,00		Desclassif.		0	
7998		METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		Labor Import		5.000,000		0,0000		2,4000		12.000,00		Desclassif.		0	
16331		LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		POLYMED		5.000,000		0,0000		2,5800		12.900,00		Desclassif.		0	
9962		ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.		Laborimport		5.000,000		0,0000		2,7192		13.596,00		Desclassif.		0	
Item.....: 12		- 32234		- CATETER INTRAVENOSO ESTÉRIL APIROGENICO C/ FILTRO HIDR. Nº16 - Unidade: UN													
9711		PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		LABOR IMPORT		5.000,000		0,0000		1,2400		6.200,00		Venceu		1 *****	
7998		METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		Labor Import		5.000,000		0,0000		1,2500		6.250,00		Perdeu		2	
8557		STARME ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA		POLYMED		5.000,000		0,0000		1,6300		8.150,00		Perdeu		3	
14092		TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I		TKL		5.000,000		0,0000		1,7000		8.500,00		Desclassif.		0	
9962		ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.		Laborimport		5.000,000		0,0000		2,2291		11.145,50		Desclassif.		0	
16331		LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		POLYMED		5.000,000		0,0000		2,4300		12.150,00		Desclassif.		0	
13526		DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		BD		5.000,000		0,0000		3,1200		15.600,00		Desclassif.		0	

Página: 5/23

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 13/2017		Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		550.703,00				
Licitação.....: 8/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 13 - 32235 - CATETER INTRAVENOSO ESTÉRIL APIROGENICO C/ FILTRO HIDR. Nº18 - Unidade: UN								
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LABOR IMPORT	5.000.000	0,0000	1,3200	6.600,00	Venceu	1 *****
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Labor Import	5.000.000	0,0000	1,3300	6.650,00	Perdeu	2
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	TKL	5.000.000	0,0000	1,6000	8.000,00	Perdeu	3
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	POLYMED	5.000.000	0,0000	1,6300	8.150,00	Desclassif.	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Laborimport	5.000.000	0,0000	2,2291	11.145,50	Desclassif.	0
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	BD	5.000.000	0,0000	2,2900	11.450,00	Desclassif.	0
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	POLYMED	5.000.000	0,0000	2,4300	12.150,00	Desclassif.	0
Item.....: 14 - 32236 - CATETER INTRAVENOSO ESTÉRIL APIROGENICO C/ FILTRO HIDR. Nº20 - Unidade: UN								
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LABOR IMPORT	5.000.000	0,0000	1,4000	7.000,00	Venceu	1 *****
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	TKL	5.000.000	0,0000	1,6000	8.000,00	Perdeu	2
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	POLYMED	5.000.000	0,0000	1,6300	8.150,00	Perdeu	3
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Labor Import	5.000.000	0,0000	1,8900	9.450,00	Desclassif.	0
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	BD	5.000.000	0,0000	2,2900	11.450,00	Desclassif.	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Laborimport	5.000.000	0,0000	2,3385	11.692,50	Desclassif.	0
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	POLYMED	5.000.000	0,0000	2,4300	12.150,00	Desclassif.	0
Item.....: 15 - 32237 - CATETER INTRAVENOSO ESTÉRIL APIROGENICO C/ FILTRO HIDR. Nº22 - Unidade: UN								
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LABOR IMPORT	5.000.000	0,0000	1,3800	6.900,00	Venceu	1 *****
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	POLYMED	5.000.000	0,0000	1,3900	6.950,00	Perdeu	2
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	TKL	5.000.000	0,0000	1,6000	8.000,00	Perdeu	3
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Labor Import	5.000.000	0,0000	1,8900	9.450,00	Desclassif.	0
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	BD	5.000.000	0,0000	2,2900	11.450,00	Desclassif.	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Laborimport	5.000.000	0,0000	2,4094	12.047,00	Desclassif.	0
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	POLYMED	5.000.000	0,0000	2,4300	12.150,00	Desclassif.	0

Página: 6/23

# ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		Processo Administrativo:		550.703,00				
Licitação.....:		8/2017 - PR		1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 16 - 32239 - CATETER INTRAVENOSO ESTÉRIL APIROGÊNICO COM FILTRO HIDRO - Unidade: UN								
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LABOR IMPORT	5,000,000	0,0000	1,3700	6.850,00	Venceu	1 *****
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	POLYMED	5,000,000	0,0000	1,3800	6.900,00	Perdeu	2
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	TKL	5,000,000	0,0000	1,7000	8.500,00	Perdeu	3
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Labor Import	5,000,000	0,0000	1,8900	9.450,00	Desclassif.	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Laborimport	5,000,000	0,0000	2,2287	11.143,50	Desclassif.	0
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	POLYMED	5,000,000	0,0000	2,5800	12.900,00	Desclassif.	0
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	BD	5,000,000	0,0000	3,1200	15.600,00	Desclassif.	0
Item.....: 17 - 32245 - CATETER P/OXIGENIO TIPO ÓCULOS - Unidade: UN								
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	BIODASE	500,000	0,0000	0,6100	305,00	Venceu	1 *****
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	BIODASE	500,000	0,0000	0,7300	365,00	Perdeu	2
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	MEDSONDA	500,000	0,0000	0,7900	395,00	Perdeu	3
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Biosani	500,000	0,0000	0,8689	434,45	Desclassif.	0
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	BIODASE	500,000	0,0000	0,8700	435,00	Desclassif.	0
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Biosani	500,000	0,0000	0,9600	480,00	Desclassif.	0
Item.....: 18 - 41772 - PALITO ABAIXADOR DE LÍNGUA. PACOTES COM 100 UNIDADES - Unidade: PCT								
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	THEOTO	500,000	0,0000	2,4300	1.215,00	Venceu	1 *****
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ESTILO	500,000	0,0000	2,4500	1.225,00	Perdeu	2
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	ESTILO	500,000	0,0000	2,5300	1.265,00	Perdeu	3
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Theoto	500,000	0,0000	3,0500	1.525,00	Desclassif.	0
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	ESTILO	500,000	0,0000	3,1100	1.555,00	Desclassif.	0
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	ESTILO	500,000	0,0000	3,3000	1.650,00	Desclassif.	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Theoto	500,000	0,0000	3,3606	1.680,30	Desclassif.	0

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 13/2017		Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		550.703,00					
Licitação.....: 8/2017 - PR									
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL									
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.									
Fornecedor		Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 19		- 36624 - FIXADOR CITOLÓGICO SPRAY 100 ML - Unidade: Fr							
9711	PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ADLIN	500,000	0,0000	4,9500	2.475,00	Venceu	1	****
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	VAGISPEC	500,000	0,0000	4,9800	2.490,00	Perdeu	2	
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	VAGISPEC	500,000	0,0000	5,7300	2.865,00	Perdeu	3	
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Adlin	500,000	0,0000	5,7571	2.878,55	Desclassif.	0	
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Adlin	500,000	0,0000	5,9900	2.995,00	Desclassif.	0	
Item.....: 20		- 35048 - EQUIPO MACRO GOTAS COM INJETOR LATERAL E SUSPIRO - Unidade: UN							
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	TKL	15,000,000	0,0000	0,8090	12.135,00	Venceu	1	****
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	DESCARPAC	15,000,000	0,0000	0,8100	12.150,00	Perdeu	2	
9711	PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LABOR IMPORT	15,000,000	0,0000	0,8300	12.450,00	Perdeu	3	
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Tkl	15,000,000	0,0000	0,8703	13.054,50	Perdeu	4	
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Labor Import	15,000,000	0,0000	0,9900	14.850,00	Desclassif.	0	
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	TKL	15,000,000	0,0000	1,0300	15.450,00	Desclassif.	0	
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	TKL	15,000,000	0,0000	1,0500	15.750,00	Desclassif.	0	
Item.....: 21		- 35049 - EQUIPO MACROGOTAS - Unidade: UN							
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	DESCARPAC	20,000,000	0,0000	0,7900	15.800,00	Venceu	1	****
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Tkl	20,000,000	0,0000	0,8703	17.406,00	Perdeu	2	
9711	PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LABOR IMPORT	20,000,000	0,0000	0,8900	17.800,00	Perdeu	3	
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I		20,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Labor Import	20,000,000	0,0000	0,9900	19.800,00	Desclassif.	0	
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	TKL	20,000,000	0,0000	1,0500	21.000,00	Desclassif.	0	
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	BIOSANI	20,000,000	0,0000	1,1000	22.000,00	Desclassif.	0	

Página: 8/23

# ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		13/2017		Processo Administrativo:		550.703,00		
Licitação.....:		8/2017 - PR		1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 22 - 45455 - SERINGA DESCARTÁVEL 20 ML - Unidade: UN								
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SR	50.000.000	0,0000	0,2790	13.950,00	Venceu	1 *****
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	SR	50.000.000	0,0000	0,2800	14.000,00	Perdeu	2
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	SR	50.000.000	0,0000	0,2890	14.450,00	Perdeu	3
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	SR	50.000.000	0,0000	0,3500	17.500,00	Desclassif.	0
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	BD	50.000.000	0,0000	0,3900	19.500,00	Desclassif.	0
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Descarpack	50.000.000	0,0000	0,4100	20.500,00	Desclassif.	0
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	DESCARPACK	50.000.000	0,0000	0,4100	20.500,00	Desclassif.	0
Item.....: 23 - 45454 - SERINGA DESCARTAVEL 10 ML SEM AGULHA - Unidade: UN								
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SR	50.000.000	0,0000	0,1850	9.250,00	Venceu	1 *****
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	SR	50.000.000	0,0000	0,1860	9.300,00	Perdeu	2
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	SR	50.000.000	0,0000	0,1889	9.445,00	Perdeu	3
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	SR	50.000.000	0,0000	0,2300	11.500,00	Desclassif.	0
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Descarpack	50.000.000	0,0000	0,2400	12.000,00	Desclassif.	0
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	DESCARPACK	50.000.000	0,0000	0,2600	13.000,00	Desclassif.	0
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	BD	50.000.000	0,0000	0,3700	18.500,00	Desclassif.	0
Item.....: 24 - 45459 - SERINGA DESCARTAVEL 5 ML SEM AGULHA - Unidade: UN								
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SR	80.000.000	0,0000	0,1020	8.160,00	Venceu	1 *****
9962	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.	SR	80.000.000	0,0000	0,1030	8.240,00	Perdeu	2
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	SR	80.000.000	0,0000	0,1080	8.640,00	Perdeu	3
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Descarpack	80.000.000	0,0000	0,1300	10.400,00	Desclassif.	0
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	SR	80.000.000	0,0000	0,1300	10.400,00	Desclassif.	0
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	DESCARPACK	80.000.000	0,0000	0,1500	12.000,00	Desclassif.	0
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	BD	80.000.000	0,0000	0,2000	16.000,00	Desclassif.	0

Página: 9/23

# ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		13/2017		Processo Administrativo:		550.703,00											
Licitação.....:		8/2017 - PR		1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE													
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL															
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.															
Fornecedor		Nome do Fornecedor		Marca		Quantidade		Desconto		Preço Unitário		Preço Total		Situação		Classificação	
Item.....: 25		- 45457		- SERINGA DESCARTAVEL 3 ML SEM AGULHA - Unidade: UN													
9711		PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		SR		80.000,000		0,0000		0,0870		6.960,00		Venceu		1 *****	
9962		ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.		SR		80.000,000		0,0000		0,0880		7.040,00		Perdeu		2	
8557		STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA		SR		80.000,000		0,0000		0,1000		8.000,00		Perdeu		3	
7998		METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		Descarpack		80.000,000		0,0000		0,1100		8.800,00		Desclassif.		0	
14092		TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I		SR		80.000,000		0,0000		0,1100		8.800,00		Desclassif.		0	
16331		LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		DESCARPAC		80.000,000		0,0000		0,1400		11.200,00		Desclassif.		0	
13526		DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		BD		80.000,000		0,0000		0,1500		12.000,00		Desclassif.		0	
Item.....: 26		- 28899		- ATADURA DE CREPOM 13 FIOS 08CM X 4.5M ESTIC. E 1.8M EM REP. - Unidade: UN													
16331		LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		ANDREONI		5.000,000		0,0000		0,2700		1.350,00		Venceu		1 *****	
9711		PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		PEROLA		5.000,000		0,0000		0,3300		1.650,00		Perdeu		2	
14092		TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I		PEROLA		5.000,000		0,0000		0,3300		1.650,00		Perdeu		3	
8557		STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA		ERIMAX		5.000,000		0,0000		0,3300		1.650,00		Perdeu		4	
13526		DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		MB		5.000,000		0,0000		0,3400		1.700,00		Perdeu		5	
9962		ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.		Melhorned		5.000,000		0,0000		0,5088		2.544,00		Desclassif.		0	
7998		METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		Biotexil		5.000,000		0,0000		0,6400		3.200,00		Desclassif.		0	
Item.....: 27		- 45900		- SONDA URETRAL Nº8 - Unidade: UN													
13526		DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		MARK MED		10.000,000		0,0000		0,3700		3.700,00		Venceu		1 *****	
8557		STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA		MEDSONDA		10.000,000		0,0000		0,4400		4.400,00		Perdeu		2	
7998		METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		Biosani		10.000,000		0,0000		0,4500		4.500,00		Perdeu		3	
16331		LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME				10.000,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
9711		PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		MEDSONDA		10.000,000		0,0000		0,4700		4.700,00		Desclassif.		0	
14092		TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I		BIOSANI		10.000,000		0,0000		0,4800		4.800,00		Desclassif.		0	
9962		ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.		Biosani		10.000,000		0,0000		0,4820		4.820,00		Desclassif.		0	

Página: 10/23

# ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		Processo Administrativo:		550.703,00				
Licitação.....:		8/2017 - PR		1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 28 - 45891 - SONDA URETRAL N.º 10 - Unidade: UN								
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	MARK MED	10.000,000	0,0000	0,3900	3.900,00	Venceu	1 *****
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Biosani	10.000,000	0,0000	0,4600	4.600,00	Perdeu	2
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	MEDSONDA	10.000,000	0,0000	0,4600	4.600,00	Perdeu	3
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MEDSONDA	10.000,000	0,0000	0,4900	4.900,00	Perdeu	4
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	BIOSANI	10.000,000	0,0000	0,4900	4.900,00	Perdeu	5
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9962	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.	Biosani	10.000,000	0,0000	0,4954	4.954,00	Desclassif.	0
Item.....: 29 - 45898 - SONDA URETRAL N.º 12 - Unidade: UN								
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	MARK MED	10.000,000	0,0000	0,4000	4.000,00	Venceu	1 *****
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Biosani	10.000,000	0,0000	0,4800	4.800,00	Perdeu	2
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	MEDSONDA	10.000,000	0,0000	0,4900	4.900,00	Perdeu	3
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MEDSONDA	10.000,000	0,0000	0,5000	5.000,00	Desclassif.	0
9962	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.	Biosani	10.000,000	0,0000	0,5088	5.088,00	Desclassif.	0
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	BIOSANI	10.000,000	0,0000	0,5100	5.100,00	Desclassif.	0
Item.....: 30 - 45892 - SONDA URETRAL N.º 14 - Unidade: UN								
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	MARK MED	10.000,000	0,0000	0,4300	4.300,00	Venceu	1 *****
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Biosani	10.000,000	0,0000	0,4400	4.400,00	Perdeu	2
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	MEDSONDA	10.000,000	0,0000	0,5000	5.000,00	Perdeu	3
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Biosani	10.000,000	0,0000	0,5222	5.222,00	Perdeu	4
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MEDSONDA	10.000,000	0,0000	0,5300	5.300,00	Desclassif.	0
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	BIOSANI	10.000,000	0,0000	0,5600	5.600,00	Desclassif.	0

Página: 11/23

# ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		13/2017		Processo Administrativo:		550.703,00											
Licitação.....:		8/2017 - PR		1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE													
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL															
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.															
Fornecedor		Nome do Fornecedor		Marca		Quantidade		Desconto		Preço Unitário		Preço Total		Situação		Classificação	
Item.....: 31		-		35292		- ESPÉCULO GINECOLÓGICO PEQUENO DESCARTÁVEL - Unidade: UN											
14092		TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I		CRALPLAST		5.000.000		0,0000		0,6490		3.245,00		Venceu		1 *****	
8557		STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA		CRAL		5.000.000		0,0000		0,6500		3.250,00		Perdeu		2	
9962		ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.		Cral		5.000.000		0,0000		0,7457		3.728,50		Perdeu		3	
7998		METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		Kolplast		5.000.000		0,0000		0,7600		3.800,00		Desclassif.		0	
13526		DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		ADLIN		5.000.000		0,0000		0,8000		4.000,00		Desclassif.		0	
16331		LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		CRAL		5.000.000		0,0000		0,8100		4.050,00		Desclassif.		0	
9711		PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		ADLIN		5.000.000		0,0000		0,8600		4.300,00		Desclassif.		0	
Item.....: 32		-		35291		- ESPÉCULO GINECOLÓGICO MÉDIO DESCARTÁVEL - Unidade: UN											
14092		TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I		CRALPLAST		5.000.000		0,0000		0,6990		3.495,00		Venceu		1 *****	
8557		STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA		CRAL		5.000.000		0,0000		0,7000		3.500,00		Perdeu		2	
9962		ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.		Cral		5.000.000		0,0000		0,8341		4.170,50		Perdeu		3	
7998		METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		Kolplast		5.000.000		0,0000		0,8400		4.200,00		Desclassif.		0	
16331		LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		CRAL		5.000.000		0,0000		0,8600		4.300,00		Desclassif.		0	
13526		DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		ADLIN		5.000.000		0,0000		0,9200		4.600,00		Desclassif.		0	
9711		PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		ADLIN		5.000.000		0,0000		1,0300		5.150,00		Desclassif.		0	
Item.....: 33		-		38636		- KIT GINECOLOGICO CONTENDO(ESPECULO, ESPATULA E ESCOVINHA) - Unidade: KIT											
7998		METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		Kolplast		5.000.000		0,0000		1,1900		5.950,00		Venceu		1 *****	
14092		TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I		CRALPLAST		5.000.000		0,0000		1,2000		6.000,00		Perdeu		2	
13526		DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		VAGISPEC		5.000.000		0,0000		1,6000		8.000,00		Perdeu		3	
16331		LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME				5.000.000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
9711		PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		ADLIN		5.000.000		0,0000		1,8000		9.000,00		Desclassif.		0	
9962		ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.		Adlin		5.000.000		0,0000		1,8075		9.037,50		Desclassif.		0	
8557		STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA		VAGISPEC		5.000.000		0,0000		79,4900		397.450,00		Desclassif.		0	

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)


**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE
 www.diariomunicipal.sc.gov.br

Página: 14/23

# ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		13/2017		Processo Administrativo:		1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		550.703,00	
Licitação.....:		8/2017 - PR							
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação	
Item.....: 40 - 32996 - COLETOR PEREURO CORTANTE 7 LITROS COM 10 UNIDADES EM PAPELÃO - Unidade: CXA									
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	SAFEPACK	1.200,000	0,0000	23,1800	27.816,00	Venceu	1 *****	
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	DESCARBOX	1.200,000	0,0000	24,9000	29.880,00	Perdeu	2	
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Descarbox	1.200,000	0,0000	25,4380	30.525,60	Perdeu	3	
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	DESCARBOX	1.200,000	0,0000	26,1500	31.380,00	Desclassif.	0	
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Descarbox	1.200,000	0,0000	26,3200	31.584,00	Desclassif.	0	
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	DESCARBOX	1.200,000	0,0000	26,4000	31.680,00	Desclassif.	0	
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	DESCARBOX	1.200,000	0,0000	36,0000	43.200,00	Desclassif.	0	
Item.....: 41 - 37092 - FRASCO DE PLÁSTICOS OU MATERIAL SIMILAR OPACO. CAPACIDADE - Unidade: PCT									
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	J.PROLAB	100,000	0,0000	23,8000	2.380,00	Venceu	1 *****	
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Cral	100,000	0,0000	23,9000	2.390,00	Perdeu	2	
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CRAL	100,000	0,0000	24,5000	2.450,00	Perdeu	3	
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	J PROLAB	100,000	0,0000	27,6000	2.760,00	Perdeu	4	
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Cral	100,000	0,0000	28,1200	2.812,00	Desclassif.	0	
Item.....: 42 - 45465 - SERINGA FIXA DESCARTAVEL COM 1 ML E AGULHA (NÃO REMOVIVEL - Unidade: UN									
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	VACUPLAST	20.000,000	0,0000	0,2600	5.200,00	Venceu	1 *****	
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SOLIDOR	20.000,000	0,0000	0,2900	5.800,00	Perdeu	2	
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	CRAL/VACUPLAST	20.000,000	0,0000	0,3500	7.000,00	Perdeu	3	
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	SOLIDOR	20.000,000	0,0000	0,3700	7.400,00	Desclassif.	0	
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	SR	20.000,000	0,0000	0,3816	7.632,00	Desclassif.	0	
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Solidor	20.000,000	0,0000	0,4100	8.200,00	Desclassif.	0	
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	BD	20.000,000	0,0000	0,4900	9.800,00	Desclassif.	0	

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Página: 16/23

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 13/2017		Processo Administrativo: 550.703,00						
Licitação.....:	8/2017 - PR	1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 46 - 411047125 - ALCOOL GEL 70 % COM 500 ML OU GRAMAS (USO HOSPITAL OU FARMAC - Unidade: UN								
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	DGL	1.000,000	0.0000	4,3000	4.300,00	Venceu	1 *****
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Da Ilha	1.000,000	0.0000	4,3500	4.350,00	Perdeu	2
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Flop's	1.000,000	0.0000	4,4900	4.490,00	Perdeu	3
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		1.000,000	0.0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I		1.000,000	0.0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		1.000,000	0.0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	D'ILHA	1.000,000	0.0000	5,3900	5.390,00	Desclassif.	0
Item.....: 47 - 44862 - ROLO ESPARADRAPO 5 CM X 4,5 M. - Unidade: ROLO								
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	MISSNER	3.000,000	0.0000	2,7600	8.280,00	Venceu	1 *****
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MISSNER	3.000,000	0.0000	2,7700	8.310,00	Perdeu	2
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	MISSNER	3.000,000	0.0000	2,7790	8.337,00	Perdeu	3
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Missner	3.000,000	0.0000	2,8500	8.550,00	Perdeu	4
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Missner	3.000,000	0.0000	2,8900	8.670,00	Perdeu	5
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	MISSNER	3.000,000	0.0000	3,2400	9.720,00	Desclassif.	0
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	MISSNER	3.000,000	0.0000	3,5200	10.560,00	Desclassif.	0
Item.....: 48 - 38868 - LÂMINA DE VIDRO P/ MICROSCOPIA FOSCA 26 X 76 MM C/ 100 UNIC - Unidade: CXA								
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	PRECISION	1.000,000	0.0000	2,5500	2.550,00	Venceu	1 *****
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LABOR IMPORT	1.000,000	0.0000	3,1500	3.150,00	Perdeu	2
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Adlin	1.000,000	0.0000	3,2300	3.230,00	Perdeu	3
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		1.000,000	0.0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	ADLIN	1.000,000	0.0000	3,4000	3.400,00	Desclassif.	0
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	VAGISPEC	1.000,000	0.0000	3,7900	3.790,00	Desclassif.	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Global Trade	1.000,000	0.0000	7,8994	7.899,40	Desclassif.	0

# ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		13/2017		Processo Administrativo:		550.703,00											
Licitação.....:		8/2017 - PR		1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE													
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL															
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.															
Fornecedor		Nome do Fornecedor		Marca		Quantidade		Desconto		Preço Unitário		Preço Total		Situação		Classificação	
<b>Item.....: 49 - 29017 - AVENTAL DESCARTÁVEL COM MANGA LONGA, EM TNT OU SIMILAR. - Unidade: UN</b>																	
13526		DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		BIOLAND		8.000.000		0,0000		1,0500		8.400,00		Venceu		1 *****	
9711		PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		SKY		8.000.000		0,0000		1,2600		10.080,00		Perdeu		2	
9962		ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.		Medgauze		8.000.000		0,0000		1,2719		10.175,20		Perdeu		3	
14092		TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I		JARC		8.000.000		0,0000		1,3100		10.480,00		Desclassif.		0	
8557		STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA		INNOVA		8.000.000		0,0000		1,3400		10.720,00		Desclassif.		0	
16331		LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		CLEAN		8.000.000		0,0000		1,4000		11.200,00		Desclassif.		0	
7998		METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		Sky		8.000.000		0,0000		1,4400		11.520,00		Desclassif.		0	
<b>Item.....: 50 - 39252 - LENCOL PARA MACA COM ELÁSTICO EM TNT OU SIMILAR - Unidade: UN</b>																	
9711		PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		ANADONA		8.000.000		0,0000		0,7980		6.384,00		Venceu		1 *****	
14092		TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I		JARC		8.000.000		0,0000		0,7990		6.392,00		Perdeu		2	
8557		STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA		ANADONA		8.000.000		0,0000		0,8300		6.640,00		Perdeu		3	
9962		ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.		Medgauze		8.000.000		0,0000		0,8400		6.720,00		Perdeu		4	
13526		DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA				8.000.000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
16331		LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		CLEAN		8.000.000		0,0000		1,0500		8.400,00		Desclassif.		0	
7998		METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		Sky		8.000.000		0,0000		1,0700		8.560,00		Desclassif.		0	
<b>Item.....: 51 - 46722 - TERMOMETRO CLÍNICO DIGITAL - Unidade: UN</b>																	
9711		PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		MEDEQCO		500.000		0,0000		8,9000		4.450,00		Venceu		1 *****	
9962		ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.		Lamedid-Solidor-Proc		500.000		0,0000		9,0000		4.500,00		Perdeu		2	
7998		METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		Accumed		500.000		0,0000		12,1400		6.070,00		Perdeu		3	
13526		DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA				500.000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
14092		TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I				500.000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
16331		LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME				500.000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0	
8557		STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA		G.TECH		500.000		0,0000		14,2800		7.140,00		Desclassif.		0	

Página: 18/23

# ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 13/2017		Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		550.703,00				
Licitação.....: 8/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 52 - 29780 - BOBINA DE PAPEL GRAU CIRURGICO 20X100 (CMXM) - Unidade: BOB								
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	HOSPFLX	50,000	0,0000	58,0000	2.900,00	Venceu	1 *****
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	VITAL PACK	50,000	0,0000	58,8000	2.940,00	Perdeu	2
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	HOSPFLX	50,000	0,0000	68,6700	3.433,50	Perdeu	3
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	POLLITEX	50,000	0,0000	71,0600	3.553,00	Desclassif.	0
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	HOSPFLX	50,000	0,0000	72,2400	3.612,00	Desclassif.	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Harbo	50,000	0,0000	91,0430	4.552,15	Desclassif.	0
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Duotec	50,000	0,0000	95,0200	4.751,00	Desclassif.	0
Item.....: 53 - 29783 - BOBINA DE PAPEL GRAU CIRURGICO PARA ESTERILIZAÇÃO 5X100 (CM - Unidade: BOB								
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	HOSPFLX	100,000	0,0000	14,0000	1.400,00	Venceu	1 *****
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	POLLITEX	100,000	0,0000	14,1900	1.419,00	Perdeu	2
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	HOSPFLX	100,000	0,0000	18,1300	1.813,00	Perdeu	3
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	VITAL PACK	100,000	0,0000	18,8800	1.888,00	Desclassif.	0
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	HOSPFLX	100,000	0,0000	19,0700	1.907,00	Desclassif.	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Harbo	100,000	0,0000	21,4219	2.142,19	Desclassif.	0
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Duotec	100,000	0,0000	23,7500	2.375,00	Desclassif.	0
Item.....: 54 - 411047126 - CAIXAS DE ENVELOPES AUTOSELANTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO 140 - Unidade: CXA								
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	HOSPFLX	100,000	0,0000	32,9500	3.295,00	Venceu	1 *****
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	SIGMA	100,000	0,0000	33,0000	3.300,00	Perdeu	2
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	HOSPFLX	100,000	0,0000	44,7300	4.473,00	Perdeu	3
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Vedamax	100,000	0,0000	57,4800	5.748,00	Desclassif.	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Zermatt	100,000	0,0000	70,2000	7.020,00	Desclassif.	0

Página: 19/23

# ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 13/2017		Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		550.703,00				
Licitação.....: 8/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 55 - 411047127 - CAIXAS DE ENVELOPES AUTOSELANTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO 90X2 - Unidade: CXA								
8557	STARME ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	SIGMA	100,000	0,0000	19,0000	1.900,00	Venceu	1 *****
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	HOSPFLEX	100,000	0,0000	19,5000	1.950,00	Perdeu	2
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	HOSPFLEX	100,000	0,0000	29,3300	2.933,00	Perdeu	3
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Não Cotamos	100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Vedamax	100,000	0,0000	39,9000	3.990,00	Desclassif.	0
Item.....: 56 - 31117 - CAIXAS DE ENVELOPES AUTOSELANTE EM PAPEL GRAU - Unidade: CXA								
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	HOSPFLEX	500,000	0,0000	65,9900	32.995,00	Venceu	1 *****
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Não Cotamos	500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	HOSPFLEX	500,000	0,0000	77,0000	38.500,00	Desclassif.	0
8557	STARME ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	SIGMA	500,000	0,0000	84,6000	42.300,00	Desclassif.	0
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Vedamax	500,000	0,0000	153,7000	76.850,00	Desclassif.	0
Item.....: 57 - 35577 - EVELOPES DE ELETRODOS DESCARTAVEIS PARA ECG, MEDINDO - Unidade: Env.								
8557	STARME ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	VITALCOR	10,000,000	0,0000	6,9500	69.500,00	Venceu	1 *****
9962	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.	Maxicor	10,000,000	0,0000	7,0000	70.000,00	Perdeu	2
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Maxicor	10,000,000	0,0000	8,0400	80.400,00	Perdeu	3
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		10,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	MAXICOR	10,000,000	0,0000	8,1200	81.200,00	Desclassif.	0
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SKINTACK	10,000,000	0,0000	10,4600	104.600,00	Desclassif.	0
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	3M	10,000,000	0,0000	15,8000	158.000,00	Desclassif.	0

Página: 20/23

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 13/2017		Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		550.703,00				
Licitação.....: 8/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 58 - 48366 - VASELINA COM 1.000 ML - Unidade: LT								
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	RICIE	100,000	0,0000	17,0000	1.700,00	Venceu	1 *****
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Vic Pharma	100,000	0,0000	17,5000	1.750,00	Perdeu	2
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	DESYDRATER	100,000	0,0000	17,5200	1.752,00	Perdeu	3
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Vicpharma	100,000	0,0000	22,6800	2.268,00	Desclassif.	0
Item.....: 59 - 41957 - PAPEL CREPADO P/ ESTERILIZAÇÃO 40 X 40CM CAIXA C/ 500 UNID - Unidade: CXA								
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	HOSPFLEX	50,000	0,0000	68,0000	3.400,00	Venceu	1 *****
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	HOSPFLEX	50,000	0,0000	86,0000	4.300,00	Desclassif.	0
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Hospflex	50,000	0,0000	109,1300	5.456,50	Desclassif.	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Hospflex	50,000	0,0000	113,8037	5.690,19	Desclassif.	0
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	POLARFIX	50,000	0,0000	118,0000	5.900,00	Desclassif.	0
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	VITAL PACK	50,000	0,0000	121,0000	6.050,00	Desclassif.	0
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	POLARFIX	50,000	0,0000	132,6900	6.634,50	Desclassif.	0
Item.....: 60 - 44865 - ROLO FITA MICROPORE 10 CM X 4,5M - Unidade: ROLO								
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	CRAL	5,000,000	0,0000	3,3700	16.850,00	Venceu	1 *****
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MISSNER	5,000,000	0,0000	4,0800	20.400,00	Perdeu	2
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Missner	5,000,000	0,0000	4,2844	21.422,00	Perdeu	3
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	CIEX	5,000,000	0,0000	4,3000	21.500,00	Desclassif.	0
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	Missner	5,000,000	0,0000	4,7300	23.650,00	Desclassif.	0
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	MISSNER	5,000,000	0,0000	5,0700	25.350,00	Desclassif.	0
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	3M	5,000,000	0,0000	12,8800	64.400,00	Desclassif.	0

# ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 13/2017										Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE										550.703,00									
Licitação.....: 8/2017 - PR																													
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL																													
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.																													
Fornecedor		Nome do Fornecedor				Marca		Quantidade		Desconto		Preço Unitário		Preço Total		Situação		Classificação											
Item.....: 61		-		44839		- ROLO DE FITA MICROPORE 5 CM X 4,5 M - Unidade: ROLO																							
14092		TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I				CRAL		5,000,000		0,0000		1,8800		9.400,00		Venceu		1 *****											
9711		PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				MISSNER		5,000,000		0,0000		2,5200		12.600,00		Perdeu		2											
9962		ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.				Missner		5,000,000		0,0000		2,6376		13.188,00		Perdeu		3											
16331		LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME				MISSNER		5,000,000		0,0000		2,9700		14.850,00		Desclassif.		0											
7998		METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA				Missner		5,000,000		0,0000		3,0800		15.400,00		Desclassif.		0											
8557		STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA				CIEX		5,000,000		0,0000		3,2000		16.000,00		Desclassif.		0											
13526		DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA				3M		5,000,000		0,0000		6,4400		32.200,00		Desclassif.		0											
Item.....: 62		-		37775		- HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% FRASCO C/ 1.000 ML. - Unidade: Fr																							
9711		PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				DGL		200,000		0,0000		3,1000		620,00		Venceu		1 *****											
9962		ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.				Vic Pharma		200,000		0,0000		3,1500		630,00		Perdeu		2											
7998		METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA				Vicpharma		200,000		0,0000		5,3900		1.078,00		Perdeu		3											
8557		STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA						200,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0											
13526		DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA						200,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0											
14092		TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I						200,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0											
16331		LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME						200,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0											
Item.....: 63		-		27855		- AGULHA DESCARTÁVEL 25 X 6 CAIXA COM 100 UNIDADES - Unidade: CXA																							
9711		PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				SR		240,000		0,0000		25,9500		6.228,00		Venceu		1 *****											
8557		STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA				SR		240,000		0,0000		26,0000		6.240,00		Perdeu		2											
7998		METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						240,000		0,0000		0,0000		0,00		Não cotou		0											
9962		ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.				Lamedid-Solidor-Prox		240,000		0,0000		5,5800		1.339,20		Inabilitado		0											
14092		TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I				NPH		240,000		0,0000		40,0000		9.600,00		Inabilitado		0											
16331		LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME				NPH		240,000		0,0000		40,5000		9.720,00		Desclassif.		0											
13526		DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA				BD		240,000		0,0000		42,0000		10.080,00		Desclassif.		0											

Página: 22/23

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		Processo Administrativo:		550.703,00				
Licitação.....:		8/2017 - PR		1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 64 - 27857 - AGULHA DESCARTAVEL 25X7 CAIXA COM 100 UNIDADES - Unidade: CXA								
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MILLENIUM	1.000,000	0,0000	22,9500	22.950,00	Venceu	1 *****
8557	STARME ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	SR	1.000,000	0,0000	23,0000	23.000,00	Perdeu	2
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	NPH	1.000,000	0,0000	40,0000	40.000,00	Perdeu	3
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		1.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Lamedid-Solidor-Proc	1.000,000	0,0000	6,6100	6.610,00	Inabilitado	0
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	NPH	1.000,000	0,0000	40,5000	40.500,00	Desclassif.	0
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	BD	1.000,000	0,0000	42,0000	42.000,00	Desclassif.	0
Item.....: 65 - 27860 - AGULHA DESCARTAVEL 30 X 8 CAIXA COM 100 UNIDADES - Unidade: CXA								
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MILLENIUM	240,000	0,0000	24,0000	5.760,00	Venceu	1 *****
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	NPH	240,000	0,0000	40,0000	9.600,00	Perdeu	2
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME	NPH	240,000	0,0000	40,5000	9.720,00	Perdeu	3
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		240,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Lamedid-Solidor-Proc	240,000	0,0000	6,6100	1.586,40	Inabilitado	0
8557	STARME ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	SR	240,000	0,0000	41,7400	10.017,60	Desclassif.	0
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	BD	240,000	0,0000	42,0000	10.080,00	Desclassif.	0
Item.....: 66 - 45468 - SERINGA FIXA DESCARTAVEL E AGULHA PARA INSULINA - Unidade: UN								
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MILLENIUM	10.000,000	0,0000	0,4900	4.900,00	Venceu	1 *****
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
8557	STARME ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA		10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Não Cotamos	10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	SOLIDOR	10.000,000	0,0000	0,3900	3.900,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	13/2017	Processo Administrativo:	550.703,00
Licitação.....:	8/2017 - PR	1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL		
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA E LABORATÓRIO MUNICIPAL, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 67	- 45469	- SERINGA P/ INSULINA COM AGULHA 12.7X0.30 (LONGA) CAP 100 UI. - Unidade: UN						
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MILLENIU	10.000,000	0,0000	0,4900	4.900,00	Venceu	1 *****
8557	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	SOL MILLENIU,	10.000,000	0,0000	1,0000	10.000,00	Perdeu	2
13526	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	BD	10.000,000	0,0000	1,3800	13.800,00	Perdeu	3
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	Não Cotamos	10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16331	LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI - ME		10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
14092	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES I	SOLIDOR	10.000,000	0,0000	0,4000	4.000,00	Inabilitado	0

Canoinhas, Em	...../...../.....
MARCIANO FERNANDES CORREA -	..... - Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFSCHECK -	..... - SUPLENTE PREGOEIRO
ADILSON FERNANDO RIBEIRO -	..... - EQUIPE DE APOIO
KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT -	..... - SUPLENTE EQUIPE DE APOIO
MARINA HAAG -	..... - 25.933/SC

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 12/2017 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 17/2017  
Licitação.....: 12/2017 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APREENSÃO, TRANSPORTE, RECOLHIMENTO E HOSPEDAGEM EM DEPENDÊNCIAS PRÓPRIAS, DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE (EQUINOS, CAPRINOS, OVINOS, MUARES, ASININOS, SUINOS, ETC) ENCONTRADOS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS, LOCAIS DE ACESSO PÚBLICO OU EM LOCAL INDEVIDO.

Processo Administrativo: 23.938,68  
Total dos Itens Vencedores: 23.938,68

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 16339	- RECOLHIMENTO DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE -	Unidade: MES					
12659	LUIZIOMAR GONÇALVES FERNANDES 39952320949		12,000	0,0000	1.994,8900	23.938,68	Venceu	1 *****

Candinhas, Em .....

MARCIANO FERNANDES CORREA - ..... - Pregoeiro(a)  
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - ..... - SUPLENTE PREGOEIRO  
ADILSON FERNANDO RIBEIRO - ..... - EQUIPE DE APOIO  
KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT - ..... - SUPLENTE EQUIPE DE APOIO  
MARINA HAAG - ..... - 25.933/SC

## Página: 1/1

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

**Processo Administrativo:**

Item.....: 1 - 34044 - CPU PARA COMPUTADOR - Unidade: UN

Canoinhas,	Em	...../...../.....
MARCIANO FERNANDES CORREA -		- Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -		- SUPLENTE PREGOEIRO
ADILSON FERNANDO RIBEIRO -		- EQUIPE DE APOIO
MARINA DE CASSIA KOHLER WENDT -		- SUPLENTE EQUIPE DE APOIO
MARINA HAAG -		- 25933/SC

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 1081**

RESOLUÇÃO Nº 1.081, de 12/04/2017

"CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Vereador Wilmar Sudoski, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas faz saber, que o Plenário aprovou e eu promulgo a seguinte:

**RESOLUÇÃO**

Art. 1º Fica concedido, a reposição salarial de 6,58% (seis vírgula cinquenta e oito por cento) na remuneração dos servidores do Quadro de cargos de provimento em comissão do Poder Legislativo de Canoinhas/SC.

Parágrafo Único. A reposição concedida no caput deste artigo refere-se ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado do período de janeiro/2016 à dezembro/2016.

Art. 2º As despesas desta Lei correrão por conta das dotações do orçamento do Legislativo Municipal.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de janeiro de 2017 .

Canoinhas, 12 de Abril de 2017.

Wilmar Sudoski

Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 12/04/2017.

José Luiz Lacowicz

Secretário Legislativo

## Capinzal

## PREFEITURA

## FIA CONTRATO 0001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESC. DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
<p>Contrato Nº...: 0001/2017 Contratante...: FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESC. DE CAPINZAL Contratada...: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL Valor ..... : 44.460,00 (quarenta e quatro mil quatrocentos e sessenta reais) Vigência ..... : Início: 13/04/2017 Término: 31/12/2017 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2017 Processo_Licitatório....: 0002 / 2017 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para iniciação profissional, destinada a crianças e adolescentes matriculados no Ensino Fundamental (8º e 9º ano) e médio (1º ano) das redes Municipal e Estadual de Ensino de Capinzal/SC, adolescentes em situação de acolhimento (CIALAR), adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (LAPESC), bem como egressos. Com Recursos do FIA</p>		
Capinzal, 17 de Abril de 2017		

## FME CONTRATO 0001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
<p>Contrato Nº...: 0001/2017 Contratante...: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL Contratada...: ALEXANDRE NEWTON MOSLINGER ME Valor ..... : 28.626,00 (vinte e oito mil seiscentos e vinte e seis reais) Vigência ..... : Início: 17/04/2017 Término: 17/04/2018 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2017 Processo Licitatório....: 0001 / 2017 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material esportivo para uso nas escolinhas municipais e campeonatos esportivos, promovidos pela Fundação Municipal de Esportes. Com Recursos Próprios</p>		
Capinzal, 17 de Abril de 2017		

## FME CONTRATO 0002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		

Contrato Nº.: 0002/2017  
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL  
Contratada.: ASTOR STAUDT ME  
Valor ..... : 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 17/04/2017 Término: 17/04/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2017  
Processo Licitatório.....: 0001 / 2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material esportivo para uso nas escolinhas municipais e campeonatos esportivos, promovidos pela Fundação Municipal de Esportes. Com Recursos Próprios

Capinzal, 17 de Abril de 2017

### FMS CONTRATO 0028/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAÚDE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0028/2017  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE CAPINZAL  
Contratada.: JARDIM COSMETICOS LTDA - ME  
Valor ..... : 6.048,00 (seis mil e quarenta e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 12/04/2017 Término: 12/04/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0003/2017  
Processo Licitatório.....: 0010 / 2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldade de deglutição, desnutrição e outros sintomas provenientes de problemas de saúde, para posterior distribuição aos pacientes atendidos pela Secretaria da Saúde do Município de Capinzal. Com Recursos Próprios

Capinzal, 17 de Abril de 2017

### FMS CONTRATO 0029/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAÚDE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0029/2017  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE CAPINZAL  
Contratada.: LITORAL COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI  
Valor ..... : 6.042,00 (seis mil e quarenta e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 12/04/2017 Término: 12/04/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0003/2017  
Processo Licitatório.....: 0010 / 2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldade de deglutição, desnutrição e outros sintomas provenientes de problemas de saúde, para posterior distribuição aos pacientes atendidos pela Secretaria da Saúde do Município de Capinzal. Com Recursos Próprios

Capinzal, 17 de Abril de 2017

**FMS CONTRATO 0030/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0030/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada...: MARIOLECI CASAGRANDE &amp; CIA LTDA - EPP

Valor ..... : 11.640,00 (onze mil seiscentos e quarenta reais)

Vigência ..... : Início: 12/04/2017 Término: 12/04/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0003/2017

Processo Licitatório.....: 0010 / 2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldade de deglutição, desnutrição e outros sintomas provenientes de problemas de saúde, para posterior distribuição aos pacientes atendidos pela Secretaria da Saúde do Município de Capinzal. Com Recursos Próprios

Capinzal, 17 de Abril de 2017

**FMS CONTRATO 0031/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0031/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada...: MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA

Valor ..... : 31.000,00 (trinta e um mil reais)

Vigência ..... : Início: 12/04/2017 Término: 12/04/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0003/2017

Processo Licitatório.....: 0010 / 2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldade de deglutição, desnutrição e outros sintomas provenientes de problemas de saúde, para posterior distribuição aos pacientes atendidos pela Secretaria da Saúde do Município de Capinzal. Com Recursos Próprios

Capinzal, 17 de Abril de 2017

**FMS CONTRATO 0032/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0032/2017 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada.: METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA Valor ..... : 2.430,00 (dois mil quatrocentos e trinta reais) Vigência ..... : Início: 12/04/2017 Término: 12/04/2018 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0003/2017 Processo Licitatório....: 0010 / 2017 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldade de deglutição, desnutrição e outros sintomas provenientes de problemas de saúde, para posterior distribuição aos pacientes atendidos pela Secretaria da Saúde do Município de Capinzal. Com Recursos Próprios		
Capinzal, 17 de Abril de 2017		

**FMS CONTRATO 0033/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0033/2017 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada.: NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA Valor ..... : 23.116,64 (vinte e três mil cento e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos) Vigência ..... : Início: 12/04/2017 Término: 12/04/2018 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0003/2017 Processo Licitatório....: 0010 / 2017 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldade de deglutição, desnutrição e outros sintomas provenientes de problemas de saúde, para posterior distribuição aos pacientes atendidos pela Secretaria da Saúde do Município de Capinzal. Com Recursos Próprios		
Capinzal, 17 de Abril de 2017		

**PMC CONTRATO 0112/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0112/2017 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada.: CBB IND. E COM. DE ASFALTOS E ENG. LTDA. Valor ..... : 192.900,00 (cento e noventa e dois mil e novecentos reais) Vigência ..... : Início: 17/04/2017 Término: 17/04/2018 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0044/2017 Processo Licitatório....: 0059 / 2017 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Emulsão Asfáltica tipo RM-1C para recuperação de diversas ruas do Município de Capinzal. Com Recursos Próprios		
Capinzal, 17 de Abril de 2017		

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0066/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0050/2017****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0066/2017  
Pregão Presencial Nº 0050/2017

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Oxigênio Medicinal para recarga de cilindros das Unidades de Saúde e Ambulâncias, para uso de pacientes que realizam Oxigenoterapia Domiciliar e para uso do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal. Com Recursos Próprios da Secretaria da Saúde e FUNREBOM.

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 02/05/2017.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:** Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zóccoli, 155 - Centro.

Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

Capinzal, 18 de Abril de 2017.

**HILÁRIO CHIAMOLERA**

Secretário de Administração e Finanças Interino

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0067/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0051/2017****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0067/2017  
Pregão Presencial Nº 0051/2017

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de construção diversos, para execuções diversas relacionadas à Secretaria de Infraestrutura (consertos, reformas, reparos e manutenção na Área de Lazer, Rodoviária Municipal, Praças, Cemitérios, manutenção na Área Urbana e Interior do Município de Capinzal. Com Recursos Próprios

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 02/05/2017.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:** Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zóccoli, 155 - Centro.

Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

Capinzal, 18 de Abril de 2017.

**SANDRO LUIZ TOALDO**

Secretário de Infraestrutura

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 005, DE 2017****COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

Parecer de Redação Final sobre o Projeto de Lei nº 005, de 2017.

O Projeto de Lei nº 005, de 2017, de origem do Poder Executivo, que autoriza o Município de Capinzal a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Segurança Pública para confecção de Cédula de Identidade no Município, após aprovado conclusivamente nesta Comissão, a ela retorna para elaboração da Redação Final.

Para adequar o texto do Projeto aos requisitos da técnica legislativa, foram promovidas correções de linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto, a esta Comissão, o parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 005, de 2017.

**PROJETO DE LEI Nº 005, DE 17 DE MARÇO DE 2017.**

Autoriza o Município de Capinzal a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Segurança Pública para confecção de cédula de Identidade no Município.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com

o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria da Segurança Pública, visando à conjugação de esforços para a confecção de cédulas de identidade no Município.

**Art. 2º** As despesas decorrentes com o cumprimento da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias do orçamento municipal vigente.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, 11 de abril de 2017.

Vereadores

**RENATO MARCELO MARKUS**  
Relator e Presidente

Os membros acompanham o voto do Relator

**ALCIDIR AFONSO CORONETTI**  
Membro

**CARLOS ADRIANO ZOCOLI**  
Membro

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 006, DE 2017**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Parecer de Redação Final sobre o Projeto de Lei nº 006, de 2017.

O Projeto de Lei nº 006, de 2017, de origem do Poder Executivo, que altera o art. 2º da Lei nº 3.237, de 23 de março de 2017, que autoriza o Município de Capinzal a efetuar despesas com a Associação dos Acadêmicos de Capinzal (ACAP), após aprovado conclusivamente nesta Comissão, a ela retorna para elaboração da Redação Final.

Para adequar o texto do Projeto aos requisitos da técnica legislativa, foram promovidas correções de linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto, a esta Comissão, o parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 006, de 2017.

PROJETO DE LEI Nº 006, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

Altera o art. 2º da Lei nº 3.237, de 23 de março de 2017, que autoriza o Município de Capinzal a efetuar despesas com a Associação dos Acadêmicos de Capinzal (ACAP).

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 3.237, de 23 de março de 2017, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 2º A finalidade das despesas de que trata a presente Lei será, exclusivamente, para o atendimento de custeio com o transporte de estudantes do ensino médio técnico profissionalizante e superior, residentes no Município de Capinzal e matriculados nos cursos que não são oferecidos pelas Instituições de Ensino de Capinzal”(NR).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores, 11 de abril de 2017.

Vereadores

ALCIDIR AFONSO CORONETTI  
Relator

Os membros acompanham o voto do Relator

RENATO MARCELO MARKUS  
Presidente

CARLOS ADRIANO ZCOLI Membro

**PORTARIA Nº 08, DE 12 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº 08, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a nomeação para o cargo efetivo de Técnico em Contabilidade e dá outras providências

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso de suas atribuições regimentais, conferidas pelos arts. 53, III, a e b, e 54, II, do Regimento Interno, e na forma da Lei, em especial à Lei Complementar Municipal nº 006, de 1991, que estabelece o Estatuto e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Capinzal, RESOLVE:

Art. 1º Nomear em caráter efetivo, nos termos do art. 11, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 1991, o Sr. RONALDO

CRIPPA, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade RG nº 1.556.665 e inscrito no CPF sob o nº 660.312.069-00, para o cargo de TÉCNICO EM CONTABILIDADE, em virtude de sua aprovação em 1º (primeiro) lugar no concurso de nº 01, de 2016, homologado em 30 de junho de 2016.

Art. 2º O nomeado terá o prazo de trinta (30) dias, a contar da publicação da presente Portaria, para tomar posse no cargo, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 1991.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigência na data de sua publicação, com os seus efeitos surtindo à partir do dia 12 de abril de 2017.

Câmara de Vereadores, em 12 de abril de 2017.  
Vereador Gilmar Junior da Silveira  
Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Vereador Gilmar Junior da Silveira  
Presidente

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL****BALANCETE FINANCEIRO - POR CATEGORIA ECONÔMICA - FEVEREIRO/2017**

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Período: Fevereiro  
Página: 1

**SANTA CATARINA**  
**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>596.449,05</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>413.217,21</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.427,71	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>413.217,21</b>
RECEITA PATRIMONIAL	18.492,34	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	232.308,76
RECEITA DE SERVIÇOS	511.840,35	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	119.438,45
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	58.688,65	INVESTIMENTOS	61.470,00
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>926.263,44</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>913.993,62</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	86.078,56	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	82.128,90
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	415.279,32	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	413.024,06
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	7.898,15	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	12.713,75
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	417.007,41	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	255.094,34
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	151.032,57
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>2.381.773,99</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>2.577.275,65</b>
BANCO C/ MOVIMENTO	2.237.122,33	BANCO C/ MOVIMENTO	2.431.704,89
BANCOS C/ VINCULADAS	7.645,77	BANCOS C/ VINCULADAS	7.645,77
POUPANÇA	137.005,89	POUPANÇA	137.924,99
<b>TOTAL</b>	<b>3.904.486,48</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.904.486,48</b>

CAPINZAL, 12/04/2017

SIDNEI PENZO  
DIRETOR

MARIZA BRESSAN R. DE MORAES  
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1

**SANTA CATARINA****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Período: Março  
Página: 1

**BALANCETE FINANCEIRO - POR CATEGORIA ECONÔMICA - MARÇO/2017**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>632.913,99</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>416.030,49</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.288,98	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	416.030,49
RECEITA DE SERVIÇOS	603.888,05	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	210.264,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.736,96	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	64.796,24
		INVESTIMENTOS	140.970,00
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.023.465,10</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.100.877,86</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	92.713,69	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	84.410,59
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	416.806,59	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	499.383,43
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	9.835,81	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	14.651,41
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	504.109,01	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	493.747,43
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	8.685,00
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>2.577.275,65</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>2.716.746,39</b>
BANCO C/ MOVIMENTO	2.431.704,89	BANCO C/ MOVIMENTO	2.571.175,63
BANCOS C/ VINCULADAS	7.645,77	BANCOS C/ VINCULADAS	7.645,77
POUPANÇA	137.924,99	POUPANÇA	137.924,99
<b>TOTAL</b>	<b>4.233.654,74</b>	<b>TOTAL</b>	<b>4.233.654,74</b>

CAPINZAL, 12/04/2017

SIDNEI PENZO  
DIRETOR

MARIZA BRESSAN R. DE MORAES  
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1

# Catanduvras

## PREFEITURA

**AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO N° 0045/2017 - PREGÃO N° 0037/2017****AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0045/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 0037/2017

Objeto: Contratação de serviços dos profissionais na área do coral infanto-juvenil e violão por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 03 de maio de 2017.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 17 de abril de 2017, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvras.sc.gov.br](http://www.catanduvras.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvras – SC, 17 de abril de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO N° 0046/2017 - PREGÃO N° 0038/2017****AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0046/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 0038/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR HORA TRABALHADA, DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA, DE FIAÇÃO DE TELEFONIA E CABEAMENTO DE REDE, VISANDO A MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E POLÍCIA MILITAR.

Abertura das Propostas: 16h15min, do dia 03 de maio de 2017.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 17 de abril de 2017, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvras.sc.gov.br](http://www.catanduvras.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvras – SC, 17 de abril de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### CP 002/2017 PCS

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

### AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2017 PCS

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para a rede Municipal de Ensino, conforme relação especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Credenciamento: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 03/05/2017.

Abertura: dia 03/05/2017, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 18 de abril de 2017.

GLAUBER BURTET,  
Prefeito Municipal.

### Lei n. 1.403/2017

Lei nº 1.403, de 17 de abril de 2017.

Dispõe sobre alteração do Anexo III do Plano Diretor do Município de Caxambu do Sul/SC (Lei n. 1.156/2013) para alterar o zoneamento municipal e o perímetro urbano do município, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, faz saber a todos os habitantes deste Município que o Poder Legislativo votou e aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo III do Plano Diretor Municipal (Lei n. 1.156/2013) conforme conteúdo do Anexo I da presente Lei e definidas as alterações no Mapa do Macrozoneamento – Núcleo Urbano e o Perímetro Urbano conforme Mapa, Anexo I, da presente Lei.

Art. 2º O Memorial Descritivo, Anexo II da presente lei, serve a complementar as informações do Anexo I e passa a integrar o Plano Diretor Municipal sob a rubrica "Anexo III-A"

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul, SC, 17 de abril de 2017.

GLAUBER BURTET  
Prefeito Municipal

Anexo I

Substitui o Anexo III do Plano Diretor Municipal

"ANEXO III

MAPA DO MACROZONEAMENTO – NÚCLEO URBANO"

Anexo II

Inclui o ANEXO III-A no Plano Diretor Municipal

"ANEXO III-A

### MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO MUNICIPAL"

Obra: Perímetro Urbano

Município: Caxambu do Sul

UF: Santa Catarina

Área (ha): 486,8942 ha Perímetro (m): 16.998,32 m

Descrição do Perímetro Urbano:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 6.995.666,645 m. e E 313.703,820 m.; deste, segue com azimute de 173°31'17" e distância de 375,865 m., até o vértice 2, de coordenadas N 6.995.293,180 m. e E 313.746,229 m.; deste, segue por linha sinuosa pelo Arroio Caxambu, até o vértice 3, de coordenadas N 6.995.443,236 m. e E 314.015,513 m.; deste, segue com azimute de 147°52'44" e distância de 119,547 m., até o vértice 4, de coordenadas N 6.995.341,989 m. e E 314.079,078 m.; deste, segue com azimute de 51°50'39" e distância de 224,263 m., até o vértice 5, de coordenadas N 6.995.480,539 m. e E 314.255,423 m.; deste, segue com azimute de 126°23'06" e distância de 113,092 m., até o vértice 6, de coordenadas N 6.995.413,452 m. e E 314.346,467 m.; deste, segue com azimute de 231°50'39" e distância de 546,359 m., até o vértice 7, de coordenadas N 6.995.075,909 m. e E 313.916,847 m.; deste, segue com azimute de 167°19'09" e distância de 322,200 m., até o vértice 8, de coordenadas N 6.994.761,569 m. e E 313.987,576 m.; deste, segue com azimute de 85°11'40" e distância de 70,000 m., até o vértice 9, de coordenadas N 6.994.767,433 m. e E 314.057,330 m.; deste, segue com azimute de 169°47'22" e distância de 60,384 m., até o vértice 10, de coordenadas N 6.994.708,005 m. e E 314.068,034 m.; deste, segue com azimute de 174°28'23" e distância de 406,446 m., até o vértice 11, de coordenadas N 6.994.303,449 m. e E 314.107,181 m.; deste, segue pelo eixo da Rodovia Estadual SC - 484, até o vértice 12, de coordenadas N 6.994.422,522 m. e E 316.800,784 m.; deste, segue por linha sinuosa pela margem do reservatório da UHE Foz do Chapecó, até o vértice 13, de coordenadas N 6.993.190,166 m. e E 313.287,281 m.; deste, segue por linha sinuosa pelo Arroio Caxambu, até o vértice 14, de coordenadas N 6.995.019,396 m. e E 313.224,756 m.; deste, segue por linha sinuosa por uma sanga, até o vértice 15, de coordenadas N 6.995.455,450 m. e E 312.600,209 m.; deste, segue com azimute de 349°40'25" e distância de 135,526 m., até o vértice 16, de coordenadas N 6.995.588,780 m. e E 312.575,915 m.; deste, segue pelo eixo da Estrada Municipal EMCX-020, até o vértice 17, de coordenadas N 6.995.417,208 m. e E 313.161,377 m.; deste, segue por linha sinuosa por uma sanga, até o vértice 18, de coordenadas N 6.995.518,609 m. e E 313.171,873 m.; deste, segue com azimute de 92°01'13" e distância de 237,191 m., até o vértice 19, de coordenadas N 6.995.510,247 m. e E 313.408,917 m.; deste, segue com azimute de 351°26'40" e distância de 92,158 m., até o vértice 20, de coordenadas N 6.995.601,380 m. e E 313.395,207 m.; deste, segue com azimute de 78°03'33" e distância de 315,439 m., até o vértice 1, de coordenadas N 6.995.666,645 m. e E 313.703,820 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° EGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000.

**PORTARIA Nº 134/2017**

PORTARIA Nº 134/2017

“Concede redução de carga horária a servidor que especifica e dá outras providências”.

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, inciso XXIII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, o requerimento formulado pela Servidora subscrito;  
Considerando a Declaração apresentada pela Servidora em conjunto com o Secretário Municipal de Saúde;

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder redução de carga horária de 40 horas semanais para 24 horas semanais, pelo período de 17 de abril à 16 de julho de 2017, com redução proporcional da remuneração, à Servidora Pública Municipal, Senhora TUANNA AGNE, ocupante do Cargo de FISIOTERAPEUTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2ª. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3ª. Revogam-se as disposições em contrário

Registre-se e Publique-se

Caxambu do Sul/SC, 17 abril de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

# Celso Ramos

## PREFEITURA

### CONTRATO 41 AO 48/2017

PREGÃO PRESENCIAL 16/2017

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC

CONTRATO: 41 AO 48/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2017

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CGC/MF sob nº 78.493.343//0001-22, no ato representado pelo Sr. ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal, órgão gerenciador deste Registro de Preço, neste ato denominado como Administrador/Contratante, e as empresas:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ: 00802002/0001-02, sito à rua Estrada Boa esperança 2320 – Fundo Canoas – Rio do Sul/SC, neste ato representada pelo Sr. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZCZAK, CPF: 517236469/20;

DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 02520829/0001-40, sito à Rodovia BR 480 n 180 – Barão de Cotegipe/RS, neste ato representada pelo Sr. RENAN JOSÉ GIACOMEL, CPF: 020502160/33;

CENTERMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 03652030/0001-70, sito à Rodovia BR 480 n 795 – Barão de Cotegipe/RS, neste ato representada pelo Sr. JOAO PAULO IAROCZ, CPF: 012.380.370-61;

ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MED. HOSPI. LTDA - inscrita no CNPJ: 02.607.956/0001/81 sito à Rua Octaviano T. dos Santos – Francisco Beltrão/PR, neste ato representada pelo Sr. ARLEI DONIZETE PRANDI, CPF: 777.678.299-87;

LA DALLA PORTA JUNIOR, inscrita no CNPJ: 11.145.401/0001-56, sito à RUA PASCOAL GOMES LIBRELOTO, 20 – SANTA MARIA/RS, neste ato representada pelo Sr. ALEXANDRE PEDRON, CPF: 899402370-49;

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 76386283/0001-13, sito à RUA ARGENTINA, 645 – JARDIM PRIMAVERA – PATO BRANCO/PR, neste ato representada pelo Sr. IGOR ANTONIO VIEIRA DOS SANTOS, CPF: 030.373.970-99;

MAURO MARCIANO DIST DE MEDICAMENTOS, inscrita no CNPJ: 94.894.169/0001-86, sito à Rua Samuel Kruschim, 200 – Patronato – Santa Maria/RS, neste ato representada pelo VINICIUS RONI MOURA, CPF: 012.999.330-17,

AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME, CNPJ: 20.590.555/0001-48, sito a Rua Av. Prefeito Guiomar de Jesus Lopes 418 – São Miguel – Francisco Beltrão/PR, sem representante na sessão, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### 1. DO OBJETO

1.1 O DETENTOR obriga-se a entregar os medicamentos, de acordo com as especificações do Edital de REGISTRO DE PREÇOS/PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017 do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, seus Anexos e a proposta apresentada pelo Detentor.

#### 2. VALOR

2.1 O valor total registrado através da presente ata obedece ao disposto no PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, seus anexos e a proposta apresentada pelo Detentor.

#### 2.2 - DOS ITENS

#### 3. DEVERES DO DETENTOR

3.1 Entregar o objeto licitado na sede do Fundo Municipal de Saúde de Celso Ramos, sito à Rua José Martinelli, 198 - Centro, no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data do pedido.

3.2 Todos os materiais e medicamentos entregues devem estar em perfeito estado de conservação e aptos para uso, bem como possuir o certificado de garantia, quando for o caso.

3.3 Os produtos deverão ser entregues mediante a Autorização de fornecimento emitido pelo Setor de Compras do Município. Bem como a nota será empenhada acompanhada pela A.F.

3.4 As respectivas notas fiscais deverão ser OBRIGATORIAMENTE remetidas ao endereço eletrônico [compras@celsoramos.sc.gov.br](mailto:compras@celsoramos.sc.gov.br). Notas físicas não serão aceitas e não serão empenhadas.

#### 4. SUBSTITUIÇÃO E REGISTRO DOS PRODUTOS

4.1 Na ocasião da entrega dos produtos, não havendo disponibilidade de marca, fica autorizada a substituição dos produtos ofertados na licitação, desde que os produtos substituintes também cumpram às especificações do Edital de Licitação, possuindo inclusive os mesmos registros / cadastros devidos, na conformidade da legislação vigente.

#### 5. ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 O Detentor deverá entregar o material requisitado em dez dias úteis do recebimento da requisição (A.F) de material.

5.1.1 A nota fiscal deve vir com a descrição detalhada dos produtos, bem como com a indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte.

5.2 Constatadas irregularidades, a Administração poderá:

5.2.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.2.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado;

5.2.3 Na hipótese do subitem anterior, o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades, recomeçando seu cômputo apenas quando da efetivação da nova entrega dos materiais substituídos ou complementados;

5.2.4 A entrega do material substituído ou complementado dar-se-á de forma provisória, nos termos do item 5.2, a fim de que seja novamente aferida a sua compatibilidade com os termos do presente Edital;

5.2.5 Verificando-se que a nova entrega está em termos, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, nos mesmos moldes do subitem 5.2;

5.2.6 Caso a nova entrega ainda se verifique fora dos padrões do Edital, a Administração optará entre notificar novamente a Contratada ou declarar o inadimplemento da avença administrativa, com a aplicação das sanções pertinentes.

5.3 Na hipótese deste subitem 5.3 o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades.

#### 6. DO PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos dos produtos entregues será efetuado até 45 dias após a emissão da Nota Fiscal emitida de acordo com empenho.

6.2 Para o faturamento deverá ser apresentado o seguinte:

a) Nota Fiscal de Faturamento e Autorização de Fornecimento;

#### 7. REAJUSTE

7.1 Os preços registrados poderão ser revisados/alterados, em

caso de oscilação do custo de produção, a cada de 90 dias após a homologação do Registro de Preços, a pedido do Contratado, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos.

7.2 Caso o contratado efetue o pedido de revisão, será verificado dentre os proponentes que registraram o(s) respectivo(s) item(s), o preço atualizado, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

7.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

## 8. DAS SANÇÕES

8.1 Poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar à detentora de adjudicação as seguintes penalidades:

8.2 suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

8.3 multas pecuniárias, nas seguintes proporções: adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.3.1 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

8.3.2 moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 dias, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

8.3.3 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando – se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no no memento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

8.4 A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

8.5 Nos termos do parágrafo 3º do art. 87 da Lei 8666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

8.6 Além das multas, a detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

8.6.1 advertência;

8.6.2 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

8.6.3 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

## 9. VIGÊNCIA

9.1 A presente Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, de 17/04/2017 a 17/04/2018.

## 10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1 A presente Ata de Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei 8666/93 e 10520/02.  
10.2 No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente Contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

## 11. DESPESA

11.1 – A Fundo Municipal de Saúde do Município de Ananás poderá utilizar-se dos preços registrados através deste certame a qual utilizará as dotações orçamentárias próprias a seguir:

PROJETO/ATIVIDADE	SECRETARIA/DESTINO
10	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE SAUDE BASICA
14	PISO ATENÇÃO BASICA- PAB FIXO
16	PROGRAMA ASSIST. FARMACIA BASICA ESTADUAL
19	PROGRAMA ASSIST. FARMACIA BASICA- SUS

## 12. RESCISÃO

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas no artigo 78, itens I a XVII, da Lei nº 8.666/93.

12.2 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser revogada por razões de interesse público (art.49, caput, da Lei 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

12.3 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida unilateralmente o ajuste nos termos do inciso I do artigo 79 da Lei nº 8666/93.

## 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O Detentor deverá manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

13.2 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório;

13.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

13.4 Na contagem dos prazos será observado o disposto no artigo 110 da Lei nº 8666/93.

## 14. DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca Anita Garibaldi/SC, para dirimir todas as questões desta licitação, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Celso Ramos, 17 de abril de 2017.

PREFEITO MUNICIPAL  
ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS

JOAO GUILHERME BISCARO  
ASSESSOR JURIDICO – OAB/SC 28375

DETENTORES:  
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA  
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
CENTERMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
ANGEOMED COM. DE PROD. MED. HOSPITALAR  
LA DALLA PORTA JUNIOR  
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP  
MAURO MARCIANO DIST DE MEDICAMENTOS  
AGIL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA ME

**CONTRATO 38 AO 46/2017**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS</b>  CNPJ: 14.608.771/0001-70 RUA JOSE MARTINELLI 198 C.E.P.: 88598-000 - Celso Ramos - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 16/2017 - PR</b>  Processo Administrativo: 16/2017 Processo de Licitação: 16/2017 Data do Processo: 28/03/2017
	Folha: 1/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 16/2017  
b ) Licitação Nr.: 16/2017-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 17/04/2017  
e ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA FARMACIA BASICA DO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Desccto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	-------------	----------------	---------------

**AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (10077)**

3	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250MG - Marca: EMS	:OMP	3.000,00	0,0000	0,99	2.970,00
6	ALOPURINOL 300MG - Marca: PRATI	:OMP	3.000,00	0,0000	0,10	300,00
8	ATORVASTATINA CALCICA 20MG - Marca: CIMED	:OMP	5.000,00	0,0000	0,30	1.500,00
36	NORFLOXACINO 400MG - Marca: GLOBO	:OMP	15.000,00	0,0000	0,217	3.255,00
43	SECNIDAZOL 450MG SUSP. ORAL - Marca: EMS	FR	200,00	0,0000	9,50	1.900,00
47	TOPIRAMATO 100 MG - Marca: EMS	:OMP	1.000,00	0,0000	0,36	360,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>10.285,00</b>

**ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (9208)**

11	CLORIDRATO DE DONEPEZILA 10MG - Marca: Torrent	:OMP	5.000,00	0,0000	1,49	7.450,00
12	CLORIDRATO DE NEBIVOLOL 5MG - Marca: Torrent	:OMP	500,00	0,0000	0,53	265,00
16	DEPAKOTE (DIVALPROATO DE SODIO) 500MG - Marca: Biolab	:OMP	6.000,00	0,0000	0,797	4.782,00
22	FUROATO DE FLUTICASONA 27,5 MCG COM 120 DOSES - Marca: GSK	UN	20,00	0,0000	37,56	751,20
26	GLICAZIDA 30 MG - Marca: Torrent	:OMP	5.000,00	0,0000	0,26	1.300,00
30	LEVODOPA E BASERAZIDA 200 E 50 MG - Marca: Ache	:OMP	9.000,00	0,0000	1,70	15.300,00
40	PROPINATO DE FLUTICASONA AEROSOL 250MCG - Marca: GSK	UN	100,00	0,0000	77,77	7.777,00
42	ROSUVASTATINA CALCICA 20MG - Marca: Torrent	:OMP	5.000,00	0,0000	1,05	5.250,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>42.875,20</b>

Celso Ramos, 17 de Abril de 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS</b>  CNPJ: 14.608.771/0001-70 RUA JOSE MARTINELLI 198 C.E.P.: 88598-000 - Celso Ramos - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 16/2017 - PR</b>  Processo Administrativo: 16/2017 Processo de Licitação: 16/2017 Data do Processo: 28/03/2017
	Folha: 2/3

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### ANGEOMED COM DE PROD MED HOSP LTDA (9869)

13	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 10MG - Marca: VALEANT	CAPS	40.000,00	0,0000	0,755	30.200,00
19	ELIQUIS 5MG - Marca: PFIZER	:OMP	10.000,00	0,0000	4,199	41.990,00
20	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625MG - Marca: CIFARMA	:OMP	10.000,00	0,0000	0,497	4.970,00
23	FUROATO DE FLUTICASONA/TRIFENATATO DE VILANTEROL 100/25MCG COM 30 DOSES - Marca: GSK	UN	20,00	0,0000	109,99	2.199,80
24	GALVUS 50MG - Marca: NOVARTIS	:OMP	2.000,00	0,0000	3,30	6.600,00
29	LABIRIN 16MG - Marca: ASPEN	:OMP	5.000,00	0,0000	0,247	1.235,00
33	MALEATO DE MIDAZOLAN 15MG - Marca: MEDLEY	:OMP	3.000,00	0,0000	1,20	3.600,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>90.794,80</b>

#### CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (9710)

7	ATORVASTATINA CALCICA 10MG - Marca: GEOLAB	:OMP	5.000,00	0,0000	0,299	1.495,00
9	ATORVASTATINA SODICA 10MG- TREZOR 10MG - Marca: GEOLAB	:OMP	10.000,00	0,0000	0,298	2.980,00
10	BROMOPRIDA 20 MG - Marca: PRATI D.	:OMP	40.000,00	0,0000	0,149	5.960,00
35	Cloridrato de levomepromazina-solução oral 4%- frasco com 20 ml - Marca: CRISTALIA	FR	100,00	0,0000	7,29	729,00
38	PERMETRINA 5% LOÇÃO - Marca: IFAL	FR	100,00	0,0000	2,43	243,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>11.407,00</b>

#### DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (9347)

27	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG - Marca: CIMED	:OMP	15.000,00	0,0000	0,016	240,00
28	IMIPRAMINA 25MG - Marca: CRISTALIA	:OMP	1.000,00	0,0000	0,289	289,00
31	LEVOTIROXINA SODICA 50 MCG - Marca: MERCK	:OMP	30.000,00	0,0000	0,098	2.940,00
32	MALEATO DE ENALAPRIL 20MG - Marca: SANVAL	:OMP	15.000,00	0,0000	0,042	630,00
39	PREDNISONA 20MG - Marca: HYPERMARCAS	:OMP	10.000,00	0,0000	0,177	1.770,00
44	SUCCINATO SODICO DE HIDROCORTISONA 500MG IM/IV - Marca: TEUTO	AMP	500,00	0,0000	5,90	2.950,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>8.819,00</b>

#### DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP (9990)

1	ACETATO DE NORESTISTERONA E ESTRADIOL (0,5 MG + 1MG)(SUPRELE) - Marca: BIOLAB	:OMP	7.000,00	0,0000	0,879	6.153,00
18	DOLAMIN 125MG - Marca: FARMOQUIMICA	:OMP	15.000,00	0,0000	1,27	19.050,00
34	NEOLEPTIL - Solução oral 4%: frasco com 20 mL. - Marca: SANOFI	FR	100,00	0,0000	16,80	1.680,00
37	OLMETEC 12,5+20MG - Marca: EUROFARMA	:OMP	1.000,00	0,0000	0,90	900,00
41	ROSUVASTATINA CALCICA 10 MG - Marca: SANDOZ	:OMP	3.000,00	0,0000	0,51	1.530,00

Celso Ramos, 17 de Abril de 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS</b>  CNPJ: 14.608.771/0001-70 RUA JOSE MARTINELLI 198 C.E.P.: 88598-000 - Celso Ramos - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 16/2017 - PR</b>  Processo Administrativo: 16/2017 Processo de Licitação: 16/2017 Data do Processo: 28/03/2017
	Folha: 3/3

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP (9990)

49 VALERATO DE ESTRADIOL 1 MG - Marca: BIOLAB	:OMP	1.000,00	0,0000	0,96	960,00
50 VIMPOCETINA 5MG - Marca: MARJAN	:OMP	2.000,00	0,0000	0,68	1.360,00
51 Zart H 100/25 mg - Marca: GERMED	:OMP	3.000,00	0,0000	0,46	1.380,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>33.013,00</b>

#### LA DALLA PORTA JUNIOR (9799)

2 ACICLOVIR 200MG - Marca: PHARLAB	:OMP	5.000,00	0,0000	0,327	1.635,00
15 DELTAMETRINA SHAMPOO - Marca: MEDQUIMICA	UN	1.000,00	0,0000	5,74	5.740,00
17 DIOVAN TRIPLO - Marca: NOVARTIS	:OMP	3.000,00	0,0000	4,95	14.850,00
46 TIBOLONA 2,5MG - Marca: HYPERMARCAS	:OMP	4.000,00	0,0000	0,469	1.876,00
48 TOPIRAMATO 25MG - Marca: EMS	:OMP	1.000,00	0,0000	0,159	159,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>24.260,00</b>

#### MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (9247)

4 ADRENALINA injetavel 01MG/01ML - Marca: HIPOLABOR	AMP	50,00	0,0000	3,39	169,50
5 Aidê 3 - Suplemento De Vitamina D - 10 Mi Gotas - Marca: APSEN	FR	50,00	0,0000	11,90	595,00
14 CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40MG - Marca: OSÓRIO	:OMP	3.000,00	0,0000	0,015	45,00
21 FOSFATO DE CODEINA 30MG - Marca: CRISTÁLIA	:OMP	3.000,00	0,0000	0,77	2.310,00
25 GASTROGEL COMP - Marca: MEDQUÍMICA	:OMP	10.000,00	0,0000	0,178	1.780,00
45 SYSTANE UL 10ML ESTERIL - Marca: HERTZ	FR	100,00	0,0000	17,50	1.750,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>6.649,50</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>228.103,50</b>

Celso Ramos, 17 de Abril de 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### 207.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 207/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível V para o Nível VI, por Avaliação de Desempenho, ao Servidor Público, Carlos Joel Padilha, matriculado sob nº 1382/01, ocupante do cargo efetivo de Operário - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível VI, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.04.2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### 208.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 208/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível VIII para o Nível IX, por Avaliação de Desempenho, a Servidora Pública DEIZE REGINA DOS SANTOS CRUZ, matriculada sob nº 1131/01, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 2º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível IX, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.04.2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### 209.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 209/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível IV para o Nível V, por Tempo de Serviço prestado ao município, ao Servidor Público JOÃO NUNES DE ALMEIDA, matriculado sob nº 1704/03, ocupante do cargo efetivo de Operário - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível V, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.04.2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### 210.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 210/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível VII para o Nível VIII, por Tempo de Serviço prestado ao município a Servidora Pública, LENIR PAUL KERSCHBAUM, matriculada sob nº 2267/01, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível VIII, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.04.2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

### 211.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 211/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível V para o Nível VI, por Avaliação de Desempenho, ao Servidor Público, MAURICIO JASPER, matriculado sob nº 706/01, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas, em exercício no Gabinete da Prefeita.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível VI, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.04.2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

### 212.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 212/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível VII para o Nível VIII, por Tempo de Serviço prestado ao município, a Servidora Pública MEIRELEIN GRACH MACHADO, matriculada sob nº 1575/06, ocupante do cargo efetivo de Secretária de Escola - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível VIII, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.04.2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

### 213.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 213/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível V para o Nível VI, por Avaliação de Desempenho, ao Servidor Público ROGERIO CAPISTRANO, matriculado sob nº 838/05, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível VI, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.04.2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

### 214.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 214/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível VII para o Nível VIII, por Tempo de Serviço prestado ao município, a Servidora Pública, SIRLEI CHIQUIO MEDEIROS, matriculada sob nº 2267/01, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível VIII, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.04.2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

**215.2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 215/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 70, inciso II, alínea b, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado -SC, resolve:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO e revogar a Portaria nº. 202 de 10.04.2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios-DOM, Edição nº. 2230 de 11.04.17.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 10.04.2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

**216.2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 216/2017

- CONSIDERANDO que o servidor designado, é lotado na Administração Central, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do Servidor Público, MARCELO DE SOUZA, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas, passando a exercer suas funções junto a Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir de 17.04.2017

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 200/2017 de 10.04.2017.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 17 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL N° 02/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02/FMS/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 02/FMS/2017

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços na área de equoterapia e hidroterapia, para atender os pacientes da Secretaria de Saúde de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 03/05/2017.

Abertura: Dia 03/05/2017, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br).

Cocal do Sul, 17 de abril de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 23/PMCS/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 23/2017.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA – EPP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 20/PMCS/2017.

PREGÃO PRESENCIAL N° 18/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços para serviços de recapagens de pneus, no atendimento a frota do município de Cocal do Sul.

Assinatura: 12/04/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 61.772,00 (sessenta e um mil e setecentos e setenta e dois reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

# Concórdia

## PREFEITURA

### **AVISO DE ADENDO A LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2017-FMC**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01 AO EDITAL  
PREGÃO ELETRÔNICO – Contratação de Serviços  
Nº 1/2017 FMC

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, do município de Concórdia, SC, por intermédio de seu gestor, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é a contratação de empresa para prestar serviços técnicos profissionais especializados de consultoria, acompanhamento e prestação de contas referente aos recursos provenientes do Ministério da Cultura, visando o desenvolvimento das atividades inerentes ao Projeto beneficiado "Plano Anual de Atividades do Centro Cultural Concórdia 2017", cadastrado junto ao PRONAC sob o nº 164477, em atendimento as necessidades da Fundação, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital foi alterado. Em razão das alterações, o prazo para apresentação das propostas, no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), fica alterado para dia 03 de maio de 2017 até as 08h45min, sendo que a sessão eletrônica de abertura da licitação, fica para o dia 03 de maio de 2017 às 09h00min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações" e no Portal de Compras Públicas [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 13 de abril de 2017.  
JÚLIO GOMES  
Diretor Superintendente da FMC

### **AVISO DE ANULAÇÃO DO PROCESSO DE CONCORRÊNCIA Nº 1/2016-FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2016 - FMS  
CONCORRÊNCIA Nº 1/2016 - FMS

Objeto: contratação de pessoa jurídica de direito privado, especializada em serviços médicos, para prestação dos serviços de gestão da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h - Porte I, localizada na Rua Alexandre Lorenzetti, nº 319, Loteamento Jardim Europa, bairro Parque de Exposições.

#### **EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO**

Em conformidade com artigo 49, da Lei nº 8.666/93, do citado diploma legal, torna-se público que o processo em referência foi ANULADO.

Concórdia, SC, 17 de abril de 2017.

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### **AVISO RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2017 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO CS Nº 3/2017

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde torna público que ratificou o ato da Senhora Grace Simioni Menegat, Diretora de Saúde, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso X, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 11 de abril de 2017, para a locação de sala para escritório e depósito com área de 36 m² para funcionamento do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, situado na Rua Independência, nº 246, junto à Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Concórdia, sendo que a mesma disponibilizará também a seguinte estrutura: Box para acomodação de ambulância; Uso de cozinha, alojamento, estacionamento e banheiro para 8 (oito) pessoas em 4 (quatro) turnos de 2 (duas) pessoas; Uso de box para lavagem de ambulância, a favor da empresa: ASSOCIACAO DE SERVICOS SOCIAIS VOLUNTARIOS DE CONCORDIA - BOMBEIROS VOLUNTARIOS, no valor total de R\$ 22.080,00 (vinte e dois mil e oitenta reais).

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT  
Gestor do FMS

### **AVISO RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2017 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO CS Nº 4/2017

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde torna público que ratificou o ato da Senhora Grace Simioni Menegat, Diretora de Saúde, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 11 de abril de 2017, para a manutenção da ambulância Mercedes Benz sprinter, placas MLR 0738, do setor de frotas do Fundo Municipal de Saúde, a favor da empresa: OFICINA ELETRO MECÂNICA BROETTO LTDA ME, no valor total de R\$ 12.114,25 (doze mil cento e quatorze reais e vinte e cinco centavos).

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT  
Gestor do FMS

### **EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 4/2017 - FMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

#### **EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 4/2017**

Objeto: A Fundação Municipal de Cultura, estabelecida neste Município de Concórdia, SC, Rua Abramo Eberle, 322, Centro, através de seu Diretor Superintendente, Julio Gomes, comunica a todos os interessados que estão abertas as inscrições para credenciamento através do processo de seleção pública, de pessoa física ou jurídica, para patrocínio em forma de serviço e fornecimento de acessórios, visando à realização do Concurso "Miss Concórdia 2017", Concurso a ser promovido pela Prefeitura Municipal de Concórdia/SC e Fundação Municipal de Cultura.  
Credenciamento: Até 05/05/2017.  
Informações complementares: Quaisquer dúvidas que pairarem

sobre esse Edital poderão ser esclarecidas junto à Fundação Municipal de Cultura, sito a Rua Abramo Eberle nº 322, Concórdia SC, ou através do telefone nº (49) 3444 7781, 3442 3930 ou 3442 3248 , em horário de expediente das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriado ou e-mail cultura@concordia.sc.gov.br ou culturaadministrativo@concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 13 de março de 2017.

JULIO GOMES

Diretor-Superintendente da FMC

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 1/2017-FMAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2017

Contratação de Serviço

A Gestora do FMAS torna público que ratificou o ato do Senhor Jaime Estevão Bernardi, Diretor de Ação Social, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 13 de abril de 2017, para Serviço de contratação de empresa para ministrar treinamento referente aos recursos do Sistema Assessor Público, no dia 18 de Abril de 2017, a favor da empresa, PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA no valor total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

DENISE JUSTI LOPES

Gestora do FMAS

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### **AVISO DE PENALIDADE 001/2017 - EMPRESA STAUDT E FRANCESQUETT LTDA - EPP** AVISO DE PENALIDADE

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA torna pública a aplicação das seguintes penalidades à empresa Staudt e Francesquett Ltda EPP, CNPJ 13.674.709/0001-14: a) Multa de 20%, calculada sobre o valor da parte não cumprida; b) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, por um período de 02 anos. As penalidades justificam-se pelo descumprimento da contratação celebrada através do Processo nº 72/2016, Pregão Presencial para Registro de Preço nº 30/2016, com fundamento nos artigos 87, III da Lei 8.666/93 e 7º da Lei 10.520/2002.

Cordilheira Alta, 17 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

### **DECRETO N. 335/2017**

DECRETO Nº335/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017

“EXONERA SERVIDORA, DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 17/04/2017, do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, MARILIA DI DOMENICO, com carga horária de 40h (quarenta horas) semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Em virtude da exoneração de que trata este Decreto, fica declarado vago o cargo acima especificado, na forma prevista no artigo 32 da Lei Complementar Municipal nº 018/2001, de 04 de julho de 2001 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cordilheira Alta.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### **DECRETO N. 336/2017**

DECRETO Nº336/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017

“PRORROGA EM 60 (SESSENTA) DIAS A LICENÇA MATERNIDADE

CONCEDIDA À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Prorrogar em 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade concedida a Servidora Municipal, Sra. RENATA CATARINA VALANDRO, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com fulcro no Parágrafo Único, do Art. 1º, da Lei n. 915/2010.

Art. 2º A licença de que trata o Art. 1º, será estendida a partir de 18/04/2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### **DECRETO N. 337/2017**

DECRETO Nº337/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para acompanhar tratamento de saúde de membro da família ao Servidor Municipal, Sr. ELIÉZER JOSÉ SOARES, no cargo de Operador de Máquinas – 40h semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 11/04/2017.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 338/2017**

DECRETO Nº338/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica demitido a pedido, a partir de 02/05/2017, o Sr. JOÃO INÁCIO DE CESARO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

**DECRETO N. 339/2017**

DECRETO Nº339/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 04 (quatro) dias, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, Sra. KELY A. SABADIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 340/2017**

DECRETO Nº340/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal Sr. ELIÉZER JOSÉ SOARES, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, 10 (dez) dias de férias relativos ao período aquisitivo de 09/11/2015 a 08/11/2016, que serão gozadas a partir do dia 18/04/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de abril de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

ELIÉZER JOSÉ SOARES Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

**DECRETO N. 341/2017**

DECRETO Nº341/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, Sra. CATARINA FERNANDA VALANDRO, ocupante do cargo de Professor, 40 horas semanal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**EXTRATO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 73/2017 -  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO  
21/2017 - SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA**

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo sistema REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 73/2017  
Pregão Presencial Para Registro de Preço n. 21/2017  
Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO para possível CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 02/05/2017.  
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 02/05/2017.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br). Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 17 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 108/2017

DECRETO Nº 108, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DE CLASSIFICAÇÃO POR CARGO DA PROVA ESCRITA/OBJETIVA, RELATIVO AO EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 001/2017, PARA ADMISSÃO EM CARATER TEMPORÁRIO JUNTO AO PODER EXECUTIVO DE CORONEL MARTINS - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Teste Seletivo n. 001/2017, e demais disposições legais.

DECRETA:

Art. 1º. A Homologação do resultado final de classificação por cargo da prova escrita/objetiva, relativo ao Edital de Teste Seletivo n. 001/2017, conforme segue:

### HOMOLOGAÇÃO FINAL

Agente Comunitário de Saúde (micro área 4)   Ensino Fundamental			
Inscrição	Nome	Nota Final	Classificação
591606	Marcia Roberta Picchi	6,40	1º
588213	Joana Kreve	6,00	2º
591765	Geni Aparecida Belle Santetti	5,00	3º
Auxiliar de Serviços Gerais (sexo masculino)   Ensino Fundamental			
Inscrição	Nome	Nota Final	Classificação
591735	Rafael Godoy	7,20	1º
590173	Renato Moraes	7,00	2º
591393	Ivailton Jacobsen Leite	6,40	3º
591611	Renato Picchi	6,20	4º
590319	Alcemir Picchi	6,20	5º
591835	Ronaldo Luiz Brum	6,00	6º
589891	Francisco Moreira Neto	5,60	7º
590916	Tiago Rodrigo Tomazeli	5,60	8º
591749	Bruno Lunardi	5,60	9º
591808	Valdecir Bandeira	5,20	10º
590568	Adecir Dalonsso	5,20	11º
591629	Felipe Ariel Girardello	5,20	12
Mecânico Geral   Ensino Médio (com prova prática)			
Inscrição	Nome	Nota Final	Classificação
591085	Renato Simao Goncalves	5,45	1º
591832	Joslei Silvestri	5,05	2º
Monitor de Violão   Ensino Médio			
Inscrição	Nome	Nota Final	Classificação
590057	Rogério Carlos Previatti	5,00	1º
Operador de Máquinas   Ensino Fundamental (com prova prática)			
Inscrição	Nome	Nota Final	Classificação
589732	Mizael Nunes Da Silva	8,68	1º
588712	Almir Bugoni	8,27	2º
591679	Sidjoao Santetti	8,26	3º
591394	Ezequiel Dutra	8,10	4º
591773	Joel Lemes Trindade	8,09	5º
591737	Vagner Rosiak	7,68	6º
591619	Edenilson Luiz Turmina	6,99	7º
591305	Vilso Souza Dos Santos	5,90	8º
591390	Edimar Cardoso Moreira	5,31	9º

591601	Fernando Girardello	5,11	10º		
Professor área I - Educação Infantil (habilitado)   Ensino Superior (com prova de títulos)					
Inscrição	Nome	Total	Nota Títulos	Nota Final	Classificação
590598	Rozimeri Aparecida Bernardelli	5,45	1,00	6,45	-
591343	Raquel Da Silva Gitrone	5,05	1,00	6,05	
591148	Luzia Erlani Goncalves Lussani	4,80	1,00	5,80	
590220	Marcia Manera Brena	4,65	1,00	5,65	
591787	Ana Paula Kuemanski	4,30	1,00	5,30	
590902	Rubiel Aparecida Garbin	5,05	0,00	5,05	
591209	Diana Terezinha Pegorini Bertuzzi	4,05	1,00	5,05	
591568	Rosa Busin	4,00	1,00	5,00	
590225	Cledineia Picchi De Souza	4,00	1,00	5,00	
590208	Vandra Cecatto De Oliveira	4,00	1,00	5,00	
Professor área II - Séries Iniciais (habilitado)   Ensino Superior (com prova de títulos)					
Inscrição	Nome	Total	Nota Títulos	Nota Final	Classificação
591481	Karine De Souza Campanha	5,95	0,00	5,95	1º
591170	Eva De Lurdes Inacio Grolli	5,45	0,00	5,45	2º
591153	Giamili Rossoni Turmina	4,35	1,00	5,35	3º
589979	Lorete Zanco Mores	4,00	1,00	5,00	4º
Professor área III - Educação Física (habilitado)   Ensino Superior (com prova de títulos) Não houve nenhum candidato aprovado neste cargo					
Inscrição	Nome	Total	Nota Títulos	Nota Final	Classificação
Professor área IV - Informática (habilitado)   Ensino Superior (com prova de títulos) Não houve nenhum candidato aprovado neste cargo					
Inscrição	Nome	Total	Nota Títulos	Nota Final	Classificação
Servente (sexo feminino)   Ensino Fundamental					
Inscrição	Nome	Nota Final	Classificação		
591751	Angelica Cuchi	7,40	1º		
589996	Clecimar Silva	7,20	2º		
591480	Edrieli Girardi	7,20	3º		
591174	Carine Madella	7,20	4º		
591040	Jaine Lorete De Souza Girardello	6,80	5º		
590892	Leila Jung	6,40	6º		
590763	Raquel Ribeiro Dos Santos	6,20	7º		
591075	Elizangela Paula Ribeiro	5,80	8º		
588177	Juliana Alves Brum	5,40	9º		
591136	Marilene Basi	5,40	10º		
591734	Edirleia Santetti	5,40	11º		
591002	Clarice Francisconi Mores	5,00	12º		
589287	Rosenilda Camargo	5,00	13º		
591645	Jocemara Cordeiro Da Silva De Oliveira	5,00	14º		
591728	Sirlei Barbosa Ribeiro	5,00	15º		
Técnico em Enfermagem   Ensino Médio					
Inscrição	Nome	Nota Final	Classificação		
591833	Luciane Eva Such	7,00	1º		

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 13 de abril de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Munic. De Administração, Planejamento e Finanças

**DECRETO Nº 109/2017**

DECRETO Nº 109, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME - DE CORONEL MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Municipal V.P. nº 113/98 de 16 de Setembro de 1998, Lei Municipal nº. 591 de 14 de dezembro de 2012, e pela Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

**NOMEAR:**

Art. 1º Os membros do Conselho Municipal de Educação – CME -, conforme abaixo:

I - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular – Neiva Terezinha Ghidini

Suplente – Claudete Conte

II- Representantes Ensino Fundamental da Rede Municipal:

Titular — Raquel Adriana Souza

Suplente – Fatima Aparecida Tomazeli Basso

III – Representantes da Associação de Pais e Professores – APP – Rede Municipal

Titular – Jucelia Mara Pinheiro

Suplente – Simone Cecatto

IV – Representantes da Educação Especial - APAE

Titular – Joceni Ida De Jesus Bertan

Suplente – Sonia Debastiani

V – Representantes da Escola Infantil da Rede Municipal

Titular – Adriana Salete Madella Burato

Suplente – Maria Lucia Marchetti Picetti

VI – Representantes dos Alunos do Ensino Fundamental da Rede Municipal

Titular – Valdelir Bottega

Suplente – Luciana Peruzzo Basi

VII – Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e/ou Conselho Tutelar:

Titular – Jair Coelho

Suplente – Índia Nara Turmina

Art. 2º O Conselho Municipal de Educação terá um presidente escolhidos pelos membros.

Art. 3º O mandato dos Membros do Conselho Municipal de Educação será de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzido por igual período, a critério da entidade a qual representa.

§ 1º Nos primeiros 02 (dois) anos será renovado 50% (cinquenta por cento) dos Conselheiros. No final de 04 (quatro) anos, renovados o outro 50% (cinquenta por cento), de acordo com artigo 5º, inciso 1º da Lei Municipal V.P. nº 113/98 de 16/09/1998.

Art. 4º Os Membros do Conselho Municipal de Educação, não serão remunerados, uma vez que trata-se de órgão de apoio ao Setor Educacional do Município sem vínculo empregatício e constituir-se-á de relevante serviço público.

Art. 5º As competências, funcionamento e demais disposições conforme previsto na Lei que Institui o Conselho Municipal de Educação, serão tratadas e definidas no Regimento Interno.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário em especial ao Decreto nº. 096 de 18 de Março de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, SC em 13 de abril de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Munic. De Administração, Planejamento e Finanças.

**ERRATA Nº 012/2017**

ERRATA REFERENTE AO CONTRATO Nº 024, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

A presente Errata consiste na Alteração no teor do Contrato nº 024, de 23 de março de 2017, o qual onde lê-se:

3	CONFECÇÃO DE PRÓTESE ODONTOLÓGICA PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL, devendo conter armação metálica, base de prova, acrilagem com dentes em resina acrílica conslinked de alta densidade, resistente a força mastigatória e com estabilidade de cor, com anatomia semelhante ao dente natural, resistente a solubilidade e com tratamento térmico. Garantia do produto de 90 dias	300	241,0103	64.203,09
---	---	-----	----------	-----------

Para:

3	CONFECÇÃO DE PRÓTESE ODONTOLÓGICA PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL, devendo conter armação metálica, base de prova, acrilagem com dentes em resina acrílica conslinked de alta densidade, resistente a força mastigatória e com estabilidade de cor, com anatomia semelhante ao dente natural, resistente a solubilidade e com tratamento térmico. Garantia do produto de 90 dias	300	214,0103	64.203,09
---	---	-----	----------	-----------

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 31 de março de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 027/2017**

PORTARIA Nº. 027, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 113 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

Considerando o disposto no Artigo 113, §4º da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014 para a concessão de licença prêmio;

**CONCEDER:**

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 11 de Abril a 10 de Maio de 2017.

Nome Cargo Referências

Jose Carlos Fortuna dos Santos Operador de Maquinas 04/2012 á 04/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 11 de Abril de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

**PORTARIA Nº 028/2017**

PORTARIA Nº. 028, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 a 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias o Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 15 (quinze) dias no período de 02/05/2017 á 16/05/2017.

Nome Cargo Referência

Beno Vicente Welchen PCE Aux de Manu e conservação 01/04/2014 á 31/03/2015

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 12 de Abril de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

**PORTARIA Nº 029/2017**

PORTARIA Nº. 029, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 a 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 15 (quinze) dias a partir do dia 12/05/2017 á 26/05/2017.

Nome Cargo Referência

Isabel de Almeida Paz Fisioterapeuta 02/06/2015 á 01/06/2016

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 13 de Abril de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

# Corupá

## PREFEITURA

### ERRATA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/17

#### I - ERRATA DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/17  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/17

A Pregoeira no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata referente ao Edital de Pregão Presencial nº 014/17, ficando assim determinado:

Onde se lê:

· APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES:

Dia 20/04/2017 às 08h30min (oito horas e trinta minutos), com tolerância de 5 minutos.

Leia-se:

· APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES:

Dia 26/04/2017 às 09h00min (nove horas).

Onde se lê:

· ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO PRESENCIAL:

Dia 20/04/2017 às 09h00min (nove horas).

Leia-se:

· ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO PRESENCIAL:

Dia 26/04/2017 às 09h30min (nove horas e trinta minutos).

Onde se lê:

O Prefeito Municipal de Corupá, Santa Catarina Sr. JOÃO CARLOS GOTTARDI, após designação da Pregoeira Sra. Jéssica Tamara Pezzatto, juntamente com o grupo de apoio formado por Lídia Rosa Veeck (Pregoeira Substituta), Noemi Aparecida Fossille, Heins Gerhard Kopsch, Silvana Griten Ribeiro e Áurea Joelma Arendartchuk designados através da Portaria nº 4126/17, de 09 de Janeiro de 2.017, torna público que às 08h30min do dia 20 de abril de 2017, no prédio da Prefeitura Municipal de Corupá, na Sala de Licitações, situada na Av. Getúlio Vargas, 443, Centro, será realizado a entrega dos envelopes de Habilitação e Proposta de Preços e às 09h00min do dia 20 de abril de 2017 a abertura da licitação etapa de lances, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO", por item, visando o Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Leia-se

O Prefeito Municipal de Corupá, Santa Catarina Sr. JOÃO CARLOS GOTTARDI, após designação da Pregoeira Sra. Jéssica Tamara Pezzatto, juntamente com o grupo de apoio formado por Lídia Rosa Veeck (Pregoeira Substituta), Noemi Aparecida Fossille, Heins Gerhard Kopsch, Silvana Griten Ribeiro e Áurea Joelma Arendartchuk designados através da Portaria nº 4126/17, de 09 de Janeiro de 2.017, torna público que às 09h00min do dia 26 de abril de 2017, no prédio da Prefeitura Municipal de Corupá, na Sala de Licitações, situada na Av. Getúlio Vargas, 443, Centro, será realizado a entrega dos envelopes de Habilitação e Proposta de Preços e às 09h30min do dia 26 de abril de 2017 a abertura da licitação etapa de lances, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO", por item, visando o Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Corupá, 17 de abril de 2017.

JÉSSICA TAMARA PEZZATTO

Pregoeira

### PORTARIA Nº 4261/17

PORTARIA Nº 4.261/2017

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 58 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º – Fica constituída a Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, formada pelos seguintes servidores:

- SILVIO RICHARDT - Presidente;
- HELOÍSA CRISTINA VANIN VASQUES - Advogado;
- CARIN KRUGER GESSNER - Membro;
- JOÃO ROCHA SOBRINHO – Membro;
- CARMEN KLITZKE – Membro.

Parágrafo Único: Sob a condução do Presidente, a Comissão deverá preparar, executar e julgar e Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório da Prefeitura Municipal de Corupá.

Art.2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 09 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3.659/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
18 de abril de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

# Curitibanos

## PREFEITURA

### REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2017

#### REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO CAIXA D'ÁGUA E TAMPA DE CAIXA D'ÁGUA PARA USO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO

DE ASSIS E REPOSIÇÃO NAS CAIXAS QUE ABASTECEM O PARQUE POUSO DO TROPEIRO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 04/05/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 04/05/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 17 de Abril de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO 4/2017

CONTRATO N. 4/2017

CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, Centro, em Curitibanos (SC), inscrita no CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representada por seu Presidente Vereador IVAN FRANÇA MOREIRA, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a EMPRESA MARIANA POMERENING STEFANES ME, estabelecida na AVENIDA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, nº 80, bairro CENTRO, na cidade de CURITIBANOS (SC), CEP 89.520-000, fone 49 - 32450857, e-mail revistafiquedeolho@baroni.com.br, inscrita no CNPJ sob nº 12.905.851/0001-62, neste ato representada por MARIANA POMERENING STEFANES, cargo/função empresária, portador do RG nº 4.150.966-8 expedida pela SSP/SC e CPF nº 046.861.319-60 ou ANDERSON SILVA STEFANES, cargo/função procurador, portador do RG nº 3.225.409 expedida pela SSP/SC e CPF nº 915.873.109-10, residentes e domiciliados na cidade de CURITIBANOS/SC, doravante denominada CONTRATADA.

As partes acima resolvem celebrar o presente contrato de compra e venda, decorrente do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, nº 04/2017, do tipo Menor Preço por Item, que se regerá pelos termos do Edital de Licitação e seus anexos;

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1. Contratação de serviços de publicidade e ou divulgação de assuntos de interesse público para a Câmara de Vereadores do Município de Curitibanos/SC, conforme especificações contidas no anexo I do Edital de Pregão Presencial 04/2017, e autorização de fornecimento em anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA DOS OBJETOS

2.1. Os serviços contratados deverão ser prestados nos meses de abril a dezembro de 2017, a contar da data de assinatura do presente instrumento, com estrita observância ao que dispõe a proposta da CONTRATADA, aos termos deste Contrato e aos demais elementos constantes do Pregão Presencial nº 04/2017, que integram o presente instrumento, como se aqui transcritos estivessem.

2.1.1. Em caso de divergência entre o conteúdo da Proposta da CONTRATADA e o contido neste Contrato e demais elementos que o integram, prevalecerão estes últimos.

2.2. Os serviços contratados por força do presente instrumento deverão ser entregues diretamente nas dependências da Câmara de Vereadores do Município de Curitibanos/SC, sito à Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitibanos/SC, no horário de expediente, das 13h às 19h, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo escrito, nos termos legais.

3.2. Os preços serão reajustados pelo IPCA, desde que ultrapassado o prazo de um ano, mediante acordo entre as partes.

3.3. O reequilíbrio econômico financeiro será executado a qualquer tempo desde que comprovado mediante documentação fiscal a época

da emissão do contrato e atual, mediante também demonstração em planilhas.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor total ESTIMADO do contrato fica convencionado entre as partes em R\$ 5.670,00 (CINCO MIL, SEISCENTOS E SETENTA REAIS), conforme tabela abaixo, no qual já se acham incluídos todos os tributos e encargos legais, assim como todas as despesas de administração e custos para fornecimento dos objetos, conforme indicação da proposta da CONTRATADA.

ITENS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL DO ITEM R\$
Item I – Contratação de revista de edição mensal para publicidade, divulgação e orientação aos municípios, das atividades do Poder Legislativo Municipal, com: - Edições nos meses de abril a dezembro de 2017; - Mídia colorida com no mínimo 13cm (treze centímetros) de altura por 19cm (dezenove centímetros) de largura; - Tiragem mínima de mil exemplares; - Distribuição na região de Curitiba/SC; - Disponível em bancas, órgãos públicos e locais de grande circulação de pessoas;	01 (uma) edição ao mês	09 (nove edições)	5.670,00

4.2. O pagamento dar-se-á até 30 (trinta) dias após a entrega dos objetos, mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela Contratada. Para tanto, caberá a esta apresentar a Nota Fiscal/Fatura para as conferências e o atesto pelo Contratante.

4.2.1. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente alguma incorreção, o documento será devolvido à Contratada e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais a Contratante.

4.3. Os dados bancários da CONTRATADA para pagamento são: Banco: CEF, Ag. 571, Conta nº: 915-6.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATANTE:

5.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste instrumento.

5.2. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao fornecimento dos objetos.

5.3. Formalizar, por escrito, os pedidos de alterações nos quantitativos dos objetos.

5.4. Informar a CONTRATADA, por escrito, as razões que motivaram eventual rejeição dos objetos entregues.

5.5. Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

6.1. Cumprir o objeto deste contrato nos termos e condições constantes do Edital Pregão nº. 04/2017 e seus anexos, bem como da respectiva proposta de preços da CONTRATADA.

6.2. Entregar os objetos descritos nos lote 01 do anexo I do Edital de Pregão nº 04/2017, nas condições previstas no Edital, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica e de acordo com a legislação em vigor.

6.3. Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo Contratante, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Quanto a Dívida Ativa da União;

6.4. Prestar esclarecimentos, imediatamente e por escrito, ao CONTRATANTE, sempre que por este solicitado.

6.5. Cumprir com o dever de recolher todos os tributos relacionados com a aquisição dos objetos deste instrumento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

7.1. Pela inexecução parcial ou total do CONTRATO, excluídas as hipóteses de caso fortuito e força maior à CONTRATADA, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, inclusive cumulativamente:

- a) Advertência por escrito.
- b) Multas, inclusive cumulativamente, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até 2 (dois) anos.

7.2. Nas hipóteses de inexecução das obrigações, à CONTRATADA poderá ser aplicada multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total do contrato enquanto perdurar o descumprimento.

7.3. A resolução do contrato motivada pelo inadimplemento de qualquer das partes ensejará a aplicação de multa à parte culpada no montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de indenização por perdas e danos.

7.4. O atraso no pagamento, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, implicará na incidência de multa de 0,2% (dois décimos percentuais) sobre o valor de cada fatura e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Os juros serão calculados desde a data limite para o pagamento até a satisfação do débito.

7.5. A CONTRATADA deverá comunicar, por escrito e justificadamente, as ocorrências de caso fortuito ou força maior impeditivas da prestação do serviço, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data da ocorrência, sob pena de não poder alegá-los posteriormente.

7.6. As eventuais multas e outros valores devidos pela CONTRATADA ao CONTRATANTE poderão ser compensados de pagamentos devidos à CONTRATADA, vencidos ou por vencer, deduzido da garantia de execução contratual, caso tenha sido prestada, ou poderão ser cobradas judicialmente, se for o caso.

7.6.1. As multas poderão ser aplicadas tantas vezes quantas forem as irregularidades constatadas.

7.7. O inadimplemento da CONTRATADA dará ao CONTRATANTE o direito de considerar rescindido de pleno direito o CONTRATO, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a CONTRATADA, ainda, pelas penalidades e pelas perdas e danos decorrentes, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas e impeditivas da prestação dos serviços.

7.8. Além de qualquer outro descumprimento de cláusula contratual, constituem causas de resolução, em qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização, a qualquer título:

- A) Ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, sem a prévia autorização escrita do CONTRATANTE.
- B) Deixar de cumprir as obrigações previstas no CONTRATO.
- C) Ocorrer reincidência, por parte da CONTRATADA, em infração contratual que implique na aplicação de multa.
- D) Ocorrer a decretação de falência, a liquidação judicial ou extrajudicial da CONTRATADA, ou ainda, o ingresso desta última em processo de recuperação judicial;

7.8.1. Em qualquer das situações elencadas nas alíneas do item 7.8, exceto o previsto na letra "D", a CONTRATADA ficará sujeita à multa resolutória prevista na Cláusula 7.3, cumulativamente, respondendo ainda, pelas perdas e danos decorrentes.

7.9. Se ocorrer a hipótese da resolução por parte do CONTRATANTE, caberá à CONTRATADA o direito ao recebimento das faturas correspondentes aos objetos recebidos e aceitos.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

8.1. A gestão do contrato será realizada por meio do Setor de Contabilidade do CONTRATANTE.

8.2. A gestão contratual realizada pelo CONTRATANTE não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, assim como não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e/ou prepostos.

8.3. O fiscal do contrato será designado pela presidência.

#### CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas correrão por conta dos seguintes Códigos Orçamentários:

Entidade 10 – Câmara Municipal de Curitiba

Órgão 01.00 – Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

3.3.90.39.88.00.00.00.1000 – Serviços de publicidade e propaganda

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A tolerância por qualquer das Partes, quanto ao descumprimento das condições aqui estipuladas, será interpretada como mera liberalidade, não podendo ser invocada como novação contratual ou renúncia de direitos.

10.2. É vedado a qualquer uma das Partes delegar ou transferir a terceiros, total ou parcialmente, os direitos e deveres objeto do presente Contrato, sem a prévia autorização da outra Parte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DEMAIS DOCUMENTOS

11.1. É parte integrante e inseparável do presente CONTRATO, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

ü Edital e Anexos do Pregão Presencial N° 04/2017

ü Proposta de Preços da CONTRATADA

ü Demais documentos do processo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba/SC, com preferência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões com fundamento neste contrato.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas que também o assinam.

CURITIBANOS/SC, 12 DE ABRIL DE 2017.

IVAN FRANÇA MOREIRA

Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC

\_\_\_\_\_  
MARIANA POMERENING STEFANES ME

CONTRATADA

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA

O presente contrato cumpre as exigências legais.

CURITIBANOS/SC, 12 DE ABRIL DE 2017.

Rafael Gobbi

Procurador da Câmara

Testemunhas:

Nome:		Nome:
CPF:		CPF:

### CONTRATO 5/2017

CONTRATO N. 5/2017

CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, Centro, em Curitiba (SC), inscrita no CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representada por seu Presidente Vereador IVAN FRANÇA MOREIRA, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a GRUPO ATIVA DE COMUNICAÇÃO LTDA, estabelecida na AVENIDA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, Nº 388, SALA 35, bairro CENTRO, na cidade de CURITIBANOS (SC), CEP 89.520-000, fone 49 - 32411066, e-mail viapublicaonline01@gmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 13.117.158/0001-98, neste ato representada por GRAZIELLE DELFINO DE SOUZA, cargo/função ADMINISTRADOR, portador do RG nº 4.984.076 expedida pela SSP/SC e CPF nº 058.242.489-58 ou SAMUEL FERREIRA, cargo/função ADMINISTRADOR, portador do RG nº 4.268.960 expedida pela SSP/SC e CPF nº 059.794.459-86 residentes e domiciliados na cidade de CURITIBANOS/SC, doravante denominada CONTRATADA.

As partes acima resolvem celebrar o presente contrato de compra e venda, decorrente do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, nº 04/2017, do tipo Menor Preço por Item, que se regerá pelos termos do Edital de Licitação e seus anexos;

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1. Contratação de serviços de publicidade e ou divulgação de assuntos de interesse público para a Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, conforme especificações contidas no anexo I do Edital de Pregão Presencial 04/2017, e autorização de fornecimento em anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA DOS OBJETOS

2.1. Os serviços contratados deverão ser prestados nos meses de abril a dezembro de 2017, a contar da data de assinatura do presente instrumento, com estrita observância ao que dispõe a proposta da CONTRATADA, aos termos deste Contrato e aos demais elementos constantes do Pregão Presencial nº 04/2017, que integram o presente instrumento, como se aqui transcritos estivessem.

2.1.1. Em caso de divergência entre o conteúdo da Proposta da CONTRATADA e o contido neste Contrato e demais elementos que o integram, prevalecerão estes últimos.

2.2. Os serviços contratados por força do presente instrumento deverão ser entregues diretamente nas dependências da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, sito à Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, no horário de expediente, das 13h às 19h, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo escrito, nos termos legais.

3.2. Os preços serão reajustados pelo IPCA, desde que ultrapassado o prazo de um ano, mediante acordo entre as partes.

3.3. O reequilíbrio econômico financeiro será executado a qualquer tempo desde que comprovado mediante documentação fiscal a época da emissão do contrato e atual, mediante também demonstração em planilhas.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor total ESTIMADO do contrato fica convencionado entre as partes em R\$ 4.050,00 (QUATRO MIL, CINCOENTA REAIS), conforme tabela abaixo, no qual já se acham incluídos todos os tributos e encargos legais, assim como todas as despesas de administração e custos para fornecimento dos objetos, conforme indicação da proposta da CONTRATADA.

ITENS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL DO ITEM R\$
Item II – Contratação de empresa para inserção de matérias oficiais em página da internet, para divulgação de assuntos de interesse público (informativos, notas, comunicados, publicações legais e publicações institucionais). - Publicações nos meses de abril a dezembro de 2017; - Mídia colorida com número ilimitado de matérias. - Mínimo de 1000 acessos mensais	mensal	9 meses	4.050,00

4.2. O pagamento dar-se-á até 30 (trinta) dias após a entrega dos objetos, mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela Contratada. Para tanto, caberá a esta apresentar a Nota Fiscal/Fatura para as conferências e o atesto pelo Contratante.

4.2.1. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente alguma incorreção, o documento será devolvido à Contratada e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais a Contratante.

4.3. Os dados bancários da CONTRATADA para pagamento são: Banco: SICOOB, Ag. 3071, Conta nº: 38.158-6.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATANTE:

5.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste instrumento.

5.2. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao fornecimento dos objetos.

5.3. Formalizar, por escrito, os pedidos de alterações nos quantitativos dos objetos.

5.4. Informar a CONTRATADA, por escrito, as razões que motivaram eventual rejeição dos objetos entregues.

5.5. Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

6.1. Cumprir o objeto deste contrato nos termos e condições constantes do Edital Pregão nº. 04/2017 e seus anexos, bem como da respectiva proposta de preços da CONTRATADA.

6.2. Entregar os objetos descritos nos lote 02 do anexo I do Edital de Pregão nº 04/2017, nas condições previstas no Edital, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica e de acordo com a legislação em vigor.

6.3. Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo Contratante, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Quanto a Dívida Ativa da União;

6.4. Prestar esclarecimentos, imediatamente e por escrito, ao CONTRATANTE, sempre que por este solicitado.

6.5. Cumprir com o dever de recolher todos os tributos relacionados com a aquisição dos objetos deste instrumento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

7.1. Pela inexecução parcial ou total do CONTRATO, excluídas as hipóteses de caso fortuito e força maior à CONTRATADA, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, inclusive cumulativamente:

a) Advertência por escrito.

b) Multas, inclusive cumulativamente, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até 2 (dois) anos.

7.2. Nas hipóteses de inexecução das obrigações, à CONTRATADA poderá ser aplicada multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total do contrato enquanto perdurar o descumprimento.

7.3. A resolução do contrato motivada pelo inadimplemento de qualquer das partes ensejará a aplicação de multa à parte culpada no montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de indenização por perdas e danos.

7.4. O atraso no pagamento, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, implicará na incidência de multa de 0,2% (dois décimos percentuais) sobre o valor de cada fatura e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Os juros serão calculados desde a data limite para o pagamento até a satisfação do débito.

7.5. A CONTRATADA deverá comunicar, por escrito e justificadamente, as ocorrências de caso fortuito ou força maior impeditivas da prestação do serviço, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data da ocorrência, sob pena de não poder alegá-los posteriormente.

7.6. As eventuais multas e outros valores devidos pela CONTRATADA ao CONTRATANTE poderão ser compensados de pagamentos devidos à CONTRATADA, vencidos ou por vencer, deduzido da garantia de execução contratual, caso tenha sido prestada, ou poderão ser cobradas judicialmente, se for o caso.

7.6.1. As multas poderão ser aplicadas tantas vezes quantas forem as irregularidades constatadas.

7.7. O inadimplemento da CONTRATADA dará ao CONTRATANTE o direito de considerar rescindido de pleno direito o CONTRATO, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a CONTRATADA, ainda, pelas penalidades e pelas perdas e danos decorrentes, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas e impeditivas da prestação dos serviços.

7.8. Além de qualquer outro descumprimento de cláusula contratual, constituem causas de resolução, em qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização, a qualquer título:

A) Ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, sem a prévia autorização escrita do CONTRATANTE.

B) Deixar de cumprir as obrigações previstas no CONTRATO.

C) Ocorrer reincidência, por parte da CONTRATADA, em infração contratual que implique na aplicação de multa.

D) Ocorrer a decretação de falência, a liquidação judicial ou extrajudicial da CONTRATADA, ou ainda, o ingresso desta última em processo de recuperação judicial;

7.8.1. Em qualquer das situações elencadas nas alíneas do item 7.8, exceto o previsto na letra "D", a CONTRATADA ficará sujeita à multa resolutória prevista na Cláusula 7.3, cumulativamente, respondendo ainda, pelas perdas e danos decorrentes.

7.9. Se ocorrer a hipótese da resolução por parte do CONTRATANTE, caberá à CONTRATADA o direito ao recebimento das faturas correspondentes aos objetos recebidos e aceitos.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

8.1. A gestão do contrato será realizada por meio do Setor de Contabilidade do CONTRATANTE.

8.2. A gestão contratual realizada pelo CONTRATANTE não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer

irregularidades, assim como não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e/ou prepostos.

8.3. O fiscal do contrato será designado pela presidência.

#### CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas correrão por conta dos seguintes Códigos Orçamentários:

Entidade 10 – Câmara Municipal de Curitiba

Órgão 01.00 – Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

3.3.90.39.88.00.00.00.1000 – Serviços de publicidade e propaganda

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A tolerância por qualquer das Partes, quanto ao descumprimento das condições aqui estipuladas, será interpretada como mera liberalidade, não podendo ser invocada como novação contratual ou renúncia de direitos.

10.2. É vedado a qualquer uma das Partes delegar ou transferir a terceiros, total ou parcialmente, os direitos e deveres objeto do presente Contrato, sem a prévia autorização da outra Parte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DEMAIS DOCUMENTOS

11.1. É parte integrante e inseparável do presente CONTRATO, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

ü Edital e Anexos do Pregão Presencial Nº 04/2017

ü Proposta de Preços da CONTRATADA

ü Demais documentos do processo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba/SC, com preferência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões com fundamento neste contrato.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas que também o assinam.

CURITIBANOS/SC, 12 DE ABRIL DE 2017.

IVAN FRANÇA MOREIRA

Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC

GRUPO ATIVA DE COMUNICAÇÃO LTDA  
CONTRATADA

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA  
O presente contrato cumpre as exigências legais.

CURITIBANOS/SC, 12 DE ABRIL DE 2017.

Rafael Gobbi  
Procurador da Câmara

Testemunhas:

Nome:		Nome:
CPF:		CPF:

#### CONTRATO 6/2017

CONTRATO N. 6/2017

CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, Centro, em Curitiba (SC), inscrita no CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representada por seu Presidente Vereador IVAN FRANÇA MOREIRA, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a ENTIDADE FUNDAÇÃO FREI ROGÉRIO, estabelecida na RUA CORONEL VIDAL RAMOS, nº 861, bairro CENTRO, na cidade de CURITIBANOS (SC), CEP 89.520-000, fone 49 - 32410900, e-mail recepcaoamfm@movimento.fm.br, inscrita no CNPJ sob o nº 78.474.251/0001-03, neste ato representada por NEURI FRANCISCO REINISCH, cargo/função Diretor Presidente, portador do RG nº 3.188.345 expedida pela SSP/SC e CPF nº 026.088.489-82, residente e domiciliado na cidade de CURITIBANOS/SC, doravante denominada CONTRATADA.

As partes acima resolvem celebrar o presente contrato de compra e venda, decorrente do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, nº 04/2017, do tipo Menor Preço por Item, que se regerá pelos termos do Edital de Licitação e seus anexos;

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1. Contratação de serviços de publicidade e ou divulgação de assuntos de interesse público para a Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, conforme especificações contidas no anexo I do Edital de Pregão Presencial 04/2017, e autorização de fornecimento em anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA DOS OBJETOS

2.1. Os serviços contratados deverão ser prestados nos meses de abril a dezembro de 2017, a contar da data de assinatura do presente instrumento, com estrita observância ao que dispõe a proposta da CONTRATADA, aos termos deste Contrato e aos demais elementos constantes do Pregão Presencial nº 04/2017, que integram o presente instrumento, como se aqui transcritos estivessem.

2.1.1. Em caso de divergência entre o conteúdo da Proposta da CONTRATADA e o contido neste Contrato e demais elementos que o integram, prevalecerão estes últimos.

2.2. Os serviços contratados por força do presente instrumento deverão ser entregues diretamente nas dependências da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, sito à Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, no horário de expediente, das 13h às 19h, de segunda a sexta-feira.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo escrito, nos termos legais.

3.2. Os preços serão reajustados pelo IPCA, desde que ultrapassado o prazo de um ano, mediante acordo entre as partes.

3.3. O reequilíbrio econômico financeiro será executado a qualquer tempo desde que comprovado mediante documentação fiscal a época da emissão do contrato e atual, mediante também demonstração em planilhas.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor total ESTIMADO do contrato fica convencionado entre as partes em R\$ 10.080,00 (DEZ MIL E OITENTA REAIS), conforme tabela abaixo, no qual já se acham incluídos todos os tributos e encargos legais, assim como todas as despesas de administração e custos para fornecimento dos objetos, conforme indicação da proposta da CONTRATADA.

ITENS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL DO ITEM R\$
Item III – Inserções de 2 minutos 2 vezes na semana de matérias oficiais em rádio com cobertura no município de Curitiba/SC, para divulgação de assuntos de interesse público (informativos, notas, comunicados, publicações legais e publicações institucionais).	01 (uma) inserção de 2 (dois) minutos 2 vezes na semana	36 (trinta e seis) inserções semanais	10.080,00

4.2. O pagamento dar-se-á até 30 (trinta) dias após a entrega dos objetos, mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela Contratada. Para tanto, caberá a esta apresentar a Nota Fiscal/Fatura para as conferências e o atesto pelo Contratante.

4.2.1. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente alguma incorreção, o documento será devolvido à Contratada e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais a Contratante.

4.3. Os dados bancários da CONTRATADA para pagamento são: Banco: BB, Ag. 517-7, Conta nº: 206.703-X.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATANTE:

5.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste instrumento.

5.2. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao fornecimento dos objetos.

5.3. Formalizar, por escrito, os pedidos de alterações nos quantitativos dos objetos.

5.4. Informar a CONTRATADA, por escrito, as razões que motivaram eventual rejeição dos objetos entregues.

5.5. Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

6.1. Cumprir o objeto deste contrato nos termos e condições constantes do Edital Pregão nº. 04/2017 e seus anexos, bem como da respectiva proposta de preços da CONTRATADA.

6.2. Entregar os objetos descritos nos lote 03 do anexo I do Edital de Pregão nº 04/2017, nas condições previstas no Edital, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica e de acordo com a legislação em vigor.

6.3. Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo Contratante, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Quanto a Dívida Ativa da União;

6.4. Prestar esclarecimentos, imediatamente e por escrito, ao CONTRATANTE, sempre que por este solicitado.

6.5. Cumprir com o dever de recolher todos os tributos relacionados com a aquisição dos objetos deste instrumento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO**

7.1. Pela inexecução parcial ou total do CONTRATO, excluídas as hipóteses de caso fortuito e força maior à CONTRATADA, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, inclusive cumulativamente:

a) Advertência por escrito.

b) Multas, inclusive cumulativamente, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até 2 (dois) anos.

7.2. Nas hipóteses de inexecução das obrigações, à CONTRATADA poderá ser aplicada multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total do contrato enquanto perdurar o descumprimento.

7.3. A resolução do contrato motivada pelo inadimplemento de qualquer das partes ensejará a aplicação de multa à parte culpada no montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de indenização por perdas e danos.

7.4. O atraso no pagamento, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, implicará na incidência de multa de 0,2% (dois décimos percentuais) sobre o valor de cada fatura e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Os juros serão calculados desde a data limite para o pagamento até a satisfação do débito.

7.5. A CONTRATADA deverá comunicar, por escrito e justificadamente, as ocorrências de caso fortuito ou força maior impeditivas da prestação do serviço, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data da ocorrência, sob pena de não poder alegá-los posteriormente.

7.6. As eventuais multas e outros valores devidos pela CONTRATADA ao CONTRATANTE poderão ser compensados de pagamentos devidos à CONTRATADA, vencidos ou por vencer, deduzido da garantia de execução contratual, caso tenha sido prestada, ou poderão ser cobradas judicialmente, se for o caso.

7.6.1. As multas poderão ser aplicadas tantas vezes quantas forem as irregularidades constatadas.

7.7. O inadimplemento da CONTRATADA dará ao CONTRATANTE o direito de considerar rescindido de pleno direito o CONTRATO, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a CONTRATADA, ainda, pelas penalidades e pelas perdas e danos decorrentes, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas e impeditivas da prestação dos serviços.

7.8. Além de qualquer outro descumprimento de cláusula contratual, constituem causas de resolução, em qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização, a qualquer título:

A) Ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, sem a prévia autorização escrita do CONTRATANTE.

B) Deixar de cumprir as obrigações previstas no CONTRATO.

C) Ocorrer reincidência, por parte da CONTRATADA, em infração contratual que implique na aplicação de multa.

D) Ocorrer a decretação de falência, a liquidação judicial ou extrajudicial da CONTRATADA, ou ainda, o ingresso desta última em processo de recuperação judicial;

7.8.1. Em qualquer das situações elencadas nas alíneas do item 7.8, exceto o previsto na letra "D", a CONTRATADA ficará sujeita à multa resolutória prevista na Cláusula 7.3, cumulativamente, respondendo ainda, pelas perdas e danos decorrentes.

7.9. Se ocorrer a hipótese da resolução por parte do CONTRATANTE, caberá à CONTRATADA o direito ao recebimento das faturas correspondentes aos objetos recebidos e aceitos.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

8.1. A gestão do contrato será realizada por meio do Setor de Contabilidade do CONTRATANTE.

8.2. A gestão contratual realizada pelo CONTRATANTE não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, assim como não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e/ou prepostos.

8.3. O fiscal do contrato será designado pela presidência.

#### CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas correrão por conta dos seguintes Códigos Orçamentários:

Entidade 10 – Câmara Municipal de Curitiba

Órgão 01.00 – Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

3.3.90.39.88.00.00.1000 – Serviços de publicidade e propaganda

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A tolerância por qualquer das Partes, quanto ao descumprimento das condições aqui estipuladas, será interpretada como mera liberalidade, não podendo ser invocada como novação contratual ou renúncia de direitos.

10.2. É vedado a qualquer uma das Partes delegar ou transferir a terceiros, total ou parcialmente, os direitos e deveres objeto do presente Contrato, sem a prévia autorização da outra Parte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DEMAIS DOCUMENTOS

11.1. É parte integrante e inseparável do presente CONTRATO, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

ü Edital e Anexos do Pregão Presencial Nº 04/2017

ü Proposta de Preços da CONTRATADA

ü Demais documentos do processo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba/SC, com preferência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões com fundamento neste contrato.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas que também o assinam.

CURITIBANOS/SC, 12 DE ABRIL DE 2017.

IVAN FRANÇA MOREIRA

Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC

\_\_\_\_\_  
FUNDAÇÃO FREI ROGÉRIO  
CONTRATADA

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA

O presente contrato cumpre as exigências legais.

CURITIBANOS/SC, 12 DE ABRIL DE 2017.

Rafael Gobbi

Procurador da Câmara

Testemunhas:

Nome:		Nome:
CPF:		CPF:

**CONTRATO 7/2017**

CONTRATO N. 7/2017

CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, Centro, em Curitiba/SC, inscrita no CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representada por seu Presidente Vereador IVAN FRANÇA MOREIRA, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a A SEMANA EDITORA LTDA EPP, estabelecida na AVENIDA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, nº 388, bairro CENTRO, na cidade de CURITIBANOS (SC), CEP 89.520-000, fone 49 - 32451711, e-mail asemana@baroni.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 81.632.135/0001-71, neste ato representada por RENATO WESTPHAL, cargo/função empresário, portador do RG nº 8/R 633.827 expedida pela SSP/SC e CPF nº 249.382.469-53 ou HÉLIO WESTPHAL, cargo/função empresário, portador do RG nº 8/R 1.176.644 expedida pela SSP/SC e CPF nº 542.657.709-91, residentes e domiciliados na cidade de CURITIBANOS/SC, doravante denominada CONTRATADA.

As partes acima resolvem celebrar o presente contrato de compra e venda, decorrente do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, nº 04/2017, do tipo Menor Preço por Item, que se regerá pelos termos do Edital de Licitação e seus anexos;

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1. Contratação de serviços de publicidade e ou divulgação de assuntos de interesse público para a Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, conforme especificações contidas no anexo I do Edital de Pregão Presencial 04/2017, e autorização de fornecimento em anexo.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA DOS OBJETOS**

2.1. Os serviços contratados deverão ser prestados nos meses de abril a dezembro de 2017, a contar da data de assinatura do presente instrumento, com estrita observância ao que dispõe a proposta da CONTRATADA, aos termos deste Contrato e aos demais elementos constantes do Pregão Presencial nº 04/2017, que integram o presente instrumento, como se aqui transcritos estivessem.

2.1.1. Em caso de divergência entre o conteúdo da Proposta da CONTRATADA e o contido neste Contrato e demais elementos que o integram, prevalecerão estes últimos.

2.2. Os serviços contratados por força do presente instrumento deverão ser entregues diretamente nas dependências da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, sito à Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, no horário de expediente, das 13h às 19h, de segunda a sexta-feira.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

3.1. O contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo escrito, nos termos legais.

3.2. Os preços serão reajustados pelo IPCA, desde que ultrapassado o prazo de um ano, mediante acordo entre as partes.

3.3. O reequilíbrio econômico financeiro será executado a qualquer tempo desde que comprovado mediante documentação fiscal a época da emissão do contrato e atual, mediante também demonstração em planilhas.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1. O valor total ESTIMADO do contrato fica convencionado entre as partes em R\$ 8.820,00 (OITO MIL, OITOCENTOS E VINTE REAIS), conforme tabela abaixo, no qual já se acham incluídos todos os tributos e encargos legais, assim como todas as despesas de administração e custos para fornecimento dos objetos, conforme indicação da proposta da CONTRATADA.

ITENS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL DO ITEM R\$
Item IV – Aquisição de espaço para inserção de matérias oficiais do poder legislativo em centímetros de coluna preto e branco, com jornal de circulação local, sendo que o conteúdo a ser publicado será fornecido com antecedência pela Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC. - Mídia preto e branco com no mínimo 12,5cm (doze e meio centímetros) de altura por 15,4 cm (aproximadamente quinze centímetros) de largura; - Periodicidade semanal	01 (uma) publicação semanal	36 (trinta e seis) edições	8.820,00

4.2. O pagamento dar-se-á até 30 (trinta) dias após a entrega dos objetos, mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela Contratada. Para tanto, caberá a esta apresentar a Nota Fiscal/Fatura para as conferências e o atesto pelo Contratante.

4.2.1. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente alguma incorreção, o documento será devolvido à Contratada e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais a Contratante.

4.3. Os dados bancários da CONTRATADA para pagamento são: Banco: BB, Ag. 517, Conta nº: 1.293-9.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

5. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATANTE:

5.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste instrumento.

5.2. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao fornecimento dos objetos.

5.3. Formalizar, por escrito, os pedidos de alterações nos quantitativos dos objetos.

5.4. Informar a CONTRATADA, por escrito, as razões que motivaram eventual rejeição dos objetos entregues.

5.5. Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

6.1. Cumprir o objeto deste contrato nos termos e condições constantes do Edital Pregão nº. 04/2017 e seus anexos, bem como da respectiva proposta de preços da CONTRATADA.

6.2. Entregar os objetos descritos nos lote 04 do anexo I do Edital de Pregão nº 04/2017, nas condições previstas no Edital, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica e de acordo com a legislação em vigor.

6.3. Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo Contratante, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Quanto a Dívida Ativa da União;

6.4. Prestar esclarecimentos, imediatamente e por escrito, ao CONTRATANTE, sempre que por este solicitado.

6.5. Cumprir com o dever de recolher todos os tributos relacionados com a aquisição dos objetos deste instrumento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO**

7.1. Pela inexecução parcial ou total do CONTRATO, excluídas as hipóteses de caso fortuito e força maior à CONTRATADA, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, inclusive cumulativamente:

a) Advertência por escrito.

b) Multas, inclusive cumulativamente, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até 2 (dois) anos.

7.2. Nas hipóteses de inexecução das obrigações, à CONTRATADA poderá ser aplicada multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total do contrato enquanto perdurar o descumprimento.

7.3. A resolução do contrato motivada pelo inadimplemento de qualquer das partes ensejará a aplicação de multa à parte culpada no montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de indenização por perdas e danos.

7.4. O atraso no pagamento, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, implicará na incidência de multa de 0,2% (dois décimos percentuais) sobre o valor de cada fatura e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Os juros serão calculados desde a data limite para o pagamento até a satisfação do débito.

7.5. A CONTRATADA deverá comunicar, por escrito e justificadamente, as ocorrências de caso fortuito ou força maior impeditivas da prestação do serviço, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data da ocorrência, sob pena de não poder alegá-los posteriormente.

7.6. As eventuais multas e outros valores devidos pela CONTRATADA ao CONTRATANTE poderão ser compensados de pagamentos devidos à CONTRATADA, vencidos ou por vencer, deduzido da garantia de execução contratual, caso tenha sido prestada, ou poderão ser cobradas judicialmente, se for o caso.

7.6.1. As multas poderão ser aplicadas tantas vezes quantas forem as irregularidades constatadas.

7.7. O inadimplemento da CONTRATADA dará ao CONTRATANTE o direito de considerar rescindido de pleno direito o CONTRATO, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a CONTRATADA, ainda, pelas penalidades e pelas perdas e danos

decorrentes, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas e impeditivas da prestação dos serviços.

7.8. Além de qualquer outro descumprimento de cláusula contratual, constituem causas de resolução, em qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização, a qualquer título:

A) Ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, sem a prévia autorização escrita do CONTRATANTE.

B) Deixar de cumprir as obrigações previstas no CONTRATO.

C) Ocorrer reincidência, por parte da CONTRATADA, em infração contratual que implique na aplicação de multa.

D) Ocorrer a decretação de falência, a liquidação judicial ou extrajudicial da CONTRATADA, ou ainda, o ingresso desta última em processo de recuperação judicial;

7.8.1. Em qualquer das situações elencadas nas alíneas do item 7.8, exceto o previsto na letra "D", a CONTRATADA ficará sujeita à multa resolutória prevista na Cláusula 7.3, cumulativamente, respondendo ainda, pelas perdas e danos decorrentes.

7.9. Se ocorrer a hipótese da resolução por parte do CONTRATANTE, caberá à CONTRATADA o direito ao recebimento das faturas correspondentes aos objetos recebidos e aceitos.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

8.1. A gestão do contrato será realizada por meio do Setor de Contabilidade do CONTRATANTE.

8.2. A gestão contratual realizada pelo CONTRATANTE não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, assim como não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e/ou prepostos.

8.3. O fiscal do contrato será designado pela presidência.

#### CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas correrão por conta dos seguintes Códigos Orçamentários:

Entidade 10 – Câmara Municipal de Curitiba

Órgão 01.00 – Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

3.3.90.39.88.00.00.00.1000 – Serviços de publicidade e propaganda

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A tolerância por qualquer das Partes, quanto ao descumprimento das condições aqui estipuladas, será interpretada como mera liberalidade, não podendo ser invocada como novação contratual ou renúncia de direitos.

10.2. É vedado a qualquer uma das Partes delegar ou transferir a terceiros, total ou parcialmente, os direitos e deveres objeto do presente Contrato, sem a prévia autorização da outra Parte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DEMAIS DOCUMENTOS

11.1. É parte integrante e inseparável do presente CONTRATO, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

ü Edital e Anexos do Pregão Presencial Nº 04/2017

ü Proposta de Preços da CONTRATADA

ü Demais documentos do processo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba/SC, com preferência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões com fundamento neste contrato.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas que também o assinam.

CURITIBANOS/SC, 12 DE ABRIL DE 2017.

IVAN FRANÇA MOREIRA

Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC

A SEMANA EDITORA LTDA EPP  
CONTRATADA

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA

O presente contrato cumpre as exigências legais.

CURITIBANOS/SC, 12 DE ABRIL DE 2017.

Rafael Gobbi

Procurador da Câmara

Testemunhas:

Nome:		Nome:
CPF:		CPF:

# Descanso

## PREFEITURA

### **1846/2017 PRORROGA PRAZO DE VENCIMENTO DO ISSQN**

DECRETO Nº 1846/2017, de 12 de abril de 2017.

PRORROGA PRAZO DE VENCIMENTO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 86, IX da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º Em vista da necessidade de implantação da nova sistemática de emissão de documentos pelo departamento de tributação do Município, fica prorrogado o vencimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do dia 17.04.2017, competência março/2017, para o dia 26.04.2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso/SC, 12 de abril de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

# Dionisio Cerqueira

## PREFEITURA

### DISPENSA LICITAÇÃO 16/2017 - HOSPITAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/17

HOMOLOGAÇÃO: 06/04/17

CONTRATADO: JOSE GONCALVES DE SOUZA SAVI - ME

CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS

ESPECIALIZADOS EM CARÁTER DE URGENCIA PARA

ATENDIMENTOS HOSPITALARES NECESSÁRIOS AOS

MUNICIPES DE DIONISIO CERQUEIRA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil e reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

DATA: 17/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/17

HOMOLOGAÇÃO: 06/04/17

CONTRATADO: DANIELE SAMPAIO COLVARA - ME

CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS

ESPECIALIZADOS EM CARÁTER DE URGENCIA PARA

ATENDIMENTOS HOSPITALARES NECESSÁRIOS AOS

MUNICIPES DE DIONISIO CERQUEIRA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil e reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

DATA: 17/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/17

HOMOLOGAÇÃO: 06/04/17

CONTRATADO: RODRIGO HENRIQUE MELLO V.A. MELO - ME

CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS

ESPECIALIZADOS EM CARÁTER DE URGENCIA PARA

ATENDIMENTOS HOSPITALARES NECESSÁRIOS AOS

MUNICIPES DE DIONISIO CERQUEIRA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil e reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

DATA: 17/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal

# Doutor Pedrinho

## CÂMARA MUNICIPAL

### PARECER COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 07/2017

Designa servidores para compor a Comissão Permanente de Licitações do Poder Legislativo de Doutor Pedrinho para o exercício de 2016, e dá outras providências.

A proposição está fundamentada no artigo 37, caput e inciso XXI, da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e busca suprir uma necessidade pública interna deste Poder legislativo.

Com efeito, referida Comissão Permanente de Licitações terá a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes (artigo 6º, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93), pois "A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação" (artigo 51 da Lei nº 8.666/93).

Ademais, como o Poder Legislativo dispõe de apenas três servidores, sendo dois deles do quadro permanente, se obriga a designá-los para compor referida Comissão, em especial diante da necessidade de manifestação desta Comissão Especial em processos de contratação de despesas por parte da Câmara de Vereadores.

Pelo exposto, esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação é de PARECER FAVORÁVEL a tramitação do presente Projeto de Resolução, para que o mesmo seja submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara.

Publique-se.

Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 11 de abril de 2017.

Jackson Rodrigo de Castilho  
Presidente

Américo Nones  
Vice-Presidente

Joel Mazzi  
Membro

### PARECER COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2017

Anula os Decretos Legislativos nº 09/2016 e nº 10/2016, e dá outras providências.

A proposição está fundamentada na observância da hierarquia das normas, representada na leitura combinada dos artigos 59 da Constituição Federal, 48 da Constituição Estadual e 30 da Lei Orgânica Municipal, bem como na preservação do competente processo legislativo e na obediência à técnica legislativa (disciplinada pela Lei Complementar Federal nº 95, de 26/02/1998).

Com efeito, os Decretos Legislativos nº 09/2016 (Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho) e nº 10/2016 (Dispõe sobre a Lei orgânica do Município e Doutor Pedrinho), editados em 21/12/2016, não foram precedidos do competente processo legislativo, além de afrontarem a hierarquia das normas e a técnica legislativa, cabendo sua anulação, conforme preconizam os artigos 53 e 54 da Lei Federal nº 9.784, de 29/01/1999.

Da mesma forma, diversos outros atos administrativos foram editados com vícios pelo Poder Legislativo, notadamente na Legislatura anterior (Decretos Legislativos nº 01/2016 à 08/2016 e as Portarias nº 01/2016 à 03/2016), bem como na presente Legislatura (Resoluções nº 01/2017 à 06/2017), que devem ser convalidados na forma do art. 55 da Lei Federal nº 9.784, de 29/01/1999, pois geraram efeitos permanentes e são necessários para as atividades deste Poder.

Por fim, também registramos a pertinência da constituição de Comissão Especial, em respeito à proporcionalidade partidária, para, em conjunto com a Assessoria Jurídica deste Poder Legislativo, realizar os estudos necessários e apresentar proposição de adequação e/ou alteração do Regimento Interno disciplinado pela Resolução nº 01/2016, bem como proposição de atualização da Lei Orgânica Municipal, tudo em conformidade com o próprio poder de auto-organização e tutela que é conferido pela Constituição Federal e demais diplomas legais.

Logo, não existem reparos constitucionais, jurídicos ou de redação na proposição em análise, incidindo hipótese de pertinência em seu mérito.

Pelo exposto, esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação é de PARECER FAVORÁVEL a tramitação do presente Projeto de Decreto Legislativo, para que o mesmo seja submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara.

Publique-se.

Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 11 de abril de 2017.

Jackson Rodrigo de Castilho  
Presidente

Américo Nones  
Vice-Presidente

Joel Mazzi  
Membro

**PAUTA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA**

PAUTA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DO PRIMEIRO PERÍODO ORDINÁRIO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA OITAVA LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC  
- 18 DE ABRIL DE 2017 -

I - Abertura da Sessão na forma Regimental

II - Pequeno Expediente:

- Discussão da Ata da Sessão anterior;
- Leitura do Expediente;

III – Grande Expediente:

- Tema Livre;

IV – Comunicação de Lideranças:

- Palavra aos Líderes;

V – Ordem do Dia:

- Sem proposições pautadas;

VI – Palavra Livre:

- Palavra aos inscritos;

VII – Encerramento, com convocação da próxima Sessão.

Sala das Sessões, em 17 de Abril de 2017.

TONY TADEU NONES  
Presidente da Câmara

GECIMARI CORDEIRO  
Assessoria Legislativa (FG)

# Ermo

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 070, DE 05 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº 070, de 05 de abril de 2017.

Dispõe sobre nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997, combinado com o que dispõe o Decreto nº 013/2000, de 24 de abril de 2000;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JENNIFER GRACE BLOCK, para exercer o cargo de CHEFE DE DIVISÃO ESPORTE ESTUDANTIL, Nível DASU-1, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 05 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 071, DE 05 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº 071, de 05 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997, combinado com o que dispõe o Decreto nº 013/2000, de 24 de abril de 2000;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear o Senhor CLAYTON NAZARIO AMERICO, para exercer o cargo de SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Nível DASU-3, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 05 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 073, DE 05 DE ABRIL DE 2017.**

PORTARIA Nº 073, de 05 de abril de 2017.

Dispõe sobre nomeação de Servidor para Cargo em Comissão que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997, combinado com o que dispõe o Decreto nº 013/2000, de 24 de abril de 2000;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear SERGIO NAZARENO INACIO, para exercer o cargo de DIRETOR DE AGRICULTURA, Nível DASU-2, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 05 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 074, DE 05 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº 074, de 05 de abril de 2017.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar SAMUEL DE VARGAS MACHADO, da função de Motorista I do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, Admitido(a) em Caráter Temporário (ACT) conforme Portaria nº 084, de 08 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 05 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 075, DE 05 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº 075, de 05 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir ROSALBA REGINA INÁCIO DA SILVA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 05 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 085, DE 10 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº 085, de 10 de abril de 2017.

Dispõe sobre nomeação de Servidor para Cargo em Comissão que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997, combinado com o que dispõe o Decreto nº 013/2000, de 24 de abril de 2000;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear JOSE VALSIR DA SILVA, para exercer o cargo de DIRETOR DE TRIBUTAÇÃO, Nível DASU-2, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 092, DE 12 DE ABRIL DE 2017.**

PORTARIA Nº 092, de 12 de abril de 2017.

Renova licença para tratar de interesses particulares ao servidor que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 89, da Lei nº 038, de 04 de Novembro de 1997;

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar a licença para tratar de interesses particulares, concedida a Servidora ANA PAULA NOLA BIZ, através da Portaria Nº 118, de 14 de abril de 2016, a partir de 13 de abril de 2017 e seu término em 12 de abril de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 12 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 069, DE 05 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº. 069, de 05 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir CRISTIANE ROCHA DE SOUZA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar Administrativo com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 31 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 05 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 072, DE 05 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº. 072, de 05 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir JESUANA APARECIDA LOPES, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais I com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 05 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 076, DE 05 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº. 076, de 05 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir MARIO GOULART JUNIOR, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Técnico em Informática com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 05 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 077, DE 05 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº. 077, de 05 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir SAMUEL DE VARGAS MACHADO, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Motorista I com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 05 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 078, DE 10 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº. 078, de 10 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir CLEMAR BORBA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Agente Comunitário de Saúde, para atuação no Programa de Saúde da Família – PSF da Secretaria de Saúde e Promoção Social, classificada no Processo Seletivo nº 001/2017, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 079, DE 10 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº. 079, de 10 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir PRISCILA ISABEL ALVES DA SILVA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Agente Comunitário de Saúde, para atuação no Programa de Saúde da Família – PSF da Secretaria de Saúde e Promoção Social, classificada no Processo Seletivo nº 001/2017, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 080, DE 10 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº. 080, de 10 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir SILVANA VOTRI FAGUNDES, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Agente Comunitário de Saúde, para atuação no Programa de Saúde da Família – PSF da Secretaria de Saúde e Promoção Social, classificada no Processo Seletivo nº 001/2017, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 081, DE 10 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº. 081, de 10 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir MAURÍCIO DE OLIVEIRA FERREIRA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Agente de Combate a Endemias com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 082, DE 10 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº. 082, de 10 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir CRISTIANE ROCHA DE SOUZA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar Administrativo com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 083, DE 10 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº. 083, de 10 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir ELIZABETE SILVA GUIMARAES, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Consultório Odontológico com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 084, DE 10 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº. 084, de 10 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir MAYCON BATISTA MATEUS, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Monitor de Transporte Escolar com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 086, DE 10 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº. 086, de 10 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017; Considerando a falta de aprovados no Processo Seletivo e a necessidade de servidores para atuarem junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir ROSELI PRIEBE FERREIRA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Monitor de Transporte Escolar com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 087, DE 10 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº. 087, de 10 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017; Considerando a falta de aprovados no Processo Seletivo e a necessidade de servidores para atuarem junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir PATRÍCIA NAZÁRIO, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Ensino da Educação com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº. 088, DE 10 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº. 088, de 10 de abril de 2017.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº. 003, de 03 de janeiro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora IRENE BATISTA do cargo de CHEFE DIVISÃO DE SAÚDE, Nível DASU 1, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeada pela Portaria Nº 008, de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº. 089, DE 10 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº. 089, de 10 de abril de 2017.

Dispõe sobre nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997, combinado com o que dispõe o Decreto nº 013/2000, de 24 de abril de 2000;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear TAYNÁ TOMAZZI, para exercer o cargo de CHEFE DIVISÃO DE SAÚDE, Nível DASU 1, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º fica revogada a Portaria nº 121, de 15 de outubro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº. 090, DE 12 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº. 090, de 12 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir STELA SANTOS DE SOUZA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Técnico em Enfermagem com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 12 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº. 091, DE 12 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº. 091, de 12 de abril de 2017.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir IRENE BATISTA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Técnico em Enfermagem com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 12 de abril de 2017.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### ATA DE JULGAMENTO Nº. 439/2017

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 439/2017

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 02/2017

As 09:30 horas do dia 17 de abril de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 059/2017, para receber e realizar a abertura dos envelopes da proposta de preço, Técnica e habilitação dos proponentes interessados em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTÍNUA NOS SETORES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA EXECUTAR UM CONJUNTO DE ATIVIDADES REALIZADAS INTEGRADAMENTE QUE TENHAM POR OBJETIVO O ESTUDO, O PLANEJAMENTO, A CONCEITUAÇÃO, A CONCEPÇÃO, A CRIAÇÃO, A EXECUÇÃO INTERNA, A INTERMEDIACÃO E A SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E A DISTRIBUIÇÃO E VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO, COM O OBJETIVO DE PROMOVER A VENDA DE BENS OU SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, DIFUNDIR IDÉIAS OU INFORMAR O PÚBLICO EM GERAL. COMO ATIVIDADES COMPLEMENTARES, OS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PERTINENTES AO PLANEJAMENTO E À EXECUÇÃO DE PESQUISAS E DE OUTROS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E DE GERAÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O MERCADO, O PÚBLICO-ALVO, OS MEIOS DE DIVULGAÇÃO NOS QUAIS SERÃO DIFUNDIDAS AS PEÇAS E AÇÕES PUBLICITÁRIAS OU SOBRE OS RESULTADOS DAS CAMPANHAS REALIZADAS; À PRODUÇÃO E À EXECUÇÃO TÉCNICA DAS PEÇAS E PROJETOS PUBLICITÁRIOS CRIADOS; À CRIAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DE FORMAS INOVADORAS DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA, EM CONSONÂNCIA COM NOVAS TECNOLOGIAS, VISANDO À EXPANSÃO DOS EFEITOS DAS MENSAGENS E DAS AÇÕES PUBLICITÁRIAS NO ASSESSORAMENTO E APOIO NO DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO EM AÇÕES DE COMUNICAÇÃO. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório o seguinte interessado: POLO PUBLICIDADE LTDA.

Iniciada a sessão com a presença do interessado, sendo que somente a empresa POLO PUBLICIDADE LTDA compareceu para a participação do certame, com isso, passou-se para a identificação da empresa e seu representante, junto com todos os invólucros exigidos, feito isso a Comissão de Licitação abriu os invólucros nº.s 01 e 03, onde será encaminhado a Subcomissão Técnica para análise e julgamento no prazo Máximo de 10 dias úteis.

Findos os trabalhos de recebimento e abertura dos invólucros, o presidente da Comissão de Licitação encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezessete.

LEANDRO NEUHAUS	DIOGO DE BEM	ROSMARI ZANELLA
Membro da comissão	Presidente da Comissão de Licitações	Membro da comissão

De acordo:

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 57/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
CONTRATO ADM. N.º: 057/2017	
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL	
CONTRATADO: CLÓVIS SADI ALVES CORRÊA	
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CASCALHO, a ser retirado pela CONTRATANTE, conforme necessidade, de uma área rural de 2.500 M2 (Dois mil e quinhentos metros quadrados) do imóvel de propriedade do CONTRATADO, matriculada sob o nº 01.409, situada na localidade de Linha Guarani, interior do Município de Formosa do Sul/SC.	
VIGIÊNCIA: 17/04/2017 À 31/12/2017	
FORMOSA DO SUL, 17 DE ABRIL DE 2017.	
RUDIMAR CONTE	
PREFEITO MUNICIPAL	

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 56/2017

#### EXTRATO CONTRATUAL Nº 56/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO ADOLESCENTE MULTIPLICADOR, ATENDENDO O PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

CONTRATADO: SPEEDT INTELIGENCIA EM TECNOLOGIA LTDA - EPP

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Vigência ..... : Início: 12/04/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Processo Administrativo Nº.: 28/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2017

FORMOSA DO SUL, 12 de Abril de 2017

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 28/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/ PMF/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 28/PMF/2017  
(Referente Pregão Presencial nº. 12/PMF/2017)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa SUPPLAY COMERCIAL EIRELI ME, CNPJ/MF nº 09.350.594/0001-35, estabelecida na Avenida Luiz Lazzarin, 2120, Criciúma/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Fernanda Guse de Medeiros, brasileira, CI 4509779, CPF 008.509.769-10, doravante denominada DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 12/PMF/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de kit de tecnologia móvel e embarcada para atender as necessidades da Polícia Militar do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

#### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO.

#### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. A instalação dos equipamentos será de responsabilidade do contratado.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Os proponentes deverão apresentar prazo de garantia de 01 (um) ano sob os produtos ofertados, contado a partir do recebimento dos produtos.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 05 (cinco) dias.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer conseqüências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem

justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 12/PMF/2017, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 23 de fevereiro de 2017.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA  
DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal  
SUPPLY COMERCIAL EIRELI ME  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal:  
CPF: XXXXXXXXXXXXX

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 60/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 145/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 60/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VINDO REGISTRAR para a aquisição de "sementes de flores e sementes nativas", a serem utilizadas no Horto Florestal do Município de Forquilha/SC, pelo período de 12 meses, de acordo com a proposta da contratada, e especificações em anexo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 14/10/2017  
3ª Publicação

## AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61/PMF/2017.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 61/PMF/2017.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de veículos de pequeno porte, 0 km, para 07 passageiros e veículo utilitário pick-up para atender as necessidades da secretaria de Educação e Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 16 de maio de 2017 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: [editais@forquilha.sc.gov.br](mailto:editais@forquilha.sc.gov.br) ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha/SC, 17 de abril de 2017.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

## CONTRATOS 2017 E ADITIVOS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHA  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2017

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
CONTRATADO: VOLTA GRANDE COMUNICAÇÕES LTDA. ME  
OBJETO: Serviços de Publicidade Legal e Institucional em Jornal de Circulação Local e Regional durante o Exercício de 2017, de acordo com a descrição constante no convite que integra o Edital especificado na forma descrita no Edital – CC 02/2017.

VALOR GLOBAL: R\$ 47.580,00

VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2017.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21.06.1993 E ALTERAÇÕES, PROC. LIC. 02/2017.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 2017 – 3.3.90.39

DATA DA ASSINATURA: 07.03.2017

MACIEL DA SOLER  
Presidente da CMF

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2017  
CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
CONTRATADO: RADIO ONDA JOVEM FM LTDA.  
OBJETO: Contratação de Rádio AM/FM que alcance todo o território do Município, 24hs, com uma previsão anual de inserções de 1.000 chamadas de radio fusão de 30 segundos cada com o objetivo de publicar atos durante o exercício de 2017.  
VALOR GLOBAL: R\$ 22.280,00  
VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2017.  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21.06.1993 E ALTERAÇÕES, PROC LIC 01/2016, PREGAO 01/2017.  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 2017 – 3.3.90.39  
DATA DA ASSINATURA: 21.02.2017  
MACIEL DA SOLER  
Presidente da CMF

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 02 – CONT 03/2015  
CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
CONTRATADO: ICONP CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA LTDA.  
OBJETO: CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA.  
VALOR GLOBAL: R\$ 17.400,00  
VIGÊNCIA: ATÉ 03.03.2018.  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21.06.1993 E ALTERAÇÕES, PROC LIC 03/2015, PREGAO 02/2015.  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 2017 – 3.3.90.35  
DATA DA ASSINATURA: 01.03.2017  
MACIEL DA SOLER  
Presidente da CMF

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 02 – CONT 04/2015  
CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
CONTRATADO: LIZ SERVIÇOS ON LINE LTDA.  
OBJETO: CESSÃO DE USO DE SOFTWARE CONSISTENTE, NA DIVULGAÇÃO, PUBLICAÇÃO E GERENCIAMENTO DO COMPÊNDIO DOS ATOS OFICIAIS, DE EFEITO EXTERNO, DO MUNICÍPIO E CÂMARA DE VEREADORES DE FORQUILHINHA  
VALOR GLOBAL: R\$ 4.926,36  
VIGÊNCIA: ATÉ 31.03.2018.  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21.06.1993 E ALTERAÇÕES, CONTRATAÇÃO DIRETA.  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 2017 – 3.3.90.35  
DATA DA ASSINATURA: 17.03.2017  
MACIEL DA SOLER  
Presidente da CMF

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2017  
CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
CONTRATADO: DAIANA ZANIBONI VIRTUOSO ANDRÉ MEI  
OBJETO: Contratação de empresa para serviços de manutenção em equipamentos de informática, monitoramento de backup de todas as informações e espaço em nuvem de 70Gb para backup extra das informações e banco de dados do Legislativo em 2017.  
VALOR GLOBAL: R\$ 6.000,00  
VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2017.  
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21.06.1993 E ALTERAÇÕES.  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 2017 – 3.3.90.39  
DATA DA ASSINATURA: 09.03.2017

MACIEL DA SOLER  
Presidente da CMF

### **EXTRATO DE CONTRATO FMS 21/2017**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 27/2017  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ANDREZA POSSAMAI DELLA GAMA ME

OBJETO – aquisição de materiais diversos para confecção de "Kit Gestante" para distribuição gratuita para os participantes do Programa SISPRENATAL, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 19.655,56 (dezenove mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2017

DOTAÇÃO – 1701.2052 fonte de recurso 3390.740.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 04/FMS/2017

DATA DA ASSINATURA – 27 de março de 2017.  
DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO FMS 28/2017**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 28/2017  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO – BLUMÉDICA PROD. MED. HOSP CIR. LTDA EPP

OBJETO – aquisição de material médico cirúrgico e material odontológico, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 31.535,00 (trinta e um mil quinhentos e trinta e cinco reais).

VIGÊNCIA – 31/07/2017

DOTAÇÃO – 1701.2050 fonte de recurso 3390.696; 1701.2052 fonte de recurso 3390.740; 1701.2058 fonte de recurso 3390.740 e 1701.2062 fonte de recurso 3390.696.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 05/FMS/2017

DATA DA ASSINATURA – 28 de março de 2017.  
DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 16/2017**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 16/2017

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 46/2014  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – BETHA SISTEMAS LTDA

DO OBJETO – Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, com acesso simultâneo de usuários, durante o exercício de 2014, para o município de Forquilha/SC, conforme características

descritas no ANEXO I do edital de chamamento;

DO VALOR – O valor global dos serviços previsto mensalmente sofrerá um reajuste de 5,38%, de acordo com índice de IGP-M, tendo um acréscimo aproximado de R\$ 4.819,79 (quatro mil oitocentos e dezenove mil e setenta e nove reais) para o exercício de 2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 03 de março de 2017.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026\_2017 RP 0026 PMF-DOM

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0026/2017– PMF

Registro de Preços Nº 0023/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviços de desratização, desinsetização, controle, limpeza de resíduos, retirada de ninhos e sujeiras de morcegos, lavagem e desinfecção de caixas de água, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS e FME), durante os meses de abril a dezembro de 2017. Retificação: Em razão da impugnação apresentada pela empresa ASFAG LTDA ME, fica incluído como requisito de habilitação técnica que o profissional da empresa tenha treinamento conforme as exigências da NR 33 (serviços em espaço confinado) e NR 35 (serviços em altura).

JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 04.05.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 17 de abril de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

### PORTARIA Nº 13262017

PORTARIA Nº 1326, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0029 de 08 de novembro de 2016 e Contrato Administrativo;

Considerando que está substituindo por 22 horas semanais a professora Juliana Padilha Ribeiro, que assumiu a função de Diretora de Ensino na Secretaria de Educação;

Considerando que está por 18 horas semanais em vaga excedente;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SULAMARA IACHITZKI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 080.081.289-17, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de abril de 2017 até 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de abril de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 13272017

PORTARIA Nº 1327, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 00056/2017, da Secretaria de Ação Social;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora JACQUELINE GISELE FARINA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 037.383.599-07, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, Função Gratificada Nível 4, por ter assumido a função de responsável pelo setor de compras da Secretaria de Ação Social, a partir de 10 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de abril de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 13282017

PORTARIA Nº. 1328, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora ANDRESSA CATARINA CONTE DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 056.833.879-06, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 13292017**

PORTARIA Nº. 1329, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 08962/2017 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ANDRESSA CATARINA CONTE DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 056.833.879-06, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR – NÍVEL 3, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 13302017**

PORTARIA Nº. 1330, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de TÂNIA DIAS DE ALMEIDA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 055.622.069-27, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**TA17FME01**

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17FME01 - Contrato Nº: CT16FME02  
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL ESPORTE E LAZER FME  
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA  
Vigência ..... : Início: 31/03/2017 Término: 31/03/2018  
Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO PARA ATÉ O DIA 31 DE MARÇO DE 2018.

Fraiburgo, 17 de Abril de 2017

JOÃO BATISTA DALANHOL - Superintendente

**TA17FMS08**

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17FMS08 - Contrato Nº: CT16FMS05  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA  
Vigência ..... : Início: 31/03/2017 Término: 31/03/2018  
Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO PARA ATÉ O DIA 31 DE MARÇO DE 2018.

Fraiburgo, 17 de Abril de 2017

IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

**TA17SF08**

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17SF08 - Contrato Nº: CT16SF04  
Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO SANEFRAI  
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA  
Vigência ..... : Início: 31/03/2017 Término: 31/03/2018  
Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO PARA ATÉ O DIA 31 DE MARÇO DE 2018.

Fraiburgo, 17 de Abril de 2017

ILDO LUCAS - Presidente

# Garopaba

## PREFEITURA

**PORTARIA N.º 428/2017**

PORTARIA N.º 428, DE 17 DE ABRIL DE 2017.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, SILVIO STAVISKI, CPF n.º 355.873.009-78, do cargo de PROFESSOR, do quadro de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 20/04/2017.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 17 de abril de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 430/2017**

PORTARIA N.º 430, DE 17 DE ABRIL DE 2017.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 56, da Lei Municipal n.º 1000/2005, CÁTIA DE LURDES FERREIRA MARCON, CPF n.º 622.940.590-34, das funções comissionadas do cargo de DIRETOR DE PLANEJAMENTO, CONTROLE, AVALIAÇÃO, REGULAÇÃO E AUDITORIA, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 19/04/2017.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de abril de 2017.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 435/2017**

PORTARIA N.º 435, DE 17 DE ABRIL DE 2017.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LUIZ CARLOS GASPARG, Matrícula Funcional n.º 4999, referente a 2015/2016, no período de 02/05/2017 a 31/05/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de abril de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 008/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 008/2017  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Aquisição de 3 (três) veículos zero km, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Saúde e Educação.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 03/05/2017  
as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 12 de abril de 2017.  
Rodrigo Adriany David  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 011/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 011/2017  
Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preços  
Tipo de julgamento: Menor Preço por lote

Objeto: Registro de Preços para contratação de clínica/empresa médica especializada afim de atender as necessidades quanto aos exames ocupacionais previstos na Norma regulamentadora NR-7 PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional), validação de atestados médicos e avaliação de processo interno de readaptação dos servidores da Prefeitura e Fundos Municipais, conforme Memorial Descritivo e Planilha anexo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 04/05/2017  
as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 12 de abril de 2017.  
Rodrigo Adriany David  
Prefeito Municipal

### CONTRATO Nº 65/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002

#### CONTRATO Nº 065/2017

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, o Sr. BRUNO GORGES WERLICH, brasileiro, solteiro, RG nº 4.904.081 CPF: 068.942.269-54, residente e domiciliado na Rua Pastor Georg Burger, 142 – Pirabeiraba, Joinville/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de MÉDICO do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de SAÚDE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 182 (cento e oitenta e dois) dias, com carga horária de 220 horas mensais.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 17 de abril de 2017, terminando no dia 17 de outubro de 2017, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

#### CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 12.990,50 (doze mil, novecentos e noventa reais e cinquenta centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

#### CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde,

Fundo Municipal de Saúde de Garuva, Atenção Básica, Estratégia Saúde de Família, Manutenção do Programa Saúde da Família – 14.001.10.301.1012.2041.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de SAÚDE, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

#### CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 12 de abril de 2017.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clédio Leandro Pedralli
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	
Contratado	
Isabela Aragão Pereira Cpf: 020.647.959-01	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

#### EXTRATO DE CONTRATO PMG Nº 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 001/2017

Modalidade: Processo Licitatório PMG nº 013/2017 - Dispensa de Licitação

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva

CONTRATADO: G2 Materiais Hidráulicos EIRELI - ME

CNPJ: 05.931.197/0001-04

OBJETO: Aquisição de materiais para implantação emergencial de rede de abastecimento de água através de passagem por galeria existente na faixa de domínio da BR 101.

VIGÊNCIA: 10/04/2017 a 10/05/2017.

VALOR: R\$ 16.886,96 (dezesseis mil oitocentos e oitenta e seis reais e noventa e seis centavos)

DATA DA ASSINATURA: 07/04/2017

AMPARO LEGAL: Art. 24 Inc. IV da Lei nº 8.666/93

#### PORTARIA 053/2017

PORTARIA Nº. 53 de 12 de abril de 2017

“DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO, Processo n.º 1226/2017;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

Art. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, do servidor MARCIO KUCHLIK.

PARAGRAFO ÚNICO - O servidor fica enquadrado na Carreira Operacional III, Classe III, referência “B”.

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 12 de abril de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA 054/2017

PORTARIA Nº 54, de 12 de abril de 2017.

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

Considerando o Processo nº 1482/2017,

RESOLVE:

Art. 10. Demitir a pedido, a servidora ZELIA KUCHLIK, do cargo de Agente Comunitária de Saúde, admitida através da Portaria nº. 03/2010, de 04 de janeiro de 2010.

Art. 20. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11 de abril de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA 055/2017

PORTARIA Nº. 55, de 12 de abril de 2017

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA READAPTAÇÃO DA SERVIDORA LUCIANY ELIZA MIRANDA PISKE BOEING E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CONSIDERANDO, o Processo de readaptação funcional nº. 1443/2014.

CONSIDERANDO, parecer da junta médica do município

CONSIDERANDO, Ofício nº 36/2017 da Secretaria de Educação,

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS Nº 001/98, 002/98 e 012/01,

RESOLVE:

Art. 1o. – Prorrogar o remanejamento provisório da servidora pública municipal LUCIANY ELIZA MIRANDA PISKE BOEING, da função de Professor Nível III, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Junta Médica Oficial de Readaptação.

Art. 2º. - Comunique-se a Junta Médica Oficial de Readaptação para reavaliar o servidor após 12 (doze) meses a contar da data a que retroage os efeitos desta Portaria.

Art. 3o. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de novembro de 2016.  
RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 056/2017**

PORTARIA Nº. 56, de 12 de abril de 2017.

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA READAPTAÇÃO DA SERVIDORA MARIA INES CARDOSO DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CONSIDERANDO a Portaria de readaptação nº. 414 de 26 de agosto de 2014;

CONSIDERANDO o Processo de readaptação funcional nº. 2055/2014;

CONSIDERANDO parecer da junta médica do município;

CONSIDERANDO ofício 34/2017 da Secretaria de Educação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS Nº 001/98, 002/98 e 012/01,

RESOLVE:

Art. 1o. – Prorrogar o remanejamento provisório da servidora pública municipal MARIA INES CARDOSO DOS SANTOS, da função de Professora, para exercer em caráter provisório, funções administrativas na Escola Municipal Vicente Vieira, a qual a servidora é lotada, auxiliando o serviço de Orientação Escolar, com carga horária de 40 horas semanais, e com vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Junta Médica Oficial de Readaptação.

Art. 2º. - Comunique-se a Junta Médica oficial de Readaptação para reavaliar a servidora após 02 (dois) anos a contar da data da publicação desta Portaria.

Art. 3o. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de outubro de 2016.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

**RATIFICAÇÃO DISPENSA 013/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO o ato do Secretário Municipal de Saneamento Ambiental, Marcio Ricardo Herpich, que dispensou a licitação para a Contratação da empresa G2 Materiais Hidráulicos EIRELI - ME, para a aquisição de materiais para implantação emergencial de rede de abastecimento de água através de passagem por galeria existente na faixa de domínio da BR 101, inscrita no CNPJ sob o nº 05.931.197/0001-04, no valor de R\$ 16.886,96 (dezesesseis mil oitocentos e oitenta e seis reais e noventa e seis centavos), amparado no Art. 24 Inc. IV da Lei nº 8.666/93.

Publique-se.

Garuva, 07 de abril de 2017.  
RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 65/2017

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de gases medicinais, com fornecimento de cilindros em regime de comodato. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09hs do dia 04/05/2017, no Departamento de Compras e Licitações, na Rua São Pedro, nº 128 - Edifício Edson Elias Wieser (2º Andar) – Centro, Gaspar/SC, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA: a partir das 9 horas do mesmo dia e local. A íntegra do Edital está disponível no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 17 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 43/2017

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA EVENTOS, INCLUINDO TRANSPORTE E MÃO DE OBRA DE MONTAGEM, DESMONTAGEM E OPERAÇÃO ESPECIALIZADA DOS EQUIPAMENTOS. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09hs do dia 05/05/2017, no Departamento de Compras e Licitações, Rua São Pedro, nº 128, 2º andar – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09hs, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 17 de abril de 2017.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 7.430, DE 10 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.430, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

FIXA PREÇOS PÚBLICOS DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO E DIÁRIA CUSTÓDIA DE VEÍCULOS APREENDIDOS, REMOVIDOS E MANTIDOS EM DEPÓSITO PÚBLICO/PRIVADO, EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NAS VIAS PÚBLICAS DESTES MUNICÍPIO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, de acordo com o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no artigo 2º, §1º, da Lei Municipal nº 3.490 de 12 de dezembro de 2012, Considerando a necessidade de adequação dos preços públicos dos serviços de remoção e diária custódia de veículos apreendidos, removidos e mantidos em depósito, em decorrência de infrações a legislação de trânsito nas vias públicas do Município de Gaspar; Considerando a previsão de aplicação de reajuste, respeitado o período de 12 (doze) meses contados da última avaliação;

DECRETA:

Art. 1º Os preços de serviços de remoção de veículos apreendidos, removidos e mantidos em depósito público/privado, em decorrência de infração à legislação de trânsito nas vias públicas deste Município, passam a ser:

#### I - SERVIÇO DE GUINCHO

Descrição	Tipo de Atendimento	Valor
Bicicleta, charrete, carroça, carro de mão, reboque, semirreboque (pequeno porte).	Guinchada	R\$ 101,01
Ciclomotor, motoneta, motocicleta, triciclo, quadriciclo, reboque, semirreboque (médio porte), automóvel, utilitário, caminhonete, camioneta, trator, micro-ônibus e trailer.	Guinchada	R\$ 134,68
Caminhão, reboque, semirreboque, ônibus, motor home.	Guinchada	R\$ 349,33

#### II - PERMANÊNCIA

Classificação de Veículos	Valor
Estadia de bicicleta, charrete, carroça, carro de mão, reboque, semirreboque (pequeno porte).	R\$ 10,52
Estadia de ciclomotor, motoneta, motocicleta, triciclo, quadriciclo.	R\$ 13,67
Estadia de automóvel, reboque, semirreboque (médio porte).	R\$ 18,93
Estadia de utilitário, caminhonete, camioneta, trator, micro-ônibus e trailer.	R\$ 31,56
Estadia de caminhão, reboque, semirreboque, ônibus, motor home.	R\$ 47,34

Art. 2º Os valores foram atualizados com base na variação dos últimos 12 (doze) meses (fev/2017) do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, o qual corresponde a 5,22%.

Parágrafo único. Os valores unitários serão reajustados a critério da Administração, desde que respeitado o período mínimo de 12 (doze) meses contados da última atualização.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor quinze dias após a data de sua publicação.

Gaspar, 10 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA Nº 5.181, DE 30 DE MARÇO DE 2017**

PORTARIA Nº 5.181, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, À SERVIDORA ROZE MERI BENACI GONCALVES.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 106 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à ROZE MERI BENACI GONCALVES, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 23/03/2017 a 20/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 23 de março de 2017.

Gaspar, 30 de março de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA Nº 5.182, DE 30 DE MARÇO DE 2017**

PORTARIA Nº 5.182, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, À SERVIDORA ANDREIA FERREIRA RIBEIRO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 106 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à ANDREIA FERREIRA RIBEIRO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 16/03/2017 a 25/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 16 de março de 2017.

Gaspar, 30 de março de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA Nº 5.183, DE 30 DE MARÇO DE 2017**

PORTARIA Nº 5.183, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, À SERVIDORA VANESSA TANHOLI.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 106 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à VANESSA TANHOLI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da

Família, no período compreendido entre 26/03/2017 a 01/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 26 de março de 2017.

Gaspar, 30 de março de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA Nº 5.194, DE 12 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA Nº 5.194, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, À SERVIDORA EDNA TURNES ALVES.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 106 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora EDNA TURNES ALVES, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 10/04/2017 a 14/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10 de abril de 2017.

Gaspar, 12 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA RH 18/2017**

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 18/2017

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) FERNANDA PEREIRA SAUTNER, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01/02/2012 a 10/02/2017, devendo folgar a partir de 17/04/2017 a 15/07/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000

-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-1825-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

**PORTARIA RH 19/2017**

MUNICÍPIO DE GASPAR

## PORTARIA RH 19/2017

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

## RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a ) MARI INEZ TESTONI THEISS, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 14/03/2002 a 31/03/2007, devendo folgar a partir de 17/04/2017 a 15/07/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000

-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-1825-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

**PORTARIA RH 20/2017**

MUNICÍPIO DE GASPAR

## PORTARIA RH 20/2017

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

## RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a ) IEDA CADORE DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 07/02/2011 a 14/02/2016, devendo folgar a partir de 17/04/2017 a 15/07/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000

-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-1825-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### EXTRATO DA SEGUNDA RETIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 004/2017 - NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 002/2017

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC torna público a Retificação nº 002/2017 ao Edital de Concurso Público nº 004/2017 que passa a ser assim definido:

#### 1. DA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Na Página 7, Anexo III, item 8, onde se lê:

FISCAL DO MEIO AMBIENTE	MÉDIO	Nível Médio e Técnico (Específico na área).
-------------------------	-------	---

Leia-se:

FISCAL DO MEIO AMBIENTE	MÉDIO	Nível Médio e Técnico.
-------------------------	-------	------------------------

Governador Celso Ramos - SC, 18 de Abril de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### EXTRATO DA SEGUNDA RETIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 005/2017 - NÍVEL SUPERIOR

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 002/2017

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC torna público a Retificação nº 002/2017 ao Edital de Concurso Público nº 005/2017 que passa a ser assim definido:

#### 1. DA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Na Página 7, item 8, Anexo III, onde se lê:

AUDITOR FISCAL	SUPERIOR	Nível Superior.(Na área de atuação)
GESTOR AMBIENTAL	SUPERIOR	Nível Superior. (Na área de atuação)

Leia-se:

AUDITOR FISCAL	SUPERIOR	Nível Superior.
GESTOR AMBIENTAL	SUPERIOR	Nível Superior.

#### 2. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Nas Páginas 25 e 26, item 23.1.10, Anexo VII, onde se lê:

23.1.10 ESPECÍFICAS CONTADOR: Orçamento e Contabilidade Pública. Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público – NBCASP, Resoluções CFC nº 1.128, nº 1.129, nº 1.130, nº 1.131, nº 1.132, nº 1.133, nº 1.134, nº 1.135, nº 1.136 e nº 1.137, Resolução CFC nº 1.111, Resolução CFC nº 366/2011. DCASP - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - Portaria STN 634/2013, Portaria STN 86/2014. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF): principais conceitos, integração entre o Planejamento e o Orçamento Público, transferências e destinações de recursos públicos, endividamento público, gestão patrimonial, medidas de transparência e controle da gestão pública, elaboração dos demonstrativos do Anexo de Riscos Fiscais e de Metas Fiscais, do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, Resultado Nominal, Resultado Primário, Receita Corrente Líquida, Alienação de Bens, Operações de Crédito, Limites. Princípios básicos de contabilidade:

Balanco Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados; Plano de Contas Simplificado; Balancete: movimentação das contas, apuração de saldos, contas patrimoniais e de resultado; Escrituração; Operações com Mercadorias: Estoques e Apuração de Custos; Análise e interpretação das demonstrações contábeis e análise por meio de índices. Noções básicas sobre direito tributário: Sistema Tributário Nacional; Competência Tributária da União, dos Estados e dos Municípios; Tributo: conceito, espécies, impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório, contribuições sociais ou para fiscais. Fundamentos básicos de auditoria: Auditoria Contábil; Auditoria de Gestão e Operacional; Normas Profissionais do Auditor Interno – NBC P 3; Normas Técnicas da Auditoria Interna – NCB T 12; Normas Relativas ao parecer; Relatórios de Auditoria Interna; Finalidades e objetivos da Auditoria Governamental. Noções sobre princípios orçamentários e contábeis: Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei 4.320/64 – Contabilidade Pública. Elaboração e avaliação de fluxo de caixa: Receitas; Contas a Receber; Contas a Pagar; Desembolso – Custeio/Investimento; Custo Fixo; Custo Variável.

Leia-se:

23.1.10 ESPECÍFICAS CONTADOR: Orçamento e Contabilidade Pública. NBC TSP Estrutura Conceitual. NBC TSP 01. NBC TSP 02. NBC TSP 03. NBC TSP 04. NBC TSP 05. NBC T 16.6 R1. NBC T 16.7. NBC T 16.8. NBC T 16.9. NBC T 16.10. NBC T 16.11. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF): principais conceitos, integração entre o Planejamento e o Orçamento Público, transferências e destinações de recursos públicos, endividamento público, gestão patrimonial, medidas de transparência e controle da gestão pública, elaboração dos demonstrativos do Anexo de Riscos Fiscais e de Metas Fiscais, do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, Resultado Nominal, Resultado Primário, Receita Corrente Líquida, Alienação de Bens, Operações de Crédito, Limites. Princípios básicos de contabilidade; Balanco Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados; Plano de Contas Simplificado; Balancete: movimentação das contas, apuração de saldos, contas patrimoniais e de resultado; Escrituração; Operações com Mercadorias: Estoques e Apuração de Custos; Análise e interpretação das demonstrações contábeis e análise por meio de índices. Noções básicas sobre direito tributário: Sistema Tributário Nacional; Competência Tributária da União, dos Estados e dos Municípios; Tributo: conceito, espécies, impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório, contribuições sociais ou para fiscais. Fundamentos básicos de auditoria: Auditoria Contábil; Auditoria de Gestão e Operacional; Normas Profissionais do Auditor Interno – NBC P 3; Normas Técnicas da Auditoria Interna – NCB T 12; Normas Relativas ao parecer; Relatórios de Auditoria Interna; Finalidades e objetivos da Auditoria Governamental. Noções sobre princípios orçamentários e contábeis: Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei 4.320/64 – Contabilidade Pública. Elaboração e avaliação de fluxo de caixa: Receitas; Contas a Receber; Contas a Pagar; Desembolso – Custeio/Investimento; Custo Fixo; Custo Variável.

Governador Celso Ramos - SC, 18 de Abril de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DA SEGUNDA RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO EDITAL 007/2017 - SAMAE**

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 002/2017

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS – SC torna público a Retificação nº 002/2017 ao Edital de Processo Seletivo nº 007/2017 que passa a ser assim definido:

**1. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO**

Na Página 1, item 1, onde se lê:

1. Este PROCESSO SELETIVO será realizado de acordo com a legislação específica relacionada à matéria e de acordo com as disciplinas constantes neste Edital e será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL e destina-se, exclusivamente, a selecionar candidatos para provimento de cargos públicos temporários junto ao Município de Governador Celso Ramos - SC.

Leia-se:

1. Este PROCESSO SELETIVO será realizado de acordo com a legislação específica relacionada à matéria e de acordo com as disciplinas constantes neste Edital e será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL e destina-se, exclusivamente, a selecionar candidatos para provimento de cargos públicos temporários, contratados por prazo determinado, junto ao Município de Governador Celso Ramos - SC.

Governador Celso Ramos - SC, 18 de Abril de 2017.  
NEDISON NILDO MARTINS  
Diretor Geral

**EXTRATO DA SEGUNDA RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO EDITAL 006/2017 - SAUDE**

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 002/2017

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC torna público a Retificação nº 001/2017 ao Edital de Processo Seletivo nº 006/2017 que passa a ser assim definido:

**1. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO**

Na Página 1, item 1, onde se lê:

1. Este PROCESSO SELETIVO será realizado de acordo com a legislação específica relacionada à matéria e de acordo com as disciplinas constantes neste Edital e será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL e destina-se, exclusivamente, a selecionar candidatos para provimento de cargos públicos temporários junto ao Município de Governador Celso Ramos - SC.

Leia-se:

1. Este PROCESSO SELETIVO será realizado de acordo com a legislação específica relacionada à matéria e de acordo com as disciplinas constantes neste Edital e será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL e destina-se, exclusivamente, a selecionar candidatos para provimento de cargos públicos temporários, contratados por prazo determinado, junto ao Município de Governador Celso Ramos - SC.

**2. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

Na Página n. 8, Anexo III, onde se lê:

• ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS: As atribuições dos cargos estão definidos nas seguintes Leis Municipais: 1.159/2016, 1.088/2016, 1.086/2016, 1.072/2015, 924/2013, 374/2004, 303/2003, 676/2000 288/1995, 121/1993, 056/1993.

Leia-se:

• ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS: As atribuições dos cargos estão definidos nas seguintes Leis Municipais: 374/2004, 288/1995, 686/2010, 1.072/2015 e 659/2009.

**3. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

Fica alterado a denominação do Cargo MÉDICO (ESF) – 20Horas para MÉDICO – 20Horas.

Governador Celso Ramos - SC, 18 de Abril de 2017.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 57 2015**

Extrato do Oitavo Termo Aditivo referente ao contrato nº 057/2015  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
TOMADA DE PREÇO Nº. 71/2015

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO: O objeto do presente termo é aditar em 6,20 (seis vírgula vinte por cento) o saldo do contrato original, conforme artigo 65, II, "d", parágrafo primeiro da Lei nº 8.666/93, e cláusula sexta do contrato, representando um reflexo financeiro de R\$ 17.544,50 (dezessete mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos). O contrato original tem por objeto contratação de empresa para execução de serviços de pavimentação, drenagem pluvial e outros da Rua Augusto Rossini, localizada no Bairro Areias, pertencente ao Município De Governador Celso Ramos/SC referente ao contrato de repasse nº 812738/2014 – pavimentação de ruas junto à Caixa Econômica Federal.

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA 005 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
, paraC CNPJ: 08.857.731/0001-60  
Xccasasds

RESULTADO CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2017  
(Realizada no dia 10 de Abril de 2017)

MÉDICOS:  
40 Horas

1. Solange M. Lasmar Ribeiro.  
20 Horas

1. Fernanda Zamprogno e Silva.  
2. Michael Furlani Junior.  
3. Laércio Raposo da Silva Filho.  
4. Rafael F. de Carvalho. (Fila de Espera)  
5. Airson Camilo Stein. (Fila de Espera)

**DENTISTAS:**

40 Horas

1. Jean Sergio da Silva.
2. Jéssica Silva Maria. (Fila de Espera)

**AUXILIAR DE GABINETE DENTÁRIO:**

40 Horas

- .
1. Eduarda Lidiana Oliveira.
  2. Maiara Fagundes
  3. Lisiane Osvaldina do Nascimento Marques (Fila de Espera)

\*\* Os critérios de classificação dos candidatos foram de acordo com o previsto no item 6.2 do Edital do mesmo e a disponibilidade de Horário de Trabalho.

Governador Celso Ramos, 12 de Abril de 2017.

ALCIDES PEREIRA

Secretário de Saúde e Saneamento

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### ATA REABERTURA DE PRAZO PROCESSO 18.2017 FMS.DOCX

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 11.355.924/0001-27

RUA PRESIDENTE KENNEDY, 455

C.E.P.: 89920-000 - Guaraciaba - SC

Número da ATA: 13/2017 (Sequência: 1)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017

Processo Administrativo: 18/2017

Processo de Licitação: 18/2017

Data do Processo: 03/04/2017

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (ANTROPOMETRO E BALANÇA) DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PACIENTES NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2017..

Às 11:00 horas do dia 17 (dezesete) dias do mês de abril de dois mil e dezessete, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 18/2017, Pregão Presencial 09/2017 do Fundo Municipal de Saúde do Município de Guaraciaba/SC o Pregoeiro reuniu-se com a Equipe de apoio para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo proposta e documentação, diante disso o Pregoeiro juntamente com a Equipe de apoio resolve REABRIR o prazo para as empresas interessadas na apresentação de novas propostas e documentação conforme previsto no Artigo 48 parágrafo único da Lei Federal 8.666/93, ficando o novo prazo previsto para o dia 02/05/2017, às 15:00 horas no mesmo local, descrito no edital.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Publique-se

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

Aldo Justino Salvi  
Pregoeiro

Andrio Dall Agnol  
Equipe de Apoio/Suplente

Adriana Omizzolo  
Equipe de Apoio

### ATA REABERTURA DE PRAZO PROCESSO 67.2017 PMGBA.DOCX

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC

CNPJ: 82.821.216/0001-82

RUA ADEMAR DE BARROS, 85

C.E.P.: 89920-000 - Guaraciaba - SC

Número da ATA: 64/2017 (Sequência: 1)

PREGÃO PRESENCIAL 55/2017

Processo Administrativo: 67/2017

Processo de Licitação: 67/2017

Data do Processo: 03/04/2017

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE JALECO, CAMISETA, CALÇA E SAPATO DESTINADOS PARA AS MERENDEIRAS DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL.

Às 10:00 horas do dia 17 (dezesete) dias de abril de dois mil e dezessete, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 67/2017, Pregão Presencial 55/2017 do Município de Guaraciaba/SC o Pregoeiro reuniu-se com a Equipe de apoio para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo proposta e documentação, diante disso o Pregoeiro juntamente com a Equipe de apoio resolve REABRIR o prazo para as empresas interessadas na apresentação de novas propostas e documentação conforme previsto no Artigo 48 parágrafo único da Lei Federal 8.666/93, ficando o novo prazo previsto para o dia 02/05/2017, às 14:00 horas no mesmo local, descrito no edital. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Publique-se  
COMISSÃO:

Guaraciaba, 17 de abril de 2017

ALDO JUSTINI SALVI - PREGOEIRO

TALITA GUERINI- EQUIPE DE APOIO

MARCIEL DRESCH- EQUIPE DE APOIO/SUPLENTE

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 58.17 REGISTRO DE PREÇOS SERVIÇOS HORA MÁQUINA TRATOR ESTEIRA.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº58/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 72/17, Edital de Pregão Presencial Nº 58/17, Objeto: Registro de Preços para Contratação de Serviços Hora/Máquina Trator de Esteira; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 03/05/17; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 03/05/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 17 de abril de 2017.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO E REABERTURA DE PRAZO PROCESSO 20.2017 EDITAL PREGÃO 11.2017 TIRA TESTE DE GLICOSE.DOCX**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARACIABA

DEPTO. DE COMPRAS, CONTRATOS E LICITAÇÕES.

Edital de Reabertura de Prazo Processo Licitatório 20/2017,

Pregão Presencial 11/2017 do Fundo Municipal de Saúde do Município de Guaraciaba/SC.

1º - Fica retificado o presente edital nos seguintes termos:

No Preâmbulo do Edital onde se lê "Os envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Ademar de Barros n, nº 85, Centro – Guaraciaba -SC, CEP 89920-000, até às 09:00 horas do dia 19 de Abril de 2017, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas do dia 19 de Abril de 2017."

Leia-se Os envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Ademar de Barros n, nº 85, Centro – Guaraciaba -SC, CEP 89920-000, até às 09:00 horas do dia 02 de maio de 2017, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas do dia 02 de maio de 2017 do mesmo dia e local.

2º - Na Relação de itens do edital Anexo I, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

RELAÇÃO DE ITENS DA LICITAÇÃO

Fundo Municipal de Saúde Processo Licitatório 20/2017

CNPJ 11.355.924/0001-27 Edital de Pregão 11/2017

Rua Presidente Kennedy nº455 Guaraciaba/SC

Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	TIRAS TESTE PARA DETERMINAÇÃO DE GLICOSE NO SANGUE, REAGENTES PARA DOSAGEM DE GLICEMIA CAPILAR EM SANGUE TOTAL. TEMPO DE LEITURA INFERIOR A 20 SEGUNDOS. VOLUME DE AMOSTRA DE SANGUE DEVE SER INFERIOR A 01 MICROLITRO, EMBALAGEM CONTENDO DE 50 Á 100 UNIDADES. O FORNECEDOR DAS TIRAS DEVERÁ ENTREGAR EM COMODATO A QUANTIDADE NECESSÁRIA DE MONITORES COMPATÍVEIS COM AS TIRAS, PORTÁTIL, PARA USO DOMICILIAR OU HOSPITALAR, COM FAIXA DE MEDIÇÃO DE VALORES APROXIMADOS DE 10 A 600 MG/DL, POSSUINDO TAMBÉM UMA MEMÓRIA MÍNIMA DE 250 RESULTADOS (DATA E HORA).	UN		20.000,00	0,75	
				Total		

OBS: Os valores unitários acima deverão ser considerados pelas licitantes como valores máximos permitidos.

VALOR TOTAL = R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ )

..... /SC ...../ ...../.....

RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E CNPJ

NOME RESPONSÁVEL

CARGO OU FUNÇÃO

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Guaraciaba 17 de abril de 2017.

DAIANE DORIGON,

ORDENADORA DO FMS

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 18/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 18/2017 – FMS

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DESTINADO À CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM INFECTOLOGIA E NEFROLOGIA PARA ATENDER AOS PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, através do seu Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 155, Centro, em Guaramirim (SC).

Entrega dos envelopes a partir do dia 26 de abril até 31 de dezembro de 2017.

O Edital poderá ser adquirido no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, no Setor de Licitações, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, ou pelo site <https://guaramirim.atende.net> ou pelo telefone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 17 de abril de 2017.

Luiz Antonio Chiodini  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 37/2017 PMG

Processo Licitatório: 37/2017 PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELETRÔNICA DE VEÍCULOS PESADOS E MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS, DESTINADO A ATENDER A FROTA DA PREFEITURA DE GUARAMIRIM (SC)

Entrega dos Envelopes: 08/05/2017 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 08/05/2017 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 17 de abril de 2017.

LUÍZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2017 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 041/2017 – PMG

Processo Licitatório: 041/2017 – PMG

Tipo: Menor preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK/MPA 25,0 – BRITA 0 E 1 PARA CONserto E MANUTENÇÃO DE RUAS PAVIMENTADAS COM CONCRETO USINADO, CABECEIRAS DE PONTES E OUTROS SERVIÇOS PERTINENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: até 03/05/2017 às 14h.

Abertura dos Envelopes: 03/05/2017 às 14h.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 17 de abril de 2017.

Luiz Antonio Chiodini  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº. 768/2017

DECRETO Nº. 768/2017

Autoriza Permissão de Uso Gratuito de Bem Móvel ao Clube de Mães de Guaramirim.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a permissão de uso de bens públicos móveis para o Clube de Mães de Guaramirim, através de termo de permissão de uso.

Art. 2º. Os bens públicos objetos da presente autorização são:

I – 1 (um) sofá de tecido azul, cadastrado no patrimônio sob nº. 607;

II – 2 (dois) armários de aço de duas portas, cadastrados no patrimônio sob nº. 8456 e 8825;

III – 1 (uma) mesa de madeira maciça, cadastrada no patrimônio sob nº. 1262.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de abril de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

### **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO 57/2017-PMG**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 57/2016 – PMG  
Processo Licitatório nº: 165/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Eletrônico  
Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVENIO 00251/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratado: SERMEDICALL ARP EQUIPTOS HOSPITALARES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 93.726.446/0001-89, estabelecida na Rua Adelino Bofchetti Matheus nº 805, Picadas do Sul município de São José, Estado de Santa Catarina

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

1.1. Constitui objeto deste Termo Aditivo alterar a Cláusula Décima Segunda - Da Vigência do Contrato, em razão da prorrogação por mais 04 (quatro) meses da vigência do contrato.

1.1.1. O contrato 057/2017 – PMG fica prorrogado por 04 (quatro) meses, compreendendo o intervalo de 20/03/2017 à 19/07/2017

GUARAMIRIM (SC), 17 de abril de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 62/2016 - PMG**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 62/2016 – PMG  
Processo Licitatório nº: 165/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Eletrônico  
Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVENIO 00251/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratado: ISAMED - MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 05.948.061/0001-07, estabelecida na Rua XV de novembro nº 132 – sala 08, Centro município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

1.1. Constitui objeto deste Termo Aditivo alterar a Cláusula Décima Segunda - Da Vigência do Contrato, em razão da prorrogação por mais 04 (quatro) meses da vigência do contrato.

1.1.1. O contrato 062/2017 – PMG fica prorrogado por 04 (quatro)

meses, compreendendo o intervalo de 20/03/2017 à 19/07/2017

GUARAMIRIM (SC), 17 de abril de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 58/2016- PMG**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 58/2016 – PMG  
Processo Licitatório nº: 165/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Eletrônico  
Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVENIO 00251/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratado: HASIC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 024.586.113/0001-89, estabelecida na Rua Alberto Manzke nº 84 – fundos 2, passo manso município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

1.1. Constitui objeto deste Termo Aditivo alterar a Cláusula Décima Segunda - Da Vigência do Contrato, em razão da prorrogação por mais 04 (quatro) meses da vigência do contrato.

1.1.1. O contrato 058/2017 – PMG fica prorrogado por 04 (quatro) meses, compreendendo o intervalo de 20/03/2017 à 19/07/2017

GUARAMIRIM (SC), 17 de abril de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 59/2016 - PMG**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO CONTRATO 59/2016 – PMG  
Processo Licitatório nº: 165/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Eletrônico  
Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVENIO 00251/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratado: CENTURY COMERCIAL EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 02.885.591/0001-57, estabelecida na Rua Leandro Dupre nº 204 – sala 41, Vila Clementino cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Valor: R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).

Data da Assinatura: 20/12/2016 Vigência: 19/03/2017

GUARAMIRIM (SC), 18/01/2016

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 60/2016**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 60/2016 – PMG  
Processo Licitatório nº: 165/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Eletrônico  
Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVENIO 00251/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratado: COMERCIAL DIFERMAQ LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 13.745.092/0001-80, estabelecida na Rua Ernesto Gali nº 491 – sala 02, Santa Catarina município de Erechim, Estado Rio Grande do Sul.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

1.1. Constitui objeto deste Termo Aditivo alterar a Cláusula Décima Segunda - Da Vigência do Contrato, em razão da prorrogação por mais 04 (quatro) meses da vigência do contrato.

1.1.1. O contrato 060/2017 – PMG fica prorrogado por 04 (quatro) meses, compreendendo o intervalo de 20/03/2017 à 19/07/2017

GUARAMIRIM (SC), 17 de abril de 2017.  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 61/2016**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 61/2016 – PMG  
Processo Licitatório nº: 165/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Eletrônico  
Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVENIO 00251/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratado: G D C DA SILVA COSTA - EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 0.721.729/0001-21, estabelecida na Rua Francelho nº 72 – Vila Nova município de Arapongas, Estado do Paraná.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

1.1. Constitui objeto deste Termo Aditivo alterar a Cláusula Décima Segunda - Da Vigência do Contrato, em razão da prorrogação por mais 04 (quatro) meses da vigência do contrato.

1.1.1. O contrato 061/2017 – PMG fica prorrogado por 04 (quatro) meses, compreendendo o intervalo de 20/03/2017 à 19/07/2017

GUARAMIRIM (SC), 17 de abril de 2017.  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 63/2016 - PMG**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 63/2016 – PMG  
Processo Licitatório nº: 165/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Eletrônico  
Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVENIO 00251/2016 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratado: PH E C REPRES COM SERV E ASSESSORIA DE SEGURANÇA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.905.558/0001-16, estabelecida na Av Padre Claret nº 121 – sala 405, Centro município de Esteio, Estado Rio Grande do Sul.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

1.1. Constitui objeto deste Termo Aditivo alterar a Cláusula Décima Segunda - Da Vigência do Contrato, em razão da prorrogação por mais 04 (quatro) meses da vigência do contrato.

1.1.1. O contrato 063/2017 – PMG fica prorrogado por 04 (quatro) meses, compreendendo o intervalo de 20/03/2017 à 19/07/2017

GUARAMIRIM (SC), 17 de abril de 2017.  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 244/2017**

PORTARIA Nº. 244/2017

Prorroga Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria nº. 170/2017.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o parágrafo único, art. 52, da Lei Complementar nº. 007/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria nº. 170/2017, por mais 30 (trinta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de abril de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - FMS 12/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 12/2017 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2017

O Fundo Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul, com fundamento no Artigo 24 Inciso IV da Lei nº. 8666/93, comunica a Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos consistentes em Clínico Geral, para atender a demanda da população do município de Guarujá do Sul, em caráter emergencial.

Fornecedor: CLINICA GUARUJA LTDA EPP

Valor total R\$ 34.800,00

Vigência: 18/04/2017 até 16/06/2017

Guarujá do Sul, 17 de abril de 2017.

ADELISE DE OLIVEIRA,  
Secretaria Municipal de Saúde.

### DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 062\_2017

DECRETO Nº 062/2017, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

HOMOLOGA E PUBLICA O RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL (APÓS OS RECURSOS) RELATIVO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei e em atenção ao Parecer exarado pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo nº 001/2017, TORNA PÚBLICO aos interessados que, em análise ao reclamo dos candidatos com inscrições nº 573714, 558598, 573691, 548484, 542237, 567284 e 573337, para os cargos de Agente Administrativo, Agente de Combate às Endemias, Assistente Social, Enfermeiro, Fisioterapeuta e Odontólogo, constatou-se que de acordo com o Item 5.2. do Edital, o sistema de correção dos cartões respostas foi ajustado para a respectiva correção – 12 (doze) questões de conhecimentos específicos, 05 (cinco) questões de conhecimentos gerais e 03 (três) questões de língua portuguesa, nesta ordem.

Ocorre que na prova aplicada houve alteração na ordem de sequência das questões, constando-se a mesma quantidade de questões para cada área, contudo as questões de língua portuguesa antecederam as de conhecimentos gerais.

Impera-se registrar que foram aplicadas as 05 (cinco) questões de conhecimentos gerais e as 03 (três) questões de língua portuguesa, ambas com peso de 0,35 pontos cada, conforme previsto em edital, somente alterando-se a ordem de disposição das questões previstas no edital.

E, como o sistema de correção das questões segue a ordem de disposição das questões constantes do edital, houve divergência entre os acertos dos Recorrentes das questões de língua portuguesa e conhecimentos gerais e, por consequência, também de todos os candidatos que participaram no processo de seleção em comento.

Na prática, a pontuação dos candidatos Recorrentes e de todos os demais que participaram do certame não sofre qualquer alteração, eis que as 08 (oito) questões – 05 (cinco) de conhecimentos gerais e 03 (três) de língua portuguesa – possuem a mesma pontuação – 0,35 pontos cada acerto.

Assim o sendo, em vista do equívoco apontado e, para se manter a mais completa lisura e retidão do processo de seleção, necessário se faz se atualização do sistema de correção dos cartões respostas de acordo com a ordem de aplicação das questões na prova realizada pelos candidatos participantes do certame, qual seja, 08 (oito) questões de conhecimentos específicos, 03 (três) questões de língua portuguesa e 05 (cinco) questões de conhecimentos gerais, corrigindo-se os acertos dos candidatos nas questões de língua portuguesa e conhecimentos gerais e divulgação de nova relação contendo a classificação dos candidatos e acertos específicos em cada área – conhecimentos específicos, língua portuguesa e conhecimentos gerais.

Em vista disso, procedeu-se a correção necessária em relação a classificação dos candidatos inscritos, nos seguintes termos:

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Classificatório Final (Após os Recursos), dos candidatos que realizaram a prova para os cargos constantes no Edital de Processo Seletivo Edital nº 001/2017 do Município de Guarujá do Sul – SC, conforme segue:

## Agente Administrativo | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
17	539345	Ana Regina Rodrigues	29/10/1979	4,20	0,70	1,05	5,95	1º
16	573714	Fabiola Rafaela Foltz	02/09/1996	4,20	0,70	1,05	5,95	2º
7	573064	Gilson Loga Lisboa	08/03/1998	3,00	1,05	1,75	5,80	3º
45	539956	Sandra Mara Ferreira Andrade	11/04/1983	4,20	0,35	1,05	5,60	4º
15	557528	Jessica Ely	25/09/1995	3,00	1,05	1,40	5,45	5º
10	541809	Joice Pfeifer Konig	04/06/1988	3,60	0,35	1,40	5,35	6º
43	539082	Sandra Alves De Siqueira	21/06/1991	3,00	1,05	1,05	5,10	7º
21	539204	Jessica Mayara Wolfart	06/02/1999	3,00	0,70	1,40	5,10	8º
2	573810	Fernanda Seibel	03/04/1993	2,40	0,70	1,75	4,85	9º
20	547748	Doriane Conte	17/05/1995	3,00	1,05	0,70	4,75	10º
11	574636	Clair Baumgardt	03/08/1979	3,00	0,70	1,05	4,75	11º
41	539172	Lucas Zanatta	22/01/1994	3,00	0,70	1,05	4,75	12º
18	570162	Gustavo Reinisch	10/07/1998	3,00	0,70	1,05	4,75	13º
9	548400	Jucimiriam Costa Welter	02/09/1964	3,00	0,35	1,40	4,75	14º
14	567495	Cecilia Rita Franceschi	30/03/1998	3,00	0,35	1,40	4,75	15º
35	539738	Mariana Julia Paim Campos	06/06/1994	2,40	0,70	1,40	4,50	16º
46	551156	Tainara Vinciguerra	26/02/1998	3,00	0,70	0,70	4,40	17º
36	556421	Karina Aparecida Kieling	30/10/1995	3,00	0,00	1,40	4,40	18º
42	564244	Matheus Felipe Barth	05/02/2000	1,80	1,05	1,40	4,25	19º
6	571984	Eduardo Henrique Ventura	03/10/1996	1,80	0,70	1,75	4,25	20º
29	574762	Thiago Antonio Thomas	09/08/1999	2,40	0,35	1,40	4,15	21º
30	569487	Reneci Luiza Eberhardt	01/06/1965	3,00	0,00	1,05	4,05	22º
39	540050	Luiza Helena Kuhn	14/02/1999	1,80	1,05	1,05	3,90	Desc.
8	575803	Elisane Regina Konzen	17/03/1973	1,80	0,70	1,40	3,90	Desc.
37	573046	Manuela Lorenzetti Balzan	16/05/1991	2,40	0,70	0,70	3,80	Desc.
19	575635	Carine De Moura Matteus	03/04/1996	2,40	0,35	1,05	3,80	Desc.
38	563603	Marcia Henicka	29/08/1982	1,80	0,35	1,40	3,55	Desc.
22	575263	Alex Frohlich	15/11/1993	1,80	0,00	1,75	3,55	Desc.
4	576245	Chaiane Taina Sartori	30/06/1995	2,40	0,70	0,35	3,45	Desc.
31	539096	Taiana Borille	09/02/1999	2,40	0,35	0,70	3,45	Desc.
34	539437	Vando Daniel Fernandes	23/01/1999	2,40	0,00	1,05	3,45	Desc.
32	546926	Mariano De Oliveira	22/12/1966	1,80	0,70	0,70	3,20	Desc.
24	540243	Idiamara Ely	08/08/1994	1,80	0,70	0,70	3,20	Desc.
1	576077	Gustavo Luiz Sartori Kiesel	20/10/1995	1,80	0,35	1,05	3,20	Desc.
5	572490	Andressa Martins Franco Da Silva	29/09/1998	1,80	0,35	1,05	3,20	Desc.
23	573876	Douglas Guerini	14/01/1998	1,80	0,35	0,70	2,85	Desc.
12	539590	Francieli Consoli	22/05/1983	1,80	0,35	0,35	2,50	Desc.
33	550793	Luana Schmiddel	06/12/1999	1,80	0,00	0,70	2,50	Desc.
3	547657	Camila De Pizzol	14/08/1997	0,60	0,00	1,05	1,65	Desc.
44	550214	Leticia Adriana Roesler	03/05/1996	0,60	0,00	0,00	0,60	Desc.

## Agente de Apoio Operacional | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
56	575486	Claudia Maria Linke	02/08/1982	5,40	0,70	1,40	7,50	1º
57	554433	Leandro Ruckhaber	06/04/1983	5,40	0,70	1,40	7,50	2º
58	554399	Marcia Weber Ruckhaber	01/07/1986	4,80	0,70	1,75	7,25	3º

61	542756	Juliana Cichelero	20/07/1984	5,40	1,05	0,70	7,15	4º
64	571534	Carla Raquel Barbosa Machado	03/11/1982	4,80	0,70	1,05	6,55	5º
59	540720	Leonardo Heitor Arend	24/02/1999	4,80	0,70	1,05	6,55	6º
54	575088	Ana Letícia Rocateli	02/02/1978	4,20	0,70	1,40	6,30	7º
63	544372	Rosane Cristina Paidá Dias Liria	08/05/1990	4,20	0,70	1,05	5,95	8º
53	575701	Jocelia Aozani	30/06/1984	3,60	0,70	1,40	5,70	9º
62	571126	Silvani Amann	04/10/1984	4,20	0,35	0,70	5,25	10º
60	558841	Veroni Gomes Da Silva	05/02/1976	3,60	0,70	0,70	5,00	11º
55	556503	Normelio Ruckhaber	17/05/1959	1,80	1,05	1,05	3,90	Desc.

## Agente de Combate às Endemias | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
71	574914	Natalia Andresa Klaus	24/12/1992	7,20	0,70	1,05	8,95	1º
82	546712	Vinicius Jose Vivian	27/12/1990	6,00	0,70	1,75	8,45	2º
85	573880	Daniele Wolff	29/06/1998	6,60	0,35	1,40	8,35	3º
65	574188	Franciele Roos Kanareck	03/07/1986	6,00	0,70	1,40	8,10	4º
68	563711	Rosangela Lemes De Moraes	10/03/1993	6,60	0,35	1,05	8,00	5º
70	576152	Cristiane Klein	06/07/1996	6,00	0,70	1,05	7,75	6º
72	567979	Luana Ely	12/03/1993	6,60	0,35	0,70	7,65	7º
67	575308	Maria Neriane Volkweis Eckert	22/05/1983	6,00	0,00	1,40	7,40	8º
83	574591	Caroline Grun Germano	14/03/1998	5,40	0,35	1,40	7,15	9º
84	558598	Nelson Mendes da Silva Andrade	01/04/1990	4,80	1,05	1,05	6,90	10º
81	572657	Flaviane Schieferdecker De Moura	07/04/1994	4,80	0,70	1,40	6,90	11º
66	575237	Jessica Luiza Klaus	10/06/1991	4,80	0,35	1,75	6,90	12º
80	572859	Rosenilda Da Silva	30/12/1988	4,80	0,70	1,05	6,55	13º
69	549623	Leandro Gomes De Lima	31/01/1988	6,00	0,00	0,35	6,35	14º
73	556401	Mariane Kieling	29/05/1999	5,40	0,35	0,35	6,10	15º
79	543921	Pabline Da Rosa	26/07/1998	4,80	0,00	0,70	5,50	16º

## Assistente Social | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
95	573139	Luciane Radke	11/12/1983	5,40	1,05	1,75	8,20	1º
89	573691	Graciele Regina Bizello	23/05/1983	5,40	0,70	1,05	7,15	2º
97	541114	Eliane Piacentini	14/11/1981	4,80	0,70	1,40	6,90	3º
94	571324	Cariela Martinazzo Jank	03/09/1984	4,80	0,35	1,40	6,55	4º
98	576950	Eliane Bau	10/08/1984	3,60	1,05	1,75	6,40	5º
90	573171	Evelyn Luizie Kuhn	23/12/1987	4,20	0,35	1,75	6,30	6º
103	575605	Jesica Mai	16/02/1991	4,20	0,70	1,05	5,95	7º
92	570207	Leila De Ramos Pivetta	14/04/1988	3,60	0,35	1,40	5,35	8º
93	547505	Aquidauana Marin Brunetto	31/07/1995	3,60	0,35	1,40	5,35	9º
91	557915	Jussara Consoladora Colle	21/09/1969	3,00	0,70	1,40	5,10	10º
100	558779	Marilia Munerolli	02/05/1991	3,00	0,70	1,40	5,10	11º
96	576281	Elis Marina Nodari	18/11/1988	3,00	0,35	1,75	5,10	12º
102	576474	Angelita Poletto	18/01/1983	2,40	0,70	1,75	4,85	13º
99	575154	Marlene Terezinha Theisen	12/01/1983	3,00	0,35	1,40	4,75	14º
101	564205	Jussamara Cristina Goncalves	29/01/1976	2,40	0,35	1,75	4,50	15º
104	563031	Raquel Tumelero	20/06/1995	3,00	0,00	1,05	4,05	16º
88	573523	Brigida Giongo	28/05/1983	0,60	0,35	1,40	2,35	Desc.

Assistente Social - NASF   Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
105	555357	Jaqueline Regina Schott	06/09/1990	6,60	0,00	1,40	8,00	1º
111	571983	Janete Penassol Dos Santos	27/09/1973	4,80	0,35	1,05	6,20	2º
108	573023	Deisi Gralow	25/03/1988	3,60	0,35	1,40	5,35	3º
109	541861	Jaqueline Fatima Lolato	13/07/1983	3,00	0,35	1,75	5,10	4º
110	553316	Fabiane Luzia Cassol Da Rocha	12/12/1985	3,00	0,70	0,70	4,40	5º
106	544574	Daniela Paula Da Silva Kureck	04/01/1989	2,40	0,70	1,05	4,15	6º
107	540917	Claudia Cristina Lansarini	17/07/1984	2,40	0,35	1,05	3,80	Desc.
Enfermeira   Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
114	538704	Tailine Cristina De Lucca	24/01/1993	4,80	0,70	1,40	6,90	1º
134	572289	Priscila Piroca Dalla Costa	20/07/1988	3,60	0,70	1,75	6,05	2º
131	564291	Bruna Anzolin	12/05/1990	3,60	1,05	1,05	5,70	3º
121	549580	Andreia Cristina Epping De Lima	21/01/1992	3,60	0,70	1,40	5,70	4º
132	548484	Patricia Dill	16/02/1993	3,60	0,70	1,40	5,70	5º
135	567450	Vanilla Eloa Franceschi	02/07/1994	3,60	0,70	1,40	5,70	6º
127	540831	Adriane Girelli Berwanger	13/01/1981	4,20	0,00	1,40	5,60	7º
112	573509	Claudete Regina Poletto	10/10/1959	4,80	0,00	0,70	5,50	8º
113	543852	Barbara Monteiro Wehner	04/12/1976	3,60	0,70	1,05	5,35	9º
126	558581	Juliana Zanin	27/11/1983	3,60	0,35	1,40	5,35	10º
118	546671	Juliane Scherer	12/12/1984	3,00	0,70	1,40	5,10	11º
117	545413	Lediane Nicloti	04/11/1993	3,00	0,70	1,40	5,10	12º
133	538951	Danielly Ferrari Dos Santos	17/09/1992	3,60	0,35	1,05	5,00	13º
128	575200	Ana Paula Bianchi	07/09/1988	2,40	0,70	1,40	4,50	14º
116	574491	Diana Fatima De Brazil	20/08/1992	3,00	0,35	1,05	4,40	15º
120	547755	Juliane Lilly Lohmann	08/06/1988	3,00	0,00	1,40	4,40	16º
129	550216	Sahra Regina Da Silva	04/08/1991	1,80	1,05	1,40	4,25	17º
115	562708	Maikeli Andresa Kosloski	02/07/1994	2,40	0,70	1,05	4,15	18º
125	568147	Eliamar Baranoski	05/02/1980	2,40	0,00	1,75	4,15	19º
130	539362	Taissana Dezanetti	03/05/1991	1,80	0,70	1,40	3,90	Desc.
124	540165	Pamela Karin Lazzaroto	13/07/1991	2,40	0,70	0,70	3,80	Desc.
119	540361	Jessica Cristina Segsttater	13/06/1992	1,20	0,70	1,40	3,30	Desc.
122	571854	Lurdes Klein	22/09/1959	1,20	0,00	1,05	2,25	Desc.
Fisioterapeuta - NASF   Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
137	573278	Alessandra Paula Salerno	11/09/1994	4,80	0,70	1,40	6,90	1º
139	539141	Ana Priscila Henzel	19/06/1990	3,60	0,70	1,75	6,05	2º
140	542237	Aline Spironello	13/09/1993	4,20	0,35	1,40	5,95	3º
138	546850	Janaina Rockenbach	11/01/1990	4,20	0,00	1,40	5,60	4º
Fonoaudiólogo   Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
141	568171	Bruna Defante	19/04/1991	4,80	0,35	0,70	5,85	1º

## Gari | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
147	564633	Marcos Roberto Graff	13/11/1980	4,80	0,35	1,40	6,55	1º
143	565745	Giovane Dickel Banfi	03/03/1999	4,20	0,35	1,05	5,60	2º
146	575769	Marlene Lima	16/02/1990	3,00	1,05	1,40	5,45	3º
149	576984	Seloir Da Silva	03/06/1970	3,60	0,35	1,05	5,00	4º
151	539573	Luis Butinski	23/07/1991	3,60	0,35	1,05	5,00	5º
144	574565	Seni Grun Germano	17/08/1964	3,00	0,35	1,40	4,75	6º
142	574150	Joaozinho Valdir Bervian	30/01/1955	2,40	0,70	1,40	4,50	7º
145	559620	Graciele Moraes	29/10/1996	2,40	0,70	1,05	4,15	8º
152	556945	Vinucia Bremm Kolma	23/05/1961	1,80	0,00	0,35	2,15	Desc.
148	564611	Jaco Antonio Graff	14/10/1964	0,60	0,35	0,70	1,65	Desc.

## Médico | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
176	576316	Lucas Ide Guadagnin	14/12/1990	6,60	1,05	1,40	9,05	1º
170	568153	Amanda Calixto E Silva	05/02/1986	6,00	0,35	1,40	7,75	2º
163	563231	Jonathan Gusen	01/10/1984	4,80	0,70	1,75	7,25	3º
164	571015	Sandro Da Silva Montano	06/07/1987	4,80	0,35	1,05	6,20	4º
175	573872	Leticia Salm	28/06/1994	3,60	1,05	1,40	6,05	5º
172	574290	Yusleidy Moreno	29/10/1986	4,20	0,70	1,05	5,95	6º
173	576367	Wagner De Cesare	24/01/1989	3,60	0,70	1,40	5,70	7º
165	545500	Caroline Maria Dahmer	21/09/1990	4,20	0,35	1,05	5,60	8º
169	545186	Milena Vieira De Carvalho Silva Bordin	27/08/1978	3,00	0,70	1,40	5,10	9º
171	563751	Glaucia Gavin	08/09/1981	3,00	0,70	1,05	4,75	10º
174	546664	Eridson Posttal Marques	30/03/1978	3,00	0,35	1,40	4,75	11º
166	539406	Guilherme Bortolini	06/01/1994	3,00	0,35	0,70	4,05	12º
168	549770	Ghislaine Carrasco Perez	14/05/1984	3,00	0,00	0,70	3,70	Desc.

## Nutricionista - NASF | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
197	557056	Gabriela Bagio Luz	25/11/1989	5,40	1,05	1,40	7,85	1º
194	538845	Gabriela Regina Pinto	01/06/1990	4,80	0,70	1,40	6,90	2º
196	556968	Janaina Terezinha Hendges	20/11/1991	5,40	0,00	1,05	6,45	3º
195	542297	Maiara Inês Gambatto	16/06/1994	3,60	0,70	1,05	5,35	4º
198	575301	Daiane Diller Cassol Da Rocha	07/10/1993	3,60	0,00	1,40	5,00	5º

## Odontólogo | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
226	567284	Bruna Crusaro	22/11/1994	6,60	0,70	1,40	8,70	1º
234	572527	Taline Izabela Benini De Lima	23/09/1995	6,60	0,70	1,05	8,35	2º
208	560890	Luana Moschen	08/09/1996	6,60	0,35	1,40	8,35	3º
232	575743	Stella Pietrobon Deparis	20/09/1992	6,00	0,70	1,40	8,10	4º
223	538911	Bruna Ferreira	20/01/1992	6,00	0,35	1,75	8,10	5º
236	554216	Nathalia Nitsche	09/06/1994	5,40	1,05	1,40	7,85	6º
217	573575	Angela Aiolfi	29/12/1995	5,40	0,70	1,75	7,85	7º
201	564063	Letiéli Magda Figueiró	16/07/1995	6,00	0,35	1,40	7,75	8º
237	554211	Marceli Claudia Sartori	11/10/1993	5,40	0,70	1,40	7,50	9º

220	575012	Guilherme Schreiner	28/12/1993	5,40	0,70	1,40	7,50	10º
235	538646	Roberta Signor	14/08/1991	5,40	0,70	1,05	7,15	11º
230	574295	Monica Akemi Piano	03/09/1990	5,40	0,35	1,40	7,15	12º
209	540586	Glorialine Gomes Griebeler	08/04/1994	5,40	0,35	1,40	7,15	13º
212	573461	Elizangela Berres	04/08/1994	5,40	0,35	1,40	7,15	14º
202	551450	Helena Roth	06/02/1995	5,40	0,35	1,40	7,15	15º
204	539218	Caroline Staats	25/02/1995	6,00	0,35	0,70	7,05	16º
207	547157	Fernanda Regina Lotti	12/11/1987	4,80	0,70	1,40	6,90	17º
227	573337	Ana Beatriz Sant'ana Moyses Khoury	10/08/1993	4,80	0,70	1,40	6,90	18º
241	571107	Yandra Karolline Fontana	21/08/1993	4,80	0,70	1,40	6,90	19º
231	538927	Monique Vendruscolo Carossi	12/11/1993	4,80	0,70	1,40	6,90	20º
213	572131	Bruna Barion Wesolowski	22/07/1993	5,40	0,70	0,70	6,80	21º
238	571134	Monyke Elen De Moura	29/09/1994	5,40	0,00	1,40	6,80	22º
222	552750	Dejoane Muraro Pommer	27/02/1986	4,80	0,70	1,05	6,55	23º
203	539269	Fabiola Teixeira Surdi	30/08/1994	4,80	0,70	1,05	6,55	24º
239	576348	Sandy Padilha	21/10/1995	4,80	0,70	1,05	6,55	25º
240	571411	Michele Rama	24/06/1996	4,80	0,70	1,05	6,55	26º
211	574563	Lais Prado Jacomini	14/02/1996	4,80	0,35	1,05	6,20	27º
216	539024	Henrique Riffel	07/03/1994	4,80	0,00	1,40	6,20	28º
224	566299	Andreia Menegatti Zilli	23/08/1990	3,60	1,05	1,40	6,05	29º
229	573967	Mariele Denize Posser	30/04/1991	4,80	0,35	0,70	5,85	30º
225	574916	Luciana Silveira Chagas	02/04/1992	4,80	0,35	0,70	5,85	31º
228	576240	Alana Rubia Balbinot	15/04/1993	3,60	0,70	1,40	5,70	32º
219	571112	Fabio Ardenghi Balsan	24/01/1994	3,60	0,70	1,40	5,70	33º
233	539220	Vinicius Caetano De Souza	16/04/1995	4,80	0,00	0,70	5,50	34º
221	575063	Fabio Kayser Borelli	04/12/1994	3,00	0,70	1,75	5,45	35º
205	576267	Fabricio Balbinot	15/12/1994	3,60	0,70	1,05	5,35	36º
210	540261	Diandra Dal Pai	21/02/1996	4,20	0,00	1,05	5,25	37º
206	567030	Joana Salvi	10/12/1993	3,00	0,35	1,40	4,75	38º
218	546314	Dauane De Oliveira	09/06/1993	3,60	0,00	1,05	4,65	39º

## Psicólogo | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
254	573407	Fernanda Dall Agnol	09/05/1992	3,60	0,70	1,40	5,70	1º
247	567887	Eduarda Da Silva	15/04/1994	3,60	0,35	1,40	5,35	2º
248	573587	Vanessa Kunz Rech	25/12/1987	3,00	0,70	1,40	5,10	3º
253	573035	Daiana Andressa Schmitt	25/03/1988	3,00	0,00	1,75	4,75	4º
242	538869	Francieli Cristina Wingert	29/12/1993	2,40	0,70	1,40	4,50	5º
244	544734	Karine Zambiasi	26/03/1990	3,00	0,35	1,05	4,40	6º
256	555671	Henrique Manorov Mohr	11/02/1987	3,00	0,00	1,40	4,40	7º
252	540624	Rafaela Lais Klaus	30/07/1992	3,00	0,00	1,05	4,05	8º
258	558270	Caroline Gomes Petry	31/05/1995	3,00	0,00	1,05	4,05	9º
243	554614	Gustavo Pivatto Dos Santos	08/05/1988	1,80	0,70	1,40	3,90	Desc.
255	540179	Indiane Camila Ghisleri	13/12/1991	1,80	0,35	1,75	3,90	Desc.
246	574040	Clara Clariana Ribeiro De Matos	25/09/1987	2,40	0,70	0,70	3,80	Desc.
245	574033	Eliane Claudia Beloli	23/04/1994	1,20	0,35	1,40	2,95	Desc.
257	539344	Ana Paula Foquesatto	28/09/1992	1,80	0,00	1,05	2,85	Desc.
249	576179	Barbara Alice Lilly Lohmann Silva	10/04/1989	1,20	0,70	0,70	2,60	Desc.

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
260	571150	Fernanda Segat	09/08/1982	5,40	0,70	1,05	7,15	1º
263	539069	Eduarda Caroline Ceriulli	27/11/1993	3,60	0,70	1,05	5,35	2º
267	557005	Taiana Galiassi	21/03/1986	3,00	0,35	1,75	5,10	3º
265	561785	Gabriana Maldaner	10/08/1994	3,60	0,35	1,05	5,00	4º
264	560605	Mayellin Lavall	14/08/1992	2,40	0,70	1,40	4,50	5º
262	550717	Karine Lunkes	10/09/1990	2,40	0,70	1,05	4,15	6º
266	545031	Maira Regina Toigo	20/07/1994	2,40	0,35	1,40	4,15	7º
268	541205	Laura Schmidt	03/08/1991	3,60	0,00	0,35	3,95	Desc.
269	540539	Caroline Estefani Zanin	02/07/1993	2,40	0,35	1,05	3,80	Desc.
261	543021	Daiana Denize Nicloti	05/02/1993	2,40	0,00	1,05	3,45	Desc.

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Prova Prática	Total	Class.
186	570139	Marisa Elena Welter Reinisch	09/03/1969	2,79	0,32	0,64	5,00	8,75	1º
182	571473	Cristiane Tschiedel	03/09/1979	1,86	0,48	0,64	5,00	7,98	2º
188	559110	Marta Paiano	28/08/1984	2,48	0,16	0,48	4,00	7,12	3º
183	570829	Maiara Balerini	11/06/1996	1,55	0,16	0,48	2,00	4,19	4º
185	553940	Jaqueline Mieres Da Silva	25/05/1996	1,55	0,00	0,32	-	1,87	Desc.
187	564695	Maria De Lourdes Secco	12/10/1951	0,93	0,16	0,32	-	1,41	Desc.
184	549470	Edinara Kaufmann	25/03/1994	0,31	0,00	0,00	-	0,31	Desc.

Art. 2º - Conforme disposto em edital, para o cargo de Monitor(a) do SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS, somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram nota mínima de 2,00 (dois pontos) no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Conhecimentos Gerais e Língua Portuguesa) e nota mínima de 2,00 (dois pontos), na prova prática.

Art. 3º - Para os cargos de Assistente Social, Assistente Social – NASF, Enfermeira, Médico, Odontólogo, Fonoaudiólogo, Psicólogo, Psicólogo – NASF, Nutricionista – NASF, Fisioterapeuta – NASF, Agente Administrativo, Agente de Combate às Endemias, Gari e Agente de Apoio Operacional, são considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Conhecimentos Gerais e Língua Portuguesa), consoante disposição em edital.

Art. 4º - O desempate está de acordo com o item 7 do Edital.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC, em, 13 de abril de 2017 - Certifique-se. Registre-se. Publique-se.

CLÁUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

## DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 063\_2017

DECRETO Nº 063/2017, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

HOMOLOGA E PUBLICA O RESULTADO CLASSIFICATÓRIO FINAL DA PROVA PRÁTICA (APÓS OS RECURSOS) RELATIVO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Classificatório Final da prova Prática (Após os Recursos), dos candidatos que realizaram a prova para os cargos constantes no Edital de Processo Seletivo Edital nº 001/2017 do Município de Guarujá do Sul – SC, conforme segue:

Monitor(a) do SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS			
Insc.	Candidato	Nota Prova Prática	Situação
571473	Cristiane Tschiedel	5,00	Classificado



549470	Edinara Kaufmann	2,00	Classificado
553940	Jaqueline Mieres Da Silva	2,00	Classificado
570829	Maiara Balerini	2,00	Classificado
564695	Maria De Lourdes Secco	5,00	Classificado
570139	Marisa Elena Welter Reinisch	5,00	Classificado
559110	Marta Paiano	4,00	Classificado

Art. 2º - Conforme disposto em edital, para o cargo de Monitor(a) do SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS, somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram nota mínima de 2,00 (dois pontos) no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Conhecimentos Gerais e Língua Portuguesa) e nota mínima de 2,00 (dois pontos), na prova prática.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC, em, 13 de abril de 2017 - Certifique-se. Registre-se. Publique-se.

CLÁUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO - FMS 07/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 07/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº. 12/2017 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: CLINICA GUARUJA LTDA EPP

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos consistente em Clínico Geral, para atender a demanda da população do município de Guarujá do Sul, em caráter emergência.

VALOR TOTAL: R\$ 34.800,00

VIGENCIA DE EXECUÇÃO: 18/04/2017 até 16/06/2017

VIGENCIA DO CONTRATO: 30/06/2017

Guarujá do Sul, SC, 17 de abril de 2017.

Adelise de Oliveira,

Secretária do FMS

### **EXTRATO DE CONTRATO - PREF 43/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 43/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 87/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: LABORGRIMM CLINICA MEDICA LTDA ME

OBJETO: Contratação e Prestação de Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho ( PPRA, PCMSO, PPP, LTCAT, ASO e Exames Medicas Ocupacionais ) para elaboração de laudos e programas de avaliação das condições de trabalho para promover a saúde do trabalhador da Administração Municipal de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 7.896,50

VIGENCIA: 31/12/2017

Guarujá do Sul, SC, 17 de abril de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 626/2017

PORTARIA Nº 626/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

#### RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Agente de Serviços Gerais - Nível – 3, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, ao Servidor ELÓI LUDWIG (Matr. 3849), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 17 de março de 2014 a 17 de abril de 2017, com interstício de 30 (trinta) dias, consoante o que determina o Decreto nº 3277 de 05 de Maio de 2014, e formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Abril de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 627/2017

PORTARIA Nº 627/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 006/2007, que alterou definitivamente a carga horária de 30 para 40 horas semanais da Servidora ADRIANA CELESTINA DE ALMEIDA PRIMO (Matr. 02), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Psicólogo, Nível/Referência – 12/1/F, Anexo V da LC Nº. 280/2011, a contar de 17 de abril de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Abril de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

#### OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de material de higiene

e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses

#### ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

08:30 horas do dia 02/05/2017

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº. 10.520/2002, e Leis Complementares nº. 123/ 2006 e 147/2014

#### EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 20,35 (vinte reais e trinta e cinco centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 12 de abril de 2017.

AMÉRICO LORINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### REGIMENTO PLENÁRIA

REGIMENTO INTERNO DA 1ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DAS MULHERES DA 7ª REGIÃO DE SAÚDE –

JOAÇABA – SANTA CATARINA

1ªCRSMU/07ª RS/SC

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, na Reunião Ordinária, realizada no dia 13 de março de 2017, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela 1933/2001, Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto nº5.839, de 11 de julho de 2006, e em consonância com a Resolução nº 537, de 19 de setembro de 2016 e com a Resolução nº 538, de 10 de novembro de 2016, ambas publicadas pelo Conselho Nacional de Saúde com o objetivo de estabelecer as regras para a 1ª Conferência Regional de Saúde das Mulheres – 1ªCRSMu, resolve:

Aprovar o Regimento da 1ª Conferência Regional de Saúde das Mulheres dos Municípios da 7ª Região de Saúde de Santa Catarina – 1ªCRSMu/HO/SC e estabelecer as diretrizes para a realização das etapas preparatórias à ela.

#### CAPÍTULO I

#### DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º Este Regimento define as regras de funcionamento da 1ªCRSMu/07 RS/SC, convocada por Portaria/CMS- HO (Conselho do Município sede da 1ªCRSMu/07 RS/SC ) a ser publicada posterior à aprovação desse Regimento. Também estabelece as diretrizes para a realização das etapas preparatórias à Conferência Regional de Saúde das Mulheres dos Municípios da 7ª Região de Saúde – Joaçaba - Santa Catarina, da etapa Estadual da 1ª CESMu/ SC; da etapa Nacional da 2ª CNSMu – Brasília - DF.

Parágrafo Único - A 1ªCRSMu/HO/SC corresponde à Etapa Regional as 1ª CESMU/SC e da 2ªCNSMu.

## CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 2º A 1ªCRSMu/7ª RS/SC, bem como as etapas que a precede e aquela posterior a ela, tem por objetivos:

I - Propor diretrizes para a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres;

II - Reafirmar, impulsionar e efetivar os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), para garantir a saúde como direito humano, a sua universalidade, integralidade e equidade no SUS, com base em políticas que reduzam as desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, geracional, territoriais, de classe, entre outras, conforme está previsto na Constituição Federal de 1988, e nas Leis n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990 e n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

III - Discutir a responsabilidade dos entes federados sobre o financiamento e a gestão das políticas públicas com impacto na saúde das mulheres;

IV - Desenvolver estratégias de enfrentamento ao machismo, ao sexismo e à misoginia, por meio de políticas públicas;

V - Aprofundar o debate sobre o impacto na saúde das mulheres da divisão sexual do trabalho, das condições, do salário e da jornada;

VI - Mobilizar e estabelecer diálogos com a sociedade brasileira acerca do direito das mulheres à saúde e em defesa do SUS, para o enfrentamento da violência institucional;

VII - Fortalecer as políticas afirmativas para as mulheres que garantam seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais;

VIII - Aprofundar o debate sobre as reformas necessárias à democratização do Município, Estado e do País em especial as que incidem sobre a saúde das mulheres;

IX - Fortalecer a participação e o controle social no SUS, com ampla representação da sociedade;

X - Avaliar a situação de saúde, elaborar propostas a partir das necessidades de saúde e participar da construção das diretrizes, de forma ascendente, nos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Saúde.

## CAPÍTULO III DO TEMA CENTRAL E DOS EIXOS DE DISCUSSÃO

Art. 3º O tema central da Conferência, que orientará as discussões nas distintas etapas da sua realização, será: "SAÚDE DAS MULHERES: DESAFIOS PARA A INTEGRALIDADE COM EQUIDADE", a ser desenvolvido em um eixo principal e em eixos temáticos.

§1º O eixo principal da 1ªCERMu/7ªRS/SC, incluindo suas etapas preparatórias e as etapas estadual e nacional da conferência, será "Implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres".

§2º Os eixos temáticos da 1ªCMSMu7ªRS/SC e todas as suas etapas serão:

I - o papel do Estado/Município e União no desenvolvimento socioeconômico e ambiental e seus reflexos na vida e na saúde das mulheres;

II - o mundo do trabalho e suas consequências na vida e na saúde das mulheres;

III - vulnerabilidades e equidade na vida e na saúde das mulheres, e

IV - políticas públicas para as mulheres e a participação social.

§3º 1ªCRSMu/7ªR/S/SC - enviará no máximo 10 (dez) propostas por eixo temático à 1ªCESMu/SC.

§4º O eixo principal e os eixos temáticos poderão sofrer ajustes, respeitando o debate acumulado pelo Conselho Nacional de Saúde.

§5º O Documento Orientador da 2ªCNSMu, de caráter propositivo, foi elaborado por representantes da Comissão Organizadora, da Comissão Executiva e da Comissão de Formulação e Relatoria, com base no eixo principal e eixos temáticos da 2ªCNSMu e considerou as deliberações da 15ª Conferência Nacional de Saúde e do Plano

Nacional de Saúde, disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/ultimas\\_noticias/2017/doc/2CNSmu\\_DocOrientador.pdf](http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2017/doc/2CNSmu_DocOrientador.pdf)

## CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 4º A Comissão Organizadora da 1ªCRSMu/7ªRS/SC, indicada pelos Conselhos Municipais de Saúde e nomeada por Portaria/CMSho, município sede, terá a seguinte estrutura:

I - Coordenadora Geral e Adjunta;

II - Secretária (o) Geral e Secretária (o) Geral Adjunta (o)

III - Relatora (o) Geral e Relatora (o) Geral Adjunta (o)

IV - Coordenadora (o) de Comunicação, Articulação e Mobilização;

V - Coordenadora (o) de Acessibilidade e Infraestrutura;

§1º A Coordenador (a) Geral e a Coordenador (a) Geral Adjunta (o) serão Conselheiras (os) Municipais de Saúde, indicados pelo Conselho Municipal de Saúde - CMS;

§2º A Secretária (o) Geral e Secretária (o) Geral Adjunta (o), Relatora (o) Geral e Relator (a) Geral Adjunto (a), Coordenador (a) de Comunicação, Articulação e Mobilização e Coordenador (a) de Acessibilidade e Infraestrutura serão indicados pelos integrantes da Comissão Organizadora da 1ªCRMu/ 7ªRS/SC.

§3º A Comissão Organizadora poderá indicar pessoas e representantes de entidades com contribuição significativa na área, para integrarem a estrutura de coordenação como apoiadores.

Art. 5º A Comissão Organizadora, respeitadas as adesões e indicações dos ConselhosMunicipal de Saúde, será designada por meio de portaria específica do Conselho Municipal de Saúde de Herval D'Oeste- CMSho, Município sede da Conferência inclusive com nomes do corpo diretivo e técnico-administrativo da SMS/ e 7ª RS/SC.

## CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 6º A Comissão Organizadora da 1ªCRMu/7ª RS/SC tem as seguintes atribuições:

I- Encaminhar a realização da 1ªCERSMu/7ªRS/SC, atendendo às deliberações dos ConselhosMunicipais de Saúde e das Secretarias Municipais da Saúde;

II - Propor ao Pleno do Conselho Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal da Saúde:

a) O temário e os eixos temáticos da 1ªCRSMu/7ª RS/SC;

b) O método de realização da Conferência Regional de Saúde das Mulheres e da consolidação do relatório das duas Etapas;

c) Os nomes dos expositores da mesa redonda e do painel central;

d) Os critérios para participação e a definição dos convidados municipais, estaduais e nacionais;

e) A elaboração do roteiro de orientação para os expositores da mesa redonda;

f) O número de delegados da etapa estadual;

III- Acompanhar a disponibilidade e organização da infraestrutura, inclusive, do orçamento para a etapa estadual;

IV- Apresentar ao Pleno do Conselho Municipal de Saúde e às Secretarias Municipais da Saúde a prestação de contas da Conferência Regional de Saúde das Mulheres1ªCRSMu/7ª RS/SC;

V- Encaminhar o Relatório Final da Conferência Regional de Saúde das Mulheres a comissão Organizadora da 1ª Conferência Regional da Saúde da Mulher -1ªCRSMu/07 RS/SC e à Secretaria Municipal da Saúde e ao Pleno do Conselho municipal de cada Município integrantes do evento e posteriormente à Comissão Organizadora Estadual da 1 CESMu/SC;

VI- Realizar o julgamento dos recursos relativos aos credenciamentos de delegados;

VII- Discutir e deliberar sobre todas as questões julgadas pertinentes acerca da Conferência Regional de Saúde das Mulheres e não previstas nos itens anteriores, submetendo-as ao Pleno do Conselho Municipal do Município sede da Conferência de Saúde.

Art. 7º O Coordenador (a) Geral e Coordenador (a) Geral Adjunta (o) cabe:

I- Convocar as reuniões da Comissão Organizadora;

II- Coordenar as reuniões e as atividades da Comissão Organizadora;

III- Coordenar e consolidar o Regulamento da Conferência Regional de Saúde das Mulheres (1ªCRSMu/7ª RS/SC, submetido à consulta pública, pelo prazo 20 dias, e à aprovação final na Plenária da 1ªCRSMu/7ª RS/SC

IV- Supervisionar todo o processo de organização da Conferência de Saúde das Mulheres 1ªCRSMu/7ª RS/SC

Art. 8º O Coordenador (a) de Acessibilidade e Infraestrutura e Recepção

I- Propor condições de infraestrutura necessárias à realização da Conferência Regional de Saúde das Mulheres, 1ªCRSMu/7ª RS/SC referentes ao local, equipamentos e instalações, audiovisuais, reprografia, comunicações, hospedagem, transporte, alimentação e outras;

II- Avaliar, juntamente com a Comissão Organizadora, a prestação de contas de todos os recursos destinados à realização da Conferência Estadual de Saúde das Mulheres.

III - Propor os meios de acessibilidade, com vistas a incluir pessoas com deficiência e outras necessidades especiais, asseguradas condições para sua efetiva participação, nos termos do Manual de Acessibilidade da CISPD/CNS.

Art. 9º À Relator (a) Geral e Relator (a) Geral Adjunta (o) cabe:

I- Coordenar a Relatoria da etapa Regional;

II- Acompanhar a elaboração do Regulamento da Conferência Regional de Saúde das Mulheres- 1ªCRSMu/07 RS/SC e suas alterações.

III- Estimular o encaminhamento, em tempo hábil, dos relatórios das Plenárias Municipais de Saúde à Comissão Organizadora da Conferência Regional de Saúde das Mulheres;

IV- Coordenar o processo de trabalho dos relatores das Plenárias;

V- Consolidar os Relatórios das Etapas Municipais e prepará-los para distribuição as delegadas(os) Conferência Regional de Saúde das Mulheres - 1ªCRSMu/07 RS/SC;

VI- Coordenar a elaboração dos consolidados dos grupos de trabalhos

VII- Coordenar a elaboração e a organização das moções, aprovadas na Plenária Final, no Relatório Final da Conferência Regional de Saúde das Mulheres;

VIII- Coordenar a elaboração do Relatório Final da Conferência Regional de Saúde das Mulheres a ser apresentado ao Conselho Estadual de Saúde e à Secretaria de Estado da Saúde e Conselhos Municipais de Saúde da 7ª Região de Saúde - SC.

IX - Encaminhar as 10 (dez) propostas prioritizadas na etapa Regional para a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Estadual de Saúde da Mulher – CESMu e da 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres – 2ªCNSMu

Art. 10º O Coordenador (a) de Comunicação, Informação, Recepção e Acessibilidade cabem:

I- Definir instrumentos e mecanismos de divulgação da Conferência Regional de Saúde das Mulheres;

II- Promover a divulgação do Regimento Interno da Conferência Regional de Saúde das Mulheres;

III- Orientar as atividades de Comunicação Social da Conferência Estadual de Saúde das Mulheres;

IV- Promover a divulgação adequada da Conferência Regional de Saúde das Mulheres;

;

Art. 11. O Coordenador (a) de Articulação e Mobilização cabe:

I- Estimular a organização e a realização de Plenárias ou Conferências de Saúde em todos os Municípios, Etapas importantes da Conferência Regional de Saúde das Mulheres 1ªCRSMu/07 RS/SC;

II- Mobilizar e estimular a participação paritária dos usuários em relação ao conjunto dos delegados de todas as Etapas da Conferência Regional de Saúde das Mulheres;

III- Mobilizar e estimular a participação paritária dos trabalhadores de saúde em relação à soma dos delegados gestores e prestadores de serviços de saúde;

IV- Fortalecer e facilitar o intercâmbio Município-Município, e assim incentivar a troca de experiências sobre o alcance do tema das Conferências Municipais/Plenárias e da Conferência Regional de Saúde das Mulheres - 1ªCRSMu/07 RS/SC;

V- Acompanhar, sempre que possível, a realização das Conferências de Saúde nos municípios;

VI – Disponibilizar sugestões de palestrantes por tema e subtema para atuarem nas etapas municipais, regionais e/ou Macrorregionais.

Parágrafo Único - A Comissão de Comunicação e Informação assegurará que todo o material da Conferência Regional de Saúde das Mulheres seja produzida de maneira a garantir acessibilidade, conforme disposto no Manual de Acessibilidade da CISPD/CNS.

Art. 12. O Secretário (a) Geral e Secretária (o) Geral Adjunta (o) cabe:

I- Orientar os Municípios quanto ao processo de inscrição de seus delegados à Etapa Regional e Estadual;

II- Organizar e manter arquivo dos documentos recebidos relativos à inscrição de delegados;

III- Supervisionar o processo de credenciamento dos delegados inscritos na Conferência Estadual de Saúde das Mulheres;

IV- Organizar a pauta das reuniões da Comissão Organizadora;

V- Organizar e manter arquivo dos documentos recebidos e cópias dos documentos encaminhados em função da realização da Conferência Regional - al de Saúde das Mulheres - 1ªCRSMu/07 RS/SC;

VI- Encaminhar os documentos produzidos pela Comissão Organizadora da Conferência Regional de Saúde das Mulheres - 1ªCRSMu/07 RS/SC para providências;

VII- Acompanhar a elaboração do regulamento da Conferência Regional de Saúde das Mulheres pela Comissão Organizadora.

VIII- Solucionar os problemas que surgirem no ato do credenciamento, sempre tomando por base os documentos assinados pelos coordenadores das etapas municipais;

IX- Distribuir Delegados e Convidados nos Grupos de Trabalho;

X- Emitir certificados aos participantes, palestrantes e membros das comissões da Conferência Regional de Saúde das Mulheres devidamente assinado pela Coordenadora Geral do Evento e pela Secretária de Saúde do Município Sede da Conferência.

## CAPÍTULO VI DOS PARTICIPANTES

Art. 13. A 1ªCRSMu/07 RS/SC contará com os seguintes participantes:

I- delegadas (os) eleitas (os) na Etapa Municipal, da 1ªCRSMu/07 RS/SC, com direito a voz e voto;

II- Conselheiras (os) Municipais de Saúde, com direito a voz e voto e

III- Convidadas (os), com direito a voz.

§1º As (os) delegadas (os) eleitas (os) no segmento de usuárias (os) devem ser preferencialmente mulheres.

§2º No processo eleitoral para a escolha de Delegadas (os), deverão ser eleitas (os) Delegadas (os) suplentes, no total de 30% (trinta por cento) das vagas de cada segmento, devendo ser encaminhada a ficha de inscrição da (o) Delegada (o) suplente, assim caracterizado no conjunto das delegadas (os) inscritas (os), à Comissão Organizadora da 1ªCRSMu/07 RS/SC;

§3º Serão convidadas (os) para a 1ªCRSMu/07 RS/SC, representantes ONGs, entidades, instituições estaduais e personalidades nacionais e internacionais, com atuação de relevância em Saúde das Mulheres e setores afins, num percentual máximo de até 10%

(dez por cento) do total de delegadas (os) eleitas (os) na Etapa Municipal, previstos pelo regimento que serão indicados pela Comissão Organizadora, e aprovados pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde do Município sede da Conferência -1ªCRSMu/07 RS/SC .

§4º A lista de convidadas (os) será concluída até 10 (dez) dias anterior à data de realização da Etapa Regional.

Art. 14. As inscrições das (os) delegadas (os) escolhidas (os) na etapa Municipal, na 1ªCRSMu/07 RS/SC deverão ser feitas junto à Comissão Organizadora até 05 (cinco) dias antes da data de realização da Etapa Regional prevista para 09/05/2017 e 15 (quinze) dias antes para a Etapa Estadual prevista para 13 e 14 de junho de 2017.

Art. 15. A comunicação das (os) delegadas (os) suplentes eleitas (os) em substituição às delegadas (os) titulares eleitas (os) poderá ser realizada até 02 dias antes da etapa Regional e 10 (dez) dias antes da data de realização da Etapa Estadual.

Art. 16. As (os) participantes com deficiência e/ou patologias deverão fazer o registro na ficha de inscrição da 1ªCRSMu/07 RS/SC para que sejam providenciadas as condições necessárias à sua participação.

Art. 17. Da composição do conjunto de Delegadas e Delegados à Etapa Municipal, Regional, Estadual e à Etapa Nacional deverá constar no mínimo 90% de mulheres na delegação de todos os segmentos (usuárias (os) dos serviços de saúde, trabalhadores (as), gestores (as) e prestadores (as) de serviços de saúde).

Art. 18. O número de delegadas (os) eleitas (os) nas etapas Municipal, Regional deve ser de acordo com a população estimada em 2014 pelo IBGE, assim:

I- Municípios com até 50 mil hab. – 04 delegadas (os);

II- Municípios de 50.001 a 200 mil hab. – 08 delegadas (os);

III - Municípios acima de 200 mil hab. – 12 delegadas (os).

Art. 19. Na etapa Municipal, Regional cada município deverá eleger suas delegadas (os), conforme estabelece este Regimento e a Resolução do CNS no 453/2012.

## CAPÍTULO VII

### SEÇÃO I

#### DA REALIZAÇÃO

Art. 20. 1ªCRSMu/07 RS/SS a ser realizada dia 09/05/2017 no Município de Herval d'Oeste SC é parte integrante da 1ªCESMu-SC a ser realizada em Florianópolis – SC dias 13 e 14 de junho de 2017 e da 2ªCNSMu a ser realizada em Brasília de 1º a 4 de agosto de 2017 e terá abrangência Regional, mediante a realização das Etapas Preparatórias Municipal, assim como Plenárias e Conferências Livres, conforme abaixo:

I - As etapas preparatórias às Conferências Municipais, como: Conferências Livres, Plenárias, Oficinas e outras poderão ser realizadas de abril de 2017 02 de maio de 2017;

II - As etapas Municipais, posteriormente por meio de Resolução do Conselho Municipal de Saúde. Na Conferência Regional Portaria ou Resolução do Conselho Municipal da Saúde do Município sede da realização da conferência.

III - O cronograma geral da 1ª CRSMu/7ªRS/SC será aprovado por meio de Resolução do Conselho Municipal de Saúde.

§1º Consideram-se a 7ª Região de Saúde para fins desta Conferência, conforme Plano Diretor de Regionalização de Saúde/2012.

§2º A Etapa Regional será precedida de Conferências ou Plenárias Municipais,

§3º O Conselho Municipal de Saúde do Município sede, deverá informar à Comissão Organizadora Estadual o cronograma de realização das Conferências /Plenárias Municipais.

## SEÇÃO II

### DA ETAPA MUNICIPAL, REGIONAL OU MACRORREGIONAL

Art. 21. A Etapa Municipal e Regional terá por objetivo analisar as prioridades constantes no Documento Orientador e elaborar propostas para o fortalecimento dos programas e ações de Implementação da Política Nacional de Atenção Integral da Saúde das Mulheres, no Estado de Santa Catarina e União.

§1º As Comissões Organizadoras das Conferências Municipais e os Conselhos Municipais de Saúde serão responsáveis pela realização das etapas e emitirão Relatório das referidas conferências/Plenárias, juntamente com a lista das Delegadas eleitos por município para a Etapa Regional nos prazos previstos neste regimento.

Parágrafo Único - Nas Conferências Municipais/ Regional serão eleitas, de forma paritária, as delegadas e os delegados que participarão da Conferência Estadual, conforme Art. 19 deste Regimento.

## SEÇÃO III

### DA ETAPA ESTADUAL

Art. 22. A Etapa Regional terá por objetivo analisar as prioridades constantes no Documento Orientador e nos Relatórios das Conferências/Plenárias Municipais, aprovar as propostas da etapa Regional, e encaminhar à Comissão Organizadora Estadual o respectivo Relatório Final.

Parágrafo Único - Deverá constar no Relatório Final da etapa Regional ao quantitativo de participantes de todas as atividades realizadas referente à Etapa Municipal, Regional e das Conferências Livres.

Art. 23. Na Etapa Regional só poderão participar as (os) delegadas (os) eleitas (os) nas Municipais, as (os) Conselheiras (os) Municipais de Saúde e convidadas (os), obedecendo à paridade prevista na Resolução nº453/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Art. 24. As inscrições das (os) delegadas (os) da Etapa Regional eleitas (os) para participarem da 1ªCRSMu/7ª RS/SC serão realizadas pela Comissão Organizadora da Conferência Regional.

## SEÇÃO IV

### DA ETAPA NACIONAL

## SEÇÃO V

### DAS CONFERÊNCIAS LIVRES

Art. 29. As Conferências Livres poderão ser organizadas pelos segmentos de usuárias (os), trabalhadoras (es) e gestoras (es)/ prestadoras (es), como também, pela representação social a que pertencem (Ex.: juventude, mulheres negras, pescadoras, catadoras de materiais recicláveis, empregadas domésticas, enfermeiras, lésbicas, indígenas, mulheres com deficiências, mulheres vivendo com HIV/AIDS, dentre outras), podendo ser constituídas no âmbito Municipais, Intermunicipais, Regionais, Macrorregionais, Estaduais, Distrital e/ou Nacional, com o objetivo de debater um ou mais eixos temáticos.

Parágrafo Único - As Conferências Livres não elegem delegadas (os). Seu principal objetivo é apresentar propostas pelo(s) eixo(s) temático(s), devendo ser validadas nas etapas Municipais, Regionais ou Macrorregionais.

## CAPÍTULO VIII

### DO FUNCIONAMENTO

Art. 30. A 1ª CRSMu/07RS/SC será coordenada pelo (a) Coordenador (a) Geral da Comissão Organizadora.

Art. 31. O funcionamento da Etapa Regional da 1ª CRSMu/07RS/SC

se dará por meio da realização 01 Conferência com o Tema Central, de Grupos de Trabalho e de Plenárias.

Parágrafo Único - Após a realização da Etapa Nacional, por um período de 1 (um) ano, o sistema de conselhos de saúde desenvolverá atividades de monitoramento e devolutivas das deliberações da 2ª CNSMu.

Art. 32. O relatório da Conferência Regional deverá ser apresentada à Comissão Organizadora Estadual da, até 10 dias do término da referida Etapa.

§1º Os Relatórios das Etapas Municipais e Regional deverão conter, no máximo, 10 (dez) propostas prioritárias de abrangência Estadual e 10 (dez) Nacional, desde que contemplados todos os eixos, a serem apresentadas em papel tamanho A4, fonte tipo arial, tamanho 12 e espaço duplo.

§2º Caberá à Comissão de Relatoria elaborar o Relatório Consolidado da Etapa Regional, a ser publicado e distribuído para subsidiar a Etapa Estadual da 2ª CESMu.

## CAPÍTULO IX DA REALIZAÇÃO

Art. 33. A 1ª Conferência Regional de Saúde das Mulheres - 1ª CRSMu/07RS/SC, convocada por Portaria/CMSHO, será realizada no dia 09 de maio de 2017, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde no Município de Herval D'Oeste – Santa Catarina.

Art. 34. A 1ª CRSMu-7ªRS/SCSC terá abrangência Regional, será precedida de Conferências ou Plenárias Municipais

§2º A Etapa Regional terá por objetivo, obrigatoriamente, analisar o Documento Orientador e textos técnicos complementares, o Relatório Consolidado das Conferências Municipais e consolidar e priorizar as propostas para a etapa Estadual.

§3º O relatório de âmbito Regional a ser remetido ao Conselho Estadual de Saúde e outro circunscrito às propostas nacionais será encaminhado à Comissão Organizadora Nacional, conforme regras estabelecidas no Regimento Interno 1ª CESMu-SC.

§4º Preferencialmente, os Conselhos Municipais, movimentos sociais e entidades que realizarem as Conferências informarão à Comissão Organizadora Regional, o cronograma de realização das respectivas Conferências/Plenárias;

§5º O não cumprimento dos prazos e/ou realização das etapas previstas neste artigo, por algum Município, não constituirá impedimento para a realização da Etapa Regional.

§6º O Conselho de Saúde do Município sede da 1ª Conferência Regional de Saúde (da 1ª CRSMu/07RS/SC) informará à Comissão Organizadora Estadual, o cronograma de realização das Conferências Municipais, e da Regional.

## CAPÍTULO X DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 35. As despesas com a realização 1ª Conferência Regional de Saúde das Mulheres serão custeadas pelo Fundo Municipal de Saúde de cada Município da 7ª Região de Saúde de Santa Catarina.

§ Único - As despesas com o deslocamento e alimentação de todos os delegados, dos seus municípios de origem ao local da Conferência Regional de Saúde das Mulheres, serão de responsabilidade dos municípios.

## CAPÍTULO XI DAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS

Art. 36. São instâncias de decisão na 1ª CRSMu-7ªRS/SC:

I - Os grupos de trabalho; e

II - Plenárias.

§1º Os grupos de trabalho serão compostos por delegadas e delegados nos termos da Resolução CNS nº 453/2012 do Conselho

Nacional de Saúde com participação de convidadas e de convidados, com direito à voz, estes proporcionalmente divididos em relação ao seu número total.

§2º Os grupos de trabalho serão realizados, simultaneamente, para discutir e votar os conteúdos do Relatório Regional consolidado.

§3º A Plenária Final tem por objetivo debater, aprovar ou rejeitar propostas provenientes do relatório consolidado dos grupos de trabalho, bem como as moções de âmbito estadual, nacional e internacional.

Art. 37. O Relatório Final da Conferência conterá as propostas aprovadas nos Grupos de Trabalho e as propostas e Moções aprovadas na Plenária Final da Etapa Regional, devendo conter diretrizes nacionais para o fortalecimento dos programas e ações de implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres.

§1º As moções serão recebidas no prazo e com o quantitativo de assinatura a ser definidos pelo regulamento.

Parágrafo Único - O Relatório Final da 1ª CRSMu-7ªRS/SC será encaminhado à Comissão Organizadora Estadual ao Conselho Estadual de Saúde para aprovação e homologação, em seguida encaminhado à Secretaria de Estado da Saúde, devendo ser amplamente divulgado, servindo de base para a etapa de monitoramento.

## CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da 1ª Conferência Regional de Saúde das Mulheres.

Clarinda da Luz Durigon  
Coordenadora da 1ª CRSMu/7ªRS/SC

## RESOLUÇÃO Nº 016 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 016/CMS-HO/2017

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO PARA A 1ª PLENÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA MULHER

O Conselho Municipal de Saúde de Herval D'Oeste – SC em sua quadragésima Reunião realizada no dia 13 de março de 2017, no uso de suas competências Regimentais; atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei 8.142 de 28 de dezembro de 1990, Lei Municipal 1933/26/04/2001, Lei 3079/14 e seu Regimento Interno, e em consonância com a Portaria 001/23/03/2017, Resolução nº 537 de 19 de setembro de 2016 e com a Resolução nº 538 de 10 de novembro de 2016, ambas publicadas pelo Conselho Nacional de Saúde com o objetivo de estabelecer Diretrizes para a Realização da 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER 2ª CNSMu neste Município para realização da 1ª PLENÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE DA MULHER - 1ª PMSMu-HO-SC,

RESOLVE:

Art 1º CONVOCAR A 1ª PLENÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA MULHER DE HERVAL D'OESTE - SC - 1ª PMSMu-HO-SC PARA DIA 26 DE ABRIL DE 2017 A REALIZAR-SE EM DUAS ETAPAS:

A) PRIMEIRA ETAPA: SERÁ REALIZADA NAS ESTRATÉGIAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E SOB A COORDENAÇÃO E RESPONSABILIDADE DAS EQUIPES DE CADA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF, NO DECORRER DO MÊS DE ABRIL ATÉ DIA 24/04/2017 ;

B) A SEGUNDA ETAPA: SERÁ REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2017 E SERÁ COORDENADA PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORMA ARTICULADA COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

C) TANTO AS PLENÁRIAS LOCAIS/ESF QUANTO A MUNICIPAL TRATARÃO DO TEMA CENTRAL: SAÚDE DA MULHER: DESAFIOS

PARA A INTEGRALIDADE COM EQUIDADE E DOS QUATRO EIXOS TEMÁTICOS DOS QUAIS ELABORARÃO PROPOSTAS QUE SERÃO CONSOLIDADAS NA 1ª CRSMU-7ªRS-SC A REALIZAR-SE DIA 09 DE MAIO DE 2017:

Art.2ºEIXOS TEMÁTICOS A SEREM TRABALHADOS EM TODAS AS ETAPAS DA 1ª CRSMu-7ªRS-SC

1 – O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO E AMBIENTAL E SEUS REFLEXOS NA VIDA E NA SAÚDE DAS MULHERES;

Continuação folha 01

2 – O MUNDO DO TRABALHO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA VIDA E NA SAÚDE DAS MULHERES;

3 – VULNERABILIDADE NOS CICLOS DE VIDA DAS MULHERES NA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE DAS MULHERES

4 – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

ART 2º ELEGER NA 1º PLENARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DA MULHER-HO 1ªPMSMu-HO-SC, QUATRO REPRESENTANTES TITULARES E UM SUPLENTE PARA CADA TITULAR, PARA PARTICIPAR DA 1ªCRSMu-7ªRS-SC. OBSERVANDO A PARIDADE CONFORME RESOLUÇÃO 453/2012 CNS.

ART 3º ENCAMINHAR EM FORMA DE RELATÓRIO DIGITALIZADO AS PROPOSTAS ELABORADAS NASPLENÁRIAS REALIZADA EM CADA GRUPO DE TRABALHO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: CENTRO, INTERIOR E BAIRROS À COMISSÃO DE RELATORIA DA 1ªPMSMu-HO-NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D' OESTE

ART. 3º REVOGAM-SE DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO

ART. 4º REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE

CLARINDA DA LUZ DURIGON

PRESIDENTE DO CMS-HO

1ªPMSMu-HO

Homologado;

# Ibiam

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITACAO PP 04 - FMS - MATERIAIS PERMANENTES - PROD. HOSPITALARES**

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE IBIAM

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 04/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE IBIAM, Fundo Municipal de Saúde, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 03 de maio de 2017, licitação modalidade Pregão Presencial n. 04/2017, visando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MATERIAIS PERMANENTES PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: 03/05/2017 até as 09:00 hs, com abertura dos envelopes nesta mesma data, às 09:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa, pelo fone (49) 3534 - 0045 ou pelo site [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 18 DE ABRIL DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 3015 - RETIFICADO**

DECRETO Nº 3.015, DE 04 DE ABRIL DE 2017

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MINICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Com amparo no Artigo 88, Incisos II–III–VII, da Lei Orgânica, c/c. Lei Municipal Nº 055 de 20 de Agosto de 1997, e alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas abaixo, para comporem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

I – Representantes do Poder Executivo Municipal:

A) Titular: Cleide Teresinha Perosa

B) Suplente: Mateus Ethierry Ceron Zanin

II – Representantes dos Docentes:

A) Titular: Eliane Maria Piovesan Recalcatti

B) Suplente: Catarina Maria Dallabrida Borsoi

C) Titular: Itamar Romanatto

D) Suplente: Alberto Milton Fontana

III – Representantes de Pais de Alunos:

A) Titular: Simone Aparecida Bencke de Souza Macedo

B) Suplente: Moacir Titon

C) Titular: Veronise Rossato de Moraes Zarpelon

D) Suplente: Rafael Gonzatto Araldi

IV – Representantes da Sociedade Civil:

A) Titular: Marilussi Tragancin Cenatti

B) Suplente: Ivanir Trevisol Slongo

C) Titular: Ires Teresinha Rinaldi Tragancin

D) Suplente: Edir Romanatto dani

Art. 2º. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar será de 04(quatro) anos.

Art. 3º. O mandato dos conselheiros nomeados conforme disposto no Art.1º será gratuito, e constituirá serviço público relevante.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 156, de 15 de abril de 2013.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 04 DE ABRIL DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

# Ibirama

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.085, DE 12 DE ABRIL DE 2017 - DEFINE E HOMOLOGA A RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS - REMUME.

DECRETO nº 4.085, de 12 de abril de 2017.

"DEFINE E HOMOLOGA A RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS - REMUME."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica definida e homologada a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME, constante no Anexo Único deste Decreto, que constituirá no elenco oficial de medicamentos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde aos seus cidadãos.

Art. 2º O Anexo Único tratado no presente Decreto estará disponibilizado na íntegra no endereço: [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de abril de 2017.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

#### ANEXO ÚNICO

	DESCRIÇÃO
comprimido	Aciclovir 200 mg
bisnaga	Aciclovir 50 mg/g
comprimido	Ácido Acetilsalicílico 100 mg
comprimido	Ácido Fólico 5 mg
ampola	Água destilada estéril, ampola de 10 ml
comprimido	Albendazol 400 mg
frasco	Albendazol 40 mg/ml
comprimido	Alendronato sódico 70 mg
comprimido	Alopurinol 100 mg
comprimido	Alopurinol 300 mg
comprimido	Alprazolam 0,5 mg
comprimido	Alprazolam 1 mg
comprimido	Alprazolam 2 mg
frasco	Ambroxol cloridrato 6mg/ml, xarope adulto
comprimido	Aminofilina 100 mg
comprimido	Amiodarona 200 mg
comprimido	Amitriptilina cloridrato 25 mg
frasco	Amoxicilina associada com Clavulanato de Potássio 50 + 12,5 mg/ml
comprimido	Amoxicilina associada com Clavulanato de Potássio 500 + 125 mg

frasco	Amoxicilina 50 mg/ml
comprimido	Amoxicilina 500 mg
comprimido	Ampicilina 500 mg
comprimido	Anlodipino besilato 10 mg
comprimido	Anlodipino besilato 5 mg
comprimido	Atenolol 25 mg
comprimido	Atenolol 50 mg
comprimido	Atenolol 100 mg
comprimido	Azitromicina 500 mg
comprimido	Azitromicina 40 mg/ml
frasco-ampola	Benzilpenicilina benzatina, 1200000 UI
frasco	Benzoato de benzila 25%
ampola	Betametasona dipropionato associada a betametasona fosfato dissódico 2 mg + 5 mg/ml +, suspensão injetável
Ampola	Biperideno 5mg/ml
comprimido	Biperideno 2 mg
comprimido	Bisacodil 5 mg
comprimido	Bromazepam 3 mg
comprimido	Bromazepam 6 mg
frasco	Bromoprida 4 mg/ml
comprimido	Captopril 25 mg
comprimido	Captopril 50 mg
comprimido	Carbamazepina 200 mg
frasco	Carbamazepina 20 mg/ml
comprimido	Carbamazepina 400 mg
comprimido	Carbonato de Cálcio 500 mg
comprimido	Carbonato de Cálcio 500mg associado com vitamina D 400 UI
comprimido	Carbonato de Lítio 300 mg
comprimido	Carvedilol 12,5 mg
comprimido	Carvedilol 25 mg
comprimido	Carvedilol 3,125 mg
comprimido	Carvedilol 6,25 mg
frasco	Cefalexina 50 mg/ml
comprimido	Cefalexina 500 mg
frasco	Cetoconazol 2%, xampu
bisnaga	Cetoconazol 20 mg/g
comprimido	Cilostazol 100 mg
comprimido	Ciprofibrato 100 mg
comprimido	Ciprofloxacino 500 mg
comprimido	Citalopram 20 mg
comprimido	Claritromicina 500mg
comprimido	Clobazan 10 mg
comprimido	Clomipramina 25 mg

comprimido	Clonazepam 0,5 mg
frasco	Clonazepam 2,5 mg/ml
comprimido	Clonazepam 2 mg
comprimido	Clopidogrel bissulfato 75 mg
bisnaga	Lidocaína cloridrato 2%, geleia
comprimido	Clorpromazina 100 mg
comprimido	Clorpromazina 25 mg
comprimido	Clortalidona 25 mg
comprimido	Clortalidona 50 mg
bisnaga	Colagenase associado cloranfenicol 0,6 UI + 1% , pomada
Comprimido	Cumarina associada com troxerrutina 15 mg + 90 mg
comprimido	Complexo B (Vitaminas B1 + B2 + B6 + B5 + Nicotinamida-PP)
ampola	Dexametasona fosfato 4 mg/ml, solução injetável
bisnaga	Dexametasona 0,1%, creme
comprimido	Dexametasona 4 mg
frasco	Dexclorfeniramina 0,4 mg/ml
comprimido	Dexclorfeniramina 2 mg
comprimido	Diazepan 10 mg
comprimido	Diazepan 5 mg
comprimido	Diclofenaco Sódico 50 mg
comprimido	Digoxina 0,25 mg
comprimido	Diltiazem 60 mg
frasco	Dimeticona 75 mg/ml
comprimido	Dipirona sódica 500 mg
comprimido	Dipirona sódica 500 mg/ml, solução oral-gotas
comprimido	Dipirona sódica 500 mg/ml, solução injetável
comprimido	Doxazosina mesilato 2 mg
comprimido	Enalapril maleato 10 mg
comprimido	Enalapril maleato 20 mg
comprimido	Enalapril maleato 5 mg,
comprimido	Eritromicina estearato 500 mg
comprimido	Escopolamina butilbrometo associada com dipirona sódica 10 mg + 250 mg
comprimido	Escopolamina butilbrometo 10 mg
comprimido	Espiramicina 1,5 MUI (Toxoplasmose gestacional) cp
comprimido	Espironolactona 25 mg
comprimido	Estrogênios conjugados 0,625 mg
comprimido	Levonorgestrel associado a Etinilestradiol 0,15mg +0,03 mg
comprimido	Fenitoína sal sódica 100 mg
comprimido	Fenobarbital sódico 100 mg
frasco	Fenobarbital sódico 40 mg/ml, solução oral-gotas
frasco	Fenoterol bromidrato 5 mg/ml
comprimido	Finasterida 5 mg
comprimido	Fluconazol 150 mg
comprimido	Flunarizina dicloridrato 10 mg
cápsula	Fluoxetina 20 mg
comprimido	Furosemida 40 mg
comprimido	Glibenclamida 5 mg
comprimido	Gliclazida 30 mg

frasco	Haloperidol 2 mg/ml, solução oral-gotas
comprimido	Haloperidol 5 mg
ampola	Haloperidol decanoato 50 mg/ml
ampola	Heparina sódica 5.000UI/0,25ml, solução injetável
comprimido	Hidroclorotiazida 25 mg
frasco	Hidróxido de alumínio 60 mg, suspensão oral
frasco	Ibuprofeno 50 mg/ml, suspensão oral
comprimido	Ibuprofeno 600 mg
comprimido	Imipramina cloridrato 25 mg
frasco	Ipratrópio brometo 0,250 mg/ml, solução para inalação
frasco	Ipratrópio brometo associado com fenoterol bromidrato 0,040 mg + 0,100 mg/dose
comprimido	Isossorbida mononitrato 20 mg
comprimido	Isossorbida dinitrato 5 mg
comprimido	Ivermectina 6 mg comprimido
comprimido	Levodopa associado a Benserazida 100 mg + 25 mg
comprimido	Levodopa 200mg associado a benserazida 50mg
comprimido	Levodopa associado a Carbidopa 250 mg + 25 mg
comprimido	Levomepromazina 100 mg
comprimido	Levomepromazina maleato 25 mg
frasco	Levomepromazina 40 mg/ml, solução oral
comprimido	Levotiroxina 100 mcg
comprimido	Levotiroxina 25 mcg
comprimido	Levotiroxina 50 mcg,
comprimido	Levotiroxina 75 mcg
comprimido	Levotiroxina 88 mcg
comprimido	Loratadina 10 mg
frasco	Loratadina 1 mg/ml, suspensão oral
comprimido	Losartana potássica 50 mg
frasco	Manitol 20%, solução
ampola	Medroxiprogesterona acetato 150 mg
comprimido	Metformina cloridrato 500 mg
comprimido	Metformina cloridrato 850 mg
comprimido	Metildopa 250 mg
comprimido	Metildopa 500 mg
comprimido	Metoclopramida cloridrato 10 mg
frasco	Metoclopramida cloridrato 4 mg/ml, solução oral
ampola	Metoclopramida cloridrato 5 mg/ml, solução injetável
comprimido	Metoprolol succinato 50 mg
frasco	Metronidazol (benzoilmetronidazol) 40 mg/ml, suspensão oral
comprimido	Metronidazol 250 mg
comprimido	Metronidazol 400 mg
bisnaga	Metronidazol 100 mg/g, geleia vaginal
bisnaga	Miconazol nitrato 20 mg/g, creme dermatológico
bisnaga	Miconazol nitrato 20 mg/g, creme vaginal
bisnaga	Neomicina sulfato associada com Bacitracina 5 mg + 250 UI/g, creme
comprimido	Nifedipina 10 mg
comprimido	Nifedipina 20 mg
comprimido	Nimesulida 100 mg

frasco	Nistatina 100000 UI/ml, suspensão oral
bisnaga	Nistatina 25000 UI/g, creme vaginal
comprimido	Nitrofurantoína 100 mg
comprimido	Noretisterona 0,35mg
ampola	Noretisterona enantato associada com estradiol valerato 50 mg + 5 mg/ml
comprimido	Norfloxacin 400 mg
comprimido	Nortriptilina cloridrato 25 mg
cápsula	Omeprazol 20 mg
cápsula	Oseltamivir 30mg
cápsula	Oseltamivir 45mg
cápsula	Oseltamivir 75mg
frasco	Oxcarbazepina 60 mg/ml, suspensão oral
bisnaga	Óxido de Zinco associado com retinol e colecalciferol 150 mg + 5000 UI + 900 UI/g
frasco	Paracetamol 200 mg/ml
comprimido	Paracetamol 500 mg
comprimido	Paracetamol associado com codeína 500 mg + 30)mg
comprimido	Paroxetina cloridrato 20 mg
frasco	Permetrina 1%, loção tópica
frasco	Prednisolona 3 mg/ml, solução oral
comprimido	Prednisona, 20 mg
comprimido	Prednisona 5 mg
comprimido	Prometazina cloridrato 25 mg
ampola	Prometazina cloridrato 25 mg/ml, solução injetável
comprimido	Propatilnitrato 10 mg
comprimido	Propranolol cloridrato 40 mg
ampola	Ranitidina cloridrato 25mg/ml, solução injetável
comprimido	Ranitidina cloridrato 150 mg
comprimido	Risperidona 2 mg
comprimido	Risperidona 1 mg
sachê	Sais para Reidratação Oral, pó para solução oral
frasco	Salbutamol 0,4 mg/ml, xarope
frasco	Salbutamol 100 mcg/dose, aerossol oral
comprimido	Sertralina cloridrato 50 mg
comprimido	Sinvastatina 10 mg
comprimido	Sinvastatina 20 mg
comprimido	Sinvastatina 40 mg
frasco	Soro fisiológico, cloreto de sódio 0,9%, solução
bisnaga	Sulfadiazina de prata 10 mg/g (1%), creme
comprimido	Sulfametoxazol associado com trimetoprima 400 mg + 80 mg
frasco	Sulfametoxazol associado com trimetoprima 40 mg + 8 mg/ml, suspensão oral
frasco	Sulfato Ferroso 25 mg/mL de Fe II, frasco conta-gotas
comprimido	Sulfato Ferroso 40 mg de Fe II
comprimido	Tioridazina cloridrato 50 mg
comprimido	Trazodona cloridrato 50 mg
comprimido	Tramadol, Cloridrato 50mg
cápsula	Valproato de sódio 250 mg,
cápsula	Valproato de sódio 500mg,

frasco	Valproato de sódio 50 mg/ml, solução oral
comprimido	Valsartana 80mg
comprimido	Valsartana 160 mg
comprimido	Valsartana 320mg
comprimido	Varfarina 5 mg
comprimido	Venlafaxina cloridrato 75 mg
comprimido	Verapamil cloridrato 80 mg
frasco	Vitamina A (retinol) + vitamina D (ergocalciferol) (50000 10000) UI/ml, solução oral
	INJETÁVEIS
ampola	Escopolamina butilbrometo associada com dipirona sódica 4 mg + 500 mg/ml, solução injetável
ampola	Diazepan 5 mg/ml, solução injetável
frasco-ampola	difenidramina 100mg, pó para solução injetável
ampola	Solução injetável de 3 mg/ml (dimenidrinato) + 5 mg/ml (cloridrato de piridoxina) + 100 mg/ml (glicose) + 100 mg/ml (frutose)
ampola	Epinefrina 1 mg/ml, solução injetável
ampola	Escopolamina butilbrometo 20 mg/ml, solução injetável
ampola	Furosemida 10 mg/ml, solução injetável
ampola	Glicose 50%, solução injetável
frasco-ampola	Hidrocortisona succinato sódico 100 mg, pó líofilo para suspensão injetável
frasco-ampola	Hidrocortisona succinato sódico 500 mg, pó líofilo para suspensão injetável
ampola	Morfina sulfato 10mg/ml, solução injetável
frasco-ampola	omeprazol 40mg, pó líofilo injetável
ampola	Cloridrato de ondansetrona 2mg/ml, solução injetável Intra venosa
frasco bolsa	Ringer com lactato contendo cloreto de sódio 0,6g/100mL + cloreto de potássio 0,03g/100mL + cloreto de cálcio diidratado 0,02g/100mL + lactato de sódio 0,31g/100mL.
frasco-ampola	Tenoxicam 40mg, pó líofilo injetável.
ampola	Terbutalina sulfato 0,5mg/ml, solução injetável
ampola	Tramadol cloridrato 50mg/ml, solução injetável.

## INSUMOS PARA DIABÉTICOS

	Fitas/Tiras reagentes para teste de determinação de glicemia
	Glicosímetro
	Lancetas
	Seringa para insulina 100U

## MEDICAMENTOS PROGRAMA ANTITABAGISMO

	Adesivo de nicotina 7mg, 14mg e 21mg adesivo
comprimidos	Bupropiona 150 mg

**PREGAO PRESENCIAL Nº 32/2017**

MUNICIPIO DE IBIRAMA

PREGAO PRESENCIAL Nº 32/2017.

Objeto: Contratação de serviços de organização, planejamento e realização de concurso público, com a elaboração, impressão e aplicação de provas escritas e práticas, para o provimento de cargos efetivos e emprego público, de nível alfabetizado, nível fundamental, nível médio e de nível superior, do quadro de pessoal do Município de Ibirama das vagas disponíveis ou cadastro de reserva. Entrega dos envelopes até o dia 02 de maio de 2017 as 09h00min. Sessão de abertura as 09h15min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357 8523, na página do município na Internet [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br) ou ainda pelo e-mail [compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - Ibirama, 17 de abril de 2017. Adriano Poffo - Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATORIO Nº 06/2017 -  
CREDENCIAMENTO / CHAMAMENTO Nº 01/2017**

MUNICIPIO DE IBIRAMA.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

PROCESSO LICITATORIO Nº 06/2017

CREDENCIAMENTO / CHAMAMENTO Nº 01/2017.

Objeto: Credenciamento para prestação de serviço médico, especializado em pediatria. Os interessados poderão solicitar a inscrição no credenciamento a partir de 19/04/2017. Artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/1993. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357 8523, na página do município na Internet [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br) ou ainda pelo e-mail [compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br). - Ibirama, 13 de abril de 2017. Adriano Poffo - Prefeito Municipal.

# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO DE CREDENCIAMENTO IX 004 - 2017 PMI - CREDENCIAMENTO - LEILOEIRO

PROCESSO Nº. 149/2017

INEXIGIBILIDADE Nº. 4/2017 – PMI

Prefeitura Municipal de Ilhota

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO

SETOR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

OBJETO CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS, REGULARMENTE REGISTRADOS NA JUNTA COMERCIAL DE SANTA CATARINA – JUCESC, PARA A EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, BENS AUTOMOTIVOS E BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE ILHOTA/SC, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO: até o dia 04/05/17 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO: dia 04/05/17 às 09:30 horas.

REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e Decreto Federal nº 21.981/32.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:00h às 17:00h.

ERICO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 11 de abril de 2017.

### CONTRATO 013 PRG 032 - 2016 PMI - ASSESSORIA JURÍDICA - ALTERAÇÃO DA NUMERAÇÃO DO CONTRATO 005 - ZOÉGA COELHO & ADVOGADOS

ALTERAÇÃO DA NUMERAÇÃO DO CONTRATO Nº 005/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2016 – PMI

CONTRATO Nº 013/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS ESPECIALIZADOS DE ADVOCACIA AO MUNICÍPIO DE ILHOTA PERANTE AS JUSTIÇAS: COMUM, FEDERAL E ESPECIALIZADA, DO TRABALHO, COM ATUAÇÃO EM TODAS AS INSTÂNCIAS DOS TRIBUNAIS SEDIADOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA, E INSTÂNCIAS SUPERIORES, ASSIM COMO EM QUESTÕES ADMINISTRATIVAS COMPLEXAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ILHOTA E A EMPRESA ZOÉGA COELHO & ADVOGADOS.

O MUNICÍPIO DE ILHOTA, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Doutor Leoberto Leal nº 160, Centro, Ilhota, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.301/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito, senhor ERICO DE OLIVEIRA, que este subscreve, daqui para frente denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa ZOÉGA COELHO & ADVOGADOS, com sede na cidade de Florianópolis, Estado de SC, na Rua Adolfo Melo, nº 38 - Bairro Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 04.368.977/0001-17, neste ato representada pelo senhor Marcos Vinícius de Souza, portador do CPF nº 016.813.589-21, que também subscreve, doravante denominada de CONTRATADA, devidamente autorizado nos autos do Processo de Licitação - PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2016, têm entre si justo e contratado o que segue:

#### 1 ALTERAÇÃO DA NUMERAÇÃO DO CONTRATO

1.1 O contrato nº 005/2017 passa a ter a numeração de 013/2017. Por erro formal se faz necessária a alteração.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados, a tudo presentes.

Ilhota (SC), 17 de abril de 2017.

Prefeito

ERICO DE OLIVEIRA

CONTRATANTE

ZOÉGA COELHO &amp; ADVOGADOS

CONTRATADA

Testemunhas:

**DECRETO 44/2017**

DECRETO Nº 44, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

"AUTORIZA COMPETÊNCIAS PERANTE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS".

O Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso IV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e, para dar transparência e ter efetivo controle nos procedimentos financeiros no âmbito desta Administração Pública,

**DECRETA**

Art. 1º Fica o Secretário de Administração, autorizado perante as instituições financeiras a:

- I - solicitar saldos, extratos e comprovantes, inclusive de investimentos e operações de crédito, e de débitos direto autorizado;
- II - emitir e assinar cheques;
- III - abrir contas de depósito ou qualquer natureza;
- IV - autorizar cobrança;
- V - requisitar talonários de cheques;
- VI - autorizar débito em conta relativo a operações financeiras;
- VII - retirar cheques devolvidos;
- VIII - endossar cheque;
- IX - sustar/contrapor cheques;
- X - cancelar ou baixar cheques;
- XI - efetuar resgates e aplicações financeiras;
- XII - cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XIII - efetuar saques em conta corrente, poupança e investimentos;
- XIV - efetuar pagamentos, inclusive por meio eletrônico;
- XV - efetuar transferências, inclusive por meio eletrônico;
- XVI - liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro;
- XVII - encerrar contas de depósito;
- XVIII - receber, passar recibo e dar quitação;
- XIX - consultar contas de aplicação de programas de repasse;
- XX - utilizar o crédito aberto na forma e condições pactuadas.

§1º A autorização que trata este artigo se refere a todos os fundos municipais e órgãos públicos vinculados à competência administrativa e financeira do Prefeito Municipal.

§2º Na ausência do Secretário de Administração, o mesmo será substituído pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 17 de abril de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 008-2017 PRG 007 - 2017 PMI - SRP - MACADAME - CAIBI**

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 008/2017

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 113/2017

Pregão Presencial: 007/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MACADAME BRITADO PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

Fornecedor: TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES CAIBI LTDA.

Item	Qtde	Descrição	Cotação	Fornecedor
1	15.000,00	Macadame Britado, sendo composição mínima: 64,7% de pedregulho; 20,9% de areia grossa; 3,6% de areia fina e 8,1% de matéria fina passante na peneira nº 200	19,10	TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES CAIBI LTDA
2	5.000,00	Macadame Britado, sendo composição mínima: 64,7% de pedregulho; 20,9% de areia grossa; 3,6% de areia fina e 8,1% de matéria fina passante na peneira nº 200 - COTA RESERVADA	19,10	TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES CAIBI LTDA
3	8.000,00	Macadame Britado Comum	18,37	TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES CAIBI LTDA
4	2.000,00	Macadame Britado Comum - COTA RESERVADA	18,37	TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES CAIBI LTDA

Valor: R\$ 565.700,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil e setecentos reais)

Assinatura: 17/04/2017

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO 003 - DL 032 2017 - LOCAÇÃO DE IMÓVEL**

Extrato de Contrato nº 003/2017

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: Dispensa de Licitação nº 032/2017

Objeto: Locação de Imóvel na rua Modesto Vargas, nº 492, bairro Centro, Ilhota/SC. Casa de alvenaria medindo aproximadamente 200m², necessário para atender as necessidades da secretaria de Assistência Social, com fundamento no Art. 24, inciso X da Lei 8.666/93.

Fornecedor: José Fernando Koehler

Valor mensal: R\$ 1.700,00 (mil setecentos reais) por mês.

Prazo Contratual: 11 meses

Valor Global: R\$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais).

Assinatura: 10/02/2017

Vigência: 10/01/2018

ERICO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA 107/2017**

PORTARIA NÚMERO 107/2017

REVOGA PORTARIA 35/2017

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Revogar a portaria 35/2017.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Ilhota, 17 de abril de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito

---

## **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ILHOTA**

---

### **EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CADASTRO DE ENTIDADES NO CMDCA 001/2017**

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CADASTRO DE ENTIDADES NO CMDCA Nº 001/2017.

REFERENTE AO REGISTRO/ INSCRIÇÃO DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS NO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Ilhota, através de sua Coordenadora Geral, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar Municipal nº008/03 de 31 de dezembro de 2003, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 050/14 e a deliberação do Conselho em sua 1º Assembléia Ordinária do corrente ano, realizada no dia 24 de março de 2017. CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n.º 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA).

CONSIDERANDO que, nos termos do § 1º do art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, cabe ao Conselho manter à inscrição dos programas de proteção e socioeducativos de atendimento à criança e ao adolescente, desenvolvidos pelas entidades governamentais e não governamentais, bem como suas alterações, e deles dar ciência aos Conselhos Tutelares e à autoridade judiciária.

CONSIDERANDO o artigo 7º, inciso X da Lei Complementar Municipal nº 50, de 05 de maio de 2014.

CONSIDERANDO o estabelecido pelas Resoluções do CONANDA n.º 71 e 74, ambas de 2001;

Resolve: deliberar e tornar público o Edital de Chamamento nº 001/2017 para cadastro de Entidades Governamentais e Não Governamentais no CMDCA:

## 1. DA PARTICIPAÇÃO

1.1 O Registro/ Inscrição às entidades Governamentais e Não Governamentais que tenham por objetivo o atendimento direto, o estudo, a pesquisa, a promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente, nos termos do art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.2 Poderão participar do Chamamento nº001/2017 CMDCA desde que satisfaçam todas as condições previstas neste edital.

1.3 Entidades Governamentais e Não Governamentais que executam ações de proteção, promoção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes no município de Ilhota, conforme estabelece o Art. 90, do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre Entidades de atendimento e sua fiscalização, e Lei Complementar Nº 008 de 31 de dezembro de 2003, alterada pela Lei Complementar 050 de 05 de maio de 2014.

## 2. DO CADASTRO

2.1. As entidades Governamentais e Não Governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, já existentes no município de Ilhota, deverão no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desde edital solicitar seu registro no CMDCA.

2.2. As entidades Governamentais e Não Governamentais deverão ser registradas no CMDCA, no qual comunicará o registro ao Ministério Público, ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

2.3. A solicitação de registro pela entidade Governamental e Não Governamental, deverá ser feita através de requerimento dirigido ao CMDCA em formulário próprio fornecido pelo mesmo ou disponível no site da Prefeitura Municipal de Ilhota: [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br)

2.4. O registro terá validade de 02 (dois) anos que será emitido pelo CMDCA através de Resolução.

## 3. DA DOCUMENTAÇÃO

3.1. A Entidade Governamental e Não Governamental deverá apresentar os seguintes documentos para obtenção do registro no CMDCA, conforme orientação abaixo:

I- Os requerimentos de registro/inscrição deverão ser protocolados pelas entidades na Secretaria de Assistência Social, na rua Modesto Vargas, nº 492, Centro – Ilhota, junto com formulário próprio preenchido fornecido e deve ser dirigido ao Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;

II – cópia do ato constitutivo da entidade (ata de fundação) devidamente registrada;

III – documento de identidade, CPF e comprovante de residência do representante legal da entidade requerente;

IV – Prova de Inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

V – ata de eleição da atual diretoria, com nomes e qualificação dos diretores;

VI – Plano de Trabalho das atividades desenvolvidas para crianças e adolescentes (para entidades não governamentais) - OBS.: Este documento deve conter informações sobre as atividades propostas (de complementação ao horário escolar, formativas, culturais, esportivas e/ou de lazer etc.), gratuitas, desenvolvidas para o público infante-juvenil (até 18 anos incompletos) e suas famílias, no município, mencionando histórico da entidade, objetivos, modalidade de atendimento, Atividades oferecidas, locais de execução e horários, finalidades/justificativa, público-alvo (número e faixa etária), equipe envolvida (número / formação profissional / vínculo empregatício com a entidade), operacionalização / metodologia etc.);

VII- Certidões para Habilitação de Instituição Proponente: Certidão Negativa de Débito (INSS/MPAS), Certidão de Regularidade de Tributos da Secretaria da Receita Federal/MF, Secretaria da Fazenda Estadual e Municipal, Certidão junto ao FGTS;

VIII- Cópia do Estatuto da Entidade;

VIII- Cópia do Curriculum Vitae do responsável pela entidade Não Governamental na execução do projeto/programa, enfatizando a formação técnica e profissional.

4. Serão arquivados os processos das entidades que, no prazo de 30 (trinta) dias, não cumprirem as exigências estabelecidas por este Conselho, exigidas no item 3º desta Deliberação;

5. As entidades registradas ficam responsáveis por comunicar ao CMDCA qualquer mudança de endereço, telefone, composição da diretoria ou modalidade de atendimento, de forma a manter atualizados os seus dados cadastrais.

## ANEXO I/ SUGESTÃO

### MODELO DE PLANO DE TRABALHO

#### I- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1- Nome da Entidade:

1.2- Endereço da Entidade:

1.3- Bairro:

1.4- CEP:

1.5- Telefone: Fax:

1.6- E-mail:

1.7- CNPJ:

1.8- Data de Fundação:

1.9- Técnico Responsável:

#### II- TÍTULO DO PROJETO

#### III- SUMÁRIO DA PROPOSTA

#### IV- CONTEXTO DO PROJETO

#### V- PÚBLICO ALVO

VI- OBJETIVOS (GERAL E ESPECÍFICOS)  
VII- JUSTIFICATIVA  
VIII- METODOLOGIA  
IX- EQUIPE  
X- CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES  
XI- SISTEMA DE AVALIAÇÃO CONSIDERANDO

## ANEXO II-FORMULÁRIO

### I – DADOS GERAIS DA ENTIDADE

#### 1.1 – IDENTIFICAÇÃO:

NOME DA ENTIDADE/RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

SIGLA: \_\_\_\_\_

NOME FANTASIA: \_\_\_\_\_

MANTENEDORA: \_\_\_\_\_

#### 1.2 – dados gerais (LOCALIZAÇÃO e/ou ENDEREÇO):

LOGRADOURO: \_\_\_\_\_ - Nº: \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ - CAIXA POSTAL: \_\_\_\_\_

CIDADE: \_\_\_\_\_ - UF: \_\_\_\_\_

TELEFONE: ( ) \_\_\_\_\_ - FAX: ( ) \_\_\_\_\_ - CELULAR: ( ) \_\_\_\_\_

PÁGINA NA INTERNET: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

PONTO DE REFERÊNCIA: \_\_\_\_\_

#### 1.3 – HORÁRIO DE ATENDIMENTO e/ou FUNCIONAMENTO:

( ) MATUTINO: \_\_\_\_\_

( ) VESPERTINO: \_\_\_\_\_

( ) NOTURNO: \_\_\_\_\_

( ) INTEGRAL: \_\_\_\_\_

( ) OUTROS: \_\_\_\_\_

##### 1.3.1 – faz ATENDIMENTO durante finais de semana e feriados:

( ) não

( ) sim. especificar os horários: \_\_\_\_\_

##### 1.3.2 – atende com frequência no item anterior:

( ) não

( ) sim

#### 1.4 – FINALIDADE DA ENTIDADE:

##### 1.5 – POSSUI SEDE e/OU INSTALAÇÃO FIXA PRÓPRIA:

( ) NÃO

( ) SIM: ( ) administrativa LOCAL: \_\_\_\_\_

( ) RECREAÇÃO/CAMPESTRE LOCAL: \_\_\_\_\_

( ) atendimento de programas LOCAL: \_\_\_\_\_

( ) funcionamento geral LOCAL: \_\_\_\_\_

( ) outros: \_\_\_\_\_

### II – DOCUMENTAÇÃO

#### 2.1 – HISTÓRICO DA ENTIDADE:

DATA DE FUNDAÇÃO: \_\_\_\_\_

INÍCIO FUNCIONAMENTO e/OU DAS ATIVIDADES: \_\_\_\_\_

NOME DO PRESIDENTE ATUAL: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ - CPF: \_\_\_\_\_

TELEFONE: RESIDENCIAL ( ) \_\_\_\_\_ - COMERCIAL: ( ) \_\_\_\_\_ - CELULAR: ( ) \_\_\_\_\_

ATA DA ATUAL DIRETORIA: \_\_\_\_\_ - GESTÃO: \_\_\_\_\_

DURAÇÃO DO MANDATO: \_\_\_\_\_

DATA DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS: \_\_\_\_\_

DATA DA PRÓXIMA ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA: \_\_\_\_\_

#### 2.2 – REGISTRO EM CARTÓRIO:

CARTÓRIO: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_ - NÚMERO: \_\_\_\_\_ - LIVRO: \_\_\_\_\_ - FOLHA: \_\_\_\_\_

FINALIDADE DO ESTATUTO: \_\_\_\_\_

#### 2.3 – CNPJ:

INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_ - DATA DO CADASTRO: \_\_\_\_\_

## 2.4 – RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA:

( ) MUNICIPAL: \_\_\_\_\_ - DATA: \_\_\_\_\_  
 ( ) ESTADUAL: \_\_\_\_\_ - DATA: \_\_\_\_\_  
 ( ) FEDERAL: \_\_\_\_\_ - DATA: \_\_\_\_\_

## 2.5 – OUTROS DOCUMENTOS, REGISTROS E CERTIDÕES:

2.5.1 - \_\_\_\_\_

2.5.2 - \_\_\_\_\_

## III – NATUREZA DA ENTIDADE

( ) GOVERNAMENTAL: ( ) ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL  
 ( ) ENTIDADE PÚBLICA ESTADUAL  
 ( ) ENTIDADE PÚBLICA FEDERAL

( ) NÃO-GOVERNAMENTAL: ( ) COM FINS LUCRATIVOS

( ) SEM FINS LUCRATIVOS

( ) PRIVADA

## IV – REGIME DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO

(Artigo 90 da Lei Federal nº 8.069 de 13/07/1990 – ECA)

( ) ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO-FAMILIAR

( ) APOIO SÓCIO-EDUCATIVO EM MEIO ABERTO

( ) COLOCAÇÃO FAMILIAR

( ) ABRIGO

( ) LIBERDADE ASSISTIDA

( ) SEMI-LIBERDADE

( ) INTERNAÇÃO

## V – QUAIS AS LINHAS DE AÇÃO DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO DA ENTIDADE

(Artigo 87 da Lei Federal nº 8.069 de 13/07/1990 – ECA)

( ) POLÍTICAS SOCIAIS BÁSICAS

( ) POLÍTICAS E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA social em CARÁTER supletivo, para aqueles que deles necessitam

( ) serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão

( ) serviço de identificação e localização de pais, RESPONSÁVEL, crianças e adolescente desaparecidos

( ) proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente

## Vi – NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE

ESPECIFICAÇÃO DAS NORMAS	SANÇÃO	ELABORAÇÃO		
		PELA INSTITUIÇÃO	PELO GRUPO	POR TERCEIROS
ATIVIDADE DE ROTINA				
ATIVIDADE HIGIENE PESSOAL				
HIGIENE AMBIENTAL				
HIGIENE PESSOAL				
SE POSSUIR OUTRAS NORMAS ESPECIFICAR				

## VII – CARACTERÍSTICA DA CLIENTELA

## 7.1 – SEXO:

( ) MASCULINO

( ) FEMININO

## 7.2 – SITUAÇÃO:

( ) VULNERÁVEL

( ) ABANDONADOS

( ) ADOLESCENTE ENVOLVIDO EM ATO INFRACIONAL

( ) PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

( ) ÓRFÃOS

( ) OUTROS: \_\_\_\_\_

## 7.3 – FAIXA ETÁRIA E QUANTIDADE DA CLIENTELA:

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	CAPACIDADE	METAS ANUAIS
DE 0 a 6 anos			

DE 7 a 10 anos			
DE 10 a 14 anos			
DE 14 a 18 anos			
DE 0 a 12 anos			
DE 12 a 17 anos incompletos			
TOTAL GERAL ATENDIDOS			

## 7.4 – FAIXA ETÁRIA POR PROGRAMAS:

FAIXA ETÁRIA	0 a 6 anos	7 a 12 anos	12 a 18 anos	DIAS DE FUNCIONAMENTO									
PROGRAMAS	Mas	Fem	Mas	Fem	Mas	Fem	Dom	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sab
INST. ACOLHIMENTO													
INTERNATO													
ORIENT. SOC, FAMIL.													
LIBERDADE ASSISTID													
PROFISSIONALIZAÇÃO													
MENINO (A) DE RUA													
PROG. ALTERNATIVO													
TOTAL													

## 7.5 – CRIANÇAS E ADOLESCENTES PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS:

TIPO	FAIXA ETÁRIA	APARELHOS QUE uSA	ATENDIMENTO	FREQÜÊNCIA	SEM ATENDIMENTO	
					Nº	MOTIVO
AUDITIVO						
VISUAL						
FÍSICO						
MENTAL						
TOTAL						

## VIII – RECURSOS financeiros e materiais

## 8.1 – origens dos RECURSOS financeiros:

☐ CONVÊNIOS

☐ MENSALIDADE

☐ DOAÇÕES

☐ OUTROS: \_\_\_\_\_

☐ AUTÔNOMA

☐ DEPENDENTE: ( ) TOTAL

☐ PARCIAL

## 8.2 – MANTÉM REGISTROS E CONTROLE CONTÁBIL:

☐ SIM

☐ NÃO

## 8.3 – A CONTABILIDADE DA ENTIDADE É FEITA:

☐ PRÓPRIA ENTIDADE

☐ POR TERCEIROS NOME DO CONTADOR: \_\_\_\_\_

## 8.4 – POSSUI MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA:

☐ NÃO

☐ SIM: BANCO: \_\_\_\_\_

AGÊNCIA: \_\_\_\_\_

CONTA CORRENTE: \_\_\_\_\_

## 8.5 – QUADRO DE DESPESAS E RECEITAS FIXAS:

ESPECIFICAÇÃO	DESPESAS	RECEITAS	FONTES
ALIMENTAÇÃO			
ASSINATURA DE PERIÓDICOS			
AUXÍLIO MATERIAL PARA TERCEIROS			
BOLSAS			
FINANCIAMENTOS			
FORMAÇÃO (CURSOS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS, ETC)			
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS			

[illegible]

ix – RECURSOS materiais

### 9.1 – SITUAÇÃO DO IMÓVEL:

( ) PRÓPRIA

( ) ALUGADO

( ) CEDIDO: NOME DO ÓRGÃO: \_\_\_\_\_

PERÍODO: \_\_\_\_\_

9.2 – MANTÉM CONTRATO de imóvel EM CARTÓRIO:

( ) NÃÃO

( ) SIM: NOME DO CARTÓRIO: \_\_\_\_\_

### 9.3 – INSTALAÇÃO FÍSICA DO IMÓVEL:

☐ PEQUENO

( ) MÉDIO

( ) ADEQUADO

( ) GRANDE E/OU SUPERIOR

9.4 – ÁREA FÍSICA DESTINADA AO ATENDIMENTO EM m<sup>2</sup>:

ÁREA CONSTRUÍDA: \_\_\_\_\_

TOTAL GERAL:

## X – RECURSOS HUMANOS

### 10.1 – ESPECIFICAÇÃO PROFISSIONAL:

ESPECIFICAÇÃO	ATIVIDADE	FORMAÇÃO	CARGA-HORÁRIA	VÍNCULO
TOTAL				

## 10.2 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS:

[illegible]

TOTAL

xi – PROGRAMAS e atividades DESENVOLVIDOS

11.1 – MEDIDA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO-FAMILIAR:

( ) PROGRAMA DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE NEGLIGÊNCIAS, MAUS-TRATOS, ABUSO, EXPLORAÇÃO E VIOLÊNCIA SEXUAL.

( ) PROGRAMA E ATIVIDADES DE AUXÍLIO, ORIENTAÇÃO E TRATAMENTO DE ALCOÓLATRAS E TOXICÔMANOS.

( ) PROGRAMA DE AUXÍLIO À FAMÍLIA, À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.

( ) PROGRAMAS OU ATIVIDADES SOCIOASSISTÊNCIAIS

11.2 – MEDIDA DE APOIO SÓCIO EDUCATIVO EM MEIO ABERTO:

( ) PROGRAMA DE EDUCADORES DE RUA.

( ) ALBERGUE/REPÚBLICA.

( ) PROGRAMA DE INTRODUÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO.

( ) PROGRAMA DE REFORÇO ESCOLAR E INGRESSO/REINGRESSO À ESCOLA.

( ) PROGRAMA DE ATENDIMENTO A DROGADÍCIOS.

( ) PROGRAMA DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DISTÚRBIOS MENTAIS E DEFICIÊNCIAS.

( ) PROGRAMA DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

( ) PROGRAMAS DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS.

( ) PROGRAMAS DE ATENDIMENTOS A CRIANÇA E ADOLESCENTE ENVOLVIDOS EM ATO INFRACIONAL.

11.3 – MEDIDA DE COLOCAÇÃO FAMILIAR:

( ) PROGRAMA DE INCENTIVO AO ACOLHIMENTO SOB A FORMA DE GUARDA.

( ) PROGRAMA DE REINTEGRAÇÃO À FAMÍLIA.

( ) PROGRAMA DE ABRIGO/CASA LAR.

11.4 – MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA:

( ) PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE.

( ) PROGRAMA DE LIBERDADE ASSISTIDA.

( ) PROGRAMA DE INTERNATO PROVISÓRIO.

( ) PROGRAMA DE INTERNATO.

( ) PROGRAMA PARA ATENDIMENTO INICIAL.

11.5 – PROGRAMAS DE POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS:

( ) CRECHE DOMICILIAR OU COMUNITÁRIAS (EDUCAÇÃO INFANTIL).

( ) PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À GESTANTE.

11.6 – PROGRAMA DE DEFESA DE DIREITOS:

( ) SERVIÇO DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE NEGLIGÊNCIAS, ABUSO, MAUS TRATOS, EXPLORAÇÃO SEXUAL E OUTROS.

( ) SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DE PAIS, RESPONSÁVEIS, CRIANÇAS E ADOLESCENTE DESAPARECIDOS.

11.7 – POSSUI OUTROS PROGRAMAS DE ATENDIMENTO DESENVOLVIDO PELA ENTIDADE:

( ) NÃO

( ) SIM. ESPECIFIQUE:

a) \_\_\_\_\_

b) \_\_\_\_\_

c) \_\_\_\_\_

d) \_\_\_\_\_

e) \_\_\_\_\_

11.8 – PROGRAMA DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM A COMUNIDADE:

( ) CURSOS

( ) REUNIÕES

( ) TREINAMENTOS

( ) ORIENTAÇÕES DE SAÚDE E COMPORTAMENTO SOCIAL

( ) VISITAS DOMICILIARES

( ) ATIVIDADE COM A FAMÍLIA

( ) PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES PÚBLICAS NO BAIRRO

( ) OUTRAS. ESPECIFIQUE: a) \_\_\_\_\_

b) \_\_\_\_\_

11.9 – PROGRAMAS DESENVOLVIDAS NA ENTIDADE COM:

( ) FREQUÊNCIA: PERÍODO: \_\_\_\_\_

( ) REGULARMENTE: PERÍODO: \_\_\_\_\_

11.10 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA SAÚDE:

ATENDIMENTO	MÉDICO	DENTÁRIO	VACINAÇÃO	PESO E ALTURA	CONTR. DOENÇAS INF. CANTAG.
FREQUÊNCIA					
REGULAR					
EVENTUAL					
RARA					
TOTAL					

11.11 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA EDUCAÇÃO:

SITUAÇÃO ESCOLAR	CRIANÇAS E ADOLESCENTES	ED. COMPLEMENTAR	SEM ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
------------------	-------------------------	------------------	-----------------	------------

	NA ISNT	NA ISNT	QTDE	MOTIVO	
CRECHE (0 a 3 anos)					
PRÉ-ESCOLA (4 a 6 anos)					
ENS. FUNDAMENTAL (7 a 14 anos)					
1ª a 4ª série					
5ª a 8ª série					
ENSINO MÉDIO (15 a 18 anos)					
TOTAL					

## 11.12 – ATIVIDADES desenvolvidas em meio LABORATORIAL:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA-HORÁRIA SEMANAL
ARTESANATO		
CANTO		
COMPUTAÇÃO		
COSTURA		
CROCHÊ		
CULINÁRIA		
DANÇA		
HORTICULTURA		
LÍNGUAS		
PINTURA		
TEATRO		
TRICÔ		
SE POSSUIR OUTRAS ATIVIDADES ESPECIFICAR		
TOTAL		

## 11.13 – ATIVIDADES desenvolvidas com LAZER, ESPORTE E CULTURA:

TIPO DA ATIVIDADE	FAIXA ETÁRIA APARELHOS QUE USA ATENDIMENTO	FREQUÊNCIA	SEM ATENDIMENTO			
			Nº	MOTIVO		
ÁREA VERDE						
BIBLIOTÉCA						
CULTURA REGIONAL						
ED. ARTÍSTICA						
ED. FÍSICA						
ESPAÇOS POLI-ESPORTIVOS						
ESPORTES DIVERSOS						
FOLCLORE						
FUTEBOL						
GINÁSTICA/MALHAÇÃO						
LITERATURA						
NATAÇÃO						
OLIMPIADAS						
PISCINA						
TEATRO						
TRILHAS ECOLÓGICAS						
MÚSICA INSTRUMENTAL						
MÚSICA/CANTO						
ATIVIDADES OLÍMPICAS						
TOTAL						

## 11.14 – PROTOSTA PEDAGÓGICA:

## 11.15 – CONVIVÊNCIA e participação em ATIVIDADES de bairros e COMUNITÁRIOS:

TIPO	FREQÜÊNCIA
CURSOS	
ENCONTRO	
ORIENTAÇÃO DE SAÚDE	
PALESTRAS	
PÚBLICAS E OUTROS	
REUNIÕES	
SEMINÁRIOS	
TREINAMENTO	
SE POSSUIR OUTRAS ATIVIDADES ESPECIFICAR	
TOTAL	

## 11.16 – CONVIVÊNCIA e participação em ATIVIDADES com a família

ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES	FREQÜÊNCIA
CURSOS	
ORIENTAÇÃO MATERNA INFANTIL	
PALESTRAS	
REUNIÕES	
TREINAMENTO	
VISITAS DOMICILIARES	
SE POSSUIR OUTRAS ATIVIDADES ESPECIFICAR	
TOTAL	

## Xii – RELAÇÕES EXTERNAS ESTABELECIDAS

## 12.1 – PROCESSO DE ADMISSÃO:

( ) CONCURSO: EM QUAIS: \_\_\_\_\_

CARGOS: \_\_\_\_\_

( ) SELETIVO: EM QUAIS: \_\_\_\_\_

CARGOS: \_\_\_\_\_

( ) COMISSIONADO:

EM QUAIS: \_\_\_\_\_

CARGOS: \_\_\_\_\_

( ) ELETIVO: EM QUAIS: \_\_\_\_\_

CARGOS: \_\_\_\_\_

( ) VOLUNTARIADO: EM QUAIS: \_\_\_\_\_

CARGOS: \_\_\_\_\_

## 12.2 – EXISTEM PARCERIAS COM ÓRGÃOS E/OU ENTIDADES EM ALGUMA ATIVIDADE E PROGRAMA APRESENTADOS:

( ) NÃO

( ) SIM: ( ) SISTEMÁTICA

( ) ASSISTEMÁTICA

CITE O NOME DA ENTIDADE: a) \_\_\_\_\_

b) \_\_\_\_\_

c) \_\_\_\_\_

TIPO DA ATIVIDADE: a) \_\_\_\_\_

b) \_\_\_\_\_

c) \_\_\_\_\_

## 12.3 – EXISTE FÓRUM DCA EM SEU MUNICÍPIO:

( ) SIM: PARTICIPA DO FÓRUM: ( ) SIM

( ) NÃO

( ) NÃO

( ) DESCONHECE

## 12.4 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

## 12.5 – NOME DO RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:

## 12.7 – DATA E LOCAL DO PREENCHIMENTO:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

12.8 – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL: \_\_\_\_\_

12.9 – DOCUMENTOS ENTREGUES:

Assinale os Documentos abaixo citados e apresente com cópias junto com os programas cuja entidade desenvolva (art's 91 e 95 do ECA)

<input type="checkbox"/> alvará sanitário	<input type="checkbox"/> registro de vistoria dos bombeiros
<input type="checkbox"/> alvará de funcionamento	<input type="checkbox"/> regimento interno
<input type="checkbox"/> CNPJ	<input type="checkbox"/> registros de outros conselhos
<input type="checkbox"/> cpf, rg do presidente	<input type="checkbox"/> última ata da diretoria
<input type="checkbox"/> certidões	<input type="checkbox"/> outros
<input type="checkbox"/> contratos	
<input type="checkbox"/> certidão de personalidade jurídica	
<input type="checkbox"/> estatuto	
<input type="checkbox"/> leis de serviço de utilidade pública	
<input type="checkbox"/> lista da diretoria e funcionários	
<input type="checkbox"/> projetos	
<input type="checkbox"/> plano de trabalho	
<input type="checkbox"/> programas desenvolvidos	

XiiiI – PARA USO DO CONSELHO

13.2 – PARECER DO CMDCA:

13.3 – AVALIAÇÃO DO CMDCA:

13.4 – Nº REGISTRO/ INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

13.5 – DATA: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

13.6 – ASSINATURA PRESIDENTE CMDCA: \_\_\_\_\_

Ilhota, 17/04/2017

Maria Liliene Ferancioli  
Coordenadora do CMDCA- Ilhota

## EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS JUNTOS AO CMDCA 002/2017

	Prefeitura Municipal de Ilhota Secretaria de Assistência Social CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ILHOTA- CMDCA Rua: Modesto Vargas 492 – Centro – Ilhota – SC CNPJ 14.756.846/0001-60 - Telefone: (47) 33437061 Email: conselhos@ilhota.sc.gov.br
--	--

### EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS Nº 02/2017

SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS RELATIVOS À PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SERÃO FINANCIADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM 2017.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ilhota - CMDCA, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), alterada pelas leis nº 12.010/09 e 12.594/12, e na Lei complementar Municipal nº 50/2014, no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Ilhota.

#### RESOLVE:

Estabelecer procedimentos e tornar público o Edital de Seleção Pública para a realização do processo de análise e seleção de projetos que serão ser financiados com recursos próprios e de doações depositados, no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ilhota - FMDCA, para execução no exercício de 2017, que estejam em consonância com as políticas públicas da Criança e do Adolescente do município de Ilhota, bem como as deliberações em reunião deste conselho, realizada aos 24 de março de 2017, que aprovou este Edital.

#### CAPITULO I

##### DO OBJETO

Artigo 1º. Constitui objeto do presente Edital a análise e seleção de projetos a serem financiados com recursos de doações e de recursos próprios que estejam depositados no Fundo Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ilhota-SC, para execução no exercício de 2017.

Artigo 2º. Para os fins deste Edital, entende-se por projeto o conjunto de ações que visem à promoção, proteção e defesa de direitos, a serem desenvolvidas em determinado período de tempo, com recursos captados pelo FMDCA, junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, tendo como beneficiários segmentos que desenvolvam trabalhos com crianças e adolescentes, segundo as linhas de ação previstas na lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, alterada pelas leis nº 12.010/09 e 12.594/12, bem como pela Lei Complementar nº 050/2014 de 05 de maio de 2014.

#### CAPITULO II

##### DOS EIXOS TEMÁTICOS

Artigo 3º. As entidades sem fins lucrativos (pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado), que estejam devidamente registradas junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Ilhota - CMDCA, que apresentarem projetos a serem submetidos à análise e seleção deverão indicar, entre temas abaixo discriminados, aqueles que constam de sua finalidade estatutária.

#### I. Cultura

Desenvolver atividades culturais com enfoque nos temas constantes neste artigo, tais como teatro, dança, música, culturas regionais, artes plásticas, escrita, produção e exibição vídeos, entretenimento, entre outras.

#### II. Esportes e lazer

Desenvolver atividades esportivas e de lazer que compreendam conteúdos como: jogos, brincadeiras, formação esportiva, festivais e competições entre outras.

#### III. Aprendizagem Profissional

Desenvolver atividades que promovam inclusão no mundo do trabalho garantindo formação teórica e prática e de acordo com a legislação vigente.

#### IV. Educação Informal

Desenvolver atividades que auxiliem no aprimoramento dos conhecimentos adquiridos do ensino formal ou projetos que promovam o regresso ao convívio escolar, fomentando a criação de núcleos de discussão e divulgação dos direitos e deveres da criança e adolescente.

#### V. Ações educativas de combate ao uso de drogas lícitas e ilícitas.

Desenvolver ações educativas das relações familiares e sociais, que contribuam para prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas, atuando de forma a proporcionar o entendimento, combater o preconceito contra o usuário e ainda conscientizá-los sobre os riscos frente ao uso das drogas.

#### VI. Enfrentamento à violência, exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Ações complementares ao atendimento executado pelo Poder Público para o enfrentamento a violência doméstica (abandono, negligência, violência física e psicológica) e sexual (abuso intra e extra familiar e exploração sexual) contra crianças e adolescentes em todos os âmbitos das relações familiares e comunitária, bem como campanhas preventivas.

### CAPITULO III

#### DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ANÁLISE:

Artigo 4º. Para avaliação dos projetos apresentados pelas Entidades, a Comissão de Inscrição, Registro, Avaliação e Revisão da Legislação observarão os seguintes critérios:

- a) Consonância do projeto com a legislação e normativas vigentes relacionadas à criança e ao adolescente, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Plano Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e com as Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente
- b) Capacidade técnica e administrativa da Entidade e ou pessoa física para executar o projeto, devendo apresentar a relação dos recursos humanos que atuarão diretamente no desenvolvimento do projeto em questão;
- c) Quadro de recursos humanos compatíveis com a proposta, observando-se a função do mesmo no projeto;
- d) Justificativa dos itens previstos na planilha de aplicação de recursos;
- e) Apresentar relação pormenorizada dos beneficiários pelo projeto, contendo a qualificação completa dos mesmos;
- f) Apresentação de Relatório de Atividades executadas pela Entidade ou executor do projeto, na área da criança e do adolescente, referente às atividades desenvolvida e sua evolução;
- g) Declaração, emitida pelo CMDCA, da regularidade na prestação de contas dos recursos recebidos referentes a projetos executados.

### CAPITULO IV

#### DA INSCRIÇÃO DOS PROJETOS

Artigo 5º. As Entidades poderão apresentar apenas 1 (um) projeto para cada eixo temático, desde que observada a sua finalidade estatutária.

### CAPITULO V

#### DA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

Artigo 6º. O período de inscrição dos projetos será no período de 30 dias, mais 15 para apresentação do projeto na Secretaria de Assistência Social, sito à Rua Modesto Vargas, 492 – Centro – Ilhota - SC, das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira, acompanhados de:

I - Ofício assinado pelo (a) presidente da Entidade ou pessoa física, endereçado ao (a) coordenador (a) do CMDCA, solicitando a inscrição do projeto; (coordenadora do CMDCA Maria Liliene Ferancioli)

II - Projeto elaborado conforme modelo do CMDCA (em anexo), disponível através do site: <http://www.Ilhota.sc.gov.br>. Página da assistência social;

III – Apresentar documentos que comprovem que a Entidade atende os critérios elencados no artigo 4º do presente Edital. (obs.: para pessoa jurídica).

### CAPITULO VI

#### DESPESAS VEDADAS

Artigo 7º. Não serão permitidas despesas com:

- a) Custos referentes à administração da organização social (taxa de administração, aluguel de imóvel, gerência, coordenação, contabilidade, luz, água, telefone, IPTU e demais tributos, Taxas de Inscrição, troféu);
- b) Gratificação, qualquer espécie de remuneração, formação continuada e assistência técnica, a integrantes do corpo dirigente da Entidade;
- c) Pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo;

- d) Encargos sociais e previdenciários decorrentes da contratação de pessoal e de serviços de terceiros;
- e) Investimentos em equipamentos, veículos, móveis, pequenos reparos e adequação do espaço físico em imóvel pertencente à instituição ou cedido em regime de comodato, visando a melhoria no atendimento direto à criança e adolescente;
- f) Utilização, mesmo em caráter emergencial, dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no projeto;
- g) Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades.

## CAPITULO VII DA COMISSÃO DE ANÁLISE

Artigo 8º. Os projetos serão analisados pela Comissão de Inscrição, Registro, Avaliação e Revisão da Legislação do CMDCA.

Parágrafo Primeiro. Nos processos de seleção de projetos nos quais as Entidades e os órgãos públicos ou privados representados nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente figurem como beneficiários dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, os mesmos não devem participar da avaliação e deverão abster-se do direito de voto, tanto na Comissão quanto na plenária do CMDCA.

Parágrafo Segundo. Mediante solicitação da Comissão de Inscrição, Registro, Avaliação e Revisão da Legislação, o CMDCA poderá reunir-se extraordinariamente para deliberar sobre os projetos.

Parágrafo Terceiro. A Comissão de Inscrição, Registro, Avaliação e Revisão da Legislação do CMDCA apresentarão seus pareceres para deliberação em reunião plenária extraordinária a ser definida pelo Presidente do CMDCA.

## CAPITULO VIII DA PUBLICAÇÃO DOS PROJETOS

Artigo 9º. Os projetos aprovados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ilhota serão publicados no Diário Oficial do Município até o dia 06 de julho 2017, sendo as entidades beneficiadas informadas através de ofício.

## CAPITULO IX DO REPASSE DOS RECURSOS FINANCEIROS

Artigo 10. O financiamento dos projetos aprovados pelo CMDCA dependerá da existência de recursos disponíveis na conta do FMDCA.

Artigo 11. O repasse de recursos às Entidades e ou pessoa física, deverá seguir o cronograma de desembolso apresentado no projeto aprovado.

Parágrafo Único: Valor aproximado por projeto 10.000,00 mil

## CAPITULO X DA DURAÇÃO DO FINANCIAMENTO

Artigo 12. O financiamento dos projetos aprovados com recursos do FMDCA terá a duração de 1 ano podendo ser prorrogado por igual período .

## CAPITULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 13. As Entidades que tiverem seus projetos contemplados com recursos do FMDCA ficam obrigadas a divulgar de forma clara e objetiva que o financiamento do projeto é feito pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA.

Artigo 14. É vedada a inclusão de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem a promoção social de autoridades ou servidores públicos, nos termos do Parágrafo 1º do art. 37 da Constituição Federal.

Artigo 15. É vedado o aditamento para alteração do objeto apresentado no projeto original e já aprovado pelo CMDCA.

Artigo 16. As entidades beneficiadas deverão apresentar ao CMDCA a prestação de contas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a execução do projeto

Artigo 17. O calendário do presente Edital é o que segue:

I. Apresentação de cadastro 17/04/2017 – 17/05/2017;

II. Apresentação Projetos : até 18/05/2017 – 02/06/2017;

III. Avaliação dos Projetos 02/06/2017 □ 03/07/2017;

IV. Início do repasse de recursos conforme cronograma de desenvolvimento do Projeto.

Artigo 18. O não cumprimento dos requisitos descritos neste Edital implicará no imediato indeferimento do projeto.

Artigo 19. O CMDCA, por deliberação da maioria simples de votos de seus membros presentes, fica no direito de indeferir os projetos. E, também por maioria simples de votos de seus membros presentes poderão anular ou revogar os benefícios concedidos as Entidades, desde que a decisão seja motivada.

Artigo 20. Os casos omissos serão analisados pela Comissão de Inscrição, Registro, Avaliação e Revisão da Legislação e deliberados em plenária pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 21. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 17 de abril de 2017.

Maria Liliâne Ferancioli  
Coordenador do CMDCA

Ficha de Inscrição

1.Dados Cadastrais

Pessoa Física(Preencher apenas se o programa for pessoa física

## 1.1 Preencher Pessoa Física

Nome do Beneficiário(coordenador do projeto):

CPF: RG/ORGÃO EXPEDIDOR: Nacionalidade:

Estado Civil: Profissão: Titulação:

Endereço residencial:

Nº: Complemento : Bairro:

Cidade: UF: CEP:

Telefone residencial : Celular:

E-mail:

Endereço profissional:

Nº: Complemento: Bairro:

Cidade: UF: CEP:

Telefone comercial: E-mail:

Entidade sem fins lucrativos( Preencher apenas se o proponente for entidade sem fins lucrativos)

## 1.2 Proponente/ Entidade sem fins lucrativos

Razão Social na Instituição:

Sigla: CNPJ:

Natureza Jurídica: Data da Constituição:

Atividade Econômica Predominante:

Endereço da Instituição:

Nº: Complemento: Bairro:

Cidade: UF: CEP:

Telefone comercial: E-mail:

Nome do representante Legal da Instituição:

CPF: RG/Orgão Expedidor:

Nacionalidade: Estado Civil: Profissão:

Endereço Residencial:

Nº: Complemento: Bairro:

Cidade: UF: CEP:

Telefone Residencial : Telefone Celular:

E-mail:

Empresa(Preencher apenas se o proponente for empresa)

## 1.3 Proponente/ Empresa

Razão Social na Instituição:

Sigla: CNPJ:

Registro na Junta Comercial:

Natureza Jurídica: Data da Constituição:

Atividade Econômica Predominante:

Endereço da Empresa:

Nº: Complemento: Bairro:

Cidade: UF: CEP:

Telefone: E-mail:

Nome do representante Legal da Empresa:

CPF: RG/Orgão Expedidor:

Nacionalidade: Estado Civil: Profissão:

Endereço Profissional:

Nº: Complemento: Bairro:

Cidade: UF: CEP:

Telefone Comercial: Telefone Celular:

E-mail:

## MODELO ORIENTATIVO PARA PROJETOS

## 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO.

1.1 Título do Projeto:

1.2 Nome da entidade:

1.3 Coordenador do projeto:

1.4 Fone( ) \_\_\_\_\_

**2. Justificativa:**

Este item deverá responder o quê será desenvolvido e por que existe a necessidade do projeto na entidade e na comunidade. Deve explicar a relevância do projeto, para os usuários, instituições e políticas públicas para qual sua atuação estão voltadas.

**3. Objetivos:**

Este deve responder para que vai ser realizado o projeto. Pode conter apenas o objetivo geral, ou objetivo geral e objetivos específicos, sempre, relacionados com os resultados que pretende alcançar com o projeto. Descrever com clareza e concisão.

**4. Público Beneficiado:**

Este item refere-se a quantas pessoas, para quem e quais as características do público a ser beneficiado pelo projeto.

**5. Descrição da ação ou Metodologia:**

Descrever com clareza e concisão as etapas necessárias, quais e como serão desenvolvidas as atividades, para atingir os objetivos propostos, incluindo a alocação de recursos humanos necessários para a efetivação da proposta, possibilitando o entendimento da execução do projeto.

**6. Impacto:**

Este item refere-se a quais são os resultados esperados e repercussão do projeto para público a que destina, mantendo coerência com os objetivos e a justificativa.

**7. Parcerias e interfaces:**

Este item identificar os apoios externos com quem será executado o projeto. Por interfaces entendem-se órgãos da esfera pública ( Federal, Estadual ou Municipal) que poderão estar cedendo suas estruturas técnicas, humanas, administrativas, financeiras e de materiais, ao projeto. Por parcerias entendem-se empresas e/ ou entidades e/ ou organizações da comunidade que possam apoiar o projeto.

**8. Recurso**

**8.1 Materiais**

Na descrição dos recursos deve constar todo e qualquer material necessário para a execução do projeto. (por ex: em caso de reforma, descrever os materiais que serão utilizados, tais como: Canos, fios, argamassa, tinta, etc..), se necessário acrescentar mais linhas. O valor constante deverá estar de acordo com o orçamento de menor valor, dentre os orçamentos anexados ao projeto.

MATERIAIS ORÇADOS			
Um.	Descrição	Valor un.	Total
Total			

Un. Quantidade necessária do material Descrição: Descrição do material Valor Un. Preço de cada unidade do material, Total¹: Valor de uma ou mais unidades Total².soma da coluna .

**8.2 Financeiro**

Neste item deve constar o valor total do projeto e quanto será financiado pela entidade, parcerias/interfaces ( comprovando a existência dos valores = contrapartida) e pela Justiça Federal.

Total do Projeto	Entidade/ parcerias e interfaces	Justiça Federal

**9. Cronograma de Execução**

Este item deve informar o tempo previsto para execução de cada etapa e atividades descritas na metodologia.

Etapas	Duração	
	Início	Término

**10. Avaliação**

**11. Prever metodologia de acompanhamento e avaliação dos objetivos e dos resultados esperados (impacto).**

Local e data

Nome e assinatura do responsável técnico e do responsável legal pela instituição ou empresa.

**RESOLUÇÃO 001/2017 CMDCA**  
RESOLUÇÃO N. 001/2017

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO: que compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.

CONSIDERANDO: promover a Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente delibera, normatiza, controla e articula a POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE para a efetiva garantia de sua promoção, defesa e orientação, visando a proteção integral da criança e do adolescente.

CONSIDERANDO: que é atribuição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Constituições Estadual e Federal, a Lei Orgânica do Município, a presente lei e toda legislação atinente a direitos e interesses da criança e do adolescente.

CONSIDERANDO: a Lei Complementar Municipal nº 050, de 05 de maio de 2014 no art.7º, que estabelece como competência ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deliberar, normatizar e controlar em ação conjunta com as Secretarias Municipais e demais órgãos do Município a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, orientação, proteção integral e defesa da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO: que é atribuição do conselho participar do planejamento integrado e orçamentário do Município, formulando as prioridades a serem incluídas neste, no que se refere ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

RESOLVE: Aprovar as contas referente ao ano de dois mil e dezesseis..

Ilhota, 12 de abril de 2017.

Maria LilianE Ferancioli  
Coordenadora do CMDCA

**RESOLUÇÃO 006/2017 CMAS**

Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
C.N.P.J. 14.756846/0001-60 CEP 88.320-000  
Fone / Fax: (047) 3343-7061 E-mail: conselhos@ilhota.sc.gov.br

R E S O L U Ç Ã O Nº 006/2017  
Dispõem Aprovação de contas de 2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO:: a Prestação de Contas ;

RESOLVE: Aprovar Relatório ISO 2016.

Art. 1º Aprovar prestação de contas do exercício de 2016.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 12 de abril de 2017.  
Raquel Santos da Silva  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência

# Imbituba

## PREFEITURA

### EDITAL SEAGP Nº 037/2017

EDITAL SEAGP Nº 037/2017

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, divulgado através do Edital nº 14/2015, de 30 de outubro de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015, de 15 de Janeiro de 2016, que homologou os resultados do referido Processo.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 18 de Abril a 16 de Maio de 2017, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 17 de abril de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAGP Nº 037/2017

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Fisioterapeuta

Karine da Silva Marques

### EXTRATO - CONTRATO DA CAIXA Nº 191/2015 - A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: Contrato 191/2015 – A/01

Contratada: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

C.N.P.J: 00.360.305/0001-04

Objeto: prestação de serviço destinada ao recebimento e tratamento de documentos de arrecadação da Contratante, através da rede de atendimento da CAIXA.

Fundamento: Processo nº. 151/2015

Imbituba, 30 de março de 2017.

Rosivaldo da Silva Junior

Prefeito Municipal de Imbituba

Contratante

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Representante legal

Contratada

**EXTRATO DE ABERTURA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS/Nº 09/2017**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL PMI/CERSP/PSS/Nº 09/2017

**EXTRATO DE ABERTURA**

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de Processo Seletivo Simplificado por Títulos, destinado a reserva técnica para preenchimento dos cargos temporários existentes no Quadro Permanente e Suplementar de Pessoal, conforme Lei nº 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o Edital a seguir:

**1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

0.1 O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital, em caráter excepcional, consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção de profissional para suprir vagas temporárias de Médico ESF.

**ANEXO I**

Cargo	Requisitos Básicos	Total de Vagas	Jornada Semanal	Salário Base
Médico ESF	Diploma de conclusão de Curso Superior em Medicina, e registro no respectivo órgão de classe.	RT	40h	R\$ 6.464,29

\*RT = Reserva Técnica

0.2 Para candidatar-se ao cargo em aberto neste edital, o candidato deverá comprovar a formação mínima exigida, conforme detalhado no quadro acima.

As inscrições serão realizadas no período de 18 de abril à 02 de maio de 2017, junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, da Secretaria Municipal de Administração, localizada a Rua: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, Santa Catarina, das 13:30 às 19:00 horas e/ou via SEDEX.

Edital completo: Disponível na internet [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) / EDITAIS / EDITAIS SEMUSA / PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 09 2017 MÉDICO AUDITOR

**INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2017**

INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2017

O presente documento trata da INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO para celebração de Termo de Colaboração com a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais □ APAE.

O Inciso II do artigo 31 da Lei Federal nº 13.019/2014 de 31/07/2014, alterado pela Lei Federal nº 13.204/2015, regulamenta a questão da inexigibilidade do Chamamento Público: □ Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

(...) II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. □

Considerando a exposição do dispositivo legal acima descrito, defiro a formalização do Termo de Colaboração junto à entidade abaixo relacionada:

Entidade: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

CNPJ: 83.291.807/0001-58

Endereço: Rua Farrapos, 841 – Vila Nova

Modalidade: Termo de Colaboração (com inexigibilidade de chamamento público)

Objeto: Atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, durante o ano de 2017.

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Valor: até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

**Justificativa:**

O município de Imbituba torna pública a inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31, inciso II, da Lei nº 13.019/2014, visando firmar parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, em razão da inviabilidade de competição pelo fato de que esta entidade há anos já vem desenvolvendo parceria com o poder público municipal de maneira satisfatória, que a atividade objeto do plano de trabalho é de natureza singular, que é a única entidade no município que desenvolve a atividade proposta.

Ainda assim o ano letivo já esta em curso e a administração anterior deveria ter providenciado o processo de regulamentação da Lei N. 13.019/2014, de 31/07/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

Visto que trata de serviço preponderante e essencial e que as famílias não poderiam ficar sem atendimento.

E que o termo aditivo não poderia ter sido confeccionado em 2016, diante da ausência de previsão legal. E que a continuidade da parceria para o exercício financeiro de 2017, só poderia ser celebrada mediante novo Termo de Cooperação, atendendo os dispositivos estabelecidos na Lei N.13.019/2014. Considerando que somente com a troca de gestão foi iniciado e finalizado o processo de regulamentação da supracitada Lei e recepcionada através do Decreto PMI Nº 13/2017, de 16/02/2017. Justificando dessa forma a realização do convênio contemporâneo.

Imbituba-SC, 17 de abril de 2017.

Edna dos Santos Souza Demétrio

Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

### **PORTARIA PMI/SEAGP Nº 389/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 389, de 17 de abril de 2017.

Dispõe sobre a exoneração de Assessor Técnico, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, em 17 de abril de 2017, o Sr. JOÃO PAULO PACHECO DA COSTA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 047.317.629-79, do cargo de Assessor Técnico, junto a Secretaria Executiva do Gabinete do Prefeito, nomeado através da PORTARIA PMI/SEAGP Nº 355, de 03 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 17 de abril de 2017.

Imbituba, 17 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

### **PORTARIA PMI/SEAGP Nº 390/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 390, de 18 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Assessor de Secretário, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 18 de abril de 2017, o Sr. JOÃO PAULO PACHECO DA COSTA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 047.317.629-79, para exercer o cargo de Assessor de Secretário, junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 18 de abril de 2017.

Imbituba, 18 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 391/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 391, de 18 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Diretor de Cultura, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 18 de abril de 2017, o Sr. PAULO ARMANDO PERUZZO DOS MARTYRES, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 768.071.009-06, para exercer o cargo de Diretor de Cultura, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 18 de abril de 2017.

Imbituba, 18 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 053/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 053/2017  
CONTRATADA: LCJ EXTRAÇÃO EIRELI EPP.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a locação de imóvel não edificado, para a extração de saibro/macadame.

VALOR: R\$ 72.000,00

PRAZO: 12 de abril de 2017 até 12 de abril de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 12/04/2017.

### CONTRATO Nº 054/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 054/2017  
CONTRATADA: JR EHLKE E CIA LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, o fornecimento de exames de hematologia, incluindo o comodato de equipamento para a realização dos testes.

VALOR: R\$ 180.000,00

PRAZO: 12 de abril de 2017 até 12 de abril de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 12/04/2017.

### DECRETO Nº 373/17

. DECRETO Nº 373/17

. De 24 de março de 2017

NOMEIA AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL / MÁRCIA TONETT LOPES DE OLIVEIRA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 10 de abril de 2017, para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Coordenação de Educação Infantil (COR1), na U.E.I Encano do Norte, MÁRCIA TONETT LOPES DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº 004.743.549-62 .

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de abril de 2017.

Município de Indaial, em 24 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

### DECRETO Nº 422/17

. DECRETO Nº 422/17

. De 13 de abril de 2017

NOMEIA COMISSÃO PARA REVISÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VIII da

Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º – Ficam designados, para compor a Comissão para revisão do Código Tributário, conforme Lei Complementar 79/2007 e Legislação Tributária:

- Altair Simão
- Francisco Nunes
- Rodolfo Schirmer
- Ivan Soares e Silva
- Bárbara Roedel Berri
- Edenilson Trapasolli
- Rodrigo Koenig França

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Município de Indaial, em 13 de abril de 2017

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

### DECRETO Nº 423/17

. DECRETO Nº 423/17

. De 13 de abril de 2017

NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA JUNHO VERDE / INSTITUI O CALENDÁRIO DE EVENTOS

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º – Ficam designados, para compor a Comissão Coordenadora Junho Verde, conforme Lei nº 5290/2016, Art. 2º, que institui como junho verde todo o mês de junho e o insere no calendário municipal oficial de Eventos:

Secretaria de Saneamento e Meio Ambiente

Fabiano dos Santos

Carmelita Iris Vicenzi

Secretaria de Educação

Ozinil Martins de Souza

Secretaria de Saúde

Adriane Machado Ferrari

Fundação Indaialense de Cultura

Marcos Alexandre de Liz

Secretaria da Agricultura

Sérgio Heckmann

Assessoria de Comunicação

Graciely Guessier Ramos

Departamento de Turismo

Telma Fusinato

Tatiane Viana Mota

Parágrafo Único - Durante o mês JUNHO VERDE, os órgãos públicos municipais, deverão desenvolver atividades alusivas à promoção e valorização do meio ambiente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Município de Indaial, em 13 de abril de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

### DECRETO Nº 424/17

. DECRETO Nº 424/17

. De 13 de abril de 2017

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL

CONCURSO PÚBLICO 001/2017

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, da Lei Complementar nº 105/10 e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, para compor a Comissão Especial de Concurso Público 001/2017, da Prefeitura Municipal de Indaial, Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters e Fundação Municipal de Esportes os servidores a seguir relacionados:

- JOSILENE DARUGNA
- EDSON CALSON
- KARINA FABRICIA REBELO NUBER
- ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSI

Art. 2º - Fica concedida gratificação da ordem de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para cada servidor designado, conforme dispõe o artigo 49, inciso VII, da Lei Complementar 105/10.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 13 de abril de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 425/17

. DECRETO Nº 425/17

. De 13 de abril de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO MUNICÍPIO DE INDAIAL, PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 158.683,83 (CENTO E CINQUENTA E OITO MIL E SEISCENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
21.001.0006.0181.0021.2306.3339000000000000	03120000	5.000,00
21.001.0006.0181.0021.2304.3339000000000000	03120000	7.000,00
22.001.0015.0451.0022.1338.3449000000000000	03645502	146.683,83

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 13 de abril de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

### DECRETO Nº 426/17

. DECRETO Nº 426/17

. De 17 de abril de 2017

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 01/2017 / CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA / APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FIA / REFERENTE AO EXERCÍCIO DO ANO DE 2016.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei 8069/90, Lei 12.696/2012, Resolução Conanda 152/2012, 113/2006 e 170/2014, Lei Municipal 4.321/2011 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 01/2017 exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do FIA referente ao exercício do ano de 2016.

Art. 2º - A Resolução nº 01/2017 faz parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de abril de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

	RESOLUÇÃO Nº 01/2017 DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FIA REFERENTE AO EXERCÍCIO DO ANO DE 2016.
--	--

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Decreto nº 1428/15 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações e, da Plenária ocorrida em 13 de abril de 2017.

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei Nº 8.069/90;
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e

outros;

– O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;

– A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2016.

- A Resolução nº 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

RESOLVE: Art. 1º - Aprovar a PRESTAÇÃO DE CONTAS do FIA □ Fundo da Infância e Adolescência referente ao exercício do ano de 2016 conforme segue:

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 13 de abril de 2017.

Luiz Cláudio S. T. M. Altenburg  
Coordenador do Conselho Municipal  
dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Ind

### DECRETO Nº 427/17

. DECRETO Nº 427/17

. De 17 de abril de 2017

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PMI/ EXERCÍCIO ANTERIOR

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA

### DECRETO Nº 428/17

. DECRETO Nº 428/17

. De 17 de abril de 2017

HOMOLOGA PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 005, Nº 006, Nº 007, Nº 008, Nº 009, Nº 010 E Nº 011 DE 2017 / MUNICÍPIO DE INDAIAL/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, os Editais dos Processos Seletivos, para o preenchimento de vagas temporárias existentes, conforme abaixo listados, Integrado a Saúde, do quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Município de Indaial, Edital é parte integrante deste Decreto.

Edital nº 005/2017 – Fisioterapeuta – 30h

Edital nº 006/2017 – Nutricionista – 40h

Edital nº 007/2017 – Médico Cardiologista II – 20h

Edital nº 008/2017 – Médico Oftalmologista – 10h

Edital nº 009/2017 – Médico Clínico Geral I – 30h

Edital nº 010/2017 - Médico Clínico Geral II – 40h

Edital nº 011/2017 – Técnico de Enfermagem para SAMU 12X36h

Art. 2º - Os Editais acima citado, fazem parte deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de abril de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

EDITAL PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 005/2017

Dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público Simplificado para contratação de pessoal por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público para o cargo de fisioterapeuta e dá outras providências.

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Município, não realizadas e/ou não pagas, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

ENTIDADE	MUNICÍPIO DE INDAIAL
Nº EMPENHO	518/2016
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	ELEC IND. COM. EQUIP. DE MEDIÇÃO LTDA EPP
VALOR EMPENHADO	R\$ 2.350,00
VALOR A CANCELAR	R\$ 2.350,00
MOTIVO	DESPESA NÃO EFETUADA

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua reinscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de abril de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, resolve tornar público o presente Edital, que estabelece instruções especiais destinadas à realização de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 005/2017 para a contratação de pessoal por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público em regime especial de trabalho. A contratação de pessoal será destinada para composição do quadro de profissionais da Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Municipal nº 4.724 de 2012, Lei Municipal nº 4.986 de 2014 e Decreto nº 340, de 23 de março de 2017, que designou a Comissão Especial de realização e Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 005/2017.

#### 1. Do Regime Jurídico e Remuneração

1.1 A contratação ocorrerá em Regime Especial, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, na Lei Municipal nº 4.724 de 2012 e Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

1.2 O contrato terá a validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por uma única vez, conforme a Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014, havendo rescisão quando da realização de concurso público pelo município, para os cargos previstos neste edital.

1.3 A remuneração será estabelecida conforme o item 2 deste edital.

1.4 O prazo de validade do Processo Seletivo é de 1 (um) ano, a contar da homologação do resultado, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 1 (um) ano.

1.5 Os aprovados e contratados por este edital terão o horário de trabalho estabelecido de acordo com as necessidades do órgão requisitante, podendo ser no período matutino e/ou vespertino e/ou noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

1.6 Todos os atos pertinentes ao presente processo seletivo serão publicados e divulgados por meio do endereço eletrônico [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município de Indaial.

1.7 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação e/ou divulgação dos atos pertinentes ao PS de que trata este edital, obrigando-se a atender aos prazos e condições estipulados e que forem publicados durante a execução do Processo Seletivo.

1.8 A inscrição implicará o conhecimento das presentes instruções por parte do candidato e o compromisso tácito de aceitação das condições do Processo Seletivo Público Simplificado, tais como aqui se acham estabelecidas.

1.9 Será admitida a impugnação deste Edital, no prazo de (01) um dia útil, a contar do dia de sua publicação, conforme anexo V.

1.10 Os requisitos para o exercício do cargo deverão estar concluídos e serem comprovados para contratação do convocado.

#### 2. Dos Cargos

Cargos	Vagas	Carga horária Semanal	Escolaridade e Exigência Mínima Necessária	Salário Mensal
FISIOTERAPEUTA	1	30h	Ensino Superior na área e registro no Conselho de Classe	R\$ 2.638,32

##### Adicionais:

\*Insalubridade 20% do Salário Base.

\*Vale Alimentação por dia Trabalhado: R\$ 13,35

2.1 Todas as contratações ocorrerão conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, com base na pontuação alcançada de cada candidato para atuar nas diversas Unidades de Saúde do município de Indaial.

#### 3. Das Inscrições

3.1 As inscrições serão realizadas através do endereço eletrônico [psfisio@saudeindaial.sc.gov.br](mailto:psfisio@saudeindaial.sc.gov.br), no período de 19/04/2017 a 03/05/2017.

3.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e cargo pretendido.

3.3 A inscrição implica no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

3.4 Não será cobrada taxa de inscrição.

3.5 O candidato deverá preencher o Formulário com Critérios para Pontuação e a Ficha de Inscrição, constantes nos anexos I e II deste edital, e enviá-los digitalizados em arquivo PDF nomeando os arquivos ao endereço eletrônico [psfisio@saudeindaial.sc.gov.br](mailto:psfisio@saudeindaial.sc.gov.br), junto aos anexos do Item 6.3, através do qual também receberá a confirmação de sua inscrição.

Obs.: O candidato que não preencher todos os dados de identificação do anexo II será desclassificado.

3.6 Para candidatar-se às vagas abertas presentes neste Edital, o candidato deverá atender aos requisitos abaixo relacionados, sendo que a falta de comprovação de qualquer um deles, implicará em impedimento para a posse:

- Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;
- Ter no mínimo 18 anos completos;
- Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

3.7 Também no ato da inscrição, o candidato deverá encaminhar digitalmente em arquivo PDF as seguintes documentações:

- RG frente e verso;
- CPF frente e verso;
- Comprovante de inscrição profissional no CREFITO SC ou carteira profissional frente e verso;
- Documentos comprobatórios dos itens utilizados para se obter a pontuação (certificados de cursos de especializações em lato sensu, mestrado e/ou doutorado.
- Declarações de experiência profissional e tempo de profissão com data especificada de início e término do contrato. Caso não tenha data especificada de início ou término será desconsiderada a pontuação.
- Diploma frente e verso;

3.8 O prazo para impugnação da relação de inscritos será 01 (um) dia útil.

#### 4. Das Obrigações

#### 4.1 Das Obrigações Comuns

- a) Executar o serviço zelando pela qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas ações.
- b) Observar no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas da Secretaria Municipal de Saúde, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão.
- c) Manter em regularidades suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, bem como, estar sempre em dia com o devido Conselho Regional de Fisioterapia.
- c) Registrar o ponto eletrônico digital no local de trabalho e cumprir com todas as demais normas técnicas e administrativas (preenchimentos de relatórios, referências, documentos, etc), conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Saúde e chefia imediata.
- d) Utilizar sistema eletrônico da SMS para registros dos atendimentos. Prontuário eletrônico.
- e) Respeitar o número mínimo de atendimentos colocados pela Secretaria Municipal de Saúde.

#### 5. Das Atribuições Específicas

5.1 As atribuições específicas de cada cargo estão dispostas no Anexo III deste Edital.

#### 6. Análise dos Critérios para Pontuação

6.1 As contratações serão realizadas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, sendo ela a responsável pela seleção e contratação dos profissionais. Os inscritos serão chamados respeitando-se a pontuação de cada profissional, conforme critérios estabelecidos no anexo I.

6.2 No quadro relativo ao tempo de experiência profissional, o candidato deve somar os períodos de tempo trabalhados e informar o total em anos, na opção correspondente da tabela.

6.3 Todos os documentos comprobatórios utilizados para a obtenção de pontos deverão ser digitalizados em arquivo PDF e encaminhados junto com o ato de inscrição para o mesmo endereço eletrônico.

#### 7. Da Classificação

7.1 Os candidatos serão classificados em lista nominal, na ordem decrescente de pontuação, conforme o cargo descrito neste edital.

7.2 A classificação preliminar será publicada no dia 11/05/2017 no site [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.3 A classificação definitiva será publicada no dia 31/05/2017 no site [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.4 No caso de igualdade de classificação, dar-se-á preferência respectivamente ao candidato que:

- a) Comprovar maior tempo de experiência na área a ser contratado, conforme tabela de critérios para pontuação, no anexo I.
- b) Apresentar maior idade, considerando-se dia, mês e ano.

7.5 O prazo para impugnação da classificação será de 01 (um) dia útil, a contar da publicação.

7.6 No caso de o candidato se sentir prejudicado em sua classificação, deve preencher o recurso de classificação, no anexo V e encaminhar o arquivo em PDF e escaneado para o e-mail que consta neste Edital.

7.7 O candidato que obter nota zero, não será desclassificado, sendo nesta situação o critério de desempate a idade, considerando-se dia, mês e ano.

#### 8. Dos Requisitos Básicos para Contratação

8.1 São requisitos básicos para a contratação:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado.
- b) Ter idade mínima de 18 (dezoito anos).
- c) Comprovar os requisitos exigidos para o exercício da função.
- d) Comprovar a escolaridade exigida.
- e) Declarar não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos.
- f) Declarar que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.
- g) Não ultrapassar a carga horária de 60 horas semanais.
- h) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- i) Estar em dia com as obrigações militares para o sexo masculino, ser portador de certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para o sexo masculino.
- j) Estar no gozo dos direitos políticos.

#### 9. Dos Procedimentos de Contratação

9.1 O candidato aprovado e classificado, quando convocado para admissão, será submetido ao regime de contrato especial de trabalho, regido pela Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

9.2 A contratação do Candidato fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos constantes deste Edital e da legislação vigente.

9.3 O prazo de contratação dar-se-á no prazo de 05 (cinco) dias corridos após a publicação da convocação no site oficial [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), considerando-se eliminado o candidato que deixar de comparecer no dia, horário e local aprezados, para assinar o devido contrato.

9.4 A convocação e a contratação será realizadas no Setor de RH da Prefeitura Municipal de Indaial, Rua Presidente Getúlio Vargas, 126 Bairro: Centro.

## 10. Do Exame Admissional

10.1 O candidato aprovado, quando convocado para contratação, deverá, obrigatoriamente, submeter-se à Avaliação Médica, em caráter eliminatório, em local e horário previamente designados pelo DPRH.

10.2 O candidato receberá, após a realização do Exame Admissional, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com o resultado de apto ou inapto.

10.3 Não poderá ser contratado o candidato que:

I) for considerado inapto no exame admissional;

II) deixar de apresentar algum exame solicitado ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;

III) não comparecer na data e local agendado para as avaliações;

IV) apresentar declaração falsa ou inexata de dados no Exame Admissional, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis;

V) Na Avaliação Médica poderá utilizar-se de todos os recursos disponíveis para avaliação da aptidão.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 005/2017 será supervisionado, coordenado e executado por 01 (uma) Comissão Especial de Acompanhamento de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO, devidamente designados para esta finalidade através do Decreto nº 340 de 23 de março de 2017.

11.2A Comissão Especial de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO terá como atribuição a avaliação da documentação e contabilização dos pontos de cada candidato participante da seleção.

11.3O candidato que fizer em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, deixar de apresentar os documentos exigidos, ou deixar de atender os requisitos exigidos por este Edital, ainda que verificado posteriormente, será excluído do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 005/2017, com a consequente anulação do ato de contratação no cargo, pela autoridade competente, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

11.4A classificação do candidato assegurará apenas a expectativa do direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionada às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, dentro do prazo de validade do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 005/2017.

11.5Os prazos fixados neste Edital poderão ser prorrogados a juízo da Secretaria de Saúde do Município de Indaial, através de publicidade prévia e ampla.

11.6As normas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito.

11.7Para a contratação o candidato deverá comunicar se já possui outro cargo, emprego ou função pública e ao se encontrar na situação de acúmulo legal deverá apresentar o horário de trabalho já existente para aferição da compatibilidade de horário com a jornada de trabalho a ser assumida na Secretaria de Saúde do Município de Indaial (deverá apresentar CERTIDÃO ou DECLARAÇÃO sobre o horário de trabalho a ser apresentada no Setor de RH da Prefeitura de Indaial).

11.8É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal e legislação superveniente, sendo acumulável:

a) dois cargos ou empregos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

11.9A proibição de acumular estende-se a empregos, funções, proventos de aposentadoria e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público (Emenda Constitucional nº. 19).

11.10Os anexos I a V são partes integrantes deste edital.

11.11Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado nº 005/2017, pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Indaial, em conformidade com este Edital e com a legislação vigente.

Indaial, 12 de abril de 2017.

Adriane Machado Ferrari  
Secretária de Saúde

Comissão Processo Seletivo  
Edson Calson  
Marilu de Oliveira Crizel  
Mara Aparecida Tambani  
Larissa Poletto

ANEXO I  
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 005/2017: CRITÉRIOS  
PARA PONTUAÇÃO

ANEXO II  
FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 005/2017

<p>Nome do profissional: _____</p> <p>Obs: Assinalar somente 01 campo de cada item.</p> <p>CARGO: FISIOTERAPEUTA</p> <p>1. Tempo de exercício da profissão (Comprovado em carteira de trabalho ou declaração do empregador):  <input type="checkbox"/> menor de 01 ano 01 ponto  <input type="checkbox"/> 01 a 5 anos 02 pontos  <input type="checkbox"/> 6 a 10 anos 04 pontos  <input type="checkbox"/> 11 a 15 anos 06 pontos  <input type="checkbox"/> Acima de 16 anos 08 pontos  Total _____</p> <p>2. Cursos de Especialização em Lato sensu, Mestrado e/ou doutorado (na área especificada):  <input type="checkbox"/> 1 05 pontos  <input type="checkbox"/> 2 10 pontos  <input type="checkbox"/> 3 15 pontos  <input type="checkbox"/> 4 ou mais 20 pontos  Total _____</p> <p>3. Tempo de experiência comprovado no serviço público.  <input type="checkbox"/> menor de 01 ano 03 ponto  <input type="checkbox"/> 01 a 03 anos 06 pontos  <input type="checkbox"/> 04 a 08 anos 09 pontos  <input type="checkbox"/> 09 a 14 anos 12 pontos  <input type="checkbox"/> Acima de 14 anos 15 pontos  Total _____</p> <p>Assinatura: _____</p>	<p>Cargo: FISIOTERAPEUTA</p> <p>Nome do Candidato: _____</p> <p>Nome da Mãe: _____</p> <p>Nacionalidade : _____</p> <p>Sexo : Masculino ( ) Feminino ( )</p> <p>CPF: _____</p> <p>RG: _____</p> <p>Número de Inscrição no CRM: _____</p> <p>Data de Nascimento: ____/____/____</p> <p>Endereço: _____</p> <p>_____ Nº : _____</p> <p>Bairro: _____</p> <p>Cidade: _____ UF : ____</p> <p>Telefone : _____</p> <p>Celular : _____</p> <p>E-mail: _____</p> <p>Assinatura: _____</p> <p>Indaial, __ de _____ de 2017.</p>
--	---

### ANEXO III

#### ATRIBUIÇÕES POR CARGO

**FISIOTERAPEUTA (30 Horas)** – atuar em todos os níveis de atenção à saúde, integrando-se em programas de promoção, manutenção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo; contribuir para a manutenção da saúde, bem estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidade, considerando suas circunstâncias éticas, políticas, sociais, econômicas, ambientais e biológicas; solicitando, executando e interpretando exames propedêuticos e complementares que permitam elaborar diagnóstico cinético-funcional, para eleger e quantificar as intervenções e condutas fisioterapêuticas apropriadas, objetivando tratar as disfunções no campo da fisioterapia, estabelecendo prognósticos, reavaliando condutas e decidindo pela alta fisioterapêutica; elaborar o diagnóstico cinético-funcional, planejar e executar ações fisioterapêuticas de acordo com a necessidade de cada cliente; desempenhar atividades de planejamento, organização e gestão de serviços de saúde; prestar esclarecimentos, dirimir dúvidas e orientar o cliente, bem como seus familiares, cuidadores e/ou responsáveis, sobre o processo terapêutico; facilitar a participação do cliente e dos seus familiares e/ou responsáveis no processo de tratamento fisioterapêutico; encaminhar o cliente, quando necessário, a outros profissionais, relacionando e estabelecendo um nível de cooperação com os demais membros da equipe de saúde; registrar em prontuário do cliente a evolução fisioterapêutica; desenvolver, implantar e implementar protocolos de atendimento fisioterapêutico adequados às características da população assistida; promover a educação em saúde em seus níveis de atenção, coletiva e individual, desenvolvendo estudos e pesquisas de prevenção e assistência relacionados com fisioterapia e saúde; discutir com gestores de saúde, em parceria com outros coordenadores/supervisores da atenção básica, a efetiva implantação de fluxos e mecanismos de referência e contra-referência, além de outras medidas necessárias para assegurar o desenvolvimento de ações de assistência à saúde e fisioterapia; participar de equipes multiprofissionais destinadas a planejar, implementar, controlar e executar políticas, programas, cursos, pesquisas ou eventos em Saúde Pública; participar de equipes multiprofissionais destinadas ao planejamento, a implementação, ao controle e a execução de projetos e programas de ações básicas de saúde. Participar de encontros de integração com médicos para educação continuada para aprimoramento da referência e contra referência da estratégia saúde da família.

### ANEXO IV

#### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA EXERCÍCIO DE CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

Tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso XVI (e suas respectivas alíneas) e inciso XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 15 de outubro de 1988, eu \_\_\_\_\_, declaro, a quem possa interessar e para os devidos fins, que não estou impedido (a) de exercer função, cargo ou emprego público.

DECLARO QUE NÃO EXERÇO e NÃO estou LICENCIADO ou APOSENTADO de qualquer cargo, emprego, ou função pública junto à administração pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, que seja incompatível com aquele que exerço, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO estar ciente de que devo comunicar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Indaial qualquer alteração que venha a ocorrer em meus dados pessoais e de endereço, bem como em minha vida funcional que não atenda às determinações legais

vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de instaurar-se o processo administrativo disciplinar, sem prejuízo de eventuais convocações para verificação da Administração.

DECLARO não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos.

RESPONSABILIZO-ME pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsas, ficarei sujeito (a) às penas previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Indaial, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(Assinatura do Candidato)

## ANEXO IV

## FICHA DE RECURSO DE IMPUGNAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO OU RECONSIDERAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO

[illegible]

Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_

EDITAL PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 006/2017

Dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público Simplificado para contratação de pessoal por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público para o cargo de nutricionista e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, resolve tornar público o presente Edital, que estabelece instruções especiais destinadas à realização de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 006/2017 para a contratação de pessoal por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público em regime especial de trabalho. A contratação de pessoal será destinada para composição do quadro de profissionais da Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Municipal nº 4.724 de 2012, Lei Municipal nº 4.986 de 2014 e Decreto nº 341 de 23 de março de 2017, que designou a Comissão Especial de realização e Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 006/2017.

## 1. Do Regime Jurídico e Remuneração

1.1 A contratação ocorrerá em Regime Especial, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, na Lei Municipal nº 4.724 de 2012 e Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

1.2 O contrato terá a validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por uma única vez, conforme a Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014, havendo rescisão quando da realização de concurso público pelo município, para os cargos previstos neste edital.

1.3 A remuneração será estabelecida conforme o item 2 deste edital.

1.4 O prazo de validade do Processo Seletivo é de 1 (um) ano, a contar da homologação do resultado, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 1 (um) ano.

1.5 Os aprovados e contratados por este edital terão o horário de trabalho estabelecido de acordo com as necessidades do órgão requisitante, podendo ser no período matutino e/ou vespertino e/ou noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

1.6 Todos os atos pertinentes ao presente processo seletivo serão publicados e divulgados por meio do endereço eletrônico [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município de Indaial.

1.7 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação e/ou divulgação dos atos pertinentes ao PS de que trata este edital, obrigando-se a atender aos prazos e condições estipulados e que forem publicados durante a execução do Processo Seletivo.

1.8 A inscrição implicará o conhecimento das presentes instruções por parte do candidato e o compromisso tácito de aceitação das condições do Processo Seletivo Público Simplificado, tais como aqui se acham estabelecidas.

1.9 Será admitida a impugnação deste Edital, no prazo de (01) um dia útil, a contar do dia de sua publicação, conforme anexo V.

1.10 Os requisitos para o exercício do cargo deverão estar concluídos e serem comprovados para contratação do convocado.

## 2. Dos Cargos

Cargos	Vagas	Carga horária Semanal	Escolaridade e Exigência Mínima Necessária	Salário Mensal
NUTRICIONISTA	1	40h	Ensino Superior na área e registro no Conselho de Classe	R\$ 2.818,45

**Adicionais:**

\*Insalubridade 20% do Salário Base.

\*Vale Alimentação por dia Trabalhado: R\$ 17,80

2.1 Todas as contratações ocorrerão conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, com base na pontuação alcançada de cada candidato para atuar nas Unidades de Saúde do município de Indaial.

**3. Das Inscrições**

3.1 As inscrições serão realizadas através do endereço eletrônico [psnutricionista@saudeindaial.sc.gov.br](mailto:psnutricionista@saudeindaial.sc.gov.br), no período de 19/04/2017 a 03/05/2017.

3.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e cargo pretendido.

3.3 A inscrição implica no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

3.4 Não será cobrada taxa de inscrição.

3.5 O candidato deverá preencher o Formulário com Critérios para Pontuação e a Ficha de Inscrição, constantes nos anexos I e II deste edital, e enviá-los digitalizados em arquivo PDF nomeando o arquivo ao endereço eletrônico [psnutricionista@saudeindaial.sc.gov.br](mailto:psnutricionista@saudeindaial.sc.gov.br), junto aos anexos do Item 6.3, através do qual também receberá a confirmação de sua inscrição.

Obs.: O candidato que não preencher todos os dados de identificação do anexo II será desclassificado.

3.6 Para candidatar-se às vagas abertas presentes neste Edital, o candidato deverá atender aos requisitos abaixo relacionados, sendo que a falta de comprovação de qualquer um deles, implicará em impedimento para a posse:

a) Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;

b) Ter no mínimo 18 anos completos;

c) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

3.7 Também no ato da inscrição, o candidato deverá encaminhar digitalmente em arquivo PDF as seguintes documentações:

a) RG frente e verso;

b) CPF frente e verso;

c) Comprovante de inscrição profissional no Conselho Regional de Nutrição SC e/ou carteira profissional frente e verso;

d) Documentos comprobatórios dos itens utilizados para se obter a pontuação (certificados de cursos de especializações lato sensu, mestrado e/ou doutorado;

e) Declarações de experiência profissional e tempo de profissão com data especificada de início e término do contrato. Caso não tenha data especificada de início ou término será desconsiderada a pontuação.

f) Diploma frente e verso;

3.8 O prazo para impugnação da relação de inscritos será 01 (um) dia útil.

**4. Das Obrigações****4.1 Das Obrigações Comuns**

a) Executar o serviço zelando pela qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas ações.

b) Observar no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas da Secretaria Municipal de Saúde, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão.

c) Manter em regularidades suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, bem como, estar sempre em dia com o devido Conselho Regional de nutrição.

d) Registrar o ponto eletrônico digital no local de trabalho e cumprir com todas as demais normas técnicas e administrativas (preenchimentos de relatórios, referências, documentos, etc), conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Saúde e chefia imediata.

e) Utilizar sistema eletrônico da SMS para registros dos atendimentos. Prontuário eletrônico.

f) Respeitar o número mínimo de atendimentos colocados pela Secretaria Municipal de Saúde.

**5. Das Atribuições Específicas**

5.1 As atribuições específicas de cada cargo estão dispostas no Anexo III deste Edital.

**6. Análise dos Critérios para Pontuação**

6.1 As contratações serão realizadas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, sendo ela a responsável pela seleção e contratação dos profissionais. Os inscritos serão chamados respeitando-se a pontuação de cada profissional, conforme critérios estabelecidos no anexo I.

6.2 No quadro relativo ao tempo de experiência profissional, o candidato deve somar os períodos de tempo trabalhados e informar o total em anos, na opção correspondente da tabela.

6.3 Todos os documentos comprobatórios utilizados para a obtenção de pontos deverão ser digitalizados em arquivo PDF e encaminhados junto com o ato de inscrição para o mesmo endereço eletrônico.

## 7. Da Classificação

7.1 Os candidatos serão classificados em lista nominal, na ordem decrescente de pontuação, conforme o cargo descrito neste edital.

7.2 O resultado preliminar será publicado no dia 11/05/2017 no site [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.3 A classificação definitiva será publicada no dia 31/05/2017 no site [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.4 No caso de igualdade de classificação, dar-se-á preferência respectivamente ao candidato que:

a) Comprovar maior tempo de experiência na área a ser contratado, conforme tabela de critérios para pontuação, no anexo I.

b) Apresentar maior idade, considerando-se dia, mês e ano.

7.5 O prazo para impugnação da classificação será de 01 (um) dia útil, a contar da publicação.

7.6 No caso de o candidato se sentir prejudicado em sua classificação, deve preencher o recurso de classificação, no anexo V e encaminhar o arquivo em PDF e escaneado para o e-mail que consta neste Edital.

7.7 O candidato que obter nota zero, não será desclassificado, sendo nesta situação o critério de desempate a idade, considerando-se dia, mês e ano.

## 8. Dos Requisitos Básicos para Contratação

8.1 São requisitos básicos para a contratação:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado.

b) Ter idade mínima de 18 (dezoito anos).

c) Comprovar os requisitos exigidos para o exercício da função.

d) Comprovar a escolaridade exigida.

e) Declarar não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos.

f) Declarar que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

g) Não ultrapassar a carga horária de 60 horas semanais.

h) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

i) Estar em dia com as obrigações militares para o sexo masculino, ser portador de certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para o sexo masculino.

j) Estar no gozo dos direitos políticos.

## 9. Dos Procedimentos de Contratação

9.1 O candidato aprovado e classificado, quando convocado para admissão, será submetido ao regime de contrato especial de trabalho, regido pela Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

9.2 A contratação do Candidato fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos constantes deste Edital e da legislação vigente.

9.3 O prazo de contratação dar-se-á no prazo de 05 (cinco) dias corridos após a publicação da convocação no site oficial [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), considerando-se eliminado o candidato que deixar de comparecer no dia, horário e local aprezados, para assinar o devido contrato.

9.4 A convocação e contratação serão realizadas no Setor de RH da Prefeitura Municipal de Indaial, Rua Presidente Getúlio Vargas, 126 Bairro: Centro.

## 10. Do Exame Admissional

10.1 O candidato aprovado, quando convocado para contratação, deverá, obrigatoriamente, submeter-se à Avaliação Médica, em caráter eliminatório, em local e horário previamente designados pelo DPRH.

10.2 O candidato receberá, após a realização do Exame Admissional, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com o resultado de apto ou inapto.

10.3 Não poderá ser contratado o candidato que:

I) for considerado inapto no exame admissional;

II) deixar de apresentar algum exame solicitado ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;

III) não comparecer na data e local agendado para as avaliações;

IV) apresentar declaração falsa ou inexata de dados no Exame Admissional, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis;

V) Na Avaliação Médica poderá utilizar-se de todos os recursos disponíveis para avaliação da aptidão.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 006/2017 será supervisionado, coordenado e executado por 01 (uma) Comissão Especial de Acompanhamento de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO, devidamente designados para esta finalidade através do Decreto nº 341 de 23 de março de 2017.

11.2A Comissão Especial de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO terá como atribuição a avaliação da documentação e contabilização dos pontos de cada candidato participante da seleção.

11.3O candidato que fizer em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, deixar de apresentar os documentos exigidos, ou deixar de atender os requisitos exigidos por este Edital, ainda que verificado posteriormente, será excluído do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 006/2017, com a consequente anulação do ato de contratação no cargo, pela autoridade competente, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

11.4A classificação do candidato assegurará apenas a expectativa do direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionada às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, dentro do prazo de validade do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº

006/2017.

11.5 Os prazos fixados neste Edital poderão ser prorrogados a juízo da Secretaria de Saúde do Município de Indaial, através de publicidade prévia e ampla.

11.6 As normas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito.

11.7 Para a contratação o candidato deverá comunicar se já possui outro cargo, emprego ou função pública e ao se encontrar na situação de acúmulo legal deverá apresentar o horário de trabalho já existente para aferição da compatibilidade de horário com a jornada de trabalho a ser assumida na Secretaria de Saúde do Município de Indaial (deverá apresentar CERTIDÃO ou DECLARAÇÃO sobre o horário de trabalho a ser apresentada no Setor de RH da Prefeitura de Indaial).

11.8 É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal e legislação superveniente, sendo acumulável:

a) dois cargos ou empregos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

11.9 A proibição de acumular estende-se a empregos, funções, proventos de aposentadoria e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público (Emenda Constitucional nº. 19).

11.10 Os anexos I a V são partes integrantes deste edital.

11.11 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado nº 006/2017, pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Indaial, em conformidade com este Edital e com a legislação vigente.

Indaial, 12 de abril de 2017.

Adriane Machado Ferrari  
Secretária de Saúde

Comissão Processo Seletivo

Edson Calson  
Marilu de Oliveira Crizel  
Mara Aparecida Tambani  
Larissa Poletto

<p>ANEXO I PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 006/2017: CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO</p>	<p>ANEXO II FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 006/2017</p>
<p>Nome do profissional: _____</p> <p>Obs: Assinalar somente 01 campo de cada item.</p> <p>CARGO: NUTRICIONISTA</p> <p>1. Tempo de exercício da profissão (Comprovado em carteira de trabalho ou declaração do empregador):  <input type="checkbox"/> menor de 01 ano 01 ponto  <input type="checkbox"/> 01 a 5 anos 02 pontos  <input type="checkbox"/> 6 a 10 anos 04 pontos  <input type="checkbox"/> 11 a 15 anos 06 pontos  <input type="checkbox"/> Acima de 16 anos 08 pontos  Total _____</p> <p>2. Cursos de Especialização em Lato Sensu, mestrado e/ou doutorado (na área especificada):  <input type="checkbox"/> 1 05 pontos  <input type="checkbox"/> 2 10 pontos  <input type="checkbox"/> 3 15 pontos  <input type="checkbox"/> 4 ou mais 20 pontos  Total _____</p> <p>3. Tempo de experiência comprovado no serviço público.  <input type="checkbox"/> menor de 01 ano 03 ponto  <input type="checkbox"/> 01 a 03 anos 06 pontos  <input type="checkbox"/> 04 a 08 anos 09 pontos  <input type="checkbox"/> 09 a 14 anos 12 pontos  <input type="checkbox"/> Acima de 14 anos 15 pontos  Total _____</p> <p>Assinatura: _____</p>	<p>Cargo: NUTRICIONISTA</p> <p>Nome do Candidato: _____</p> <p>Nome da Mãe: _____</p> <p>Nacionalidade : _____</p> <p>Sexo : Masculino ( ) Feminino ( )</p> <p>CPF: _____</p> <p>RG: _____</p> <p>Número de Inscrição no CRM: _____</p> <p>Data de Nascimento: ____/____/____</p> <p>Endereço: _____</p> <p>____ Nº : _____</p> <p>Bairro: _____</p> <p>Cidade: _____ UF : ____</p> <p>Telefone : _____</p> <p>Celular : _____</p> <p>E-mail: _____</p> <p>Assinatura: _____</p> <p>Indaial, __ de _____ de 2017.</p>



A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, resolve tornar público o presente Edital, que estabelece instruções especiais destinadas à realização de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 007/2017 para a contratação de pessoal por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público em regime especial de trabalho. A contratação de pessoal será destinada à composição do quadro de profissionais da Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Municipal nº 4.724 de 2012, Lei Municipal nº 4.986 de 2014 e Decreto nº 342 de 23 de março de 2017, que designou a Comissão Especial de realização e Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 007/2017.

## 1. Do Regime Jurídico e Remuneração

1.1 A contratação ocorrerá em Regime Especial, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, na Lei Municipal nº 4.724 de 2012 e Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

1.2 O contrato terá a validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por uma única vez, conforme a Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014, havendo rescisão quando da realização de concurso público pelo município, para os cargos previstos neste edital.

1.3 A remuneração será estabelecida conforme o item 2 deste edital.

1.4 O prazo de validade do Processo Seletivo é de 1 (um) ano, a contar da homologação do resultado, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 1 (um) ano.

1.5 Os aprovados e contratados por este edital terão o horário de trabalho estabelecido de acordo com as necessidades do órgão requisitante, podendo ser no período matutino e/ou vespertino e/ou noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

1.6 Todos os atos pertinentes ao presente processo seletivo serão publicados e divulgados por meio do endereço eletrônico [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município de Indaial.

1.7 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação e/ou divulgação dos atos pertinentes ao PS de que trata este edital, obrigando-se a atender aos prazos e condições estipulados e que forem publicados durante a execução do Processo Seletivo.

1.8 A inscrição implicará o conhecimento das presentes instruções por parte do candidato e o compromisso tácito de aceitação das condições do Processo Seletivo Público Simplificado, tais como aqui se acham estabelecidas.

1.9 Será admitida a impugnação deste Edital, no prazo de (01) um dia útil, a contar do dia de sua publicação, conforme anexo V.

1.10 Os requisitos para o exercício do cargo deverão estar concluídos e serem comprovados para contratação do convocado.

## 2. Dos Cargos

Cargos	Vagas	Carga horária Semanal	Escolaridade e Exigência Mínima Necessária	Salário Mensal
Médico Cardiologista II	1	20h	Ensino Superior na área e registro no Conselho de Classe	R\$ 5.468,86

### Adicionais:

\*Insalubridade 20% do Salário Base.

\*Vale Alimentação por dia Trabalhado: R\$: 8,90

2.1 Todas as contratações ocorrerão conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, com base na pontuação alcançada de cada candidato para atuar nas diversas Unidades de Saúde do Município de Indaial.

## 3. Das Inscrições

3.1 As inscrições serão realizadas através do endereço eletrônico [psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br](mailto:psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br), no período de 19/04/2017 a 03/05/2017.

3.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e cargo pretendido.

3.3 A inscrição implica no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

3.4 Não será cobrada taxa de inscrição.

3.5 O candidato deverá preencher o Formulário com Critérios para Pontuação e a Ficha de Inscrição, constantes nos anexos I e II deste edital, e enviá-los digitalizados em arquivo PDF nomeando arquivos ao endereço eletrônico [psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br](mailto:psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br), junto aos anexos do Item 6.3, através do qual também receberá a confirmação de sua inscrição.

OBS.: O candidato que não preencher todos os dados de identificação do anexo II será desclassificado.

3.6 Para candidatar-se às vagas abertas presentes neste Edital, o candidato deverá atender aos requisitos abaixo relacionados, sendo que a falta de comprovação de qualquer um deles, implicará em impedimento para a posse:

a) Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;

b) Ter no mínimo 18 anos completos;

c) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

3.7 Também no ato da inscrição, o candidato deverá encaminhar digitalmente em arquivo PDF as seguintes documentações:

a) RG frente e verso;

b) CPF frente e verso;

c) Comprovante de inscrição profissional no CRM e/ou carteira profissional frente e verso;

d) Documentos comprobatórios dos itens utilizados para se obter a pontuação (certificados de cursos de especializações em lato sensu, mestrado e/ou doutorado).

e) Declarações de experiência profissional e tempo de profissão com data especificada de início e término do contrato. Caso não tenha data especificada de início ou término será desconsiderada a pontuação.

f) Diploma frente e verso;

3.8 O prazo para impugnação da relação de inscritos será 01 (um) dia útil.

#### 4. Das Obrigações

##### 4.1 Das Obrigações Comuns

- a) Executar o serviço zelando pela qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas ações.
- b) Observar no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas da Secretaria Municipal de Saúde, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão.
- c) Manter em regularidades suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, bem como, estar sempre em dia com o devido Conselho Regional de Medicina.
- c) Registrar o ponto eletrônico digital no local de trabalho e cumprir com todas as demais normas técnicas e administrativas (preenchimentos de relatórios, referências, documentos, etc), conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Saúde e chefia imediata.
- d) Utilizar sistema eletrônico da SMS para registros dos atendimentos. Prontuário eletrônico.
- e) Respeitar o número mínimo de atendimentos colocados pela Secretaria Municipal de Saúde.

#### 5. Das Atribuições Específicas

5.1 As atribuições específicas de cada cargo estão dispostas no Anexo III deste Edital.

#### 6. Análise dos Critérios para Pontuação

6.1 As contratações serão realizadas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, sendo ela a responsável pela seleção e contratação dos profissionais. Os inscritos serão chamados respeitando-se a pontuação de cada profissional, conforme critérios estabelecidos no anexo I.

6.2 No quadro relativo ao tempo de experiência profissional, o candidato deve somar os períodos de tempo trabalhados e informar o total em anos, na opção correspondente da tabela.

6.3 Todos os documentos comprobatórios utilizados para a obtenção de pontos deverão ser digitalizados em arquivo PDF e encaminhados junto com o ato de inscrição para o mesmo endereço eletrônico.

#### 7. Da Classificação

7.1 Os candidatos serão classificados em lista nominal, na ordem decrescente de pontuação, conforme o cargo descrito neste edital.

7.2 O resultado preliminar será publicado no dia 11/05/2017 no site [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.3 A classificação definitiva será publicada no dia 31/05/2017 no site [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.4 No caso de igualdade de classificação, dar-se-á preferência respectivamente ao candidato que:

- a) Comprovar maior tempo de experiência na área a ser contratado, conforme tabela de critérios para pontuação, no anexo I.
- b) Apresentar maior idade, considerando-se dia, mês e ano.

7.5 O prazo para impugnação da classificação será de 01 (um) dia útil, a contar da publicação.

7.6 No caso de o candidato se sentir prejudicado em sua classificação, deve preencher o recurso de classificação, no anexo V e encaminhar o arquivo em PDF e escaneado para o e-mail que consta neste Edital.

7.7 O candidato que obter nota zero, não será desclassificado, sendo nesta situação o critério de desempate a idade, considerando-se dia, mês e ano.

#### 8. Dos Requisitos Básicos para Contratação

8.1 São requisitos básicos para a contratação:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado.
- b) Ter idade mínima de 18 (dezoito anos).
- c) Comprovar os requisitos exigidos para o exercício da função.
- d) Comprovar a escolaridade exigida.
- e) Declarar não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos.
- f) Declarar que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.
- g) Não ultrapassar a carga horária de 60 horas semanais.
- h) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- i) Estar em dia com as obrigações militares para o sexo masculino, ser portador de certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para o sexo masculino.
- j) Estar no gozo dos direitos políticos.

#### 9. Dos Procedimentos de Contratação

9.1 O candidato aprovado e classificado, quando convocado para admissão, será submetido ao regime de contrato especial de trabalho, regido pela Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

9.2 A contratação do Candidato fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos constantes deste Edital e da legislação vigente.

9.3 O prazo de contratação dar-se-á no prazo de 05 (cinco) dias corridos após a publicação da convocação no site oficial [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), considerando-se eliminado o candidato que deixar de comparecer no dia, horário e local aprezados, para assinar o devido contrato.

9.4 A convocação e contratação será realizada no Setor de RH da Prefeitura Municipal de Indaial, Rua: Presidente Getúlio Vargas, 126 Bairro:

Centro.

#### 10. Do Exame Admissional

10.1 O candidato aprovado, quando convocado para contratação, deverá, obrigatoriamente, submeter-se à Avaliação Médica, em caráter eliminatório, em local e horário previamente designados pelo DPRH.

10.2 O candidato receberá, após a realização do Exame Admissional, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com o resultado de apto ou inapto.

10.3 Não poderá ser contratado o candidato que:

I) for considerado inapto no exame admissional;

II) deixar de apresentar algum exame solicitado ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;

III) não comparecer na data e local agendado para as avaliações;

IV) apresentar declaração falsa ou inexata de dados no Exame Admissional, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis;

V) Na Avaliação Médica poderá utilizar-se de todos os recursos disponíveis para avaliação da aptidão.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 007/2017 será supervisionado, coordenado e executado por 01 (uma) Comissão Especial de Acompanhamento de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO, devidamente designados para esta finalidade através do Decreto nº 342 de 23 de março de 2017.

11.2A Comissão Especial de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO terá como atribuição a avaliação da documentação e contabilização dos pontos de cada candidato participante da seleção.

11.3O candidato que fizer em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, deixar de apresentar os documentos exigidos, ou deixar de atender os requisitos exigidos por este Edital, ainda que verificado posteriormente, será excluído do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 007/2017, com a consequente anulação do ato de contratação no cargo, pela autoridade competente, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

11.4A classificação do candidato assegurará apenas a expectativa do direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionada às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, dentro do prazo de validade do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 007/2017.

11.5Os prazos fixados neste Edital poderão ser prorrogados a juízo da Secretaria de Saúde do Município de Indaial, através de publicidade prévia e ampla.

11.6As normas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito.

11.7Para a contratação o candidato deverá comunicar se já possui outro cargo, emprego ou função pública e ao se encontrar na situação de acúmulo legal deverá apresentar o horário de trabalho já existente para aferição da compatibilidade de horário com a jornada de trabalho a ser assumida na Secretaria de Saúde do Município de Indaial (deverá apresentar CERTIDÃO ou DECLARAÇÃO sobre o horário de trabalho a ser apresentada no Setor de RH da Prefeitura de Indaial).

11.8É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal e legislação superveniente, sendo acumulável:

a) dois cargos ou empregos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

11.9A proibição de acumular estende-se a empregos, funções, proventos de aposentadoria e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público (Emenda Constitucional nº. 19).

11.10Os anexos I a V são partes integrantes deste edital.

11.11Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado nº 007/2017, pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Indaial, em conformidade com este Edital e com a legislação vigente.

Indaial, 12 de abril de 2017.

Adriane Machado Ferrari  
Secretária de Saúde

Comissão processo Seletivo  
Edson Calson  
Marilu de Oliveira Crizel  
Mara Aparecida Tambani  
Larissa Poletto

ANEXO I  
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 007/2017: CRITÉRIOS  
PARA PONTUAÇÃO

ANEXO II  
FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 007/2017

<p>Nome do profissional: _____</p> <p>Obs: Assinalar somente 01 campo de cada item.</p> <p>CARGO: MÉDICO CARDIOLOGISTA II</p> <p>1. Tempo de exercício da profissão (Comprovado em carteira de trabalho ou declaração do empregador):</p> <p>( ) menor de 01 ano 01 ponto</p> <p>( ) 01 a 5 anos 02 pontos</p> <p>( ) 6 a 10 anos 04 pontos</p> <p>( ) 11 a 15 anos 06 pontos</p> <p>( ) Acima de 16 anos 08 pontos</p> <p>Total _____</p> <p>2. Cursos de Especialização em Lato sensu, Mestrado e/ou doutorado (na área especificada):</p> <p>( ) 1 05 pontos</p> <p>( ) 2 10 pontos</p> <p>( ) 3 15 pontos</p> <p>( ) 4 ou mais 20 pontos</p> <p>Total _____</p> <p>3. Tempo de experiência comprovado no serviço público.</p> <p>( ) menor de 01 ano 03 ponto</p> <p>( ) 01 a 03 anos 06 pontos</p> <p>( ) 04 a 08 anos 09 pontos</p> <p>( ) 09 a 14 anos 12 pontos</p> <p>( ) Acima de 14 anos 15 pontos</p> <p>Total _____</p> <p>Assinatura: _____</p>	<p>Cargo: MÉDICO CARDIOLOGISTA II</p> <p>Nome do Candidato: _____</p> <p>Nome da Mãe: _____</p> <p>Nacionalidade : _____</p> <p>Sexo : Masculino ( ) Feminino ( )</p> <p>CPF: _____</p> <p>RG: _____</p> <p>Número de Inscrição no CRM: _____</p> <p>Data de Nascimento: ____/____/____</p> <p>Endereço: _____</p> <p>_____ Nº : _____</p> <p>Bairro: _____</p> <p>Cidade: _____ UF : ____</p> <p>Telefone : _____</p> <p>Celular : _____</p> <p>E-mail: _____</p> <p>Assinatura: _____</p> <p>Indaial, ____ de _____ de 2017.</p>
---	--

### ANEXO III

#### ATRIBUIÇÕES POR CARGO

MÉDICO CARDIOLOGISTA (20 h): Prestar assistência médica no âmbito municipal, nas diversas áreas de cardiologia, visando preservar ou recuperar a saúde individual e coletiva; Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local; Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde; Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local; Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo; Cumprir os protocolos do Sistema Único de Saúde e do Município. Utilização do Prontuário Eletrônico. Participar de encontros de integração com médicos para educação continuada para aprimoramento da referência e contra referência da estratégia saúde da família.

### ANEXO IV

#### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA EXERCÍCIO DE CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

Tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso XVI (e suas respectivas alíneas) e inciso XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 15 de outubro de 1988, eu \_\_\_\_\_, declaro, a quem possa interessar e para os devidos fins, que não estou impedido (a) de exercer função, cargo ou emprego público.

DECLARO QUE NÃO EXERÇO e NÃO estou LICENCIADO ou APOSENTADO de qualquer cargo, emprego, ou função pública junto à administração pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, que seja incompatível com aquele que exerço, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO estar ciente de que devo comunicar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Indaial qualquer alteração que venha a ocorrer em meus dados pessoais e de endereço, bem como em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de instaurar-se o processo administrativo disciplinar, sem prejuízo de eventuais convocações para verificação da Administração.

DECLARO não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos.

RESPONSABILIZO-ME pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsas, ficarei sujeito (a) às penas previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Indaial, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

[illegible]

candidato para atuar nas diversas Unidades de Saúde do Município de Indaial.

### 3. Das Inscrições

3.1 As inscrições serão realizadas através do endereço eletrônico [psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br](mailto:psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br), no período de 19/04/2017 a 03/05/2017.

3.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e cargo pretendido.

3.3 A inscrição implica no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

3.4 Não será cobrada taxa de inscrição.

3.5 O candidato deverá preencher o Formulário com Critérios para Pontuação e a Ficha de Inscrição, constantes nos anexos I e II deste edital, e enviá-los digitalizados em arquivo PDF nomeando os arquivos ao endereço eletrônico [psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br](mailto:psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br), junto aos anexos do Item 6.3, através do qual também receberá a confirmação de sua inscrição.

OBS.: O candidato que não preencher todos os dados de identificação do anexo II será desclassificado.

3.6 Para candidatar-se às vagas abertas presentes neste Edital, o candidato deverá atender aos requisitos abaixo relacionados, sendo que a falta de comprovação de qualquer um deles, implicará em impedimento para a posse:

- a) Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;
- b) Ter no mínimo 18 anos completos;
- c) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

3.7 Também no ato da inscrição, o candidato deverá encaminhar digitalmente em arquivo PDF as seguintes documentações:

- a) RG frente e verso;
- b) CPF frente e verso ;
- c) Comprovante de inscrição profissional no CRM e/ou carteira profissional frente e verso;
- d) Documentos comprobatórios dos itens utilizados para se obter a pontuação (certificados de cursos de especializações em lato sensu, mestrado e/ou doutorado.
- e) Declarações de experiência profissional e tempo de profissão com data especificada de início e término do contrato. Caso não tenha data especificada de início ou termino será desconsiderada a pontuação.
- f) Diploma frente e verso;

3.8 O prazo para impugnação da relação de inscritos será 01 (um) dia útil.

### 4. Das Obrigações

#### 4.1 Das Obrigações Comuns

- a) Executar o serviço zelando pela qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas ações.
- b) Observar no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas da Secretaria Municipal de Saúde, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão.
- c) Manter em regularidades suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, bem como, estar sempre em dia com o devido Conselho Regional de Medicina.
- c) Registrar o ponto eletrônico digital no local de trabalho e cumprir com todas as demais normas técnicas e administrativas (preenchimentos de relatórios, referências, documentos, etc), conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Saúde e chefia imediata.
- d) Utilizar sistema eletrônico da SMS para registros dos atendimentos. Prontuário eletrônico.
- e) Respeitar o número mínimo de atendimentos colocados pela Secretaria Municipal de Saúde.

### 5. Das Atribuições Específicas

5.1 As atribuições específicas de cada cargo estão dispostas no Anexo III deste Edital.

### 6. Análise dos Critérios para Pontuação

6.1 As contratações serão realizadas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, sendo ela a responsável pela seleção e contratação dos profissionais. Os inscritos serão chamados respeitando-se a pontuação de cada profissional, conforme critérios estabelecidos no anexo I.

6.2 No quadro relativo ao tempo de experiência profissional, o candidato deve somar os períodos de tempo trabalhados e informar o total em anos, na opção correspondente da tabela.

6.3 Todos os documentos comprobatórios utilizados para a obtenção de pontos deverão ser digitalizados em arquivo PDF e encaminhados junto com o ato de inscrição para o mesmo endereço eletrônico.

### 7. Da Classificação

7.1 Os candidatos serão classificados em lista nominal, na ordem decrescente de pontuação, conforme o cargo descrito neste edital.

7.2 O classificação preliminar será publicada no dia 11/05/2017 no site [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br) , bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.3 A classificação definitiva será publicada no dia 31/05/2017 no site [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br) , bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.4 No caso de igualdade de classificação, dar-se-á preferência respectivamente ao candidato que:

- a) Comprovar maior tempo de experiência na área a ser contratado, conforme tabela de critérios para pontuação, no anexo I.
- b) Apresentar maior idade, considerando-se dia, mês e ano.

7.5 O prazo para impugnação da classificação será de 01 (um) dia útil, a contar da publicação.

7.6 No caso de o candidato se sentir prejudicado em sua classificação, deve preencher o recurso de classificação, no anexo V e encaminhar o arquivo em PDF e escaneado para o e-mail que consta neste Edital.

7.7 O candidato que obter nota zero, não será desclassificado, sendo nesta situação o critério de desempate a idade, considerando-se dia, mês e ano.

## 8. Dos Requisitos Básicos para Contratação

8.1 São requisitos básicos para a contratação:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado.
- b) Ter idade mínima de 18 (dezoito anos).
- c) Comprovar os requisitos exigidos para o exercício da função.
- d) Comprovar a escolaridade exigida.
- e) Declarar não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos.
- f) Declarar que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.
- g) Não ultrapassar a carga horária de 60 horas semanais.
- h) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- i) Estar em dia com as obrigações militares para o sexo masculino, ser portador de certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para o sexo masculino.
- j) Estar no gozo dos direitos políticos.

## 9. Dos Procedimentos de Contratação

9.1 O candidato aprovado e classificado, quando convocado para admissão, será submetido ao regime de contrato especial de trabalho, regido pela Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

9.2 A contratação do Candidato fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos constantes deste Edital e da legislação vigente.

9.3 O prazo de contratação dar-se-á no prazo de 05 (cinco) dias corridos após a publicação da convocação no site oficial [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), considerando-se eliminado o candidato que deixar de comparecer no dia, horário e local aprezados, para assinar o devido contrato.

9.4 A convocação e contratação será realizada no Setor de RH da Prefeitura Municipal de Indaial, Rua Presidente Getúlio Vargas, 126 Bairro: Centro.

## 10. Do Exame Admissional

10.1 O candidato aprovado, quando convocado para contratação, deverá, obrigatoriamente, submeter-se à Avaliação Médica, em caráter eliminatório, em local e horário previamente designados pelo DPRH.

10.2 O candidato receberá, após a realização do Exame Admissional, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com o resultado de apto ou inapto.

10.3 Não poderá ser contratado o candidato que:

- I) for considerado inapto no exame admissional;
- II) deixar de apresentar algum exame solicitado ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;
- III) não comparecer na data e local agendado para as avaliações;
- IV) apresentar declaração falsa ou inexata de dados no Exame Admissional, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis;
- V) Na Avaliação Médica poderá utilizar-se de todos os recursos disponíveis para avaliação da aptidão.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 008/2017 será supervisionado, coordenado e executado por 01 (uma) Comissão Especial de Acompanhamento de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO, devidamente designados para esta finalidade através do Decreto nº 343 de 23 de março de 2017.

11.2A Comissão Especial de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO terá como atribuição a avaliação da documentação e contabilização dos pontos de cada candidato participante da seleção.

11.3O candidato que fizer em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, deixar de apresentar os documentos exigidos, ou deixar de atender os requisitos exigidos por este Edital, ainda que verificado posteriormente, será excluído do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 008/2017, com a consequente anulação do ato de contratação no cargo, pela autoridade competente, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

11.4A classificação do candidato assegurará apenas a expectativa do direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionada às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, dentro do prazo de validade do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 008/2017.

11.5Os prazos fixados neste Edital poderão ser prorrogados a juízo da Secretaria de Saúde do Município de Indaial, através de publicidade prévia e ampla.

11.6As normas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito.

11.7Para a contratação o candidato deverá comunicar se já possui outro cargo, emprego ou função pública e ao se encontrar na situação de acúmulo legal deverá apresentar o horário de trabalho já existente para aferição da compatibilidade de horário com a jornada de trabalho a ser assumida na Secretaria de Saúde do Município de Indaial (deverá apresentar CERTIDÃO ou DECLARAÇÃO sobre o horário de trabalho a ser apresentada no Setor de RH da Prefeitura de Indaial).

11.8É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal e legislação superveniente, sendo acumulável:

a) dois cargos ou empregos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

11.9A proibição de acumular estende-se a empregos, funções, proventos de aposentadoria e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público (Emenda Constitucional nº. 19).

11.10Os anexos I a IV são partes integrantes deste edital.

11.11Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado nº 008/2017, pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Indaial, em conformidade com este Edital e com a legislação vigente.

Indaial, 12 de abril de 2017.

Adriane Machado Ferrari  
Secretária de Saúde

Comissão processo Seletivo  
Edson Calson  
Marilu de Oliveira Crizel  
Mara Aparecida Tambani  
Larissa Poletto

<p><b>ANEXO I</b> PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 008/2017: CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO</p>	<p><b>ANEXO II</b> FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 008/2017</p>
<p>Nome do profissional: _____</p> <p>Obs: Assinalar somente 01 campo de cada item.</p> <p><b>CARGO: MÉDICO OFTALMOLOGISTA</b></p> <p>1. Tempo de exercício da profissão (Comprovado em carteira de trabalho ou declaração do empregador):  <input type="checkbox"/> menor de 01 ano 01 ponto  <input type="checkbox"/> 01 a 5 anos 02 pontos  <input type="checkbox"/> 6 a 10 anos 04 pontos  <input type="checkbox"/> 11 a 15 anos 06 pontos  <input type="checkbox"/> Acima de 16 anos 08 pontos  Total _____</p> <p>2. Cursos de Especialização em Lato sensu, Mestrado e/ou doutorado (na área especificada):  <input type="checkbox"/> 1 05 pontos  <input type="checkbox"/> 2 10 pontos  <input type="checkbox"/> 3 15 pontos  <input type="checkbox"/> 4 ou mais 20 pontos  Total _____</p> <p>3. Tempo de experiência comprovado no serviço público.  <input type="checkbox"/> menor de 01 ano 03 ponto  <input type="checkbox"/> 01 a 03 anos 06 pontos  <input type="checkbox"/> 04 a 08 anos 09 pontos  <input type="checkbox"/> 09 a 14 anos 12 pontos  <input type="checkbox"/> Acima de 14 anos 15 pontos  Total _____  Assinatura: _____</p>	<p><b>Cargo: MÉDICO OFTALMOLOGISTA</b></p> <p>Nome do Candidato: _____  Nome da Mãe: _____  Nacionalidade : _____  Sexo : Masculino ( ) Feminino ( )  CPF: _____  RG: _____  Número de Inscrição no CRM: _____  Data de Nascimento: ____/____/____  Endereço: _____  ____ Nº : _____  Bairro: _____  Cidade: _____ UF : ____  Telefone : _____  Celular : _____  E-mail: _____</p> <p>Assinatura: _____</p> <p>Indaial, __ de _____ de 2017.</p>

**ANEXO III**  
**ATRIBUIÇÕES POR CARGO**

**MÉDICO OFTALMOLOGISTA (10 h):** Prestar assistência médica no âmbito municipal, nas diversas áreas de oftalmologia, visando preservar ou recuperar a saúde individual e coletiva; Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local; Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde; Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local; Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo; Cumprir os protocolos do Sistema Único de Saúde e do Município. Utilização do Prontuário Eletrônico. Participar de encontros de integração com médicos para educação continuada para aprimoramento da referência e contra referência da estratégia saúde da família.

**ANEXO IV**

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA EXERCÍCIO DE CARGO,  
FUNÇÃO OU EMPREGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

Tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso XVI (e suas respectivas alíneas) e inciso XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 15 de outubro de 1988, eu \_\_\_\_\_, declaro, a quem possa interessar e para os devidos fins, que não estou impedido (a) de exercer função, cargo ou emprego público.

DECLARO QUE NÃO EXERÇO e NÃO estou LICENCIADO ou APOSENTADO de qualquer cargo, emprego, ou função pública junto à administração pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, que seja incompatível com aquele que exerço, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO estar ciente de que devo comunicar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Indaial qualquer alteração que venha a ocorrer em meus dados pessoais e de endereço, bem como em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de instaurar-se o processo administrativo disciplinar, sem prejuízo de eventuais convocações para verificação da Administração.

DECLARO não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos.

RESPONSABILIZO-ME pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsas, ficarei sujeito (a) às penas previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Indaial, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017.

(Assinatura do Candidato)

ANEXO IV

FICHA DE RECURSO DE IMPUGNAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO OU RECONSIDERAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO

[illegible]

Assinatura do Candidato:

Data:

EDITAL PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 009/2017

Dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público Simplificado para contratação de pessoal por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público para o cargo de médico clínico geral I e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, resolve tornar público o presente Edital, que estabelece instruções especiais destinadas à realização de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 009/2017 para a contratação de pessoal por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público em regime especial de trabalho. A contratação de pessoal será destinada do quadro de profissionais da Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Municipal nº 4.724 de 2012, Lei Municipal nº 4.986 de 2014 e Decreto nº 403 de 31 de março de 2017, que designou a Comissão Especial de realização e Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 009/2017.

## 1. Do Regime Jurídico e Remuneração

1.1 A contratação ocorrerá em Regime Especial, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, na Lei Municipal nº 4.724 de 2012 e Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

1.2 O contrato terá a validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por uma única vez, conforme a Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014, havendo rescisão quando da realização de concurso público pelo município, para os cargos previstos neste edital.

1.3 A remuneração será estabelecida conforme o item 2 deste edital.

1.4 O prazo de validade do Processo Seletivo é de 1 (um) ano, a contar da homologação do resultado, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 1 (um) ano.

1.5 Os aprovados e contratados por este edital terão o horário de trabalho estabelecido de acordo com as necessidades do órgão requisitante, podendo ser no período matutino e/ou vespertino e/ou noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

1.6 Todos os atos pertinentes ao presente processo seletivo serão publicados e divulgados por meio do endereço eletrônico [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município de Indaial.

1.7 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação e/ou divulgação dos atos pertinentes ao PS de que trata este edital, obrigando-se a atender aos prazos e condições estipulados e que forem publicados durante a execução do Processo Seletivo.

1.8 A inscrição implicará o conhecimento das presentes instruções por parte do candidato e o compromisso tácito de aceitação das condições do Processo Seletivo Público Simplificado, tais como aqui se acham estabelecidas.

1.9 Será admitida a impugnação deste Edital, no prazo de (01) um dia útil, a contar do dia de sua publicação, conforme anexo V.

1.10 Os requisitos para o exercício do cargo deverão estar concluídos e serem comprovados para contratação do convocado.

## 2. Dos Cargos

Cargos	Vagas	Carga horária Semanal	Escolaridade e Exigência Mínima Necessária	Salário Mensal
Médico Clínico Geral I	1	30h	Ensino Superior na área e registro no Conselho de Classe	R\$ 8.134,14

Adicionais:

\*Insalubridade 20% do Salário Base.

\*Vale Alimentação por dia Trabalhado: R\$: 13,35

2.1 Todas as contratações ocorrerão conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, com base na pontuação alcançada de cada candidato para atuar nas diversas Unidades de Saúde do Município de Indaial.

## 3. Das Inscrições

3.1 As inscrições serão realizadas através do endereço eletrônico [psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br](mailto:psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br), no período de 19/04/2017 a 03/05/2017.

3.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e cargo pretendido.

3.3 A inscrição implica no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

3.4 Não será cobrada taxa de inscrição.

3.5 O candidato deverá preencher o Formulário com Critérios para Pontuação e a Ficha de Inscrição, constantes nos anexos I e II deste edital, e enviá-los digitalizados em arquivo PDF nomeando os arquivos ao endereço eletrônico [psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br](mailto:psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br), junto aos anexos do Item 6.3, através do qual também receberá a confirmação de sua inscrição.

OBS.: O candidato que não preencher todos os dados de identificação do anexo II será desclassificado.

3.6 Para candidatar-se às vagas abertas presentes neste Edital, o candidato deverá atender aos requisitos abaixo relacionados, sendo que a falta de comprovação de qualquer um deles, implicará em impedimento para a posse:

- Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;
- Ter no mínimo 18 anos completos;
- Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

3.7 Também no ato da inscrição, o candidato deverá encaminhar digitalmente em arquivo PDF as seguintes documentações:

- RG frente e verso;
- CPF frente e verso;
- Comprovante de inscrição profissional no CRM SC ou carteira profissional frente e verso;
- Documentos comprobatórios dos itens utilizados para se obter a pontuação (certificados de cursos de especializações em lato sensu, mestrado e/ou doutorado.
- Declarações de experiência profissional e tempo de profissão com data especificada de início e término do contrato. Caso não tenha data especificada de início ou término será desconsiderada a pontuação.
- Diploma frente e verso;

3.8 O prazo para impugnação da relação de inscritos será 01 (um) dia útil.

## 4. Das Obrigações

### 4.1 Das Obrigações Comuns

- Executar o serviço zelando pela qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas ações.
- Observar no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas da Secretaria Municipal de Saúde, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão.
- Manter em regularidades suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, bem como, estar sempre em dia com o devido Conselho Regional de Medicina.
- Registrar o ponto eletrônico digital no local de trabalho e cumprir com todas as demais normas técnicas e administrativas (preenchimentos de relatórios, referências, documentos, etc), conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Saúde e chefia imediata.
- Utilizar sistema eletrônico da SMS para registros dos atendimentos. Prontuário eletrônico.

e) Respeitar o número mínimo de atendimentos colocados pela Secretaria Municipal de Saúde.

## 5. Das Atribuições Específicas

5.1 As atribuições específicas de cada cargo estão dispostas no Anexo III deste Edital.

## 6. Análise dos Critérios para Pontuação

6.1 As contratações serão realizadas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, sendo ela a responsável pela seleção e contratação dos profissionais. Os inscritos serão chamados respeitando-se a pontuação de cada profissional, conforme critérios estabelecidos no anexo I.

6.2 No quadro relativo ao tempo de experiência profissional, o candidato deve somar os períodos de tempo trabalhados e informar o total em anos, na opção correspondente da tabela.

6.3 Todos os documentos comprobatórios utilizados para a obtenção de pontos deverão ser digitalizados em arquivo PDF e encaminhados junto com o ato de inscrição para o mesmo endereço eletrônico.

## 7. Da Classificação

7.1 Os candidatos serão classificados em lista nominal, na ordem decrescente de pontuação, conforme o cargo descrito neste edital.

7.2 A classificação preliminar será publicada no dia 11/05/2017 no site [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.3 A classificação definitiva será publicada no dia 31/05/2017 no site [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.4 No caso de igualdade de classificação, dar-se-á preferência respectivamente ao candidato que:

a) Comprovar maior tempo de experiência na área a ser contratado, conforme tabela de critérios para pontuação, no anexo I.

b) Apresentar maior idade, considerando-se dia, mês e ano.

7.5 O prazo para impugnação da classificação será de 01 (um) dia útil, a contar da publicação.

7.6 No caso de o candidato se sentir prejudicado em sua classificação, deve preencher o recurso de classificação, no anexo V e encaminhar o arquivo em PDF e escaneado para o e-mail que consta neste Edital.

7.7 O candidato que obter nota zero, não será desclassificado, sendo nesta situação o critério de desempate a idade, considerando-se dia, mês e ano.

## 8. Dos Requisitos Básicos para Contratação

8.1 São requisitos básicos para a contratação:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado.

b) Ter idade mínima de 18 (dezoito anos).

c) Comprovar os requisitos exigidos para o exercício da função.

d) Comprovar a escolaridade exigida.

e) Declarar não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos.

f) Declarar que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

g) Não ultrapassar a carga horária de 60 horas semanais.

h) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

i) Estar em dia com as obrigações militares para o sexo masculino, ser portador de certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para o sexo masculino.

j) Estar no gozo dos direitos políticos.

## 9. Dos Procedimentos de Contratação

9.1 O candidato aprovado e classificado, quando convocado para admissão, será submetido ao regime de contrato especial de trabalho, regido pela Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

9.2 A contratação do Candidato fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos constantes deste Edital e da legislação vigente.

9.3 O prazo de contratação dar-se-á no prazo de 05 (cinco) dias corridos após a publicação da convocação no site oficial [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), considerando-se eliminado o candidato que deixar de comparecer no dia, horário e local aprezados, para assinar o devido contrato.

9.4 A convocação e a contratação será realizadas no Setor de RH da Prefeitura Municipal de Indaial, Rua Presidente Getúlio Vargas, 126 Bairro: Centro.

## 10. Do Exame Admissional

10.1 O candidato aprovado, quando convocado para contratação, deverá, obrigatoriamente, submeter-se à Avaliação Médica, em caráter eliminatório, em local e horário previamente designados pelo DPRH.

10.2 O candidato receberá, após a realização do Exame Admissional, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com o resultado de apto ou inapto.

10.3 Não poderá ser contratado o candidato que:

I) for considerado inapto no exame admissional;

II) deixar de apresentar algum exame solicitado ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;

III) não comparecer na data e local agendado para as avaliações;

- IV) apresentar declaração falsa ou inexata de dados no Exame Admissional, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis;  
V) Na Avaliação Médica poderá utilizar-se de todos os recursos disponíveis para avaliação da aptidão.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 009/2017 será supervisionado, coordenado e executado por 01 (uma) Comissão Especial de Acompanhamento de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO, devidamente designados para esta finalidade através do Decreto nº 403 de 31 de março de 2017.

11.2A Comissão Especial de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO terá como atribuição a avaliação da documentação e contabilização dos pontos de cada candidato participante da seleção.

11.3O candidato que fizer em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, deixar de apresentar os documentos exigidos, ou deixar de atender os requisitos exigidos por este Edital, ainda que verificado posteriormente, será excluído do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 009/2017, com a consequente anulação do ato de contratação no cargo, pela autoridade competente, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

11.4A classificação do candidato assegurará apenas a expectativa do direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionada às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, dentro do prazo de validade do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 009/2017.

11.5Os prazos fixados neste Edital poderão ser prorrogados a juízo da Secretaria de Saúde do Município de Indaial, através de publicidade prévia e ampla.

11.6As normas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito.

11.7Para a contratação o candidato deverá comunicar se já possui outro cargo, emprego ou função pública e ao se encontrar na situação de acúmulo legal deverá apresentar o horário de trabalho já existente para aferição da compatibilidade de horário com a jornada de trabalho a ser assumida na Secretaria de Saúde do Município de Indaial (deverá apresentar CERTIDÃO ou DECLARAÇÃO sobre o horário de trabalho a ser apresentada no Setor de RH da Prefeitura de Indaial).

11.8É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal e legislação superveniente, sendo acumulável:

a) dois cargos ou empregos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

11.9A proibição de acumular estende-se a empregos, funções, proventos de aposentadoria e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público (Emenda Constitucional nº. 19).

11.10Os anexos I a V são partes integrantes deste edital.

11.11Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado nº 009/2017, pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Indaial, em conformidade com este Edital e com a legislação vigente.

Indaial, 12 de abril de 2017.

Adriane Machado Ferrari  
Secretária de Saúde

Comissão processo Seletivo

Edson Calson  
Marilu de Oliveira Crizel  
Mara Aparecida Tambani  
Larissa Poletto

ANEXO I  
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 009/2017: CRITÉRIOS  
PARA PONTUAÇÃO

ANEXO II  
FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 009/2017

<p>Nome do profissional: _____</p> <p>Obs: Assinalar somente 01 campo de cada item.</p> <p>CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL I 30 H</p> <p>1. Tempo de exercício da profissão (Comprovado em carteira de trabalho ou declaração do empregador):</p> <p>( ) menor de 01 ano 01 ponto</p> <p>( ) 01 a 5 anos 02 pontos</p> <p>( ) 6 a 10 anos 04 pontos</p> <p>( ) 11 a 15 anos 06 pontos</p> <p>( ) Acima de 16 anos 08 pontos</p> <p>Total _____</p> <p>2. Cursos de Especialização em Lato Sensu, Mestrado e/ou doutorado (na área especificada):</p> <p>( ) 1 05 pontos</p> <p>( ) 2 10 pontos</p> <p>( ) 3 15 pontos</p> <p>( ) 4 ou mais 20 pontos</p> <p>Total _____</p> <p>3. Tempo de experiência comprovado no serviço público.</p> <p>( ) menor de 01 ano 03 ponto</p> <p>( ) 01 a 03 anos 06 pontos</p> <p>( ) 04 a 08 anos 09 pontos</p> <p>( ) 09 a 14 anos 12 pontos</p> <p>( ) Acima de 14 anos 15 pontos</p> <p>Total _____</p> <p>Assinatura: _____</p>	<p>Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL I 30 H</p> <p>Nome do Candidato: _____</p> <p>Nome da Mãe: _____</p> <p>Nacionalidade : _____</p> <p>Sexo : Masculino ( ) Feminino ( )</p> <p>CPF: _____</p> <p>RG: _____</p> <p>Número de Inscrição no CRM: _____</p> <p>Data de Nascimento: ____/____/____</p> <p>Endereço: _____</p> <p>_____ Nº : _____</p> <p>Bairro: _____</p> <p>Cidade: _____ UF : ____</p> <p>Telefone : _____</p> <p>Celular : _____</p> <p>E-mail: _____</p> <p>Assinatura: _____</p> <p>Indaial, __ de _____ de 2017.</p>
---	--

### ANEXO III

#### ATRIBUIÇÕES POR CARGO

**MÉDICOCLÍNICO GERAL I (30 H):** Aplicar os conhecimentos de medicina na prevenção e diagnóstico das doenças do corpo humano. Suas funções consistem em: efetuar exames médicos, avaliando o estado geral em que o paciente se encontra e emitindo diagnóstico com a respectiva prescrição de medicamentos e/ou solicitação de exames, visando a promoção da saúde e bem estar da população. Receber e examinar os usuários e realizando história e exame físico do usuário, auscultando, solicitando exames complementares pertinentes ao caso, para determinar o diagnóstico ou conforme necessidades requisitar exames complementares ou encaminhar o paciente para outra especialidade médica; Analisar e interpretar resultados de exames diversos, tais como de laboratório, Raio X e outros para informar ou confirmar diagnóstico; Prescrever medicamentos, indicando a dosagem e respectiva via de administração dos mesmos. Prestar orientações aos usuários sobre meios e atitudes para restabelecer ou conservar a saúde; Anotar e registrar em informações em prontuário eletrônico instituído no município, anotando conclusões diagnósticas, evolução da enfermidade e meios de tratamento, para dar a orientação terapêutica adequada a cada caso; Atender determinações legais, emitindo atestados conforme a necessidade de cada caso; Participar de inquéritos sanitários, levantamentos de doenças profissionais, lesões traumáticas e estudos epidemiológicos, elaborando e/ou preenchendo formulários próprios e estudando os dados estatísticos, para estabelecer medidas destinadas a reduzir a morbidade e mortalidade decorrentes de acidentes do trabalho, doenças profissionais e doenças de natureza não-ocupacionais; Participar de programas de vacinação, orientando a seleção da população e o tipo e vacina a ser aplicada, para prevenir moléstias transmissíveis; Atender urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Emitir atestados e laudos para admissão ou nomeação de empregados, concessão de licenças, abono de faltas e outros; realizar o cuidado da saúde da população, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, e quando necessário no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros); - realizar ações de atenção a saúde conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local; - garantir da atenção a saúde buscando a integralidade por meio da realização de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e prevenção de agravos; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas, coletivas e de vigilância à saúde; - participar do acolhimento dos usuários realizando a escuta qualificada das necessidades de saúde, procedendo a primeira avaliação (classificação de risco, avaliação de vulnerabilidade, coleta de informações e sinais clínicos) e identificação das necessidades de intervenções de cuidado, proporcionando atendimento humanizado, se responsabilizando pela continuidade da atenção e viabilizando o estabelecimento do vínculo; - realizar busca ativa e notificar doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local; - responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros pontos de atenção do sistema de saúde; - praticar cuidado familiar e dirigido a coletividades e grupos sociais que visa propor intervenções que influenciem os processos de saúde doença dos indivíduos, das famílias, coletividades e da própria comunidade; - realizar reuniões de equipes a fim de discutir em conjunto o planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis; - acompanhar e avaliar sistematicamente as ações implementadas, visando à readequação do processo de trabalho; - garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação na Atenção Básica; - realizar trabalho interdisciplinar e em equipe, integrando áreas técnicas e profissionais de diferentes formações; - realizar ações de educação em saúde a população adscrita, conforme planejamento da equipe; - participar das atividades de educação permanente; - promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social; - identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais; - realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais. -realizar atenção a saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade; -realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações



## 1. Do Regime Jurídico e Remuneração

1.1 A contratação ocorrerá em Regime Especial, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, na Lei Municipal nº 4.724 de 2012 e Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

1.2 O contrato terá a validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por uma única vez, conforme a Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014, havendo rescisão quando da realização de concurso público pelo município, para os cargos previstos neste edital.

1.3 A remuneração será estabelecida conforme o item 2 deste edital.

1.4 O prazo de validade do Processo Seletivo é de 1 (um) ano, a contar da homologação do resultado, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 1 (um) ano.

1.5 Os aprovados e contratados por este edital terão o horário de trabalho estabelecido de acordo com as necessidades do órgão requisitante, podendo ser no período matutino e/ou vespertino e/ou noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

1.6 Todos os atos pertinentes ao presente processo seletivo serão publicados e divulgados por meio do endereço eletrônico [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município de Indaial.

1.7 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação e/ou divulgação dos atos pertinentes ao PS de que trata este edital, obrigando-se a atender aos prazos e condições estipulados e que forem publicados durante a execução do Processo Seletivo.

1.8 A inscrição implicará o conhecimento das presentes instruções por parte do candidato e o compromisso tácito de aceitação das condições do Processo Seletivo Público Simplificado, tais como aqui se acham estabelecidas.

1.9 Será admitida a impugnação deste Edital, no prazo de (01) um dia útil, a contar do dia de sua publicação, conforme anexo V.

1.10 Os requisitos para o exercício do cargo deverão estar concluídos e serem comprovados para contratação do convocado.

## 2. Dos Cargos

Cargos	Vagas	Carga horária Semanal	Escolaridade e Exigência Mínima Necessária	Salário Mensal
Médico Clínico Geral II	1	40 horas	Ensino Superior na área e registro no Conselho de Classe	R\$ 12.259,10

Adicionais:

\*Insalubridade 20% do Salário Base.

\*Vale Alimentação por dia Trabalhado: R\$: 17,80

2.1 Todas as contratações ocorrerão conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, com base na pontuação alcançada de cada candidato para atuar nas diversas Unidades de Saúde do Município de Indaial.

## 3. Das Inscrições

3.1 As inscrições serão realizadas através do endereço eletrônico [psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br](mailto:psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br), no período de 19/04/2017 a 03/05/2017.

3.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e cargo pretendido.

3.3 A inscrição implica no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

3.4 Não será cobrada taxa de inscrição.

3.5 O candidato deverá preencher o Formulário com Critérios para Pontuação e a Ficha de Inscrição, constantes nos anexos I e II deste edital, e enviá-los digitalizados em arquivo PDF nomeando os arquivos ao endereço eletrônico [psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br](mailto:psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br), junto aos anexos do Item 6.3, através do qual também receberá a confirmação de sua inscrição.

OBS.: O candidato que não preencher todos os dados de identificação do anexo II será desclassificado.

3.6 Para candidatar-se às vagas abertas presentes neste Edital, o candidato deverá atender aos requisitos abaixo relacionados, sendo que a falta de comprovação de qualquer um deles, implicará em impedimento para a posse:

a) Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;

b) Ter no mínimo 18 anos completos;

c) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

3.7 Também no ato da inscrição, o candidato deverá encaminhar digitalmente em arquivo PDF as seguintes documentações:

a) RG frente e verso;

b) CPF frente e verso;

c) Comprovante de inscrição profissional no CRM SC ou carteira profissional frente e verso;

d) Documentos comprobatórios dos itens utilizados para se obter a pontuação (certificados de cursos de especializações em lato sensu, mestrado e/ou doutorado).

e) Declarações de experiência profissional e tempo de profissão com data especificada de início e término do contrato. Caso não tenha data especificada de início ou término será desconsiderada a pontuação.

f) Diploma frente e verso;

3.8 O prazo para impugnação da relação de inscritos será 01 (um) dia útil.

## 4. Das Obrigações

### 4.1 Das Obrigações Comuns

a) Executar o serviço zelando pela qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e

economicidade em suas ações.

- b) Observar no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas da Secretaria Municipal de Saúde, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão.
- c) Manter em regularidades suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, bem como, estar sempre em dia com o devido Conselho Regional de Medicina.
- c) Registrar o ponto eletrônico digital no local de trabalho e cumprir com todas as demais normas técnicas e administrativas (preenchimentos de relatórios, referências, documentos, etc), conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Saúde e chefia imediata.
- d) Utilizar sistema eletrônico da SMS para registros dos atendimentos. Prontuário eletrônico.
- e) Respeitar o número mínimo de atendimentos colocados pela Secretaria Municipal de Saúde.

## 5. Das Atribuições Específicas

5.1 As atribuições específicas de cada cargo estão dispostas no Anexo III deste Edital.

## 6. Análise dos Critérios para Pontuação

6.1 As contratações serão realizadas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, sendo ela a responsável pela seleção e contratação dos profissionais. Os inscritos serão chamados respeitando-se a pontuação de cada profissional, conforme critérios estabelecidos no anexo I.

6.2 No quadro relativo ao tempo de experiência profissional, o candidato deve somar os períodos de tempo trabalhados e informar o total em anos, na opção correspondente da tabela.

6.3 Todos os documentos comprobatórios utilizados para a obtenção de pontos deverão ser digitalizados em arquivo PDF e encaminhados junto com o ato de inscrição para o mesmo endereço eletrônico.

## 7. Da Classificação

7.1 Os candidatos serão classificados em lista nominal, na ordem decrescente de pontuação, conforme o cargo descrito neste edital.

7.2 A classificação preliminar será publicada no dia 11/05/2017 no site [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br) , bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.3 A classificação definitiva será publicada no dia 31/05/2017 no site [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br) , bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.4 No caso de igualdade de classificação, dar-se-á preferência respectivamente ao candidato que:

- a) Comprovar maior tempo de experiência na área a ser contratado, conforme tabela de critérios para pontuação, no anexo I.
- b) Apresentar maior idade, considerando-se dia, mês e ano.

7.5 O prazo para impugnação da classificação será de 01 (um) dia útil, a contar da publicação.

7.6 No caso de o candidato se sentir prejudicado em sua classificação, deve preencher o recurso de classificação, no anexo V e encaminhar o arquivo em PDF e escaneado para o e-mail que consta neste Edital.

7.7 O candidato que obter nota zero, não será desclassificado, sendo nesta situação o critério de desempate a idade, considerando-se dia, mês e ano.

## 8. Dos Requisitos Básicos para Contratação

8.1 São requisitos básicos para a contratação:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado.
- b) Ter idade mínima de 18 (dezoito anos).
- c) Comprovar os requisitos exigidos para o exercício da função.
- d) Comprovar a escolaridade exigida.
- e) Declarar não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos.
- f) Declarar que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.
- g) Não ultrapassar a carga horária de 60 horas semanais.
- h) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- i) Estar em dia com as obrigações militares para o sexo masculino, ser portador de certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para o sexo masculino.
- j) Estar no gozo dos direitos políticos.

## 9. Dos Procedimentos de Contratação

9.1 O candidato aprovado e classificado, quando convocado para admissão, será submetido ao regime de contrato especial de trabalho, regido pela Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

9.2 A contratação do Candidato fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos constantes deste Edital e da legislação vigente.

9.3 O prazo de contratação dar-se-á no prazo de 05 (cinco) dias corridos após a publicação da convocação no site oficial [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br) , considerando-se eliminado o candidato que deixar de comparecer no dia, horário e local apazados, para assinar o devido contrato.

9.4 A convocação e contratação será realizada no Setor de RH da Prefeitura Municipal de Indaial, Rua Presidente Getúlio Vargas, 126 Bairro: Centro.

## 10. Do Exame Admissional

10.1 O candidato aprovado, quando convocado para contratação, deverá, obrigatoriamente, submeter-se à Avaliação Médica, em caráter eliminatório, em local e horário previamente designados pelo DPRH.

10.2 O candidato receberá, após a realização do Exame Admissional, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com o resultado de apto ou inapto.

10.3 Não poderá ser contratado o candidato que:

I) for considerado inapto no exame admissional;

II) deixar de apresentar algum exame solicitado ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;

III) não comparecer na data e local agendado para as avaliações;

IV) apresentar declaração falsa ou inexata de dados no Exame Admissional, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis;

V) Na Avaliação Médica poderá utilizar-se de todos os recursos disponíveis para avaliação da aptidão.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 010/2017 será supervisionado, coordenado e executado por 01 (uma) Comissão Especial de Acompanhamento de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO, devidamente designados para esta finalidade através do Decreto nº 402 de 31 de março de 2017.

11.2A Comissão Especial de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO terá como atribuição a avaliação da documentação e contabilização dos pontos de cada candidato participante da seleção.

11.3O candidato que fizer em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, deixar de apresentar os documentos exigidos, ou deixar de atender os requisitos exigidos por este Edital, ainda que verificado posteriormente, será excluído do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 010/2017, com a consequente anulação do ato de contratação no cargo, pela autoridade competente, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

11.4A classificação do candidato assegurará apenas a expectativa do direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionada às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, dentro do prazo de validade do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 010/2017.

11.5Os prazos fixados neste Edital poderão ser prorrogados a juízo da Secretaria de Saúde do Município de Indaial, através de publicidade prévia e ampla.

11.6As normas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito.

11.7Para a contratação o candidato deverá comunicar se já possui outro cargo, emprego ou função pública e ao se encontrar na situação de acúmulo legal deverá apresentar o horário de trabalho já existente para aferição da compatibilidade de horário com a jornada de trabalho a ser assumida na Secretaria de Saúde do Município de Indaial (deverá apresentar CERTIDÃO ou DECLARAÇÃO sobre o horário de trabalho a ser apresentada no Setor de RH da Prefeitura de Indaial).

11.8É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal e legislação superveniente, sendo acumulável:

a) dois cargos ou empregos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

11.9A proibição de acumular estende-se a empregos, funções, proventos de aposentadoria e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público (Emenda Constitucional nº. 19).

11.10Os anexos I a V são partes integrantes deste edital.

11.11Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado nº 010/2017, pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Indaial, em conformidade com este Edital e com a legislação vigente.

Indaial, 12 de abril de 2017.

Adriane Machado Ferrari  
Secretária de Saúde

Comissão processo Seletivo

Edson Calson  
Marilu de Oliveira Crizel  
Mara Aparecida Tambani  
Larissa Poletto

ANEXO I  
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 010/2017: CRITÉRIOS  
PARA PONTUAÇÃO

ANEXO II  
FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 010/2017

<p>Nome do profissional: _____</p> <p>Obs: Assinalar somente 01 campo de cada item.</p> <p>CARGO: Clínico Geral II 40 h</p> <p>1. Tempo de exercício da profissão (Comprovado em carteira de trabalho ou declaração do empregador):</p> <p>( ) menor de 01 ano 01 ponto</p> <p>( ) 01 a 5 anos 02 pontos</p> <p>( ) 6 a 10 anos 04 pontos</p> <p>( ) 11 a 15 anos 06 pontos</p> <p>( ) Acima de 16 anos 08 pontos</p> <p>Total _____</p> <p>2. Cursos de Especialização em Lato Sensu, Mestrado e/ou doutorado (na área especificada):</p> <p>( ) 1 05 pontos</p> <p>( ) 2 10 pontos</p> <p>( ) 3 15 pontos</p> <p>( ) 4 ou mais 20 pontos</p> <p>Total _____</p> <p>3. Tempo de experiência comprovado no serviço público.</p> <p>( ) menor de 01 ano 03 ponto</p> <p>( ) 01 a 03 anos 06 pontos</p> <p>( ) 04 a 08 anos 09 pontos</p> <p>( ) 09 a 14 anos 12 pontos</p> <p>( ) Acima de 14 anos 15 pontos</p> <p>Total _____</p> <p>Assinatura: _____</p>	<p>Cargo: Clínico Geral II 40 h</p> <p>Nome do Candidato: _____</p> <p>Nome da Mãe: _____</p> <p>Nacionalidade : _____</p> <p>Sexo : Masculino ( ) Feminino ( )</p> <p>CPF: _____</p> <p>RG: _____</p> <p>Número de Inscrição no CRM: _____</p> <p>Data de Nascimento: ____/____/____</p> <p>Endereço: _____</p> <p>_____ Nº : _____</p> <p>Bairro: _____</p> <p>Cidade: _____ UF : ____</p> <p>Telefone : _____</p> <p>Celular : _____</p> <p>E-mail: _____</p> <p>Assinatura: _____</p> <p>Indaial, __ de _____ de 2017.</p>
---	--

### ANEXO III

#### ATRIBUIÇÕES POR CARGO

**CLÍNICO GERAL II (40h):** Aplicar os conhecimentos de medicina na prevenção e diagnóstico das doenças do corpo humano. Suas funções consistem em: efetuar exames médicos, avaliando o estado geral em que o paciente se encontra e emitindo diagnóstico com a respectiva prescrição de medicamentos e/ou solicitação de exames, visando a promoção da saúde e bem estar da população. Receber e examinar os usuários e realizando história e exame físico do usuário, auscultando, solicitando exames complementares pertinentes ao caso, para determinar o diagnóstico ou conforme necessidades requisitar exames complementares ou encaminhar o paciente para outra especialidade médica; Analisar e interpretar resultados de exames diversos, tais como de laboratório, Raio X e outros para informar ou confirmar diagnóstico; Prescrever medicamentos, indicando a dosagem e respectiva via de administração dos mesmos. Prestar orientações aos usuários sobre meios e atitudes para restabelecer ou conservar a saúde; Anotar e registrar em informações em prontuário eletrônico instituído no município, anotando conclusões diagnósticas, evolução da enfermidade e meios de tratamento, para dar a orientação terapêutica adequada a cada caso; Atender determinações legais, emitindo atestados conforme a necessidade de cada caso; Participar de inquéritos sanitários, levantamentos de doenças profissionais, lesões traumáticas e estudos epidemiológicos, elaborando e/ou preenchendo formulários próprios e estudando os dados estatísticos, para estabelecer medidas destinadas a reduzir a morbidade e mortalidade decorrentes de acidentes do trabalho, doenças profissionais e doenças de natureza não-ocupacionais; Participar de programas de vacinação, orientando a seleção da população e o tipo e vacina a ser aplicada, para prevenir moléstias transmissíveis; Atender urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Emitir atestados e laudos para admissão ou nomeação de empregados, concessão de licenças, abono de faltas e outros; realizar o cuidado da saúde da população, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, e quando necessário no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros); - realizar ações de atenção a saúde conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local; - garantir da atenção a saúde buscando a integralidade por meio da realização de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e prevenção de agravos; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas, coletivas e de vigilância à saúde; - participar do acolhimento dos usuários realizando a escuta qualificada das necessidades de saúde, procedendo a primeira avaliação (classificação de risco, avaliação de vulnerabilidade, coleta de informações e sinais clínicos) e identificação das necessidades de intervenções de cuidado, proporcionando atendimento humanizado, se responsabilizando pela continuidade da atenção e viabilizando o estabelecimento do vínculo; - realizar busca ativa e notificar doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local; - responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros pontos de atenção do sistema de saúde; - praticar cuidado familiar e dirigido a coletividades e grupos sociais que visa propor intervenções que influenciem os processos de saúde doença dos indivíduos, das famílias, coletividades e da própria comunidade; - realizar reuniões de equipes a fim de discutir em conjunto o planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis; - acompanhar e avaliar sistematicamente as ações implementadas, visando à readequação do processo de trabalho; - garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação na Atenção Básica; - realizar trabalho interdisciplinar e em equipe, integrando áreas técnicas e profissionais de diferentes formações; - realizar ações de educação em saúde a população adscrita, conforme planejamento da equipe; - participar das atividades de educação permanente; - promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social; - identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais; - realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais. -realizar atenção a saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade; -realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações

etc); - realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; - encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário; - indicar, de forma compartilhada com outros pontos de atenção, a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário; -contribuir, realizar e participar das atividades de Educação Permanente de todos os membros da equipe; e -participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde. Anotar e registrar informações em prontuário eletrônico instituído no município, anotando conclusões diagnósticas, evolução da enfermidade e meios de tratamento, para dar a orientação terapêutica adequada a cada caso. realizar atenção a saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade; Participar de encontros de integração com médicos para educação continuada para aprimoramento da referência e contra referência da estratégia saúde da família.

**ANEXO IV****DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA EXERCÍCIO DE CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE INDAIAL.**

Tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso XVI (e suas respectivas alíneas) e inciso XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 15 de outubro de 1988, eu \_\_\_\_\_, declaro, a quem possa interessar e para os devidos fins, que não estou impedido (a) de exercer função, cargo ou emprego público.

DECLARO QUE NÃO EXERÇO e NÃO estou LICENCIADO ou APOSENTADO de qualquer cargo, emprego, ou função pública junto à administração pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, que seja incompatível com aquele que exerço, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO estar ciente de que devo comunicar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Indaial qualquer alteração que venha a ocorrer em meus dados pessoais e de endereço, bem como em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de instaurar-se o processo administrativo disciplinar, sem prejuízo de eventuais convocações para verificação da Administração.

DECLARO não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos.

RESPONSABILIZO-ME pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsas, ficarei sujeito (a) às penas previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Indaial, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(Assinatura do Candidato)

**ANEXO IV****FICHA DE RECURSO DE IMPUGNAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO OU RECONSIDERAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO**


Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

**EDITAL PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 011/2017**

Dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público Simplificado para contratação de pessoal por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público para o cargo de técnico de enfermagem SAMU e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, resolve tornar público o presente Edital, que estabelece instruções especiais destinadas à realização de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 011/2017 para a contratação de pessoal por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público em regime especial de trabalho. A contratação de pessoal será destinada para a composição do quadro de profissionais da Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Municipal nº 4.724 de 2012, Lei Municipal nº 4.986 de 2014 e Decreto nº 344 de 23 de março de 2017, que designou a Comissão Especial de realização e Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 011/2017.

**1. Do Regime Jurídico e Remuneração**

1.1 A contratação ocorrerá em Regime Especial, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, na Lei Municipal nº 4.724 de 2012 e Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

1.2 O contrato terá a validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por uma única vez, conforme a Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014, havendo rescisão quando da realização de concurso público pelo município, para os cargos previstos neste edital.

1.3 A remuneração será estabelecida conforme o item 2 deste edital.

1.4 O prazo de validade do Processo Seletivo é de 1 (um) ano, a contar da homologação do resultado, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 1 (um) ano.

1.5 Os aprovados e contratados por este edital terão o horário de trabalho estabelecido de acordo com as necessidades do órgão requisitante, podendo ser no período matutino e/ou vespertino e/ou noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

1.6 Todos os atos pertinentes ao presente processo seletivo serão publicados e divulgados por meio do endereço eletrônico [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município de Indaial.

1.7 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação e/ou divulgação dos atos pertinentes ao PS de que trata este edital, obrigando-se a atender aos prazos e condições estipulados e que forem publicados durante a execução do Processo Seletivo.

1.8 A inscrição implicará o conhecimento das presentes instruções por parte do candidato e o compromisso tácito de aceitação das condições do Processo Seletivo Público Simplificado, tais como aqui se acham estabelecidas.

1.9 Será admitida a impugnação deste Edital, no prazo de (01) um dia útil, a contar do dia de sua publicação, conforme anexo V.

1.10 Os requisitos para o exercício do cargo deverão estar concluídos e serem comprovados para contratação do convocado.

## 2. Dos Cargos

Cargos	Vagas	Carga horária Semanal	Escolaridade e Exigência Mínima Necessária	Salário Mensal
Técnico de Enfermagem do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)	1	12 x 36 horas	Ter segundo grau completo; Experiência mínima comprovada de seis (06) meses de trabalho como técnico de enfermagem (curso regular completo) * Inscrição no COREN-SC	R\$ 1.720,84

Adicionais:

\*Insalubridade 20% do Salário Base.

\*Vale Alimentação por dia Trabalhado: R\$: 17,80

2.1 Todas as contratações ocorrerão conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, com base na pontuação alcançada de cada candidato para atuar no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) do Município de Indaial.

## 3. Das Inscrições

3.1 As inscrições serão realizadas através do endereço eletrônico [psenfermagem@saudeindaial.sc.gov.br](mailto:psenfermagem@saudeindaial.sc.gov.br), no período de 19/04/2017 a 03/05/2017.

3.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e cargo pretendido.

3.3 A inscrição implica no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

3.4 Não será cobrada taxa de inscrição.

3.5 O candidato deverá preencher o Formulário com Critérios para Pontuação e a Ficha de Inscrição, constantes nos anexos I e II deste edital, e enviá-los digitalizados em arquivo PDF nomeando os arquivos ao endereço eletrônico [psenfermagem@saudeindaial.sc.gov.br](mailto:psenfermagem@saudeindaial.sc.gov.br), junto aos anexos do Item 6.3, através do qual também receberá a confirmação de sua inscrição.

OBS.: O candidato que não preencher todos os dados de identificação do anexo II será desclassificado.

3.6 Para candidatar-se às vagas abertas presentes neste Edital, o candidato deverá atender aos requisitos abaixo relacionados, sendo que a falta de comprovação de qualquer um deles, implicará em impedimento para a posse:

3.7 Também no ato da inscrição, o candidato deverá encaminhar digitalmente em arquivo PDF as seguintes documentações:

a) RG frente e verso;

b) CPF frente e verso;

c) Comprovante de inscrição profissional no COREN SC ou carteira profissional frente e verso;

d) Documentos comprobatórios dos itens utilizados para se obter a pontuação (certificados de cursos de especializações em lato sensu, mestrado e/ou doutorado).

e) Declarações de experiência profissional e tempo de profissão com data especificada de início e término do contrato. Caso não tenha data especificada de início ou término será desconsiderada a pontuação.

f) Diploma frente e verso;

3.8 O prazo para impugnação da relação de inscritos será 01 (um) dia útil.

## 4. Das Obrigações

### 4.1 Das Obrigações Comuns

a) Executar o serviço zelando pela qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas ações.

b) Observar no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas da Secretaria Municipal de Saúde, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão.

c) Manter em regularidades suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, bem como, estar sempre em dia com o devido

Conselho Regional de Enfermagem.

c) Registrar o ponto eletrônico digital no local de trabalho e cumprir com todas as demais normas técnicas e administrativas (preenchimentos de relatórios, referências, documentos, etc), conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Saúde e chefia imediata.

d) Utilizar sistema eletrônico da SMS para registros dos atendimentos. Prontuário eletrônico.

e) Respeitar o número mínimo de atendimentos colocados pela Secretaria Municipal de Saúde.

## 5. Das Atribuições Específicas

5.1 As atribuições específicas de cada cargo estão dispostas no Anexo III deste Edital.

## 6. Análise dos Critérios para Pontuação

6.1 As contratações serão realizadas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, sendo ela a responsável pela seleção e efetivação dos profissionais. Os inscritos serão chamados respeitando-se a pontuação de cada profissional, conforme critérios estabelecidos no anexo I.

6.2 No quadro relativo ao tempo de experiência profissional, o candidato deve somar os períodos de tempo trabalhados e informar o total em anos, na opção correspondente da tabela.

6.3 Todos os documentos comprobatórios utilizados para a obtenção de pontos deverão ser digitalizados em arquivo PDF e encaminhados junto com o ato de inscrição para o mesmo endereço eletrônico.

## 7. Da Classificação

7.1 Os candidatos serão classificados em lista nominal, na ordem decrescente de pontuação, conforme o cargo descrito neste edital.

7.2 A classificação preliminar será publicada no dia 11/05/2017 no site [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.3 A classificação definitiva será publicada no dia 31/05/2017 no site [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.4 No caso de igualdade de classificação, dar-se-á preferência respectivamente ao candidato que:

a) Comprovar maior tempo de experiência na área a ser contratado, conforme tabela de critérios para pontuação, no anexo I.

b) Apresentar maior idade, considerando-se dia, mês e ano.

7.5 O prazo para impugnação da classificação será de 01 (um) dia útil, a contar da publicação.

7.6 No caso de o candidato se sentir prejudicado em sua classificação, deve preencher o recurso de classificação, no anexo V e encaminhar o arquivo em PDF e escaneado para o e-mail que consta neste Edital.

7.7 O candidato que obter nota zero, não será desclassificado, sendo nesta situação o critério de desempate a idade, considerando-se dia, mês e ano.

## 8. Dos Requisitos Básicos para Contratação

8.1 São requisitos básicos para a contratação:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado.

b) Ter idade mínima de 18 (dezoito anos).

c) Comprovar os requisitos exigidos para o exercício da função.

d) Comprovar a escolaridade exigida.

e) Declarar não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos.

f) Declarar que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

g) Não ultrapassar a carga horária de 60 horas semanais.

h) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

i) Estar em dia com as obrigações militares para o sexo masculino, ser portador de certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para o sexo masculino.

j) Estar no gozo dos direitos políticos.

## 9. Dos Procedimentos de Contratação

9.1 O candidato aprovado e classificado, quando convocado para admissão, será submetido ao regime de contrato especial de trabalho, regido pela Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

9.2 A contratação do Candidato fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos constantes deste Edital e da legislação vigente.

9.3 O prazo de contratação dar-se-á no prazo de 05 (cinco) dias corridos após a publicação da convocação no site oficial [www.saudeindaial.sc.gov.br](http://www.saudeindaial.sc.gov.br), considerando-se eliminado o candidato que deixar de comparecer no dia, horário e local aprazados, para assinar o devido contrato.

9.4 A convocação e contratação serão realizadas no Setor de RH da Prefeitura Municipal de Indaial, Rua: Presidente Getúlio Vargas, 126 Bairro: Centro.

## 10. Do Exame Admissional

10.1 O candidato aprovado, quando convocado para contratação, deverá, obrigatoriamente, submeter-se à Avaliação Médica, em caráter eliminatório, em local e horário previamente designados pelo DPRH.

10.2 O candidato receberá, após a realização do Exame Admissional, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com o resultado de apto ou

inapto.

10.3 Não poderá ser contratado o candidato que:

I) for considerado inapto no exame admissional;

II) deixar de apresentar algum exame solicitado ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;

III) não comparecer na data e local agendado para as avaliações;

IV) apresentar declaração falsa ou inexata de dados no Exame Admissional, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis;

V) Na Avaliação Médica poderá utilizar-se de todos os recursos disponíveis para avaliação da aptidão.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 011/2017 será supervisionado, coordenado e executado por 01 (uma) Comissão Especial de Acompanhamento de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO, devidamente designados para esta finalidade através do Decreto nº 344 de 23 de março de 2017.

11.2A Comissão Especial de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO terá como atribuição a avaliação da documentação e contabilização dos pontos de cada candidato participante da seleção.

11.3O candidato que fizer em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, deixar de apresentar os documentos exigidos, ou deixar de atender os requisitos exigidos por este Edital, ainda que verificado posteriormente, será excluído do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 011/2017, com a consequente anulação do ato de contratação no cargo, pela autoridade competente, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

11.4A classificação do candidato assegurará apenas a expectativa do direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionada às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, dentro do prazo de validade do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 011/2017.

11.5Os prazos fixados neste Edital poderão ser prorrogados a juízo da Secretaria de Saúde do Município de Indaial, através de publicidade prévia e ampla.

11.6As normas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito.

11.7Para a contratação o candidato deverá comunicar se já possui outro cargo, emprego ou função pública e ao se encontrar na situação de acúmulo legal deverá apresentar o horário de trabalho já existente para aferição da compatibilidade de horário com a jornada de trabalho a ser assumida na Secretaria de Saúde do Município de Indaial (deverá apresentar CERTIDÃO ou DECLARAÇÃO sobre o horário de trabalho a ser apresentada no Setor de RH da Prefeitura de Indaial).

11.8É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal e legislação superveniente, sendo acumulável:

a) dois cargos ou empregos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

11.9A proibição de acumular estende-se a empregos, funções, proventos de aposentadoria e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público (Emenda Constitucional nº. 19).

11.10Os anexos I a V são partes integrantes deste edital.

11.11Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado nº 011/2017, pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Indaial, em conformidade com este Edital e com a legislação vigente.

Indaial, 12 de abril de 2017.

Adriane Machado Ferrari  
Secretária de Saúde

Comissão processo Seletivo  
Edson Calson  
Marilu de Oliveira Crizel  
Mara Aparecida Tambani  
Larissa Poletto

ANEXO I  
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 011/2017: CRITÉRIOS  
PARA PONTUAÇÃO

ANEXO II  
FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICA-  
DO Nº 011/2017

<p>Nome do profissional: _____</p> <p>Obs: Assinalar somente 01 campo de cada item.</p> <p>CARGO: Técnico de Enfermagem SAMU</p> <p>Títulos</p> <p>Pontuação</p> <p>Total</p> <p>Curso em Urgência e Socorrismo</p> <p>0,2 (para cada 10 horas)</p> <p>Curso de Capacitação Inicial do SAMU</p> <p>1,0</p> <p>Suporte Básico de Vida (SBV), Reanimação Cardiopulmonar (RCP) e Atendimento Prévio Hospitalar (APH) (Certificados emitidos por instituição médico-hospitalar, de treinamento ou de ensino)</p> <p>1,0 (para cada curso)</p> <p>Tempo de Serviço como Técnico de Enfermagem atuando na área de urgência e emergência (anos completos, com data de início e término de contrato para validação)</p> <p>1,0 (para cada ano)</p> <p>Tempo de Serviço como Técnico de Enfermagem (anos completos com data de início e término de contrato para validação)</p> <p>0,5 (para cada ano)</p> <p><b>TOTAL DA PONTUAÇÃO</b></p> <p>Assinatura: _____</p>	<p>Cargo: Técnico de Enfermagem SAMU</p> <p>Nome do Candidato: _____</p> <p>Nome da Mãe: _____</p> <p>Nacionalidade : _____</p> <p>Sexo : Masculino ( ) Feminino ( )</p> <p>CPF: _____</p> <p>RG: _____</p> <p>Número de Inscrição no CRM: _____</p> <p>Data de Nascimento: ____/____/____</p> <p>Endereço: _____</p> <p>____ Nº : _____</p> <p>Bairro: _____</p> <p>Cidade: _____ UF : ____</p> <p>Telefone : _____</p> <p>Celular : _____</p> <p>E-mail: _____</p> <p>Assinatura: _____</p> <p>Indaial, __ de _____ de 2017.</p>
---	--

### ANEXO III ATRIBUIÇÕES POR CARGO

Técnico de Enfermagem SAMU (12 x 36 h): Conhecer integralmente todos os equipamentos, materiais e medicamentos disponíveis na ambulância e realizar manutenção básica dos mesmos (aspepsia destes materiais); Executar prescrições médicas por telemedicina; Realizar checklist diário dos materiais, equipamentos e medicamentos da unidade móvel, seguindo os padrões estabelecidos e mantendo a unidade e Mochilas de Atendimento em perfeito estado de conservação e aspepsia; Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações; Conhecer a estrutura de saúde local; Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local; Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida; Auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas; Realizar medidas de reanimação cardiorrespiratória básica; Identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde; Realizar medidas de reanimação cardiorrespiratória básica; Acatar deliberações da direção técnica; Participar de reuniões convocadas pela direção; Participar de comissões de estudo e trabalho, quando requisitado pela direção técnica; Participar da formação inicial de de no mínimo 80% dos curso de educação continuada e permanente oferecidos, sendo que o não cumprimento acarretará em sanções sujeitas ao desligamento do profissional. Ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegri-los, dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos; Comparecer, atuando com ética e dignamente, ao seu local de trabalho, conforme escala de serviço pre determinada, e dele não se ausentar até a chegada do seu substituto; a substituição do plantão deverá se fazer na base; em caso de um atendimento prolongado, que exija permanência por mais de uma hora além da escala, o técnico de enfermagem poderá solicitar a substituição no local do atendimento; as eventuais trocas de plantão da escala de serviço deverão ser realizadas mediante preenchimento e assinatura de um formulário próprio, por ambas as partes, e entregue ao coordenador de enfermagem ou seu substituto, com antecedência de 24 horas; no caso de não haver torca oficial de plantão por opção das duas partes, a responsabilidade é do profissional que estava escalado originalmente. Cumprir com a pontualidade nos seus horários de chegada aos plantões determinados, com mínimo de quinze minutos de antecedência; tratar com respeito e coleguismos os demais profissionais, liderando a equipe que lhe for delegada com ordem e profissionalismo;

O Técnico de Enfermagem exerce atividade de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de Enfermagem em grau auxiliar, e participação no planejamento da assistência de Enfermagem, cabendo-lhe especialmente: participar da programação da assistência de Enfermagem; executar ações assistenciais de Enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro, observado o disposto no parágrafo único do art. 11 desta Lei do exercício profissional; participar da orientação e supervisão do trabalho de Enfermagem em grau auxiliar; participar da equipe de saúde. Utilização de prontuário eletrônico do Município; Condições Específicas: Estar uniformizado em todo o período de trabalho do SAMU; Participar da formação inicial e de, no mínimo, 80 % dos cursos de educação continuada oferecidos; cumprir a escala de serviço previamente estabelecida pela Coordenação. Utilização do prontuário eletrônico do Município. Realizar registro ponto digital (biométrico) conforme seu horário de trabalho estabelecido em escala de serviço.

### ANEXO IV DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA EXERCÍCIO DE CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE INDAIAL.



- 1.5 – Grelha para caixa coletora;  
 1.6 – Cimento para confecção e reparação de caixas coletoras;  
 1.7 – Tubo de concreto = 40 cm diâmetro.

## 2. MÃO-DE-OBRA

- 2.1 – Colocação de lajota tijolão de concreto com preparação do colchão para assentamento e rejunte das sarjetas;  
 2.2 – Colocação de meio-fio com rejunte das fugas;  
 2.3 – Abertura de vala para colocação de tubos;  
 2.4 – Confecção e reparo de caixas coletoras;  
 2.5 – Colocação de tubos;  
 2.6 – Preparo da cancha para colocação de lajota tijolão de concreto;  
 2.7 – Rolo compactador;  
 2.8 – Carregadeira;  
 2.9 – Retroescavadeira.

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL R\$
<b>1. MATERIAL</b>				
1.1 – Fornecimento de lajota tijolão de concreto	m²	2.594,40	36,79	95.447,98
1.2 – Fornecimento de meio-fio de concreto		648,60	18,60	12.063,96
1.3 – Colchão com pó de brita	m³	497,8605	54,00	26.884,47
1.4 – Grelha para confecção e reparação de caixa coletora	pç	22,00	48,00	1.056,00
1.5 – Tijolo comum para confecção e reparação de caixa coletora	Unid	2.600	0,50	1.300,00
1.6 – Cimento comum para confecção e reparação de caixa coletora	saco	5,00	22,00	110,00
1.7 – Tubo de concreto = 40 cm diâmetro.	m	20,00	27,00	540,00
<b>TOTAL ITEM 01 = R\$</b>				<b>137.402,41</b>
<b>2. MÃO-DE-OBRA</b>				
2.1 – Execução de pav. com preparação de colchão	m²	2.594,40	21,86	56.713,58
2.2 – Colocação de meio-fio com rejunte de fugas	m	648,60	9,75	6.323,85
2.3 – Confecção de caixa coletora	unid.	4,00	80,00	320,00
2.4 - Reparo de caixa coletora	unid	18,00	50,00	900,00
2.5 – Máquina para preparação de cancha	h	24,00	240,00	5.760,00
2.6 – Rolo compactador	h	5,00	80,00	400,00
2.7 Colocação de tubo de concreto 40cm	m	20,00	20,00	400,00
2.8– Transporte de material excedente	h	24,00	63,50	1.524,00
2.9– Carregadeira	h	24,00	80,00	1.920,00
2.10 – Retroescavadeira	h	6,00	65,00	390,00
<b>TOTAL ITEM 02 = R\$</b>				<b>74.651,43</b>
<b>TOTAL GERAL ITEM 01 E 02 = R\$</b>				<b>212.053,84</b>
<b>3. CUSTOS DA OBRA</b>				
3.1 Participações dos moradores				191.193,64
3.2 – Participações do Poder Público				
3.2.1 – Infraestrutura e melhorias				14.620,00
3.2.2 – Testadas de ruas projetadas				6.240,20
<b>TOTAL ITEM 03 = R\$</b>				<b>212.053,84</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR PROPRIETÁRIOS</b>				
		TESTADA	ÁREA	
PROPRIETÁRIOS		(m)	(m²)	TOTAL - R\$
Lado Direito				
Giovani Dorneles Andres		15,00	60,00	4.566,00
Flavio Dorneles Andres		15,00	60,00	4.566,00
Luiz Gilberto Tonial		25,00	100,00	7.610,00
Benvindo de Oliveira		15,00	60,00	4.566,00
Marli Vieira		16,00	64,00	4.870,40
Município de Indaial – rua projetada		12,00	48,00	3.652,80
Benvindo de Oliveira		19,00	76,00	5.783,60
Florentino Fantini		18,00	72,00	5.479,20
João Vanderlei de Souza		18,00	72,00	5.479,20
Valter Küpers		14,00	14,00	4.261,60
Valmor Angelo		33,00	132,00	10.045,20
Anselmo Jordino de Oliveira		15,20	50,00	3.805,00

Marcos Adilson Manke		15,00	60,00	4.566,00
Ivania Maria Brand		13,80	55,20	4.200,72
Gilberto Moraes e Alvaro Moraes		13,50	54,00	4.109,40
Doraci Cornacine Tambani		13,00	52,00	3.957,20
Salvio Back		13,50	54,00	4.109,40
Mario Hardt		14,00	56,00	4.261,60
Cristiano Antunes Maus		14,00	56,00	4.261,60
Município de Indaial – rua projetada		8,50	34,00	2.587,40
Lado Esquerdo				
João Maria Machado dos Santos		14,00	56,00	4.261,60
Abilio dos Santos		14,00	56,00	4.261,60
Alair dos Santos		14,00	56,00	4.261,60
Nelson dos Santos		14,00	56,00	4.261,60
Nilson dos Santos		14,00	56,00	4.261,60
Nilson dos Santos		14,00	56,00	4.261,60
Nelson dos Santos		14,00	56,00	4.261,60
José Karpovicz		14,00	56,00	4.261,60
Odair Meneguelli		15,00	60,00	4.566,00
Jaison Gadotti		15,00	60,00	4.566,00
Silvio de Oliveira Neves		15,00	60,00	4.566,00
Clecio Jeremias Moser		15,20	60,80	4.626,88
Roberto Carlos de Moraes		15,20	60,80	4.626,88
Velci Francisco Schirmann		17,20	70,80	5.387,88
Iraci Chernhake		18,10	72,40	5.509,64
Fabricio Lopes Linhares		15,00	60,00	4.566,00
Roque Bertotti		15,20	60,80	4.626,88
Joaquim Rolando Moser		16,00	64,00	4.870,40
Elizangela Agostini		16,00	64,00	4.870,40
Gilberto Antonio Primel		16,20	64,80	4.931,28
Clecio Jeremias Moser		15,00	60,00	4.566,00
Santo Cardoso e Ilva Maria Cardoso		15,00	60,00	4.566,00

Ficam notificados todos os proprietários beneficiados, supramencionados, que não aderiram ao sistema mutirão para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar quaisquer elementos dos custos apresentados.

1. Vencimento 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação para pagamento total ou 1ª parcela.

2. Em 12 (doze) parcelas, conforme artigo 9º da Lei 4580/2011, com redação dada pela Lei 4841/2013, incidindo juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor, conforme Art. 407 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) e artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.

3. O não pagamento implicará:

3.1 - MULTA: conforme Art. 458 e 459 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal)

3.2 - JUROS: conforme Art. 62 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.

3.3 - CORREÇÃO MONETÁRIA: conforme Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal).

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PREFEITO

## LISTA DE CANDIDATOS AGENCIA DE PUBLICIDADE

EDITAL DA LISTA DE CANDIDATOS E REGULAMENTO DO SORTEIO DA COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA A AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS TÉCNICAS DO PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE.

O MUNICÍPIO DE INDAIAL, Estado de Santa Catarina, torna público, conforme preceitua o art. 10 da Lei Federal nº 12.232 de 29 de abril de 2010, a lista de candidatos para integrar a Subcomissão Técnica para a avaliação das propostas técnicas do Processo Licitatório que terá como objeto a CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, e o regulamento do sorteio.

A Subcomissão Técnica será formada por 03 (três) membros, sendo 01 (um) membro com vínculo e 02 (dois) membros sem vínculo ao quadro de funcionários do Município de Indaial.

CANDIDATOS:

Candidatos com vínculo com o Município de Indaial:

Nome: Edeimar de Novais

RG: 1722393-SSP/SC  
CPF: 660.892.479-87  
Endereço: Rua 14 de Agosto, 505, Bairro Carijós – Indaial/SC;

Nome: Lindomar Lindner  
RG: 1899814-3-SSP/SC  
CPF: 578.854.279-00  
Endereço: Rua 16 de Julho, 125 - Bairro Carijós – Indaial/SC;

Nome: Bianca de Souza  
RG: 5025676-SSP/SC  
CPF: 047.252.149-73  
Endereço: Rua Rio Branco, 399 – Bairro Tapajós – Indaial/SC;

Candidatos sem vínculo com o Município de Indaial:

Nome: Aldo Júnior Pasqualini  
RG: 4836753  
CPF: 006.319.889-47  
Endereço: Rua Maranhão, 373, apto 301 – Bairro dos Estados – Indaial/SC;

Nome: Bruna Aline Ittner  
RG: 5338080-SSP/SC  
CPF: 081.344.339-36  
Endereço: Rua Mariana – Bairro Benedito – Indaial/SC;

Nome: Deivi Eduardo Oliari  
RG: 3658704-SSP/SC  
CPF: 019.776.299-97  
Endereço: Rua Joinville, 463, apto 206 – Bairro Vila Nova – Blumenau/SC;

Nome: Victor Alexandre Kuhnen  
RG: 4273369-SSP/SC  
CPF: 040.687.889-79  
Endereço: Rua Baden Powel, 101 – Bairro do Sol – Indaial/SC;

Nome: Karolina Bonin  
RG: 5529288-SSP/SC  
CPF: 076.102.539-10  
Endereço: Rua Arthur Weise, 135, apto 202, Bairro Água Verde – Blumenau/SC; e,

Nome: Aline Soares  
RG: 4699638-SSP/SC  
CPF: 043.052.629-67  
Endereço: Rua Amazonas, 2.960 – Bairro Garcia – Blumenau/SC.

#### SORTEIO:

A subcomissão será formada por 03 (três) vagas, sendo 01 (uma) vaga exclusiva para profissionais com vínculo com o Município de Indaial, e 02 (duas) vagas exclusivas para profissionais sem vínculo.

A vaga exclusiva composta por profissionais com vínculo com o município terá o sorteio dentre 03 (três) candidatos.

As vagas exclusivas compostas por profissionais sem vínculo com o município terá o sorteio dentre 06 (seis) candidatos.

Será sorteado um candidato por vaga, e os três candidatos escolhidos comporão a Subcomissão Técnica para o julgamento das propostas técnicas da licitação.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS:

A sessão pública para a realização do sorteio acontecerá dia 02/05/2017, às 14h00min, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, localizada na Prefeitura Municipal de Indaial – Avenida Getúlio Vargas, 126 – Bairro Centro, neste município.

O prazo legal para a impugnação dos nomes propostos nesta lista será de 48 (quarenta e oito) horas que antecedem a data e horário da realização da sessão, conforme o disposto no art. 10, § 5º da Lei Federal nº 12.232/10.

Para conhecimento do público, expedite-se o presente Edital, que vai publicado na forma da legislação vigente.

Publique.

Indaial/SC, em 18 de abril de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito Municipal

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2017**

#### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL**

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 040/2017

Edital de Pregão Presencial nº 018/2017-10430

Com Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de madeira serrada.

Entrega dos envelopes: 03/05/2017 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 03/05/2017 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br).

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2017**

#### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 041/2017

Edital de Pregão Presencial nº 005/2017-19208

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação de serviços de odontologia para celebração de convênio com SESC.

Entrega dos envelopes: 03/05/2017 - 14h15min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 03/05/2017 - 14h30min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br).

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 03/2017**

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 1 de 74

Através do presente Edital de Notificação Débito, e com fundamento na Lei no. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), e Lei Complementar No. 79/2007, de 18 de dezembro de 2007, vem através do presente Edital, NOTIFICAR, com fulcro no art. 470A, da lei Complementar 79/2007, os contribuintes abaixo relacionados, em Débito com a Fazenda Municipal provenientes de Receitas Tributárias ou não discriminados abaixo.

Esclarecemos que os valores que totalizam as dívidas devem ser verificados junto ao Setor de Tributos do Município de Indaial, sito à Rua Getúlio Vargas, 126, Centro – Indaial/SC, e estão acrescidos de:

- Atualização monetária, prevista na Lei Complementar 79/2007;
- Juros, previsto nos artigos 459, §1º e §2º da Lei complementar 79/2007;
- Multa, prevista nos artigos 459 e ou 460 da Lei Complementar 79/2007.

Outrossim, cientificamos o(s) contribuinte(s) que tem o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, para:

- a) Pagamento integral da Dívida;
- b) Pedido de Parcelamento de débitos;
- c) Apresentação de Defesa ou Recurso.

Findo o prazo Supra Citado sem que haja manifestação do contribuinte em qualquer uma das opções acima, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa, para competente cobrança conforme o que determina a legislação vigente.

**Obs.: Caso o contribuinte tenha parcelado ou liquidado os valores em aberto favor desconsiderar a presente Notificação.**

Indaial, 17 de abril de 2017.

Legenda de Identificação dos Tributos descritos na tabela:

**TPP:** Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento;

**TAS:** Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal;

**TSO:** Taxa de Serviços Ostensivos;

**TVP:** Taxa de Vistoria Preventiva;

**ISS/DP:** Imposto Sobre Serviço / Diversões Públicas

Altair Simão  
Fiscal Tributário  
Matrícula 15695  
Município de Indaial

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 2 de 74

NOME/RAZÃO	CPF/CNPJ	ANO	SUB RECEITA
7 LASKAS CONFECÇÕES LTDA	01.554.418/0002-94	2015	TPP/TSO
7 LASKAS CONFECÇÕES LTDA	01.554.418/0002-94	2015	TVP
ABELLA CONFECÇÕES LTDA ME	17.016.330/0001-78	2015	TPP/TSO
ABELLA CONFECÇÕES LTDA ME	17.016.330/0001-78	2015	TVP
ACOUQUE E MERCEARIA METZNER LTDA	80.985.815/0001-06	2015	TAS
ACOUQUE E MERCEARIA METZNER LTDA	80.985.815/0001-06	2015	TPP/TSO
ACOUQUE E MERCEARIA METZNER LTDA	80.985.815/0001-06	2015	TVP
ACTION INFORMATICA LTDA EPP	03.090.059/0001-06	2015	TPP/TSO
ACTION INFORMATICA LTDA EPP	03.090.059/0001-06	2015	TVP
AD SAUT ARQUITETURA LTDA ME	11.505.979/0001-76	2015	TPP/TSO
AD SAUT ARQUITETURA LTDA ME	11.505.979/0001-76	2015	TVP
ADAO PASQUALINI DE VARGAS ME	02.142.051/0001-83	2015	TAS
ADAO PASQUALINI DE VARGAS ME	02.142.051/0001-83	2015	TPP/TSO
ADAO PASQUALINI DE VARGAS ME	02.142.051/0001-83	2015	TVP
ADELIR BAADE	21.485.348/0001-96	2015	TAS
ADELITA NIEHUES EPP	81.514.952/0001-25	2015	TAS
ADELITA NIEHUES EPP	81.514.952/0001-25	2015	TVP
ADELOR PINTO ME	00.862.395/0001-31	2015	TAS
ADELOR PINTO ME	00.862.395/0001-31	2015	TPP/TSO
ADELOR PINTO ME	00.862.395/0001-31	2015	TVP
ADEMAR MACANEIRO DA SILVA	13.360.899/0001-03	2015	TAS
ADEMAR MACANEIRO DA SILVA	13.360.899/0001-03	2015	TPP/TSO
ADEMAR MACANEIRO DA SILVA	13.360.899/0001-03	2015	TVP
ADEMIR DE JESUS EPP	14.599.207/0001-39	2015	TPP/TSO
ADEMIR DE JESUS EPP	14.599.207/0001-39	2015	TVP
ADEMIR DEMARCH 03863627938	21.104.482/0001-08	2015	TPP/TSO
ADEMIR DOS SANTOS 30436788934	17.931.529/0001-21	2015	TAS
ADEMIR DOS SANTOS 30436788934	17.931.529/0001-21	2015	TPP/TSO
ADEMIR DOS SANTOS 30436788934	17.931.529/0001-21	2015	TVP
ADEMIR DUWE	248.485.149-91	2015	TAS
ADEMIR DUWE	248.485.149-91	2015	TPP/TSO/ISS
ADEMIR DUWE	248.485.149-91	2015	TVP
ADEMIR KIENEN	248.496.779-91	2015	TPP/TSO/ISS
ADEMIR MENEGAZZI	636.599.219-04	2015	TPP/TSO
ADILSON ANTONIO MOSER - ME	16.903.144/0001-98	2015	TAS
ADILSON ANTONIO MOSER - ME	16.903.144/0001-98	2015	TPP/TSO
ADILSON ANTONIO MOSER - ME	16.903.144/0001-98	2015	TVP
ADILSON SCHWANZ ME	04.923.321/0001-19	2015	TAS
ADILSON SCHWANZ ME	04.923.321/0001-19	2015	TPP/TSO
ADIR ROGERIO WEISS 42159628972	17.196.754/0001-61	2015	TAS

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 3 de 74

ADIR ROGERIO WEISS 42159628972	17.196.754/0001-61	2015	TPP/TSO
ADIR ROGERIO WEISS 42159628972	17.196.754/0001-61	2015	TVP
ADIR SILVA DE ANDRADE 47144572920	13.141.305/0001-65	2015	TAS
ADIR SILVA DE ANDRADE 47144572920	13.141.305/0001-65	2015	TPP/TSO
ADIR SILVA DE ANDRADE 47144572920	13.141.305/0001-65	2015	TVP
ADRIANA DOS SANTOS ANDRADE ME	18.865.316/0001-01	2015	TAS
ADRIANA DOS SANTOS ANDRADE ME	18.865.316/0001-01	2015	TPP/TSO
ADRIANA DOS SANTOS ANDRADE ME	18.865.316/0001-01	2015	TVP
ADRIANA HOMEM SANTOS 05107307957	19.181.830/0001-90	2015	TPP/TSO
ADRIANA HOMEM SANTOS 05107307957	19.181.830/0001-90	2015	TVP
ADRIANA LEITE 03349771939	13.980.171/0001-76	2015	TAS
ADRIANA LEITE 03349771939	13.980.171/0001-76	2015	TPP/TSO
ADRIANA LEITE 03349771939	13.980.171/0001-76	2015	TVP
ADRIANA LIANA ARNDT 04065838975	15.829.314/0001-79	2015	TPP/TSO
ADRIANA LIANA ARNDT 04065838975	15.829.314/0001-79	2015	TVP
ADRIANA REGINA BACIL SANTOS COELHO 00053195957	14.677.949/0001-35	2015	TAS
ADRIANO WEISS	042.840.129-59	2015	TAS
ADRIANO WEISS	042.840.129-59	2015	TPP/TSO/ISS
ADRIANO WEISS	042.840.129-59	2015	TVP
ADRIANO WEISS ME	13.689.845/0001-88	2015	TAS
ADRIANO WEISS ME	13.689.845/0001-88	2015	TPP/TSO
ADRIANO WEISS ME	13.689.845/0001-88	2015	TVP
AF COMERCIO DE GAS LTDA ME	11.981.002/0001-25	2015	TAS
AF COMERCIO DE GAS LTDA ME	11.981.002/0001-25	2015	TPP/TSO
AF COMERCIO DE GAS LTDA ME	11.981.002/0001-25	2015	TVP
AGENOR MICHELS KUNTZ 61737542900	15.823.655/0001-37	2015	TPP/TSO
AGENOR MICHELS KUNTZ 61737542900	15.823.655/0001-37	2015	TVP
AGIL ESTAMPARIA LTDA ME	14.479.009/0001-31	2015	TAS
AGIL ESTAMPARIA LTDA ME	14.479.009/0001-31	2015	TPP/TSO
AGIL ESTAMPARIA LTDA ME	14.479.009/0001-31	2015	TVP
AGLICELIA MOREIRA DA SILVA 05629614967	21.631.174/0001-22	2015	TAS
AGROCAMP COM DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME	12.945.203/0001-30	2015	TAS
AGROCAMP COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME	12.945.203/0001-30	2015	TPP/TSO
AGROCAMP COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME	12.945.203/0001-30	2015	TVP
AGROPECUARIA RANCHO PABLO LTDA ME	02.516.365/0001-07	2015	TAS
AGROPECUARIA RANCHO PABLO LTDA ME	02.516.365/0001-07	2015	TPP/TSO
AGROPECUARIA RANCHO PABLO LTDA ME	02.516.365/0001-07	2015	TVP
AILOR VALTER ELISIO	13.987.568/0001-90	2015	TPP/TSO
AILOR VALTER ELISIO	13.987.568/0001-90	2015	TVP
AION INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME	10.220.625/0012-75	2015	TPP/TSO
AION INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME	10.220.625/0012-75	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 4 de 74

AIRTON JOSE RIBEIRO	021.184.279-64	2015	TPP/TSO/ISS
AIRTON JOSE RIBEIRO	021.184.279-64	2015	TVP
AIRTON ROBERTO CONINCK 10165557923	18.719.243/0001-40	2015	TPP/TSO
AIRTON ROBERTO CONINCK 10165557923	18.719.243/0001-40	2015	TVP
ALAIRES GIOVANA TOMIO WIGGERS	990.981.059-04	2015	TPP/TSO/ISS
ALAN DIEGO KOPSCH	13.709.231/0001-10	2015	TAS
ALAN DIEGO KOPSCH	13.709.231/0001-10	2015	TPP/TSO
ALAN DIEGO KOPSCH	13.709.231/0001-10	2015	TVP
ALBA VALERIA DA SILVA 09343186975	21.314.308/0001-81	2015	TPP/TSO
ALBA VALERIA DA SILVA 09343186975	21.314.308/0001-81	2015	TVP
ALBANIR MARIA BORGES 72835877991	15.414.591/0001-10	2015	TPP/TSO
ALBANIR MARIA BORGES 72835877991	15.414.591/0001-10	2015	TVP
ALBERTO JUAREZ BONSENHOR 72580399968	16.637.323/0001-20	2015	TPP/TSO
ALBERTO JUAREZ BONSENHOR 72580399968	16.637.323/0001-20	2015	TVP
ALCESTE BONETTI EPP	09.471.253/0001-18	2015	TPP/TSO
ALCESTE BONETTI EPP	09.471.253/0001-18	2015	TVP
ALCIONE WERTER	762.876.539-49	2015	TPP/TSO/ISS
ALCIONI DOS SANTOS ME	19.258.661/0001-40	2015	TAS
ALCIONI DOS SANTOS ME	19.258.661/0001-40	2015	TPP/TSO
ALCIONI DOS SANTOS ME	19.258.661/0001-40	2015	TVP
ALCIR JOSE NAZATO - ME	00.058.666/0001-09	2015	TAS
ALCIR JOSE NAZATO - ME	00.058.666/0001-09	2015	TPP/TSO
ALCIR JOSE NAZATO - ME	00.058.666/0001-09	2015	TVP
ALDO ROCHA FILHO 95320024991 ME	15.808.471/0001-06	2015	TAS
ALDO ROCHA FILHO 95320024991 ME	15.808.471/0001-06	2015	TPP/TSO
ALDO ROCHA FILHO 95320024991 ME	15.808.471/0001-06	2015	TVP
ALECIO FERNANDES PEREIRA ME	06.929.183/0001-00	2015	TPP/TSO
ALECIO FERNANDES PEREIRA ME	06.929.183/0001-00	2015	TVP
ALESSANDRA DE SOUZA BARROS 05733085940	17.808.865/0001-81	2015	TPP/TSO
ALESSANDRA DE SOUZA BARROS 05733085940	17.808.865/0001-81	2015	TVP
ALESSANDRA REITER	19.859.620/0001-09	2015	TVP
ALESSANDRO ALVES 01726096904	13.312.860/0001-02	2015	TPP/TSO
ALESSANDRO ALVES 01726096904	13.312.860/0001-02	2015	TVP
ALEX ROQUE DOS SANTOS ME	18.284.735/0001-50	2015	TPP/TSO
ALEX ROQUE DOS SANTOS ME	18.284.735/0001-50	2015	TVP
ALEX VIEIRA	16.652.343/0001-70	2015	TAS
ALEX VIEIRA	16.652.343/0001-70	2015	TPP/TSO
ALEX VIEIRA	16.652.343/0001-70	2015	TVP
ALEXANDRA APARECIDA DA SILVA	20.911.417/0001-13	2015	TPP/TSO
ALEXANDRA APARECIDA LINK	18.779.098/0001-92	2015	TAS
ALEXANDRA APARECIDA LINK	18.779.098/0001-92	2015	TPP/TSO

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 5 de 74

ALEXANDRA APARECIDA LINK	18.779.098/0001-92	2015	TVP
ALEXANDRE ADRIANO INFINITY COR ME	17.917.776/0001-73	2015	TPP/TSO
ALEXANDRE ADRIANO INFINITY COR ME	17.917.776/0001-73	2015	TVP
ALEXANDRE BALDUINO WESTPHAL ME	10.912.267/0001-09	2015	TPP/TSO
ALEXANDRE BALDUINO WESTPHAL ME	10.912.267/0001-09	2015	TVP
ALEXANDRE DE SOUZA MACHADO ME	11.592.710/0001-74	2015	TAS
ALEXANDRE DE SOUZA MACHADO ME	11.592.710/0001-74	2015	TPP/TSO
ALEXANDRE DE SOUZA MACHADO ME	11.592.710/0001-74	2015	TVP
ALEXANDRE JOSÉ DA SILVA ME	10.760.212/0001-20	2015	TPP/TSO
ALEXANDRE JOSÉ DA SILVA ME	10.760.212/0001-20	2015	TVP
ALEXANDRE JUNIOR KRIESER ME	17.030.439/0001-60	2015	TPP/TSO
ALEXANDRE JUNIOR KRIESER ME	17.030.439/0001-60	2015	TVP
ALEXANDRE LUIS EICHSTAEDT ME	18.864.794/0001-05	2015	TPP/TSO
ALEXANDRE LUIS EICHSTAEDT ME	18.864.794/0001-05	2015	TVP
ALEXANDRE PANDINI	976.052.399-04	2015	TAS
ALEXANDRE PANDINI	976.052.399-04	2015	TPP/TSO/ISS
ALEXANDRO MACIEL DA SILVA	16.887.496/0001-05	2015	TPP/TSO
ALEXANDRO MACIEL DA SILVA	16.887.496/0001-05	2015	TVP
ALEXSANDRO CASTANHEIRO MATOS 06233203988	15.091.236/0001-58	2015	TAS
ALEXSANDRO CASTANHEIRO MATOS 06233203988	15.091.236/0001-58	2015	TPP/TSO
ALEXSANDRO CASTANHEIRO MATOS 06233203988	15.091.236/0001-58	2015	TVP
ALFREDO MAURINO STUPP 70558248934	13.939.882/0001-05	2015	TPP/TSO
ALFREDO MAURINO STUPP 70558248934	13.939.882/0001-05	2015	TVP
ALIANCA COMERCIAL LTDA ME	05.768.599/0001-21	2015	TPP/TSO
ALIANCA COMERCIAL LTDA ME	05.768.599/0001-21	2015	TVP
ALICIARA QUERINO BALLARDIN 04671567946	17.764.167/0001-21	2015	TAS
ALICIARA QUERINO BALLARDIN 04671567946	17.764.167/0001-21	2015	TVP
ALINE DUARTE KRAFCHINSKI DA SILVA ME	18.191.963/0001-85	2015	TAS
ALINE DUARTE KRAFCHINSKI DA SILVA ME	18.191.963/0001-85	2015	TPP/TSO
ALINE DUARTE KRAFCHINSKI DA SILVA ME	18.191.963/0001-85	2015	TVP
ALINE LAVINA GONZAGA	18.155.953/0001-94	2015	TPP/TSO/ISS
ALINE LAVINA GONZAGA	18.155.953/0001-94	2015	TVP
ALINNE CAROLINE BARBOZA BRANDAO	17.770.152/0001-76	2015	TPP/TSO
ALINNE CAROLINE BARBOZA BRANDAO	17.770.152/0001-76	2015	TVP
ALIRIA PEDRO SCHMITT	17.910.303/0001-44	2015	TPP/TSO
ALIRIA PEDRO SCHMITT	17.910.303/0001-44	2015	TVP
ALISILVA CONFECÇÕES LTDA	01.747.429/0001-00	2015	TPP/TSO
ALISILVA CONFECÇÕES LTDA	01.747.429/0001-00	2015	TVP
ALL DESIGNER MOVEIS SOB MEDIDA LTDA ME	09.626.836/0001-70	2015	TAS
ALL DESIGNER MOVEIS SOB MEDIDA LTDA ME	09.626.836/0001-70	2015	TPP/TSO
ALL DESIGNER MOVEIS SOB MEDIDA LTDA ME	09.626.836/0001-70	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 6 de 74

ALMEIDA TRANSPORTES TURISTICO EIRELI - ME	21.026.751/0001-57	2015	TPP/TSO
ALMEIDA TRANSPORTES TURISTICO EIRELI - ME	21.026.751/0001-57	2015	TVP
ALNEI ROSBACH MARTINS ATACADISTA ME	17.874.399/0002-13	2015	TPP/TSO
ALNEZIR KORZ 54677920915	17.637.857/0001-10	2015	TAS
ALNEZIR KORZ 54677920915	17.637.857/0001-10	2015	TPP/TSO
ALNEZIR KORZ 54677920915	17.637.857/0001-10	2015	TVP
ALTACIR DA ROSA-ME	00.632.872/0001-72	2015	TPP/TSO
ALTACIR DA ROSA-ME	00.632.872/0001-72	2015	TVP
ALTAIR DA SILVA	16.894.580/0001-48	2015	TPP/TSO/ISS
ALTAIR DA SILVA	16.894.580/0001-48	2015	TVP
ALTAIR DEMARCH 93647646920	21.127.299/0001-10	2015	TPP/TSO
ALTAMIR DOS SANTOS	11.438.412/0001-24	2015	TAS
ALTAMIR DOS SANTOS	11.438.412/0001-24	2015	TPP/TSO/ISS
ALTAMIR DOS SANTOS	11.438.412/0001-24	2015	TVP
ALTAMIRO ZIMMERMANN	13.274.799/0001-56	2015	TPP/TSO
ALTAMIRO ZIMMERMANN	13.274.799/0001-56	2015	TVP
ALTUERITA DE FATIMA DA LUZ HAVEROTH	17.672.267/0001-28	2015	TAS
ALTUERITA DE FATIMA DA LUZ HAVEROTH	17.672.267/0001-28	2015	TPP/TSO
ALTUERITA DE FATIMA DA LUZ HAVEROTH	17.672.267/0001-28	2015	TVP
ALUMITON ESQUADRIAS LTDA ME	18.283.786/0001-67	2015	TAS
ALUMITON ESQUADRIAS LTDA ME	18.283.786/0001-67	2015	TPP/TSO
ALVARINO SELINGER 22229396900	17.190.544/0001-66	2015	TPP/TSO
ALVARINO SELINGER 22229396900	17.190.544/0001-66	2015	TVP
AMALIA THEIS	11.825.284/0001-71	2015	TAS
AMALIA THEIS	11.825.284/0001-71	2015	TPP/TSO/ISS
AMALIA THEIS	11.825.284/0001-71	2015	TVP
AMARILDO TORQUATO 94722145920	14.157.933/0001-00	2015	TAS
AMARILDO TORQUATO 94722145920	14.157.933/0001-00	2015	TPP/TSO
AMARILDO TORQUATO 94722145920	14.157.933/0001-00	2015	TVP
AMBIENTES MOVEIS PROJETADOS LTDA. EPP	10.713.320/0001-42	2015	TPP/TSO
AMBIENTES MOVEIS PROJETADOS LTDA. EPP	10.713.320/0001-42	2015	TVP
ANA CRISTINA POTTMAIER - ZADZA - EIRELI - ME	20.031.385/0001-61	2015	TVP
ANA JOCILENE FIGUEIREDO 05228756965	17.120.724/0001-71	2015	TPP/TSO
ANA JOCILENE FIGUEIREDO 05228756965	17.120.724/0001-71	2015	TVP
ANA PAULA DOS SANTOS - FACCAO - ME	13.324.446/0001-13	2015	TPP/TSO
ANA PAULA DOS SANTOS - FACCAO - ME	13.324.446/0001-13	2015	TVP
ANA SCHMITT	383.662.319-68	2015	TAS
ANA SCHMITT	383.662.319-68	2015	TPP/TSO/ISS
ANA SCHMITT	383.662.319-68	2015	TVP
ANDERSON ANDRE BOOS 05377306996	19.132.263/0001-82	2015	TPP/TSO
ANDERSON ANDRE BOOS 05377306996	19.132.263/0001-82	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 7 de 74

ANDERSON AURELIO BRANDT ME	06.239.259/0001-76	2015	TPP/TSO
ANDERSON AURELIO BRANDT ME	06.239.259/0001-76	2015	TVP
ANDERSON DOS SANTOS CABRAL	18.875.222/0001-13	2015	TPP/TSO
ANDERSON DOS SANTOS CABRAL	18.875.222/0001-13	2015	TVP
ANDERSON DOS SANTOS GONCALVES	13.505.036/0001-79	2015	TAS
ANDERSON DOS SANTOS GONCALVES	13.505.036/0001-79	2015	TPP/TSO
ANDERSON DOS SANTOS GONCALVES	13.505.036/0001-79	2015	TVP
ANDERSON GUBER	027.485.359-01	2015	TPP/TSO/ISS
ANDERSON LUIZ SOROCHCO	13.500.561/0001-00	2015	TPP/TSO
ANDERSON LUIZ SOROCHCO	13.500.561/0001-00	2015	TVP
ANDERSON REINICKE 00576431990	17.025.372/0001-75	2015	TPP/TSO
ANDERSON REINICKE 00576431990	17.025.372/0001-75	2015	TVP
ANDERSON REIS DA SILVA - ME	23.729.590/0001-93	2015	TPP/TSO
ANDERSON REIS DA SILVA - ME	23.729.590/0001-93	2015	TVP
ANDRE DINIZ SAUT	895.963.669-04	2015	TPP/TSO/ISS
ANDRE DINIZ SAUT	895.963.669-04	2015	TVP
ANDRÉ DO AMARAL RIBEIRO CIA LTDA. ME	19.283.508/0001-72	2015	TPP/TSO
ANDRÉ DO AMARAL RIBEIRO CIA LTDA. ME	19.283.508/0001-72	2015	TVP
ANDRÉ DO AMARAL RIBEIRO CIA LTDA. ME	19.283.508/0001-72	2015	TAS
ANDRE LUIZ RAMOS CONSTRUÇOES ME	14.723.476/0001-65	2015	TPP/TSO
ANDRE LUIZ RAMOS CONSTRUÇOES ME	14.723.476/0001-65	2015	TVP
ANDRÉ OSVALDO JOHANNSON	15.480.840/0001-76	2015	TPP/TSO
ANDRÉ OSVALDO JOHANNSON	15.480.840/0001-76	2015	TVP
ANDRE SOARES COELHO 0019618955	15.576.161/0001-03	2015	TPP/TSO
ANDRE SOARES COELHO 0019618955	15.576.161/0001-03	2015	TVP
ANDRE VOIGT	12.034.790/0001-05	2015	TPP/TSO
ANDRE VOIGT	12.034.790/0001-05	2015	TVP
ANDREA MOHR	052.633.939-03	2015	TAS
ANDREA MOHR	052.633.939-03	2015	TPP/TSO/ISS
ANDREA MOHR	052.633.939-03	2015	TVP
ANDREIA BENNERT	18.702.918/0001-48	2015	TPP/TSO
ANDREIA BENNERT	18.702.918/0001-48	2015	TVP
ANDRESSA BENDER EPP	20.881.309/0001-45	2015	TAS
ANDRESSA BENDER EPP	20.881.309/0001-45	2015	TPP/TSO
ANDRESSA BENDER EPP	20.881.309/0001-45	2015	TVP
ANDRESSA DOS SANTOS	073.321.969-13	2015	TPP/TSO/ISS
ANDREZA JULIA DE SA 10861200780	20.818.636/0001-52	2015	TPP/TSO
ANDRIETI BACHMANN RODRIGUES	18.914.581/0001-32	2015	TPP/TSO
ANDRIETI BACHMANN RODRIGUES	18.914.581/0001-32	2015	TVP
ANELISE KORTE SEIBT	11.560.110/0001-24	2015	TAS
ANELISE KORTE SEIBT	11.560.110/0001-24	2015	TPP/TSO

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 8 de 74

ANELISE KORTE SEIBT	11.560.110/0001-24	2015	TVP
ANELISE NEUMANN WENDT	15.439.639/0001-45	2015	TPP/TSO
ANELISE NEUMANN WENDT	15.439.639/0001-45	2015	TVP
ANGELA AKEMI TASHIMA	030.965.399-10	2015	TPP/TSO/ISS
ANGELA AKEMI TASHIMA	030.965.399-10	2015	TVP
ANGELICA MANTOANELLI 08394787983	20.636.638/0001-20	2015	TAS
ANGELICA MANTOANELLI 08394787983	20.636.638/0001-20	2015	TPP/TSO
ANGELICA MANTOANELLI 08394787983	20.636.638/0001-20	2015	TVP
ANITA MARGARIDA WEYAND EPP	11.159.679/0001-82	2015	TPP/TSO
ANITA MARGARIDA WEYAND EPP	11.159.679/0001-82	2015	TVP
ANTONIA CEREZOLI 03449633902	19.650.444/0001-09	2015	TAS
ANTONIA CEREZOLI 03449633902	19.650.444/0001-09	2015	TPP/TSO
ANTONIA CEREZOLI 03449633902	19.650.444/0001-09	2015	TVP
ANTONIO CARLOS MARTINS	18.303.874/0001-83	2015	TPP/TSO
ANTONIO CARLOS MARTINS	18.303.874/0001-83	2015	TVP
ANTONIO SADOSKI	08.355.613/0001-53	2015	TPP/TSO
ANTONIO SADOSKI	08.355.613/0001-53	2015	TVP
APICCE COMERCIAL IMPORTADORA LTDA ME	10.415.157/0001-31	2015	TAS
APICCE COMERCIAL IMPORTADORA LTDA ME	10.415.157/0001-31	2015	TPP/TSO
APICCE COMERCIAL IMPORTADORA LTDA ME	10.415.157/0001-31	2015	TVP
APPALOOSA INDUSTRIA E COMERCIO DO VESTUARIO LTDA ME	15.314.980/0001-74	2015	TPP/TSO
APPALOOSA INDUSTRIA E COMERCIO DO VESTUARIO LTDA ME	15.314.980/0001-74	2015	TVP
APS DISTRIBUIDORA ATACADISTA LTDA E	08.096.571/0001-83	2015	TAS
APS DISTRIBUIDORA ATACADISTA LTDA E	08.096.571/0001-83	2015	TPP/TSO
APS DISTRIBUIDORA ATACADISTA LTDA E	08.096.571/0001-83	2015	TVP
ARCIDES VARGAS	08.881.488/0001-15	2015	TAS
ARCIDES VARGAS	08.881.488/0001-15	2015	TPP/TSO
ARCIDES VARGAS	08.881.488/0001-15	2015	TVP
ARI CIRICO 38073455900	19.043.329/0001-68	2015	TPP/TSO
ARI CIRICO 38073455900	19.043.329/0001-68	2015	TVP
ARIAN COM E REPRESENTACOES LTDA	81.347.767/0001-93	2015	TPP/TSO
ARIAN COM E REPRESENTACOES LTDA	81.347.767/0001-93	2015	TVP
ARLINDO DE GODOIS RODRIGUES LISBOA JUNIOR - EI	13.913.606/0001-60	2015	TPP/TSO
ARLINDO DE GODOIS RODRIGUES LISBOA JUNIOR - EI	13.913.606/0001-60	2015	TVP
ARLINDO HUBER 74326716991	20.141.497/0001-75	2015	TPP/TSO
ARLINDO HUBER 74326716991	20.141.497/0001-75	2015	TVP
ARLINDO SCHROEDER	123.057.409-30	2015	TPP/TSO/ISS
ARLINDO SCHROEDER	123.057.409-30	2015	TVP
ARMANDO ADRIANO	660.892.639-15	2015	TAS
ARMANDO ADRIANO	660.892.639-15	2015	TPP/TSO/ISS
ARMANDO ADRIANO	660.892.639-15	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 9 de 74

ARNO WESTPHAL	601.005.839-20	2015	TPP/TSO/ISS
ARNO WESTPHAL	601.005.839-20	2015	TVP
AROLD RIBEIRO DA SILVA ME	80.698.392/0001-43	2015	TPP/TSO
ARTE EM DORMIR CONFECÇÕES LTDA EPP	14.314.054/0001-36	2015	TAS
ARTE EM DORMIR CONFECÇÕES LTDA EPP	14.314.054/0001-36	2015	TPP/TSO
ARTE EM DORMIR CONFECÇÕES LTDA EPP	14.314.054/0001-36	2015	TVP
ARTECEDRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	80.472.715/0001-86	2015	TPP/TSO
ARTECEDRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	80.472.715/0001-86	2015	TVP
ARTHUR WILLIAN RAMOS DA SILVA - EI	13.602.629/0001-53	2015	TPP/TSO
ARTHUR WILLIAN RAMOS DA SILVA - EI	13.602.629/0001-53	2015	TVP
ARY GUSTAVO BRIGNOLI WOLFF	043.976.339-83	2015	TPP/TSO/ISS
ARY GUSTAVO BRIGNOLI WOLFF	043.976.339-83	2015	TVP
ASK TEXTIL LTDA	03.201.900/0001-95	2015	TPP/TSO
ASK TEXTIL LTDA	03.201.900/0001-95	2015	TVP
ASSESCO ASSES E ESCR CONTAB LTDA	82.170.028/0001-31	2015	TPP/TSO
ASSESCO ASSES E ESCR CONTAB LTDA	82.170.028/0001-31	2015	TVP
ASSESSIL ASSESSORIA EM SAÚDE LTDA	06.103.554/0001-09	2015	TPP/TSO
ASSOCIACAO ALIANCA DO VALE	11.275.574/0001-99	2015	TPP/TSO
ASSOCIACAO COMUNI DE DIFUSAO CULTURAL VALE DO ENCANO BAIXO	16.979.358/0001-48	2015	TPP/TSO
ASSOCIACAO DE MORADORES DA RUA UBERABA E ADJACENCIAS	08.836.930/0001-91	2015	TPP/TSO
ASSOCIACAO DO MEDIO VALE DE ESPORTES	11.092.748/0001-88	2015	TPP/TSO
ASTEKA INDAIAL-ASSOC. DOS EMPREG. TEKA	83.127.688/0001-00	2015	TAS
ASTEKA INDAIAL-ASSOC. DOS EMPREG. TEKA	83.127.688/0001-00	2015	TPP/TSO
ATACADAO DO DEZ INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA ME	13.334.472/0002-03	2015	TPP/TSO
ATACADAO DO DEZ INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA ME	13.334.472/0002-03	2015	TVP
AUGUSTO OSOSKI 01089734921	19.529.468/0001-04	2015	TPP/TSO
AUGUSTO OSOSKI 01089734921	19.529.468/0001-04	2015	TVP
AUTOMOTIVA AUTO ELETRICA LTDA	05.353.631/0001-08	2015	TAS
AUTOMOTIVA AUTO ELETRICA LTDA	05.353.631/0001-08	2015	TPP/TSO
AUTOMOTIVA AUTO ELETRICA LTDA	05.353.631/0001-08	2015	TVP
AW DO BRASIL COMERCIO E REPRES. LTDA	85.271.054/0001-44	2015	TPP/TSO
AW DO BRASIL COMERCIO E REPRES. LTDA	85.271.054/0001-44	2015	TVP
BAR DO NELSON LTDA ME	02.318.255/0001-22	2015	ISS/DP
BAR DO NELSON LTDA ME	02.318.255/0001-22	2015	TAS
BAR DO NELSON LTDA ME	02.318.255/0001-22	2015	TPP/TSO
BAR DO NELSON LTDA ME	02.318.255/0001-22	2015	TVP
BAR E MERCEARIA MI LTDA - ME	14.081.619/0001-82	2015	TAS
BAR E MERCEARIA MI LTDA - ME	14.081.619/0001-82	2015	TPP/TSO
BAR E MERCEARIA MI LTDA - ME	14.081.619/0001-82	2015	TVP
BARTON MARTINS MARIA 05520013926	13.742.236/0001-45	2015	TAS
BARTON MARTINS MARIA 05520013926	13.742.236/0001-45	2015	TPP/TSO

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 10 de 74

BARTON MARTINS MARIA 05520013926	13.742.236/0001-45	2015	TVP
BATACAD BIRO DE SERVICOS LTDA	04.975.855/0001-99	2015	TPP/TSO
BATACAD BIRO DE SERVICOS LTDA	04.975.855/0001-99	2015	TVP
BEATRIS APARECIDA DE OLIVEIRA - EI	14.552.107/0001-57	2015	TAS
BEIJINHOS KIDS LTDA	14.308.523/0001-04	2015	TPP/TSO
BEIJINHOS KIDS LTDA	14.308.523/0001-04	2015	TVP
BERNADETE DA VEIGA KRAMER	13.672.147/0001-70	2015	TPP/TSO
BERNADETE DA VEIGA KRAMER	13.672.147/0001-70	2015	TVP
BERTHA BOVING ME	04.474.148/0001-19	2015	TAS
BERTHA BOVING ME	04.474.148/0001-19	2015	TPP/TSO
BERTHA BOVING ME	04.474.148/0001-19	2015	TVP
BERTOLDI PINTURAS LTDA ME	13.693.297/0001-60	2015	TAS
BERTOLDI PINTURAS LTDA ME	13.693.297/0001-60	2015	TPP/TSO
BERTOLDI PINTURAS LTDA ME	13.693.297/0001-60	2015	TVP
BIANCA ROSA ALVES - EI	13.859.555/0001-35	2015	TPP/TSO
BIANCA ROSA ALVES - EI	13.859.555/0001-35	2015	TVP
BIG PIZZA INDIAIAL LTDA ME	05.193.863/0001-46	2015	TAS
BIG PIZZA INDIAIAL LTDA ME	05.193.863/0001-46	2015	TPP/TSO
BIG PIZZA INDIAIAL LTDA ME	05.193.863/0001-46	2015	TVP
BIONASA INDUSTRIA E COMERCIO DE RESIDUOS DE MADEIRA	10.839.897/0001-03	2015	TAS
BIONASA INDUSTRIA E COMERCIO DE RESIDUOS DE MADEIRA	10.839.897/0001-03	2015	TPP/TSO
BIONASA INDUSTRIA E COMERCIO DE RESIDUOS DE MADEIRA	10.839.897/0001-03	2015	TVP
BJ REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA ME	04.501.702/0001-00	2015	TPP/TSO
BJ REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA ME	04.501.702/0001-00	2015	TVP
BLONDINA BOTH LOBO ME	09.646.835/0001-98	2015	TPP/TSO
BLONDINA BOTH LOBO ME	09.646.835/0001-98	2015	TVP
BLUE JEANS COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA ME	15.680.172/0001-20	2015	TPP/TSO
BLUE JEANS COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA ME	15.680.172/0001-20	2015	TVP
BLUESTACAS ESTAQUEAMENTOS E SONDAGENS LTDA EPP	07.736.893/0001-87	2015	TAS
BLUESTACAS ESTAQUEAMENTOS E SONDAGENS LTDA EPP	07.736.893/0001-87	2015	TPP/TSO
BLUESTACAS ESTAQUEAMENTOS E SONDAGENS LTDA EPP	07.736.893/0001-87	2015	TVP
BLUESTACAS INFRA-ESTRUTURAS LTDA	02.288.780/0001-42	2015	TAS
BLUESTACAS INFRA-ESTRUTURAS LTDA	02.288.780/0001-42	2015	TPP/TSO
BLUESTACAS INFRA-ESTRUTURAS LTDA	02.288.780/0001-42	2015	TVP
BORGES BOEIRA CONFECÇÃO LTDA	19.987.500/0001-97	2015	TPP/TSO
BORGES BOEIRA CONFECÇÃO LTDA	19.987.500/0001-97	2015	TVP
BORRACHARIA INDIAIAL LTDA.-ME	09.605.772/0001-21	2015	TAS
BORRACHARIA INDIAIAL LTDA.-ME	09.605.772/0001-21	2015	TPP/TSO
BORRACHARIA INDIAIAL LTDA.-ME	09.605.772/0001-21	2015	TVP
BRUNA BASTOS TESTONI	17.886.203/0001-20	2015	TAS
BRUNA BASTOS TESTONI	17.886.203/0001-20	2015	TPP/TSO

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 11 de 74

BRUNA BASTOS TESTONI	17.886.203/0001-20	2015	TVP
BRUNA DALPONTE	064.887.939-93	2015	TAS
BRUNA DALPONTE	064.887.939-93	2015	TPP/TSO/ISS
BRUNA DALPONTE	064.887.939-93	2015	TVP
BRUNO GUMERCINDO CARDOSO ME	22.555.590/0001-51	2015	TAS
BRUNO GUMERCINDO CARDOSO ME	22.555.590/0001-51	2015	TPP/TSO
BRUNO GUMERCINDO CARDOSO ME	22.555.590/0001-51	2015	TVP
BUZZI ATACADO DE VESTUÁRIO LTDA ME	22.929.875/0001-05	2015	TPP/TSO
BUZZI ATACADO DE VESTUÁRIO LTDA ME	22.929.875/0001-05	2015	TVP
C G C CENTRO DE GERENCIAMENTO CONTÁBIL EIRELI	15.711.068/0001-56	2015	TPP/TSO
C G C CENTRO DE GERENCIAMENTO CONTÁBIL EIRELI	15.711.068/0001-56	2015	TVP
C.M. CONFECÇÕES E MOVEIS LTDA ME	13.202.799/0001-40	2015	TAS
C.M. CONFECÇÕES E MOVEIS LTDA ME	13.202.799/0001-40	2015	TPP/TSO
C.M. CONFECÇÕES E MOVEIS LTDA ME	13.202.799/0001-40	2015	TVP
CAMAFEU IND. E COM. DE AVIAM. ARM. REPR.	82.699.307/0001-97	2015	TAS
CAMAFEU IND. E COM. DE AVIAM. ARM. REPR.	82.699.307/0001-97	2015	TPP/TSO
CAMAFEU IND. E COM. DE AVIAM. ARM. REPR.	82.699.307/0001-97	2015	TVP
CANTINHO DA LEO LTDA - ME	09.404.183/0001-85	2015	TPP/TSO
CANTINHO DA LEO LTDA - ME	09.404.183/0001-85	2015	TVP
CANTINHO DOS BICHOS LTDA ME	22.874.066/0001-43	2015	TAS
CANTINHO DOS BICHOS LTDA ME	22.874.066/0001-43	2015	TPP/TSO
CAPBECA IND E COM DE BONES LTDA	05.013.411/0001-35	2015	TPP/TSO
CAPBECA IND E COM DE BONES LTDA	05.013.411/0001-35	2015	TVP
CARDOSO PINTURAS LTDA	13.359.343/0001-99	2015	TAS
CARDOSO PINTURAS LTDA	13.359.343/0001-99	2015	TPP/TSO
CARDOSO PINTURAS LTDA	13.359.343/0001-99	2015	TVP
CARIN THEILACKER - ME	08.674.380/0001-51	2015	TPP/TSO
CARIN THEILACKER - ME	08.674.380/0001-51	2015	TVP
CARLA ANTONOVICZ	19.780.895/0001-52	2015	TAS
CARLA SIMONE GIELOW 00398040974	21.487.820/0001-20	2015	TPP/TSO
CARLA SIMONE GIELOW 00398040974	21.487.820/0001-20	2015	TVP
CARLOS AIFLER	624.718.809-91	2015	TPP/TSO/ISS
CARLOS ALBERTO LATZKE	13.265.123/0001-04	2015	TAS
CARLOS ALBERTO LATZKE	13.265.123/0001-04	2015	TPP/TSO
CARLOS ALBERTO LATZKE	13.265.123/0001-04	2015	TVP
CARLOS ALBERTO MOREIRA DA CRUZ	18.631.753/0001-60	2015	TAS
CARLOS ALBERTO MOREIRA DA CRUZ	18.631.753/0001-60	2015	TPP/TSO
CARLOS ALBERTO MOREIRA DA CRUZ	18.631.753/0001-60	2015	TVP
CARLOS ALBERTO NILES 56827393968	19.303.816/0001-12	2015	TPP/TSO
CARLOS ALBERTO NILES 56827393968	19.303.816/0001-12	2015	TVP
CARLOS ALFREDO BRAGA REZENDE JUNIOR	114.513.548-00	2015	TAS

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 12 de 74

CARLOS ALFREDO BRAGA REZENDE JUNIOR	114.513.548-00	2015	TPP/TSO/ISS
CARLOS ALFREDO BRAGA REZENDE JUNIOR	114.513.548-00	2015	TVP
CARLOS EDUARDO SCHWARZ 00689303998	13.099.638/0001-73	2015	TAS
CARLOS JADIEL DA CUNHA ME	09.046.978/0001-69	2015	TAS
CARLOS JADIEL DA CUNHA ME	09.046.978/0001-69	2015	TPP/TSO
CARLOS JADIEL DA CUNHA ME	09.046.978/0001-69	2015	TVP
CARLOS LUIS TRAVAGLIA	17.065.389/0001-56	2015	TPP/TSO
CARLOS LUIS TRAVAGLIA	17.065.389/0001-56	2015	TVP
CARLOS RAMIREZ HOLETZ- ME	07.863.255/0001-27	2015	TPP/TSO
CARLOS RODRIGO CARDOSO - ME	18.450.836/0001-53	2015	TAS
CARLOS RODRIGO CARDOSO - ME	18.450.836/0001-53	2015	TVP
CAROLINE SCHORK DOS SANTOS HILARIO	005.689.719-73	2015	TPP/TSO/ISS
CAROLINE SCHORK DOS SANTOS HILARIO	005.689.719-73	2015	TVP
CASA DO PASSARINHEIRO LTDA ME	17.565.985/0001-03	2015	TAS
CASA DO PASSARINHEIRO LTDA ME	17.565.985/0001-03	2015	TVP
CASA VERDE BRINDES LTDA ME	78.840.105/0001-46	2015	TPP/TSO
CATIANI BASILIO DA CUNHA 05727661900	17.208.262/0001-49	2015	TAS
CATIANI BASILIO DA CUNHA 05727661900	17.208.262/0001-49	2015	TPP/TSO
CATIANI BASILIO DA CUNHA 05727661900	17.208.262/0001-49	2015	TVP
CDA ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI	19.946.843/0001-03	2015	TPP/TSO
CEE SERVICOS LTDA ME	14.146.846/0001-49	2015	TPP/TSO
CEE SERVICOS LTDA ME	14.146.846/0001-49	2015	TVP
CELIA NASCIMENTO DOS SANTOS	13.221.483/0001-04	2015	TPP/TSO
CELIA NASCIMENTO DOS SANTOS	13.221.483/0001-04	2015	TVP
CELINE POLTRONIERI ME	04.643.464/0001-77	2015	TPP/TSO
CELINE POLTRONIERI ME	04.643.464/0001-77	2015	TVP
CELSO DE OLIVEIRA	18.702.650/0001-44	2015	TPP/TSO
CELSO DE OLIVEIRA	18.702.650/0001-44	2015	TVP
CENTRAL ASSESSORIA DE SEGUROS LTDA	05.851.892/0001-58	2015	TPP/TSO
CENTRAL ASSESSORIA DE SEGUROS LTDA	05.851.892/0001-58	2015	TVP
CENTRO DE ENSINO PROFISSIONAL ALTO VALE - EIRELI- EPP	18.713.836/0001-07	2015	TAS
CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES RD LTDA.	10.727.291/0001-78	2015	TPP/TSO
CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES RD LTDA.	10.727.291/0001-78	2015	TVP
CEPRAVE - CENTRO DE ENSINO PROFISSIONAL ALTO VALE - EIRELI- EPP	18.713.836/0001-07	2015	TVP
CEPRAVE - CENTRO DE ENSINO PROFISSIONAL ALTO VALE – EIRELI	18.713.836/0001-07	2015	TPP/TSO
CEPROVI CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE VIDA LTDA	03.506.877/0011-19	2015	TAS
CEPROVI CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE VIDA LTDA	03.506.877/0011-19	2015	TPP/TSO
CEPROVI CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE VIDA LTDA	03.506.877/0011-19	2015	TVP
CERAMICA INDIAIAL LTDA EPP	82.933.771/0001-04	2015	TAS
CERAMICA INDIAIAL LTDA EPP	82.933.771/0001-04	2015	TPP/TSO
CERAMICA INDIAIAL LTDA EPP	82.933.771/0001-04	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 13 de 74

CESAR AUGUSTO DE ALMEIDA	15.343.641/0001-16	2015	TAS
CESAR AUGUSTO DE ALMEIDA	15.343.641/0001-16	2015	TPP/TSO
CESAR AUGUSTO DE ALMEIDA	15.343.641/0001-16	2015	TVP
CESAR FABIANO BITTENCOURT ME	14.643.669/0001-06	2015	TAS
CESAR FABIANO BITTENCOURT ME	14.643.669/0001-06	2015	TPP/TSO
CESAR FABIANO BITTENCOURT ME	14.643.669/0001-06	2015	TVP
CETELBRAS EDITORA E TELEMATICA LTDA ME	03.040.964/0004-02	2015	TPP/TSO
CETELBRAS EDITORA E TELEMATICA LTDA ME	03.040.964/0004-02	2015	TVP
CHAPEACAO E PINTURA AUTOCAR LTDA ME	13.341.643/0001-40	2015	TAS
CHAPEACAO E PINTURA AUTOCAR LTDA ME	13.341.643/0001-40	2015	TPP/TSO
CHAPEACAO E PINTURA AUTOCAR LTDA ME	13.341.643/0001-40	2015	TVP
CHARLES MUELLER - EI	14.359.899/0001-48	2015	TPP/TSO
CHARLES MUELLER - EI	14.359.899/0001-48	2015	TVP
CHARLES REIS	436.474.489-15	2015	TPP/TSO/ISS
CHARLES SABEL 09480258919	18.363.771/0001-09	2015	TPP/TSO
CHARLES SABEL 09480258919	18.363.771/0001-09	2015	TVP
CHARMAINE CRISTINA NERI DA SILVA BUSS	13.582.286/0001-02	2015	TAS
CHARMAINE CRISTINA NERI DA SILVA BUSS	13.582.286/0001-02	2015	TPP/TSO
CHARMAINE CRISTINA NERI DA SILVA BUSS	13.582.286/0001-02	2015	TVP
CHELTON JENNERICH ME	14.447.797/0001-84	2015	TPP/TSO
CHELTON JENNERICH ME	14.447.797/0001-84	2015	TVP
CICERO DE SOUZA E SILVA	18.913.587/0001-95	2015	TAS
CICERO DE SOUZA E SILVA	18.913.587/0001-95	2015	TPP/TSO
CICERO DE SOUZA E SILVA	18.913.587/0001-95	2015	TVP
CICLO BENEFICIAMENTO TEXTIL LTDA ME	08.035.276/0001-17	2015	TAS
CICLO BENEFICIAMENTO TEXTIL LTDA ME	08.035.276/0001-17	2015	TPP/TSO
CICLO BENEFICIAMENTO TEXTIL LTDA ME	08.035.276/0001-17	2015	TVP
CILMARA MARLI KLITZKE 64574059915	18.345.192/0001-33	2015	TPP/TSO
CILMARA MARLI KLITZKE 64574059915	18.345.192/0001-33	2015	TVP
CIMARDI CONTABILIDADE E ASSESSORIA SS	05.672.777/0001-16	2015	TVP
CINARA SCHVAMBACH	008.373.279-97	2015	TPP/TSO/ISS
CINARA SCHVAMBACH	008.373.279-97	2015	TVP
CINIRA SIMONE ALTHOFF FRANCA ME	04.368.922/0001-07	2015	TAS
CINIRA SIMONE ALTHOFF FRANCA ME	04.368.922/0001-07	2015	TPP/TSO
CINIRA SIMONE ALTHOFF FRANCA ME	04.368.922/0001-07	2015	TVP
CINTIA GRASIANE BIANCHINI	11.666.935/0001-28	2015	TPP/TSO
CINTIA GRASIANE BIANCHINI	11.666.935/0001-28	2015	TVP
CL CONSTRUÇOES DE EDIFICIOS LTDA ME	17.039.800/0001-19	2015	TAS
CL CONSTRUÇOES DE EDIFICIOS LTDA ME	17.039.800/0001-19	2015	TPP/TSO
CL CONSTRUÇOES DE EDIFICIOS LTDA ME	17.039.800/0001-19	2015	TVP
CLAIR RACHADEL DIAS 54337658904	21.343.345/0001-18	2015	TAS

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 14 de 74

CLAIR RACHADEL DIAS 54337658904	21.343.345/0001-18	2015	TPP/TSO
CLAIR RACHADEL DIAS 54337658904	21.343.345/0001-18	2015	TVP
CLAUDECIR TASCHWER 04729354966	16.871.996/0001-40	2015	TPP/TSO
CLAUDECIR TASCHWER 04729354966	16.871.996/0001-40	2015	TVP
CLAUDEMIR RIBEIRO ME	08.980.491/0001-96	2015	TPP/TSO
CLAUDEMIR RIBEIRO ME	08.980.491/0001-96	2015	TVP
CLAUDEMIR TARNOWSKI	13.674.984/0001-38	2015	TPP/TSO
CLAUDEMIR TARNOWSKI	13.674.984/0001-38	2015	TVP
CLAUDETE CERUTTI CIA LTDA ME	11.739.350/0001-90	2015	TPP/TSO
CLAUDETE CERUTTI CIA LTDA ME	11.739.350/0001-90	2015	TVP
CLAUDETE CORDEIRO 05946264982	15.250.872/0001-85	2015	TPP/TSO
CLAUDETE CORDEIRO 05946264982	15.250.872/0001-85	2015	TVP
CLAUDETE DE AMORIM VOSS	293.242.979-53	2015	TVP
CLAUDIA REGINA SIMAO ME	13.473.108/0001-43	2015	TPP/TSO
CLAUDIA REGINA SIMAO ME	13.473.108/0001-43	2015	TVP
CLAUDINEI JULIANO DA VEIGA	038.344.559-03	2015	TPP/TSO/ISS
CLAUDINEI TIBES DE OLIVEIRA	16.982.424/0001-39	2015	TPP/TSO
CLAUDINEI TIBES DE OLIVEIRA	16.982.424/0001-39	2015	TVP
CLAUDIO BOLIVAR TONIAZZO DE CAMARGO 51130459187	18.886.397/0001-26	2015	TPP/TSO
CLAUDIO BOLIVAR TONIAZZO DE CAMARGO 51130459187	18.886.397/0001-26	2015	TVP
CLAUDIO VERONI BARTOLOMEU	489.081.429-91	2015	TPP/TSO/ISS
CLAUDIO VERONI BARTOLOMEU	489.081.429-91	2015	TVP
CLAUDIO VINICIUS DE OLIVEIRA - ME	06.130.589/0001-29	2015	TAS
CLAUDIO VINICIUS DE OLIVEIRA - ME	06.130.589/0001-29	2015	TPP/TSO
CLAUDIO VINICIUS DE OLIVEIRA - ME	06.130.589/0001-29	2015	TVP
CLAUDIOMIR DOS SANTOS ALVES	19.305.723/0001-27	2015	TPP/TSO
CLAUDIOMIR DOS SANTOS ALVES	19.305.723/0001-27	2015	TVP
CLAUDIOMIRO PIRES - EI	13.522.664/0001-62	2015	TAS
CLAUDIOMIRO PIRES - EI	13.522.664/0001-62	2015	TPP/TSO
CLAUDIOMIRO PIRES - EI	13.522.664/0001-62	2015	TVP
CLAUDIR DE OLIVEIRA - EI	13.646.853/0001-47	2015	TPP/TSO
CLAUDIR DE OLIVEIRA - EI	13.646.853/0001-47	2015	TVP
CLAUDIR PEREIRA DOS SANTOS 05240073902	13.109.784/0001-32	2015	TPP/TSO
CLAUDIR PEREIRA DOS SANTOS 05240073902	13.109.784/0001-32	2015	TVP
CLAYTON ASSIS LOPES FONTOURA	924.880.139-00	2015	TPP/TSO/ISS
CLAYTON ASSIS LOPES FONTOURA	924.880.139-00	2015	TVP
CLEBER BLOEMER - EI	14.493.896/0001-00	2015	TAS
CLEBER BLOEMER - EI	14.493.896/0001-00	2015	TPP/TSO
CLEBER BLOEMER - EI	14.493.896/0001-00	2015	TVP
CLEBER RIBEIRO DE JESUS 08268772905	13.817.604/0001-77	2015	TAS
CLEBER RIBEIRO DE JESUS 08268772905	13.817.604/0001-77	2015	TPP/TSO

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 15 de 74

CLEBER RIBEIRO DE JESUS 08268772905	13.817.604/0001-77	2015	TVP
CLEBER SIEBEN RODRIGUES	15.302.785/0001-24	2015	TPP/TSO/ISS
CLEBER SIEBEN RODRIGUES	15.302.785/0001-24	2015	TVP
CLEIDE DE SOUZA 05936286916	16.839.115/0001-04	2015	TAS
CLEIDE DE SOUZA 05936286916	16.839.115/0001-04	2015	TVP
CLEITON APOLINARIO EI	17.961.589/0001-97	2015	TPP/TSO
CLEITON APOLINARIO EI	17.961.589/0001-97	2015	TVP
CLEITON FREDDI 03173332911	18.611.942/0001-71	2015	TPP/TSO
CLEITON FREDDI 03173332911	18.611.942/0001-71	2015	TVP
CLEMENTINA CORREA 30914531972	13.494.041/0001-23	2015	TPP/TSO
CLEMENTINA CORREA 30914531972	13.494.041/0001-23	2015	TVP
CLEOMAR KADES - EI	14.085.159/0001-60	2015	TAS
CLEOMAR KADES - EI	14.085.159/0001-60	2015	TPP/TSO
CLEOMAR KADES - EI	14.085.159/0001-60	2015	TVP
CLEUZA FERREIRA BARCELOS	13.069.392/0001-97	2015	TAS
CLEUZA FERREIRA BARCELOS	13.069.392/0001-97	2015	TPP/TSO
CLEUZA FERREIRA BARCELOS	13.069.392/0001-97	2015	TVP
CLEVESON RIBEIRO LOPES 03083598955	13.636.920/0001-42	2015	TPP/TSO
CLEVESON RIBEIRO LOPES 03083598955	13.636.920/0001-42	2015	TVP
CLEYTON BERNADO PEREIRA	21.467.423/0001-96	2015	TVP
CLEYTON FRANCISCO DA VEIGA ME	18.995.018/0001-36	2015	TAS
CLEYTON FRANCISCO DA VEIGA ME	18.995.018/0001-36	2015	TPP/TSO
CLEYTON FRANCISCO DA VEIGA ME	18.995.018/0001-36	2015	TVP
CLODOALDO MICHAEL KRIESER ME	03.728.407/0001-28	2015	TPP/TSO
COLATERAL CONFECÇÕES LTDA ME	11.882.195/0001-67	2015	TVP
COM DE AVIAMENTOS PONTO A PONTO LTDA ME	06.322.237/0001-75	2015	TAS
COM DE AVIAMENTOS PONTO A PONTO LTDA ME	06.322.237/0001-75	2015	TPP/TSO
COM DE AVIAMENTOS PONTO A PONTO LTDA ME	06.322.237/0001-75	2015	TVP
COM DE GAS RESIDENCIAL NILTON LTDA-ME	02.916.147/0001-51	2015	TAS
COM DE GAS RESIDENCIAL NILTON LTDA-ME	02.916.147/0001-51	2015	TPP/TSO
COM DE GAS RESIDENCIAL NILTON LTDA-ME	02.916.147/0001-51	2015	TVP
COM REPR E ASSES PARA EXP EXPORTEX LTDA	80.979.941/0001-58	2015	TPP/TSO
COM REPR E ASSES PARA EXP EXPORTEX LTDA	80.979.941/0001-58	2015	TVP
COMERCIAL DE ALIMENTOS POFFO LTDA	04.336.432/0022-53	2015	TAS
COMERCIAL DE ALIMENTOS POFFO LTDA	04.336.432/0022-53	2015	TPP/TSO
COMERCIAL DE ALIMENTOS POFFO LTDA	04.336.432/0022-53	2015	TVP
COMERCIAL DE FRUTAS E VERDURAS POLI LTDA ME	10.767.947/0001-86	2015	TAS
COMERCIAL DE FRUTAS E VERDURAS POLI LTDA ME	10.767.947/0001-86	2015	TPP/TSO
COMERCIAL DE FRUTAS E VERDURAS POLI LTDA ME	10.767.947/0001-86	2015	TVP
COMERCIAL VINCI LTDA ME	79.530.473/0001-50	2015	TAS
COMERCIAL VINCI LTDA ME	79.530.473/0001-50	2015	TPP/TSO

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 16 de 74

CONCREAL IND E COM DE ART DE CIM LTDA-ME	86.965.779/0001-03	2015	TAS
CONCREAL IND E COM DE ART DE CIM LTDA-ME	86.965.779/0001-03	2015	TPP/TSO
CONCREAL IND E COM DE ART DE CIM LTDA-ME	86.965.779/0001-03	2015	TVP
CONFEC BRANDES LTDA	83.177.543/0003-78	2015	TPP/TSO
CONFEC BRANDES LTDA	83.177.543/0003-78	2015	TVP
CONFEC CERUTTI IND E COMERCIO LTDA	81.787.848/0002-95	2015	TPP/TSO
CONFEC CERUTTI IND E COMERCIO LTDA	81.787.848/0002-95	2015	TVP
CONFEC DEVEGILI LTDA ME	81.622.375/0002-76	2015	TPP/TSO
CONFEC DEVEGILI LTDA ME	81.622.375/0002-76	2015	TVP
CONFEC ELITANIA LTDA	83.124.891/0001-15	2015	TAS
CONFEC ELITANIA LTDA	83.124.891/0001-15	2015	TPP/TSO
CONFEC ELITANIA LTDA	83.124.891/0001-15	2015	TVP
CONFEC RAVIETI LTDA ME	03.686.431/0001-41	2015	TPP/TSO
CONFEC RAVIETI LTDA ME	03.686.431/0001-41	2015	TVP
CONFEC ECAO E FACCAO 3.M LTDA ME	17.213.408/0001-44	2015	TPP/TSO
CONFEC ECAO E FACCAO 3.M LTDA ME	17.213.408/0001-44	2015	TVP
CONFEC ECAO DEVEGILI LTDA EPP	81.622.375/0003-57	2015	TPP/TSO
CONFEC ECAO DEVEGILI LTDA EPP	81.622.375/0003-57	2015	TVP
CONFEC ECAO KELLERMANN LTDA ME	04.946.528/0001-09	2015	TPP/TSO
CONFEC ECAO SEHNEN HERMES LTDA ME	15.419.280/0001-44	2015	TPP/TSO
CONSTRUDARTTI COM DE MAT DE CONSTRUCAO LTDA	00.989.594/0001-05	2015	TAS
CONSTRUDARTTI COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	00.989.594/0001-05	2015	TPP/TSO
CONSTRUDARTTI COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	00.989.594/0001-05	2015	TVP
CONSTRUTORA ALMEIDA EIRELI	17.864.113/0001-38	2015	TPP/TSO
CONSTRUTORA ALMEIDA EIRELI	17.864.113/0001-38	2015	TVP
CONSTRUTORA AMETISTA LTDA	80.442.189/0001-01	2015	TPP/TSO
CONSTRUTORA AMETISTA LTDA	80.442.189/0001-01	2015	TVP
CONSTRUTORA E INCORPORADORA GUBER LTDA	19.799.421/0001-52	2015	TPP/TSO
CONSTRUTORA E INCORPORADORA GUBER LTDA	19.799.421/0001-52	2015	TVP
CONSTRUTORA E INCORPORADORA SANTOS LTDA ME	07.979.679/0001-51	2015	TPP/TSO
CONSTRUTORA E INCORPORADORA SANTOS LTDA ME	07.979.679/0001-51	2015	TVP
CONSTRUTORA FA LTDA	14.598.210/0001-38	2015	TPP/TSO
CONSTRUTORA FA LTDA	14.598.210/0001-38	2015	TVP
CONSTRUTORA FJI LTDA ME	14.014.966/0001-92	2015	TPP/TSO
CONSTRUTORA FJI LTDA ME	14.014.966/0001-92	2015	TVP
CONSTRUTORA VIDA NOVA LTDA ME	12.360.831/0001-53	2015	TPP/TSO
CONSTRUTORA VIDA NOVA LTDA ME	12.360.831/0001-53	2015	TVP
CONSTRUTORA VMN LTDA	15.045.183/0001-39	2015	TPP/TSO
CONSTRUTORA VMN LTDA	15.045.183/0001-39	2015	TVP
CONTRUMIX EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME	17.863.987/0001-70	2015	TPP/TSO
CONTRUMIX EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME	17.863.987/0001-70	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 17 de 74

CONVERTEC CONV. MANUT. DE COMPON. DE GAS NATURAL VEICULAR	13.921.596/0001-04	2015	TPP/TSO
CONVERTEC CONV. MANUT. DE COMPON. DE GAS NATURAL VEICULAR	13.921.596/0001-04	2015	TVP
CONVERTEC CONV. MANUT. DE COMP. DE GAS NATURAL VEICULAR LTDA	13.921.596/0001-04	2015	TAS
COOPER DE CONSUMO DOS ASSAL. TEKA LTDA	82.636.978/0002-90	2015	TAS
COOPER DE CONSUMO DOS ASSAL. TEKA LTDA	82.636.978/0002-90	2015	TPP/TSO
COOPER DE CONSUMO DOS ASSAL. TEKA LTDA	82.636.978/0002-90	2015	TVP
COOPERATIVA DE CONSUMO DOS ASSALARIADOS TEKA	82.636.978/0005-32	2015	TPP/TSO
COOPERATIVA DE CONSUMO DOS ASSALARIADOS TEKA	82.636.978/0005-32	2015	TVP
COPY TIM LTDA. ME	03.485.155/0002-34	2015	TPP/TSO
COPY TIM LTDA. ME	03.485.155/0002-34	2015	TVP
CPF TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA	14.387.764/0001-96	2015	TPP/TSO
CPF TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA	14.387.764/0001-96	2015	TVP
CPZ CONSULTORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA	12.022.504/0001-91	2015	TPP/TSO
CPZ CONSULTORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA	12.022.504/0001-91	2015	TVP
CRISTIANE BELA RIBEIRO DA SILVA	14.914.963/0001-05	2015	TAS
CRISTIANE BELA RIBEIRO DA SILVA	14.914.963/0001-05	2015	TPP/TSO
CRISTIANE BELA RIBEIRO DA SILVA	14.914.963/0001-05	2015	TVP
CRISTIANE DOS SANTOS	17.137.737/0001-53	2015	TPP/TSO
CRISTIANE DOS SANTOS	17.137.737/0001-53	2015	TVP
CRISTIANE DOS SANTOS - EI	17.907.467/0001-12	2015	TAS
CRISTIANE DOS SANTOS - EI	17.907.467/0001-12	2015	TPP/TSO
CRISTIANE DOS SANTOS - EI	17.907.467/0001-12	2015	TVP
CRISTIANE FERREIRA 04767118948	17.379.379/0001-95	2015	TPP/TSO
CRISTIANE FERREIRA 04767118948	17.379.379/0001-95	2015	TVP
CRISTIANE GABRIELE STULLER	18.308.104/0001-23	2015	TAS
CRISTIANE GABRIELE STULLER	18.308.104/0001-23	2015	TPP/TSO
CRISTIANE GABRIELE STULLER	18.308.104/0001-23	2015	TVP
CRISTIANE HAUPT	19.098.393/0001-46	2015	TPP/TSO
CRISTIANE HAUPT	19.098.393/0001-46	2015	TVP
CRISTIANE JAKELINE FEIBER FRAGAS 03778071920	20.376.607/0001-88	2015	TPP/TSO
CRISTIANE LORENZ 00794509975	17.480.387/0001-23	2015	TPP/TSO
CRISTIANE LORENZ 00794509975	17.480.387/0001-23	2015	TVP
CRISTIANE RADDATZ 07708321999	19.834.519/0001-01	2015	TVP
CRISTIANO RODRIGO PACHECO	15.707.337/0001-00	2015	TPP/TSO
CRISTIANO RODRIGO PACHECO	15.707.337/0001-00	2015	TVP
CRISTIANO TAMIOZZO 04967444962	19.195.517/0001-01	2015	TAS
CRISTIANO TAMIOZZO 04967444962	19.195.517/0001-01	2015	TPP/TSO
CRISTIANO TAMIOZZO 04967444962	19.195.517/0001-01	2015	TVP
CRISTINA DOS SANTOS MABA NEGRI 04108231988	17.637.808/0001-87	2015	TAS
CRISTINA DOS SANTOS MABA NEGRI 04108231988	17.637.808/0001-87	2015	TPP/TSO
CRISTINA DOS SANTOS MABA NEGRI 04108231988	17.637.808/0001-87	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 18 de 74

CRISTOF OBERZINER	11.727.810/0001-60	2015	TAS
CRISTOF OBERZINER	11.727.810/0001-60	2015	TPP/TSO
CRISTOF OBERZINER	11.727.810/0001-60	2015	TVP
CSA ROMERO CIA LTDA	05.868.261/0008-18	2015	TPP/TSO
CSA ROMERO CIA LTDA	05.868.261/0008-18	2015	TVP
CZICZEK E CZICZEK COMERCIO DE CONFECCOES LTDA ME	13.526.695/0001-91	2015	TPP/TSO
CZICZEK E CZICZEK COMERCIO DE CONFECCOES LTDA ME	13.526.695/0001-91	2015	TVP
D LIVIO MALHAS LTDA ME	05.367.088/0001-06	2015	TAS
D LIVIO MALHAS LTDA ME	05.367.088/0001-06	2015	TPP/TSO
D LIVIO MALHAS LTDA ME	05.367.088/0001-06	2015	TVP
D.M.M COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME	13.571.594/0001-32	2015	TPP/TSO
D.M.M COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME	13.571.594/0001-32	2015	TVP
D' YOMA SORVETES E PICOLES LTDA ME	03.525.080/0001-97	2015	TAS
D' YOMA SORVETES E PICOLES LTDA ME	03.525.080/0001-97	2015	TPP/TSO
D' YOMA SORVETES E PICOLES LTDA ME	03.525.080/0001-97	2015	TVP
D'FAMILIA SUPERMERCADOS LTDA ME	82.993.874/0001-51	2015	TAS
D'FAMILIA SUPERMERCADOS LTDA ME	82.993.874/0001-51	2015	TPP/TSO
D'FAMILIA SUPERMERCADOS LTDA ME	82.993.874/0001-51	2015	TVP
DA ROSA PROPAGANDA, ENTREGA E COBRANCA EXTRAJUDIAL LTDA ME	86.791.324/0001-00	2015	TPP/TSO
DA ROSA PROPAGANDA, ENTREGA E COBRANCA EXTRAJUDIAL LTDA ME	86.791.324/0001-00	2015	TVP
DAIANA FAUSTINO DOS SANTOS 04903580989	16.749.154/0001-10	2015	TAS
DAIANE APARECIDA FLORES DE OLIVEIRA LOPES 00151981035	14.292.178/0001-68	2015	TPP/TSO
DAIANE APARECIDA FLORES DE OLIVEIRA LOPES 00151981035	14.292.178/0001-68	2015	TVP
DAIANE CRISTINA SOTELI 00374345945	20.081.870/0001-40	2015	TAS
DAIANE CRISTINA SOTELI 00374345945	20.081.870/0001-40	2015	TPP/TSO
DAIANE CRISTINA SOTELI 00374345945	20.081.870/0001-40	2015	TVP
DAIARA HABECK FARIA 06493738989	17.839.750/0001-54	2015	TPP/TSO
DAIARA HABECK FARIA 06493738989	17.839.750/0001-54	2015	TVP
DALLUPE TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA ME	16.836.591/0001-71	2015	TAS
DALLUPE TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA ME	16.836.591/0001-71	2015	TPP/TSO
DALLUPE TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA ME	16.836.591/0001-71	2015	TVP
DALTON MAURICIO BERLIM ALVES	11.636.711/0001-73	2015	TAS
DALTON MAURICIO BERLIM ALVES	11.636.711/0001-73	2015	TPP/TSO
DALTON MAURICIO BERLIM ALVES	11.636.711/0001-73	2015	TVP
DANIEL CARLOS SAES	801.595.249-20	2015	TPP/TSO/ISS
DANIEL GOES	23.303.687/0001-30	2015	TPP/TSO
DANIELE CHARLENE ANDERLE 06417537994	13.928.428/0001-40	2015	TPP/TSO
DANIELE CHARLENE ANDERLE 06417537994	13.928.428/0001-40	2015	TVP
DANIELE DE FATIMA DANTAS ME	13.328.283/0001-47	2015	TPP/TSO
DANIELE DE FATIMA DANTAS ME	13.328.283/0001-47	2015	TVP
DANIELE MARAFON DOS SANTOS 08608414996	18.532.292/0001-79	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 19 de 74

DANIELLE ZERMIANI MAUL	004.112.779-01	2015	TAS
DANIELLE ZERMIANI MAUL	004.112.779-01	2015	TPP/TSO/ISS
DANIELLE ZERMIANI MAUL	004.112.779-01	2015	TVP
DANNIE DOLCCI COMERCIO DE COSMETICOS LTDA ME	11.061.235/0001-00	2015	TAS
DANNIE DOLCCI COMERCIO DE COSMETICOS LTDA ME	11.061.235/0001-00	2015	TPP/TSO
DANNIE DOLCCI COMERCIO DE COSMETICOS LTDA ME	11.061.235/0001-00	2015	TVP
DARCI PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR 07574632901	15.747.904/0001-52	2015	TPP/TSO
DARCI PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR 07574632901	15.747.904/0001-52	2015	TVP
DARCILA BICIGO	17.482.513/0001-89	2015	TVP
DARLEI PEREIRA DA SILVA	050.506.869-97	2015	TPP/TSO/ISS
DAVI INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME	15.481.936/0001-59	2015	TAS
DAVI INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME	15.481.936/0001-59	2015	TPP/TSO
DAVI INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME	15.481.936/0001-59	2015	TVP
DAVIRSON DA SILVA ME	10.437.042/0001-48	2015	TPP/TSO
DAVIRSON DA SILVA ME	10.437.042/0001-48	2015	TVP
DAYANE WILHELM DA COSTA	18.394.776/0001-07	2015	TPP/TSO
DAYANE WILHELM DA COSTA	18.394.776/0001-07	2015	TVP
DAYANNA KATHERINE ALVES GOMES 90493397272	20.655.323/0001-20	2015	TPP/TSO
DAYANNA KATHERINE ALVES GOMES 90493397272	20.655.323/0001-20	2015	TVP
DEBECKER BOLSAS E ACESSORIOS LTDA - ME	19.298.107/0001-96	2015	TPP/TSO
DEBECKER BOLSAS E ACESSORIOS LTDA - ME	19.298.107/0001-96	2015	TVP
DEBORA AZEVEDO DA SILVA	19.305.974/0001-01	2015	TAS
DEBORA AZEVEDO DA SILVA	19.305.974/0001-01	2015	TPP/TSO
DEBORA AZEVEDO DA SILVA	19.305.974/0001-01	2015	TVP
DEBORA BRAZ DA SILVA ME	13.509.584/0001-77	2015	TPP/TSO
DEBORA BRAZ DA SILVA ME	13.509.584/0001-77	2015	TVP
DEEP MALHAS LTDA EPP	07.576.505/0002-29	2015	TPP/TSO
DEEP MALHAS LTDA EPP	07.576.505/0002-29	2015	TVP
DEISE DE AMORIM DOS SANTOS ME	14.275.871/0001-22	2015	TPP/TSO
DEISE DE AMORIM DOS SANTOS ME	14.275.871/0001-22	2015	TVP
DEMETAL SOLUCOES METALICAS LTDA ME	03.880.876/0001-68	2015	TAS
DEMETAL SOLUCOES METALICAS LTDA ME	03.880.876/0001-68	2015	TPP/TSO
DEMETAL SOLUCOES METALICAS LTDA ME	03.880.876/0001-68	2015	TVP
DENILSON GAIDA	11.793.768/0001-86	2015	TAS
DENILSON GAIDA	11.793.768/0001-86	2015	TPP/TSO
DENILSON GAIDA	11.793.768/0001-86	2015	TVP
DENILSON LUCIANO 02130673902 ME	16.513.217/0001-35	2015	TAS
DENILSON LUCIANO 02130673902 ME	16.513.217/0001-35	2015	TPP/TSO
DENILSON LUCIANO 02130673902 ME	16.513.217/0001-35	2015	TVP
DEOLINDA DE SOUZA ME	14.456.878/0001-40	2015	TAS
DEOLINDA DE SOUZA ME	14.456.878/0001-40	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 20 de 74

DETALHE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS LTDA ME	08.191.990/0001-02	2015	TPP/TSO
DETALHE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS LTDA ME	08.191.990/0001-02	2015	TVP
DIAMANTE NEGRO CONFECCOES LTDA ME	11.450.899/0001-60	2015	TPP/TSO
DIAMANTE NEGRO CONFECCOES LTDA ME	11.450.899/0001-60	2015	TVP
DIEGO FRENA ME	14.479.153/0001-78	2015	TAS
DIEGO FRENA ME	14.479.153/0001-78	2015	TPP/TSO
DIEGO FRENA ME	14.479.153/0001-78	2015	TVP
DIEGO JOSE TIPCKE 05747995910	14.922.990/0001-20	2015	TPP/TSO
DIEGO JOSE TIPCKE 05747995910	14.922.990/0001-20	2015	TVP
DIEGO PANDINI - EI	14.275.324/0001-47	2015	TPP/TSO
DIEGO PANDINI - EI	14.275.324/0001-47	2015	TVP
DIONEI MARCELO FORTUNA	043.653.069-44	2015	TPP/TSO/ISS
DIRCE SCHWANZ ME	13.410.715/0001-64	2015	TAS
DIRCE SCHWANZ ME	13.410.715/0001-64	2015	TPP/TSO
DIRCE SCHWANZ ME	13.410.715/0001-64	2015	TVP
DIRCEU ADRIANO FRANCA	12.088.649/0001-95	2015	TAS
DIRCEU ADRIANO FRANCA	12.088.649/0001-95	2015	TPP/TSO
DIRCEU ADRIANO FRANCA	12.088.649/0001-95	2015	TVP
DIRLEI CATARINA AMORIM TOMELIN	11.543.512/0001-10	2015	TAS
DIRLEI CATARINA AMORIM TOMELIN	11.543.512/0001-10	2015	TPP/TSO
DIRLEI CATARINA AMORIM TOMELIN	11.543.512/0001-10	2015	TVP
DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E TRANSPORTES EM LTDA	14.190.841/0007-09	2015	TAS
DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E TRANSPORTES EM LTDA	14.190.841/0007-09	2015	TPP/TSO
DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E TRANSPORTES EM LTDA	14.190.841/0007-09	2015	TVP
DISTRIBUIDORA UPJS PERFUMES LTDA ME	16.791.798/0002-58	2015	TAS
DISTRIBUIDORA UPJS PERFUMES LTDA ME	16.791.798/0002-58	2015	TPP/TSO
DISTRIBUIDORA UPJS PERFUMES LTDA ME	16.791.798/0002-58	2015	TVP
DJC CONFECCOES LTDA ME	14.657.702/0001-57	2015	TPP/TSO
DJC CONFECCOES LTDA ME	14.657.702/0001-57	2015	TVP
DJONATHAN BRASSIANI ME	15.077.939/0001-21	2015	TAS
DJONATHAN BRASSIANI ME	15.077.939/0001-21	2015	TPP/TSO
DJONATHAN BRASSIANI ME	15.077.939/0001-21	2015	TVP
DJULYTEX CONFECCOES LTDA ME	11.622.623/0001-12	2015	TPP/TSO
DJULYTEX CONFECCOES LTDA ME	11.622.623/0001-12	2015	TVP
DOMINO KIDS COMERCIO DE CONFECCOES LTDA	17.019.067/0002-51	2015	TPP/TSO
DOMINO KIDS COMERCIO DE CONFECCOES LTDA	17.019.067/0002-51	2015	TVP
DONATO VOLKMANN ME	16.836.935/0001-42	2015	TAS
DONATO VOLKMANN ME	16.836.935/0001-42	2015	TPP/TSO
DONATO VOLKMANN ME	16.836.935/0001-42	2015	TVP
DONNA VALENTINA COM. DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA. - ME	13.504.152/0001-73	2015	TPP/TSO
DORLITA GEBHARDT ME	81.838.211/0001-08	2015	TAS

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 21 de 74

DORLITA GEBHARDT ME	81.838.211/0001-08	2015	TPP/TSO
DORLITA GEBHARDT ME	81.838.211/0001-08	2015	TVP
DOUGLAS DA SILVA	12.063.405/0001-58	2015	TAS
DOUGLAS DA SILVA	12.063.405/0001-58	2015	TPP/TSO
DOUGLAS DA SILVA	12.063.405/0001-58	2015	TVP
DOUGLAS IZIDORO BONETTE	080.427.149-63	2015	TAS
DOUGLAS IZIDORO BONETTE	080.427.149-63	2015	TPP/TSO/ISS
DOUGLAS IZIDORO BONETTE	080.427.149-63	2015	TVP
DOUGLAS JOSE TORQUATO ESTACIO - EI	18.067.836/0001-79	2015	TAS
DOUGLAS JOSE TORQUATO ESTACIO - EI	18.067.836/0001-79	2015	TPP/TSO
DOUGLAS JOSE TORQUATO ESTACIO - EI	18.067.836/0001-79	2015	TVP
DOUGLAS RICARDO BARRETO	009.171.649-70	2015	TPP/TSO/ISS
DOUGLAS RICARDO BARRETO	009.171.649-70	2015	TVP
DOUGLAS RICARDO MILBRATZ 05455091905	18.860.236/0001-63	2015	TAS
DOUGLAS RICARDO MILBRATZ 05455091905	18.860.236/0001-63	2015	TPP/TSO
DOUGLAS RICARDO MILBRATZ 05455091905	18.860.236/0001-63	2015	TVP
DUMATEX CONFECÇOES LTDA - ME	13.120.230/0002-17	2015	TPP/TSO
DUMATEX CONFECÇOES LTDA - ME	13.120.230/0002-17	2015	TVP
DUPLA FACE CONFECÇOES LTDA ME	14.124.154/0001-08	2015	TAS
DUPLA FACE CONFECÇOES LTDA ME	14.124.154/0001-08	2015	TPP/TSO
DUPLA FACE CONFECÇOES LTDA ME	14.124.154/0001-08	2015	TVP
E.A COMERCIO DE MAQUINAS DE COSTURA LTDA ME	13.701.290/0001-42	2015	TPP/TSO
E.A COMERCIO DE MAQUINAS DE COSTURA LTDA ME	13.701.290/0001-42	2015	TVP
EBANO MODAS COMERCIO LTDA	05.991.239/0001-94	2015	TPP/TSO
EBANO MODAS COMERCIO LTDA	05.991.239/0001-94	2015	TVP
ECLIPSE COMERCIO DE BOLSAS E ACESSORIOS LTDA ME	16.652.832/0001-22	2015	TPP/TSO
ECLIPSE COMERCIO DE BOLSAS E ACESSORIOS LTDA ME	16.652.832/0001-22	2015	TVP
ECO TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES EIRELI EPP	11.016.670/0001-12	2015	TAS
ECO TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES EIRELI EPP	11.016.670/0001-12	2015	TPP/TSO
ECO TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES EIRELI EPP	11.016.670/0001-12	2015	TVP
ECO TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA EPP	11.016.670/0003-84	2015	TPP/TSO
ECO TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA EPP	11.016.670/0002-01	2015	TPP/TSO
ECO TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA EPP	11.016.670/0002-01	2015	TVP
ECO TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA EPP	11.016.670/0003-84	2015	TVP
EDA FREITAS 00451595998	17.690.690/0001-50	2015	TAS
EDA FREITAS 00451595998	17.690.690/0001-50	2015	TPP/TSO
EDA FREITAS 00451595998	17.690.690/0001-50	2015	TVP
EDEMILSON KRENKEL 04654847944	18.797.434/0001-20	2015	TPP/TSO
EDEMILSON KRENKEL 04654847944	18.797.434/0001-20	2015	TVP
EDENILSON DALPIAZ 05673730969	14.577.634/0001-16	2015	TPP/TSO
EDENILSON DALPIAZ 05673730969	14.577.634/0001-16	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 22 de 74

EDER ALVES DE CAMPOS	21.299.998/0001-47	2015	TAS
EDER ALVES DE CAMPOS	21.299.998/0001-47	2015	TPP/TSO
EDER ALVES DE CAMPOS	21.299.998/0001-47	2015	TVP
EDER DALPIAZ 05302081997	21.111.160/0001-88	2015	TAS
EDER DALPIAZ 05302081997	21.111.160/0001-88	2015	TPP/TSO
EDER DALPIAZ 05302081997	21.111.160/0001-88	2015	TVP
EDERLI APARECIDA FIAMONCINI TRAVAGLIA ME	13.653.620/0001-71	2015	TPP/TSO
EDERLI APARECIDA FIAMONCINI TRAVAGLIA ME	13.653.620/0001-71	2015	TVP
EDERSON CUSTODIO 04289297960	15.631.696/0001-21	2015	TAS
EDERSON CUSTODIO 04289297960	15.631.696/0001-21	2015	TPP/TSO
EDERSON CUSTODIO 04289297960	15.631.696/0001-21	2015	TVP
EDILSON DE JESUS REIS	074.475.479-80	2015	TPP/TSO/ISS
EDILSON REINHOLD ME	09.050.700/0001-65	2015	TPP/TSO
EDILSON REINHOLD ME	09.050.700/0001-65	2015	TVP
EDINA RIBEIRO FERNANDES 07847568993	17.893.474/0001-02	2015	TPP/TSO
EDINA RIBEIRO FERNANDES 07847568993	17.893.474/0001-02	2015	TVP
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	38.733.648/0041-37	2015	TPP/TSO
EDNA NERI DA SILVA BUSS	053.132.139-89	2015	TAS
EDNA NERI DA SILVA BUSS	053.132.139-89	2015	TPP/TSO/ISS
EDNA NERI DA SILVA BUSS	053.132.139-89	2015	TVP
EDSON JOSE DINIZ	13.340.794/0001-84	2015	TPP/TSO/ISS
EDSON JOSE DINIZ	13.340.794/0001-84	2015	TVP
EDSON LUIZ MIRANDA SOUZA	16.843.366/0001-62	2015	TPP/TSO
EDSON LUIZ MIRANDA SOUZA	16.843.366/0001-62	2015	TVP
EDSON MENDES DORADO	13.987.168/0001-84	2015	TAS
EDSON MENDES DORADO	13.987.168/0001-84	2015	TPP/TSO/ISS
EDSON MENDES DORADO	13.987.168/0001-84	2015	TVP
EDSON SOARES PROENCIO 01696730902	18.888.769/0001-53	2015	TAS
EDSON SOARES PROENCIO 01696730902	18.888.769/0001-53	2015	TPP/TSO
EDSON SOARES PROENCIO 01696730902	18.888.769/0001-53	2015	TVP
EDSON THIAGO MANNRICH ME	21.534.783/0001-63	2015	TAS
EDSON THIAGO MANNRICH ME	21.534.783/0001-63	2015	TVP
EDUARDO DA SILVA 04817399988	15.834.897/0001-26	2015	TPP/TSO
EDUARDO DA SILVA 04817399988	15.834.897/0001-26	2015	TVP
EDUARDO MARCIMIANO	032.940.639-62	2015	TPP/TSO/ISS
EDUARDO PEREIRA	016.312.209-18	2015	TPP/TSO/ISS
EDUARDO PEREIRA	016.312.209-18	2015	TVP
EDUARDO RODRIGUES DE ASSUNCAO 04671823969	15.744.125/0001-01	2015	TAS
EDUARDO RODRIGUES DE ASSUNCAO 04671823969	15.744.125/0001-01	2015	TPP/TSO
EDUARDO RODRIGUES DE ASSUNCAO 04671823969	15.744.125/0001-01	2015	TVP
EFIGENIA BALBINA CORREA	17.572.271/0001-14	2015	TAS

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 23 de 74

EFIGENIA BALBINA CORREA	17.572.271/0001-14	2015	TPP/TSO
EFIGENIA BALBINA CORREA	17.572.271/0001-14	2015	TVP
EFS CONSTRUÇOES LTDA	19.870.857/0001-90	2015	TPP/TSO
EFS CONSTRUÇOES LTDA	19.870.857/0001-90	2015	TVP
EISING COMERCIO DE MALHAS LTDA	674.836.669-00	2015	TPP/TSO
EISING COMERCIO DE MALHAS LTDA	674.836.669-00	2015	TVP
EL- XADAY ESTAMPARIA LTDA ME	13.423.800/0001-67	2015	TAS
EL-XADAY ESTAMPARIA LTDA ME	13.423.800/0001-67	2015	TPP/TSO
EL-XADAY ESTAMPARIA LTDA ME	13.423.800/0001-67	2015	TVP
ELAINE CRISTINA BONELLI - EI	13.580.275/0001-93	2015	TPP/TSO
ELAINE CRISTINA BONELLI - EI	13.580.275/0001-93	2015	TVP
ELAINE SCHROEDER	14.267.449/0001-25	2015	TPP/TSO
ELAINE SCHROEDER	14.267.449/0001-25	2015	TVP
ELASIO KLOHN 01901139956	14.908.689/0001-61	2015	TAS
ELASIO KLOHN 01901139956	14.908.689/0001-61	2015	TPP/TSO
ELASIO KLOHN 01901139956	14.908.689/0001-61	2015	TVP
ELEANDRO CESAR NUNES 05176900980	20.718.785/0001-40	2015	TPP/TSO
ELEANDRO CESAR NUNES 05176900980	20.718.785/0001-40	2015	TVP
ELENICE SCHUSSLER BENNERT	17.741.485/0001-77	2015	TVP
ELENILSON DO NASCIMENTO SANTOS	078.303.479-21	2015	TPP/TSO/ISS
ELENIR MANARIN - ME	23.068.615/0001-55	2015	TPP/TSO
ELENIR MANARIN - ME	23.068.615/0001-55	2015	TVP
ELENITA CARVALHO DA CRUZ-ME	02.829.127/0001-43	2015	TPP/TSO
ELENITA CARVALHO DA CRUZ-ME	02.829.127/0001-43	2015	TVP
ELFRIDA HOBUS GUSKI 00390388904	14.515.741/0001-10	2015	TAS
ELFRIDA HOBUS GUSKI 00390388904	14.515.741/0001-10	2015	TPP/TSO
ELFRIDA HOBUS GUSKI 00390388904	14.515.741/0001-10	2015	TVP
ELIAMAR BODANESE LEUCHTENBERGER ME	02.565.441/0004-09	2015	TPP/TSO
ELIAMAR BODANESE LEUCHTENBERGER ME	02.565.441/0005-90	2015	TPP/TSO
ELIAMAR BODANESE LEUCHTENBERGER ME	02.565.441/0005-90	2015	TVP
ELIAMAR BODANESE LEUCHTENBERGER ME	02.565.441/0004-09	2015	TVP
ELIANE MACHADO 04355734978	17.385.617/0001-75	2015	TPP/TSO
ELIANE MACHADO 04355734978	17.385.617/0001-75	2015	TVP
ELIAS ANASTACIO DA SILVA ME	14.736.661/0001-94	2015	TPP/TSO
ELIAS ANASTACIO DA SILVA ME	14.736.661/0001-94	2015	TVP
ELIAS MARTINS DE OLIVEIRA	16.567.194/0001-41	2015	TAS
ELIAS MARTINS DE OLIVEIRA	16.567.194/0001-41	2015	TPP/TSO
ELIAS MARTINS DE OLIVEIRA	16.567.194/0001-41	2015	TVP
ELIAS MENGARDA 02254389920	13.327.758/0001-80	2015	TPP/TSO
ELIAS MENGARDA 02254389920	13.327.758/0001-80	2015	TVP
ELIOMAR LOOS 80375154949	21.716.281/0001-53	2015	TAS

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 24 de 74

ELIS REGINA MARQUES - EI	14.322.368/0001-80	2015	TPP/TSO
ELIS REGINA MARQUES - EI	14.322.368/0001-80	2015	TVP
ELISA CRISTINE HOSCH	12.096.719/0001-57	2015	TAS
ELISA CRISTINE HOSCH	12.096.719/0001-57	2015	TPP/TSO
ELISA CRISTINE HOSCH	12.096.719/0001-57	2015	TVP
ELISA HAELSNER	15.220.878/0001-00	2015	TPP/TSO
ELISA HAELSNER	15.220.878/0001-00	2015	TVP
ELISA MARA FABRICIO	18.110.717/0001-51	2015	TAS
ELISABETH AP. DE SOUZA DE AVIZ	692.696.029-15	2015	TPP/TSO/ISS
ELISABETH AP. DE SOUZA DE AVIZ	692.696.029-15	2015	TVP
ELISABETH NIEHUES MOVEIS ME	15.400.226/0001-57	2015	TAS
ELISABETH NIEHUES MOVEIS ME	15.400.226/0001-57	2015	TPP/TSO
ELISABETH NIEHUES MOVEIS ME	15.400.226/0001-57	2015	TVP
ELISABETH SCHNEIDER - EI	13.864.544/0001-43	2015	TPP/TSO
ELISABETH SCHNEIDER - EI	13.864.544/0001-43	2015	TVP
ELISANDRO MASSAIA 03459081988	17.176.278/0001-17	2015	TAS
ELISANDRO MASSAIA 03459081988	17.176.278/0001-17	2015	TPP/TSO
ELISANDRO MASSAIA 03459081988	17.176.278/0001-17	2015	TVP
ELIZABETH DA SILVA ALVES HABITZREUTER	18.688.360/0001-93	2015	TPP/TSO
ELIZABETH DA SILVA ALVES HABITZREUTER	18.688.360/0001-93	2015	TVP
ELIZANA SOUZA PARNO ME	02.631.928/0001-08	2015	TPP/TSO
ELIZANA SOUZA PARNO ME	02.631.928/0001-08	2015	TVP
ELIZANDRO TURATTI DA SILVA	16.676.849/0001-10	2015	TPP/TSO
ELIZANDRO TURATTI DA SILVA	16.676.849/0001-10	2015	TVP
ELIZIELI MULLER 05332002963	21.377.545/0001-91	2015	TPP/TSO
ELKE METZNER	20.606.719/0001-88	2015	TAS
ELKE METZNER	20.606.719/0001-88	2015	TPP/TSO
ELKE METZNER	20.606.719/0001-88	2015	TVP
ELLEN DEISE DA SILVA GEISLER ME	18.820.074/0001-30	2015	TPP/TSO
ELLEN DEISE DA SILVA GEISLER ME	18.820.074/0001-30	2015	TVP
ELOIR SANTOS EI	17.975.273/0001-54	2015	TAS
ELOIR SANTOS EI	17.975.273/0001-54	2015	TPP/TSO
ELOIR SANTOS EI	17.975.273/0001-54	2015	TVP
ELPIDES ALVES DE OMENA	14.571.861/0001-34	2015	TAS
ELPIDES ALVES DE OMENA	14.571.861/0001-34	2015	TPP/TSO
ELPIDES ALVES DE OMENA	14.571.861/0001-34	2015	TVP
ELTON CARLOS FORMAGI 07652109914	17.967.757/0001-51	2015	TAS
ELTON CARLOS FORMAGI 07652109914	17.967.757/0001-51	2015	TPP/TSO
ELTON CARLOS FORMAGI 07652109914	17.967.757/0001-51	2015	TVP
ELTON JONAS ZEFERINO DE SOUZA	17.662.267/0001-47	2015	TPP/TSO
ELTON JONAS ZEFERINO DE SOUZA	17.662.267/0001-47	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 25 de 74

ELTON POLEZA	041.003.549-16	2015	TPP/TSO/ISS
ELVIS SILVA GOULART 48668893068	15.053.208/0001-46	2015	TVP
EMG MARMORES E GRANITOS LTDA ME	09.006.647/0001-03	2015	TAS
EMG MARMORES E GRANITOS LTDA ME	09.006.647/0001-03	2015	TPP/TSO
EMG MARMORES E GRANITOS LTDA ME	09.006.647/0001-03	2015	TVP
EMPREENDEIMENTOS BASSO E BASSO LTDA	10.433.239/0001-09	2015	TPP/TSO
EMPREENDEIMENTOS BASSO E BASSO LTDA	10.433.239/0001-09	2015	TVP
EMPREIT DE M.O. ADAIR LTDA	79.408.001/0001-20	2015	TPP/TSO
EMPREIT DE M.O. D.R.G. LTDA	09.481.107/0001-73	2015	TPP/TSO
EMPREIT DE M.O. D.R.G. LTDA	09.481.107/0001-73	2015	TVP
EMPREIT DE M.O. LOURENCO DE OLIVEIRA LTDA	08.808.375/0001-94	2015	TPP/TSO
EMPREIT DE M.O. LOURENCO DE OLIVEIRA LTDA	08.808.375/0001-94	2015	TVP
EMPREIT DE M.O. V.D.O. LTDA	75.836.841/0001-32	2015	TPP/TSO
EMPREIT DE M.O. V.D.O. LTDA	75.836.841/0001-32	2015	TVP
EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ASSIS E VARELA LTDA	10.737.481/0001-76	2015	TPP/TSO
EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ASSIS E VARELA LTDA	10.737.481/0001-76	2015	TVP
EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EMB LTDA ME	18.073.248/0001-48	2015	TPP/TSO
EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EMB LTDA ME	18.073.248/0001-48	2015	TVP
EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA INDAIALENSE LTDA	19.853.343/0001-27	2015	TPP/TSO
EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA INDAIALENSE LTDA	19.853.343/0001-27	2015	TVP
EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LITORAL LTDA - ME	07.615.227/0001-90	2015	TAS
EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LITORAL LTDA - ME	07.615.227/0001-90	2015	TPP/TSO
EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LITORAL LTDA - ME	07.615.227/0001-90	2015	TVP
EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA PESCHKE LTDA	02.654.509/0001-83	2015	TPP/TSO
EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA PESCHKE LTDA	02.654.509/0001-83	2015	TVP
EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA SIDNEY E WILLIAN LTDA ME	19.787.545/0001-18	2015	TPP/TSO
EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA SIDNEY E WILLIAN LTDA ME	19.787.545/0001-18	2015	TVP
EMPRESA EXTRA/TESTE SISTEMA	61.872.142/0001-33	2015	TPP/TSO
ERACI CONHAGO ME	04.566.283/0001-94	2015	TAS
ERACI CONHAGO ME	04.566.283/0001-94	2015	TPP/TSO
ERACI CONHAGO ME	04.566.283/0001-94	2015	TVP
ERIK REGINALDO MANAO CRUZ	18.029.273/0001-24	2015	TPP/TSO
ERIK REGINALDO MANAO CRUZ	18.029.273/0001-24	2015	TVP
ERNANDES ARAUJO DE SOUZA	13.249.881/0001-20	2015	TPP/TSO
ERNANDES ARAUJO DE SOUZA	13.249.881/0001-20	2015	TVP
ERVA DA MATA CONFECÇÕES LTDA ME	01.694.613/0003-09	2015	TPP/TSO
ERVA DA MATA CONFECÇÕES LTDA ME	01.694.613/0003-09	2015	TVP
ESCRITORIO CONTABIL CUNHA LTDA	78.812.872/0001-41	2015	TAS
ESCRITORIO CONTABIL CUNHA LTDA	78.812.872/0001-41	2015	TPP/TSO
ESCRITORIO CONTABIL CUNHA LTDA	78.812.872/0001-41	2015	TVP
ESG SERVICOS LTDA ME	00.693.162/0001-52	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 26 de 74

ESTER MODAS LTDA ME	03.033.640/0001-96	2015	TPP/TSO
ESTER MODAS LTDA ME	03.033.640/0001-96	2015	TVP
EURODYE QUIMICA DO BRASIL LTDA	07.306.336/0002-07	2015	TAS
EURODYE QUIMICA DO BRASIL LTDA	07.306.336/0002-07	2015	TPP/TSO
EURODYE QUIMICA DO BRASIL LTDA	07.306.336/0002-07	2015	TVP
EUZESIO DA ROCHA 72178582915	15.549.446/0001-47	2015	TPP/TSO
EUZESIO DA ROCHA 72178582915	15.549.446/0001-47	2015	TVP
EVA MARIA DA VEIGA ME	02.107.242/0001-04	2015	TAS
EVA MARIA DA VEIGA ME	02.107.242/0001-04	2015	TPP/TSO
EVA MARIA DA VEIGA ME	02.107.242/0001-04	2015	TVP
EVANDRO CORBARI	13.396.273/0001-49	2015	TAS
EVANDRO CORBARI	13.396.273/0001-49	2015	TPP/TSO
EVANDRO CORBARI	13.396.273/0001-49	2015	TVP
EVANDRO ORLI DE LIMA - EPP	19.826.871/0001-97	2015	TAS
EVANDRO ORLI DE LIMA - EPP	19.826.871/0001-97	2015	TPP/TSO
EVANDRO ORLI DE LIMA - EPP	19.826.871/0001-97	2015	TVP
EVANDRO PEREIRA DOS SANTOS - EI	18.231.451/0001-03	2015	TPP/TSO
EVANDRO PEREIRA DOS SANTOS - EI	18.231.451/0001-03	2015	TVP
EVANILDE KNAUL BOSENBECKER	17.786.845/0001-57	2015	TAS
EVANILDE KNAUL BOSENBECKER	17.786.845/0001-57	2015	TPP/TSO
EVANILDE KNAUL BOSENBECKER	17.786.845/0001-57	2015	TVP
EVELINA ARNDT 03710194946	15.748.717/0001-93	2015	TPP/TSO
EVELINA ARNDT 03710194946	15.748.717/0001-93	2015	TVP
EVELINA MOLINARI ME	10.204.988/0001-64	2015	TAS
EVELINA MOLINARI ME	10.204.988/0001-64	2015	TPP/TSO
EVELINA MOLINARI ME	10.204.988/0001-64	2015	TVP
EXPRESSO PRESIDENTE GETULIO LTDA	82.648.742/0005-16	2015	TPP/TSO
EXPRESSO PRESIDENTE GETULIO LTDA	82.648.742/0005-16	2015	TVP
EZEQUIEL PARNO	936.627.779-91	2015	TPP/TSO/ISS
EZEQUIEL PARNO	936.627.779-91	2015	TVP
F. STORE COMERCIO DE ROUPAS LTDA	17.822.652/0001-04	2015	TPP/TSO
F. STORE COMERCIO DE ROUPAS LTDA	17.822.652/0001-04	2015	TVP
F.C SOBRRAL- ARTIGOS DO VESTUARIO ME	15.148.472/0002-44	2015	TPP/TSO
F.C SOBRRAL- ARTIGOS DO VESTUARIO ME	15.148.472/0002-44	2015	TVP
F.F. GROUP ALIANCE INCORPORADORA LTDA ME	12.924.389/0001-40	2015	TPP/TSO
FABIANA ELISA BONELLI ME	14.292.366/0001-96	2015	TPP/TSO
FABIANA ELISA BONELLI ME	14.292.366/0001-96	2015	TVP
FABIANA KLEGIN ARNDT	038.586.789-10	2015	TAS
FABIANA KLEGIN ARNDT	038.586.789-10	2015	TPP/TSO/ISS
FABIANA KLEGIN ARNDT	038.586.789-10	2015	TVP
FABIANA RETAMAR 02546955900	17.054.437/0001-00	2015	TPP/TSO

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 27 de 74

FABIANA RETAMAR 02546955900	17.054.437/0001-00	2015	TVP
FABIANI FRANZ DA SILVA 03905304929	14.911.278/0001-25	2015	TAS
FABIANI FRANZ DA SILVA 03905304929	14.911.278/0001-25	2015	TPP/TSO
FABIANI FRANZ DA SILVA 03905304929	14.911.278/0001-25	2015	TVP
FABIANO MAIA CARVALHO	057.830.289-67	2015	TPP/TSO/ISS
FABIANO WEIGMANN - EI	14.536.852/0001-02	2015	TPP/TSO
FABIANO WEIGMANN - EI	14.536.852/0001-02	2015	TVP
FABIO EDSON MINATTO 04530355900	14.178.212/0001-78	2015	TPP/TSO
FABIO EDSON MINATTO 04530355900	14.178.212/0001-78	2015	TVP
FABIO JUNIOR WAIER 08019589970	18.300.433/0001-28	2015	TPP/TSO
FABIO JUNIOR WAIER 08019589970	18.300.433/0001-28	2015	TVP
FABIO L. B. DE MELO CIA LTDA ME	03.675.852/0002-58	2015	TPP/TSO
FABIO L. B. DE MELO CIA LTDA ME	03.675.852/0002-58	2015	TVP
FABIO SCHWARTZ 00385614926	15.416.478/0001-74	2015	TAS
FABIO SCHWARTZ 00385614926	15.416.478/0001-74	2015	TPP/TSO
FABIO SCHWARTZ 00385614926	15.416.478/0001-74	2015	TVP
FABIOLA VIEIRA DE MELO	058.853.579-60	2015	TPP/TSO/ISS
FABRICIA FERNANDES	20.648.281/0001-09	2015	TAS
FABRICIA FERNANDES	20.648.281/0001-09	2015	TVP
FABRICIO ADRIANO RUCHINSKI 05784586912	15.076.156/0001-23	2015	TAS
FABRICIO ADRIANO RUCHINSKI 05784586912	15.076.156/0001-23	2015	TPP/TSO
FABRICIO ADRIANO RUCHINSKI 05784586912	15.076.156/0001-23	2015	TVP
FABRICIO DA TRINDADE-ME	20.629.153/0001-00	2015	TAS
FABRICIO DA TRINDADE-ME	20.629.153/0001-00	2015	TPP/TSO
FABRICIO DA TRINDADE-ME	20.629.153/0001-00	2015	TVP
FACCAO LAUDA DA ROSA LTDA-ME	02.858.549/0001-47	2015	TPP/TSO
FACE.COM EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME	16.955.970/0001-80	2015	TPP/TSO
FACE.COM EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME	16.955.970/0001-80	2015	TVP
FAMA TEXTIL LTDA. - EPP	03.959.082/0001-94	2015	TPP/TSO
FAMÍLIA VOLPI CONFECÇÕES LTDA ME	19.779.376/0001-74	2015	TPP/TSO
FARMACIA SCHEN-SIL LTDA ME	14.966.011/0001-35	2015	TAS
FARMACIA SCHEN-SIL LTDA ME	14.966.011/0001-35	2015	TPP/TSO
FARMACIA SCHEN-SIL LTDA ME	14.966.011/0001-35	2015	TVP
FATIMA GERTRUDES BATISTA VON GILSA 46907246953	16.732.862/0001-49	2015	TAS
FATIMA GERTRUDES BATISTA VON GILSA 46907246953	16.732.862/0001-49	2015	TPP/TSO
FATIMA GERTRUDES BATISTA VON GILSA 46907246953	16.732.862/0001-49	2015	TVP
FELIPE JUNIOR MACHADO	18.968.037/0001-73	2015	TPP/TSO/ISS
FELIPE JUNIOR MACHADO	18.968.037/0001-73	2015	TVP
FERNANDA BARBIERI 98408518020	20.095.362/0001-10	2015	TAS
FERNANDA BARBIERI 98408518020	20.095.362/0001-10	2015	TPP/TSO
FERNANDA BARBIERI 98408518020	20.095.362/0001-10	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 28 de 74

FERNANDA REIF THOMSEN	005.797.979-02	2015	TPP/TSO/ISS
FERNANDA REIF THOMSEN	005.797.979-02	2015	TVP
FERNANDO ANDRE BODEMULLER 82441464949	14.936.473/0001-00	2015	TPP/TSO
FERNANDO ANDRE BODEMULLER 82441464949	14.936.473/0001-00	2015	TVP
FERNANDO BISSONI	065.186.359-75	2015	TPP/TSO/ISS
FERNANDO CRESCENCIO	062.282.429-54	2015	TPP/TSO/ISS
FERNANDO GONCALVES	043.732.069-37	2015	TPP/TSO/ISS
FERNANDO NATTAN SOUTO PERIUS - ME	13.504.152/0002-54	2015	TPP/TSO
FERNANDO ROTHENGURG 04145835905	18.134.451/0001-87	2015	TPP/TSO
FERNANDO ROTHENGURG 04145835905	18.134.451/0001-87	2015	TVP
FERRO FORTE COM DE SUCATAS, TRANS. E TERRAPLANAGEM LTDA ME	08.209.196/0001-30	2015	TVP
FERRO FORTE COM DE SUCATAS, TRANSP E TERRAPLANAGEM LTDA ME	08.209.196/0001-30	2015	TAS
FERRO FORTE COMERCIO DE SUCATAS, TRANSP E TERRAPLANAGEM	08.209.196/0001-30	2015	TPP/TSO
FG JARDINAGEM LTDA ME	04.884.695/0001-72	2015	TVP
FIORINDO PIMENTEL	15.776.377/0001-04	2015	TPP/TSO/ISS
FIORINDO PIMENTEL	15.776.377/0001-04	2015	TVP
FJB MORAES EMP. DE MAO DE OBRA NA CONSTRUCAO CIVIL EIRELI - ME	19.834.980/0001-56	2015	TVP
FJB MORAES EMPREITDE MAO DE OBRA NA CONST CIVIL EIRELI - ME	19.834.980/0001-56	2015	TPP/TSO
FLAVIO BEYER	18.670.127/0001-83	2015	TPP/TSO
FLAVIO BEYER	18.670.127/0001-83	2015	TVP
FLAVIO WAIER ME	21.383.913/0001-04	2015	TAS
FLAVIO WAIER ME	21.383.913/0001-04	2015	TPP/TSO
FLAVIO WAIER ME	21.383.913/0001-04	2015	TVP
FRANCIANE MOVEIS DECORATIVOS LTDA ME	21.227.771/0001-96	2015	TPP/TSO
FRANCIANE MOVEIS DECORATIVOS LTDA ME	21.227.771/0001-96	2015	TVP
FRANCIELE MAIARA GASTAO	13.234.419/0001-50	2015	TVP
FRANCISCO TONET 24751618920	12.674.508/0001-54	2015	TPP/TSO
FRANCISCO TONET 24751618920	12.674.508/0001-54	2015	TVP
FRED ROBERTO UHLMANN 62659880930	13.763.973/0001-24	2015	TAS
FRIO CENTER MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS EIRELI - ME	22.349.314/0001-37	2015	TPP/TSO
FRIO CENTER MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS EIRELI - ME	22.349.314/0001-37	2015	TVP
FUTURA COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	16.870.491/0001-61	2015	TVP
G NOVA DESIGN MOVEIS PLANEJADOS LTDA ME	01.909.949/0001-71	2015	TAS
G NOVA DESIGN MOVEIS PLANEJADOS LTDA ME	01.909.949/0001-71	2015	TPP/TSO
G NOVA DESIGN MOVEIS PLANEJADOS LTDA ME	01.909.949/0001-71	2015	TVP
G.GOMES MECANICA INDUSTRIAL LTDA - ME	01.128.211/0001-77	2015	TPP/TSO
G.GOMES MECANICA INDUSTRIAL LTDA - ME	01.128.211/0001-77	2015	TVP
G.J.C. EMPRETEIRA DE MAO DE OBRA LTDA	15.199.426/0001-93	2015	TPP/TSO
G.J.C. EMPRETEIRA DE MAO DE OBRA LTDA	15.199.426/0001-93	2015	TVP
G2 ASSESSORIA EM COMPRAS PARA CONTRUCAO CIVIL LTDA ME	15.532.074/0001-46	2015	TPP/TSO
G2 ASSESSORIA EM COMPRAS PARA CONTRUCAO CIVIL LTDA ME	15.532.074/0001-46	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 29 de 74

G3 IND DE PRE MOLDADOS EM CONCRETO E EST METALICAS LTDA	18.155.403/0001-75	2015	TAS
G3 IND DE PRE MOLDADOS EM CONCRETO E ESTRUTURAS METALICAS L	18.155.403/0001-75	2015	TPP/TSO
G3 IND. DE PRE MOLDADOS EM CONCRETO E ESTRUTURAS METALICAS L	18.155.403/0001-75	2015	TVP
GABRIEL LUIS KIRCHNER	010.402.689-86	2015	TPP/TSO/ISS
GABRIELE MACHADO WANGLON ME	16.676.726/0001-89	2015	TPP/TSO
GABRIELE MACHADO WANGLON ME	16.676.726/0001-89	2015	TVP
GAWADRYN COMERCIO DE COLCHOES E CORTINAS LTDA	20.532.338/0001-00	2015	TVP
GEAN JACIEL DE SOUZA ME	10.850.133/0001-00	2015	TAS
GEAN JACIEL DE SOUZA ME	10.850.133/0001-00	2015	TPP/TSO
GEAN JACIEL DE SOUZA ME	10.850.133/0001-00	2015	TVP
GENA TEXTIL E COMERCIO DE MAT DE CONSTRUCAO LTDA. ME	10.268.964/0001-79	2015	TPP/TSO
GENA TEXTIL E COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. ME	10.268.964/0001-79	2015	TVP
GENESIO HEINTZ	17.563.988/0001-08	2015	TAS
GENESIO HEINTZ	17.563.988/0001-08	2015	TPP/TSO
GENESIO HEINTZ	17.563.988/0001-08	2015	TVP
GIANCARLO SANTOS 73363820968	13.786.858/0001-75	2015	TAS
GIANCARLO SANTOS 73363820968	13.786.858/0001-75	2015	TPP/TSO
GIANCARLO SANTOS 73363820968	13.786.858/0001-75	2015	TVP
GILBERTO ANDREOLI	14.977.635/0001-58	2015	TPP/TSO
GILBERTO ANDREOLI	14.977.635/0001-58	2015	TVP
GILCEIA ROSA ROCHA PEREIRA ME	00.312.275/0006-75	2015	TPP/TSO
GILCEIA ROSA ROCHA PEREIRA ME	00.312.275/0006-75	2015	TVP
GILIAN RAITZ 03521939995	19.349.405/0001-68	2015	TPP/TSO
GILIAN RAITZ 03521939995	19.349.405/0001-68	2015	TVP
GILMAR DA CRUZ	15.188.664/0001-01	2015	TAS
GILMAR DA CRUZ	15.188.664/0001-01	2015	TPP/TSO
GILMAR DA CRUZ	15.188.664/0001-01	2015	TVP
GILMAR DE OLIVEIRA ME	00.075.828/0001-09	2015	TPP/TSO
GILMAR DE OLIVEIRA ME	00.075.828/0001-09	2015	TVP
GILMAR JOSE FERNANDES	003.675.829-96	2015	TAS
GILMAR JOSE FERNANDES	003.675.829-96	2015	TPP/TSO/ISS
GILMAR JOSE FERNANDES	003.675.829-96	2015	TVP
GILMAR PINHEIRO DOS SANTOS - EI	14.142.288/0001-43	2015	TPP/TSO
GILMAR PINHEIRO DOS SANTOS - EI	14.142.288/0001-43	2015	TVP
GILSON CARDOZO	031.951.749-79	2015	TPP/TSO/ISS
GILSON CARDOZO 03195174979	12.147.586/0001-09	2015	TVP
GILSON PEDRO DOS SANTOS	694.025.669-53	2015	TAS
GILSON REINHOLD	12.915.830/0001-28	2015	ISS/DP
GILSON REINHOLD	12.915.830/0001-28	2015	TAS
GILSON REINHOLD	12.915.830/0001-28	2015	TPP/TSO
GILSON REINHOLD	12.915.830/0001-28	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 30 de 74

GILTON CESAR BUZZI ME	15.001.022/0001-43	2015	TAS
GILTON CESAR BUZZI ME	15.001.022/0001-43	2015	TPP/TSO
GILTON CESAR BUZZI ME	15.001.022/0001-43	2015	TVP
GILVANE LUIS SONNTAG ME	19.013.897/0001-16	2015	TAS
GILVANE LUIS SONNTAG ME	19.013.897/0001-16	2015	TVP
GIOVANA BRANGER ME	07.373.159/0001-09	2015	TPP/TSO
GIOVANA BRANGER ME	07.373.159/0001-09	2015	TVP
GIOVANNI SUCATELLI 05116405958	20.924.942/0001-73	2015	TPP/TSO
GIOVANNI SUCATELLI 05116405958	20.924.942/0001-73	2015	TVP
GISELA KARINA TESTONI	006.293.019-21	2015	TPP/TSO/ISS
GISELA KARINA TESTONI	006.293.019-21	2015	TVP
GISELE BALDO 03780041901	21.059.428/0001-80	2015	TPP/TSO
GISELE BALDO 03780041901	21.059.428/0001-80	2015	TVP
GIULIANO RAIZER FIAMONCINI	035.220.269-69	2015	TPP/TSO/ISS
GL COMERCIO DE COLCHOES LTDA ME	04.487.920/0001-37	2015	TPP/TSO
GL COMERCIO DE COLCHOES LTDA ME	04.487.920/0001-37	2015	TVP
GLACI RODRIGUES DE LIMA	17.000.641/0001-49	2015	TPP/TSO
GLAOR DE OLIVEIRA - EI	17.965.205/0001-04	2015	TAS
GLAOR DE OLIVEIRA - EI	17.965.205/0001-04	2015	TPP/TSO
GLAOR DE OLIVEIRA - EI	17.965.205/0001-04	2015	TVP
GLOBO ESTAMPARIA LTDA ME	10.851.523/0001-03	2015	TAS
GLOBO ESTAMPARIA LTDA ME	10.851.523/0001-03	2015	TPP/TSO
GLOBO ESTAMPARIA LTDA ME	10.851.523/0001-03	2015	TVP
GLORIA GENILCE BOAVENTURA	641.834.919-91	2015	TAS
GLORIA GENILCE BOAVENTURA	641.834.919-91	2015	TPP/TSO/ISS
GLORIA GENILCE BOAVENTURA	641.834.919-91	2015	TVP
GR SERVICOS E ALIMENTACAO LTDA	02.905.110/0093-46	2015	TAS
GR SERVICOS E ALIMENTACAO LTDA	02.905.110/0093-46	2015	TPP/TSO
GR SERVICOS E ALIMENTACAO LTDA	02.905.110/0093-46	2015	TVP
GRAUCIELI DE FATIMA TOME	13.439.894/0001-62	2015	TPP/TSO
GRAUCIELI DE FATIMA TOME	13.439.894/0001-62	2015	TVP
GRETY CAMINI 04369819989	13.185.858/0001-10	2015	TAS
GRETY CAMINI 04369819989	13.185.858/0001-10	2015	TPP/TSO
GRETY CAMINI 04369819989	13.185.858/0001-10	2015	TVP
GRP COMERCIO E TRANSPORTE DE CARGAS LTDA ME	14.309.243/0001-10	2015	TAS
GRP COMERCIO E TRANSPORTE DE CARGAS LTDA ME	14.309.243/0001-10	2015	TPP/TSO
GRP COMERCIO E TRANSPORTE DE CARGAS LTDA ME	14.309.243/0001-10	2015	TVP
GTR IMOBILIARIA E PRESTADORA DE SERVICOS BANCARIOS LTDA	11.230.922/0001-01	2015	TAS
GTR IMOBILIARIA E PRESTADORA DE SERVICOS BANCARIOS LTDA	11.230.922/0001-01	2015	TPP/TSO
GTR IMOBILIARIA E PRESTADORA DE SERVICOS BANCARIOS LTDA	11.230.922/0001-01	2015	TVP
GUIOMAR VEIGA DALABENETA	16.778.135/0001-12	2015	TPP/TSO

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 31 de 74

GUIOMAR VEIGA DALABENETA	16.778.135/0001-12	2015	TVP
GUNTHER HERSING COM DE VASILHAMES LTDA	77.858.439/0001-84	2015	TAS
GUNTHER HERSING COM DE VASILHAMES LTDA	77.858.439/0001-84	2015	TPP/TSO
GUNTHER HERSING COM DE VASILHAMES LTDA	77.858.439/0001-84	2015	TVP
HABITARE CONSTRUTORA LTDA	82.975.699/0001-70	2015	TAS
HABITARE CONSTRUTORA LTDA	82.975.699/0001-70	2015	TPP/TSO
HABITARE CONSTRUTORA LTDA	82.975.699/0001-70	2015	TVP
HADAILTON PEREIRA ALVES	17.086.628/0001-54	2015	TPP/TSO
HADAILTON PEREIRA ALVES	17.086.628/0001-54	2015	TVP
HEINZ EGON ZAGER 35171359920	15.404.522/0001-26	2015	TAS
HEINZ EGON ZAGER 35171359920	15.404.522/0001-26	2015	TPP/TSO
HEINZ EGON ZAGER 35171359920	15.404.522/0001-26	2015	TVP
HEINZ PEDDINGHAUSEN 24846082920	15.001.992/0001-49	2015	TPP/TSO
HEINZ PEDDINGHAUSEN 24846082920	15.001.992/0001-49	2015	TVP
HELEN KAROLINE FELSKI 06642553969 - ME	16.768.215/0001-97	2015	TAS
HELIDA DE OLIVEIRA ROCHA LUTZOW - MEI	19.148.403/0001-00	2015	TPP/TSO
HELIDA DE OLIVEIRA ROCHA LUTZOW - MEI	19.148.403/0001-00	2015	TVP
HELIO BARBOSA 90241371953	15.185.272/0001-80	2015	TPP/TSO
HELIO BARBOSA 90241371953	15.185.272/0001-80	2015	TVP
HERALDO ARAUJO FERREIRA	16.602.729/0001-78	2015	TPP/TSO
HERALDO ARAUJO FERREIRA	16.602.729/0001-78	2015	TVP
HERMENEGILDO BATISTA 05042274910	16.814.547/0001-60	2015	TAS
HERMENEGILDO BATISTA 05042274910	16.814.547/0001-60	2015	TPP/TSO
HERMENEGILDO BATISTA 05042274910	16.814.547/0001-60	2015	TVP
HERMES DOS SANTOS	16.723.136/0001-60	2015	TAS
HERMES DOS SANTOS	16.723.136/0001-60	2015	TPP/TSO
HERMES DOS SANTOS	16.723.136/0001-60	2015	TVP
HILSON DE OLIVEIRA	039.740.459-02	2015	TPP/TSO/ISS
HIPINOZE CONFECÇOES LTDA ME	10.251.269/0001-02	2015	TPP/TSO
HIPINOZE CONFECÇOES LTDA ME	10.251.269/0001-02	2015	TVP
HOASIS CONFECÇAO E FACCAO LTDA ME	07.228.779/0001-46	2015	TPP/TSO
HOASIS CONFECÇAO E FACCAO LTDA ME	07.228.779/0001-46	2015	TVP
HP MAQ EQTOS HIDRAULICOS PNEUM LTDA ME	05.679.010/0001-19	2015	TAS
HP MAQ EQTOS HIDRAULICOS PNEUM LTDA ME	05.679.010/0001-19	2015	TPP/TSO
HP MAQ EQTOS HIDRAULICOS PNEUM LTDA ME	05.679.010/0001-19	2015	TVP
HUMBERTO AMARAL ME	11.777.865/0001-85	2015	TPP/TSO
HUMBERTO AMARAL ME	11.777.865/0001-85	2015	TVP
HUMBERTO JONATAN KREUTZFELDT 04107567923	19.052.819/0001-20	2015	TPP/TSO
HUMBERTO JONATAN KREUTZFELDT 04107567923	19.052.819/0001-20	2015	TVP
IAGO FELIPE STAROSKY TRANSPORTES ME	18.073.602/0001-34	2015	TPP/TSO
IAGO FELIPE STAROSKY TRANSPORTES ME	18.073.602/0001-34	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 32 de 74

IBI TRANSPORTES RODOVIARIOS DE PASSAGEIROS LTDA	10.833.764/0001-11	2015	TPP/TSO
IBI TRANSPORTES RODOVIARIOS DE PASSAGEIROS LTDA	10.833.764/0001-11	2015	TVP
IBIRO CONFECCOES LTDA EPP	07.836.326/0003-64	2015	TPP/TSO
IBIRO CONFECCOES LTDA EPP	07.836.326/0003-64	2015	TVP
IDEAL DISTRIBUIDORA DE ARMARINHOS LTDA ME	06.746.744/0001-36	2015	TAS
IDEAL DISTRIBUIDORA DE ARMARINHOS LTDA ME	06.746.744/0001-36	2015	TPP/TSO
IDEAL DISTRIBUIDORA DE ARMARINHOS LTDA ME	06.746.744/0001-36	2015	TVP
IDEILTO BARROS DE LUCENA	13.586.217/0001-77	2015	TPP/TSO
IDEILTO BARROS DE LUCENA	13.586.217/0001-77	2015	TVP
IGA MUSIC BAR LTDA - ME	18.000.769/0002-56	2015	TAS
IGA MUSIC BAR LTDA - ME	18.000.769/0002-56	2015	TPP/TSO
IGA MUSIC BAR LTDA - ME	18.000.769/0002-56	2015	TVP
ILARIO TILMANN	12.620.447/0001-42	2015	TAS
ILARIO TILMANN	12.620.447/0001-42	2015	TPP/TSO
ILARIO TILMANN	12.620.447/0001-42	2015	TVP
ILSE DEFREYN	16.527.006/0001-51	2015	TVP
ILUIR SIMMERMAN 04985088978	17.763.128/0001-00	2015	TPP/TSO
ILUIR SIMMERMAN 04985088978	17.763.128/0001-00	2015	TVP
ILUMINART ESQUADRIAS DE ALUMINIO LTDA ME	12.075.911/0001-67	2015	TAS
ILUMINART ESQUADRIAS DE ALUMINIO LTDA ME	12.075.911/0001-67	2015	TPP/TSO
ILUMINART ESQUADRIAS DE ALUMINIO LTDA ME	12.075.911/0001-67	2015	TVP
IMPACTOS SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA ME	13.260.249/0001-88	2015	TPP/TSO
IMPACTOS SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA ME	13.260.249/0001-88	2015	TVP
IMPORIO DOS TOLDOS LTDA ME	19.651.651/0001-70	2015	TAS
IMPORIO DOS TOLDOS LTDA ME	19.651.651/0001-70	2015	TPP/TSO
IMPORIO DOS TOLDOS LTDA ME	19.651.651/0001-70	2015	TVP
INARA CAROLINA DA SILVA ANDRIETTI ME	10.644.708/0001-39	2015	TPP/TSO
INARA CAROLINA DA SILVA ANDRIETTI ME	10.644.708/0001-39	2015	TVP
IND DE MOVEIS WLOCH LTDA ME	79.389.094/0001-92	2015	TAS
IND DE MOVEIS WLOCH LTDA ME	79.389.094/0001-92	2015	TPP/TSO
IND DE MOVEIS WLOCH LTDA ME	79.389.094/0001-92	2015	TVP
IND E COM DE CONF ME-JOTAS LTDA - ME	07.421.747/0001-62	2015	TPP/TSO
IND E COM DE CONF ME-JOTAS LTDA - ME	07.421.747/0001-62	2015	TVP
INDACONSTRU CONSTRUTORA LTDA ME	13.467.150/0001-51	2015	TPP/TSO
INDACONSTRU CONSTRUTORA LTDA ME	13.467.150/0001-51	2015	TVP
INDAIAL ADMINISTRADORA DE CONDOMINIOS LTDA ME	14.919.017/0001-51	2015	TPP/TSO
INDAIAL ADMINISTRADORA DE CONDOMINIOS LTDA ME	14.919.017/0001-51	2015	TVP
INDAIAL MOTOR CLUBE	03.058.458/0001-90	2015	TPP/TSO
INDAIAL MOTOR CLUBE	03.058.458/0001-90	2015	TVP
INDAIAL TEMPER LTDA - ME	19.861.931/0001-02	2015	TPP/TSO
INDAIAL TEMPER LTDA - ME	19.861.931/0001-02	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 33 de 74

INDAIAL TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA ME	14.062.241/0001-70	2015	TPP/TSO
INDAIAL TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA ME	14.062.241/0001-70	2015	TVP
INDARCON ARTEFATOS DE CONCRETO E MATERIAIS DE CONSTRUCAO L	05.774.213/0001-94	2015	TPP/TSO
INDARCON ARTEFATOS DE CONCRETO E MATERIAIS DE CONSTRUCAO L	05.774.213/0001-94	2015	TVP
INDARCON ARTEFATOS DE CONCRETO E MATERIAIS DE CONSTRUCAO L	05.774.213/0001-94	2015	TAS
INDASEG MEDICINA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA ME	18.562.993/0001-50	2015	TPP/TSO
INDASEG MEDICINA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA ME	18.562.993/0001-50	2015	TVP
INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LOES LTDA ME	04.495.928/0001-45	2015	TPP/TSO
INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LOES LTDA ME	04.495.928/0001-45	2015	TVP
INDUSTRIA E TEXTIL SILMURY LTDA-EPP	02.751.164/0003-48	2015	TPP/TSO
INDUSTRIA E TEXTIL SILMURY LTDA-EPP	02.751.164/0003-48	2015	TVP
INDUSTRIA TEXTIL SILMURY LTDA-EPP	02.751.164/0002-67	2015	TPP/TSO
INDUSTRIA TEXTIL SILMURY LTDA-EPP	02.751.164/0002-67	2015	TVP
INES BLOEMER FORST	18.472.839/0001-98	2015	TPP/TSO
INFOBELIN TECNOLOGIA LTDA ME	18.474.547/0001-94	2015	TPP/TSO
INFOBELIN TECNOLOGIA LTDA ME	18.474.547/0001-94	2015	TVP
INSTALADORA ELETRICA CENTRAL LTDA ME	14.080.140/0001-21	2015	TPP/TSO
INSTALADORA ELETRICA CENTRAL LTDA ME	14.080.140/0001-21	2015	TVP
INSTITUTO AMBIENTAL ARACUA	06.211.356/0001-50	2015	TPP/TSO
INSTITUTO AMBIENTAL ARACUA	06.211.356/0001-50	2015	TVP
INTERVIEW CONFECÇOES LTDA - ME	17.785.430/0001-69	2015	TPP/TSO
INTERVIEW CONFECÇOES LTDA - ME	17.785.430/0001-69	2015	TVP
IODETE SALETE BAIER CONFECÇAO ME	16.745.470/0001-14	2015	TPP/TSO
IODETE SALETE BAIER CONFECÇAO ME	16.745.470/0001-14	2015	TVP
IRACEMA CLARA DA SILVA	15.693.602/0001-49	2015	TAS
IRACEMA CLARA DA SILVA	15.693.602/0001-49	2015	TPP/TSO
IRACEMA CLARA DA SILVA	15.693.602/0001-49	2015	TVP
IRENE PEREIRA DE SOUSA ME	13.569.019/0001-03	2015	TPP/TSO
IRENE PEREIRA DE SOUSA ME	13.569.019/0001-03	2015	TVP
IRINEO LUNELLI 03715765984	16.986.658/0001-54	2015	TPP/TSO
IRINEO LUNELLI 03715765984	16.986.658/0001-54	2015	TVP
ISAAC JANUARIO ANTUNES	990.976.139-49	2015	TAS
ISAAC JANUARIO ANTUNES	990.976.139-49	2015	TPP/TSO/ISS
ISAAC JANUARIO ANTUNES	990.976.139-49	2015	TVP
ISABE INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA	08.793.235/0001-90	2015	TVP
ISABEL BEIRIZ BOMFIM ME	21.894.922/0001-60	2015	TAS
ISABEL BEIRIZ BOMFIM ME	21.894.922/0001-60	2015	TPP/TSO
ISABEL LAMIM DA SILVA	15.367.644/0001-90	2015	TPP/TSO
ISABEL LAMIM DA SILVA	15.367.644/0001-90	2015	TVP
ISABELLA PENKAL KLOCH ME	20.754.012/0001-19	2015	TPP/TSO
ISABELLA PENKAL KLOCH ME	20.754.012/0001-19	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 34 de 74

ISABELY CONFECÇÕES LTDA ME	11.595.728/0001-20	2015	TPP/TSO
ISABELY CONFECÇÕES LTDA ME	11.595.728/0001-20	2015	TVP
ISMAEL ANTONIO ANDRADE 05903544932	16.852.860/0001-93	2015	TAS
ISMAEL ANTONIO ANDRADE 05903544932	16.852.860/0001-93	2015	TPP/TSO
ISMAEL ANTONIO ANDRADE 05903544932	16.852.860/0001-93	2015	TVP
ISMAEL LIMAS	18.931.973/0001-00	2015	TPP/TSO
ISMAEL LIMAS	18.931.973/0001-00	2015	TVP
ISOLANE MARCELINO DA SILVA CARVALHO 03948677930	19.037.815/0001-73	2015	TPP/TSO
ISOLANE MARCELINO DA SILVA CARVALHO 03948677930	19.037.815/0001-73	2015	TVP
ISOLDA KLIMANSCHESKI - MEI	16.593.863/0001-50	2015	TPP/TSO
ISOLDA KLIMANSCHESKI - MEI	16.593.863/0001-50	2015	TVP
ISRAEL MEDEIROS DE SOUZA 9651494053	20.792.877/0001-70	2015	TVP
ITAMAR IRINEU GARCIA 00339955910	18.050.083/0001-99	2015	TAS
ITAMAR IRINEU GARCIA 00339955910	18.050.083/0001-99	2015	TPP/TSO
ITAMAR IRINEU GARCIA 00339955910	18.050.083/0001-99	2015	TVP
IVAN DANKER	155.620.349-72	2015	TPP/TSO/ISS
IVAN FREDERICO	660.895.739-49	2015	TPP/TSO/ISS
IVANA BREHMER	18.318.997/0001-98	2015	TPP/TSO
IVANA BREHMER	18.318.997/0001-98	2015	TVP
IVETE SCHROEDER SCHAFF 31156703972	20.925.585/0001-68	2015	TAS
IVONE BAUMANN - ME	13.269.952/0001-57	2015	TAS
IVONE BAUMANN - ME	13.269.952/0001-57	2015	TPP/TSO
IVONE BAUMANN - ME	13.269.952/0001-57	2015	TVP
IVONE MARIA PRIMEL 02758094983	14.011.839/0001-30	2015	TVP
IVONE MEWES KLEIN	01.422.009/0001-53	2015	TPP/TSO
IVONE MEWES KLEIN	01.422.009/0001-53	2015	TVP
IZOLETE SALVADOR SCHWANZ	16.615.277/0001-69	2015	TPP/TSO
IZOLETE SALVADOR SCHWANZ	16.615.277/0001-69	2015	TVP
J R M MANUFATURAS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME	02.270.517/0001-26	2015	TPP/TSO
J R M MANUFATURAS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME	02.270.517/0001-26	2015	TVP
J.A.D.E.L. CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA	11.746.335/0001-70	2015	TPP/TSO
J.A.D.E.L. CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA	11.746.335/0001-70	2015	TVP
J.E. TEXTIL LTDA. - ME	03.063.152/0002-02	2015	TPP/TSO
J.E. TEXTIL LTDA. - ME	03.063.152/0003-93	2015	TPP/TSO
J.E. TEXTIL LTDA. - ME	03.063.152/0001-21	2015	TPP/TSO
J.E. TEXTIL LTDA. - ME	03.063.152/0003-93	2015	TVP
J.FAGUNDES VESTUÁRIO - ME	19.079.116/0001-96	2015	TPP/TSO
J.FAGUNDES VESTUÁRIO - ME	19.079.116/0001-96	2015	TVP
J.M. EXTRACAO LTDA - ME	11.332.580/0001-30	2015	TAS
J.M. EXTRACAO LTDA - ME	11.332.580/0001-30	2015	TPP/TSO
J.M. EXTRACAO LTDA - ME	11.332.580/0001-30	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 35 de 74

JA ESTAMPARIA LTDA ME	18.244.252/0001-21	2015	TAS
JA ESTAMPARIA LTDA ME	18.244.252/0001-21	2015	TVP
JACIEL COELHO AMORIM 06240705900	17.564.045/0001-91	2015	TPP/TSO
JACIEL COELHO AMORIM 06240705900	17.564.045/0001-91	2015	TVP
JACIR DA SILVA 82047774934	17.890.348/0001-02	2015	TPP/TSO
JACIR DA SILVA 82047774934	17.890.348/0001-02	2015	TVP
JACKSON HENKELS	648.515.169-91	2015	TAS
JACKSON HENKELS	648.515.169-91	2015	TPP/TSO/ISS
JACKSON HENKELS	648.515.169-91	2015	TVP
JACKSON JADER GUBER 02503424996	18.522.436/0001-06	2015	TPP/TSO
JACKSON JADER GUBER 02503424996	18.522.436/0001-06	2015	TVP
JADER ROBERTO TOMAZONI PEREIRA	660.163.989-34	2015	TPP/TSO/ISS
JADER ROBERTO TOMAZONI PEREIRA	660.163.989-34	2015	TVP
JAILTON PEREIRA DE CARVALHO 08774300989	16.866.673/0001-69	2015	TPP/TSO
JAILTON PEREIRA DE CARVALHO 08774300989	16.866.673/0001-69	2015	TVP
JAIME WILSON PINTO DA SILVA JUNIOR 00757132928	15.775.970/0001-36	2015	TPP/TSO
JAIME WILSON PINTO DA SILVA JUNIOR 00757132928	15.775.970/0001-36	2015	TVP
JAIR BENTO LOURENCO	14.287.845/0001-14	2015	TAS
JAIR BENTO LOURENCO	14.287.845/0001-14	2015	TPP/TSO
JAIR BENTO LOURENCO	14.287.845/0001-14	2015	TVP
JAIR BITTENCOURT DE JESUS	249.324.779-53	2015	TAS
JAIR BITTENCOURT DE JESUS	249.324.779-53	2015	TPP/TSO/ISS
JAIR BITTENCOURT DE JESUS	249.324.779-53	2015	TVP
JAIR ROPKE ME	14.620.416/0001-17	2015	TAS
JAIR ROPKE ME	14.620.416/0001-17	2015	TPP/TSO
JAIR ROPKE ME	14.620.416/0001-17	2015	TVP
JAIRO VICENTE	007.591.949-47	2015	TPP/TSO/ISS
JAKE BIJOUX E ARTESANATO LTDA EPP	13.323.915/0001-80	2015	TAS
JAKE BIJOUX E ARTESANATO LTDA EPP	13.323.915/0001-80	2015	TPP/TSO
JAKE BIJOUX E ARTESANATO LTDA EPP	13.323.915/0001-80	2015	TVP
JALMIR SCHROEDER 94853690930	20.879.600/0001-89	2015	TAS
JALMIR SCHROEDER 94853690930	20.879.600/0001-89	2015	TPP/TSO
JALMIR SCHROEDER 94853690930	20.879.600/0001-89	2015	TVP
JAMES NECUNDE ME	11.956.061/0001-43	2015	TAS
JAMES NECUNDE ME	11.956.061/0001-43	2015	TPP/TSO
JAMES NECUNDE ME	11.956.061/0001-43	2015	TVP
JAMES WILSON TANANUSKA - EI	14.390.774/0001-80	2015	TPP/TSO
JAMES WILSON TANANUSKA - EI	14.390.774/0001-80	2015	TVP
JAMILTON CONSTANTINO ME	20.336.647/0001-04	2015	TPP/TSO
JAMILTON CONSTANTINO ME	20.336.647/0001-04	2015	TVP
JANAINA APARECIDA SARDAGNA	16.633.157/0001-94	2015	TPP/TSO

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 36 de 74

JANAINA APARECIDA SARDAGNA	16.633.157/0001-94	2015	TVP
JANAINA BENSCH 08580041945	20.841.213/0001-53	2015	TPP/TSO
JANAINA BENSCH 08580041945	20.841.213/0001-53	2015	TVP
JANAINA CAROLINI ANGIOLETTI BONONOMI 05595910984	12.946.443/0001-59	2015	TPP/TSO
JANAINA CAROLINI ANGIOLETTI BONONOMI 05595910984	12.946.443/0001-59	2015	TVP
JANAINA MARCONDES PIRES ME	13.817.797/0001-66	2015	TAS
JANAINA MARCONDES PIRES ME	13.817.797/0001-66	2015	TPP/TSO
JANAINA MARCONDES PIRES ME	13.817.797/0001-66	2015	TVP
JANDIR BERNARDO DA SILVA MEI	13.700.078/0001-60	2015	TPP/TSO
JANDIR BERNARDO DA SILVA MEI	13.700.078/0001-60	2015	TVP
JANETE BRASSIANI COMERCIO LTDA ME	14.747.880/0001-79	2015	TAS
JANETE BRASSIANI COMERCIO LTDA ME	14.747.880/0001-79	2015	TPP/TSO
JANETE BRASSIANI COMERCIO LTDA ME	14.747.880/0001-79	2015	TVP
JANETE DE AMORIM 85249416934	17.179.139/0001-47	2015	TPP/TSO
JANETE DE AMORIM 85249416934	17.179.139/0001-47	2015	TVP
JANETE FERNANDES 02313641996	18.428.703/0001-80	2015	TPP/TSO
JANETE FERNANDES 02313641996	18.428.703/0001-80	2015	TVP
JANETE PERIS	16.797.389/0001-88	2015	TPP/TSO
JANETE PERIS	16.797.389/0001-88	2015	TVP
JANICE DEBARBA (MEI)	13.657.120/0001-08	2015	TAS
JANICE DEBARBA (MEI)	13.657.120/0001-08	2015	TPP/TSO
JANICE DEBARBA (MEI)	13.657.120/0001-08	2015	TVP
JANIRA CLARICE CORDEIRO VIEIRA 69561907968	17.527.173/0001-65	2015	TAS
JANIRA CLARICE CORDEIRO VIEIRA 69561907968	17.527.173/0001-65	2015	TPP/TSO
JANIRA CLARICE CORDEIRO VIEIRA 69561907968	17.527.173/0001-65	2015	TVP
JAP ESTOFADOS LTDA.	04.732.385/0002-13	2015	TAS
JAP ESTOFADOS LTDA.	04.732.385/0002-13	2015	TVP
JAQUELINE PATRICIA MIGUEL ME	17.459.236/0001-93	2015	TPP/TSO
JAQUELINE PATRICIA MIGUEL ME	17.459.236/0001-93	2015	TVP
JAQUELINE PEREIRA & CIA LTDA - ME	02.761.078/0001-54	2015	TPP/TSO
JAQUELINE PEREIRA & CIA LTDA - ME	02.761.078/0001-54	2015	TVP
JAQUELINE SUELEN DA ROCHA	11.377.245/0001-59	2015	TAS
JAQUELINE SUELEN DA ROCHA	11.377.245/0001-59	2015	TPP/TSO
JAQUELINE SUELEN DA ROCHA	11.377.245/0001-59	2015	TVP
JAS CONSTRUCAO E OBRAS EIRELI - ME	15.760.586/0001-60	2015	TPP/TSO
JAS CONSTRUCAO E OBRAS EIRELI - ME	15.760.586/0001-60	2015	TVP
JEAN CARLOS BACAN 05112191996	16.655.259/0001-00	2015	TAS
JEAN CARLOS BACAN 05112191996	16.655.259/0001-00	2015	TPP/TSO
JEAN CARLOS BACAN 05112191996	16.655.259/0001-00	2015	TVP
JEAN CARLOS DA SILVA 94722404968	19.710.742/0001-39	2015	TPP/TSO
JEAN CARLOS DA SILVA 94722404968	19.710.742/0001-39	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 37 de 74

JEAN CARLOS GULARTE	003.436.679-24	2015	TAS
JEAN CARLOS GULARTE	003.436.679-24	2015	TPP/TSO/ISS
JEAN CARLOS GULARTE	003.436.679-24	2015	TVP
JEDIEL DE ANDRADE 01955247994	17.922.186/0001-39	2015	TPP/TSO
JEDIEL DE ANDRADE 01955247994	17.922.186/0001-39	2015	TVP
JEFERSON ANTONIO FREITAS FARIAS	065.823.299-10	2015	TPP/TSO/ISS
JEFERSON CORREA DOS SANTOS	13.937.603/0001-66	2015	TAS
JEFERSON CORREA DOS SANTOS	13.937.603/0001-66	2015	TPP/TSO
JEFERSON CORREA DOS SANTOS	13.937.603/0001-66	2015	TVP
JEFERSON HERTZ DA SILVA 82138290000	13.070.087/0001-15	2015	TPP/TSO
JEFERSON HERTZ DA SILVA 82138290000	13.070.087/0001-15	2015	TVP
JEFFERSON FERNADES - EI	14.738.375/0001-68	2015	TAS
JEFFERSON FERNADES - EI	14.738.375/0001-68	2015	TPP/TSO
JEFFERSON FERNADES - EI	14.738.375/0001-68	2015	TVP
JEFFERSON RENE ALVES	13.384.522/0001-86	2015	TAS
JEFFERSON RENE ALVES	13.384.522/0001-86	2015	TPP/TSO
JEFFERSON RENE ALVES	13.384.522/0001-86	2015	TVP
JEFFERSON RIBEIRO FERNANDES 07847567911	15.199.537/0001-08	2015	TPP/TSO
JEFFERSON RIBEIRO FERNANDES 07847567911	15.199.537/0001-08	2015	TVP
JEITO NOVO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME	07.012.054/0001-16	2015	TAS
JEITO NOVO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME	07.012.054/0001-16	2015	TVP
JERSON ARTUR MOHR ME	17.813.610/0001-07	2015	TAS
JERSON ARTUR MOHR ME	17.813.610/0001-07	2015	TPP/TSO
JERSON ARTUR MOHR ME	17.813.610/0001-07	2015	TVP
JERUSA TEREZINHA FINK	17.672.074/0001-77	2015	TAS
JESSHIANE CONFECÇÕES LTDA	04.432.807/0001-54	2015	TAS
JESSHIANE CONFECÇÕES LTDA	04.432.807/0001-54	2015	TPP/TSO
JESSHIANE CONFECÇÕES LTDA	04.432.807/0001-54	2015	TVP
JESSICA COSTA COELHO 07550116946	17.280.032/0001-90	2015	TPP/TSO
JESSICA COSTA COELHO 07550116946	17.280.032/0001-90	2015	TVP
JHONATA MACEDO	18.725.241/0001-63	2015	TAS
JHONATA MACEDO	18.725.241/0001-63	2015	TPP/TSO
JHONATA MACEDO	18.725.241/0001-63	2015	TVP
JJJ SANTOS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	16.781.605/0001-05	2015	TPP/TSO
JJJ SANTOS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	16.781.605/0001-05	2015	TVP
JMC COMERCIO DE COLCHOES LTDA ME	05.586.644/0001-27	2015	TPP/TSO
JMC COMERCIO DE COLCHOES LTDA ME	05.586.644/0001-27	2015	TVP
JOALHERIA E OPTICA REQUINTE LTDA ME	13.665.892/0001-91	2015	TPP/TSO
JOALHERIA E OPTICA REQUINTE LTDA ME	13.665.892/0001-91	2015	TVP
JOANILDE DA SILVA LEAL ME	15.267.983/0001-02	2015	TAS
JOANILDE DA SILVA LEAL ME	15.267.983/0001-02	2015	TPP/TSO

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 38 de 74

JOANILDE DA SILVA LEAL ME	15.267.983/0001-02	2015	TVP
JOANNA CRISTINA KARSTEN	13.863.525/0001-00	2015	TPP/TSO
JOANNA CRISTINA KARSTEN	13.863.525/0001-00	2015	TVP
JOAO AURELIO VOGEL ME	15.482.098/0001-38	2015	TAS
JOAO AURELIO VOGEL ME	15.482.098/0001-38	2015	TPP/TSO
JOAO CARLOS DA COSTA 02145867902	17.864.733/0001-77	2015	TAS
JOAO CARLOS DA COSTA 02145867902	17.864.733/0001-77	2015	TPP/TSO
JOAO CARLOS DA COSTA 02145867902	17.864.733/0001-77	2015	TVP
JOAO DUARTE 05224256909	15.325.276/0001-17	2015	TPP/TSO
JOAO DUARTE 05224256909	15.325.276/0001-17	2015	TVP
JOAO FERNANDO HERAT ME	10.980.633/0001-67	2015	TPP/TSO
JOAO FERNANDO HERAT ME	10.980.633/0001-67	2015	TVP
JOAO FREITAS - ME	19.534.471/0001-08	2015	TAS
JOAO FREITAS - ME	19.534.471/0001-08	2015	TPP/TSO
JOAO FREITAS - ME	19.534.471/0001-08	2015	TVP
JOAO IVAN DA COSTA MARTINS ME	20.291.081/0001-33	2015	TAS
JOAO IVAN DA COSTA MARTINS ME	20.291.081/0001-33	2015	TPP/TSO
JOAO IVAN DA COSTA MARTINS ME	20.291.081/0001-33	2015	TVP
JOAO LUCHTEMBERG DE SOUZA ME	81.549.354/0001-91	2015	TAS
JOAO LUCHTEMBERG DE SOUZA ME	81.549.354/0001-91	2015	TPP/TSO
JOAO LUCHTEMBERG DE SOUZA ME	81.549.354/0001-91	2015	TVP
JOAO LUIZ FERREIRA	636.472.229-68	2015	TPP/TSO/ISS
JOAO MARIA DOS SANTOS	14.324.772/0001-93	2015	TAS
JOAO MARIA DOS SANTOS	14.324.772/0001-93	2015	TPP/TSO
JOAO MARIA DOS SANTOS	14.324.772/0001-93	2015	TVP
JOAO MARIA MACHADO DOS SANTOS ME	17.469.440/0001-95	2015	TPP/TSO
JOAO MARIA MACHADO DOS SANTOS ME	17.469.440/0001-95	2015	TVP
JOAO OSNI BARCELLO ME	15.175.288/0001-02	2015	TAS
JOAO OSNI BARCELLO ME	15.175.288/0001-02	2015	TPP/TSO
JOAO OSNI BARCELLO ME	15.175.288/0001-02	2015	TVP
JOCEILSON DAS CHAGAS SOARES 04009260327	17.426.232/0001-09	2015	TAS
JOCEILSON DAS CHAGAS SOARES 04009260327	17.426.232/0001-09	2015	TPP/TSO
JOCEILSON DAS CHAGAS SOARES 04009260327	17.426.232/0001-09	2015	TVP
JOEL DE BETIO ANACLETO	21.244.426/0001-60	2015	TPP/TSO
JOHN CARLOS DALLAROSA	498.082.069-72	2015	TPP/TSO/ISS
JOHN CARLOS DALLAROSA	498.082.069-72	2015	TVP
JOICE CHAVES DOS SANTOS ME	19.237.554/0001-35	2015	TPP/TSO
JOICE CHAVES DOS SANTOS ME	19.237.554/0001-35	2015	TVP
JOLNEY LEITZKE	12.995.269/0001-34	2015	TAS
JOLNEY LEITZKE	12.995.269/0001-34	2015	TPP/TSO
JOLNEY LEITZKE	12.995.269/0001-34	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 39 de 74

JONAS JOSE ROEDEL ME	11.177.459/0001-81	2015	TPP/TSO
JONAS JOSE ROEDEL ME	11.177.459/0001-81	2015	TVP
JONAS PINHEIRO 00658152971	21.185.398/0001-58	2015	TPP/TSO
JONAS PINHEIRO 00658152971	21.185.398/0001-58	2015	TVP
JONAS SELL CONFECÇOES LTDA ME	09.303.339/0003-01	2015	TPP/TSO
JONAS SELL CONFECÇOES LTDA ME	09.303.339/0003-01	2015	TVP
JONATHAN FERNANDES CARDOSO ME	14.620.257/0001-50	2015	TPP/TSO
JONATHAN FERNANDES CARDOSO ME	14.620.257/0001-50	2015	TVP
JONATHAN MICHAEL MARQUES	004.341.689-63	2015	TPP/TSO/ISS
JONATHAN WILLIAN SCHULTZ GUTKNECHT - ME	22.134.686/0001-46	2015	TAS
JONATHAN WILLIAN SCHULTZ GUTKNECHT - ME	22.134.686/0001-46	2015	TPP/TSO
JORDANIO FERREIRA DE ALMEIDA ME	10.520.507/0001-20	2015	TPP/TSO
JORDANIO FERREIRA DE ALMEIDA ME	10.520.507/0001-20	2015	TVP
JORG NIETSCHE 54281920978	11.629.316/0001-63	2015	TVP
JORGE LUIZ BACAN	920.129.149-34	2015	TPP/TSO/ISS
JORGE LUIZ BAULER 03838624939	17.545.490/0001-04	2015	TAS
JORGE LUIZ BAULER 03838624939	17.545.490/0001-04	2015	TPP/TSO
JORGE LUIZ BAULER 03838624939	17.545.490/0001-04	2015	TVP
JOSE CARLOS GARCIA	13.284.058/0001-56	2015	TAS
JOSE CARLOS GARCIA	13.284.058/0001-56	2015	TPP/TSO
JOSE CARLOS GARCIA	13.284.058/0001-56	2015	TVP
JOSE FERNANDES FIGUEREDO	729.994.549-53	2015	TPP/TSO/ISS
JOSE HUMBERTO PAMA COMERCIO EPP	14.437.779/0001-11	2015	TPP/TSO
JOSE HUMBERTO PAMA COMERCIO EPP	14.437.779/0001-11	2015	TVP
JOSE LAURENTINO DE ALMEIDA	03.231.083/0001-18	2015	TPP/TSO
JOSE LAURENTINO DE ALMEIDA	03.231.083/0001-18	2015	TVP
JOSE LUIS DA SILVA FERREIRA ME	13.293.575/0001-91	2015	ISS/DP
JOSE LUIS DA SILVA FERREIRA ME	13.293.575/0001-91	2015	TAS
JOSE LUIS DA SILVA FERREIRA ME	13.293.575/0001-91	2015	TPP/TSO
JOSE LUIS DA SILVA FERREIRA ME	13.293.575/0001-91	2015	TVP
JOSE LUIS MIGOSE	21.244.680/0001-69	2015	TPP/TSO
JOSE LUIS MIGOSE	21.244.680/0001-69	2015	TVP
JOSE MAFRA	621.266.609-15	2015	TPP/TSO/ISS
JOSE MANOEL DIAS	379.627.879-53	2015	TPP/TSO/ISS
JOSE MANOEL DIAS	379.627.879-53	2015	TVP
JOSE MARTINHO NUNES	13.269.983/0001-08	2015	TPP/TSO
JOSE MARTINHO NUNES	13.269.983/0001-08	2015	TVP
JOSE RINGO CREMONINI FAGUNDEZ 54234727091	18.291.994/0001-08	2015	TPP/TSO
JOSE RINGO CREMONINI FAGUNDEZ 54234727091	18.291.994/0001-08	2015	TVP
JOSE ROVEDA	13.213.427/0001-10	2015	TAS
JOSE ROVEDA	13.213.427/0001-10	2015	TPP/TSO/ISS

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 40 de 74

JOSE ROVEDA	13.213.427/0001-10	2015	TVP
JOSE VAGNER DOS SANTOS	11.009.277/0001-00	2015	TPP/TSO
JOSE VAGNER DOS SANTOS	11.009.277/0001-00	2015	TVP
JOSE VALERIO DE NEGREIROS	19.085.903/0001-40	2015	TAS
JOSE VALERIO DE NEGREIROS	19.085.903/0001-40	2015	TPP/TSO
JOSE VALERIO DE NEGREIROS	19.085.903/0001-40	2015	TVP
JOSELITO JACY DE FREITAS	17.226.956/0001-09	2015	TAS
JOSELITO JACY DE FREITAS	17.226.956/0001-09	2015	TPP/TSO
JOSELITO JACY DE FREITAS	17.226.956/0001-09	2015	TVP
JOSIANE MACHADO	11.656.172/0001-34	2015	TPP/TSO
JOSIANE MACHADO	11.656.172/0001-34	2015	TVP
JOSIANE MOSER	065.623.689-28	2015	TPP/TSO/ISS
JOSIANE OLIVEIRA	18.020.540/0001-00	2015	TAS
JOSIANE OLIVEIRA	18.020.540/0001-00	2015	TPP/TSO
JOSIANE OLIVEIRA	18.020.540/0001-00	2015	TVP
JOSNEI DE AMORIM - EI	13.574.250/0001-87	2015	TAS
JOSNEI DE AMORIM - EI	13.574.250/0001-87	2015	TPP/TSO
JOSNEI DE AMORIM - EI	13.574.250/0001-87	2015	TVP
JOYCE CAMILA MANZKE	803.753.409-04	2015	TPP/TSO/ISS
JOYCE CAMILA MANZKE	803.753.409-04	2015	TVP
JS OPERADORA DE TURISMO LTDA ME	13.284.098/0001-06	2015	TPP/TSO
JS OPERADORA DE TURISMO LTDA ME	13.284.098/0001-06	2015	TVP
JUAREZ DA SILVA - EI	97.536.658/0001-54	2015	TAS
JUAREZ DA SILVA - EI	97.536.658/0001-54	2015	TPP/TSO
JUAREZ DA SILVA - EI	97.536.658/0001-54	2015	TVP
JUCELITO FERRARI - EI	13.423.386/0001-96	2015	TPP/TSO
JUDITE MENSOR	14.904.164/0001-58	2015	TPP/TSO
JUDITE MENSOR	14.904.164/0001-58	2015	TVP
JULIANA APARECIDA DE SOUZA 04955945988	11.636.021/0001-14	2015	TAS
JULIANA APARECIDA DE SOUZA 04955945988	11.636.021/0001-14	2015	TVP
JULIANA BEATRIZ BERRI	13.439.938/0001-54	2015	TPP/TSO
JULIANA BEATRIZ BERRI	13.439.938/0001-54	2015	TVP
JULIANA BEATRIZ SUCHARA MESKIU	042.540.919-82	2015	TPP/TSO/ISS
JULIANA BEATRIZ SUCHARA MESKIU	042.540.919-82	2015	TVP
JULIANA CORDEIRO HACK	18.890.900/0001-17	2015	TPP/TSO
JULIANA CORDEIRO HACK	18.890.900/0001-17	2015	TVP
JULIANA CRISPIM DA VEIGA ME	11.256.347/0001-16	2015	TPP/TSO
JULIANA CRISPIM DA VEIGA ME	11.256.347/0001-16	2015	TVP
JULIANA DALKE - EI	13.837.319/0001-18	2015	TPP/TSO
JULIANA DALKE - EI	13.837.319/0001-18	2015	TVP
JULIANA HOELTGEBaum ME	21.336.943/0001-60	2015	TAS

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 41 de 74

JULIANA HOELTGEBAUM ME	21.336.943/0001-60	2015	TPP/TSO
JULIANA HOELTGEBAUM ME	21.336.943/0001-60	2015	TVP
JULIANA IURI BORGES	17.823.516/0001-39	2015	TAS
JULIANA IURI BORGES	17.823.516/0001-39	2015	TPP/TSO
JULIANA IURI BORGES	17.823.516/0001-39	2015	TVP
JULIANE PERES CAVALHEIRO 03251967967	20.886.946/0001-04	2015	TPP/TSO
JULIANE PERES CAVALHEIRO 03251967967	20.886.946/0001-04	2015	TVP
JULIANO CASAS ME	22.646.270/0001-07	2015	TPP/TSO
JULIANO WEISE	18.947.064/0001-60	2015	TPP/TSO
JULIANO WEISE	18.947.064/0001-60	2015	TVP
JULIO AUGUSTO SAPAGE 02301704807	17.515.468/0001-11	2015	TAS
JULIO AUGUSTO SAPAGE 02301704807	17.515.468/0001-11	2015	TPP/TSO
JULIO AUGUSTO SAPAGE 02301704807	17.515.468/0001-11	2015	TVP
JULIO AVELINO ROSA 00706563980	17.670.701/0001-30	2015	TPP/TSO
JULIO AVELINO ROSA 00706563980	17.670.701/0001-30	2015	TVP
JUNIA MACHADO	17.705.544/0001-51	2015	TAS
JUNIA MACHADO	17.705.544/0001-51	2015	TPP/TSO
JUNIA MACHADO	17.705.544/0001-51	2015	TVP
JURACI APARECIDA BRANBILA DE SOUZA	14.029.950/0001-53	2015	TAS
JURACI APARECIDA BRANBILA DE SOUZA	14.029.950/0001-53	2015	TVP
JURANDIR DE AMORIM	14.341.106/0001-63	2015	TPP/TSO
JURANDIR DE AMORIM	14.341.106/0001-63	2015	TVP
K.E. AMORIM CONFECÇÕES LTDA ME	09.146.632/0001-32	2015	TPP/TSO
K.E. AMORIM CONFECÇÕES LTDA ME	09.146.632/0001-32	2015	TVP
K.G.M. REPRS LTDA ME	06.949.553/0001-71	2015	TPP/TSO
K.G.M. REPRS LTDA ME	06.949.553/0001-71	2015	TVP
KAIRA OLINDA SOARES ME	18.268.729/0001-09	2015	TAS
KAIRA OLINDA SOARES ME	18.268.729/0001-09	2015	TPP/TSO
KAIRA OLINDA SOARES ME	18.268.729/0001-09	2015	TVP
KALLEY JACQUELINE POLAK ME	10.511.569/0001-75	2015	TPP/TSO
KALLEY JACQUELINE POLAK ME	10.511.569/0001-75	2015	TVP
KARINE DE FREITAS SPANHOLI 09679675971	15.357.542/0001-93	2015	TAS
KARINE DE FREITAS SPANHOLI 09679675971	15.357.542/0001-93	2015	TPP/TSO
KARINE DE FREITAS SPANHOLI 09679675971	15.357.542/0001-93	2015	TVP
KATIA REBLIN	14.908.580/0001-24	2015	TPP/TSO
KATIA REBLIN	14.908.580/0001-24	2015	TVP
KEILA SAMARA DA SILVA ME	11.397.454/0001-64	2015	TAS
KEILA SAMARA DA SILVA ME	11.397.454/0001-64	2015	TPP/TSO
KEILA SAMARA DA SILVA ME	11.397.454/0001-64	2015	TVP
KFK CONSTRUÇÕES EIRELI ME	19.655.230/0001-17	2015	TVP
KISSOM SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO LTDA ME	95.765.715/0001-41	2015	TPP/TSO

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 42 de 74

KLEBBER COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA	05.219.352/0001-56	2015	TPP/TSO
KLEBBER COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA	05.219.352/0001-56	2015	TVP
KOCH CONFECCAO LTDA ME	12.875.174/0001-87	2015	TPP/TSO
KOCH CONFECCAO LTDA ME	12.875.174/0001-87	2015	TVP
KOPSCH TRANSPORTES LTDA ME	11.178.973/0001-31	2015	TAS
KOPSCH TRANSPORTES LTDA ME	11.178.973/0001-31	2015	TPP/TSO
KOPSCH TRANSPORTES LTDA ME	11.178.973/0001-31	2015	TVP
KOREGA REPRESENTACOES EIRELI	72.289.572/0001-43	2015	TPP/TSO
KOREGA REPRESENTACOES EIRELI	72.289.572/0001-43	2015	TVP
KP CONSTRUTORA LTDA ME	19.275.651/0001-12	2015	TPP/TSO
KP CONSTRUTORA LTDA ME	19.275.651/0001-12	2015	TVP
KRV CONFECCOES LTDA ME	13.256.438/0001-87	2015	TPP/TSO
KRV CONFECCOES LTDA ME	13.256.438/0001-87	2015	TVP
KSM EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA	11.104.730/0001-59	2015	TPP/TSO
KSM EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA	11.104.730/0001-59	2015	TVP
KZZO JEANS EIRELI - ME	19.938.358/0002-79	2015	TPP/TSO
KZZO JEANS EIRELI - ME	19.938.358/0002-79	2015	TVP
L. R. PEREIRA CIA LTDA ME	02.161.300/0002-69	2015	TPP/TSO
L. R. PEREIRA CIA LTDA ME	02.161.300/0002-69	2015	TVP
L. R. PEREIRA CIA LTDA ME	02.161.300/0002-69	2015	TAS
L.C.A.P. SERVICE LTDA ME	06.117.116/0001-91	2015	TAS
L.C.A.P. SERVICE LTDA ME	06.117.116/0001-91	2015	TPP/TSO
L.C.A.P. SERVICE LTDA ME	06.117.116/0001-91	2015	TVP
L.X.S. REINERT ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	20.690.432/0001-89	2015	TAS
L.X.S. REINERT ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	20.690.432/0001-89	2015	TPP/TSO
L.X.S. REINERT ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	20.690.432/0001-89	2015	TVP
LABEL CONFECCOES LTDA ME	01.996.207/0001-20	2015	TPP/TSO
LABEL CONFECCOES LTDA ME	01.996.207/0001-20	2015	TVP
LABEL D'ORE ALIMENTOS LTDA	13.503.864/0001-78	2015	TAS
LABEL D'ORE ALIMENTOS LTDA	13.503.864/0001-78	2015	TPP/TSO
LABEL D'ORE ALIMENTOS LTDA	13.503.864/0001-78	2015	TVP
LANCHES DA HORA LTDA - ME	10.975.330/0001-56	2015	TAS
LANCHES DA HORA LTDA - ME	10.975.330/0001-56	2015	TPP/TSO
LANCHES DA HORA LTDA - ME	10.975.330/0001-56	2015	TVP
LANCHONETE VALE DO SUCO LTDA ME	14.240.228/0001-63	2015	TAS
LANCHONETE VALE DO SUCO LTDA ME	14.240.228/0001-63	2015	TPP/TSO
LANCHONETE VALE DO SUCO LTDA ME	14.240.228/0001-63	2015	TVP
LANZARIN CONSTRUÇÕES LTDA	23.084.196/0001-45	2015	TPP/TSO
LANZARIN CONSTRUÇÕES LTDA	23.084.196/0001-45	2015	TVP
LARA DJULLI DALPONTE BERKA ME	14.107.493/0001-78	2015	TPP/TSO
LARA DJULLI DALPONTE BERKA ME	14.107.493/0001-78	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 43 de 74

LAUDENIR VRES	539.211.949-20	2015	TPP/TSO/ISS
LAUDENIR VRES	539.211.949-20	2015	TVP
LAUNIR RADDATZ	747.053.699-04	2015	TPP/TSO
LAURO CACHOVSKI	11.537.368/0001-00	2015	TPP/TSO
LAURO CACHOVSKI	11.537.368/0001-00	2015	TVP
LAURO CATAFESTA - EI	14.136.555/0001-70	2015	TPP/TSO
LAURO CATAFESTA - EI	14.136.555/0001-70	2015	TVP
LEADERS CLUB IND TEXTEIL LTDA ME	07.419.472/0001-22	2015	TPP/TSO
LEADERS CLUB IND TEXTEIL LTDA ME	07.419.472/0001-22	2015	TVP
LEANDRO CORREA LINK ME	12.492.066/0001-25	2015	TAS
LEANDRO CORREA LINK ME	12.492.066/0001-25	2015	TPP/TSO
LEANDRO CORREA LINK ME	12.492.066/0001-25	2015	TVP
LEANDRO DA SILVA	18.433.394/0001-37	2015	TPP/TSO
LEANDRO DA SILVA	18.433.394/0001-37	2015	TVP
LEANDRO MARCOLIN	053.793.769-24	2015	TPP/TSO/ISS
LEANDRO RAFAEL TEUBER	13.479.843/0001-64	2015	TAS
LEANDRO RAFAEL TEUBER	13.479.843/0001-64	2015	TPP/TSO
LEANDRO RAFAEL TEUBER	13.479.843/0001-64	2015	TVP
LEANDRO TIBES DE PAULA	050.723.839-70	2015	TPP/TSO/ISS
LECY IND E COM DE MALHAS LTDA	83.137.646/0002-23	2015	TPP/TSO
LECY IND E COM DE MALHAS LTDA	83.137.646/0002-23	2015	TVP
LEOMAR SCHUSTER	15.385.904/0001-50	2015	TPP/TSO
LEOMAR SCHUSTER	15.385.904/0001-50	2015	TVP
LEON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME	23.605.260/0001-96	2015	TPP/TSO
LEON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME	23.605.260/0001-96	2015	TVP
LEONEL ALVES DE SOUZA	12.514.405/0001-27	2015	TAS
LEONEL ALVES DE SOUZA	12.514.405/0001-27	2015	TPP/TSO
LEONEL ALVES DE SOUZA	12.514.405/0001-27	2015	TVP
LETICIA CAPISTRANO ME	17.463.863/0001-06	2015	TAS
LETICIA CAPISTRANO ME	17.463.863/0001-06	2015	TPP/TSO
LETICIA CAPISTRANO ME	17.463.863/0001-06	2015	TVP
LHM ORGANIZACAO DE EXCURSOES E TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	10.746.461/0001-61	2015	TPP/TSO
LHM ORGANIZACAO DE EXCURSOES E TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME	10.746.461/0001-61	2015	TVP
LIA SONIA WOLFF KLITZKE - ME	85.202.257/0001-89	2015	TPP/TSO
LIA SONIA WOLFF KLITZKE - ME	85.202.257/0001-89	2015	TVP
LIAMAR ROSEMERI FIRMINO DA SILVA 84800488915	21.577.206/0001-59	2015	TAS
LIAMAR ROSEMERI FIRMINO DA SILVA 84800488915	21.577.206/0001-59	2015	TPP/TSO
LIAMAR ROSEMERI FIRMINO DA SILVA 84800488915	21.577.206/0001-59	2015	TVP
LIDER ATACADO LTDA ME	05.786.051/0001-04	2015	TAS
LIDER ATACADO LTDA ME	05.786.051/0001-04	2015	TPP/TSO
LIDER ATACADO LTDA ME	05.786.051/0001-04	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 44 de 74

LIGIA CARLA MOSER 02225588902	15.310.633/0001-73	2015	TPP/TSO
LIGIA CARLA MOSER 02225588902	15.310.633/0001-73	2015	TVP
LINDOLFO BREY JUNIOR 05021739980	15.864.780/0001-95	2015	TPP/TSO
LINDOLFO BREY JUNIOR 05021739980	15.864.780/0001-95	2015	TVP
LINDOLFO JUNIOR OLIVEIRA 34250099822'	12.610.636/0001-34	2015	TPP/TSO
LINDOLFO JUNIOR OLIVEIRA 34250099822'	12.610.636/0001-34	2015	TVP
LINDOMAR DE SOUZA	506.847.440-15	2015	TPP/TSO/ISS
LINDOMAR DE SOUZA	506.847.440-15	2015	TVP
LIRIO KOEPEL	04.452.614/0001-65	2015	TPP/TSO
LIRIO KOEPEL	04.452.614/0001-65	2015	TVP
LISANDRO MULLER BORDADOS LTDA ME	19.845.027/0001-03	2015	TPP/TSO
LIVRARIA E EDITORA LDV LTDA	03.042.939/0001-07	2015	TPP/TSO
LIVRARIA E EDITORA LDV LTDA	03.042.939/0001-07	2015	TVP
LM COMERCIO DE MOTOS LTDA ME	08.964.265/0001-11	2015	TPP/TSO
LM COMERCIO DE MOTOS LTDA ME	08.964.265/0001-11	2015	TVP
LOCADORA DE M O ST MORAES LTDA	03.624.461/0001-23	2015	TPP/TSO
LOCADORA DE M O ST MORAES LTDA	03.624.461/0001-23	2015	TVP
LOCADORA DE MAO DE OBRA INDACON LTDA	14.633.632/0001-05	2015	TPP/TSO
LOCADORA DE MAO DE OBRA INDACON LTDA	14.633.632/0001-05	2015	TVP
LOCAL CERTO COMERCIO DE VEICULOS LTDA - EPP	19.235.182/0001-08	2015	TPP/TSO
LOCAL CERTO COMERCIO DE VEICULOS LTDA - EPP	19.235.182/0001-08	2015	TVP
LODEMAR BLOEDORN - ME	07.424.028/0001-03	2015	TAS
LODEMAR BLOEDORN - ME	07.424.028/0001-03	2015	TPP/TSO
LODEMAR BLOEDORN - ME	07.424.028/0001-03	2015	TVP
LOJAS PRESIDENTE LTDA	83.073.486/0009-72	2015	TAS
LOJAS PRESIDENTE LTDA	83.073.486/0009-72	2015	TVP
LORENI GRAZIELA BITTELBRUNN ME	15.503.194/0001-15	2015	TPP/TSO
LORENI GRAZIELA BITTELBRUNN ME	15.503.194/0001-15	2015	TVP
LORIVAL MEDEIROS ME	11.504.955/0001-00	2015	TPP/TSO
LORIVAL MEDEIROS ME	11.504.955/0001-00	2015	TVP
LOTHMAR JANDIR KOEPP	13.734.838/0001-50	2015	TPP/TSO
LOTHMAR JANDIR KOEPP	13.734.838/0001-50	2015	TVP
LOTHUS EXPORT IND E COM LTDA	03.323.545/0001-27	2015	TAS
LOTHUS EXPORT IND E COM LTDA	03.323.545/0001-27	2015	TPP/TSO
LOTHUS EXPORT IND E COM LTDA	03.323.545/0001-27	2015	TVP
LUAN RODRIGO ROEDEL - ME	19.587.352/0001-13	2015	TPP/TSO
LUAN RODRIGO ROEDEL - ME	19.587.352/0001-13	2015	TVP
LUCAS ELOI DE SANTANA 97813095200	17.758.075/0001-39	2015	TPP/TSO
LUCAS ELOI DE SANTANA 97813095200	17.758.075/0001-39	2015	TVP
LUCAS RAPHAEL SIMAS 08256913975	20.834.751/0001-10	2015	TAS
LUCAS RAPHAEL SIMAS 08256913975	20.834.751/0001-10	2015	TPP/TSO

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 45 de 74

LUCAS RAPHAEL SIMAS 08256913975	20.834.751/0001-10	2015	TVP
LUCAS ROBERTO BALDO GIELAND ME	20.977.379/0001-00	2015	TPP/TSO
LUCAS ROBERTO BALDO GIELAND ME	20.977.379/0001-00	2015	TVP
LUCELIA DE LIMA DA SILVA	13.836.146/0001-13	2015	TAS
LUCELIA DE LIMA DA SILVA	13.836.146/0001-13	2015	TVP
LUCI NIEMEYER	14.021.542/0001-55	2015	TPP/TSO
LUCI NIEMEYER	14.021.542/0001-55	2015	TVP
LUCIANA CAROLINE BASCTE ME	13.548.147/0001-62	2015	TPP/TSO
LUCIANA CAROLINE BASCTE ME	13.548.147/0001-62	2015	TVP
LUCIANA FERREIRA DA SILVA ME	16.366.300/0001-29	2015	TPP/TSO
LUCIANA FERREIRA DA SILVA ME	16.366.300/0001-29	2015	TVP
LUCIANA SILVA DE AZAMBUJA	13.464.049/0001-47	2015	TAS
LUCIANA SILVA DE AZAMBUJA	13.464.049/0001-47	2015	TPP/TSO
LUCIANA SILVA DE AZAMBUJA	13.464.049/0001-47	2015	TVP
LUCIANA WITTIG JACQUES	16.558.673/0001-00	2015	TAS
LUCIANA WITTIG JACQUES	16.558.673/0001-00	2015	TPP/TSO
LUCIANA WITTIG JACQUES	16.558.673/0001-00	2015	TVP
LUCIANA ZANIS 89630181991	17.709.787/0001-68	2015	TVP
LUCIANE VERIDIANA GOMES 95962077091	14.934.726/0001-06	2015	TAS
LUCIANE VERIDIANA GOMES 95962077091	14.934.726/0001-06	2015	TPP/TSO
LUCIANE VERIDIANA GOMES 95962077091	14.934.726/0001-06	2015	TVP
LUCIANO FIDELIS	832.588.689-72	2015	TPP/TSO/ISS
LUCIANO METZNER BORDADOS ME	10.357.586/0001-08	2015	TPP/TSO
LUCIANO METZNER BORDADOS ME	10.357.586/0001-08	2015	TVP
LUCIANO VOIGT	13.706.907/0001-12	2015	TAS
LUCIANO VOIGT	13.706.907/0001-12	2015	TPP/TSO
LUCIANO VOIGT	13.706.907/0001-12	2015	TVP
LUCIMAR ALVES DOS SANTOS RUFINO	11.375.814/0001-27	2015	TPP/TSO
LUCIMAR ALVES DOS SANTOS RUFINO	11.375.814/0001-27	2015	TVP
LUCINEIDE DE ANDRADE 02990526994	15.866.301/0001-70	2015	TPP/TSO
LUCINEIDE DE ANDRADE 02990526994	15.866.301/0001-70	2015	TVP
LUCIOLA BOGO PETRY KRENKEL	11.695.323/0001-63	2015	TPP/TSO
LUCIOLA BOGO PETRY KRENKEL	11.695.323/0001-63	2015	TVP
LUIS CARLOS CONSTANTINO 83259007920	15.282.633/0001-07	2015	TAS
LUIS CARLOS CONSTANTINO 83259007920	15.282.633/0001-07	2015	TPP/TSO
LUIS CARLOS CONSTANTINO 83259007920	15.282.633/0001-07	2015	TVP
LUIS EDUARDO DA SILVA CORREA ME	19.079.140/0001-25	2015	TAS
LUIS EDUARDO DA SILVA CORREA ME	19.079.140/0001-25	2015	TPP/TSO
LUIS EDUARDO DA SILVA CORREA ME	19.079.140/0001-25	2015	TVP
LUIS FERNANDO DAVID - EI	13.769.913/0001-19	2015	TPP/TSO
LUIS FERNANDO DAVID - EI	13.769.913/0001-19	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 46 de 74

LUIZ ANTONIO FORTES	13.315.840/0001-95	2015	TAS
LUIZ ANTONIO FORTES	13.315.840/0001-95	2015	TPP/TSO
LUIZ ANTONIO FORTES	13.315.840/0001-95	2015	TVP
LUIZ CARDOZO GAUCHO - ME	10.205.040/0001-23	2015	TAS
LUIZ CARDOZO GAUCHO - ME	10.205.040/0001-23	2015	TPP/TSO
LUIZ CARDOZO GAUCHO - ME	10.205.040/0001-23	2015	TVP
LUIZ CARLOS WOELFER	19.213.682/0001-49	2015	TAS
LUIZ CARLOS WOELFER	19.213.682/0001-49	2015	TPP/TSO
LUIZ CARLOS WOELFER	19.213.682/0001-49	2015	TVP
LUIZ EMERSON DA SILVA 99887967904	21.150.169/0001-06	2015	TVP
LUIZ NICOLAU FELIPPE	895.737.819-72	2015	TPP/TSO/ISS
LUIZ NICOLAU FELIPPE	895.737.819-72	2015	TVP
LUIZ RAMOS CONSTRUCAO CIVIL LTDA	16.588.862/0001-17	2015	TPP/TSO
LUIZ RAMOS CONSTRUCAO CIVIL LTDA	16.588.862/0001-17	2015	TVP
LUIZA BISSONI 09157771936	15.757.006/0001-85	2015	TVP
LUNEDI MALHAS CONFECÇOES LTDA ME	82.889.098/0003-06	2015	TPP/TSO
LUNEDI MALHAS CONFECÇOES LTDA ME	82.889.098/0003-06	2015	TVP
LUZ DO DIA CONFECÇOES LTDA ME	11.236.303/0001-24	2015	TPP/TSO
LUZ DO DIA CONFECÇOES LTDA ME	11.236.303/0001-24	2015	TVP
M J GNV INJEÇÃO ELETRONICA LTDA ME	18.503.141/0001-92	2015	TVP
M V L CONFECÇOES LTDA ME	81.832.628/0001-55	2015	TPP/TSO
M V L CONFECÇOES LTDA ME	81.832.628/0001-55	2015	TVP
M.D.N. JORNAIS LTDA ME	05.679.471/0001-91	2015	TPP/TSO
M.D.N. JORNAIS LTDA ME	05.679.471/0001-91	2015	TVP
MABITI SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA ME	07.659.574/0001-15	2015	TPP/TSO
MABITI SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA ME	07.659.574/0001-15	2015	TVP
MADALL COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI EPP	07.659.875/0001-49	2015	TAS
MADALL COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI EPP	07.659.875/0001-49	2015	TVP
MAGALI MARI MANNRICH	601.983.389-53	2015	TPP/TSO/ISS
MAGALI TOTTENE	11.777.139/0001-62	2015	TPP/TSO
MAGALI TOTTENE	11.777.139/0001-62	2015	TVP
MAGIC COMERCIAL LTDA EPP	06.223.139/0001-80	2015	TAS
MAGIC COMERCIAL LTDA EPP	06.223.139/0001-80	2015	TPP/TSO
MAGIC COMERCIAL LTDA EPP	06.223.139/0001-80	2015	TVP
MAHALA COMERCIO DE CONFECÇOES EIRELI ME	07.279.117/0001-03	2015	TVP
MAICON DEIVID DA SILVA	19.330.296/0001-37	2015	TPP/TSO
MAICON DEIVID DA SILVA	19.330.296/0001-37	2015	TVP
MAICON RODRIGUES 07458416947	13.710.773/0001-03	2015	TPP/TSO
MAICON RODRIGUES 07458416947	13.710.773/0001-03	2015	TVP
MALIK LOCADORA E INCORPORADORA DE BENS LTDA	17.751.057/0001-25	2015	TPP/TSO
MALIK LOCADORA E INCORPORADORA DE BENS LTDA	17.751.057/0001-25	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 47 de 74

MALTA INDÚSTRIA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA-ME	02.225.492/0001-49	2015	TPP/TSO
MALTA INDÚSTRIA COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA-ME	02.225.492/0001-49	2015	TVP
MANOEL VENTURA	17.221.344/0001-23	2015	TAS
MANOEL VENTURA	17.221.344/0001-23	2015	TPP/TSO
MANOEL VENTURA	17.221.344/0001-23	2015	TVP
MARCELA CONACO ME	10.860.048/0001-23	2015	TAS
MARCELA CONACO ME	10.860.048/0001-23	2015	TPP/TSO
MARCELA CONACO ME	10.860.048/0001-23	2015	TVP
MARCELA PASQUALI KLOEHN - ME	17.896.662/0001-94	2015	TAS
MARCELA PASQUALI KLOEHN - ME	17.896.662/0001-94	2015	TPP/TSO
MARCELA PASQUALI KLOEHN - ME	17.896.662/0001-94	2015	TVP
MARCELO ALEXANDRE AMORIM 00699768993	17.023.646/0001-97	2015	TPP/TSO
MARCELO ALEXANDRE AMORIM 00699768993	17.023.646/0001-97	2015	TVP
MARCELO ANTONIO MOREIRA ME	15.432.886/0001-10	2015	TAS
MARCELO ANTONIO MOREIRA ME	15.432.886/0001-10	2015	TPP/TSO
MARCELO ANTONIO MOREIRA ME	15.432.886/0001-10	2015	TVP
MARCELO BORTOLUZZI	719.948.589-15	2015	TPP/TSO/ISS
MARCELO COELHO 72912952972 ME	13.802.852/0001-44	2015	TPP/TSO
MARCELO COELHO 72912952972 ME	13.802.852/0001-44	2015	TVP
MARCELO FERNANDO BACIL COELHO 07638506910	18.042.637/0001-06	2015	TAS
MARCELO FERNANDO BACIL COELHO 07638506910	18.042.637/0001-06	2015	TPP/TSO
MARCELO FERNANDO BACIL COELHO 07638506910	18.042.637/0001-06	2015	TVP
MARCELO LUCINI	757.842.119-00	2015	TPP/TSO/ISS
MARCELO SANTOS 73272981934	16.806.731/0001-69	2015	TPP/TSO
MARCELO SANTOS 73272981934	16.806.731/0001-69	2015	TVP
MARCELO SARDAGNA	14.268.277/0001-04	2015	TPP/TSO
MARCELO SARDAGNA	14.268.277/0001-04	2015	TVP
MARCENARIA LS DESIGN DE INTERIORES LTDA ME	08.761.000/0003-88	2015	TPP/TSO
MARCENARIA LS DESIGN DE INTERIORES LTDA ME	08.761.000/0003-88	2015	TVP
MARCIA REGINA MACANEIRO KRIECK 00489970990	14.416.045/0001-56	2015	TPP/TSO
MARCIA REGINA MACANEIRO KRIECK 00489970990	14.416.045/0001-56	2015	TVP
MARIELI SCHLICHMANN 05389241959	17.729.361/0001-76	2015	TAS
MARIELI SCHLICHMANN 05389241959	17.729.361/0001-76	2015	TPP/TSO
MARIELI SCHLICHMANN 05389241959	17.729.361/0001-76	2015	TVP
MARCIO DANCKER 02606247990	18.638.904/0001-02	2015	TPP/TSO
MARCIO DANCKER 02606247990	18.638.904/0001-02	2015	TVP
MARCIO GONCALVES MEI	19.315.722/0001-63	2015	TAS
MARCIO GONCALVES MEI	19.315.722/0001-63	2015	TPP/TSO
MARCIO GONCALVES MEI	19.315.722/0001-63	2015	TVP
MARCIO HORDINA	12.667.826/0001-98	2015	TPP/TSO
MARCIO HORDINA	12.667.826/0001-98	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 48 de 74

MARCIO MARCONDES LAMIM	13.411.021/0001-41	2015	TPP/TSO
MARCIO MARCONDES LAMIM	13.411.021/0001-41	2015	TVP
MARCIO RODRIGO ANACLETO	13.937.062/0001-76	2015	TAS
MARCIO RODRIGO ANACLETO	13.937.062/0001-76	2015	TPP/TSO
MARCIO ZECH	13.443.802/0001-18	2015	TPP/TSO
MARCIONEIDE DE OLIVEIRA ARAUJO	16.724.495/0001-31	2015	TPP/TSO
MARCIONEIDE DE OLIVEIRA ARAUJO	16.724.495/0001-31	2015	TVP
MARCO ANTONIO BELL ME	14.313.578/0001-02	2015	TAS
MARCO ANTONIO BELL ME	14.313.578/0001-02	2015	TPP/TSO
MARCO ANTONIO BELL ME	14.313.578/0001-02	2015	TVP
MARCO ANTONIO DOS SANTOS	048.161.878-39	2015	TPP/TSO
MARCOS ADRIANO TOMIO RIBEIRO	909.625.919-04	2015	TAS
MARCOS ADRIANO TOMIO RIBEIRO	909.625.919-04	2015	TPP/TSO/ISS
MARCOS ADRIANO TOMIO RIBEIRO	909.625.919-04	2015	TVP
MARCOS BRATFISCH	15.184.280/0001-02	2015	TPP/TSO
MARCOS BRATFISCH	15.184.280/0001-02	2015	TVP
MARCOS EDUARDO LACH	16.776.952/0001-31	2015	TAS
MARCOS EDUARDO LACH	16.776.952/0001-31	2015	TPP/TSO
MARCOS EDUARDO LACH	16.776.952/0001-31	2015	TVP
MARCOS HENRIQUE REITER	293.270.249-15	2015	TPP/TSO/ISS
MARCOS JUNIOR RODRIGUES	04.672.891/0001-83	2015	TAS
MARCOS JUNIOR RODRIGUES	04.672.891/0001-83	2015	TPP/TSO
MARCOS JUNIOR RODRIGUES	04.672.891/0001-83	2015	TVP
MARCOS MARTINS BARROS ME	11.680.068/0001-85	2015	TPP/TSO
MARCOS MARTINS BARROS ME	11.680.068/0001-85	2015	TVP
MARCOS MONTEIRO 05918959947	17.176.027/0001-32	2015	TPP/TSO
MARCOS MONTEIRO 05918959947	17.176.027/0001-32	2015	TVP
MARCOS MULLER	028.326.419-54	2015	TPP/TSO/ISS
MARCOS MULLER	028.326.419-54	2015	TVP
MARCOS RAFAEL WESTPHAL 07673044978	16.843.934/0001-25	2015	TPP/TSO
MARCOS REINHOLD	76.863.208/0001-04	2015	TAS
MARCOS REINHOLD	76.863.208/0001-04	2015	TPP/TSO
MARCOS REINHOLD	76.863.208/0001-04	2015	TVP
MARCOS ROBERTO BENING	586.359.049-15	2015	TPP/TSO/ISS
MARCOS VINICIUS TEIXEIRA	14.220.146/0001-57	2015	TPP/TSO
MARCOS VINICIUS TEIXEIRA	14.220.146/0001-57	2015	TVP
MARGARETE HOMEM 48535192972	17.373.950/0001-64	2015	TPP/TSO
MARGARETE HOMEM 48535192972	17.373.950/0001-64	2015	TVP
MARGARETH WESNICK - EI	14.530.761/0001-60	2015	TPP/TSO
MARGARETH WESNICK - EI	14.530.761/0001-60	2015	TVP
MARI CLEUSA DOS SANTOS	21.433.619/0001-60	2015	TAS

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 49 de 74

MARI CLEUSA DOS SANTOS	21.433.619/0001-60	2015	TPP/TSO
MARI CLEUSA DOS SANTOS	21.433.619/0001-60	2015	TVP
MARI LUCIA QUIRANT - ME	18.855.552/0001-47	2015	TPP/TSO
MARIA APARECIDA GOMES GUIMARAES	15.155.937/0001-03	2015	TAS
MARIA APARECIDA GOMES GUIMARAES	15.155.937/0001-03	2015	TPP/TSO
MARIA APARECIDA GOMES GUIMARAES	15.155.937/0001-03	2015	TVP
MARIA APARECIDA MACHADO LEMKUHL ME	05.496.319/0001-73	2015	TAS
MARIA APARECIDA MACHADO LEMKUHL ME	05.496.319/0001-73	2015	TPP/TSO
MARIA APARECIDA MACHADO LEMKUHL ME	05.496.319/0001-73	2015	TVP
MARIA AUXILIADORA FERREIRA 05975726905	21.387.690/0001-53	2015	TAS
MARIA AUXILIADORA FERREIRA 05975726905	21.387.690/0001-53	2015	TPP/TSO
MARIA AUXILIADORA FERREIRA 05975726905	21.387.690/0001-53	2015	TVP
MARIA DANIELLE DA SILVA BARROSO ME	14.608.864/0001-03	2015	TPP/TSO
MARIA DANIELLE DA SILVA BARROSO ME	14.608.864/0001-03	2015	TVP
MARIA DE LIMA SILVA NOGUEIRA	18.467.082/0001-44	2015	TPP/TSO
MARIA DE LIMA SILVA NOGUEIRA	18.467.082/0001-44	2015	TVP
MARIA ELIETE ARAUJO MOURA	365.333.513-20	2015	TAS
MARIA ELIETE ARAUJO MOURA	365.333.513-20	2015	TPP/TSO/ISS
MARIA ELIETE ARAUJO MOURA	365.333.513-20	2015	TVP
MARIA INES THOLL	15.089.372/0001-03	2015	TPP/TSO
MARIA INES THOLL	15.089.372/0001-03	2015	TVP
MARIA ISABEL ANTUNES R. P. DA COSTA ME	05.953.998/0001-62	2015	TPP/TSO
MARIA ISABEL ANTUNES R. P. DA COSTA ME	05.953.998/0001-62	2015	TVP
MARIA MARGARETE DO NASCIMENTO ME	12.602.203/0001-37	2015	TPP/TSO
MARIA MARGARETE DO NASCIMENTO ME	12.602.203/0001-37	2015	TVP
MARIA PEDROZO	612.356.109-00	2015	TPP/TSO/ISS
MARIA SALETE PAULA CORTES	17.286.146/0001-48	2015	TAS
MARIA SALETE PAULA CORTES	17.286.146/0001-48	2015	TVP
MARIA TEREZINHA DE OLIVEIRA - EI	13.261.671/0001-58	2015	TPP/TSO
MARIA TEREZINHA DE OLIVEIRA - EI	13.261.671/0001-58	2015	TVP
MARIANI NAZARIO	16.621.098/0001-34	2015	TAS
MARIANI NAZARIO	16.621.098/0001-34	2015	TPP/TSO/ISS
MARIANI NAZARIO	16.621.098/0001-34	2015	TVP
MARILENE AVELINO JOAQUIM COMERCIO - ME	02.594.586/0001-95	2015	TAS
MARILENE AVELINO JOAQUIM COMERCIO - ME	02.594.586/0001-95	2015	TPP/TSO
MARILENE AVELINO JOAQUIM COMERCIO - ME	02.594.586/0001-95	2015	TVP
MARILENE DIMAS AMBOS ME	14.416.417/0001-44	2015	TPP/TSO
MARILENE DIMAS AMBOS ME	14.416.417/0001-44	2015	TVP
MARILENE MARTINS DA LUZ	13.311.348/0001-41	2015	TAS
MARILENE MARTINS DA LUZ	13.311.348/0001-41	2015	TPP/TSO
MARILENE MARTINS DA LUZ	13.311.348/0001-41	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 50 de 74

MARINA LUCIO 04660132994	17.740.702/0001-04	2015	TAS
MARINA LUCIO 04660132994	17.740.702/0001-04	2015	TPP/TSO
MARINA LUCIO 04660132994	17.740.702/0001-04	2015	TVP
MARIO CELSO GARCIA 00428348998	15.079.458/0001-55	2015	TPP/TSO
MARIO CELSO GARCIA 00428348998	15.079.458/0001-55	2015	TVP
MARISA DE FATIMA MARIANO	005.367.109-02	2015	TPP/TSO/ISS
MARISA DE FATIMA MARIANO	005.367.109-02	2015	TVP
MARISA TOLENTINO OCKNER - EI	14.199.965/0001-60	2015	TPP/TSO
MARISA TOLENTINO OCKNER - EI	14.199.965/0001-60	2015	TVP
MARLEI RIBEIRO 04268944990	17.716.525/0001-20	2015	TPP/TSO
MARLEI RIBEIRO 04268944990	17.716.525/0001-20	2015	TVP
MARLENE RODRIGUES DOS SANTOS	13.784.735/0001-03	2015	TPP/TSO
MARLENE RODRIGUES DOS SANTOS	13.784.735/0001-03	2015	TVP
MARLENE ZILZ	11.193.848/0001-09	2015	TPP/TSO
MARLENE ZILZ	11.193.848/0001-09	2015	TVP
MARLI FATIMA DA COSTA ME	07.887.404/0001-98	2015	TAS
MARLI FATIMA DA COSTA ME	07.887.404/0001-98	2015	TPP/TSO
MARLI FATIMA DA COSTA ME	07.887.404/0001-98	2015	TVP
MARLI KIENEN DOS SANTOS	18.701.107/0001-22	2015	TPP/TSO
MARLI KIENEN DOS SANTOS	18.701.107/0001-22	2015	TVP
MARLI LIBORIO DE SOUZA 57539820934 ME	12.295.249/0001-50	2015	TPP/TSO
MARLI LIBORIO DE SOUZA 57539820934 ME	12.295.249/0001-50	2015	TVP
MARLI MATYSZYM BOHRINGER FEUZER 00603039995	21.161.099/0001-83	2015	TPP/TSO
MARLI RODRIGUES JARDIM ME	13.449.982/0001-45	2015	TPP/TSO
MARLI RODRIGUES JARDIM ME	13.449.982/0001-45	2015	TVP
MARLINDA GRAMKOW MARQUES DA LUZ	15.695.806/0001-19	2015	TPP/TSO
MARLINDA GRAMKOW MARQUES DA LUZ	15.695.806/0001-19	2015	TVP
MARMORARIA GRANIVALE LTDA ME	05.054.737/0001-00	2015	TVP
MARMORARIA MELO VICTORI LTDA	13.452.633/0001-82	2015	TAS
MARMORARIA MELO VICTORI LTDA	13.452.633/0001-82	2015	TPP/TSO
MARMORARIA MELO VICTORI LTDA	13.452.633/0001-82	2015	TVP
MARTA RUTEKOSKI	11.943.902/0001-88	2015	TAS
MARTA RUTEKOSKI	11.943.902/0001-88	2015	TPP/TSO
MARTA RUTEKOSKI	11.943.902/0001-88	2015	TVP
MATHEUS LUCAS FLORIANO 09226276900	20.308.708/0001-11	2015	TPP/TSO
MATHEUS LUCAS FLORIANO 09226276900	20.308.708/0001-11	2015	TVP
MATRIZ GRAFICA LTDA ME	11.887.595/0001-65	2015	TAS
MATRIZ GRAFICA LTDA ME	11.887.595/0001-65	2015	TPP/TSO
MATRIZ GRAFICA LTDA ME	11.887.595/0001-65	2015	TVP
MAURICIO BRAUN	13.379.135/0001-51	2015	TPP/TSO
MAURICIO BRAUN	13.379.135/0001-51	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 51 de 74

MAURICIO SCHULZ ME	85.281.160/0001-09	2015	TPP/TSO
MAURICIO SCHULZ ME	85.281.160/0001-09	2015	TVP
MAURILIA SERPA CAETANO	15.221.258/0001-95	2015	TPP/TSO
MAURILIA SERPA CAETANO	15.221.258/0001-95	2015	TVP
MAURO RAFAEL DA IGREJA	901.407.029-20	2015	TAS
MAURO RAFAEL DA IGREJA	901.407.029-20	2015	TPP/TSO/ISS
MAURO RAFAEL DA IGREJA	901.407.029-20	2015	TVP
MAX EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME	14.898.981/0001-40	2015	TPP/TSO
MAX EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME	14.898.981/0001-40	2015	TVP
MAYCON FABRICACAO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA ME	10.774.980/0001-33	2015	TAS
MAYCON FABRICACAO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA ME	10.774.980/0001-33	2015	TPP/TSO
MAYCON FABRICACAO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA ME	10.774.980/0001-33	2015	TVP
MDA MOLDURAS E MOVEIS SOB MEDIDA LTDA ME	15.608.678/0001-29	2015	TAS
MDA MOLDURAS E MOVEIS SOB MEDIDA LTDA ME	15.608.678/0001-29	2015	TPP/TSO
MDA MOLDURAS E MOVEIS SOB MEDIDA LTDA ME	15.608.678/0001-29	2015	TVP
MDJ CONSTRUÇÕES LTDA EPP	21.558.891/0001-76	2015	TPP/TSO
MDJ CONSTRUÇÕES LTDA EPP	21.558.891/0001-76	2015	TVP
MDO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA	10.512.298/0001-72	2015	TPP/TSO
MDO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA	10.512.298/0001-72	2015	TVP
MECANICA CAMIAUTO LTDA ME	95.800.983/0001-57	2015	TVP
MECANICA DE TRATORES HOFFMANN LTDA	00.063.341/0001-06	2015	TPP/TSO
MECANICA DE TRATORES HOFFMANN LTDA	00.063.341/0001-06	2015	TVP
MEGABRINK INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA ME	81.390.460/0001-75	2015	TAS
MEGABRINK INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA ME	81.390.460/0001-75	2015	TPP/TSO
MEGABRINK INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA ME	81.390.460/0001-75	2015	TVP
MEGALIMP EMBALAGENS PLASTICAS LTDA ME	20.354.140/0001-75	2015	TAS
MEGALIMP EMBALAGENS PLASTICAS LTDA ME	20.354.140/0001-75	2015	TPP/TSO
MEGALIMP EMBALAGENS PLASTICAS LTDA ME	20.354.140/0001-75	2015	TVP
MELLO CONSTRUÇOES E COMERCIO EIRELI - ME	21.894.326/0001-80	2015	TPP/TSO
MELLO CONSTRUÇOES E COMERCIO EIRELI - ME	21.894.326/0001-80	2015	TVP
MENELL REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	21.580.676/0001-71	2015	TPP/TSO
MERCEARIA RUTZEN LTDA ME	74.198.607/0001-64	2015	TAS
MERCEARIA RUTZEN LTDA ME	74.198.607/0001-64	2015	TPP/TSO
MERCEARIA RUTZEN LTDA ME	74.198.607/0001-64	2015	TVP
MERCIO REBLIN05007472964	21.384.209/0001-76	2015	TPP/TSO
MERCIO REBLIN05007472964	21.384.209/0001-76	2015	TVP
METALCONNECT USINAGEM LTDA - ME	17.748.762/0001-73	2015	TVP
METALPRESS USINAGEM E SERVIÇOS DE SOLDA LTDA ME	14.952.082/0001-89	2015	TPP/TSO
METALPRESS USINAGEM E SERVIÇOS DE SOLDA LTDA ME	14.952.082/0001-89	2015	TVP
METALURGICA INANDETE EIRELI ME	16.567.077/0001-88	2015	TAS
METALURGICA INANDETE EIRELI ME	16.567.077/0001-88	2015	TPP/TSO

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 52 de 74

METALURGICA INANDETE EIRELI ME	16.567.077/0001-88	2015	TVP
METALURGICA LIGATEC LTDA ME	08.440.415/0001-98	2015	TAS
METALURGICA LIGATEC LTDA ME	08.440.415/0001-98	2015	TPP/TSO
METALURGICA LIGATEC LTDA ME	08.440.415/0001-98	2015	TVP
MHV CONFECÇÕES LTDA ME	17.821.108/0001-48	2015	TPP/TSO
MHV CONFECÇÕES LTDA ME	17.821.108/0001-48	2015	TVP
MICHELE CARDOSO 0633311970	16.986.821/0001-89	2015	TPP/TSO
MICHELE CARDOSO 0633311970	16.986.821/0001-89	2015	TVP
MICHELE MIRANDA DE LIMA	013.394.640-12	2015	TAS
MICHELE MIRANDA DE LIMA	013.394.640-12	2015	TPP/TSO/ISS
MICHELE MIRANDA DE LIMA	013.394.640-12	2015	TVP
MIKE LOURENI FERNANDES - EIRELI	00.295.918/0005-39	2015	TPP/TSO
MIKE LOURENI FERNANDES - EIRELI	00.295.918/0005-39	2015	TVP
MIL NOVIDADES LTDA ME	23.266.856/0001-09	2015	TAS
MIL NOVIDADES LTDA ME	23.266.856/0001-09	2015	TPP/TSO
MIL NOVIDADES LTDA ME	23.266.856/0001-09	2015	TVP
MILENA FERNANDA SCHULTZ - EI	14.189.008/0001-52	2015	TAS
MILENA FERNANDA SCHULTZ - EI	14.189.008/0001-52	2015	TPP/TSO
MILENA FERNANDA SCHULTZ - EI	14.189.008/0001-52	2015	TVP
MIRO ROBSON COM E CONFEC LTDA	06.125.852/0001-91	2015	TAS
MIRO ROBSON COM E CONFEC LTDA	06.125.852/0001-91	2015	TPP/TSO
MIRO ROBSON COM E CONFEC LTDA	06.125.852/0001-91	2015	TVP
MK INSTALCOES ELETRICAS E HIDRAULICAS LTDA ME	20.283.639/0001-39	2015	TPP/TSO
MK INSTALCOES ELETRICAS E HIDRAULICAS LTDA ME	20.283.639/0001-39	2015	TVP
MLR MATERIAIS DE CONSTRUCAO E REFOEMAS LTDA	10.296.025/0002-19	2015	TAS
MLR MATERIAIS DE CONSTRUCAO E REFOEMAS LTDA	10.296.025/0002-19	2015	TPP/TSO
MLR MATERIAIS DE CONSTRUCAO E REFOEMAS LTDA	10.296.025/0002-19	2015	TVP
MM ARTIGOS PARA DECORACOES E PRESENTES LTDA	07.315.602/0002-68	2015	TAS
MM ARTIGOS PARA DECORACOES E PRESENTES LTDA	07.315.602/0002-68	2015	TPP/TSO
MM ARTIGOS PARA DECORACOES E PRESENTES LTDA	07.315.602/0002-68	2015	TVP
MMPA LIMPEZAS PREDIAIS E RESIDENCIAIS EIRELI - ME	17.224.763/0001-19	2015	TAS
MMPA LIMPEZAS PREDIAIS E RESIDENCIAIS EIRELI - ME	17.224.763/0001-19	2015	TPP/TSO
MMPA LIMPEZAS PREDIAIS E RESIDENCIAIS EIRELI - ME	17.224.763/0001-19	2015	TVP
MOACIR CARDOSO	482.414.909-68	2015	TPP/TSO/ISS
MOACIR PRANGE - EI	13.791.147/0001-99	2015	TPP/TSO
MOACIR PRANGE - EI	13.791.147/0001-99	2015	TVP
MONICA GAIDA DA SILVA 05747358952	13.416.432/0001-20	2015	TPP/TSO
MONICA GAIDA DA SILVA 05747358952	13.416.432/0001-20	2015	TVP
MONIKIDS TEXTIL LTDA	03.327.818/0003-73	2015	TPP/TSO
MONIKIDS TEXTIL LTDA	03.327.818/0003-73	2015	TVP
MORELL MAQ DE COSTURA COM O, IMPORTACAO, EXPORTACAO E MANUT	03.142.636/0001-66	2015	TPP/TSO

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 53 de 74

MORELL MAQ. DE COSTURA COM., IMPORTACAO, EXPORTACAO E MANUT	03.142.636/0001-66	2015	TVP
MORELL MAQUINAS DE COSTURA COM, IMP, EXP E MANUTENCAO LTDA	03.142.636/0001-66	2015	TAS
MOTEL NOVA DELLI LTDA - ME	97.435.853/0001-98	2015	TAS
MOTEL NOVA DELLI LTDA - ME	97.435.853/0001-98	2015	TPP/TSO
MOTEL NOVA DELLI LTDA - ME	97.435.853/0001-98	2015	TVP
MOVEIS MARILIA LTDA	85.316.347/0001-09	2015	TAS
MOVEIS MARILIA LTDA	85.316.347/0001-09	2015	TPP/TSO
MOVEIS MARILIA LTDA	85.316.347/0001-09	2015	TVP
MUNDIAL ESTAMPARIA LTDA ME	11.505.970/0001-65	2015	TAS
MUNDIAL ESTAMPARIA LTDA ME	11.505.970/0001-65	2015	TPP/TSO
MUNDIAL ESTAMPARIA LTDA ME	11.505.970/0001-65	2015	TVP
MUNDIAL MAQUINAS FERRAMENTAS E TINTAS EIRELI ME	17.855.162/0001-04	2015	TPP/TSO
MUNDIAL MAQUINAS FERRAMENTAS E TINTAS EIRELI ME	17.855.162/0001-04	2015	TVP
MUNDO DAS AGUAS PISCINA E AQUECIMENTO LTDA ME	13.491.719/0001-14	2015	TPP/TSO
MUNDO DAS AGUAS PISCINA E AQUECIMENTO LTDA ME	13.491.719/0001-14	2015	TVP
MURILLO WEHLE	048.199.449-16	2015	TPP/TSO/ISS
MYSTURA FASHION LTDA ME	17.986.184/0001-03	2015	TPP/TSO
MYSTURA FASHION LTDA ME	17.986.184/0001-03	2015	TVP
N. BLASIUS PINTURAS ME	11.640.098/0001-68	2015	TAS
N. BLASIUS PINTURAS ME	11.640.098/0001-68	2015	TPP/TSO
N. BLASIUS PINTURAS ME	11.640.098/0001-68	2015	TVP
N.T.M. CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA ME	11.347.765/0001-19	2015	TPP/TSO
N.T.M. CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA ME	11.347.765/0001-19	2015	TVP
NADIR SANTOS LEITE	13.005.482/0001-14	2015	TPP/TSO
NADIR SANTOS LEITE	13.005.482/0001-14	2015	TVP
NAGEL REPRESENTACOES LTDA ME	19.283.479/0001-49	2015	TPP/TSO
NAGEL REPRESENTACOES LTDA ME	19.283.479/0001-49	2015	TVP
NALCO BRASIL LTDA	62.800.446/0016-34	2015	TAS
NALCO BRASIL LTDA	62.800.446/0016-34	2015	TPP/TSO
NALCO BRASIL LTDA	62.800.446/0016-34	2015	TVP
NAPPY COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	00.790.222/0001-55	2015	TAS
NAPPY COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	00.790.222/0001-55	2015	TPP/TSO
NATAN MEDEIROS DE SOUZA	14.731.747/0001-24	2015	TAS
NATAN MEDEIROS DE SOUZA	14.731.747/0001-24	2015	TPP/TSO
NATAN MEDEIROS DE SOUZA	14.731.747/0001-24	2015	TVP
NBA LATOARIA E PINTURA LTDA	03.482.589/0001-08	2015	TAS
NBA LATOARIA E PINTURA LTDA	03.482.589/0001-08	2015	TPP/TSO
NBA LATOARIA E PINTURA LTDA	03.482.589/0001-08	2015	TVP
NEILOR GILBERTO DALLAROSA	382.808.419-20	2015	TPP/TSO/ISS
NEILOR GILBERTO DALLAROSA	382.808.419-20	2015	TVP
NELSON MORATELLI - EI	97.536.781/0001-75	2015	TAS

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 54 de 74

NELSON MORATELLI - EI	97.536.781/0001-75	2015	TPP/TSO
NELSON MORATELLI - EI	97.536.781/0001-75	2015	TVP
NELSON WESTPHAL	14.070.520/0001-85	2015	TAS
NELSON WESTPHAL	14.070.520/0001-85	2015	TPP/TSO
NELSON WESTPHAL	14.070.520/0001-85	2015	TVP
NEUSA BRASSIANI PEREIRA 79428061972	12.452.070/0001-60	2015	TAS
NEUSA BRASSIANI PEREIRA 79428061972	12.452.070/0001-60	2015	TPP/TSO
NEUSA BRASSIANI PEREIRA 79428061972	12.452.070/0001-60	2015	TVP
NEW TIME AUTOMOVEIS LTDA	07.646.131/0001-90	2015	TPP/TSO
NEW TIME AUTOMOVEIS LTDA	07.646.131/0001-90	2015	TVP
NEWTON GILBERTO SALOMAN JUNIOR ME	16.990.600/0002-65	2015	TPP/TSO
NEWTON GILBERTO SALOMAN JUNIOR ME	16.990.600/0002-65	2015	TVP
NEWTON GILBERTO SALOMAN JUNIOR-ME	16.990.600/0001-84	2015	TPP/TSO
NEWTON GILBERTO SALOMAN JUNIOR-ME	16.990.600/0001-84	2015	TVP
NILDA FLORES 75372070978	15.340.529/0001-21	2015	TAS
NILDA FLORES 75372070978	15.340.529/0001-21	2015	TPP/TSO
NILDA FLORES 75372070978	15.340.529/0001-21	2015	TVP
NILSON BAUNER - ME	02.611.688/0001-71	2015	TPP/TSO
NILSON BAUNER - ME	02.611.688/0001-71	2015	TVP
NILSON CEZAR BASILISTA 61435430034	18.128.081/0001-75	2015	TPP/TSO
NILSON CEZAR BASILISTA 61435430034	18.128.081/0001-75	2015	TVP
NILVA FRITZ MONDINI ME	10.883.126/0001-05	2015	TPP/TSO
NILVA FRITZ MONDINI ME	10.883.126/0001-05	2015	TVP
NILZA DOS SANTOS RIBEIRO	305.434.028-78	2015	TAS
NILZA DOS SANTOS RIBEIRO	305.434.028-78	2015	TPP/TSO/ISS
NILZA DOS SANTOS RIBEIRO	305.434.028-78	2015	TVP
NILZA MARIA DE JESUS	14.559.253/0001-04	2015	TAS
NILZA MARIA DE JESUS	14.559.253/0001-04	2015	TPP/TSO
NILZA MARIA DE JESUS	14.559.253/0001-04	2015	TVP
NIVALD WEINGARTNER - ME	07.382.705/0001-60	2015	TPP/TSO
NIVALD WEINGARTNER - ME	07.382.705/0001-60	2015	TVP
NOBRIA SOLUCAO EM IMOVEIS LTDA	10.733.134/0001-75	2015	TAS
NOBRIA SOLUCAO EM IMOVEIS LTDA	10.733.134/0001-75	2015	TPP/TSO
NOBRIA SOLUCAO EM IMOVEIS LTDA	10.733.134/0001-75	2015	TVP
NOELI SCHMOELLER PARASKI	17.222.352/0001-94	2015	TAS
NOELI SCHMOELLER PARASKI	17.222.352/0001-94	2015	TPP/TSO
NOELI SCHMOELLER PARASKI	17.222.352/0001-94	2015	TVP
NOELI WERTER - ME	01.472.691/0001-99	2015	TPP/TSO
NORTON ROEDER-ME	00.926.763/0001-68	2015	TAS
NORTON ROEDER-ME	00.926.763/0001-68	2015	TPP/TSO
NORTON ROEDER-ME	00.926.763/0001-68	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 55 de 74

NOVA INDAIAL COMERCIO E SERVICOS NA CONSTRUCAO EIRELI - ME	15.216.580/0001-26	2015	TPP/TSO
NOVA INDAIAL COMERCIO E SERVICOS NA CONSTRUCAO EIRELI - ME	15.216.580/0001-26	2015	TVP
NTR EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA	13.452.546/0001-25	2015	TPP/TSO
NTR EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA	13.452.546/0001-25	2015	TVP
NUBIA REGINA BERNARDES MARINHO	16.644.567/0001-30	2015	TAS
NUBIA REGINA BERNARDES MARINHO	16.644.567/0001-30	2015	TPP/TSO
NUBIA REGINA BERNARDES MARINHO	16.644.567/0001-30	2015	TVP
NUNES INDUSTRIA DE CONFECÇOES TEXTEIS LTDA ME	12.134.484/0001-40	2015	TPP/TSO
NUNES INDUSTRIA DE CONFECÇOES TEXTEIS LTDA ME	12.134.484/0001-40	2015	TVP
O. JOSE TOMIO	11.477.075/0001-84	2015	TAS
O. JOSE TOMIO	11.477.075/0001-84	2015	TPP/TSO
O. JOSE TOMIO	11.477.075/0001-84	2015	TVP
ODAIR DA VEIGA MOREIRA	15.116.260/0001-02	2015	TPP/TSO
ODAIR DA VEIGA MOREIRA	15.116.260/0001-02	2015	TVP
ODAIR JOSE ODERDENG	17.745.331/0001-53	2015	TAS
ODAIR JOSE ODERDENG	17.745.331/0001-53	2015	TPP/TSO
ODAIR JOSE ODERDENG	17.745.331/0001-53	2015	TVP
ODERLEI MACHADO EI	18.120.368/0001-59	2015	TPP/TSO
ODERLEI MACHADO EI	18.120.368/0001-59	2015	TVP
ODIRLEI LUIS BILHAN CENSI	18.026.549/0001-10	2015	TAS
ODIRLEI LUIS BILHAN CENSI	18.026.549/0001-10	2015	TPP/TSO
ODIRLEI LUIS BILHAN CENSI	18.026.549/0001-10	2015	TVP
OFICINA JAIR LTDA ME	01.855.256/0001-43	2015	TAS
OFICINA JAIR LTDA ME	01.855.256/0001-43	2015	TPP/TSO
OFICINA JAIR LTDA ME	01.855.256/0001-43	2015	TVP
OPPNUS INDUSTRIA DO VESTUARIO LTDA	05.946.805/0030-80	2015	TAS
OPPNUS INDUSTRIA DO VESTUARIO LTDA	05.946.805/0030-80	2015	TVP
ORESTES JESUS CARDOSO - ME	02.002.080/0001-40	2015	TPP/TSO
ORESTES JESUS CARDOSO - ME	02.002.080/0001-40	2015	TVP
ORGANIZACOES R.C. SILVA LTDA	05.415.692/0001-52	2015	TPP/TSO
ORGANIZACOES R.C. SILVA LTDA	05.415.692/0001-52	2015	TVP
ORLANDA DE OLIVEIRA SIQUEIRA ME	05.953.968/0001-56	2015	TAS
ORLANDA DE OLIVEIRA SIQUEIRA ME	05.953.968/0001-56	2015	TPP/TSO
ORLANDA DE OLIVEIRA SIQUEIRA ME	05.953.968/0001-56	2015	TVP
ORLANDO SEBASTIAO DA SILVA	16.204.764/0001-39	2015	TPP/TSO
ORLANDO SEBASTIAO DA SILVA	16.204.764/0001-39	2015	TVP
ORLEI DE QUADROS FIGUEIRO	21.450.031/0001-14	2015	TPP/TSO
ORLEI DE QUADROS FIGUEIRO	21.450.031/0001-14	2015	TVP
OSCAR ROEGELIN ME	10.968.573/0001-67	2015	TPP/TSO
OSCAR ROEGELIN ME	10.968.573/0001-67	2015	TVP
OSMAR ROBERTO SPITZNER 89645219949	15.591.939/0001-45	2015	TPP/TSO

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 56 de 74

OSMAR ROBERTO SPITZNER 89645219949	15.591.939/0001-45	2015	TVP
OSMARINA REINERT EI	18.070.505/0001-98	2015	TAS
OSMARINA REINERT EI	18.070.505/0001-98	2015	TPP/TSO
OSMARINA REINERT EI	18.070.505/0001-98	2015	TVP
OSNI LINK	461.445.109-82	2015	TPP/TSO
OSNY SAMULEWSKI	786.034.129-87	2015	TPP/TSO/ISS
OSNY SAMULEWSKI	786.034.129-87	2015	TVP
OZIEL FERREIRA ESTAMPARIA ME	15.511.392/0001-20	2015	TAS
OZIEL FERREIRA ESTAMPARIA ME	15.511.392/0001-20	2015	TPP/TSO
OZIEL FERREIRA ESTAMPARIA ME	15.511.392/0001-20	2015	TVP
PACKER TERRAPLENAGEM LTDA ME	10.599.130/0001-46	2015	TPP/TSO
PACKER TERRAPLENAGEM LTDA ME	10.599.130/0001-46	2015	TVP
PALOMA ALVES MARTINS 08263794943 ME	16.480.951/0001-45	2015	TPP/TSO
PALOMA ALVES MARTINS 08263794943 ME	16.480.951/0001-45	2015	TVP
PAMELA TANDARA DA SILVA 06239063924	17.008.351/0001-41	2015	TPP/TSO
PANGER RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA ME.	10.430.292/0001-56	2015	TAS
PANGER RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA ME.	10.430.292/0001-56	2015	TPP/TSO
PANGER RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA ME.	10.430.292/0001-56	2015	TVP
PANIFICADORA E CONFEITARIA THIEL LTDA ME	10.637.433/0001-06	2015	TAS
PANIFICADORA E CONFEITARIA THIEL LTDA ME	10.637.433/0001-06	2015	TPP/TSO
PANIFICADORA E CONFEITARIA THIEL LTDA ME	10.637.433/0001-06	2015	TVP
PANIFICADORA E CONFEITARIA VICOSA LTDA	05.486.083/0001-94	2015	TAS
PANIFICADORA E CONFEITARIA VICOSA LTDA	05.486.083/0001-94	2015	TPP/TSO
PANIFICADORA E CONFEITARIA VICOSA LTDA	05.486.083/0001-94	2015	TVP
PAOLA DANNIELA LUETKE BOAVENTURA	065.756.449-45	2015	TPP/TSO/ISS
PARIS INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS SANITARIOS LTDA ME	11.716.159/0001-23	2015	TAS
PARIS INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS SANITARIOS LTDA ME	11.716.159/0001-23	2015	TPP/TSO
PARIS INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS SANITARIOS LTDA ME	11.716.159/0001-23	2015	TVP
PATRICIA CECELERO	17.965.033/0001-79	2015	TAS
PATRICIA CECELERO	17.965.033/0001-79	2015	TPP/TSO/ISS
PATRICIA CECELERO	17.965.033/0001-79	2015	TVP
PATRICIA PEYEL 02963328958	16.710.328/0001-31	2015	TPP/TSO
PATRICIA PEYEL 02963328958	16.710.328/0001-31	2015	TVP
PATRICIA REGINA ROCHA BERNARDINO	17.923.735/0001-90	2015	TPP/TSO
PATRICIA REGINA ROCHA BERNARDINO	17.923.735/0001-90	2015	TVP
PATRICIA SCHMEIDER 05418561979	14.275.404/0001-00	2015	TPP/TSO
PATRICIA SCHMEIDER 05418561979	14.275.404/0001-00	2015	TVP
PAULO CESAR DA COSTA CONSTRUÇOES	14.710.005/0001-12	2015	TPP/TSO
PAULO CESAR DA COSTA CONSTRUÇOES	14.710.005/0001-12	2015	TVP
PAULO EDUARDO LADEVIG	033.001.369-62	2015	TPP/TSO/ISS
PAULO EDUARDO LADEVIG	033.001.369-62	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 57 de 74

PAULO HENRIQUE GOMES	14.137.506/0001-51	2015	TAS
PAULO HENRIQUE GOMES	14.137.506/0001-51	2015	TPP/TSO
PAULO HENRIQUE GOMES	14.137.506/0001-51	2015	TVP
PAULO JUVENCIO CARDOSO	18.471.211/0001-78	2015	TPP/TSO
PAULO JUVENCIO CARDOSO	18.471.211/0001-78	2015	TVP
PAULO RENATO DOS SANTOS 02388273056	17.066.668/0001-34	2015	TPP/TSO
PAULO RENATO DOS SANTOS 02388273056	17.066.668/0001-34	2015	TVP
PAULO SERGIO GONCALVES	18.162.133/0001-20	2015	TAS
PAULO SERGIO GONCALVES	18.162.133/0001-20	2015	TPP/TSO
PAULO SERGIO GONCALVES	18.162.133/0001-20	2015	TVP
PEDRA BRASIL MINERACAO LTDA ME	85.382.760/0001-63	2015	TAS
PEDRA BRASIL MINERACAO LTDA ME	85.382.760/0001-63	2015	TPP/TSO
PEDRA BRASIL MINERACAO LTDA ME	85.382.760/0001-63	2015	TVP
PEDRO GOMES 34069496904	14.696.425/0001-91	2015	TAS
PEDRO GOMES 34069496904	14.696.425/0001-91	2015	TPP/TSO
PEDRO GOMES 34069496904	14.696.425/0001-91	2015	TVP
PEDRO JUVENAL DA CUNHA ME	10.591.590/0001-28	2015	TPP/TSO
PEDRO JUVENAL DA CUNHA ME	10.591.590/0001-28	2015	TVP
PEDRO PAULO MENDONCA CONFECÇÕES ME	73.482.705/0002-47	2015	TAS
PEDRO PAULO MENDONCA CONFECÇÕES ME	73.482.705/0002-47	2015	TPP/TSO
PEDRO PAULO MENDONCA CONFECÇÕES ME	73.482.705/0002-47	2015	TVP
PEDRO PEREIRA MACHADO 76962970900	16.876.180/0001-00	2015	TAS
PEDRO PEREIRA MACHADO 76962970900	16.876.180/0001-00	2015	TPP/TSO
PEDRO PEREIRA MACHADO 76962970900	16.876.180/0001-00	2015	TVP
PEDRO SEVERO DE BRITO ME	76.822.535/0001-00	2015	TAS
PEDRO SEVERO DE BRITO ME	76.822.535/0001-00	2015	TPP/TSO
PEDRO SEVERO DE BRITO ME	76.822.535/0001-00	2015	TVP
PEGUSPAM COMERCIAL LTDA	05.588.044/0011-70	2015	TAS
PEGUSPAM COMERCIAL LTDA	05.588.044/0011-70	2015	TPP/TSO
PEGUSPAM COMERCIAL LTDA	05.588.044/0011-70	2015	TVP
PERETTI E BORTOLONI CONFECÇÕES LTDA ME	13.732.279/0002-20	2015	TPP/TSO
PERETTI E BORTOLONI CONFECÇÕES LTDA ME	13.732.279/0002-20	2015	TVP
PERFECTO TEXTIL EIRELI ME	16.776.430/0001-30	2015	TPP/TSO
PERFECTO TEXTIL EIRELI ME	16.776.430/0001-30	2015	TVP
PEROLAS CONFECÇÕES LTDA EPP	13.737.273/0003-27	2015	TPP/TSO
PEROLAS CONFECÇÕES LTDA EPP	13.737.273/0003-27	2015	TVP
PETIT POA PIJAMAS LTDA ME	10.937.329/0002-18	2015	TPP/TSO
PETIT POA PIJAMAS LTDA ME	10.937.329/0002-18	2015	TVP
PLASTICOS ITOUPAVAS LTDA - ME	09.525.662/0001-50	2015	TAS
PLASTICOS ITOUPAVAS LTDA - ME	09.525.662/0001-50	2015	TPP/TSO
PLASTICOS ITOUPAVAS LTDA - ME	09.525.662/0001-50	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDALAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 58 de 74

PMB SERVICOS DE EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME	20.008.129/0001-53	2015	TPP/TSO
PMB SERVICOS DE EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME	20.008.129/0001-53	2015	TVP
POMERODE COMERCIO DE TELEFONIA LTDA EPP	06.160.281/0003-98	2015	TPP/TSO
POMERODE COMERCIO DE TELEFONIA LTDA EPP	06.160.281/0003-98	2015	TVP
PRADO E MAREK INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA ME	17.251.847/0001-41	2015	TPP/TSO
PRADO E MAREK INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA ME	17.251.847/0001-41	2015	TVP
PRELUDIO CONFECCOES LTDA EPP	10.583.785/0002-07	2015	TPP/TSO
PRELUDIO CONFECCOES LTDA EPP	10.583.785/0002-07	2015	TVP
PRINCIPES E PRINCESAS MODA INFANTIL LTDA - ME	19.427.318/0001-81	2015	TPP/TSO
PRINCIPES E PRINCESAS MODA INFANTIL LTDA - ME	19.427.318/0001-81	2015	TVP
PRISCILLA NASCIMENTO GRASMUK - EI	13.816.524/0001-05	2015	TAS
PRISCILLA NASCIMENTO GRASMUK - EI	13.816.524/0001-05	2015	TPP/TSO
PRISCILLA NASCIMENTO GRASMUK - EI	13.816.524/0001-05	2015	TVP
PROFORTE EMPRETEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME	15.595.284/0001-83	2015	TPP/TSO
PROFORTE EMPRETEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME	15.595.284/0001-83	2015	TVP
PRP TRANSPORTES LTDA ME	17.753.982/0001-95	2015	TPP/TSO
PRP TRANSPORTES LTDA ME	17.753.982/0001-95	2015	TVP
QUALISAC INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA ME	00.491.148/0001-76	2015	TAS
QUALISAC INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA ME	00.491.148/0001-76	2015	TPP/TSO
QUALISAC INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA ME	00.491.148/0001-76	2015	TVP
QUALITY QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	08.369.877/0001-66	2015	TAS
QUALITY QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	08.369.877/0001-66	2015	TPP/TSO
QUALITY QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	08.369.877/0001-66	2015	TVP
QUITERIA MARIA SILVESTRE DA SILVA	12.102.456/0001-41	2015	TPP/TSO
QUITERIA MARIA SILVESTRE DA SILVA	12.102.456/0001-41	2015	TVP
R J PUR. E AMB. IND. E COM. LTDA	73.974.677/0001-02	2015	TVP
R R ADMINISTRACAO E ASSESSORIA LTDA	02.836.541/0001-80	2015	TPP/TSO
R R ADMINISTRACAO E ASSESSORIA LTDA	02.836.541/0001-80	2015	TVP
R R CONTABILIDADE LTDA - ME	09.052.936/0001-30	2015	TPP/TSO
R R CONTABILIDADE LTDA - ME	09.052.936/0001-30	2015	TVP
R C A IMPRESSOES GRAFICAS LTDA.ME.	12.099.953/0001-38	2015	TAS
R C A IMPRESSOES GRAFICAS LTDA.ME.	12.099.953/0001-38	2015	TPP/TSO
R C A IMPRESSOES GRAFICAS LTDA.ME.	12.099.953/0001-38	2015	TVP
R F S CONFECCOES LTDA EPP	13.609.263/0004-97	2015	TPP/TSO
R F S CONFECCOES LTDA EPP	13.609.263/0004-97	2015	TVP
R J C CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA - ME	04.266.190/0001-44	2015	TPP/TSO
R J C CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA - ME	04.266.190/0001-44	2015	TVP
R J PUR. E AMB. IND. E COM. LTDA	73.974.677/0001-02	2015	TAS
R K CONFECCOES - EIRELI - ME	18.378.153/0001-32	2015	TAS
R K CONFECCOES - EIRELI - ME	18.378.153/0001-32	2015	TPP/TSO
R K CONFECCOES - EIRELI - ME	18.378.153/0001-32	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 59 de 74

R. J. JEANS LTDA - ME	10.364.380/0002-88	2015	TPP/TSO
R. J. JEANS LTDA - ME	10.364.380/0002-88	2015	TVP
R. MALKOVSKI CONFECÇÕES - ME	18.284.270/0001-37	2015	TPP/TSO
R. MALKOVSKI CONFECÇÕES - ME	18.284.270/0001-37	2015	TVP
RAFAEL COSTA DA CUNHA 81356587020	13.547.797/0001-93	2015	TPP/TSO
RAFAEL COSTA DA CUNHA 81356587020	13.547.797/0001-93	2015	TVP
RAFAEL ROSEMAN	18.451.253/0001-47	2015	TPP/TSO
RAFAEL ROSEMAN	18.451.253/0001-47	2015	TVP
RAFAEL SCHNEIDER 04974686976	14.947.438/0001-96	2015	TPP/TSO
RAFAEL SCHNEIDER 04974686976	14.947.438/0001-96	2015	TVP
RAFAEL UBIRATAN BORGES	18.114.867/0001-33	2015	TPP/TSO
RAFAEL UBIRATAN BORGES	18.114.867/0001-33	2015	TVP
RAFAELA BERRI DEL - ME	10.294.712/0001-14	2015	TPP/TSO
RAFAELA BERRI DEL - ME	10.294.712/0001-14	2015	TVP
RAI ROMARIO WATERSTRADT	13.748.994/0001-70	2015	TAS
RAI ROMARIO WATERSTRADT	13.748.994/0001-70	2015	TPP/TSO
RAI ROMARIO WATERSTRADT	13.748.994/0001-70	2015	TVP
RAIMUNDA DIANA BORGES 72247452000	15.657.211/0001-79	2015	TPP/TSO
RAIMUNDA DIANA BORGES 72247452000	15.657.211/0001-79	2015	TVP
RALF NEITZKE ME	08.225.825/0001-16	2015	TAS
RALF NEITZKE ME	08.225.825/0001-16	2015	TPP/TSO
RALF NEITZKE ME	08.225.825/0001-16	2015	TVP
RAQUEL REGINA HEMPEL 02117425976	21.221.026/0001-30	2015	TPP/TSO
RAQUEL REGINA HEMPEL 02117425976	21.221.026/0001-30	2015	TVP
RAQUEL SILVEIRA	13.497.325/0001-73	2015	TAS
RAQUEL SILVEIRA	13.497.325/0001-73	2015	TPP/TSO
RAQUEL SILVEIRA	13.497.325/0001-73	2015	TVP
RAUL BARCELOS 65098250900 ME	16.586.073/0001-47	2015	TAS
RAUL BARCELOS 65098250900 ME	16.586.073/0001-47	2015	TPP/TSO
RAUL BARCELOS 65098250900 ME	16.586.073/0001-47	2015	TVP
RAUL THALES DE FREITAS ME	21.060.360/0001-59	2015	TPP/TSO
RAUL THALES DE FREITAS ME	21.060.360/0001-59	2015	TVP
RDLI INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA ME	12.081.508/0001-40	2015	TAS
RDLI INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA ME	12.081.508/0001-40	2015	TPP/TSO
RDLI INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA ME	12.081.508/0001-40	2015	TVP
RECANTO DAS TOALHAS E ARMARINHOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	08.164.100/0003-27	2015	TPP/TSO
RECANTO DAS TOALHAS E ARMARINHOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	08.164.100/0003-27	2015	TVP
REGINA MARIA HICKMANN	16.690.732/0001-90	2015	TAS
REGINA MARIA HICKMANN	16.690.732/0001-90	2015	TPP/TSO
REGINA MARIA HICKMANN	16.690.732/0001-90	2015	TVP
REINALDO RAFAEL GOMES	841.345.429-87	2015	TPP/TSO/ISS

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 60 de 74

REJANE MARGARIDA ULER	17.719.742/0001-74	2015	TAS
REJANE MARGARIDA ULER	17.719.742/0001-74	2015	TPP/TSO
REJANE MARGARIDA ULER	17.719.742/0001-74	2015	TVP
RENATO DOS SANTOS CLIMATIZA ME	10.662.845/0001-04	2015	TPP/TSO
RENATO DOS SANTOS CLIMATIZA ME	10.662.845/0001-04	2015	TVP
RENATO ITTNER	13.200.873/0001-90	2015	TPP/TSO
RENATO ITTNER	13.200.873/0001-90	2015	TVP
RENATO JOAO SPOLAVORI ME	12.467.230/0001-44	2015	TAS
RENATO JOAO SPOLAVORI ME	12.467.230/0001-44	2015	TPP/TSO
RENATO JOAO SPOLAVORI ME	12.467.230/0001-44	2015	TVP
REPASSES AGENCIAMENTO DE ESPAÇOS PUBLICITARIOS LTDA ME	04.684.521/0001-66	2015	TPP/TSO
REPASSES AGENCIAMENTO DE ESPAÇOS PUBLICITARIOS LTDA ME	04.684.521/0001-66	2015	TVP
RESTAURANTE INDIAIAL LTDA EPP	01.969.016/0001-70	2015	TAS
RESTAURANTE INDIAIAL LTDA EPP	01.969.016/0001-70	2015	TPP/TSO
RESTAURANTE INDIAIAL LTDA EPP	01.969.016/0001-70	2015	TVP
RICARDO BEZERRA DA SILVA	054.972.819-82	2015	TPP/TSO/ISS
RICARDO BEZERRA DA SILVA	054.972.819-82	2015	TVP
RICARDO FISCHER NETO 72951961934	16.754.007/0001-39	2015	TVP
RICARDO KIENEN 08513474959	13.962.995/0001-13	2015	TPP/TSO
RICARDO KIENEN 08513474959	13.962.995/0001-13	2015	TVP
RICARDO KOPPS 01236320999	17.874.789/0001-02	2015	TPP/TSO
RICARDO KOPPS 01236320999	17.874.789/0001-02	2015	TVP
RICARDO PEDRELLI ME	02.639.732/0001-51	2015	TPP/TSO
RICARDO PEDRELLI ME	02.639.732/0001-51	2015	TVP
RICARDO SERPA	007.693.779-80	2015	TAS
RICARDO SERPA	007.693.779-80	2015	TPP/TSO/ISS
RICARDO SERPA	007.693.779-80	2015	TVP
RICARDO SILVA DOS SANTOS	17.441.099/0001-60	2015	TAS
RICARDO SILVA DOS SANTOS	17.441.099/0001-60	2015	TPP/TSO
RICARDO SILVA DOS SANTOS	17.441.099/0001-60	2015	TVP
RICARDO SOARES DOS PASSOS	19.971.417/0001-20	2015	TPP/TSO
RICARDO SOARES DOS PASSOS	19.971.417/0001-20	2015	TVP
RICHARD BERTOLLA 30422478806	19.317.695/0001-68	2015	TAS
RICHARD BERTOLLA 30422478806	19.317.695/0001-68	2015	TPP/TSO
RICHARD BERTOLLA 30422478806	19.317.695/0001-68	2015	TVP
RICHARD GUERRA HOFFMANN	16.849.095/0001-52	2015	TPP/TSO
RICHARD GUERRA HOFFMANN	16.849.095/0001-52	2015	TVP
RICIERY CARLOS AGNOLETTI LECHOTA EIRELI ME	21.092.645/0001-71	2015	TPP/TSO
RINALDO DE FREITAS MORGADO 06428221829	17.763.829/0001-49	2015	TPP/TSO
RINALDO DE FREITAS MORGADO 06428221829	17.763.829/0001-49	2015	TVP
RIOGRANDENSE TRANSPORTE TURISTICO DE PASSAGEIROS LTDA ME	05.282.030/0001-51	2015	TPP/TSO

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 61 de 74

RIOGRANDENSE TRANSPORTE TURISTICO DE PASSAGEIROS LTDA ME	05.282.030/0001-51	2015	TVP
RIOMONTE SERVICOS GEOLOGICOS E ENGENHARIA LTDA	10.773.929/0001-07	2015	TPP/TSO
RIOMONTE SERVICOS GEOLOGICOS E ENGENHARIA LTDA	10.773.929/0001-07	2015	TVP
RJ PUR. E AMB. IND. E COM. LTDA	73.974.677/0001-02	2015	TPP/TSO
ROBERTA FERNANDA MINELA 00375307982	16.961.417/0001-50	2015	TAS
ROBERTA FERNANDA MINELA 00375307982	16.961.417/0001-50	2015	TPP/TSO
ROBERTA FERNANDA MINELA 00375307982	16.961.417/0001-50	2015	TVP
ROBERTO ORIQUES	16.943.683/0001-50	2015	TAS
ROBERTO ORIQUES	16.943.683/0001-50	2015	TPP/TSO
ROBERTO ORIQUES	005.417.369-81	2015	TPP/TSO/ISS
ROBERTO ORIQUES	16.943.683/0001-50	2015	TVP
ROBERTO ORIQUES	005.417.369-81	2015	TVP
ROBSON ALEXANDRO BARON	11.623.172/0001-38	2015	TPP/TSO
ROBSON ALEXANDRO BARON	11.623.172/0001-38	2015	TVP
ROBSON CUNHA DE ALBUQUERQUE - EPP	13.002.766/0001-57	2015	TVP
ROBSON DE OLIVEIRA 04659566960	18.795.365/0001-15	2015	TAS
ROBSON DE OLIVEIRA 04659566960	18.795.365/0001-15	2015	TPP/TSO
ROBSON DE OLIVEIRA 04659566960	18.795.365/0001-15	2015	TVP
ROBSON LUIZ DOMINONI	026.440.499-89	2015	TAS
ROBSON LUIZ DOMINONI	026.440.499-89	2015	TPP/TSO/ISS
ROBSON LUIZ DOMINONI	026.440.499-89	2015	TVP
ROCHA EVENTOS E ENTRETENIMENTOS LTDA ME	12.692.210/0001-77	2015	TAS
ROCHA EVENTOS E ENTRETENIMENTOS LTDA ME	12.692.210/0001-77	2015	TPP/TSO
ROCHA EVENTOS E ENTRETENIMENTOS LTDA ME	12.692.210/0001-77	2015	TVP
RODOVIARIO GREGOLON LTDA	77.904.159/0001-65	2015	TPP/TSO
RODOVIARIO GREGOLON LTDA	77.904.159/0001-65	2015	TVP
RODRIGO ANDRADE DOS SANTOS 04995078940	15.292.479/0001-54	2015	TPP/TSO
RODRIGO ANDRADE DOS SANTOS 04995078940	15.292.479/0001-54	2015	TVP
RODRIGO ANTONIO MOREIRA 06295691935	13.254.866/0001-70	2015	TAS
RODRIGO ANTONIO MOREIRA 06295691935	13.254.866/0001-70	2015	TPP/TSO
RODRIGO ANTONIO MOREIRA 06295691935	13.254.866/0001-70	2015	TVP
RODRIGO CAUE SARTORI ME	15.217.974/0001-07	2015	TPP/TSO
RODRIGO CAUE SARTORI ME	15.217.974/0001-07	2015	TVP
RODRIGO RAFAEL DE SOUZA 03814547977	19.060.422/0001-80	2015	TPP/TSO
RODRIGO RAFAEL DE SOUZA 03814547977	19.060.422/0001-80	2015	TVP
ROGERIO DOS REIS OLIVEIRA	19.343.865/0001-89	2015	TPP/TSO
ROGERIO DOS REIS OLIVEIRA	19.343.865/0001-89	2015	TVP
ROGERIO NERI DE SOUZA ME	79.388.310/0001-85	2015	TPP/TSO
ROGERIO NERI DE SOUZA ME	79.388.310/0001-85	2015	TVP
ROGERIO RODRIGUES 00558841996	17.552.625/0001-69	2015	TPP/TSO
ROGERIO RODRIGUES 00558841996	17.552.625/0001-69	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 62 de 74

RONI CLAUDIO MACKINCS	20.520.499/0001-75	2015	TPP/TSO
RONI CLAUDIO MACKINCS	20.520.499/0001-75	2015	TVP
ROSANE HOFLINGER	18.468.123/0001-17	2015	TPP/TSO
ROSANE HOFLINGER	18.468.123/0001-17	2015	TVP
ROSANE SALETE MARAFON 66088658991	16.683.960/0001-33	2015	TPP/TSO
ROSANE SALETE MARAFON 66088658991	16.683.960/0001-33	2015	TVP
ROSANE VERGIL 49439510900	19.396.307/0001-81	2015	TPP/TSO
ROSANE VERGIL 49439510900	19.396.307/0001-81	2015	TVP
ROSANGELA NOGUEIRA RODRIGUES	18.873.425/0001-70	2015	TPP/TSO
ROSANGELA NOGUEIRA RODRIGUES	18.873.425/0001-70	2015	TVP
ROSANGELA TAVARES 00342316979	17.321.184/0001-94	2015	TPP/TSO
ROSANGELA TAVARES 00342316979	17.321.184/0001-94	2015	TVP
ROSE APARECIDA ROSA SCHMITZ - EI	13.707.499/0001-13	2015	TPP/TSO
ROSE APARECIDA ROSA SCHMITZ - EI	13.707.499/0001-13	2015	TVP
ROSE MARI KORZ VOLKMANN EI	17.995.828/0001-20	2015	TAS
ROSE MARI KORZ VOLKMANN EI	17.995.828/0001-20	2015	TPP/TSO
ROSE MARI KORZ VOLKMANN EI	17.995.828/0001-20	2015	TVP
ROSEANNE ZIMMER WAGENKNECHT	18.303.338/0001-88	2015	TPP/TSO
ROSEANNE ZIMMER WAGENKNECHT	18.303.338/0001-88	2015	TVP
ROSELENE DEFREYN ME	04.633.581/0001-50	2015	TPP/TSO
ROSELENE DEFREYN ME	04.633.581/0001-50	2015	TVP
ROSELENE GILZ BATISTA	97.552.427/0001-34	2015	TPP/TSO
ROSELENE GILZ BATISTA	97.552.427/0001-34	2015	TVP
ROSELI BARMA LEITZKE ME	07.729.427/0001-74	2015	TPP/TSO
ROSELI BARMA LEITZKE ME	07.729.427/0001-74	2015	TVP
ROSELI CORREIA - EI	13.227.312/0001-84	2015	TPP/TSO
ROSELI CORREIA - EI	13.227.312/0001-84	2015	TVP
ROSELI DA ROCHA ANDREATTA 47144343904	19.906.241/0001-22	2015	TVP
ROSELI FERREIRA MONTEIRO	14.453.752/0001-12	2015	TAS
ROSELI FERREIRA MONTEIRO	14.453.752/0001-12	2015	TPP/TSO
ROSELI FERREIRA MONTEIRO	14.453.752/0001-12	2015	TVP
ROSELI TERESINHA BORGES	18.912.811/0001-24	2015	TPP/TSO
ROSELI TERESINHA BORGES	18.912.811/0001-24	2015	TVP
ROSELINA DAL TOE BAUCKE 02274939900	15.273.963/0001-36	2015	TAS
ROSEMERI MARCIA VOIGTLAENDER ME	11.861.607/0001-82	2015	TPP/TSO
ROSEMERI MARCIA VOIGTLAENDER ME	11.861.607/0001-82	2015	TVP
ROSEMERI SANT'ANNA VANELI	19.690.200/0001-41	2015	TVP
ROSEMERI VOIGT	20.049.966/0001-20	2015	TPP/TSO
ROSEMERI VOIGT	20.049.966/0001-20	2015	TVP
ROSENILDA MACHADO FONTANA ALVES ME	03.565.318/0001-08	2015	TPP/TSO
ROSENILDA MACHADO FONTANA ALVES ME	03.565.318/0001-08	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 63 de 74

ROSIMARE GROFF CAMPREGHER ME	16.783.754/0001-03	2015	TPP/TSO
ROSIMARE GROFF CAMPREGHER ME	16.783.754/0001-03	2015	TVP
ROSIMARE GROFF CAMPREGHER-ME	16.783.754/0002-86	2015	TAS
ROSIMARE GROFF CAMPREGHER-ME	16.783.754/0002-86	2015	TPP/TSO
ROSIMARE GROFF CAMPREGHER-ME	16.783.754/0002-86	2015	TVP
ROSIMERI BONIN WERTER 67769535972	18.188.867/0001-88	2015	TAS
ROSIMERI BONIN WERTER 67769535972	18.188.867/0001-88	2015	TPP/TSO
ROSIMERI BONIN WERTER 67769535972	18.188.867/0001-88	2015	TVP
ROSINALDO INACIO DA SILVA	15.667.072/0001-64	2015	TAS
ROSINALDO INACIO DA SILVA	15.667.072/0001-64	2015	TPP/TSO
ROSINALDO INACIO DA SILVA	15.667.072/0001-64	2015	TVP
ROSINEI RIBEIRO	897.278.000-68	2015	TPP/TSO/ISS
ROSITA BENNER DA SILVA COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA	08.196.136/0001-20	2015	TPP/TSO
ROSITA BENNER DA SILVA COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA	08.196.136/0001-20	2015	TVP
ROSNEI ADAIR SANT'ANNA ME	01.726.163/0001-19	2015	TPP/TSO
ROSNEI ADAIR SANT'ANNA ME	01.726.163/0001-19	2015	TVP
ROZENILDA CARNEIRO LOBO	057.755.109-41	2015	TAS
ROZENILDA CARNEIRO LOBO	057.755.109-41	2015	TPP/TSO/ISS
ROZENILDA CARNEIRO LOBO	057.755.109-41	2015	TVP
RR ADMINISTRACAO E ASSESSORIA LTDA	02.836.541/0001-80	2015	TAS
RUBENS VERGIL	13.243.625/0001-26	2015	TAS
RUBENS VERGIL	13.243.625/0001-26	2015	TPP/TSO
RUBENS VERGIL	13.243.625/0001-26	2015	TVP
RUBIA MARA PAVESI	15.113.235/0001-67	2015	TPP/TSO
RUBIA MARA PAVESI	15.113.235/0001-67	2015	TVP
RUBIA WOZNICZA ME	22.456.182/0001-42	2015	TPP/TSO
RUDIMAR LOPES DE VARGAS	13.272.720/0001-58	2015	TPP/TSO
RUDIMAR LOPES DE VARGAS	13.272.720/0001-58	2015	TVP
RUDMAR DE CASTILHOS PEREIRA	14.650.354/0001-96	2015	TAS
RUDMAR DE CASTILHOS PEREIRA	14.650.354/0001-96	2015	TPP/TSO
RUDMAR DE CASTILHOS PEREIRA	14.650.354/0001-96	2015	TVP
RUDOLF ZARLING ME	82.967.639/0001-05	2015	TAS
RUDOLF ZARLING ME	82.967.639/0001-05	2015	TPP/TSO
RUDOLF ZARLING ME	82.967.639/0001-05	2015	TVP
RUEDIGER CONFECÇÕES LTDA	04.540.762/0001-31	2015	TPP/TSO
RUEDIGER CONFECÇÕES LTDA	04.540.762/0001-31	2015	TVP
S.E. SERENA	16.632.916/0001-02	2015	TPP/TSO
S.E. SERENA	16.632.916/0001-02	2015	TVP
S.O.S.D TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS LTDA ME	09.555.310/0001-47	2015	TPP/TSO
S.O.S.D TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS LTDA ME	09.555.310/0001-47	2015	TVP
S.VILLE DISTRIBUIDORA DE REVISTAS LTDA - EPP	07.302.561/0002-75	2015	TAS

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 64 de 74

S.VILLE DISTRIBUIDORA DE REVISTAS LTDA - EPP	07.302.561/0002-75	2015	TPP/TSO
S.VILLE DISTRIBUIDORA DE REVISTAS LTDA - EPP	07.302.561/0002-75	2015	TVP
SABOR MARMITAS LTDA - ME	12.215.321/0001-92	2015	TAS
SABOR MARMITAS LTDA - ME	12.215.321/0001-92	2015	TPP/TSO
SABOR MARMITAS LTDA - ME	12.215.321/0001-92	2015	TVP
SABRINA ANDREA DAVID - EI	13.856.670/0001-56	2015	TPP/TSO
SABRINA ANDREA DAVID - EI	13.856.670/0001-56	2015	TVP
SADI DA SILVA DUARTE	12.544.046/0001-50	2015	TPP/TSO
SALVELI ELIAS 76509176904	16.371.054/0001-01	2015	TPP/TSO
SALVELI ELIAS 76509176904	16.371.054/0001-01	2015	TVP
SANDRA APARECIDA MÜLLER WALTRICH	808.218.479-53	2015	TAS
SANDRA APARECIDA MÜLLER WALTRICH	808.218.479-53	2015	TPP/TSO/ISS
SANDRA APARECIDA MÜLLER WALTRICH	808.218.479-53	2015	TVP
SANDRA PETERMANN ME	09.599.488/0004-32	2015	TPP/TSO
SANDRA PETERMANN ME	09.599.488/0004-32	2015	TVP
SANDRO COELHO PAULO - EI	14.215.374/0001-39	2015	TAS
SANDRO COELHO PAULO - EI	14.215.374/0001-39	2015	TPP/TSO
SANDRO COELHO PAULO - EI	14.215.374/0001-39	2015	TVP
SANDRO MARCIO SCHLAPFER 89597770997	19.320.980/0001-38	2015	TAS
SANDRO MARCIO SCHLAPFER 89597770997	19.320.980/0001-38	2015	TPP/TSO
SANDRO MARCIO SCHLAPFER 89597770997	19.320.980/0001-38	2015	TVP
SANDRO MAURO STEDILE 06916413905	21.351.180/0001-26	2015	TPP/TSO
SANDRO MAURO STEDILE 06916413905	21.351.180/0001-26	2015	TVP
SANTINA IVANIR DOS SANTOS	13.763.676/0001-89	2015	TPP/TSO
SANTINA IVANIR DOS SANTOS	13.763.676/0001-89	2015	TVP
SAUDI MACHADO FONTANA	20.023.683/0001-00	2015	TAS
SAUDI MACHADO FONTANA	20.023.683/0001-00	2015	TPP/TSO
SAUDI MACHADO FONTANA	20.023.683/0001-00	2015	TVP
SC FOODS S/A	04.991.174/0017-81	2015	TAS
SC FOODS S/A	04.991.174/0017-81	2015	TPP/TSO
SC FOODS S/A	04.991.174/0017-81	2015	TVP
SCARLETE COMERCIO DE CONFEÇÕES LTDA ME	02.450.171/0002-29	2015	TPP/TSO
SCARLETE COMERCIO DE CONFEÇÕES LTDA ME	02.450.171/0002-29	2015	TVP
SCHON PINTURAS LTDA - ME	23.102.280/0001-44	2015	TPP/TSO
SCHON PINTURAS LTDA - ME	23.102.280/0001-44	2015	TVP
SEBASTIANA LOURENCO CORDEIRO	13.781.792/0001-20	2015	TPP/TSO
SEBASTIANA LOURENCO CORDEIRO	13.781.792/0001-20	2015	TVP
SEBASTIAO ALVES PEREIRA	176.331.097-34	2015	TPP/TSO/ISS
SENTIDO LIVRE INDUSTRIA DO VESTUARIO LTDA ME	15.920.646/0006-79	2015	TPP/TSO
SERGIO LUIS SIEVERS	459.591.109-20	2015	TPP/TSO/ISS
SERGIO LUIS SIEVERS	459.591.109-20	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 65 de 74

SERGIO LUIZ GARCIA	17.066.941/0001-20	2015	TPP/TSO
SERGIO LUIZ GARCIA	17.066.941/0001-20	2015	TVP
SERGIO LUIZ STARKE	12.831.801/0001-88	2015	TAS
SERGIO LUIZ STARKE	12.831.801/0001-88	2015	TPP/TSO
SERGIO LUIZ STARKE	12.831.801/0001-88	2015	TVP
SERGIO ROBERTO SCHON	12.080.007/0001-40	2015	TAS
SERGIO ROBERTO SCHON	12.080.007/0001-40	2015	TPP/TSO
SERGIO ROBERTO SCHON	12.080.007/0001-40	2015	TVP
SERRALHERIA BREHMER LTDA ME	05.404.921/0001-33	2015	TAS
SERRALHERIA BREHMER LTDA ME	05.404.921/0001-33	2015	TPP/TSO
SERRALHERIA BREHMER LTDA ME	05.404.921/0001-33	2015	TVP
SERRALHERIA SANTA MARIA LTDA ME	80.728.017/0001-07	2015	TAS
SERRALHERIA SANTA MARIA LTDA ME	80.728.017/0001-07	2015	TPP/TSO
SERRALHERIA SANTA MARIA LTDA ME	80.728.017/0001-07	2015	TVP
SERRARIAS GUNTHER RICARDO EBERT LTDA	83.633.024/0001-05	2015	TPP/TSO
SHEILA LEMONIE	006.101.899-64	2015	TPP/TSO/ISS
SHEILA LEMONIE	006.101.899-64	2015	TVP
SIDNEI ADRIANO	13.623.255/0001-52	2015	TAS
SIDNEI ADRIANO	13.623.255/0001-52	2015	TPP/TSO
SIDNEI ADRIANO	13.623.255/0001-52	2015	TVP
SIDNEI MARCELO GEISLER 03914436905	15.747.707/0001-33	2015	TPP/TSO
SIDNEI MARCELO GEISLER 03914436905	15.747.707/0001-33	2015	TVP
SIDNEI VENTURI	17.680.419/0001-34	2015	TPP/TSO
SIDNEI VENTURI	17.680.419/0001-34	2015	TVP
SIDNEY SIMÃO 70555524949	19.042.961/0001-97	2015	TPP/TSO
SIDNEY SIMÃO 70555524949	19.042.961/0001-97	2015	TVP
SIEVERT CIA LTDA ME	09.621.652/0001-18	2015	TVP
SIEVERT CIA LTDA ME	09.621.652/0001-18	2015	TPP/TSO
SIGOL'S BAR LTDA ME	11.008.594/0001-01	2015	TAS
SIGOL'S BAR LTDA ME	11.008.594/0001-01	2015	TPP/TSO
SILVA E BITTENCOURT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA ME	17.831.001/0001-80	2015	TPP/TSO
SILVA E BITTENCOURT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA ME	17.831.001/0001-80	2015	TVP
SILVANA ARAUJO AMARAL 69915067968	15.268.448/0001-68	2015	TPP/TSO
SILVANA ARAUJO AMARAL 69915067968	15.268.448/0001-68	2015	TVP
SILVANI MARIA ARNDT 76510026953	13.664.963/0001-31	2015	TPP/TSO
SILVANI MARIA ARNDT 76510026953	13.664.963/0001-31	2015	TVP
SILVANO RUI SOUZA 40019039972	18.069.943/0001-36	2015	TAS
SILVANO RUI SOUZA 40019039972	18.069.943/0001-36	2015	TPP/TSO
SILVANO RUI SOUZA 40019039972	18.069.943/0001-36	2015	TVP
SILVIO CENSI	311.623.399-34	2015	TPP/TSO/ISS
SILVIO FERNANDO FROTA SCHULER	477.834.279-87	2015	TAS

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 66 de 74

SILVIO FERNANDO FROTA SCHULER	477.834.279-87	2015	TPP/TSO/ISS
SILVIO FERNANDO FROTA SCHULER	477.834.279-87	2015	TVP
SILVIONEI ROCHA	15.511.259/0001-74	2015	TPP/TSO
SILVIONEI ROCHA	15.511.259/0001-74	2015	TVP
SIMONE ALVES DOS SANTOS BRIGNOLI	17.565.673/0001-91	2015	TPP/TSO
SIMONE ALVES DOS SANTOS BRIGNOLI	17.565.673/0001-91	2015	TVP
SIMONE BALDUINO 05985290980	17.555.323/0001-44	2015	TAS
SIMONE BALDUINO 05985290980	17.555.323/0001-44	2015	TPP/TSO
SIMONE BALDUINO 05985290980	17.555.323/0001-44	2015	TVP
SIMONE DA SILVA 08231211942	17.950.708/0001-06	2015	TAS
SIMONE DA SILVA 08231211942	17.950.708/0001-06	2015	TPP/TSO
SIMONE DA SILVA 08231211942	17.950.708/0001-06	2015	TVP
SIMONE DE CARVALHO	16.889.739/0001-36	2015	TPP/TSO
SIMONE DE CARVALHO	16.889.739/0001-36	2015	TVP
SIMONE KRAMER 00383052912	21.355.303/0001-05	2015	TPP/TSO
SIMONE KRAMER 00383052912	21.355.303/0001-05	2015	TVP
SIMONI CHIQUELEIRO JESUINO	15.531.959/0001-20	2015	TPP/TSO
SIMONI CHIQUELEIRO JESUINO	15.531.959/0001-20	2015	TVP
SIRLEI APARECIDA DE OLIVEIRA	12.350.683/0001-96	2015	TPP/TSO
SIRLEI APARECIDA DE OLIVEIRA	12.350.683/0001-96	2015	TVP
SIRLENE SILVEIRA 67882510963	17.450.959/0001-21	2015	TPP/TSO
SIRLENE SILVEIRA 67882510963	17.450.959/0001-21	2015	TVP
SIRLENE VANDERWEGEN MAYER	11.147.479/0001-00	2015	TAS
SIRLENE VANDERWEGEN MAYER	11.147.479/0001-00	2015	TPP/TSO
SIRLENE VANDERWEGEN MAYER	11.147.479/0001-00	2015	TVP
SISTEMA POPULAR DE COMUNICACAO LTDA	11.641.914/0001-58	2015	TPP/TSO
SISTEMA POPULAR DE COMUNICACAO LTDA	11.641.914/0001-58	2015	TVP
SK2 INDUSTRIAL LTDA ME	13.543.709/0001-85	2015	TAS
SK2 INDUSTRIAL LTDA ME	13.543.709/0001-85	2015	TPP/TSO
SK2 INDUSTRIAL LTDA ME	13.543.709/0001-85	2015	TVP
SOCIEDADE ESPORTIVA RECR E CULTURAL XV DE MAIO	84.232.586/0001-00	2015	TAS
SOCIEDADE ESPORTIVA RECR E CULTURAL XV DE MAIO	84.232.586/0001-00	2015	TPP/TSO
SOELI BARBOSA RODRIGUES	15.411.900/0001-07	2015	TVP
SOLANGE DALVEN	15.808.729/0001-66	2015	TVP
SOLANGE LEMBECK	11.560.292/0001-33	2015	TPP/TSO
SOLANGE LEMBECK	11.560.292/0001-33	2015	TVP
SOLANGE MARIA CANIS ROPKE	13.640.606/0001-33	2015	TAS
SOLANGE MARIA CANIS ROPKE	13.640.606/0001-33	2015	TPP/TSO
SOLANGE MARIA CANIS ROPKE	13.640.606/0001-33	2015	TVP
SOLANGE NOVACK	16.682.589/0001-95	2015	TPP/TSO
SOLANGE NOVACK	16.682.589/0001-95	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 67 de 74

SOLANGE SENSI DA CRUZ 00621747971	17.865.724/0001-09	2015	TPP/TSO
SOLANGE SENSI DA CRUZ 00621747971	17.865.724/0001-09	2015	TVP
SOLAR PARTICIPACOES LTDA	17.168.711/0001-72	2015	TPP/TSO
SOLAR PARTICIPACOES LTDA	17.168.711/0001-72	2015	TVP
SONIA MARA DA ROZA 03477650921	21.584.524/0001-47	2015	TPP/TSO
SONIA MARA DA ROZA 03477650921	21.584.524/0001-47	2015	TVP
SONIA MARA MEDEIROS BUENO 03737541086	18.705.919/0001-46	2015	TAS
SONIA MARA MEDEIROS BUENO 03737541086	18.705.919/0001-46	2015	TPP/TSO
SONIA MARA MEDEIROS BUENO 03737541086	18.705.919/0001-46	2015	TVP
SONIA REGINA JORGE 63882469900	12.090.066/0001-07	2015	TPP/TSO
SONIA REGINA JORGE 63882469900	12.090.066/0001-07	2015	TVP
SONIA REIS	19.192.674/0001-63	2015	TPP/TSO
SONIA REIS	19.192.674/0001-63	2015	TVP
SORAIA MARAGNO 09162218816	13.134.653/0001-05	2015	TAS
SORAIA MARAGNO 09162218816	13.134.653/0001-05	2015	TPP/TSO
SORAIA MARAGNO 09162218816	13.134.653/0001-05	2015	TVP
SORAIA SCHWANZ	17.434.917/0001-05	2015	TPP/TSO
SORAIA SCHWANZ	17.434.917/0001-05	2015	TVP
SOS LIMPEZA LTDA ME	17.753.747/0001-13	2015	TAS
SOS LIMPEZA LTDA ME	17.753.747/0001-13	2015	TPP/TSO
STAMP PRINT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	15.218.470/0001-01	2015	TAS
STAMP PRINT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	15.218.470/0001-01	2015	TPP/TSO
STAMP PRINT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	15.218.470/0001-01	2015	TVP
STATUS PLANEJADOS DECORACOES E ELETROS LTDA	15.457.973/0001-21	2015	TPP/TSO
STATUS PLANEJADOS DECORACOES E ELETROS LTDA	15.457.973/0001-21	2015	TVP
STEVEN BERNARDO 04000308963	17.734.091/0001-91	2015	TPP/TSO
STEVEN BERNARDO 04000308963	17.734.091/0001-91	2015	TVP
STUDIO15 GRAVAÇÃO DE SOM LTDA ME	13.745.469/0001-00	2015	TAS
STUDIO15 GRAVAÇÃO DE SOM LTDA ME	13.745.469/0001-00	2015	TPP/TSO
STUDIO15 GRAVAÇÃO DE SOM LTDA ME	13.745.469/0001-00	2015	TVP
SUELI ALCANTARA ME	06.865.024/0001-90	2015	TVP
SUELI COTA DA SILVA 78844134934	16.953.174/0001-09	2015	TPP/TSO
SUELI COTA DA SILVA 78844134934	16.953.174/0001-09	2015	TVP
SUELI DA ROCHA KREMER CIA LTDA	08.342.607/0001-61	2015	TAS
SUELI DA ROCHA KREMER CIA LTDA	08.342.607/0001-61	2015	TPP/TSO
SUELI DA ROCHA KREMER CIA LTDA	08.342.607/0001-61	2015	TVP
SUELI DA SILVA CONFECÇÕES ME	13.328.757/0001-50	2015	TPP/TSO
SUELI DA SILVA CONFECÇÕES ME	13.328.757/0001-50	2015	TVP
SUELI JUSTINA GIOVANELLA PINTO	13.561.051/0001-34	2015	TAS
SUELI JUSTINA GIOVANELLA PINTO	13.561.051/0001-34	2015	TPP/TSO
SUELI JUSTINA GIOVANELLA PINTO	13.561.051/0001-34	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 68 de 74

SUELLEN DOS SANTOS DE OLIVEIRA ME	14.080.456/0001-13	2015	TPP/TSO
SUELLEN DOS SANTOS DE OLIVEIRA ME	14.080.456/0001-13	2015	TVP
SUL PISCINAS LTDA ME	08.207.467/0001-19	2015	TAS
SUL PISCINAS LTDA ME	08.207.467/0001-19	2015	TPP/TSO
SUL PISCINAS LTDA ME	08.207.467/0001-19	2015	TVP
SULCATARINENSE - MINERACAO, ARTEF CIMENTO, BRITAGEM E CONST	76.614.254/0001-61	2015	TAS
SULCATARINENSE - MINERACAO, ARTEF CIMENTO, BRITAGEM E CONST	76.614.254/0001-61	2015	TVP
SULCATARINENSE – MINER, ARTEF DE CIMENTO, BRITAGEM E CONST	76.614.254/0001-61	2015	TPP/TSO
SUPREMA INDUSTRIA QUIMICA LTDA EPP	08.796.968/0001-88	2015	TAS
SUPREMA INDUSTRIA QUIMICA LTDA EPP	08.796.968/0001-88	2015	TPP/TSO
SUPREMA INDUSTRIA QUIMICA LTDA EPP	08.796.968/0001-88	2015	TVP
SUZAMARA BITTELBRUM07053056945	15.582.531/0001-07	2015	TPP/TSO
SUZAMARA BITTELBRUM07053056945	15.582.531/0001-07	2015	TVP
SUZANA REGINA BARBOSA	935.642.529-91	2015	TAS
SUZANA REGINA BARBOSA	935.642.529-91	2015	TPP/TSO/ISS
SUZANA REGINA BARBOSA	935.642.529-91	2015	TVP
TABATA TAIANE BATISTA DA SILVA.	15.095.542/0001-62	2015	TPP/TSO
TABATA TAIANE BATISTA DA SILVA.	15.095.542/0001-62	2015	TVP
TANIRA ATHANAZIO DOS SANTOS	14.390.636/0001-00	2015	TAS
TANIRA ATHANAZIO DOS SANTOS	14.390.636/0001-00	2015	TPP/TSO
TANIRA ATHANAZIO DOS SANTOS	14.390.636/0001-00	2015	TVP
TARGA SA	00.157.774/0003-92	2015	TAS
TARGA SA	00.157.774/0003-92	2015	TPP/TSO
TARGA SA	00.157.774/0003-92	2015	TVP
TAROBÁ AUTO SOM LTDA ME	03.635.306/0001-02	2015	TPP/TSO
TAROBÁ AUTO SOM LTDA ME	03.635.306/0001-02	2015	TVP
TARUANA GRACIANO 07549537933	18.111.699/0001-22	2015	TAS
TARUANA GRACIANO 07549537933	18.111.699/0001-22	2015	TVP
TATIANA CRISTINA ANACLETO ME	16.925.082/0001-15	2015	TPP/TSO
TATIANA CRISTINA ANACLETO ME	16.925.082/0001-15	2015	TVP
TATIANE PARIS 04541449978	18.232.122/0001-79	2015	TPP/TSO
TATIANE PARIS 04541449978	18.232.122/0001-79	2015	TVP
TAVARES DA COSTA	15.804.361/0001-68	2015	TPP/TSO
TAVARES DA COSTA	15.804.361/0001-68	2015	TVP
TEATRO BIRIBA	00.492.213/0001-88	2015	TAS
TEATRO BIRIBA	00.492.213/0001-88	2015	TPP/TSO
TEATRO BIRIBA	00.492.213/0001-88	2015	TVP
TECELAGEM MG TEXTIL LTDA ME	18.934.022/0001-94	2015	TAS
TECELAGEM MG TEXTIL LTDA ME	18.934.022/0001-94	2015	TPP/TSO
TECELAGEM MG TEXTIL LTDA ME	18.934.022/0001-94	2015	TVP
TECH HOUSE CYBER CAFE LTDA ME	81.565.624/0001-58	2015	TPP/TSO

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 69 de 74

TECH HOUSE CYBER CAFE LTDA ME	81.565.624/0001-58	2015	TVP
TEKA TECELAGEM KUEHNRIK S/A	82.636.986/0002-36	2015	TVP
TELEPLUS ASSIST TECN EM TELEFONIA LTDA - ME	07.256.198/0001-18	2015	TAS
TELEPLUS ASSIST TECN EM TELEFONIA LTDA - ME	07.256.198/0001-18	2015	TPP/TSO
TELEPLUS ASSIST TECN EM TELEFONIA LTDA - ME	07.256.198/0001-18	2015	TVP
TERESA CRISTINA TRANSPORTES LTDA - ME	18.722.521/0001-18	2015	TPP/TSO
TEREZA DE FREITAS 58638180934	21.687.219/0001-80	2015	TAS
TERRACON.LOTE TERRAPLANAGEM E EMP. DE MAO DE OBRA LTDA ME	02.825.308/0001-00	2015	TVP
TERRACON.LOTE TERRAPLANAGEM E EMPREIT DE MAO DE OBRA LTDA	02.825.308/0001-00	2015	TPP/TSO
TEX-10 INDUSTRIA TEXTIL LTDA - ME	04.595.364/0001-12	2015	TAS
TEX-10 INDUSTRIA TEXTIL LTDA - ME	04.595.364/0001-12	2015	TPP/TSO
TEX-10 INDUSTRIA TEXTIL LTDA - ME	04.595.364/0001-12	2015	TVP
TH REPRESENTACOES COM. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	14.985.164/0001-20	2015	TAS
TH REPRESENTACOES COMERC DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	14.985.164/0001-20	2015	TPP/TSO
TH REPRESENTACOES COMERCIAIS DE PRODUTOS FARMACEUTICOS L	14.985.164/0001-20	2015	TVP
THAIS REGINA KUHN 07070544944	14.156.607/0001-70	2015	TPP/TSO
THAIS REGINA KUHN 07070544944	14.156.607/0001-70	2015	TVP
THERMAY CONFECCOES LTDA ME	03.742.767/0001-84	2015	TAS
THERMAY CONFECCOES LTDA ME	03.742.767/0001-84	2015	TPP/TSO
THERMAY CONFECCOES LTDA ME	03.742.767/0001-84	2015	TVP
THIAGO OCHAKOWSKI	13.273.488/0001-72	2015	TAS
THOMAS DE AGUIDA 03123796922	15.800.610/0001-47	2015	TAS
THOMAS DE AGUIDA 03123796922	15.800.610/0001-47	2015	TPP/TSO
THOMAS DE AGUIDA 03123796922	15.800.610/0001-47	2015	TVP
TIAGO MICHEL CONZATTI ME	13.722.831/0001-19	2015	TAS
TIAGO MICHEL CONZATTI ME	13.722.831/0001-19	2015	TVP
TIAGO PEREIRA DA COSTA	19.814.081/0001-91	2015	TAS
TIAGO PEREIRA DA COSTA	19.814.081/0001-91	2015	TPP/TSO
TIAGO PEREIRA DA COSTA	19.814.081/0001-91	2015	TVP
TOIA COMERCIO DE CONFECCOES LTDA ME	19.606.407/0001-95	2015	TVP
TOK FINAL ESTAMPARIA LTDA - ME	11.700.380/0001-93	2015	TAS
TOK FINAL ESTAMPARIA LTDA - ME	11.700.380/0001-93	2015	TPP/TSO
TOK FINAL ESTAMPARIA LTDA - ME	11.700.380/0001-93	2015	TVP
TONI SANTOS COMERCIO DE CAMINHOS LTDA-ME	15.671.113/0001-96	2015	TPP/TSO
TONI SANTOS COMERCIO DE CAMINHOS LTDA-ME	15.671.113/0001-96	2015	TVP
TONI SANTOS COMERCIO DE CAMINHOS LTDA-ME	15.671.113/0001-96	2015	TAS
TORNO E FRESA SCHARF LTDA	04.183.681/0001-21	2015	TAS
TORNO E FRESA SCHARF LTDA	04.183.681/0001-21	2015	TPP/TSO
TORNO E FRESA SCHARF LTDA	04.183.681/0001-21	2015	TVP
TRANSFIL TRANSPORTES LTDA ME	15.424.619/0001-09	2015	TPP/TSO
TRANSFIL TRANSPORTES LTDA ME	15.424.619/0001-09	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 70 de 74

TRANSKOERICH SERVICOS DE TRANSPORTES LTDA	15.833.480/0001-49	2015	TPP/TSO
TRANSKOERICH SERVICOS DE TRANSPORTES LTDA	15.833.480/0001-49	2015	TVP
TRANSTEMPER LTDA ME	12.347.124/0001-27	2015	TPP/TSO
TRES IRMAS CONFECÇOES LTDA ME	13.257.508/0001-11	2015	TPP/TSO
TRES IRMAS CONFECÇOES LTDA ME	13.257.508/0001-11	2015	TVP
ULISSES FERRARI	11.936.905/0001-94	2015	TPP/TSO
ULISSES FERRARI	11.936.905/0001-94	2015	TVP
UP ESSENCIA INDIAIAL EIRELI	22.420.827/0001-97	2015	TAS
UP ESSENCIA INDIAIAL EIRELI	22.420.827/0001-97	2015	TPP/TSO
UP ESSENCIA INDIAIAL EIRELI	22.420.827/0001-97	2015	TVP
USINADOS LOMAR LTDA-EPP	02.036.494/0001-90	2015	TAS
USINADOS LOMAR LTDA-EPP	02.036.494/0001-90	2015	TPP/TSO
USINADOS LOMAR LTDA-EPP	02.036.494/0001-90	2015	TVP
V E CONSTRUÇOES E COMERCIO LTDA	11.117.915/0001-06	2015	TPP/TSO
V E CONSTRUÇOES E COMERCIO LTDA	11.117.915/0001-06	2015	TVP
V M GESSO DECORAÇÕES LTDA ME	05.739.201/0001-29	2015	TPP/TSO
V M GESSO DECORAÇÕES LTDA ME	05.739.201/0001-29	2015	TVP
V S INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA	08.871.382/0001-30	2015	TPP/TSO
V S INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA	08.871.382/0001-30	2015	TVP
VALDECI ALVES DE CARVALHO ME	11.294.372/0001-94	2015	TVP
VALDECI PAULO CANDIDO	459.584.919-20	2015	TPP/TSO/ISS
VALDECIR BERNARDO DA SILVA - ME	21.586.436/0001-84	2015	TAS
VALDECIR BERNARDO DA SILVA - ME	21.586.436/0001-84	2015	TPP/TSO
VALDECIR BERNARDO DA SILVA - ME	21.586.436/0001-84	2015	TVP
VALDELIR ANDLER DE ALMEIDA	17.161.155/0001-02	2015	TAS
VALDELIR ANDLER DE ALMEIDA	17.161.155/0001-02	2015	TPP/TSO
VALDELIR ANDLER DE ALMEIDA	17.161.155/0001-02	2015	TVP
VALDEMAR ZIMMERMANN - EI	14.429.615/0001-42	2015	TPP/TSO
VALDEMAR ZIMMERMANN - EI	14.429.615/0001-42	2015	TVP
VALDEMIRO DE OLIVEIRA ME	12.674.530/0001-02	2015	TAS
VALDEMIRO DE OLIVEIRA ME	12.674.530/0001-02	2015	TVP
VALDEMIRO EVARISTO	16.442.806/0001-70	2015	TPP/TSO
VALDEMIRO EVARISTO	16.442.806/0001-70	2015	TVP
VALDEMIRO SCHNEIDER	14.063.086/0001-06	2015	TAS
VALDEMIRO SCHNEIDER	14.063.086/0001-06	2015	TPP/TSO
VALDEMIRO SCHNEIDER	14.063.086/0001-06	2015	TVP
VALDEREZ LEANDRO LAND	14.527.053/0001-70	2015	TPP/TSO
VALDEREZ LEANDRO LAND	14.527.053/0001-70	2015	TVP
VALDEVINO CONSTRUTORA LTDA ME	14.084.114/0001-71	2015	TPP/TSO
VALDEVINO CONSTRUTORA LTDA ME	14.084.114/0001-71	2015	TVP
VALDIR CERRUTTI 43592201972	15.422.575/0001-70	2015	TAS

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 71 de 74

VALDIR CERRUTTI 43592201972	15.422.575/0001-70	2015	TPP/TSO
VALDIR CERRUTTI 43592201972	15.422.575/0001-70	2015	TVP
VALDIR GEBHARDT 53413920944	14.157.469/0001-43	2015	TPP/TSO
VALDIR GEBHARDT 53413920944	14.157.469/0001-43	2015	TVP
VALDIR RICARDO	14.166.645/0001-03	2015	TAS
VALDIR RICARDO	14.166.645/0001-03	2015	TPP/TSO
VALDIR RICARDO	14.166.645/0001-03	2015	TVP
VALDIRENE ROSILDA MAURICENZ 05544421919	11.562.885/0001-39	2015	TAS
VALDIRENE ROSILDA MAURICENZ 05544421919	11.562.885/0001-39	2015	TPP/TSO
VALDIRENE ROSILDA MAURICENZ 05544421919	11.562.885/0001-39	2015	TVP
VALMIR CONZATTI	03.436.357/0001-05	2015	TPP/TSO
VALMIR CONZATTI	03.436.357/0001-05	2015	TVP
VALMIR VIEIRA	15.498.537/0001-09	2015	TAS
VALMIR VIEIRA	15.498.537/0001-09	2015	TPP/TSO
VALMIR VIEIRA	15.498.537/0001-09	2015	TVP
VALMIRA DA SILVA DOS SANTOS	13.518.750/0001-00	2015	TAS
VALMIRA DA SILVA DOS SANTOS	13.518.750/0001-00	2015	TPP/TSO
VALMIRA DA SILVA DOS SANTOS	13.518.750/0001-00	2015	TVP
VALMIRA TOTTENE ME	07.104.974/0001-64	2015	TAS
VALMIRA TOTTENE ME	07.104.974/0001-64	2015	TPP/TSO
VALMIRA TOTTENE ME	07.104.974/0001-64	2015	TVP
VALTER SERPA	13.110.139/0001-30	2015	TPP/TSO
VALTER SERPA	13.110.139/0001-30	2015	TVP
VANDERLEI PEREIRA MARTINS	04.982.483/0001-28	2015	TPP/TSO
VANDERLEI PEREIRA MARTINS	04.982.483/0001-28	2015	TVP
VANDERLEI ADRIANO	13.924.848/0001-59	2015	TAS
VANDERLEI ADRIANO	13.924.848/0001-59	2015	TPP/TSO
VANDERLEI ADRIANO	13.924.848/0001-59	2015	TVP
VANDERLEI CAITANO - EI	14.420.190/0001-00	2015	TAS
VANDERLEI CAITANO - EI	14.420.190/0001-00	2015	TPP/TSO
VANDERLEI CAITANO - EI	14.420.190/0001-00	2015	TVP
VANDERLEI HEIDEN ME	18.294.795/0002-34	2015	TPP/TSO
VANDERLEI HEIDEN ME	18.294.795/0002-34	2015	TVP
VANDERLEIA DE SOUZA GEISLER-ME	21.391.904/0001-65	2015	TAS
VANDERLEIA DE SOUZA GEISLER-ME	21.391.904/0001-65	2015	TPP/TSO
VANDERLEIA DE SOUZA GEISLER-ME	21.391.904/0001-65	2015	TVP
VANDERLEIA FERREIRA 00441535976	19.291.379/0001-64	2015	TPP/TSO
VANDERLEIA FERREIRA 00441535976	19.291.379/0001-64	2015	TVP
VANDERSON MACHADO	13.327.934/0001-84	2015	TPP/TSO
VANDERSON MACHADO	13.327.934/0001-84	2015	TVP
VANESSA WATERSTRADT 04731728959	18.890.256/0001-87	2015	TAS

**MUNICÍPIO DE INDALAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 72 de 74

VANESSA WATERSTRADT 04731728959	18.890.256/0001-87	2015	TPP/TSO
VANESSA WATERSTRADT 04731728959	18.890.256/0001-87	2015	TVP
VANIA VANDERLEIA BENTO MANNRICH 94770948972	15.679.383/0001-43	2015	TPP/TSO
VANIA VANDERLEIA BENTO MANNRICH 94770948972	15.679.383/0001-43	2015	TVP
VANILDO ELISIO	13.125.949/0001-60	2015	TPP/TSO
VANILDO ELISIO	13.125.949/0001-60	2015	TVP
VANILSON DE SOUZA ME	09.250.059/0001-02	2015	TAS
VANILSON DE SOUZA ME	09.250.059/0001-02	2015	TPP/TSO
VANILSON DE SOUZA ME	09.250.059/0001-02	2015	TVP
VAZ COM E REPRES LTDA-ME	82.889.684/0001-99	2015	TPP/TSO
VAZ COM E REPRES LTDA-ME	82.889.684/0001-99	2015	TVP
VEIGA & VEIGA COMUNICACOES LTDA	78.857.398/0001-74	2015	TVP
VEIGA VEIGA COMUNICACOES LTDA	78.857.398/0001-74	2015	TPP/TSO
VERA LUCIA SCHAEFFER	11.538.282/0001-00	2015	TPP/TSO
VERA LUCIA SCHAEFFER	11.538.282/0001-00	2015	TVP
VERONICA APARECIDA KUSSNER MOSER ME	01.050.621/0001-42	2015	TAS
VERONICA APARECIDA KUSSNER MOSER ME	01.050.621/0001-42	2015	TPP/TSO
VERONICA APARECIDA KUSSNER MOSER ME	01.050.621/0001-42	2015	TVP
VERSATILE ASSESSORIA HABITACIONAL LTDA ME	08.430.060/0003-18	2015	TVP
VEST BRASIL LTDA EPP	04.719.296/0009-03	2015	TPP/TSO
VEST BRASIL LTDA EPP	04.719.296/0009-03	2015	TVP
VESTECASA COMERCIO DE ARTIGOS DE CAMA MESA E BANHO LTDA ME	21.160.559/0001-59	2015	TPP/TSO
VESTECASA COMERCIO DE ARTIGOS DE CAMA MESA E BANHO LTDA ME	21.160.559/0001-59	2015	TVP
VIA GERMANIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	04.373.773/0001-74	2015	TAS
VIA GERMANIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	04.373.773/0001-74	2015	TPP/TSO
VIA GERMANIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	04.373.773/0001-74	2015	TVP
VIA ZAPPY IND. E COM. DE CONFEC. LTDA	00.816.341/0002-10	2015	TPP/TSO
VIA ZAPPY IND. E COM. DE CONFEC. LTDA	00.816.341/0002-10	2015	TVP
VICTOR HUGO REINKE ME	14.194.852/0001-71	2015	TPP/TSO
VICTOR HUGO REINKE ME	14.194.852/0001-71	2015	TVP
VIKINGS INDUSTRIA E COMERCIO DE PREMIACOES LTDA ME	11.621.704/0001-06	2015	TAS
VIKINGS INDUSTRIA E COMERCIO DE PREMIACOES LTDA ME	11.621.704/0001-06	2015	TPP/TSO
VIKINGS INDUSTRIA E COMERCIO DE PREMIACOES LTDA ME	11.621.704/0001-06	2015	TVP
VILFRIDO LAESKER FILHO	13.770.070/0001-70	2015	TAS
VILFRIDO LAESKER FILHO	13.770.070/0001-70	2015	TPP/TSO
VILFRIDO LAESKER FILHO	13.770.070/0001-70	2015	TVP
VILMA BAIMEL RUTHS ME	20.184.240/0001-09	2015	TAS
VILMA BAIMEL RUTHS ME	20.184.240/0001-09	2015	TPP/TSO
VILMA MARIA LORENZ 76331555900	18.647.174/0001-06	2015	TPP/TSO
VILMA MARIA LORENZ 76331555900	18.647.174/0001-06	2015	TVP
VILMAR FRITZKE 72851333968	21.514.069/0001-03	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 73 de 74

VILMAR GRALAKI VIDAL ME	11.319.331/0001-05	2015	TPP/TSO
VILMAR GRALAKI VIDAL ME	11.319.331/0001-05	2015	TVP
VILMAR VALCANAIA ME	00.554.558/0001-19	2015	TAS
VILMAR VALCANAIA ME	00.554.558/0001-19	2015	TPP/TSO
VILMAR VALCANAIA ME	00.554.558/0001-19	2015	TVP
VILSON BENTO - EI	13.549.756/0001-36	2015	TAS
VILSON BENTO - EI	13.549.756/0001-36	2015	TPP/TSO
VILSON BENTO - EI	13.549.756/0001-36	2015	TVP
VILSON LADEVIG	608.490.459-91	2015	TAS
VILSON LADEVIG	608.490.459-91	2015	TPP/TSO/ISS
VILSON LADEVIG	608.490.459-91	2015	TVP
VILSON WILD ME	08.852.411/0001-17	2015	TAS
VILSON WILD ME	08.852.411/0001-17	2015	TPP/TSO
VILSON WILD ME	08.852.411/0001-17	2015	TVP
VIRGINIA ALBANO FERREIRA DA SILVA - EI	14.158.093/0001-91	2015	TPP/TSO
VIRGINIA ALBANO FERREIRA DA SILVA - EI	14.158.093/0001-91	2015	TVP
VITAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI	08.437.746/0001-79	2015	TAS
VITAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI	08.437.746/0001-79	2015	TPP/TSO
VITAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI	08.437.746/0001-79	2015	TVP
VITRINE MODA MULHER CONFECCOES LTDA-ME	07.608.077/0005-11	2015	TPP/TSO
VITRINE MODA MULHER CONFECCOES LTDA-ME	07.608.077/0005-11	2015	TVP
VIVALDINO PINTO DE OLIVEIRA	464.170.954-87	2015	TPP/TSO/ISS
VIVIANA WISNIESKI ME	16.682.137/0001-03	2015	TAS
VIVIANA WISNIESKI ME	16.682.137/0001-03	2015	TPP/TSO
VIVIANA WISNIESKI ME	16.682.137/0001-03	2015	TVP
VIVIANE ADELIA BUDKE ME	20.661.867/0001-03	2015	TAS
VIVIANE ADELIA BUDKE ME	20.661.867/0001-03	2015	TPP/TSO
VIVIANE ADELIA BUDKE ME	20.661.867/0001-03	2015	TVP
VIVIANE ANACLETO 06155948917	19.930.652/0001-53	2015	TPP/TSO
VIVIANE ANACLETO 06155948917	19.930.652/0001-53	2015	TVP
VIVIANE DA SILVA COMÉRCIO ME	23.213.116/0001-04	2015	TPP/TSO
VIVIANE DA SILVA COMÉRCIO ME	23.213.116/0001-04	2015	TVP
VR AUTO CENTER LTDA ME	17.150.121/0001-12	2015	TPP/TSO
VR AUTO CENTER LTDA ME	17.150.121/0001-12	2015	TVP
VR INSTALACAO E MANUTENCAO LTDA ME	14.543.762/0001-49	2015	TPP/TSO
VR INSTALACAO E MANUTENCAO LTDA ME	14.543.762/0001-49	2015	TVP
VSP TRANSPORTES LTDA ME	14.898.923/0001-17	2015	TAS
VSP TRANSPORTES LTDA ME	14.898.923/0001-17	2015	TPP/TSO
VSP TRANSPORTES LTDA ME	14.898.923/0001-17	2015	TVP
W. CANI COM E REPRESENTACOES LTDA ME	06.143.471/0001-35	2015	TPP/TSO
W. CANI COM E REPRESENTACOES LTDA ME	06.143.471/0001-35	2015	TVP

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**SETOR DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO NO. 03/2017**

pag. 74 de 74

WAGNER LUIZ ROEPCKE	11.593.497/0001-15	2015	TAS
WAGNER LUIZ ROEPCKE	11.593.497/0001-15	2015	TPP/TSO
WAGNER LUIZ ROEPCKE	11.593.497/0001-15	2015	TVP
WALDEMAR MACHADO	13.432.189/0001-33	2015	TPP/TSO
WALDEMAR MACHADO	13.432.189/0001-33	2015	TVP
WALQUIRIA BUZZI BRANCO	079.196.759-01	2015	TPP/TSO/ISS
WALTER JORGE STEVAN	18.828.452/0001-21	2015	TPP/TSO
WALTER JORGE STEVAN	18.828.452/0001-21	2015	TVP
WALTER PLAUTZ	851.049.499-15	2015	TAS
WALTER PLAUTZ	851.049.499-15	2015	TPP/TSO/ISS
WALTER PLAUTZ	851.049.499-15	2015	TVP
WERNER NEUERT	501.162.749-72	2015	TPP/TSO/ISS
WERNER NEUERT	501.162.749-72	2015	TVP
WILHAN EDUARDO DE SOUZA	22.177.258/0001-09	2015	TPP/TSO
WILHAN EDUARDO DE SOUZA	22.177.258/0001-09	2015	TVP
WILLIAM PERES	15.833.489/0001-50	2015	TPP/TSO
WILLIAM PERES	15.833.489/0001-50	2015	TVP
WILLIAN LEAL	16.367.268/0001-04	2015	TPP/TSO
WILLIAN LEAL	16.367.268/0001-04	2015	TVP
WILSON ANTONIO DIAS ANACLETO 03820825916	18.312.042/0001-23	2015	TPP/TSO
WILSON ANTONIO DIAS ANACLETO 03820825916	18.312.042/0001-23	2015	TVP
WILSON BECKER	13.132.155/0001-23	2015	TAS
WILSON BECKER	13.132.155/0001-23	2015	TPP/TSO
WILSON BECKER	13.132.155/0001-23	2015	TVP
WJ TERRAPLANAGEM LTDA ME	17.566.036/0001-30	2015	TPP/TSO
WJ TERRAPLANAGEM LTDA ME	17.566.036/0001-30	2015	TVP
YAVE SHAMA CONFECÇÕES LTDA ME	13.481.567/0001-79	2015	TPP/TSO
YAVE SHAMA CONFECÇÕES LTDA ME	13.481.567/0001-79	2015	TVP
ZENILDA TEREZINHA GONÇALVES - EI	14.457.593/0001-24	2015	TAS
ZENILDA TEREZINHA GONÇALVES - EI	14.457.593/0001-24	2015	TPP/TSO
ZENILDA TEREZINHA GONÇALVES - EI	14.457.593/0001-24	2015	TVP
ZICO TAVENNY KLAUS MATIAS	17.692.149/0001-81	2015	TPP/TSO
ZICO TAVENNY KLAUS MATIAS	17.692.149/0001-81	2015	TVP
ZILDA PADILHA DOS ANJOS	11.478.991/0001-39	2015	TPP/TSO
ZILDA PADILHA DOS ANJOS	11.478.991/0001-39	2015	TVP
ZULMIRO SOUZA - EI	13.864.083/0001-09	2015	TPP/TSO
ZULMIRO SOUZA - EI	13.864.083/0001-09	2015	TVP

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 1/2017**

Decreto Nº 1/17

Contas do exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de Indaial.

O Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, e, de acordo com votação em plenário,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovadas as contas do exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de Indaial, de acordo com Relatório do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Processo n. PCP – 15/00086786).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de Abril de 2017.

Osvaldo Metzner	
Presidente da Mesa	
Antônio Carlos Fink	
1º Secretário	

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 2/2017**

Decreto Nº 2/17

Contas do exercício de 2015 da Prefeitura Municipal de Indaial.

O Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, e, de acordo com votação em plenário,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovadas as contas do exercício de 2015 da Prefeitura Municipal de Indaial, de acordo com Relatório do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Processo n. PCP – 16/00091200).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de Abril de 2017.

Osvaldo Metzner	
Presidente da Mesa	
Antônio Carlos Fink	
1º Secretário	

# Ipuaçu

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 074/2017 DE 11 DE ABRIL DE 2017. NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO SELETIVO 01/2017.**

PORTARIA Nº 074/2017

DE 11 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO SELETIVO 01/2017.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear sob a Presidência da Primeira, os servidores: MARISTELA ROVANI FUZINATTO, MARILDA BAGATINI, FÁTIMA DA ROSA CARLESSO, JAIR BIANCHINI, ELENICE MÜLLER, para comporem a comissão de acompanhamento do Processo Seletivo nº 01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuaçu-SC, em 11 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

# Ipumirim

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA REG,PREGO PL 25- PP-12. MADEIRA -PREGOS E MAT.CONSTRUÇÃO/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO 25/2017

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2017, do PROCESSO Nº 25/2017, homologado aos 13 de abril de 2017, cujo objeto é: registro de preço de madeira de primeira qualidade serrada em bruto para construção e recuperação de pontes, pinguelas, abrigos de passageiros e aquisição de pregos e material de construção destinados a Secretaria Municipal de Transportes e Obras e Urbanismo., para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2017.25.6042

de 17 de abril de 2017

FORNECEDOR: TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, situada na AV ASSIS BRASIL, 148, município de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ sob n. 85.201.739/0001-14 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 252.270.363, representado pela Senhora ANTOANETE ARTIFONSPRIGIO, CPF: 923.726.609-00.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
6	PREGOS 17 X 27	KG	40,00		7,00	280,00
7	PREGO 18 X 30	KG	40,00		6,80	272,00
8	PREGOS 19 X 39	KG	40,00		7,00	280,00
10	AREIA	M	100,00		128,00	12.800,00
11	TIJOLOS 6 FURROS	UN	30.000,00		0,50	15.000,00
13	Chapa cimento de amianto 2,13 x 1,10cm-6mm	UN	200,00		35,50	7.100,00
16	Ferro 1/2	br	100,00		35,00	3.500,00
Valor Total Registrado					39.232,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2017.25.6684

de 17 de abril de 2017

FORNECEDOR: ELPIDIO NEREU VON FRUHAUF-SERRARIA, situada na VILA ORESTES GUIMARAES, MUNICÍPIO DE IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 75.284.554/0001-67 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 250.761.262, representado pelo Senhor DEOCLIDES LUI VON FRUHAUF, CPF:800.232.079-49.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Barrotes de eucalipto 5,00 comp. X 0.15 larg. X 0.08 grosura	UN	500,00		23,00	11.500,00
2	Pranchas de eucalipto para trilhos de 0.05 espessura .	Mt³	50,00		440,00	22.000,00
3	Tábuas de pinheiro de 3metros comp X 0,30cm X 1'	UN	500,00		15,00	7.500,00
Valor Total Registrado					41.000,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2017.25.10027

de 17 de abril de 2017

FORNECEDOR: LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI, situada na AVENIDA BRASIL Nº 169, TERREO, BAIRRO: CENTRO, MUNICÍPIO DE IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 11.967.625/0001-43 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 256.144.885, representado pela Senhora LUCIANE APARECIDA MARTINI, CPF:042.029.789-86.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
4	PREGOS 23 X 54	KG	80,00		7,00	560,00
5	PREGOS 25 X 72	KG	100,00		7,25	725,00
9	Cimento - saco de 50kg	Sc	500,00		27,50	13.750,00
12	Chapa cimento de amianto 2,44 x 1,10cm-6mm	UN	200,00		38,00	7.600,00
14	Chapa cimento de amianto 1,83 x 1,10cm-6mm	UN	200,00		28,00	5.600,00
15	Ferro 3/8	br	100,00		25,25	2.525,00
Valor Total Registrado					30.760,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL Nº 25, PP Nº 12-2017-PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2017 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 82.814.575/0001-02 <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.:</b> 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 25/2017 <b>Data do Processo:</b> 30/03/2017
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

registro de prego de madeira de primeira qualidade serrada em bruto para construção e recuperação de pontes, pinguelas, abrigos de passageiros e aquisição de pregos e material de construção destinados a Secretaria Municipal de Transportes e Obras e Urbanismo.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 11/2017 (Sequência: 2)**

Ao(s) 13 de Abril de 2017, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de prego das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 25/2017, Licitação nº 12/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de prego e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos treze dias do mês de abril de 2017, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio, Presidente da Comissão e a servidora Municipal Jucilene Goldoni Caliani, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 2265/2016 e da início a abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: ELPIDIO NEREU VON FRUHAUF LTDA ME, LUCIANE APARECIDA MARTINI ME, SERRARIA TOBALDINI LTDA ME e TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA - ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representarem suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens do Edital. Assim o fez, o Srº MARCIRIO AIRTON BONISSONI, representante credenciado da empresa TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA - ME, o Srº ROBERTO BATISTA MERTINS representante credenciado da empresa LUCIANE APARECIDA MARTINI ME, o Srº DEOCLIDES LUIZ VON FRUHAUF sócio proprietário da empresa ELPIDIO NEREU VON FRUHAUF LTDA ME e o Srº NEOZIR DE OLIVEIRA LUIZ sócio proprietário da empresa SERRARIA TOBALDINI LTDA ME. Todas as empresas acima citadas se credenciam como microempresas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilha anexa ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os Representantes Legais das licitantes. Na análise da documentação constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme exigência do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

**Participante: 6042 - TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Prego Unitário	Prego Total
6	PREGOS 17 X 27	KG	40,00		0,0000	7,00	280,00
7	PREGO 18 X 30	KG	40,00		0,0000	6,80	272,00
8	PREGOS 19 X 39	KG	40,00		0,0000	7,00	280,00
10	AREIA	M	100,00		0,0000	128,00	12.800,00
11	TIJOLOS 6 FURROS	UN	30.000,00		0,0000	0,50	15.000,00
13	Chapa cimento de amianto 2,13 x 1,10cm-6mm	UN	200,00		0,0000	35,50	7.100,00
16	Ferro 1/2	br	100,00		0,0000	35,00	3.500,00

**Total do Participante —>** 39.232,00

**Participante: 6684 - ELPIDIO NEREU VON FRUHAUF-SERRARIA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Prego Unitário	Prego Total
1	Barrotes de eucalipto de 5,0 mts de comprimento X 0,15 cm de largura X 0,08 cm de espessura	UN	500,00		0,0000	23,00	11.500,00
2	Pranchas de eucalipto para trilhões de 0,05 espessura e no mínimo de 30cm de largura	M²	50,00		0,0000	440,00	22.000,00
3	Tábuas de pinheiro de 3 metros X 0,30 X 1"	UN	500,00		0,0000	15,00	7.500,00

**Total do Participante —>** 41.000,00

**Participante: 10027 - LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Prego Unitário	Prego Total
4	PREGOS 23 X 54	KG	80,00		0,0000	7,00	560,00
5	PREGOS 25 X 72	KG	100,00		0,0000	7,25	725,00
9	Cimento - saco de 50kg	Sc	500,00		0,0000	27,50	13.750,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 12/2017 - PR**
**Processo Administrativo:**
**Processo de Licitação: 25/2017**
**Data do Processo: 30/03/2017**

Folha: 2/2

**Participante: 10027 - LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
12	Chapa cimento de amianto 2,44 x 1,10cm-6mm	UN	200,00		0,0000	38,00	7.600,00
14	Chapa cimento de amianto 1,83 x 1,10cm-6mm	UN	200,00		0,0000	28,00	5.600,00
15	Ferro 3/8	br	100,00		0,0000	25,25	2.525,00

**Total do Participante ----->** 30.760,00

**Total Geral ----->** 110.992,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 13 de Abril de 2017

**COMISSÃO:**

LAUDECIR FRANCIO

- ..... - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- ..... - Equipe de Apoio

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 25, PP Nº 12-2017-PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2017 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 25/2017 Data do Processo: 30/03/2017
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 25/2017  
b) Licitação Nr.: 12/2017-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 13/04/2017  
e) Objeto da Licitação: registro de preço de madeira de primeira qualidade serrada em bruto para construção e recuperação de pontes, pinguelas, abrigos de passageiros e aquisição de pregos e material de construção destinados a Secretaria Municipal de Transportes e Obras e Urbanismo.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**ELPIDIO NEREU VON FRUHAUF-SERRARIA (6684)**

1	Barrotes de eucalipto de 5,0 mts de comprimento X 0.15 cm de largura X 0.08 cm de espessura	UN	500,00	0,0000	23,00	11.500,00
2	Pranchas de eucalipto para trilhos de 0.05 espessura e no mínimo de 30cm de largura	Mt²	50,00	0,0000	440,00	22.000,00
3	Tábuas de pinheiro de 3metros comp X 0,30cm X 1"	UN	500,00	0,0000	15,00	7.500,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>41.000,00</b>

**LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI (10027)**

4	PREGOS 23 X 54	KG	80,00	0,0000	7,00	560,00
5	PREGOS 25 X 72	KG	100,00	0,0000	7,25	725,00
9	Cimento - saco de 50kg	Sc	500,00	0,0000	27,50	13.750,00
12	Chapa cimento de amianto 2,44 x 1,10cm-6mm	UN	200,00	0,0000	38,00	7.600,00
14	Chapa cimento de amianto 1,83 x 1,10cm-6mm	UN	200,00	0,0000	28,00	5.600,00
15	Ferro 3/8	br	100,00	0,0000	25,25	2.525,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>30.760,00</b>

Ipumirim, 13 de Abril de 2017.

VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02  
**AV. DOM PEDRO II, 230**  
**C.E.P.:** 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 12/2017 - PR****Processo Administrativo:**  
**Processo de Licitação:** 25/2017  
**Data do Processo:** 30/03/2017

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6042)**

6	PREGOS 17 X 27	KG	40,00	0,0000	7,00	280,00
7	PREGO 18 X 30	KG	40,00	0,0000	6,80	272,00
8	PREGOS 19 X 39	KG	40,00	0,0000	7,00	280,00
10	AREIA	M	100,00	0,0000	128,00	12.800,00
11	TIJOLOS 6 FURROS	UN	30.000,00	0,0000	0,50	15.000,00
13	Chapa cimento de amianto 2,13 x 1,10cm-6mm	UN	200,00	0,0000	35,50	7.100,00
16	Ferro 1/2	br	100,00	0,0000	35,00	3.500,00

**Total do Fornecedor: 39.232,00****Total Geral: 110.992,00**

Ipumirim, 13 de Abril de 2017.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL\_\_\_\_\_  
Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

# Iraceminha

## PREFEITURA

### DECRETO 044/2017

DECRETO Nº 044/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

APROVA O DESDOBRO DE IMÓVEIS URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JEAN CARLOS NYLAND, Prefeito Municipal de Iraceminha-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de julho de 1990 e o que determina a Lei Municipal nº 437/95 de 17 de Abril de 1995:

#### DECRETA:

Art.1º fica pelo presente Decreto aprovada o desdobro dos seguintes imóveis: DESDOBRO do Imóvel: LOTES URBANOS nsº: (38 e 39), do Distrito de São José do Laranjal, situado no Município de Iraceminha, SC, Comarca de Maravilha e, localizados no lado par da Avenida Monteiro Lobato, distando 20,00 metros da esquina formada pela Rua Pais Lemos, com as áreas respectivas de: (1.080,00 m² e 1.029,00 m²), perfazendo a área superficial total de (2.109,00 m²), sem benfeitorias, de propriedade de MARCELINO DEFAVERI, matriculado sob o nº 14.309.

#### SITUAÇÃO ATUAL:

LOTES URBANOS nsº: (38 e 39), do Distrito de São José do Laranjal, situado no Município de Iraceminha, SC, Comarca de Maravilha e, localizados no lado par da Avenida Monteiro Lobato, distando 20,00 metros da esquina formada pela Rua Pais Lemos, com as áreas respectivas de: (1.080,00 m² e 1.029,00 m²), perfazendo a área superficial total de (2.109,00 m²), sem benfeitorias, CONFRONTANDO em conjunto:

ao NORTE, com o lote urbano nº (40), na extensão de 51,00 m, de Triângulo Flores Comércio Atacadista de Flores Ltda – M. 17.492;

ao SUL, com o lote urbano nº (37), na extensão de 53,20 m, de Fernando Amélio Ferri – M. 22.423;

ao LESTE, com a Avenida Monteiro Lobato, na extensão de 40,00 m;

ao OESTE, com o Lajeado São José.

#### DESDOBRO:

LOTE URBANO Nº: (38), do Distrito de São José do Laranjal, situado no Município de Iraceminha, SC, Comarca de Maravilha e, localizados no lado par da Avenida Monteiro Lobato, distando 40,00 metros da esquina formada pela Rua Pais Lemos, com a área de 1.080,00 m², sem benfeitoria, CONFRONTANDO:

ao NORTE, com o lote urbano nº (39), na extensão de 54,00 m, de Marcelino Defaveri – M. 14.309;

ao SUL, com o lote urbano nº (37), na extensão de 53,20 m, de Fernando Amélio Ferri – M. 22.423;

ao LESTE, com a Avenida Monteiro Lobato, na extensão de 20,00 m;

ao OESTE, com o Lajeado São José, por linha sinuosa.

LOTE URBANO Nº: (39), do Distrito de São José do Laranjal, situado no Município de Iraceminha, SC, Comarca de Maravilha e, localizados no lado par da Avenida Monteiro Lobato, distando 20,00 metros da esquina formada pela Rua Pais Lemos, com a área de 1.029,00 m², sem benfeitoria, CONFRONTANDO:

ao NORTE, com o lote urbano nº (40), na extensão de 51,00 m, de Triângulo Flores Comércio Atacadista de Flores Ltda – M. 17.492;

ao SUL, com o lote urbano nº (38), na extensão de 54,00 m, de Marcelino Defaveri – M. 14.309;

ao LESTE, com a Avenida Monteiro Lobato, na extensão de 20,00 m;

ao OESTE, com o Lajeado São José, por linha sinuosa.

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 17 de Abril de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra;

### PORTARIA Nº 137/2017, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 137/2017, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determinam os Artigos 12 a 21 da Lei Complementar Municipal nº 42/2003 de 14 de Julho de 2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar Municipal 43/2009 de 14 de Julho de 2009 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais.

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal NEREIDE VALCARENGHI VALDUGA, ocupante do cargo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Turismo e Esporte, por 14 dias, a partir de 03 de Abril de 2017.

Iraceminha/SC, 05 de Abril de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

### PORTARIA Nº 138/2017, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 138/2017, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determinam os Artigos 12 a 21 da Lei Complementar Municipal nº 42/2003 de 14 de Julho de 2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar Municipal 43/2009 de 14 de Julho de 2009 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais.

#### RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR a Sra. BRUNA DALLEMOLE, em Caráter Temporário (ACT) de excepcional interesse público, mediante Lei Municipal nº 1334/2017 de 07 de Março de 2017 para atuar como PROFESSORA, em função do atestado de saúde da funcionária efetiva NEREIDE VALCARENGHI VALDUGA, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, por 14 dias, a partir de 04 de Abril de 2017.

Iraceminha/SC, 05 de Abril de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

**PORTARIA Nº 139/2017, DE 05 DE ABRIL DE 2017.**  
PORTARIA Nº 139/2017, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determinam os Artigos 12 a 21 da Lei Complementar Municipal nº 42/2003 de 14 de Julho de 2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar Municipal 43/2009 de 14 de Julho de 2009 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

NOMEAR, a Sra. IASMIN TUMELERO, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR, responsável por planejar, organizar e executar as ações socioeducativas, especialmente os encontros de cada coletivo, bem como integrar os demais profissionais da equipe ao planejamento geral do serviço socioeducativo, articulando e integrando todas as ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, percebendo os vencimentos constantes na Lei Complementar Municipal 43/2009 de 14 de julho de 2009. A PARTIR DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Iraceminha/SC, 05 de Abril de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

**PORTARIA Nº 140/2017, DE 06 DE ABRIL DE 2017.**  
PORTARIA Nº 140/2017, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determinam os Artigos 12 a 21 da Lei Complementar Municipal nº 42/2003 de 14 de Julho de 2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar Municipal 43/2009 de 14 de Julho de 2009 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, à Servidora Pública Municipal KELLY DAIANA DE OLIVEIRA STADULNI, ocupante do cargo de PROFESSORA DE PRÉ ESCOLA – CARÁTER EXCEPCIONAL, decisão dos Autos n.º 0300210-13.2017.8.24.0042, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte, a partir desta data até 03 de Agosto de 2017.

Iraceminha/SC, 06 de Abril de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

**PORTARIA Nº 141/2017, DE 06 DE ABRIL DE 2017.**  
PORTARIA Nº 141/2017, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determinam os Artigos 12 a 21 da Lei Complementar Municipal nº 42/2003 de 14 de Julho de 2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar Municipal 43/2009 de 14 de Julho de 2009 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais.

**RESOLVE:**

Art.1º - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 30 dias, ao Servidor Público Municipal, ENIO LUIZ KUNZ lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, retroativo no período de 03 de Abril a 02 de Maio de 2017. Referente ao período aquisitivo de 01/12/2015 a 31/11/2016..

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha 06 de Abril de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

**RETIFICAÇÃO AO EDITAL PP21/2017 - ACADEMIA AO AR LIVRE**

**RETIFICAÇÃO AO EDITAL**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2017

Para que os interessados em participar do presente processo licitatório, possam fazê-lo com igualdade de condições, interpretando corretamente os itens especificados na presente, e para que ninguém alegue o desconhecimento, vimos através do presente, informar que a abertura das propostas referente ao processo licitatório que tem por finalidade a aquisição de equipamentos para a implantação de academia ao ar livre no imóvel de matrícula 1.906, (Praça Municipal Jorge Lacerda), conforme Proposta de Transferência nº 0000018216 e Programa de Transferência nº 2016006196 foi adiada para o dia 02 de Maio de 2017 às 08:30 horas.

A transferência da abertura do certame licitatório se faz necessário tendo em vista as seguintes alterações no edital:

No item 1. Preâmbulo: onde lê-se: Menor preço. Leia-se: Menor preço GLOBAL

No item 8. Do julgamento: onde lê-se: Menor preço por item. Leia-se: Menor preço Global.

Tendo em vista, que a alteração afeta a formulação das propostas, torna-se necessária a republicação da mesma, conforme amparo no § 4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93.

Desde já nos colocamos a disposição para maiores dúvidas e esclarecimentos.

Iraceminha/SC, 18 de Abril de 2017.

Jean Carlos Nyland  
Prefeito Municipal

Débora Spenazzatto  
Pregoeira

**TERMO DE CONVOCAÇÃO TESTE SELETIVO 001/2017**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de julho de 1990 e o que dispõe os art. 9º a 18º da Lei Complementar Municipal nº 042/2009, de 14 de Julho de 2009 e em especial ao disposto no Edital de TESTE SELETIVO nº 001/2017 homologado em 07 de Março de 2017.

**CONVOCA:**

Fica através do presente CONVOCADO o candidato aprovado no Teste Seletivo nº 001/2017 homologado em 07 de Março de 2017, da Prefeitura Municipal de Iraceminha, abaixo nomeado, para, no prazo Máximo de 30 (trinta) dias, se apresentar no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Iraceminha.

MARIA LISIANE KNORST BUCHNER

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM – 40 HORAS

O candidato aprovado acima relacionado deverá se apresentar ao Departamento de Recursos Humanos munido de Laudo Médico com parecer “apto” ou “inapto” para a função, bem como os demais documentos exigidos pelo Edital do Teste Seletivo nº 001/2017 homologado em 07 de Março de 2017 para o provimento do cargo.

O candidato aprovado que não comprovar os requisitos mínimos exigidos para o cargo, ou não se apresentar no prazo determinado, será eliminado, sendo convocado para assumir a vaga o candidato subsequente.

Caso o candidato não possa assumir o cargo quando chamado, poderá solicitar sua reclassificação para o último lugar dos classificados, devendo aguardar nova convocação.

Iraceminha (SC), 17 de Abril de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

# Irineópolis

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 142/2017

PORTARIA N.º 142/2017.

“DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo VI, quadro III – Quadro de Gratificação de Funções Específicas, da Lei Complementar n.º 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar n.º 075/2013, de 20/11/2013,

#### RESOLVE:

Art 1º - DESIGNAR DARCI KOZOWSKI, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal, para exercer a Função Específica de Operador de Retroescavadeira, percebendo gratificação mensal de acordo com os percentuais previstos em Lei.

Parágrafo único. A gratificação ora concedida será paga em estrita observância aos critérios e disposições contidas na Lei Complementar n.º 075/2013, de 20/11/2013.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/03/2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de Abril de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 143/2017

PORTARIA N.º 143/2017.

REVOGA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 229/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar n.º 007/2001, de 15/10/2001,

#### RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR os efeitos da Portaria n.º 229/2016, de 13/10/2016, que designou o servidor RODRIGO ANTÔNIO JURCK, para responder cumulativamente com as atividades do seu cargo, pela Secretaria Municipal da Administração e pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, sem ônus para o Município.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Irineópolis (SC), 13 de Abril de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

## Itá

## PREFEITURA

**ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017, PP Nº 014/2017**

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 021/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2017 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e dezessete às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 004 de 06 de janeiro de 2017, senhor Pregoeiro Delso Minski, Silvine Carla Mertins e Jocias André Kurmann, Equipe de Apoio, para efetuarem o credenciamento dos participantes do Processo Licitatório nº. 021/2017, Pregão Presencial nº. 014/2017, objetivando a contratação do serviço de sobreaviso médico veterinário, para prestação de assistência aos produtores do município. Apresentaram envelopes de Proposta de Preços e Documentação as empresas: PACHECO & FINGER LTDA e GRITTI TREINAMENTO GERENCIAL EIRELI ME neste ato, representadas pelos Senhores: Silvio Renato Correa Pacheco e Alexsandro Gritti. Ambas as empresas compraram a condição de Micro Empresa. Ato contínuo o Pregoeiro efetuou a verificação do atendimento à Lei nº. 10.520/2002, e verificou que as licitantes atenderam à disposição da Lei. Abertos os envelopes de proposta de preços, conferidos, rubricados os documentos neles existentes, e registrados no sistema COMPRAS. Abertos os lances conforme determina a Lei nº. 10520/2002. Encerrados os lances ficou classificado conforme segue, a empresa: PACHECO & FINGER LTDA se sagrou vencedora no item: 01 do edital com o valor mensal de R\$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos reais). O critério de classificação foi o de menor preço por lance por item. Após a classificação, prosseguiu-se para a abertura do envelope documentação da licitante vencedora do certame; O envelope foi aberto, os documentos nele contido foram rubricados pelos licitantes presentes, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio; da análise da documentação, restou em HABILITAR a empresa vencedora por cumprir os requisitos do edital. O senhor Pregoeiro intima o Participante do certame a colocar na nota fiscal o número do processo e o número do Contrato; e manter a regularidade das certidões negativas de débitos com a Municipalidade. Os documentos que foram emitidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites. Aberto espaço pelo Pregoeiro para intenção de interpor recurso não houve manifestação; Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br) e entregue pessoalmente às licitantes presentes.

Delso Minski      Silvine Carla Mertins  
Pregoeiro      Equipe de Apoio

Jocias André Kurmann  
Equipe de apoio

GRITTI TREINAMENTO GERENCIAL EIRELI ME  
Licitante

PACHECO & FINGER LTDA  
Licitante

**ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017, PP Nº 014/2017 RATIFICADA**

RETIFICAÇÃO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 021/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2017 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e dezessete às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 004 de 06 de janeiro de 2017, senhor Pregoeiro Delso Minski, Silvine Carla Mertins e Jocias André Kurmann, Equipe de Apoio, para efetuarem o credenciamento dos participantes do Processo Licitatório nº. 021/2017, Pregão Presencial nº. 014/2017, objetivando a contratação do serviço de sobreaviso médico veterinário, para prestação de assistência aos produtores do município. Apresentaram envelopes de Proposta de Preços e Documentação as empresas: PACHECO & FINGER LTDA e GRITTI TREINAMENTO GERENCIAL EIRELI ME neste ato, representadas pelos Senhores: Silvio Renato Correa Pacheco e Alexsandro Gritti. Ambas as empresas compraram a condição de Micro Empresa. Ato contínuo o Pregoeiro efetuou a verificação do atendimento à Lei nº. 10.520/2002, e verificou que as licitantes atenderam à disposição da Lei. Abertos os envelopes de proposta de preços, conferidos, rubricados os documentos neles existentes, e registrados no sistema COMPRAS. Abertos os lances conforme determina a Lei nº. 10520/2002. Encerrados os lances ficou classificado conforme segue, a empresa: PACHECO & FINGER LTDA se sagrou vencedora no item: 01 do edital com o valor mensal de R\$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos reais), retifico o valor acima descrito erroneamente para o valor mensal de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais). O critério de classificação foi o de menor preço por lance por item. Após a classificação, prosseguiu-se para a abertura do envelope documentação da licitante vencedora do certame; O envelope foi aberto, os documentos nele contido foram rubricados pelos licitantes presentes, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio; da análise da documentação, restou em HABILITAR a empresa vencedora por cumprir os requisitos do edital. O senhor Pregoeiro intima o Participante do certame a colocar na nota fiscal o número do processo e o número do Contrato; e manter a regularidade das certidões negativas de débitos com a Municipalidade. Os documentos que foram emitidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites. Aberto espaço pelo Pregoeiro para intenção de interpor recurso não houve manifestação; Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br).

Delso Minski      Silvine Carla Mertins  
Pregoeiro      Equipe de Apoio

Jocias André Kurmann  
Equipe de apoio

**AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2017,  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017, ADENDO 01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITÁ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2017  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO  
ADENDO 01

O Prefeito Municipal de Itá - SC, torna público que em razão da necessidade houve alteração no Anexo "D", do Edital do Processo Licitatório nº 026/2017, Pregão Presencial nº 017/2017, Sistema de Registro de Preço, para possível aquisição de luvas especiais para inseminação artificial, bairra tipo francesa, nitrogênio líquido e sêmen bovino. Em consequência das alterações do Edital, as propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 03 de maio de 2017 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital e o Adendo encontram-se disponíveis no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC, 17 de abril de 2017.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

**AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2017,  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITÁ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2017  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017  
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema Registro de Preço, no dia 04 de maio de 2017, para possível aquisição de materiais de consumo para desenvolver as atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS, no âmbito dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 04 de maio de 2017 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC, 17 de abril de 2017.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 010/2017**

PORTARIA N. 010/2017

ALCIR JOSÉ HALL, Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, com fulcro na Lei n. 8.666/93, RESOLVE:

Art. 1º Para dar conformidade ao enunciado Art. 6º, inc. XVI da Lei 8.666/93 DESIGNA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES, para conduzir os certames licitatórios do Poder Legislativo do Município de Itá-SC, a servidora Idacir Angelo Finger, tendo como EQUIPE DE APOIO seguintes membros:

- 1) Silvana Colossi;
- 2) Diléia Marta Scheffler Cerutti;

Art. 2º O Presidente da Comissão da equipe de apoio designados pelo artigo 1º desta Portaria, tem como atribuição precípua, procedimentos licitatórios que incluem, entre outros, o recebimento das propostas, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Itá, Santa Catarina, 17 Abril de 2017.  
ALCIR JOSÉ HALL  
Presidente Câmara Vereadores

Registrado e Publicado no Mural Público

SILVANA COLOSSI  
Assistente Administrativo

# Itapema

## PREFEITURA

### **ERRATA Nº1 - PROCESSO Nº 021 / 2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.011.2017 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS - GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL Nº. 04.011.2017.**

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

Processo nº 021 / 2017

Pregão Presencial nº. 04.011.2017

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de combustíveis - gasolina comum e óleo diesel S10, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.011.2017.

#### ERRATA Nº1

Informo que, devido questionamento encaminhado por empresa interessada em participar do referido Certame Licitatório, verificou-se que os valores dos preços unitários e total dos itens 02 - Gasolina Aditivada e 03 - Óleo Diesel S10 foram invertidos. Portanto, modificam-se os valores dos referidos itens, conforme seguem:

Onde se lê:

Item	Especificação	Unid.	Quant	Preço Unit.	Preço Total
2	Gasolina Aditivada	Litros	20.000	R\$ 2,97	R\$ 89.100,00
3	Óleo Diesel S10	Litros	30.000	R\$ 3,58	R\$71.600,00

Leia-se:

Item	Especificação	Unid.	Quant	Preço Unit.	Preço Total
2	Gasolina Aditivada	Litros	20.000	R\$ 3,58	R\$ 71.600,00
3	Óleo Diesel S10	Litros	30.000	R\$ 2,97	R\$ 89.100,00

Por não haver alteração na formulação das Propostas, mantém-se o prazo de Entrega dos Envelopes e Abertura do Pregão para às 15:00(quinze) horas do dia 20(vinte) de abril de 2017.

Itapema, 17 de abril de 2017.

Nilza Nilda Simas

Prefeita de Itapema

### **HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 078.2016 - CONTRATO 009.2017**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO 078/2016 – Tomada de Preços nº. 02.005.2016

CONTRATO 009/2017

BASE LEGAL: Art. 15, Lei 8.666/93 e alterações

OBJETO: Contratação de empresa para execução de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua 406, conforme projetos, memorial, orçamento estimativo e cronograma anexo ao processo.

DO PRAZO: 04 (quatro) meses.

EMPRESA: PLM – CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

Itapema, 10 de abril de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA MUNICIPAL

**PROCESSO 010/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº.  
04.005.2017**

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

REABERTURA DO EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo 010/2017 - Pregão Presencial nº. 04.005.2017

Objeto: Registro de Preços para aquisição de mudas de hortaliças, temperos e chás, para serem utilizados no programa hortas familiares e escolares do município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.005.2017.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(quatorze) horas do dia 02(dois) de maio de 2017.

Abertura do Pregão: 02(dois) de maio de 2017, às 14:00(quatorze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "serviços – fornecedores – modalidades – pregão – pasta 04.005.2017" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 17 de abril de 2017.

Nilza Nilda Simas

Prefeita de Itapema

# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 003-2017 - FMS

AVISO DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS NA ÁREA DA SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, TORNA PÚBLICO para ciência dos interessados que, a partir do dia 19 de abril de 2017 estão abertas as inscrições para Credenciamento de pessoas jurídicas na área da saúde, para prestação de serviços especializados de ginecologia e obstetrícia.

Os interessados deverão apresentar os documentos de habilitação a partir do dia 19/04/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Itapiranga.

A íntegra do Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras da Prefeitura, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações pelo fone: (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 17 de abril de 2017.

Davino Rauber

Secretário de Saúde

### EDITAL DE PROC SELETIVO 01/2017

EDITAL Nº 01/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS DE SELEÇÃO PARA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE NUTRICIONISTA.

O Prefeito Municipal de Itapiranga SC, Sr. Jorge Welter, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dos dispositivos da lei Orgânica do Município, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, em conformidade com a Lei complementar nº 39/2011, artigos 184, 185 e 186, e demais dispositivos legais vigentes, torna público aos interessados que estão abertas as inscrições para seleção de Nutricionista, para compor a vaga temporária.

#### 1 DA JUSTIFICATIVA

O presente processo seletivo simplificado, em respeito aos princípios aplicáveis à administração pública, bem como pelo interesse público, justifica-se em razão da urgente necessidade de contratação de Nutricionista, considerando que: a ocupante do cargo efetivo encontra-se afastada para tratamento de saúde e Licença Gestante, já assinou o Termo de Desvinculação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, já solicitou afastamento da função de Responsável Técnica do Programa de Alimentação Escolar junto ao Conselho Regional de Nutrição da 10ª Região e ao FNDE-PNAE, sendo necessário termos uma profissional da área no quadro para a elaboração, acompanhamento e orientação alimentar junto às Unidades Escolares, bem como, controlar e providenciar a aquisição dos produtos e gêneros alimentícios da alimentação escolar e demais atividades afins ao cargo.

#### 2 DAS INSCRIÇÕES

2.1 A inscrição no processo se dará através de preenchimento de ficha de inscrição em local, data e horário conforme especificado:

Data: de 19 de abril a 04 de maio de 2017.

Local: Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, sito a Praça das Bandeiras, 200 Centro, Município de Itapiranga SC.

Horário: Manhã, das 08:00 horas às 11:00 horas. Tarde, das 13:30 horas às 16 horas e 30 minutos.

a) Serão aceitas inscrições de candidatos, brasileiros natos ou naturalizados, que possuam a formação exigida para o cargo e que cumpram as disposições deste edital.

b) As Inscrições serão apenas de forma presencial, sendo aceitas inscrições realizadas por terceiros, mediante apresentação de procuração com reconhecimento de firma em cartório.

c) As inscrições serão gratuitas.

#### 3 DAS VAGAS, DA REMUNERAÇÃO E DA CARGA HORÁRIA

VAGAS	FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO	CARGA HORÁRIA	REQUISITO MÍNIMO
01	Nutricionista	R\$ 4.646,80	40	Ensino Superior Completo na área e Registro no Órgão Competente

#### 4 DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A INSCRIÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 O candidato, para efetuar sua inscrição, deverá apresentar e entregar os seguintes documentos:

- a) Ficha de Inscrição, conforme o anexo I deste Edital;
- b) Original e Fotocópia da Carteira de Identidade e CPF, e uma foto 3 X 4 colorida;
- c) Original e Fotocópia do Diploma ou comprovante de conclusão do Ensino Superior exigido para o cargo;
- d) Original e Fotocópia do Diploma ou comprovante de conclusão de Pós-Graduação na área;
- e) Original e Fotocópia do Diploma ou comprovante de conclusão de Mestrado na área;
- f) Original e Fotocópia do Diploma ou comprovante de conclusão de Doutorado na área;
- g) Fotocópia do Cadastro junto ao Conselho Federal de Nutricionistas, conforme Resolução CFN nº 465/2010, no ato da admissão.

4.2 Os documentos originais podem ser substituídos por cópia autenticada em cartório.

## 5 DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

5.1 Considerando a urgência, a seleção é exclusivamente por meio de provas de títulos, sendo adotado(s) o(s) seguinte(s) critério(s);

- a) Maior Escolaridade, independentemente do número de certificações, sendo considerado como critérios; pós-graduação completa, mestrado completo e doutorado completo;

5.2 Para comprovação dos títulos, os candidatos deverão apresentar, exclusivamente no momento da inscrição, a documentação pertinente em cópias autenticadas em cartório ou acompanhadas do original para verificação.

5.3 Não serão considerados protocolos de documentos posterior a inscrição, documentos ilegíveis ou incompletos ou que não atendam às exigências legais.

5.4 Todos os candidatos que atendam as condições mínimas para inscrição serão classificados, tendo os critérios função classificatória.

5.5 Para aferição da pontuação final serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios:

- a) Maior Escolaridade;
- b) Maior idade;
- c) Sorteio;

5.6 Os candidatos que prestarem qualquer declaração falsa ou inexata no ato da inscrição, ou caso não possam satisfazer a todas as condições enumeradas neste Edital, terão a inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes.

## 6 DO RESULTADO

6.1 A divulgação da lista de classificação preliminar será publicada no dia 05 de maio de 2017, no Diário Oficial dos Municípios e na página [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br).

6.2 A divulgação da lista de classificação final será publicada no dia 10 de maio de 2017, no Mural Público da Prefeitura Municipal de Itapiranga, Diário Oficial dos Municípios e na página [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br).

6.3 O candidato poderá apresentar recurso da classificação preliminar até o dia 09/05/2017 e recurso da classificação final até dois dias úteis após a publicação do resultado da classificação final, ambos mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal, protocolado na Sede Administrativa da Prefeitura e entregue até às 17 horas do dia.

6.4 Além da publicação no Diário Oficial do Município, todos os atos referentes ao presente Processo Seletivo, terão ampla divulgação local, através de Rádio, jornais e páginas institucionais do Município.

## 7 DA CONTRATAÇÃO

7.1 O candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado, quando convocado, observado a ordem de classificação, será contratado mediante instrumento contratual próprio.

7.2 A aprovação neste processo seletivo simplificado assegura ao candidato o direito de ser contratado na vaga temporária, de acordo com a ordem de classificação e conforme a necessidade da municipalidade.

7.3 No ato de contratação o candidato convocado deve apresentar todos os documentos previstos pela legislação municipal e possuir idade mínima de 18 anos completos.

7.4 Os contratos de trabalho por tempo determinado serão regidos pelo regime jurídico Estatutário e Regime Geral de Previdência Social.

7.5 Este Processo Seletivo Simplificado terá validade de 01 ano a partir da data de divulgação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

7.6 Os recursos e impugnações serão resolvidos de acordo com as previsões do Edital e da Legislação em vigor, sendo analisados pela Secretaria Executiva, Departamento de Recursos Humanos e Assessoria Jurídica do Município de Itapiranga/SC.

7.7 Fazem parte deste Edital o Anexo I (Ficha de Inscrição) e Anexo II (atribuições do cargo de Nutricionista).

Itapiranga – SC, 17 de abril de 2017.

Jorge Welter  
Prefeito

Nodivar Caratti  
Assessor Jurídico do Município de Itapiranga  
OAB/SC nº. 30.520 "A"

#### ANEXO I

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA NUTRICIONISTA  
EDITAL 01/2017 – FICHA DE INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_/2017

Vaga: NUTRICIONISTA		Especialização:		Foto 3 X 4	
Nome:			Nacionalidade:		
Endereço:			Nº		
Bairro:	Cidade:	Estado:	CEP:		
Tel. Residencial:		Tel. Recado/Nome:		Celular:	
Endereço Eletrônico:					
Data de Nascimento: ____/____/____		Sexo:		Estado Civil:	
RG Nº.	Órgão Exp.:	Estado:	Data Exp.	CPF:	
Nome do Pai:					
Nome da Mãe:					
Nível de Escolaridade:					
Relação das Cópias de Documentos Entregues					
Descrição	Quantidade				Descrição
RG					CPF
Diploma	GRAD.	PÓS	MEST.	DOUT.	Procuração
RG do Procurador					

Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA NUTRICIONISTA  
EDITAL 01/2017 – FICHA DE INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_/2017

Descrição	Quantidade				Descrição
RG					CPF
Diploma	GRAD.	PÓS	MEST.	DOUT.	Procuração
RG do Procurador					

**ANEXO II- ATRIBUIÇÕES DO CARGO  
NUTRICIONISTA**

De acordo com a Resolução CFN Nº 465/2010:

Art. 3º Compete ao nutricionista, vinculado à Entidade Executora, no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE), exercer as seguintes atividades obrigatórias:

I - Realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional, calculando os parâmetros nutricionais para atendimento da clientela (educação básica: educação infantil - creche e pré-escola, - ensino fundamental, ensino médio, EJA - educação de jovens adultos) com base no resultado da avaliação nutricional, e em consonância com os parâmetros definidos em normativas do FNDE;

II - Estimular a identificação de indivíduos com necessidades nutricionais específicas, para que recebam o atendimento adequado no Programa de Alimentação Escolar (PAE);

III - Planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar, com base no diagnóstico nutricional e nas referências nutricionais, observando:

a) adequação às faixas etárias e aos perfis epidemiológicos das populações atendidas, para definir a quantidade e a qualidade dos alimentos;

b) respeito aos hábitos alimentares e à cultura alimentar de cada localidade, à sua vocação agrícola e à alimentação saudável e adequada;

c) utilização dos produtos da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos; local, regional, territorial, estadual, ou nacional, nesta ordem de prioridade.

IV - Propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência ecológica e ambiental, articulando-se com a direção e com a coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades com o conteúdo de alimentação e nutrição;

V - Elaborar fichas técnicas das preparações que compõem o cardápio;

VI - Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela quantidade, qualidade e conservação dos produtos, observadas sempre as boas práticas higiênico-sanitárias;

VII - Planejar, coordenar e supervisionar a aplicação de testes de aceitabilidade junto à clientela, sempre que ocorrer no cardápio a introdução de alimento novo ou quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados frequentemente. Para tanto, devem ser observados parâmetros técnicos, científicos e sensoriais reconhecidos, estabelecidos em normativa do Programa. O registro se dará no Relatório Anual de Gestão do PNAE, conforme estabelecido pelo FNDE;

VIII - Interagir com os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais e suas organizações, de forma a conhecer a produção local inserindo esses produtos na alimentação escolar;

IX - Participar do processo de licitação e da compra direta da agricultura familiar para aquisição de gêneros alimentícios, no que se refere à parte técnica (especificações, quantitativos, entre outros);

X - Orientar e supervisionar as atividades de higienização de ambientes, armazenamento de alimentos, veículos de transporte de alimentos, equipamentos e utensílios da instituição;

XI - Elaborar e implantar o Manual de Boas Práticas para Serviços de Alimentação de Fabricação e Controle para UAN;

XII - Elaborar o Plano Anual de Trabalho do PAE, contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições;

XIII - Assessorar o CAE no que diz respeito à execução técnica do PAE.

Art. 4º Compete ao nutricionista, vinculado a Entidade Executora, no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE), exercer as seguintes atividades complementares:

I - Coordenar, supervisionar e executar ações de educação permanente em alimentação e nutrição para a comunidade escolar;

II - Participar do processo de avaliação técnica dos fornecedores de gêneros alimentícios, a fim de emitir parecer técnico, com o objetivo de estabelecer critérios qualitativos para a participação dos mesmos no processo de aquisição dos alimentos;

III - Participar da avaliação técnica no processo de aquisição de utensílios e equipamentos, produtos de limpeza e desinfecção, bem como na contratação de prestadores de serviços que interfiram diretamente na execução do PAE;

IV - Participar do recrutamento, seleção e capacitação de pessoal que atue diretamente na execução do PAE;

V - Participar de equipes multidisciplinares destinadas a planejar, implantar, implementar, controlar e executar políticas, programas, cursos, pesquisas e eventos na área de alimentação escolar;

VI - Contribuir na elaboração e revisão das normas reguladoras próprias da área de alimentação e nutrição;

VII - Colaborar na formação de profissionais na área de alimentação e nutrição, supervisionando estagiários e participando de programas de aperfeiçoamento, qualificação e capacitação;

VIII - Comunicar os responsáveis legais e, caso necessário, a autoridade competente, quando da existência de condições do PAE impeditivas de boa prática profissional ou que sejam prejudiciais à saúde e à vida da coletividade;

IX - Capacitar e coordenar as ações das equipes de supervisores das unidades da entidade executora relativas ao PAE.

Art. 5º Outras atribuições poderão ser desenvolvidas, de acordo com a necessidade, complexidade do serviço e disponibilidade da estrutura operacional do PAE.

**PORTARIA Nº 147/2017**

Portaria nº 147 de 7 de abril de 2017.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora municipal Carmen Teresinha Sehn Mueller matrícula nº 10257/01, a partir do dia 9/4/2017, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra nesta data.

Itapiranga SC, 7 de abril de 2017.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 148/2017**

Portaria nº 148 de 7 de abril de 2017.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Claudia Luisa Stefanello matrícula nº 14650/01, no período de 5/4/2017 até 1º/10/2017.

Art.2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos a partir de 5/4/2017.

Itapiranga-SC, 7 de abril de 2017.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 149/2017**

Portaria nº 149 de 7 de abril de 2017

Designar a Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto que subsidiará a Comissão Coordenadora de avaliação e monitoramento do Plano Municipal de Educação e dá outras providências.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela alínea d do inciso II do art. 75, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Municipal nº 2.979, de 14 de julho de 2015;

Resolve:

Art. 1º Fica, através da presente Portaria, designada a Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, que subsidiará a Comissão Coordenadora de avaliação e monitoramento do Plano Municipal de Educação com a seguinte representação:

I - Elenice Ana Kirchner, matrícula nº 7579/01;

II - Denise Friedrich, matrícula nº 1603/12;

III- Nelson Klein, matrícula nº 6128/01.

Art. 2º Esta designação não acarretará ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço público relevante.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 102/2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga – SC, 7 de abril de 2017.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO Nº 20/2017

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao décimo terceiro dia do mês de abril de 2017, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAICIK DUTRA POHL e SUZANA BESEN, nomeados pelo (a) Decreto nº 3140/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 20/2017, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO PARA MANILHAMENTO DE TRAVESSIAS DE RUAS E MANUTENÇÃO DA REDE DE COLETA DE ÁGUAS PLUVIAIS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricar os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
TECNOTUBOS TECNOLOGIA EM TUBOS DE CONCRETO LTDA	FERNANDO MIRO FILHO
POSTEFIBRA LTDA	JOAO RENATO SCHWETLER
VOGELSANGER ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP	RODRIGO CESAR RIBEIRO DA SILVA
AVIZ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	NÃO CREDENCIADO - Faltantes os documentos especificados nos itens 5.1.1, 5.1.2 e 5.1.3
OLIVEIRA POZZER LTDA ME	HANA PAULA DE OLIVEIRA
QUALITUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	ALESSANDRA GOINSKI
COLOMBO INDÚSTRIA DE TUBOS EIRELI EPP	AMIR RENATO DA CRUZ JUNIOR

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados na proposta escrita, conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a(s) empresa(s) demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresa Vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
COLOMBO INDÚSTRIA DE TUBOS EIRELI EPP	1, 4 e 5	R\$ 84.138,00
QUALITUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	2	R\$ 111.300,00
TECNOTUBOS TECNOLOGIA EM TUBOS DE CONCRETO LTDA	3	R\$ 124.500,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 13 de abril de 2017.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ISABELA RAICIK DUTRA POHL Membro	SUZANA BESEN Membro

Licitantes:

OLIVEIRA & POZZER LTDA ME HANA PAULA DE OLIVEIRA	TECNOTUBOS TECNOLOGIA EM TUBOS DE CONCRETO LTDA FERNANDO MIRO FILHO
QUALITUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ALESSANDRA GOINSKI	COLOMBO INDÚSTRIA DE TUBOS LTDA- ME AMIR RENATO DA CRUZ JUNIOR
OGELSANGER ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP RODRIGO CESAR RIBEIRO DA SILVA	POSTEFIBRA LTDA JOAO RENATO SCHWETLER

**ATA SESSÃO PÚBLICA TOMADA DE PREÇO Nº 01/2017****ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA**

Data	17/04/2017	Horário início: 14h30min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 01/2017 Nº 13/2017

**OBJETO:**  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE 57 (CINQUENTA E SETE) GAVETAS COM OSSÁRIO, NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DA JACA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 3108/2017. Observando que a Licitação foi publicada em Jornal Diário de grande circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios, Site Oficial do Município e mural público municipal, no dia 30/03/2017 a fim de ampla divulgação. Exatamente as 14h00min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
13/04/2017	1363	13h:34m	ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	26.472.634/0001-30
13/04/2017	1371	16h:28m	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABMAR LTDA ME	00.263.284/0001-09
17/04/2017	1372	13h:04m	IVAN & GALDINO CONSTRUÇÕES LTDA ME	27.273.413/0001-04
17/04/2017	1373	13h:52m	MB EMPREENDIMENTOS EIRELI ME	23.689.256/0001-53
17/04/2017	1374	13h:53m	BTEC OBRAS ENGENHARIA LTDA EPP	76.470.384/0001-78
17/04/2017	1375	14h:15m	ASR COSNTRUTORA EIRELI ME	27.383.455/0001-90

Iniciada a sessão, os membros da CPL e demais presentes rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados, nessa fase verificou-se que a empresa ASR CONSTRUTORA EIRELI ME descumpriu o item 3.1 do Edital ao protocolar seu envelope em horário diverso daquele estipulado, sendo assim considerada inabilitada. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação das empresas licitantes, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que as empresas estavam de acordo com o edital, e, portanto consideradas HABILITADAS. Passando à fase seguinte foram abertos os envelopes de PROPOSTAS das empresas habilitadas, os quais foram achados conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Empresa	Valor
1º BTEC OBRAS ENGENHARIA LTDA EPP	R\$ 61.560,54
2º IVAN & GALDINO CONSTRUÇÕES LTDA ME	R\$ 61.986,49
3º MB EMPREENDIMENTOS EIRELI ME	R\$ 69.337,37
4º ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	R\$ 69.635,03
5º MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABMAR LTDA ME	R\$ 73.906,75

Portanto a empresa BTEC OBRAS ENGENHARIA LTDA EPP foi vencedora do certame com o valor R\$ 61.560,54 (sessenta e um mil e quinhentos e sessenta reais e cinquenta e quatro centavos), observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 74.178,26 (setenta e quatro mil e cento e setenta e oito reais e vinte e seis centavos). Ao ser consultado, os representantes presentes manifestaram a renúncia do direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICK DUTRA POHL  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA ROSA  
MEMBRO  
RODRIGO FERNANDES DE SOUZA  
MEMBRO

Licitantes presentes:  
IVAN & GALDINO CONSTRUÇÕES LTDA ME  
IVAN PINTO DA LUZ  
RG: 5.677.553

VIASAN ENGENHARIA LTDA EPP  
DANIEL KANDLER SIGNORI  
RG: 3.158.561

MB EMPREENDEIMENTOS EIRELI ME  
HENDRION RAFAEL ROOS  
RG: 9.656.766-9

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TAMABAR LTDA ME  
OSMAR MEYER RIBEIRO  
RG: 8/R 883.158

BTEC OBRAS DE ENGENHARIA LTDA EPP  
JOSE ROBERTO BILOBRAN  
RG: 5.919.891

### **DESPACHO JULGAMENTO- RECURSO PREGÃO Nº17/2017- FRALDAS GERIATRICAS**

DESPACHO DE REMESSA DE PROCESSO

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº17/2017 - REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2017 - PROCESSO Nº21/2017- OBJETO – Aquisição de fraldas descartáveis (geriátrica e infantil), conforme critérios da Portaria nº 2.047/2002 do Ministério da Saúde e especificações constantes no Edital e seus Anexos.

MARLON ROBERTO NEUBER,  
Prefeito Municipal

Segue anexo, o presente processo para que haja deliberação de V.Sas. no que se refere ao recurso apresentado pela requerente Empresa: LITORALM COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO LABORATÓRIO EIRELI-ME, com sede a Rua: Araquari, nº80, na cidade Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.337-480, inscrita no CNPJ/MF nº:18.941.818/0001-74, neste ato representado pela representante legal através de procuração Sr. NÉDIO JUSTINO MASSOCHIN JUNIOR, portadora do CPF sob nº010.448.960-00, através do Protocolo nº2060/2017, conforme folhas nº 121 a 138.

Outrossim, esclarecimentos que a decisão hostilizada do pedido encontra-se detalhada na análise e resposta Parecer técnico Secretaria de Saúde, fls. nº 141 a 187, Parecer jurídico nº37/2017, fls. nº 188 a 189, bem assim que considerado improcedente as razões apresentadas pela Empresa: LITORALM COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO LABORATÓRIO EIRELI-ME, portanto nesta concepção fica prejudicado o recurso impetrado.

Itapoá, 17 de abril de 2017.

FERNANDA CRISTINA ROSA  
PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

DESPACHO DE JULGAMENTO

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº17/2017 - REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2017 - PROCESSO Nº21/2017- OBJETO – Aquisição de fraldas descartáveis (geriátrica e infantil), conforme critérios da Portaria nº 2.047/2002 do Ministério da Saúde e especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Após análise de todas as peças processuais que interessam a espécie adoto as razões apresentadas conforme análise e respostas Parecer técnico Secretaria de Saúde, fls. nº 141 a 187, Parecer jurídico nº37/2017, fls. nº 188 a 189, como se minhas fossem e as considerando integradas a este, julgo IMPROVIDO o recurso apresentado pela empresa LITORALM COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO LABORATÓRIO EIRELI-ME, com sede a Rua: Araquari, nº80, na cidade Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.337-480, inscrita no CNPJ/MF nº:18.941.818/0001-74, neste ato representado pela representante legal através de procuração Sr. NÉDIO JUSTINO MASSOCHIN JUNIOR, portadora do CPF sob nº010.448.960-00, através do Protocolo nº2060/2017, conforme folhas nº 121 a 138, para que seja dado seqüência ao processo licitatório e tomada as medidas cabíveis para o andamento do interesse público.

Itapoá, 17 de abril de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

# Ituporanga

## PREFEITURA

### EDITAL N° 009/2017 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

EDITAL N° 009/2017 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADO EM  
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

“Dispõe sobre a convocação de candidato classificado no Concurso Público Municipal - Edital nº001/2016”

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a legislação específica, dentro do interesse e conveniência da Administração e obedecendo a ordem de classificação no Concurso Público Municipal nº. 001/2016, CONVOCA os candidatos relacionados no Anexo I do Edital 001/2016, da presente, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, localizado na Rua Vereador Joaquim Boeing, n.º 40, Centro, Ituporanga, SC, do dia 17 de abril a 16 de maio de 2017, no horário das 8h às 12hs e das 14hs às 17hs, munidos dos documentos exigidos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital 001/2016, visando comprovar os requisitos para a investidura no cargo público.

Outrossim, fica desde já cientificado os candidatos aprovados convocados que o não comparecimento até a data indicada, implicará na perda do direito à posse e a qualquer outro direito inerente ao Concurso, conforme os termos do Edital e disposições da Lei Complementar nº 17, de 03 de outubro de 2007.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura do Município de Ituporanga, 17 de abril de 2017

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

BRUNA RUDOLFO

Prefeito do Município de Ituporanga

Secretária de Administração

#### CONVOCA

##### CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Apresentar Certificado do ensino Fundamental e de Curso introdutório de formação inicial e continuada, além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 001/2016.

##### CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
01	Filipi de Melo
02	Ana Beatriz Guimarães

#### CONVOCA

##### CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Apresentar Certificado do ensino Fundamental e de Curso introdutório de formação inicial e continuada, residir na área da comunidade em que atuar, desde a data do edital do processo seletivo público, além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 001/2016.

##### CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
01 - Área 1- ESF – Bairro Santo Antônio	Lucinéia Aparecida Coelho
01 - Área 1- ESF – Bairro Cerro Negro	Daiana Weber
01 - Área 1- ESF – Bairro Centro	Vilma Hasse
02- Área 1- ESF – Bairro Centro	Patricia Zemke
03- Área 1- ESF – Bairro Centro	Cristian Danecke
04- Área 1- ESF – Bairro Centro	Maria José Sales da Costa
05- Área 1- ESF – Bairro Centro	Liriane Constantino da Silva

# Jaborá

## PREFEITURA

### PORTARIA 052/2017

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA N° 052 - de 17 de abril de 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES A SERVIDORA NEUSA MORÉS BELLAVER

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e na forma da da Sessão VIII do art. 102, e seus parágrafos na Lei Municipal Complementar n° 058/01, de 13 de dezembro de 2001:

#### RESOLVE

Art.1º - CONCEDER, atendendo pedido da interessada, Licença para tratar de Assuntos Particulares pelo período de 730 (setecentos e trinta dias) a Servidora NEUSA MORÉS BELLAVER, efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na SECRETARIA DE SAÚDE, a Licença concedida é sem vencimentos, com base na Seção VIII, do art. 102, e seus parágrafos, da Lei Municipal Complementar n° 058/01, de 13 de dezembro de 2001.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17/04/2017.

KLEBER MÉRCIO NORA  
Prefeito Municipal

CLAUDIA CORRADI TONIELLO  
Secretária de Administração

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### LEI Nº 7.358/2017

LEI Nº 7.358/2017

Altera Dispositivos da Lei Municipal Nº 7.084/2015, de 13 de Agosto de 2015, que Dispõe Sobre o Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL no uso das atribuições que lhe são conferidas,  
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O artigo 1º, da Lei Municipal Nº 7.084/2015, de 13/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º O Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS), instituído pela Lei Municipal Nº 4.372/2006, de 08 de agosto de 2006, é órgão colegiado consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, ou outra Secretaria ou unidade que a suceder, tendo como objetivos básicos estabelecer, acompanhar, controlar e avaliar a Política Municipal de Habitação.”

Art.2º O inciso IX, do artigo 3º, da Lei Municipal Nº 7.084/2015, de 13/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.3º ...

...

IX - definir os critérios de atendimento e seleção dos inscritos em programas habitacionais cadastrados na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, ou outra Secretaria ou unidade que a suceder, com base nas diferentes realidades e problemas que envolvam a questão habitacional no Município;

...”

Art.3º As alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “f” e “g”, do inciso I, do artigo 4º, da Lei Municipal Nº 7.084/2015, de 13/08/2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.4º ...

I - ...

a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social e Habitação ou Diretor(a) de Habitação, ou outro que o suceder, como membro nato, na qualidade de Presidente;

b) 02 (dois) representantes da Diretoria de Habitação, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, ou outra Secretaria ou unidade que a suceder;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, ou outra Secretaria ou unidade que a suceder;

d) 01 (um) representante da Diretoria Administrativa e Técnica de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, ou outra Secretaria ou unidade que a suceder;

e) ...

f) 01 (um) representante da Diretoria de Proteção e Defesa Civil,

da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Prefeito, ou outra Secretaria ou unidade que a suceder;

g) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, ou outra Secretaria ou unidade que a suceder;

...”

Art.4º O artigo 10, da Lei Municipal Nº 7.084/2015, de 13/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.10. O Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS) poderá, ainda, deliberar por maioria simples dos membros, pela prorrogação do mandato dos atuais Conselheiros, em caráter excepcional, a fim de dar continuidade às atividades em andamento, por prazo não excedente a 90 (noventa) dias, cabendo ao Presidente baixar e publicar, no órgão de publicações oficiais do Município - Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), ato relativo dispondo sobre a prorrogação do mandato dos atuais Conselheiros.”

Art.5º O artigo 15, da Lei Municipal Nº 7.084/2015, de 13/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.15. O Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS) será presidido pelo(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social e Habitação ou pelo(a) Diretor(a) de Habitação, ou outro que o suceder.”

Art.6º O artigo 24, da Lei Municipal Nº 7.084/2015, de 13/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.24. Os atos deliberativos do Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS) deverão ser publicados no Quadro Murral de Publicações e no órgão de publicações oficiais do Município - Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), podendo utilizar-se, ainda, dos meios de comunicação necessários à divulgação dos atos legais e institucionais.”

Art.7º O artigo 28, da Lei Municipal Nº 7.084/2015, de 13/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.28. Os recursos administrativos, técnicos e financeiros necessários ao pleno e regular funcionamento do Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS) serão disponibilizados pela Administração Municipal, por intermédio do Gabinete do Poder Executivo, podendo eventuais ações serem subsidiadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, ou outra Secretaria ou unidade que a suceder, devendo, para tanto, instituir dotação orçamentária específica frente a exposição dos motivos apresentados pelo CMHJS, face às suas necessidades.”

Art.8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MARIA SANTIN CAMELLO

Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

**PORTARIA Nº 021/2017/SEMSA**

PORTARIANº 021/2017/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, e;

Considerando a Portaria nº 688/2008 que nomeou a servidora Fabiana Dallagnolo para exercer o cargo efetivo de Técnica de Enfermagem;

Considerando que a servidora Fabiana Dallagnolo desenvolve atribuições inerentes ao seu cargo de Técnico de Enfermagem, que conforme a Lei Complementar nº 122/2012 – Plano de Cargos e Salários, prevê:

- Realizar trabalhos administrativos e assistenciais, tais como:
  - Emissão de documentos;
  - Repasse de informações pertinentes a (ao) Secretária (o) de Saúde;
  - Cadastro de informações de pacientes através dos programas de saúde via internet;
  - Alimentação de sistemas de informação em saúde;
  - Entre outros procedimentos e rotinas.
- Trabalhar em parceria com a Secretaria de Saúde para a implantação e execução de programas;

Considerando que, conforme a Lei Complementar acima citada, a servidora está desenvolvendo atribuições comuns à todos os cargos, buscando capacitação continuada (documentos que seguem), quais sejam:

- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando constante alinhamento aos objetivos do município;
- Potencializar as habilidades técnicas e específicas da atribuição profissional buscando capacitação e formação continuada, e também habilidades de gestão e cognição através do trabalho em equipe e polivalência;
- Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando à adequada e imediata disponibilidade dos mesmos;
- Deslocar-se até o local que será realizado o trabalho, seja internamente ou em campo;
- Utilizar equipamentos de proteção e adotar rotinas que propiciem segurança e bem estar pessoal e das pessoas do seu convívio de trabalho;
- Ser assíduo e pontual;
- Apresentar-se adequadamente, utilizando vestimenta adequada ao ambiente e função;
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

Considerando que, conforme o Decreto nº 9.780/2014, a servidora Fabiana Dallagnolo foi designada para a função gratificada de Gestão de Contratos e Convênios firmados no interesse público da Secretaria Municipal de Saúde e/ou Ministério da Saúde, que tenham por objeto obras e serviços de reforma, construção ou ampliação de Unidades da Rede Municipal de Saúde;

Considerando que as atividades que a servidora em questão realiza junto a gestão de contratos envolve: cadastramento de propostas no sistema de informação do governo federal, alimentação de dados no sistema, acompanhamento de obras, gerenciamento de contratos, cumprimento de prazos, gerenciamento de recursos federais, inscrição do município em programas federais e projetos que envolvem o repasse de verbas federais;

Considerando que a função que exerce é essencial ao bom andamento dos trabalhos da Secretaria Municipal de Saúde, bem como

sua falta inviabilizaria a execução dos serviços;

RESOLVE :

Art.1º Designar a servidora Fabiana Dallagnolo, Matrícula 8427, Técnica de Enfermagem, para exercer funções administrativas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, junto a Diretoria Administrativa Financeira, Gerência Administrativa, Chefia de Contratos e Judicialização.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de abril de 2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.

JONAS GERMANO SCHMIDT

Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 022/2017/SEMSA**

PORTARIANº 022/2017/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pela Portaria nº 001/2017, de 02 de janeiro de 2017 e pelo Decreto nº 11.184/2017, de 11 de janeiro de 2017;

RESOLVE :

Art.1º ATRIBUIR EXERCÍCIO A: IUÁ CANDIDA MARAFON GUENTHER, matrícula 8790, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Diretoria de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, conforme abaixo:

Unidade de Saúde	Local	Carga Horária
Policlínica de Especialidades Médicas Dr. João Biron	Centro Vida	20 horas semanais

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de abril de 2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.

JONAS GERMANO SCHMIDT

Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 023/2017/SEMSA**

PORTARIANº 023/2017/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pela Portaria nº 001/2017, de 02 de janeiro de 2017 e pelo Decreto nº 11.184/2017, de 11 de janeiro de 2017;

RESOLVE :

Art.1º ATRIBUIR EXERCÍCIO A: ELISABETH ROLIM ESPANHOL BACHMANN, matrícula 9424-4, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, lotada na Diretoria de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, conforme abaixo:

Unidade de Saúde	Local	Carga Horária
Centro de Atenção Psicossocial	CAPS Infantil	40 horas semanais

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de abril de 2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.  
JONAS GERMANO SCHMIDT  
Secretário Municipal de Saúde

### **PORTARIA Nº 368/2017**

PORTARIANº 368/2017

Substitui Conselheiro do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 031/2017/Controle Social, de 05/04/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR ANTONIO MARCOS DA SILVA, como conselheiro titular, em substituição à Sandra de Almeida Soares Rios, para representar a Secretaria Municipal de Saúde, na qualidade de Representante Governamental, no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI).

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 128/2016, de 09/03/2016.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 31/03/2018.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de abril de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

### **PORTARIA Nº 369/2017**

PORTARIANº 369/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 472/2017/Cogem, de 31/03/2017, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR o servidor público municipal INGOMAR RICARDO ZIPPERER NETO, matrícula 10810-3, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para compor a COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO GERAL, concernente ao Processo Administrativo Geral Nº 001/2017, constituída pela Portaria Nº 178/2017, de 16/02/2017, em substituição a Claudia Rejane Goris de Oliveira.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de abril de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

### **PORTARIA Nº 370/2017**

PORTARIANº 370/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal - LOM; do artigo 207, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e da íntegra da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, alterada pela Lei Municipal Nº 7.079/2015, de 17/07/2015, c/c a Lei Complementar Municipal Nº 176/2016, de 14/10/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 329/2017/Cogem, de 31/03/2017, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 03/04/2017, o servidor público municipal RAFAEL MADRUGA, matrícula 10781-6, ocupante do cargo de Fiscal de Posturas, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para compor a SEGUNDA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, constituída pela Portaria Nº 801/2016, de 26/09/2016, em substituição a Cleide Aparecida Xavier.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de abril de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

### **PORTARIA Nº 371/2017**

PORTARIANº 371/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 049/2017/Semad-GAS, de 31/03/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 08/03/2017 a 06/04/2017, à servidora pública municipal AUREA APARECIDA MAENCHEN, matrícula 3191, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/03/2017.

Jaraguá do Sul, 10 de abril de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 372/2017**

PORTARIANº 372/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004, de 02/08/2004; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 389, do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 055/2017/Semad-GAS, de 03/04/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

**RESOLVE :**

Art.1º READAPTAR a servidora pública municipal MARLENE ARENT BRUCH, matrícula 7323, do cargo de Auxiliar de Biblioteca, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer as atribuições do cargo de Auxiliar de Arquivo, junto à Secretaria Municipal de Educação, com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art.2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional da servidora.

Art.3º Comunique-se à Secretaria Municipal de Educação para o cumprimento do disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004.

Art.4º Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Biblioteca.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 373/2017**

PORTARIANº 373/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 137/2017/Semash, de 11/04/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 11/04/2017, MARIA ANDRÉIA STANCK, matrícula 9381, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, da Diretoria Administrativa e Técnica de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 374/2017**

PORTARIANº 374/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 137/2017/Semash, de 11/04/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 11/04/2017, TACIANA TECILLA GESSNER, matrícula 7610, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE HABITAÇÃO, da Diretoria de Habitação, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 375/2017**

PORTARIANº 375/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 137/2017/Semash, de 11/04/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 11/04/2017, MARIA ELISABETH KLEINE BORBA, matrícula 9022, ocupante do cargo efetivo de Educadora Social de Nível Superior, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA DE GABINETE, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 376/2017**

PORTARIANº 376/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 137/2017/Semash, de

11/04/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 11/04/2017, MARCIA CARDOSO GARCIA TEIXEIRA TAVARES, matrícula 9285, ocupante do cargo efetivo de Pedagoga, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, da Gerência de Proteção Social Especial, da Diretoria Administrativa e Técnica de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 377/2017**

PORTARIANº 377/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 137/2017/Semash, de 11/04/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 11/04/2017, SONIA DUARTE, matrícula 8752, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE FINANCEIRA, da Gerência de Planejamento, Administrativa e Financeira, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 378/2017**

PORTARIANº 378/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 137/2017/Semash, de 11/04/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 11/04/2017, EDSON WILLIAN PIOTTO, matrícula 9677, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e

Habitação, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE ADMINISTRATIVO, da Gerência de Planejamento, Administrativa e Financeira, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 379/2017**

PORTARIANº 379/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 90-K, II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Município de Jaraguá do Sul, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Ministério Público Federal, referente ao Rio da Luz;

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento do referido Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Rio da Luz;

CONSIDERANDO que a gestão e a fiscalização da execução do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Rio da Luz devem ser feitas de modo interdisciplinar;

CONSIDERANDO a necessidade e importância da participação das Secretarias Municipais no cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC);

**RESOLVE :**

Art.1º Fica criado GRUPO DE TRABALHO para Gestão e Fiscalização do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Rio da Luz, com as seguintes atribuições:

I - promover o levantamento das ações necessárias para o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Rio da Luz;

II - definir as atribuições dos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta nas ações, programas e projetos que envolvam a área de tombamento e seu entorno;

III - estabelecer as demais ações referentes ao cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Rio da Luz.

Art.2º O Grupo de Trabalho será composto da seguinte forma:

I - REPRESENTANTE DO GABINETE DO VICE-PREFEITO

- Sidnei Marcelo Lopes - Presidente

II - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

- Marcelo Heinz Prochnow

- Carlos Baratto

III - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

- Ronis Roberto Bosse

- Ariano José Toassi

- Luis Fernando Marcolla

- Juliana Reu Junqueira

IV - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E

**TURISMO**

- Marcelo Schiochet Nasato  
- Neivor José Bussolaro

Parágrafo único. As atividades serão coordenadas pelo representante do Gabinete do Vice-Prefeito.

Art.3º Incumbe à Procuradoria-Geral do Município (PGM) a consultoria e assessoramento jurídico ao Grupo de Trabalho, sendo representada pelos seguintes Procuradores:

- Benedito Carlos Noronha  
- Eduardo Marquardt

Art.4º As atividades desenvolvidas pelos integrantes do Grupo de Trabalho são consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art.5º O Grupo de Trabalho poderá ter novos membros acrescidos à sua composição caso haja necessidade ao longo do processo.

Art.6º A duração do Grupo de Trabalho será determinada de acordo com o grau dos estudos necessários à consecução dos seus objetivos e sua extinção se dará, automaticamente, com a conclusão dos trabalhos.

Art.7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria Nº 395/2016, de 20/05/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 380/2017**

PORTARIANº 380/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 031/2017/Semdra, de 10/04/2017, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 10/04/2017, MARILENE CASSIA DOS REIS, matrícula 10805, ocupante do cargo efetivo de Inspetora Agropecuária, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE PLANEJAMENTO E ABASTECIMENTO AGRÍCOLA, da Diretoria de Desenvolvimento Rural, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 381/2017**

PORTARIANº 381/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 031/2017/Semdra, de 10/04/2017, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 10/04/2017, NILTON LUIZ TRISOTTO, matrícula 9071, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE OPERAÇÕES AGRÍCOLAS, da Gerência de Planejamento e Abastecimento Agrícola, da Diretoria de Desenvolvimento Rural, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 382/2017**

PORTARIANº 382/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 031/2017/Semdra, de 10/04/2017, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 10/04/2017, ADRIANO LUIZ ROIK, matrícula 9471, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Veículos Pesados e Ambulância, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE ASSISTÊNCIA E ABASTECIMENTO AGRÍCOLA, da Gerência de Planejamento e Abastecimento Agrícola, da Diretoria de Desenvolvimento Rural, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 383/2017**

PORTARIANº 383/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 285/2017/Semsa, de 10/04/2017, da Secretaria Municipal de Saúde;

**RESOLVE :**

Art.1º DISPENSAR, a partir de 10/04/2017, CRISTIANE HAFFER-MANN WILLE do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE AUDITORIA, CONTROLE E AVALIAÇÃO, da Diretoria de Gestão Técnica, da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 192/2017, de 16/02/2017.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 384/2017**

PORTARIANº 384/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I, do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 056/2017/Semad-GAS, de 07/04/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

**RESOLVE :**

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 07/04/2017 a 21/04/2017, à servidora pública municipal AUREA APARECIDA MAENCHEN, matrícula 3191, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a remuneração proporcional.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/04/2017.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 385/2017**

PORTARIANº 385/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 064/2017/Semash-DH, de 04/04/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

**RESOLVE :**

Art.1º REVOGAR, a partir de 03/04/2017, a Portaria Nº 162/2017, de 15/02/2017, que designou o servidor público municipal MÁRCIO RENATO STEILEIN para exercer suas funções na Secretaria

Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 386/2017**

PORTARIANº 386/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 138/2017/Semcel, de 07/04/2017, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 10/04/2017, LIARA ROSELI KROBOT, matrícula 9110, ocupante do cargo efetivo de Educadora Social de Nível Superior, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, da Diretoria de Cultura, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 387/2017**

PORTARIANº 387/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 138/2017/Semcel, de 07/04/2017, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 10/04/2017, VERA DE TOFOL, matrícula 7261, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Arquivo, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE FINANCEIRA, da Gerência Administrativa e Financeira, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 388/2017**

PORTARIANº 388/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 492/2017/Cogem, de 06/04/2017, da Controladoria-Geral do Município;

## RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR o servidor público municipal ANDRÉ CLEBER DE MELO, matrícula 7950-2, ocupante do cargo de Inspetor Agropecuário, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, para compor a COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, concernente ao Processo Administrativo Geral Nº 019/2016, constituída pela Portaria Nº 842/2016, de 10/10/2016, em substituição a Pedro Bortoloti Junior.

Art.2º DESIGNAR o servidor público municipal CRISTYAN ROBERTO KOPEAKI, matrícula 9091-3, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, para compor a COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, concernente ao Processo Administrativo Geral Nº 019/2016, constituída pela Portaria Nº 842/2016, de 10/10/2016, em substituição a Viviane Büttelbrun.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 389/2017**

PORTARIANº 389/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 034/2017/Issem, de 06/04/2017, do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais;

## RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 10/04/2017, MARA REGINA BITTENCOURT PAULISTA do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem).

Art.2º DESIGNAR, a partir de 10/04/2017, MARIO LEMKE para compor o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), como membro titular eleito.

Art.3º Em consequência, fica parcialmente revogado o artigo 1º, da Portaria Nº 1213/2015, de 14/10/2015, no que se refere a nomeação de Mara Regina Bittencourt Paulista; e parcialmente revogado o artigo 2º, da Portaria Nº 1213/2015, de 14/10/2015, no que se refere a nomeação de Mario Lemke.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 390/2017**

PORTARIANº 390/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no parágrafo único, do artigo 11, da Lei Municipal Nº 7.007/2015, de 19/03/2015; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 124/2017/Semad-DGP, de 30/03/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

## RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR as servidoras públicas municipais ALICE EFFTING, matrícula 10722, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração; ROSANA REGINA KLUGE BORTOLOTTI, matrícula 10767, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e SONIA MARIA ROWEDER, matrícula 9057, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para, sob a presidência da primeira, comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE E JULGAMENTO DOS PEDIDOS DE BOLSA DE ESTUDOS PARA GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/04/2017, revogada a Portaria Nº 479/2015, de 08/04/2015.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017****RESULTADO DE JULGAMENTO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017**

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 10/2017, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à aquisição de CBUQ e SAIBRO BRUTO (macadame) ao longo de 12(doze) meses, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário do item (R\$)
01	CANCELADO	108.000	M³	Saibro (macadame) Obs: o carregamento e o transporte serão por conta do município, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.	-X-X-X-
02	CANCELADO	12.000 10% do item 01	M³	Saibro (macadame) Obs: o carregamento e o transporte serão por conta do município, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.	-X-X-X-
03	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	2.250	Ton.	Concreto betuminoso usinado a quente massa fina – (CBUQ) Observação: o transporte será por conta do município, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Serviços Públicos e Diretoria de Transito e Transportes.	240,00
04	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	250 10% do item 03	Ton.	Concreto betuminoso usinado a quente massa fina – (CBUQ) Observação: o transporte será por conta do município, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Serviços Públicos e Diretoria de Transito e Transportes.	240,00

Jaraguá do Sul, SC, 10 de abril de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 9.071/2013  
alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017****RESULTADO DE JULGAMENTO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017**

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 12/2017, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Galvanização - Frigorífico Mathias - Rio Alma, até a Escola Municipal de Ensino Básico Ricieri Marcatto, localizada na Rua Richard Viergutz, nº 177, no Bairro Rio Cerro I, neste município, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quantidade	Descrição do serviço	Valor unitário por dia (R\$)
01	AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME	160 (cento e sessenta) dias	Transporte de alunos em 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Galvanização - Frigorífico Mathias - Rio Alma, até a Escola Municipal de Ensino Básico Ricieri Marcatto, localizada na Rua Richard Viergutz, nº 177, no Bairro Rio Cerro I, neste município, em conformidade com o estabelecido no item I do Edital e Anexo II – Minuta de Contrato.	355,00

Jaraguá do Sul, SC, 04 de abril de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 9.071/2013  
alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017****RESULTADO DE JULGAMENTO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017**

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 13/2017, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 46 (quarenta e seis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Chocoleite, Lado pequeno, SC 416, fazendo o trajeto 3 x ao dia até a Escola Municipal de Ensino Básico Ricieri Marcatto, localizada na Rua Richard Viergutz, nº 177, no Bairro Rio Cerro I, neste município, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quantidade	Descrição do serviço	Valor unitário por dia (R\$)
01	AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME	157 (cento e cinquenta e sete) dias	Transporte de alunos em 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 46 (quarenta e seis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Chocoleite, Lado pequeno, SC 416, fazendo o trajeto 3 x ao dia até a Escola Municipal de Ensino Básico Ricieri Marcatto, localizada na Rua Richard Viergutz, nº 177, no Bairro Rio Cerro I, neste município, em conformidade com o estabelecido no item I do Edital e Anexo II – Minuta de Contrato.	491,00

Jaraguá do Sul, SC, 07 de abril de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 9.071/2013  
alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

**AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO - 2017**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b>		<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 534/2017</b>	
<b>CNPJ:</b> 83.102.459/0001-23 <b>Fone:</b> 472106-8000 <b>Fax:</b> 473370-7253 <b>Rua:</b> Walter Marquardt, 1111 <b>C.E.P.:</b> 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC		<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.:</b> 23/2016 <b>Data do Processo:</b> 25/02/2016 <b>Data da Homologação:</b> 07/04/2016 <b>Sequência da Adjudicação:</b> 34 <b>Data da Adjudicação:</b> 20/03/2017	
		<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 23/2016 - PR</b>	
(Empenho Ordinário nr.: 2503      Dcto Fiscal nr.: 6267)			Folha: 1/1

<b>Fornecedor:</b> BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP4 <b>Código:</b> 45691 <b>Endereço:</b> Rua João Frigo, 65 <b>Cidade:</b> Concórdia - SC - <b>CEP:</b> 89700-000 <b>CNPJ:</b> 17.450.564/0001-29 <b>Inscrição Estadual:</b>	<b>Telefone:</b> 493442-0432 <b>Banco:</b> 001 - Banco do Brasil - 001 <b>Agência:</b> 410-3 - CONCORDIA (SC) <b>Conta Corrente:</b> 55818-4
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
<b>Unidade:</b>	01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Fundo Municipal de Conserv Patrim Público-CAM
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.302.3.3.90.00.00.00.00 (173) - Manutenção patrimonial - Infraestrutura
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos
<b>Condições de Pagto:</b>	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO - Rua Angelo Rubini, 600 - Bairro Barra do Rio Cerro
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CAMERAS DE AR, PROTETORES E AROS, NOVOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
<b>Observações:</b>	Aquisição de pneus p/manutenção da frota de caminhões de uso desta secretaria.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
12	4,000	UN	PNEU 10.00 R20 - LISO - 146/143K (ÍNDICE DE VELOCIDADE E CARGA MÍNIMO) - PROFUNDIDADE MÍNIMA DA BANDA DE RODAGEM 16MM - APLICAÇÃO MISTA (TERRA E ASFALTO) (27731)	JK	1.168,00	4.672,00

		<b>Total Geral:</b>	4.672,00
		<b>Desconto:</b>	0,00
		<b>Total Líquido:</b>	4.672,00

Jaraguá do Sul, 20 de Março de 2017

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b>  <b>CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253</b> <b>Rua: Walter Marquardt, 1111</b> <b>C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC</b>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 549/2017</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.: 20/2016</b> <b>Data do Processo: 18/02/2016</b> <b>Data da Homologação: 15/04/2016</b> <b>Sequência da Adjudicação: 94</b> <b>Data da Adjudicação: 22/03/2017</b>
	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 20/2016 - PR</b>
	(Empenho Ordinário nr.: 2542      Dcto Fiscal nr.: 230.694)

Folha: 1/1

<b>Fornecedor: INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA</b> Código: 3058      Telefone: 473028-0100 <b>Endereço: Rua Eugênio Moreira, 187-salas 06/07/09</b> Banco: 033 - Santander <b>Cidade: Joinville - SC - CEP: 89202-100</b> Agência: 3176-0 - Ag Rua do Príncipe <b>CNPJ: 03.094.645/0001-29</b> Inscrição Estadual: 253.898.439      Conta Corrente: 13001647-5
--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
<b>Unidade:</b>	02 - ENSINO FUNDAMENTAL
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Transferências do Fundeb - 40%
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.109.3.3.90.00.00.00.00 (113) - Manutenção das atividades e serviços do Ensino Fun
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.24.00.00.00 - Material para Manutenção de Bens Imóveis
<b>Condições de Pagto:</b>	a segunda quarta feira subsequente após a entrega ou retirad
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos após receb da AF
<b>Local de Entrega:</b>	E.M.E.F. RUDOLPHO DORNBUSCH - Rua Prof. Imão Geraldino, 489 - Vila Lalau
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (construção, hidráulicos, elétricos e outros) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
<b>Observações:</b>	DESTINAÇÃO: EMEF RODOLPHO DORNBUSCH

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
47	12,000	M3	BRITA 3/8" (14592)		48,02	576,24
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	576,24
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	576,24

Jaraguá do Sul, 22 de Março de 2017

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 550/2017</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.:</b> 67/2016 <b>Data do Processo:</b> 27/06/2016 <b>Data da Homologação:</b> 28/07/2016 <b>Sequência da Adjudicação:</b> 15 <b>Data da Adjudicação:</b> 22/03/2017
	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 67/2016 - PR</b>
	(Empenho Ordinário nr.: 2543      Dcto Fiscal nr.: 146986)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>AGRICOPEL COM.DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA FILIAL</b> Código: 37343 Endereço: MANOEL FRANCISCO DA COSTA 2000 FUNDOS Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89257-000 CNPJ: 81.632.093/0004-11      Inscrição Estadual:	Telefone: 3372-8900 Banco: 237 - Bradesco - 237 Agência: 2693-0 - Ag. Emp. Joinville Conta Corrente: 52.922-2
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
<b>Unidade:</b>	01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos Próprios - PMJS
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.304.3.3.90.00.00.00.00 (176) - Aquisição de combustíveis e lubrificantes
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos
<b>Condições de Pagto:</b>	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	no prazo de 24 (vinte e quatro) horas
<b>Local de Entrega:</b>	SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - Rua Angelo Rubini, 600 - Barra do Rio Cerro
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de COMBUSTÍVEL (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
<b>Observações:</b>	Aquisição de combustível (óleo diesel S-10) para abastecer a frota de veículos, caminhões e máquinas rodantes de uso desta municipalidade.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	5.000,000	L	ÓLEO DIESEL S10 (28577)	SHELL	2,64	13.200,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	13.200,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	13.200,00

Jaraguá do Sul, 22 de Março de 2017

Assinatura do Responsável

<p align="center"><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253          Rua: Walter Marquardt, 1111          C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center"><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 567/2017</b></p> <hr/> <p><b>Processo Administrativo:</b>  <b>Processo Nr.:</b> 69/2016  <b>Data do Processo:</b> 28/06/2016  <b>Data da Homologação:</b> 08/12/2016  <b>Sequência da Adjudicação:</b> 1  <b>Data da Adjudicação:</b> 23/03/2017</p> <hr/> <p align="center"><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 69/2016 - PR</b></p>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 2584    Dcto Fiscal nr.: 10.927)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA ME</b> Endereço: RUA FELICIANO BORTOLINI, 1004, SALA 03 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89260-180 CNPJ: 14.722.310/0001-24      Inscrição Estadual:	Código: 44419      Telefone: 4733717563 Banco: 104 - CAIXA ECONOMICA F Agência: 4332-0 - CAIXA ECONOMIC Conta Corrente: 127-0
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
<b>Unidade:</b>	04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos Próprios - PMJS
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.057.3.3.90.00.00.00.00 (37) - Manutenção das atividades do Patrimônio
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
<b>Condições de Pagto:</b>	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
<b>Local de Entrega:</b>	Conforme edital - -
<b>Objeto da Compra:</b>	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
<b>Observações:</b>	Material para reposição de estoque do Almojarifado Central - SEMAD, destinado a manutenção das atividades no CAM e demais setores.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
9	180,000	FR	ÁGUA SANITÁRIA - FRASCO COM 2000ML (32208)	SANOL	3,34	601,20
32	120,000	UN	FLANELA COMUM - 100% ALGODÃO (8443)	MARTIM PANO	0,80	96,00
45	60,000	UN	PANO DE CHÃO (32618)	MARTIM	2,25	135,00
49	32,000	PCT	PAPEL HIGIÊNICO - C/ 04 UN (12747)	SIRIUS	2,57	82,24
64	20,000	GL	SABONETE LÍQUIDO - GL 5 L (12536)	PREMISSE	10,88	217,60
71	60,000	UN	TELA SANITÁRIA BRANCA P/ MICTÓRIO (16315)	PREMISSE	1,90	114,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	1.246,04
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	1.246,04

Jaraguá do Sul, 23 de Março de 2017

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 568/2017</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.: 69/2016</b> <b>Data do Processo: 28/06/2016</b> <b>Data da Homologação: 08/12/2016</b> <b>Sequência da Adjudicação: 2</b> <b>Data da Adjudicação: 23/03/2017</b>  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 69/2016 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 2585    Dcto Fiscal nr.: 13.498) Folha: 1/1

<b>Fornecedor:</b> J.P. DE LIMA COMÉRCIO EPP <b>Endereço:</b> RUA 13 DE MAIO, 400 - FUNDOS <b>Cidade:</b> Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89255-370 <b>CNPJ:</b> 05.785.417/0001-20 <b>Inscrição Estadual:</b> 254.612.903	<b>Código:</b> 33886 <b>Telefone:</b> 4733706869 <b>Banco:</b> 033 - SANTANDER <b>Agência:</b> 3963-0 - Epitácio Pessoa - J <b>Conta Corrente:</b> 13000781-7
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
<b>Unidade:</b>	04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos Próprios - PMJS
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 (37) - Manutenção das atividades do Patrimônio
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
<b>Condições de Pagto:</b>	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
<b>Local de Entrega:</b>	Conforme edital - -
<b>Objeto da Compra:</b>	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
<b>Observações:</b>	Material para reposição de estoque do Almoxarifado Central - SEMAD, destinado a manutenção das atividades no CAM e demais setores.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
27	12,000	UN	ESCOVA SANITÁRIA C/ SUPORTE (9829)	L.MANIA	3,65	43,80
44	6,000	FR	ÓLEO DE PERÓBA 100ML (8325)	WORQUER	3,50	21,00
73	36,000	PÇ	VASSOURA C/ CABO (10501)	Condor	8,00	288,00
74	24,000	UN	VASSOURA DE PALHA DE MILHO - COM CABO DE MADEIRA MEDINDO 120CM (8409)	COLONIAL	10,80	259,20

(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	612,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	612,00

Jaraguá do Sul, 23 de Março de 2017

Assinatura do Responsável

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 569/2017</b></p> <p><b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.: 69/2016</b> <b>Data do Processo: 28/06/2016</b> <b>Data da Homologação: 08/12/2016</b> <b>Sequência da Adjudicação: 3</b> <b>Data da Adjudicação: 23/03/2017</b></p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 69/2016 - PR</b></p>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 2586)

Folha: 1/1

Fornecedor:	<b>QUALICLEAN COM.PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME</b>	Código: 37767	Telefone: 4733738040
Endereço:	RUA VENÂNCIO S.PORTO, 183-SALA 04	Banco: 001 - Banco do Brasil - 001	
Cidade:	Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-230	Agência: 3163-1 - PORTAL - JARAGL	
CNPJ:	10.892.956/0001-07	Inscrição Estadual:	Conta Corrente: 10440-X

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
<b>Unidade:</b>	04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos Próprios - PMJS
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.057.3.3.90.00.00.00.00 (37) - Manutenção das atividades do Patrimônio
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
<b>Condições de Pagto:</b>	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
<b>Local de Entrega:</b>	Conforme edital - -
<b>Objeto da Compra:</b>	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
<b>Observações:</b>	Material para reposição de estoque do Almojarifado Central - SEMAD, destinado a manutenção das atividades no CAM e demais setores.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
46	60,000	UN	PANO DE PRATO - ALVEJADO - MEDINDO APROX. (47X70)CM (8366)	AGP	1,75	105,00
66	20,000	PCT	SACO P/LIXO 40 L - PCT C/100 UN (33586)	NAVEPLAST	8,20	164,00
67	30,000	PCT	SACO P/ LIXO 60L - C/ 100 UN - MEDINDO APROX.60X70X0,07 (20251)	NAVEPLAST	16,20	486,00
69	6,000	PCT	SACO P/ LIXO 200L - C/ 100 UN (10571)	NAVEPLAST	64,60	387,60
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	1.142,60
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	1.142,60

Jaraguá do Sul, 23 de Março de 2017

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> Nr.: 570/2017
	<b>Processo Administrativo:</b> Processo Nr.: 69/2016 Data do Processo: 28/06/2016 Data da Homologação: 08/12/2016 Sequência da Adjudicação: 4 Data da Adjudicação: 23/03/2017
	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> Nr.: 69/2016 - PR
	(Empenho Ordinário nr.: 2587      Dcto Fiscal nr.: 5646)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>VILLA PAPÉIS LTDA EPP</b> Endereço: Rua Francisco Hruschka, 525, sala 01 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89253-600 CNPJ: 11.346.166/0001-80      Inscrição Estadual:	Código: 45927      Telefone: 473370-2982 Banco: 085 - COOPERATIVA CENT Agência: 0101-5 - VIACREDI Conta Corrente: 850241-2
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO <b>Unidade:</b> 04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS <b>Centro de Custo:</b> <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos Próprios - PMJS <b>Dotações Utilizadas:</b> 2.057.3.3.90.00.00.00.00 (37) - Manutenção das atividades do Patrimônio	<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização <b>Condições de Pagto:</b> na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos <b>Local de Entrega:</b> Conforme edital - - <b>Objeto da Compra:</b> Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> Material para reposição de estoque do Almoxarifado Central - SEMAD, destinado a manutenção das atividades no CAM e demais setores.
--	---

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
51	150,000	UN	PAPEL TOALHA (20809)	SOL	8,20	1.230,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	1.230,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	1.230,00

Jaraguá do Sul, 23 de Março de 2017

Assinatura do Responsável

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 571/2017</b></p> <p><b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.: 69/2016</b> <b>Data do Processo: 28/06/2016</b> <b>Data da Homologação: 08/12/2016</b> <b>Sequência da Adjudicação: 5</b> <b>Data da Adjudicação: 23/03/2017</b></p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 69/2016 - PR</b></p>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 2588)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: <b>M MOBILE EIRELI</b> Endereço: RUA AMADOR BUENO DA RIBEIRA, 70 Cidade: Balneário Camboriú - SC - CEP: 88336-320 CNPJ: 15.764.033/0001-85      Inscrição Estadual:</p>	<p>Código: 41267      Telefone: 4736447969 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 1394-3 - RIO NEGRINHO (S Conta Corrente: 36060-0</p>
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
<b>Unidade:</b>	04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos Próprios - PMJS
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.057.3.3.90.00.00.00.00 (37) - Manutenção das atividades do Patrimônio
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
<b>Condições de Pagto:</b>	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
<b>Local de Entrega:</b>	Conforme edital - -
<b>Objeto da Compra:</b>	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
<b>Observações:</b>	Material para reposição de estoque do Almoxarifado Central - SEMAD, destinado a manutenção das atividades no CAM e demais setores.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
34	18,000	UN	INSETICIDA - VENENO MATA BARATA (12522)	MARTINSET	7,60	136,80
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	136,80
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	136,80

Jaraguá do Sul, 23 de Março de 2017

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> Nr.: 572/2017
	<b>Processo Administrativo:</b> Processo Nr.: 20/2016 Data do Processo: 18/02/2016 Data da Homologação: 15/04/2016 Sequência da Adjudicação: 95 Data da Adjudicação: 23/03/2017
	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> Nr.: 20/2016 - PR
	(Empenho Ordinário nr.: 2589      Dcto Fiscal nr.: 003.916, 003.925, 003.935)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME</b> Endereço: Rua Carlos Hardt, 1120 - sala 02 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-580 CNPJ: 15.843.503/0001-04      Inscrição Estadual: 256.765.723	Código: 42248 Telefone: 473372-3457 Banco: 033 - Santander Agência: 1539 - Santander Conta Corrente: 13000.235-4
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
<b>Unidade:</b>	01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos Próprios - PMJS
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.305.3.3.90.00.00.00.00.00 (192) - Manutenção de vias/passagens
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo
<b>Condições de Pagto:</b>	a segunda quarta feira subsequente após a entrega ou retirad
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos após receb da AF
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO - Rua Angelo Rubini, 600 - Bairro Barra do Rio Cerro
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (construção, hidráulicos, elétricos e outros) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
<b>Observações:</b>	Aquisição de cimento CP II - Z p/manutenção de vias/passagens (erosões,cabeceiras de pontes e meio fios de concreto).

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
98	15.000,000	KG	CIMENTO CP II - Z - COMPOSTO COM ADIÇÃO DE MATERIAL POZOLANICO - CLASSE 32 - CONFORME NBR 11578. * OBS - ENTREGA EM SACA DE 40 E/OU 50 KG (30621)	CAUE	0,53	7.950,00

(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	7.950,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	7.950,00

Jaraguá do Sul, 23 de Março de 2017

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> Nr.: 573/2017
	<b>Processo Administrativo:</b> Processo Nr.: 74/2016 Data do Processo: 15/07/2016 Data da Homologação: 26/09/2016 Sequência da Adjudicação: 9 Data da Adjudicação: 02/03/2017
	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> Nr.: 74/2016 - PR
	(Empenho Ordinário nr.: 2590)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>M MOBILE EIRELI</b> Endereço: RUA AMADOR BUENO DA RIBEIRA, 70 Cidade: Balneário Camboriú - SC - CEP: 88336-320 CNPJ: 15.764.033/0001-85      Inscrição Estadual:	Código: 41267      Telefone: 4736447969 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 1394-3 - RIO NEGRINHO (S Conta Corrente: 36060-0
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO <b>Unidade:</b> 04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS <b>Centro de Custo:</b> 14 - PATRIMONIO E SERVIÇOS GERAIS <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos Próprios - PMJS <b>Dotações Utilizadas:</b> 2.057.3.3.90.00.00.00.00 (37) - Manutenção das atividades do Patrimônio	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente <b>Condições de Pagto:</b> na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> máximo de 10(dez) dias consecutivos <b>Local de Entrega:</b> Conforme edital - - <b>Objeto da Compra:</b> Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ELÉTRICO E ELETRÔNICO ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> Material para reposição de estoque do almoxarifado central SEMAD.	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
12	200,000	UN	CAIXA DE PAPELÃO P/ ARQUIVO MORTO (8493)	MAXIMA	2,39	478,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	478,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	478,00

Jaraguá do Sul, 23 de Março de 2017

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 670/2017</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.: 106/2016</b> <b>Data do Processo: 27/10/2016</b> <b>Data da Homologação: 13/12/2016</b> <b>Sequência da Adjudicação: 3</b> <b>Data da Adjudicação: 13/12/2016</b>  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 106/2016 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 3014)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>TINPAVI COMÉRCIO DE TINTAS LTDA EPP</b> Endereço: Rua Cecília de Alvarenga Freire Pimentel Cidade: Tupã - SP - CEP: 17607-150 CNPJ: 17.592.525/0001-66      Inscrição Estadual:	Código: 45700      Telefone: 143491-2400 Banco: Agência: Conta Corrente:
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO <b>Unidade:</b> 02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE <b>Centro de Custo:</b> 31 - TRÂNSITO E TRANSPORTES <b>Fonte de Recurso:</b> Convênio SSP PMJS 12640 <b>Dotações Utilizadas:</b> 2.261.3.3.90.00.00.00.00 (293) - Manutenção da sinalização viária  <b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.44.00.00.00 - Material de Sinalização Visual e Afins <b>Condições de Pagto:</b> Na segunda 4ª feira após a solicitação de cada pedido <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> A cada pedido entrega no max de 10 dias após 1º dia útil AF <b>Local de Entrega:</b> Conforme edital - - <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços para aquisição de MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA (tachões, tachinhas, cola para tachão, adesivos, máscara adesiva, espelho de segurança, tubos galvanizados, chapas galvanizadas, placas de regulamentação e advertência, películas, logradouro) ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as descrições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I. Especificações técnicas no Item 35: 20 com informação complementar INICIO; 20 com informação complementar TERMINO; 40 com informação complementar NA LINHA AMARELA; 20 com informação complementar TAXI <b>Observações:</b> *ENTREGAR NA RUA JOSE FACHINI, FUNDOS. S/N NO HORÁRIO DAS 7:30 ÀS 11:00	<b>Solicitações:</b>
---	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
7	50,000	M	PELÍCULA REFLETIVA BRANCA C/ 0,61m LARGURA (22636)	CLC	38,00	1.900,00
8	100,000	M	PELÍCULA OPACA PRETA (22637)	CLC	34,00	3.400,00
32	50,000	UN	PLACA DE REGULAMENTAÇÃO R-1 (19822)	CN SINAL	57,60	2.880,00
35	100,000	UN	PLACA DE REGULAMENTAÇÃO 40 X 60CM TOTALMENTE REFLETIVA R-6B COM INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (34904)	CN SINAL	44,70	4.470,00
<b>(Valores expressos em Reais R\$)</b>					<b>Total Geral:</b>	12.650,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	12.650,00

Jaraguá do Sul, 31 de Março de 2017

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 673/2017</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.: 106/2016</b> <b>Data do Processo: 27/10/2016</b> <b>Data da Homologação: 13/12/2016</b> <b>Sequência da Adjudicação: 4</b> <b>Data da Adjudicação: 13/12/2016</b>  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 106/2016 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 3017) Folha: 1/1

Fornecedor: <b>D2 DISTRIBUIDORA LTDA ME</b>	Código: 44415	Telefone: 473241-0900
Endereço: Rua Otávio Cesário Pereira, 78, sala A		Banco: 104 - Caixa Econ.Federal -
Cidade: Itajaí - SC - CEP: 88309-300		Agência: 416-2 - ITAJAI
CNPJ: 07.582.259/0001-37	Inscrição Estadual:	Conta Corrente: 4051-3

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO	<b>Solicitações:</b>
<b>Unidade:</b>	02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE	
<b>Centro de Custo:</b>	31 - TRÂNSITO E TRANSPORTES	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Convênio SSP PMJS 12640	
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.261.3.3.90.00.00.00.00 (293) - Manutenção da sinalização viária	
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.44.00.00.00 - Material de Sinalização Visual e Afins	
<b>Condições de Pagto:</b>	Na segunda 4ª feira após a solicitação de cada pedido	
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	A cada pedido entrega no max de 10 dias após 1º dia útil AF	
<b>Local de Entrega:</b>	Conforme edital -	
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços para aquisição de MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA (tachões, tachinhas, cola para tachão, adesivos, máscara adesiva, espelho de segurança, tubos galvanizados, chapas galvanizadas, placas de regulamentação e advertência, películas, logradouro) ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as descrições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I. Especificações técnicas no	
<b>Observações:</b>	*ENTREGAR NA RUA JOSE FACHINI, FUNDOS. S/N NO HORARIO DAS 7:30 AS 11:00	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
23	100,000	UN	LOGRADOURO COMPOSTO DE 2 PLACAS 80X20 C/ABRAÇDEIRA P/FIXAÇÃO DAS PLACAS (31371)	D2 Distribuidora	111,80	11.180,00
					<b>Total Geral:</b>	11.180,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	11.180,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 31 de Março de 2017

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 675/2017</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.:</b> 65/2016 <b>Data do Processo:</b> 27/06/2016 <b>Data da Homologação:</b> 03/08/2016 <b>Sequência da Adjudicação:</b> 2 <b>Data da Adjudicação:</b> 31/03/2017
	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 65/2016 - PR</b>
	(Empenho Ordinário nr.: 3561      Dcto Fiscal nr.: 9.588)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>SUPREMO CIMENTOS S.A (JARAGUÁ DO SUL)</b> Endereço: RUA GERMANO WAGNER,Nº 270 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89256-800 CNPJ: 05.798.883/0002-21      Inscrição Estadual: 256.739.560	Código: 41264      Telefone: 4733761188 Banco: 237 - BRADESCO-237 Agência: 2656-5 - BLUMENAU - SC Conta Corrente: 900-8
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS <b>Unidade:</b> 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS <b>Centro de Custo:</b> 27 - OBRAS <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos Próprios - PMJS <b>Dotações Utilizadas:</b> 2.305.3.3.90.00.00.00.00 (192) - Manutenção de vias/passagens	<b>Solicitações:</b>
<b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo <b>Condições de Pagto:</b> na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> máximo de 10(dez) dias, após recebimento da AF <b>Local de Entrega:</b> Conforme edital - - <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de CONCRETO USINADO FCK 30 MPA com brita 0 e 1, bombeado ao longo de 12 (doze) meses, destinados para concretagem em cabeceiras de pontes, subidas íngremes de ruas não pavimentadas, fabricação e colocação de galerias de concreto para manutenção ou ampliação de rede de drenagem pluvial. conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do Aquisição de 12m3 de concreto usinado fck 30 mpa (bombeado) com brita 0 e 1 p/manutenção de cabeceiras de pontes e pontilhões. <b>Observações:</b>	

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	12,000	M3	CONCRETO USINADO FCK 30.0 MPA COM BRITA 0 E 1 (BOMBEADO) (23511)		290,00	3.480,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	3.480,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	3.480,00

Jaraguá do Sul, 31 de Março de 2017

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b>  <b>CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253</b> <b>Rua: Walter Marquardt, 1111</b> <b>C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC</b>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 677/2017</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.: 23/2016</b> <b>Data do Processo: 25/02/2016</b> <b>Data da Homologação: 07/04/2016</b> <b>Sequência da Adjudicação: 36</b> <b>Data da Adjudicação: 31/03/2017</b>
	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 23/2016 - PR</b>
	(Empenho Ordinário nr.: 3020)

Folha: 1/1

<b>Fornecedor: BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP4</b> Código: 45691      Telefone: 493442-0432 <b>Endereço: Rua João Frigo, 65</b> Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 <b>Cidade: Concórdia - SC - CEP: 89700-000</b> Agência: 410-3 - CONCORDIA (SC) <b>CNPJ: 17.450.564/0001-29</b> Inscrição Estadual:      Conta Corrente: 55818-4
---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
<b>Unidade:</b>	01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Fundo Municipal de Conserv Patrim Público-CAM
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.302.3.3.90.00.00.00.00 (173) - Manutenção patrimonial - Infraestrutura
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos
<b>Condições de Pagto:</b>	na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO - Rua Angelo Rubini, 600 - Bairro Barra do Rio Cerro
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CAMERAS DE AR, PROTETORES E AROS, NOVOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
<b>Observações:</b>	Aquisição de pneus e camaras de ar novos p/manutenção da frota de veículos,caminhões e máquinas rodantes de uso desta secretaria.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
13	10,000	UN	PNEU - 10.00 R20 - BORRACHUDO - 146/143D (INDICE DE VELOCIDADE E CARGA MINIMO) - PROFUNDIDADE MINIMA DA BANDA DE RODAGEM 20MM - APLICAÇÃO MISTA (TERRA E ASFALTO) (22990)	APOLLO	1.275,00	12.750,00
38	10,000	UN	CÂMARA DE AR 20 (7094)	BBW	80,00	800,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	13.550,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	13.550,00

Jaraguá do Sul, 31 de Março de 2017

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b>  <b>CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253</b> <b>Rua: Walter Marquardt, 1111</b> <b>C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC</b>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 695/2017</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.: 20/2016</b> <b>Data do Processo: 18/02/2016</b> <b>Data da Homologação: 15/04/2016</b> <b>Sequência da Adjudicação: 96</b> <b>Data da Adjudicação: 04/04/2017</b>
	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 20/2016 - PR</b>
	(Empenho Ordinário nr.: 3565      Dcto Fiscal nr.: 003.040)

Folha: 1/1

<b>Fornecedor: P &amp; P COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA EPP</b> <b>Endereço: Av. Prefeito Waldemar Grubba , 4489, sal</b> <b>Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89256-502</b> <b>CNPJ: 10.173.601/0001-50      Inscrição Estadual: 255.647.379</b>	<b>Código: 36875</b> <b>Telefone: 473275-3072</b> <b>Banco: 237 - Bradesco - 237</b> <b>Agência: 0356-5 - Jaraguá do Sul (Ce</b> <b>Conta Corrente: 74.645-2</b>
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
<b>Unidade:</b>	01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos Próprios - PMJS
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.305.3.3.90.00.00.00.00.00 (192) - Manutenção de vias/passagens
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo
<b>Condições de Pagto:</b>	a segunda quarta feira subsequente após a entrega ou retirad
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos após receb da AF
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO - Rua Angelo Rubini, 600 - Bairro Barra do Rio Cerro
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (construção, hidráulicos, elétricos e outros) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
<b>Observações:</b>	Aquisição de viga de madeira eucalipto vermelho ou rosa duro c/espessura de 40x45cm p/reforma e manutenção de pontes e pontilhões. * Pregão presencial nº 20/2016

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
31	11,000	M	VIGA CHANFRADA DE MADEIRA EUCALIPTO VERMELHO OU ROSA DURO - ESPESSURA 40X45CM - 8 A 16MTS DE COMPRIMENTO.	PAOLETTO	249,00	2.739,00

\* CHANFRADO NA SERRA FITA NO LADO DE CIMA E LADO DE BAIXO. (6325)

	<b>Total Geral:</b>	2.739,00
	<b>Desconto:</b>	0,00
	<b>Total Líquido:</b>	2.739,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 4 de Abril de 2017

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 696/2017</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.:</b> 69/2016 <b>Data do Processo:</b> 28/06/2016 <b>Data da Homologação:</b> 08/12/2016 <b>Sequência da Adjudicação:</b> 6 <b>Data da Adjudicação:</b> 04/04/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 69/2016 - PR</b>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 3566    Dcto Fiscal nr.: 12929)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME</b> Endereço: RUA WALTER MARQUARDT, 2410-SALA 01 Cidade: JARAGUA DO SUL - SC - CEP: 89259-700 CNPJ: 07.483.630/0001-03      Inscrição Estadual:	Código: 38008      Telefone: 3370-7271 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - Agência: 417-0 - Jaragua do Sul Conta Corrente: 00000213-7
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
<b>Unidade:</b>	04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos Próprios - PMJS
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.057.3.3.90.00.00.00.00 (37) - Manutenção das atividades do Patrimônio
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
<b>Condições de Pagto:</b>	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
<b>Local de Entrega:</b>	Conforme edital -
<b>Objeto da Compra:</b>	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
<b>Observações:</b>	Material para reposição de estoque do Almoxarifado Central - SEMAD, destinado a manutenção das atividades no CAM e demais setores.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
21	150,000	UN	DESODORANTE SANITÁRIO (19587)	COALA	2,15	322,50
43	20,000	GL	MULTIUSO DE LIMPEZA GERAL - GALÃO 05 L (16309)	BELLADONA	9,70	194,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	516,50
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	516,50

Jaraguá do Sul, 4 de Abril de 2017

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b>  <b>CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253</b> <b>Rua: Walter Marquardt, 1111</b> <b>C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC</b>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 743/2017</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.: 69/2016</b> <b>Data do Processo: 28/06/2016</b> <b>Data da Homologação: 08/12/2016</b> <b>Sequência da Adjudicação: 7</b> <b>Data da Adjudicação: 07/04/2017</b>
	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 69/2016 - PR</b>
	(Empenho Ordinário nr.: 3607)

Folha: 1/1

<b>Fornecedor: KELLY A.D.S. MINIOLI COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA ME</b> <b>Endereço: Rua Guglielmo Marconi, 120</b> <b>Cidade: Curitiba - PR - CEP: 82820-250</b> <b>CNPJ: 21.782.356/0001-02</b>	<b>Código: 44967</b> <b>Inscrição Estadual:</b>	<b>Telefone: 4133676135</b> <b>Banco: 341 - Itau - 341</b> <b>Agência: 3722 - CURITIBA TARUMA</b> <b>Conta Corrente: 13827-2</b>
---	--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
<b>Unidade:</b>	02 - ENSINO FUNDAMENTAL
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Salário Educação
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.109.3.3.90.00.00.00.00.00 (114) - Manutenção das atividades e serviços do Ensino Fun
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
<b>Condições de Pagto:</b>	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
<b>Local de Entrega:</b>	Conforme edital - -
<b>Objeto da Compra:</b>	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
<b>Observações:</b>	DESTINAÇÃO: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
8	100,000	KG	HIPOCLORITO DE SÓDIO EM PÓ (18650)	NEOCLEAN SA	6,69	669,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	669,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	669,00

Jaraguá do Sul, 7 de Abril de 2017

Assinatura do Responsável

<p align="center"><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253          Rua: Walter Marquardt, 1111          C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center"><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 744/2017</b></p> <hr/> <p><b>Processo Administrativo:</b>  <b>Processo Nr.:</b> 69/2016  <b>Data do Processo:</b> 28/06/2016  <b>Data da Homologação:</b> 08/12/2016  <b>Sequência da Adjudicação:</b> 8  <b>Data da Adjudicação:</b> 07/04/2017</p> <hr/> <p align="center"><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 69/2016 - PR</b></p>
--	---

(Empenho Ordinário nr.: 3608) Folha: 1/1

Fornecedor: <b>KELLY A.D.S. MINIOLI COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA ME</b> Código: 44967 Endereço: Rua Guglielmo Marconi, 120 Cidade: Curitiba - PR - CEP: 82820-250 CNPJ: 21.782.356/0001-02      Inscrição Estadual:	Telefone: 4133676135 Banco: 341 - Itau - 341 Agência: 3722 - CURITIBA TARUMA Conta Corrente: 13827-2
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
<b>Unidade:</b>	04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos Próprios - PMJS
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.057.3.3.90.00.00.00.00 (37) - Manutenção das atividades do Patrimônio
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.22.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização
<b>Condições de Pagto:</b>	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos
<b>Local de Entrega:</b>	Conforme edital - -
<b>Objeto da Compra:</b>	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
<b>Observações:</b>	Material para reposição de estoque do Almoxarifado Central - SEMAD, destinado a manutenção das atividades no CAM e demais setores.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
10	96,000	FR	ÁLCOOL ETILICO FR C/ 1000ML - 92,6 A 93,8 INPM (8281)	ARAUCARIA	3,99	383,04
11	96,000	UN	ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO 70% (14141)	GERMIDERME	4,95	475,20
30	120,000	UN	ESPONJA DE LOUÇA PARA LIMPEZA; TIPO DUPLA FACE; MEDINDO 110MMX75MMX20 MM (12589)	BETTANIN	0,52	62,40
50	30,000	FDO	PAPEL HIGIÊNCIO BRANCO - C/ 8 X 300MX10CM (18288)	PARANÁ	32,20	966,00
68	20,000	PCT	SACO P/ LIXO 100 L - C/ 100 UN (20048)	LICITATUDO	37,45	749,00
					<b>Total Geral:</b>	2.635,64
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	2.635,64

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 7 de Abril de 2017

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 745/2017</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.:</b> 67/2016 <b>Data do Processo:</b> 27/06/2016 <b>Data da Homologação:</b> 28/07/2016 <b>Sequência da Adjudicação:</b> 16 <b>Data da Adjudicação:</b> 07/04/2017
	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 67/2016 - PR</b>
	(Empenho Ordinário nr.: 3609      Dcto Fiscal nr.: 147961)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>AGRICOPEL COM.DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA FILIAL</b> Código: 37343 Endereço: MANOEL FRANCISCO DA COSTA 2000 FUNDOS Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89257-000 CNPJ: 81.632.093/0004-11      Inscrição Estadual:	Telefone: 3372-8900 Banco: 237 - Bradesco - 237 Agência: 2693-0 - Ag. Emp. Joinville Conta Corrente: 52.922-2
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
<b>Unidade:</b>	01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos Próprios - PMJS
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.304.3.3.90.00.00.00.00 (176) - Aquisição de combustíveis e lubrificantes
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos
<b>Condições de Pagto:</b>	na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	no prazo de 24 (vinte e quatro) horas
<b>Local de Entrega:</b>	SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - Rua Angelo Rubini, 600 - Barra do Rio Cerro
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de COMBUSTÍVEL (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
<b>Observações:</b>	Aquisição de combustível (óleo diesel S-10) para abastecer a frota de veículos, caminhões e máquinas rodantes de uso desta municipalidade.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	5.000,000	L	ÓLEO DIESEL S10 (28577)	SHELL	2,64	13.200,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	13.200,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	13.200,00

Jaraguá do Sul, 7 de Abril de 2017

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 746/2017</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.:</b> 74/2016 <b>Data do Processo:</b> 15/07/2016 <b>Data da Homologação:</b> 26/09/2016 <b>Sequência da Adjudicação:</b> 10 <b>Data da Adjudicação:</b> 07/04/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 74/2016 - PR</b>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 3610)

Folha: 1/2

Fornecedor: <b>INFOTRIZ-SUPRIMENTOS E SERV.INFORMÁTICA LTDA</b> Endereço: RUA PREFº J.KEHRIG, 5518-SL. 02 Cidade: STO.AMARO IMPERATRIZ - SC - CEP: 88140-000 CNPJ: 04.586.694/0001-41      Inscrição Estadual: 254.261.744	Código: 36587      Telefone: 48-3245-2245 Banco: 001 - Banco do Brasil Agência: 2600-X - Banco do Brasil Conta Corrente: 8568-5
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO <b>Unidade:</b> 04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS <b>Centro de Custo:</b> 14 - PATRIMONIO E SERVIÇOS GERAIS <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos Próprios - PMJS <b>Dotações Utilizadas:</b> 2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 (37) - Manutenção das atividades do Patrimônio  <b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente <b>Condições de Pagto:</b> na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e ent <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> máximo de 10(dez) dias consecutivos <b>Local de Entrega:</b> Conforme edital - - <b>Objeto da Compra:</b> Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ELÉTRICO E ELETRÔNICO ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.  <b>Observações:</b> Material para reposição de estoque do almoxarifado  Pasta polionda estreita(amarela, larga (azul)) Pasta aba plástica com elástico(cristal) Pasta p/grampo trilho plástica(cristal) Pincel atômico(vermelho)	<b>Solicitações:</b>
---	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	5,000	CX	ALFINETE P/ MURAL C/ 50 PÇS (8608)	BRW	1,93	9,65
5	10,000	PCT	BLOCO RECADO ADESIVO 38MM - PCTE C/ 04 UNIDADES (6443)	BRW	2,53	25,30
6	50,000	RL	BOBINA DE PAPEL TÉRMICO 1 VIA 57 mm x 40 m (32284)	MAX PRINT	3,65	182,50
10	3,000	UN	CAIXA DE ACRÍLICO DUPLA P/ CORRESPONDÊNCIAS (8319)	ACRIMET	27,51	82,53
11	3,000	UN	CAIXA DE ACRÍLICO TRIPLA P/ CORRESPONDÊNCIAS (8350)	ACRIMET	38,81	116,43
14	600,000	UN	CANETA ESFEROGRÁFICA PONTA FINA (8551)	COMPACTADO	0,35	210,00
22	100,000	UN	CD-R GRAVÁVEL (9816)	ELGIN	0,92	92,00
28	48,000	UN	COLA BRANCA C/ 90 g (8559)	BIC	2,35	112,80
33	500,000	UN	ENVELOPE 25X35 PARDO (8579)	FORONI	0,14	70,00
46	30,000	UN	FITA TRANSPARENTE 45X50 POLIPROPILENO (8602)	FLAX	2,14	64,20
50	2,000	UN	GRAMPEADOR GRANDE (11751)	LYKE	43,19	86,38
53	1.000,000	UN	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO P/ 200 fts (8525)	EJR	0,10	100,00
55	2,000	TB	LÂMINA PARA ESTILETE ESTREITO (32605)	MASTER	1,17	2,34
56	2,000	CX	LÂMINA PARA ESTILETE LARGO (32606)	MASTER	1,87	3,74
57	60,000	UN	LÁPIS PRETO Nº 02 (8528)	FABER	0,50	30,00
61	20,000	UN	MOLHA DEDO EM CREME 12G (12483)	RADEX	1,19	23,80
66	50,000	UN	PASTA C/ ELÁSTICO PLÁSTICA (18239)	ALAPLAST	1,16	58,00
67	50,000	UN	PASTA C/GRAMPO TRILHO PLASTICO (28734)	ALAPLAST	1,16	58,00
71	40,000	UN	PASTA L (21656)	DAC	0,64	25,60
72	25,000	UN	PASTA POLIONDA ESTREITA (6341)	ALAPLAST	1,78	44,50
73	20,000	UN	PASTA POLIONDA LARGA (8587)	ALAPLAST	1,93	38,60

Jaraguá do Sul, 7 de Abril de 2017

Assinatura do Responsável

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL**

CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253  
 Rua: Walter Marquardt, 1111  
 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**  
**Nr.: 746/2017**

**Processo Administrativo:**  
**Processo Nr.:** 74/2016  
**Data do Processo:** 15/07/2016  
**Data da Homologação:** 26/09/2016  
**Sequência da Adjudicação:** 10  
**Data da Adjudicação:** 07/04/2017

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 74/2016 - PR**

(Empenho Ordinário nr.: 3610)

Folha: 2/2

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
76	5,000	CX	PERCEVEJOS COMUNS C/ 100 PÇS (8447)	BRW	1,32	6,60
79	12,000	UN	PINCEL ATÔMICO (8552)	COMPACTOR	1,86	22,32

(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	1.465,29
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	1.465,29

Jaraguá do Sul, 7 de Abril de 2017

 \_\_\_\_\_  
 Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b>  <b>CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253</b> <b>Rua: Walter Marquardt, 1111</b> <b>C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC</b>	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 748/2017</b>	
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.: 20/2016</b> <b>Data do Processo: 18/02/2016</b> <b>Data da Homologação: 15/04/2016</b> <b>Sequência da Adjudicação: 97</b> <b>Data da Adjudicação: 07/04/2017</b>	
	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 20/2016 - PR</b>	
	(Empenho Ordinário nr.: 3611    Dcto Fiscal nr.: 5177)	

Folha: 1/1

<b>Fornecedor: TJF EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME</b> <b>Endereço: ESTRADA BANANAL DO SUL, 5980</b> <b>Cidade: GUARAMIRIM - SC - CEP: 89270-000</b> <b>CNPJ: 03.374.871/0001-63      Inscrição Estadual: 253.498.495</b>	<b>Código: 32733</b> <b>Telefone: 33730266</b> <b>Banco: 237 - Bradesco - 237</b> <b>Agência: 1737-0 - Guaramirim</b> <b>Conta Corrente: 12580-6</b>
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
<b>Unidade:</b>	01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos Próprios - PMJS
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.305.3.3.90.00.00.00.00.00 (192) - Manutenção de vias/passagens
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo
<b>Condições de Pagto:</b>	a segunda quarta feira subsequente após a entrega ou retirad
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos após receb da AF
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO - Rua Angelo Rubini, 600 - Bairro Barra do Rio Cerro
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (construção, hidráulicos, elétricos e outros) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
<b>Observações:</b>	Aquisição de areia de granulometria fina p/manutenção de vias pavimentadas com lajotas.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
21	36,000	M3	AREIA FINA (8245)		39,60	1.425,60
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	1.425,60
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	1.425,60

Jaraguá do Sul, 7 de Abril de 2017

Assinatura do Responsável

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b>  CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 749/2017</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo Nr.:</b> 20/2016 <b>Data do Processo:</b> 18/02/2016 <b>Data da Homologação:</b> 15/04/2016 <b>Sequência da Adjudicação:</b> 98 <b>Data da Adjudicação:</b> 07/04/2017  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 20/2016 - PR</b>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 3612)

Folha: 1/1

<b>Fornecedor:</b> PARISI TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA <b>Endereço:</b> Rua Germano Wagner, 184 <b>Cidade:</b> Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89256-800 <b>CNPJ:</b> 80.443.427/0001-01 <b>Inscrição Estadual:</b> 251.609.049	<b>Código:</b> 541 <b>Telefone:</b> 473370-2641 <b>Banco:</b> 237 - Bradesco - 237 <b>Agência:</b> 0356-5 - Jaraguá do Sul (Ce <b>Conta Corrente:</b> 29548-5
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
<b>Unidade:</b>	01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	Recursos Próprios - PMJS
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.305.3.3.90.00.00.00.00.00 (192) - Manutenção de vias/passagens
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo
<b>Condições de Pagto:</b>	a segunda quarta feira subsequente após a entrega ou retirad
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos após receb da AF
<b>Local de Entrega:</b>	ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO - Rua Angelo Rubini, 600 - Bairro Barra do Rio Cerro
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (construção, hidráulicos, elétricos e outros) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
<b>Observações:</b>	Aquisição de pó de brita e brita 1/2 p/manutenção de vias.

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
43	36,000	M3	PÓ DE BRITA (8094)		51,59	1.857,24
46	12,000	M3	BRITA 1/2" (14591)		46,60	559,20
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	2.416,44
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	2.416,44

Jaraguá do Sul, 7 de Abril de 2017

Assinatura do Responsável

<p align="center"><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</b></p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23      Fone: 472106-8000      Fax: 473370-7253          Rua: Walter Marquardt, 1111          C.E.P.: 89259-565      - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center"><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 750/2017</b></p> <hr/> <p><b>Processo Administrativo:</b>  <b>Processo Nr.:</b> 20/2016  <b>Data do Processo:</b> 18/02/2016  <b>Data da Homologação:</b> 15/04/2016  <b>Sequência da Adjudicação:</b> 99  <b>Data da Adjudicação:</b> 07/04/2017</p> <hr/> <p align="center"><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 20/2016 - PR</b></p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 3613)

Folha: 1/1

Fornecedor: <b>PARISI TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA</b> Endereço: Rua Germano Wagner, 184 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89256-800 CNPJ: 80.443.427/0001-01      Inscrição Estadual: 251.609.049	Código: 541      Telefone: 473370-2641 Banco: 237 - Bradesco - 237 Agência: 0356-5 - Jaraguá do Sul (Ce Conta Corrente: 29548-5
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b>	33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO
<b>Unidade:</b>	02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE
<b>Centro de Custo:</b>	
<b>Fonte de Recurso:</b>	SF-Conv.Radiopatrulha-PM
<b>Dotações Utilizadas:</b>	2.257.3.3.90.00.00.00.00.00 (456) - Manutenção das atividades do Programa Polícia Milit
<b>Compl. Elemento:</b>	3.3.90.30.24.00.00.00 - Material para Manutenção de Bens Imóveis
<b>Condições de Pagto:</b>	a segunda quarta feira subsequente após a entrega ou retirad
<b>Prazo Entrega/Exec.:</b>	prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos após receb da AF
<b>Local de Entrega:</b>	14º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE JS. - Rua Gustavo Hagedorn, 880 - Nova Brasília
<b>Objeto da Compra:</b>	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (construção, hidráulicos, elétricos e outros) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
<b>Observações:</b>	05 metros cúbicos de brita nº 01. Conforme Ata de Registro de Preços 033/2016 da empresa PARISI TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA. Pregão presencial nº 020/2016. DESTINAÇÃO: 14º BPM

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
41	5,000	M3	BRITA Nº 1 (8091)		50,88	254,40
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	254,40
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	254,40

Jaraguá do Sul, 7 de Abril de 2017

Assinatura do Responsável

# Joaçaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.112 DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 5.112 DE 13 DE ABRIL DE 2017.

"NOMEIA COMISSÃO PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR NA FORMA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2006 – LEI DE ZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001; art. 159, §2º Lei Complementar Nº 137/2006 – Lei de Zoneamento,

#### DECRETA:

Art.1º Fica nomeada Comissão específica para revisão do Plano Diretor composta por 23 membros Titulares e seus suplentes, conforme previsão do art. 40, §3º do Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, combinado com art. 159, §2º Lei Complementar Nº 137/2006 – Lei de Zoneamento do Município de Joaçaba, a ser composta pelos seguintes membros:

#### I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

##### A. Coordenadoria de Planejamento:

João Carlos Toledo Sampaio (TITULAR)  
Gabriela Balestrin (SUPLENTE)

##### B. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura:

Ricardo Felipe Massignani (TITULAR)  
Wilson Sartori (SUPLENTE)

##### C. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação:

Michel Carlesso Ávila (TITULAR)  
Severino Luiz De Déa (SUPLENTE)

##### D. Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba:

Disnéia Tereza De Marco Tonial (TITULAR)  
Luiz Vastres (SUPLENTE)

#### II - TRÊS REPRESENTANTES DE ENTIDADES CIVIS DE REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL

##### A- Ordem dos Advogados do Brasil – OAB:

Eleandro Brustolin (TITULAR)  
Elisangela Schaitel (SUPLENTE)

##### B- Conselho Regional de Engenharia – CREA:

Gilson Addor Vasconcellos (TITULAR)  
Cássio Cecconello (SUPLENTE)

##### C- Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB:

Rafael Leonardo Carlesso (TITULAR)  
Edinara Baseggio (SUPLENTE)

#### III - UM REPRESENTANTE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

##### A- Universidade do Oeste Catarinense – UNOESC:

Carlos Maurício Dagostini (TITULAR)  
Lindamir Secchi Gadller (SUPLENTE)

#### IV – SEIS REPRESENTANTES DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

Remi Groos – Interior 1;

Diego Bonamigo – Interior 2;

Jucimar Bittencourt – Zona 1;

Lourdes Maria Rothen – Zona 2;

Edson Luiz Canterle – Zona 3;

Julio Cesar Penteado – Zona 4;

#### V - DOIS REPRESENTANTES DE ENTIDADES EMPRESARIAIS

##### A- Associação Comercial E Industrial Do Oeste Catarinense – ACIOC:

Eduardo Calliari Freiburger (TITULAR)  
Ângelo Radavelli (SUPLENTE)

##### B- Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL:

Johnny Dário Bortoluzzi (TITULAR)  
Paulo Delfino Pinto (SUPLENTE)

#### VI – TRÊS REPRESENTANTES DE ENTIDADES SINDICAIS

##### A- Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Joaçaba – SITESPM

Loeri Luvison (TITULAR)  
Jorge Luiz Rosa (SUPLENTE)

##### B- Sindicato Dos Empregados No Comércio e Em Empresas De Serviços Contábeis:

Edson Paulo Damin (TITULAR)  
Aquilino Rodrigues (SUPLENTE)

##### C- Sindicato dos Contabilistas – SINDCONT:

Jorge Ronaldo Pohl (TITULAR)  
Ayrton Fardo (SUPLENTE)

#### VII – DOIS REPRESENTANTE DE CLUBES DE SERVIÇOS

##### A. Rotary Club Joaçaba:

Luiz Roberto da Silva (TITULAR)  
Maristela S. da Rosa (SUPLENTE)

##### B. Lions Clube de Joaçaba e Joaçaba-Cruzeiro:

Edicléa Terezinha Detoni Spolti (TITULAR - Lions Clube de Joaçaba-Cruzeiro)  
Ivo Zagonel (SUPLENTE - Lions Clube de Joaçaba)

#### VIII – DOIS REPRESENTANTES DE ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

##### A- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE:

Neusa Breda (TITULAR)  
Jonas Molin (SUPLENTE)

##### B- Associação Regional dos Atletas com Deficiência – ARAD:

José Luiz Campanhali de Campos (TITULAR)  
Nádia Palvencine (SUPLENTE)

#### IX – SECRETARIA EXECUTIVA (SEM DIREITO A VOTO)

Ligia Adriane Darold da Silva – Técnica em Administração Coordenadora de Planejamento

Parágrafo único - A coordenação dos trabalhos ficará a cargo do Coordenador de Planejamento do Município de Joaçaba.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 13 de abril de 2017.  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 004 - GUILHERME CEZARIO PICCOLI**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 004/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: GUILHERME CEZARIO PICCOLI  
MODALIDADE: VOLEIBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 1.327,71 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 13 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

GUILHERME CEZARIO PICCOLI  
Atleta de JUDÔ

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 006 - JEFERSON CAMILO ASSUNÇÃO**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 006/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: JEFERSON CAMILO ASSUNÇÃO  
MODALIDADE: ATLETISMO - PAREDESORTO  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 1.327,71 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

JEFERSON CAMILO ASSUNÇÃO  
Atleta de ATLETISMO - PAREDESORTO

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 014 - ROGERIO ANTONIO BRAGA**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 014/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: ROGERIO ANTONIO BRAGA  
MODALIDADE: VOLEIBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

ROGERIO ANTONIO BRAGA  
Atleta de VOLEIBOL

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 015 - JEAN RODRIGO BECHI**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 015/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: JEAN RODRIGO BECHI  
MODALIDADE: VOLEIBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 13 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

JEAN RODRIGO BECHI  
Atleta de VOLEIBOL

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 016 - LUCAS DA SILVA BRESCIANI**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 016/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: LUCAS DA SILVA BRESCIANI  
MODALIDADE: VOLEIBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 13 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

LUCAS DA SILVA BRESCIANI  
Atleta de VOLEIBOL

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 017 - CRISTIANO NOVAKOWSKI**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 017/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: CRISTIANO NOVAKOWSKI  
MODALIDADE: VOLEIBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

CRISTIANO NOVAKOWSKI  
Atleta de VOLEIBOL

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 018 - JULIANO CECONELLO**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 018/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: JULIANO CECONELLO  
MODALIDADE: VOLEIBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

JULIANO CECONELLO  
Atleta de VOLEIBOL

### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 019 - JOÃO MARIA LUCHESE**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 019/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: JOÃO MARIA LUCHESE  
MODALIDADE: VOLEIBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

JOÃO MARIA LUCHESE  
Atleta de VOLEIBOL

### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 020 - MARCELO DA SILVA**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 020/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: MARCELO DA SILVA  
MODALIDADE: VOLEIBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

MARCELO DA SILVA  
Atleta de VOLEIBOL

### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 021 - EDUARDO COMACHIO**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 021/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: EDUARDO COMACHIO  
MODALIDADE: VOLEIBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 13 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

EDUARDO COMACHIO  
Atleta de VOLEIBOL

### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 022 - HEITOR ATTOLINI NETO**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 022/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: HEITOR ATTOLINI NETO  
MODALIDADE: BASQUETEBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

HEITOR ATTOLINI NETO  
Atleta de BASQUETEBOL

### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 024 - RENAN WILLIAN BELCARO PAZIN**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 024/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: RENAN WILLIAN BELCARO PAZIN  
MODALIDADE: BASQUETEBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

RENAN WILLIAN BELCARO PAZIN  
Atleta de BASQUETEBOL

### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 025 - ERIK FRANÇA NEGREIROS**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 025/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: ERIK FRANÇA NEGREIROS  
MODALIDADE: BASQUETEBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 13 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

ERIK FRANÇA NEGREIROS  
Atleta de BASQUETEBOL

### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 026 - WILLIAN MOREIRA COSTA**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 026/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: WILLIAN MOREIRA COSTA  
MODALIDADE: BASQUETEBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 13 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

WILLIAN MOREIRA COSTA  
Atleta de BASQUETEBOL

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 027 - DAVID WILLIAN PERUSSO**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 027/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: DAVID WILLIAN PERUSSO  
MODALIDADE: BASQUETEBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 13 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

DAVID WILLIAN PERUSSO  
Atleta de BASQUETEBOL

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 028 - GUSTAVO TERRA FIGUEIREDO**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 028/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: GUSTAVO TERRA FIGUEIREDO  
MODALIDADE: BASQUETEBOL  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 13 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

GUSTAVO TERRA FIGUEIREDO  
Atleta de BASQUETEBOL

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 038 - LUCAS COELHO DA SILVA**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 038/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: LUCAS COELHO DA SILVA  
MODALIDADE: JUDÔ  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 1.991,56 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

LUCAS COELHO DA SILVA  
Atleta de JUDÔ

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 039 - MARCOS HENRIQUE BUENO**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 039/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: MARCOS HENRIQUE BUENO  
MODALIDADE: TÊNIS DE MESA  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.655,42 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

MARCOS HENRIQUE BUENO  
Atleta de TÊNIS DE MESA

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 041 - SAMUEL SEBASTIÃO SANTIN DUARTE**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 041/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: SAMUEL SEBASTIÃO SANTIN DUARTE  
MODALIDADE: CICLISMO  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.655,42 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

SAMUEL SEBASTIÃO SANTIN DUARTE  
Atleta de CICLISMO

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 042 - WINICIUS BANDEIRA**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 042/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: WINICIUS BANDEIRA  
MODALIDADE: TÊNIS DE MESA  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.655,42 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

WINICIUS BANDEIRA  
Atleta de TÊNIS DE MESA

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 043 - JOSE LUIZ C. CAMPOS**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 043/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: JOSÉ LUIS CAMPANHALI DE CAMPOS  
MODALIDADE: ATLETISMO - PARADESPORTO  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.655,42 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

JOSÉ LUIS CAMPANHALI DE CAMPOS  
Atleta de ATLETISMO - PARADESPORTO

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 044 - EMANUELLE DE ANDRADE DA COSTA**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 044/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: EMANUELLE DE ANDRADE DA COSTA  
MODALIDADE: JUDÔ  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.655,42 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

EMANUELLE DE ANDRADE DA COSTA  
Atleta de JUDÔ

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 047 - FELIPE VASTRES**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 047/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: FELIPE VASTRES  
MODALIDADE: JUDÔ  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.655,42 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

FELIPE VASTRES  
Atleta de JUDÔ

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 048 -UBIRATA DURANT GONZALES**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 048/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: UBIRATA DURANT GONZALES  
MODALIDADE: TÊNIS DE MESA  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.655,42 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

UBIRATA DURANT GONZALES  
Atleta de TÊNIS DE MESA

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 050 - FABIANA APARECIDA DA LUZ**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 050/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: FABIANA APARECIDA DA LUZ  
MODALIDADE: ATLETISMO - PARADESPORTO  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.655,42 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

FABIANA APARECIDA DA LUZ  
Atleta de ATLETISMO - PARADESPORTO

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 052 - MATHEUS GREGÓRIO RIBEIRO**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 052/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: MATHEUS GREGÓRIO RIBEIRO  
MODALIDADE: BADMINTON  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.655,42 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 13 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

MATHEUS GREGÓRIO RIBEIRO  
Atleta de BADMINTON

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 053 - JAMILLY DE BARBA ENDERLE**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 053/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: JAMILLY DE BARBA ENDERLE  
MODALIDADE: BADMINTON  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.655,42 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 13 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

JAMILLY DE BARBA ENDERLE  
Atleta de BADMINTON

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 054 - ERICK TOMACHISNKI COSTA**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 054/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: ERICK TOMACHISNKI COSTA  
MODALIDADE: BADMINTON  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.655,42 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 13 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

ERICK TOMACHISNKI COSTA  
Atleta de BADMINTON

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 055 - BERNARDO PEROTTO**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 055/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: BERNARDO PEROTTO  
MODALIDADE: BADMINTON  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.655,42 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 13 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

BERNARDO PEROTTO  
Atleta de BADMINTON

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 056 - ANA PAULA TOMACHINSKI**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 056/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: ANA PAULA TOMACHINSKI  
MODALIDADE: BADMINTON  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.655,42 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 13 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

ANA PAULA TOMACHINSKI  
Atleta de BADMINTON

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 057 - ALINE MARIA VALMORBIDA**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 057/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: ALINE MARIA VALMORBIDA  
MODALIDADE: ATLETISMO - PARADESPORTO  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.655,42 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

ALINE MARIA VALMORBIDA  
Atleta de ATLETISMO - PARADESPORTO

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 058 - SAVIO BRUNO MACHADO**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 058/2017

CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: SAVIO BRUNO MACHADO  
MODALIDADE: ATLETISMO - PARADESPORTO  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 2.655,42 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

SAVIO BRUNO MACHADO  
Atleta de ATLETISMO - PARADESPORTO

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 059 - DANIEL DE DEUS E SILVA DE GODOI**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 059/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: DANIEL DE DEUS E SILVA DE GODOI  
MODALIDADE: TÊNIS DE MESA  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 3.319,27 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

DANIEL DE DEUS E SILVA DE GODOI  
Atleta de TÊNIS DE MESA

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 061 - LEANDRO DOS SANTOS**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 061/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: LEANDRO DOS SANTOS  
MODALIDADE: KUNG-FU  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 3.319,27 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 13 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

LEANDRO DOS SANTOS  
Atleta de KUNG-FU

#### **EXTRATO DE BOLSA ATLETA 062 - GABRIELA JUNGES DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 062/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: GABRIELA JUNGES DE OLIVEIRA  
MODALIDADE: BADMINTON  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 3.319,27 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 13 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

GABRIELA JUNGES DE OLIVEIRA  
Atleta de BADMINTON

**EXTRATO DE BOLSA ATLETA 065 - ARTHUR BONFANTI VALMORBIDA**

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 065/2017  
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME  
BENEFICIÁRIO: ARTHUR BONFANTI VALMORBIDA  
MODALIDADE: KUNG-FU  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 3.319,27 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 13 de abril de 2017  
ANA PAULA ABE GURGACZ  
Coordenadora da DME

ARTHUR BONFANTI VALMORBIDA  
Atleta de KUNG-FU

**EXTRATO PL 25/2017/PMJ - PP 19/2017/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2017/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017/PMJ

Objeto: Registro de Preços para contratação eventual e futura de viagens especiais destinadas ao transporte da delegação do Município de Joaçaba para participação em eventos e competições esportivas no Estado de Santa Catarina. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 05/05/2017. Processamento do Pregão: às 14h do dia 05/05/2017, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 17 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
Ana Paula Abe Gurgacz - Diretora

---

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**

---

**PREGÃO PRESENCIAL 0018/2017 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA  
LICITAÇÃO Nº 0023/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0018/2017  
PROTOCOLO JHL 0851/2017

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0018/2017 – Licitação 0023/2017, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E TESTE HIDROSTÁTICO EM CILINDROS DE CLORO, DE PROPRIEDADE DO SIMAE, DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/89 DA ABICLOR E COM A NBR 13925, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS.

Da Entrega dos Envelopes: até as 9h00min do dia 03/05/2017 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 03/05/2017 às 9h10min, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 18/04/2017 a 03/05/2017.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: [licitacao@simae.sc.gov.br](mailto:licitacao@simae.sc.gov.br).

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017.  
Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

# Lacerdópolis

## PREFEITURA

### DECRETO 12 17 COMISSÃO ITBI

DECRETO MUNICIPAL Nº 12 DE 13 DE MARÇO DE 2017

"Dispõe sobre a forma de apuração do valor venal na transmissão ou cessão de direito de bens imóveis para efeito de cobrança do Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI cria Comissão Especial Mista e nomeia membros para compor a Comissão Especial Mista responsável pela definição do valor dos bens imóveis e de direitos a eles relativos, localizados no Município de Lacerdópolis".

SÉGIO LAUIZ CALEGARI, Prefeito de Lacerdópolis, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 68, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no artigo 190 e ss. da Lei Complementar nº. 13, de 27 de dezembro de 2002,

#### DECRETA:

Art. 1º. O valor venal dos bens imóveis e direitos a eles relativos para efeito de apuração da base de cálculo na cobrança do Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI, sobre as mutações patrimoniais previstas no artigo 191, da Lei Complementar nº. 13, de 27 de dezembro de 2002, será definido por Comissão Especial Mista.

Parágrafo único. Havendo discrepância entre o valor apresentado pelo contribuinte e aquele definido pela Comissão Especial Mista, prevalecerá para efeito de apuração do imposto o que se apresente mais vantajoso para os cofres públicos.

Art. 2º. Fica criada, e nomeados os membros para a Comissão Especial Mista, responsável pela avaliação e definição do valor venal dos bens imóveis e direitos a eles relativos, de que trata o artigo 194, da Lei Complementar nº. 13, de 27 de dezembro de 2002.

Art. 3º. A Comissão ora criada será composta de 05 (cinco) membros conforme abaixo elencado:

I - 03 (três) Representantes do Poder Executivo Municipal, sendo:

- a) Delcimeri Scapini Brandini
- b) Adriane Rossa Slongo
- c) Euclides Miazzi

II - 01(um) Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Lacerdópolis:

Osni Da Cas

III - 01(um) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lacerdópolis:

Assir Antonio Tessaro

Parágrafo único. Dos representantes do Poder Executivo Municipal no mínimo 02 (dois), deverão ser do quadro de servidores efetivos.

Art. 4º. Os integrantes que compõem a Comissão de que trata este Decreto, exercerão suas atividades sem ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 5º. Os membros da Comissão de que trata este Decreto têm mandato de 02 (dois) anos, quando deverá ser renovado, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

Art. 6º. Fica revogado o Decreto nº. 10 de 09 de março de 2015.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lacerdópolis / SC 13 de março de 2017

Sérgio Luiz Calegari

Prefeito de Lacerdópolis

# Lages

## PREFEITURA

### ATO DE DISPENSA 06/2017 FMAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2017 - FMAS  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2017 - FMAS  
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob nº 06/2017 - FMAS através do MUNICÍPIO DE LAGES/FMAS com a:

- VALÉRIA SCHMITZ, inscrito no CPF n.º 425.569.299-87.

Valor total a ser pago é de R\$ 8.730,06 (oito mil setecentos e trinta reais e seis centavos);  
Sendo: "Locação de imóvel, em caráter emergencial, situado a rua Caetano vieira da costa, 222 apt. 11 centro CEP 88.502-070 - al-moxarifado"

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 13 de abril de 2017.

Samuel Ramos  
Secretaria Municipal de Assistência Social e habitação

### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria da Exmo. Sr. Samuel Ramos, Secretaria Municipal de Assistência Social e habitação, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.  
Lages, 13 de abril de 2017.  
Antônio Ceron  
Prefeito do Município

### ATO DE DISPENSA 08/2017 SMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2017 - SMS  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2017 - SMS  
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob nº 08/2017 - SMS através do MUNICÍPIO DE LAGES/SMS com a:

- VERA LUCIA LETTI LERMEN portadora do CPF nº 944.871.119-00.

Valor total a ser pago é de R\$ 20.235,84 (vinte mil duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos);  
Sendo: "Locação de imóvel, em caráter emergencial, situado a rua fausto de Souza, 300 centro Lages/SC. – PAPS CEREST"

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 13 de abril de 2017.

Odila Maria Waldrich  
Secretaria Municipal Saúde

### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria da Exma. Sr.<sup>a</sup> Odila Maria Waldrich, Secretaria Municipal Saúde, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 13 de abril de 2017.  
Antônio Ceron  
Prefeito do Município

### ATO DE DISPENSA 23/2017 PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2017 - PML  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2017 - PML  
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob nº 23/2017 - PML através do MUNICÍPIO DE LAGES com a:

- EMIX – COMERCIO LOCAÇÃO E SERVIÇO EIRELI - EPP inscrita no CNPJ nº 18.822.886/0001-14.

Valor total a ser pago é de R\$ 26.583,42 (vinte e seis mil quinhentos e oitenta e três reais e quarenta e dois centavos);  
Sendo: "Locação de imóvel, em caráter emergencial, situado a av. Corina Caon, 198 bairro Jardim Celina, Lages/SC - CEP 88.523-401. Para uso do CEIM PRIMEIROS PASSOS"

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 13 de abril de 2017.

Valdirene da Silva Vieira  
Secretaria da Educação

### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria da Exma. Sr.<sup>a</sup> Valdirene da Silva Vieira, Secretaria da Educação, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 13 de abril de 2017.  
Antônio Ceron  
Prefeito do Município

### ATO DE DISPENSA 24/2017 PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2017 - PML  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2017 - PML  
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob nº 24/2017 - PML através do MUNICÍPIO DE LAGES com a:

- MITRA DIOCESANA DE LAGES inscrita no CNPJ nº

84.950.633/0001-50.

Valor total a ser pago é de R\$ 10.205,64 (dez mil duzentos e cinco reais e sessenta e quatro centavos);  
Sendo: "Locação de imóvel, em caráter emergencial, Situado a Rua Evilásio Koech, s/n, Bairro Penha Lages/SC CEP 88.525-670. Para uso DO CEIM Bem Te Vi"

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 13 de abril de 2017.

Valdirene da Silva Vieira  
Secretaria da Educação

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria da Exma. Sr.<sup>a</sup> Valdirene da Silva Vieira, Secretaria da Educação, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 13 de abril de 2017.  
Antônio Ceron  
Prefeito do Município

#### ATO DE DISPENSA 25/2017 PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35/2017 - PML  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2017 - PML  
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob nº 25/2017 - PML através do MUNICÍPIO DE LAGES com a:

- MITRA DIOCESANA DE LAGES inscrita no CNPJ nº 84.950.633/0001-50.

Valor total a ser pago é de R\$ 63.179,88 (sessenta e três mil cento e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos);  
Sendo: "Locação de imóvel, em caráter emergencial, situado a AV. Papa João XXIII, 1115 bairro Ipiranga Lages/SC CEP. 88.505-200 - para uso da Secretaria da Educação"

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 13 de abril de 2017.

Valdirene da Silva Vieira  
Secretaria da Educação

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria da Exma. Sr.<sup>a</sup> Valdirene da Silva Vieira, Secretaria da Educação, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 13 de abril de 2017.  
Antônio Ceron  
Prefeito do Município

#### ATO DE DISPENSA 26/2017 PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2017 - PML  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2017 - PML  
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob nº 26/2017 - PML através do MUNICÍPIO DE LAGES com a:

- MITRA DIOCESANA DE LAGES inscrita no CNPJ nº 84.950.633/0001-50.

Valor total a ser pago é de R\$ 12.489,96doze mil quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos);  
Sendo: "Locação de imóvel, em caráter emergencial, casa com sete salas no primeiro pavimento, cinco salas no segundo pavimento, banheiros e cozinha, atende as atividades da escola de artes Elionir Camargo Martins. Situado na praça João ribeiro 164 centro Lages"

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 13 de abril de 2017.

Gilberto Ronconi  
Fundação Cultural

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria daExmo. Sr. Gilberto Ronconi, Fundação Cultural,que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vezque preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 13 de abril de 2017.  
Antônio Ceron  
Prefeito do Município

#### ATO DE DISPENSA 27/2017 PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 36/2017 - PML  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2017 - PML  
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob nº 27/2017 - PML através do MUNICÍPIO DE LAGES com a:

- MITRA DIOCESANA DE LAGES inscrita no CNPJ nº 84.950.633/0001-50.

Valor total a ser pago é de R\$ 6.029,94 (seis mil e vinte e nove reais e noventa e quatro centavos);  
Sendo: "Locação de imóvel, em caráter emergencial, situado a AV. Papa João XXIII, 1115 bairro Ipiranga Lages/SC CEP. 88.505-200 - para uso da escola itinerante Maria Alice Wolff Souza"

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 13 de abril de 2017.

Valdirene da Silva Vieira  
Secretaria da Educação

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria da Exma. Sr.<sup>a</sup> Valdirene da Silva Vieira, Secretaria da Educação, que está em conformidade com

os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 13 de abril de 2017.

Antônio Ceron

Prefeito do Município

### **ATO DE DISPENSA 28/2017 PML**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2017 - PML

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2017 - PML

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob nº 28/2017 - PML através do MUNICÍPIO DE LAGES com a:

- SOCIEDADE BENEFICIENTE ISLAMICA DE LAGES inscrita no CNPJ nº 83.509.901/0001-30.

Valor total a ser pago é de R\$ 9.387,24 (nove mil trezentos e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos);

Sendo: "Locação de imóvel, em caráter emergencial, situado a AV. Castelo Branco, 340 centro Lages/SC CEP 88.526-601 - para uso do CEIM Vila Da Criança"

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 13 de abril de 2017.

Valdirene da Silva Vieira

Secretaria da Educação

### **RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifico o ato acima, de autoria da Exma. Sr.<sup>a</sup> Valdirene da Silva Vieira, Secretaria da Educação, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 13 de abril de 2017.

Antônio Ceron

Prefeito do Município

### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 48/2016 PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 48/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: L E Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, inscrita no CNPJ N.º 15.345.797/0001-36, Com Sede a Rua João Pessoa, 685, Sala Térreo Bairro São José pinhalzinho/SC CEP 89.870-000

resolvem celebrar este 2º termo aditivo ao Contrato 48/2016, Conforme Parecer Jurídico nº 350/2017, Processo Licitatório nº 62/2016, correlato à Tomada de Preços nº 05/2016, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 12/05/2016 e homologada em 24/06/2016, consoante as seguintes Alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Execução da Ampliação e a Modernização do Sistema de

Iluminação Pública do Centro do Município de Lages, nas áreas de passeio e pistas veiculares, localizada no Bairro Centro, compreendendo a instalação de 125 conjuntos de postes, em aço galvanizado a fogo, equipados com 01 (uma) luminária integrada tipo Vapor Metálico de alto rendimento, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato.

Conforme solicitação de SUPRESSÃO e ACRÉSCIMO, efetuada pela Secretaria de Planejamento e Obras Ofício nº 90/2017, com ratificação da base orçamentária, firmada pela Secretaria de Administração e Fazenda, e com parecer jurídico nº 350/2017 FAVORÁVEL, fica aditado o contrato acima mencionado da seguinte forma:

SUPRESSÃO CONTRATUAL DE R\$ 169.273,27 (cento e sessenta e nove mil duzentos e setenta e três reais e vinte e sete centavos), 30,78%;

ACRÉSCIMO CONTRATUAL DE R\$ 136.764,67 (cento e trinta e seis mil setecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), 24,86%.

Os valores suprimidos e aditados estão demonstrados em planilhas juntadas ao processo nº 62/2016 – PML.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 17 de abril de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 206/2015 PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 206/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: RG CONSTRUÇÕES PROJETOS E TECNOLOGIA SANITARIA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob n.º 10.192.816/0001-18, com endereço a Av. Dr. Leoberto Leal, 165 apt. 02 – Bom Jesus, CEP 89.520-000 – Curitiba/SC

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 78, correlato a Tomada de Preço 12/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviços técnicos de assessoramento ambiental, monitoramento e supervisão a parte ambiental do aterro sanitário de resíduos urbanos e o antigo lixão, localizado na Br 282, km 12, nesta cidade, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

resolvem celebrar este 3º Termo Aditivo ao Contrato 206/2015 conforme parecer jurídico nº 323/2017, Processo Licitatório nº 78, correlato a Tomada de Preço 12/2015, homologada em 23/04/2015, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviços técnicos de assessoramento ambiental, monitoramento e supervisão a parte ambiental do aterro sanitário de resíduos urbanos e o antigo lixão, localizado na Br. 282, km 12, nesta cidade, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 23/04/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 23/04/2018, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

Lages, 17 de Abril de 2017.  
Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 438/2015 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 438/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CCL CONSTRUTORA LTDA inscrita no CNPJ n.º 78.355.104/0001-06, com sede Rodovia BR 282, 46 – São Sebastião – CEP 88.520-05 – Lages/SC.

resolvem celebrar este 3º termo aditivo ao contrato 438/2015, conforme parecer jurídico n. 354/2017, Processo Licitatório nº 282/2015, correlato a Tomada de Preço 36/2015, homologado em 01/12/2015, consoante as seguintes alterações:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Execução de Obra de Acesso ao Condomínio Gralha Azul, referente ao Programa Saneamento Integrado, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato Conforme solicitação de aditivo efetuada pela Secretaria de Planejamento e Obras Ofício nº 132/2017, com parecer jurídico PROGEM nº 354/2017 favorável, fica reprogramado o contrato de seguinte forma;

SUPRESSÃO CONTRATUAL R\$ 327.722,02 (trezentos e vinte e sete mil setecentos e vinte e dois reais e dois centavos);

ACRÉSCIMO CONTRATUAL DE R\$ 248.211,61 (duzentos e quarenta e oito mil duzentos e onze reais e sessenta e um centavos).

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 17 de abril de 2017.

Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 65/2015 SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 65/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: L'ART ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 00.060.909/0001-35, com sede a Rua Gustavo Persuhn, 68 – Itoupava Seca – Blumenau/SC – CEP 89.030-150.

resolvem celebrar este 3º Termo Aditivo ao Contrato 65/2015, em conformidade com parecer jurídico nº 363/2017, Processo Licitatório nº 35/2015, correlato à Concorrência Pública 01/2015 homologada em 28/09/2015, consoante às seguintes alterações:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Contratação de empresa de Engenharia para "Gerenciamento, Assessoria, Supervisão, Fiscalização, Supervisão Ambiental, Consultoria Técnica e Desenvolvimento de As Built, Readequações e Demais Estudos Complementares, Relativos a Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário Araucária na Cidade de Lages/SC" envolvendo sistema coletor, sistema de transporte (estações elevatórias e emissários), sistema de tratamento e destino final do efluente líquido tratado e seus complementos, de acordo com o Termo de Referência anexo do Edital Correlato.

Conforme solicitação de acréscimo de valor efetuada pela empresa acima qualificada, com ratificação, da Secretaria de Águas e Saneamentos – SEMASA -, com parecer jurídico nº 363/2017, Favorável, ADITA-SE ao valor inicialmente contratado a quantia de R\$

246.405,81 (duzentos e quarenta e seis mil quatrocentos e cinco reais e oitenta e um centavos), conforme planilhas orçamentárias anexas.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 17 de abril de 2017.

Jurandi Domingos Agustini.

Secretário Municipal (SEMASA)

### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2016 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 12/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob nº 01.703684/0001-50, estabelecida na Rua Antônio Edu Vieira, Nº646, Bairro Sagrado Coração de Jesus, em Lages/SC CEP: 88.508-300..

resolvem celebrar este 3º termo aditivo ao Contrato 12/2016, Conforme Parecer jurídico nº 316/2016, Processo Licitatório nº 272/2015, correlato a Concorrência Pública nº 14/2015 aberto em 07/12/2015 e homologado em 02/02/2016, consoante as seguintes alterações:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Construção do CEIM Santa Helena com Muro de Fechamento, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato.

Conforme solicitação de reajuste contratual, efetuada pela empresa, acima qualificada, e com ratificação pela secretaria gestora do contrato, ofício nº 190/2017, com análise técnica efetuada pela Secretaria de Administração e Fazenda Diretoria de Fiscalização Tributária ofício nº 063/2017, e com parecer jurídico nº 316/2017 favorável, fica reajustado, o contrato supra mencionado nos termos da Cláusula Quinta – Do Equilíbrio Econômico Financeiro Item 5.2, da seguinte forma:

Índice para base de cálculo a ser aplicado, (IGP-DI período de 12/2015 à 10/2016), corresponde à um percentual de 6,7389%.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 17 de abril de 2017.

Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 054/2014 SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 054/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: STC SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 79.242.434/0001-58, com sede à Rua São Cristóvão, 220 – Coqueiros, CEP 88080-320 – Florianópolis/SC.

resolvem celebrar este 5º Termo Aditivo ao Contrato 54/2014, conforme parecer jurídico 365/2017, Processo Licitatório nº 17/2014, correlato a Concorrência nº 01/2014, aberto em 01/09/2014 e homologado em 01/10/2014 consoante as seguintes alterações:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa de Engenharia para Execução das Obras

de Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário Araucária Conforme solicitação de reajuste contratual, efetuada pela empresa, acima qualificada, e com ratificação pela secretaria gestora do contrato, ofício nº 72/217/SEMASA, com análise técnica efetuada pela Secretaria de Administração e Fazenda Diretoria de Fiscalização Tributária ofício nº 074/2017, e com parecer jurídico nº 365/2017 favorável, fica reajustado, o contrato supra mencionado nos termos da Cláusula Quinta – Do Equilíbrio Econômico Financeiro Item 5.2, da seguinte forma:

- Índice para base de cálculo a ser aplicado, (IGP-DI período de 04/2016 à 03/2017), corresponde à um percentual de 4,37604% As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 17 de abril de 2017.

Jurandi Domingos Agustini.

Benjamin Schultz

### **EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 330/2015 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

0º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 330/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MADRUGA EMPREITERA DE MÃO DE OBRA inscrita no CNPJ sob n.º 02.274.438/0001-93, com sede a Avenida Marechal Floriano, 1500 – Lages/SC.

resolvem celebrar este 8º termo aditivo ao Contrato 330/2015, conforme parecer jurídico nº 347/2017, Processo Licitatório nº 178/2015, correlato à Tomada de Preços nº 26/2015, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 17/06/2015 e homologada em 08/07/2015, consoante as seguintes alterações:

Conforme solicitação de reajuste contratual, efetuada pela empresa, acima qualificada, e com ratificação pela secretaria gestora do contrato, ofício nº 140/2017, com análise técnica efetuada pela Secretaria de Administração e Fazenda Diretoria de Fiscalização Tributária ofício nº 069/2017, e com parecer jurídico nº 347/2017

favorável, fica reajustado, o contrato supra mencionado nos termos da Cláusula Quinta – Do Equilíbrio Econômico Financeiro Item 5.2, da seguinte forma:

Índice para base de cálculo a ser aplicado, (IGP-DI período de 07/2015 à 06/2016), corresponde à um percentual de 12,28668% As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 17 de janeiro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### **EXTRATO CONTRATO 34/2017 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATON.º 34/2017 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC

CONTRATADA: AFONSO FLORIANI inscrito no CPF sob n.º 194.486.199-87, com sede à Rod. SC 114, Localidade de Cadeados, CEP 88500-000 Santos, neste Município de Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação dos alunos da rede escolar, referente ao Chamamento Público 01/2015 – PML – AGRICULTURA FAMILIAR – ATA 01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017;

2.3 Do Contrato, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 12.850,00 (doze mil oitocentos e cinquenta reais), sendo:

Lages, 06 de abril de 2017

Antonio Ceron

Prefeito municipal

### **EXTRATO CONTRATO 35/2017 PML**

CONTRATO Nº 32/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE ARBITRAGEM DO PLANALTO SERRANO E EVENTOS ESPORTIVOS (AAPSEE), inscrita no CNPJ sob nº 11.415.464/0001-85, estabelecida na Rua Humberto de Campos nº 1135, Anexo ao Ginásio Ivo Silveira, Bairro Coral, em Lages/SC.

O Município de Lages/FME, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Antonio Ceron, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa Associação de Arbitragem do Planalto Serrano e Eventos Esportivos, neste ato representada pelo Sr. Luiz Ozamir Coelho, portador do CPF nº 295.463.039-68 de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 57/2017, correlato ao Pregão Presencial nº 18/2017, aberto em 12/04/2017 e homologado em 12/04/2017, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa, Associação ou Liga, para a Prestação de Serviços de Arbitragem Durante, os Jogos Comunitários de Lages - JOCOL 2017, da Fundação Municipal de Esportes, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do contrato até 31/12/2017;

2.3 De Execução, da data da assinatura do contrato decorrente até 31/12/2017, nos locais definidos pela Fundação Municipal de Esportes, através da Coordenação dos Jogos Comunitários de Lages;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 199.031,50 (cento e noventa e nove mil, trinta e um reais e cinquenta centavos).

[illegible]

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 Será(ão) efetuado(s) após a realização de cada rodada mediante de empenho, a vista do relatório emitido pela Fundação Municipal de Esportes nos termos do art. 40, XIV, "a" da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

5.1 O(s) valor(es) ofertado(s) na proposta poderá(ão) ser revisto(s), desde que devidamente requerido(s), demonstrado(s) através de planilha(s), plenamente justificado(s) e aprovado(s) pelo Contratante;

5.2 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M em conformidade com o art. 55, III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

## CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 Os serviços, objeto desta licitação, serão contratados com recursos provisionados na conta: JOCOL – Jogos Comunitários de Lages, Código de Despesa nº 203 e Elemento de Despesa nº 33903000, ano base 2017.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital, de seu(s) Anexo(s) e do presente Contrato;

7.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, pertinentes ao quantitativo, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

7.4 Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços, objeto da Licitação;

7.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

7.6 Não subcontratar os serviços objeto deste Edital;

7.7 Dispor à época do atendimento ao objeto, de todos os materiais e mão-de-obra necessários e imprescindíveis a sua execução, não podendo invocar a sua falta como justificativa para atraso ou imperfeição;

7.8 Arcar com todos os ônus e despesas decorrentes de consumo, conservação, reparos, avarias e perdas, inclusive custos de reposição dos materiais necessários à execução do objeto;

7.9 Fornecer mão-de-obra capacitada e habilitada, em número suficiente para suprir às necessidades de atendimento ao objeto, sem qualquer ônus adicional à Administração;

7.10 Refazer, exclusivamente às suas custas, os serviços executados em desacordo com os termos estabelecidos no instrumento, sem que tal fato possa ser invocado para justificar alteração nos custos inicialmente propostos, assumidos e pactuados;

7.11 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

7.12 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta licitação;

7.13 Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Edital;

7.14 Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Emitir o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

- 8.2 Encaminhar o Termo de Contrato ao adjudicatário, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;  
8.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;  
8.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Edital.

#### Cláusula NONA – do reCEBIMENTO

- 9.1, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;  
9.2 O(s) serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

- 10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% (dez por cento) do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;  
10.2 A empresa vencedora que recusar-se a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, ficará suspensa de participar de qualquer processo licitatório realizado pela Prefeitura do Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação, sem prejuízo das penalidades previstas em lei;  
10.3 Poderão ser aplicadas notificações e/ou multas contratuais ao Contratado por irregularidades cometidas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;  
10.4 Compreende-se por notificação a formalização em documento apropriado da ocorrência de irregularidade ou grupo de irregularidades sobre as quais a Empresa deve tomar imediatas providências, com a finalidade de corrigir as falhas apontadas;  
10.5 Compreende-se por multa contratual o desconto de valores monetários contra a Empresa Contratada, em face de irregularidades apontadas;  
10.6 O uso de notificações sobre irregularidades constatadas não exclui a possibilidade de aplicação de multa sobre as mesmas;  
10.7 As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a de outra;  
10.8 Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao previsto na cláusula penal, poderá a Administração exigir indenização suplementar, valendo a cláusula penal como mínimo da indenização, nos termos do parágrafo único do Art. 416 do Código Civil;  
10.9 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2014, ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

- 11.1 Fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2017.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E PRORROGAÇÃO

- 12.1 O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;  
12.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, na forma prescrita pelo art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO DE RESERVA:

- 13.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;  
13.2 aceitar os serviços, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- 14.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10520/2002, e Diplomas Complementares, na Lei Complementar 123/2006 e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;  
14.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

- 15.1 Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.  
E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 13 de abril de 2017.

Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

Luiz Ozamir Coelho  
CPF: 295.463.039-68  
Associação de Arbitragem do Planalto serrano e Eventos

Agnelo Sandini Miranda  
Procuradoria Geral do Município

Antonio Cesar Alves de Arruda  
Secretário de Administração e Fazenda

**EXTRATO CONTRATO 36/2017 PML**

CONTRATO Nº 35/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ALDORI ANTUNES DE MORAES inscrito no CPF sob n.º 005.370.349-94, com sede na Localidade de Santa Terezinha do salto, CEP 88500-000 neste Município de Lages/SC.

MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito o Exmo. Sr. Antonio Ceron, doravante denominado CONTRATANTE, de outro lado o Sr. ALDORI ANTUNES DE MORAES, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 20/2017, homologada em 30/03/2017, consoante as cláusulas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação dos alunos da rede escolar, referente ao Chamamento Público 01/2015 – PML – AGRICULTURA FAMILIAR – ATA 01/2017.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017;

2.3 Do Contrato, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

### CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 19.998,96 (dezenove mil novecentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos), sendo;

[illegible]

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 Será (ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, nos termos do art. 40, XIV, "a" da Lei 8.666/93;

4.2 O(s) pagamento(s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira será o IGP-M, em conformidade com art. 55, III da Lei 8.666/93.

PARAGRAFO ÚNICO - O presente contrato fica dispensado do processo licitatório conforme art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93.

## CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Contrato;

5.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

5.3 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGACÕES DO CONTRATANTE

6.1 Emitir o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

6.2 Encaminhar ao adjudicatário o Termo do Contrato, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

6.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no presente Contrato;

6.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Contrato.

## Cláusula sétima – do reCEBIMENTO

7.1 Provisório, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

7.2 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do presente contrato, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento:

8.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

8.3. Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao previsto na cláusula penal, poderá a Administração exigir indenização suplementar, valendo a cláusula penal como mínimo da indenização, nos termos do parágrafo único do Art. 416 do Código Civil:

8.4 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013, ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa;

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

O prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua vigência será da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;  
10.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

11.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o presente contrato por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;  
11.2 Receber o(s) produto(s) e/ou serviço(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;  
11.3 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

12.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;  
12.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA;  
E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 30 de março de 2017.

Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

Aldori Antunes de Moraes  
CPF 005.370.349-94

Agnelo Sandini  
Procurador Geral do Município

Miranda Valdirene da Silva Vieira  
Secretária Municipal da Educação

### EXTRATO CONTRATO 37/2017 PML

CONTRATO Nº 37/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BELMIRA ANTUNES DA CRUZ inscrito no CPF sob n.º 944.840.159-00, com sede na Localidade de Santa Terezinha do Boqueirão, CEP 88500-000 neste Município de Lages/SC.

MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito o Exmo. Sr. Antonio Ceron, doravante denominado CONTRATANTE, de outro lado o Sra. BELMIRA ANTUNES DA CRUZ, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 20/2017, homologada em 30/03/2017, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação dos alunos da rede escolar, referente ao Chamamento Público 01/2015 – PML – AGRICULTURA FAMILIAR – ATA 01/2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;  
2.2 De Execução, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017;  
2.3 Do Contrato, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 11.781,25 (onze mil setecentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos), sendo;

BALMIRA ANTUNES DE CRUZ (19885)														
2	ALFACE 01							PES	1.675,00	0,0000	1,56		2.613,00	
15	BETERRABA 01							KG	630,00	0,0000	2,36		1.486,80	
38	CHUCHU 01							KG	450,00	0,0000	1,88		846,00	
41	COUVE MANTEIGA 01							MÇ	1.075,00	0,0000	1,61		1.730,75	
47	ESPINAFRE 01							MÇ	500,00	0,0000	1,62		810,00	
57	MORANGA CABOTIÁ 02							KG	230,00	0,0000	1,79		411,70	
68	REPOLHO 01							KG	480,00	0,0000	1,75		840,00	
73	TEMPERO VERDE 01							MÇ	1.790,00	0,0000	1,70		3.043,00	
											Total do Fornecedor:		11.781,25	

**CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO**

4.1 Será (ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) contado a partir da data final do período de adimplimento de cada parcela, nos termos do art. 40, XIV, "a" da Lei 8.666/93;

4.2 O(s) pagamento(s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira será o IGP-M, em conformidade com art. 55, III da Lei 8.666/93.

PARAGRAFO ÚNICO - O presente contrato fica dispensado do processo licitatório conforme art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

5.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Contrato;

5.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

5.3 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6.1 Emitir o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

6.2 Encaminhar ao adjudicatário o Termo do Contrato, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

6.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no presente Contrato;

6.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Contrato.

**Cláusula sétima – do RECEBIMENTO**

7.1 Provisório, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

7.2 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do presente contrato, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

8.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;

8.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

8.3. Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao previsto na cláusula penal, poderá a Administração exigir indenização suplementar, valendo a cláusula penal como mínimo da indenização, nos termos do parágrafo único do Art. 416 do Código Civil;

8.4 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013, ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa;

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL**

O prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua vigência será da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

10.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

11.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o presente contrato por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

11.2 Receber o(s) produto(s) e/ou serviço(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

11.3 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

12.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA;

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 30 de março de 2017.

Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

Belmira Antunes da Cruz  
CPF 944.840.159-00

Agnelo Sandini Miranda  
Procurador Geral do Município

Valdirene da Silva Vieira  
Secretária Municipal da Educação

**EXTRATO CONTRATO 38/2017 PML**

CONTRATO Nº 38/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BRUNO RAFAEL ALVES GRACIOLI inscrito no CPF sob n.º 058.464.159-11, com sede na Localidade de Santa Terezinha do Boqueirão, CEP 88500-000 neste Município de Lages/SC.

MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito o Exmo. Sr. Antonio Ceron, doravante denominado CONTRATANTE, de outro lado o Sr. BRUNO RAFHAEL ALVES GRACIOLI, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 20/2017, homologada em 30/03/2017, consoante as cláusulas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação dos alunos da rede escolar, referente ao Chamamento Público 01/2015 – PML – AGRICULTURA FAMILIAR – ATA 01/2017.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017;

2.3 Do Contrato, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

### CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 4.465,50 (quatro mil seiscentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos), sendo;

[illegible]

69	REPOLHO 02	KG	200,00	0,0000	1,75	350,00
74	TEMPRE VERDE 02	MÇ	380,00	0,0000	1,70	646,00
94	MORANGA CABOTIÁ 07	KG	340,00	0,0000	1,79	608,60
Total do Fornecedor:						4.465,50

**CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO**

4.1 Será (ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) contado a partir da data final do período de adimplimento de cada parcela, nos termos do art. 40, XIV, "a" da Lei 8.666/93;

4.2 O(s) pagamento(s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira será o IGP-M, em conformidade com art. 55, III da Lei 8.666/93.

PARAGRAFO ÚNICO - O presente contrato fica dispensado do processo licitatório conforme art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

5.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Contrato;

5.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

5.3 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6.1 Emitir o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

6.2 Encaminhar ao adjudicatário o Termo do Contrato, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

6.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no presente Contrato;

6.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Contrato.

**Cláusula sétima – do RECEBIMENTO**

7.1 Provisório, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

7.2 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do presente contrato, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

8.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;

8.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

8.3. Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao previsto na cláusula penal, poderá a Administração exigir indenização suplementar, valendo a cláusula penal como mínimo da indenização, nos termos do parágrafo único do Art. 416 do Código Civil;

8.4 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013, ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa;

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL**

O prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua vigência será da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

10.1 O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

10.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DIREITO DE RESERVA**

11.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o presente contrato por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

11.2 Receber o(s) produto(s) e/ou serviço(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

11.3 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital

e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

12.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA;

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 30 de março de 2017.

Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

Bruno Rafael Alves Gracioli  
CPF 058.464.159-11

Agnelo Sandini Miranda  
Procurador Geral do Município

Valdirene da Silva Vieira  
Secretária Municipal da Educação

**EXTRATO CONTRATO 39/2017 PML**

CONTRATO Nº 38/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BRUNO RAFAEL ALVES GRACIOLI inscrito no CPF sob n.º 058.464.159-11, com sede na Localidade de Santa Terezinha do Boqueirão, CEP 88500-000 neste Município de Lages/SC.

MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito o Exmo. Sr. Antonio Ceron, doravante denominado CONTRATANTE, de outro lado o Sr. BRUNO RAFHAEL ALVES GRACIOLI, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 20/2017, homologada em 30/03/2017, consoante as cláusulas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação dos alunos da rede escolar, referente ao Chamamento Público 01/2015 – PML – AGRICULTURA FAMILIAR – ATA 01/2017.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017;

2.3 Do Contrato, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

### CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 4.465,50 (quatro mil seiscentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos), sendo;

BRUNO RAFAEL ALVES GRACIOLI (19886)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											</
-------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	----

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 Será (ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, nos

termos do art. 40, XIV, "a" da Lei 8.666/93;

4.2 O(s) pagamento(s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira será o IGP-M, em conformidade com art. 55, III da Lei 8.666/93.

PARAGRAFO ÚNICO - O presente contrato fica dispensado do processo licitatório conforme art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Contrato;

5.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

5.3 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Emitir o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

6.2 Encaminhar ao adjudicatário o Termo do Contrato, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

6.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no presente Contrato;

6.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Contrato.

#### Cláusula sétima – do RECEBIMENTO

7.1 Provisório, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

7.2 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do presente contrato, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;

8.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

8.3. Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao previsto na cláusula penal, poderá a Administração exigir indenização suplementar, valendo a cláusula penal como mínimo da indenização, nos termos do parágrafo único do Art. 416 do Código Civil;

8.4 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013, ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa;

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

O prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua vigência será da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

10.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

11.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o presente contrato por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

11.2 Receber o(s) produto(s) e/ou serviço(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

11.3 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

12.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA;

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e

legais efeitos.

Lages, 30 de março de 2017.

Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

Bruno Rafael Alves Gracioli  
CPF 058.464.159-11

Agnelo Sandini  
Procurador Geral do Município

Miranda Valdirene da Silva Vieira  
Secretária Municipal da Educação

**EXTRATO CONTRATO 40/2017 PML**

CONTRATO Nº 40/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: COOPERATIVA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR inscrita no CNPJ sob n.º 15.388.008/0001-44, com sede à santos Dumont, nº 370, bairro são Cristovão, CEP 99700-000, Município de Erechim/RS.

MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito o Exmo. Sr. Antonio Ceron, doravante denominado CONTRATANTE, de outro lado COOPERATIVA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR - CECAF, neste Ato representada pelo Sr. Roberto Luis Balen, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 20/2017, homologada em 30/03/2017, consoante as cláusulas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação dos alunos da rede escolar, referente ao Chamamento Público 01/2015 – PML – AGRICULTURA FAMILIAR – ATA 01/2017.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017;

2.3 Do Contrato, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

### CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 38.516,00 (trinta e oito mil quinhentos e dezesseis reais), sendo;

[illegible]

## CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 Será (ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, nos termos do art. 40, XIV, "a" da Lei 8.666/93;

4.2 O(s) pagamento(s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira será o IGP-M, em conformidade com art. 55, III da Lei 8.666/93.

PARAGRAFO ÚNICO - O presente contrato fica dispensado do processo licitatório conforme art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93.

## CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Contrato;

5.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

5.3 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Emitir o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

- 6.2 Encaminhar ao adjudicatário o Termo do Contrato, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;  
6.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no presente Contrato;  
6.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Contrato.

#### Cláusula sétima – do RECEBIMENTO

- 7.1 Provisório, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;  
7.2 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do presente contrato, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 8.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;  
8.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;  
8.3. Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao previsto na cláusula penal, poderá a Administração exigir indenização suplementar, valendo a cláusula penal como mínimo da indenização, nos termos do parágrafo único do Art. 416 do Código Civil;  
8.4 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013, ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa;

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

O prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua vigência será da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

- 10.1 O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;  
10.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

- 11.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o presente contrato por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;  
11.2 Receber o(s) produto(s) e/ou serviço(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;  
11.3 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- 12.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;  
12.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA;  
E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 30 de março de 2017.

Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

Roberto Luis Balen  
CPF 906.563.770-20  
CECAF- Cooperativa Central de Com. da Agr. Familiar

Agnelo Sandini  
Procurador Geral do Município

Miranda Valdirene da Silva Vieira  
Secretária Municipal da Educação

**EXTRATO CONTRATO 41/2017 PML**

CONTRATO Nº 41/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: COOPERATIVA DE CITRICULTORES DE CELSO RAMOS – COCICER, inscrita no CNPJ sob n.º 07.082.131/0001-04, com sede à Rod. SC 135, CEP 88598-000, Município de Celso Ramos/SC.

MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito o Exmo. Sr. Antonio Ceron, doravante denominado CONTRATANTE, de outro lado COOPERATIVA DE CITRICULTORES DE CELSO RAMOS - COCICER, neste Ato representada pelo Sr. Arlindo Martinelli, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 20/2017, homologada em 30/03/2017, consoante as cláusulas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação dos alunos da rede escolar, referente ao Chamamento Público 01/2015 – PML – AGRICULTURA FAMILIAR – ATA 01/2017.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017;

2.3 Do Contrato, da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

### CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), sendo;

[illegible]

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 Será (ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, nos termos do art. 40, XIV, "a" da Lei 8.666/93;

4.2 O(s) pagamento(s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira será o IGP-M, em conformidade com art. 55, III da Lei 8.666/93.

PARAGRAFO ÚNICO - O presente contrato fica dispensado do processo licitatório conforme art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93.

## CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Contrato;

5.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

5.3 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Emitir o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

6.2 Encaminhar ao adjudicatário o Termo do Contrato, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

6.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no presente Contrato;

6.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Contrato.

## Cláusula sétima – do reCEBIMENTO

7.1 Provisório, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

7.2 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do presente contrato, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento;

**8.2** Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

8.3. Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao previsto na cláusula penal, poderá a Administração exigir indenização suplementar, valendo a cláusula penal como mínimo da indenização, nos termos do parágrafo único do Art. 416 do Código Civil;

8.4 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013, ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa;

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

O prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua vigência será da assinatura do presente contrato até 31/07/2017.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

10.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

11.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o presente contrato por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

11.2 Receber o(s) produto(s) e/ou serviço(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

11.3 O(s) produto(s) e/ou serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

12.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA;

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 30 de março de 2017.

Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

Arlindo Martinelli  
CPF 594.095.259-24  
COCICER- Cooperativa de Citricultores de Celso Ramos

Agnelo Sandini  
Procurador Geral do Município

Miranda Valdirene da Silva Vieira  
Secretária Municipal da Educação

### **EXTRATO TERMO DE SUSPENSÃO Nº 02 DE PRAZOS AO CONTRATO 028/2016 SMS**

SUSPENSÃO – 02 - CONTRATO N.º 28/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO. DE LAGES/ FUNDO -MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob nº 01.703684/0001-50, estabelecida na Rua Antônio Edu Vieira, Nº646, Bairro Sagrado Coração de Jesus, em Lages/SC CEP: 88.508-300.

O Município de Lages/FMS, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pela Secretária da Saúde, a Senhora Odila Maria Waldrich, resolve SUSPENDER os prazos de Vigência e Execução do contrato 28/2016, decorrente do Processo Licitatório nº 27/2016, correlato à Concorrência nº 01/2016, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário, aberta em 08/08/2016 e homologada em 23/09/2016.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Conclusão da Unidade de Pronto Atendimento – UPA, com fornecimento de material, com projetos arquitetônico, estrutural, hidrosanitário, elétrico, lógica, telefone e preventivo contra incêndio, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato.

Conforme Solicitação de paralização dos prazos do contrato em tela, efetuada pela Secretaria da Saúde Of. 236/SMS/2017, ficam suspensos os Prazos de Execução e Vigência pelo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura deste termo, com fulcro no art. 78, inciso XIV da lei 8.666/93.

Lages, 18 de abril de 2017  
Odila Maria Waldrich  
Secretaria Municipal da Saúde

**RERRATIFICAÇÃO PP 05/2017 SMS**  
RERRATIFICAÇÃO

REF: PREGÃO PRESENCIAL 05/2017 – SMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no edital em comento:

Desconsiderar os subitens 1.2 e 17.9 a 17.13, bem como a exclusividade e a classificação por cotas.

Por consequência, está disponível no site do Município, [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), novo Termo de Referência.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 18 de abril de 2017.

Antônio Cesar Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EXTRATO DO CONTRATO DE ADITIVO 08/2017**

EXTRATO DO CONTRATO DE ADITIVO 08/2017

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 11/2015

VIGÊNCIA: 01/04/2017 VENCTO: 31/03/2018

PROCESSO: 09/2015 PREGÃO PRESENCIAL: 04/2015

OBJETO: Prestação de serviço móvel pessoal – smp.

CONTRATADA: Claro / Sa CNPJ: 40.432.544/0001-47

VALOR TOTAL: Os valores contratados permanecem os mesmos pactuados no contrato original, ou seja, R\$ 14.665,34/Mês (quatorze mil seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta e quatro centavos.)

LAGES SC 17 DE ABRIL DE 2017.

AIDAMAR SEMINOTTI HOFFER - PRESIDENTE

# Laguna

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO DE ELEIÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO DO COMDEMA E PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS

O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, órgão normativo, consultivo e de assessoramento da Prefeitura Municipal de Laguna, nos assuntos referentes à proteção e à preservação ambiental no âmbito municipal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 8º da Lei Municipal nº 0894, de 16 de outubro de 2002, resolve:

Art. 1º - homologar o resultado da eleição realizada no dia 09 de fevereiro de 2017, no biênio 2017-2019.

Art. 2º - conforme ata de Assembleia Geral Ordinária, sob a página 60, registrada no Cartório de Registro Civil, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos da Comarca de Laguna, a nova diretoria será composta por:

Presidente: Carla de Souza Silveira Coelho

Vice – Presidente: Alex da Silva de Bem

Secretária – Executiva: Rosane da Silva Coelho

### PORTARIA Nº 354/2017

PORTARIA RH Nº 354/2017

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, LUIZ AUGUSTO BORGES Psicólogo, do dia 03.04.2017 a 02.05.2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Abril de 2017.

MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO DUARTE

Secretário Municipal

### PORTARIA Nº 366/2017

PORTARIA RH Nº 366/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, IARA PINTO, do cargo de Professor Auxiliar, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 03/04/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Abril de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 367/2017

PORTARIA RH Nº 367/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, BRUNA CAMILO REZENDE, do cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 03/04/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Abril de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 368/2017

PORTARIA RH Nº 368/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

REMOVER, JOSÉ LUIZ SIQUEIRA Motorista, de provimento efetivo, da Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação para a Secretaria de Transportes, Obras, Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, nos termos do Art. 31 da Lei Complementar nº 136/2006, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Abril de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 370/2017

PORTARIA RH Nº 370/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, BIBIANA QUATRIN TIELLET DA SILVA do Cargo de Médico ESF, ANSS 1, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir de 03/04/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 371/2017**

PORTARIA RH Nº 371/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, FERNANDA PEREIRA FLORA, do cargo de Professor de Educação Física, 30 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 05/04/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2017.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 373/2017**

PORTARIA RH Nº 373/2017

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor MARIA HELENA MARTINS, Agente Comunitário, do dia 06.04.2017 a 05.05.2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Abril de 2017.

VALÉRIA OLIVIER ALVES  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 377/2017**

PORTARIA RH Nº 377/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, VALTOIR DUARTE para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Água e Saneamento, DS 3, com lotação na Secretaria de Transportes, Obras, Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Abril de 2017.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 380/2017**

PORTARIA RH Nº 380/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, DANIEL LIMA REBELO, do Cargo de Agente Comunitário na Estratégia Saúde da Família no Bairro Mar Grosso, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir de 05/04/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Abril de 2017.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 382/2017**

PORTARIA RH Nº 382/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, ANDRÉ BRUNEL PAES, do cargo de Assistente de Administração, de provimento efetivo, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Abril de 2017.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 383/2017**

PORTARIA RH Nº 383/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Educação Infantil, lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 03/04/2017, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 02/2016.

- Fernanda Machado Araújo – 20 horas – HAB 030;  
- Gilmara Peixoto Camilo – 20 horas – HAB 300.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Abril de 2017.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 384/2017**

PORTARIA RH Nº 384/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Artes, lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 03/04/2017, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

- Débora dos Santos Florêncio Farias – 20 horas – HAB 100;
- Felipe Eufrásio Martins – 10 horas – HAB 100;
- Isabela Nascimento da Silva – 20 horas – HAB 300.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Abril de 2017.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 385/2017**

PORTARIA RH Nº 385/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

ADMITIR, em caráter temporário BRUNA CAMILO REZENDE para exercer o Cargo de Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 04/04/2017, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 02/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Abril de 2017.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 386/2017**

PORTARIA RH Nº 386/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

ADMITIR, em caráter temporário IARA PINTO para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 04/04/2017, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 02/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Abril de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 387/2017**

PORTARIA RH Nº 387/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor Auxiliar, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 05/04/2017, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 02/2016.

- Elaine de Oliveira Viana – 20 horas – HAB 300;
- Nalu Elias Vieira Mota – 40 horas – HAB 300.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Abril de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 388/2017**

PORTARIA RH Nº 388/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 05/04/2017, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 02/2016.

- Getúlia Jurema Pereira Torquato – 20 horas – HAB 300;
- Mônica Oliveira Bonatto – 20 horas – HAB 300.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Abril de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 389/2017**

PORTARIA RH Nº 389/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, THIAGO SEBASTIÃO LAURINDO do cargo em comissão de Coordenador de Planejamento e Projetos Turísticos, DS 4, com lotação na Secretaria de Turismo, lazer e Comunicação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Abril de 2017.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 390/2017**

PORTARIA RH Nº 390/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR ANTÔNIO AUGUSTO PAQUILIN DOS PASSOS, Assistente de Administração, para responder pela Divisão de Orientação e Controle de Serviços de Guias de Turismo, com lotação na Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação, com efeito a partir de 01/04/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Abril de 2017.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 391/2017**

PORTARIA RH Nº 391/2017

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor ANDREA ANTUNES, Agente Comunitário, do dia 11.04 2017 a 10.05.2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Abril de 2017.

VALÉRIA OLIVIER ALVES  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 392/2017**

PORTARIA RH Nº 392/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, THIAGO SEBASTIÃO LAURINDO para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Comunicação e Publicidade, DS 3, com lotação na Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Abril de 2017.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 394/2017**

PORTARIA RH Nº 394/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e considerando a necessidade de designação do Gestor Local do Programa Brasil Alfabetizado, de acordo com o processo administrativo nº 0125.0002154/2017;

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora DENISE FARIAS MENDES, ocupante do cargo efetivo de Professora de 5º a 8º série, Geografia, como gestora local do Sistema Brasil Alfabetizado (SBA), promovido pelo Ministério da Educação e Cultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Abril de 2017.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 395/2017**

PORTARIA RH Nº 395/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

REMOVER o Servidor WALMECIR JORGE RAMPINELLI, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, de provimento efetivo, da Secretaria de Saúde para a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social, nos termos do Art. 31 da Lei Complementar nº 136/2006, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Abril de 2017.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 397/2017**

PORTARIA RH Nº 397/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, FERNANDO CÂNDIDO MENDONÇA do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Laboratório e Farmácia, DS 3, com lotação na Secretaria de Saúde, partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Abril de 2017.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 398/2017**

PORTARIA RH Nº 398/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR LUANA LUZ SILVA ULIANO do cargo em comissão de Assessor de Presidência, DAF 1, com lotação na Fundação Irmã Vera, a partir desta data

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Abril de 2017.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 400/2017**

PORTARIA RH Nº 400/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, EDSON PRATES para exercer o Cargo de Secretário Adjunto de Assistência Social e Habitação, NE 2, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Abril de 2017.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 401/2017**

PORTARIA RH Nº 401/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, KARISE RODRIGUES AVELINO, do cargo de Professor Auxiliar, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 12/04/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Abril de 2017.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 402/2017**

PORTARIA RH Nº 402/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, ROSANGELA DE SOUZA CUNHA do cargo de Presidente da Fundação Irmã Vera, PF 1, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Abril de 2017.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 075/2017

DECRETO Nº 075/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36 da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, MARIUS RONCHI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor junto a Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Código/Nível DASI 4.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005-2017 - FMS



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 005/2017 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, CONFORME RELACIONADO NO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2017.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de março do ano de 2017, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 002, de 02 de janeiro de 2017, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação, visando o **REGISTRO DE PREÇOS** para eventuais aquisições parceladas de equipamentos de informática e mobiliários para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme relacionado no Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 004/2017.

#### **PAULINÉIA LOTTERMANN REIS ME**

CNPJ: 10.936.352/0001-07

RUA: GUILHERME LUDWIG, Nº 242, BAIRRO ÁREA INDUSTRIAL, CEP 98.958-000, SÃO JOSÉ DO INHACORÁ/RS

#### **JCM COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI**

CNPJ: 26.033.276/0001-60

RUA: CARLOS KIRCH, Nº 115, BAIRRO PASSA VINTE, CEP 88.132-200, PALHOÇA/SC

#### **PERFORM TECNOLOGIA EIRELI EPP**

CNPJ: 21.873.370/0001-03

RUA: DA PRAÇA, Nº 241, BAIRRO CIDADE UNIVERSITÁRIA PEDRA BRANCA, CEP 88.137-086, PALHOÇA/SC

#### **IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME**

CNPJ: 20.081.724/0001-14

RUA: ADERBAL DE OLIVEIRA, Nº 136, BAIRRO CENTRO, CEP 89.170-000, LAURENTINO/SC

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO  
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000  
FONE : 48.3268-1212  
CNPJ: 08.651.832/0001-80  
[gabinete@leobertoleal.sc.gov.br](mailto:gabinete@leobertoleal.sc.gov.br) - [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**OSMAR ORLANDI JUNIOR ME**

CNPJ: 22.417.394/0001-10

RUA: NILO ANASTÁCIO VIEIRA, N° 1950, BAIRRO CENTRO, CEP 88.385-000, PENHA/SC

**RICARDO ANDRÉ PEREIRA ME**

CNPJ: 10.576.962/0001-47

RUA: LEONARDO FRANZEN, N° 21, BAIRRO CENTRO, CEP 88.445-000, LEOBERTO LEAL/SC

**GILMAR SANI ME**

CNPJ: 14.588.459/0001-62

RUA: ANITÁPOLIS, N° 135, BAIRRO CENTRO, CEP 88.450-000, ALFREDO WAGNER/SC

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de equipamentos de informática e mobiliários para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme relacionado no Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial n° 004/2017, a contar da assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a fazer parte para todos os efeitos desta Ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	QT.	UND.	MARCA	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	EMPRESA VENCEDORA
01	Computador Core i3-4160/4GB/500GB/WIN7 PRO + LIC WIN8.	06	UND.	PERFORM	1.135,00	6.810,00	PERFORM TECNOLOGIA EIRELI EPP
02	Monitor – LCD LED, mínimo 15,6", TV monitor, preto, pedestal incluído, dimensões aproximadas, 36x44,5x18,7cm, resolução aproximada de HD (1366x768).	06	UND.	ACER	332,00	1.992,00	OSMAR ORLANDI JUNIOR ME
03	Impressora a laser com as funções de imprimir, copiar e digitalizar, memória de 256 MB, modelo de referencia HP LASER JET PRO M132NW.	06	UND.	HP	1.680,00	10.080,00	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA ME
04	Tablet Android; a) Unidade de Processamento: a.1) Processador com clock mínimo de	20	UND.	SAMSUNG	1.278,00	25.560,00	RICARDO ANDRÉ PEREIRA ME

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO  
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000  
FONE : 48 3268 1212  
CNPJ: 08.651.832/0001-80  
[gabinete@leobertoleal.sc.gov.br](mailto:gabinete@leobertoleal.sc.gov.br) – [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

<p>1,3 GHz com no mínimo quatro núcleos e 2M L2 cache;</p> <p>a.2) Capaz de executar arquivos de áudio e vídeo;</p> <p>a.3) As funções de decodificação de áudio e vídeo devem ser aceleradas por hardware;</p> <p>a.4) Possuir decodificação por hardware para pelo menos os seguintes formatos: H263 e MPEG4;</p> <p>a.5) Obter índice de desempenho igual ou superior a 130 pontos no "Performance test" e 80 pontos no "UX test" – "User Experience" medido pelo software MobileXPRT 2013 da Principle Technologies <a href="http://principledtechnologies.com/benchmarkxpert/mobilexpert/">http://principledtechnologies.com/benchmarkxpert/mobilexpert/</a> obtido através da execução da opção "All Tests", obedecendo o seguinte procedimento:</p> <p>i) Instalar o software MobileXPRT a partir do Google Play.</p> <p>ii) Desconectar o Tablet do carregador para execução somente na bateria.</p> <p>iii) Reiniciar o Tablet.</p> <p>iv) Clicar no ícone "MobileXPRT" e selecionar "All Tests".</p> <p>b) Memória Ram:</p> <p>b.1) Mínimo de 1 GB (um gigabyte) de baixo consumo (DDR3L 1066MHz);</p> <p>c) Tela:</p> <p>c.1) Tela colorida e construída com tecnologia LCD ou LED, com retro iluminação e com tamanho mínimo de 09 (nove) e máximo de 10.1 (dez ponto um) polegadas;</p> <p>c.2) Multitoque de no mínimo 5 pontos (capacitiva);</p> <p>c.3) Possuir contraste mínimo de 300:1;</p> <p>c.4) Resolução mínima: 1280x800.</p> <p>d) Armazenamento:</p> <p>d.1) Interno do tipo flash/eMMC; mais específica e maior qualidade;</p> <p>d.2) Capacidade mínima de 16 GB (dezesseis gigabytes) de armazenamento interno;</p> <p>d.3) Possuir Slot para cartão de memória padrão MicroSD para expansão do armazenamento interno, compatível com cartões de até 64 GB (sessenta e quatro gigabytes).</p> <p>e) Conectividade:</p> <p>e.1) Wi-Fi padrão IEEE 802.11 b/g/n, integrado (interno) ao equipamento;</p> <p>e.2) Modem interno com suporte a redes 3G (no mínimo dual-band 2100MHz e 850MHz) e 2G (quad-band 850MHz, 900MHz, 1.800MHz e 1.900MHz) habilitado para funcionamento nas frequências do</p>						
--	--	--	--	--	--	--

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO  
 LEOBERTO LEAL - SC – CEP: 88.445-000  
 FONE : 48 3268 1212  
 CNPJ: 08.651.832/0001-80  
[gabinete@leobertoal.sc.gov.br](mailto:gabinete@leobertoal.sc.gov.br) – [www.leobertoal.sc.gov.br](http://www.leobertoal.sc.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

<p>sistema brasileiro de comunicação móvel, desbloqueado para todas as operadoras;</p> <p>e.3) Bluetooth versão 4.0 ou superior, integrado (interno) ao equipamento;</p> <p>e.4) Sistema de GPS integrado (interno) com antena interna.</p> <p>f) Interfaces:</p> <p>f.1) Microfone e alto-falante integrados ao gabinete;</p> <p>f.2) Saída para fone de ouvidos para conectar padrão P2 de 3,5mm e com 03 (três) pontos de contato (terra, áudio direito e esquerdo);</p> <p>f.3) Porta micro-USB padrão 2.0;</p> <p>f.4) Permitir conexão de vídeo externo através de porta micro/mini HDMI.</p> <p>g) Câmera Frontal e Traseira:</p> <p>g.1) Integrada ao equipamento;</p> <p>g.2) Câmera traseira com resolução mínima de 05MP (cinco megapixels), possuir ajuste de foco automático e zoom digital;</p> <p>g.3) Câmera frontal com resolução mínima 1.2 MP (um ponto dois megapixels);</p> <p>g.4) Ambas as câmeras devem permitir filmar e tirar fotos.</p> <p>h) Bateria:</p> <p>h.1) Interna e recarregável;</p> <p>h.2) Lítio-ion ou polímero de lítio;</p> <p>h.3) Vida útil: pelo menos 250 (duzentos e cinquenta) ciclos de carga/descarga com capacidade de carga igual a 80% da original ao final deste tempo;</p> <p>h.4) Capacidade mínima de bateria: 6000 mA/h (seis mil miliampères hora);</p> <p>h.5) Tempo de recarga: máximo de 04 (quatro) horas. Permitir que o Tablet seja utilizado enquanto a bateria estiver carregando;</p> <p>h.6) Possuir pelo menos os seguintes mecanismos de segurança;</p> <p>i) Circuito para interromper a conexão da bateria em casos de sobrecorrente e sobrecarga;</p> <p>ii) Com carregador conectado à energia, o tablet deve poder ser deixado conectado ao carregador, mesmo após a carga total da bateria, sem riscos de sobreaquecimento ou acidentes decorrentes de sobrecarga.</p> <p>j) Gabinete:</p> <p>i.1) O gabinete não poderá apresentar saliências, pontas ou estruturas externas perfurantes ou cortantes;</p> <p>i.2) Deve possuir teclas para controle de volume do som;</p> <p>i.3) Peso máximo com bateria de 760g (setecentos e sessenta gramas);</p>						
--	--	--	--	--	--	--

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO  
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000  
FONE : 48 3268 1212  
CNPJ: 08.651.832/0001-80  
[gabinete@leobertoal.sc.gov.br](mailto:gabinete@leobertoal.sc.gov.br) - [www.leobertoal.sc.gov.br](http://www.leobertoal.sc.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

	<p>i.4) Deve possuir proteção contra água e poeira de acordo com a classificação IP52.</p> <p>j) Funcionalidades:</p> <p>j.1) Possuir acelerômetro;</p> <p>j.2) Funcionar como "USB Mass Storage";</p> <p>j.3) Sensor de luz ambiente com capacidade para ajuste automático do brilho da tela;</p> <p>j.4) Permitir a mudança da orientação da tela e o bloqueio da posição;</p> <p>j.5) Recursos de vídeo;</p> <p>i) Gravação com resolução de pelo menos 640x480. Esta exigência somente se aplica à câmera traseira;</p> <p>ii) Formatos mínimos de reprodução: H.263, H.264 e MPEG-4.</p> <p>k) Sistema Operacional:</p> <p>k.1) Sistema operacional: Android 4.4 português ou versão superior em português;</p> <p>k.2) Suporte a configuração de proxy para rede WiFi. Este suporte deve ser integrado à aplicação de configuração de rede sem fio e sem a necessidade de aplicativos ou softwares extras;</p> <p>k.3) Aplicações: agenda, calendário, relógio com horário mundial, alarme, calculadora, cronômetro;</p> <p>k.4) Permitir a decodificação dos seguintes formatos de arquivos;</p> <p>i) mp3;</p> <p>ii) 3gp (AMR, AAC, H263, H264 e MPEG4);</p> <p>iii) mp4 (AAC e H264);</p> <p>iv) ogg (Vorbis áudio);</p> <p>v) wav (PCM).</p> <p>l) Segurança:</p> <p>I.1) Permitir a implementação de solução anti-robô, sem custos adicionais;</p> <p>I.2) Usar tecnologia TPM (Trusted Platform Module);</p> <p>I.3) Permitir a implementação anti-malware sem custos adicionais;</p>						
05	Armário 2 portas, padrão 15mm, 5 prateleiras com chaves, na cor bege.	08	UND.	SANI MÓVEIS	185,00	1.480,00	GILMAR SANI ME
06	Mesa 120x60 com pé de ferro, padrão 15mm, na cor bege.	08	UND.	SANI MÓVEIS	95,00	760,00	GILMAR SANI ME
07	Mesa de reunião oval, padrão 15mm, na cor bege, medindo 190x80 com pé de ferro.	08	UND.	SANI MÓVEIS	168,00	1.344,00	GILMAR SANI ME
08	Gaveteiro fixo com 2 gavetas, padrão 15mm, na cor bege.	08	UND.	SANI MÓVEIS	59,00	472,00	GILMAR SANI ME
09	Cadeiras fixas aproximação executiva pé em "S" sem apoio de braço, em tecido ou vinil, cor a escolher.	10	UND.	MARIA HELENA	109,90	1.099,00	JCM COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI ME
10	Cadeiras fixas aproximação diretor pé em "S" com apoio de braço, em tecido ou vinil, cor a escolher.	10	UND.	REIFLEX	155,00	1.550,00	PAULINEIA LOTTERMANN REIS ME
<b>TOTAL</b>						51.147,00	

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO  
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000  
FONE : 48 3268 1212  
CNPJ: 08.651.832/0001-80  
[gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br](mailto:gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br) - [www.leobertoaleal.sc.gov.br](http://www.leobertoaleal.sc.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

**Parágrafo Único:** Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

RUA MAINOLVO LEHMKÜHL 20 - CENTRO  
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000  
FONE : 48 3268 1212  
CNPJ: 08.651.832/0001-80  
[gabinete@leobertoal.sc.gov.br](mailto:gabinete@leobertoal.sc.gov.br) - [www.leobertoal.sc.gov.br](http://www.leobertoal.sc.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO  
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000  
FONE : 48 3268 1212  
CNPJ: 08.651.832/0001-80  
[gabinete@leobertoal.sc.gov.br](mailto:gabinete@leobertoal.sc.gov.br) - [www.leobertoal.sc.gov.br](http://www.leobertoal.sc.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO  
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000  
FONE : 48 3268 1212  
CNPJ: 08.651.832/0001-80  
[gabinete@leobertoleal.sc.gov.br](mailto:gabinete@leobertoleal.sc.gov.br) - [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 12:30hs às 18:30hs, estando estes, especificados na “AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS”.

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais ate os locais designados.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na “AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS”;

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO  
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000  
FONE : 48 3268 1212  
CNPJ: 08.651.832/0001-80  
[gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br](mailto:gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br) - [www.leobertoaleal.sc.gov.br](http://www.leobertoaleal.sc.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.034.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0064 (13) – Cofinanciamento da Atenção Básica – Estado

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 23 de março de 2017.

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO  
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000  
FONE : 48 3268 1212  
CNPJ: 08.651.832/0001-80  
[gabinete@leobertoal.sc.gov.br](mailto:gabinete@leobertoal.sc.gov.br) - [www.leobertoal.sc.gov.br](http://www.leobertoal.sc.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN**  
Pregoeira Municipal

**ALINE KRAUS**  
Membro

**MAYARA CARLA GUCHERT**  
Membro

**PAULINÉIA LOTTERMANN REIS ME**  
Empresa Vencedora

**JCM COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI**  
Empresa Vencedora

**PERFORM TECNOLOGIA EIRELI EPP**  
Empresa Vencedora

**IMP. DO PAPEL COM. DE PAPÉIS LTDA ME**  
Empresa Vencedora

**OSMAR ORLANDI JUNIOR ME**  
Empresa Vencedora

**RICARDO ANDRÉ PEREIRA ME**  
Empresa Vencedora

**GILMAR SANI ME**  
Empresa Vencedora

**TESTEMUNHAS:**

**1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES**  
CPF: 017.410.949-09

**2- LIZANDRO KREUSCH**  
CPF: 023.728.959-82

**VISTO:**

**ASSESSOR JURÍDICO**

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO  
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000  
FONE : 48 3268 1212  
CNPJ: 08.651.832/0001-80  
[gabinete@leobertoal.sc.gov.br](mailto:gabinete@leobertoal.sc.gov.br) - [www.leobertoal.sc.gov.br](http://www.leobertoal.sc.gov.br)

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006-2017 - FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2017 – FMS.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017-FMS, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS PERMANENTES A SEREM UTILIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2017.

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de março do ano de 2017, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 002, de 02 de janeiro de 2017, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de expediente e materiais permanentes a serem utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, que acompanha este edital.

JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI ME

CNPJ: 13.965.228/0001-68

AVENIDA 24 DE OUTUBRO, Nº 930, CENTRO, CEP: 88.680-000, BOM RETIRO/SC

PERFORMACE COMÉRCIO &amp; SERVIÇOS EIRELI ME

CNPJ: 26.682.219/0001-01

RUA CARIBE, Nº 99, VELHA CENTRAL, CEP: 89.046-635, BLUMENAU/SC

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI ME

CNPJ: 12.667.876/0001-75

RUA PEREIRA DE OLIVEIRA, Nº 85, VELHA, CEP: 89.036-350, BLUMENAU/SC

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de materiais de expediente e materiais permanentes a serem utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 005/2017, a contar da assinatura da presente ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND.	QT.	MARCA	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	EMPRESA VENCEDORA
1	Caneta esferográfica cristal, tinta azul, corpo redondo, revestida com borracha macia no local de apoio dos dedos, similar super grip, escrita 1,0mm. Prazo de validade indeterminado. Troca garantida em qualquer caso de irregularidade, com exceção do desgaste natural pelo uso. Caixa com 50 unidades. Com selo do INMETRO impresso na caixa comprovando a sua qualidade.	CX	10	FABER CASTEL	57,00	570,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
2	Caneta fluorescente, marca texto amarelo, com ponta de poliéster, traços de até 4mm, com fixação sobre tinta esferográfica, hidrográfica, lápis e textos impressos.	UN	30	JOCAR	1,87	56,10	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
3	Corretivo líquido a base de água, sem odor, não tóxico, secagem rápida, não prejudicial ao meio ambiente. Frasco com 20ml.	UN	20	JOCAR	1,59	31,80	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
4	Envelope papel 11x23cm (com variação máxima de 1cm), branco ofício.	UN	1500	CELUCAT	0,25	375,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
5	Envelope papel 22x16cm, +/- 1cm tipo saco, amarelo, tamanho pequeno.	UN	1500	CELUCAT	0,28	420,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
6	Envelope papel 34x24cm, +/- 1cm, tipo saco, amarelo tamanho médio.	UN	1000	CELUCAT	0,47	470,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
7	Extrator de grampo inox, tipo espátula, comprimento 15cm, acondicionado em caixa.	UN	10	NEW	2,27	22,70	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.

8	Grampeador grande base mínima de 14cm, mínimo para 25 folhas. Modelo referência: C15.	UN	10	JOCAR	31,90	319,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
9	Índice telefônico comercial, capa dura, costurado grande, com 96 folhas.	UN	05	VMP	29,00	145,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
10	Livro Ata escritório, com 50 folhas numeradas, com capa dura, resistente e preta, com visor de identificação na capa da frente.	UN	15	VMP	16,90	253,50	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
11	Pincel para quadro branco recarregável, ponta de acrílico, refil de 5,5ml – 05 preto, 05 vermelho, 05 verde e 05 azul.	UN	20	JOCAR	7,35	147,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
12	CD–RW 700mb/80 min, velocidade 1x52, tubo printable de alta qualidade. Com 50 unidades.	TB	02	MAXPRINT	165,50	331,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
13	CD-R 700mb/80 min, velocidade 1x52, tubo printable de alta qualidade. Com 50 unidades.	TB	02	MAXPRINT	58,50	117,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
14	Papel A4, tamanho 210x297mm, com gramatura 75gr, ISO 9001 e ISO 14001. Certificação do INMETRO.	RESMA	1500	BOREAL	14,38	21,570,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
15	Pasta com elástico, transparente, cristal, escritório, 2cm de lombada.	UN	40	ALAPLAST	2,18	87,20	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
16	Pasta com elástico, transparente, cristal, escritório, 4cm de lombada.	UN	20	ALAPLAST	3,00	60,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
17	Pasta AZ, cor preta, lombo largo, 8cm de lombada, compressor niquelado, visor plástico na lombada, proteção de alumínio na base inferior.	UN	60	FRAMA	14,60	876,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
18	Régua em acrílico rígido, transparente, espessura mínima de 3mm, comprimento 30cm.	UN	20	WALEO	1,04	20,80	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
19	Tesoura ponta fina, material aço inoxidável, ponta arredondada, tamanho mínimo 13,5cm, cor preta, com certificação do INMETRO.	UN	10	JOCAR	2,73	27,30	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
20	PAPEL CONTACT, laminado de PVC autoadesivo, protegido no verso por papel siliconado. Rolo com 45x25mts, gramatura 60grs.	ROLO	05	INFO-TRACT	71,99	359,95	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
21	DVD virgem 4.7GB/2h/52x, acondicionado em embalagem lacrada pelo fabricante.	UN	20	MAXPRINT	1,95	39,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
22	Apagador para quadro branco com estojo duplo para canetas, corpo plástico e feltro, design ergonômico e de fácil manuseio, cor fumê ou azul, tamanho aproximado de 18cm de comprimento por 6,5cm de largura.	UN	10	JOCAR	5,71	57,10	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
23	Estilete largo de corpo, totalmente de metal, lâmina de 18cm.	UN	05	JOCAR	4,60	23,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
24	Capa de processo preta, escritório, material de PVC, pacote com 50 unidades.	PCT	20	ALAPLAST	33,00	660,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
25	Capa de processo transparente, cristal, escritório, material PVC, pacote com 50 unidades.	PCT	20	ALAPLAST	33,00	660,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
26	Etiqueta adesiva A4, cor branca, folha com 20 etiquetas, caixa com 25 folhas.	CX	10	VMP	58,50	585,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
27	Livro Ata escritório, com 200 folhas numeradas, capa preta com visor de identificação na capa da frente.	UN	10	VMP	19,20	192,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
28	Porta lápis/clips/cartão, cristal, tubos redondos.	UN	05	NOVACRIL	12,50	62,50	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
29	Prendedor de papel 19mm, caixa com 12 unidades.	CX	10	BRW	4,30	43,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.

30	Prendedor de papel 32mm, caixa com 12 unidades.	CX	10	BRW	10,00	100,00	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
31	Caixa para correspondência com 3 bandejas, em acrílico, com suporte de base metal, com arrebites de alumínio.	UN	05	NOVACRIL	56,40	282,00	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
32	Fita adesiva transparente medindo 12x65mts.	RL	10	EUROCEL	1,80	18,00	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
33	Fita adesiva transparente medindo 45x45mts.	RL	10	EUROCEL	3,80	38,00	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
34	Cola bastão 40 gramas, não tóxico, composição: água, álcool polivilico, ácido estérico, hidróxido de sódio e ácido.	UN	10	LEO E LEO	2,90	29,00	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
35	Perfurador de papel metálico, com 02 furos para 50 folhas, tamanho médio, com mageador plástico.	UN	10	MAKE	85,00	850,00	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
36	Pendrive 8GB.	UN	10	MAXPRINT	35,98	359,80	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
37	Pasta suspensa marmorizada, plastificada, com arame de metal e haste de suporte plástico, matéria prima papel marmorizado plastificado, gramatura mínima 336gr.	UN	100	TIMPEL	2,47	247,00	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
38	Prancheta ofício em acrílico com prendedor de aço inox.	UN	05	NOVACRIL	11,00	55,00	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
39	Grampo trilho de metal, com 50 grampos galvanizados.	CX	50	BRW	9,30	465,00	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
40	Clips em aço carbono tamanho 2/0, caixa 500 unidades.	CX	10	NEW	9,90	99,00	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
41	Clips em aço carbono tamanho 3/0, caixa 500 unidades.	CX	10	NEW	9,90	99,00	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
42	Clips em aço carbono tamanho 8/0, caixa 500 unidades.	CX	05	NEW	9,90	49,50	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
43	Livro de protocolo 104 folhas, meio ofício.	UN	20	VMP	11,27	225,40	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
44	Grampo para grampeador / 26 / 6 caixas com 5.000 unidades galvanizados.	CX	20	BACHI	4,00	80,00	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
45	Apontador metálico com depósito 7ml, na cor verde, fabricação com metal de alta resistência, lâmina de aço com parafuso para prender a lâmina, corpo de plástico não recicado, com gravação da marca no corpo do produto.	UN	10	LEO E LEO	3,50	35,00	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
46	Cola branca líquida 40grs, lavável e não tóxica, composição: resina vinílica, tenso ativos, plastificantes e conservantes, (CRQ do responsável), validade mínima de 24 meses após a entrega, com 12 unidades.	CAIXA	02	PIRATININGA	10,00	20,00	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
47	Borracha branca macia nº 40, composição: borracha natural e estireno butadieno, caixa com 40 unidades.	CAIXA	01	REDBOR	11,00	11,00	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
48	Lápis preto HB Nº 2, hexagonal, composição: lápis, grafite, madeira e carga inerte, certificação do INMETRO, caixa com 72 unidades.	CAIXA	05	LABRA	70,70	353,50	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
49	Tinta para carimbo de cor preta, 42ml.	UN	05	JOCAR	4,38	21,90	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
50	Almofada para carimbo, azul, nº 3, com tampa de metal, medida: 6.7x11.0cm.	UN	05	JOCAR	5,20	26,00	PERFORMANCE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.

51	Perfurador de papel, com capacidade para furar 70 folhas, com régua de escala de metal, cor preta, garantia de 05 anos.	UN	03	CAVIA	132,50	397,50	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
52	Grampo para grampeador 23/13, caixas com 5.000 unidades.	CX	10	BACHI	9,01	90,10	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
53	Quadro de alumínio branco, tamanho 70x100, bordas arredondadas e base de alumínio.	UN	05	BELLA	161,30	806,50	BLU DISTR. DE PAPELARIA EIRELI ME.
54	Quadro de alumínio branco, tamanho 0.90x140, bordas arredondadas e base de alumínio.	UN	05	BELLA	190,00	950,00	BLU DISTR. DE PAPELARIA EIRELI ME.
55	Caixa para arquivo morto de papelão 450gr, comprimento 35cm, largura 13cm, altura 24,5cm, papelão não reciclado.	CX	150	DELCRIS	2,70	405,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
56	Espiral para encadernação, preto, 0,7mm, não reciclado, pacote com 100 unidades.	PCT	10	MARES	17,32	173,20	JLM DISTR. BR EIRELI ME.
57	Espiral para encadernação, preto, 12mm, não reciclado, pacote com 100 unidades.	PCT	10	MARES	21,28	212,80	JLM DISTR. BR EIRELI ME.
59	Calculadora grande de mesa, com 12 dígitos e visor grande, 4 operações, memória, porcentagem, raiz quadrada, arredondamento, ponto flutuante, gran total, margem bruta(gpm), desligamento automático, inversão de sinal, visor com inclinação gradual, energia solar e bateria. dimensões aproximadas 17,5x12,5cm. Garantia mínima de 06 meses.	UN	10	MJ	22,80	228,00	BLU DISTR. DE PAPELARIA EIRELI ME.
60	Livro ponto ofício, com 100 folhas numeradas, com capa dura.	UN	10	VMP	15,15	151,50	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
61	Caneta esferográfica cristal, tinta vermelha, corpo redondo, revestida com borracha macia no local de apoio dos dedos, similar super grip, escrita 1,0mm. Prazo de validade indeterminado. Troca garantida em qualquer caso de irregularidade, com exceção do desgaste natural pelo uso. Caixa com 50 unidades. Com selo do INMETRO impresso na caixa comprovando a sua qualidade.	CX	02	FABER CASTEL	57,00	114,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
62	Pasta catálogo com 100 envelopes de plástico, formato A4, dimensões aproximadas 27,0x32,0cm.	PCT	05	ALAPLAST	19,00	95,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
					TOTAL R\$	35.668,65	

#### CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

#### CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços.

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços.

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

- b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;
- c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;
- d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;
- e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;
- f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 12:30hs às 18:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.015.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS

05.01.10.301.0006.2.016.3.3.90.00.00.00.00.01.0064 – Atenção Básica – Comp. Piso de Atenção Básica Variável

05.01.10.301.0006.2.047.3.3.90.00.00.00.00.01.0064 – Atenção Básica – Comp. Piso de Atenção Básica Fixo

05.01.10.301.0006.2.053.3.3.90.00.00.00.00.01.0167 – Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF Estado

05.01.10.301.0006.2.059.3.3.90.00.00.00.00.01.0064 – Funcionamento e Manutenção do PMAQ

05.01.10.301.0006.2.034.3.3.90.00.00.00.00.01.0064 – Cofinanciamento da Atenção Básica - Estado

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as

condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 03 de abril de 2017.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

BLU DISTR. DE PAPELARIA EIRELI ME  
EMPRESA VENCEDORA

JLM DISTR. BR EIRELI ME  
EMPRESA VENCEDORA

PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME  
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2017 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017, PARA EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES, PROCEDIMENTOS E CONSULTAS MÉDICAS PARA O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2017.

Aos 10 (dez) dias do mês de abril do ano de 2017, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 002/2017, de 02 de janeiro de 2017, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços para a realização de exames, procedimentos e consultas médicas para o Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 006/2017.

CLÍNICA MÉDICA PADRE ALFONS SS LTDA ME  
CNPJ: 02.451.014/0001-57  
RUA: RUI BARBOSA, Nº 134, CEP: 88.450-000, CENTRO, ALFREDO WAGNER/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais prestações de serviços para a realização de exames, procedimentos e consultas médicas para o Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que acompanha este edital, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

A proponente registrada para os Lotes cotados é a seguinte:

LOTE I – SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES, PROCEDIMENTOS E CONSULTAS MÉDICAS.

ITEM	QTDA	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
01	20	CAUTERIZAÇÃO	150,00	3.000,00	CLÍNICA MÉDICA PADRE ALFONS SS LTDA ME
02	70	PEQUENA CIRÚRGIA	130,00	9.100,00	CLÍNICA MÉDICA PADRE ALFONS SS LTDA ME
03	50	ENDOSCOPIA	160,00	8.000,00	CLÍNICA MÉDICA PADRE ALFONS SS LTDA ME

04	15	CONSULTA COM ESPECIALISTA (ORTOPEDIA, PEDIATRIA E GINECOLOGIA)	96,00	1.440,00	CLÍNICA MÉDICA PADRE ALFONS SS LTDA ME
05	30	USG DE MAMAS	90,00	2.700,00	CLÍNICA MÉDICA PADRE ALFONS SS LTDA ME
06	200	USG GERAL	80,00	16.000,00	CLÍNICA MÉDICA PADRE ALFONS SS LTDA ME
VALOR				R\$ 40.240,00	

**LOTE II – CONSULTA CLÍNICA MÉDICA.**

ITEM	QTDA	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
07	1850	CONSULTA CLÍNICA MÉDICA NO CENTRO DE SAÚDE SANTA PAULINA, UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SANTA EDWIGES E UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NOSSA SENHORA APARECIDA	52,00	96.200,00	CLÍNICA MÉDICA PADRE ALFONS SS LTDA ME
VALOR				R\$ 96.200,00	

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

A prestação dos serviços, cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do serviço;
- c) Descrição do serviço;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após prestação dos serviços e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ão) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 17:00hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.015.3.3.90.39.50.00.00.00.01.0002 (4) Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

05.01.10.301.0006.2.047.3.3.90.39.50.00.00.00.01.0064 (16) Atenção Básica – Comp. Piso de Atenção Básica Fixo – PAB Fixo

05.01.10.301.0006.2.051.3.3.90.39.50.00.00.00.01.0065 (17) Atenção de Média e Alta Complexidade - MAC

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata de Registro de Preços ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 11 de abril de 2017.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
Pregoeira Municipal

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
Membro	Membro

CLÍNICA MÉDICA PADRE ALFONS SS LTDA ME  
Empresa Vencedora

**TESTEMUNHAS:**

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 023.728.959-82

**VISTO:**

ASSESSOR JURÍDICO

# ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017 - PMLL

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017, para eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, Processo Licitatório nº 014/ 2017.

Aos 13 (treze) dias do mês de março do ano de 2017, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 002/17, de 02 de janeiro de 2017, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 010/2017.

INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME  
CNPJ: 83.454.553/0001-41  
AVENIDA BEIRA RIO, Nº 123, CENTRO, CEP: 88.450-000, ALFREDO WAGNER/SC

BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME  
CNPJ: 07.809.987/0001-39  
RODOVIA OSVALDO REIS, Nº 2835, SALA 04, BAIRRO NOSSA SENHORA DE GUADALUPE, CEP: 88.306-002, ITAJAÍ

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 010/2017, a contar da assinatura da presente Ata.

### CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

### CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os lotes cotados são as seguintes:

#### LOTE I – PEÇAS PARA ÔNIBUS MERCEDEZ BENZ COMIL.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 180.000,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

#### LOTE II - PEÇAS PARA KOMBI.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 492.940,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

#### LOTE III - PEÇAS PARA CAMINHÕES MB 1518 E MB 2318.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 217.000,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

#### LOTE IV - PEÇAS PARA PATROLA HW130.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 94.100,00	BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME

#### LOTE V - PEÇAS PARA CAMINHÃO BASCULANTE FORD F-12000.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 83.500,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

#### LOTE VI - PEÇAS PARA TRATOR VALMET VALTRA 4X4.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 363.800,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

#### LOTE VII - PEÇAS PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580L E 580M.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 155.000,00	BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME

#### LOTE VIII – PEÇAS PARA CARREGADEIRA 621B.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 149.000,00	BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME

#### LOTE IX – PEÇAS PARA CAMINHÕES MB 1113.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 326.200,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

#### LOTE X - PEÇAS PARA OS VEÍCULOS SAVEIRO 1.6 FLEXPPOWER.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 104.800,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

#### LOTE XI - PEÇAS PARA AUTOMÓVEL UNO MILLE PLACA MAC 9499 E MCD 3552 .

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 71.000,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

#### LOTE XII - PEÇAS PARA CAMINHÃO BASCULANTE VOLVO.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 172.800,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

#### LOTE XIII - PEÇAS PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C ANO 2012.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 109.500,00	BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME

#### LOTE XIV - PEÇAS PARA RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 110 ANO 2011.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 98.500,00	BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME

#### LOTE XV - PEÇAS PARA PATROLA VOLVO 930G ANO 2012.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 54.000,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE XVI - PEÇAS PARA O VEÍCULO FIAT LINEA MKM 1751.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 24.000,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE XVII – PEÇAS PARA CARREGADEIRA W20B.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 74.300,00	BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME

LOTE XVIII - PEÇAS PARA ÔNIBUS VW 15.190.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 118.000,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE XIX - PEÇAS PARA MICROÔNIBUS VOLARE W6.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 121.000,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE XX – PEÇAS PARA O VEÍCULO CORSA CLASSIC LS CHEVROLET PLACA MLU-8586 ANO 2013.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 22.000,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE XXI – PEÇAS PARA O MICROÔNIBUS FORD TRANSIT L BUS PLACA MLX-0495/MLX-0565/MLX-0515 ANO 2013 .

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 163.000,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE XXII - PEÇAS PARA O MICROÔNIBUS IVECO PLACA MLU 8586 ANO 2013.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 151.000,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE XXIII - PEÇAS PARA O TRATOR NEW HOLLAND L85 ANO 2012.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 235.000,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE XXIV - PEÇAS PARA O VEÍCULO MERCEDES-BENZ SPRINTER-2014-2015

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 84.500,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE XXV - PEÇAS PARA MICROÔNIBUS VOLARE V8L - 2014

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
-------	-------------------

R\$ 128.500,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME
----------------	--

LOTE XXVI – PEÇAS PARA A ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO 140C

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 23.050,00	BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME

LOTE XXVII - MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 9.350,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

LOTE XXVIII - MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 29.950,00	INCOFERRO IND. E COM. DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata

de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 12:30hs às 18:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na

## "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

## CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022.000108 – Transferências de Convênios – Educação

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058.000000 – Salário Educação

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061.000000 – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022.000109 - Transferências de Convênios – Educação

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061.000000 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE

Apoio ao Transporte de Alunos Universitários - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061.000000 – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE

Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Bloco de Financiamento – Gestão IGD PBF/SUAS – 3.3.90.00.00.0

0.00.00.00.01.0063.000308 – Bolsa Família

Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários  
Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0016.000000 – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE

Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0024.000000 – Transferências de Convênios

Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0044.000000 – Fundo Especial do Petróleo

Funcionamento e Manutenção da SAMA – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000

## CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 14 de março de 2017.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PRÉGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO
INCOFERRO IND. E COM. DE FERTILIZANTES AGRÍCOLAS LTDA ME	BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA	EMPRESA VENCEDORA

## TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES CPF: 017.410.949-09 2- LIZANDRO KREUSCH CPF: 023.728.959-82

## VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2017 - PMLL**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2017 – PMLL.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MOBILIÁRIOS E AR CONDICIONADO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DE LEOBERTO LEAL, CONFORME RELACIONADO NO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2017.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março do ano de 2017, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 002/2017, de 02 de janeiro de 2017, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de mobiliários e ar condicionado para a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto de Leoberto Leal, conforme relacionado no Anexo I, que faz parte integrante do Pregão Presencial nº 012/2017.

JCM COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI

CNPJ: 26.033.276/0001-60

RUA: CARLOS KIRCH, Nº 115, BAIRRO PASSA VINTE, CEP 88.132-200, PALHOÇA/SC

GILMAR SANI ME

CNPJ: 14.588.459/0001-62

RUA: ANITÁPOLIS, Nº 135, BAIRRO CENTRO, CEP 88.450-000, ALFREDO WAGNER/SC

JHONATAN BAGATOLI ME

CNPJ: 22.992.632/0001-11

AVENIDA JUSCELINO K. DE OLIVEIRA, Nº 117, BAIRRO SEMINÁRIO, CEP 89.190-000, TAIÓ/SC

CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME

CNPJ: 17.848.143/0001-50

RUA: DOM PEDRO II, Nº 117, BAIRRO CANOAS, CEP 89.164-102, RIO DO SUL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, para eventuais aquisições parceladas de mobiliários e ar condicionado para a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto de Leoberto Leal, conforme relacionado no Anexo I, que faz parte integrante do Pregão Presencial nº 012/2017, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

ITEM	QTD.	UND.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	PREÇO UNT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	EMPRESA VENCEDORA
01	15	UND.	Cadeira secretária giratória, estofada, com rodinhas, apoio de braço, encosto e assento com espuma injetada de alta intensidade e pistão a gás. Cor preta.	Maria Helena	114,00	1.710,00	JCM COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI
02	06	UND.	Estante de aço 300x920x30 prof. Ch 26 com 6 prateleiras. Cor cinza.	Lunasa	180,00	1.080,00	JHONATAN BAGATOLI ME
03	01	UND.	Mesa de reunião MDF retang. 0,90x2,50 metros. Cor cinza.	Maria Helena	386,00	386,00	JCM COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI
04	01	UND.	Mesa de reunião MDF retang. 0,90x3,00 metros. Cor cinza.	Sani Móveis	458,00	458,00	GILMAR SANI ME
05	02	UND.	Mesa de refeitório infantil 50x30x1,20 metros – 10 lugares, cor branco, com banco escamoteável.	Sani Móveis	980,00	1.960,00	GILMAR SANI ME
06	02	UND.	Mesa de refeitório infantil 50x30x1,20 metros – 10 lugares, cor branco, com banco simples.	Sani Móveis	864,00	1.728,00	GILMAR SANI ME
07	04	UND.	Mesa com 4 cadeiras coloridas infantil em MDF e madeira. Medida da mesa 60x60x55cm e cadeiras 60x30,5x26cm.	Rubim	510,00	2.040,00	JHONATAN BAGATOLI ME
08	02	UND.	Mesa oitavada com 8 cadeiras de madeira coloridas infantil. Medida da mesa 104x104x56,5cm e cadeiras 60x30,5x26cm.	Reiflex	964,00	1.928,00	JHONATAN BAGATOLI ME
09	03	UND.	Prateleira colorida madeira e MDF. Montada mede: 60x25,5x106cm.	Maria Helena	314,20	942,60	JCM COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI

11	04	UND.	Aparelho de Ar condicionado, tipo split, ciclo reverso, quente e frio, 18.000 BTUS, 220W, com função sleep, timer, turbo, desumidificador e ventilação. Selo de eficiência energética A. Controle de ventilação: Alto, médio e automático na vertical e horizontal (flaps). Mínimo 24 meses de garantia. Colocado e instalado em local a ser definido pela Secretaria.	Elgin	2.485,00	9.940,00	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME
12	01	UND.	Aparelho de Ar condicionado, tipo split, ciclo reverso, quente e frio, 24.000 BTUS, 220W, com função sleep, timer, turbo, desumidificador e ventilação. Selo de eficiência energética A. Controle de ventilação: Alto, médio e automático na vertical e horizontal (flaps). Mínimo 24 meses de garantia. Colocado e instalado em local a ser definido pela Secretaria.	Elgin	3.980,00	3.980,00	CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME

#### CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produtos(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Fornecimento conterà sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

#### CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s)

produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 12:30hs às 18:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

04.01.12.361.0004.2.004.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação - EF

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 29 de março de 2017.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PRÉGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO
JCM COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI	GILMAR SANI ME
EMPRESA VENCEDORA	EMPRESA VENCEDORA
JHONATAN BAGATOLI ME	CLIMAR ELETRO REFRIG. EIRELI ME
EMPRESA VENCEDORA	EMPRESA VENCEDORA

**TESTEMUNHAS:**

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2017 - PMLL**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2017 – PMLL.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017 - PMLL, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS PERMANENTES PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2017.

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de março do ano de 2017, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 002/2017, de 02 de janeiro de 2017, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de expediente e materiais permanentes para uso da Administração Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 013/2017.

JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI ME

CNPJ: 13.965.228/0001-68

AVENIDA 24 DE OUTUBRO, Nº 930, CENTRO, CEP: 88.680-000, BOM RETIRO/SC

PERFORMACE COMÉRCIO &amp; SERVIÇOS EIRELI ME

CNPJ: 26.682.219/0001-01

RUA CARIBE, Nº 99, VELHA CENTRAL, CEP: 89.046-635, BLUMENAU/SC

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI ME

CNPJ: 12.667.876/0001-75

RUA PEREIRA DE OLIVEIRA, Nº 85, VELHA, CEP: 89.036-350, BLUMENAU/SC

CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME

CNPJ: 04.195.853/0001-87

AVENIDA BEIRA RIO, Nº 730, CENTRO, CEP: 88.450-000, ALFREDO WAGNER/SC

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de materiais de expediente e materiais permanentes para uso da Administração Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 013/2017, a contar da assinatura da presente ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND.	QT.	MARCA	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	EMPRESA VENCEDORA
1	Caneta esferográfica cristal, tinta azul, corpo redondo, revestida com borracha macia no local de apoio dos dedos, similar super grip, escrita 1,0mm. Prazo de validade indeterminado. Troca garantida em qualquer caso de irregularidade, com exceção do desgaste natural pelo uso. Caixa com 50 unidades. Com selo do INMETRO impresso na caixa comprovando a sua qualidade.	CX	10	FABER CASTEL	57,00	570,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
2	Caneta fluorescente, marca texto amarelo, com ponta de poliéster, traços de até 4mm, com fixação sobre tinta esferográfica, hidrográfica, lápis e textos impressos.	UN	30	JOCAR	1,87	56,10	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
3	Corretivo líquido a base de água, sem odor, não tóxico, secagem rápida, não prejudicial ao meio ambiente. Frasco com 20ml.	UN	20	RADEX	1,60	32,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
4	Envelope papel 11x23cm (com variação máxima de 1cm), branco officio.	UN	1500	CELUCAT	0,20	300,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
5	Envelope papel 22x16cm, +/- 1cm tipo saco, amarelo, tamanho pequeno.	UN	1500	CELUCAT	0,28	420,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
6	Envelope papel 34x24cm, +/- 1cm, tipo saco, amarelo tamanho médio.	UN	1000	CELUCAT	0,47	470,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.

7	Extrator de grampo inox, tipo espátula, comprimento 15cm, acondicionado em caixa.	UN	10	NEW	2,27	22,70	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
8	Grampeador grande base mínima de 14cm, mínimo para 25 folhas. Modelo referência: C15.	UN	10	JOCAR	31,90	319,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
9	Índice telefônico comercial, capa dura, costurado grande, com 96 folhas.	UN	05	VMP	29,00	145,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
10	Livro Ata ofício, com 50 folhas numeradas, com capa dura, resistente e preta, com visor de identificação na capa da frente.	UN	15	VMP	16,90	253,50	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
11	Pincel para quadro branco recarregável, ponta de acrílico, refil de 5,5ml – 05 preto, 05 vermelho, 05 verde e 05 azul.	UN	20	JOCAR	7,35	147,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
12	CD–RW 700mb/80 min, velocidade 1x52, tubo printable de alta qualidade. Com 50 unidades.	TB	02	SANDISK	165,50	331,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
13	CD-R 700mb/80 min, velocidade 1x52, tubo printable de alta qualidade. Com 50 unidades.	TB	02	SANDISK	58,50	117,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
14	Papel A4, tamanho 210x297mm, com gramatura 75gr, ISO 9001 e ISSO 14001. Certificação do INMETRO.	RES-MA	1500	BOREAL	14,38	21.570,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
15	Pasta com elástico, transparente, cristal, ofício, 2cm de lombada.	UN	40	ALAPLAST	2,18	87,20	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
16	Pasta com elástico, transparente, cristal, ofício, 4cm de lombada.	UN	20	ALAPLAST	3,00	60,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
17	Pasta AZ, cor preta, lombo largo, 8cm de lombada, compressor niquelado, visor plástico na lombada, proteção de alumínio na base inferior.	UN	60	FRAMA	14,60	876,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
18	Régua em acrílico rígido, transparente, espessura mínima de 3mm, comprimento 30cm.	UN	20	WALEO	1,04	20,80	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
19	Tesoura ponta fina, material aço inoxidável, ponta arredondada, tamanho mínimo 13,5cm, cor preta, com certificação do INMETRO.	UN	10	JOCAR	2,73	27,30	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
20	PAPEL CONTACT, laminado de PVC autoadesivo, protegido no verso por papel siliconado. Rolo com 45x25mts, gramatura 60grs.	ROLO	05	INFOTRACT	72,00	360,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
21	DVD virgem 4.7GB/2h/52x, acondicionado em embalagem lacrada pelo fabricante.	UN	20	SANDISK	1,92	38,40	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
22	Apagador para quadro branco com estojo duplo para canetas, corpo plástico e feltro, design ergonômico e de fácil manuseio, cor fumê ou azul, tamanho aproximado de 18cm de comprimento por 6,5cm de largura.	UN	10	JAPAN	5,70	57,00	JLM DISTR. BR EIRELI ME.
23	Estilete largo de corpo, totalmente de metal, lâmina de 18cm.	UN	05	JOCAR	4,50	22,50	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
24	Capa de processo preta, ofício, material de PVC, pacote com 50 unidades.	PCT	20	ALAPLAST	33,00	660,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
25	Capa de processo transparente, cristal, ofício, material PVC, pacote com 50 unidades.	PCT	20	ALAPLAST	33,00	660,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
26	Etiqueta adesiva A4, cor branca, folha com 20 etiquetas, caixa com 25 folhas.	CX	10	VMP	58,00	580,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
27	Livro Ata ofício, com 200 folhas numeradas, capa preta com visor de identificação na capa da frente.	UN	10	VMP	19,20	192,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
28	Porta lápis/clips/cartão, cristal, tubos redondos.	UN	05	NOVACRIL	12,50	62,50	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.

29	Prendedor de papel 19mm, caixa com 12 unidades.	CX	10	BRW	4,30	43,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
30	Prendedor de papel 32mm, caixa com 12 unidades.	CX	10	BRW	10,00	100,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
31	Caixa para correspondência com 3 bandejas, em acrílico, com suporte de base metal, com arrebites de alumínio.	UN	05	NOVACRIL	56,40	282,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
32	Fita adesiva transparente medindo 12x65mts.	RL	10	EUROCEL	1,80	18,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
33	Fita adesiva transparente medindo 45x45mts.	RL	10	EUROCEL	3,00	30,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
34	Cola bastão 40 gramas, não tóxico, composição: água, álcool polivilico, ácido estérico, hidróxido de sódio e ácido.	UN	10	LEO E LEO	2,84	28,40	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
35	Perfurador de papel metálico, com 02 furos para 50 folhas, tamanho médio, com mageador plástico.	UN	10	MAKE	85,00	850,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
36	Pendrive 8GB.	UN	10	SANDISK	35,98	359,80	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
37	Pasta suspensa marmorizada, plastificada, com arame de metal e haste de suporte plástico, matéria prima papel marmorizado plastificado, gramatura mínima 336gr.	UN	100	TIMPEL	2,47	247,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
38	Prancheta ofício em acrílico com prendedor de aço inox.	UN	05	NOVACRIL	11,30	56,50	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
39	Grampo trilho de metal, com 50 grampos galvanizados.	CX	50	BRW	9,30	465,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
40	Clips em aço carbono tamanho 2/0, caixa 500 unidades.	CX	10	NEW	9,79	97,90	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
41	Clips em aço carbono tamanho 3/0, caixa 500 unidades.	CX	10	NEW	9,79	97,90	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
42	Clips em aço carbono tamanho 8/0, caixa 500 unidades.	CX	05	NEW	9,79	48,95	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
43	Livro de protocolo 104 folhas, meio ofício.	UN	20	VMP	11,15	223,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
44	Grampo para grampeador / 26 / 6 caixas com 5.000 unidades galvanizados.	CX	20	BACHI	4,00	80,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
45	Apontador metálico com depósito 7ml, na cor verde, fabricação com metal de alta resistência, lâmina de aço com parafuso para prender a lâmina, corpo de plástico não reciclado, com gravação da marca no corpo do produto.	UN	10	LEO E LEO	3,50	35,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
46	Cola branca líquida 40grs, lavável e não tóxica, composição: resina vinílica, tenso ativos, plastificantes e conservantes, (CRQ do responsável), validade mínima de 24 meses após a entrega, com 12 unidades.	CAIXA	02	PIRATININ-GA	10,00	20,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
47	Borracha branca macia nº 40, composição: borracha natural e estireno butadieno, caixa com 40 unidades.	CAIXA	01	REDBOR	11,00	11,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
48	Lápis preto HB Nº 2, hexagonal, composição: lápis, grafite, madeira e carga inerte, certificação do INMETRO, caixa com 72 unidades.	CAIXA	05	LABRA	70,70	353,50	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
49	Tinta para carimbo de cor preta, 42ml.	UN	05	JOCAR	4,38	21,90	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.

50	Almofada para carimbo, azul, nº 3, com tampa de metal, medida: 6.7x11.0cm.	UN	05	JOCAR	5,20	26,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
51	Perfurador de papel, com capacidade para furar 70 folhas, com régua de escala de metal, cor preta, garantia de 05 anos.	UN	03	CAVIA	132,90	398,70	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
52	Grampo para grampeador 23/13, caixas com 5.000 unidades.	CX	10	BACHI	9,01	90,10	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
53	Quadro de alumínio branco, tamanho 70x100, bordas arredondadas e base de alumínio.	UN	05	BELLA	161,50	807,50	BLU DISTR. DE PAPELARIA EIRELI ME.
54	Quadro de alumínio branco, tamanho 0.90x140, bordas arredondadas e base de alumínio.	UN	05	BELLA	190,00	950,00	BLU DISTR. DE PAPELARIA EIRELI ME.
55	Caixa para arquivo morto de papelão 450gr, comprimento 35cm, largura 13cm, altura 24,5cm, papelão não reciclado.	CX	150	DELCRIS	2,68	402,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
56	Espiral para encadernação, preto, 0,7mm, não reciclado, pacote com 100 unidades.	PCT	10	MARES	16,97	169,70	CELIA REGINA W. SANI ME.
57	Espiral para encadernação, preto, 12mm, não reciclado, pacote com 100 unidades.	PCT	10	MARES	20,85	208,50	CELIA REGINA W. SANI ME.
58	Espiral para encadernação, preto, 23mm, não reciclado pacote com 100 unidades.	PCT	10	MARES	24,25	242,50	CELIA REGINA W. SANI ME.
59	Calculadora grande de mesa, com 12 dígitos e visor grande, 4 operações, memória, porcentagem, raiz quadrada, arredondamento, ponto flutuante, gran total, margem bruta(-gpm), desligamento automático, inversão de sinal, visor com inclinação gradual, energia solar e bateria. dimensões aproximadas 17,5x12,5cm. Garantia mínima de 06 meses.	UN	10	MJ	22,60	226,00	PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI ME.
60	Livro ponto ofício, com 100 folhas numeradas, com capa dura.	UN	10	SD	15,14	151,40	BLU DISTR. DE PAPELARIA EIRELI ME.

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

- e) Ficará ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;
- f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 12:30hs às 18:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02.01.04.122.0002.2.002.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

03.01.04.122.0003.2.003.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças

04.01.12.361.0004.2.004.3.3.90.00.00.00.00.01.0001 – Funcionamento e Manutenção da SECD – Ensino Fundamental

04.01.12.361.0004.2.004.3.3.90.00.00.00.00.01.00058 – Funcionamento e Manutenção da SECD – Ensino Fundamental – Salário Educação

04.01.12.361.0004.2.004.3.3.90.00.00.00.00.01.00059 – Funcionamento e Manutenção da SECD – Ensino Fundamental - PDDE

04.01.12.365.0004.2.005.3.3.90.00.00.00.00.01.0001 – Funcionamento e Manutenção da SECD - Ensino Infantil

04.01.12.365.0004.2.005.3.3.90.00.00.00.00.01.00058 – Funcionamento e Manutenção da SECD - Ensino Infantil – Salário Educação

04.01.12.365.0004.2.005.3.3.90.00.00.00.00.01.00059 – Funcionamento e Manutenção da SECD - Ensino Infantil - PDDE

05.03.08.244.0007.2.021.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção do FMAS

06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

07.01.20.606.0011.2.030.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 03 de abril de 2017.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

CELIA REGINA W. SANI ME  
EMPRESA VENCEDORA

BLU DISTR. DE PAPELARIA EIRELI ME  
EMPRESA VENCEDORA

PERFORMACE COM. & SERVIÇOS EIRELI ME JLM DISTR. BR EIRELI ME  
EMPRESA VENCEDORA EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2017 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2017 – PMLL.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017, PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE ÁRBITROS PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL NO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, CONFORME DESCRIÇÕES NO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017.

Aos 06 (seis) dias do mês de abril do ano de 2017, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 002/2017, de 02 de janeiro de 2017, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de árbitros para o Campeonato Municipal de futsal no Município de Leoberto Leal, conforme descrições no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 014/2017.

LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.780.916/0001-39

RUA: LARGO MONTESEI, Nº 68, CEP: 89.160-000, BAIRRO CANOAS, MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventual contratação de árbitros para o Campeonato Municipal de Futsal no Município de Leoberto Leal, conforme descrições no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 014/2017, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

A proponente registrada para o item cotado é a seguinte:

ITEM	QT.	UND.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	EMPRESA VENCEDORA
------	-----	------	-----------	--------------------	-----------------	-------------------

01	100	UND.	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL NA CATEGORIA ADULTO MASCULINO. COM 02 (DOIS) ÁRBITROS POR PARTIDA E 01 (UM) AUXILIAR.	192,00	19.200,00	LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ
TOTAL					19.200,00	

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento do(s) produtos(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Fornecimento conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas,

custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 12:30hs às 18:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

04.01.27.812.0005.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Comissão Municipal de Esportes – CME - Esporte

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 07 de abril de 2017.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ  
EMPRESA VENCEDORA

#### TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 023.728.959-82

#### VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

### DECRETO N.º 027/2017

DECRETO Nº 027, DE 17 DE ABRIL DE 2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III da Lei nº 1.257 de 29 de Novembro de 2016;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, no valor de R\$ 45.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	45.000,00
Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	45.000,00
Função	01	Legislativa	45.000,00
Sub-função	31	Ação Legislativa	45.000,00
Programa	01	Processo Legislativo	45.000,00
Atividade	2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores	45.000,00

Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	45.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	45.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	45.000,00
Fonte de Recursos	0.3.0000	Recursos Ordinários - Superávit	45.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			45.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior, na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Recursos Ordinários	0.1.0000	45.000,00
TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO .....		45.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 17 de abril de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

### **EXTRATO CONCORRÊNCIA Nº 001/2017 - PMLL**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 023/2017

CONCORRÊNCIA Nº 001/2017

TIPO: "Maior Oferta Por Lote". OBJETO: O objeto desta licitação consiste na seleção de proposta para contratação de interessado na exploração direta do bar/lanchonete e quadra esportiva, localizados no Ginásio de Esportes Marcelo Kreusch, sito à Rua Mainolvo Lehmkuhl, Centro, Leoberto Leal, através da concessão de uso. LEGISLAÇÃO: Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 19 de maio de 2017. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 17/04/2017. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - TP 03/2017 PMLS**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2017

GENIR LOLI – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, objetivando a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global, para execução de obra de reforma de um barracão para fins industriais, construído em estrutura de concreto armado com fechamento em alvenaria, localizado na Rua Ottaviano Nicolao nº100, Centro, no município de Lindóia do Sul/SC, no dia 08 de maio de 2017, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas dos interessados cadastrados, até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de compras e licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, Centro, junto ao prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 17 de abril de 2017.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 127/2017, 31 DE MARÇO DE 2017.**

PORTARIA Nº 127/2017, 31 de Março de 2017.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 37 e 38, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e nos termos do Artigo 91, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

I - Exonerar, por morte, Gilson José Dal Bello, do Cargo de Provimento Efetivo de Operador I, constante do Anexo I, Grupo GO – Grupo Operacional da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011, a partir de 29 de Março de 2017.

II – Face o disposto neste ato, fica revogado a Portaria nº 033/08, de 21 de Janeiro de 2008 e Portaria nº 112/2010, de 01 de abril de 2010.

III – Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso VII , do artigo 37 , da Lei Complementar 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC, Em 31 de Março de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publique-se.

Sandra Regina Zuanazzo

Analista Administrativo RH

# Lontras

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 26/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Processo Nº 26/2017.

A Prefeitura de Lontras – SC, torna público nos termos do Artigo 24 Inciso II da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, que formalizou Processo de Dispensa de Licitação nº 26/2017, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE, COMPOSTO POR MÓDULOS QUE PERMITEM O LANÇAMENTO DOS PROCEDIMENTOS E OUTROS PROCESSOS EXECUTADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE E SEUS ESFS. Contratada: CELERE Sistemas LTDA, CNPJ 03.263.965/0001-65.

Valor: R\$ 786,00 (setecentos e oitenta e seis reais) mensais.

Prazo: até 31 de dezembro de 2017.

Lontras, 17 de abril de 2017 – MARCIONEI HILLESHEIM – PREFEITO.

### RETIFICAÇÃO EDITAL 45/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO  
PROCESSO N.º 45/2017

EDITAL: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE MATERIAIS DIVERSOS COM CAMINHÃO TRUCK, BASCULANTE, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 TONELADAS. Alteração do objeto da licitação, alteração do item 6.5 e alteração da data de Entrega e Abertura dos Envelopes. Entrega dos Envelopes: até às 08h e 30min do dia 03/05/2017; Abertura dos Envelopes: às 09 horas do dia 03/05/2017. Ficam mantidas todas as demais condições do edital, no que não colidirem com as desta Retificação. Maiores Informações e aquisição do documento de retificação sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor ou através do site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br). Lontras, 18 de Abril de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito Municipal.

### EDITAL Nº 43/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO  
PROCESSO N.º 43/2017

EDITAL: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CALCÁRIO, TRAJETO BOTUVERÁ - LONTRAS, COM CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 TONELADAS. Alteração dos itens 6.4.2, 6.5 e 15.3 do Edital. Entrega dos Envelopes: até às 14 horas e 15 minutos do dia 19/04/2017; Abertura dos Envelopes: 14 horas e 30 minutos do dia 19/04/2017. Ficam mantidas todas as demais condições do edital, no que não colidirem com as desta Retificação. Maiores Informações e aquisição do documento de retificação sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor ou através do site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br). Lontras, 18 de Abril de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito Municipal.

### EDITAL Nº 49/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LONTRAS  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 49/2017

OBJETO: Contratação de empresa para realização de suporte técnico e apoio administrativo, através de apoio técnico na operacionalização dos sistemas de informática na área de planejamento orçamentário em seus vários módulos, em especial o SICONV e na área de defesa civil, em especial o S2ID, utilizados na Prefeitura Municipal de Lontras, além do acompanhamento e orientação escrita e verbal nas áreas de planejamento e prestação de contas de convênios/contratos e orientação nas ações de resposta e recuperação em Defesa Civil. Entrega dos Envelopes: até às 14 horas e 15 minutos do dia 03/05/2017; Abertura dos Envelopes: 14 horas e 30 minutos do dia 03/05/2017. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br) – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 18 de Abril de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

# Luzerna

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 003.17

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO FMAS Nº 003/2017

PROCESSO LICITATÓRIO FMAS Nº 002/2017

DISPENSA FMAS Nº 001/2017

Aos 13 (treze) dias do mês de abril do ano de 2017, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, no uso de suas atribuições, denominado LOCATÁRIO, e ESPORTE CLUBE VITÓRIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 83.518.860/0001-49, situado a Avenida 16 de fevereiro, 127, Centro, em Luzerna/SC, CEP 89609-000, neste ato representado por seu Presidente GILMAR MARINO MATTE, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 2.418.590 e inscrito no CPF/MF sob o nº 681.910.149-04, residente e domiciliado neste Município de Luzerna/SC, denominada LOCADOR, têm entre si justo e contratado o presente termo aditivo ao CONTRATO DE LOCAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DO ESPORTE CLUBE VITÓRIA PARA A PRÁTICA DE BOLÃO DESTINADAS AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS GRUPOS DE IDOSOS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA/SC, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO VALOR

O presente Termo Aditivo tem como objeto, com a concordância das partes, aditar em 12,5% o valor total do Contrato FMAS nº 003/2017, correspondente a R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) a partir de 13 de abril de 2017, passando o valor total da contratação para R\$ 4.860,00 (quatro mil oitocentos e sessenta reais), nos termos da Cláusula Segunda do presente Contrato.

#### CLAUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 13 de abril de 2017.

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI  
GESTOR FMAS  
LOCATÁRIO

GILMAR MARINO MATTE  
ESPORTE CLUBE VITÓRIA  
LOCADOR  
TESTEMUNHAS:

1. -----  
Ass.  
Nome:  
CPF:

2. -----  
Ass.  
Nome:  
CPF:

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 052.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 052/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 032/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 018/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 11 (onze) dias do mês de abril do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1- F. VACHILESKI & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Dr. João Caruso, nº 426, Bairro Área Industrial na cidade de Erechim (RS), CEP 99.700-000, inscrita no CNPJ sob o nº 93.388.031/0001-42, neste ato representado por seu sócio administrador FLORIANO VACHILESKI JUNIOR, brasileiro, separado judicialmente, comerciante, portador da carteira de identidade nº 7042272877, cadastrado no CPF sob o nº 532.179.930-04, residente e domiciliado na Rua Carlos Kehlers, nº 72, apto. 300, Bairro Centro, Erechim (RS), doravante

denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 032/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº 018/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO E DO PREÇO

0.0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, destinado a contratação de empresa para prestação de serviço de recapagem de pneus de veículos, equipamentos rodoviários e caminhões conforme a necessidade da Secretaria de Obras e Serviço do Município de Luzerna/SC, conforme especificações constantes no presente Edital, cujas características e especificações seguem descritas abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
2	20,00	UN	Recapagem pneu 14.00 R 24 - 20 lonas	1.550,00	31.000,00
3	15,00	UN	Recapagem pneu 16.5 R 25 - traseiro	2.240,00	33.600,00

0.1. O FORNECEDOR 1, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 64.600,00 (sessenta e quatro mil e seiscentos reais);

1.2.1. Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser cotados e entregues de acordo com as especificações do Edital e do Anexo I.

1.2.2. Na execução do objeto caberá ao FORNECEDOR retirar as carcaças para recapagens, bem como, proceder à entrega das mesmas, após a execução dos serviços, no Parque de Máquinas do Município, localizado na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, sem custos adicionais.

1.2.2.1. A retirada será efetivada mediante solicitação e acompanhamento do servidor responsável, o qual conferirá também na entrega, se o serviço está conforme o solicitado.

1.2.2.2. Na retirada, será emitido documento (controle), assinado pelo servidor responsável, o qual deverá constar numeração individualizada de cada pneu retirado.

1.2.2.3. As carcaças deverão ser retiradas em até 3 (três) dias contadas da solicitação.

1.2.2.4. Os serviços deverão ser executados e entregues em até 5 (cinco) dias, contados da data de retirada das carcaças.

1.2.3. As carcaças que eventualmente não tiverem condições de recapagem deverão ser recusadas no momento da retirada, ou se constatado o defeito pelo FORNECEDOR em seu estabelecimento comercial, deverão ser devolvidas à Prefeitura Municipal, no mesmo prazo da entrega dos serviços, acompanhadas de laudo para conferência e controle do Município dando conta do motivo da recusa.

1.2.4. Os serviços de recapagem deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses de uso, quanto a defeitos de fabricação e execução.

1.2.5. A prestação do serviço ora licitado, envolve o fornecimento de mão-de-obra e materiais, e ainda o transporte, nos termos previstos neste edital.

1.2.6. Por ocasião do recebimento dos serviços, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a empresa vencedora a promover a devida substituição.

1.2.6.1. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

1.2.6.2. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.7. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.2.7.1. Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.2.7.2. Caberá exclusivamente ao FORNECEDOR, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

1.2.8. Caberá ao FORNECEDOR; obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.2.9. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.9.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

3.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

3.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

3.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

3.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

3.5. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;

3.6. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer.

3.7. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.

3.8. Prestar a garantia pelo prazo de 12 (doze) meses de uso, quanto a defeitos de fabricação e execução.

3.9. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.

3.10. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços.

3.11. Obedecer às normas técnicas e legais vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época.

3.12. Responder a todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.

3.13. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local do serviço, em qualquer dia e hora, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a

licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Ação(s):

11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

11.011.26.782.0067.2060 – Manutenção e conservação das Estradas Vicinais

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. – Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Adelar Pelicoli a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 11 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

FLORIANO VACHILESKI JUNIOR

F. VACHILESKI & CIA LTDA

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF:

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 053.17**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 053/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 032/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 018/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 11 (onze) dias do mês de abril do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

2 – FM PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.374.845/0004-91, com endereço na Rua Rodovia SC-453 Km 52,9, caixa postal 165, Distrito Industrial, em Videira/SC, CEP 89.560-000 representada por seu representante legal, ELOIR CLEFSON ZAGO, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 2.977.649 e inscrito no CPF/MF sob nº 949.667.379-15, residente e domiciliado na Rua 10 de março, Bairro Carboni, na cidade de Videira(SC), doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 032/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº 018/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****DO OBJETO E DO PREÇO**

0.0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, destinado a contratação de empresa para prestação de serviço de recapagem de pneus de veículos, equipamentos rodoviários e caminhões conforme a necessidade da Secretaria de Obras e Serviço do Município de Luzerna/SC, conforme especificações constantes no presente Edital, cujas características e especificações seguem descritas abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
12	20,00	UN	Recapagem pneu 900 R 20 - 14 lonas	550,00	11.000,00
13	30,00	UN	Recapagem pneu 275.90 R 22.5	590,00	17.700,00

0.1. O FORNECEDOR 2, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 28.700,00 (vinte e oito mil e setecentos reais);

1.2.1. Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser cotados e entregues de acordo com as especificações do Edital e do Anexo I.

1.2.2. Na execução do objeto caberá ao FORNECEDOR retirar as carcaças para recapagens, bem como, proceder à entrega das mesmas, após a execução dos serviços, no Parque de Máquinas do Município, localizado na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, sem custos adicionais.

1.2.2.1. A retirada será efetivada mediante solicitação e acompanhamento do servidor responsável, o qual conferirá também na entrega, se o serviço está conforme o solicitado.

1.2.2.2. Na retirada, será emitido documento (controle), assinado pelo servidor responsável, o qual deverá constar numeração individualizada de cada pneu retirado.

1.2.2.3. As carcaças deverão ser retiradas em até 3 (três) dias contadas da solicitação.

1.2.2.4. Os serviços deverão ser executados e entregues em até 5 (cinco) dias, contados da data de retirada das carcaças.

1.2.3. As carcaças que eventualmente não tiverem condições de recapagem deverão ser recusadas no momento da retirada, ou se constatado o defeito pelo FORNECEDOR em seu estabelecimento comercial, deverão ser devolvidas à Prefeitura Municipal, no mesmo prazo da entrega dos serviços, acompanhadas de laudo para conferência e controle do Município dando conta do motivo da recusa.

1.2.4. Os serviços de recapagem deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses de uso, quanto a defeitos de fabricação e execução.

1.2.5. A prestação do serviço ora licitado, envolve o fornecimento de mão-de-obra e materiais, e ainda o transporte, nos termos previstos neste edital.

1.2.6. Por ocasião do recebimento dos serviços, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a empresa vencedora a promover a devida substituição.

1.2.6.1. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

1.2.6.2. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.7. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.2.7.1. Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.2.7.2. Caberá exclusivamente ao FORNECEDOR, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

1.2.8. Caberá ao FORNECEDOR; obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.2.9. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.9.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;
- 2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;
- 2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;
- 2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)).
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 3.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
- 3.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 3.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 3.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 3.5. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;
- 3.6. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer.
- 3.7. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.
- 3.8. Prestar a garantia pelo prazo de 12 (doze) meses de uso, quanto a defeitos de fabricação e execução.
- 3.9. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.
- 3.10. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços.
- 3.11. Obedecer às normas técnicas e legais vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época.
- 3.12. Responder a todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.
- 3.13. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local do serviço, em qualquer dia e hora, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

## CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
  - 5.1.1. Advertência;
  - 5.1.2. Multa;
  - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
  - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
  - 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir

as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Ação(s):

11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

11.011.26.782.0067.2060 – Manutenção e conservações das Estradas Vicinais

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. – Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Adelar Pelicioli a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 11 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

ELOIR CLEFSON ZAGO

FM PNEUS LTDA

FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF:

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 054.17**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 054/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 032/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 018/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 11 (onze) dias do mês de abril do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

3 – GRANDO PNEUS LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.562.696/0001-38, com endereço na Av. Jucelino K. de Oliveira, n. 8860, Bairro Santa Terezinha, no município de Vacaria/RS, CEP 95.200-000, representada por seu sócio administrador, JOSÉ ANTONIO GRANDO NETO, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 4050434838 e inscrito no CPF/MF sob nº 583.366.210-91, residente e domiciliado na Rua Inacia Vieira, Bairro Centro, na cidade de Vacaria/RS doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 032/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº 018/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****DO OBJETO E DO PREÇO**

0.0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, destinado a contratação de empresa para prestação de serviço de recapagem de pneus de veículos, equipamentos rodoviários e caminhões conforme a necessidade da Secretaria de Obras e Serviço do Município de Luzerna/SC, conforme especificações constantes no presente Edital, cujas características e especificações seguem descritas abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
4	18,00	UN	Recapagem pneu 12.5/80 R 18 - dianteiro	1.050,00	18.900,00
6	8,00	UN	Recapagem pneu 12.2 R 80.18 - 10 lonas - dianteiro	1.350,00	10.800,00
7	8,00	UN	Recapagem pneu 16.9 R 14/24 - traseiro - 14 lonas	1.850,00	14.800,00
8	8,00	UN	Recapagem pneu 16.9 R 14/24 - dianteiro - 14 lonas	1.850,00	14.800,00
14	8,00	UN	Recapagem pneu 19.5 R 24 - traseiro	1.730,00	13.840,00

0.1. O FORNECEDOR 3, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 73.140,00 (setenta e três mil cento e quarenta reais);

1.2.1. Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser cotados e entregues de acordo com as especificações do Edital e do Anexo I.

1.2.2. Na execução do objeto caberá ao FORNECEDOR retirar as carcaças para recapagens, bem como, proceder à entrega das mesmas, após a execução dos serviços, no Parque de Máquinas do Município, localizado na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, sem custos adicionais.

1.2.2.1. A retirada será efetivada mediante solicitação e acompanhamento do servidor responsável, o qual conferirá também na entrega, se o serviço está conforme o solicitado.

1.2.2.2. Na retirada, será emitido documento (controle), assinado pelo servidor responsável, o qual deverá constar numeração individualizada de cada pneu retirado.

1.2.2.3. As carcaças deverão ser retiradas em até 3 (três) dias contadas da solicitação.

1.2.2.4. Os serviços deverão ser executados e entregues em até 5 (cinco) dias, contados da data de retirada das carcaças.

1.2.3. As carcaças que eventualmente não tiverem condições de recapagem deverão ser recusadas no momento da retirada, ou se constatado o defeito pelo FORNECEDOR em seu estabelecimento comercial, deverão ser devolvidas à Prefeitura Municipal, no mesmo prazo da entrega dos serviços, acompanhadas de laudo para conferência e controle do Município dando conta do motivo da recusa.

1.2.4. Os serviços de recapagem deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses de uso, quanto a defeitos de fabricação e execução.

1.2.5. A prestação do serviço ora licitado, envolve o fornecimento de mão-de-obra e materiais, e ainda o transporte, nos termos previstos neste edital.

1.2.6. Por ocasião do recebimento dos serviços, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a empresa vencedora a promover a devida substituição.

1.2.6.1. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

1.2.6.2. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.7. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.2.7.1. Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por

infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.2.7.2. Caberá exclusivamente ao FORNECEDOR, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

1.2.8. Caberá ao FORNECEDOR; obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.2.9. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.9.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

3.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

3.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

3.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

3.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

3.5. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;

3.6. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer.

3.7. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.

3.8. Prestar a garantia pelo prazo de 12 (doze) meses de uso, quanto a defeitos de fabricação e execução.

3.9. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.

3.10. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços.

3.11. Obedecer às normas técnicas e legais vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época.

3.12. Responder a todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.

3.13. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local do serviço, em qualquer dia e hora, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

## CLÁUSULA QUINTA

### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa,

conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos

produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Ação(s):

11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

11.011.26.782.0067.2060 – Manutenção e conservações das Estradas Vicinais

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. – Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Adelar Pelicoli a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 11 de abril de 2017.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna  
CONTRATANTE

JOSÉ ANTONIO GRANDO NETO  
GRANDO PNEUS LTDA-EPP  
FORNECEDOR 3

TESTEMUNHAS:

Nome legível:  
RG:  
CPF:

Nome legível:  
RG:  
CPF:

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML N° 055.17**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML N° 055/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO PML N° 032/2017  
PREGÃO PRESENCIAL PML N° 018/2017  
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 11 (onze) dias do mês de abril do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

4 – RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.989.096/0001-27, com endereço na Rua Duque de Caxias, nº 314, Fundos, Bloco A, Centro, em Rio dos Cedros/SC, CEP 89.121-000, representada por seu sócio administrador, MICHAEL FABRICIO NICLODELLI, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 3.064.943-9 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº 921.293.749-72, doravante denominado FORNECEDOR 4;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 032/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº 018/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**DO OBJETO E DO PREÇO**

0.0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, destinado a contratação de empresa para prestação de serviço de recapagem de pneus de veículos, equipamentos rodoviários e caminhões conforme a necessidade da Secretaria de Obras e Serviço do Município de Luzerna/SC, conforme especificações constantes no presente Edital, cujas características e especificações seguem descritas abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
5	16,00	UN	Recapagem pneu 17.5 R 25	1.800,00	28.800,00
9	15,00	UN	Recapagem pneu aro 15	205,00	3.075,00
10	15,00	UN	Recapagem pneu aro 14	186,00	2.790,00
11	15,00	UN	Recapagem pneu aro 13	165,00	2.475,00

0.1. O FORNECEDOR 4, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 37.140,00 (trinta e sete mil cento e quarenta reais);

1.2.1. Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser cotados e entregues de acordo com as especificações do Edital e do Anexo I.

1.2.2. Na execução do objeto caberá ao FORNECEDOR retirar as carcaças para recapagens, bem como, proceder à entrega das mesmas, após a execução dos serviços, no Parque de Máquinas do Município, localizado na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, sem custos adicionais.

1.2.2.1. A retirada será efetivada mediante solicitação e acompanhamento do servidor responsável, o qual conferirá também na entrega, se o serviço está conforme o solicitado.

1.2.2.2. Na retirada, será emitido documento (controle), assinado pelo servidor responsável, o qual deverá constar numeração individualizada de cada pneu retirado.

1.2.2.3. As carcaças deverão ser retiradas em até 3 (três) dias contadas da solicitação.

1.2.2.4. Os serviços deverão ser executados e entregues em até 5 (cinco) dias, contados da data de retirada das carcaças.

1.2.3. As carcaças que eventualmente não tiverem condições de recapagem deverão ser recusadas no momento da retirada, ou se constatado o defeito pelo FORNECEDOR em seu estabelecimento comercial, deverão ser devolvidas à Prefeitura Municipal, no mesmo prazo da entrega dos serviços, acompanhadas de laudo para conferência e controle do Município dando conta do motivo da recusa.

1.2.4. Os serviços de recapagem deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses de uso, quanto a defeitos de fabricação e execução.

1.2.5. A prestação do serviço ora licitado, envolve o fornecimento de mão-de-obra e materiais, e ainda o transporte, nos termos previstos

neste edital.

1.2.6. Por ocasião do recebimento dos serviços, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a empresa vencedora a promover a devida substituição.

1.2.6.1. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

1.2.6.2. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.7. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.2.7.1. Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.2.7.2. Caberá exclusivamente ao FORNECEDOR, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

1.2.8. Caberá ao FORNECEDOR; obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.2.9. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.9.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

3.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

3.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

3.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

3.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

3.5. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;

3.6. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer.

3.7. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.

3.8. Prestar a garantia pelo prazo de 12 (doze) meses de uso, quanto a defeitos de fabricação e execução.

3.9. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.

- 3.10. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços.
- 3.11. Obedecer às normas técnicas e legais vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época.
- 3.12. Responder a todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.
- 3.13. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local do serviço, em qualquer dia e hora, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Ação(s):

11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

11.011.26.782.0067.2060 – Manutenção e conservações das Estradas Vicinais

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. – Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Adelar Pelicoli a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a

serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 11 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

MICHAEL FABRICIO NICLODELLI

RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

FORNECEDOR 4

#### TESTEMUNHAS:

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF:

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 056.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 055/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 032/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 018/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 11 (onze) dias do mês de abril do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

4 – RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.989.096/0001-27, com endereço na Rua Duque de Caxias, nº 314, Fundos, Bloco A, Centro, em Rio dos Cedros/SC, CEP 89.121-000, representada por seu sócio administrador, MICHAEL FABRICIO NICLODELLI, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 3.064.943-9 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº 921.293.749-72, doravante denominado FORNECEDOR 4;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 032/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº 018/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO E DO PREÇO

0.0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, destinado a contratação de empresa para prestação de serviço de recapagem de pneus de veículos, equipamentos rodoviários e caminhões conforme a necessidade da Secretaria de Obras e Serviço do Município de Luzerna/SC, conforme especificações constantes no presente Edital, cujas características e especificações seguem descritas abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
5	16,00	UN	Recapagem pneu 17.5 R 25	1.800,00	28.800,00
9	15,00	UN	Recapagem pneu aro 15	205,00	3.075,00
10	15,00	UN	Recapagem pneu aro 14	186,00	2.790,00
11	15,00	UN	Recapagem pneu aro 13	165,00	2.475,00

0.1. O FORNECEDOR 4, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 37.140,00 (trinta e sete mil cento e quarenta reais);

1.2.1. Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser cotados e entregues de acordo com as especificações do Edital e do Anexo I.

1.2.2. Na execução do objeto caberá ao FORNECEDOR retirar as carcaças para recapagens, bem como, proceder à entrega das mesmas,

após a execução dos serviços, no Parque de Máquinas do Município, localizado na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, sem custos adicionais.

1.2.2.1. A retirada será efetivada mediante solicitação e acompanhamento do servidor responsável, o qual conferirá também na entrega, se o serviço está conforme o solicitado.

1.2.2.2. Na retirada, será emitido documento (controle), assinado pelo servidor responsável, o qual deverá constar numeração individualizada de cada pneu retirado.

1.2.2.3. As carcaças deverão ser retiradas em até 3 (três) dias contados da solicitação.

1.2.2.4. Os serviços deverão ser executados e entregues em até 5 (cinco) dias, contados da data de retirada das carcaças.

1.2.3. As carcaças que eventualmente não tiverem condições de recapagem deverão ser recusadas no momento da retirada, ou se constatado o defeito pelo FORNECEDOR em seu estabelecimento comercial, deverão ser devolvidas à Prefeitura Municipal, no mesmo prazo da entrega dos serviços, acompanhadas de laudo para conferência e controle do Município dando conta do motivo da recusa.

1.2.4. Os serviços de recapagem deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses de uso, quanto a defeitos de fabricação e execução.

1.2.5. A prestação do serviço ora licitado, envolve o fornecimento de mão-de-obra e materiais, e ainda o transporte, nos termos previstos neste edital.

1.2.6. Por ocasião do recebimento dos serviços, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a empresa vencedora a promover a devida substituição.

1.2.6.1. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

1.2.6.2. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.7. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.2.7.1. Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.2.7.2. Caberá exclusivamente ao FORNECEDOR, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

1.2.8. Caberá ao FORNECEDOR; obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.2.9. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.9.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

3.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

3.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as

obrigações assumidas;

3.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

3.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

3.5. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;

3.6. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer.

3.7. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.

3.8. Prestar a garantia pelo prazo de 12 (doze) meses de uso, quanto a defeitos de fabricação e execução.

3.9. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.

3.10. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços.

3.11. Obedecer às normas técnicas e legais vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época.

3.12. Responder a todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.

3.13. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local do serviço, em qualquer dia e hora, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo

Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Ação(s):

11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

11.011.26.782.0067.2060 – Manutenção e conservações das Estradas Vicinais

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. – Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários CLÁUSULA NONA

#### DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Adelar Pelicioli a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um

FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 11 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

MICHAEL FABRICIO NICLODELLI

RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

FORNECEDOR 4

#### TESTEMUNHAS:

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF:

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 057.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 057/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 033/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 019/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 12 (doze) de abril do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – MACHADO EVENTOS LTDA – ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua João Batista de Almeida, nº 11, Centro na cidade de Campos Novos, CEP: 89.620-000, inscrita no CNPJ sob o nº08.236.842/0001-34, neste ato representada pelo Senhor RONALDO REINALDO MACHADO, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da cédula de identidade sob o n. 4555431, inscrito no CPF sob o n. 049.707.709-48, residente e domiciliado na Rua Expedicionário, n. 11, Centro, na cidade de Campos Novos/SC, CEP: 89.620-000, de doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 033/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº 019/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO E DO PREÇO



0.0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços, destinado à contratação de empresa destinada a locação, montagem, assistência e desmontagem de brinquedos recreativos infláveis, para os diversos eventos desenvolvidos pelo Município de Luzerna/SC, de acordo com o Anexo I e demais condições estabelecidas em Edital, cujas características e especificações seguem descritas abaixo:

LOTE 01 – LOCAÇÃO, MONTAGEM, ASSISTÊNCIA E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS RECREATIVOS INFLÁVEIS.					
Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
1	8,00	UN	BALÃO PALHAÇO PULA PULA 4,5 m diâmetro. 1 monitor	309,58	2.476,64
2	8,00	UN	CAMARIM MOVEEL com espelhos e luzes. 1 monitor.	275,95	2.207,60
3	15,00	UN	CAMA ELÁSTICA, 3,60m para 140kg. 1 monitor	206,71	3.100,65
4	5,00	UN	CASTELO INFLÁVEL, pula pula 3,5x3,5m. 1 monitor.	250,23	1.251,15
5	5,00	UN	FUTEBOL NO SABÃO, 12x8m, azul/amarelo e verde. 1 monitor	566,73	2.833,65
6	5,00	UN	GIROSCÓPIO. Equipe Operacional: 1 monitor	809,15	4.450,75
7	6,00	UN	GUERRA DE COTONETES, 6x4m, 1 monitor.	289,79	1.738,74
8	8,00	UN	HIGHT JUMPER 5m de altura para crianças e adultos. 1 monitor	744,76	5.958,08
9	4,00	UN	JOÃO BOBO 5x5m multicolorido. Equipe Operacional: 1 monitor	315,51	1.262,04
10	4,00	UN	MESA DE JOGOS 4x1m. 1 monitor	174,07	696,28
11	6,00	UN	PISCINA DE BOLAS CASINHA. 1 monitor	203,75	1.222,50
12	13,00	UN	PISCINA INFLÁVEL Splash 2,5x2,5m.1 monitor	233,42	3.034,46
13	4,00	UN	PULA PULA CARA DE GATO. Equipe Operacional: 1 monitor	272,98	1.091,92
14	4,00	UN	PULA PULA CARA DE JACARÉ. Equipe Operacional: 1 monitor	285,84	1.143,36
15	5,00	UN	SURF MECANICO com pula de 5x5m. Equipe Operacional: 1 monitor	810,04	4.050,20
16	8,00	UN	TOBOGA 2x1m, CASTELO PULA PULA, 1 monitor	302,65	2.421,20
17	10,00	UN	TOBOGA URSO PANDA 5x3,5x3,5m, 1 monitor	332,32	3.323,20
18	6,00	UN	TOBOGA SELVA 3x1, 1 monitor	335,29	2.011,74
19	6,00	UN	TOBOGA BOB ESPONJA, 1 monitor	329,36	1.976,16
20	5,00	UN	TOURO MECANICA FANTISIA PICADEIRO. 1 monitor	549,92	2.749,60

0.1. O FORNECEDOR 1, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 48. 999,92 (quarenta e oito mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

1.2.1. O objeto da presente licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do presente Edital, devendo o proponente vencedor disponibilizar os brinquedos infláveis sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais;

1.2.2. Todos os equipamentos deverão estar em perfeitas condições de uso, limpos, sem rasgos ou emendas, para garantir a segurança de todos os usuários.

1.2.3. O FORNECEDOR deverá disponibilizar em cada brinquedo inflável seja acompanhado de no mínimo 1 (um) de monitor. Esse deverá estar:

1.2.3.1 Devidamente uniformizados, ter iniciativa, interesse, paciência, flexibilidade e praticidade de adequadas intervenções, a fim de atender à diversidade de crianças;

1.2.3.2. Treinados para trabalhar com crianças (estudantes universitários ou formados em áreas relativas a eventos de recreação);

1.2.3.3. Estar presente no local com 1 (uma) hora de antecedência dos horários previstos para o início do evento.

1.2.3.4. É terminantemente proibido ao monitor fumar próximo ao brinquedo.

1.2.4. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.2.5. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.2.6. Por ocasião do recebimento do objeto licitado, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a empresa vencedora a promover a devida substituição.

1.2.6.1. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

1.2.6.2. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.7. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.2.7.1. Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.2.7.2. Caberá exclusivamente ao FORNECEDOR, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

1.2.8. Caberá ao FORNECEDOR; obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.2.9. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.9.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;
- 2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;
- 2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;
- 2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)).
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
- 4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.5. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;
- 4.6. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer.
- 4.7. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.
- 4.8. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.
- 4.9. Obedecer às normas técnicas e legais vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época.
- 4.10 Responder a todos os esclarecimentos e as informações que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.
- 4.11. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local do serviço, em qualquer dia e hora, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

## CLÁUSULA QUINTA

### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
  - 5.1.1. Advertência;
  - 5.1.2. Multa;
  - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
  - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
  - 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos

serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Ação(s):

- 08.001.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica Fundamental  
08.001.12.365.0028.2091 – Manutenção da Educação Infantil – Creches  
08.001.12.365.0028.2092 – Manutenção da educação Infantil – Pré-escolar  
08.001.12.392.0046.2038 – Apoio para difusão cultural  
15.001.22.691.0100.2048 – Programação de natal  
15.001.22.691.0100.2047 – Apoio a feiras e exposições  
19.001.13.392.0027.2089 – Administração e Gestão do Fundo da Cultura

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. – Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

- 1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários  
1.01 Detalhamento: Rec. De Imp. E Transf. De Impostos – Educação CLÁUSULA NONA

#### DA VIGÊNCIA

- 9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.
- 9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 9.2.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Dirce Aparecida Dalla Costa Ribeiro da Silva a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.
- 10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.
- 10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;
- 10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.
- 10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.
- 10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.
- 10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 12 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

RONALDO REINALDO MACHADO  
MACHADO EVENTOS LTDA – ME  
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

Nome legível:  
RG:  
CPF:

Nome legível:  
RG:  
CPF:

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 058.17**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 058/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 034/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 020/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 17 (dezesete) dias do mês de abril do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - CAPINZAL CENTER LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Sete de Abril, nº 3151, Parque Jardim Ouro na cidade de Ouro/SC, CEP 89.663-000 inscrita no CNPJ sob o nº 07.383.088/0001-17, neste ato representada por seu sócio administrador ENIO DELAZERI, brasileiro, casado, do comércio, portador da cédula de identidade nº 11/R 1.870.202 e inscrito no CPF/MF nº 453.533.100-63, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 034/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº 020/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**DO OBJETO E DO PREÇO**

0.0.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios, utensílios domésticos e material de limpeza e higiene, de forma parcelada, destinados às atividades desenvolvidas na Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e nos Fundos Especiais, em conformidade com as especificações constantes no Anexo I e demais condições estabelecidas em Edital, cujas características e especificações seguem descritas abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
1	980,00	UN	ALCOOL LIQUIDO, ETILICO HIDRATADO A 92,8 GRAUS INPM, DE USO INSTITUCIONAL: EMBALAGEM PLASTICA DE 1 LITRO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DA FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE.	4,67	4.576,60
4	155,00	UN.	AÇUCAR REFINADO EMBALAGEM PLASTICA DE 5KG.	12,88	1.996,40
6	55,00	FAR	ÁGUA MINERAL COM GÁS - 500 ML (FARDO C/ 12 UNIDADES)	9,39	516,45
7	107,00	FAR	ÁGUA MINERAL SEM GÁS - 500ML (FARDO C/ 12 UNIDADES)	8,09	865,63
9	530,00	UN	ÁGUA SANITÁRIA - EMBALAGEM DE 1 LITRO: COMPOSICAO: HIPOCLORITO DE SODIO 10% ESTABILIZANTE E VEICULO. PRINCIPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SODIO. TEOR DE CLORO ATIVO 2 A 2,5%. EMBALAGEM EM MATERIAL QUE IMPEÇA A ACAO DE LUZ SOLAR, COM DATA DE FABRICACAO IMPRESSA NA EMBALAGEM, A MESMA CONTENDO INDICACOES, RECOMENDACOES, PRECAUCOES E CUIDADOS EM CASO DE ACIDENTES E MODO DE USAR, EMBALADAS EM CAIXAS DE PAPELAO COM OS DADOS DO FABRICANTE. VALIDADE DO PRODUTO NAO DEVERA SER SUPERIOR A 5 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.CAIXA CONTENDO 12 (DOZE) UNIDADES.	1,37	726,10
14	380,00	UN	ÁLCOOL GEL 70%, COM 500 ML, EM EMBALAGEM PUMP	3,82	1.451,60
16	160,00	UN	AMACIANTE DE ROUPAS: EMBALAGEM 05 LITROS: COMPOSICAO: CLORETO DIALQUIL DIME-TIL AMONIO, ACIDULANTE, ESSENCIA, CONSERVANTE, COADJUVANTE, CORANTE E VEICULO. PRINCIPIO ATIVO: CLORETO DIALQUIL DIMETIL AMONIO. EMBALAGEM TRANSLUCIDA, COM DATA DE FABRICACAO IMPRESSA NA EMBALAGEM, ROTULO DE ALUMINIO, A MESMA CONTENDO INDICACOES, RECOMENDACOES, PRECAUCOES E MODO DE USAR, COM OS DADOS DO FABRICANTE, FRAGRANCIAS A ESCOLHER. VALIDADE DO PRODUTO DEVERA SER SUPERIOR A 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. CAIXA CONTENDO 4 UNIDADES.	6,25	1.000,00

22	530,00	UN	CAFE EM PO EXTRA FORTE, FEITO A PARTIR DE GRAOS SELECIONADOS, COM PONTO DE TORRA ESCURO, EMBALAGEM DUPLA (CAIXA DE PAPELÃO - EXTERNA, LAMINA INTERNA) MOIDO EMBALADO A VACUO, EMBALAGEM DE 500G. DEVERÁ CONTER SELO DA ABIC.	6,49	3.439,70
23	50,00	VD	CAFE SOLUVEL 200 GRS	9,95	497,50
29	90,00	UN	CHÁ MISTO DE FLORES E FRUTAS DIVERSOS SABORES, CAIXA COM 30 GRAMAS E 15 SAQUI-NHOS	2,49	224,10
30	30,00	UN	COADOR DE PANO - GRANDE	1,39	41,70
33	1,00	UN	COLHER GRANDE DE ALUMÍNIO	5,50	5,50
34	1,00	UN	CONCHA GRANDE DE ALUMINIO CABO COM 12 UNIDADES	5,90	5,90
35	1,00	UN	CONCHA GRANDE E ALUMINIO CABO COM 40 CM	10,00	10,00
37	665,00	PCT	COPO DESCARTÁVEL 180 ML - PACOTE COM 100 UNIDADES	2,03	1.349,95
39	140,00	PCT	COPO PLASTICO DESCARTAVEIS TRANSPARENTE DE 300ML: PRIMEIRA LINHA, RESISTENTE A COMPRESSAO LATERAL, TRANSPARENTE , EMBALADAS EM TIRAS COM 100 UNIDADES, PESANDO NO MINIMO 200G, ACONDICIONADAS EM CAIXA DE PAPELÃO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO, ATOXICO, HOMOGENEO, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUIROS, DEFORMACOES E SUJEIRAS (INTERNAMENTE) BORDAS LISAS SEM REBARBAS, TEMPERATURA MAXIMA PARA USO 100C.	3,49	488,60
41	250,00	PCT	COPOS PLASTICOS DESCARTAVEIS TRANSPARENTE DE 200ML: PRIMEIRA LINHA, RESISTENTE A COMPRESSAO LATERAL, TRANSPARENTE , EMBALADAS EM TIRAS COM 100 UNIDADES, PESANDO NO MINIMO 200G, ACONDICIONADAS EM CAIXA DE PAPELÃO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO, ATOXICO, HOMOGENEO, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUIROS, DEFORMACOES E SUJEIRAS (INTERNAMENTE) BORDAS LISAS SEM REBARBAS, TEMPERATURA MAXIMA PARA USO 100C.	2,19	547,50
43	190,00	UN	DESINFETANTE LIMPADOR SOLÚVEL, EMBALAGEM 02 LITROS	2,79	530,10
44	250,00	UN	DESINFETANTE P/ BANHEIRO, CONTENDO 1(UMA) REDE PLASTICA + 1(UM) GANCHO E 1 (UMA) PEDRA DE NO MINIMO 25 GR.	0,72	180,00
45	635,00	UN	DESINFETANTE SANITÁRIO 500ML. COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS NÃO IÔNICOS, PRESERVANTE, SOLVENTE, SEQUESTRANTE, CONSERVADOR DE PH, AROMATIZANTES, CORANTES, ESSÊNCIA E VEÍCULO.	1,27	806,45
46	330,00	UN	DESINFETANTE: EMBALAGEM 02 LITROS: COMPOSICAO: TENSOATIVO ANIONICO, UMECTANTE, PERFUME, ESPESSANTE E VEICULO. PRINCIPIO ATIVO: CLORETO DIALQUIL DIMETIL AMONIO. EMBALAGEM TRANSLUCIDA, COM DATA DE FABRICACAO IMPRESSA NA EMBALAGEM, ROTULO DE ALUMINIO, A MESMA CONTENDO INDICACOES, RECOMENDACOES, PRECAUCOES E CUIDADOS EM CASO DE ACIDENTES E MODO DE USAR, EMBALADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO COM OS DADOS DO FABRICANTE. VALIDADE DO PRODUTO DEVERA SER SUPERIOR A 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA, FRAGRANCIAS A ESCOLHER.	2,59	854,70
47	120,00	UN	DESINFETANTE: EMBALAGEM 05 LITROS: COMPOSICAO: TENSOATIVO ANIONICO, UMECTANTE, PERFUME, ESPESSANTE E VEICULO. PRINCIPIO ATIVO: CLORETO DIALQUIL DIMETIL AMONIO. EMBALAGEM TRANSLUCIDA, COM DATA DE FABRICACAO IMPRESSA NA EMBALAGEM, ROTULO DE ALUMINIO, A MESMA CONTENDO INDICACOES, RECOMENDACOES, PRECAUCOES E CUIDADOS EM CASO DE ACIDENTES E MODO DE USAR, EMBALADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO COM OS DADOS DO FABRICANTE. VALIDADE DO PRODUTO DEVERA SER SUPERIOR A 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA, FRAGRANCIAS A ESCOLHER.	5,49	658,80
48	1.370,00	UN	DETERGENTE LIQUIDO EMBALAGEM COM 500 ML, BIODEGRADAVEL, COM GLICERINA, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR CARACTERISTICA DE FLUIDEZ, VISCOSIDADE E CONCENTRAÇÃO QUE GARANTE UM BOM RENDIMENTO. APLICAÇÃO: REMOÇÃO DE GORDURA DE LOUÇAS, TALHERES, PANEIS. EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, NUMERO DE REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	1,07	1.465,90
52	460,00	UN	ERVA MATE, 1ª QUALIDADE	6,25	2.875,00
53	40,00	UN	ESCOVA DE LAVAR, CERDAS SINTÉTICAS, P/ ROUPAS (PLASTICA)	0,85	34,00
54	40,00	UN	ESCOVA SANITÁRIA C/ SUPORTE QUE ABRE E FECHA, COM CERDAS CRESPIAS, EMBUTIDAS EM FORMATO CIRCULAR.	2,99	119,60
55	1.170,00	UN	ESPONJA ABRASIVA DUPLA FACE: UM DOS LADOS EM FIBRA SINTETICA ABRASIVA NA COR VERDE, OUTRO LADO EM ESPUMA DE POLIURETANO NA COR AMARELA, ANTI BACTERIAS, EM EMBALAGENS INDIVIDUAL ESPONJAS DE 110 X 74 X 23 MM.	0,47	549,90
56	150,00	UN	ESPONJA DE AÇO COM 2 UNIDADES, (P/ COZINHA)	0,76	114,00
59	1,00	UN	FACA DE PÃO DE ALUMINIO	5,98	5,98
65	200,00	UN	FLANELA AMARELA, DIMENSÃO 38 X 58 CM 100% ALGODÃO, COSTURA NAS BORDAS REFORÇADA, PRODUTO DE QUALIDADE.	1,02	204,00
66	40,00	PCT	FÓSFORO - CAIXINHA COM LIXA TRADICIONAL. CONTEÚDO: 40 FÓSFOROS. MAÇO: 10 CAIXINHAS.	1,49	59,60
76	600,00	PCT	GUARDANAPO DE PAPEL BRANCO GRANDE - 33CMX33CM - PACOTE COM 50 UNIDADES	0,89	534,00
77	160,00	PCT	GUARDANAPO DE PAPEL BRANCO PEQUENO - 20CMX20CM - PACOTE COM 50 UNIDADES	0,44	70,40
78	30,00	UN.	HASTE FLEXÍVEIS - COTONETES CAIXA C/ 75 UNIDADES	1,00	30,00
81	2.460,00	LT	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL	2,71	6.666,60

83	240,00	PCT	LENÇO ÚMIDO - PACOTE COM 70 UNIDADES DE 20 X 12 CM	1,82	436,80
84	50,00	UN	LIMPA VIDRO DESEMPAÇANTE - COM 500 ML	1,65	82,50
85	250,00	UN	LIMPA VIDRO DESEMPAÇANTE COM 500 ML	1,65	412,50
101	330,00	UN.	LUVA PARA LIMPEZA - ELABORADA COM LATEX DE BORRACHA, TAMANHO MEDIO (M), CANO MEDIO, FORRADA COM FLOCOS DE ALGODAO E ANTIDERRAPANTE. DEVERA CONSTAR NA EMBALAGEM A VALIDADE DO PRODUTO.	1,95	643,50
102	150,00	UN.	LUVA PARA LIMPEZA - ELABORADA COM LATEX DE BORRACHA, TAMANHO PEQUENO (P), CANO MEDIO, FORRADA COM FLOCOS DE ALGODAO E ANTIDERRAPANTE. DEVERA CONSTAR NA EMBALAGEM A VALIDADE DO PRODUTO.	1,95	292,50
103	150,00	UN.	LUVA PARA LIMPEZA- ELABORADA COM LATEX DE BORRACHA, TAMANHO GRANDE (G), CANO MEDIO, FORRADA COM FLOCOS DE ALGODAO E ANTIDERRAPANTE. DEVERA CONSTAR NA EMBALAGEM A VALIDADE DO PRODUTO.	1,95	292,50
105	35,00	UN	PA DE LIXO PLASTICA COM CABO LONGO (80CM) ESPECIFICAÇÕES: 26,5X27X13,5 CM.	3,25	113,75
109	210,00	UN	PANO DE CHÃO, TIPO SACA ALVEJADA, MEDINDO 50 X 70, PARA LIMEZA, BRANCA, DUPLA, 100% DE ALGODÃO, PRE AMACIADO, SUPER RESISTENTE COM TRAMA GROSSA BEM FECHADA, COM GRAMATURA DE 160 A 180 G. COM COSTURA EM ORVELOK. EMBALADO EM CASO PLASTICO TRANSPARENTE.	1,89	396,90
111	800,00	UN	PAPEL HIGIÊNICO 300MT X 10CM, FOLHA SIMPLES NOBRE LUXO, 100% CELULOSE, NA COR BRANCA, GOFRADO DE 1ª QUALIDADE. QUALIDADE DO PAPEL: SEM SUJIDADE, HOMOGENEA, SUAVE E MACIO, RESISTENTE, COM BOA ABSORÇÃO, NEUTRO, DE PRIMEIRA QUALIDADE. ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS (PARTICULAS LENHOSAS, METÁLICAS, FRAGMENTOS DE MATERIAIS PLÁSTICOS E OUTROS).	2,40	1.920,00
113	930,00	UN.	PAPEL HIGIENICO: FOLHA SIMPLES 60 METROS X 10 CM, COMPOSICAO:100% FIBRAS CELULOSICAS VIRGENS, GRAMATURA (VARIACAO+-5%) - TIPO DE FOLHA DE 14 G/M2 - ALVURA MINIMO 800 GE, (EXTRA BRANCO) PICOTADO E GOFRADO, PACOTE COM 4 UNIDADES, FARDO COM 64 ROLOS, EMBALADOS EM POLIETILENO IMPRESSO.	2,29	2.129,70
114	3.250,00	UN	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS, FOLHA INTERCALADA100% FIBRA NATURAL, VIRGEM, COR BRANCA ALVURA 100% DE FIBRAS NATURAIS SEM PIGMENTAÇÃO ORIUNDA DA UTILIZAÇÃO DE APARES DE MATERIAL IMPRESSO, COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO, COM DISTRIBUIÇÃO HOMOGENEA DAS FIBRAS AO LONGO DO PAPEL, MACIO, MEDINDO 21 X 23 CM, COM GRAMATURA DE 28 À 30, EMBALAGEM DE PAPEL COM 1.000 FOLHAS ACONDICIONADAS COM 05 MACOS. SENDO NECESSARIO A VERIFICAÇÃO E TESTADOS NOS PADRÕES DA ANVISA.	6,49	21.092,50
115	390,00	UN	PAPEL TOALHA PARA COZINHA - PACOTE COM 02 ROLOS 22X20 CM, COM CÍRCULOS DE ABSORÇÃO. SEM SUJIDADE, HOMOGENEA, SUAVE E MACIO, RESISTENTE, COM BOA ABSORÇÃO, NEUTRO, DE PRIMEIRA QUALIDADE. ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS (PARTICULAS LENHOSAS, METÁLICAS, FRAGMENTOS DE MATERIAIS PLÁSTICOS E OUTROS).	1,99	776,10
122	280,00	UN	PURIFICADOR DE AR AEROSOL - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 360 ML	5,59	1.565,20
135	120,00	UN.	SABÃO EM BARRA - PACOTE COM 5 UNIDADES 200G (GLICERINADO)	3,75	450,00
136	1.400,00	UN	SABÃO EM PÓ - MULTIPLACAO OU TRIPLACAO, BIODEGRADAVEL, CONTENDO TENSOS ATIVOS, COADJUVANTES, SINERGISTAS, TAMPONANTES, BRANQUEADORES OPTICOS, CORANTE, ENZIMAS, ADENUADORES DE ESPUMA, ALQUILBENZENO SULFATO DE SODIO, ALVEJANTE, PERFUME E AGUA. EMBALADA EM CAIXA DE PAPEL, CONTENDO 01KG, DEVERA CONTER AS PRECAUCOES, RECOMENDACOES E INSTRUCOES DE USO, NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE.	3,19	4.466,00
137	70,00	UN	SABONETE, 90GR	0,70	49,00
140	830,00	UN	SACO DE LIXO 100 LITROS - COR AZUL, REFORCADO, PICOTADO DENTRO DAS NORMAS DA ABNT, MEDINDO 75 X 105 CM, COMPOSICAO: 98% POLIETILENO E 2% MASTERBACH, CADA ROLO COM 25 UNIDADES.	4,99	4.141,70
141	630,00	UN	SACO DE LIXO 15 LITROS - COR AZUL, REFORCADO, PICOTADO DENTRO DAS NORMAS DA ABNT, MEDINDO 39 X 58 CM, COMPOSICAO: 98% POLIETILENO E 2% MASTERBACH, CADA ROLO COM 100 UNIDADES.	5,08	3.200,40
143	700,00	UN	SACO DE LIXO 50 LITROS - COR AZUL, REFORCADO, PICOTADO DENTRO DAS NORMAS DA ABNT, MEDINDO 63 X 80 CM, COMPOSICAO: 98% POLIETILENO E 2% MASTERBACH, CADA ROLO COM 50 UNIDADES.	4,99	3.493,00
149	600,00	UN	SAPONACEO LIQUIDO CREMOSO: CONTENDO 300 ML, COM TAMPA ABRE-FECHA, INDUSTRIA BRASILEIRA, COMPOSICAO: TENSOATIVO ANIONICO, ALCALINIZANTE, AGENTE ABRASIVO, AGENTE DE BRANQUEAMENTO E ESSENCIA. PRINCIPIO ATIVO: ACIDO TRICLOROISOCIANURICO. A MESMA CONTENDO INDICACOES, RECOMENDACOES, PRECAUCOES E CUIDADOS EM CASO DE ACIDENTES E MODO DE USAR, QUE NAO RISCA NO USO. EMBALADAS EM CAIXAS DE PAPEL COM OS DADOS DO FABRICANTE. VALIDADE DO PRODUTO DEVERA SER SUPERIOR A 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	2,09	1.254,00
151	300,00	UN	SUCO EM PO - PACOTE C/ 25G	0,49	147,00
152	30,00	UN.	TALCO INFANTIL - 200G: ÓXIDO DE ZINCO, METILPARABENO, PROPILPARABENO, CAULIM, ESSÊNCIA.	4,68	140,40
158	120,00	UN	VASSOURA DE NYLON COMPOSICAO: MATERIAL SINTETICO, COM NO MINIMO 80 TUFOS DE 10CM PLUMADOS, BASE DE PLASTICO RIRIDO DE 26 CM X 6 CM, COM CABO DE MADEIRA REVESTIDO MATERIAL SINTETICO.	4,89	586,80

159	135,00	UN	VASSOURA DE PALHA COLONIAL, COM CABO DE MADEIRA, 4 FIOS , PALHA COM 60 CM DE COMPRIMENTO, FEITAS A MÃO, REFORÇADAS, RESISTENTES, COR CARACTERISTICA DA PALHA, COM BOA APARENCIA, PRODUTO DE 1º QUALIDADE.	10,00	1.350,00
-----	--------	----	---	-------	----------

0.1. O FORNECEDOR 1 – Empresa, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 82.935,01 (oitenta e dois mil novecentos e trinta e cinco reais e um centavo);

1.2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do presente Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega das mesmas em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade, constando as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.2.2.2.. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.2.3. O objeto deverá ser entregue ao servidor responsável pelo Setor de Estoque ou outra Unidade descritas na Autorização/Solicitação de Fornecimento, em dias úteis, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

1.2.4. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.4.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos itens licitados.

1.2.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca do item enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.2.7. Por ocasião do recebimento do item licitado, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.8. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

1.2.9. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.10. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.10.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA

**DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

- 4.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
- 4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.5. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;
- 4.6. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer.
- 4.7. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.
- 4.8. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.
- 4.9. Obedecer às normas técnicas e legais vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época.
- 4.10 Responder a todos os esclarecimentos e as informações que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.
- 4.11. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local do serviço, em qualquer dia e hora, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

**CLÁUSULA QUINTA****DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA SEXTA****DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo

Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Ação (s):

- 02.001.04.122.0004.2002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito
- 06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração
- 06.001.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador
- 06.001.06.181.0010.2010 - Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha
- 06.001.06.181.0010.2011 - Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros
- 06.001.06.181.0010.2012 - Manutenção do convênio multas de trânsito – Polícia Militar
- 06.001.06.181.0010.2013 - Manutenção do convênio multas de trânsito – Polícia Civil
- 06.002.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento da Fazenda
- 07.001.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar
- 08.001.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica Infantil
- 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
- 08.001.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar
- 08.001.12.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental
- 08.001.12.365.0028.2091 - Manutenção da Educação Infantil – Creches
- 08.001.12.365.0028.2092 - Manutenção da Educação Infantil – Pré escolar
- 08.001.12.122.0102.2093 - Gestão Administrativa da Secretaria de Educação
- 08.002.13.392.0046.2038 - Apoio para difusão cultural
- 08.003.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes
- 09.001.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
- 11.001.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos
- 11.001.15.452.0061.2055 - Manutenção da capela mortuária e do cemitério público municipal
- 11.001.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais

12.001.08.244.0020.2025 - Manutenção do Centro de Multiuso  
12.001.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral  
12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS  
12.001.08.241.0026.2087 - Administração e execução do Fundo do Idoso  
13.001.10.301.0016.2017 - Atenção Básica  
13.001.10.301.0016.2018 - Manutenção dos serviços de vigilância sanitária e epidemiológica  
13.001.10.306.0016.2020 - Alimentação e Nutrição  
13.001.10.122.0103.2094 - Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde  
15.001.22.691.0100.2047 - Manutenção dos serviços de incentivo ao comércio e serviços  
15.001.22.661.0100.2051 - Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna  
16.001.16.482.0019.2086 - Administração e execução do Fundo de Habitação  
19.001.13.392.0027.2089 - Administração e Gestão do Fundo da Cultura

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários  
1.01 Detalhamento: 001 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação  
1.02 Detalhamento: 002 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde  
1.09 e 3.09 Detalhamento: 009 – FIA Imposto de Renda  
1.10 e 3.10 Detalhamento: 010 – Convênio de Transito – Militar  
1.11 e 3.11 Detalhamento: 011 – Convênio de Transito – Civil  
1.12 e 3.12 Detalhamento: 012 – Convênio de Transito – Prefeitura  
1.19 e 3.19 Detalhamento: 019 – FUNDEB 40%  
1.00 e 3.00 Detalhamento: 102 – Corpo de Bombeiros  
1.00 e 3.00 Detalhamento: 103 – Rádio Patrulha  
1.06 e 3.06 Detalhamento: 117 – Fundo do Meio Ambiente  
1.67 e 3.67 Detalhamento: 202 – Cofinanciamento  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 206 – Piso da Atenção Básica  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 208 – PMAQ  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 212 – Vigilância em Saúde  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 213 – Vigilância Epidemiológica  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 217 – Plantas Medicinais – Custeio Fitoterápico  
1.65 e 3.65 Detalhamento: 308 – Proteção Social Básica - Custeio  
1.35 e 3.35 Detalhamento: 311 – BL GSUAS  
1.35 e 3.35 Detalhamento: 312 – BL PSB  
1.06 e 3.06 Detalhamento: 350 – Doações ao Fundo do Idoso

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Jane Elisa Otto Brandalise a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação

ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA  
DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna  
CONTRATANTE

ENIO DELAZERI  
CAPINZAL CENTER LTDA  
FORNECEDOR 1

**TESTEMUNHAS:**

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF:

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 059.17**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 059/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 034/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 020/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 17 (dezessete) dias do mês de abril do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

2 - COR & ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Severino Slongo, na cidade de Lacerdópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.758.684/0001-09, neste ato representada pela sua sócia administradora CLAUDIA INES TESSARO, brasileira, casada, empresária, portador da cédula de identidade nº 2.634.688 e inscrito no CPF/MF sob o nº 908.090-099-00, residente e domiciliado na Rua Artur Pereira Alves, 655, Bairro Jardim Cidade Alta, na cidade de Joaçaba/SC, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 034/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº 020/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO E DO PREÇO**

0.0.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios, utensílios domésticos e material de limpeza e higiene, de forma parcelada, destinados às atividades desenvolvidas na Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e nos Fundos Especiais, em conformidade com as especificações constantes no Anexo I e demais condições estabelecidas em Edital, cujas características e especificações seguem descritas abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
8	270,00	UN	ÁGUA MINERAL SEM SIFÃO - COM 20 LITROS	8,90	2.403,00
12	40,00	UN	ÁLCOOL GEL 70% - REFIL COM 800ML	7,80	312,00
13	40,00	UN	ÁLCOOL GEL 70%, COM 50 ML ANTISSEPTICO HIDRATANTE PARA AS MÃOS, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE.	3,15	126,00
15	65,00	UN	ÁLCOOL GEL A 70% GRAU INPM: EMBALAGEM PLASTICA DE 5 LITROS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DA FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO INMETRO.	21,95	1.426,75
19	30,00	UN	BOMBONA DE AGUA MINERAL - 20 LITROS	9,10	273,00
21	5,00	UN	CABO DE RODO EM ALUMINIO 2,80M	19,80	99,00
31	6,00	UN	COLHER DE MESA	1,25	7,50
32	4,00	PCT	COLHER E GARFO DESCARTÁVEL PACOTE COM 25 UNIDADES CADA	2,10	8,40

50	75,00	UN	DISCO PARA ENCERADEIRA, DISCO DE FELTRO PARA ESFREGAR, NA COR VERDE COM 33 CM	14,80	1.110,00
51	150,00	UN	DISCO PARA ENCERADEIRA, DISCO DE FELTRO PARA LUSTRAR NA COR AMARELA, COM 33 CM	14,80	2.220,00
60	6,00	UN	FACA PARA MESA	2,18	13,08
61	100,00	UN	FIBRA BRANCA (LIMPEZA LEVE)	1,28	128,00
62	310,00	UN	FIBRA VERDE (USO GERAL)	1,16	359,60
67	400,00	CX	FÓSFORO EXTRA LONGOS COM 50 UN	1,10	440,00
68	6,00	UN	GARFO DE MESA	1,30	7,80
70	15,00	UN	GARRAFA TÉRMICA COM 03 LITROS DE PRESSÃO, COM ALAVANCA PARA BOMBEAMENTO. DIMENSÕES: COMPRIMENTO - 21 CM. ALTURA - 38,5 CM. LARGURA - 18 CM. CAPACIDADE DA GARRAFA: 3 LITROS	137,45	2.061,75
82	440,00	UN	LENCO DE PAPEL CONTENDO NO MÍNIMO AS SEGUINTEES ESPECIFICACOES: CAIXA COM 150 UNIDADES, TAMANHO DE 21,5X22,2CM, SEM PERFUME, ULTRA SUAVE, DESCARTAVEL.	8,38	3.687,20
86	910,00	UN	LIMPADOR /DESENGORDURANTE MULTIUSO, C/ PERFUME, EMBALAGEM COM APLICADOR SPRAY, C/ 500ML.	1,73	1.574,30
87	520,00	UN	LIMPADOR PARA LIMPEZA PESADA COM CLORO ATIVO - 500 ML	3,07	1.596,40
88	10,00	UN	LIXEIRO COM TAMPA E PEDAL COM CAPACIDADE DE 30 LITROS COM AS DIMENSÕES 32X29X40 DEPOLIPROPILENO, NA COR BRANCO	36,88	368,80
89	6,00	UN	LIXEIRO GRANDE COM TAMPA BASCULANTE, 105 LITROS, NA COR GELO	39,62	237,72
90	3,00	UN	LIXEIRO GRANDE COM TAMPA BASCULANTE, 50 LITROS, NA COR GELO	25,97	77,91
91	3,00	UN	LIXEIRO GRANDE COM TAMPA E PEDAL, NA COR BRANCA - 50 LITROS	60,95	182,85
94	50,00	UN	LUSTRA MÓVEIS 500 ML	4,18	209,00
95	110,00	CX	LUVA DE PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, C/ 100 UN, TAM G. DESCRIÇÃO: PRODUZIDA EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, LEVEMENTE PULVERIZADA COM PÓ-ABSORVÍVEL, AMBIDESTRA, LISA, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES NO TAMANHO G.	13,00	1.430,00
96	120,00	CX	LUVA DE PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, C/ 100 UN, TAM. M DESCRIÇÃO: PRODUZIDA EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, LEVEMENTE PULVERIZADA COM PÓ-ABSORVÍVEL, AMBIDESTRA, LISA, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES NO TAMANHO M.	13,00	1.560,00
97	120,00	CX	LUVA DE PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, C/100 UN, TAM. P DESCRIÇÃO: PRODUZIDA EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, LEVEMENTE PULVERIZADA COM PÓ-ABSORVÍVEL, AMBIDESTRA, LISA, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES NO TAMANHO P.	13,00	1.560,00
106	20,00	UN	PÁ PARA LIXO	1,25	25,00
110	300,00	UN	PANO DE PRATO 100% ALGODÃO ALTA ABSORÇÃO MEDINDO 850X 80CM COM COSTURA NAS BORDAS REFORÇADA, PRODUTO DE 1º QUALIDADE.	2,32	696,00
116	40,00	UN	PASTA CRISTAL 500 G	2,44	97,60
117	70,00	UN	PILHA MÉDIA ALCALINA - PACOTE COM 02 UNIDADES	6,00	420,00
118	110,00	UN.	PILHA PALITO ALCALINA COM 02 UNIDADES	2,80	308,00
121	2,00	PCT	PRATO DE PAPELÃO Nº4 PACOTE COM 100 UNIDADES	10,40	20,80
124	20,00	UN	REFIL DE VASSOURA MOP DE 1 MT	32,50	650,00
130	30,00	UN	RODO DUPLO COM 30CM	2,40	72,00
131	20,00	UN	RODO DUPLO COM 40CM	3,35	67,00
132	30,00	UN	RODO EM ALUMINIO 80 CM BASE EM ALUMINIO POLIDO DE ALTA RESISTENCIA, CABO EM ALUMINIO POLIDO NOS COMPRIMENTOS DE NO MINIMO 1,3 CM, SUPORTE PARA FIXACAO DE CABO, BORRACHA COM OTIMA ADERENCIA, EFICIENTE NA SECAGEM, DE FACIL SUBSTITUICAO DO REFIL.	25,07	752,10
134	21,00	UN	RODO EM ALUMÍNIO DE 60 CM BASE EM ALUMÍNIO POLIDO DE ALTA RESISTÊNCIA, CABO EM ALUMÍNIO POLIDO NOS COMPRIMENTOS DE NO MÍNIMO 1,3CM, SUPORTE PARA FIXAÇÃO DO CABO, BORRACHA COM ÓTIMA ADERÊNCIA, EFICIENTE NA SECAGEM DE FÁCIL SUBSTITUIÇÃO DO REFIL.	24,12	506,52
144	100,00	UN	SACO DE TECIDO: MEDIDAS EXTERNAS MÍNIMAS DE 60 DE LARGURA X 80 CM DE ALTURA. COMPOSICAO: 100% ALGODAO, PARA LIMPEZA, LAVADO E ALVEJADO, COM O PESO SUPERIOR A 220 GRAMAS, O MESMO DEVERA CONTER ETIQUETA DA FABRICA INFORMANDO A COMPOSICAO DO TECIDO E METRAGEM.	2,59	259,00
146	130,00	UN	SACO PLÁSTICO PICOTADO 30X40X0,17 - ROLO COM 500 UNIDADES	13,59	1.766,70
148	50,00	UN.	SANITIZANTE DE LEGUMES E FRUTAS. INDICADO PARA SANITIZAÇÃO DE OVOS, FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES EM ÁREA DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS. SOLUÇÃO AQUOSA A BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO OU CÁLCIO, COM TEOR DE CLORO ATIVO ENTRE 2,0 A 25%, DENTRO DO PRAZO. PRODUTO DEVERÁ CONTER APENAS HIDRÓXIDO DE SÓDIO OU CÁLCIO, CLORETO DE SÓDIO OU CÁLCIO E CARBONO DE SÓDIO OU CÁLCIO COMO ESTABILIZANTE.	35,90	1.795,00

150	50,00	UN	SHAMPOO INFANTIL 350 ML. COMPOSIÇÃO: ÁGUA, LAURET SULFATO DE SÓDIO, LAURET SULFOSUCCINATO DISÓDICO, COCAMIDOPROPIL BETAÍNA, DEA COCAMIDA, DIOLEATO DE PEG-120 METILGLUCOSA, PERFUME, CLORURO DE SÓDIO, EDTA TETRASÓDIO, TRIETANOLAMINA, POLOXÁMERO 124, FORMALDEÍDO, METILCLOROITIAZOLINONA, AMARILLO ÁCIDO 23.	4,47	223,50
153	250,00	UN	TOALHA DE BANHO 100% ALGODÃO COM APROXIMADAMENTE 70 CM X 1,4 CM, COLORIDA.	9,68	2.420,00
154	230,00	UN	TOALHA DE ROSTO, COM NO MÍNIMO 0,70 CM DE LARGURA E 1,40 CM DE COMPRIMENTO, CORES A ESCOLHER, 100% ALGODÃO, COM FIO PENTEADO E GRAMATURA DE 450 G/M², COLORIDA.	9,68	2.226,40
155	160,00	UN	TOALHAS DE ROSTO, COM NO MÍNIMO 0,50 CM DE LARGURA E 0,80 CM DE COMPRIMENTO, CORES A ESCOLHER, 100% ALGODÃO, COM FIO PENTEADO E GRAMATURA DE 450 G/M², BRANCA.	3,45	552,00

0.1. O FORNECEDOR 2 – Empresa, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 36.337,68 (trinta e seis mil trezentos e trinta e sete reais e sessenta e oito centavos);

1.2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do presente Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega das mesmas em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade, constando as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.2.2.2. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.2.3. O objeto deverá ser entregue ao servidor responsável pelo Setor de Estoque ou outra Unidade descritas na Autorização/Solicitação de Fornecimento, em dias úteis, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

1.2.4. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.4.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos itens licitados.

1.2.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca do item enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.2.7. Por ocasião do recebimento do item licitado, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.8. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

1.2.9. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.10. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.10.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a

apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.5. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;

4.6. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer.

4.7. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.

4.8. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.

4.9. Obedecer às normas técnicas e legais vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época.

4.10 Responder a todos os esclarecimentos e as informações que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.

4.11. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local do serviço, em qualquer dia e hora, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância

devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Ação (s):

- 02.001.04.122.0004.2002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito
- 06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração
- 06.001.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador
- 06.001.06.181.0010.2010 - Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha
- 06.001.06.181.0010.2011 - Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros
- 06.001.06.181.0010.2012 - Manutenção do convênio multas de trânsito – Polícia Militar
- 06.001.06.181.0010.2013 - Manutenção do convênio multas de trânsito – Polícia Civil
- 06.002.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento da Fazenda
- 07.001.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar
- 08.001.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica Infantil
- 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
- 08.001.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar
- 08.001.12.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental

08.001.12.365.0028.2091 - Manutenção da Educação Infantil – Creches  
08.001.12.365.0028.2092 - Manutenção da Educação Infantil – Pre escolar  
08.001.12.122.0102.2093 - Gestão Administrativa da Secretaria de Educação  
08.002.13.392.0046.2038 - Apoio para difusão cultural  
08.003.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes  
09.001.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente  
11.001.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
11.001.15.452.0061.2055 - Manutenção da capela mortuária e do cemitério publico municipal  
11.001.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais  
12.001.08.244.0020.2025 - Manutenção do Centro de Multiuso  
12.001.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral  
12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS  
12.001.08.241.0026.2087 - Administração e execução do Fundo do Idoso  
13.001.10.301.0016.2017 - Atenção Básica  
13.001.10.301.0016.2018 - Manutenção dos serviços de vigilância sanitária e epidemiológica  
13.001.10.306.0016.2020 - Alimentação e Nutrição  
13.001.10.122.0103.2094 - Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde  
15.001.22.691.0100.2047 - Manutenção dos serviços de incentivo ao comercio e serviços  
15.001.22.661.0100.2051 - Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna  
16.001.16.482.0019.2086 - Administração e execução do Fundo de Habitação  
19.001.13.392.0027.2089 - Administração e Gestão do Fundo da Cultura

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários  
1.01 Detalhamento: 001 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação  
1.02 Detalhamento: 002 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde  
1.09 e 3.09 Detalhamento: 009 – FIA Imposto de Renda  
1.10 e 3.10 Detalhamento: 010 – Convênio de Transito – Militar  
1.11 e 3.11 Detalhamento: 011 – Convênio de Transito – Civil  
1.12 e 3.12 Detalhamento: 012 – Convênio de Transito – Prefeitura  
1.19 e 3.19 Detalhamento: 019 – FUNDEB 40%  
1.00 e 3.00 Detalhamento: 102 – Corpo de Bombeiros  
1.00 e 3.00 Detalhamento: 103 – Rádio Patrulha  
1.06 e 3.06 Detalhamento: 117 – Fundo do Meio Ambiente  
1.67 e 3.67 Detalhamento: 202 – Cofinanciamento  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 206 – Piso da Atenção Básica  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 208 – PMAQ  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 212 – Vigilância em Saúde  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 213 – Vigilância Epidemiológica  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 217 – Plantas Medicinais – Custeio Fitoterápico  
1.65 e 3.65 Detalhamento: 308 – Proteção Social Básica - Custeio  
1.35 e 3.35 Detalhamento: 311 – BL GSUAS  
1.35 e 3.35 Detalhamento: 312 – BL PSB  
1.06 e 3.06 Detalhamento: 350 – Doações ao Fundo do Idoso

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Jane Elisa Otto Brandalise a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

CLAUDIA INES TESSARO

COR & ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA

FORNECEDOR 2

#### TESTEMUNHAS:

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF:

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 060.17**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 060/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 034/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 020/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 17 (dezessete) dias do mês de abril do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

3 – DEONISIA DE PARIS 01477377964, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Silvio Pascotto, n. 66, Bairro São Francisco, na cidade de Luzerna/SC, CEP: 89.6009-000, inscrita no CNPJ sob o nº 26.406.753/0001-95, neste ato representada pela sua proprietária DEONISIA DE PARIS, brasileiro, casada, empresária, inscrita no CPF/MF sob o nº 014.773.779-64, residente e domiciliado na Rua Silvio Pascotto, n. 66, Bairro São Francisco, na cidade de Luzerna/SC, doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 034/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº 020/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO E DO PREÇO

0.0.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios, utensílios domésticos e material de limpeza e higiene, de forma parcelada, destinados às atividades desenvolvidas na Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e nos Fundos Especiais, em conformidade com as especificações constantes no Anexo I e demais condições estabelecidas em Edital, cujas características e especificações seguem descritas abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
36	20,00	UN	CONJUNTO MOP PROFISSIONAL - 40 CM, CABO, ARMAÇÃO E REFIL, FORNECIDO EM CABO DE ALUMÍNIO ANODIZADO (1,40 M X 24 MM DE DIÂMETRO - CL 140). ARMAÇÃO PROFISSIONAL EM POLIPROPILENO E AÇO GALVANIZADO, LUVA COMPOSTA POR FIOS 100% ACRÍLICOS QUE PERMITEM UMA ESTÉTICA NATURAL COM RESULTADO SUPERIOR NA RETENÇÃO DE PARTÍCULAS. GARANTIA DE 6 MESES. PESO: 1 KG. QUANTIDADE: 1 PEÇA. USO: PÓ, COMPOSTO POR: CABO ALUMÍNIO, REFIL PROFISSIONAL, ARMAÇÃO PROFISSIONAL.	26,50	795,00
129	30,00	UN	RODO COM ESPUMA DE 30 CM - DE BOA QUALIDADE	4,99	149,70
160	10,00	UN	VASSOURA PARA JARDIM DE FERRO.	5,99	419,30

0.1. O FORNECEDOR 3, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 2.433,00 (dois mil quatrocentos e trinta e três mil);

1.2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do presente Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega das mesmas em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade, constando as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.2.2.2. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.2.3. O objeto deverá ser entregue ao servidor responsável pelo Setor de Estoque ou outra Unidade descritas na Autorização/Solicitação de Fornecimento, em dias úteis, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

1.2.4. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.4.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos itens licitados.

1.2.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca do item enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.2.7. Por ocasião do recebimento do item licitado, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.8. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

1.2.9. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.10. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.10.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.5. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;

4.6. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer.

4.7. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.

4.8. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.

4.9. Obedecer às normas técnicas e legais vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época.

4.10 Responder a todos os esclarecimentos e as informações que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.

4.11. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local do serviço, em qualquer dia e hora, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA SEXTA****DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;
- 6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**CLÁUSULA SÉTIMA****DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:
- 7.1.1. Pela Administração, quando:
- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
  - b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
  - c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
  - d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
  - e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.
- 7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.
- 7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.
- 7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.
- 7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.
- 7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- 7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.
- 7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.
- 7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.
- 7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:
- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
  - b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

**CLÁUSULA OITAVA****DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

- 8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

**Ação (s):**

- 02.001.04.122.0004.2002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito
- 06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração
- 06.001.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador
- 06.001.06.181.0010.2010 - Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha
- 06.001.06.181.0010.2011 - Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros
- 06.001.06.181.0010.2012 - Manutenção do convênio multas de trânsito – Polícia Militar
- 06.001.06.181.0010.2013 - Manutenção do convênio multas de trânsito – Polícia Civil
- 06.002.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento da Fazenda
- 07.001.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar
- 08.001.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica Infantil
- 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
- 08.001.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar
- 08.001.12.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental
- 08.001.12.365.0028.2091 - Manutenção da Educação Infantil – Creches
- 08.001.12.365.0028.2092 - Manutenção da Educação Infantil – Pré escolar
- 08.001.12.122.0102.2093 - Gestão Administrativa da Secretaria de Educação
- 08.002.13.392.0046.2038 - Apoio para difusão cultural

08.003.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes  
09.001.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente  
11.001.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
11.001.15.452.0061.2055 - Manutenção da capela mortuária e do cemitério publico municipal  
11.001.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais  
12.001.08.244.0020.2025 - Manutenção do Centro de Multiuso  
12.001.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral  
12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS  
12.001.08.241.0026.2087 - Administração e execução do Fundo do Idoso  
13.001.10.301.0016.2017 - Atenção Básica  
13.001.10.301.0016.2018 - Manutenção dos serviços de vigilância sanitária e epidemiológica  
13.001.10.306.0016.2020 - Alimentação e Nutrição  
13.001.10.122.0103.2094 - Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde  
15.001.22.691.0100.2047 - Manutenção dos serviços de incentivo ao comercio e serviços  
15.001.22.661.0100.2051 - Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna  
16.001.16.482.0019.2086 - Administração e execução do Fundo de Habitação  
19.001.13.392.0027.2089 - Administração e Gestão do Fundo da Cultura

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários  
1.01 Detalhamento: 001 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação  
1.02 Detalhamento: 002 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde  
1.09 e 3.09 Detalhamento: 009 – FIA Imposto de Renda  
1.10 e 3.10 Detalhamento: 010 – Convênio de Transito – Militar  
1.11 e 3.11 Detalhamento: 011 – Convênio de Transito – Civil  
1.12 e 3.12 Detalhamento: 012 – Convênio de Transito – Prefeitura  
1.19 e 3.19 Detalhamento: 019 – FUNDEB 40%  
1.00 e 3.00 Detalhamento: 102 – Corpo de Bombeiros  
1.00 e 3.00 Detalhamento: 103 – Rádio Patrulha  
1.06 e 3.06 Detalhamento: 117 – Fundo do Meio Ambiente  
1.67 e 3.67 Detalhamento: 202 – Cofinanciamento  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 206 – Piso da Atenção Básica  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 208 – PMAQ  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 212 – Vigilância em Saúde  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 213 – Vigilância Epidemiológica  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 217 – Plantas Medicinais – Custeio Fitoterápico  
1.65 e 3.65 Detalhamento: 308 – Proteção Social Básica - Custeio  
1.35 e 3.35 Detalhamento: 311 – BL GSUAS  
1.35 e 3.35 Detalhamento: 312 – BL PSB  
1.06 e 3.06 Detalhamento: 350 – Doações ao Fundo do Idoso

#### CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Jane Elisa Otto Brandalise a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não

tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

DEONISIA DE PARIS

DEONISIA DE PARIS 01477377964

FORNECEDOR 3

#### TESTEMUNHAS:

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF:

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 061.17**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 061/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 034/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 020/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 17 (dezessete) dias do mês de abril do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

4 – GILBERTO DE ARAUJO COMERCIO - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Francisco Helt, 1044, Centro, na cidade de Capinzal/SC, CEP: 89.665-000 inscrita no CNPJ sob o nº 26.478.549/0001-80, neste ato representada pelo sócio proprietário GILBERTO DE ARAUJO, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 3.154.426 e inscrito no CPF/MF sob o nº 868.721.769-20, residente e domiciliado na Rua Francisco Helt, 1044, Centro, na cidade de Capinzal/SC, doravante denominado FORNECEDOR 4;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 034/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº 020/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO E DO PREÇO

0.0.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios, utensílios domésticos e material de limpeza e higiene, de forma parcelada, destinados às atividades desenvolvidas na Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e nos Fundos Especiais, em conformidade com as especificações constantes no Anexo I e demais condições estabelecidas em Edital, cujas características e especificações seguem descritas abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
10	80,00	UN	ÁGUA SANITÁRIA - EMBALAGEM DE 5 LITROS: COMPOSICAO: HIPOCLORITO DE SODIO 10% ESTABILIZANTE E VEICULO. PRINCIPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SODIO. TEOR DE CLORO ATIVO 2 A 2,5%. EMBALAGEM EM MATERIAL QUE IMPEÇA A AÇÃO DE LUZ SOLAR, COM DATA DE FABRICACAO IMPRESSA NA EMBALAGEM, ROTULO DE ALUMINIO, A MESMA CONTENDO INDICAÇÕES, RECOMENDAÇÕES, PRECAUCOES E CUIDADOS EM CASO DE ACIDENTES E MODO DE USAR, EMBALADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO COM OS DADOS DE FABRICACAO. VALIDADE DO PRODUTO NÃO DEVERA SER SUPERIOR A 5 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. CAIXA CONTENDO 4 UNIDADES.	5,10	408,00
42	280,00	UN	DESENGRAXANTE MULTIUSO: EMBALAGEM 05 LITROS:COMPOSICAO: TENSOATIVO ANIONICO, NEUTRALIZANTE, ALCALINIZANTE, SOLVENTE, CORANTE E VEICULO. PRINCIPIO ATIVO: ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SODIO. EMBALAGEM TRANSLUCIDA, COM DATA DE FABRICACAO IMPRESSA NA EMBALAGEM, ROTULO DE ALUMINIO, A MESMA CONTENDO INDICAÇÕES, RECOMENDAÇÕES, PRECAUCOES E CUIDADOS EM CASO DE ACIDENTES E MODO DE USAR, EMBALADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO COM OS DADOS DO FABRICANTE. VALIDADE DO PRODUTO DEVERA SER SUPERIOR A 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	8,30	2.324,00
49	75,00	UN	DETERGENTE NEUTRO: EMBALAGEM 05 LITROS: COMPOSICAO: TENSOATIVO ANIONICO, NEUTRALIZANTE, UMECTANTE, ESPESSANTE, CONSERVANTE E VEICULO. PRINCIPIO ATIVO: ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SODIO. EMBALAGEM TRANSLUCIDA, COM DATA DE FABRICACAO IMPRESSA NA EMBALAGEM, ROTULO DE ALUMINIO, A MESMA CONTENDO INDICAÇÕES, RECOMENDAÇÕES, PRECAUCOES E CUIDADOS EM CASO DE ACIDENTES E MODO DE USAR, EMBALADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO COM OS DADOS DO FABRICANTE. VALIDADE DO PRODUTO DEVERA SER SUPERIOR A 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	8,10	607,50
58	270,00	PCT	ESPONJA DE LA DE ACO CABONO: ABRASIVO, PARA LIMPEZA EM GERAL, EMBALAGEM EM PACOTE COM 08 UNIDADES, PESO LIQUIDO NÃO INFERIOR A 60 GRAMAS, CONTENDO MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE.	0,83	224,10
93	70,00	UN	LUSTRA MÓVEIS 200 ML	2,30	161,00
107	45,00	UN	PALHA DE AÇO Nº 0, MATERIAL SINTÉTICO E PIGMENTO.	0,48	21,60
128	30,00	UN	REMOVEDOR DE CERA 5 LT	45,00	1.350,00

0.1. O FORNECEDOR 4, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 5.096,20 (cinco mil e noventa e seis reais e vinte centavos);

1.2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do presente Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega das mesmas em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade, constando as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.2.2.2. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.2.3. O objeto deverá ser entregue ao servidor responsável pelo Setor de Estoque ou outra Unidade descritas na Autorização/Solicitação de Fornecimento, em dias úteis, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

1.2.4. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.4.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos itens licitados.

1.2.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca do item enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.2.7. Por ocasião do recebimento do item licitado, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.8. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

1.2.9. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.10. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.10.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;
- 2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;
- 2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;
- 2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)).
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
- 4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.5. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;
- 4.6. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer.
- 4.7. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.
- 4.8. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.
- 4.9. Obedecer às normas técnicas e legais vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época.
- 4.10. Responder a todos os esclarecimentos e as informações que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.
- 4.11. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local do serviço, em qualquer dia e hora, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
  - 5.1.1. Advertência;
  - 5.1.2. Multa;
  - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
  - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
  - 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

**CLÁUSULA OITAVA**  
**DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

**Ação (s):**

02.001.04.122.0004.2002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração  
06.001.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador  
06.001.06.181.0010.2010 - Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha  
06.001.06.181.0010.2011 - Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros  
06.001.06.181.0010.2012 - Manutenção do convênio multas de trânsito – Polícia Militar  
06.001.06.181.0010.2013 - Manutenção do convênio multas de trânsito – Polícia Civil  
06.002.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento da Fazenda  
07.001.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar  
08.001.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica Infantil  
08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental  
08.001.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar  
08.001.12.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental  
08.001.12.365.0028.2091 - Manutenção da Educação Infantil – Creches  
08.001.12.365.0028.2092 - Manutenção da Educação Infantil – Pre escolar  
08.001.12.122.0102.2093 - Gestão Administrativa da Secretaria de Educação  
08.002.13.392.0046.2038 - Apoio para difusão cultural  
08.003.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes  
09.001.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente  
11.001.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
11.001.15.452.0061.2055 - Manutenção da capela mortuária e do cemitério publico municipal  
11.001.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais  
12.001.08.244.0020.2025 - Manutenção do Centro de Multiuso  
12.001.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral  
12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS  
12.001.08.241.0026.2087 - Administração e execução do Fundo do Idoso  
13.001.10.301.0016.2017 - Atenção Básica  
13.001.10.301.0016.2018 - Manutenção dos serviços de vigilância sanitária e epidemiológica  
13.001.10.306.0016.2020 - Alimentação e Nutrição  
13.001.10.122.0103.2094 - Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde  
15.001.22.691.0100.2047 - Manutenção dos serviços de incentivo ao comercio e serviços  
15.001.22.661.0100.2051 - Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna  
16.001.16.482.0019.2086 - Administração e execução do Fundo de Habitação  
19.001.13.392.0027.2089 - Administração e Gestão do Fundo da Cultura

**Modalidade de Aplicação (s):**

3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

**Fonte (s):**

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários  
1.01 Detalhamento: 001 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação  
1.02 Detalhamento: 002 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde  
1.09 e 3.09 Detalhamento: 009 – FIA Imposto de Renda  
1.10 e 3.10 Detalhamento: 010 – Convênio de Transito – Militar  
1.11 e 3.11 Detalhamento: 011 – Convênio de Transito – Civil  
1.12 e 3.12 Detalhamento: 012 – Convênio de Transito – Prefeitura  
1.19 e 3.19 Detalhamento: 019 – FUNDEB 40%  
1.00 e 3.00 Detalhamento: 102 – Corpo de Bombeiros  
1.00 e 3.00 Detalhamento: 103 – Rádio Patrulha  
1.06 e 3.06 Detalhamento: 117 – Fundo do Meio Ambiente  
1.67 e 3.67 Detalhamento: 202 – Cofinanciamento  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 206 – Piso da Atenção Básica  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 208 – PMAQ  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 212 – Vigilância em Saúde  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 213 – Vigilância Epidemiológica  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 217 – Plantas Medicinais – Custeio Fitoterápico  
1.65 e 3.65 Detalhamento: 308 – Proteção Social Básica - Custeio  
1.35 e 3.35 Detalhamento: 311 – BL GSUAS  
1.35 e 3.35 Detalhamento: 312 – BL PSB  
1.06 e 3.06 Detalhamento: 350 – Doações ao Fundo do Idoso

**CLÁUSULA NONA****DA VIGÊNCIA**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito,

que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Jane Elisa Otto Brandalise a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

GILBERTO DE ARAUJO

GILBERTO DE ARAUJO COMERCIO - ME

FORNECEDOR 4

#### TESTEMUNHAS:

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF:

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 062.17**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 062/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 034/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 020/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 17 (dezessete) dias do mês de abril do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

5 – MERCADO MUNARI LTDA – ME pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Paulo de Giacometti, 199, Centro, Capinzal, CEP: 89.665-000 inscrita no CNPJ sob o nº 10.878.273/0001-97, neste ato representada por sua sócia proprietária KAREN MUNARI STEFANES,

brasileira, solteira, empresária, portador da cédula de identidade nº 5.212.769 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 056.541.699-55, doravante denominado FORNECEDOR 5;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 034/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº 020/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO E DO PREÇO

0.0.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios, utensílios domésticos e material de limpeza e higiene, de forma parcelada, destinados às atividades desenvolvidas na Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e nos Fundos Especiais, em conformidade com as especificações constantes no Anexo I e demais condições estabelecidas em Edital, cujas características e especificações seguem descritas abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
2	150,00	UN	ABACATE, DE 1º QUALIDADE, GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO, ASPECTO E CHEIROS PROPRIOS, TAMANHO MÉDIO E GRANDE, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, COM POLPA FIRME E INTACTA, COM CASCAS SÃS, SEM RUPTURAS, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	4,65	697,50
20	500,00	UN.	BROCOLIS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCO, COR CARACTERISTICA, LIVRE DE FUNGOS E PARASITAS, SEM LESOES FISICAS OU MECANICAS.	4,45	2.225,00
64	100,00	CX	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ TAMANHO 103 - CAIXA COM 40 UNIDADES. REFERENCIA PARA QUALIDADE DO PRODUTO MELITTA "OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE".	2,03	203,00
71	13,00	UN	GARRAFA TÉRMICA DE MESA COM 01 LITRO. DIMENSÕES DO PRODUTO: LARGURA - 13,8 CM. ALTURA - 27 CM. COMPRIMENTO - 16,8 CM.	28,00	364,00
80	1,00	UN	JARRA DE VIDRO COM TAMPA 1L	12,99	12,99
119	100,00	UN.	PILHA PEQUENA ALCALINA COM 04 UNIDADES	5,15	515,00

0.1. O FORNECEDOR 5, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 4.071,49 (quatro mil e setenta e um reais e quarenta e nove centavos);

1.2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do presente Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega das mesmas em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade, constando as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.2.2.2. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.2.3. O objeto deverá ser entregue ao servidor responsável pelo Setor de Estoque ou outra Unidade descritas na Autorização/Solicitação de Fornecimento, em dias úteis, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

1.2.4. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.4.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos itens licitados.

1.2.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca do item enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.2.7. Por ocasião do recebimento do item licitado, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.8. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

1.2.9. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.10. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.10.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

- 2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;
- 2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;
- 2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)).
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
- 4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.5. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;
- 4.6. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer.
- 4.7. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.
- 4.8. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.
- 4.9. Obedecer às normas técnicas e legais vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época.
- 4.10. Responder a todos os esclarecimentos e as informações que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.
- 4.11. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local do serviço, em qualquer dia e hora, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;  
5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

## Ação (s):

02.001.04.122.0004.2002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração  
06.001.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador  
06.001.06.181.0010.2010 - Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha  
06.001.06.181.0010.2011 - Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros  
06.001.06.181.0010.2012 - Manutenção do convênio multas de trânsito – Polícia Militar  
06.001.06.181.0010.2013 - Manutenção do convênio multas de trânsito – Polícia Civil  
06.002.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento da Fazenda  
07.001.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar  
08.001.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica Infantil  
08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental  
08.001.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar  
08.001.12.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental  
08.001.12.365.0028.2091 - Manutenção da Educação Infantil – Creches  
08.001.12.365.0028.2092 - Manutenção da Educação Infantil – Pre escolar  
08.001.12.122.0102.2093 - Gestão Administrativa da Secretaria de Educação  
08.002.13.392.0046.2038 - Apoio para difusão cultural  
08.003.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes  
09.001.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente  
11.001.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
11.001.15.452.0061.2055 - Manutenção da capela mortuária e do cemitério publico municipal  
11.001.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais  
12.001.08.244.0020.2025 - Manutenção do Centro de Multiuso  
12.001.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral  
12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS  
12.001.08.241.0026.2087 - Administração e execução do Fundo do Idoso  
13.001.10.301.0016.2017 - Atenção Básica  
13.001.10.301.0016.2018 - Manutenção dos serviços de vigilância sanitária e epidemiológica  
13.001.10.306.0016.2020 - Alimentação e Nutrição  
13.001.10.122.0103.2094 - Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde  
15.001.22.691.0100.2047 - Manutenção dos serviços de incentivo ao comercio e serviços  
15.001.22.661.0100.2051 - Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna  
16.001.16.482.0019.2086 - Administração e execução do Fundo de Habitação  
19.001.13.392.0027.2089 - Administração e Gestão do Fundo da Cultura

## Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

## Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários  
1.01 Detalhamento: 001 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação  
1.02 Detalhamento: 002 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde  
1.09 e 3.09 Detalhamento: 009 – FIA Imposto de Renda  
1.10 e 3.10 Detalhamento: 010 – Convênio de Transito – Militar  
1.11 e 3.11 Detalhamento: 011 – Convênio de Transito – Civil  
1.12 e 3.12 Detalhamento: 012 – Convênio de Transito – Prefeitura  
1.19 e 3.19 Detalhamento: 019 – FUNDEB 40%  
1.00 e 3.00 Detalhamento: 102 – Corpo de Bombeiros  
1.00 e 3.00 Detalhamento: 103 – Rádio Patrulha  
1.06 e 3.06 Detalhamento: 117 – Fundo do Meio Ambiente  
1.67 e 3.67 Detalhamento: 202 – Cofinanciamento  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 206 – Piso da Atenção Básica  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 208 – PMAQ  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 212 – Vigilância em Saúde  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 213 – Vigilância Epidemiológica  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 217 – Plantas Medicinais – Custeio Fitoterápico  
1.65 e 3.65 Detalhamento: 308 – Proteção Social Básica - Custeio  
1.35 e 3.35 Detalhamento: 311 – BL GSUAS  
1.35 e 3.35 Detalhamento: 312 – BL PSB  
1.06 e 3.06 Detalhamento: 350 – Doações ao Fundo do Idoso

## CLÁUSULA NONA

## DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.  
9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.  
9.2.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal

de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Jane Elisa Otto Brandalise a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

KAREN MUNARI STEFANES

MERCADO MUNARI LTDA – ME

FORNECEDOR 5

#### TESTEMUNHAS:

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF:

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 063.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 063/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 034/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 020/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 17 (dezessete) dias do mês de abril do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

6- OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Silvino Ciarini, nº 530 A, Bairro dos Industriários, na cidade de Concórdia/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.499.653/0001-83, neste ato representada por sua sócia-administradora, DAIANE ROSA, brasileira, maior e capaz, separada judicialmente, empresária, portadora da cédula de identidade nº 2.134.107 e inscrita no CPF/MF sob o nº 949.233.889-00, doravante denominado FORNECEDOR 6;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 034/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº 020/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO E DO PREÇO

0.0.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios, utensílios domésticos e material de limpeza e higiene, de forma parcelada, destinados às atividades desenvolvidas na Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e nos Fundos Especiais, em conformidade com as especificações constantes no Anexo I e demais condições estabelecidas em Edital, cujas características e especificações seguem descritas abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
11	45,00	UN	ÁLCOOL 70% GRAU INPM: EMBALAGEM PLASTICA DE 1 LITRO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DA FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO INMETRO.	4,10	184,50
17	40,00	UN	BALDE PLÁSTICO - 10 LITROS COM ALCA DE METAL	1,99	79,60
18	28,00	UN	BALDE PLÁSTICO, 14,5 LITROS COM ALCA DE METAL	3,40	95,20
24	170,00	UN	CERA EM PASTA 375GR (COR) - AMARELA	6,60	1.122,00
25	11,00	UN	CERA EM PASTA C/ 13 KG (COR) - AMARELA	159,87	1.758,57
26	70,00	UN	CERA LIQUIDA AMARELA, PARA TODOS OS TIPOS DE PISO. COMPOSIÇÃO: CARNAUBA, DISPERSÃO ACRILICA METALIZADA, SOLVENTE, TENSOATIVOS NÃO IÔNICOS, COADJUVANTE, ALCALINIZANTE, PLASTIFICANTE, 1,2 BENZOISOTHIAZOLINONA 3 , E ÁGUA, EMBALAGEM COM 750 ML.	2,20	154,00
27	60,00	UN	CERA LIQUIDA INCOLOR, PARA TODOS OS TIPOS DE PISO. COMPOSIÇÃO: CARNAUBA, DISPERSÃO ACRILICA METALIZADA, SOLVENTE, TENSOATIVOS NÃO IÔNICOS, COADJUVANTE, ALCALINIZANTE, PLASTIFICANTE, 1,2 BENZOISOTHIAZOLINONA 3 , E ÁGUA, EMBALAGEM COM 750 ML.	2,20	132,00
28	155,00	UN	CERA LIQUIDA VERMELHA, PARA TODOS OS TIPOS DE PISO. COMPOSIÇÃO: CARNAUBA, DISPERSÃO ACRILICA METALIZADA, SOLVENTE, TENSOATIVOS NÃO IÔNICOS, COADJUVANTE, ALCALINIZANTE, PLASTIFICANTE, 1,2 BENZOISOTHIAZOLINONA 3 , E ÁGUA, EMBALAGEM COM 750 ML.	2,20	341,00
40	400,00	PCT	COPO PLASTICO DESCARTAVEIS TRANSPARENTE DE 80ML: PRIMEIRA LINHA, RESISTENTE A COMPRESSAO LATERAL, TRANSPARENTE , EMBALADAS EM TIRAS COM 100 UNIDADES, PESANDO NO MINIMO 200G, ACONDICIONADAS EM CAIXA DE PAPELAO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO, ATOXICO, HOMOGENEO, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMACOES E SUJEIRAS (INTERNAMENTE) BORDAS LISAS SEM REBARBAS, TEMPERATURA MAXIMA PARA USO 100C.	2,04	816,00
57	320,00	UN	ESPONJA DE AÇO PARA BRILHO EM INOX	1,10	352,00
63	10,00	UN	FILME PVC SEMIPROFISSIONAL PARA ALIMENTOS GORDUROSOS E NÃO GORDUROSOS. SOB CONFORMIDADE À LEGISLAÇÃO BRASIL/MERCOSUL (ANVISA - RDC Nº 17 DE 2008 E RDC Nº 56 DE 2012), EUROPEIA (EUROPEAN DIRECTIVE 2002/72/EC) PARA CONTATO COM ALIMENTOS GORDUROSOS. SISTEMA DE CORTE DESLIZANTE. LARGURA, 380 MM; COMPRIMENTO - 300 M	25,00	250,00
69	15,00	UN	GARRAFA TERMICA AIRPOTFLANDEZ COM 1,8 LITROS. COMPOSICAO: CORPO EM CHAPA DE FLANDEZ E AMPOLA DE VIDRO. DIMENSOES:COMPRIMENTO - 19,5 CM. ALTURA - 38,3 CM. LARGURA: 14,5 CM.	38,50	577,50
79	10,00	UN	IMPERMEABILIZANTE 5 LT	60,00	600,00
92	20,00	UN	LIXEIRO TELADO 10 LITROS	2,30	46,00
98	50,00	CX	LUVA DE VINIL, EM VINIL LEITOSO, AMBIDESTRA, COM OU SEM PÓ (AMIDO) ATOXICO PARA MANIPULACAO DE ALIMENTOS. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. TAMANHO P	11,30	565,00
99	50,00	CX	LUVA DE VINIL, EM VINIL LEITOSO, AMBIDESTRA, COM OU SEM PÓ (AMIDO) ATOXICO PARA MANIPULACAO DE ALIMENTOS. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. TAMANHO G	11,30	565,00
100	50,00	CX	LUVA DE VINIL, EM VINIL LEITOSO, AMBIDESTRA, COM OU SEM PÓ (AMIDO) ATOXICO PARA MANIPULACAO DE ALIMENTOS. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. TAMANHO M	11,30	565,00
104	35,00	UN	MULTI RODO BOMPACK LIMPA VIDROS 3 EM 1, RECIPIENTE COM CAPACIDADE PARA 220ML	20,99	734,65
108	1,00	UN	PANELA DE ALUMINIO TIPO CALDEIRÃO 10 LITROS	80,00	80,00
112	2.820,00	UN.	PAPEL HIGIENICO: FOLHA DUPLA 30 METROS X 10 CM, COMPOSICAO: 100% FIBRAS CELULOSICAS VIRGENS, GRAMATURA (VARIACAO+-5%) - TIPO DE FOLHA DE 14 G/ M2 - ALVURA MINIMO 800 GE, (EXTRA BRANCO) PICOTADO E GOFRADO, PACOTE COM 4 UNIDADES, FARDO COM 64 ROLOS, EMBALADOS EM POLIETILENO IMPRESSO.	2,65	7.473,00
123	80,00	UN	QUEROSENE - 800 ML	6,85	548,00
125	20,00	UN	REFIL DE VASSOURA MOP DE 60 CM	23,00	460,00
127	18,00	UN	REFIL MULTI RODO BOMPACK 3 EM 1	6,00	108,00

133	15,00	UN	RODO EM ALUMÍNIO DE 100 CM BASE EM ALUMÍNIO POLIDO DE ALTA RESISTÊNCIA, CABO EM ALUMÍNIO POLIDO NOS COMPRIMENTOS DE NO MÍNIMO 1,3CM, SUPORTE PARA FIXAÇÃO DO CABO, BORRACHA COM ÓTIMA ADERÊNCIA, EFICIENTE NA SECAGEM DE FÁCIL SUBSTITUIÇÃO DO REFIL.	46,50	697,50
138	10,00	UN	SABONETEIRA LIQUIDA DE PAREDE BRANCA, COM RESERVATÓRIO 900ML	18,90	189,00
139	120,00	UN	SABONETES ANTI-SÉPTICOS COM 5 LITROS. SABONETES CREMOSOS PEROLADOS ANTI-SÉPTICOS, HIDRATANTE EMOLIENTE NEUTRO, SEM AROMA. CONCENTRAÇÃO ALTA, PH NEUTRO. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM DE POLIETILENO. COMPOSIÇÃO: SABONETE LÍQUIDO COM PROPRIEDADES ANTIMICROBIANAS. CONTÉM UM AGENTE DE LARGO ESPECTRO BACTERICIDA EFETIVO CONTRA BACTÉRIAS GRAM- NEGATIVAS PERTINENTE. POSSUI LAUDO COMPROBATÓRIO DE AÇÃO BACTERICIDA FRENTE CEPAS DE SALMONELLA, ESCHERICHIA COLI, STAPHYLOCOCCUS AUREUS. PRINCÍPIO ATIVO (BACTERICIDA): IRGASAN DP 300 (TROCLOSAN).	11,99	1.438,80
142	250,00	UN	SACO DE LIXO 30 LITROS - COR AZUL, REFORCADO, PICOTADO DENTRO DAS NORMAS DA ABNT, MEDINDO 59 X 62 CM, COMPOSICAO: 98% POLIETILENO E 2% MASTERBACH, CADA ROLO COM 50 UNIDADES.	4,99	1.247,50
145	110,00	UN	SACO PLÁSTICO PICOTADO 25X35X0,17 - COM 500 UNIDADES	10,34	1.137,40
147	110,00	UN	SACOLA PLÁSTICA 25X34 - COM 1000 UNIDADES	18,00	1.980,00
157	10,00	UN	VARAL DE CHAO COM ABAS, ESTRUTURAS EM TUBO DE ACO COM ACABAMENTO EM PINTURA EPOXI A PO BRANCA PECAS PLASTICAS EM POLIPROPILENO. DIMENSOES: 1,520X560X0,940. PESO DO PRODUTO 3,3 KG.	48,60	486,00

0.1. O FORNECEDOR 6, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 24.783,22 (vinte e quatro mil setecentos e oitenta e três reais e vinte e dois centavos);

1.2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do presente Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega das mesmas em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade, constando as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.2.2.2. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.2.3. O objeto deverá ser entregue ao servidor responsável pelo Setor de Estoque ou outra Unidade descritas na Autorização/Solicitação de Fornecimento, em dias úteis, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

1.2.4. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.4.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos itens licitados.

1.2.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca do item enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.2.7. Por ocasião do recebimento do item licitado, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.8. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

1.2.9. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.10. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.10.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de

Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.5. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;

4.6. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer.

4.7. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.

4.8. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.

4.9. Obedecer às normas técnicas e legais vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época.

4.10. Responder a todos os esclarecimentos e as informações que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.

4.11. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local do serviço, em qualquer dia e hora, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia

de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Ação (s):

02.001.04.122.0004.2002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração

06.001.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador

06.001.06.181.0010.2010 - Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha

06.001.06.181.0010.2011 - Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros  
06.001.06.181.0010.2012 - Manutenção do convênio multas de trânsito – Polícia Militar  
06.001.06.181.0010.2013 - Manutenção do convênio multas de trânsito – Polícia Civil  
06.002.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento da Fazenda  
07.001.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar  
08.001.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica Infantil  
08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental  
08.001.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar  
08.001.12.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental  
08.001.12.365.0028.2091 - Manutenção da Educação Infantil – Creches  
08.001.12.365.0028.2092 - Manutenção da Educação Infantil – Pre escolar  
08.001.12.122.0102.2093 - Gestão Administrativa da Secretaria de Educação  
08.002.13.392.0046.2038 - Apoio para difusão cultural  
08.003.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes  
09.001.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente  
11.001.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
11.001.15.452.0061.2055 - Manutenção da capela mortuária e do cemitério publico municipal  
11.001.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais  
12.001.08.244.0020.2025 - Manutenção do Centro de Multiuso  
12.001.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral  
12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS  
12.001.08.241.0026.2087 - Administração e execução do Fundo do Idoso  
13.001.10.301.0016.2017 - Atenção Básica  
13.001.10.301.0016.2018 - Manutenção dos serviços de vigilância sanitária e epidemiológica  
13.001.10.306.0016.2020 - Alimentação e Nutrição  
13.001.10.122.0103.2094 - Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde  
15.001.22.691.0100.2047 - Manutenção dos serviços de incentivo ao comercio e serviços  
15.001.22.661.0100.2051 - Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna  
16.001.16.482.0019.2086 - Administração e execução do Fundo de Habitação  
19.001.13.392.0027.2089 - Administração e Gestão do Fundo da Cultura

**Modalidade de Aplicação (s):**

3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

**Fonte (s):**

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários  
1.01 Detalhamento: 001 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação  
1.02 Detalhamento: 002 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde  
1.09 e 3.09 Detalhamento: 009 – FIA Imposto de Renda  
1.10 e 3.10 Detalhamento: 010 – Convênio de Transito – Militar  
1.11 e 3.11 Detalhamento: 011 – Convênio de Transito – Civil  
1.12 e 3.12 Detalhamento: 012 – Convênio de Transito – Prefeitura  
1.19 e 3.19 Detalhamento: 019 – FUNDEB 40%  
1.00 e 3.00 Detalhamento: 102 – Corpo de Bombeiros  
1.00 e 3.00 Detalhamento: 103 – Rádio Patrulha  
1.06 e 3.06 Detalhamento: 117 – Fundo do Meio Ambiente  
1.67 e 3.67 Detalhamento: 202 – Cofinanciamento  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 206 – Piso da Atenção Básica  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 208 – PMAQ  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 212 – Vigilância em Saúde  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 213 – Vigilância Epidemiológica  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 217 – Plantas Medicinais – Custeio Fitoterápico  
1.65 e 3.65 Detalhamento: 308 – Proteção Social Básica - Custeio  
1.35 e 3.35 Detalhamento: 311 – BL GSUAS  
1.35 e 3.35 Detalhamento: 312 – BL PSB  
1.06 e 3.06 Detalhamento: 350 – Doações ao Fundo do Idoso

**CLÁUSULA NONA****DA VIGÊNCIA**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Jane Elisa Otto Brandalise a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

**CLÁUSULA DÉCIMA****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

DAIANE ROSA

OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

FORNECEDOR 6

#### TESTEMUNHAS:

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF:

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 064.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 064/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 034/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 020/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 17 (dezessete) dias do mês de abril do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

7 – ROBERTO TESSARO E CIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.248.680/0001-10, com endereço na Av. XV de Novembro, nº 818, Centro, em Joaçaba/SC, CEP 89.609-000 representada por seu sócio proprietário ROBERTO ANTONIO TESSARO, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 2.140.493 e inscrito no CPF/MF sob nº 518.086.929-34, residente à Av. XV de Novembro, nº 818, Centro, em Joaçaba/SC, doravante denominado FORNECEDOR 7;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 034/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº 020/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO E DO PREÇO

0.0.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios, utensílios domésticos e material de limpeza e higiene, de forma parcelada, destinados às atividades desenvolvidas na Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e nos Fundos Especiais, em conformidade com as especificações constantes no Anexo I e demais condições estabelecidas em Edital, cujas características e especificações seguem descritas abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
120	2,00	PCT	PRATO DE PAPELÃO N. 10 COM 100 UNIDADES	29,50	58,80

0.1. O FORNECEDOR 7, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 58,80 (cinquenta e oito mil e oitenta centavos);

1.2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do presente Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega das mesmas em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade, constando as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.2.2.2. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.2.3. O objeto deverá ser entregue ao servidor responsável pelo Setor de Estoque ou outra Unidade descritas na Autorização/Solicitação de Fornecimento, em dias úteis, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

1.2.4. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.4.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos itens licitados.

1.2.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca do item enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.2.7. Por ocasião do recebimento do item licitado, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.8. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

1.2.9. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.10. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.10.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

**CLÁUSULA QUARTA****DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

- 4.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
- 4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.5. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;
- 4.6. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer.
- 4.7. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.
- 4.8. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.
- 4.9. Obedecer às normas técnicas e legais vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época.
- 4.10 Responder a todos os esclarecimentos e as informações que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.
- 4.11. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local do serviço, em qualquer dia e hora, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

**CLÁUSULA QUINTA****DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA SEXTA****DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65,

inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Ação (s):

- 02.001.04.122.0004.2002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito
- 06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração
- 06.001.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador
- 06.001.06.181.0010.2010 - Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha
- 06.001.06.181.0010.2011 - Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros
- 06.001.06.181.0010.2012 - Manutenção do convênio multas de trânsito – Polícia Militar
- 06.001.06.181.0010.2013 - Manutenção do convênio multas de trânsito – Polícia Civil
- 06.002.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento da Fazenda
- 07.001.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar
- 08.001.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica Infantil
- 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
- 08.001.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar
- 08.001.12.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental
- 08.001.12.365.0028.2091 - Manutenção da Educação Infantil – Creches
- 08.001.12.365.0028.2092 - Manutenção da Educação Infantil – Pré escolar
- 08.001.12.122.0102.2093 - Gestão Administrativa da Secretaria de Educação
- 08.002.13.392.0046.2038 - Apoio para difusão cultural
- 08.003.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes
- 09.001.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
- 11.001.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos

11.001.15.452.0061.2055 - Manutenção da capela mortuária e do cemitério publico municipal  
11.001.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais  
12.001.08.244.0020.2025 - Manutenção do Centro de Multiuso  
12.001.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral  
12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS  
12.001.08.241.0026.2087 - Administração e execução do Fundo do Idoso  
13.001.10.301.0016.2017 - Atenção Básica  
13.001.10.301.0016.2018 - Manutenção dos serviços de vigilância sanitária e epidemiológica  
13.001.10.306.0016.2020 - Alimentação e Nutrição  
13.001.10.122.0103.2094 - Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde  
15.001.22.691.0100.2047 - Manutenção dos serviços de incentivo ao comercio e serviços  
15.001.22.661.0100.2051 - Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna  
16.001.16.482.0019.2086 - Administração e execução do Fundo de Habitação  
19.001.13.392.0027.2089 - Administração e Gestão do Fundo da Cultura

#### Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

#### Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários  
1.01 Detalhamento: 001 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação  
1.02 Detalhamento: 002 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde  
1.09 e 3.09 Detalhamento: 009 – FIA Imposto de Renda  
1.10 e 3.10 Detalhamento: 010 – Convênio de Transito – Militar  
1.11 e 3.11 Detalhamento: 011 – Convênio de Transito – Civil  
1.12 e 3.12 Detalhamento: 012 – Convênio de Transito – Prefeitura  
1.19 e 3.19 Detalhamento: 019 – FUNDEB 40%  
1.00 e 3.00 Detalhamento: 102 – Corpo de Bombeiros  
1.00 e 3.00 Detalhamento: 103 – Rádio Patrulha  
1.06 e 3.06 Detalhamento: 117 – Fundo do Meio Ambiente  
1.67 e 3.67 Detalhamento: 202 – Cofinanciamento  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 206 – Piso da Atenção Básica  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 208 – PMAQ  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 212 – Vigilância em Saúde  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 213 – Vigilância Epidemiológica  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 217 – Plantas Medicinais – Custeio Fitoterápico  
1.65 e 3.65 Detalhamento: 308 – Proteção Social Básica - Custeio  
1.35 e 3.35 Detalhamento: 311 – BL GSUAS  
1.35 e 3.35 Detalhamento: 312 – BL PSB  
1.06 e 3.06 Detalhamento: 350 – Doações ao Fundo do Idoso

#### CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Jane Elisa Otto Brandalise a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a

serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

ROBERTO TESSARO E CIA LTDA ME

ROBERTO ANTONIO TESSARO

FORNECEDOR 7

#### TESTEMUNHAS:

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF:

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 065.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 065/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 034/2017

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 020/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 17 (dezessete) dias do mês de abril do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

8 - TIAGO PIRES DE MELO ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Severino Fuga, nº 117, Fundos, Bairro Vila Pedrini, na cidade de Joaçaba/SC, CEP 89600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 12.782.188/0001-56, neste ato representada por TIAGO PIRES DE MELO, brasileiro, maior, capaz, portador da cédula de identidade nº 4.434.562 e inscrito no CPF/MF sob o nº 041.284.089-02 doravante denominado FORNECEDOR 8;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 034/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº 020/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO E DO PREÇO

0.0.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios, utensílios domésticos e material de limpeza e higiene, de forma parcelada, destinados às atividades desenvolvidas na Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e nos Fundos Especiais, em conformidade com as especificações constantes no Anexo I e demais condições estabelecidas em Edital, cujas características e especificações seguem descritas abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
72	35,00	UN	GLP DE GÁS COM 13 KG	57,00	1.995,00
73	10,00	UN	GLP DE GÁS COM 13 KG - MERENDA ESCOLAR	57,00	570,00
74	10,00	UN	GLP DE GÁS P-45	266,00	2.660,00
75	100,00	UN	GLP DE GÁS P-45 - MERENDA ESCOLAR	266,00	26.600,00

0.1. O FORNECEDOR 8, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 31.825,00 (trinta e um mil oitocentos e cinte e cinco reais);

1.2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do presente Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega das

mesmas em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade, constando as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.2.2.2. A validade do produto fornecido não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do fornecimento.

1.2.3. O objeto deverá ser entregue ao servidor responsável pelo Setor de Estoque ou outra Unidade descritas na Autorização/Solicitação de Fornecimento, em dias úteis, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

1.2.4. Os materiais deverão estar em conformidade com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.4.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos itens licitados.

1.2.6. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca do item enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.2.7. Por ocasião do recebimento do item licitado, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.8. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

1.2.9. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.10. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.10.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.5. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;

4.6. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação

e danos que porventura vierem a sofrer.

4.7. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.

4.8. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços.

4.9. Obedecer às normas técnicas e legais vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época.

4.10 Responder a todos os esclarecimentos e as informações que venham a ser solicitadas pelo Município sobre o objeto do presente Edital.

4.11. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local do serviço, em qualquer dia e hora, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.
- 7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.
- 7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.
- 7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.
- 7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.
- 7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.
- 7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.
- 7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.
- 7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.
- 7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:
- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

##### Ação (s):

- 02.001.04.122.0004.2002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito
- 06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração
- 06.001.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador
- 06.001.06.181.0010.2010 - Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha
- 06.001.06.181.0010.2011 - Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros
- 06.001.06.181.0010.2012 - Manutenção do convênio multas de trânsito – Polícia Militar
- 06.001.06.181.0010.2013 - Manutenção do convênio multas de trânsito – Polícia Civil
- 06.002.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento da Fazenda
- 07.001.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar
- 08.001.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar da Educação Básica Infantil
- 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
- 08.001.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar
- 08.001.12.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental
- 08.001.12.365.0028.2091 - Manutenção da Educação Infantil – Creches
- 08.001.12.365.0028.2092 - Manutenção da Educação Infantil – Pre escolar
- 08.001.12.122.0102.2093 - Gestão Administrativa da Secretaria de Educação
- 08.002.13.392.0046.2038 - Apoio para difusão cultural
- 08.003.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes
- 09.001.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
- 11.001.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos
- 11.001.15.452.0061.2055 - Manutenção da capela mortuária e do cemitério público municipal
- 11.001.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais
- 12.001.08.244.0020.2025 - Manutenção do Centro de Multiuso
- 12.001.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral
- 12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS
- 12.001.08.241.0026.2087 - Administração e execução do Fundo do Idoso
- 13.001.10.301.0016.2017 - Atenção Básica
- 13.001.10.301.0016.2018 - Manutenção dos serviços de vigilância sanitária e epidemiológica
- 13.001.10.306.0016.2020 - Alimentação e Nutrição
- 13.001.10.122.0103.2094 - Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde
- 15.001.22.691.0100.2047 - Manutenção dos serviços de incentivo ao comércio e serviços
- 15.001.22.661.0100.2051 - Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna

16.001.16.482.0019.2086 - Administração e execução do Fundo de Habitação  
19.001.13.392.0027.2089 - Administração e Gestão do Fundo da Cultura

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários  
1.01 Detalhamento: 001 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação  
1.02 Detalhamento: 002 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde  
1.09 e 3.09 Detalhamento: 009 – FIA Imposto de Renda  
1.10 e 3.10 Detalhamento: 010 – Convênio de Transito – Militar  
1.11 e 3.11 Detalhamento: 011 – Convênio de Transito – Civil  
1.12 e 3.12 Detalhamento: 012 – Convênio de Transito – Prefeitura  
1.19 e 3.19 Detalhamento: 019 – FUNDEB 40%  
1.00 e 3.00 Detalhamento: 102 – Corpo de Bombeiros  
1.00 e 3.00 Detalhamento: 103 – Rádio Patrulha  
1.06 e 3.06 Detalhamento: 117 – Fundo do Meio Ambiente  
1.67 e 3.67 Detalhamento: 202 – Cofinanciamento  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 206 – Piso da Atenção Básica  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 208 – PMAQ  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 212 – Vigilância em Saúde  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 213 – Vigilância Epidemiológica  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 217 – Plantas Medicinais – Custeio Fitoterápico  
1.65 e 3.65 Detalhamento: 308 – Proteção Social Básica - Custeio  
1.35 e 3.35 Detalhamento: 311 – BL GSUAS  
1.35 e 3.35 Detalhamento: 312 – BL PSB  
1.06 e 3.06 Detalhamento: 350 – Doações ao Fundo do Idoso

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Jane Elisa Otto Brandalise a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de abril de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

TIAGO PIRES DE MELO

TIAGO PIRES DE MELO ME

FORNECEDOR 8

TESTEMUNHAS:

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF:

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 034/2017 - PP 020/2017 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE - PML**

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 034/2017 - PML

Pregão nº 020/2017- PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 034/2017, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios, utensílios domésticos e material de limpeza e higiene, de forma parcelada, destinados às atividades desenvolvidas na Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e nos Fundos Especiais, em conformidade com as especificações constantes no Anexo I e demais condições estabelecidas em Edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* CAPINZAL CENTER LTDA – ME;

\* COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA;

\* DEONISIA DE PARIS MEI;

\* GILBERTO DE ARAUJO COMERCIO – ME;

\* MERCADO MUNARI LTDA – ME;

\* OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – ME;

\* ROBERTO TESSARO & CIA LTDA – EPP;

\* TIAGO PIRES DE MELO – ME.

- Valor total: R\$187.486,40

Luzerna (SC), 17 de abril de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

**PL 041/2017 - PP 023/2017 - GESTÃO DE CONVÊNIOS - PML**

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 041/2017 - PML

Pregão Presencial nº 023/2017 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria e assessoria na gestão de convênios junto ao Governo Federal, Estadual e outras fontes, com o objetivo de promover a realização de obras e serviços para a população do Município de Luzerna, sempre em conformidade com as sistemáticas estabelecidas pelos diversos órgãos dos entes convenientes, conforme especificações contidas neste Edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 02 de maio de 2017.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 09h10min do dia 02 de maio de 2017.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 02.592.696/0001-18

CONSTRUTORA PAVIMIL LTDA

Nota Fiscal nº. 216 R\$ 73.987,19

VALOR TOTAL: R\$ 73.987,19

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, devido a sua grande necessidade e demanda, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de mão de obra e materiais para execução de obras, não podendo sofrer descontinuidade. Desta forma comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 18 de abril de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de consumo odontológicos destinados as Unidades de Saúde e Centro Odontológico desta da Secretaria Municipal da Saúde através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 15/05/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 17 de Abril de 2017.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de agência de viagens responsável pelo fornecimento e emissão de passagens aéreas, com destinos diversos, destinados as Secretarias do Município de Mafra/SC, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 17/05/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 17 de Abril de 2017.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

# Maracajá

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 006/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial 006/FMS/2017

OBJETIVO: Registro de preços para aquisições futuras de materiais odontológicos para atendimento aos consultórios da rede Municipal de Saúde de Maracajá/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 05 de maio de 2017 às 13h00min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 – bairro Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, pelos telefones (\*\*\*48) 3523-1199 e 3523-1111, através do endereço eletrônico [licitacao@maracaja.sc.gov.br](mailto:licitacao@maracaja.sc.gov.br) ou pelo site [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br).

Maracajá, 13 de abril de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

### AVISO DE REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO Nº 004/FMS/2017

AVISO DE REVOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/FMS/2017

O Município de Maracajá torna público que fica revogado o edital acima epigrafoado que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE ÓRTESE E PRÓTESE PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES DO FUNCO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ/SC, por inexistência de participantes, configurando em licitação deserta, com fulcro no artigo 49, da Lei 8666/93 e alterações subsequentes. Feita a revogação acima, ficam todos os interesses dos notificados para os fins legais e de direito, nos termos da Lei nº8.666/93.

Maracajá, 17 de abril de 2017.

ARLINDO ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DO 2º TA AO CONTRATO Nº 78/2016

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 078/2016

Contratante: MUNICIPIO DE MARACAJÁ.

Contratado: CREMA CONSTRUÇÕES LTDA – EPP.

Objeto: Prorrogação do período de vigência, conforme artigo 57 da Lei 8.666/93.

Período de vigência: até 24/10/2017.

Assinatura: 20/03/2017.

Signatário: Pelo Município: Arlindo Rocha – Contratado: Daniel Barp Crema.

### EXTRATO DO 2º TA AO CONTRATO Nº 79/2016

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 079/2016

Contratante: MUNICIPIO DE MARACAJÁ.

Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Objeto: Prorrogação do período de vigência, conforme artigo 57 da Lei 8.666/93.

Período de vigência: até 25/10/2017.

Assinatura: 20/03/2017.

Signatário: Pelo Município: Arlindo Rocha – Contratado: Reginaldo Jeremias.

### EXTRATO DO 2º TA AO CONTRATO Nº 96/2016

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 096/2016

Contratante: MUNICIPIO DE MARACAJÁ.

Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Objeto: Prorrogação do período de vigência, conforme artigo 57 da Lei 8.666/93.

Período de vigência: até 25/09/2017.

Assinatura: 07/04/2017.

Signatário: Pelo Município: Arlindo Rocha – Contratado: Reginaldo Jeremias.

### EXTRATO DO 5º TA AO CONTRATO Nº 89/2015

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 089/2015

Contratante: MUNICIPIO DE MARACAJÁ.

Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA.

Objeto: Prorrogação do período de vigência, conforme artigo 57 da Lei 8.666/93.

Período de vigência: até 30/09/2017.

Assinatura: 01/03/2017.

Signatário: Pelo Município: Arlindo Rocha – Contratado: Reginaldo Jeremias.

### EXTRATO DO 8º TA AO CONTRATO Nº 66/2014

Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 066/2014

Contratante: MUNICIPIO DE MARACAJÁ.

Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Objeto: Prorrogação do período de vigência, conforme artigo 57 da Lei 8.666/93.

Período de vigência: até 01/10/2017.

Assinatura: 01/03/2017.

Signatário: Pelo Município: Arlindo Rocha – Contratado: Reginaldo Jeremias.

### EXTRATO DO 9º TA AO CONTRATO Nº 65/2014

Nono Termo Aditivo ao Contrato nº 65/2014

Contratante: MUNICIPIO DE MARACAJÁ.

Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Objeto: Prorrogação do período de vigência, conforme artigo 57 da Lei 8.666/93.

Período de vigência: até 01/10/2017.

Assinatura: 01/03/2017.

Signatário: Pelo Município: Arlindo Rocha – Contratado: Reginaldo Jeremias.

### RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 018/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2017

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, torna público que, por interesse público e conveniência administrativa, que no edital acima epigrafoado que tem como objetivo a aquisição parcelada de materiais elétricos

para uso na manutenção sistema de iluminação pública do município são feitas as seguintes retificações:

- 1) No item 6 do Anexo VI, na coluna Valor Total Previsto, onde se lê: R\$ 2.460,50, leia-se: R\$ 7.030,00.
- 2) No Valor Total Global do Anexo VI, onde se lê: R\$ 127.614,30, leia-se: R\$ 134.397,80.

Mantém-se inalteradas as demais condições do Edital e anexos. Feita a retificação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito, na forma da Lei.

Maracajá, 17 de abril de 2017.

ARLINDO ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 343/2017

DECRETO Nº 343, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerado o servidor público MARCELO DARTORA HEINZ, ocupante do cargo de Diretor Geral do Departamento de Esportes, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 12 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 344/2017

DECRETO Nº 344, DE 17 DE ABRIL DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretária Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 17 de abril de 2017 a 16 de abril de 2018, da servidora PATRICIA PAULA IORIS, brasileira, inscrita no CPF sob nº 075.375.589-32, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Alta Complexidade, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 17 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 345/2017

DECRETO Nº 345, DE 17 DE ABRIL DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretária Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 17 de abril de 2017 a 16 de abril de 2018, da servidora ELENICE MARIA MORIN, brasileira, inscrita no CPF sob nº 637.424.009-00, ocupante do cargo de Monitor Social – Alta Complexidade, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 17 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 346/2017

DECRETO Nº 346, DE 17 DE ABRIL DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretária Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 17 de abril de 2017 a 16 de abril de 2018, da servidora JOCELI STURM, brasileira, inscrita no CPF sob nº 861.645.709-72, ocupante do cargo de Monitor Social – Alta Complexidade, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 17 de abril de 2017.  
ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra.  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 348/2017**

DECRETO Nº 348, DE 17 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,  
O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

A solicitação interna 145/2017 da Secretaria de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 17 de abril a 22 de dezembro de 2017, PATRICK CARVALHO RODRIGUES, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 080.888.439-98, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 17 de abril de 2017.  
ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra.  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 349/2017**

DECRETO Nº 349, DE 17 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,  
O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 17 de abril de 2017 a 16 de abril de 2018, ELIZANGELA MARIA RIVA, brasileira, inscrita no CPF sob nº

932.503390-91, para ocupar o cargo de Assistente Social, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 17 de abril de 2017.  
ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra.  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **EXTRATO DE CONVOCAÇÃO**

TERMO DE CONVOCAÇÃO. A Prefeita Municipal, de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a convocação, em caráter temporário, pelo prazo de 03 meses para ocupar a vaga de Técnico em Enfermagem, considerando licenças para tratamento de saúde de servidores efetivos. CONVOCADOS: NATANA CARATI, portadora do CPF 028.067.720-01 e ROSA MARIA XAVIER PECCIN, portadora do CPF 541.445.400-06, considerando a Classificação do Concurso Público 001/2014. Deverão entrar em contato no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da presente data com o Setor de Recursos Humanos, Av. Euclides da Cunha, 60, Maravilha - Santa Catarina – Fone/Fax: (49) 3664-0044, no horário de expediente. Maravilha, SC, 18 de abril de 2017, ROSIMAR MALDANER, PREFEITA MUNICIPAL.

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 055/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 055/2017 - Modalidade Pregão Presencial n. 026/2017 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, para posterior aquisição, conforme necessidade, a prestação de serviço de recolhimento de entulhos, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93 e LC 123/06, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 04 de maio de 2017 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7:30 até 11:30 e das 13 h às 17 horas. Maravilha - SC, 17 de janeiro de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

# Marema

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 051 /2017**

DECRETO Nº 051 /2017

De 17/02/2017

"DECRETA ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO DE MAREMA DO EXERCÍCIO DE 2016 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.108/2016 de 17 de novembro de 2016.

**DECRETA**

Art. 1º - A suplementação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 4.338,12 (QUATRO MIL, TREZENTOS E TRINTA E OITO REAIS E DOZE CENTAVOS), nas seguintes programações de despesas:

Reduzido 102

Código	Secretaria/departamento		
05.01	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
funcional	Proj./ativ.	descrição	
12.361.1201	2.035	Manutenção Das Atividades do Ensino Fundamental	
Modalidade	Fonte	Dotação	
31.90.00.00	01.00		4.338,12

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguintes programações de despesas:

Reduzido 100

Código	Secretaria/departamento		
05.01	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
funcional	Proj./ativ.	descrição	
12.361.1201	2.035	Manutenção Das Atividades do Ensino Fundamental	
Modalidade	Fonte	Dotação	
33.90.00.00	01.00		4.338,12

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de fevereiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**DECRETO Nº 052 /2017'**

DECRETO Nº 052 /2017'

De 17/02/2017

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2017, E SUPERAVIT DE RECURSOS ORDINARIOS, DO MUNICIPIO DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.108/2016 de 17 de novembro de 2016.

**DECRETA**

Art. 1º- Fica Decretada a utilização do Provável Excesso de arrecadação referente CONVENIO DE REPASSE – CAIXA ECONOMICA FEDERAL – CONTRATO DE REPASSE Nº 829368/2016/MCIDADES.CAIXA, PROCESSO 2623.1.029638-250/2016, MUNICIPIO DE MAREMA, no comparativo do valor da arrecadação, conforme planilha em anexo, no valor de R\$ 245.850,00 ( DUZENTOS E QUARENTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS).

Art. 2º- Com os Recursos Advindos do Art. 1º, deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento

Vigente do Município de Marema:

Reduzido 58 – UNIÃO

Código	Secretaria/departamento			
0801	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA			
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
15.451.1501	1.009	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90000	11.34	detalhe esp.	00	245.850,00

Art. 3º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2016 do MUNICIPIO DE MAREMA, na ordem de recursos com valor R\$ 32.607,33 (TRINTA E DOIS MIL, SEISCENTOS E SETE REAIS E TRINTA E TRES CENTAVOS).

Art.4º - Com os Recursos Advindos dos Art. 3º deste Decreto, ficam Suplementada as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do MUNICIPIO DE MAREMA.

Reduzido 57 – ORDINARIO

Código	Secretaria/departamento			
0801	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA			
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
15.451.1501	1.009	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90000	01.00	detalhe esp.	00	32.607,33

Art. 05º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 06º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 17 de fevereiro 2017

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

## DECRETO N. 046/2017

DECRETO n. 046/2017

De 17/02/2017

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 009/2017 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 008/2017, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.009/2017 na Modalidade de Pregão Presencial n. 008/2017, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em contratação de empresa para realização do transporte escolar municipal.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto dos itens 01 ao proponente vencedor DARCI FOSSA TRANSPORTE EIRELI ME, no valor de R\$ 87.120,00.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de fevereiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

CHAQUERLI FERNANDO CHEROBIM

Presidente da Comissão de Licitação.

**DECRETO N. 047/2017**

DECRETO n. 047/2017

De 17/02/2017

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 010/2017 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 009/2017, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

**DECRETA**

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.010/2017 na Modalidade de Pregão Presencial n. 009/2017, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar.

Art. 2º. Fica adjudicado conforme termo de adjudicação ao proponente vencedor COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE XAXIM no valor de R\$ 1.486,00 (reais); CTR ALIMENTOS LTDA ME o valor de R\$ 3.859,00 (reais); FABIANE FALABRETTI o valor de R\$ 15.242,00 (reais); INOVIR MATIASO-ME o valor de R\$ 19.516,70 (reais); MARISETE C. CORIOLETTI-ME o valor de R\$ 13.780,45 (reais); NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME o valor de R\$ 8.940,40 (reais) e SUPERMERCADO MAREMA LTDA ME o valor de R\$ 5.383,70 (reais)

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de fevereiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

CHAQUERLI FERNANDO CHEROBIM

Presidente da Comissão de Licitação.

**DECRETO N. 048/2017**

DECRETO n. 048/2017

De 17/02/2017

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO/FMS n. 007/2017 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL/FMS n. 006/2017, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

**DECRETA**

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório/FMS n.007/2017 na Modalidade de Pregão Presencial/FMS n. 006/2017, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em aquisição de próteses bucais.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto unico ao proponente vencedor DIRCEU ANTONIO PERONDI ME no valor de R\$ 70.150,00 (reais);.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de fevereiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

CHAQUERLI FERNANDO CHEROBIM

Presidente da Comissão de Licitação.

**DECRETO N. 049/2017**

DECRETO n. 049/2017

De 17/02/2017

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 011/2017 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 010/2017, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

**DECRETA**

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.011/2017 na Modalidade de Pregão Presencial n. 010/2017, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em aquisição de material escolar.

Art. 2º. Fica adjudicado conforme termo de adjudicação ao proponente vencedor JP EQUIPAMENTOS LTDA ME no valor de R\$ 12.856,18 (reais); PEGASUS ATACADISTA LTDA ME o valor de R\$ 9.599,40 (reais); RB PAPELARIA E BAZAR LTDA-ME o valor de R\$ 5.267,70 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de fevereiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

CHAQUERLI FERNANDO CHEROBIM

Presidente da Comissão de Licitação.

**DECRETO N. 050/2017**

DECRETO n. 050/2017

De 17/02/2017

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO/FMS n. 006/2017 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL/FMS n. 005/2017, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

**DECRETA**

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório/FMS n.006/2017 na Modalidade de Pregão Presencial/FMS n. 005/2017, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em aquisição de medicamento para atendimento junto a unidade de saúde.

Art. 2º. Fica adjudicado conforme termo de adjudicação ao proponente vencedor DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP no valor de R\$ 18.790,00 (reais); MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA o valor de R\$ 5.473,90 (reais); S&R DISTRIBUIDORA LTDA ME o valor de R\$ 17.462,73 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de fevereiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

CHAQUERLI FERNANDO CHEROBIM

Presidente da Comissão de Licitação.

**DECRETO N. 054/2017**

DECRETO n. 054/2017

De 03/03/2017

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO/FMS n. 005/2017 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL/FMS n. 004/2017, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

**DECRETA**

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório/FMS n.005/2017 na Modalidade de Pregão Presencial/FMS n. 004/2017, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em aquisição de Material Médico e Odontológico para a unidade de saúde.

Art. 2º. Fica adjudicado conforme termo de adjudicação ao proponente vencedor ALTERMED MAT. MED. HOSP. LTDA no valor de R\$ 13.303,62 (reais); AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA ME o valor de R\$ 17.141,420 (reais); CASA CIRÚRGICA CHAPECO LTDA o valor de R\$ 16.112,70 (reais); DELTAL OESTE EIRELI o valor de R\$ 8.672,51 (reais); DENTAL SHOW – COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS o valor de R\$ 12.411,88 (reais); MEGHA -EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICOS LTDA-EPP o valor de R\$ 9.106,80 (reais); POSSATTO & POSSATO LTDA ME o valor de R\$ 14.953,60 (reais); PRO CIRURGICA CHAPECO EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MED o valor de R\$ 7.454,90 (reais); SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI-ME o valor de R\$ 10.431,37 (reais); TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MEDICO o valor de R\$ 19.773,85 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de fevereiro de 2017.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de março de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

CHAQUERLI FERNANDO CHEROBIM

Presidente da Comissão de Licitação.

**DECRETO N. 057/2017**

Decreto n. 057/2017

De 03/03/2017

EXONERA A PEDIDO DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL TEREZINHA CHITOLINA SIVIERO EXERCENDO O CARGO DE PROVESORA INGLES 20H E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 56, II da Lei Municipal n. 307/95 de 10/08/1995 – Estatuto dos Servidores Públicos. CONSIDERANDO pedido efetuado pela servidora.

**DECRETA**

Art. 1º - A exoneração a pedido da Servidora Pública Municipal TEREZINHA CHITOLINA SIVIERO na função de PROFESSORA DE INGLES 20HS, em consequência do Serviço Público Municipal de Marema.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 10 de fevereiro de 2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de março de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

**DECRETO N. 058/2017**

DECRETO n. 058/2017

De 13/03/2017

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO/FMAS n. 001/2017 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL/FMAS n. 001/2017, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

**DECRETA**

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório/FMAS n.001/2017 na Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 001/2017, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto de gêneros alimentícios, higiene e limpeza para atendimento de assistência social.

Art. 2º. Fica adjudicado conforme termo de adjudicação ao proponente vencedor IVONIR MATIASO - ME no valor de R\$ 18.711,90 (reais); SUPERMERCADO MAREMA LTDA - ME o valor de R\$ 16.033,45 (reais); FABIANA FALABRETTI o valor de R\$ 9.073,60 (reais); ESSENCIAL PRODUTOS PARA HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME o valor de R\$ 621,88 (reais); ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME o valor de R\$ 10.237,14 (reais); AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA o valor de R\$ 8.667,22 (reais); CTR ALIMENTOS LTDA ME o valor de R\$ 3.822,40 (reais); BISTRO E PIZZARIA MBA LTDA ME o valor de R\$ 9.675,00 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de março de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

CHAQUERLI FERNANDO CHEROBIM

Presidente da Comissão de Licitação.

**DECRETO N. 059/2017**

DECRETO n. 059/2017

De 13/03/2017

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 014/2017 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 013/2017, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

**DECRETA**

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.014/2017 na Modalidade de Pregão Presencial n. 013/2017, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação é aquisição de Sêmen Bovino.

Art. 2º. Fica adjudicado conforme termo de adjudicação ao proponente vencedor RUAS REPRESENTAÇÕES LTDA ME o objeto constante do item 02 no valor de R\$ 22.490,00 (reais); SEMENTEC GENETICA LTDA ME o objeto constante do item 01, 03 a 05 no valor de R\$ 58.955,00.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de março de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

CHAQUERLI FERNANDO CHEROBIM

Presidente da Comissão de Licitação.

**DECRETO N. 062/2017**

DECRETO n. 062/2017

De 17/03/2017

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO/FMAS n. 002/2017 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL/FMAS n. 002/2017, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

**DECRETA**

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório/FMAS n.002/2017 na Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 002/2017, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto é serviços de assessoria na gestão de assistência social, cursos para atendimento a programas desenvolvidos junto ao departamento da assistência social.

Art. 2º. Fica adjudicado conforme do item 01 ao proponente NEUSA NOSCON SUZANA no valor de R\$ 22.729,00 (reais); o objeto do item 02 ao proponente BIG ARTES LTDA ME no valor de R\$ 20.610,00 (reais); o objeto do item 03 e 04 ao proponente SPEEDT INTELIGENCIA EM TECNOLOGIA LTDA EPP no valor de R\$ 17.010,00 (reais) e R\$ 10.800,00 (reais) respectivamente; o objeto do item 05 ao proponente vencedor FENIX CURSOS E TREINAMENTOS LTDA ME no valor de R\$ 19.800,00 (reais); o objeto do item 06 ao proponente vencedor ADRIANO PELEGRINI no valor de R\$ 13.500,00 (reais);

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de março de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

CHAQUERLI FERNANDO CHEROBIM

Presidente da Comissão de Licitação.

**DECRETO N. 063/2017**

DECRETO n. 063/2017

De 17/03/2017

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 013/2017 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 012/2017, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO a decisão relativo ao recurso constante do Processo Administrativo n. 013/2017 na Modalidade de Pregão Presencial n. 012/2017; CONSIDERANDO o Art. 109 da Lei de Licitações que vincula que os atos da administração cabem revogação.

DECRETA

Art. 1º. A anulação do Processo Administrativo Licitatório n.013/2017 na Modalidade de Pregão Presencial n. 012/2017, relativo a contratação de prestação de serviços de transporte escolar.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de março de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

CHAQUERLI FERNANDO CHEROBIM  
Presidente da Comissão de Licitação.

**DECRETO N. 064/2017**

DECRETO n. 064/2017

De 17/03/2017

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DO CONTRATO n. 023/2017 FIRMA-DO COM ALVADIR NOSSAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO a não execução dos serviços contratados até o momento.

DECRETA

Art. 1º. A anulação do Contrato Administrativo n. 023/2017 firmado

com Alvir Nossal em 14 de fevereiro de 2017, em virtude da não execução dos serviços.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de março de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

CHAQUERLI FERNANDO CHEROBIM  
Secretário de Administração

**DECRETO N. 065/2017**

Decreto n. 065/2017

De 17/03/2017

NOMEIA BRUNA LUIZA PAGANI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA DE ADMINISTRAÇÃO III CC-10 – CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO E VENCIMENTOS, CONSTANTE NO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº036/2014 DE 19/02/2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração

DECRETA

Art. 1º - A nomeação de BRUNA LUIZA PAGANI na função de Assessora de Administração III CC-10 – Cargo de Provimento Comissionado de Livre Nomeação e Exoneração – 40 horas, junto ao Departamento Municipal de Educação, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 036/2014 de 19/02/2014, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 22 de fevereiro de 2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 17 de março de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT  
Servidora Designada

**DECRETO N. 066/2017**

Decreto n. 066/2017

De 24/03/2017

HOMOLOGA A ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Legislação em Vigor e CONSIDERANDO a indicação pelas respectivas representações.

DECRETA

Art. 1º Fica homologado a escolha dos membros do Conselho Municipal de Saúde, conforme segue:

REPRESENTANTES DO GOVERNO 25%

Entidade	Representante Titular	Representante Suplente
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ELIANE SONIA NADAL MASCARELLO	SELIS MARA VICENZI MANTELLI
DEPTO. DE EDUCAÇÃO E CULTURA	SALETE TOMÉ GASPARI	MARELITE MARIA RAMPAZZO MAROSTICA
DEPTO. DE ESPORTES	SIDINEI LUNARDI	FRANCIELE GEREMIA
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	DENILSO BRANCALIONE	JOVANDRA APARECIDA DAL BELLO
DEPTO. ASSISTÊNCIA SOCIAL	MARISTELA PEREIRA DA SILVA THOME	SIMONE LUNARDI BARELLA
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	CHANQUERLI FERNANDO CHEROBIM	ELIAMARA BALBINOT

## REPRESENTANTES PRESTADORES DE SERVIÇOS 25%

Entidade	Representante Titular	Representante Suplente
PROFISSIONAIS DE SAÚDE	JAMILE LUZIA GASPARI	CARMEM PERCIO
DEPTO. VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA	EGIDIO CERATTO	ANDREIA PAULA CERATTO
DEPTO. SAÚDE BUCAL	LAURO CREMONESE POZZATTI	MARIA PEROTTO
FARMACIAS	VALÉRIA FURINI	ALINE CRISTINA BORDIGNON
AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE	MARILAINE REGINATTO	MERQUIONES MARIA AGOSTINETTO BRANCALIONE
LABORATÓRIOS CONVENIADOS	LIGIANE MARIA SPEROTTO	CARLIZE EMANUELA TODESCATO

## REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS 50%

Entidade	Representante Titular	Representante Suplente
COMUNIDADE BALIZA	NEREU ANTONIO MORO	ODILA MORO MIOR
COMUNIDADE DE BARRA DO GOLFO	JUÇARA APARECIDA CAMPOS CERATTO	ELITA MARIA PAGANI
COMUNIDADE DE VILA ALEGRE	NELCI ZILLI	ADRIANE CRISTINA ZILLI ZARDO
COMUNIDADE DE BARRA DO CHAPECOZINHO	CLAUDIAMAR GIACOMELLI NOSSAL	ELIANE MARIA MARTINI SINISKI
COMUNIDADE DE CARLOS GOMES	ANDRIELI FERREIRA	EMILENE REGINATTO XAVIER
COMUNIDADE DE NOVA UNIÃO	CLEONILCE LURDES GASPARINI MARCHETTI	VALDETE CARMEM BAU
COMUNIDADE DE TREZE DE MAIO	FRANCISCO PERUZZO	
SEDE DO MUNICIPIO	SILVANE BERNARDETE SINISKI FESTNER	GELCI SALETE BRANCAGLIONE
ALLA FEMININA	ODILA LUNARDI	ANGELICA BORDIGNON ZANCHET
COMUNIDADE DE DESPRAIADO	DEONICE GATTI MONARETTO	DAIANE CERATTO
MOVIMENTO SINDICAL	AGOSTINHO MORO	ODETE TEREZINHA BACCIN ZILLI
GRUPO DE IDOSOS	ADELAIDE DAL BELLO	DELETA NARDI

DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE GESTÃO 2016/2017		
PRESIDENTE	NELCI ZILLI	
VICE-PRESIDENTE	MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ	
SECRETÁRIO	JAMILE LUZIA GASPARI	
SUPLENTE SECRETÁRIO	CARLIZE EMANUELA TODESCATO	

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 017/2016 de 16/02/2016.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Marema, 24 de março de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

**DECRETO N. 067/2017**

DECRETO n. 067/2017

De 03/04/2017

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 016/2017 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 014/2017, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federais n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

## DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.016/2017 na Modalidade de Pregão Presencial n. 014/2017, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em Aquisição de Material de Limpeza, Material de Consumo, Utensílios domésticos e eletrodomésticos para atendimento dos departamentos.

Art. 2º. Fica adjudicado conforme termo de adjudicação ao proponente vencedor AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE

ALIMENTOS LTDA no valor de R\$ 3.103,21 (reais); EDER MARTINS DA SILVA o valor de R\$ 8.402,00 (reais); MARISETE C. CORIOLETTI ME o valor de R\$ 2.849,15 (reais); PAO DORA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA o valor de R\$ 2.785,51 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de abril de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

CHAQUERLI FERNANDO CHEROBIM  
Presidente da Comissão de Licitação.

### **DECRETO N. 068/2017**

Decreto n. 068/2017

De 05/04/2017

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE, NO AMBITO DA RESPECTIVA JURISDIÇÃO MUNICIPAL, COMO ORGÃO DELIBERATIVO, FISCALIZADOR E DE ASSESSORAMENTO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, e, especialmente o art. 2º do Decreto Municipal 554/00 de 29/08/2000 e para cumprimento da legislação em vigor:

DECRETA

Art. 1º - A nomeação, no âmbito da jurisdição municipal, dos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, com a seguinte composição:

Representante do Executivo

SALETE TOME GASPARI (TITULAR)

ALDIVA MARIA ZANETTI ROMANINI (SUPLENTE)

Representante dos Professores (Educação Infantil e Ensino Fundamental)

NANDRIA NERVIS (TITULAR)

MAGALI TERRIBELE (SUPLENTE)

MARISTELA RAMPAZZO (TITULAR)

IZABETE PRATTI BINDA(SUPLENTE)

Representante dos Pais e Alunos (APPs)

ADRIANE CRISTINA ZILLI ZARDO(TITULAR)

ELIANE SONIA NADAL MASCARELLO (SUPLENTE)

ANDREA TONIAZZO MORO (TITULAR)

FERNANDA BUSSOLARO HAEFLIGER(SUPLENTE)

Representante da Sociedade Civil

JAMILE LUZIA GASPARI (TITULAR)

ANDREIA PAULA CERATTO (SUPLENTE)

ADRIANA SALETE BIANCHI (TITULAR)

ANA PAULA SEGANFREDO(SUPLENTE)

Art. 2º - Os membros do Conselho, prestaram serviços relevante ao Município, não percebendo qualquer tipo de vencimento, gratificação ou indenização pela participação no Conselho e na diretoria.

Art. 3ª - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 05 de abril de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

### **DECRETO N. 069/2017**

Decreto n. 069/2017

De 05/04/2014

HOMOLOGA OS MEMBROS DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE, NO AMBITO DA RESPECTIVA JURISDIÇÃO MUNICIPAL, COMO ORGÃO DELIBERATIVO, FISCALIZADOR E DE ASSESSORAMENTO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, e, especialmente o art. 2º do Decreto Municipal 554/00 de 29/08/2000 c/c Decreto Municipal n. 068/2017 de 05/04/2017 e para cumprimento da legislação em vigor:

DECRETA

Art. 1º - A homologação dos membros da diretoria, do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, com a seguinte composição:

Presidente: ADRIANE CRISTINA ZILLI ZARDO

Vice Presidente: JAMILE LUZIA GASPARI

Art. 2º - Os membros da Diretoria, prestaram serviços relevante ao Município, não percebendo qualquer tipo de vencimento, gratificação ou indenização pela participação no Conselho e na diretoria.

Art. 3ª – O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 05 de abril de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

### **DECRETO N. 071/2017**

DECRETO n. 071/2017

De 10/04/2017

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 017/2017 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 015/2017, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federais n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de

licitação:

**DECRETA**

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.017/2017 na Modalidade de Pregão Presencial n. 015/2017, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em contratação de empresa para realização de transporte escolar municipal.

Art. 2º. Fica adjudicado conforme termo de adjudicação ao proponente vencedor TRANSPORTE ROSALEM EIRELI – ME a um custo por Km de R\$ 2,49 (reais) totalizando a presente licitação R\$ 72.210,00 (reais)

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de abril de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

CHANQUERLI FERNANDO CHEROBIM  
Presidente da Comissão de Licitação.

**DECRETO N. 072/2017**

DECRETO n. 072/2017

De 10/04/2017

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 018/2017 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 016/2017, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federais n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

**DECRETA**

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.018/2017 na Modalidade de Pregão Presencial n. 016/2017, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em aquisição de pneus novos e roda, com entrega parcelada, mediante requisição.

Art. 2º. Fica adjudicado conforme termo de adjudicação ao proponente vencedor CHAPECO COMERCIO DE PEÇAS E MAQUINAS LTDA-ME o item 01, a um custo de R\$ 10.880,00 (reais); ao Proponente vencedor ROMA TRUCK CENTER LTDA ME o objeto dos itens 02 a 07, a um custo total de R\$ 55.155,00 (reais)

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de abril de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

CHANQUERLI FERNANDO CHEROBIM  
Presidente da Comissão de Licitação.

**DECRETO N.045/2017**

Decreto n.045/2017

de 17/02/2017

INDICA MEMBROS REPRESENTANTES DO GOVERNO NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº1. 021/2013 de 15/10/2013 indica membros representantes da Administração no Conselho Municipal de Assistência Social gestão 2017,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica homologada a indicação dos membros do governo no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão de forma colegiada e composição paritária, de natureza normativa, deliberativa e fiscalizadora dentro de suas competências institucionais, composto por 10 (dez) membros efetivos e respectivos suplentes, conforme segue:

I- Representantes governamentais:

a) 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal:

CHANQUERLI FERNANDO CHEROBIM – Titular

ELIAMARA BALBINOT- Suplente

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

MARISTELA THOME – Titular

SIMONE BARELLA - Suplente

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde:

ELIANE SONIA NADAL MASCARELLO – Titular

JAMILE GASPARI - Suplente

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação:

CLEUSA THOME – Titular

ALDIVA ROMANINI - Suplente

e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças:

DARLEI MESADRI – Titular

REGILENA CERATTO - Suplente

Art. 2º. Os membros citados pela administração municipal estão a disposição para participar da escolha e eleição do novo Conselho Municipal de Assistência Social, juntamente com os membros indicados pela sociedade civil.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 17 de fevereiro de 2017

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

ELIAMARA BALBINOT

Recursos Humanos

**DECRETO Nº. 053/2017**

DECRETO nº. 053/2017

De 03/03/2017

REGULAMENTA PARA O EXERCÍCIO DE 2017 ITENS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 42, de 17 DE DEZEMBRO DE 2014 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E ESTABELECE O CALENDÁRIO FISCAL.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor

**DECRETA**

Art. 1º. O presente Decreto, nos termos do art. 185 da Lei Complementar Municipal nº 42/2014, regulamenta a multa e a correção do pagamento em atraso de guias vinculadas ao setor de tributos, estabelece as datas e a forma de pagamento do IPTU e das taxas de incidência anual, além de outros pontos essenciais para a aplicação da lei tributária no exercício de 2017.

**DO PAGAMENTO DE GUIAS VENCIDAS**

Art. 2º. A multa para o pagamento após o vencimento das guias emitidas pelo setor de tributos é de 1,2% (um inteiro e dois décimos percentuais), que incidirá logo após o vencimento e será aumentada em mais 1,2% (um inteiro e dois décimos percentuais) a cada trinta dias após o vencimento (Art. 121, §1º do Código Tributário Municipal).

Art. 3º. Os juros de mora, destinados a correção do valor principal, a incidir nas guias pagas após o vencimento estão vinculados a taxa referencial de liquidação e custódia - SELIC, sendo que no exercício de 2017 será utilizada a taxa vigente no dia 23 de fevereiro, correspondente a 12,15% (doze inteiros e quinze centésimos percentuais) ao ano ou 0,03% (três centésimos percentuais) ao dia (Art. 118 do Código Tributário Municipal).

Art. 4º. O pagamento de guias em atraso somente será aceito dentro do mesmo exercício, exceto quando houver permissão explícita nas instruções constantes na guia de pagamento.

**DO PAGAMENTO DO IPTU 2017**

Art. 5º. O pagamento do IPTU do ano de 2017 obedecerá ao seguinte calendário (Art. 19 do Código Tributário Municipal):

I – O pagamento do IPTU em cota única deverá ser feito até o dia 17 de maio de 2017;

II – O pagamento do IPTU pode ser feito, também, em três parcelas, com o pagamento da primeira parcela em 31 de maio de 2017, a segunda em 30 de junho de 2017 e 31 de julho de 2017.

Art. 6º. No pagamento do IPTU em cota única, será concedido desconto de vinte por cento sobre o valor do imposto (Art. 20 do Código Tributário Municipal).

**DO PAGAMENTO DA TAXA DE COLETA DE LIXO**

Art. 7º. A taxa de coleta de lixo será paga em conjunto com o IPTU e será incluída na mesma guia de pagamento (Art. 16, §2º do Código Tributário Municipal).

Art. 8º. A taxa poderá ser paga em sua totalidade na cota única, no mesmo dia de vencimento da cota única do IPTU, data em que se considerada lançada, ou em três parcelas, nos mesmos termos do IPTU (Art. 91, I do Código Tributário Municipal).

**DO PAGAMENTO DAS TAXAS DE PODER DE POLÍCIA**

Art. 9º. A taxa de poder de polícia para a renovação do alvará dos estabelecimentos comerciais será paga até o dia 31 de março de 2017 e será encaminhada em guia única, juntamente com o carnê para pagamento do IPTU.

Art. 10. O lançamento da taxa considera-se feito no vencimento dos alvarás atualmente vigentes. (Art. 83 do Código Tributário Municipal)

**DO VALOR DA UMRF**

Art. 11. O valor da unidade municipal de referência fiscal – UMRF para o exercício de 2017 é de R\$ 3,23 (Art. 179 do Código Tributário Municipal).

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Marema, 03 de março de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

CHAQUERLI FERNANDO CHEROBIM

Presidente da Comissão de Licitação

**DECRETO Nº056/2017**

DECRETO nº056/2017

De 03/03/2017

NOMEIA SALETE TOME GASPARI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR – CC-02 – CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO E VENCIMENTOS, CONSTANTE NO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº036/2014 DE 19/02/2014 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração

**DECRETA**

Art. 1º - A nomeação de SALETE TOME GASPARI na função de Diretor – CC-02 – Cargo de Provimento Comissionado de Livre Nomeação e Exoneração – 40 horas, junto ao Departamento de Educação, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 036/2014 de 19/02/2014, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 02 de março de 2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de março de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

**DECRETO Nº060/2017**

DECRETO nº060/2017

De 13/03/2017

NOMEIA ELIANE MARIA MARTINI SINISKI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA DE ADMINISTRAÇÃO III CC-10 – CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO E VENCIMENTOS, CONSTANTE NO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº036/2014 DE 19/02/2014 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração

**DECRETA**

Art. 1º - A nomeação de ELIANE MARIA MARTINI SINISKI na função de Assessora de Administração III CC-10 – Cargo de Provimento Comissionado de Livre Nomeação e Exoneração – 40 horas, junto

ao Departamento Municipal de Administração, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 036/2014 de 19/02/2014, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 08 de março de 2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 13 de março de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

### **DECRETO Nº061/2017**

DECRETO nº061/2017

De 13/03/2017

NOMEIA SILVANE TEREZA CHIODI PARA O CARGO EM PROVIMENTO EFETIVO DE FISIOTERAPEUTA - CONSTANTE NO ANEXO I – QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 036/2014 DE 19.02.2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração

DECRETA

Art. 1º - A nomeação de SILVANE TEREZA CHIODI na função de Fisioterapeuta cargo de provimento efetivo – 20 horas, junto ao Departamento Municipal de Saúde, constante no Anexo I da Lei Complementar Municipal n. 036/2014 de 19/02/2014, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 14 de março de 2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 13 de março de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

### **DECRETO Nº070/2017**

DECRETO nº070/2017

De 04/04/2017

NOMEIA JOAO CARLOS TAGLIAN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETARIO DA SAUDE – CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO E VENCIMENTOS, CONSTANTE NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº0044/2017 DE 14/03/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração

DECRETA

Art. 1º - A nomeação de JOAO CARLOS TAGLIAN na função de Secretario Municipal da Saúde – Cargo de Provimento Comissionado de Livre Nomeação e Exoneração – 40 horas, junto ao Departamento Municipal de Saúde, constante na Lei Complementar Municipal n. 044/2017 de 14/03/2017, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 16 de março de 2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de abril de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

### **PREGÃO PRESENCIAL N. 019/2017**

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 021/2017 - Pregão Presencial n. 019/2017, para aquisição de uniformes escolares, conforme termo de referencia. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 03/05/2017, às 08h30min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 03/05/2017 às 08h30min. Maiores informações ou a cópia da integral do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h30min às 17h30min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br)

Marema, 17 de abril de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

# Massaranduba

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 21.2017 - SERVIÇOS DE ARBITRAGEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Ao décimo segundo dia do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES PROMOVIDAS PELO CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
ADEVI - ASSOCIACAO DESPORTIVA VALE DO ITAJAI, neste ato representado por ARLINDO VIEIRA	11.924.896/0001-11
JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME, neste ato representado por JOÃO PAULO REINERT	14.708.136/0001-65
ASSOCIAÇÃO VILAS BÔAS	09.194.360/0001-46

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES PROMOVIDAS PELO CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 262544 - ASSOCIAÇÃO VILAS BÔAS						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
7	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE VÔLEI DE AREIA NA CATEGORIA ADULTO MASCULINO E FEMININO. CAMPEONATO MUNICIPAL. QUANDO DA REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DOS RESPECTIVOS NOMES DOS ÁRBITROS QUE PODERÃO ATUAR NO EVENTO, É NECESSÁRIA UMA ROTATIVIDADE DE NO MÍNIMO 10 A 15 ÁRBITROS DIFERENTES. OS ÁRBITROS DEVERÃO ESTAR FILIADOS/ASSOCIADOS A UMA LIGA/ASSOCIAÇÃO, PREFERENCIALMENTE AINDA DENTRE OS MESMOS, APRESENTAR ÁRBITROS FEDERADOS/CONFEDERADOS ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA NO RAMO.	DIARIA	VBP	3	210,00	630,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 630,00						
FORNECEDOR: 146269 - ADEVI - ASSOCIACAO DESPORTIVA VALE DO ITAJAI						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTSAL CATEGORIA ADULTA MASCULINA - CAMPEONATO MUNICIPAL DE 1ª DIVISÃO. QUANDO DA REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DOS RESPECTIVOS NOMES DOS ÁRBITROS QUE PODERÃO ATUAR NO EVENTO, É NECESSÁRIA UMA ROTATIVIDADE DE NO MÍNIMO 10 A 15 ÁRBITROS DIFERENTES. OS ÁRBITROS DEVERÃO ESTAR FILIADOS/ASSOCIADOS A UMA LIGA/ASSOCIAÇÃO, PREFERENCIALMENTE AINDA DENTRE OS MESMOS, APRESENTAR ÁRBITROS FEDERADOS/CONFEDERADOS ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA NO RAMO.	JOGO	ADEVI	50	240,00	12.000,00
2	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTSAL NA CATEGORIA VETERANO MASCULINO - CAMPEONATO MUNICIPAL. QUANDO DA REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DOS RESPECTIVOS NOMES DOS ÁRBITROS QUE PODERÃO ATUAR NO EVENTO, É NECESSÁRIA UMA ROTATIVIDADE DE NO MÍNIMO 10 A 15 ÁRBITROS DIFERENTES. OS ÁRBITROS DEVERÃO ESTAR FILIADOS/ASSOCIADOS A UMA LIGA/ASSOCIAÇÃO, PREFERENCIALMENTE AINDA DENTRE OS MESMOS, APRESENTAR ÁRBITROS FEDERADOS/CONFEDERADOS ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA NO RAMO.	JOGO	ADEVI	20	220,00	4.400,00

10	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA OS JOGOS ESCOLARES MUNICIPAIS DE MAS-SARANDUBA - MODALIDADES COLETIVAS E INDIVIDUAIS (FUTSAL, VOLEIBOL, HANDEBOL, BASQUETE, QUEIMADA, BADMINTON E ATLETISMO), MASCULINO E FEMININO. QUANDO DA REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DOS RESPECTIVOS NOMES DOS ÁRBITROS QUE PODERÃO ATUAR NO EVENTO, É NECESSÁRIA UMA ROTATIVIDADE DE NO MÍNIMO 10 A 15 ÁRBITROS DIFERENTES. OS ÁRBITROS DEVERÃO ESTAR FILIADOS/ASSOCIADOS A UMA LIGA/ASSOCIAÇÃO, PREFERENCIALMENTE AINDA DENTRE OS MESMOS, APRESENTAR ÁRBITROS FEDERADOS/CONFEDERADOS ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA NO RAMO.	DIARIA	ADEVI	30	450,00	13.500,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 29.900,00						
FORNECEDOR: 181390 - JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
3	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTEBOL SUÍÇO - CAMPEONATO MUNICIPAL NA CATEGORIA ADULTO MASCULINO E FEMININO. CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL SUÍÇO. QUANDO DA REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DOS RESPECTIVOS NOMES DOS ÁRBITROS QUE PODERÃO ATUAR NO EVENTO, É NECESSÁRIA UMA ROTATIVIDADE DE NO MÍNIMO 10 A 15 ÁRBITROS DIFERENTES. OS ÁRBITROS DEVERÃO ESTAR FILIADOS/ASSOCIADOS A UMA LIGA/ASSOCIAÇÃO, PREFERENCIALMENTE AINDA DENTRE OS MESMOS, APRESENTAR ÁRBITROS FEDERADOS/CONFEDERADOS ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA NO RAMO.	JOGO	JARAGUA EVENTOS	50	195,00	9.750,00
4	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTSAL NA CATEGORIA ADULTO MASCULINO E FEMININO. CAMPEONATO MUNICIPAL DE EMPRESAS. QUANDO DA REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DOS RESPECTIVOS NOMES DOS ÁRBITROS QUE PODERÃO ATUAR NO EVENTO, É NECESSÁRIA UMA ROTATIVIDADE DE NO MÍNIMO 10 A 15 ÁRBITROS DIFERENTES. OS ÁRBITROS DEVERÃO ESTAR FILIADOS/ASSOCIADOS A UMA LIGA/ASSOCIAÇÃO, PREFERENCIALMENTE AINDA DENTRE OS MESMOS, APRESENTAR ÁRBITROS FEDERADOS/CONFEDERADOS ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA NO RAMO.	JOGO	JARAGUA EVENTOS	60	225,00	13.500,00
5	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE VOLEIBOL NA CATEGORIA ADULTO MASCULINO E FEMININO. CAMPEONATO MUNICIPAL DE EMPRESAS. QUANDO DA REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DOS RESPECTIVOS NOMES DOS ÁRBITROS QUE PODERÃO ATUAR NO EVENTO, É NECESSÁRIA UMA ROTATIVIDADE DE NO MÍNIMO 10 A 15 ÁRBITROS DIFERENTES. OS ÁRBITROS DEVERÃO ESTAR FILIADOS/ASSOCIADOS A UMA LIGA/ASSOCIAÇÃO, PREFERENCIALMENTE AINDA DENTRE OS MESMOS, APRESENTAR ÁRBITROS FEDERADOS/CONFEDERADOS ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA NO RAMO.	JOGO	JARAGUA EVENTOS	30	205,00	6.150,00
6	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE VOLEIBOL NA CATEGORIA ADULTO MASCULINO E FEMININO - CAMPEONATO MUNICIPAL. QUANDO DA REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DOS RESPECTIVOS NOMES DOS ÁRBITROS QUE PODERÃO ATUAR NO EVENTO, É NECESSÁRIA UMA ROTATIVIDADE DE NO MÍNIMO 10 A 15 ÁRBITROS DIFERENTES. OS ÁRBITROS DEVERÃO ESTAR FILIADOS/ASSOCIADOS A UMA LIGA/ASSOCIAÇÃO, PREFERENCIALMENTE AINDA DENTRE OS MESMOS, APRESENTAR ÁRBITROS FEDERADOS/CONFEDERADOS ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA NO RAMO.	JOGO	JARAGUA EVENTOS	36	205,00	7.380,00
8	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA OS JOGOS DA TERCEIRA IDADE - CAMPEONATO MUNICIPAL. MODALIDADES COLETIVAS E INDIVIDUAIS (BOCHA, BOLÃO 23, CANASTRA, DOMINÓ, DANÇA DE SALÃO E TRUCO), MASCULINO E FEMININO. QUANDO DA REALIZAÇÃO DOS JOGOS, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DOS RESPECTIVOS NOMES DOS MESÁRIOS E ÁRBITROS QUE PODERÃO ATUAR NO EVENTO, É NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE ÁRBITROS ESPECÍFICOS DE ACORDO COM MODALIDADE REALIZADA, ESPECIFICADA NAS TABELAS ÁRBITROS DEVERÃO ESTAR FILIADOS/ASSOCIADOS/VINCULADOS A UMA LIGA/ASSOCIAÇÃO/EMPRESA ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA NO RAMO, BEM COMO ATUAÇÃO EM COMPETIÇÕES COM MENORES DE IDADE, PREFERENCIALMENTE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DIARIA	JARAGUA EVENTOS	4	465,00	1.860,00

9	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTEBOL DE CAMPO NA CATEGORIA INFANTIL (12 A 14 ANOS) MASCULINO E FEMININO - MOLEQUE BOM DE BOLA MUNICIPAL. QUANDO DA REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DOS RESPECTIVOS NOMES DOS ÁRBITROS QUE PODERÃO ATUAR NO EVENTO, É NECESSÁRIA UMA ROTATIVIDADE DE NO MÍNIMO 10 A 15 ÁRBITROS DIFERENTES. OS ÁRBITROS DEVERÃO ESTAR FILIADOS/ASSOCIADOS A UMA LIGA/ASSOCIAÇÃO, PREFERENCIALMENTE AINDA DENTRE OS MESMOS, APRESENTAR ÁRBITROS FEDERADOS/CONFEDERADOS ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA NO RAMO.	DIARIA	JARAGUA EVENTOS	3	495,00	1.485,00
11	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA AMISTOSOS, JOGOS FESTIVOS, FESTIVAIS, TORNEIOS, JOGOS DE MESA, BOCHA E OUTROS EVENTOS QUE POR VENTURA A COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES REALIZAREM. QUANDO DA REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DOS RESPECTIVOS NOMES DOS MESÁRIOS E ÁRBITROS QUE PODERÃO ATUAR NO EVENTO, É NECESSÁRIA UMA ROTATIVIDADE DE NO MÍNIMO 10 A 15 ÁRBITROS DIFERENTES. OS ÁRBITROS DEVERÃO ESTAR FILIADOS/ASSOCIADOS/VINCULADOS A UMA LIGA/ASSOCIAÇÃO/ EMPRESA, OBRIGATORIAMENTE AINDA DENTRE OS MESMOS, APRESENTAÇÃO DE ÁRBITROS FEDERADOS/CONFEDERADOS ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA NO RAMO.	DIARIA	JARAGUA EVENTOS	12	487,00	5.844,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 45.969,00						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 76.499,00						

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 76.499,00 (SETENTA E SEIS MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata terá validade até 12 (doze) meses, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pela Prefeitura de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2017.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvada a Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é órgão gerenciador e pela unidade financeira competente para os pagamentos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO PRAZO

5.1. Os itens deverão ser executados pela licitante vencedora nos locais a serem determinados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura de Massaranduba (SC) em no máximo 48 (QUARENTA E OITO) HORAS após a solicitação/emissão de ordem de compra.

5.1.1. As execuções serão parceladas, conforme a necessidade. As datas e horários dos jogos serão fornecidos pela Gerência de Esportes, com antecedência, devendo ser expedida a nota fiscal sempre que houver a execução do objeto.

5.1.1.1. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra.

5.2. A não execução do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata.

5.3. Caso o objeto executado não atenda às especificações constantes neste edital, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.4. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Administração Municipal dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda à aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês

subsequente. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal.

6.1.1. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.1.2. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a comprovação do aumento e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

8.1. A licitante obriga-se a prestar os serviços de forma a cumprir integralmente o objeto desta ata além das demais obrigações:

8.1.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da Prefeitura de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

8.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

8.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.6. Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

8.7. Efetuar a execução do objeto da licitação nos locais a serem determinados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura de Massaranduba (SC) em no máximo 48 (QUARENTA E OITO) HORAS após a solicitação/emissão de ordem de compra.

8.8. Serão RECUSADOS os serviços que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

8.8.1. Caso o serviço seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

8.11. O transporte dos árbitros será de responsabilidade dos mesmos, sendo que deverão se fazer presentes no local assim que solicitados. Os árbitros devem apresentar-se aos jogos com uniforme padrão adequado e crachá de identificação tendo informações como: nome, inscrição, associação pertencente, etc.

8.12. Uma vez confirmada a realização dos jogos, assim como a presença das equipes e dos responsáveis pela arbitragem naquela rodada, será inaceitável a ausência dos árbitros da partida. Também não serão permitidos atrasos, uma vez que definido o horário da partida, a arbitragem deverá estar pronta para a realização do jogo.

8.13. O preenchimento das súmulas deve ser realizado de acordo com o regulamento do campeonato, em letra legível e sem rasuras.

8.14. A licitante vencedora deverá fornecer a relação dos árbitros, com as devidas inscrições.

#### CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

9.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

9.6. Exercer a fiscalização dos serviços prestados pela licitante especialmente designados e documentar as ocorrências, se houver.

9.6.1. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade na execução do serviço, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando não atendidas às disposições previstas neste edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no momento da execução desta ata, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1ª (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções aqui previstas não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato de registro de preços.

11.1.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata.

11.1.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017 e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba – SC,	12	de	abril	de	2017
--------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
---------------------------

ARMINDO SESAR TASSI
---------------------

CONTRATANTE
-------------

ADEVI - ASSOCIACAO DESPORTIVA VALE DO ITAJAI
--

ARLINDO VIEIRA
----------------

CONTRATADA
------------

JARAGUA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME
------------------------------------

JOÃO PAULO REINERT
--------------------

CONTRATADA
------------

ASSOCIAÇÃO VILAS BÔAS
-----------------------

CONTRATADA
------------

# Meleiro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 038-2017 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DECRETO n.º 038/2017

ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.732/2016, de 26 de Outubro de 2016.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais), a ser distribuído na seguinte conta:

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO	
040112365.2008 – Manutenção do Ensino Infantil	
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas (66)	R\$ 130.000,00
06 – SECRET. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
060115.452.2016 – Manutenção da Iluminação Pública	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas (154)	R\$ 60.000,00
Total .....	R\$ 190.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações parciais das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO	
040112365.2008 – Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas (60)	R\$ 130.000,00
06 – SECRET. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
060115.452.2016 – Manutenção da Iluminação Pública	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas (156)	R\$ 60.000,00
Total .....	R\$ 190.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 07 de Abril de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secret. Adm. e Finanças.

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 08/05/2017 às 13:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2017, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA MEDICINA DO TRABALHO PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL.

A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através da disponibilização no site do município [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br).

Meleiro/SC, 18 de abril de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 093/2017

DECRETO Nº 093/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELYSON JEAN KAMMLER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.296/2017, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pelo Servidor,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado a pedido, a partir de 24.04.2017, o Servidor ELYSON JEAN KAMMLER, do cargo efetivo de Auditor Fiscal – Tributário e de Serviços Públicos Municipais, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Parágrafo Único: Fica revogada, com a exoneração de que trata o caput deste Artigo, a designação do Servidor para o desempenho do cargo de Chefe de Departamento, constante no Decreto nº 183/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de abril de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 17 de abril de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

ELYSON JEAN KAMMLER

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

### DECRETO Nº 094/2017

DECRETO Nº 094/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EDIANE BORBA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.296/2017, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pela Servidora,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a pedido, a partir de 24.04.2017, a Servidora

EDIANE BORBA, do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde Pública ESF, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de abril de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 17 de abril de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

EDIANE BORBA

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

### PORTARIA Nº 065/2017

PORTARIA Nº 065/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2016, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis 1.513/2002, 2.296/2017, e Edital de Concurso Público 001/2016 do Município de Modelo – SC homologado pelo Decreto nº 097/2016 em 18.03.2016, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,  
Considerando o pedido de desistência da vaga do candidato aprovado em 3º lugar,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF/PSF, a Sra. MAISA DAIANE OPPERMANN, aprovada no Concurso Público nº 001/2016 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas Semanais, para atuação no ESF I, observadas as determinações legais e exigências para o cargo de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001/2016.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, para manifestação de interesse, apresentação dos documentos e/ou posse, conforme estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 17 de abril de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

Ciente em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ .

MAISA DAIANE OPPERMANN

# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 2/2017

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 002/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

EMPRESA(S) REGISTRADA(S): EMBRIOSEMEN- EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 9.920,00 (nove mil novecentos e vinte reais); NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - EPP – VALOR REGISTRADO R\$ 24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais); AGROPECUÁRIA MAESTRI LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 4.920,00 (quatro mil novecentos e vinte reais) e SEMENTEC GENÉTICA LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 5.692,50 (cinco mil seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

OBJETO: Registro de preços para eventuais e futuras aquisições de Nitrogênio Líquido e Materiais Diversos, destinados para manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura (Programa de Inseminação Artificial), abastecimentos de botijões Criogênicos, materiais para inseminadores e produtores, atendendo o Programa de Melhoramento Genético do Município, pelo período de doze meses, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital.

ORIGEM: Pregão Presencial nº. 013/2017.

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 06 de abril de 2018.

Mondaí – SC, 17 de abril de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 3/2017

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

EMPRESA REGISTRADA: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 63.400,00 (sessenta e três mil e quatrocentos reais).

OBJETO: Registro de preços para eventuais e futuras aquisições de Material de Expediente (papel A4), pelo período de doze meses, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital.

ORIGEM: Pregão Presencial nº. 014/2017.

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 16 de abril de 2018.

Mondaí – SC, 17 de abril de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 8/2017 FMS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2017 (FMS).

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ/SC

EMPRESA REGISTRADA: QUIMIOLAB COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LABORATÓRIO LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 35.145,45 (trinta e cinco mil cento e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais destinados para manutenção das atividades do laboratório de análises clínicas junto à Unidade Sanitária do Município de Mondaí - SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital.

ORIGEM: Pregão Presencial nº. 008/2017.

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 16 de abril de 2018.

Mondaí – SC, 17 de Abril de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO EDITAL - PL Nº 044/2017/PM

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 044/2017/PM

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2017/PM

REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2017/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pela Prefeita Municipal Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para fornecimento de serviços para o TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC.

1 – DO OBJETO 1.1 – O presente pregão tem como objeto para contratação futura e de forma parcelada de TRANSPORTE ESCOLAR INTERIOR DO MUNICÍPIO, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2017.

#### ONDE LIA-SE:

2.7 – As irregularidades apontadas que puderem ser sanadas até a data do efetivo começo da prestação dos serviços, não desclassificará a empresa para o certame, ficando condicionado a apresentação do veículo até a data de início efetivo dos transporte, desde já marcada e definida para a data de 18.abril.2017, para a mesma comissão novamente vistoriar e emitir novo laudo, aprovando o veículo, e, caso contrário, o veículo não apresentando ainda as correções necessárias, será aplicada as sanções editalícias e de lei, bem como será desclassificado o licitante, e convocado o próximo classificado, respeitando a sua colocação imediatamente posterior.

2.8 – Os veículos devem possuir capacidade de no mínimo 12 (doze) lugares.

#### LEIA-SE:

2.7 – As irregularidades apontadas que puderem ser sanadas até a data do efetivo começo da prestação dos serviços, não desclassificará a empresa para o certame, ficando condicionado a apresentação do veículo até a data de início efetivo dos transporte, desde já marcada e definida para a data de 28.abril.2017, para a mesma comissão novamente vistoriar e emitir novo laudo, aprovando o veículo, e, caso contrário, o veículo não apresentando ainda as correções necessárias, será aplicada as sanções editalícias e de lei, bem como será desclassificado o licitante, e convocado o próximo classificado, respeitando a sua colocação imediatamente posterior.

2.8 – Os veículos devem possuir capacidade de no mínimo 8 (oito) lugares.

Diante das novas regras do Edital, altera-se a data de abertura para: 27/abril/2017 às 13h00m no mesmo local.

As demais partes do Edital permanecem inalteradas.

INFORMAÇÕES: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo – SC, 17 de abril de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

# Monte Castelo

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 021/2017 - REGISTRO DE PREÇOS**

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Modalidade Pregão Presencial nº 021/17

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições sob a forma fracionada ao longo de até 12 (doze) meses de: CONDICIONADORES DE AR COM INSTALAÇÃO, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 18/04/2017 às 09h00min do dia 02/05/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 02/05/2017.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br), link licitações.

Obs.: É imprescindível a retirada do arquivo de itens sob pena de desclassificação.

HORARIO DE EXPEDIENTE: das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo-SC, 18 de ABRIL de 2017.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

### **PREGÃO PRESENCIAL 022/2017 - REGISTRO DE PREÇOS**

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 022/17

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições sob a forma fracionada ao longo de até 12 (doze) meses de: MEDICAMENTOS (DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS DE MONTE CASTELO PARA ATENDER AS NECESSIDADES E QUALIDADE NO ATENDIMENTO DA SAÚDE), conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 18/04/2017 às 13h30min do dia 18/04/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h00min do dia 18/04/2017.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br), link licitações.

Obs.: É imprescindível a retirada do arquivo de itens sob pena de desclassificação.

HORARIO DE EXPEDIENTE: das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo-SC, 18 de ABRIL de 2018.

RENI MARIA MEISTER DE SOUZA

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### REGISTRO DE PREÇOS 003/2017

Fundo Municipal de Assistência Social Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 003/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE GULOSEIMAS SORTIDAS PARA CAMPANHAS REALIZADAS PELO CREAS NO ANO DE 2017, conforme anexo I. Data: 02/05/2017 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

# Morro Grande

## PREFEITURA

### **RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Morro Grande, por meio de suas atribuições legais, ratifica o Processo Administrativo nº 15/2017, Dispensa de Licitação nº 3/2017, que tem por objetivo a contratação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA para a prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação para a disponibilização do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal nº 8.666/93. Favorecido: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA. Valor Total da Dispensa: R\$ 3.150,00. Dotação: (176) 0302.2003.33903990. Valdionir Rocha - Prefeito Municipal.

# Navegantes

## PREFEITURA

### APROVAÇÃO - REPROVAÇÃO DA AMOSTRA DO PREGÃO 50/2017 PMN

Navegantes, 10 de Abril de 2017.

Vimos por meio desta, emitir o parecer sobre a análise das amostras do pregão 50/2017, visando a registro de preços visando a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis café (torrado e moído), leite longa vida e açúcar branco refinado para atender as necessidades de das secretarias existentes no paço municipal e demais secretarias, fundos e fundações municipais, através da secretaria de administração e logística - itens fracassados do pregão presencial para registro de preço nº 13/2017.

ITEM	FORNECEDOR
1	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME
	REPROVADO POR NÃO APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

A prefeitura municipal de Navegantes/sc, convoca para primeira chamada para apresentação da amostra do 3º colocado do Pregão Presencial nº 50/2017 - PMN, conforme segue:

#### CONVOCAÇÃO

O município de Navegantes/SC convoca as empresas: WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME, L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA – EPP, COSTA ESMERALDA, e J.R FILHOS, para sessão de abertura da habilitação em 3º colocado do presencial nº 50/2017 PMN, que acontecerá no dia 18 de abril de 2017 as 09:00 hs etapa habilitatória da empresa COSTA ESMERALDA DISTRIBUIDORA LTDA classificada nos itens 1, tendo em vista que após prazo da entrega das amostras, foi constatadas a falta da amostra na referida licitação por parte do licitante.

ITENS	3º COLOCADO
1	COSTA ESMERALDA DISTRIBUIDORA LTDA

Sem mais, agradecemos cordialmente,

### ATA DA SESSÃO Nº 56/2017 PMN

ATA DA SESSÃO 56/2017 PMN

AS 14:00H (QUATORZE) HORAS DO DIA 13/04/2017, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO JOSIANE BONETTI E VERA LUCIA LUCOLLI DA COSTA, REUNIRAM-SE PARA CREDENCIAMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES, EM EDITAL A LICITAÇÃO 56-2017 PMN, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, ASSISTÊNCIA E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS RECREATIVOS (CAMA ELÁSTICA, PISCINA DE BOLINHA, TOBOGÃ INFLÁVEL E FUTEBOL DE SABÃO INFLÁVEL) PARA SEREM UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO SÁBADO FELIZ ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES/SC, A EMPRESA JLC FESTAS LTDA ME COMPARECEU MAS NÃO APRESENTOU OS DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO, A MESMA INFORMOU QUE NÃO TEVE CONHECIMENTO DE QUE DEVERIA APRESENTAR ESTE, CONSIDERANDO ASSIM SUA DESCLASSIFICAÇÃO CONFORME ITEM 3.8 ATÉ O 3.9. A COMISSÃO CONSIDEROU ESTA LICITAÇÃO COMO FRACASSADA. ESTA ATA SERÁ

DISPONIBILIZADA NO SITE [WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR](http://WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR), NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 14H11M MIN. EU VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DO MESMO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE [WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR](http://WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR).

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 53/2017 PMN

PREFEITURA DE NAVEGANTES – 53/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa para realização de serviços de fornecimento/expedição de kits com 4 (quatro) fotos 3x4 para atender a demanda dos usuários atendidos pelos "Projetos Assistenciais" e "Benefício Eventual", através da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 02/05/2017 até às 13h50. Abertura/envelopes: 02/05/2017 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA (Prefeito).

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 54/2017 PMN

PREFEITURA DE NAVEGANTES - PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto Registro de preço visando a contratação de empresa especializada em confecção de calhas e rufos, devidamente instalados, para reformas, manutenções e reparos nas escolas de ensino infantil e fundamental através da Secretaria Municipal de Educação de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 03/05/2017 até às 8H50. Abertura/envelopes: 03/05/2017 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA (Prefeito).

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 64/2017 PMN

PREFEITURA DE NAVEGANTES – 64/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza de fossas, sumidouro, caixas de gordura e locação de caminhão pipa para atendimento às unidades escolares de ensino infantil e fundamental pertencentes à Secretaria de Educação do Município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 03/05/2017 até às 13h50. Abertura/envelopes: 03/05/2017 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA (Prefeito).

**CANCELAMENTO DA LICITAÇÃO 21/2017 PMN**

CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

PP 21/2017

POR CONVENIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI 8666/93, O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES TORNA PÚBLICO O CANCELAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017 COM O SEGUINTE OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (CARPINTARIA, ENCANADOR, PEDREIRO, SERVENTE, ELETRICISTA, JARDINEIRO E PINTOR COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), PARA MANUTENÇÃO E REPAROS DOS PRÉDIOS E DEMAIS INSTALAÇÕES QUE ABRIGAM AS UNIDADES DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS PERTENCENTES À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC., PELA CONDUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS EM ANDAMENTO EM SUA INSTANCIA; CONSIDERANDO A CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES QUE TORNAM PREJUDICADA A TRAMITAÇÃO DO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO.

NAVEGANTES 10 DE ABRIL DE 2017

**CONTRATOS DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO ANO 2017, V**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 460/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: ANA ROSA GANCHEIRO GOMES DA SILVA - CPF: 046.469.229-67 – RG 4951752 – RUA EREDES SERPA - Nº 297 – Bairro: CORDEIROS - Cidade: ITAJAI.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de SUZANA REGINA CUNHA - NA ESCOLA MARLENE DE SOUZA.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

ANA ROSA G. G. DA SILVA

Agente Serviços Gerais

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 464/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: CORINA REGIA DE BRITTO - CPF: 486.392.309-00 – RG 1801244– RUA 26 DE AGOSTO- Nº 19 – Bairro: SAO PEDRO - Cidade: NAVEGANTES.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de JANETE DALAMARCO - NA ESCOLA ALCIREIA CONCEIÇÃO.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

CORINA REGIA DE BRITTO

Agente Serviços Gerais

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 466/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: FABIANA NERI MARIANO - CPF: 177.513.408-35 – RG 6311.107– RUA FRANCISCO DE PAULA SEARA- Nº 290 – Bairro: SÃO PAULO - Cidade: NAVEGANTES.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de MARLI DOS SANTOS COUTO - NA ESCOLA CAIC.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

FABIANA NERI MARIANO

Agente Serviços Gerais

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 462/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: GIOVANNA BODELAZZI - CPF: 477.531.228-60 – RG 39.485.394-5 – RUA NESTOR SCHIEFLEER- Nº 487 – Bairro: MEIA PRAIA - Cidade: NAVEGANTES.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de DAISY CRISTINA - NA ESCOLA ROSA MARIA XAVIER.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

GIOVANNA BODELAZZI

Agente Serviços Gerais

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 461/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: LUCIENE LOPES BARROS DE OLIVEIRA - CPF: 057.197.439-28 – RG 4951615 – RUA CASTRO ALVES- Nº 12 – Bairro: HUGO DE ALMEIDA - Cidade: NAVEGANTES.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de DENISE PEREIRA PACHECO - NA ESCOLA CAIC.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

LUCIENE LOPES B. OLIVEIRA

Agente Serviços Gerais

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 459/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: MARILUCIA BAZOTTI - CPF: 735.375.009-04 – RG 4776897 – RUA URUGUAI - Nº 261 – Bairro: GRAVATA - Cidade: NAVEGANTES.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de ANA JULIA MARCIANO - NA ESCOLA LEONORA.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

GIOVANNA BODELAZZI

Agente Serviços Gerais

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 465/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: OSVINA BERNARDO PEREIRA - CPF: 816.640.609-87 – RG 2291.301– RUA JOSE VIEIRA RODRIGUES- Nº 55 – Bairro: VOLTA GRANDE - Cidade: NAVEGANTES.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de DINA OLGA DE MORAIS - NA ESCOLA CAIC.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

OSVINA B. PEREIRA

Agente Serviços Gerais

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 467/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: ALINE DOBRACHINSKI GUIMARAES - CPF: 034.667.900-18 – RG 5109147594– RUA EULECIO OLIMPIO DA SILVA- Nº 290 – Bairro: CENTRO - Cidade: NAVEGANTES- CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de ARSENO VIEIRA - NA ESCOLA CAIC.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

ALINE DOBRACHINSKI  
Agente Serviços Gerais  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO  
Contrato Nº: 463/2017.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50  
Contratada: JOANA COSTA CAMARAO - CPF: 170.921.672-72 – RG 7262267 – RUA JEFERSON NUNES- Nº 9 – Bairro: SÃO VICENTE - Cidade: ITAJAI - CEP 88375-000  
Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.  
Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.  
Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de LENIR FELICIO - NA ESCOLA MARIA DE LOURDES ANTUNES.  
Navegantes, 30 de março de 2017.  
Emilio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração

Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

JOANA COSTA CAMARAO  
Agente Serviços Gerais  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO  
Contrato Nº: 476/2017.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50  
Contratada: MARIA EDUARDA SERPA MARTINS - CPF: 071.929.769-97 – RG 5038094 – RUA ANTONIO DE SOUZA - Nº 589 – Bairro: CENTRO - Cidade: NAVEGANTES- CEP 88375-000.  
Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.  
Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.  
Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de NELSI APARECIDA DO NASCIMENTO - NA ESCOLA CAIC.  
Navegantes, 30 de março de 2017.  
Emilio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração

Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

MARIA EDUARDAS. MARTINS  
Agente Serviços Gerais  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE

ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO  
Contrato Nº: 417/2017.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50  
Contratada: ANTONIA APARECIDA DE SOUZA - CPF: 985.119.719-04 – RG 5638024 – RUA JOAO JOSE FAGUNDES - Nº 73 – Bairro: MACHADOS - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.  
Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.  
Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de DAIANE DIAS DE MOURA - NA ESCOLA PEDACINHO DO CEU..  
Navegantes, 30 de março de 2017.  
Emilio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração

Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

ANTONIA AP. DE SOUZA  
Agente Serviços Gerais

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO  
Contrato Nº: 473/2017.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50  
Contratada: outoro AMANDA JULIANA SCHAEFER – CPF: 092.468.479-89 – RG 6060110– RUA JOAO DENIR BENASSIA, Nº 433– Bairro: NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - Cidade: - ITAJAI - CEP 88375-000.  
Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR.  
Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo de JANAY CUSTODIO – NA ESCOLA NEROZILDA.  
Navegantes, 30 de março de 2017.  
Emilio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração

Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

AMANDA JULIANA SCHAEFER  
Monitora

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO  
Contrato Nº: 477/2017.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: CASSIA JANE PORFIRIO KICHIJANOSKI – CPF: 299.841.548-23– RG 5647951 – RUA MANOEL ESTEVAO COUTO, Nº 600– Bairro: SÃO DOMINGOS- Cidade: - NAVEGANTES- CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo de PAMELA CRISTINA RIBEIRO – NA ESCOLA BRUCE. Navegantes, 30 de março de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

CASSIA JANE PORFIRIO

Monitora

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 470/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: FABRICIA GENESIS RAMOS FERREIRA – CPF: 095.954.539-51 – RG 5671194– RUA OTAVIO JOAQUIM EMILIO, Nº 141– Bairro: SAO PEDRO - Cidade: - ITAJAI - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo de JOYCE ADRIANE FRANZ – NA ESCOLA NEROZILDA.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

FABRICIA GENESIS R. FERREIRA

Monitora

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 474/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: HELOISA EDUARDA BORGES – CPF: 089.600.159-89 – RG 6459666 – RUA SERVIDAO MARIA BENTO JUSTINO, Nº 75 – Bairro: PEDREIRAS - Cidade: - ITAJAI - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme

previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo de ANDREA MARA – NA ESCOLA ROSANA DE FATIMA GAYA.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

HELOISA EDUARDA BORGES

Monitora

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 468/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: IRANEIDE ALVES TERTO – CPF: 290.896.778-28 – RG 7180941 – RUA IRINEU MARIA, Nº 789– Bairro: ESPINHEIROS- Cidade: - ITAJAI - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo de PAMELA CRISTINA RIBEIRO – NA ESCOLA ALCIREIA.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

IRANEIDE ALVES TERTO

Monitora

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 469/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: ITAYARA SCHAYANE VELOSO ALBINO– CPF: 053.030.149-08 – RG 4528428– RUA SATIRO LAURENTINO, Nº 321– Bairro: SÃO VICENTE- Cidade: - ITAJAI - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo de EDINA MARIA PEREIRA – NA ESCOLA NEROZILDA.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração

Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

ITAYARA SCHAYANE V. ALBINO  
Monitora

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE AD-  
MINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO  
Contrato Nº: 471/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ  
83.102.855/0001-50

Contratada LUIZ FELIPE OLIVEIRA DE JESUS CIDREIRA – CPF:  
051.245.075-78 – RG 15398591– RUA MARIA BORBA LOPES, Nº  
190– Bairro: CENTRO - Cidade: - ITAJAI - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessi-  
dade temporária de excepcional interesse público, conforme pre-  
visto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de  
serviços na função de MONITOR.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s)  
abaixo:

a) Vínculo de JAQUELINE SANTOS MELO – NA ESCOLA MARLENE.  
Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração

Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

LUIZ FELIPE OLIVEIRA DE J. CIDREIRA  
Monitora

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE AD-  
MINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO  
Contrato Nº: 478/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ  
83.102.855/0001-50

Contratada MARCIA FELICIANO DE MORAES DA SILVA – CPF:  
004.924.209-12– RG 3875917 – RUA IVONETE DA VENTURA, Nº  
41– Bairro: SÃO PAULO - Cidade: - NAVEGANTES- CEP 88375-000.  
Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessi-  
dade temporária de excepcional interesse público, conforme pre-  
visto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de  
serviços na função de MONITOR.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s)  
abaixo:

a) Vínculo de ADRIANA GESSER – NA ESCOLA MARLENE DE SOU-  
ZA.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração

Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

MARCIA FELICIANO M. DA SILVA  
Monitora

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE AD-  
MINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 472/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ  
83.102.855/0001-50

Contratada THAYARA CORSANI – CPF: 071.737.199-92 – RG  
5811482– RUA ADOLFO ANTONIO CABRAL, Nº 394– Bairro: GRA-  
VATA - Cidade: - ITAJAI - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessi-  
dade temporária de excepcional interesse público, conforme pre-  
visto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de  
serviços na função de MONITOR.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s)  
abaixo:

a) Vínculo de DAYANE LUANA – NA ESCOLA REGINA MARLY.  
Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração

Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

THAYARA CORSANI  
Monitora

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE AD-  
MINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO  
Contrato Nº: 475/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ  
83.102.855/0001-50

Contratada ISMAYLLA SILVIA TEIXEIRA BENEVUTTI DA ROCHA –  
CPF: 071.578.529-00 – RG 7412139 – RUA OLINDIO RODOLFO  
SOUZA, Nº 144 – Bairro: ESCALVADOS - Cidade: - NAVEGANTES  
- CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessi-  
dade temporária de excepcional interesse público, conforme pre-  
visto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de  
serviços na função de MONITOR.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s)  
abaixo:

a) Vínculo de AMANDA DOS SANTOS – NA ESCOLA MARIA DOS  
NAVEGANTES.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira  
Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração

Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

ISMAYLLA SILVIA TEIXEIRA B. ROCHA  
Monitora

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO – SECRETARIA DE EDUCACÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO  
Contrato Nº: 426/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada TALITA GIOVANA COSTA – CPF: 093.415.319-18 – RG 6328.591 – RUA MANOEL LEOPOLDO ROCHA, Nº 151 – Bairro: SÃO DOMINGOS- Cidade: - NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo de PAULA DA COSTA SANTOS – NA ESCOLA BERNADETE MARIA SEDREZ.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração  
Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

TALITA GIOVANA COSTA  
Monitora

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO – SECRETARIA DE EDUCACÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO  
Contrato Nº: 450/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada ANALICE DIAS – CPF: 050.684.439-05 – RG 4052735 – RUA NILO ANASTACIO VIEIRA - Nº 417 - Bairro: CENTRO - Cidade: PENHA - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de FABIANA FRANCISCO BOLSONI – NA ESCOLA MARIA REGINA GAZANIGA.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração

Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

ANALICE DIAS  
Professora de Anos Iniciais

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO – SECRETARIA DE EDUCACÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO  
Contrato Nº: 454/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ

83.102.855/0001-50

Contratada DEISE DOS SANTOS CAMILO – CPF: 037.749.309-02 – RG 4471262 – RUA JOAO PINTO JUNIOR - Nº 19- Bairro: CENTRO - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de GENECCI COLLA – NA ESCOLA ENI ERNA GAYA. Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração  
Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

DEISE DOS SANTOS CAMILO  
Professora de Anos Iniciais

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO – SECRETARIA DE EDUCACÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO  
Contrato Nº: 411/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada DIEGO AUGUSTO PAULO – CPF: 056.606.907-50 – RG 7426143 – RUA GERCINO JOSE CORREA - Nº 406– Bairro: CORDEIRO - Cidade: ITAJAI - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE GEOGRAFIA.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de ELIANE FATIMA A. PEREIRA – NA ESCOLA MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração  
Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

DIEGO AUGUSTO PAULO  
Professor de Geografia

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO – SECRETARIA DE EDUCACÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO  
Contrato Nº: 453/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada GRAZIELA DA SILVA FLORES – CPF: 007.697.319-02 – RG 3336.947 – RUA MARIO REBELO - Nº 246- Bairro: CENTRO - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de

serviços na função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS.  
Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de LENIR SCHEIDT CANDIDO – NA ESCOLA BERNADETE MARIA SEDRES.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração  
Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

GRAZIELA DA SILVA FLORES  
Professor de Anos Iniciais

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO  
Contrato Nº: 449/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada RITA DE CASSIA BONA GOIVINHO – CPF: 004.919.109-83 – RG 3946871 – RUA FELIX KRIEGER - Nº 344 - Bairro: GRAVATA - Cidade: ITAJAI - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de PROGRAMA – NA ESCOLA LEONORA - NOVO. Navegantes, 30 de março de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração  
Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

RITA DE CASSIA B. GOIVINHO  
Professor de Anos Iniciais

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO  
Contrato Nº: 451/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada TEREZA DOS SANTOS INACIO – CPF: 025.700.439-40 – RG 4951158-0 – RUA PEDRO VERISSIMO CAMPOS - Nº 129 - Bairro: CENTRO - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de GENECCI COLLA – NA ESCOLA ENI ERNA GAYA. Navegantes, 30 de março de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração  
Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

TEREZA DOS S. INACIO

Professor de Anos Iniciais

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 452/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada VALDILEIA DOS SANTOS COIMBRA – CPF: 101.098.377-62 – RG 5352582 – RUA CARLOS GOES REBELLO - Nº 118 - Bairro: CENTRO - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de EDICLEIA MONTAGNA – NA ESCOLA MARIA IVONE.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração

Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

VALDILEIA DOS S. COIMBRA

Professor de Anos Iniciais

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 455/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada SHEILA BEATRIZ DE OLIVEIRA BISSOLI – CPF: 054.465.589-36 – RG 4657553 – RUA ARNALDO DOS PASSOS - Nº 1147 – Bairro: CENTRO - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE CIÊNCIAS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de VERANIZ SOMAVILLA – NA ESCOLA ILKA MULLER.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração

Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

SHEILA BEATRIZ DE O. BISSOLI

Professor de Ciências

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO  
Contrato Nº: 456/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada FABIO FRANCISCO DE BORBA – CPF: 036.343.429-19 – RG 4471.258 – RUA JOAO PINTO JUNIOR - Nº 168– Bairro: GRAVATA - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE CIÊNCIAS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de MARCOS JOSE ALVES DE SOUZA – NA ESCOLA IVONE MULLER.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração  
Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

FABIO FRANCISCO DE BORBA  
Professor de Ciências

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO  
Contrato Nº: 457/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada RAFAEL NOLASCO SGNAOLIN – CPF: 083.442.319-73 – RG 6311.436 – RUA BRASILIA - Nº 20– Bairro: CENTRO - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NH.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de GRAZIELA MARIA ZIMMERMANN SOUZA – NA ESCOLA MARIA TEREZA LEAL.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração  
Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

RAFAEL NOLASCO SGNAOLIN  
Professor de Ciências

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO  
Contrato Nº: 439/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: MARIA VERONICA DE OLIVEIRA FUJIWARA – CPF: 794.984.699-20 – RG 1283.550 – RUA VANDELINO LOPES FAGUNDES - Nº 269 – Bairro: CENTRO - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE SALA MULTIFUNCIONAL. Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de PROGRAMA - NA ESCOLA CAIC.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração

Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

MARIA VERONICA DE O. FUJIWARA  
Professora de Sala Multifuncional

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO  
Contrato Nº: 446/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: GISELE PRESTES DE SENA – CPF: 043.618.109-66 – RG 4684694 – RUA DEPUTADO NILTO KUKUER - Nº 441 – Bairro: SÃO DOMINGOS - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 10/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de CRISTIANE MENDES DA SILVA – NA ESCOLA RECANTO DOS BAIXINHOS.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier  
Secretária de Administração

Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

GISELE PRESTES DE SENA  
Professora de Educação Infantil

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO  
Contrato Nº: 445/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: LUCIMARA PEREIRA MANCIO ROSA – CPF: 007.476.009-20 – RG 7065.393 – RUA MILTON SEARA MULLER - Nº 1385 – Bairro: MEIA PRAIA - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de LUCIANA DOS PASSOS – NA ESCOLA ISABEL FLORES

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

LUCIMARA PEREIRA M. ROSA

Professora de Educação Infantil

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 447/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: MARISTELA CAMILO DA SILVA – CPF: 057.471.519-32 – RG 5156.374 – RUA FRANCISCO DIAS - Nº 535 – Bairro: CENTRO - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de MARINEZ DE SOUZA – NA ESCOLA MARIA DAS NEVES.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

MARISTELA CAMILO DA SILVA

Professora de Educação Infantil

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 458/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: TEREZINHA BERTO – CPF: 064.201.569-47 – RG 4800061 – RUA JOSE FRANCISCO REIS REBELO - Nº 451 – Bairro:

ESPINHEIROS - Cidade: ITAJAI - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de LIGIA GORGES – NA ESCOLA NEROZILDA.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

TEREZINHA BERTO

Professora de Educação Infantil

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 441/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: ELAINE SANTOS DA CRUZ SILVA – CPF: 817.365.175-20 – RG 0732185700 – RUA VEREADOR THIMOTEO GOES REBELO - Nº 1104 – Bairro: MEIA PRAIA - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de LIGIA GORGES – NA ESCOLA NEROZILDA.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

ELAINE SANTOS DA CRUZ SILVA

Professora de Educação Infantil

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 443/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: JACILENE BARROS WILDE – CPF: 105.127.798-13 – RG 7671.425 – RUA JOSE JUVENAL MAFRA - Nº 3770 – Bairro: CENTRO - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de SINITA REGINA COUTO – NA ESCOLA SILVETE COUTO DE MIRANDA.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

JACILENE BARROS WILDE

Professora de Educação Infantil

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 440/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: JOSIANE DOS SANTOS VICTOR – CPF: 007.291.099-25 – RG 3593.562 – RUA JOAO DALCOQUIO - Nº 57– Bairro: VOLTA GRANDE - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de SOLEIDE VALTRICK – NA ESCOLA JOSE DOS PASSOS LEMOS.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

JOSIANE DOS SANTOS VICTOR

Professora de Educação Infantil

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 442/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: LUCIANA MARGI DA SILVA – CPF: 005.275.029-95 – RG 4146734 – RUA SILVEIRA DOS SANTOS FERREIRA - Nº 90 – Bairro: CENTRO - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de LOURDES DE FATIMA WALTRICK – NA ESCOLA MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL - CAIC.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

LUCIANA MARGI DA SILVA

Professora de Educação Infantil

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 444/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: RENATA SILVA DE SOUSA – CPF: 305.177.798-62– RG 322573427 – RUA GERAHD SCHMIDT - Nº 376 – Bairro: GRAVATA - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de JUCARA MELO – NA ESCOLA SILVETE COUTO DE MIRANDA - EXTENSÃO.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

RENATA SILVA DE SOUSA

Professora de Educação Infantil

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 405/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: MERIELI DA COSTA – CPF: 047.517.079-22 – RG 5136.076 – RUA GERALDO JOSE BORBA - Nº 1104– Bairro: MEIA PRAIA - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 03/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de PATRICIA CORDEIRO – NA ESCOLA EXTENSAO - SILVETE.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia  
Secretaria de Educação

RENATA SILVA DE SOUSA  
Professora de Educação Infantil

### **CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2014 - RAFAELA HAGEDORN**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 13 de Abril de 2017.

Ilma Sr(a)  
RAFAELA HAGEDORN (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2014.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA .  
Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira  
Diretora de Gestão em RH

### **CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2015 - ROSEMARÍ DE FÁTIMA PIMPÃO SELEME**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 17 de Abril de 2017.

Ilma Sr(a)  
ROSEMARÍ DE FÁTIMA PIMPÃO SELEME (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2015.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo

máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 001/2015, para o cargo de EDUCADOR SOCIAL DIURNO.  
Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira  
Diretora de Gestão em RH

### **CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2015 - SABRINE SANTOS DE SOUZA BESEN FLORIANI**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 17 de Abril de 2017.

Ilma Sr(a)  
SABRINE SANTOS DE SOUZA BESEN FLORIANI (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2015.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 001/2015, para o cargo de PROCURADOR MUNICIPAL.  
Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira  
Diretora de Gestão em RH

### **CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 004/2014 - JULIANA DO CARMO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 17 de Abril de 2017.

Ilma Sr(a)  
JULIANA DO CARMO (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 004/2014.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 004/2014, para o cargo de ANALISTA AMBIENTAL – ENGENHEIRO SANITÁRIO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira  
Diretora de Gestão em RH

### **DECRETO 38/2017 PROCEDE ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO A SERVIDOR**

DECRETO N º 38 DE 13 DE ABRIL DE 2017

PROCEDE A ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município e de conformidade com as leis municipais 2568 de 05/08/2011 e 2622 de 10/08/2012,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder adiantamento de numerário ao servidor Gérson Ademir Fagundes – Superintendente da Fundação Municipal de Esportes - no valor de R\$ 400,00 ( quatrocentos reais ), dentro dos limites estabelecidos na lei municipal n º 1674 de 27/05/2003 e de acordo com o disposto na lei federal n º 4320/64 e Resolução n º 016/94 do Tribunal de Contas do Estado, combinado com a lei municipal 2568 de 05/08/2011 e 2622 de 10/8/2012.

Art. 2 º O referido adiantamento é feito com a finalidade de custear despesas da referida Fundação com alimentação de atletas no 10º JASTI ( Jogos Abertos da Terceira Idade ) dia 18/04/2017, o evento será realizado na cidade de Porto Belo / SC de 18 a 19 de abril de 2017 conforme Ofício 15/2017 FME.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 13 de abril de 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2017 PMN.**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2017 PMN.  
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 24/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 24/2017 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:  
Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS (BOMBONAS DE 20 LITROS COM VASILHAMES RETORNÁVEIS, COPO DE 200 ML, GARRAFAS DESCARTÁVEIS DE 500 ML E GARRAÇÃO RETORNÁVEL DE 20 LITROS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS EXISTENTES NO PAÇO MUNICIPAL E DEMAIS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO NAVEGANTES/SC.,  
Fornecedor: PJ Serviços e Comercio Eireli  
Valor: R\$ 7.570,00.  
Vigência: 12 meses.  
A ata está disponível no Departamento de Licitações.  
Informações: tel.: (47) 3342-9500.  
Navegantes, 13 de abril de 2017.

### **LAUDO DAS AMOSTRAS DO PREGÃO 33/2017 PMN** RELATÓRIO DE AMOSTRAS – PROCESSO 33/2017

#### **LAUDO DE AVALIAÇÃO**

Participante 2862 – TECNOAL COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA – EPP  
Item 74 – APROVADO

Participante 5944 – CCME Comércio e Representações Ltda-ME  
Itens 1, 5, 7, 8, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 23, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 70, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 104, 105, 106, 112, 113, 114 e 115 – APROVADOS

Participante 10831 - PJ Serviços e Comércio EIRELI – ME  
Itens 9, 10, 37, 38, 56, 62, 79 e 111 – APROVADOS

Participante 14649 – KRAUS Material de Cosntrução Ltda – EPP  
Itens 6,11,12,17,21,29,55,80,96,97,98,101,102,103,116 e 117 – APROVADOS

Participantes 16439 – VALDECI Cecílio dos Santos EIRELI – EPP  
Itens 2, 3, 4, 15, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 67, 68, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 91, 99, 100, 107, 108, 109 e 110 - APROVADOS

Navegantes-SC, 06 de abril de 2017

### **RESULTADO DO CHAMAMENTO DAS EMPRESAS DO PREGÃO 128/2016 PMN**

CHAMAMENTO DAS EMPRESAS CLASSIFICADAS NOS ITENS 1, 2, 3, 4 - PREGÃO PRESENCIAL 128/2016 PMN

Após decisão do Processo Administrativo 04/2017, devidamente publicada nos meios oficiais em 28 de março de 2017 e, respeitado o prazo para apresentação do Contraditório e Ampla Defesa pela empresa advertida, abriu-se o prazo para que as empresas devidamente classificadas nos itens 1, 2, 4 e 5, pudessem apresentar nova proposta, desde que, nas mesmas condições da empresa Desclassificada.

Após e-mails encaminhados, foi verificada a falta de interesse das empresas classificadas em apresentar seus valores nas mesmas condições da 1ª colocada (anexos), sendo assim, os itens 1, 2, 4 e 5

foram considerados fracassados no processo licitatório. Diante disso, novo processo licitatório será feito referente aos itens supracitados, visto seu caráter de urgência.

Publique-se

Pregoeira Titular: Carla Claudino

Equipe de Apoio: Josezite dos Santos

Josiane Bonetti

Dayane Patrícia Laureano de Jesus

Vera Lúcia Luçolli da Costa

## **TERMO DE JULGAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO 40/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

### **TERMO DE JULGAMENTO**

Processo Administrativo nº. 40/2016, instaurado pela Portaria nº. 2185 de 17 de outubro de 2016.

Indiciado: A.A.S.J.

Vistos, relatados, etc., os presentes autos, verifiquei que:

A.A.S.J. agente de serviços gerais, matrícula 363301, tendo sido instaurado o competente Processo Administrativo pela Portaria nº. 2185 de 17 de outubro de 2016, com vistas à apuração dos fatos narrados no presente documento.

A denúncia foi recebida, designou-se e instalou-se Comissão de Processo Administrativo, o investigado foi citado/intimado, compareceu à audiência conforme depoimento de fls. 21 dos autos. Relativamente à denúncia, conclui-se que de fato houve as faltas injustificadas, porém restaram descontadas pelo setor responsável, inexistindo prejuízo ao erário.

É o Relatório.

Na instrução verificou-se que as faltas do indiciado se deram por motivo justificado, haja vista, encontrar-se com sérios problemas psicológicos. Diante a situação, o servidor foi encaminhado para realização de exame de sanidade mental. No final, teve-se como resultado o laudo médico elaborado pela junta médica, composta por uma psiquiatra, que em síntese conclui que o servidor não se encontra definitivamente impossibilitado de exercer a sua função, atualmente, não há indicação de afastamento de suas atividades, sendo aconselhável seu retorno à função de origem.

A vista do exposto e considerando o que mais dos autos consta, em conformidade com o art. 166 da LC 007/2003 (Estatuto dos Servidores Municipais de Navegantes/SC).

DECIDO:

JULGO procedente a sugestão apontada no relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, no que concerne a permanência do servidor no quadro da Prefeitura Municipal de Navegantes, devendo este exercer sua função normalmente. Após, arquivar-se o Processo Administrativo nº. 40/2016.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato, procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data. Cumpra-se. Publique-se.

Navegantes, 10 de abril de 2017.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01-2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01-2017 - FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE LIMPEZA E CONSUMO - TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

Termo de Adjudicação e Homologação

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO N. 001/2017

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no artigo 38, inciso VII, c/c art. 43, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/93, acolhendo a decisão do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, ADJUDICA o resultado do processo Licitatório 001/2017, na modalidade Pregão Presencial/Registro de Preço nº 001/2017, para a contratação de empresa para fornecimento de Material de Consumo, Material de Limpeza e Material Expediente, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos, HOMOLOGANDO as seguintes vencedoras por itens: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 00.147.109/0001/56, com endereço na Rua Farroupilha, nº 153, São José/SC, o item "40" e; A empresa TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.365.198/0001-03, com endereço na Av. Santos Dumont, nº 88, Sala 02, Centro, Navegantes/SC., os itens 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83 e, 84.

Navegantes, 11 de abril de 2017.

Samuel Viane Paganelli

PRESIDENTE

ANDRÉ DE FREITAS CHAVES PACHECO

PREGOIRO

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02-2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02-2017 - FORNECIMENTO DE PLACAS DE HOMENAGEM - ATA DA SESSÃO PÚBLICA**

ATA DA SESSÃO PÚBLICA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

Processo licitatório nº 002/2017

Aos dias 17 de abril de 2017, às 09:00 horas, no Plenário da Câmara de Vereadores de Navegantes/SC., Rua Ezequiel Antero Rocha, 315, Navegantes/SC., o Pregoeiro e a equipe de apoio, todos designados pelas Portarias 012/2017, para inaugurar a sessão pública de pregão presencial 002/2017, com objetivo de contratar empresa para fornecimento de placas de homenagens, através de Pregão Presencial/Registro de Preço, na modalidade menor preço por item, conforme especificações do edital e seus anexos. Assim na data e horário acima designados para a sessão pública compareceu uma única empresa, denominada TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA., representada por seu proprietário FERNANDO JOSÉ LONGEN, devidamente identificado. Logo na etapa de credenciamento, o pregoeiro procedeu à verificação dos documentos

da TECNOAL, e constatou que não há no objeto social da empresa a habilitação para o fornecimento de placas de homenagem, o que impede a mesma de participar da licitação, conforme documentos anexos. Assim, foi declarada pelo pregoeiro e pela equipe de apoio encerrada a sessão, sem vencedores.

Navegantes, 17 de abril de 2017.

ANDRÉ DE FREITAS CHAVES PACHECO □ PREGOEIRO  
ALDO MARQUES PERES FILHO - APOIO  
SOLON MANOEL COSTA - APOIO  
VANILDO TELLES – APOIO  
VILSEMAR OLÍMPIO DUARTE - APOIO

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02-2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02-2017 - FORNECIMENTO DE PLACAS DE HOMENAGEM - AVISO DE LICITAÇÃO II**

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL N. 002/2017 / Processo licitatório N.002/2017  
OBJETO: Constitui objeto desta licitação a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de placas de homenagens para a Câmara Municipal de Navegantes, pelo período de 12 (doze) meses. Licitação tipo Pregão Presencial na modalidade de Menor Preço por Item, conforme Proposta Financeira (Anexo I), deste Edital.

TIPO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO-MENOR PREÇO POR ITEM

JUSTIFICATIVA DA SESSÃO DO DIA 02/05/2017 às 09:00horas: Considerando que a sessão realizada no dia 17 de abril de 2017 restou fracassada, fixa-se nova data para que os eventuais licitantes que tenham interesse em participar do certame, apresentem suas propostas nos termos do edital PREGÃO PRESENCIAL N. 002/2017 / Processo licitatório N.002/2017.

REGIMENTO: Regido pela Lei 10.520/2002, decreto federal N. 3.555 de 8 de agosto de 2000, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei federal N. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores e, demais decretos e normas regulamentadoras aplicáveis à espécie.

ABERTURA DA SESSÃO: dia 02 de maio de 2017, às 09:00horas, no Plenário da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC, sito a Rua Ezequiel Antero Rocha, N. 315, Centro, cidade de Navegantes-SC. VALOR ESIMADO TOTAL: Até o valor de R\$ 24.495,81 (vinte e quatro mil quatrocentos e noventa e cinco reais e oitenta e um centavos).

INFORMAÇÕES: Pessoalmente, no endereço acima citado, ou ainda por telefone: 47-3342-1818, com o pregoeiro ANDRÉ DE FREITAS CHAVES PACHECO, no horário das 09h às 12h e das 14h às 17h, em dias úteis.

LEITURA E/OU RETIRADA DO EDITAL: Pessoalmente, no endereço acima citado, ou no endereço eletrônico [www.cvnavagantes.sc.gov.br](http://www.cvnavagantes.sc.gov.br) ou ainda por telefone: 47-3342-1818, com o pregoeiro ANDRÉ DE FREITAS CHAVES PACHECO, no horário das 09h às 12h e das 14h às 17h, em dias úteis.

Navegantes, 17 de abril de 2017.

Samuel Vianeí Paganelli

Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC

## **RESOLUÇÃO Nº 004-2017 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO ESCOLA**

RESOLUÇÃO Nº 004/2017

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ESCOLAR A SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara de Vereadores de Navegantes, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições institucionais, aprovou e a Mesa Diretora promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º. Fica regulamentada a concessão de auxílio-escolar aos servidores ativos, integrantes dos quadros da Câmara Municipal de Navegantes/SC.

Art. 2º. O auxílio-escolar, por meio de bolsa de estudo, será concedido ao servidor regularmente matriculado em curso de graduação ou pós-graduação, limitando a 01 (um), e corresponderá ao valor a 02 (duas) UFM – Unidade Fiscal do Municipal mensal, incluindo-se a matrícula, até o limite de 70% (setenta por cento) das mensalidades e matrícula.

Art. 3º. Nos casos dos cursos de Mestrado e Doutorado, será concedido ao servidor, limitando a 01 (um), e corresponderá ao valor de 04 (quatro) UFM – Unidade Fiscal do Município, incluindo-se a matrícula, até o limite de 70% (setenta por cento) das mensalidades e matrícula.

Art. 4º. Os cursos de que trata essa Resolução deverão ser autorizados pelo Conselho Estadual de Educação ou pelo Ministério da Educação e promovidos por Instituição de Ensino Superior oficialmente credenciada.

Art. 5º. O auxílio-escolar poderá ser concedido aos servidores matriculados em cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado promovido por Instituições de Ensino situadas no município de Navegantes ou fora dele.

Art. 6º. O auxílio-escolar, de natureza indenizatória, não se incorpora aos vencimentos do servidor, não se configura como rendimento tributável e não sofrerá incidência da contribuição previdenciária.

Art. 7º. Para ter direito ao auxílio-escolar, o estudante terá que apresentar comprovante de matrícula, e documentos que identifiquem o valor das mensalidades do curso, mensalmente comprovante de pagamento das mensalidades, e trimestralmente atestado de frequência escolar.

Art. 8º. Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, 06 de abril de 2017.

SAMUEL VIANEI PAGANELLI

Presidente

MURILO CORDEIRO

Vice-presidente

ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO

1º Secretário

PAULO RODRIGO MELZI

2º Secretário

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV****RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N º 015 DE 03 DE ABRIL DE 2017**

PORTARIA N º 18 DE 18 DE ABRIL DE 2017.

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N º 015 DE 03 DE ABRIL DE 2017, PUBLICADA NO DOM EM 03/04/2017, NA EDIÇÃO 2224.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RETIFICA:

Onde se lê:

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade, a segurada SALMA SANDRA DA CONCEIÇÃO MOREIRA, portadora da cédula de identidade n.º 2.868.200, inscrita no CPF sob o n.º 800.815.849-20, e PIS/PASEP nº 1174620398-0 efetiva no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na ASG EFETIVO APOIO, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2017.02.03406P, a partir desta data até posterior deliberação.

Leia-se;

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade, a segurada SALMA SANDRA DA CONCEIÇÃO MOREIRA, portadora da cédula de identidade n.º 2.868.200, inscrita no CPF sob o n.º 800.815.849-20, e PIS/PASEP nº 10743879322 efetiva no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na ASG EFETIVO APOIO, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2017.02.03406P, a partir desta data até posterior deliberação.

II Ficam inalterados os demais dispositivos.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 18 DE ABRIL DE 2017.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 18 de Abril de 2017.

# Nova Trento

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 089/2017 - CONVOCA APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016

DECRETO nº 089/2017

convoca aprovadoS no PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 19 de abril de 2017 a 24 de abril de 2017, munidos da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 17 de abril de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### ANEXO I

(Decreto nº 089/2017)

#### CARGO: MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR

Classificação	Nome completo
1ª	Idmilson de Oliveira

#### CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

Classificação	Nome completo
2ª	Alexandre Anacleto Aguiar e Silva

#### CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Classificação	Nome completo
4ª	Renan Willian Domingues Dittberner

#### ANEXO II – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(Decreto nº 089/2017)

Exmo. Senhor

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

#### DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, ....., portador (a) do RG nº ..... e CPF nº ....., Candidato(a) na .....ª posição do Processo Seletivo - Edital nº ....., inscrição nº ....., para o cargo de ....., pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº ....., publicado no Diário Oficial dos Municípios de ...../...../......

Nova Trento, ..... de ..... de 2017.

Assinatura

### DECRETO Nº 090/2017 - CONVOCA APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

DECRETO nº 090/2017

convoca aprovadoS no concurso público nº 002/2015 – TRIGÉSIMA QUARTA chamada, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 19 de abril de 2017 a 08 de maio

de 2017 (exceto nos dias 25/04/2017 e 02/05/2017), munidos da documentação (cópia e original) abaixo relacionada, observado o grau de instrução do respectivo cargo:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão atualizada de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atual;

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II);

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Quitação do Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIV – Cópia autenticada do Diploma (Ensino Fundamental/ Ensino Médio/ Curso Técnico/ Graduação/ Pós-Graduação/ Mestrado) em conformidade com área que irá atuar;

XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 17 de abril de 2017.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal.

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### ANEXO I

(Decreto nº 090/2017)

##### CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
41ª	17	Elaine Cristina Evaristo Hoffmann

##### CARGO: ENFERMEIRO(A)

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
12ª	725	Alessandra Marchioli

##### CARGO: FARMACÊUTICO(A)

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
04ª	538	Kelly Cristina Miquelletti Nunes

#### ANEXO II – EXAMES MÉDICOS

(Decreto nº 090/2017)

CARGOS	EXAMES
ATENDENTE DE CRECHE	Raio-X de coluna lombo sacra Ap/Pe, com laudo.
ENFERMEIRO(A)	Raio-X de coluna lombo sacra Ap/Pe, com laudo; Hemograma; HbsAg; Anti HbsAg; HCV.
FARMACÊUTICO(A)	----

#### ANEXO III – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(Decreto nº 090/2017)

Exmo. Senhor

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

#### DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, ....., portador (a) do RG nº ..... e CPF nº ....., Candidato(a) na .....ª posição do Concurso Público - Edital nº ....., inscrição nº ....., para o cargo de ....., pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº ....., publicado no Diário Oficial dos Municípios de ...../...../......

Nova Trento, ..... de ..... de 2017.

Assinatura

#### DECRETO Nº 091/2017 - CONVOCA APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

DECRETO nº 091/2017

convoca aprovado no concurso público nº 003/2015 – VIGÉSIMA SEXTA chamada, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 19 de abril de 2017 a 08 de maio de 2017 (exceto nos dias 25/04/2017 e 02/05/2017), munidos da documentação (cópia e original) abaixo relacionada, observado o grau de instrução do respectivo cargo:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão atualizada de Casamento ou Atestado de Óbito (se

for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atual;

XI – Provação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II);

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Quitação do Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIV – Cópia autenticada do Diploma (Ensino Fundamental/ Ensino Médio/ Curso Técnico/ Graduação/ Pós-Graduação/ Mestrado) em conformidade com área que irá atuar;

XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 17 de abril de 2017.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal.

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### ANEXO I

(Decreto nº 091/2017)

CARGO: FONOAUDIÓLOGO(A)

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
3ª	1231	Fernanda de Souza Neves

#### ANEXO II – EXAMES MÉDICOS

(Decreto nº 091/2017)

CARGOS	EXAMES
FONOAUDIÓLOGO(A)	HBS AG, ANTI HBS AG, HCV e HEMOGRAMA

#### ANEXO III – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(Decreto nº 091/2017)

Exmo. Senhor

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

#### DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, ....., portador (a) do RG nº ..... e CPF nº ..... , Candidato(a) na .....ª posição do Concurso Público - Edital nº ..... , inscrição nº ..... , para o cargo de ....., pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA

à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº ..... , publicado no Diário Oficial dos Municípios de ...../...../..... .

Nova Trento, ..... de ..... de 2017.

Assinatura

#### PORTARIA Nº 174/2017

PORTARIA Nº 174/ 2017

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207/1992, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal LIZANDRA MARCOLLA LUCATELLE, matrícula nº 7255, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Adjunto, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Professor Francisco João Valle, Trinta Réis, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### PORTARIA Nº 175/2017 "A"

PORTARIA Nº 175/ 2017 "A"

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

#### RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal ANA MARIA CUCO, matrícula nº 6671 do cargo de Técnico de Enfermagem - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**PORTARIA Nº 175/2017 "B"**

PORTARIA Nº 175/ 2017 "B"

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal RITA CADORIN TOMASONI, matrícula nº 6877 do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento a contar de 01 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**PORTARIA Nº 200/2017**

PORTARIA Nº 200/ 2017

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

NOMEAR a Servidora Pública Municipal ELICE BOTTAMEDI, matrícula nº 7395, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, do Quadro de Servidores Comissionados do Magistério Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

**PORTARIA Nº 202/2017**

PORTARIA Nº 202/ 2017

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92

(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

NOMEAR o Servidor Público Municipal LUIZ FERNANDO TOMASONI, matrícula nº 7399, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento Financeiro, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pertencente ao Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal.

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 207/2017**

PORTARIA Nº 207/ 2017

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

NOMEAR a Servidora Pública Municipal ELIZANGELA DALLABRIDA BERTOLDI CASSANIGA, matrícula nº 7398, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Serviços de Turismo, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 02 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 209/2017**

PORTARIA Nº 209/ 2017

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR, o Servidor Público Municipal, HERON DO NASCIMENTO LINHARES, matrícula nº 6650, ocupante o cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Programas e Projetos Esportivos, com 40 (quarenta) horas semanais atuante na Secretaria Municipal

de Educação e Esportes, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir de 02 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de março de 2017.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 213/2017**

PORTARIA Nº 213/ 2017  
Exonera Servidor

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 59, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

#### **RESOLVE:**

EXONERAR a pedido, a Servidora Pública Municipal ADRIANA NEI-DE DOS SANTOS, matrícula nº 7303 ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, Distrito de Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 03 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de março de 2017.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 215/2017**

PORTARIA Nº 215/ 2017  
Exonera Servidor

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 59, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

#### **RESOLVE:**

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal MARIA JULIA FELLER PFLEGER, matrícula Nº 7358 Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi Centro, Município de Nova Trento, a contar de 06 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de março de 2017.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 217/2017**

PORTARIA Nº 217/ 2017  
Nomeação/ Posse

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990.

#### **RESOLVE:**

NOMEAR pelo Decreto nº 045/2017, de 01/03/2017 – através de Concurso Público – Edital nº 003/2015, de 10/08/2015, GUSTAVO ACHCAR, matrícula nº 7414, no Cargo de Provimento Efetivo de Técnico Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, e Empossar em 06 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de março de 2017.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 219/2017**

PORTARIA Nº 219/ 2017  
Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, através do Concurso Público nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014, de acordo com os arts. 11, 15 e 66 da Lei Municipal nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal (Grupo 1), GREICE MARIA CAMPREGHER JAHN, matrícula nº 7416, para exercer o cargo de Professor Nível III (Educação infantil - Creche), Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 06 de março de 2017.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Creche Municipal Claraíba, Distrito de Claraíba, a partir de 07 de março de 2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de março de 2017.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 222/2017**

PORTARIA Nº 222/ 2017

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 050/2017, de 03/03/2017 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, LISANGELA LOCKS DE OLIVEIRA, matrícula nº 7418, no Cargo de Provimento Efetivo de Atendente de Creche, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 07 de março de 2017.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Creche Municipal Ciranda Cirandinha – Trinta Réis, a partir de 07/03/2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 233/2017**

PORTARIA Nº 233/ 2017

Exonera Servidor

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 59, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido, DOUGLAS FARIAS, matrícula nº 7352 da função de Instrutor de Informática, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho Claraíba, Município de Nova Trento a contar de 07 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de março de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 234/2017**

PORTARIA Nº 234/ 2017

Concede Licença Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal JACQUELINE ISABELA R. L. ANDRIOLLI, matrícula nº 6965, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Assistente Social, com 30 (trinta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 26 de fevereiro de 2017 a 12 de março de 2017, conforme resultado pericial datado de 07/03/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 238/2017**

PORTARIA Nº 238 /2017

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Março/2017, ao Servidor Público Municipal APRIGIO JOSÉ BOTAMELI, matrícula nº 209, concursado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Diretor do Setor de Compras, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Efetivos desta Prefeitura, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 01/03/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 254/2017 "A"**

PORTARIA Nº 254/ 2017 "A"

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, JOHNY CARNEIRO MARTINS, matrícula nº 6632, do cargo de Enfermeiro - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 16 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Maxiliano de Oliveira  
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**PORTARIA Nº 254/2017 "B"**

PORTARIA Nº 254/ 2017 "B"

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, ISRAEL LEON SAGAZ CORREA, matrícula nº 7371, do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento a partir do dia 16 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 259/2017 "A"**

PORTARIA Nº 259 /2017 "A"

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, a Servidora Pública Municipal, MARIANA CONCEIÇÃO FAGUNDES BOSIO HOFFMANN matrícula nº 6809, atuante no cargo de Provimento em Comissão de Assessor Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura, Município de Nova Trento, relativo ao período de 06/08/2015 a 05/08/2016,

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 260/2017 "A"**

PORTARIA Nº 260/ 2017 "A"

Licença Gestante

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 107, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Gestante à Servidora Pública Municipal GIOVANA CADORIN HOFFMANN, matrícula nº 6688, concursada no cargo de Coordenador Escolar Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, a contar de 27 de março de 2017 à 24 de julho de 2017, conforme atestado médico datado de 27 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de março de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 264/2017**

PORTARIA Nº 264/ 2017

Dispõe Sobre Exoneração e Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 64 e 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º – EXONERAR o Servidor Público Municipal LUCAS BUDKE-WITZ, matrícula nº 7167 do cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Serviços de Atendimento ao Cidadão, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 2º – NOMEAR o Servidor Público Municipal LUCAS BUDKE-WITZ, matrícula nº 7448, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Ouvidor Geral, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 03 de abril de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de abril de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 269/2017**

PORTARIA Nº 269 /2017

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro no mês de abril de 2017, ao Servidor Público Municipal, VALMIR BERTOTTI matrícula nº 79, concursado ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, Município de Nova Trento, relativo ao período de 01/07/2015 a 30/06/2016,

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de abril de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 273/2017**

PORTARIA Nº 273 /2017

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

NOMEAR a Servidora Pública Municipal ITAMARA DOMINGOS, matrícula nº 7453, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Agente Social, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 04 de abril de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de abril de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 279/2017**

PORTARIA Nº 279/ 2017

Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

**RESOLVE:**

NOMEAR a Servidora Pública Municipal PAULA SIMONE BERTOTTI TACQUES, matrícula nº 7457 no cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Serviços de Atendimento ao Cidadão, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 05 de abril de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de abril de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 280/2017**

PORTARIA Nº 280/ 2017

## Licença Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

## RESOLVE:

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal VALDECIR ALVES FERREIRA, matrícula nº 6785, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Servidores Efetivos desta Prefeitura, Município de Nova Trento pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 03 de abril de 2017 a 17 de abril de 2017, conforme resultado pericial datado de 05/04/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de abril de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 289/2017 "A"**

PORTARIA Nº 289/ 2017 "A"

## Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 106, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

## RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 082/2017 que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, à Servidora Pública Municipal ANA MIRIA CIPRIANI MARCHI, matrícula nº 1041, concursada, ocupante do cargo de Professor Nível IV, Referência N, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, do Quadro de Servidores Efetivos deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 09 de abril de 2017 a 07 de julho de 2017, conforme resultado pericial datado de 10/04/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de abril de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 290/2017**

PORTARIA Nº 290/ 2017

## Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014;

## RESOLVE;

Prorrogar a Portaria nº 241/ 2017 "C" que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, ROZIANI HINGRID TELL ERBS, matrícula nº 7343 para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), Na Escola Municipal de Educação Básica Prof. Francisco João Valle, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 09 de abril de 2017, até convocação de aprovado pelo concurso público nº 001/2014, por motivo de vaga excedente, (Aposentadoria da titular Miria Maria Costa Tonini).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de abril de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 292/2017**

PORTARIA Nº 292/ 2017

## Altera Carga Horária de Servidor

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o artigo 24, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999, do quadro de Servidores do Magistério Municipal,

## RESOLVE:

ALTERAR a Carga Horária da Servidora Pública Municipal ELIZETE ABILINO, matrícula nº 7437, atuante no cargo de Professor Nível III, Referência A com 30 (trinta) horas semanais, (Educação Infantil – Contação de Histórias e Itinerante) sendo, 20 (vinte) horas na Creche Municipal Espreado e 10 (dez) horas na Creche Municipal Ciranda Cirandinha – Bairro Trinta Réis, passando de 30 (trinta) horas semanais para 10 (dez) horas semanais na Creche municipal Ciranda Cirandinha Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, a partir de 11 de abril de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de abril de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças



**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi Centro, Município de Nova Trento do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado a contar de 13 de abril de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo) data da assinatura deste instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de abril de 2017.

Luiz Carlos	Orsi Monica Raquel Raiser
Secretário M. de Educação	Contratada

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de abril de 2017.

**TESTEMUNHA:**

Izabela Darós  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### **AVISO DO RESULTADO DO PL FMS Nº 004/17-PR Nº 002/17**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE  
AVISO DE RESULTADO DO  
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 004/2017  
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 002/2017 - SRP

O Fundo Municipal de Saúde de Novo Horizonte/SC, por meio de sua Pregoeira, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial FMS nº 002/2017 – que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço hospitalar de Plantão e Emergência médica para atendimento dos Municípios de Novo Horizonte, no âmbito das especialidades da Instituição contratada, incluindo os serviços de Plantão em Obstetrícia e Pediatria, através do seu corpo clínico e em suas dependências e instalações, com vistas a complementar a rede de atendimento hospitalar SUS e demais condições constante nos anexos do presente edital. Que na data de sua realização: Dia 13/04/2017 às 09:00 hs, que teve como única empresa participante a saber: FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO LOURENÇO (774). Sendo a empresa vencedora com valor global de 97.845,00 (Noventa e sete mil oitocentos e quarenta e cinco reais) referente a 250 atendimentos. Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz as exigências do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial FMS Nº 002/2017.

Novo Horizonte/SC, em 13 de Abril de 2017.  
SILVANI ZILIO MOSCHEN  
Pregoeira

### **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL FMS Nº 004/17 - PR Nº 002/17**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 004/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 001/2017  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 17/04/2017  
CONTRATADO: FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO LOURENÇO'  
CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço hospitalar de Plantão e Emergência médica para atendimento dos Municípios de Novo Horizonte, no âmbito das especialidades da Instituição contratada, incluindo os serviços de Plantão em Obstetrícia e Pediatria, através do seu corpo clínico e em suas dependências e instalações, com vistas a complementar a rede de atendimento hospitalar SUS e demais condições constante nos anexos do presente edital;  
VALOR DA DESPESA: R\$ 23.482,80 (Vinte e três mil quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos), ref. a 60 atendimentos.  
DATA: 17/04/2017 - ROGÉRIO ACACIO MASCARELLO – Secretário De Saude E Promoção Social/gestor Fms.

### **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 020/17 - PR Nº 009/17 17/04/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 17/04/2017  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;  
CONTRATADO: AUTO MECANICA BRANSALES LTDA - EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 398,00 (Trezentos e noventa e oito reais).  
DATA: 17/04/2017 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 001/2017

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 13/04/2017		Válido até: 13/04/2018			
Objeto da Compra: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço hospitalar de Plantão e Emergência médica para atendimento dos Municípios de Novo Horizonte, no âmbito das especialidades da Instituição contratada, incluindo os serviços de Plantão em Obstetrícia e Pediatria, através do seu corpo clínico e e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO HOSPITALAR DE PLANTÃO E EMERGÊNCIA MÉDICA PARA ATENDIMENTO DOS MUNICÍPIOS DE NOVO HORIZONTE, NO ÂMBITO DAS ESPECIALIDADES DA INSTITUIÇÃO CONTRATADA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE PLANTÃO EM OBSTETRÍCIA E PEDIATRIA, ATRAVÉS DO SEU CORPO CLÍNICO E EM SUAS DEPENDÊNCIAS E INSTALAÇÕES, COM VISTAS A COMPLEMENTAR A REDE DE ATENDIMENTO HOSPITALAR SUS. Nos serviços estão inseridos: Consultas; Exames; Observações 24 horas; Observações 48 horas; Pronto socorro e Plantão Obstetrícia e Pediatria. Os serviços hospitalares de plantão serão aqueles realizados nos sábados, domingos e feriados. E as emergências semanais, fora do expediente da Unidade Municipal de Saúde, são aquelas compreendidas no horário de 18:00 (dezoito) horas as 07:00 (sete) horas da manhã.	SV	FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO LOURENÇO (1412)		0	391,3800	1

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 13/04/2017		Válido até: 13/04/2018			
Objeto da Compra: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço hospitalar de Plantão e Emergência médica para atendimento dos Municípios de Novo Horizonte, no âmbito das especialidades da Instituição contratada, incluindo os serviços de Plantão em Obstetrícia e Pediatria, através do seu corpo clínico e e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017  
PROCESSO Nº 4/2017  
(1412) - FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO LOURENÇO'

Novo Horizonte, 13 de Abril de 2017.

## Orleans

## PREFEITURA

## ADITIVO 24/2016-3

Aditivo Nº ..... : 24/2016-3 - Contrato Nº: 24/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: INOVA SOLUCOES EM TELECOMUNICACAO LTDA - ME

Valor ..... : 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais)

Vigência ..... : Início: 13/04/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (20) Saldo: 946.818,14

Objeto ..... : IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TELEFONIA DIGITAL (PABX) BASEADO EM SERVIDOR IP, CONTENDO SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DA PLATAFORMA IP E EQUIPAMENTOS EM COMODATO PARA O FUNCIONAMENTO DE 56 RAMAIS, 35 LINHAS ANALÓGICAS, 91 LIGAÇÕES SIMULTÂNEAS SIP FIXO E MÓVEL BRASIL GERAL COM 12.000 MINUTOS PARA FIXO E 6.000 MINUTOS PARA MOVEL.

Orleans, 13 de Abril de 2017

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

# Otacílio Costa

## PREFEITURA

### **PREGÃO 021/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL PREGÃO Nº 020/2017

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa especializada em serviços de gerenciamentos de projetos e obras, elaboração, correção, reprogramação de projetos de engenharia civil e fiscalização de obras.. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 08/05/2017 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site [www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br](http://www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br). Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 17/04/2017.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### DECRETO Nº2921

DECRETO N.º 2921/2017

“DISPÕE SOBRE DISPENSA DE CONSELHEIRO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica Dispensada a Conselheira Tutelar Sra. Adriana Ferreira, a partir do dia 30 de abril de 2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 17 de abril de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

### DECRETO Nº2922

DECRETO N.º 2922/2017

“NOMEIA FUNCIONARIO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Comp. 022/2005 e 023/2005.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado para o Serviço Público Municipal o Sr. FERNANDO MARINHO DE MELLO, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente de Defesa Civil, enquadrado no anexo I, da Lei Complementar n.º 023/2005, nível 51.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 17 de Abril de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

### ERRATA PREGÃO PRESENCIAL 023/2017

#### ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL 023/2017 O Município de Ouro Verde, por intermédio do Prefeito Municipal, torna pública

a errata ao anexo I Como segue: onde se lê. No item - Locação, através da montagem, manutenção e desmontagem de um PAVILHÃO estruturado em alumínio P30 e aço carbono para arena coberta de shows, formato duas águas simétricas medidas totais de 14 (quatorze) metros x 40 (quarenta) metros, formando uma área total em vão livre de 560 (quinhentos e sessenta) metros, medindo no ápice da cumeeira 6 (seis) metros, cobertura em lona branca anti Chamas, anti fungo, cintas de catracas fixadas ao solo com pinos tipo ponta-de-eixo, sendo as cintas aplicadas a cada 5 (cinco) metros em todos os pés., observado Passa ser. Locação, através da montagem, manutenção e desmontagem de um PAVILHÃO estruturado em alumínio P30 ou ferro para arena coberta de shows, formato duas águas simétricas medidas totais de 14 (quatorze) metros x 40 (quarenta) metros, formando uma área total em vão livre de 560 (quinhentos e sessenta) metros, medindo no ápice da cumeeira 6 (seis) metros, cobertura em lona branca anti Chamas, anti fungo, cintas de catracas fixadas ao solo com pinos tipo ponta-de-eixo em todos os pés. onde se lê. No item 4; Locação, através da montagem, manutenção e desmontagem de PALCO contemplando aterramento e demais elementos de segurança o qual deverá obedecer as seguintes dimensões mínimas: 12 (doze), metros de FRENTE, 08 (oito) metros de PROFUNDIDADE (da frente ao fundo do palco), e 1 (um) metro de ALTURA (do chão onde foi montado até o piso do palco). contendo dois camarins Construído em aço zincado e com piso chapa naval 18mm. Passa ser: Locação, através da montagem, manutenção e desmontagem de PALCO contemplando aterramento e demais elementos de segurança o qual deverá obedecer as seguintes dimensões mínimas: 12 (doze), metros de FRENTE, 08 (oito) metros de PROFUNDIDADE (da frente ao fundo do palco), e 1 (um) metro de ALTURA (do chão onde foi montado até o piso do palco) e com piso chapa naval 18mm. observado .Mantendo o restante inalterado, inclusive a abertura dos envelopes. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min do dia 26 abril de 2017. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 09h05min do dia 26 de abril de 2017. Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde, na Rua João Maria Conrado, nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3447-0007. Ouro Verde (SC), 17 de abril de 2017. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº0038/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: RÁDIO RAINHA DAS QUEDAS LTDA

Objeto:Prestação de serviço em emissora de rádio AM, com sinal de transmissão aberto em todo o território do município, para prestação de serviços de veiculação de atos oficiais, comunicados diversos e peças institucionais do município de Ouro Verde/SC.Valor certo e ajustado de R\$:10.072,50 (dez mil e setenta e dois reais e cinquenta centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 12 de abril de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº0039/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: FAXINAL RADIOFUSÃO LTDA - ME

Objeto: Prestação de serviço em emissora de rádio FM, com sinal de transmissão aberto em todo o território do município para prestação de serviços de veiculação de atos oficiais, comunicados diversos e peças institucionais do município de Ouro Verde/SC. Valor certo e ajustado de R\$:17.000,00 (dezesete mil reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 12 de abril de 2017. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

# Palhoça

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 1311/2017**

PORTARIA Nº. 1311/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ADRIANA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2016, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da CEI Mundo Mágico, da Secretaria Municipal de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/02/2017 a 14/12/2017. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1375/2017.**

PORTARIA Nº. 1375/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARA MARQUES DA COSTA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tecido, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**DECRETO Nº 2.151, DE 11 DE ABRIL DE 2017.**

DECRETO Nº 2.151, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

REFORMA ADMINISTRATIVA. Estabelece alteração na estrutura administrativa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais e com base no art. 113 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Um cargo de Assessor IV, Código DAS VII, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, previsto no inciso XVII do art. 36da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, fica transferido para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Um cargo de Assessor II, Código DAS V, da Faculdade Municipal de Palhoça - FMP, previsto no inciso IV do art. 74 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, fica transferido para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Um cargo de Assessor IV, Código DAS VII, do Gabinete do Prefeito, previsto no inciso XVI do art. 25 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, fica transferido para a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 4º Um cargo de Assessor II, Código DAS V, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESP, previsto no inciso XXI do art. 50 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, fica transferido para a Secretaria Municipal de Maricultura, Pesca e Agricultura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de março de 2017.

Palhoça, 11 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.477, DE 12 DE ABRIL DE 2017.**

LEI Nº 4.477, de 12 de ABRIL de 2017

CONCEDE. Título de cidadania honorária ao Senhor Lucas Vanderlei Martins.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça ao Senhor Lucas Vanderlei Martins.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.478, DE 12 DE ABRIL DE 2017.**

LEI Nº 4.478, de 12 de ABRIL de 2017

CONCEDE. Título de cidadania honorária ao Senhor Luis Carlos Zunino.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça ao Senhor Luis Carlos Zunino.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação..

Palhoça, 12 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.479, DE 12 DE ABRIL DE 2017.**

LEI Nº 4.479, de 12 de ABRIL de 2017

CONCEDE. Título de cidadania honorária à Senhora Lionete Custódia Jacinto.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça à Senhora Lionete Custódia Jacinto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.480, DE 12 DE ABRIL DE 2017.**

LEI Nº 4.480, de 12 de ABRIL de 2017

CONCEDE. Título de cidadania honorária à Senhora Marli Teresinha Marçal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça à Senhora Marli Teresinha Marçal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.481, DE 12 DE ABRIL DE 2017.**

LEI Nº 4.481, de 12 de ABRIL de 2017

CONCEDE. Título de cidadania honorária ao Senhor Nelson Paim da Silva.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça ao Senhor Nelson Paim da Silva.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.482, DE 12 DE ABRIL DE 2017.**

LEI Nº 4.482, de 12 de ABRIL de 2017

CONCEDE. Título de cidadania honorária ao Senhor Rui Eustaquio de Freitas Guimarães.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça ao Senhor Rui Eustaquio de Freitas Guimarães.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.483, DE 12 DE ABRIL DE 2017.**

LEI Nº 4.483, de 12 de ABRIL de 2017

CONCEDE. Título de cidadania honorária ao Senhor Isnardo Luis Brant.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça ao Senhor Isnardo Luis Brant.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.484, DE 12 DE ABRIL DE 2017.**

LEI Nº 4.484, de 12 de ABRIL de 2017

CONCEDE. Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos à Senhora Olinda Natalina de Campos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos à Senhora Olinda Natalina de Campos, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.485, DE 12 DE ABRIL DE 2017.**

LEI Nº 4.485, de 12 de ABRIL de 2017

CONCEDE. Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos ao Senhor Djalma Manoel Bruchado.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos ao Senhor Djalma Manoel Bruchado, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.486, DE 12 DE ABRIL DE 2017.**

LEI Nº 4.486, de 12 de ABRIL de 2017

CONCEDE. Título de cidadania honorária ao Senhor Márcio José de Souza.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça ao Senhor Márcio José de Souza.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.487, DE 12 DE ABRIL DE 2017.**

LEI Nº 4.487, de 12 de ABRIL de 2017

CONCEDE. Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos ao Senhor Ari de Souza.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos ao Senhor Ari de Souza.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.488, DE 12 DE ABRIL DE 2017.**

LEI Nº 4.488, de 12 de ABRIL de 2017

CONCEDE. Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos ao Senhor Jonas Schmitt.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos ao Senhor Jonas Schmitt, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.489, DE 12 DE ABRIL DE 2017.**

LEI Nº 4.489, de 12 de ABRIL de 2017

CONCEDE. Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos à Senhora Rosângela Alves Coelho.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos à Senhora Rosângela Alves Coelho, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.490, DE 12 DE ABRIL DE 2017.**

LEI Nº 4.490, de 12 de ABRIL de 2017

CONCEDE. Título de cidadania honorária ao Senhor Juarez Bitencourt Furtado.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça ao Senhor Juarez Bitencourt Furtado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.491, DE 12 DE ABRIL DE 2017.**

LEI Nº 4.491, de 12 de ABRIL de 2017

CONCEDE. Título de cidadania honorária à Senhora Marta Lorenzetti.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça à Senhora Marta Lorenzetti.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.492, DE 12 DE ABRIL DE 2017.**

LEI Nº 4.492, de 12 de ABRIL de 2017

CONCEDE. Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos ao Senhor João Batista Machado da Rosa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos ao Senhor João Batista Machado da Rosa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.493 DE 12 DE ABRIL DE 2017.**

LEI Nº 4.493, de 12 de ABRIL de 2017

CONCEDE. Título de cidadania honorária ao Senhor Gentil Reinaldo Cordioli Filho.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça ao Senhor Gentil Reinaldo Cordioli Filho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**PORTARIA 20**

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância

Portaria 21/2017

CRISTINA SCHWINDEN SCHMDT,, Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, incisos I e VI da Lei Complementar nº. 102/2011 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

**RESOLVE:**

Art.1º - NOMEAR a servidora MARGARETE JOAQUINA DA ROSA, matrícula 800.223, como DEFENSORA DATIVA para Processo Administrativo Disciplinar nº Processo nº 2302/2017 em desfavor do (a) servidor (a) M.P.S , sob Portaria nº 17/2017.

Art. 2º - A portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça, 17 de abril de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMDT,

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 1312/2017.**

PORTARIA Nº. 1312/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARINA DIETRICH, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2016, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da CEI Realizar, da Secretaria Municipal de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 06/03/2017 a 14/12/2017. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.  
SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1313/2017**

PORTARIA Nº. 1313/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JANAINA FLORIANO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2016, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da CEI Mundo Mágico, da Secretaria Municipal de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/02/2017 a 14/12/2017. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1314/2017.**

PORTARIA Nº. 1314/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SARA SILVA SCHULTZ DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2016, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/02/2017 a 14/12/2017. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1315/2017**

PORTARIA Nº. 1315/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SANDRA REGINA PIERRI DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2016, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Guilherme W. Filho, da Secretaria Municipal de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/02/2017 a 14/12/2017. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1316/2017**

PORTARIA Nº. 1316/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ADRIANA DE ANDRADE DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2016, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Guilherme W. Filho, da Secretaria Municipal de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/02/2017 a 14/12/2017. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1317/2017.**

PORTARIA Nº. 1317/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUANA KRIEGER, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2016, para

ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Guilherme W. Filho, da Secretaria Municipal de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/02/2017 a 14/12/2017. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1318/2017.**

PORTARIA Nº. 1318/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JEFERSON ALEXANDRE DA SILVA JUNIOR, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2016, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Almoarifado, da Secretaria Municipal de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/03/2017 a 14/12/2017. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1319/2017.**

PORTARIA Nº. 1319/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RAFAELA DE MACEDO SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2016, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Reinaldo Weingartner, da Secretaria Municipal de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/02/2017 a 14/12/2017. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1320/2017.**

PORTARIA Nº. 1320/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO IVANICIA MARIA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2016, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Ulisses Guimarães, da Secretaria Municipal de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/02/2017 a 14/12/2017. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1321/2017.**

PORTARIA Nº. 1321/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUCIANE ETELVINA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2016, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Abílio Manoel de Abreu, da Secretaria Municipal de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/03/2017 a 14/12/2017. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1322/2017.**

PORTARIA Nº. 1322/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para OTILIA CORREA, matrícula nº. 800885-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 25/03/2003 a 25/03/2008, por 01 (um) mês, a contar de 13/03/2017 à 13/04/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1323/2017**

PORTARIA Nº. 1323/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SOLANGE MARIA DE MELO, matrícula nº. 500446-1, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 23/05/2010 a 23/05/2015, por 01 (um) mês, a contar de 14/03/2017 à 14/04/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1325/2017.**

PORTARIA Nº. 1325/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Cessar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com a Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 09 de março de 2017.

**ANEXO I**

Matricula	Coordenador	Valor (R\$)	Unidade
210559-19	Denis Liberato Delfino	R\$ 2.210,00	EB Francisca Raimunda Farias da Costa

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1326/2017.**

PORTARIA Nº. 1326/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ELIETE VIEIRA MATHIAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Nível II, EJA- Educação de Jovens e Adultos, no (a) EB Mara Luiza Vieira Liberato, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1324/2017.**

PORTARIA Nº. 1324/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IVANIA HERONDINA PERES PULOCENO, matrícula nº. 800549-1, titular do cargo de Contador, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/08/1998 a 21/08/2003, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 21/08/2003 a 21/08/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 17/04/2017 à 17/06/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1327/2017.**

PORTARIA Nº. 1327/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR DANIEL CAMARGO THOMAZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, EJA- Educação de Jovens e Adultos, no (a) EB Mara Luiza Vieira Liberato, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1328/2017.**

PORTARIA Nº. 1328/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SABRINA HASSE FELISBERTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Mara Luiza Vieira Liberato, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/02/2017 a 14/12/2017. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1329/2017.**

PORTARIA Nº. 1329/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR VANDERLEIA SANTOS DA SILVA, de conformidade

com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Mara Luiza Vieira Liberato, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 21/02/2017 a 14/12/2017. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1330/2017.**

PORTARIA Nº. 1330/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR VANDERLEIA DE SOUZA DIAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Mara Luiza Vieira Liberato, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Valderes Damaso, que se encontra em Direção Escolar.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1331/2017.**

PORTARIA Nº. 1331/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR RODRIGO DE OLIVEIRA CAMPOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Inglês, no (a) EB Guilherme Wiethorn Filho, com carga horária de 25 (vinte e Cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 13/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.  
SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1332/2017.**

PORTARIA Nº. 1332/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR IZABEL FERREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) EB Guilherme Wiethorn Filho, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.  
SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1333/2017.**

PORTARIA Nº. 1333/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR DEVINELI STANCK GODOI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Anjinho da Guarda, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Maria Aparecida Berreta, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.  
SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1334/2017.**

PORTARIA Nº. 1334/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ELIETE IOLANDA PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Anjinho da Guarda, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Renata K. de Souza Costa, que se encontra em LTS e LG.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.  
SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1335/2017.**

PORTARIA Nº. 1335/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA, o servidor DENIS LIBERATO DELFINO, Nível FEC I, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº. 2.133, de 06 de março de 2017, a contar de 10/03/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.  
MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA  
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1336/2017.**

PORTARIA Nº. 1336/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR TAIS FAUSTINO DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de

2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Anjinho da Guarda, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 13/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Claudia Ivonete Amorim Fereira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.  
SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1337/2017.**

PORTARIA Nº. 1337/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

#### **RESOLVE:**

CONTRATAR FERNANDA HELENA PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Anjinho da Guarda, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2017 a 14/03/2017, face ao impedimento da titular Marli Silva de Jesus Kuhl, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.  
SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1338/2017.**

PORTARIA Nº. 1338/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

#### **RESOLVE:**

CONTRATAR TATIANA LOBATO DIAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Anjinho da Guarda, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 21/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1339/2017**

PORTARIA Nº. 1339/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

#### **RESOLVE:**

CONTRATAR ANA PAULA FILISBINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Criança Feliz, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1340/2017.**

PORTARIA Nº. 1340/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

#### **RESOLVE:**

CONTRATAR ANA CLAUDIA DA CRUZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Feliz, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Regiane Norberta de Souza, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1341/2017.**

PORTARIA Nº. 1341/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR DORACI VASCONCELOS DE JESUS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Feliz, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Helena Maria Espindola, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1342/2017.**

PORTARIA Nº. 1342/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR FABIANA MATOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Feliz, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Vanessa Alves, que se encontra exercendo suas funções junto ao CEI Vovó Maria.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1343/2017.**

PORTARIA Nº. 1343/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LUCIANA FREIBERGER HEINZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Feliz, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Elisa W. L. Pereira, que se encontra exercendo suas funções junto ao CEI Anjunho da Guarda.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1344/2017.**

PORTARIA Nº. 1344/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR REGEANE NUNES BORGES DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Feliz, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Gisely Nienkoetter, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1345/2017.**

PORTARIA Nº. 1345/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ALCIONEIA XAVIER DA COSTA PEÇANHA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Caminho do Saber, com carga horária de 30 (trinta)

horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Luciana Souza, que se encontra em direção de escola.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.  
SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1346/2017**

PORTARIA Nº. 1346/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR ELISANGELA CORREA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 13/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.  
SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1347/2017.**

PORTARIA Nº. 1347/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR RUDNEI DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Adriana Weingartner, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Maria de Fátima Secco Cardoso, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.  
SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1348/2017.**

PORTARIA Nº. 1348/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR SILVIA DECASTRO RIBEIRO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Adriana Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Miriam Raimundo Faust, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.  
SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1349/2017**

PORTARIA Nº. 1349/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR DENISE DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Adriana Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Janaina Damiani Ricardo Rogério, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.  
SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1350/2017**

PORTARIA Nº. 1350/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIELI APARECIDA CAMARGO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) EB Adriana Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1351/2017.**

PORTARIA Nº. 1351/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR URSULA DA SILVA VIEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) ER Olga Cerino, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Marivone Maria Silveira, que se encontra em apoio pedagógico.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1352/2017.**

PORTARIA Nº. 1352/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO NADIA MARIA CARDOSO BOTELHO, Matrícula nº. 402337-5, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/03/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1353/2017.**

PORTARIA Nº. 1353/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO RODRIGO VALDIR BOTELHO, Matrícula nº. 3760921-2, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/03/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1354/2017**

PORTARIA Nº. 1354/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR HELTON SILVEIRA DO LIVRAMENTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, no (a) EB Francisca Raimunda Farias da Costa, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1355/2017.**

PORTARIA Nº. 1355/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR GISELLE MARQUES GOES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) EB Francisca Raimunda Farias da Costa, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1356/2017**

PORTARIA Nº. 1356/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR DENILZE TRENTINI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) GE Profª. Maria Luzia de Souza, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1357/2017.**

PORTARIA Nº. 1357/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR HELGA LIVA ALVARENGA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Profª. Maria Luzia de Souza, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1358/2017.**

PORTARIA Nº. 1358/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR FERNANDA ZAPELINI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) ER Olga Cerino, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Rosinei Maria Martins, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1359/2017.**

PORTARIA Nº. 1359/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR VIVIANE FLORES DE FREITAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) ER Olga Cerino, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1360/2017.**

PORTARIA Nº. 1360/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR SANDRA REGINA PREISCHADT ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) ER Olga Cerino, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2017 a 14/12/2017. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1361/2017.**

PORTARIA Nº. 1361/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR JACQUELINE DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 21/02/2017 a 14/12/2017. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1362/2017.**

PORTARIA Nº. 1362/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR CARLOS ALBERTO VIEIRA JUNIOR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 13/02/2017 a 14/12/2017, face ao impedimento da titular Manoel Donizete Velho, que se encontra exercendo suas funções junto a SME.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 1363/2017.**

PORTARIA Nº. 1363/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR MIRELE IZABEL PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 21/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1364/2017.**

PORTARIA Nº. 1364/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR HEVELYN DE FATIMA APARECIDO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, na EJA – Educação de Jovens e Adultos, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1365/2017.**

PORTARIA Nº. 1365/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR FRANCINI DORNELES KAMERS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, na EJA – Educação de Jovens e Adultos, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1366/2017.**

PORTARIA Nº. 1366/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR HELIA ADRIANA DA SILVA DE MATOS, de conformidade

com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Nível II, na EJA – Educação de Jovens e Adultos, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1367/2017**

PORTARIA Nº. 1367/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ISABEL SILVEIRA NAU VIEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Corte e Costura, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1368/2017.**

PORTARIA Nº. 1368/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR NEUZA JOÃO FELISBERTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em tecido, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1369/2017.**

PORTARIA Nº. 1369/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SABRINA FORMEHL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina EVA, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1370/2017.**

PORTARIA Nº. 1370/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LEONIA PFLEGER HOFFMANN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Tricô, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1371/2017**

PORTARIA Nº. 1371/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LUCINEIA CARDOSO VEBER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Borda-do a Mão, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da

Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1372/2017.**

PORTARIA Nº. 1372/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIA NELZA ALVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Bordado a Mão, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1373/2017.**

PORTARIA Nº. 1373/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR NILSE DE CARLI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tela, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1374/2017.**

PORTARIA Nº. 1374/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ELOISA ELENA DOS PASSOS GALDINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Artes Aplicadas, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1376/2017.**

PORTARIA Nº. 1376/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANDREIA DE ASSUNÇÃO DA SILVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Bicut, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1377/2017**

PORTARIA Nº. 1377/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANA PAULA GODOI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Têxtil, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria

de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1378/2017**

PORTARIA Nº. 1378/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR CRISTIANE PEIXER MELO SCHEIDT, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Artes Aplicadas, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1379/2017.**

PORTARIA Nº. 1379/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SILVANIA DE SOUZA E SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Bordado a Mão, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1380/2017.**

PORTARIA Nº. 1380/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR TEREZINHA HASSE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Corte e Costura, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1381/2017**

PORTARIA Nº. 1381/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR EUNIR INES SCHULTZ WENDISCH, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Artes Aplicadas, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1382/2017.**

PORTARIA Nº. 1382/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR CLEUNICE TEREZINHA SCHAPPO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Crochê, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da

Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1383/2017**

PORTARIA Nº. 1383/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ROSANA ALBA BARÃO RODRIGUES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Artes Aplicadas, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1384/2017.**

PORTARIA Nº. 1384/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR VERA LUCIA COELHO RAMOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Crochê, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1385/2017.**

PORTARIA Nº. 1385/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR IZABEL CRISTINA COELHO DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Crochê, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1386/2017.**

PORTARIA Nº. 1386/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ROSINETE ROSA CANDIDO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Corte e Costura, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1387/2017.**

PORTARIA Nº. 1387/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR VERONICA SILVEIRA NAU, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Corte e Costura, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da

Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1388/2017.**

PORTARIA Nº. 1388/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIA APARECIDA ESPINDULA JUTTEL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina EVA, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1389/2017.**

PORTARIA Nº. 1389/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARLY MAURA FRANCISCO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tela, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1390/2017**

PORTARIA Nº. 1390/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LUCIANA BRITO DE ARAUJO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Crochê, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1391/2017.**

PORTARIA Nº. 1391/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR CLEIA MARIA MELO DE QUADROS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tecido, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1392/2017.**

PORTARIA Nº. 1392/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIA ELOISE DE OLIVEIRA RODRIGUES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tecido, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais,

Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1393/2017.**

PORTARIA Nº. 1393/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ALCILENE VIEIRA AREAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Bordado a Máquina, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1394/2017.**

PORTARIA Nº. 1394/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR FRANCIELE BRUCHADO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Madeira, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1395/2017.**

PORTARIA Nº. 1395/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR RENATA DELOSA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/SME/2017 e 002/SME/2017, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tecido, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1396/2017.**

PORTARIA Nº. 1396/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JUVENILDA VASCONCELOS DE MELO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2016, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

ROSANGELA CAMPOS

Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1397/2017.**

PORTARIA Nº. 1397/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR BARBARA REGIS DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre,

com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/03/2017 a 14/03/2017, face ao impedimento da titular Alice Schellessner, que se encontra readaptação.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1398/2017.**

PORTARIA Nº. 1398/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO ANDERSON GIOVANE DE PAULO MELO, Matrícula nº. 200483-5, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/03/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1399/2017**

PORTARIA Nº. 1399/2017.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Infraestrutura e Saneamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ENIO BORBA FRANCISCO, matrícula nº. 500223-1, titular do cargo de Auditor Fiscal de Obras e Postura, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura e Saneamento, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 28/11/2010 a 28/11/2015, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 04/04/2017 à 04/07/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 1400/2017.**

PORTARIA Nº. 1400/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARIA LISANDRA DUARTE DE QUADRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PREGÃO PRESENCIAL 038/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2017

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 04 de maio de 2017, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de Veículo automotor da espécie de carga, tipo triciclo-Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, conforme

discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br). Palhoça, 17 de maio de 2017. PREGOEIRA.

**RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 033/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de ondulações transversais (lombadas) e faixas elevadas para travessia de pedestre, com fornecimento do material e mão de obra, a ser utilizado em diversas ruas deste Município, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

**CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

RADIAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI ficou classificada em 1º lugar nos itens 01e 02, totalizando R\$465.400,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quatrocentos reais).

Palhoça, 17 de abril de 2017.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PROJETO DE LEI Nº 043/2017.**

PROJETO DE LEI Nº 043/2017.

CONCEDE. Título de cidadania honorária ao Senhor Lucas Vanderlei Martins.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça ao Senhor Lucas Vanderlei Martins.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

**PROJETO DE LEI Nº 045/2017.**

PROJETO DE LEI Nº 045/2017.

CONCEDE. Título de cidadania honorária à Senhora Lionete Custódia Jacinto.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça à Senhora Lionete Custódia Jacinto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

**PROJETO DE LEI Nº 047/2017.**

PROJETO DE LEI Nº 047/2017.

CONCEDE. Título de cidadania honorária ao Senhor Nelson Paim da Silva.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça ao Senhor Nelson Paim da Silva.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

**PROJETO DE LEI Nº 048/2017.**

PROJETO DE LEI Nº 048/2017.

CONCEDE. Título de cidadania honorária ao Senhor Rui Eustáquio de Freitas Guimarães.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça ao Senhor Rui Eustáquio de Freitas Guimarães.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

**PROJETO DE LEI Nº 049/2017.**

PROJETO DE LEI Nº 049/2017.

CONCEDE. Título de cidadania honorária ao Senhor Isnardo Luis Brant.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça ao Senhor Isnardo Luis Brant.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

**PROJETO DE LEI Nº 054/2017.**

PROJETO DE LEI Nº 054/2017.

CONCEDE. Título de cidadania honorária ao Senhor Márcio José de Souza.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça ao Senhor Márcio José de Souza.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

**PROJETO DE LEI Nº 055/2017.**

PROJETO DE LEI Nº 055/2017.

CONCEDE. Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos ao Senhor Ari de Souza.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos ao Senhor Ari de Souza.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

**PROJETO DE LEI Nº 058/2017.**

PROJETO DE LEI Nº 058/2017.

CONCEDE. Título de cidadania honorária ao Senhor Juarez Bitencourt Furtado.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça ao Senhor Juarez Bitencourt Furtado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2017.  
FÁBIO COELHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

### **PROJETO DE LEI Nº 059/2017.**

PROJETO DE LEI Nº 059/2017.

CONCEDE. Título de cidadania honorária à Senhora Marta Lorenzetti.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça à Senhora Marta Lorenzetti.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2017.  
FÁBIO COELHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

### **PROJETO DE LEI Nº 062/2017.**

PROJETO DE LEI Nº 062/2017.

CONCEDE. Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos ao Senhor João Batista Machado da Rosa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos ao Senhor João Batista Machado da Rosa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2017.  
FÁBIO COELHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

### **PROJETO DE LEI Nº 063/2017.**

PROJETO DE LEI Nº 063/2017.

CONCEDE. Título de cidadania honorária ao Senhor Gentil Reinaldo Cordioli Filho.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça ao Senhor Gentil Reinaldo Cordioli Filho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2017.  
FÁBIO COELHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

### **PROJETO DE LEI Nº 064/2017.**

PROJETO DE LEI Nº 064/2017.

REVISÃO GERAL ANUAL. Autoriza o Poder Legislativo Municipal a conceder a revisão geral anual nos vencimentos dos servidores, conforme determina o artigo 37, X, da CF/88.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Legislativo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual no percentual de 6,58 % (seis vírgula cinquenta e oito por cento), calculados sobre a remuneração de março/2017, aos servidores públicos efetivos (ativo/inativo) e aos vereadores, de conformidade com o que dispõe o art. 37, X, da CF/88, obedecidas as normas constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo 1º. A reposição salarial de que trata o "caput" deste artigo, é feita com base no INPC acumulado dos meses de janeiro a dezembro de 2016.

Parágrafo 2º. Os servidores comissionados ficam excluídos da presente lei, vez que tiveram sua remuneração fixada através da Lei Complementar nº 234/2016, com vigência a partir de 10 de janeiro do corrente ano.

Art. 2º As despesas com a execução desta lei, correm a conta do item próprio do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de abril de 2017.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2017.  
FÁBIO COELHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

### **RESULTADO DA SESSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017**

COMUNICADO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº09/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA.

DIA: 17/04/2017

HORÁRIO DA SESSÃO: 09h00min.

ENCERRAMENTO: 09h50min.

A Pregoeira da Câmara Municipal de Palhoça torna público, para conhecimento de interessados, que a empresa CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI - ME, foi vencedora do presente Certame,

cumprindo todas as exigências do presente Edital.

Palhoça, 17 de abril de 2017.  
CRISTIANE APARECIDA DA SILVA  
Pregoeira

### **SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 046/2017.**

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 046/2017.  
CONCEDE. Título de cidadania honorária à Senhora Marli Teresinha Marçal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária de Palhoça à Senhora Marli Teresinha Marçal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**

### **PORTARIA Nº 024/2017**

PORTARIA Nº 024/2017

Concede aposentadoria por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º inciso III alínea "b" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03) e do art. 23 da Lei municipal nº 1320/01), autoriza o pagamento de proventos pela aplicação da Lei Federal nº 10887/04, e declara a vacância do cargo público da servidora Iara Martins Collaço Cordeiro

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art.1º Aposentar, por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03) e do art. 23 da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora Iara Martins Collaço Cordeiro, detentora da matrícula funcional nº 400999-02, inscrita no CPF sob o nº 344.057.479-20 e no PIS/PASEP sob o nº 101.048.115-68, lotada na Secretaria da Saúde, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por idade, em caráter proporcional, correspondente a 36,67% (trinta e seis vírgula sessenta e sete por cento) da média das contribuições, conforme a metodologia de calculo disposta nos §§3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 41/2003) e na Lei Federal nº 10887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/04/2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 17 de abril de 2017.

Milton Luiz Espindola

Presidente de Autarquia

Maria Terezinha Broering Fernandes

Assistente Administrativo

Matrícula 300054-1

### **PORTARIA Nº 025/2017**

PORTARIA Nº 025/2017

Concede aposentadoria por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º inciso III alínea "b" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03) e do art. 23 da Lei municipal nº 1320/01), autoriza o pagamento de proventos pela aplicação da Lei Federal nº 10887/04, e declara a vacância do cargo público da servidora Sueli Weiss Luchi.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art.1º Aposentar, por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03) e do art. 23 da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora Sueli Weiss Luchi, detentora da matrícula funcional nº 800696-01, inscrita no CPF sob o nº 940.385.119-87 e no PIS/PASEP sob o nº 182.350.337-93, lotada na Secretaria da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Séries/Anos Iniciais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por idade, em caráter proporcional, correspondente a 66,67% (sessenta e seis vírgula sessenta e sete por cento) da média das contribuições, conforme a metodologia de calculo disposta nos §§3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 41/2003) e na Lei Federal nº 10887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar 097/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/04/2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 17 de abril de 2017.

Milton Luiz Espindola An  
Presidente do IPPA

dréa Mara Harger Luckmann Pléticos  
Assistente Administrativo  
Matrícula 300169-01

# Palma Sola

## PREFEITURA

### **AVISO DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017 - EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR AULAS DE VIOLA E VIOLÃO, DANÇAS GAÚCHAS E CANTO CORAL. (FUNDAÇÃO CULTURAL)** AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, através da Fundação Cultural, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial Nº.01/2017.

Tipo: Menor Preço por Item/Mês

Objeto: Empresa prestadora de serviços de Profissionais para ministrar aulas de Viola e Violão, Danças gaúchas e Canto Coral.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos envelopes: Até às 08:45 hs do dia 01/05/2017.

Abertura dos envelopes: às 09:00 hs do dia 01/05/2017.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente e no site da Prefeitura.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/ fax: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 17 de abril de 2017.

Mateus Dal Ponte

Diretor - Presidente da Fundação Cultural de Palma Sola

# Papanduva

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2699, DE 28 DE MARÇO DE 2017 - APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE ANANIAS MERUCH E OUTROS

Decreto nº 2699, de 28 de março de 2017.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE ANANIAS MERUCH E OUTROS.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de ANANIAS MERUCH E OUTROS, com a área total de 36.655,38m<sup>2</sup> (trinta e seis mil seiscientos e cinquenta e cinco metros e trinta e oito decímetros quadrados), localizado nas Coordenadas E: 586934.812 e N: 7077731.477, com base no Ponto OPP, neste Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, devidamente registrado sob a matrícula nº 9.901-, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 03(três) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "1" = 15.179,40m<sup>2</sup> de Miguel Koaski  
Edificada uma casa de madeira medindo 42m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado nas Coordenadas E: 586934.812 e N: 7077731.477, com base no Ponto OPP.

Confrontações:

A poligonal tem início no marco OPP, que faz divisa com o Município pela Rua Francisco Alves Ferreira (antiga Estrada do Matadouro), e com terras do Espólio de Waldemiro Zadorosny, onde se denominou o marco OPP. Segue com o Município pela Rua Francisco Alves Ferreira (antiga Estrada do Matadouro), Azimute de 156°49'42" e distância de 53,65 metros até o marco 1, com o Lote "2" Desmembrado de Ananias Meruch, Azimute de 241°21'25" e distância de 49,97 metros, até o marco 2, Azimute de 242°27'04" e distância de 50,32 metros, até o marco 3, Azimute de 240°30'49" e distância de 105,14 metros, até o marco 4, segue com o imóvel de Posse de Gabriela Furtado, Azimute de 348°06'50" e distância de 45,97 metros, até o marco 5, segue pelo arroio com a Matrícula nº 299-Itaiópolis/SC de Espólio de Waldemiro Zadorosny, Azimute de 348°06'50" e distância de 59,40 metros, até o marco 6, Azimute de 75°56'55" e distância de 5,47 metros, até o marco 7, segue por terras com a Matrícula nº 299-Itaiópolis/SC de Espólio de Waldemiro Zadorosny, Azimute de 75°56'55" e distância de 180,68 metros, até o marco 0=PP, onde teve início esta descrição.

Área: 15.179,40m<sup>2</sup> Área: 1.51ha. Perímetro 550,60 metros

Obs.: Na margem do referido imóvel passa um arroio o qual consta na planta topográfica, a faixa "non-aedificandi - 15m".

Descrição do Lote "2" = 14.183,42m<sup>2</sup> de Ananias Meruch

Localização: O imóvel está localizado nas Coordenadas E: 586955.923 e N: 7077682.154, com base no Ponto OPP.

Confrontações:

A poligonal tem início no marco 0=PP, que faz divisa com o Município pela Rua Francisco Alves Ferreira (Antiga Estrada do Matadouro), e com o Lote "01" Desmembrado de Miguel Koaski, onde se denominou o marco OPP. Segue com o Município pela Rua Francisco Alves Ferreira (antiga Estrada do Matadouro), Azimute de 156°49'42" e distância de 15,46 metros, até o marco 1, segue com o Lote "03" Desmembrado de João Paulo Lisboa, Azimute de 176°37'50" e distância de 2,94 metros, até o marco 2, Azimute de 241°50'58" e distância de 40,13 metros, até o marco 3, Azimute de 162°04'41" e distância de 103,07 metros, até o marco 4, com

a Matrícula nº 6.012-Papanduva/SC de Airton Antonio Antoniazzi, Azimute de 276°39'36" e distância de 9,48 metros, até o marco 5, com a Matrícula nº 8.667-Papanduva/SC de Odilon Labas Junior e outros, Azimute de 275°27'17" e distância de 55,41 metros, até o marco 6, Azimute de 257°18'40" e distância de 91,53 metros, até o marco 7, Azimute de 257°18'40" e distância de 18,02 metros, até o marco 8, segue com o imóvel de Posse de Gabriela Furtado, Azimute de 348°06'50" e distância de 54,03 metros, até o marco 9, com o Lote "01" Desmembrado de Miguel Koaski, Azimute de 60°30'49" e distância de 105,14 metros, até o marco 10, Azimute de 62°27'04" e distância de 50,32 metros, até o marco 11, Azimute de 61°21'25" e distância de 49,97 metros, até o marco 0=PP, onde teve início esta descrição.

Área: 14.183,42m<sup>2</sup> Área: 1.41ha. Perímetro 595,50 metros

Obs.: Na margem do referido imóvel passa um arroio o qual consta na planta topográfica, a faixa "non-aedificandi - 15m".

Descrição do Lote "3" = 7.292,56m<sup>2</sup> de João Paulo Lisboa

Localização: O imóvel está localizado nas Coordenadas E: 586969.517 e N: 7077668.934, com base no Ponto OPP.

Confrontações:

A poligonal tem início no marco 0=PP, que faz divisa com terras de Madeireira Madek Ltda e outros, e com o Município pela Rua Francisco Alves Ferreira (antiga Estrada do Matadouro), onde se denominou o marco OPP. Segue com a Matrícula nº 141-Papanduva/SC de Madeireira Madek Ltda e outros, Azimute de 152°23'16" e distância de 146,90 metros, até o marco 1, com a Matrícula nº 6.012-Papanduva/SC de Airton Antonio Antoniazzi, Azimute de 276°39'36" e distância de 79,63 metros, até o marco 2, com o Lote "02" Desmembrado de Ananias Meruch, Azimute de 342°04'41" e distância de 103,07 metros, até o marco 3, Azimute de 61°50'58" e distância de 40,13 metros, até o marco 4, Azimute de 356°37'50" e distância de 2,94 metros, até o marco 5, com o Município pela Rua Francisco Alves Ferreira (Antiga Estrada do Matadouro), Azimute de 156°49'42" e distância de 2,68 metros, até o marco 6, Azimute de 61°50'58" e distância de 7,32 metros, até o marco 0=PP, onde teve início esta descrição.

Área: 7.292,56m<sup>2</sup> Área: 0.72ha. Perímetro 382,67 metros

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 28 de março de 2017.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski

Secretária da Administração

**DECRETO Nº 2700, DE 28 DE MARÇO DE 2017 - APROVA RETIFICAÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEIS URBANOS**

Decreto nº 2700, de 28 de março de 2017.

**APROVA RETIFICAÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEIS URBANOS, QUE IDENTIFICA.**

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

**DECRETA**

Art. 1º. Fica retificado o imóvel urbano de propriedade de Nalu Greffin de Almeida Werka e outra, com a área total de 2.107,27m<sup>2</sup> (dois mil, cento e sete metros e vinte e sete decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Simeão Alves de Almeida, esquina com o lado ímpar da Rua Governador Jorge Lacerda, nas Coordenadas E: 585415.939 e N: 7078782.312, com base no Ponto Opp, neste Município de Papanduva/SC – devidamente registrado sob a matrícula nº 7.768, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passando a constar:

Descrição da Área Total – 2.107,27m<sup>2</sup>

Edificado uma casa de alvenaria medindo 113,29m<sup>2</sup>, coberta com telhas de barro

Frente:- 40,10 metros com o Município pela Rua Simeão Alves de Almeida, lado par;

Fundos:- 40,10 metros com a Matrícula nº 8.123-Papanduva/SC do Município de Papanduva;

Lado Direito:- 52,70 metros com o Município pela Rua Governador Jorge Lacerda, lado ímpar;

Lado Esquerdo:- 52,40 metros com a Matrícula nº 5.203-Papanduva/SC de Rúbia Maria Bussularo dos Santos.

Art. 2º. Após a devida retificação constante no art. 1º deste Decreto, o imóvel urbano de propriedade de Nalu Greffin de Almeida Werka e outra, com a área total de 2.107,27m<sup>2</sup> (dois mil, cento e sete metros e vinte e sete decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Simeão Alves de Almeida, esquina com o lado ímpar da Rua Governador Jorge Lacerda, nas Coordenadas E: 585415.939 e N: 7078782.312, com base no Ponto Opp, neste Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, devidamente registrado sob a matrícula nº devidamente registrado sob a matrícula nº 7.768, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em duas áreas, sendo:

Descrição do Lote "1" – 1.545,87m<sup>2</sup>

Edificado uma casa de alvenaria medindo 113,29m<sup>2</sup>, coberta com telhas de barro

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Simeão Alves de Almeida, esquina com o lado ímpar da Rua Governador Jorge Lacerda, nas Coordenadas E: 585415.939 e N: 7078782.312, com base no Ponto Opp.

Frente:- 40,10 metros com o Município pela Rua Simeão Alves de Almeida, lado par;

Fundos:- 40,10 metros com o Lote "2" Desmembrado;

Lado Direito:- 38,70 metros com o Município pela Rua Governador Jorge Lacerda, lado ímpar;

Lado Esquerdo:- 38,40 metros com a Matrícula nº 5.203-Papanduva/SC de Rúbia Maria Bussularo dos Santos.

Descrição do Lote "2" – 561,40m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Governador Jorge Lacerda, distante 38,70 metros da esquina com o lado par da Rua Simeão Alves de Almeida, nas Coordenadas E: 585380.176 e N: 7078797.100, com base no Ponto OPP, conforme

o croqui anexo.

Frente:- 14,00 metros com o Município pela Rua Governador Jorge Lacerda, lado ímpar;

Fundos:- 14,00 metros com a Matrícula nº 5.203-Papanduva/SC de Rúbia Maria Bussularo dos Santos;

Lado Direito:- 40,10 metros com a Matrícula nº 8.123-Papanduva/SC do Município de Papanduva;

Lado Esquerdo:- 40,10 metros com o Lote "1" Desmembrado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 28 de março de 2017.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski

Secretária da Administração

**DECRETO Nº 2701, DE 05 DE ABRIL DE 2017 - SUBSTITUI MEMBRO DA JUNTA MÉDICA OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Decreto nº 2701, de 05.04.2017.

Substitui Membro da Junta Médica Oficial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas especialmente pelos incisos VI e IX, do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, para efeito do disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 008, de 03 de dezembro de 2003,

**DECRETA**

Art. 1º. Fica substituído o Médico, membro da Junta Médica Oficial do Município, José da Conceição Florença pelo Médico Dênis Largura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 05 de abril de 2017.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski

Secretária da Administração

**DECRETO Nº 2702, DE 13 DE ABRIL DE 2017 - APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE AUGUSTO LESNIOSKI**

Decreto nº 2702, de 13 de abril de 2017.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE AUGUSTO LESNIOVSKI.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI,

combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de AUGUSTO LESNIO-VSKI, com a área total de 798,26m<sup>2</sup> (setecentos e noventa e oito metros e vinte e seis decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Ladislau Tabalipa, esquina com o lado ímpar da Rua Basílio Heuko, Lote "01-A", com base no Ponto OPP, neste Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, devidamente registrado sob a matrícula nº 6.539, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "1" – 489,98m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Ladislau Tabalipa, esquina com o lado ímpar da Rua Basílio Heuko, nas Coordenadas E: 586303.364 e N: 7078776.816, com base no Ponto OPP.

Frente:- 23,90 metros com o Município pela Rua Ladislau Tabalipa, lado ímpar;

Fundos:- 23,90 metros com o Lote "2" Desmembrado;

Lado Direito:- 20,60 metros com o Município pela Rua Basílio Heuko, lado ímpar;

Lado Esquerdo:- 20,60 metros com a Matrícula nº 3.996-Papanduva/SC de Ivani Kuiaski Maron, Lote "2".

Descrição do Lote "2" – 308,28m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Basílio Heuko, distante 20,60 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Ladislau Tabalipa, nas Coordenadas E: 586311.203 e N: 7078795.866, com base no Ponto OPP.

Frente:- 12,70 metros com o Município pela Rua Basílio Heuko, lado ímpar;

Fundos:- 13,10 metros com a Matrícula nº 3.996-Papanduva/SC de Ivani Kuiaski Maron, Lote "2";

Lado Direito:- 23,90 metros com a Matrícula nº 6.302-Papanduva/SC de Paulo Sergio Lesniovski, Lote "01-B";

Lado Esquerdo:- 23,90 metros com o Lote "1" Desmembrado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 13 de abril de 2017.

Luiz Henrique Saliba  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski  
Secretária da Administração

## **LEI2119, DE 13 DE ABRIL DE 2017 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PAPANDUVA A EFETUAR O PARCELAMENTO DA DÍVIDA JUNTO AO IPREPAV E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Lei nº 2119, de 13 de abril de 2017.

Autoriza o Município de Papanduva a efetuar o Parcelamento da Dívida junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Papanduva – IPREPAV, conforme Acordo Judicial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica o Município de Papanduva autorizado a efetuar o parcelamento da dívida junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Papanduva – IPREPAV, conforme Acordo Judicial homologado nos Autos nº 047.00.001465-2/004.

Art. 2º. O débito da dívida a que se refere o artigo anterior, devidamente atualizado pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, aplicado taxas de juros de 6% a.a., totaliza em R\$ 4.707.494,10 (quatro milhões, setecentos e sete mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e dez centavos).

§ 1º. Para o cálculo das parcelas destinadas à quitação da dívida, objeto desta lei, foi utilizado o Sistema Francês de Amortização – PRICE, com taxas de juros de 6% a.a..

§ 2º. O valor total do débito apurado nos termos do caput deste artigo será parcelado em 240 parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 33.295,73 (trinta e três mil, duzentos e noventa e cinco reais e setenta e três centavos), com vencimento no dia 15 de cada mês, vencendo a primeira parcela em 15 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Fica autorizada a inscrição do valor referido no caput deste artigo em dívida fundada interna.

Art. 4º. No caso de atraso do pagamento das parcelas mensais será cobrada taxa de juros correspondentes a 0,49% ao mês e atualização pela variação do INPC, considerando o prazo decorrido desde a data de vencimento da parcela e a data do efetivo pagamento.

Art. 5º. Em caso de extinção do INPC, mudança de sua metodologia de cálculo ou inaplicabilidade em decorrência de reforma econômica, deverá ser fixado outro indicador substitutivo.

Art. 6º. Fica vedada a renovação ou reparcelamento da dívida, objeto desta Lei.

Art. 7º. O Poder Executivo consignará nos orçamentos futuros, durante o prazo do parcelamento estabelecido nesta lei, dotações suficientes à amortização da dívida.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de dezembro de 2016.

Art. 9º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2055, de 3 de julho de 2015.

Município de Papanduva, 13 de abril de 2017.

Luiz Henrique Saliba  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski  
Secretária da Administração

# Paraíso

## PREFEITURA

**1449/2017**

LEI Nº MUNICIPAL 1449/2017

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DO MUNICÍPIO DE PARAISO-SC, A RECONHECER E PAGAR DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES EM FAVOR DO CONSÓRCIO-CONSAD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer despesas de exercícios anteriores, no valor de R\$ 5.866,19 (cinco mil oitocentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos) em nome do Município de Paraíso-SC, procedendo ao seu regular empenhamento, liquidação e pagamento, em conformidade com as disponibilidades orçamentárias financeiras do Erário Municipal no presente exercício financeiro em favor do CONSÓRCIO-CONSAD.

Art. 2º As despesas da presente Lei serão garantidas por dotação consignada no Orçamento Municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO, 17 de Abril de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e  
Publicada na data supra.  
Paraíso 17 de Abril de 2017

Servidor Responsável

**CT. 24/2017**

MUNICÍPIO DE PARAISO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2017

PREGÃO PRESENCIAL 15/2016

PROCESSO LICITATORIO 26/2016

DO OBJETO: AQUISIÇÃO de TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS NOVO, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Paraíso/SC, com recursos provenientes do Contrato de Repasse Nº 8331133/2016/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/CAIXA e recursos Próprios, em conformidade com as especificações e normas estabelecidas no Edital e demais anexos integrantes do citado processo.

DO VALOR TOTAL: R\$ 95.000,00(Noventa e cinco mil reais).

A CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

DO CONTRATADO: IRMÃOS BENETTON TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.

DA VIGENCIA: O prazo de vigência será da data da assinatura pelo período de 12 (doze) meses, com garantia e assistência técnica do objeto adquirido.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 17 de Abril de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

**SELETIVO 01/2017**

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA A SELEÇÃO DE SERVIDORES POR PRAZO DETERMINADO DE ATÉ 01 ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM RAZÃO DE EXISTÊNCIA DE VAGAS VINCULADAS E/OU EXCEDENTE E PARA COMPOR RESERVA TÉCNICA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com as Leis Municipais nº 531/2001, 532/2001, 615/2002, 1179/2009 e alterações posteriores, TORNA PÚBLICO aos interessados, que estarão abertas as inscrições para Processo Seletivo destinado para

contratação/admissão, de servidores por prazo determinado de até 01 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para atender a necessidade de excepcional interesse público, em razão de existência de vagas vinculadas e/ou excedente e para compor reserva técnica do município de Paraíso, sob o Regime Jurídico Estatutário e Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de acordo com o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O presente Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo do Município de Paraíso - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

1.2. O presente Processo Seletivo é válido para o ano letivo de 2018 para os cargos de professores e servidores da educação e de um (01) ano para os demais cargos, podendo ser prorrogado por igual período conforme interesse da Administração municipal.

1.3. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA e PRÁTICA.

1.4. Cargo, vaga, carga horária, remuneração e habilitação:

1.5. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

QUADRO I - PROFESSORES HABILITADOS					
Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento (R\$)	Habilitação	Tipo de Prova
Professor II (Educação Infantil)	01	20/40hrs	R\$ 2.298,80	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos
Professor II (Séries Iniciais)	01	20/40hrs	R\$ 2.298,80	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos
Professor II (Matemática)	01	20hrs	R\$ 2.298,80	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos
Professor II (Português)	01	20/40hrs	R\$ 2.298,80	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos
Professor II (Ciências)	01	15hrs	R\$ 2.298,80	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos

Professor II (Artes)	01	20/40hrs	R\$ 2.298,80	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos
Professor II (História)	01	20hrs	R\$ 2.298,80	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos
Professor II (Educação Física)	01	20/40hrs	R\$ 2.298,80	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos
Professor II (Informática)	01	30hrs	R\$ 2.298,80	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos
Professor II (Geografia)	01	15hrs	R\$ 2.298,80	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos
Professor II (Inglês)	01	20/40hrs	R\$ 2.298,80	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos

CR\*. é Cadastro de Reserva.

Obs.: Os valores do vencimento da tabela acima se referem à carga horária de 40hrs semanais. Para contratação com carga horária diferente, o vencimento será proporcional.

QUADRO II - PROFESSORES NÃO HABILITADOS					
Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento (R\$)	Habilitação	Tipo de Prova
Professor I (Educação Infantil)	CR*	20/40hrs	R\$ 1.839,04	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos

Professor I (Séries Iniciais)	CR*	20/40hrs	R\$ 1.839,04	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos
Professor I (Matemática)	CR*	40hrs	R\$ 1.839,04	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos
Professor I (Português)	CR*	40hrs	R\$ 1.839,04	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos
Professor I (Ciências)	CR*	40hrs	R\$ 1.839,04	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos
Professor I (Artes)	CR*	40hrs	R\$ 1.839,04	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos
Professor I (História)	CR*	40hrs	R\$ 1.839,04	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos
Professor I (Educação Física)	CR*	40hrs	R\$ 1.839,04	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos
Professor I (Informática)	CR*	40hrs	R\$ 1.839,04	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos
Professor I (Geografia)	CR*	40hrs	R\$ 1.839,04	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos
Professor I (Inglês)	CR*	40hrs	R\$ 1.839,04	Cursando Ensino Superior específico na área de atuação.	Objetiva e títulos

CR\*. é Cadastro de Reserva.

Obs.: Os valores do vencimento da tabela acima se referem à carga horária de 40hrs semanais. Para contratação com carga horária diferente, o vencimento será proporcional.

QUADRO III – CARGOS DIVERSOS					
Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento (R\$)	Habilitação	Tipo de Prova
Farmacêutico	01	40hrs	R\$ 4.552,65	Curso Superior específico na área de atuação, com registro no órgão de classe.	Objetiva

Psicólogo	01	40hrs	R\$ 3.001,74	Curso Superior específico na área de atuação, com registro no órgão de classe.	Objetiva
Fisioterapeuta	01	40hrs	R\$ 3.995,01	Curso Superior específico na área de atuação, com registro no órgão de classe.	Objetiva
Médico Clínico Geral (40hrs)	01	40hrs	R\$ 16.500,00	Curso Superior específico na área de atuação, com registro no órgão de classe.	Objetiva
Médico Clínico Geral (20hrs)	01	20hrs	R\$ 8.250,00	Curso Superior específico na área de atuação, com registro no órgão de classe.	Objetiva
Enfermeiro	CR*	40hrs	R\$ 4.552,65	Curso Superior específico na área de atuação, com registro no órgão de classe.	Objetiva
Médico Veterinário	01	40hrs	R\$ 4.552,65	Curso Superior específico na área de atuação, com registro no órgão de classe.	Objetiva
Odontólogo (40hrs)	01	40hrs	R\$ 4.867,97	Curso Superior específico na área de atuação, com registro no órgão de classe.	Objetiva
Odontólogo (20hrs)	01	20hrs	R\$ 2.433,98	Curso Superior específico na área de atuação, com registro no órgão de classe.	Objetiva
Monitor de Educação	CR*	40hrs	R\$ 937,00	Ensino Médio Completo	Objetiva

Agente de Combate a Endemias	01	40hrs	R\$ 1.269,74	Ensino Fundamental Completo	Objetiva
Técnico em Saúde Bucal	01	40hrs	R\$ 1.203,62	Curso Técnico em Saúde Bucal ou Higiene Bucal, com registro no órgão fiscalizador.	Objetiva
Orientador Social	01	40hrs	R\$ 1.203,62	Ensino Médio Completo	Objetiva
Auxiliar de Serviços Gerais	CR*	40hrs	R\$ 937,00	Alfabetizado	Objetiva
Merendeira	CR*	40hrs	R\$ 1.003,01	Ensino Fundamental Completo	Objetiva
Motorista (CNH - Cat. "D").	CR*	40hrs	R\$ 1.001,81	Alfabetizado e CNH "D".	Objetiva e Prática
Operador de Máquinas e Equipamento I (CNH - Cat. "C").	CR*	40hrs	R\$ 1.093,23	Alfabetizado e CNH "C".	Objetiva e Prática
Operador de Máquinas e Equipamento II (CNH - Cat. "C").	CR*	40hrs	1.138,99	Alfabetizado e CNH "C".	Objetiva e Prática

CR\*. é Cadastro de Reserva.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO poderão ser efetuadas pela INTERNET, PRESENCIAL/ON LINE ou VIA POSTAL, no período das 08horas do dia 18/04/2017 às 23h59min do dia 17/05/2017.

## 3. DAS PROVAS

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 17/06/2017, nas dependências do COLÉGIO ESTADUAL ADOLFO SILVEIRA, sito na Rua Alair Schmidt Zanin, Centro, no Município de Paraíso – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Paraíso - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)

3.2. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h30min.

3.3. O fechamento dos portões será às 09h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.4. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Paraíso – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

3.5. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 09h20min.

3.6. A prova objetiva terá início às 09h30min e término às 12horas.

3.7. A PROVA PRÁTICA será realizada no dia 17/06/2017, com início às 13 horas, tendo como local o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Paraíso, junto a Secretária Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, sito à Rua João Batista Gheno, nesta cidade de Paraíso – SC.

## 4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A íntegra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura de Paraíso – SC e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)

Paraíso – SC, 17 de abril de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****LEI 1448-2017**

LEI 1448/2017

Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual e aumento real, aos Servidores da Câmara Municipal de Paraíso.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e esta promulga:

Art. 1º Fica concedido aos Servidores da Câmara Municipal de Paraíso, revisão geral anual de 4,69%, sobre seus vencimentos, referente às perdas salariais verificadas no período de março de 2016 a fevereiro de 2017, de acordo com o INPC, e aumento real de 1,31%, totalizando 6,00%, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2017.

Art. 2º Fica ainda, concedido aos Vereadores da Câmara Municipal de Paraíso, revisão geral de 4,69%, sobre seus subsídios, referente ao período de março de 2016 a fevereiro de 2017, de acordo com o INPC, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2017.

Art. 5º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento da Câmara Municipal de Paraíso, exercício de 2017:

01.01 - Câmara Municipal

2.001 - Manutenção do poder Legislativo

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 2017.

Fabrizio Garlet  
Presidente.

Antoninho Leão  
Vice-Presidente

Marcos Penz  
1ª Secretário.

Silene M. B. Libero  
2º Secretária

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### **AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 003/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

AVISO DE PRORROGAÇÃO DA ABERTURA DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, a Comissão Permanente de Licitações, com devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal, torna público a prorrogação da licitação para o dia 19/05/2017 às 10h00min, com entrega dos envelopes até às 09h45min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na Modalidade TOMADA DE PREÇO P/ COMPRAS E SERVIÇOS, do tipo TÉCNICA E PREÇO, objetivando a "CONTRATAÇÃO, CONFORME A NECESSIDADE, DE UMA EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, COMPREENDENDO O PLANEJAMENTO, ESTUDO, PESQUISA, CRIAÇÃO, PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS PUBLICITÁRIOS, VEICULAÇÃO E CONTROLE DE RESULTADOS DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS E INSTITUCIONAIS, QUE SEJAM DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DESCRITAS NO ANEXO I (BRIEFING) DO PRESENTE EDITAL.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira. Informações pelo Fone: (48) 3548-0035.

Passo de Torres – SC, 17 de abril de 2017.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

# Passos Maia

## PREFEITURA

### ATA 0050/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0050/2017

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0033/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 0023/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: F. VACHILESKI E CIA LTDA

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão presencial n. 0023/2017, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante. Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 40.370,00 (quarenta mil trezentos e setenta reais)

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 meses.

Passos Maia, SC, 17 de Abril de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Passos Maia, SC, 17 de Abril de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

### ATA 0053/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0053/2017

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0033/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 0023/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão presencial n. 0023/2017, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante. Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 56.029,00 (cinquenta e seis mil e vinte nove reais)

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 meses.

Passos Maia, SC, 17 de Abril de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

### ATA 0051/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0051/2017

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0033/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 0023/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: FM PNEUS

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão presencial n. 0023/2017, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante. Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 74.570,00 (setenta e quatro mil quinhentos e setenta reais)

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 meses.

Passos Maia, SC, 17 de Abril de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

### DECRETO N. 0052/2017

DECRETO Nº 052, de 13 de abril de 2017.

"NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PARA ANALISAR, REVISAR E ATUALIZAR O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PMSB, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "III" do art. 5º, da Lei Municipal nº. 778, de 03 de novembro de 2016, DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros da comissão de Avaliação e Atualização das Metas do Plano Municipal de Saneamento Básico, passando a ser abaixo nomeada:

- Leomar Roberto Listoni – Prefeito Municipal
- Edson Salvadego – Secretário Executivo
- Jair Paulo Bosetti – Engenheiro Agrônomo
- Nilberto Bortolini – Vigilância Sanitária
- Douglas Teixeira Da Rosa – Assessor de Secretária

Art. 2º - A comissão ora constituída para fazer a atualização das metas, deverá fazer o levantamento das ações executadas ou não no PMSB ligadas ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, fazer o levantamento financeiro no município, fazer a revisão das projeções populacionais, fazer levantamento da evolução dos indicadores de saneamento, fazer a consolidação dos relatórios de acompanhamento e redistribuição de metas do PMSB e aprovação em forma de Lei ou Decreto.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

### ATA 0052/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0052/2017

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0033/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 0023/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: GIARETTA PNEUS LTDA EPP

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão presencial n. 0023/2017, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante. Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 114.350,00 (cento e quatorze mil trezentos e cinquenta reais)

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 meses.

Passos Maia/SC, 13 de abril de 2017.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego  
Secretário Executivo

### **RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – IGD - SUAS**

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC  
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – IGD - SUAS  
Valor: R\$ 1.430,00 (um mil, quatrocentos e trinta reais)  
Data:17/04/2017

Passos Maia, SC, 17 de Abril de 2017.  
Leomar Roberto Listoni  
Prefeito Municipal

### **RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE**

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC  
Recursos do Fundo Nacional de Saúde  
Bloco Média e Alta Complexidade  
Valor: R10.592,18 (dez mil, quinhentos e noventa e dois reais e dezoito centavos)  
Data:13/04/2017

Passos Maia, SC, 17 de Abril de 2017.  
Leomar Roberto Listoni  
Prefeito Municipal

### **RECURSOS FEDERAL QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO**

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA –SC  
Recursos Federal Quota Salário Educação  
Valor: R\$ 19.114,27 (dezenove mil, cento e quatorze reais e vinte e sete centavos)  
Data:17/04/2017

Passos Maia, SC, 17 de Abril de 2017.  
Leomar Roberto Listoni  
Prefeito Municipal

**DECRETO N. 0053/2017****DECRETO Nº 000053/17 de 13 de Abril de 2017**

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Passos Maia no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Passos Maia e autorização contida na Lei Municipal nº 000778/16 de 31 de Outubro de 2016.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 60.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

11.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

11.01.28.846.2800.0.000-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

60.000,00

**Art. 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

11.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

11.01.28.846.2800.0.000-3.2.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

60.000,00

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 13 de Abril de 2017**

---

**LEOMAR ROBERTO LISTONI**

**Prefeito Municipal**

# Penha

## PREFEITURA

### PORTARIA 292/2017

PORTARIA N.º 292/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. ROGÉRIO CHAGAS SAMPAIO, para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DE MANUTENÇÃO PREDIAL I da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Abril de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos três dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezessete.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA 293/2017

PORTARIA Nº 293/2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e JOSE ROBERTO DARUGNA JUNIOR para compor a COMISSÃO DE SINDICANCIA/PROCESSO ADMINISTRATIVO, para apuração de não cumprimento de função e três advertências, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de abril de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA 294/2017

PORTARIA Nº 294/2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO

PERCIANI e JOSE ROBERTO DARUGNA JUNIOR para compor a COMISSÃO DE SINDICANCIA/PROCESSO ADMINISTRATIVO, para apuração de não cumprimento de função e falta no trabalho, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de abril de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA 295/2017

PORTARIA N.º 295/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - EXONERA a pedido da Sra. IOLANDA DE SOUZA AMARO, do cargo de Professor IV, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº016/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Abril de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos três dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezessete.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA 296/2017

PORTARIA N.º 296/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 64, IX, XV E XXIV, da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor Diego Luis Matiello, ocupante do cargo em comissão de Assessor Especial, portador da CNH 03760540184 a dirigir o veículo oficial Toyota/Corolla Placa MLS1907 pertencente a frota da Secretaria Municipal de Governo.

Art. 2º A presente autorização não exime o servidor das responsabilidades inerentes a condução de veículos oficiais, nem o resguardo de eventuais ações regressivas em caso de dano ao patrimônio público ou alheio.

Art. 3º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Abril de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

### **PORTARIA 297/2017**

PORTARIA N.º 297/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, inciso II, "b" e "d" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecida a Cooperação Técnica entre o Município de Penha e a APAE, para o repasse de gêneros de alimentação e um profissional pedagogo para 40 (quarenta) horas da Secretaria de Educação.

Art. 2º - Segue anexa a esta o Acordo de Cooperação Técnica 01/2017-PMP.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 5 de Abril de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos cinco dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezessete.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

### **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 01/2017 - PMP**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PENHA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE PENHA.**

O MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, estabelecido na Av. Nereu Ramos, nº 190, devidamente representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Sr. Aquiles José Schneider da Costa, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2.847, de 20 de dezembro de 2016 e Lei Municipal nº 2.842 de 14 de outubro de 2016, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PENHA - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 73.889.677/0001-04, entidade civil, sem fins lucrativos, estabelecida nesta cidade, na Rua Erechim nº 215, Armação, neste município, devidamente representada na forma de seu estatuto pela Presidente Sra. Eudes Beatris Tartari Zanin, brasileira, inscrita no CPF sob nº 953.261.709-49, resolvem celebrar o presente ACORDO, e o fazem, mediante as cláusulas e condições estipuladas a seguir:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO**

O Presente ACORDO tem por objetivo a cooperação técnica entre o MUNICÍPIO DE PENHA e a APAE, para o repasse de gêneros de alimentação (merenda escolar) e um profissional pedagogo (40 horas) em razão da precípua necessidade básica da Associação.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA CESSÃO**

Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente ACORDO e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES**

I - A APAE se obriga a utilizar os gêneros alimentícios para a utilização exclusiva da Associação.

II - As atividades a serem exercidas pelo profissional de pedagogia será exclusiva na Escola Especial mantida pela Associação.

III - As despesas oriundas da aquisição dos gêneros de alimentação, bem como da contratação do profissional de pedagogia, correrão por conta do MUNICÍPIO.

IV - A APAE ficará responsável pelo controle do recebimento dos alimentos, da sua utilização e conservação, eximindo o Município de qualquer ocorrência em razão do seu armazenamento, bem como da execução das atividades do profissional de pedagogia.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO**

Cabe ao Município de Penha decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder a fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente ACORDO.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

O presente ACORDO terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO**

Qualquer alteração das cláusulas e/ou disposições do presente ACORDO, com exceção do seu objeto, poderão ser realizadas por meio de Aditivo.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

O presente ACORDO poderá ser rescindido mediante descumprimento de quaisquer das cláusulas, por meio de Notificação escrita, com trinta dias de antecedência.

### **CLÁUSULA OITAVA– DO FORO COMPETENTE**

Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente ACORDO.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, depois de lido e achado conforme, na presença de duas testemunhas.

Penha/SC, 5 de abril de 2017.  
Aquiles José Schneider da Costa  
Prefeito Municipal

Sra. Eudes Beatris Tartari Zanin  
Presidente da APAE

Testemunhas:

Nome	Nome
CPF	CPF

### **PORTARIA 298/2017**

PORTARIA N.º 298/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

BAIXAR: da relação da ativa, o Sr. MANOEL HEMITÉRIO DE SOUZA, do cargo de Auxiliar Operacional, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por motivo de aposentadoria compulsória, a contar desta data. Revogando a Portaria nº 004/1996.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 05 de Março de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos Cinco dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezessete.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

### **PORTARIA 299/2017**

PORTARIA Nº 299/2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

ART. 1º - Ficam designados os funcionários de carreira ANA PAULA RODRIGUES GONÇALVES, RICARDO FRANCISCO DAS NEVES e LIERTE JOSÉ LAURENTINO, para compor a Comissão de Recebimento e Entrega de obras e Imóveis em Locação com base no artigo 22 da Lei Complementar nº 057/2013 e inciso VI, artigo 64 da Lei Orgânica Municipal.

ART. 2º- Aos funcionários de carreira designados para compor comissões de natureza e atividade permanente será atribuída uma gratificação de função no valor de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento), nos termos do artigo 61 da Lei Complementar 01/05 alterada pela Lei Complementar nº60/2013.

ART. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria N.º216/2017, retroagindo seus efeitos a 15/03/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 05 de Abril de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

### **PORTARIA 300/2017**

PORTARIA N.º 300/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. MARCIA CRISTINA EMKE ZANETTE, para ocupar o cargo em comissão de COORDENADORA ADMINISTRATIVA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de Março de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos trinta dias do mês de Março do ano de dois mil e dezessete.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

### **PORTARIA 301/2017**

PORTARIA N.º 301/2017

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, em especial de acordo com o Art. 89, inciso II, "c" da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - PRORROGAR: por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a Conclusão do Processo, instaurado pela Portaria nº 193/2017 (para apuração de fatos advindos da execução do Convênio nº02/2015 firmado através do Fundo Municipal de Saúde e a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Penha), composta pelos servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI, e JOSE ROBERTO DARUGNA JUNIOR.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha (SC), 07 de Abril de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

### **PORTARIA 302/2017**

PORTARIA N.º 302/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. FELIPE MARTINI, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO II, da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO a contar desta data.  
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 03/04/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de Abril de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos Sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezessete.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

### **PORTARIA 303/2017**

PORTARIA N.º 303/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. JÉSSICA VIEIRA DE OLIVEIRA para ocupar o cargo em comissão de COORDENADORA ADMINISTRATIVA, da PROCURADORIA JURÍDICA a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 03/04/2017..

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de Abril de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos Sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezessete.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

### **PORTARIA 304/2017**

PORTARIA N.º 304/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. WILLIAN ROMARIO FERREIRA, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE MANUTENÇÃO PREDIAL I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 03/04/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de abril de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos Sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezessete.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

### **PORTARIA 305/2017**

PORTARIA N.º 305/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Designar para atuarem como Pregoeiros em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Penha, os servidores:

LEANDRO DE LIMA BORBA – matrícula 2626

ROVENA ROSA - matrícula 4498

Art. 2º- Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações, na modalidade pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Penha, os servidores:

FELIPE RODRIGUES SEVERINO – matrícula 9258

SUZANA BONADIMAN – matrícula 9363

Parágrafo único: o Edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame, com um mínimo de dois integrantes.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria 103/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de Abril de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos dez do mês de Abril do ano de dois mil e dezessete.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

### **PORTARIA 306/2017**

PORTARIA Nº 306 /2017

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

ART. 1º - Nomear a Comissão Permanente de Licitação, sendo composta pelos membros:

MAURÍLIO PEDRO LEITE - PRESIDENTE

GIZELLI SELL FERREIRA - MEMBRO

ANDRESSA JABUR ZAMBONI - MEMBRO

ADRIANA BERNARDES CUNHA – MEMBRO

ART. 2º - A Comissão Permanente de Licitação tem a função de proceder o recebimento, exame e julgamento de todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, nos termos da Lei nº 8.666/93.

ART. 3º- Ao Presidente da comissão cabe uma gratificação de função mensal de 8% (oito por cento) sobre o vencimento de secretário e, aos demais membros, de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento do secretário, nos termos do artigo 61 da Lei Complementar 01/05 alterada pela Lei Complementar nº60/2013.

ART. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria

nº 215/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 10 de Abril de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos dez dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezessete.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

# Petrolândia

## PREFEITURA

### **CONTRATO 14 2017 - ART ´S TROFÉUS**

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2017

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa ART ´S TROFÉUS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA ME, inscrita no CNPJ: 13.284.629/0001-52. Objeto: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA AS PREMIAÇÕES DOS CAMPEONATOS E EVENTOS MUNICIPAIS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTES E TURISMO NO ANO DE 2017. Data: 12/04/2017. Valor: R\$ 37.635,00. Petrolândia, 18 de abril de 2017. Joel Longen – Prefeito Municipal.

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO 035/2017

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS  
TÉCNICOS PROFISSIONAIS N.º: 035/2017

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA, autorizado através do Processo nº 049/2017, Dispensa de Licitação n. 027/2017 (em caráter emergencial).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Nome: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA  
CNPJ Nº 95.836.771/0001-20  
Endereço: Rua Içara, 151 – Lote 07 – Bairro Itoupava Seca  
CEP 89.030-170 – Blumenau/SC

Em conformidade com o processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 027/2017, homologado em data de 25 de janeiro de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 Vincula-se o presente Contrato processo de Dispensa de Licitação nº 027/2017, tendo em vista o caráter emergencial, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA às normas previstas na Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores.

1.2 O caráter emergencial deve-se ao fato de a Gestão Anterior não ter prorrogado o prazo contratual que vinha sendo mantido com a empresa de informática que fornece software do sistema de gestão pública, obrigando a atual administração a realizar o contrato em caráter emergencial, tendo em vista a imprescindibilidade de tais serviços, pena de interrupção da atividade administrativa.

1.3 A contratação emergencial da empresa que já vinha prestando tais serviços justifica-se pela complexidade que os envolve, os quais demandam, por sua natureza, elevado tempo de criação, instalação, treinamento, transferência e análise de dados.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO

2.1 Constitui objeto do presente contrato acometer à Empresa Contratada o fornecimento da licença temporária de uso do software relativo ao sistema de gestão pública, incluindo serviços de treinamento, manutenção, correção e suporte técnico.

Parágrafo único. A execução do objeto do presente Contrato será realizada de forma indireta pela CONTRATADA, sob o regime de execução empreitada por preço global, nos termos do art. 10, II, "a" da Lei 8.666/1993.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função:4 - Administração

Subfunção:122 - Administração Geral

Programa:3 - Administração Geral

Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Despesa 99

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinarios

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

4.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de 6.601,21 (seis mil seiscentos e um reais e vinte e um centavos) pelos serviços descritos na Cláusula Segunda, observando o seguinte detalhamento:

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento dos objetos licitados para o período será efetuado da seguinte forma:

- Serviços de implantação e capacitação até 30 dias após a conclusão dos mesmos, mediante termo de aceite emitido pelo Sec. De Administração.
- Licença de uso dos sistemas, suporte técnico não presencial e manutenção corretiva, legal e tecnológica até o 10º dia do mês subsequente a prestação dos serviços.
- Customizações, suporte Presencial e chamados técnicos não inclusos nas obrigações da contratada: pagamento em até 15 dias após a conclusão dos serviços, através de nota fiscal de serviço, acompanhada de solicitação de serviços e relatório de horas técnicas previamente autorizadas.
- O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95 e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor municipal competente, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

§ 1º. Juntamente com a nota fiscal, deverão ser apresentados os seguintes documentos, sob pena de ser susgado o pagamento, não incidindo quaisquer acréscimos, até a regularização:

- I - comprovante de pagamento do FGTS do mês anterior;
- II - comprovante de pagamento do INSS do mês anterior;
- III - comprovante de recolhimento do ISS do mês anterior, referente execução dos serviços de que trata este contrato.

§ 2º. Quando do pagamento será efetuada a retenção de valores referente ao ISS, na forma da legislação, se for o caso.

#### CLÁUSULA SEXTA. DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Se a CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto na Cláusula Quinta, e tendo a CONTRATADA, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização das obrigações tributárias para com este município.

**CLAUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE**

Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período contratado.

**CLÁUSULA OITAVA DOS PRAZOS**

O prazo de vigência do contrato de prestação de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir de 25/01/2017, nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º. O prazo para assinatura do contrato será de no máximo de 2 (dois) dias após a convocação.

§ 2. O prazo de garantia para correção de eventuais falhas apresentadas pelos sistemas será de no mínimo 30 (trinta) dias, contados a partir do termo de aceite final de implantação de cada sistema, ficando durante este período, a Administração, isenta do pagamento de atendimento "in loco", compreendendo atendimento técnico, despesas de deslocamento para atendimento no local e despesas com hospedagens para atendimento no local.

**CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

A CONTRATADA obrigará-se a:

I - executar o serviço, obedecendo às especificações, aos itens, aos subitens, aos elementos, às condições gerais e específicas deste Contrato, às disposições da legislação em vigor, bem como aos detalhes e instruções fornecidos;

II - assumir inteira responsabilidade pelo serviço ora adjudicado;

III - arcar com todas as despesas inerentes a execução do objeto deste Contrato;

IV - arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais;

V - comunicar à Contratante, imediatamente e por escrito, quaisquer anormalidades que verificar na execução dos serviços;

VI - responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados em decorrência da execução do Contrato;

VII - atender satisfatoriamente e em consonância com as regras do Edital, o objeto deste Contrato;

VIII - cumprir rigorosamente os prazos estipulados neste Contrato;

IX - dar garantias e manter os prazos ajustados no Edital e firmados na proposta comercial da empresa;

X - reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem defeitos ou incorreções;

XI - manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XII - refazer sem qualquer ônus para a Contratante, os trabalhos executados deficientemente ou em desacordo com as instruções emanadas do setor fiscalizador da mesma. As indicações de procedimentos serão formalizadas com antecedência;

XIII - garantir o funcionamento dos sistemas de Administração Pública Municipal contratados de acordo com os requisitos especificados no Edital e em seus anexos, a partir da aceitação final pela Contratante, até o término do contrato;

XIV - tratar como confidenciais as informações e dados da CONTRATANTE, armazenados nos sistemas, guardando total sigilo perante terceiros.

§ 1º A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.

§ 2º. Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato, correrão por conta da CONTRATADA, salvo àqueles que a lei expressamente determinar como de responsabilidade do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES**

A CONTRATANTE obrigará-se a:

I - fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários para o perfeito desenvolvimento do serviço.

II - notificar a CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução do serviço, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades.

III - efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida na Cláusula Quinta deste Contrato.

IV - providenciar as inspeções necessárias, através do órgão fiscalizador, com vistas a assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Contrato.

V - acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, através de representante da Administração nominalmente designado como "gestor do contrato", nos termos do art. 67 da Lei 8666/1993 e suas alterações.

VI - facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.

VII - designar um técnico categorizado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa, servindo de elo entre as partes.

VIII - custear os gastos necessários para implantação, assistência técnica, manutenções e eventuais alterações do sistema.

IX - manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,

X - conferir os resultados obtidos na utilização do sistema licitados. Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa

XI - corrigir o problema que for gerado por erro nos programas. caberá a CONTRATANTE solicitar formalmente à CONTRATADA a instalação do sistema e os serviços de assistência técnica necessários ao perfeito funcionamento dos sistemas.

XII - usar os sistemas locados exclusivamente para administração municipal, vedada a sua cessão a terceiros a qualquer título.

XIII - notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços.

XIV - parametrizar os sistemas em nível de usuário.

XV - informar ao prestador de serviço da obrigatoriedade de armazenar em mídia o arquivo assinado digitalmente da nota fiscal eletrônica emitida

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. DAS ALTERAÇÕES, SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS

11.1 As alterações deste contrato somente poderão ocorrer na hipótese do inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. DAS PRERROGATIVAS DO MUNICÍPIO

O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este contrato:

I - modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

III - fiscalizar-lhe a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do contrato estará a empresa CONTRATADA sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, que será descontada dos valores eventualmente devidos pela CONTRATANTE, da garantia prestada ou, ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente pelo Município de Pinheiro Preto, conforme segue:

a) 0,3% ao dia sobre o valor do contrato, no caso de atraso para início dos serviços ou de conclusão de cada etapa, a partir do primeiro dia, que não excederá a 10% (dez por cento) do montante;

b) até 10% sobre o valor contratual, no caso de eventual descumprimento de Cláusula deste contrato, ressalvado o disposto nos alíneas "a" acima.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Pinheiro Preto, pelo período até 02 (dois) anos consecutivos;

IV - declaração de Inidoneidade.

§ 1º. A CONTRATADA não incorrerá em multa quando o descumprimento dos prazos estabelecidos resultar de força maior devidamente comprovada, ou de instruções da Administração Municipal.

§ 2º. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração e a declaração de inidoneidade será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

§ 3º. Antes da aplicação de qualquer penalidade à CONTRATADA será assegurado o contraditório e ampla defesa. Qualquer contestação sobre a aplicação de multas deverá ser feita por escrito.

§ 4º. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação das

penalidades previstas nesta cláusula, bem como da rescisão do contrato, serão cabíveis recursos administrativos de acordo com o artigo 109 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação para a execução dos serviços objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido pelo Contratante, independentemente de notificação ou interpelação judicial, atendido o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

§ 1º. A CONTRATANTE poderá ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa fundamentada. Neste caso, a CONTRATADA terá direito a receber os valores correspondentes aos serviços executados.

§ 2º. Rescindido ou distratado o contrato, a empresa contratada deverá disponibilizar, em formato txt, cópia de toda a base de dados produzida e armazenada durante o período de vigência contratual, acompanhada dos layouts e demais informações pertinentes e necessárias à importação dos cadastros necessários, implantação de saldos contábeis, tudo isto sem prejuízo da obrigação de manter a base produzida arquivada por no mínimo 180 (cento e oitenta) dias contados do trânsito em julgado do processo administrativo que determinou a extinção do vínculo contratual. Em paralelo, ficará a contratada obrigada a prestar, mediante justa remuneração, todo e qualquer serviço necessário à condução da máquina administrativa, evitando-se a paralisação total ou parcial de setores essenciais da administração pública enquanto não ultimado um novo processo licitatório.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Tangará/SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinentes à execução presente contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Pinheiro Preto-SC, 25 de janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

PÚBLICA INFORMATICA LTDA  
CONTRATADA  
GIOVANI DE BORTOLI

#### TESTEMUNHAS:

1.	2.
Nome:	Nome:
CPF :	CPF:

#### CONTRATO 038/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONVÊNIO Nº 2015TR001782

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 038/2017

Termo de Contrato de SERVIÇOS ESPECIALIZADOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa FORMATTO NET LTDA, autorizado através do Processo n.º 023/2017, Licitação 010/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: FORMATTO NET LTDA  
CNPJ-MF n.º. 00.373.376/0001-41  
Endereço: Rua Pedro Andreazza, 55, sl 601  
Representada por: Vilson Giazioni

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 010/2017, datado de 12 de janeiro de 2017, e homologado em data de 31 de janeiro de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

## 1. DO OBJETO

1.1. LINK de internet dedicado de 30\_MB FULL DUPLEX, em conformidade com as especificações constantes nos termos das concessões outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e no Termo de Referência Técnica anexo ao Edital, que servirá para a execução do Projeto Piloto em Comunidades Rurais Digitais, com a finalidade de disponibilizar acesso à internet em 3 (três) comunidades do Município de Pinheiro Preto.

1.2. O LINK e o ROTEADOR deverão ser instalados na sede administrativa do Município (Prefeitura). A configuração do ROTEADOR não terá custos para o Município, de onde será feita a redistribuição.

1.3. O prazo para instalação do LINK será de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da assinatura do contrato.

## 2. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. Pelos serviços efetivamente prestados, a Administração pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) pela instalação do LINK, e R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais, por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 10º (décimo) dia do vencimento, por meio de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal dos serviços executados, devidamente atestada pelo setor competente.

2.2 Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estão garantidos através das classificações orçamentárias:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Função:20 - Agricultura  
Subfunção:606 - Extensão Rural  
Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural  
Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA  
Despesa 203 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:  
364 - Transferências de Convênios- Estado/Outros (Ex. anterior)

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Função:20 - Agricultura  
Subfunção:606 - Extensão Rural  
Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural  
Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A

## AGRICULTURA

Despesa 144 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

2.3.. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Sobre o valor da Nota Fiscal, a CONTRATANTE fará as retenções devidas ao INSS e as dos impostos e contribuições previstas na Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012.

2.5. Caso a CONTRATADA seja optante pelo "SIMPLES" (Lei nº 9.317/96), não serão feitas as retenções de que trata a citada instrução normativa, ficando a CONTRATADA, nesse caso, obrigada a apresentar declaração, na forma do Anexo IV da mesma Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.

2.6. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

2.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

2.8. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas no Termo de Referência Técnica.

## 3. DO REGIME DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada integral, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

3.2 O contrato vigorará até 31/12/2017, contados a partir da instalação do link, podendo, em havendo necessidade e interesse público, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, na forma que dispõe o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, não podendo ultrapassar 48 meses.

## 4. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;  
4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;  
4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;  
4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;  
4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste

## Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

5.1.1. Executar os serviços contratados em estrita conformidade com o Termo de Referência Técnica;

5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

5.1.3. Relacionar-se com o CONTRATANTE exclusivamente por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;

5.1.4. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;

5.1.5. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

5.1.6. Manter, quando nas dependências do CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança;

5.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;

5.1.8. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

5.1.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

5.1.10 Observar com atenção o disposto no item 9 deste instrumento.

5.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

5.3 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.4 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

## 6. DA ALTERAÇÃO

6.1 Este contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

## 7. VINCULAÇÃO DO CONTRATO

7.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 010/2017 – Modalidade Pregão Presencial, obrigando-se à CONTRATADA em manter compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente as constantes no Termo de Referência Técnica.

## 8. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

8.1 O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

## 9. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

9.1. Este contrato é resultante de processo licitatório financiado em parte pelo Banco Mundial, instituição que exige que os Mutuários (inclusive os beneficiários desses empréstimos), bem como proponentes, fornecedores, e empreiteiras em contratos por ela financiados que observem e façam observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

9.1.1 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) prática corrupta: significa oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) prática fraudulenta: significa a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) prática conluída: significa esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) prática coercitiva: significa causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) prática obstrutiva: significa:

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou

(ii) atos cuja intensão seja impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria.

9.2 Em consequência dessa política, o Banco:

9.2.1. Rejeitará proposta de adjudicação se concluir que o licitante

indicado para adjudicação envolveu-se, diretamente ou por meio de um representante, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas ou coercitivas ao competir pelo contrato em questão;

9.2.2. Cancelará a parcela do empréstimo relativa ao contrato se, a qualquer momento, comprovar a prática corrupta, fraudulenta, colusiva ou coercitiva por parte dos representantes do Mutuário ou dos beneficiários do empréstimo no decorrer da licitação ou da execução do contrato, sem que o Mutuário tenha tomado as medidas necessárias e apropriadas, satisfatórias ao banco Mundial, para remediar a situação;

9.2.3 Aplicará sanções à empresa ou a uma pessoa física, inclusive declarando-a inelegível para a adjudicação de contratos financiados pelo Banco Mundial. Indefinidamente ou por prazo determinado, se em qualquer momento comprovar o envolvimento da empresa ou da pessoa física, diretamente ou por meio de agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas ou coercitivas, no decorrer da competição ou na execução do contrato financiado pelo Banco Mundial; e

9.2.4 Terá direito de requer, nos contratos por ele financiados, a inclusão nos documentos de licitação e nos contratos financiados por um empréstimo do Banco Mundial, de dispositivo autorizando a inspeção das contas, registros e outros documentos dos licitantes, referentes à submissão das propostas e ao desempenho do contrato, bem como, sua submissão à auditoria designada pelo Banco Mundial.

9.3. Nos termos do item 9.2.4, os concorrentes deverão permitir que o Banco Mundial e/ou pessoas indicadas pelo Banco Mundial possam inspecionar suas contas e arquivos relacionados com a apresentação da proposta e permitir que estas contas e arquivos sejam auditados por auditores indicados pelo Banco Mundial se esse assim exigir.

9.4 O Contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes e previstas na legislação brasileira, sem comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa contratada em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado pelo Banco Mundial, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

## 10. DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

10.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

10.3 A rescisão do contrato poderá ser:

10.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

10.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

10.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

## 11. PENALIDADES

11.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.1.1 Advertência;

11.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

11.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

11.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2 As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

11.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

## 11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 31 de janeiro de 2017.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

FORMATTO NET LTDA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

ANEXO

TERMO DE REFERÊNCIA TÉCNICA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET DEDICADO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de LINK DE INTERNET DEDICADO 30MB FULL DUPLEX conforme MEMORIAL DESCRITIVO

## OBJETIVO

Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços telecomunicações de link internet dedicado em conformidade com as especificações constantes nos termos das concessões outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Qualificação Técnica:

Mínimo de 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando já ter executado ou estar prestando a contento serviços compatíveis com o objeto do edital.

Apresentar a Licença de Operação SCM (Serviço de Comunicação Multimídia) expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em nome da proponente.

1. Link Internet dedicado:

Acesso Internet Dedicado bidirecional e simétrico na velocidade de 30 Mbps conforme especificações mínimas deste item e seus subitens.

0.1. Acesso:

1.1.1. Acesso deve ser obrigatoriamente fornecido via rede em Fibra Óptica ou rádio licenciado.

1.1.2. Acesso bidirecional (trafegar nos dois sentidos);

1.1.3. Acesso simétrico (mesma velocidade nominal nos dois sentidos);

1.1.4. Velocidade mínima de 96,8% da velocidade nominal;

1.1.5. Disponibilidade média mensal de 99,2% (SLA);

1.1.6. A CONTRATANTE não terá qualquer tipo de limitação quanto a quantidade (em bytes) e conteúdo da informação trafegada no acesso;

1.1.7. Possuir taxa de perda de pacotes menor ou igual que 2 %;

1.1.8. Latência máxima de 70 Ms (do endereço da CONTRATANTE até a central da CONTRATADA).

1.1.9. Vedada a utilização de rádios nas faixas de frequência de 2,4 GHz e 5,8 GHz, devido a poluição do espectro de frequência e interferência.

1.1.10. Fornecimento mínimo de 6 endereços IP (V4) fixos;

1.1.11. A CONTRATADA deverá possuir Termo de Autorização para a prestação de Serviço Comunicação Multimídia (SCM) outorgado pela ANATEL;

1.1.12. Central de Atendimento 24h por dia, 365 dias por ano, através de um número de telefone;

1.1.13. Início de atendimento máximo em caso de defeito de até 4 (quatro) horas;

1.2. Roteador ou Concentrador de rede:

1.2.1. Será fornecido pela CONTRATADA com instalação, configuração e gerência;

1.2.2. A configuração será executada para que a rede de computadores da CONTRATANTE possua acesso à internet.

1.2.3. Possuir a quantidade mínima necessária de memória que atenda a velocidade e funcionalidades deste item, em conformidade com as recomendações do fabricante;

1.2.4. Possuir 2 (duas) portas de LAN a 10/100 Mbps que seja compatível com o padrão IEEE 802.3; portas deverão ser fornecidas no padrão RJ45; 1.2.5. Possuir protocolo de gerenciamento SNMP e MIB-II implementados em conformidade com a RFC 1157 e RFC 1213, respectivamente;

1.2.6. Todos os roteadores deverão ter capacidade para suportar o tráfego com banda completamente ocupada, sem exceder a 80% de utilização de CPU e memória;

1.2.7. Responder por todas as normas definidas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

1.3. Instalação:

1.3.1. A CONTRATADA deverá executar os seguintes recursos para instalação do(s) equipamento(s) a infraestrutura:

1.3.1.1. Tubulação (dutos) condizentes com a espessura de seus cabos até a saída para a parte externa no caso de Link Óptico e ou Rádio;

1.3.1.2. Cabeamento necessário do PT (ponto de terminação da rede da contratada) até o local onde serão instalados os equipamentos da solução;

1.3.2. Toda a infraestrutura externa para a instalação, ativação e equipamentos (Cabos, equipamentos, conectores, etc.) do acesso a Internet dedicada não deverá possuir qualquer ônus para a CONTRATANTE.

1.3.3. Prazo de instalação é de no máximo 5 (cinco) dias.

1.4. Gerenciamento da solução:

1.4.1. A CONTRATADA deverá fornecer a CONTRATANTE acesso a portal WEB com no mínimo as seguintes informações:

1.4.1.1. Identificação do ponto de acesso e respectivo número do acesso;

1.4.1.2. Velocidade do acesso;

1.4.1.3. Informações do tráfego de entrada e saída;

1.4.1.4. Taxa média de ocupação do link (throughput);

1.4.1.5. Visualização de gráfico detalhando a utilização da banda.

1.4.2. A solução de gerência da rede da CONTRATADA deverá atuar de forma pró-ativa, de acordo com o Nível de Serviço (SLA), realizando o acompanhamento dos defeitos e desempenho do serviço.

1.4.3. Manter o controle da segurança física e lógica de seus ambientes operacionais, estabelecendo as políticas de segurança a serem aplicadas aos serviços de telecomunicações contratados.

1.4.4. Quando solicitada, a CONTRATADA deverá demonstrar para análise as configurações dos roteadores instalados no ambiente da CONTRATANTE e demais ativos de rede que se fizerem parte da solução.

1.4.5 Disponibilizar meios de aferir mensalmente a velocidade, bem como a disponibilidade e taxa de perda de pacotes dos links instalados, conforme Art. 10 da Resolução nº 574, 28/10/2011, que regulamenta a Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia.

1.4.6 Prestar suporte técnico 24 horas por dia, 7 (sete) dias por semana, sem nenhum ônus para o Contratante, mesmo quando for necessária a atualização, o traslado e a estada de técnicos da Contratada ou qualquer outro tipo de serviço necessário para garantir o cumprimento do objeto.

1.4.7 Disponibilizar número de telefone ou e-mail exclusivo para o Contratante, ou área em sítio da Web para possibilitar "Abertura de Chamados Técnicos" e Informar ao CONTRATANTE os nomes e contatos dos responsáveis pelo acompanhamento do contrato e do técnico para atendimento às solicitações do Gestor/Fiscal do Contrato.

1.4.8 Garantir sigilo e inviolabilidade dos dados trafegados por meio dos enlaces, respeitadas as hipóteses legais de quebra de sigilo das telecomunicações.

1.4.9 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação do serviço do contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

1.5 Execução dos Serviços de manutenção e SLA.

1.5.1 Havendo necessidade de correções nos serviços prestados, será concedido um prazo de 03 (Três) dias úteis, a partir da comunicação formal do Contratante.

1.5.2 O atendimento dos chamados de Suporte Técnico obedecerá aos prazos abaixo:

• Severidade ALTA:

Este nível de severidade é aplicado quando há a indisponibilidade no uso dos serviços. O Prazo de Solução Definitiva será até 4 (quatro) horas;

• Severidade MÉDIA:

Este nível de severidade é aplicado quando há falha, simultânea ou não, no uso dos serviços, estando ainda disponíveis, porém apresentando problemas. O prazo de Solução Definitiva será de 8 (oito) horas;

• Severidade BAIXA:

Este nível de severidade é aplicado para problemas que não afetem o desempenho e disponibilidade dos serviços, bem como para atualizações de software do roteador, esclarecimentos técnicos relativos ao uso e aprimoramento dos serviços. Não haverá abertura de chamados de suporte técnico com esta severidade em sábados, domingos e feriados. O prazo de Solução Definitiva será de 3 (três) dias úteis.

1.5.3 Será considerado para efeitos do nível de serviço exigido, prazo de solução definitiva, como o tempo decorrido entre a abertura do chamado técnico efetuada pela equipe técnica do Contratante à Contratada e a efetiva recolocação dos serviços em seu

pleno estado de funcionamento.

1.5.4 A contagem do prazo de solução definitiva de cada chamado será a partir da abertura do chamado na Central de Atendimento disponibilizada pela Contratada, até o momento da comunicação da solução definitiva do problema e aceite pela equipe técnica do Contratante.

1.5.5 Após concluído o chamado, a Contratada comunicará o fato à equipe técnica do Contratante e solicitará autorização para o fechamento do mesmo.

1.5.6 Caso não confirme a solução definitiva do problema, o chamado permanecerá aberto até que seja efetivamente solucionado pela Contratada. Neste caso, o Contratante fornecerá as pendências relativas ao chamado aberto.

1.6 Condições para aceite e recebimento:

Em conformidade com os artigos 73 e 76 da Lei nº 8.666/93, o objeto deste contrato será recebido pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços de Informática, mediante termo, da seguinte forma:

1.6.1. Provisoriamente – Após a entrega da ativação dos serviços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade, em até 05 (cinco) dias;

1.6.2 Definitivamente - Após análise do relatório emitido das atividades realizadas na instalação, configuração dos ativos de rede que compõem a infraestrutura, bem como da realização de testes de faixa de endereços IP válidos, testes do funcionamento do sistema de nome de domínio (DNS), em até 10 (dez) dias contados do recebimento provisório.

1.6.3 O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civil pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

1.7 Prazo de Garantia e Aceitação dos Serviços:

1.7.1 Durante o prazo da garantia, a Contratada deverá consertar ou refazer os serviços, bem como consertar ou substituir os equipamentos que apresentarem defeitos, com base na política de suporte técnico da Contratada, não sendo permitido transferir sua responsabilidade a terceiros, mesmo que fabricantes.

1.7.2 Os procedimentos e critérios de aceitação dos serviços prestados, dar-se-ão conforme o Acordo de Níveis de Serviços (SLA), reservando-se o direito do CONTRATANTE efetuar diligências para verificação da adequação do serviço.

A verificação do índice de disponibilidade mensal será realizada através da seguinte fórmula:

$D = [(Tm - Ti)/Tm] * 100$ , onde:

D = Índice de Disponibilidade Mensal dos serviços, em percentual;  
Tm = tempo total mensal de operação, em minutos, no mês de faturamento;

Ti = somatório dos períodos de indisponibilidades dos serviços, em minutos, no mês de faturamento.

O índice de disponibilidade mensal balizará proporcionalmente o desconto no valor da fatura mensal, caracterizado como adequação no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis. Para o cálculo da indisponibilidade, o tempo total mensal será calculado a partir do total de dias da prestação do serviço vezes 1440 minutos.

## CONTRATO 042/2017

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 042/2017

Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa JR SERVIÇOS DE BORRACHARIA LTDA- ME, autorizado através do Processo n. 021/2017, Licitação nº 008/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, regime de execução integral, fornecimento parcelado, preço unitário.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: JR SERVIÇOS DE BORRACHARIA LTDA- ME

CNPJ-MF n.º.11.623.987/0001-17

Endereço: Rua Guilherme Mattana, s/n- Pinheiro Preto/SC

Representada por: Jair Ribeiro

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 08/2017, datado de 16/01/2017, e homologado em data de 30/01/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

## INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e, ainda, pelas condições do Pregão Presencial nº 008/2017 e princípios do Direito Administrativo.

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 O fornecimento de serviços de lavagem de veículo, máquinas e equipamentos da frota municipal, na forma e preços abaixo descritos:

Itens	Especificações	VALOR UNITÁRIO
02	Lavação completa, interna e externa, dos automóveis/utilitários Corsa, Voyage, Classic, Spin, Jetta, Gol, Uno, Celer.	35,00
03	Lavação completa, interna e externa, de veículos de transporte de passageiros tipo Doblô, Kombi, Ducato, Kangoo e Ambulância.	45,00
08	Lavação completa, interna e externa, para camionete leve, carroceria aberta (Saveiro).	40,00

1.2 As lavagens deverão ser completas (internas e externas), com desinfecção (desinfetante e álcool).

1.3 A CONTRATADA deverá lavar e aspirar os veículos internamente e externamente, com uso de produtos apropriados e de primeira qualidade.

1.4 A CONTRATADA deverá fornecer todos os produtos necessários à realização das lavagens dos veículos, sendo de sua responsabilidade o ônus pelo fornecimento e reposição de todos os materiais duráveis e de consumo necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados.

1.5 A CONTRATADA responderá por eventuais danos causados aos veículos, quando resultantes de dolo ou culpa dos seus empregados.

1.6 Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da CONTRATADA.

1.7 A CONTRATADA responde pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à prestação dos serviços, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.8 O serviço somente poderá ser realizado mediante a apresentação

de ordem de serviço emitida pelo Secretário responsável, a qual deverá acompanhar a respectiva Nota Fiscal quando da requisição do pagamento, sob pena deste não ser realizado.

1.9 Os serviços prestados à Administração deverão ser considerados como prioritários, a fim de minimizar a interferência no serviço público.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

2.1 O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da prestação do serviço, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.2 Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.3 A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

2.3 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

2.5. O fornecimento deverá ser parcelado de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, sendo o transporte de responsabilidade deste.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço integral, fornecimento parcelado, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

3.2 O contrato terá início com a sua assinatura e término em 31/12/2017.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;  
4.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

5.1.1. Executar o contrato em conformidade com o Edital;  
5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;  
5.1.3 Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;  
5.1.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato;  
5.1.5 Somente executar o serviço mediante a apresentação da ordem emitida pelo Secretário competente.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

6.1 Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

7.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 008/2017 modalidade pregão presencial, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

7.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

7.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de fevereiro de 2017  
CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE

CONTRATADA  
JR SERVIÇOS DE BORRACHARIA LTDA- ME

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

**CONTRATO 056/2017****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 056/2017**

Termo de Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa FRANCISCO OLIVO ME, autorizado através do Processo n. 040/2017, Licitação n. 018/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: FRANCISCO OLIVO ME

CNPJ-MF n.º. 97.422.075/0001-00

Endereço: Rua MARECHAL CASTELO BRANCO, Nº 282 Centro, Pinheiro Preto.

Representada por: FRANCISCO OLIVO

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 018/2017, datado de 24/01/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**INTRODUÇÃO**

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 2.785/07, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 018/2017, modalidade Pregão Presencial.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO de mão de obra mecânica especializada (Homem/hora) em veículos Leves, médios, grande porte e máquinas pesadas, bem como serviços de solda elétrica (com arame e usinagem) e serviços com solda MIG com arame e serviço de chapeação:

Item	Qnt.	Und.	Produto	Valor/hora/ unit
02	150	Hora	SERVIÇOS DE CHAPEAÇÃO.	70,00
04	200	Hora	SERVIÇOS ELÉTRICOS NA FROTA.	80,00
07	300	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA EM VEICULOS LEVES E MÉDIOS, QUE SE CARACTERIZA: UNO, GOL, SAVEIRO, CLASSIC, JETTA, KOMBI, VOYAGE, CHERY E OUTROS.	48,00

1.2 As quantidades relacionadas são uma estimativa, podendo, pois, sofrerem acréscimos ou supressões conforme a necessidade da CONTRATANTE.

1.3 Caso a empresa contratada tenha sede fora de um raio de 40 km (quarenta quilômetros) – tendo como ponto central a Garagem de máquinas do Município – ficará obrigada em transportar, consertar e trazer de volta a máquina/veículo as suas custas, ou poderá executar o serviço a suas custas na própria Garagem de máquinas/veículo do Município. (conforme o caso).

1.4 Os serviços de desmontagem, montagem e conserto de pneus devem ser realizados no Município.

1.5 Quanto ao local de prestação dos serviços dos demais itens, estes serão prestados a critério do município de Pinheiro Preto, atendendo a distância descrita no parágrafo primeiro.

1.6 A CONTRATADA deverá fornecer relatório mensal detalhado dos serviços prestados, ou sempre que solicitado pela Administração.

1.7 Salvo justificativa apresentada pela CONTRATANTE, os serviços indicados nos itens 1-30 deverão ser prestados em até 48 (quarenta e oito) horas após o pedido expedido pelo Município. Os dos itens 31-36, em até 12 (doze) horas após o pedido expedido pelo Município. Os dos itens 37 e 38, deverão ser prontamente atendidos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

2.1 Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2001 - GABINETE DO PREFEITO

Função:4 - Administração

Subfunção:122 - Administração Geral

Programa:2 - Gestão Administrativa Superior

Ação:2.21 - MANUTENÇÃO ATIVIDADE DO GABINETE DO PREFEITO

Despesa 88 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:26 - Transporte  
Subfunção:782 - Transporte Rodoviário  
Programa:23 - Estradas Vicinais  
Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
Despesa 150 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Função:20 - Agricultura  
Subfunção:606 - Extensão Rural  
Programa:20 - Assistencia Ao Produtor Rural  
Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA  
Despesa 144 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:301 - Atenção Básica  
Programa:9 - Saude Com Qualidade  
Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE  
Despesa 29 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS  
Função:4 - Administração  
Subfunção:122 - Administração Geral  
Programa:3 - Administração Geral  
Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS  
Despesa 99 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA  
Função:12 - Educação  
Subfunção:361 - Ensino Fundamental  
Programa:12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Despesa 116 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:  
101 - Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Educação

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2001 - GABINETE DO PREFEITO  
Função:8 - Assistência Social  
Subfunção:244 - Assistência Comunitária  
Programa:6 - Assistência A Crianças E Adolescentes  
Ação:2.68 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR  
Despesa 196 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora:4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:4000 - FUNDO DE ASISTENCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária:4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Função:8 - Assistência Social  
Subfunção:244 - Assistência Comunitária  
Programa:5 - Assistencia Social Geral  
Ação:2.63 - Manutenção CRAS Recurso PAIF - Serv. de Prot. Social Básica a Fam. (Piso Fixo/Variável)

Despesa 169 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 135 - Transferências do SUAS/União

2.2 O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

2.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto não apresentado o relatório mensal ou pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

2.6. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em 31/12/2017.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

5.1.1. Executar os serviços contratados em estrita conformidade com o Edital e este Contrato;

5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

5.1.3. Relacionar-se com o CONTRATANTE exclusivamente por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;

5.1.4. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;

5.1.5. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

5.1.6. Manter, quando nas dependências do CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança;

5.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;

5.1.8. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

5.1.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

5.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

5.3 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.4 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

6.1 Este contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 018/2017 – modalidade pregão presencial, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1 Advertência;

10.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2 As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 09 de fevereiro de 2017

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

FRANCISCO OLIVO - ME

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

## CONTRATO 057/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 057/2017

Termo de Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa ALDIR BADO, autorizado através do Processo n. 040/2017, Licitação n. 018/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF n.º. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: ALDIR BADO

CNPJ-MF n.º.13.358.085/0001-26

Endereço: Rua Reinaldo Bressan – Vila Bressan. P.Preto/SC

Representada por: Aldir Bado

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 018/2017, datado de 24/01/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

### INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 2.785/07, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 018/2017, modalidade Pregão Presencial.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO de mão de obra mecânica especializada (Homem/hora) em veículos Leves, médios, grande porte e máquinas pesadas, bem como serviços de solda elétrica (com arame e usinagem) e serviços com solda MIG com arame e serviço de chapeação:

Item	Qnt.	Und.	Produto	Valor/hora/unit
05	200	Hora	MÃO DE OBRA DE SOLDA ELÉTRICA (ELETRODO).	50,00
06	300	Hora	MÃO DE OBRA CONserto de MAQUINAS AGRÍCOLAS, QUE COMPREENDE ENSILADEIRA, DISTRIBUIDOR ORGÂNICO, PLANTADEIRA, GRADE ARADORA E OUTROS.	58,00

1.2 As quantidades relacionadas são uma estimativa, podendo, pois, sofrerem acréscimos ou supressões conforme a necessidade da CONTRATANTE.

1.3 Caso a empresa contratada tenha sede fora de um raio de 40 km (quarenta quilômetros) – tendo como ponto central a Garagem de máquinas do Município – ficará obrigada em transportar, consertar e trazer de volta a máquina/veículo as suas custas, ou poderá executar o serviço a suas custas na própria Garagem de máquinas/veículo do Município. (conforme o caso).

1.4 Os serviços de desmontagem, montagem e conserto de pneus devem ser realizados no Município.

1.5 Quanto ao local de prestação dos serviços dos demais itens, estes serão prestados a critério do município de Pinheiro Preto, atendendo a distância descrita no parágrafo primeiro.

1.6 A CONTRATADA deverá fornecer relatório mensal detalhado dos serviços prestados, ou sempre que solicitado pela Administração.

1.7 Salvo justificativa apresentada pela CONTRATANTE, os serviços indicados nos itens 1-30 deverão ser prestados em até 48 (quarenta e oito) horas após o pedido expedido pelo Município. Os dos itens 31-36, em até 12 (doze) horas após o pedido expedido pelo Município. Os dos itens 37 e 38, deverão ser prontamente atendidos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

2.1 Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2001 - GABINETE DO PREFEITO  
Função:4 - Administração  
Subfunção:122 - Administração Geral  
Programa:2 - Gestão Administrativa Superior  
Ação:2.21 - MANUTENÇÃO ATIVIDADE DO GABINETE DO PREFEITO  
Despesa 88 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:26 - Transporte  
Subfunção:782 - Transporte Rodoviário  
Programa:23 - Estradas Vicinais  
Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
Despesa 150 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Função:20 - Agricultura  
Subfunção:606 - Extensão Rural  
Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural  
Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA  
Despesa 144 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:301 - Atenção Básica  
Programa:9 - Saude Com Qualidade  
Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE  
Despesa 29 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS  
Função:4 - Administração  
Subfunção:122 - Administração Geral  
Programa:3 - Administração Geral  
Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS  
Despesa 99 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA  
Função:12 - Educação  
Subfunção:361 - Ensino Fundamental  
Programa:12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Despesa 116 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:  
101 - Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Educação

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2001 - GABINETE DO PREFEITO  
Função:8 - Assistência Social  
Subfunção:244 - Assistência Comunitária  
Programa:6 - Assistência A Crianças E Adolescentes  
Ação:2.68 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR  
Despesa 196 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora:4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:4000 - FUNDO DE ASISTENCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária:4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Função:8 - Assistência Social  
Subfunção:244 - Assistência Comunitária  
Programa:5 - Assistencia Social Geral  
Ação:2.63 - Manutenção CRAS Recurso PAIF - Serv. de Prot. Social Básica a Fam. (Piso Fixo/Variável)  
Despesa 169 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 135 - Transferências do SUAS/União

2.2 O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

2.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto não apresentado o relatório mensal ou pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

2.6. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em 31/12/2017.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus

empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- 5.1.1. Executar os serviços contratados em estrita conformidade com o Edital e este Contrato;
- 5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 5.1.3. Relacionar-se com o CONTRATANTE exclusivamente por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;
- 5.1.4. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;
- 5.1.5. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 5.1.6. Manter, quando nas dependências do CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança;
- 5.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;
- 5.1.8. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 5.1.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

5.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

5.3 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.4 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

6.1 Este contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 018/2017 – modalidade pregão presencial, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1 Advertência;  
10.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;  
10.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;  
10.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2 As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:  
10.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;  
10.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;  
10.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 09 de fevereiro de 2017.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

ALDIR BADO

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

#### CONTRATO 059/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 059/2017

Termo de Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa LOCOMAQ COMERCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, autorizado através do Processo n.040/2017, Licitação n. 018/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: LOCOMAQ COM. E LOC. DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ-MF nº.10.527.352/0001-53

Endereço: RUA PREFEITO NORMELIO ZILIO, 75 – SALA 02

JOAÇABA – CEP 89600-000

Representada por: ANTONIO LUIZ DE MIRANDA

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 018/2017, datado de 24/01/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 2.785/07, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 018/2017, modalidade Pregão Presencial.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO de mão de obra mecânica especializada (Homem/hora) em veículos Leves, médios, grande porte e máquinas pesadas, bem como serviços de solda elétrica (com arame e usinagem) e serviços com solda MIG com arame e serviço de chapeação:

Item	Qnt.	Und.	Produto	Valor/hora/ unit
08	300	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA EM MAQUINAS DE GRANDE PORTE, QUE SE CARACTERIZA: MOTONIVELADORA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, RETROESCAVADEIRA, ROLO COMPACTADOR, CARREGADEIRA, MINI CARREGADEIRA E OUTRAS NAS MESMAS CARACTERÍSTICAS.	78,40
30	50	Hora	Desmontagem de máquina pesada para efeitos de Orçamento	73,50

1.2 As quantidades relacionadas são uma estimativa, podendo, pois, sofrerem acréscimos ou supressões conforme a necessidade da CONTRATANTE.

1.3 Caso a empresa contratada tenha sede fora de um raio de 40 km (quarenta quilômetros) – tendo como ponto central a Garagem de máquinas do Município – ficará obrigada em transportar, consertar e trazer de volta a máquina/veículo as suas custas, ou poderá executar o serviço a suas custas na própria Garagem de máquinas/veículo do Município. (conforme o caso).

1.4 Os serviços de desmontagem, montagem e conserto de pneus devem ser realizados no Município.

1.5 Quanto ao local de prestação dos serviços dos demais itens, estes serão prestados a critério do município de Pinheiro Preto, atendendo a distância descrita no parágrafo primeiro.

1.6 A CONTRATADA deverá fornecer relatório mensal detalhado dos serviços prestados, ou sempre que solicitado pela Administração.

1.7 Salvo justificativa apresentada pela CONTRATANTE, os serviços indicados nos itens 1-30 deverão ser prestados em até 48 (quarenta e oito) horas após o pedido expedido pelo Município. Os dos itens 31-36, em até 12 (doze) horas após o pedido expedido pelo Município. Os dos itens 37 e 38, deverão ser prontamente atendidos.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

2.1 Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2001 - GABINETE DO PREFEITO  
Função:4 - Administração  
Subfunção:122 - Administração Geral  
Programa:2 - Gestão Administrativa Superior  
Ação:2.21 - MANUTENÇÃO ATIVIDADE DO GABINETE DO PREFEITO  
Despesa 88 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:26 - Transporte  
Subfunção:782 - Transporte Rodoviário  
Programa:23 - Estradas Vicinais  
Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
Despesa 150 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Função:20 - Agricultura  
Subfunção:606 - Extensão Rural  
Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural  
Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA  
Despesa 144 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:301 - Atenção Básica  
Programa:9 - Saude Com Qualidade  
Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE  
Despesa 29 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS  
Função:4 - Administração  
Subfunção:122 - Administração Geral  
Programa:3 - Administração Geral  
Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Despesa 99 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA  
Função:12 - Educação  
Subfunção:361 - Ensino Fundamental  
Programa:12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Despesa 116 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:  
101 - Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Educação

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2001 - GABINETE DO PREFEITO  
Função:8 - Assistência Social  
Subfunção:244 - Assistência Comunitária  
Programa:6 - Assistência A Crianças E Adolescentes  
Ação:2.68 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR  
Despesa 196 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora:4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:4000 - FUNDO DE ASISTENCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária:4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Função:8 - Assistência Social  
Subfunção:244 - Assistência Comunitária  
Programa:5 - Assistencia Social Geral  
Ação:2.63 - Manutenção CRAS Recurso PAIF - Serv. de Prot. Social Básica a Fam. (Piso Fixo/Variável)  
Despesa 169 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 135 - Transferências do SUAS/União

2.2 O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

2.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto não apresentado o relatório mensal ou pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

2.6. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em 31/12/2017.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;  
4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;  
4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;  
4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

5.1.1. Executar os serviços contratados em estrita conformidade com o Edital e este Contrato;  
5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;  
5.1.3. Relacionar-se com o CONTRATANTE exclusivamente por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;  
5.1.4. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;  
5.1.5. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;  
5.1.6. Manter, quando nas dependências do CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança;  
5.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;  
5.1.8. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;  
5.1.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

5.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

5.3 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.4 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

6.1 Este contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 018/2017 – modalidade pregão presencial, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1 Advertência;

10.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2 As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 09 de fevereiro de 2017

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

LOCOMAQ COM. E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

#### **CONTRATO 084/2017**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 084/2017.

Termo de Contrato, REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS OKF 4554 E OKH 6864, autorizado através do Processo nº 070/2017, Dispensa de Licitação nº. 036/2017

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

POPP MECÂNICA E AUTO PEÇAS

CNPJ: 07.434.575/0001-61

Endereço: Rodovia SC 303, S/N, Entrada para Santa Lúcia

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS PLACA OKF 4554 E OKH 6864, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 2173,73 (dois mil cento e setenta e três reais e setenta e três centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA

Função:12 - Educação

Subfunção:361 - Ensino Fundamental

Programa:12 - Desenvolvimento Educacional

Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Despesa 117

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:62 - Transferencia de Convênios - Estado/Educação

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA FINAL DA IMPLANTAÇÃO DAS PEÇAS E MANUTENÇÃO DO VEÍCULO.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
  - Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
  - Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
  - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
  - Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada.
- Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 31 de Janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO

CONTRATADA  
POPP MECÂNICA E AUTO PEÇAS

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

#### **CONTRATO 085/2017**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 085/2017.

Termo de Contrato, REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO DO VEÍCULO MII 5655, autorizado através do Processo nº 071/2017, Dispensa de Licitação nº. 037/2017.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

POPP MECÂNICA E AUTO PEÇAS  
CNPJ: 07.434.575/0001-61  
Endereço: Rodovia SC 303, S/N, Entrada para Santa Lúcia

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO DO VEÍCULO MII 5655, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 4.237,09 (quatro mil duzentos e trinta e sete reais e nove centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA

Função:12 - Educação

Subfunção:361 - Ensino Fundamental

Programa:12 - Desenvolvimento Educacional

Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Despesa 117

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:62 - Transferencia de Convênios - Estado/Educação

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA FINAL DA IMPLANTAÇÃO DAS PEÇAS E MANUTENÇÃO DO VEÍCULO.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da

punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 07 de fevereiro de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO

CONTRATADA  
POPP MECÂNICA E AUTO PEÇAS

#### TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

#### **CONTRATO 086/2017**

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS 086/2017

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e OTIMIZA CURSOS LTDA - ME, autorizado através da Licitação nº 039/2017, Processo Administrativo nº. 073/2017 modalidade DISPESA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: OTIMIZA CURSO LTDA - ME  
CNPJ-MF n.º. 07.236.863/0001-01  
Endereço: RUA SAUL BRANDALISE, Nº 520, ANDAR 1 SALA 102, CENTRO, VIDEIRA – SC . 89560-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa de Licitação nº 039/2017.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação da palestra para o dia da mulher.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço R\$ 1.100,00 ( um mil e cem reais), devendo a despesa correr à Conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:301 - Atenção Básica  
Programa:9 - Saude Com Qualidade  
Ação:2.53 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - ESTADO  
Despesa 47  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:67 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E HORÁRIO

3.1 Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ de sua assinatura, até 29 de março de 2017 com efetivação dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

##### 4.1. DAS PENALIDADES

##### DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Se a CONTRATADA descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

4.2- Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Município de Pinheiro Preto, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

4.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

4.4 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

##### 4.1 – DA RESCISÃO

4.1 – O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8666/93.

4.2 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

#### V - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

5.1 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de dispensa de licitação nº 039/2017, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§1º - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

#### VI - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, Edital de licitação 039/2017, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

7.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 11 de fevereiro de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
OTIMIZA CURSOS LTDA – ME

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....  
Nome: Nome:  
CPF: CPF:

### **CONTRATO 102/2017**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 120/2017.

Termo de Contrato MANUTENÇÃO DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa TEIO MAQ MANUTENÇÃO E COMERCIO VAREJISTA DE PEÇAS EIRELI, autorizado através do Processo nº 087/2017, Dispensa de Licitação nº 050/2017.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

TEIO MAQ MANUTENÇÃO E COMERCIO VAREJISTA DE PEÇAS EIRELI  
CNPJ n.º 20.121.715/0001-00  
Endereço: Rua Maura Helodya Bartolamei, 211, Chapecó/SC.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto do presente contrato a manutenção da escavadeira hidráulica.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1. A CONTRATADA pagará o valor de R\$ 1.778,00 (um mil setecentos e setenta e oito reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento até o 5º (quinto) dia útil subsequente à entrega do documento fiscal, comprovada a prestação dos serviços, por meio de depósito bancário, diretamente na conta da CONTRATADA..

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Função:20 - Agricultura  
Subfunção:606 – Extensão Rural  
Programa:20 – Assistência Ao Produtor Rural  
Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA  
Despesa 144  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA**

Para fins de execução, o contrato vigorará da sua assinatura até a data de finalização dos serviços, o que deverá ocorrer em até 2 (dois) dias úteis após a assinatura.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que

devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

5.1.1. Executar os serviços contratados em estrita conformidade com este instrumento;

5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

5.1.3. Relacionar-se com o CONTRATANTE exclusivamente por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;

5.1.4. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;

5.1.5. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

5.1.6. Manter, quando nas dependências do CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança;

5.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;

5.1.8. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

5.1.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

5.2 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.3 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

6.1 O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e demais normas e princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

7.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

7.3 A rescisão do contrato poderá ser:

7.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

7.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

7.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

8.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes

sanções:

8.1.1 Advertência;

8.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

8.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

8.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

8.2 As sanções previstas nos itens 8.1.3 e 8.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

8.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

8.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes em relação às infrações cometidas contra disposições deste Contrato não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 24 de fevereiro de 2017

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO

TEIO MAQ MANUTENÇÃO E COMERCIO VAREJISTA DE PEÇAS EIRELI  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

#### **CONTRATO 103/2017**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS DE COZINHA Nº 103/2017

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE GÁS DE COZINHA GLP, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa ADEMILSON CHIOSSI, autorizado através do Processo n.º 041/2017, Licitação nº 019/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: ADEMILSON CHIOSSI 06885204994  
CNPJ-MF nº. 21.772.915/0001-95  
Endereço: AV. MARECHAL CASTELO BRANCO 1628 – PINHEIRO PRETO  
Representada por: ADEMILSON CHIOSSI

Em conformidade com o edital 019/2017, homologado em data de 24/02/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1 O presente processo tem por objeto o fornecimento de gás de cozinha GLP para demanda de todas as secretarias do Município em usos diversos, nos seguintes preços:

0.2

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDAD	Valor Unitário	Valor Total
01	Gás de cozinha, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, acondicionado em cilindro. Condições deverão estar de acordo com a Portaria nº 47, de 24/03/1999 da ANP e NBR 14024 da ABNT – 13 kgs.	80 unidades	R\$ 65,00	R\$ 5.200,00
02	Gás de cozinha, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, acondicionado em cilindro. Condições deverão estar de acordo com a Portaria nº 47, de 24/03/1999 da ANP e NBR 14024 da ABNT – 45 kgs.	24 unidades	R\$ 288,00	R\$ 6.912,00

1.2 A vencedora deverá fornecer o botijão em comodato.

1.3 A marca apresentada na proposta deverá ser a marca entregue. Não será admitida substituições de marca.

1.5 O material deverá ser entregue pela Contratada sem qualquer custo adicional de forma sistemática e periódica, pelo preço contratado, segundo as necessidades e requisições da Secretaria Requisitante.

1.6 A Contratada deverá atender em até 24 horas as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do produto que não atenda ao especificado.

1.7 Todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, ficarão a cargo da Contratada, de forma a eximir a Secretaria Requisitante de quaisquer ônus e responsabilidades.

1.8 A Contratada deverá informar em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite cumprir o estabelecido.

1.9 A Secretaria Requisitante poderá rejeitar o produto entregue caso não satisfaça aos padrões especificados.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço total de R\$ 12.112,00 (doze mil e cento e doze reais), devendo a despesa correr à Conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS  
Função:4 - Administração  
Subfunção:122 - Administração Geral  
Programa:3 - Administração Geral  
Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Despesa 99  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA  
Função:12 - Educação  
Subfunção:361 - Ensino Fundamental  
Programa:12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Despesa 116  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Função:20 - Agricultura  
Subfunção:606 - Extensão Rural  
Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural  
Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA  
Despesa 144  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:26 - Transporte  
Subfunção:782 - Transporte Rodoviário  
Programa:23 - Estradas Vicinais  
Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
Despesa 151  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:301 - Atenção Básica  
Programa:9 - Saude Com Qualidade  
Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE  
Despesa 29  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

2.2 O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o contrato vigorará da data da sua assinatura até 31/12/2017.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- 5.1.1. Executar os serviços contratados em estrita conformidade com o Edital e este Instrumento;
- 5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 5.1.3. Relacionar-se com o CONTRATANTE exclusivamente por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;
- 5.1.4. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;
- 5.1.5. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 5.1.6. Manter, quando nas dependências do CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança;
- 5.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;
- 5.1.8. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará

em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

5.1.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

5.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

5.3 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.4 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

6.1 Este contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

7.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 019/2017 – Modalidade Pregão Presencial, obrigando-se à CONTRATADA em manter compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente as constantes no Termo de Referência Técnica.

#### CLÁUSULA OITAVA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

8.1 O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1 Advertência;

10.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2 As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 24 de fevereiro de 2017

MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE

CONTRATADA  
ADEMILSON CHIOSSI 06885204994

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

### **CONTRATO 104/2017**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 104/2017.

Termo de Contrato, REFERENTE MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DE PLACA IFE 7886 E IFF 0302, autorizado através do Processo nº 088/2017, Dispensa de Licitação nº. 051/2017

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

MECÂNICA ATLAS LTDA  
CNPJ: 86.547.601/0001-34  
Endereço: Rodovia SC 453, S/N, Rio das Pedras, Videira/SC

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto do presente REFERENTE MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DE PLACA IFE 7886 E IFF 0302, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 6.919,80 (seis mil novecentos e dezenove reais e oitenta centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA  
Função:12 - Educação  
Subfunção:361 - Ensino Fundamental  
Programa:12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Despesa 117  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:62 - Transferencia de Convênios - Estado/Educação

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA**

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA FINAL DA IMPLANTAÇÃO DAS PEÇAS E MANUTENÇÃO DO VEÍCULO.

#### **CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 26 de Janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO

CONTRATADA  
MECÂNICA ATLAS LTDA

## TESTEMUNHAS:

1) 2)  
 Nome: Nome:  
 CPF: CPF:

**CONTRATO 109/2017**

CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR Nº: 109/2017

Termo de Contrato de FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, autorizado através do Processo n.º 018/17, Licitação n. 005/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
 CNPJ-MF n.º 82.827.148/0001-69  
 Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
 Centro, Pinheiro Preto - SC.  
 Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA  
 CNPJ-MF n.º 07.930.192/0001-84  
 Endereço: RUA XV DE NOVEMBRO, 357 – SALA 02  
 Representada por: NEIDE ARALDI

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 005/2017 datado de 09/01/2017 e homologado em data de 01/03/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Acometer a empresa o fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR – UNIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO de Pinheiro Preto, Primeiro Semestre do Ano Letivo de 2017.

## CLAUSULA SEGUNDA – DOS PRODUTOS, PREÇO E DO PAGAMENTO

A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens e respectivos preços:

ESPECIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICAS DOS GÊNEROS ALIMENTARES	QTDE	UND	Marca	Valor Unit	Valor total
LOTE 01						
Açúcar refinado especial	No mínimo 99% de sacarose e máximo de 0,3% de umidade. Pacotes de 5 kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses.	280	Kg	ALTO ALEGRE	3,80	1.064,00
Açúcar mascavo	Produto obtido da cana-de-açúcar, 100 % natural, sem refinamento. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor e peso insatisfatório. Embalagem: em polietileno leitoso ou transparente, atóxica, deve estar intacta, em pacotes de 1 kg. Prazo de validade mínimo: 12 meses a partir da data de entrega.	20	Kg	COSTA	11,50	230,00
Açúcar de baunilha	Produto acondicionado em embalagens plásticas intactas. O produto deve estar seco, livre de umidade. Prazo de validade mínimo: 6 meses a partir da data de entrega.	5	Kg	GR	14,00	70,00
Amido de milho	Composição nutricional (média) por 20g de produto: 69 Kcal e 17g de carboidratos. Embalagens de 500g até 1 kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	30	Kg	APTI	5,85	175,50
Arroz parabolizado	Longo e fino, tipo 1. Embalagens de 5 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	300	Kg	D' AVO	3,50	1.050,00

Arroz integral	Do tipo integral. Embalagens de 1 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	50	Kg	KIARROZ	5,60	280,00
Feijão preto	Selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.	50	Kg	VO TITA	8,00	400,00
Feijão branco	Selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.	20	Kg	CAROL	14,00	280,00
Feijão carioca	Selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.	20	Kg	VO TITA	8,50	170,00
Feijão vermelho	Selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.	20	Kg	MAE VEIA	9,50	190,00
Grão de bico	Embalagem de 500 g. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 4 meses, informação nutricional e ingredientes.	10	Kg	JUREIA	10,50	105,00
Lentilha	Embalagem contendo 500 g do produto. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	15	Kg	CAROL	14,00	210,00
Sal refinado iodado	Embalagens de até 1 kg, apresentado complementação de iodo.	50	Kg	CRISSAL	1,50	75,00
Sal temperado	Embalagens de 1 Kg.	10	Kg	NONA ROSA	4,20	42,00
Vinagre de maçã	Embalagens de até 5 litros. Apresentar rótulo nutricional.	15	Lts	CHEMIM	2,80	42,00
Vinagre colonial	Embalagens de até 5 litros. Apresentar rótulo nutricional.	25	Lts	NONO MORO	3,40	85,00
Vinagre branco	Embalagens de até 5 litros. Apresentar rótulo nutricional.	15	Lts	CHEMIM	2,10	31,50
Valor Total Lote 1						4.500,00
LOTE 03						
Coco ralado sem açúcar	Desidratado. Embalagens de até 100g, isento de açúcar, flocos finos.	8	Kg	APTI	36,00	288,00
Creme de leite do tipo UHT	Embalagens (caixinha) de até 395g.	8	Kg	TIROL	14,00	112,00
Leite condensado	Embalagens (caixinha) de até 395mg.	12	Kg	TIROL	14,00	168,00

Extrato de tomate	Embalagens de 300g a 1Kg (lata ou embalagem tetra park). Ingredientes apresentados: tomate, açúcar e sal. Composição nutricional média por 100g de produto: 70Kcal, 3g de fibras e no máximo 440mg de sódio. Isento de gordura trans. Deve apresentar um bom rendimento.	50	Kg	ELEFANTE	11,80	590,00
Fermento químico em pó	Embalagem de 100g.	3	Kg	APTI	32,00	96,00
Doce de leite em pasta	Embalagens de 1 Kg com no máximo 5g de gorduras saturadas por 100g de produto. Isenção de gordura trans. Apresentar selo de Registro no Ministério da Agricultura e Selo SIF.	15	Kg	OLIVEIRA	13,00	195,00
Doce de frutas	Doce pastoso de frutas, de sabores variados, em potes plásticos com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção. Prazo de validade mínimo: 6 meses a partir da data de entrega.	5	Kg	INCOTRIL	11,40	57,00
Mel de abelha	Mel de abelha natural puro, sem conservantes e aditivos, com registro.	5	Kg	EXTRAMEL	22,00	110,00
Margarina vegetal com sal	Embalagens de até 1 kg, hermeticamente fechadas, resfriado até 16° C. Deve constar na embalagem: data de fabricação: máximo 30 dias e registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA. Percentual de gordura saturada menor que 70%. Livre de gordura trans.	20	Kg	CLAYBOM	9,40	188,00
Sagu	Classe pérola, tipo 1, isento de glúten. Embalagens de 500g.	60	Kg	SEVENHANI	9,50	570,00
Milho para canjica (branca)	Canjica branca, tipo 1. Embalagens de 500g.	30	Kg	JUREIA	9,50	285,00
Milho para pipoca	Classe amarelo, tipo 1, grupo dura. Embalagens de 500g.	5	Kg	SEVENHANI	7,80	39,00
Milho verde congelado	Embalagens de 400g à 500g. Produto congelado, não sendo aceito enlatados. Sem aditivos e conservantes.	25	Kg	LAR	18,40	460,00
Ervilha do tipo congelada	Embalagens de 400g à 1 Kg. Produto congelado, não sendo aceito enlatados. Manutenção em temperatura de -12°C.	25	Kg	LAR	18,40	460,00
Óleo de Soja	Embalagens em latas de 900ml.	70	Und	COAMO	5,20	364,00
Azeite de oliva	Azeite prensado a frio, extra virgem, embalagens em vidros verdes escuros de 500ml. Com acidez máxima de 0,5%.	12	Litros	DOM FIORELLO	44,00	528,00
Sardinha enlatada em óleo	Conservação em óleo, enlatados contendo até 250g do produto (peso líquido).	8	Kg	GOMES DA COSTA	30,00	240,00
Valor Total Lote 3						4.750,00
LOTE 05						
Gelatina em pó (sabores diversos)	Embalagens de 1 kg, com rendimento de 34 porções de 200ml. Apresentando Corante Natural, não artificial.	40	Kg	BOA SAFRA	13,40	536,00
Pó para o preparo de pudim (sabores diversos)	Embalagens de até 1 Kg. Rendimento 18,5 porções de 200ml. Com corantes naturais, não artificiais.	60	Kg	BOA SAFRA	13,90	834,00
Leite em pó integral instantâneo	Embalagens de 400g. Rendimento médio para 400g: 3 litros. Composição nutricional: 7g proteína em média e até 100mg de sódio por porção de 26g de produto. Isento de gordura trans. Observação: Não serão aceitos produtos adoçados, com alto taxa de açúcar.	20	Kg	TIROL	35,50	710,00
Leite de soja em pó sem lactose	Latas de 300g. Rendimento médio de 10 porções de 200 ml.	5	Kg	SOYMILKE	56,00	280,00
Valor Total Lote 5						2.360,00
LOTE 06						
Canela em pó	Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	0,200	Kg	GR	145,00	29,00
Canela em rama	Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	0,300	Kg	GR	135,00	40,50
Cravo da Índia	Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	0,300	Kg	GR	145,00	43,50

Colorau	Embalagens de no máximo até 500g. Composição nutricional (média) de Sódio: 220mg de sódio/20g de produto.	1,500	Kg	GR	14,00	21,00
Noz moscada moída	Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	0,200	Kg	GR	160,00	32,00
Orégano	Embalagem contendo 100g do produto, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	2	Kg	GR	73,00	146,00
Pimenta do reino	Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	0,050	Kg	GR	160,00	8,00
Valor Total Lote 6					320,00	
LOTE 09						
Cereal do tipo granola	Embalagens de 250g até 1Kg. Isento de gordura trans. Composição média por porção de 40g: até 20mg de sódio e no mínimo 2g de fibras.	20	Kg	VITAO	20,50	410,00
Cereal matinal com açúcar	Flocos de milho com açúcar, do tipo "Sucrilhos". Embalagens de até 1 Kg. Composição nutricional (média) por porção de 30g: 110Kcal, 12g de açúcares e 200mg de Sódio.	25	Kg	ALCAFOODS	18,50	462,50
Cereal matinal de milho sabor chocolate	Enriquecido com vitaminas e minerais. Embalagem plástica contendo 1 kg do produto. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	15	Kg	ALCAFOODS	21,50	322,50
Cereal Infantil para complementar alimentação da criança	Cereal infantil tipo "Mucilon" sabores mistos: arroz, milho, multi cereais e arroz com aveia. Latas de 400g ou sachês de 230g.	6	Kg	NUTRIMENTAL	34,50	207,00
Semente de linhaça	Embalagens de 200g até 500g. Produto não moído. Sementes inteiras, contendo 3g de fibras por porção de 15g.	1	Kg	JUREIA	13,75	13,75
Semente de gergelim	Embalagens de 200g até 500g. Produto não moído. Sementes inteiras.	1	Kg	CAROL	22,75	22,75
Aveia em flocos	Flocos finos, embalagens de 250g até 500g, contendo em média 3g de fibras por porção de 30g. Isento de sódio e gordura trans.	4	Kg	VITAO	17,50	70,00
Proteína texturizada de soja	Tamanho médio e isento de sódio. Embalagens de 400g até 1 Kg.	2	Kg	VITAO	18,00	36,00
Farinha de aveia	Contendo em média, por 50g de porção, 3g de fibras e até 15g de sódio. Embalagens de 250g até 500g.	3	Kg	VITAO	18,50	55,50
Farinha láctea	Embalagens de 250g até 500g. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 4 meses, informação nutricional e ingredientes.	4	Kg	NUTRIMENTAL	37,50	150,00
Valor Total Lote 09					1.750,00	
LOTE 11						
Suco concentrado sabor de uva	Embalagens de até 5 litros. Rendimento para suco: 1 porção do suco e 4 porções de água. Apresentando rótulo nutricional, data de fabricação e validade. Observação: O suco deverá ser concentrado, como uma polpa com alto rendimento, e não serão aceitos sucos integrais e de menor rendimento.	35	Lts	SABORE	22,00	770,00
Suco integral (natural) diversos sabores	Embalagens de até 2 litros, com rendimento de 1 porção de suco e até 9 porções de água. Apresentar Rótulo Nutricional de acordo com a legislação vigente, bem como data de fabricação e prazo de validade.	15	Lts	MAGUARY	14,00	210,00
Valor Total Lote 11					980,00	
LOTE 12						

Bebida Láctea fermentada (diversos sabores)	Embalagens de 1 litro. Composição nutricional (média) por porção (30g): 130 Kcal, 3,4g gorduras totais e no máximo 1g de gordura trans. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto, prazo de validade e 15 dias da data de entrega do produto, prazo de validade e informação nutricional.	500	Lts	TIROL	4,90	2.450,00
Iogurte sem lactose (diversos sabores)	Garrafinhas de 170 ml sabores diversos.	20	Lts	TIROL	14,80	296,00
Leite integral UTH Longa Vida	Embalagens de 1 litro, com uma média de 3% de gordura.	1200	Lts	TIROL	4,30	5.160,00
Leite sem lactose	Caixas de 1 litro. Produto sem lactose, mas não a base de soja.	80	Lts	TIROL	5,60	448,00
Leite de soja original sem sabor	Caixas de 1 litro. Produto sem lactose, a base de soja.	5	Lts	SOY	9,20	46,00
Valor Total Lote 12						8.400,00
LOTE 13						
Carne bovina – coxão mole – bife de 1ª. - fresca	Cor vermelho cereja-brilhante, elástica e firme, macia, sem gordura aparente, fresca e odor agradável. Embalada em plástico de polietileno contendo 1 Kg cada. Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	50	Kg	SALTO VELOSO	27,90	1.395,00
Carne bovina – acém	Cor vermelho cereja-brilhante, elástica e firme, macia, sem gordura aparente, fresca e odor agradável. Embalada em plástico de polietileno contendo 1 Kg cada. Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	50	Kg	SALTO VELOSO	18,90	945,00
Carne bovina – músculo - fresca	Cor vermelho-cereja brilhante, macio e odor agradável. Embalado em plástico de polietileno contendo 1 Kg cada. Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	50	Kg	SALTO VELOSO	17,40	870,00
Carne bovina moída de 1ª - fresca	Cor vermelho-cereja brilhante, macio e odor agradável. Embalado em plástico de polietileno contendo 1 Kg cada. Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	160	Kg	SALTO VELOSO	22,95	3.672,00
Carne bovina do tipo bisteca de 1ª - fresca	Embalagens de polietileno de 1 Kg. Observação: Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	40	Kg	SALTO VELOSO	17,45	698,00
Carne suína do tipo bisteca suína – fresca	Embalagens de polietileno de 1 Kg. Observação: Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	30	Kg	SALTO VELOSO	14,00	420,00
Carne do tipo linguiçinha	Embalagens de polietileno de 1 Kg. Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	50	Kg	FRIMESA	14,40	720,00
Carne suína do tipo costelinha suína – fresca	Embalagens de polietileno de 1 Kg. Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	80	Kg	SALTO VELOSO	13,40	1.072,00
Carne bovina – costela	Cor vermelho cereja-brilhante, elástica e firme, macia, sem gordura aparente, fresca e odor agradável. Embalada em plástico de polietileno contendo 1 Kg cada. Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	50	Kg	SALTO VELOSO	18,90	945,00
Coxa e sobrecoxa de frango picado	Congeladas, embalagens de até 1 Kg (plásticas). Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	180	Kg	AGROVENETO	7,80	1.404,00
Drumete de frango	Congeladas, embalagens de até 1kg (plásticas). Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	80	Kg	SADIA	13,40	1.072,00
Peito de frango sem osso tipo sassami	Produto congelado, acondicionado em embalagens de 1 kg. Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	180	Kg	AGROVENETO	13,95	2.511,00

Linguiça calabresa	Congeladas, embalagens de até 1kg (plásticas). Observação: Não serão aceitas peças acima de 1 kg. Deve constar a data de fabricação, validade, fornecedor e peso. Registro no SIF.	20	Kg	SEARA	21,90	438,00
Carne lombo fatiado	Carne de lombo fatiada, preparada do lombo suíno. Elaborado com matérias primas selecionadas. Embalagens de polietileno de 1 Kg. Deve constar: data de fabricação/validade e peso. Registro no SIF. Entregue e acondicionada em adequada temperatura.	30	Kg	FRIGUZZI	20,80	624,00
Carne suína moída	Carne suína tipo iscas, preparadas de cortes suínos. Elaborado com matérias primas selecionadas. Embalagens de polietileno de 1 Kg. Deve constar: data de fabricação/validade e peso. Registro no SIF. Entregue e acondicionada em adequada temperatura.	20	Kg	FRIGUZZI	17,90	358,00
Salsicha do tipo hot dog	Temperatura de conservação -12º. C. Embalagens de 5 kg, apresentando selo do SIF e no máximo 700mg de Sódio e 9g de gorduras totais por porção (50g = 1 unidade de salsicha).	80	Kg	PERDIGAO	9,45	756,00
Valor Total Lote 13						17.900,00
LOTE 14						
Queijo fatiado	Embalagens individuais de até 500g. Fatiado: fatias finas (média de 15g) e inteiras. Não apresentar "restos" e em pedaços das peças inteiras.	30	Kg	WAGNER	33,90	1.017,00
Queijo ralado do tipo parmesão	Embalagens individuais de 200g, contendo até 250 mg de sódio por porção (10g).	3	Kg	IPANEMA	55,30	165,90
Presunto fatiado	Embalagens individuais de até 500g. Fatiado: fatias finas (média de 15g) e inteiras. Não apresentar "restos" e em pedaços das peças inteiras.	30	Kg	JCW	33,90	1.017,00
Valor Total Lote 14						2.199,90
LOTE 15						
Repolho roxo	Tipo roxo, fresco de 1ª qualidade, tamanho pequeno. Consistente, sem danos mecânicos ou lesões causadas por doenças e/ou ataque de pragas.	30	Kg	IN NATURA	2,50	75,00
Valor Total Lote 15						75,00
LOTE 16						
Abacate	Casca íntegra, amolecido internamente, pronto para o consumo. Sem batidas e prontos escurecidos. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	25	Kg	IN NATURA	7,92	198,00
Abacaxi pérola	Casca íntegra, sem amassados.	200	Kg	IN NATURA	8,15	1.630,00
Laranja doce Valência	Casca íntegra e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	100	Kg	IN NATURA	5,65	565,00
Mamão formosa	Casca fina, lisa, amarela, sem manchas e amassados, polpa macia. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira. Não apresentar machucados, batidas e fungos. Tamanho médio.	300	Kg	IN NATURA	6,75	2.025,00
Manga	Casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira. Unidades médias e íntegras. Adocicadas.	160	Kg	IN NATURA	7,70	1.232,00
Valor Total Lote 16						5.650,00
LOTE 17						
Ovos frescos	Embalagens de bandejas com no máximo 30 unidades.	40	Dz	CORRENT	5,25	210,00
Valor Total Lote 17						210,00
Valor total R\$						49.094,90

Devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias, orçamento 2017:

Unidade Gestora:

2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:10 - Alimentação Escolar

Ação:2.31 - PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Despesa 108 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 89.000,00

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:301 - Atenção Básica  
Programa:10 - Alimentação Escolar  
Ação:2.31 - PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
Despesa 109 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 5.362,70  
Fonte de recurso: 137 - Outras Transferências FNDE

2.1 O pagamento será efetuado até o 5º após a apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da entrega, os produtos não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

3.1 O contrato vigorará da data da assinatura do contrato até 01/08/2017, ou em data anterior, caso haja a entrega total dos produtos.

3.2 Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na unidade escolar do Município, de forma parcelada e de acordo com cronograma fornecido pela Secretaria Municipal da Educação, através da Nutricionista.

3.3 Todas as despesas com a entrega e descarregamento correrão por conta da proponente.

3.4 Os produtos cotados deverão atender as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, inclusive quanto às embalagens e rótulos, na forma da legislação em vigor;

3.5 Os gêneros alimentícios deverão ser cuidadosamente selecionados e embalados. Os responsáveis pela manipulação da alimentação escolar estão autorizados a não aceitar produtos que não cumpram estas exigências. Persistindo esta prática, o contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei no. 8.666/1993.

3.6 Os produtos de caráter semanal (frutas e verduras) devem ser pesados e etiquetados adequadamente para aferição e controle pelos manipuladores de alimentos;

3.7 Os produtos deverão ser entregues à pessoa designada pela Secretaria de Educação, ou seja, as merendeiras responsáveis pela cozinha das escolas, SEMPRE no primeiro horário da manhã (até às 9:00 horas). As frutas serão utilizadas, normalmente, a partir das quartas-feiras, e as verduras, a grande maioria, a partir das segundas-feiras;

#### CLÁUSULA QUARTA – CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
3. Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para execução do contrato.

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

Parágrafo Segundo. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização, o acompanhamento na execução do contrato por meio do Gestor/Fiscal do Contrato (Secretária da Educação), devendo esta fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

#### CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Efetuar as vendas em conformidade com o Edital e este contrato;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III. Relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;
- IV. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;
- V. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- VI. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- VII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.
- VIII. Entregar produtos/Gêneros de ótima qualidade.

5.2 Os produtos consumíveis não poderão ter prazo de validade inferior a 5 (cinco) meses, salvo outro prazo estabelecido pelo fabricante.

5.3 Os produtos alimentícios deverão ser entregues em embalagem industrial e original, com etiqueta de registro perante o Ministério da Agricultura, vedada qualquer manipulação, bem como não poderão estar rasgadas, amassadas e com ferrugem.

5.4 Fica vedada a entrega de frango e/ou qualquer produto de origem animal "caipira". A carne bovina deverá possuir atestado e registro de inspeção sanitária (SIF).

5.5 As Frutas e verduras deverão apresentar ótima qualidade – Frutas com maturação “no ponto” e verduras e legumes “frescas”.

#### CLAUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

#### CLAUSULA SÉTIMA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

7.1 O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de Pregão nº 005/2017, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

7.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

7.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA NONA: DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de março de 2017

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

**CONTRATO 111/2017**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 111/2017.

Termo de Contrato, REFERENTE MANUTENÇÃO TRATOR VALTRA, autorizado através do Processo nº 091/2017, Dispensa de Licitação nº. 053/2017

**CONTRATANTE:**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: PEDRO RABUSKE

**CONTRATADA:**

DRESCH E CIA LTDA

CNPJ: 86.547.940/0001-10

Endereço: Rodovia SC 453, KM 58, Dois Pinheiros, Videira/SC

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto do presente REFERENTE REFERENTE MANUTENÇÃO TRATOR VALTRA, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 2.957,13 (dois mil novecentos e cinquenta e sete reais e treze centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função:20 - Agricultura

Subfunção:606 - Extensão Rural

Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural

Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA

Despesa 144

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA**

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA FINAL DA IMPLANTAÇÃO DAS PEÇAS E MANUTENÇÃO DO VEÍCULO.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

**4.8. PENALIDADES**

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
  - Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
  - Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
  - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
  - Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.
- Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o

retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 03 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO

CONTRATADA  
DRESCH CIA LTDA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

### CONTRATO 112/2017

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 112/2017

Termo de Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa PARANA EQUIPAMENTOS S A , autorizado através do Processo n.092/2017, Licitação n. 054/2017, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

#### CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

#### CONTRATADA:

Empresa: PARANA EQUIPAMENTOS S A

CNPJ-MF n.º.76.527.951/0008-51

Endereço: OTR ACESSO PLINIO ARLINDO DE NES, Nº 2133-D, BAIRRO ELDORADO

CHAPECO – CEP 89810-300

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa de Licitação nº 092/2017, datado de 06/03/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE PEÇAS, sendo:

Item	Qnt.	Produto	Valor/hora/unit	Valor total
01	4	ELEMENTO	R\$ 125,85	R\$ 503,40
02	4	FILTRO	R\$ 131,25	R\$ 525,00
03	2	FILTRO	R\$ 64,62	R\$ 129,24

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

2.1 Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função:26 - Transporte

Subfunção:782 - Transporte Rodoviário

Programa:23 - Estradas Vicinais

Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Despesa 224

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 339 – FEP

2.2 O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento

definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 054/2017 – modalidade dispensa de licitação, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1 Advertência;

10.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2 As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 21 de março de 2017

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

PARANA EQUIPAMENTOS S A

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

#### CONTRATO 113/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 113/2017

Termo de Contrato de LIMPEZA FOSSA SEPTICA celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA – ME , autorizado através do Processo n. 093/2017, Licitação n. 055/2017, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME

CNPJ-MF n.º.00.553.801/0001-84

Endereço: Rua João Foresti, nº 12, Bairro Bom Jesus, Caçador – SC, 89500-000

Em conformidade com o processo de dispensa de licitação nº 055/2017, datado de 06/03/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 2.785/07, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições

da Licitação nº 055/2017, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA de mão de obra mecânica especializada (Homem/hora).

Qnt.	Produto	Valor/hora/ unit	Valor total
4 HORAS	SERVIÇO DE HIDRO JATO PARA DESOBSTRUÇÃO DE TUBULAÇÕES	R\$ 400,00	R\$ 1.600,00
1	DESLOCAMENTO	R\$ 500,00	R\$ 500,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

2.1 Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:26 - Transporte  
Subfunção:782 - Transporte Rodoviário  
Programa:23 - Estradas Vicinais  
Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
Despesa 150  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinarios

2.2 O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista.

2.5. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término com a efetivação dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- 5.1.1. Executar os serviços contratados em estrita conformidade com este Contrato;
- 5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 5.1.3. Relacionar-se com o CONTRATANTE exclusivamente por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;
- 5.1.4. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;
- 5.1.5. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 5.1.6. Manter, quando nas dependências do CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança;
- 5.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;
- 5.1.8. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 5.1.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

5.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

5.3 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.4 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 055/2017 – modalidade dispensa de licitação, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1 Advertência;

10.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;  
10.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;  
10.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2 As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 06 de março de 2017.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - ME

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

#### CONTRATO 114/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2017

Termo de Contrato de SERVIÇO DE ROMPEDOR, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa VIDETER TERRAPLENAGENS LTDA – EEP, autorizado através do Processo n.º 090/2017, Licitação nº 052/2017, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: VIDETER TERRAPLENAGENS LTDA - EEP

CNPJ n.º. 01.323.668/0001-32

Endereço: Rua Luiz Carlos Machienavie, nº 70, sala 1, Bairro Universitário, Videira – SC, 89560-000

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Fornecimento de serviço de rompedor para a Secretaria de Transportes e Obras, deste município.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço total de R\$ 2.310,00 (dois mil trezentos e dez reais), devendo a despesa correr à Conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função:26 - Transporte

Subfunção:782 - Transporte Rodoviário

Programa:23 - Estradas Vicinais

Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Despesa 224

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 339 – FEP

2.2 - O pagamento será efetuado até o 5º após a apresentação da Nota Fiscal.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

a) Início: data da assinatura.

b) Término: entrega total dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

##### 4.1. DAS PENALIDADES

##### DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Se a CONTRATADA descumprir as condições deste Contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

4.2– Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Município de Pinheiro Preto, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

4.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

4.4 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### 4.1 – DA RESCISÃO

4.1 – O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n.8666/93.

4.2 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

#### V - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

5.1 - O presente contrato está vinculado à dispensa de licitação oriunda processo nº 062/2017, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§1º - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

#### VI - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

7.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 02 de março de 2017.

MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
VIDETER TERRAPLENAGENS LTDA - EEP

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

#### CONTRATO 115/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 115/2017

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE ARMARIO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa GILSON GOMES BRESCINI 03486375946, autorizado através do Processo n.º 094/2017, Licitação nº 056/2017, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: GILSON SOMES BRESCIANI 03486375946  
CNPJ n.º. 25.680.990/0001-87  
Endereço: Rua Linha Santa Catarina, sn, Bairro Rural Tangara, Tangara – SC, 89642-000

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Fornecimento de armário para a sede do Corpo de Bombeiros.

§ 1º O objeto deste contrato deverá ser entregue no prazo máximo de 24 horas após o recebimento da autorização de fornecimento pela contratada.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço total de R\$ 2.980,00 (dois mil novecentos e oitenta reais), devendo a despesa correr à Conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:6 - Segurança Pública  
Subfunção:182 - Defesa Civil  
Programa:4 - Segurança Municipal  
Ação:2.24 - MANUTENÇÃO DO FUNREBOM  
Despesa 105  
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

2.2 - O pagamento será efetuado até o 5º após a apresentação da Nota Fiscal.

Parágrafo único. As entregas deverão ser efetuadas em uma única vez, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

- a) Início: data da assinatura.
- b) Término: 31/12/2017.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.****4.1. DAS PENALIDADES****DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

4.1 - Se a CONTRATADA descumprir as condições deste Contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

4.2- Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Município de Pinheiro Preto, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

4.3 - Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

4.4 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

**4.1 - DA RESCISÃO**

4.1 - O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n.8666/93.

4.2 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

**V - VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

5.1 - O presente contrato está vinculado à dispensa de licitação oriunda processo nº 062/2017, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§1º - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

**VI - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei

Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

**VII - DISPOSIÇÕES FINAIS**

7.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

7.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 06 de março de 2017.

MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
GILSON GOMES BRESCINI 03486375946

**TESTEMUNHAS:**

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

**CONTRATO 116/2017**

CONTRATO ADMINISTRATIVO  
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE  
SERVIÇOS TÉCNICOS GENERALIZADOS N.º: 116/2017

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS GENERALIZADOS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e SÉRGIO CARLESSO, autorizado através da Licitação nº 026/2017, Processo Administrativo nº. 056/2017 modalidades PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADO: SÉRGIO CARLESSO  
CPF n.º.: 049.806.078-02  
Endereço: Rua Lage Grande, 11, Centro  
Tangará/SC – CEP: 89542-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 026/2017, homologado em 08 de março de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Prestação de serviços técnicos especializados – professor de canto para alunos de educação infantil e educação fundamental – 1º ao 5º ano da rede municipal de ensino.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste

instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço MENSAL de R\$ 1774,00 (um mil setecentos e setenta e quatro reais), devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora:

2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINAN-CAS

Função:4 - Administração

Subfunção:122 - Administração Geral

Programa:3 - Administração Geral

Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Despesa 99

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinarios

2.2 - O pagamento será efetuado até o 5º após a apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

3.1 Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ da data da sua assinatura até o dia 10/12/2017.

3.1.1. O Contrato será fiscalizado pelo servidor Veronice Fritzen.

3.2. Os serviços a serem prestados consistirão:

3.2.1. Aulas de canto para as crianças da educação infantil e do ensino fundamental de 1ª a 5ª séries.

3.2.2. As aulas serão ministradas nas quartas-feiras e nas quintas – feiras, de acordo com o horário da Secretaria Municipal de Educação.

3.3. O profissional deverá cumprir carga horária de 12:00 horas semanais.

Parágrafo único. Havendo interesse e necessidade pública, referidos horários poderão ser alterados.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

5.1.1. Executar os serviços contratados em estrita conformidade com o Edital e o Contrato;

5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

5.1.3. Relacionar-se com o CONTRATANTE exclusivamente por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;

5.1.4. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;

5.1.5. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

5.1.6. Manter, quando nas dependências do CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança;

5.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;

5.1.8. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

5.1.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

5.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

5.3 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.4 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os

vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de Pregão nº 026/2017, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, Edital de licitação 025/2016, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

8.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 A rescisão do contrato poderá ser:

8.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

8.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

8.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.1.1 Advertência;

9.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

9.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

9.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

9.2 As sanções previstas nos itens 9.1.3 e 9.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

9.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Este contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 08 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO

SÉRGIO CARLESSO

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

### CONTRATO 117/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA N.º: 117/2017.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, entrega imediata, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa Tepel Comercio de Produtor Alimentícios LTDA, autorizado através do Processo n.º 026/2017, Licitação nº 012/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: Tepel Comercio de Produtor Alimentícios LTDA

CNPJ-MF n.º. 07.930.192/0001-84

Endereço: Rua XV de novembro

Em conformidade com o Pregão 012/2017 e homologado em data de 13 de março de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 Fornecimento de material de limpeza para a Secretaria Municipal de Educação de Pinheiro Preto, nas quantidades e custos abaixo



discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
05	Espanja de louça	150 und	ALKLIN	R\$ 0,90	R\$ 135,00
06	Saco para Lixo versátil, 100 litros, 75 cm X 1,05 cm, – pacote com 25 unidades.	100 pacotes	VERSATIL	R\$ 9,10	R\$ 910,00
10	Álcool etílico 92%- - 1 litro	300 und	DA ILHA	R\$ 6,10	R\$ 1.830,00
12	Cera líquida, incolor - 750 ml	30 und.	GIOCA	R\$ 7,80	R\$ 234,00
14	Papel toalha cor branco de boa qualidade c/1000 fls	180 fardos	DELLY	R\$ 7,85	R\$ 1.413,00
18	Sabão em pó – embalagens de 1kg	150 und.	BRILHANTE	R\$ 7,85	R\$ 1.177,50
20	Desengraxante removedor de sujeira – galão 5 litros	100 und.	JJ	R\$ 22,00	R\$ 2.200,00
26	Alvejante sem cloro - para roupa colorida – 5 litros	40 und.	JJ	R\$ 19,50	R\$ 780,00
27	Sabão liquido lava roupas – galão de 5 litros	40 und.	JJ	R\$ 17,50	R\$ 700,00
28	Amaciante galão de 5 litros	15 und.	ENVOLV	R\$ 13,85	R\$ 207,75
31	Escova Sanitária com suporte	10 und.	SANILUX	R\$ 11,00	R\$ 110,00
				VALOR TOTAL:	R\$ 9.697,25

1.2 O objeto deste contrato deverá ser entregue no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, na sede Administrativa do Município.

1.3 O pagamento do preço será autorizado após a verificação, pela Secretaria da Educação, de estarem os produtos na forma prevista no Edital da Licitação.

1.4 Se o material não estiver em conformidade com o Edital, será devolvido à Contratada, às expensas deste, para que, no prazo improrrogável de 24 horas, efetue a troca, sob pena de rescisão contratual e aplicação de penalidade.

## CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço total de R\$ 9.697,25(Nove mil seiscentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos), devendo a despesa correr à Conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto  
 Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
 Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA  
 Função: 12 - Educação  
 Subfunção: 361 - Ensino Fundamental  
 Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional  
 Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
 Despesa 116  
 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

2.2 - O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à entrega, após a apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

## CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

Para fins de execução, o contrato vigorará da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do material.

## CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

5.1.1. Executar os serviços contratados em estrita conformidade com o Edital e o Contrato;

5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

5.1.3. Relacionar-se com o CONTRATANTE exclusivamente por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;

5.1.4. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;

5.1.5. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

5.1.6. Manter, quando nas dependências do CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança;

5.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;

5.1.8. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

5.1.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

5.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

5.3 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.4 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

6.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

6.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

6.3 A rescisão do contrato poderá ser:

6.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

6.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

6.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

7.1.1 Advertência;

7.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

7.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

7.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

7.2 As sanções previstas nos itens 7.1.3 e 7.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

7.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA OITAVA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

8.1 O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de Pregão nº 012/2017, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

#### CLÁUSULA NONA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC 13 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

#### **CONTRATO 118/2017**

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA N.º: 118/2017.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, entrega imediata, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa Cor e Arte Comercio e Distribuidora LTDA, autorizado através do Processo n.º 026/2017, Licitação nº 012/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: Cor e Arte Comercio e Distribuidora LTDA  
CNPJ-MF n.º. 05.758.684/0001-09  
Endereço: Rua Severino Slongo  
Representada por: Roberto Antonio Tessaro.

Em conformidade com o Pregão 012/2017 e homologado em data de 13 de março de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1 Fornecimento de material de limpeza para a Secretaria Municipal de Educação de Pinheiro Preto, nas quantidades e custos abaixo discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	Detergente de louças - galão de 5 litros	50 und.	Lhe/molhe	R\$ 12,90	R\$ 645,00
02	Água sanitária - galão de 5 litros	150 und	Lhe/molhe	R\$ 9,80	R\$ 1.470,00
03	Desinfetante aromatizado- galão de 5 litros, aromas: Floral, Lavanda, Jasmim, Erva doce;	140 und	Lhe/molhe	R\$ 11,00	R\$ 1.540,00
04	Querosene - 900ml	50 und.	Guanabara	R\$ 10,00	R\$ 500,00
07	Saco para Lixo versátil, 30 litros - pacote com 50 unidades.	20 pacotes	Plastical Laire	R\$ 8,10	R\$ 162,00
08	Saco para Lixo versátil, 15 litros - pacote com 100 unidades.	20 pacotes	Plastical Laire	R\$ 8,20	R\$ 164,00
11	Sapólio Líquido	80 unidades	Sany Radium	R\$ 4,40	R\$ 352,00
15	Papel Higiênico, boa qualidade, branco, rolo grande com 300mt-sx10mts	100 rolos	Bela Vista	R\$ 3,35	R\$ 335,00
16	Sabonete líquido galão de 5 litros	10 und.	Mazzo/lhe	R\$ 20,45	R\$ 204,50
17	Vassoura Nylon 30cm c/cabo de madeira plastificado 120cm	15 und	Super fort Incavas	R\$ 5,90	R\$ 88,50
19	Álcool gel 70% - 500 ml	70 und.	Tupi/Mega	R\$ 5,35	R\$ 374,50
21	Rodo plástico borracha dupla 40cm	10 und.	Inçavas R&P /Odin	R\$ 4,65	R\$ 46,50
22	Isqueiros	20 und	Bic	R\$ 5,25	R\$ 105,00
23	Fósforo caixa grande	15 und.	Gaboardi	R\$ 2,20	R\$ 33,00
24	Copo descartável 180ml transparente caixa com 2.500 copos (25X100)	6 cx	Coposul	R\$ 75,30	R\$ 451,80
25	Copo descartável 50ml transparente caixa com 2.500 copos (25X100)	04 cx	Coposul cristal	R\$ 41,00	R\$ 164,00
29	Grampo de roupas de madeira pacote c/ 12 unidades	10 und.	Gaboardi	R\$ 1,96	R\$ 19,60
30	Escova Lava Roupa Oval Plástica sem cabo	05 und.	Companheira Incavas	R\$ 2,33	R\$ 11,65
				VALOR TOTAL:	R\$ 6.667,05

1.2 O objeto deste contrato deverá ser entregue no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, na sede Administrativa do Município.

1.3 O pagamento do preço será autorizado após a verificação, pela Secretaria da Educação, de estarem os produtos na forma prevista no Edital da Licitação.

1.4 Se o material não estiver em conformidade com o Edital, será devolvido à Contratada, às expensas deste, para que, no prazo improrrogável de 24 horas, efetue a troca, sob pena de rescisão contratual e aplicação de penalidade.

**CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E PAGAMENTO**

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço total de R\$6.667,05 (seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais e cinco centavos), devendo a despesa correr à Conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto  
 Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
 Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA  
 Função: 12 - Educação  
 Subfunção: 361 - Ensino Fundamental  
 Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional  
 Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
 Despesa 116

### 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

2.2 - O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à entrega, após a apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

### CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

Para fins de execução, o contrato vigorará da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do material.

### CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

5.1.1. Executar os serviços contratados em estrita conformidade com o Edital e o Contrato;

5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

5.1.3. Relacionar-se com o CONTRATANTE exclusivamente por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;

5.1.4. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;

5.1.5. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

5.1.6. Manter, quando nas dependências do CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança;

5.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;

5.1.8. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

5.1.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

5.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

5.3 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.4 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

### CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

6.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

6.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

6.3 A rescisão do contrato poderá ser:

6.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

6.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

6.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

7.1.1 Advertência;

7.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

7.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

7.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

7.2 As sanções previstas nos itens 7.1.3 e 7.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

7.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA OITAVA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

8.1 O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de Pregão nº 012/2017, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

#### CLÁUSULA NONA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC 13 de março de 2017.

MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

**CONTRATO 120/2017****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 120/2017**

Termo de Contrato de SONDAGEM celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa SONDAOESTE SONDAGENS E GEOLOGIA LTDA, autorizado através do Processo n. 096/2017, Licitação n. 057/2017, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: SONDAOESTE SONDAGENS E GEOLOGIA LTDA

CNPJ-MF n.º.82.092.842/0001-85

Endereço: Rua Nicacio Portela Diniz, nº 469 letra D, Bairro Jardim Italia, Chapeco- SC, 89802-400

Em conformidade com o processo de dispensa de licitação nº 057/2017, datado de 08/03/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**INTRODUÇÃO**

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 2.785/07, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 057/2017, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO de sondagem geológica, pelo preço de R\$ 3.595,00 ( três mil, quinhentos e noventa e cinco reais ).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

2.1 Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:26 - Transporte  
Subfunção:782 - Transporte Rodoviário  
Programa:23 - Estradas Vicinais  
Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
Despesa 150  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinarios

2.2 O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista.

2.5. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA**

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término com a efetivação dos serviços.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;  
4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;  
4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;  
4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;  
4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

5.1.1. Executar os serviços contratados em estrita conformidade com este Contrato;  
5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;  
5.1.3. Relacionar-se com o CONTRATANTE exclusivamente por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;

5.1.4. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;

5.1.5. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

5.1.6. Manter, quando nas dependências do CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança;

5.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;

5.1.8. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

5.1.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

5.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

5.3 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.4 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 057/2017 – modalidade dispensa de licitação, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a

Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1 Advertência;

10.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a

Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2 As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 08 de março de 2017.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

SONDAOESTE SONDAGENS E GEOLOGIA LTDA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

#### CONTRATO 124/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 124/2017

Termo de Contrato de MATERIAS ELETRICOS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa LUMIPLAST LTDA – EPP, autorizado através do Processo n.º 103/2017, Licitação nº 059/2017, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

**CONTRATADA:**

Empresa: LUMIPLAST LTDA – EEP

CNPJ n.º 02.725.006/0001-51

Endereço: Rodovia SC 453, Km 55, Barracão 01, Bairro Dois Pinheiros, Videira – SC, 89560-000

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Fornecimento de materiais elétricos para a Secretaria de Educação.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço total de R\$ 3.508,02 (três mil quinhentos e oito reais e dois centavos), devendo a despesa correr à Conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA

Função:12 - Educação

Subfunção:361 - Ensino Fundamental

Programa:12 - Desenvolvimento Educacional

Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Despesa 116

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

2.2 - O pagamento será efetuado até o 5º após a apresentação da Nota Fiscal.

Parágrafo único. As entregas deverão ser efetuadas em uma única vez, no prazo de 24 horas após o recebimento da autorização de fornecimento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

a) Início: data da assinatura.

b) Término: 31/12/2017.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.****4.1. DAS PENALIDADES****DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

4.1 - Se a CONTRATADA descumprir as condições deste Contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

4.2- Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Município de Pinheiro Preto, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

4.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do

seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

4.4 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

**4.1 – DA RESCISÃO**

4.1 – O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n.8666/93.

4.2 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

**V - VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

5.1 - O presente contrato está vinculado à dispensa de licitação oriunda processo nº 062/2017, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§1º - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

**VI - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

**VII – DISPOSIÇÕES FINAIS**

7.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

7.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 15 de março de 2017

MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

LUMIPLAST LTDA – EPP

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

**CONTRATO 125/2017****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 125/2017**

Termo de Contrato de REVISÃO CAMINHÕES celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa DICAVE GARTNER DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE VEICULOS LTDA, autorizado através do Processo n.140/2017, Licitação n. 060/2017, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: DICAVE GARTNER DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE VEICULOS LTDA

CNPJ-MF nº. 83.740.456/0004-68

Endereço: Rodovia SC 355, S/N, complemento KM 54, Bairro Portal das Videiras

VIDEIRA – CEP 89560-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa de Licitação nº 060/2017, datado de 15/03/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

0.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a revisão dos caminhões de placa QHD 8705 e QHD 8715 da Secretaria de Transportes e Obras.

0.2

Item	Qnt.	Und.	Produto	Valor/hora/unit	Total
01	14	Und	Estopa	R\$ 0,27	R\$ 3,78
02	1	Und	Anel de vedação	R\$ 79,19	R\$ 79,19
03	1	Und	Fluido de freio	R\$ 38,22	R\$ 38,22
04	50	Litros	Oleo de motor	R\$ 13,68	R\$ 684,00
05	1	Und	Jogo de reparo	R\$ 638,28	R\$ 638,28
06	2	Kit	Kit de serviço	R\$ 199,88	R\$ 399,76
07	1,8	Und	Caixa de mudanças, remoção	R\$ 162,92	R\$ 293,26
08	1,9	Und	Caixa de mudanças, instalação	R\$ 162,92	R\$ 309,55
09	1,4	Hora	Retentor traseiro da arvore	R\$ 162,92	R\$ 228,09
10	1	Hora	Cilindro servo de embreagem	R\$ 162,92	R\$ 162,92
				VALOR TOTAL	R\$ 2.837,05

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

2.1 Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função:26 - Transporte

Subfunção:782 - Transporte Rodoviário

Programa:23 - Estradas Vicinais

Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Despesa 151

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 139 – FEP e Transf. Dec. Comp. Financ expl. de Rec. Naturais

2.2 O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA**

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº

8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 060/2017 – modalidade dispensa de licitação, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1 Advertência;

10.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a

Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2 As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 15de março de 2017

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

DICAVE GARTNER DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE VEICULOS LTDA

TESTEMUNHAS:

1) 2)  
Nome: Nome:  
CPF: CPF:

#### CONTRATO 126/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 126/2017

Termo de Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa EMERSON JOSE DA SILVA 84622849968, autorizado através do Processo n.106/2017, Licitação n. 061/2017, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: EMERSON JOSE DA SILVA 84622849968

CNPJ-MF n.º.11.647.132/0001-26

Endereço: Rua Luiz Vieceli, nº63, bairro São José

PINHEIRO PRETO – CEP 89570-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa de Licitação nº 106/2017, datado de 15/03/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO de mão de obra especializada (Homem/hora) para conserto no telhado da casa do idoso, incluso material para o mesmo.

Item	Produto	Valor/hora/unit
01	MÃO DE OBRA	250,00
02	MATERIAL PARA O REPARO	150,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

2.1 Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

Unidade Gestora: 4 – Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:4000 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária:4001 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção:244 – Assistência Comunitária

Programa: 5 – Assistência Social Geral

Ação: 2.26 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Despesa 11

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

2.2 O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 061/2017 – modalidade dispensa de licitação, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1 Advertência;

10.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a

Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2 As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 15 de março de 2017

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

EMERSON JOSE DA SILVA 84622849968

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

**CONTRATO 135/2017****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 113/2017**

Termo de Contrato de ANÁLISE DE SOLO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA, autorizado através do Processo n. 114/2017, Licitação n. 069/2017, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

**CONTRATANTE:**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

**CONTRATADA:**

Empresa: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA

CNPJ-MF nº.83.052.191/0010-53

Endereço: Estrada Geral, s/n, Rural, Ituporanga/SC, CEP 88.400-000.

Em conformidade com o processo de dispensa de licitação nº 069/2017, datado de 16/03/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**INTRODUÇÃO**

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 2.785/07, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 069/2017, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para ANÁLISE DE SOLO QUÍMICA BÁSICA PARA FERTILIDADE MACRO.

Qnt.	Produto	Valor/hora/unit	Valor total
50	ANÁLISE DE SOLO QUÍMICA BÁSICA PARA FERTILIDADE MACRO	R\$ 30,00	R\$ 1.500,00

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

2.1 Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Programa: 20 - Assistência Ao Produtor Rural

Ação: 2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA

Despesa 144

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

2.2 O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista.

2.5. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA**

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término com a efetivação dos serviços.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- 5.1.1. Executar os serviços contratados em estrita conformidade com este Contrato;
- 5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 5.1.3. Relacionar-se com o CONTRATANTE exclusivamente por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;
- 5.1.4. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;
- 5.1.5. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 5.1.6. Manter, quando nas dependências do CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança;
- 5.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;
- 5.1.8. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 5.1.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

5.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

5.3 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.4 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

**CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 069/2017 – modalidade dispensa de licitação, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1 Advertência;

10.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2 As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 27 de março de 2017.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

#### CONTRATO 136/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 136/2017

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE APARELHOS PARA INFORMATICA celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa L.A.CN INFORMATICA LTDA - EPP, autorizado através do Processo n.115/2017, Licitação n. 070/2017, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: L.A.CN INFORMATICA LTDA - EPP

CNPJ-MF n.º.11.924.851/0001-47

Endereço: Rua Mal Deodoro, nº 337, Bairro Centro  
CAMPOS NOVOS– CEP 89620-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa de Licitação nº 092/2017, datado de 06/03/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de aparelhos para informática.

Item	Qnt.	Produto	Valor/hora/unit	Total
01	5	UBIQUITI AIRMAX NANOSTATION LOCOM2 BR	R\$ 295,00	R\$ 1475,00
02	1	UBIQUITI AIRMAX NANOSTATION MIMO NSM2 BR	R\$ 495,00	R\$ 495,00
03	5	ROTEADOR TP-LINK WR841N 300 MBPS 4P	R\$ 94,00	R\$ 470,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

2.1 Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS  
Função:27 – Desporto e Lazer  
Subfunção:812 – Desporto Comunitário  
Programa:24 – Esporte É Vida  
Ação:2.43 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS  
Despesa 156  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 – Recursos Ordinarios

2.2 O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária

ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 070/2017 – modalidade dispensa de licitação, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1 Advertência;

10.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2 As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 16 de março de 2017

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA  
PARANA EQUIPAMENTOS S A

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

### CONTRATO 139/2017

CONTRATO DE SERVIÇO DE RECICLAGEM, INDUSTRIALIZAÇÃO E DESTINO FINAL DO LIXO DE SAÚDE – HOSPITALAR N.º 139/2017

Termo Aditivo de SERVIÇO DE RECICLAGEM, INDUSTRIALIZAÇÃO E DESTINO FINAL LIXO DO HOSPITALAR, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, autorizado através do Processo n. 117/2017, Licitação n. 072/2017, modalidade dispensa de licitação

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por:

CONTRATADA: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA  
CNPJ-MF nº. 03.392.348/0001-60  
Endereço: Linha São Roque Chapecó - SC  
Representada por: José Deivid de Oliveira

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui o presente contrato, na contratação de empresa prestadora de serviços para coleta de lixo hospitalar da Unidade de Saúde de Pinheiro Preto.

### CLÁUSULA SEGUNDA- DO PREÇO E PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA pagará o valor mensal de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento até o 5º (quinto) dia útil subsequente à entrega do documento fiscal, comprovada a prestação dos serviços, por meio de depósito bancário, diretamente na conta da CONTRATADA.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:301 - Atenção Básica  
Programa:9 - Saúde Com Qualidade  
Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE  
Despesa 29 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o contrato vigorará somente no mês de março de 2017.

### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das

disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;  
4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;  
4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;  
4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;  
4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

5.1.1. Executar os serviços contratados em estrita conformidade com este instrumento;  
5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;  
5.1.3. Relacionar-se com o CONTRATANTE exclusivamente por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;  
5.1.4. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;  
5.1.5. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;  
5.1.6. Manter, quando nas dependências do CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e

uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança;

5.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;

5.1.8. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

5.1.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

5.2 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.3 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

6.1 O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e demais normas e princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

7.1.1 Advertência;

7.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

7.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois)

### CONTRATO 140/2017

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 140/2017

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO OPERACIONAL, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa COR URBANA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA – EEP, autorizado através do Processo n.º 077/2017, Licitação nº 043/2017, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO

#### CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

#### CONTRATADA:

Empresa: COR URBANA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA - EEP

CNPJ n.º. 06.057.694/0001-80

Endereço: Rua Padre Fridmundo, nº 365, Centro, Tangará – SC, 89642-000

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Fornecimento de fardamento operacional para o Corpo de Bombeiros de Tangará. Sendo:

Item	Quantidade	Material	Valor Unitário	Valor Total
01	20	Calção malha Helanca Light (100% poliéster) Gramatura 130 g/m², cor a definir, com elástico e cordão. Inserção de bordado na perna esquerda.	R\$ 23,50	R\$ 470,00

anos;

7.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

7.2 As sanções previstas nos itens 8.1.3 e 8.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

7.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1. A tolerância de qualquer das partes em relação às infrações cometidas contra disposições deste Contrato não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

8.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

8.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 21 de março de 2017.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

CONTRATADO

SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

§ 1º O objeto deste contrato deverá ser entregue no prazo máximo de 24 horas após o recebimento da autorização de fornecimento pela contratada.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço total de R\$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais), devendo a despesa correr à Conta da seguinte dotação orçamentária:

### FARDAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função:6 - Segurança Pública

Subfunção:182 - Defesa Civil

Programa:4 - Segurança Municipal

Ação:2.24 - MANUTENÇÃO DO FUNREBOM

Despesa 104

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

2.2 - O pagamento será efetuado até o 5º após a apresentação da Nota Fiscal.

Parágrafo único. As entregas deverão ser efetuadas em uma única vez, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

- a) Início: data da assinatura.
- b) Término: entrega dos produtos.

## CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

### 4.1. DAS PENALIDADES

#### DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Se a CONTRATADA descumprir as condições deste Contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

4.2- Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Município de Pinheiro Preto, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

4.3 - Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e de ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

4.4 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

### 4.1 - DA RESCISÃO

4.1 - O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n.8666/93.

4.2 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

## V - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

5.1 - O presente contrato está vinculado à dispensa de licitação oriunda processo nº 062/2017, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§1º - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de

que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

## VI - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

## VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

7.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 16 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
COR URBANA INDUSTRIA E COMERCIO DE COFECCÕES LTDA - EEP

### TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

## CONTRATO 146/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2017

Termo de Contrato de "AQUISIÇÃO DE REFLETOR" firmado entre o Município de Pinheiro Preto e LUMIPLAST LTDA - EPP, autorizado através do Processo n. 119/2017, Dispensa de Licitação nº 074/2017.

### CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

### CONTRATADA:

Empresa: LUMIPLAST LTDA - EPP  
CNPJ 02.725.006/0001-51  
Endereço: RODOVIA SC 453, S/N, BAIRRO DOIS PINHEIROS  
VIDEIRA – SC 89560-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa nº 074/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição de refletor led 100W para ginásio de esportes.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificados e quantificados na cláusula primeira, pelo preço unitário de R\$ 232,00 (Duzentos e trinta e dois reais), totalizando 6

( seis ) unidades do mesmo, obtendo o valor total de R\$ 1.392,00 ( um mil trezentos e noventa e dois reais) devendo a despesa correr à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINAN-  
CAS  
Função:27 – Desporto e Lazer  
Subfunção:812 – Desporto Comunitário  
Programa:24 – Esporte É Vida  
Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS  
Despesa 156  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários

2.2 O pagamento será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente à emissão do documento de recebimento definitivo do equipamento, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste contrato.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ da data da sua assinatura até a entrega efetiva do bens.

### CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

4.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

**4.3 A rescisão do contrato poderá ser:**

4.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

4.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

**CLÁUSULA QUINTA - PENALIDADES**

5.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

5.1.1 Advertência;

5.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

5.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

5.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

5.2 As sanções previstas nos itens 5.1.3 e 5.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

5.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

5.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

5.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

6.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

6.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

6.3. Nos casos omissos será aplicado o disposto na Lei 8.666/93.

6.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 20 de janeiro de 2017

CONTRATANTE  
PREFEITO MUNICIPAL  
PEDRO RABUSKE

CONTRATADO  
LUMIPLAST LTDA - EPP

**TESTEMUNHAS:**

1) ..... 2) .....

Nome: ..... Nome: .....  
CPF: ..... CPF: .....

**CONTRATO 147/2017****CONTRATO DE FORNECIMENTO 147/2017**

Termo de Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA ME, autORIZADO através do Processo nº 089/2017, Licitação nº 035/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA – ME

CNPJ-MF n.º. 14.515.302/0001-07

Endereço: Rua Minas Gerais, E, nº 67,

Centro, Chapecó – SC.

Representada por: MARCELO KOPSTEIN

**INTRODUÇÃO**

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 035/2017, modalidade Pregão Presencial.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto, em conformidade com a Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, a prestação de serviços técnicos profissionais de Medicina e Segurança do Trabalho, consistentes na elaboração de laudo LTCAT, PPRA, Laudo de periculosidade/insalubridade, Treinamento EPIs, Assessoria Segurança do Trabalho, PCMSO (Programa Controle Médico de Saúde Ocupacional), Realização de exames: admissional, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho e demissional, Perícia, Exames complementares, treinamento, assistência técnica, indicação dos EPIs a ser utilizados e orientação quanto à substituição dos EPIs, em resumo:

- a) LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho;
- b) PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. Objetivo: “preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.
- c) Laudo de periculosidade/insalubridade;
- d) Treinamento EPIs – Haverá no mínimo dois treinamentos no ano, nas datas a serem determinadas pela Administração Pública;
- e) Assessoria Segurança do Trabalho;
- f) Criação, implantação e execução do PCMSO (Programa Controle Médico de Saúde Ocupacional) no ano;
- g) Realização de exames: admissional, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho e demissional;
- h) Perícia.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) na cláusula primeira, pelos seguintes preços:

Elaboração do LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho	R\$ 848,36 (oitocentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos).
PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (Criação, implantação e execução)	R\$ 1.048,38 (um mil e quarenta e oito reais e trinta e oito centavos).
Laudo de Periculosidade/Insalubridade (valor por laudo a ser emitido)	R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)
Treinamento acerca do uso de EPIs (valor por treinamento)	R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).
Criação, implantação e execução do PCMSO (Programa Controle Médico de Saúde Ocupacional)	R\$ 848,36 (oitocentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos)
Realização de exames: admissional, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho e demissional (valor por exame)	R\$ 54,90 (cinquenta e quatro reais e noventa centavos).
Perícia (valor por perícia)	R\$ 1.000,00 (um mil reais)

Valor total mensal: R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais).

2.2 As despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
 Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
 Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS  
 Função:4 - Administração  
 Subfunção:122 - Administração Geral  
 Programa:3 - Administração Geral  
 Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 Despesa 99  
 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
 Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários

2.3 O pagamento será efetuado no prazo de cinco dias após certificado pelo Órgão Competente o cumprimento do objeto do contrato, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 Início: com a assinatura do contrato.  
 Término: 31/12/2017.

3.2 Atualmente o Município possui em seu quadro, entre servidores efetivos, temporários e de livre nomeação e exoneração, um total de 181 servidores/agentes, possuindo dois regimes: Estatutário e Celetista.

3.3 A empresa deverá realizar no mínimo dois treinamentos por ano acerca do uso de EPIs, em datas a serem determinadas pela Administração.

3.4 PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (Criação, implantação e execução) e o PCMSO (Programa Controle Médico de Saúde Ocupacional) deverão ser criados, implantados no prazo de 30 (trinta) dias contados da vigência do contrato.

Parágrafo único. A Secretaria de Administração ficará encarregada da fiscalização e certificação dos serviços prestados, devendo acompanhar a execução integral do mesmo.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

#### 4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do material com atraso, até o limite de 10 % (dez por cento);

4.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de licitar, junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

#### 4.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato de Fornecimento poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição do material na inspeção e recebimento.

4.2.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

4.2.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

4.2.5 A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93 e alterações da Lei 8.883.

4.2.6 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25 % (vinte e cinco por cento).

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 28 de março de 2017.  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
MARCELO KOPSTEIN  
PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA – ME

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....  
Nome: Nome:  
CPF: CPF:

**CONTRATO 152/2017**  
CONTRATO ADMINISTRATIVO

MINUTA CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS  
ESPECIALIZADOS 152/2017

Termo de Contrato de RENOVAÇÃO DE CONTRATO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e CENTRIC SYSTEM BRAZIL SOFTWARES LTDA – EPP, autorizado através da Licitação nº 079/2017, Processo Administrativo nº. 126/2017 modalidade DISPESA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: CENTRIC SYSTEM BRAZIL SOFTWARES LTDA – EPP  
CNPJ-MF n.º 10.238.567/0001-54  
Endereço: Rua Alexandre Dumas, nº1268, Complemento: conj 135/136 Edifício Toronto, Bairro Chácara Santo Antônio, SÃO PAULO – SP 04717-003

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa de Licitação nº 079/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Renovação de 2 anos ESET Endpoint Protection Advance.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço R\$ 2.140,00 ( dois mil cento e quarenta reais), devendo a despesa correr à Conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora:2 – Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 – PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2002 – SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS  
Função:4 - Administração  
Subfunção:122 – Administração Geral  
Programa:3 – Administração Geral  
Ação:2.22 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Despesa 99  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E HORÁRIO

3.1 Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ da data de sua assinatura, até dois anos após.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Se a CONTRATADA descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

4.2– Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Município de Pinheiro Preto, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

4.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

4.4 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

4.1 – DA RESCISÃO

4.1 – O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8666/93.

4.2 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

V - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

5.1 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de dispensa de licitação nº 079/2017, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§1º - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

VI - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, Edital de licitação 039/2017, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem

necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

7.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 30 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
CENTRIC SYSTEM BRAZIL SOFTWARES LTDA – EPP

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....  
Nome: Nome:  
CPF: CPF:

## **CONTRATO134/2017**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 134/2017

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE BALCÃO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa JULIO E LINDOMAR MOVEIS LTDA – ME, autorizado através do Processo n.º 113/2017, Licitação nº 068/2017, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE:  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:  
Empresa: JULIO E LINDOMAR MOVEIS LTDA – ME  
CNPJ n.º. 11.296.857/0001-17  
Endereço: Rua Reinaldo Antonio Bressa, nº99, Bairro Vila Bressan,  
Pinheiro Preto/SC – 89570-000

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Fornecimento de armário para a Secretária de Saúde e Bem Estar Social.

§ 1º O objeto deste contrato deverá ser entregue no prazo máximo de 24 horas após o recebimento da autorização de fornecimento pela contratada.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço total de R\$ 1.020,00 (um mil e vinte reais), devendo a despesa correr à Conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora:3 – Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:3000 – FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Unidade Orçamentária:300 – FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:301 – Atenção Básica  
Programa:9 – Saúde com Qualidade

Ação:2.52 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - UNIÃO

Despesa 46

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

2.2 - O pagamento será efetuado até o 5º após a apresentação da Nota Fiscal.

Parágrafo único. As entregas deverão ser efetuadas em uma única vez, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

a) Início: data da assinatura.  
b) Término: 31/12/2017.

### **CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.**

#### **4.1. DAS PENALIDADES**

#### **DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

4.1 - Se a CONTRATADA descumprir as condições deste Contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

4.2– Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Município de Pinheiro Preto, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

4.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

4.4 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### **4.1 – DA RESCISÃO**

4.1 – O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n.8666/93.

4.2 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

#### **V - VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

5.1 - O presente contrato está vinculado à dispensa de licitação oriunda processo nº 113/2017, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§1º - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

#### VI - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

7.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 16 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

JULIO E LINDOMAR MÓVEIS LTDA – ME

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

#### PORTARIA 191

PORTARIA Nº 191 DE 10 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA MAURICIO CHELEST PARA EXERCER CUMULATIVAMENTE O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a partir de 10 de janeiro de 2017, MAURICIO CHELEST, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº. 005.372.439-92, residente e domiciliado na Rua Pe. Trudo Plessers, 180, no Município de Pinheiro Preto-SC, para exercer cumulativamente com o seu cargo de Secretário de Agricultura, as funções do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Turismo.

Art. 2º - Para todos os efeitos legais não há acumulação de vencimentos, permanecendo como vencimento apenas o valor do cargo de Secretário de Agricultura.

Art. 3º - Fica também designado para responder por todas as ações

referentes a implantação e desenvolvimento do Turismo no Município.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – 10 de abril de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

#### PORTARIA 192

PORTARIA Nº 192, DE 10 DE Abril DE 2017.

EXONERA, TALITA PELLICIOLI DA FUNÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFESSOR Regente para Educação infantil e ensino fundamental - ÁREA I.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o termino do contrato de trabalho, com o retorno da servidora efetiva Neuza Pereira Bogoni;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir de 24 de março de 2017, TALITA PELLICIOLI, brasileira, inscrita no CPF sob nº. 079.997.409-93, da função em caráter temporário de PROFESSOR Regente para Educação infantil e ensino fundamental - ÁREA I, nomeada pela portaria 140 de 24 de fevereiro de 2017, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de março de 2017.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 10 de abril de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

#### PORTARIA 193/2017

PORTARIA Nº 193, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

INSTITUI COMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DE LUBRIFICANTES QUE ESPECIFICA

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída comissão técnica de avaliação de qualidade de lubrificantes, de acordo com as especificações previstas no edital de licitação n.º 040/2017, modalidade Pregão Presencial, designando para compô-la os seguintes membros:

I – VALDIR NEIS, Secretário de Transportes e Obras;

II – DIRCEU RABUSKE, Operador de Trator Agrícola;

III – MAURÍCIO CHELEST, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 17 de abril de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**CONTRATO 055/2017****ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 055/2017**

Termo de Contrato de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa JR SERVIÇOS DE BORRACHARIA LTDA, autorizado através do Processo n. 040/2017, Licitação n. 018/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

**CONTRATADA:** Empresa: JR SERVIÇOS DE BORRACHARIA LTDA

CNPJ-MF n.º. 11.623.987/0001-17

Endereço: Rua Acesso Guilherme Mattana, s/nº Centro, Pinheiro Preto.

Representada por: JAIR RIBEIRO

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 018/2017, datado de 24/01/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**INTRODUÇÃO**

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 2.785/07, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 018/2017, modalidade Pregão Presencial.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO** de mão de obra mecânica especializada (Homem/hora) em veículos Leves, médios, grande porte e máquinas pesadas, bem como serviços de solda elétrica (com arame e usinagem) e serviços com solda MIG com arame e serviço de chapeação:

Item	Qnt.	Und.	Produto	Valor/hora/unit
31	50	Unid	Montagem, desmontagem e conserto de pneus P (carro)	14,00
32	50	Unid	Montagem, desmontagem e conserto de pneus M (caminhão / ônibus)	39,00
33	50	Unid	Montagem, desmontagem e conserto de pneus G (máquinas pesadas)	65,00
34	50	Unid	Remoção de Pneus P	10,00
35	50	Unid	Remoção de Pneus M	15,00
36	50	Unid	Remoção de Pneus G	25,00

1.2 As quantidades relacionadas são uma estimativa, podendo, pois, sofrerem acréscimos ou supressões conforme a necessidade da CONTRATANTE.

1.3 Caso a empresa contratada tenha sede fora de um raio de 40 km (quarenta quilômetros) – tendo como ponto central a Garagem de máquinas do Município – ficará obrigada em transportar, consertar e trazer de volta a máquina/veículo as suas custas, ou poderá executar o serviço a suas custas na própria Garagem de máquinas/veículo do Município. (conforme o caso).

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000  
89570-000 – PINHEIRO PRETO – SC.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

1.4 Os serviços de desmontagem, montagem e conserto de pneus devem ser realizados no Município.

1.5 Quanto ao local de prestação dos serviços dos demais itens, estes serão prestados a critério do município de Pinheiro Preto, atendendo a distância descrita no parágrafo primeiro.

1.6 A CONTRATADA deverá fornecer relatório mensal detalhado dos serviços prestados, ou sempre que solicitado pela Administração.

1.7 Salvo justificativa apresentada pela CONTRATANTE, os serviços indicados nos itens 1-30 deverão ser prestados em até 48 (quarenta e oito) horas após o pedido expedido pelo Município. Os dos itens 31-36, em até 12 (doze) horas após o pedido expedido pelo Município. Os dos itens 37 e 38, deverão ser prontamente atendidos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

2.1 Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2001 - GABINETE DO PREFEITO  
Função:4 - Administração  
Subfunção:122 - Administração Geral  
Programa:2 - Gestão Administrativa Superior  
Ação:2.21 - MANUTENÇÃO ATIVIDADE DO GABINETE DO PREFEITO  
Despesa 88 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:26 - Transporte  
Subfunção:782 - Transporte Rodoviário  
Programa:23 - Estradas Vicinais  
Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
Despesa 150 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Função:20 - Agricultura  
Subfunção:606 - Extensão Rural  
Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural  
Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA  
Despesa 144 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

---

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000  
89570-000 – PINHEIRO PRETO – SC.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saude Com Qualidade

Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 29 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função:4 - Administração

Subfunção:122 - Administração Geral

Programa:3 - Administração Geral

Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Despesa 99 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinarios

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA

Função:12 - Educação

Subfunção:361 - Ensino Fundamental

Programa:12 - Desenvolvimento Educacional

Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Despesa 116 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:

101 - Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Educação

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2001 - GABINETE DO PREFEITO

Função:8 - Assistência Social

Subfunção:244 - Assistência Comunitária

Programa:6 - Assistência A Crianças E Adolescentes

Ação:2.68 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Despesa 196 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora:4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:4000 - FUNDO DE ASISTENCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária:4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função:8 - Assistência Social

Subfunção:244 - Assistência Comunitária

Programa:5 - Assistencia Social Geral

Ação:2.63 - Manutenção CRAS Recurso PAIF - Serv. de Prot. Social Básica a Fam. (Piso Fixo/Variável)

Despesa 169 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 135 - Transferências do SUAS/União

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

2.2 O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

2.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto não apresentado o relatório mensal ou pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

2.6. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA**

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em 31/12/2017.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

**4.4.** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

**4.5.** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.1** A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

**5.1.1. Executar os serviços contratados em estrita conformidade com o Edital e este Contrato;**

5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

5.1.3. Relacionar-se com o CONTRATANTE exclusivamente por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;

5.1.4. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;

5.1.5. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

5.1.6. Manter, quando nas dependências do CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança;

5.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;

5.1.8. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

5.1.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

**5.2** A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

**5.3** A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

**5.4** A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

**CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO**

---

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000  
89570-000 – PINHEIRO PRETO – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

**6.1** Este contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

**CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

6.1 O presente contrato fica vinculado à **Licitação nº 018/2017 – modalidade pregão presencial**, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**9.1** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

**9.2** Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

**9.3** A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

**CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES**

**10.1** Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1 Advertência;

10.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

**10.2** As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

---

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000  
89570-000 – PINHEIRO PRETO – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

10.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 09 de fevereiro de 2017

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO

CONTRATADA  
JR SERVIÇOS DE BORRACHARIA LTDA

**TESTEMUNHAS:**

1).....  
Nome:  
CPF:

2) .....  
Nome:  
CPF:

**CONTRATO 101/2017****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO****CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 0101/2017**

Termo de Contrato de **FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ESCOLARES**, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa TRANSPORTE COLETIVO TERCÍ LTDA – ME, autorizado através do Processo n.º 086/2017, Licitação n. 049/2017, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

**CONTRATANTE:**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF n.º. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111, Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

**CONTRATADA:**

Empresa: TRANSPORTES COLETIVOS TERCÍ LTDA - ME

CNPJ-MF n.º: 07.178.545/0001-31

Endereço: Rua XV de Novembro, 306, Sala 01, Centro, Arroio Trinta – SC.

Representada por: JOÃO PAULO TERCÍ

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa n.º 049/2017, homologado 24/02/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Prestação de serviços de transporte de ALUNOS os seguintes itinerários:

**ITINERÁRIO:**

PINHEIRO PRETO À VIDEIRA: Aproximadamente 44km/dia, de segunda à sexta-feira.

TIPO DE VEÍCULO NECESSÁRIO: veículo com capacidade mínima para 16 (dezesesseis) lugares.

**PERÍODO VESPERTINO – SEGUNDA A SEXTA**

PARTIDA: Embarque de passageiros em frente à prefeitura municipal; em Linha União; no Bairro São José; Bairro Tranquilo Benjamin Guzzi; Na Rodovia SC 135 (próximo ao ponto conhecido como Barraca da Jura) e na Rua Antonio Carlos Konder Reis (próximo a empresa Randon Embalagens Plásticas) – Saída de Pinheiro Preto prevista para as 13:00h – Desembarque de dois passageiros na escola SESI no município de Videira; Desembarque na escola APAE às 13:30 horas.

RETORNO: às 16:30 h, saindo da APAE, passando no SENAI, com destino final em Pinheiro Preto e desembarque dos passageiros nos respectivos pontos: em frente à prefeitura municipal; em Linha União; no Bairro São José; Bairro Tranquilo Benjamin Guzzi; Na Rodovia SC 135 (próximo ao ponto conhecido como Barraca da Jura) e na Rua Antonio Carlos Konder Reis (próximo a empresa Randon Embalagens Plásticas) – às 17:00 horas.

**1.2. A prestadora dos serviços deverá promover o embarque e desembarque dos alunos em suas residências, haja vista a necessidade de cuidados especiais, nos endereços fornecidos pela Secretaria competente.**

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

---

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000  
89570-000 – PINHEIRO PRETO – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo PREÇO POR QUILOMETRO de R\$ 3,19 (três reais e dezenove centavos), devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS  
Função:4 - Administração  
Subfunção:122 - Administração Geral  
Programa:3 - Administração Geral  
Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Despesa 99 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários

2.2 - O pagamento será efetuado até o 5º após a apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato, APÓS CERTIFICADO PELA SECRETARIA COMPETENTE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PELA CONTRATADA, BEM COMO OS DIAS EFETIVAMENTE DE SERVIÇOS PRESTADOS.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

- a) Início: 01/03/2017;
- b) Término: 01/04/2017.

**Parágrafo único.** Havendo necessidade e interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses, na forma que dispõe o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.**

**4.1. DAS PENALIDADES**

**DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

4.1 - Se a CONTRATADA descumprir as condições deste contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

4.2- Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município de Pinheiro poderá aplicar à empresa contratada, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

4.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o proponente, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000  
89570-000 – PINHEIRO PRETO – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

4.4 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha adimplido a multa imposta.

**4.1 – DA RESCISÃO**

4.1 – O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n.8666/93.

4.2 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

**V - VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

5.1 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de Dispensa nº 034/2017, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

§1º - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

**VI - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

**VII. DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

**16.1 A prestadora dos serviços deverá promover o embarque e desembarque dos alunos em suas residências, haja vista a necessidade cuidados especiais.**

**16.2 O transportador, principalmente durante a viagem, deverá dispensar aos alunos todos os cuidados necessários, posto serem portadores de cuidados especiais, de forma que os mesmos recebam carinho, além de cuidados de acordo com a exigência de cada caso.**

**16.3 O veículo deverá possuir cintos adaptados para os alunos com deficiências motoras.**

**VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS**

7.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

7.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios.

E , por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

---

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000  
89570-000 – PINHEIRO PRETO – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

Pinheiro Preto - SC, 24 de Fevereiro de 2017

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
JOÃO PAULO TERCÍ  
TRANSPORTE COLETIVO TERCÍ LTDA – ME

TESTEMUNHAS:

1).....

Nome:

CPF:

2).....

Nome:

CPF:

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### EDTP024\_2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DE EDITAL

Processo Adm. Nº. 24/2017

Edital: TOMADA DE PREÇO Nº 24/2017

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL, EM REGIME CONTINUO.

Entrega dos Envelopes: 08:00hs. do dia 04 de Maio de 2017.

Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 04 de Maio de 2017.

O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site: [www.planaltoalegre.sc.gov.br](http://www.planaltoalegre.sc.gov.br).

PLANALTO ALEGRE, 17 de Abril de 2017.

JUARES BET

Prefeito

# Pomerode

## PREFEITURA

### **5.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 061 / 2014 - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 061 / 2014  
REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Processo Administrativo n.º 067 / 2014.  
Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 001 / 2014.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratado: CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA – ETA II, LOCALIZADA NA RUA PROGRESSO, N.º 1.400, BAIRRO TESTO ALTO, POMERODE/SC, COM O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA A COMPLETA EXECUÇÃO DA OBRA, ATRAVÉS DE RECURSOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA - MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATRAVÉS DO TERMO DE COMPROMISSO N.º TC/PAC 0430/2014, CUJAS AÇÕES ESTÃO INSERIDAS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC2, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Acréscimo de Reequilíbrio Econômico Financeiro no valor de R\$68.573,69 (sessenta e oito mil, quinhentos e setenta e três reais e sessenta e nove centavos).

Justificativa: Reequilíbrio Econômico Financeiro em razão da majoração de insumos necessários para a execução da obra, em conformidade com a CLÁUSULA NONA do Contrato Administrativo n.º 061/2014 e de acordo com o artigo 65, II, alínea "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como o Parecer Jurídico emitido em 17/03/2017.

Pomerode / SC, 07 de Abril de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

### **DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES - PREGÃO PRESENCIAL N.º 009 / 2017 - REGISTRO DE PREÇOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS – SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 019 / 2017  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 009 / 2017 – REGISTRO DE PREÇOS  
DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

O Pregoeiro vem por intermédio deste, comunicar a seguinte decisão acerca do RECURSO ADMINISTRATIVO apresentado pela Empresa JVA OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA ME, diante da inabilitação da Empresa no Pregão Presencial n.º 009/2017 – Registro de Preços e CONTRARRAÇÕES AO RECURSO apresentado pela Empresa EMPREIPAK CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI:  
O Pregoeiro acata o Parecer Jurídico n.º 029 / 2017 / PROGEM da

Procuradoria Geral do Município, que segue em anexo, INDEFERINDO O RECURSO ADMINISTRATIVO apresentado pela Empresa JVA OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA ME, em estrito cumprimento ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, uma vez que, a Empresa não apresentou a correta Certidão de Regularidade do FGTS. Foi apresentada Certidão de Regularidade do FGTS com CNPJ diferente a licitante participante.

Desta forma, de acordo com o Parecer Jurídico n.º 029 / 2017 / PROGEM, bem como a impossibilidade de juntada de novos documentos (Item 8.5 do edital), permanece inalterada a decisão da Comissão de Licitações proferida em sessão no dia 24/03/2017, DECLARANDO VENCEDORA DO CERTAME a Empresa EMPREIPAK CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI.

Pomerode / SC, 13 de Abril de 2017.

MOACIR BAUMANN  
Pregoeiro Oficial

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO Nº 001-2017**

Prefeitura Municipal de Pomerode  
Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária - SEGAF  
Setor de Fiscalização Tributária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO Nº 001/2017

Através do presente Edital de Notificação de Débito e com fundamento na Lei nº 5.172/1966 (CTN), Lei Complementar nº 75/2001 (CTM – artigos 153 a 161) e Lei Complementar nº 199/2010 (artigo 1º), NOTIFICAMOS os contribuintes abaixo relacionados, acerca da existência de débitos relativos a dívidas tributárias ou não, dos exercícios de 2015 e 2016, a seguir discriminados:

- IPTU (Lei nº 5172/1966 - artigos 32 a 34 e LC nº 75/2001 - artigos 232 a 249);
- ISS Homologado e Tomado (Lei nº 5172/1966, LC nº 75/2001, LC nº 100/2003 e LC nº 116/2005);
- Taxas e Receitas Diversas (LC nº 75/2001, LC nº 100/2003, LC nº 90/2003, LC nº 116/2005, LC nº 162/2008, LC nº 163/2008, LC nº 164/2008, LC nº 165/2008, LC nº 173/2009, LC nº 246/2012, LO nº 1642/2002, Decreto nº 2749/2013, Decreto nº 2859/2014, Decreto nº 2852/2016).

Esclarecemos que, devido ao sigilo fiscal, os valores que totalizam as dívidas devem ser verificados junto ao Setor de Tributos do Município de Pomerode, sito à Rua 15 de Novembro, nº 525, centro, Pomerode/SC.

O valor foi corrigido de acordo com o artigo 445 da Lei Complementar nº 75/2001. Sobre o montante (tributo+correção) foi aplicado 1,00% (um por cento) de juros ao mês (LC nº 75/2001, art.62) e 2,00% (dois por cento) de multa (LC nº 75/2001, art.201).

Outrossim, cientificamos o(s) contribuinte(s) que tem o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, para:

- a) Pagamento integral da Dívida;
- b) Pedido de Parcelamento de débitos;
- c) Apresentação de Defesa ou Recurso.

Decorrido o prazo fixado para pagamento ou apresentação de defesa, fica o contribuinte NOTIFICADO de que o(s) tributo(s) será(ão) inscrito(s) em DÍVIDA ATIVA, para posterior cobrança judicial/protesto.

Caso já tenha quitado ou parcelado seu débito, solicitamos comunicar o Setor de Tributos e desconsiderar a presente notificação. Em caso de pagamento parcial, retirar guia de pagamento com os débitos remanescentes na Prefeitura Municipal ou ainda pelo site do Município: [www.pomerode.sc.gov.br](http://www.pomerode.sc.gov.br) – Portal do Cidadão.

Lista de Contribuintes:

Contribuinte : 5142 - ACACIO LUIS ANDREON CPF/CNPJ : 399.340.719-91  
 Contribuinte : 295469 - ACACIO NICOLAU ZANCA CPF/CNPJ : 852.121.729-34  
 Contribuinte : 7382 - ADAIR HOFFMANN CPF/CNPJ : 533.137.399-20  
 Contribuinte : 20214 - ADALBERTO KLEINSCHMIDT CPF/CNPJ : 419.135.669-00  
 Contribuinte : 202436 - ADALBERTO KOPSCH CPF/CNPJ : 785.659.369-53  
 Contribuinte : 300195 - ADALIA EWALD CPF/CNPJ : 894.879.159-15  
 Contribuinte : 2674 - ADELI AUGUSTA EMILIE RAMOS DE OLIVEIRA - ESP. CPF/CNPJ : 222.931.839-04  
 Contribuinte : 34355 - ADELIA MANSKE REINKE CPF/CNPJ : 419.194.919-53  
 Contribuinte : 28843 - ADELINA VIEBRANTZ CPF/CNPJ : 894.871.339-68  
 Contribuinte : 277584 - ADELOR BARTH CPF/CNPJ : 773.902.299-34  
 Contribuinte : 34770 - ADEMAR ALSLEBEN CPF/CNPJ : 694.807.709-97  
 Contribuinte : 10863 - ADEMAR BUETTGEN - ESPOLIO CPF/CNPJ : 154.235.149-91  
 Contribuinte : 16780 - ADEMAR KICKHOEFEL - ESP. CPF/CNPJ : 382.011.789-04  
 Contribuinte : 6521 - ADEMAR KRAHN CPF/CNPJ : 222.960.939-49  
 Contribuinte : 296830 - ADEMIR DALLMANN CPF/CNPJ : 624.241.909-25  
 Contribuinte : 35 - ADEMIR KRAHN CPF/CNPJ : 380.560.979-53  
 Contribuinte : 21636 - ADILSON DOLCAN - ESPÓLIO CPF/CNPJ : 812.167.859-53  
 Contribuinte : 328910 - ADILSON ELOY HENRIQUE BANKHARDT CPF/CNPJ : 667.955.249-49  
 Contribuinte : 35432 - ADIR HERLICH CPF/CNPJ : 532.523.909-06  
 Contribuinte : 282162 - ADIR SIEWERT CPF/CNPJ : 566.101.499-68  
 Contribuinte : 224480 - ADIR SOARES CPF/CNPJ : 769.185.809-49  
 Contribuinte : 483575 - ADONIAS SANTOS FERREIRA CPF/CNPJ : 041.239.285-28  
 Contribuinte : 188840 - ADRIANA BORCHARDT CPF/CNPJ : 987.623.629-68  
 Contribuinte : 243124 - ADRIANA STHEL CPF/CNPJ : 047.895.509-07  
 Contribuinte : 285595 - ADRIANO KWIRANDT CPF/CNPJ : 043.873.659-19  
 Contribuinte : 17728 - AFFONSO BARHARDT CPF/CNPJ : 291.327.979-15  
 Contribuinte : 329630 - AFONSO JOAO DA SILVA CPF/CNPJ : 194.115.459-04  
 Contribuinte : 2445 - ALAN SILVIO LAEMMEL CPF/CNPJ : 612.739.539-91  
 Contribuinte : 35661 - ALBANO JUNG CPF/CNPJ : 381.981.189-34  
 Contribuinte : 14273 - ALBANO ZEPLIN CPF/CNPJ : 309.319.599-34  
 Contribuinte : 1660 - ALBERTO ADOLF MOYSESCYK - ESP. CPF/CNPJ : 106.272.868-87  
 Contribuinte : 146110 - ALBERTO JOSE SPENGLER CPF/CNPJ : 382.536.079-20  
 Contribuinte : 43966 - ALBRECHT JUNK CPF/CNPJ : 382.015.509-00  
 Contribuinte : 8648 - ALBRECHT UTPADEL - ESP CPF/CNPJ : 154.244.059-91  
 Contribuinte : 15296 - ALCIDES ZIBELL CPF/CNPJ : 076.913.949-34

Contribuinte : 32603 - ALCIDO RADUNZ CPF/CNPJ : 097.090.109-72  
 Contribuinte : 20591 - ALCIDO SCHUSTER CPF/CNPJ : 309.143.969-00  
 Contribuinte : 65730 - ALCIONE ALFREDO SARDANHA CPF/CNPJ : 683.402.579-00  
 Contribuinte : 287652 - ALDA CRISTIANE ALVES LUCIO CPF/CNPJ : 060.345.479-89  
 Contribuinte : 340464 - ALDO LUIZ SOARES CPF/CNPJ : 495.584.049-34  
 Contribuinte : 220868 - ALECIO FIEDLER CPF/CNPJ : 015.384.849-94  
 Contribuinte : 356980 - ALESSANDRA ARAUJO DA SILVA CPF/CNPJ : 088.894.744-59  
 Contribuinte : 465291 - ALESSANDRA PEDRO CPF/CNPJ : 007.820.989-75  
 Contribuinte : 460850 - ALESSANDRO PASQUALI CPF/CNPJ : 028.233.769-50  
 Contribuinte : 170615 - ALESSANDRO SCHUNKE CPF/CNPJ : 821.198.219-68  
 Contribuinte : 62499 - ALEXANDER GUILHERME HETTERICH CPF/CNPJ : 938.523.479-04  
 Contribuinte : 412635 - ALEXANDRA BOAVENTURA - ME CPF/CNPJ : 14.448.407/0001-90  
 Contribuinte : 410730 - ALEXANDRE CORREIA CPF/CNPJ : 872.480.429-00  
 Contribuinte : 318833 - ALEXANDRE PEREIRA GALL CPF/CNPJ : 842.745.909-25  
 Contribuinte : 35130 - ALFONSO TIEDT - ESPOLIO CPF/CNPJ : 030.961.229-20  
 Contribuinte : 35343 - ALFREDO KOVARI CPF/CNPJ : 419.202.289-34  
 Contribuinte : 16276 - ALFREDO NIELSEN - ESP CPF/CNPJ : 931.484.459-53  
 Contribuinte : 11150 - ALFREDO SCHLEY - ESP. CPF/CNPJ : 218.106.489-04  
 Contribuinte : 46396 - ALIDOR KREITLOW CPF/CNPJ : 419.188.789-00  
 Contribuinte : 353914 - ALINA RUANA RAMALHO CPF/CNPJ : 088.609.349-07  
 Contribuinte : 204919 - ALINE JUSWIAKI TERNES CPF/CNPJ : 032.914.249-64  
 Contribuinte : 16047 - ALMIR BAUER CPF/CNPJ : 419.182.749-91  
 Contribuinte : 179779 - ALMIRO GAEDTKE CPF/CNPJ : 291.327.709-87  
 Contribuinte : 21580 - ALMIRO KATH CPF/CNPJ : 547.061.819-68  
 Contribuinte : 112704 - ALTAIR FERREIRA CPF/CNPJ : 032.209.309-05  
 Contribuinte : 65676 - ALTAIR RIVELINO MANZKE CPF/CNPJ : 601.998.309-91  
 Contribuinte : 258873 - ALVARO SADOWSKI CPF/CNPJ : 698.498.979-53  
 Contribuinte : 121975 - ALVIMAR SCHWARZ CPF/CNPJ : 866.121.159-04  
 Contribuinte : 26611 - ALWAND HORNEY CPF/CNPJ : 123.034.459-49  
 Contribuinte : 47783 - AMARILDO RIEBE CPF/CNPJ : 000.459.369-35  
 Contribuinte : 7404 - AMBROSIO MARKIEWICZ CPF/CNPJ : 351.029.699-00  
 Contribuinte : 64190 - AMELIA PASOLD PONATH CPF/CNPJ : 696.541.589-49  
 Contribuinte : 235784 - ANA MARIA BORGHEZAN CPF/CNPJ : 607.299.889-53  
 Contribuinte : 17833 - ANALINA KRAUSE CPF/CNPJ : 753.309.629-00  
 Contribuinte : 15024 - ANALORA STRUTZ MAAS CPF/CNPJ : 519.867.019-72  
 Contribuinte : 245453 - ANDERSON C. DOS SANTOS CPF/CNPJ :

049.166.239-40

Contribuinte : 204846 - ANDRE LUIZ CAJEU CPF/CNPJ : 319.401.539-72

Contribuinte : 130869 - ANDREIA VIERGUTZ CPF/CNPJ : 907.783.329-34

Contribuinte : 248878 - ANGELA MARTINS CPF/CNPJ : 056.302.019-99

Contribuinte : 203726 - ANGELA SOUZA DA COSTA CPF/CNPJ : 301.892.998-51

Contribuinte : 307424 - ANTONIO DIRDE SERAFIM CPF/CNPJ : 600.545.149-91

Contribuinte : 125873 - ANTONIO JOSE VICENTE CPF/CNPJ : 441.413.600-82

Contribuinte : 293806 - ANTONIO LEANDRO DA SILVA CPF/CNPJ : 11.674.483/0001-26

Contribuinte : 129569 - ANTONIO NATALICIO CLOVACKI CPF/CNPJ : 545.818.189-15

Contribuinte : 172472 - ARACI BORCHARDT CPF/CNPJ : 016.909.239-97

Contribuinte : 113590 - ARI PROCHNOW CPF/CNPJ : 000.000.000-00

Contribuinte : 226718 - ARILTON VIEBRANTZ CPF/CNPJ : 690.907.859-49

Contribuinte : 11673 - ARLETE MARLI KUEHL - ESP. CPF/CNPJ : 566.098.509-25

Contribuinte : 153540 - ARLINDO EWALD CPF/CNPJ : 573.327.209-06

Contribuinte : 437182 - ARM TELECOMUNICACOES E SERV. DE ENG. SA CPF/CNPJ : 69.699.742/0017-10

Contribuinte : 461342 - ARM TRANSPORTES EIRELI EPP CPF/CNPJ : 23.299.645/0001-72

Contribuinte : 32832 - ARMANDO HEIN CPF/CNPJ : 419.201.639-72

Contribuinte : 165085 - ARMIR MOHR CPF/CNPJ : 017.890.649-29

Contribuinte : 45683 - ARNALDO HANG CPF/CNPJ : 904.995.819-20

Contribuinte : 249084 - ARNALDO RADUENZ CPF/CNPJ : 584.377.389-20

Contribuinte : 9792 - ARNO ARNDT - ESP. CPF/CNPJ : 380.561.869-72

Contribuinte : 9849 - ARNO DALLMANN - ESP. CPF/CNPJ : 068.955.499-00

Contribuinte : 296007 - ARNO OSMAR SCHMIDT CPF/CNPJ : 548.016.489-91

Contribuinte : 3999 - ARNO RIFFEL - ESP. CPF/CNPJ : 076.912.629-49

Contribuinte : 43664 - ARRY OTT CPF/CNPJ : 068.958.919-00

Contribuinte : 339539 - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM EUROPA CPF/CNPJ : 16.559.857/0001-86

Contribuinte : 146277 - ASTA RIBACK CPF/CNPJ : 740.267.479-72

Contribuinte : 46566 - AUTO MECANICA POMERODE LTDA CPF/CNPJ : 83.636.191/0001-00

Contribuinte : 267074 - B &amp; B CLOTHING IND. E COM. DE CONFEC-COES LTDA - ME -CNPJ : 10.471.164/0001-50

Contribuinte : 166588 - BANCO BRADESCO S/A CPF/CNPJ : 60.746.948/0001-12

Contribuinte : 47406 - BANCO BRADESCO SA CPF/CNPJ : 60.746.948/2094-29

Contribuinte : 427020 - BAZAR GUMI CPF/CNPJ : 19.660.700/0001-30

Contribuinte : 230677 - BENITO BOGO CPF/CNPJ : 104.335.708-49

Contribuinte : 27723 - BERNARDO FRANCENER CPF/CNPJ : 216.525.549-04

Contribuinte : 298670 - BIANCA PEDRINI CPF/CNPJ : 915.961.309-20

Contribuinte : 419206 - BIOGÁS PARK BRASIL LTDA CPF/CNPJ : 19.528.815/0001-76

Contribuinte : 14850 - BRUNO PORATH CPF/CNPJ : 026.545.479-49

Contribuinte : 11568 - BRUNO SELL CPF/CNPJ : 055.044.069-00

Contribuinte : 361143 - CAIO DIEGO FERREIRA CPF/CNPJ : 00.000.000/0000-00

Contribuinte : 180912 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL CPF/CNPJ : 00.360.305/0001-04

Contribuinte : 279315 - CARLA LETICIA CARDOSO CPF/CNPJ : 054.947.989-92

Contribuinte : 253626 - CARLA SORAIA BROCKVELD CPF/CNPJ : 696.542.049-91

Contribuinte : 129275 - CARLOS A. MATHIAS E ROMAN RAITER CPF/CNPJ : 000.000.000-00

Contribuinte : 32271 - CARLOS FERNANDO OLTSMANN CPF/CNPJ : 358.427.769-87

Contribuinte : 119717 - CARLOS GERMANO LANGHAMMER CPF/CNPJ : 767.322.159-49

Contribuinte : 172529 - CARLOS HENRIQUE BEHLING CPF/CNPJ : 928.620.479-53

Contribuinte : 248070 - CARLOS HOMEN CPF/CNPJ : 181.203.358-30

Contribuinte : 183601 - CARLOS LIESKOW CPF/CNPJ : 419.144.149-34

Contribuinte : 172030 - CARLOS VOLKMANN CPF/CNPJ : 716.139.949-15

Contribuinte : 130257 - CARMEN DOLORES ROPELATTO CPF/CNPJ : 443.504.909-06

Contribuinte : 154873 - CARMO KOEPP CPF/CNPJ : 947.350.429-20

Contribuinte : 141011 - CAROLINE GUENTHER CPF/CNPJ : 034.178.309-90

Contribuinte : 19275 - CATHARINA BERTHA ROLLI CPF/CNPJ : 514.582.178-68

Contribuinte : 491519 - CATIA CAMPIGOTTO PASQUALI CPF/CNPJ : 004.957.059-50

Contribuinte : 225142 - CATIA CRISTINA DE OLIVEIRA FAVERO FI ME CPF/CNPJ : 08.054.907/0001-45

Contribuinte : 160709 - CATIA HACKBARTH KIENEN CPF/CNPJ : 901.095.469-20

Contribuinte : 280275 - CATIA INES VOGEL BAHR CPF/CNPJ : 983.757.769-04

Contribuinte : 210471 - CELSO CLOTAR WACHHOLZ CPF/CNPJ : 833.256.629-00

Contribuinte : 47627 - CELSO MAASS CPF/CNPJ : 341.810.249-20

Contribuinte : 270610 - CELSON MAURI WURFEL CPF/CNPJ : 917.901.740-15

Contribuinte : 51985 - CERAMICA LACH LTDA ME CPF/CNPJ : 83.093.500/0001-42

Contribuinte : 264849 - CESAR ARTHUR RAMTHUN CPF/CNPJ : 044.366.269-03

Contribuinte : 472069 - CESAR DIONEI MORAES DA LUZ - ME CPF/CNPJ : 24.050.333/0001-93

Contribuinte : 235245 - CESAR DOS SANTOS GOMES CPF/CNPJ : 155.937.418-75

Contribuinte : 326429 - CESAR MAURICIO SANTOS SWAROWSKY CPF/CNPJ : 382.234.069-34

Contribuinte : 424480 - CHARBEL EL - KOUBA CPF/CNPJ : 247.008.009-68

Contribuinte : 152870 - CHRISTIAN ALEXANDRE ALVES ROSA CPF/CNPJ : 841.294.509-30

Contribuinte : 446025 - CINTIA REGINA SOARES DE SÁ CPF/CNPJ : 338.830.028-36

Contribuinte : 441031 - CIRO BOMSENHOR CPF/CNPJ : 799.111.109-15

Contribuinte : 166553 - CLARATEX IND COM LTDA ME CPF/CNPJ : 05.373.798/0001-30

Contribuinte : 187380 - CLAUDIA VOLKMANN CPF/CNPJ : 007.660.639-25

Contribuinte : 10162 - CLAUDIO CLESIO CORREA CPF/CNPJ : 004.935.359-42

Contribuinte : 343706 - CLAUDIO DUWE CPF/CNPJ : 698.904.129-34

Contribuinte : 117129 - CLAUS EDSON DALLMANN CPF/CNPJ : 841.294.179-91  
Contribuinte : 169242 - CLAUS ELTON MAASS CPF/CNPJ : 688.045.049-00  
Contribuinte : 139548 - CLAUS KRAHN CPF/CNPJ : 941.914.509-30  
Contribuinte : 279587 - CLECI ULLER CPF/CNPJ : 035.501.619-21  
Contribuinte : 455890 - CLECIOMAR HASSE ME CPF/CNPJ : 22.715.732/0001-09  
Contribuinte : 410772 - CLEITON BARTH CPF/CNPJ : 078.959.499-42  
Contribuinte : 275387 - CLEVERSON DE SOUZA CPF/CNPJ : 031.938.549-30  
Contribuinte : 347906 - CLEVERSON MEDEIROS CPF/CNPJ : 050.348.349-44  
Contribuinte : 459348 - CLUBE CAÇA E TIRO ITOUPAVA REGA CPF/CNPJ : 79.365.730/0001-46  
Contribuinte : 5002 - COMERCIO E TRANSPORTES RAMTHUN LTDA. CPF/CNPJ : 85.459.857/0001-27  
Contribuinte : 28118 - CONRADO KANENBERG CPF/CNPJ : 781.327.039-87  
Contribuinte : 16764 - CONSIDO TIEGS CPF/CNPJ : 055.046.009-87  
Contribuinte : 38121 - CRISTA GOEDE CPF/CNPJ : 533.137.639-87  
Contribuinte : 132799 - CRISTA JANDRE CPF/CNPJ : 351.099.639-91  
Contribuinte : 247863 - CRISTIAN HERMANN JAEPELT - ME CPF/CNPJ : 09.173.242/0001-51  
Contribuinte : 489018 - CRISTIAN HORNBERG CPF/CNPJ : 064.907.369-00  
Contribuinte : 7021 - CRISTIANE CARDOZO CPF/CNPJ : 038.722.849-75  
Contribuinte : 133191 - CRISTIANO ALEXANDRE BODDENBERG CPF/CNPJ : 833.251.829-68  
Contribuinte : 61379 - CURT EWALD CPF/CNPJ : 380.315.319-00  
Contribuinte : 9377 - CURT KOENIG - ESP. CPF/CNPJ : 055.042.609-49  
Contribuinte : 358444 - CZ BRASIL - IND. E COM. DE ARMAS E MUNICOES LTDA. CNPJ : 17.922.842/0001-01  
Contribuinte : 180378 - DAGOBERTO KLOTZ ME CPF/CNPJ : 05.804.320/0001-18  
Contribuinte : 144177 - DAHBYA AOMAR BEN HOSSAIN WOLICK CPF/CNPJ : 765.023.419-34  
Contribuinte : 292982 - DAIANE KAMKE  
Contribuinte : 160202 - DALILA SIEWERDT CPF/CNPJ : 947.044.309-87  
Contribuinte : 182168 - DAMARIS BAHR CPF/CNPJ : 833.232.449-15  
Contribuinte : 310247 - DAMARIS ISABEL REINKE WIENEN CPF/CNPJ : 005.575.579-84  
Contribuinte : 180998 - DANIEL ALCIDIO SCHWANZ CPF/CNPJ : 942.478.389-20  
Contribuinte : 282081 - DANIEL CRISTIANO SPREDEMANN CPF/CNPJ : 065.587.769-01  
Contribuinte : 185930 - DANIEL DE SOUZA CPF/CNPJ : 025.328.879-74  
Contribuinte : 280119 - DANIEL DE SOUZA PEREIRA CPF/CNPJ : 712.118.969-00  
Contribuinte : 452068 - DANIEL EDNEI ZEPLIN CPF/CNPJ : 038.462.669-65  
Contribuinte : 492345 - DANIELA CRISTINA GLASENAPP SEMKE CPF/CNPJ : 039.676.689-75  
Contribuinte : 491578 - DANIELA VANESSA ZEPLIN CPF/CNPJ : 048.411.009-89  
Contribuinte : 148822 - DANYS CLAY BUGMANN CPF/CNPJ : 675.231.459-49  
Contribuinte : 20893 - DARCI CARLOS JANDREY - ESP. CPF/CNPJ : 285.050.349-53  
Contribuinte : 65382 - DARCI STRELOW CPF/CNPJ : 006.174.529-46

Contribuinte : 28290 - DARCIO JANDRE CPF/CNPJ : 562.308.859-72  
Contribuinte : 141593 - DARIO PASSAURA CPF/CNPJ : 902.104.689-04  
Contribuinte : 45543 - DAURIO MANSKE CPF/CNPJ : 842.733.059-68  
Contribuinte : 284459 - DEBORA JOANE SCHUMANN KLOTZ CPF/CNPJ : 057.758.629-70  
Contribuinte : 2518 - DECIO GRUTZMACHER CPF/CNPJ : 030.962.709-53  
Contribuinte : 239348 - DECIO GUTZ CPF/CNPJ : 636.917.529-34  
Contribuinte : 243370 - DELVANIO PEREIRA CPF/CNPJ : 902.177.309-06  
Contribuinte : 215686 - DENIS DIOGO KLUGE CPF/CNPJ : 003.341.579-00  
Contribuinte : 215929 - DENISE ANDREA BORCHARDT LESSA CPF/CNPJ : 947.043.929-53  
Contribuinte : 215260 - DENISE PEIN CPF/CNPJ : 039.223.339-82  
Contribuinte : 180556 - DENIZE TEREZINHA RAHN CPF/CNPJ : 973.613.569-15  
Contribuinte : 127590 - DERLI CARDOSO DOS SANTOS CPF/CNPJ : 854.506.859-04  
Contribuinte : 232220 - DIANI FRANCISCA BAEHR GALL CPF/CNPJ : 987.624.869-34  
Contribuinte : 223808 - DIETER SIEWERDT CPF/CNPJ : 674.391.959-49  
Contribuinte : 62014 - DIETER VILMAR RADUENZ CPF/CNPJ : 740.262.409-91  
Contribuinte : 287067 - DILMA CAMILO SAUER CPF/CNPJ : 881.087.919-87  
Contribuinte : 224243 - DIRCEIA PEREIRA CPF/CNPJ : 715.795.409-53  
Contribuinte : 296252 - DIRLEI DANIEL XAVIER CPF/CNPJ : 741.348.259-20  
Contribuinte : 239291 - DJAVAN RANGEL CARRENHO - ME CPF/CNPJ : 08.729.390/0001-47  
Contribuinte : 449199 - DJS MANUTENÇÃO MECÂNICA E APERF. LTDA - ME CPF/CNPJ : 22.084.225/0001-06  
Contribuinte : 77356 - DOLORES MASS CPF/CNPJ : 674.845.579-00  
Contribuinte : 279617 - DOMASIR CORREIA DE LARA CPF/CNPJ : 512.754.819-49  
Contribuinte : 221686 - DORITA WEBER CPF/CNPJ : 005.320.099-32  
Contribuinte : 322474 - DSL ADMINISTRADORA DE BENS LTDA. CPF/CNPJ : 08.538.874/0001-09  
Contribuinte : 424811 - EBRESSAN REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA CPF/CNPJ : 20.269.720/0001-64  
Contribuinte : 9474 - ECIO REIMER CPF/CNPJ : 421.418.349-53  
Contribuinte : 35050 - EDELFONSO BAEHR - ESP. CPF/CNPJ : 055.042.369-91  
Contribuinte : 41092 - EDELTRAUT BEIER CPF/CNPJ : 733.190.829-49  
Contribuinte : 158186 - EDEMAR MUELLER CPF/CNPJ : 562.313.939-68  
Contribuinte : 43184 - EDEMIR JUST CPF/CNPJ : 767.321.269-20  
Contribuinte : 45942 - EDEMIR ROMIG CPF/CNPJ : 743.309.859-34  
Contribuinte : 322725 - EDERSON CRISTIANO DE OLIVEIRA CPF/CNPJ : 084.015.749-51  
Contribuinte : 118680 - EDILSON WALTER WESTPHAL CPF/CNPJ : 902.624.179-87  
Contribuinte : 471054 - EDINA FERNANDA WACHHOLZ CPF/CNPJ : 051.399.039-97  
Contribuinte : 278343 - EDIR TOMAZ CPF/CNPJ : 045.191.149-00  
Contribuinte : 17485 - EDIS JOSE MENGARDA CPF/CNPJ : 531.325.059-00  
Contribuinte : 24147 - EDSON HILLE CPF/CNPJ : 419.176.939-15  
Contribuinte : 221619 - EDSON WOLFART CPF/CNPJ : 761.046.729-49  
Contribuinte : 268275 - EDUARDO DA COSTA BATISTA CPF/CNPJ

: 259.055.488-54

Contribuinte : 357952 - EDUARDO GUENTHER CPF/CNPJ : 071.658.459-09

Contribuinte : 313319 - EDUARDO HENRIQUE MONTANS VICENTINI CPF/CNPJ : 061.402.998-88

Contribuinte : 226360 - EDUARDO LEMKE CPF/CNPJ : 027.046.379-89

Contribuinte : 155705 - EDUARDO LUIZ BORTONCELLO CPF/CNPJ : 788.119.379-49

Contribuinte : 13625 - EDUARDO SCHROEDER CPF/CNPJ : 543.503.529-53

Contribuinte : 18082 - EGIDIO ZILSE - ESP. CPF/CNPJ : 421.395.039-53

Contribuinte : 30414 - EGOLF HORNURG CPF/CNPJ : 381.979.879-04

Contribuinte : 21512 - EGON DA COSTA VOLKMANN CPF/CNPJ : 399.918.499-04

Contribuinte : 36773 - EGON MICHEL CPF/CNPJ : 419.149.709-00

Contribuinte : 136328 - ELAINE CRISTINA KONELL CPF/CNPJ : 039.348.359-29

Contribuinte : 39691 - ELCIO ALFREDO VOGEL CPF/CNPJ : 579.750.609-25

Contribuinte : 146366 - ELCIO LANGE CPF/CNPJ : 726.823.379-53

Contribuinte : 27537 - ELEMAR FRANCENER CPF/CNPJ : 000.459.539-45

Contribuinte : 298247 - ELENISE MATHIAS CPF/CNPJ : 687.133.809-82

Contribuinte : 14575 - ELFI KREHNKE - ESP. CPF/CNPJ : 420.897.009-04

Contribuinte : 2836 - ELFONSO HASSE - ESPOLIO CPF/CNPJ : 019.729.369-72

Contribuinte : 141542 - ELIA GLATZ KRUMM CPF/CNPJ : 588.517.559-49

Contribuinte : 306541 - ELIA MASKE 57332398915 CPF/CNPJ : 12.855.393/0001-02

Contribuinte : 286702 - ELIAKIN PRADA KOEHN CPF/CNPJ : 089.855.489-64

Contribuinte : 229580 - ELIAS JOSUE JANDRE CPF/CNPJ : 074.301.509-69

Contribuinte : 12840 - ELIBERT TESKE CPF/CNPJ : 421.403.319-15

Contribuinte : 185108 - ELINA MARIA DA SILVA CPF/CNPJ : 789.484.959-68

Contribuinte : 142034 - ELIO ANDROCZEWECZ CPF/CNPJ : 016.593.149-33

Contribuinte : 266361 - ELIO LEMKE CPF/CNPJ : 573.321.509-72

Contribuinte : 358886 - ELISA WEEGE CPF/CNPJ : 017.463.579-67

Contribuinte : 18120 - ELISABETH CLARA ALTENFELDER SILVA CPF/CNPJ : 039.712.608-53

Contribuinte : 470120 - ELISAMA LAIS DUARTE CPF/CNPJ : 099.579.899-01

Contribuinte : 408611 - ELIZABETH HACKBARTH OECHSLER CPF/CNPJ : 612.734.149-34

Contribuinte : 116920 - ELIZABETH MARIA JARDIM WEBER CPF/CNPJ : 050.556.509-90

Contribuinte : 310328 - ELLEN CRISTINA FLOHR CPF/CNPJ : 973.610.389-72

Contribuinte : 195650 - ELLEN MERI DALLMANN KAMKE CPF/CNPJ : 965.644.749-20

Contribuinte : 41734 - ELMO BACHMANN CPF/CNPJ : 381.996.539-49

Contribuinte : 26549 - ELMO DALLMANN CPF/CNPJ : 163.200.349-04

Contribuinte : 13846 - ELMO SELL - ESPOLIO CPF/CNPJ : 154.244.219-20

Contribuinte : 140 - ELRITA KURTH CPF/CNPJ : 776.930.439-34

Contribuinte : 6009 - ELZIDO KOPP CPF/CNPJ : 310.457.669-68

Contribuinte : 39233 - ELZIRA CARDOSO CPF/CNPJ : 217.451.299-87

Contribuinte : 18813 - EMIR ONESIO KNOPF CPF/CNPJ :

588.516.159-34

Contribuinte : 230634 - EMPORIO VIP CONFECÇOES LTDA ME CPF/CNPJ : 01.787.389/0001-20

Contribuinte : 655 - EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA GK LTDA EPP CPF/CNPJ : 75.891.341/0001-01

Contribuinte : 498823 - ENGEQUAL SOLUÇÕES TECNICAS EM ME LTDA. ME CPF/CNPJ : 13.205.748/0001-72

Contribuinte : 59170 - ERIBERTO SCHOFFER FI ME CPF/CNPJ : 02.504.170/0001-39

Contribuinte : 39004 - ERICO BONATTI CPF/CNPJ : 419.154.299-00

Contribuinte : 222690 - ERNA FRIDA MERTENS CPF/CNPJ : 004.265.979-58

Contribuinte : 47686 - ESCAMBO - SERVIÇOS DE ESC.E APOIO ADM. EIRELIME CPF/CNPJ : 78.359.809/0001-00

Contribuinte : 50296 - ESCULTURAS MULLER LTDA ME CPF/CNPJ : 76.367.689/0001-59

Contribuinte : 27065 - EUCLIDES DOS SANTOS CPF/CNPJ : 639.513.719-00

Contribuinte : 260932 - EVANDRO LUIS DE MIRA CPF/CNPJ : 024.623.229-30

Contribuinte : 176800 - EVERALDO BAUER CPF/CNPJ : 692.914.899-72

Contribuinte : 357014 - EXS INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA CPF/CNPJ : 18.138.088/0001-78

Contribuinte : 275883 - FABIANA CAROLINA SCHMIDT CPF/CNPJ : 036.465.269-12

Contribuinte : 326224 - FABIANE DE CASSIA CUNHAGO CPF/CNPJ : 053.725.789-63

Contribuinte : 361100 - FABIANE TEIXEIRA DA SILVA CPF/CNPJ : 925.523.310-68

Contribuinte : 274380 - FABIANO CRISTIAN BESEN CPF/CNPJ : 058.222.199-42

Contribuinte : 272086 - FABIANO DA SILVA MACEDO CPF/CNPJ : 286.115.938-39

Contribuinte : 192953 - FABIANO PATRIK EWALD CPF/CNPJ : 031.438.979-29

Contribuinte : 219592 - FABIANO PEIN CPF/CNPJ : 029.975.009-40

Contribuinte : 69175 - FABIANO ROSA BEHLING CPF/CNPJ : 983.753.939-91

Contribuinte : 354821 - FABIO DA SILVA ANDRADE CPF/CNPJ : 059.353.739-47

Contribuinte : 227706 - FABIO JONAS ZECH CPF/CNPJ : 009.660.259-70

Contribuinte : 305332 - FABIO LUIZ SANTOS CPF/CNPJ : 133.804.388-98

Contribuinte : 6335 - FABIO RAFAEL VOLKMANN CPF/CNPJ : 033.304.499-18

Contribuinte : 313912 - FABIO ROCHA CPF/CNPJ : 043.724.209-94

Contribuinte : 255440 - FABIO RODRIGUES CPF/CNPJ : 057.313.759-50

Contribuinte : 256145 - FAMA MALHAS EIRELI - ME CPF/CNPJ : 09.501.228/0001-30

Contribuinte : 342548 - FATIMA APARECIDA DE SOUZA 07100961947 CPF/CNPJ : 16.945.368/0001-62

Contribuinte : 413348 - FELIPE TRETTIN CPF/CNPJ : 050.107.199-75

Contribuinte : 428370 - FERNANDA REGINA HOELTGEBAUM CPF/CNPJ : 100.621.159-44

Contribuinte : 181188 - FERNANDO AUGUSTO SOARES CPF/CNPJ : 005.267.849-03

Contribuinte : 434434 - FERNANDO COUTO CORREA-APOIO ADM.-ME CPF/CNPJ : 19.893.222/0001-09

Contribuinte : 436267 - FERNANDO DOERING MEINICKE CPF/CNPJ : 025.125.869-60

Contribuinte : 50024 - FLEXISTANDART IND COM PLASTICOS LTDA CPF/CNPJ : 81.860.702/0001-47

Contribuinte : 330701 - FRANCIELA HASKEL DOS SANTOS CPF/CNPJ : 008.121.519-33

Contribuinte : 196231 - FRANCISCO HORNURG CPF/CNPJ :

951.562.839-34  
Contribuinte : 239100 - FRED HERMANN KOCH CPF/CNPJ : 636.916.209-49  
Contribuinte : 159980 - FRED JONAS FRAHM CPF/CNPJ : 863.748.009-82  
Contribuinte : 5096 - FRED ROLF SCHOENFELDER CPF/CNPJ : 290.915.199-91  
Contribuinte : 35076 - FREDEMAR KOCH CPF/CNPJ : 131.671.209-59  
Contribuinte : 64122 - FREDERICO PISKE CPF/CNPJ : 380.321.989-20  
Contribuinte : 158569 - FREDI ZMAZEK GOEDE CPF/CNPJ : 573.327.709-20  
Contribuinte : 25313 - FREIMUNDO ERDMANN - ESPOLIO CPF/CNPJ : 248.897.509-59  
Contribuinte : 196665 - FREIMUNDO KOEHLER E OUTROS CPF/CNPJ : 217.511.379-53  
Contribuinte : 2666 - FREYMUNDO MULLER CPF/CNPJ : 123.036.409-97  
Contribuinte : 23108 - FRIDA RAMLOW - ESP. CPF/CNPJ : 419.171.209-82  
Contribuinte : 295744 - FRIDOLIN WOIDE CPF/CNPJ : 291.330.339-00  
Contribuinte : 34975 - FRIEDEMANN INGOMAR THEODORO HOLZINGER CPF/CNPJ : 005.083.739-72  
Contribuinte : 435856 - G M D - REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. CPF/CNPJ : 21.216.487/0001-14  
Contribuinte : 329266 - GABRIEL ANDERSON KUFKY CPF/CNPJ : 060.756.709-04  
Contribuinte : 148350 - GELASIO GAULKE CPF/CNPJ : 842.752.519-20  
Contribuinte : 16314 - GENIVAL NOGUEIRA DIAS CPF/CNPJ : 335.947.599-20  
Contribuinte : 29661 - GERARD MAASS CPF/CNPJ : 030.964.839-49  
Contribuinte : 200433 - GERHARDT SCHUBERT - ESP. CPF/CNPJ : 290.913.909-30  
Contribuinte : 144533 - GERMANO KRAHN CPF/CNPJ : 976.240.989-20  
Contribuinte : 27952 - GERNOTT KRUEGER CPF/CNPJ : 419.162.719-87  
Contribuinte : 44539 - GEROLD BORCHARDT CPF/CNPJ : 380.559.459-34  
Contribuinte : 323764 - GEROLD GUMZ CPF/CNPJ : 466.382.029-87  
Contribuinte : 24171 - GEROLD SIEWERT CPF/CNPJ : 291.224.309-20  
Contribuinte : 64009 - GERSON INGO DA VEIGA CPF/CNPJ : 019.944.249-58  
Contribuinte : 148318 - GERSON KUHLE CPF/CNPJ : 845.804.029-87  
Contribuinte : 29289 - GERSON WACHHOLZ CPF/CNPJ : 420.899.729-04  
Contribuinte : 142077 - GERSON ZILZ CPF/CNPJ : 833.250.009-59  
Contribuinte : 16896 - GERTRUDES DALLMANN - ESP. CPF/CNPJ : 000.000.000-00  
Contribuinte : 174254 - GERVASIO DE OLIVEIRA CPF/CNPJ : 698.904.479-91  
Contribuinte : 73768 - GILBERTO BENO GNEWUCH CPF/CNPJ : 842.733.309-97  
Contribuinte : 269778 - GILBERTO GRUBERT CPF/CNPJ : 022.060.419-36  
Contribuinte : 439770 - GILDA NONATA CORTEZ - ESP. CPF/CNPJ : 437.129.242-91  
Contribuinte : 277282 - GILMAR HASS CPF/CNPJ : 008.259.379-57  
Contribuinte : 151270 - GILMAR HERMANN GOEDE CPF/CNPJ : 419.201.809-82  
Contribuinte : 192520 - GILMAR KOCH CPF/CNPJ : 921.090.479-68  
Contribuinte : 218073 - GILSON MARQUES VIEIRA CPF/CNPJ : 008.242.079-39  
Contribuinte : 268771 - GILSON SCHADE CPF/CNPJ : 907.133.899-15

Contribuinte : 152510 - GLORIA WEIDGENANT CAMPELO CPF/CNPJ : 421.425.719-72  
Contribuinte : 457639 - GOEDE INCORPORADORA EIRELI ME CPF/CNPJ : 22.906.817/0001-66  
Contribuinte : 309486 - GRACIELA FRANCOISE RISTOW LISCOWITZ CPF/CNPJ : 014.836.349-06  
Contribuinte : 373400 - GRASIELLI GESSNER CPF/CNPJ : 073.170.029-50  
Contribuinte : 196703 - GRAZIELA CRISPIM VIEIRA CPF/CNPJ : 028.181.829-05  
Contribuinte : 124850 - GUILHERME LINDEMANN JUNIOR CPF/CNPJ : 019.947.899-64  
Contribuinte : 480754 - H.S.C. CONFECÇÕES LTDA - ME CPF/CNPJ : 24.527.030/0001-19  
Contribuinte : 411434 - HALISON ALAIR HAMMES 03650661926 CPF/CNPJ : 19.143.702/0001-52  
Contribuinte : 130974 - HAMILTON BARG CPF/CNPJ : 694.812.709-63  
Contribuinte : 26794 - HANS HEIDORN - ESP. CPF/CNPJ : 290.914.119-53  
Contribuinte : 63274 - HARBS ADMINISTRADORA DE BENS LTDA CPF/CNPJ : 02.964.264/0001-90  
Contribuinte : 1279 - HARIWALD RESNER CPF/CNPJ : 291.301.589-15  
Contribuinte : 27464 - HAROLD BRUNO MAX JOAO HOFFMANN - ESP. CPF/CNPJ : 312.631.279-91  
Contribuinte : 31550 - HAROLDO ERDMANN - ESP. CPF/CNPJ : 380.540.949-49  
Contribuinte : 2950 - HARRI MEIER CPF/CNPJ : 068.948.289-20  
Contribuinte : 172880 - HARRY HACKBARTH CPF/CNPJ : 123.035.189-20  
Contribuinte : 13064 - HARRY KONELL CPF/CNPJ : 019.732.409-63  
Contribuinte : 43737 - HARRY VIERGUTZ CPF/CNPJ : 380.952.629-00  
Contribuinte : 433209 - HASSE - CONTABILIDADE E SER. DE ESC. LTDA ME CPF/CNPJ : 20.219.893/0001-78  
Contribuinte : 73792 - HEIKE WEEGE CPF/CNPJ : 674.391.609-91  
Contribuinte : 14672 - HEINRICH MAAS CPF/CNPJ : 419.140.079-72  
Contribuinte : 66109 - HEINZ LOHSE CPF/CNPJ : 399.942.289-00  
Contribuinte : 36960 - HEINZ PFUETZENREITER - ESP. CPF/CNPJ : 019.740.509-63  
Contribuinte : 25526 - HEINZ RAUH - ESPOLIO CPF/CNPJ : 154.242.439-91  
Contribuinte : 354708 - HEITOR RUBENS BAILER CPF/CNPJ : 380.133.809-63  
Contribuinte : 18597 - HELENA KOHN - ESP. CPF/CNPJ : 907.785.379-00  
Contribuinte : 2100 - HELENA RADTKE - ESP. CPF/CNPJ : 573.326.229-04  
Contribuinte : 248371 - HELIO BARBOSA FONTES CPF/CNPJ : 644.098.489-68  
Contribuinte : 44580 - HELMUTH RADUENZ CPF/CNPJ : 304.118.239-49  
Contribuinte : 9512 - HENRIQUE BUTZKE - ESP. CPF/CNPJ : 774.376.839-20  
Contribuinte : 10642 - HENRIQUE DREWS FILHO - ESPOLIO CPF/CNPJ : 123.038.449-91  
Contribuinte : 31763 - HERBERT KNOPF CPF/CNPJ : 716.142.149-72  
Contribuinte : 7307 - HERBERT WOLICK CPF/CNPJ : 114.196.289-68  
Contribuinte : 28452 - HERTA FALK CPF/CNPJ : 014.354.449-73  
Contribuinte : 43800 - HILBERTO LUEDTKE CPF/CNPJ : 104.274.659-15  
Contribuinte : 307823 - HILMA SCHUMACHER CPF/CNPJ : 968.002.759-72  
Contribuinte : 421103 - HORST DUMKE CPF/CNPJ : 351.633.059-72

Contribuinte : 63703 - HORST LACH CPF/CNPJ : 584.378.869-53  
Contribuinte : 139602 - HORST WIRTH CPF/CNPJ : 309.260.259-53  
Contribuinte : 317772 - HP MOTOS E PRAIA LTDA-ME CPF/CNPJ : 10.368.909/0001-50  
Contribuinte : 56685 - HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO CPF/CNPJ : 01.701.201/0147-24  
Contribuinte : 30422 - HUBERTO UTECH CPF/CNPJ : 246.568.529-53  
Contribuinte : 16500 - HUBERTO VOLKMANN - ESP. CPF/CNPJ : 381.993.439-15  
Contribuinte : 118656 - HUGO RAMLOW NETO CPF/CNPJ : 824.586.269-04  
Contribuinte : 345679 - HUSTAVO CORREA DA SILVA CPF/CNPJ : 372.587.969-91  
Contribuinte : 17159 - ILARIO TIEDT CPF/CNPJ : 420.916.249-34  
Contribuinte : 35599 - ILARIO TIMM CPF/CNPJ : 725.676.609-25  
Contribuinte : 11843 - ILDO HOEFT CPF/CNPJ : 399.915.209-53  
Contribuinte : 306169 - ILSATRAUT GOEDE WACHHOLZ CPF/CNPJ : 656.718.137-00  
Contribuinte : 49700 - IMOBILIARIA KRAUSE LTDA ME CPF/CNPJ : 95.857.389/0001-00  
Contribuinte : 267171 - INESIO KREHNKE CPF/CNPJ : 776.931.329-53  
Contribuinte : 201235 - INGALISE KRUEGER MANSKE CPF/CNPJ : 812.018.699-00  
Contribuinte : 121843 - INGOBERT STRUTZ CPF/CNPJ : 583.649.199-20  
Contribuinte : 75728 - INGOMAR HACKBARTH CPF/CNPJ : 674.396.919-20  
Contribuinte : 304573 - IRENE KANISS CPF/CNPJ : 028.291.929-58  
Contribuinte : 129933 - IRINEU KLOTZ - ESP. CPF/CNPJ : 291.329.169-49  
Contribuinte : 124206 - IRIO WOLLIICK CPF/CNPJ : 565.984.089-20  
Contribuinte : 15253 - IRIS GLASENAPP MIKOSSEIT CPF/CNPJ : 674.848.089-20  
Contribuinte : 58378 - IRMA HELENA WOLFART CPF/CNPJ : 907.337.899-00  
Contribuinte : 32689 - IRMA RADUENS - ESP. CPF/CNPJ : 380.562.249-04  
Contribuinte : 43052 - IRTON VOIGT CPF/CNPJ : 660.444.219-53  
Contribuinte : 293350 - ISOLDE ALVES DE OLIVEIRA CPF/CNPJ : 381.911.219-72  
Contribuinte : 226815 - ITACOLOMI INCORPORACOES IMOBILIARIAS LTDA. CPF/CNPJ : 83.133.694/0001-62  
Contribuinte : 114367 - IVAN DANIEL PISKE CPF/CNPJ : 907.781.899-53  
Contribuinte : 9458 - IVANALDO GREUEL CPF/CNPJ : 525.347.409-97  
Contribuinte : 14486 - IVANILDE BERNARDETE BORCHARDT CPF/CNPJ : 533.132.089-91  
Contribuinte : 177024 - IVETE PEZENATTO ME CPF/CNPJ : 05.701.220/0001-66  
Contribuinte : 241121 - IVO BETTA CPF/CNPJ : 842.645.009-15  
Contribuinte : 9490 - IVO DA SILVA JUNIOR CPF/CNPJ : 382.001.049-15  
Contribuinte : 134490 - IVO MARQUARDT CPF/CNPJ : 351.129.809-15  
Contribuinte : 21334 - IVO REINKE CPF/CNPJ : 794.006.129-15  
Contribuinte : 68276 - IVO STAHNKE CPF/CNPJ : 363.987.307-63  
Contribuinte : 12041 - IVONE BAHR RAMTHUM CPF/CNPJ : 294.592.069-72  
Contribuinte : 174157 - IVONE DE FATIMA GIACHINI E OUTROS CPF/CNPJ : 717.700.389-49  
Contribuinte : 301582 - IVONE MARIA MARCOLLA CPF/CNPJ : 891.370.359-91  
Contribuinte : 44385 - IVONE MAZZI CPF/CNPJ : 380.682.499-15  
Contribuinte : 136883 - IZELDA REUS GUNTHER CPF/CNPJ : 827.904.269-53  
Contribuinte : 353540 - J A TRANSPORTES E COMÉRCIO EIRELI

ME CPF/CNPJ : 18.038.010/0001-81  
Contribuinte : 181560 - JACKSON EDUARDO DAZCHEN CPF/CNPJ : 026.329.019-01  
Contribuinte : 198706 - JACKSON SIEWERDT CPF/CNPJ : 007.546.609-07  
Contribuinte : 486191 - JACQUES FERNANDO HARDT CPF/CNPJ : 009.637.709-77  
Contribuinte : 336068 - JADIR TARTARI CPF/CNPJ : 035.795.929-98  
Contribuinte : 309079 - JAIME FRIESE CPF/CNPJ : 781.330.259-15  
Contribuinte : 17760 - JAIME KOEHN CPF/CNPJ : 041.510.229-45  
Contribuinte : 263559 - JAIR DE LIMA CPF/CNPJ : 000.000.000-00  
Contribuinte : 284505 - JAIR JOSE FERREIA RAMOS CPF/CNPJ : 856.923.369-87  
Contribuinte : 172952 - JAIRO STARKE CPF/CNPJ : 019.959.009-58  
Contribuinte : 32743 - JAIRTON SIEVERT CPF/CNPJ : 690.552.549-91  
Contribuinte : 216941 - JAISON JOAQUIM FLOHR CPF/CNPJ : 046.151.919-44  
Contribuinte : 281093 - JAISON PEREIRA DE OLIVEIRA CPF/CNPJ : 004.968.109-52  
Contribuinte : 202762 - JANDIR GREUEL CPF/CNPJ : 047.969.879-16  
Contribuinte : 178799 - JAQUELINE RAMLOW CPF/CNPJ : 567.095.109-30  
Contribuinte : 488380 - JASB PISOS DE CONCRETO LTDA ME CPF/CNPJ : 15.712.179/0001-87  
Contribuinte : 62200 - JEAN CARLOS NICOLETTO CPF/CNPJ : 025.550.669-42  
Contribuinte : 134171 - JEFERSON LUIZ DE MIRANDA CPF/CNPJ : 582.591.209-68  
Contribuinte : 229326 - JEFERSON SIEWERDT CPF/CNPJ : 061.186.169-06  
Contribuinte : 239623 - JESSICA LILIAN RADUENZ CPF/CNPJ : 064.750.929-67  
Contribuinte : 470333 - JESSIKA NICOLE VACITE CPF/CNPJ : 128.443.507-55  
Contribuinte : 337943 - JGA SERVIÇOS LTDA ME CPF/CNPJ : 15.700.142/0001-39  
Contribuinte : 286524 - JOANA CRISTINA ACHTERBERG CPF/CNPJ : 031.570.659-71  
Contribuinte : 121061 - JOAO CARLOS DOS SANTOS CPF/CNPJ : 794.008.689-87  
Contribuinte : 407453 - JOAO NOEL DE SOUZA OLIVEIRA CPF/CNPJ : 687.090.729-34  
Contribuinte : 13609 - JOAO RODRIGUES CPF/CNPJ : 379.304.279-00  
Contribuinte : 436445 - JOAQUIM JONAS DEMARCHI ME CPF/CNPJ : 21.287.425/0001-01  
Contribuinte : 212920 - JOCELAINE VALCARENGHI CPF/CNPJ : 043.526.139-83  
Contribuinte : 487783 - JOCEMAR WEISS CPF/CNPJ : 037.371.219-74  
Contribuinte : 230251 - JOCEMIR CAMILO SAUER CPF/CNPJ : 035.796.489-69  
Contribuinte : 354600 - JOHANNES ALLAN FLEMMING CPF/CNPJ : 052.571.269-07  
Contribuinte : 499072 - JOHNI LEONARDO PISKE ME CPF/CNPJ : 26.591.310/0001-11  
Contribuinte : 228591 - JONAS JANTZ CPF/CNPJ : 895.192.309-63  
Contribuinte : 144282 - JONAS SELL CPF/CNPJ : 965.644.319-53  
Contribuinte : 329193 - JONATHAN DIEGO MICHELS CPF/CNPJ : 060.228.379-52  
Contribuinte : 66168 - JONATHAN ENGEL CPF/CNPJ : 532.246.399-20  
Contribuinte : 357170 - JONATHAN FERNANDO DA SILVA CPF/CNPJ : 047.178.979-86  
Contribuinte : 172669 - JONATHAN FISCHER CPF/CNPJ : 034.097.819-86

Contribuinte : 44059 - JORGE BUTTGEN - ESP. CPF/CNPJ : 246.569.769-20  
Contribuinte : 16861 - JORGE LUIZ FRANZENER CPF/CNPJ : 559.809.889-04  
Contribuinte : 233617 - JOSANI DE LIMA GODOY CPF/CNPJ : 018.044.609-66  
Contribuinte : 39136 - JOSE BONATTI CPF/CNPJ : 419.171.979-34  
Contribuinte : 273376 - JOSE CARLOS CORREIA CPF/CNPJ : 217.814.359-87  
Contribuinte : 148768 - JOSE CARLOS MATHIAS CPF/CNPJ : 040.371.569-54  
Contribuinte : 186600 - JOSE JALVIR DOS SANTOS CPF/CNPJ : 806.355.200-87  
Contribuinte : 285200 - JOSE MARIA SIEWERT CORNETET CPF/CNPJ : 639.154.569-34  
Contribuinte : 3522 - JOSE ODAIR ALBUQUERQUE CPF/CNPJ : 444.141.539-72  
Contribuinte : 190896 - JOSE SILVESTRE DOS SANTOS CPF/CNPJ : 670.460.889-34  
Contribuinte : 195324 - JOSE VALMIR SIEBENEICHLER CPF/CNPJ : 866.723.479-68  
Contribuinte : 273481 - JOSEMAR DA SILVA CPF/CNPJ : 924.154.829-00  
Contribuinte : 425990 - JOSIANE ODORIZZI KANNENBERG - ME CPF/CNPJ : 19.908.000/0001-12  
Contribuinte : 263613 - JOSLEI HASCKEL MENEGATTI CPF/CNPJ : 085.599.599-80  
Contribuinte : 134961 - JOÃO JAIR DOS SANTOS CPF/CNPJ : 020.650.059-98  
Contribuinte : 450987 - JP HETTERICH ADM. DE BENS IMÓVEIS LTDA CPF/CNPJ : 22.279.550/0001-24  
Contribuinte : 459020 - JUAREZ ANTUNES VELHO CPF/CNPJ : 707.689.439-49  
Contribuinte : 73962 - JULIANA FRAHM CPF/CNPJ : 898.554.509-49  
Contribuinte : 122386 - JULIANA MILCHERT CPF/CNPJ : 895.189.189-53  
Contribuinte : 470767 - JULIANA MILCHERT ME CPF/CNPJ : 24.011.803/0001-00  
Contribuinte : 336106 - JULIANO ROGERIO WOLICK CPF/CNPJ : 974.224.529-00  
Contribuinte : 140970 - KARLA SCHLEY JACINTO CPF/CNPJ : 898.554.779-87  
Contribuinte : 140902 - KARLA SCHLEY JACINTO ME CPF/CNPJ : 03.613.741/0001-36  
Contribuinte : 64459 - KATE REGINA BRUCH RADUENZ CPF/CNPJ : 901.415.209-49  
Contribuinte : 310816 - KATIA SIEWERDT UTECH 75148269987 CPF/CNPJ : 13.237.083/0001-89  
Contribuinte : 471658 - KEKO RESTAURANTE LTDA - ME CPF/CNPJ : 10.805.033/0001-62  
Contribuinte : 73970 - KENNEDY PLASTICOS LTDA ME CPF/CNPJ : 03.380.749/0001-08  
Contribuinte : 1929 - KLAUS GERNOT JAHNKE CPF/CNPJ : 081.529.779-34  
Contribuinte : 56286 - KLEBBER PRESENTES LTDA ME CPF/CNPJ : 01.540.122/0001-33  
Contribuinte : 30317 - LAERTE UTECH CPF/CNPJ : 380.545.909-20  
Contribuinte : 62820 - LAURA BUTZKE CPF/CNPJ : 781.330.419-53  
Contribuinte : 346390 - LAURA GOLL CPF/CNPJ : 728.147.729-53  
Contribuinte : 18201 - LAURINO KAMCHEN CPF/CNPJ : 291.332.389-87  
Contribuinte : 13480 - LAURO MAAS CPF/CNPJ : 871.276.879-00  
Contribuinte : 32174 - LAURO SCHWEDER CPF/CNPJ : 726.821.759-53  
Contribuinte : 466174 - LEANDRO CORREIA CPF/CNPJ : 072.744.419-06  
Contribuinte : 440809 - LEANDRO GLATZ CPF/CNPJ : 067.009.149-90

Contribuinte : 134007 - LEANDRO LEONARDO CPF/CNPJ : 929.310.907-78  
Contribuinte : 149500 - LEANDRO ROGERIO REINKE CPF/CNPJ : 918.564.699-72  
Contribuinte : 117064 - LEANDRO ROMIG DE LIMA CPF/CNPJ : 901.169.179-20  
Contribuinte : 218596 - LEANDRO WERLING CPF/CNPJ : 853.725.529-72  
Contribuinte : 489310 - LEBEN UND GESUNDHEIT LTDA ME CPF/CNPJ : 25.166.079/0001-56  
Contribuinte : 45152 - LEDY GRAFF CPF/CNPJ : 345.862.709-00  
Contribuinte : 208655 - LEILA DENISE WOLTER CPF/CNPJ : 842.733.569-53  
Contribuinte : 222372 - LENICE ANDRADE CPF/CNPJ : 020.304.009-04  
Contribuinte : 42897 - LEOCLIDES ADEMILDO DANELESKI CPF/CNPJ : 220.101.069-20  
Contribuinte : 27219 - LEOPOLDINA BARG CPF/CNPJ : 690.914.399-04  
Contribuinte : 190470 - LETICIA ALANA GOEDE CPF/CNPJ : 085.801.029-10  
Contribuinte : 4782 - LEVI TERCA HOEGEN CPF/CNPJ : 005.187.319-28  
Contribuinte : 326720 - LGW EMBALAGENS LTDA ME CPF/CNPJ : 14.601.288/0001-64  
Contribuinte : 347361 - LIANA VIEIRA KULKAMP CPF/CNPJ : 068.980.114-99  
Contribuinte : 75744 - LICKFELD ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA ME CPF/CNPJ : 03.874.075/0001-90  
Contribuinte : 164666 - LIDIANE THAIS VOLKMANN CPF/CNPJ : 973.617.479-49  
Contribuinte : 150053 - LIDIO LENEY BRYCH CPF/CNPJ : 756.999.669-00  
Contribuinte : 470929 - LIEGE FERREIRA BLAUTH CPF/CNPJ : 523.308.509-72  
Contribuinte : 184438 - LINDOMAR SANDRI CPF/CNPJ : 042.075.319-20  
Contribuinte : 16837 - LINO SIEWERDT - ESP. CPF/CNPJ : 248.946.219-91  
Contribuinte : 328820 - LISANDRA THALITA VOLKMANN CPF/CNPJ : 010.636.279-82  
Contribuinte : 65285 - LORENA ANDRIOLLI E FILHOS CPF/CNPJ : 537.915.339-91  
Contribuinte : 65722 - LORENA BEHLING CPF/CNPJ : 704.368.949-04  
Contribuinte : 231002 - LORIVAL FERRARI CPF/CNPJ : 017.794.449-82  
Contribuinte : 280313 - LOSITA KRESSIN CPF/CNPJ : 983.755.209-34  
Contribuinte : 117528 - LOTHAR ZIBELL - ME CPF/CNPJ : 04.040.731/0001-11  
Contribuinte : 17272 - LOURIVAL KRAUSE CPF/CNPJ : 419.174.649-91  
Contribuinte : 217794 - LOURIVAL OTT CPF/CNPJ : 419.170.739-68  
Contribuinte : 114650 - LOURIVALD VIERGUTZ CPF/CNPJ : 380.562.409-34  
Contribuinte : 63711 - LRB COM. DE MADEIRAS E PREST. DE SERV. LTDA ME CPF/CNPJ : 02.994.597/0001-62  
Contribuinte : 211974 - LUANA RAQUEL BAUER CPF/CNPJ : 064.437.089-03  
Contribuinte : 297216 - LUCAS SEDREZ BHERING CPF/CNPJ : 023.371.149-02  
Contribuinte : 339520 - LUCEMAR DE OLIVEIRA CPF/CNPJ : 035.150.769-80  
Contribuinte : 267333 - LUCI RIBEIRO CARVALHO DE OLIVEIRA CPF/CNPJ : 023.265.889-75  
Contribuinte : 459968 - LUCIA GOMES CRESPO CPF/CNPJ : 755.493.010-91  
Contribuinte : 236110 - LUCIA ROMIG CPF/CNPJ : 866.122.129-34

Contribuinte : 317659 - LUCIANA BATTHA TIMM CPF/CNPJ : 033.318.359-27  
Contribuinte : 28762 - LUCIANA KUHL ARNDT E ARNALDO ARNDT CPF/CNPJ : 027.993.909-43  
Contribuinte : 323772 - LUCIANO SAMPAYO ALVES CPF/CNPJ : 976.463.930-53  
Contribuinte : 419990 - LUCIO HERCILIO TAMBOSI CPF/CNPJ : 693.097.959-72  
Contribuinte : 1414 - LUCY DO CARMO BATSCHAUER PIZZOLATTI - ESP. CPF/CNPJ : 833.230.589-68  
Contribuinte : 225819 - LUIS CARLOS PEREIRA CPF/CNPJ : 269.037.948-16  
Contribuinte : 192384 - LUIZ JOCEMAR LIMA CPF/CNPJ : 942.473.669-04  
Contribuinte : 320722 - LUZIA DAIANE DOS SANTOS UHLMANN BEWIAHN CPF/CNPJ : 041.643.389-89  
Contribuinte : 201650 - M'DER COMERCIO E SERVIÇOS HIGIÊNICOS LTDA-ME CPF/CNPJ : 07.201.652/0001-33  
Contribuinte : 8710 - MAGRIT KLEMMANN CPF/CNPJ : 420.920.519-20  
Contribuinte : 470074 - MAICON ALEXANDRE DOS SANTOS ROSA CPF/CNPJ : 000.954.160-80  
Contribuinte : 66079 - MAIKE KIPFER CPF/CNPJ : 868.572.749-91  
Contribuinte : 138231 - MAIKE REIMER REIF CPF/CNPJ : 421.417.379-15  
Contribuinte : 496189 - MAIKE VIERGUTZ CPF/CNPJ : 000.254.239-08  
Contribuinte : 145815 - MAIS TEMPO IMPRESSOES GRAFICAS LTDA ME CPF/CNPJ : 05.002.430/0001-66  
Contribuinte : 53228 - MALHAS TREZE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. CPF/CNPJ : 85.385.490/0001-44  
Contribuinte : 132403 - MANFREDO COM. DE PEDRAS E AREIAS LTDA ME CPF/CNPJ : 04.504.167/0001-40  
Contribuinte : 14621 - MARCELINO HENCKEL CPF/CNPJ : 781.322.319-53  
Contribuinte : 246964 - MARCELO JOAO DE BARROS CPF/CNPJ : 721.584.179-00  
Contribuinte : 119814 - MARCELO LEMKE CPF/CNPJ : 898.550.009-00  
Contribuinte : 428981 - MARCELO MALKOWSKI CPF/CNPJ : 047.518.079-86  
Contribuinte : 178470 - MARCELO STEINERT CPF/CNPJ : 904.994.769-72  
Contribuinte : 166456 - MARCELO TOBIAS CARVALHO CPF/CNPJ : 802.602.509-10  
Contribuinte : 315249 - MARCIA DIDIER BERTE CPF/CNPJ : 019.611.739-99  
Contribuinte : 22047 - MARCIA ERDMANN BORCHARDT CPF/CNPJ : 985.638.409-59  
Contribuinte : 312223 - MARCIA REGINA BLOEDORN CPF/CNPJ : 868.576.659-15  
Contribuinte : 38369 - MARCIANA BLANK CPF/CNPJ : 674.847.439-68  
Contribuinte : 170070 - MARCIANA GUSTMANN DOEGE CPF/CNPJ : 584.374.289-04  
Contribuinte : 17582 - MARCIANA KARLS NUNES CPF/CNPJ : 759.168.609-78  
Contribuinte : 191507 - MARCIANO CORREA CPF/CNPJ : 947.595.379-53  
Contribuinte : 273198 - MARCIANO DA SILVA CPF/CNPJ : 676.351.309-78  
Contribuinte : 30899 - MARCIANO JAIR KICKHOEFEL CPF/CNPJ : 898.018.229-53  
Contribuinte : 142182 - MARCIO CARDOSO CPF/CNPJ : 781.323.209-72  
Contribuinte : 261912 - MARCIO DOPONA CPF/CNPJ : 035.828.139-32  
Contribuinte : 143138 - MARCIO DOS REIS CPF/CNPJ : 034.302.429-24

Contribuinte : 32786 - MARCIO FISCHER CPF/CNPJ : 688.043.009-06  
Contribuinte : 192287 - MARCIO HACKBARTH CPF/CNPJ : 000.459.469-06  
Contribuinte : 116459 - MARCIO KREUTZFELD CPF/CNPJ : 812.014.009-53  
Contribuinte : 297925 - MARCIO MARCELO STASAITIS CPF/CNPJ : 936.340.729-20  
Contribuinte : 168432 - MARCIO MOACIR RIFFEL CPF/CNPJ : 588.520.779-87  
Contribuinte : 168599 - MARCIO PORATH CPF/CNPJ : 974.224.799-49  
Contribuinte : 467332 - MARCO ANTONIO MARQUES GODOY 02999128924 CPF/CNPJ : 23.641.750/0001-48  
Contribuinte : 411302 - MARCO ANTONIO SOUZA LEITE CPF/CNPJ : 023.070.667-30  
Contribuinte : 430382 - MARCO AURELIO KRESSIN CPF/CNPJ : 942.475.369-15  
Contribuinte : 207390 - MARCO TELES DE SOUZA CPF/CNPJ : 762.276.699-20  
Contribuinte : 145335 - MARCOS AURELIO KLITZKE CPF/CNPJ : 034.272.119-40  
Contribuinte : 121002 - MARCOS BEHLING CPF/CNPJ : 419.175.539-00  
Contribuinte : 65498 - MARCOS BUDDENBERG CPF/CNPJ : 907.472.679-87  
Contribuinte : 337471 - MARCOS HAROLDO FRIESEN CPF/CNPJ : 014.420.149-62  
Contribuinte : 74071 - MARCOS HORNBURG CPF/CNPJ : 743.305.789-72  
Contribuinte : 478792 - MARCOS KLABUNDE CPF/CNPJ : 034.786.279-90  
Contribuinte : 286257 - MARCOS KONIG CPF/CNPJ : 943.213.530-68  
Contribuinte : 150290 - MARCOS KUHL CPF/CNPJ : 399.931.679-91  
Contribuinte : 142328 - MARCOS MORSCH CPF/CNPJ : 918.561.169-72  
Contribuinte : 65366 - MARCOS ROBERTO DRAEGER CPF/CNPJ : 656.938.179-20  
Contribuinte : 494585 - MARGARETH DOEGE KRUEGER CPF/CNPJ : 053.319.249-80  
Contribuinte : 287946 - MARGARIDA JUNG CPF/CNPJ : 030.578.189-86  
Contribuinte : 322458 - MARIA APARECIDA CORREIA CPF/CNPJ : 025.450.739-54  
Contribuinte : 283282 - MARIA APARECIDA KUHN CPF/CNPJ : 052.889.098-06  
Contribuinte : 16225 - MARIA APARECIDA LESSA CPF/CNPJ : 721.904.859-91  
Contribuinte : 307580 - MARIA CHRISTINA CESAR SCHMIDT DE MIRSON CPF/CNPJ : 003.782.979-37  
Contribuinte : 18538 - MARIA DALILA LEO CPF/CNPJ : 688.556.999-20  
Contribuinte : 341398 - MARIA ELIANE WACHHOLZ CPF/CNPJ : 690.909.989-34  
Contribuinte : 340600 - MARIA GABRIELA PASSAURA CPF/CNPJ : 102.071.189-22  
Contribuinte : 118150 - MARIA LUIZA SCOLARI SANTIAGO CPF/CNPJ : 145.375.914-04  
Contribuinte : 53287 - MARIA MARLIZE DE LIZ CPF/CNPJ : 753.311.289-04  
Contribuinte : 27871 - MARIO DENZER CPF/CNPJ : 601.169.199-49  
Contribuinte : 6670 - MARIO FRAHM CPF/CNPJ : 076.923.749-53  
Contribuinte : 36099 - MARIO GREUEL CPF/CNPJ : 076.916.029-87  
Contribuinte : 1171 - MARIO HARMEL CPF/CNPJ : 114.197.339-15  
Contribuinte : 232394 - MARIO LUEDERS CPF/CNPJ : 420.889.339-72  
Contribuinte : 298344 - MARLENE MAGRI PORTES CPF/CNPJ : 030.864.239-27

Contribuinte : 129089 - MARLENE MILCHERT CPF/CNPJ : 818.576.249-04  
Contribuinte : 17876 - MARLENE SCHUMACHER E FILHOS CPF/CNPJ : 678.816.889-04  
Contribuinte : 263966 - MARLI FERNANDES DA ROSA CPF/CNPJ : 014.424.219-24  
Contribuinte : 137685 - MARLI HORNBERG CPF/CNPJ : 605.791.299-34  
Contribuinte : 269530 - MARLON DE SOUZA CPF/CNPJ : 045.377.849-62  
Contribuinte : 179833 - MARLY GRAMKOW CPF/CNPJ : 419.179.449-34  
Contribuinte : 46230 - MARMORES E GRANITOS TESTO CENTRAL LTDA CPF/CNPJ : 85.461.739/0001-53  
Contribuinte : 231789 - MARTINA LOUISE DE LARA HARBS CPF/CNPJ : 006.761.379-97  
Contribuinte : 237051 - MASTER CATARINA IND DE PIG. E COR. EIRELI EPP CPF/CNPJ : 28.596.922/0001-22  
Contribuinte : 111643 - MATILDE DE FATIMA SOUZA CPF/CNPJ : 000.097.899-01  
Contribuinte : 130354 - MAUANE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA CPF/CNPJ : 04.413.855/0001-03  
Contribuinte : 28479 - MAURICI KUEHL CPF/CNPJ : 776.935.159-68  
Contribuinte : 248975 - MAURICIO FOLMER CPF/CNPJ : 027.675.299-62  
Contribuinte : 171875 - MAURICIO RADUNZ CPF/CNPJ : 040.294.769-02  
Contribuinte : 459593 - MAYKELL ADRIANO KREISSIG - ME CPF/CNPJ : 23.125.176/0001-75  
Contribuinte : 57843 - MERCADO E LANCHONETE VITÓRIA LTDA - EPP CPF/CNPJ : 02.183.228/0001-90  
Contribuinte : 26441 - MERCEDES DE FARIAS CPF/CNPJ : 663.381.589-15  
Contribuinte : 49549 - METAL MECANICA INDUSTRIAL IAGA LTDA. CPF/CNPJ : 85.332.526/0001-21  
Contribuinte : 73830 - METOC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. CPF/CNPJ : 03.482.870/0001-32  
Contribuinte : 7501 - MEYKON ALLAN PEIXER CPF/CNPJ : 005.656.949-10  
Contribuinte : 490326 - MICHEL EUGENIO SADDI ZANIN CPF/CNPJ : 873.968.159-91  
Contribuinte : 277231 - MICHELE BOELLING CPF/CNPJ : 005.822.549-81  
Contribuinte : 455180 - MICHELE BOELLING ME CPF/CNPJ : 22.407.329/0001-04  
Contribuinte : 448370 - MICHELE CRISTINA SPERBER CPF/CNPJ : 048.869.459-02  
Contribuinte : 492205 - MILENE DE ABREU CPF/CNPJ : 902.726.419-87  
Contribuinte : 15628 - MILTON WOLTER CPF/CNPJ : 419.171.039-72  
Contribuinte : 47090 - MINERACAO BRANDAO LTDA CPF/CNPJ : 75.503.979/0001-10  
Contribuinte : 295760 - MIR EMPREENDIMENTOS LTDA CPF/CNPJ : 11.788.435/0001-69  
Contribuinte : 20281 - MIRIAN KLEMMANN CPF/CNPJ : 660.442.789-72  
Contribuinte : 161888 - MOACIR DALLMANN CPF/CNPJ : 767.327.979-72  
Contribuinte : 164828 - MOACIR LUEDTKE CPF/CNPJ : 812.015.679-04  
Contribuinte : 243841 - MOACIR MACHADO CPF/CNPJ : 522.853.329-04  
Contribuinte : 6777 - MODESTO ROTTA CPF/CNPJ : 351.144.109-97  
Contribuinte : 240575 - MOTO CLUBE DRAGOES DO VALE CPF/CNPJ : 06.343.118/0001-07  
Contribuinte : 467766 - N INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA ME CPF/CNPJ : 21.767.962/0001-40

Contribuinte : 317071 - N4 EVENTOS ESPORTIVOS E FEIRAS LTDA - EPP CPF/CNPJ : 13.671.346/0001-63  
Contribuinte : 188999 - NAIDES MARIA BERGMANN CPF/CNPJ : 091.181.198-24  
Contribuinte : 44130 - NELCIDA SABIN BARG CPF/CNPJ : 824.581.979-49  
Contribuinte : 232521 - NELCY TEREZA TESCHNER CPF/CNPJ : 345.776.611-87  
Contribuinte : 166235 - NELIO VOLKMANN CPF/CNPJ : 304.185.779-00  
Contribuinte : 15890 - NELSON EICHSTAEDT CPF/CNPJ : 153.865.629-91  
Contribuinte : 308692 - NELSON EWALD CPF/CNPJ : 781.341.709-78  
Contribuinte : 12092 - NELSON LAURENTINO HERKENHOFF CPF/CNPJ : 222.871.919-68  
Contribuinte : 88145 - NELSON LUEDTKE CPF/CNPJ : 380.142.209-78  
Contribuinte : 245615 - NELSON LUIZ FANTINI CPF/CNPJ : 561.838.958-49  
Contribuinte : 5975 - NELSON OESTREICH CPF/CNPJ : 399.912.109-20  
Contribuinte : 162060 - NELSON SCHUMACHER CPF/CNPJ : 667.953.709-68  
Contribuinte : 27596 - NESTOR NEUENFELD CPF/CNPJ : 321.234.420-20  
Contribuinte : 216380 - NEVE MARLI DA SILVA SAUTNER CPF/CNPJ : 247.467.389-04  
Contribuinte : 37664 - NICOLE HELFER CPF/CNPJ : 000.000.000-00  
Contribuinte : 16284 - NILDA CARDOSO CPF/CNPJ : 639.518.789-91  
Contribuinte : 207047 - NILO HERRMANN CPF/CNPJ : 624.246.029-72  
Contribuinte : 13935 - NILO MARQUARDT CPF/CNPJ : 055.051.869-04  
Contribuinte : 243973 - NILSE MARIA DE CHAVES CPF/CNPJ : 017.384.489-83  
Contribuinte : 29750 - NILSON KRAHN - ESPOLIO CPF/CNPJ : 381.984.109-10  
Contribuinte : 185957 - NILTON GILSON KRENKE CPF/CNPJ : 608.294.199-34  
Contribuinte : 13153 - NILTON GRAMKOW CPF/CNPJ : 818.578.539-20  
Contribuinte : 36307 - NILTON VIEBRANTZ CPF/CNPJ : 066.266.459-00  
Contribuinte : 207055 - NIVALDO HERMANN CPF/CNPJ : 687.258.929-91  
Contribuinte : 134635 - NOEMI PRADO SANTANA CPF/CNPJ : 021.281.569-55  
Contribuinte : 31089 - NORBERTO VIBRANTZ CPF/CNPJ : 547.067.349-91  
Contribuinte : 164534 - NORI SANTANA DE SIQUEIRA CPF/CNPJ : 573.419.239-20  
Contribuinte : 318477 - NUTRIFORM NUTRACAO LTDA - ME CPF/CNPJ : 07.270.516/0001-03  
Contribuinte : 231061 - ODETE BORGES LUCIO CPF/CNPJ : 025.878.449-08  
Contribuinte : 221732 - ODILON EHMKE CPF/CNPJ : 907.787.159-49  
Contribuinte : 420808 - OFICINA MECÂNICA KIEKHOFEL LTDA ME CPF/CNPJ : 19.763.845/0001-67  
Contribuinte : 146870 - OI S.A. CPF/CNPJ : 76.535.764/0001-43  
Contribuinte : 113646 - OI SA. CPF/CNPJ : 76.535.764/0322-66  
Contribuinte : 479152 - OLIVIA LEMPKE CPF/CNPJ : 420.907.509-44  
Contribuinte : 3344 - ORLANDO KLITZKE CPF/CNPJ : 154.237.519-34  
Contribuinte : 26808 - ORLY ANTONIO PACHER CPF/CNPJ : 564.008.379-49

Contribuinte : 441155 - ORNATTO MARMORES E GRANITOS LTDA - ME CPF/CNPJ : 08.677.186/0001-20  
Contribuinte : 15849 - ORST MAHS CPF/CNPJ : 382.014.029-87  
Contribuinte : 488801 - OSMAR DE OLIVEIRA CPF/CNPJ : 574.973.899-04  
Contribuinte : 181692 - OSMAR GANDOLFI CPF/CNPJ : 456.247.719-91  
Contribuinte : 143103 - OSMAR LUDTKE CPF/CNPJ : 725.681.949-87  
Contribuinte : 343978 - OSMAR PEYERL CPF/CNPJ : 020.205.099-89  
Contribuinte : 31720 - OSMAR VALDIR RODRIGUES CPF/CNPJ : 380.573.609-68  
Contribuinte : 419818 - OSNI SIEWERT CPF/CNPJ : 743.306.249-15  
Contribuinte : 467960 - OSVALDINA DA SILVA CPF/CNPJ : 548.989.789-91  
Contribuinte : 31704 - OTAVIO DE OLIVEIRA CPF/CNPJ : 304.188.289-20  
Contribuinte : 28002 - OTTOMAR BEHLING CPF/CNPJ : 399.379.339-00  
Contribuinte : 11240 - OTTOMAR EMMENDORFER - ESP. CPF/CNPJ : 106.368.629-68  
Contribuinte : 24805 - OTTWIN METTE CPF/CNPJ : 008.263.679-68  
Contribuinte : 233234 - PATRICIA MORENA DA COSTA BUSS CPF/CNPJ : 025.006.819-20  
Contribuinte : 467669 - PAULA ZICKUHR CPF/CNPJ : 100.159.009-08  
Contribuinte : 130486 - PAULO BRUNO BLODORN CPF/CNPJ : 588.515.779-00  
Contribuinte : 197696 - PAULO FERNANDO LINK CPF/CNPJ : 009.276.729-01  
Contribuinte : 145564 - PAULO MARTIM SCHUSTER CPF/CNPJ : 761.823.399-34  
Contribuinte : 492540 - PEDRO DANIEL MAGALHAES CPF/CNPJ : 102.988.428-58  
Contribuinte : 54160 - PISE LEVE USINAGEM DE PRECISAO LTDA EPP CPF/CNPJ : 82.110.933/0001-04  
Contribuinte : 331740 - POMERANIA - IND E COMERCIO DE PORCELANAS S.A CPF/CNPJ : 15.057.080/0001-99  
Contribuinte : 54070 - POMERODE IND COM MAT. CONSTRUCAO LTDA CPF/CNPJ : 79.649.380/0001-40  
Contribuinte : 441465 - POUSADA LIEBE ALPINE LTDA - ME CPF/CNPJ : 19.192.502/0001-90  
Contribuinte : 276359 - POUSADA RURAL MUNDO ANTIGO LTDA ME CPF/CNPJ : 10.834.717/0001-92  
Contribuinte : 317470 - PRISCILA BERGAMINI CPF/CNPJ : 041.616.729-26  
Contribuinte : 167690 - PRISCILA PISKE - ESP. CPF/CNPJ : 047.336.349-60  
Contribuinte : 248053 - QUANTICA TRATAMENTO DE AGUA LTDA - ME CPF/CNPJ : 09.199.996/0001-80  
Contribuinte : 296449 - RAFAEL BEHLING CPF/CNPJ : 068.608.669-42  
Contribuinte : 177172 - RAFAEL HORNBURG CPF/CNPJ : 037.479.159-73  
Contribuinte : 197769 - RAFAELA DENISE TRAPP CPF/CNPJ : 032.689.249-48  
Contribuinte : 31755 - RAIMUNDO PONQUIELLI CPF/CNPJ : 247.714.819-20  
Contribuinte : 264865 - RALF BLANK CPF/CNPJ : 584.373.049-20  
Contribuinte : 132764 - RALF MULLER CPF/CNPJ : 566.102.469-04  
Contribuinte : 62715 - RALF SCHRUPP CPF/CNPJ : 667.954.009-72  
Contribuinte : 11681 - RALF SCHWAEMNLE - ESP. CPF/CNPJ : 217.743.829-20  
Contribuinte : 338664 - REFRIGERAÇÃO POMERODE LTDA ME CPF/CNPJ : 15.803.280/0001-43  
Contribuinte : 203254 - REGINA VOLKMANN CPF/CNPJ : 419.162.639-68

Contribuinte : 128090 - REGINALDO EFREN KNOPF CPF/CNPJ : 704.370.259-34  
Contribuinte : 115720 - REIMUNDO BLANK - ESPOLIO CPF/CNPJ : 154.233.609-00  
Contribuinte : 40738 - REINALDO BLANK CPF/CNPJ : 419.155.349-68  
Contribuinte : 166154 - REINALDO KLITZKE CPF/CNPJ : 789.991.119-20  
Contribuinte : 219649 - REINALDO KUSTER CPF/CNPJ : 352.360.199-15  
Contribuinte : 128074 - REINALDO VIEBRANTZ CPF/CNPJ : 040.465.149-65  
Contribuinte : 35203 - REINHOLD SCHUH CPF/CNPJ : 313.932.929-68  
Contribuinte : 357022 - REINILDO DE JESUS MOSCAL CPF/CNPJ : 046.017.309-02  
Contribuinte : 112712 - REINOLDO KAYSER CPF/CNPJ : 605.288.429-00  
Contribuinte : 34720 - REINVALD GLATZ CPF/CNPJ : 168.812.819-00  
Contribuinte : 12254 - REJANE RONICE HERZOG CPF/CNPJ : 833.230.669-87  
Contribuinte : 39225 - REJANE SOLANGE KOCH GOEDE CPF/CNPJ : 674.850.909-25  
Contribuinte : 198544 - RENATI MAASS CPF/CNPJ : 018.275.989-05  
Contribuinte : 421146 - RENI ELIANE VIEIRA FERNANDES CPF/CNPJ : 694.256.049-91  
Contribuinte : 150622 - RICARDO GAEDTKE CPF/CNPJ : 026.439.809-21  
Contribuinte : 375764 - RICARDO GUILHERME SCHEIDT CPF/CNPJ : 070.121.129-64  
Contribuinte : 203971 - ROBERT WALTER NELZ CPF/CNPJ : 228.788.388-66  
Contribuinte : 254827 - ROBERTO FLORIANO DA SILVA ME CPF/CNPJ : 09.470.544/0001-91  
Contribuinte : 33740 - ROBERTO LOHMANN CPF/CNPJ : 035.092.228-49  
Contribuinte : 227030 - ROBSON ESTRADA CRAY CPF/CNPJ : 725.443.929-91  
Contribuinte : 457043 - ROBSON ROQUE HEIDEMANN CPF/CNPJ : 632.804.939-00  
Contribuinte : 19720 - ROGERIO ALAN STAHNKE CPF/CNPJ : 573.327.549-91  
Contribuinte : 415561 - ROGERIO EIDY SASAKI UENO CPF/CNPJ : 113.056.868-70  
Contribuinte : 315702 - ROGERIO KLITZKE CPF/CNPJ : 035.325.149-66  
Contribuinte : 64149 - ROGERIO PAULO SARNOSKI CPF/CNPJ : 572.242.931-72  
Contribuinte : 283096 - ROGERIO VICK CPF/CNPJ : 11.059.878/0001-19  
Contribuinte : 37001 - ROLANDO DALLMANN - ESP. CPF/CNPJ : 076.928.209-10  
Contribuinte : 117781 - ROLF ENGEL CPF/CNPJ : 419.149.029-04  
Contribuinte : 432261 - ROMILDO FUERBRINGER CPF/CNPJ : 056.661.939-37  
Contribuinte : 40754 - RONALDO BLANK CPF/CNPJ : 007.540.339-02  
Contribuinte : 16888 - RONALDO BRUCH CPF/CNPJ : 383.680.809-91  
Contribuinte : 42846 - RONALDO ZMAZEK GOEDE CPF/CNPJ : 588.515.509-72  
Contribuinte : 322121 - RONI MARCIEL EWALD CPF/CNPJ : 039.232.279-06  
Contribuinte : 352780 - ROSALI DALLMANN DA SILVA CPF/CNPJ : 776.932.219-72  
Contribuinte : 300136 - ROSALIA DALLMANN DOS SANTOS CPF/CNPJ : 777.594.279-72

Contribuinte : 188743 - ROSANA PORATH CPF/CNPJ : 420.891.239-15  
Contribuinte : 152064 - ROSANE BACHMANN CPF/CNPJ : 763.570.239-49  
Contribuinte : 223867 - ROSELENE RIBEIRO CPF/CNPJ : 898.578.950-34  
Contribuinte : 232238 - ROSELI RIBEIRO CARVALHO CPF/CNPJ : 007.058.629-25  
Contribuinte : 321532 - ROSEMARI DE OLIVEIRA CPF/CNPJ : 711.284.259-04  
Contribuinte : 68578 - ROSITA HOFFMANN CPF/CNPJ : 380.542.309-82  
Contribuinte : 4200 - ROSITA NIENOW CPF/CNPJ : 290.812.629-04  
Contribuinte : 54640 - ROVALD BODDENBERG CPF/CNPJ : 201.329.649-53  
Contribuinte : 3743 - RUBEN JANDREY CPF/CNPJ : 370.826.559-91  
Contribuinte : 128600 - RUBENS RADTKE CPF/CNPJ : 381.992.039-00  
Contribuinte : 425354 - RUTH ADMINISTRADORA DE BENS LTDA CPF/CNPJ : 20.219.753/0001-08  
Contribuinte : 12238 - RUY GEBAUER CPF/CNPJ : 419.182.409-06  
Contribuinte : 244996 - SAMARA TATAIRA BERNADINO CPF/CNPJ : 046.863.849-07  
Contribuinte : 14540 - SANDRA MARA DA SILVA CARVALHO CPF/CNPJ : 274.171.909-87  
Contribuinte : 430510 - SANDRA REGINA TILLMANN MANTAU CPF/CNPJ : 907.478.019-91  
Contribuinte : 224073 - SANDRA RUX CPF/CNPJ : 027.952.779-99  
Contribuinte : 315621 - SANDY BRITO SANTANA CPF/CNPJ : 418.598.018-38  
Contribuinte : 435996 - SANOVITAL IMPORTACOES LTDA. - ME CPF/CNPJ : 17.896.525/0001-50  
Contribuinte : 318299 - SANTOS & BREHMER REPRESENTAÇÕES LTDA ME CPF/CNPJ : 13.810.948/0001-54  
Contribuinte : 493708 - SAO LUCAS TRANSP DE AGUA POTAVEL LTDA CPF/CNPJ : 04.643.283/0001-40  
Contribuinte : 280348 - SCHAIANA DENISE BROBZINSKI CPF/CNPJ : 029.938.919-79  
Contribuinte : 254282 - SEBASTIAO DE OLIVEIRA MATOS CPF/CNPJ : 856.810.598-04  
Contribuinte : 269360 - SERGIO ADRIANO SAAD CPF/CNPJ : 018.335.849-02  
Contribuinte : 196355 - SERGIO DANIEL KRAHN CPF/CNPJ : 584.373.639-34  
Contribuinte : 131385 - SERGIO MARCIO KLEBBER CPF/CNPJ : 983.758.739-34  
Contribuinte : 10332 - SERGIO STRELOW CPF/CNPJ : 290.819.719-72  
Contribuinte : 120251 - SERGIO WOLICK CPF/CNPJ : 740.264.889-34  
Contribuinte : 50261 - SERRALHERIA BAUER LTDA ME CPF/CNPJ : 80.996.317/0001-69  
Contribuinte : 201189 - SHEILA REGINA SCHUTZE CPF/CNPJ : 030.597.029-18  
Contribuinte : 252085 - SIDINEI ANTONIO ZEFERINO DE OLIVEIRA CPF/CNPJ : 046.099.419-02  
Contribuinte : 281883 - SIDNEI DE ANDRADE LIMA CPF/CNPJ : 054.451.939-69  
Contribuinte : 74535 - SIDNEI HARBS CPF/CNPJ : 898.553.109-34  
Contribuinte : 24384 - SIDO ERDMANN CPF/CNPJ : 304.186.749-49  
Contribuinte : 148970 - SIDO LACH CPF/CNPJ : 573.322.829-68  
Contribuinte : 20451 - SIDO MUELLER - ESPOLIO CPF/CNPJ : 420.892.129-34  
Contribuinte : 122777 - SIDO SCHOENFELDER CPF/CNPJ : 290.819.989-00  
Contribuinte : 39861 - SIEGFRIED TIEDT CPF/CNPJ : 547.062.899-04  
Contribuinte : 7277 - SIGESMUNDO SCHORK - ESP. CPF/CNPJ : 068.952.049-20

Contribuinte : 59064 - SIGMAR WACHHOLZ CPF/CNPJ : 419.161.409-63  
Contribuinte : 134554 - SILVANA CASTILLO PUJOL CPF/CNPJ : 469.019.499-87  
Contribuinte : 316660 - SILVANEI PASSIG SOLDAGENS ME CPF/CNPJ : 13.665.999/0001-30  
Contribuinte : 8567 - SILVANO TRIBESS CPF/CNPJ : 640.704.099-04  
Contribuinte : 167398 - SILVERA TRIBESS MATHIAS CPF/CNPJ : 852.214.739-68  
Contribuinte : 333271 - SILVIA HARBS CPF/CNPJ : 845.811.079-20  
Contribuinte : 270920 - SILVIA SARRINI BERLANDA CPF/CNPJ : 065.061.059-84  
Contribuinte : 420000 - SILVIO VICTORIA CPF/CNPJ : 054.135.079-09  
Contribuinte : 326356 - SIMONE BAEHR FISCHER CPF/CNPJ : 688.044.319-20  
Contribuinte : 58475 - SIMONE HOFFMANN DE CASTRO CPF/CNPJ : 005.746.429-43  
Contribuinte : 26077 - SIMONE KOEHN SELKE CPF/CNPJ : 800.108.069-20  
Contribuinte : 15288 - SIMONE KRIESER KERN CPF/CNPJ : 987.623.039-53  
Contribuinte : 149055 - SIMONE VIEIRA DICKMANN - ESPÓLIO CPF/CNPJ : 776.934.939-72  
Contribuinte : 247995 - SOLANGE APARECIDA HUTTER CPF/CNPJ : 026.448.719-21  
Contribuinte : 258032 - SOLANGE MOLLER RUSCH CPF/CNPJ : 743.309.699-04  
Contribuinte : 448583 - SONIA FAGUNDES BRANCO DE LIMA 67645461934 CPF/CNPJ : 21.972.859/0001-32  
Contribuinte : 191973 - SONIA HOELGTGEBAUM FIEDLER CPF/CNPJ : 670.461.779-53  
Contribuinte : 119440 - SONIA LUCIA VOIGTLAENDER CPF/CNPJ : 605.727.369-91  
Contribuinte : 7587 - SONIA MARIA NICOLODI METZGER CPF/CNPJ : 418.472.539-20  
Contribuinte : 315931 - SPRUNG E KOTHE CONST. E INCORPORADORA LTDA. CPF/CNPJ : 13.462.556/0001-41  
Contribuinte : 425427 - STANLEY PETRIS CPF/CNPJ : 036.649.659-06  
Contribuinte : 455288 - STETTI CAR ESTACIONAMENTO LTDA. ME. CPF/CNPJ : 04.267.518/0001-47  
Contribuinte : 13285 - SUELI ADELIA KLABUNDE CPF/CNPJ : 562.312.619-72  
Contribuinte : 178837 - SUELI DA SILVA BORCHARDT CPF/CNPJ : 901.029.679-20  
Contribuinte : 199974 - SUELLEN SAMANTHA WECK ROHLING CPF/CNPJ : 086.365.959-40  
Contribuinte : 420751 - TADEU MENEZES DE ANDRADE CPF/CNPJ : 102.259.569-50  
Contribuinte : 251046 - TANIA CLARICE UTPADEL CPF/CNPJ : 068.038.519-31  
Contribuinte : 10308 - TANIA MARLI SIEWERT ROTHERMEL  
Contribuinte : 23558 - TANIA RAMLOW  
Contribuinte : 420760 - TARIK MENEZES DE ANDRADE CPF/CNPJ : 159.638.367-43  
Contribuinte : 275530 - TATIANA BERTOLDI CPF/CNPJ : 060.490.089-90  
Contribuinte : 11002 - TATIANA BORCHARDT BAULER CPF/CNPJ : 974.231.309-15  
Contribuinte : 61484 - TEOFANES RAHN CPF/CNPJ : 023.946.339-05  
Contribuinte : 50610 - TESCO INDUSTRIALIZAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS TEXTEIS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CPF/CNPJ : 79.277.745/0001-52  
Contribuinte : 209392 - THAYNA FRAHM CPF/CNPJ : 117.457.969-24

Contribuinte : 209252 - THIAGO JEFFERSON WITTHOEFT CPF/CNPJ : 072.353.909-05  
Contribuinte : 147664 - THOMAS FRANK FISCHER CPF/CNPJ : 898.553.539-00  
Contribuinte : 37133 - TIN-STAMP TINTURARIA E ESTAMPARIA LTDA. CPF/CNPJ : 79.229.696/0001-82  
Contribuinte : 152471 - URSULA THUROW FACCHI CPF/CNPJ : 399.375.779-34  
Contribuinte : 56782 - USINAGEM POMERODE LTDA ME CPF/CNPJ : 01.864.608/0001-27  
Contribuinte : 288179 - VALDECIR GONCALVES DOS SANTOS CPF/CNPJ : 867.246.149-53  
Contribuinte : 74390 - VALDECIR MACHADO CPF/CNPJ : 596.328.879-72  
Contribuinte : 312630 - VALDEIR BATISTA FYDRYZEWSKI CPF/CNPJ : 077.772.769-21  
Contribuinte : 31526 - VALDEMAR HASS - ESPOLIO CPF/CNPJ : 246.517.969-15  
Contribuinte : 328588 - VALDEMAR KARSTEN CPF/CNPJ : 076.942.379-53  
Contribuinte : 183067 - VALDEMAR MICHALACK CPF/CNPJ : 478.293.389-49  
Contribuinte : 31232 - VALDEMAR WOLICK - ESP. CPF/CNPJ : 420.898.679-49  
Contribuinte : 75990 - VALDEMIRO VOLKMANN CPF/CNPJ : 661.031.859-04  
Contribuinte : 250880 - VALDENIR PRESSI CPF/CNPJ : 905.136.570-53  
Contribuinte : 434175 - VALDERI DONIZETE CARDOSO DOS SANTOS CPF/CNPJ : 048.053.299-04  
Contribuinte : 18406 - VALDIR ARNALDO RODRIGUES CPF/CNPJ : 636.915.079-72  
Contribuinte : 30120 - VALDIR CARDOSO CPF/CNPJ : 312.630.209-25  
Contribuinte : 22691 - VALDIR DOS SANTOS CPF/CNPJ : 420.891.409-25  
Contribuinte : 457612 - VALDIR GIACHINI CPF/CNPJ : 809.832.949-68  
Contribuinte : 28126 - VALDIR GORISCH TIEGS CPF/CNPJ : 020.061.269-70  
Contribuinte : 172200 - VALDIR HORNBERG CPF/CNPJ : 419.174.309-06  
Contribuinte : 432130 - VALDIR MACIEL DE LIMA CPF/CNPJ : 041.764.239-35  
Contribuinte : 11479 - VALDIR OTT CPF/CNPJ : 421.409.359-34  
Contribuinte : 39292 - VALERIA LACH SCHUBERT CPF/CNPJ : 608.293.899-20  
Contribuinte : 4561 - VALERIO ROMIG CPF/CNPJ : 308.981.539-72  
Contribuinte : 8230 - VALMAR HACKBARTH CPF/CNPJ : 789.935.719-53  
Contribuinte : 112526 - VALMIR BUTTENBERG CPF/CNPJ : 740.261.439-53  
Contribuinte : 483524 - VALMIR FERNANDES CPF/CNPJ : 733.719.719-53  
Contribuinte : 278181 - VALMIR HEIDORN CPF/CNPJ : 670.465.929-34  
Contribuinte : 176109 - VALMIR MACHADO CPF/CNPJ : 786.138.179-04  
Contribuinte : 61522 - VALMIR MARTINS CPF/CNPJ : 651.654.899-49  
Contribuinte : 12106 - VALMOR PEDRINI CPF/CNPJ : 381.994.329-34  
Contribuinte : 27030 - VALMOR SEIBERT CPF/CNPJ : 375.319.999-00  
Contribuinte : 87319 - VANDERLEI GREUEL CPF/CNPJ : 942.147.869-04  
Contribuinte : 280933 - VANESSA FISCHER CPF/CNPJ : 067.622.609-42  
Contribuinte : 405663 - VANESSA GRACIELE FISCHER KLEMENT

CPF/CNPJ : 059.401.799-83  
Contribuinte : 144142 - VANUSA TOWE CPF/CNPJ : 928.623.229-20  
Contribuinte : 239534 - VELEDA KAMCHEN CPF/CNPJ : 027.041.599-80  
Contribuinte : 141216 - VILFRIDO LACH CPF/CNPJ : 222.856.019-72  
Contribuinte : 221716 - VILMA JARDIM CPF/CNPJ : 438.710.469-49  
Contribuinte : 16241 - VILMAR BUTTENBERG CPF/CNPJ : 543.501.159-00  
Contribuinte : 39900 - VILMAR GLATZ CPF/CNPJ : 692.970.619-15  
Contribuinte : 31712 - VILMAR JOSE OENING CPF/CNPJ : 608.291.339-68  
Contribuinte : 258750 - VILMAR KLEMM CPF/CNPJ : 399.917.849-34  
Contribuinte : 147443 - VILMAR SCHONFELDER CPF/CNPJ : 025.894.449-82  
Contribuinte : 170852 - VILSON HASS CPF/CNPJ : 824.585.109-49  
Contribuinte : 64025 - VILSON STEINERT CPF/CNPJ : 420.897.519-91  
Contribuinte : 25950 - VILSON VOIGT CPF/CNPJ : 419.184.019-34  
Contribuinte : 160733 - VOLMIR ELOI CPF/CNPJ : 563.505.629-68  
Contribuinte : 336041 - WA BERTOLDO TRANSP. RODOVIÁRIO DE CARGA LTDA ME CNPJ : 15.524.685/0001-42  
Contribuinte : 165379 - WALDEMAR JUNK CPF/CNPJ : 478.476.389-91  
Contribuinte : 150266 - WALDEMAR RIBACK CPF/CNPJ : 381.998.669-34  
Contribuinte : 173533 - WALDIR JUNG CPF/CNPJ : 767.322.749-53  
Contribuinte : 256650 - WALDIR RISTOW CPF/CNPJ : 248.786.779-53  
Contribuinte : 70416 - WALDIR VOIGT CPF/CNPJ : 419.160.859-20  
Contribuinte : 88617 - WALLI NINOW CPF/CNPJ : 007.597.849-06  
Contribuinte : 28932 - WALSON BAYER CPF/CNPJ : 760.560.909-49  
Contribuinte : 256498 - WALTER INDUSTRIA DE FUNDIDOS USINADOS LTDA CPF/CNPJ : 09.013.259/0001-41  
Contribuinte : 32220 - WALTER MUELLER CPF/CNPJ : 290.866.049-00  
Contribuinte : 232130 - WANDERLEI ANTONIO ZANATTA CPF/CNPJ : 867.023.009-72  
Contribuinte : 39748 - WANDERLEI BORCHARDT CPF/CNPJ : 842.750.739-91  
Contribuinte : 154687 - WANDREIA SILVA CPF/CNPJ : 818.111.799-91  
Contribuinte : 32484 - WERNO LEMKE CPF/CNPJ : 304.187.049-53  
Contribuinte : 267902 - WIGAND WEEGE CPF/CNPJ : 010.761.919-91  
Contribuinte : 123315 - WILFRIDO KRUEGER CPF/CNPJ : 000.000.000-00  
Contribuinte : 447692 - WILIAM PIRES DA LUZ CPF/CNPJ : 118.455.197-95  
Contribuinte : 68756 - WILMAR LEAL CPF/CNPJ : 218.151.359-72  
Contribuinte : 131571 - WILSON JOSE FERNANDES DA ROSA CPF/CNPJ : 751.054.629-04  
Contribuinte : 10065 - WILSON KLEMM CPF/CNPJ : 418.530.409-91  
Contribuinte : 71358 - WILSON KRAUSE CPF/CNPJ : 291.322.589-68  
Contribuinte : 10545 - WILSON KRUEGER CPF/CNPJ : 420.915.279-04  
Contribuinte : 13978 - WILSON WOLICK CPF/CNPJ : 421.408.899-91  
Contribuinte : 18368 - WILSON ZILZ CPF/CNPJ : 291.326.909-59  
Contribuinte : 4995 - WOLFGANG MARCUS KRUEGER CPF/CNPJ : 030.956.229-53  
Contribuinte : 219878 - ZENILDO DA ROCHA - ESP. CPF/CNPJ : 868.392.769-53  
Contribuinte : 284980 - ZILDO GONCALVES DOS SANTOS CPF/CNPJ : 760.986.139-15

Pomerode, 11 de abril de 2017.

Donaire Baade  
Matricula nº 312193  
Fiscal de Tributos

**RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 002 / 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 013 / 2017  
TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 002 / 2017

A Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria n.º 21.625/2017, torna público o Resultado de Licitação na modalidade de Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia, do tipo Menor Preço / Preço Global, sob regime de Empreitada por Preço Unitário, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA CARL REINKE - BAIRRO RIBEIRÃO AREIA, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO N.º 2016TR001735, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU E O MUNICÍPIO DE POMERODE / SC - PROCESSO N.º SDR15 3952/2016":

**Propostas apresentadas:**

- PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA – Valor proposta: R\$209.966,02;  
e  
- FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA – Valor proposta: R\$217.897,92.

Proposta declarada vencedora por atender as exigências editalícias – PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA – Valor proposta: R\$209.966,02 (duzentos e nove mil, novecentos e sessenta e seis reais e dois centavos).

Pomerode / SC, 13 de Abril de 2017.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

ITAMAR CANDIDO PERINI  
Presidente da Comissão de Licitações

EDUARDO JOSÉ PANDOLFO  
Secretário

DAVID HERZOG  
Membro

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 378/2017

DECRETO Nº. 378/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Altera a Comissão Municipal de Articulação, Mobilização e Acompanhamento do Programa Estadual de Regularização Fundiária do Município de Ponte Serrada.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a Comissão Municipal de Articulação, Mobilização e Acompanhamento de Programa Estadual de Regularização Fundiária, que passará a ser composta pelos servidores abaixo descritos:

Alceu Alberto Wrubel - Prefeito Municipal;  
Fernanda Silveira Chagas – Vice-Prefeita;  
Andréia Cordeiro de Oliveira – Secretária Municipal de Assistência Social;  
André Luiz Panizzi - Consultor Jurídico;  
Josiane dos Santos Bervian - Assessora;  
Aglemar Antonio Berté – Secretário Municipal de Transportes e Obras;  
Jucelino Martini – Secretário Municipal de Serviços Urbanos;  
Ronivaldo de Oliveira - Fiscal de Tributos;  
Roseli Aparecida Fornari Rocha Rauber – Agente de Tributação;  
Laisa de Lourdes Mendes - Assistente Social;  
Sonia Coletti Sprandel – Agente Administrativo;  
Robson Acunha – Agente de Defesa Civil;  
André Galli - Controlador Interno.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 603/2013, de 07 de agosto de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE ABRIL DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada em data supra.

# Porto Belo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 014/2017 - PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 014/2017 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Aquisição de material de higiene e limpeza, com fornecimento parcelado para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 04/05/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 04/05/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail administração@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 18 de Abril de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 015/2017 - PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 015/2017 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Aquisição de óleos lubrificantes, filtros e afins, com fornecimento parcelado para atender as necessidades da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 05/05/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 05/05/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail administração@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 18 de Abril de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1.546, DE 7 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 1.546, DE 7 DE ABRIL DE 2017

Cria Colegiado de Gestão em Educação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí- CoGEMFRI, referente ao Município de Porto Belo, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Colegiado de Gestão em Educação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí- CoGEMFRI, um colegiado de gestão em educação que busca fortalecer a cooperação técnica, científica, cultural, financeira, educacional e de gestão pública, visando o desenvolvimento e consolidação de um espaço privilegiado de promoção da gestão democrática compartilhada da educação básica pública, em regime de colaboração horizontal, entre os Sistemas de Ensino que integram a região da Amfri – Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí.

Art. 2º Ficam nomeados para compor o Colegiado de Gestão em Educação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí- CoGEMFRI, os seguintes membros:

I - Membro nato: Rosane Maria Grauppe - Secretária de Educação;  
II - Demais membros representantes da Secretaria de Educação:

a) Núbia Estela Vieira Cervelin;

b) Vagner Hildo Marques;

c) Valdirene Dietrich.

Art. 3º Os representantes do município exercerão as atividades a partir das orientações do Protocolo de Intenções e Ações do CoGEMFRI.

Art. 4º As liberações para a representação no CoGEMFRI dependerão da análise e consequente aprovação do (a) Dirigente Municipal de Educação.

Art. 5º Os membros do Colegiado exercerão suas atividades sem ônus aos cofres públicos do Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1156/2016.

Porto Belo - SC, aos 7 dias do mês de abril de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

### DECRETO Nº 1.548, DE 10 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 1.548, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 19 da Lei Municipal nº 2.467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional Programática: 08.244.0005

Atividade: 2.032 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.00 – Superávit Financeiro – Recursos

Ordinários

Valor: R\$ 5.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2016, por conta de recursos ordinários no valor de R\$ R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 10 dias do mês de abril de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

### **DECRETO Nº 1.549, DE 17 DE ABRIL DE 2017**

DECRETO Nº 1.549, DE 17 DE ABRIL DE 2017

Declara luto oficial em todo o Município de Porto Belo.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e:

Considerando o falecimento da Sra. Maria Altiva da Silva, ex-vereadora do Município de Porto Belo, causando pesar em toda a Municipalidade;

Considerando os serviços por ela prestados no Poder Legislativo Municipal;

Considerando, finalmente, o desejo em prestar-lhe uma justa e última homenagem, DECRETA:

Art. 1º Fica declarado luto oficial em todo o Município de Porto Belo, por três dias, a partir desta data, em sinal de pesar pelo falecimento da ex-Vereadora Sra. Maria Altiva da Silva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de abril de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das PROPOSTAS DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: Até às 12:30 horas do dia 27/04/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 27/04/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 213 ou pelo e-mail administração@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 18 de Abril de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

### **ERRATA AVISO DE LICITAÇÃO PRG 013/2017 - PMPB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

ERRATA AVISO DE LICITAÇÃO

Onde se lê:

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 011/2017 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Aquisição de recompositor de pista usinado a quente para atender as necessidades do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das PROPOSTAS DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: Até às 12:30 horas do dia 27/04/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 27/04/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 213 ou pelo e-mail administração@portobelo.sc.gov.br

Leia-se:

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 013/2017 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Aquisição de recompositor de pista usinado a quente para atender as necessidades do Município de Porto Belo, conforme

# Porto União

## PREFEITURA

### CONVÊNIO Nº 002/2017

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO – SC

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI

#### CONVÊNIO Nº 002/2017

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, com sede no Município de Florianópolis – SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 – Centro – Porto União – Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ELISEU MIBACH, portador do RG nº 1.331.349 – SSP/SC e CPF nº 501.086.709/53, doravante denominado CONCEDENTE e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, 2.765 – 2º Andar – Itacorubi – Florianópolis – Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 03.774.688/0001-55, doravante denominado CONVENIADO, neste ato representado pelo seu Diretor Regional Sr. Jefferson de Oliveira Gomes, brasileiro, residente e domiciliado à Rua Gilmar Darli Vieira, 312 – Campeche – Florianópolis – Santa Catarina, portador da CI nº 3415229-6 SESP/SC e do CPF nº 122.753.538-44, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.453 de 12 de abril de 2017, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto

Constitui objeto deste convênio, o repasse de recursos financeiros ao CONVENIADO, a título de subvenção, destinados a auxiliar nas despesas de manutenção da entidade, para desenvolvimento educacional profissional, conforme Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Do valor e Liberação dos Recursos

O CONCEDENTE repassará recursos financeiros no valor total de R\$ 61.854,90 (sessenta e um mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos), desembolsáveis em parcelas mensais e consecutivas, distribuídas durante o exercício de 2017, em conta bancária de instituição financeira oficial do Município, em nome do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina – SENAI, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0210	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE	2033	Encargos Gerais da Administração
MODALIDADE	3350 – 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Da utilização dos recursos

Os recursos liberados visam auxiliar na manutenção das despesas conforme Plano de Trabalho apresentado.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das obrigações

##### I - Do CONCEDENTE:

O CONCEDENTE obriga-se a repassar mensalmente até o 15º dia útil de cada mês ao CONVENIADO o valor correspondente à parcela, conforme mencionado na Cláusula Segunda, desde que as prestações de contas estejam em dia.

##### II - Do CONVENIADO:

O CONVENIADO obriga-se a prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31 da Lei nº 3.816/2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos.

Parágrafo único. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – Unidade Caçador (SC) deverá encaminhar, junto com cada prestação de contas, relatório contendo:

I- listagem de cursos ofertados gratuitamente e sua carga horária;

II- listagem com nome, endereço e documentos de identificação dos alunos que cursam gratuitamente, separando-os por curso;

III- documentos que comprovem os critérios para obtenção de bolsas de estudos, caso sejam oferecidas;

IV- declaração contendo o quantitativo de alunos, informando o total de alunos com gratuidade e alunos com pagamento de mensalidade.

#### CLÁUSULA QUINTA – Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

#### CLÁUSULA SEXTA – Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e o conveniado será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Da fiscalização e auditoria

O CONCEDENTE e o CONVENIADO ficam obrigados a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente

com o instrumento pactuado a permitir o acesso a servidores do Sistema de Controle Interno Municipal ao qual estejam subordinados em sua missão de fiscalização e auditoria.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA – Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Da vigência

O período de vigência do Convênio será da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2017, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, podendo ser prorrogado caso haja interesse do Município, nos termos do Plano de Trabalho a ser apresentado, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – Da rescisão

O presente Convênio ficará rescindido, de pleno direito, por inadimplência de qualquer das obrigações aqui pactuadas. Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – Da restituição

O CONVENIADO assume o compromisso de restituir o CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data do evento, o valor transferido, atualizado monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Pública, desde a data do recebimento, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

- I- quando da não execução do objeto do convênio;
- II- quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;
- III- quando os recursos não forem utilizados na finalidade estabelecida no convênio;
- IV- quando houver sobra de recurso não aplicado dentro do prazo de vigência do convênio; e
- V- quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 12 de abril de 2017.

Prefeito Municipal		Diretor Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI
TESTEMUNHAS:		

1.Nome: Miguel Chokailo Neto  
CPF nº 509.250.249-53

2.Nome: Sofia Sydol  
CPF nº 339.610.349-15

### DECRETO Nº 170/2017

DECRETO Nº 170, de 11 de abril de 2017.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.399, de 15 de junho de 2016 (LDO) e 4.433, de 14 de dezembro de 2016 (LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação, na dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 112.000,00 (Cento e doze mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2011 – Programa de Alimentação Escolar		
MODALIDADE	3390 – 3100 – Aplicações Diretas	48	112.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		112.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro do exercício 2016, na respectiva fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 11 de abril de 2017.

ELISEU MIBACH

MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

## DECRETO Nº 171/2017

DECRETO Nº 171, de 11 de abril de 2017.

Dispõe sobre Permissão de Uso da Escola Isolada São Domingos à Associação de Produtores Rurais de São Domingos do Pintado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

### DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, à Associação de Produtores Rurais de São Domingos do Pintado, sociedade civil, sem fins lucrativos, regida por estatuto, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.889.334/0001-19, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.723, de 08 de março de 2002, com sede na localidade de São Domingos do Pintado, neste Município de Porto União – SC, o uso do prédio da Escola Isolada São Domingos, edificado no terreno rural com a área de 1.058,60 m2, e área construída de aproximadamente 98 m2, com as seguintes medidas e confrontações: frente com 24,30 metros confrontando com uma estrada municipal; fundos com 24,30 metros confrontando com terras de Ladislau Novakowski; lado direito com 42,10 metros confrontando com terras de Ladislau Novakowski; e lado esquerdo com 45,30 metros confrontando com terras da Mitra Diocesana de Caçador.

Art. 2º O prédio onde funcionava a Escola Isolada São Domingos, que se encontra desativado, será usado exclusivamente para atividades da Associação de Produtores Rurais de São Domingos do Pintado, conforme seu estatuto.

Art. 3º Todas as benfeitorias que o usuário executar serão incorporadas ao imóvel, sem qualquer obrigação de indenização no ato da restituição.

Art. 4º As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissionário e pela Autoridade competente, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos de 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 11 de abril de 2017.

ELISEU MIBACH MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte  
Termo de Compromisso nº 007/17 que a Associação de Produtores Rurais de São Domingos do Pintado assina perante a Prefeitura Municipal de Porto União – SC.

A Associação de Produtores Rurais de São Domingos do Pintado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.889.334/0001-19, com sede na localidade de São Domingos do Pintado, neste Município de Porto União – SC, através de seu representante legal, assume o compromisso de cumprir as condições gerais constantes do Termo de Outorga nº 007/17, referente à Permissão de Uso, a título precário e gratuito, pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, do espaço físico onde funcionava a antiga Escola Isolada São Domingos, edificado no terreno rural com a área de 1.058,60 m2, e

área construída de aproximadamente 98 m2, com as seguintes medidas e confrontações: frente com 24,30 metros confrontando com uma estrada municipal; fundos com 24,30 metros confrontando com terras de Ladislau Novakowski; lado direito com 42,10 metros confrontando com terras de Ladislau Novakowski; e lado esquerdo com 45,30 metros confrontando com terras da Mitra Diocesana de Caçador, bem como as obrigações a seguir especificadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

A presente Permissão de Uso será a título gratuito.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Se ocorrer danos ao objeto desta Permissão, a usuários ou a terceiros, em decorrência de ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente ao PERMISSIONÁRIO.

§ 1º Todas as reparações necessárias à conservação do objeto da permissão, deverão ser executadas imediatamente pelo PERMISSSIONÁRIO, às suas expensas, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente.

§ 2º Caso as reparações não sejam executadas de imediato, a PERMITENTE reserva-se no direito de executá-las, devendo ser ressarcida pelo PERMISSSIONÁRIO dos dispêndios havidos, podendo para tanto, promover a execução judicial das quantias gastas.

### CLÁUSULA TERCEIRA

Toda e qualquer benfeitoria realizada no imóvel fica, desde já, incorporada ao bem, renunciando o PERMISSSIONÁRIO, ao eventual direito à retenção e/ou indenização.

### CLÁUSULA QUARTA

O PERMISSSIONÁRIO consente que a PERMITENTE exerça constante fiscalização, no tocante ao cumprimento das condições estabelecidas neste ajuste, no Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 007/17.

### CLÁUSULA QUINTA

São, ainda, obrigações do PERMISSSIONÁRIO:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, cabendo-lhe, também, o pagamento dos tributos, despesas com luz, água, telefone, etc., e demais ônus que recaírem sobre o imóvel;
- b) manter o objeto de Permissão de Uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo e restituí-lo na mais perfeita ordem;
- c) solicitar prévia autorização expressa e escrita da PERMITENTE, para executar quaisquer reparações, modificações e benfeitorias na área permissionada;
- d) sujeitar-se às exigências da saúde pública, autoridades municipais, estaduais e federais;
- e) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela PERMITENTE;
- f) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade e não permitir algazarras no local;
- g) afastar do serviço qualquer preposto ou empregado cuja permanência for julgada inconveniente pela PERMITENTE;
- h) executar as instalações internas e a comunicação visual, de acordo com a prévia aprovação da PERMITENTE;
- i) cumprir as normas, regulamentos, circulares, ordens de serviço,

etc., emanadas da PERMITENTE, com os quais o PERMISSIONÁRIO declara estar de acordo;

j) exercer as suas atividades diariamente, cumprindo o horário determinado;

k) não traspassar, ceder ou transferir o objeto da permissão a terceiros.

#### CLÁUSULA SEXTA

O PERMISSIONÁRIO declara estar ciente das faculdades e prerrogativas concedidas ao ente PERMITENTE, por força da discricionariedade e precariedade inerentes ao instituto da Permissão de Uso.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

Fica eleito o foro da Comarca de Porto União – SC, para dirimência das dúvidas decorrentes do Termo de Outorga de Permissão de Uso e do Termo de Compromisso, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Porto União (SC), 11 de abril de 2017.

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE SÃO DOMINGOS DO PINTADO

Permissionário

Presidente JOSE ADALÍPIO MÜLLER

RG nº 23ª/R 1.795.752 CPF nº 596.742.109/20

#### TESTEMUNHAS:

1.Nome: Miguel Chokailo Neto 2.Nome: Sofia Sydol

CPF nº 509.250.249-53 CPF nº 339.610.349-15

Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 007/17.

A Prefeitura Municipal de Porto União - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 83.102.541/0001-58, situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, com base no Decreto n.º 171, de 11 de abril de 2017 e através deste instrumento, Termo de Outorga de Permissão de Uso, permite a título precário e gratuito, o uso do espaço físico onde funcionava a antiga Escola Isolada São Domingos, edificado no terreno rural com a área de 1.058,60 m2, e área construída de aproximadamente 98 m2, com as seguintes medidas e confrontações: frente com 24,30 metros confrontando com uma estrada municipal; fundos com 24,30 metros confrontando com terras de Ladislau Novakowski; lado direito com 42,10 metros confrontando com terras de Ladislau Novakowski; e lado esquerdo com 45,30 metros confrontando com terras da Mitra Diocesana de Caçador, condicionada ao cumprimento das cláusulas a seguir especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O espaço físico objeto da presente permissão, será destinado exclusivamente para atividades da Associação de Produtores Rurais de São Domingos do Pintado, conforme seu estatuto, não sendo admitido, em qualquer tempo, o uso diverso da destinação aqui prevista, devendo ainda, a sua utilização, obedecer às condições gerais da outorga, bem como as especificações constantes no Termo de Compromisso nº 007/17 assinado pelo PERMISSIONÁRIO.

§ 1º Não será permitida a transferência da Permissão de Uso a terceiros.

§ 2º A presente Permissão de Uso será a título gratuito.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

No caso de haver qualquer alteração ou modificação nas condições estabelecidas no Termo de Outorga ou de Compromisso, não caracterizadoras de transferência, será exigida a aprovação prévia e escrita da PERMITENTE para tanto.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Ocorrendo as hipóteses previstas no parágrafo primeiro, da Cláusula Primeira, ou na Cláusula Segunda, deverá ser formalizado novo Termo de Outorga ou de Compromisso, em substituição ao anterior.

#### CLÁUSULA QUARTA

As demais condições e obrigações, referentes ao presente Termo de Outorga de Permissão de Uso, constarão do respectivo Termo de Compromisso.

#### CLÁUSULA QUINTA

O presente Termo de Outorga de Permissão de Uso vigorará pelo prazo de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

#### CLÁUSULA SEXTA

Tem a PERMITENTE o poder discricionário de, a qualquer tempo, alterar, modificar ou revogar o presente Termo de Outorga de Permissão de Uso, unilateralmente, mediante notificação extrajudicial.

Parágrafo único. Ficará o Termo de Outorga de Permissão de Uso rescindido de pleno direito e independente de notificação ou interpelação de qualquer natureza, nas hipóteses seguintes:

a) alteração, pelo PERMISSIONÁRIO, da destinação prevista ou qualquer outra julgada inconveniente pela PERMITENTE;

b) dissolução, falência, concordata ou mudança na representatividade legal do PERMISSIONÁRIO;

c) inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas em decorrência do presente e/ou do Termo de Compromisso, firmado pelo PERMISSIONÁRIO;

d) transferência do Termo de Outorga de Permissão de Uso a terceiros;

e) reinício das atividades letivas na Escola;

f) má utilização ou não utilização do imóvel por um período de no mínimo 90 (noventa) dias.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

As benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias, realizadas pelo PERMISSIONÁRIO, ficam incorporadas ao bem, objeto deste Termo de Outorga de Permissão de Uso, sem direito à retenção ou qualquer indenização, seja a que título for.

Porto União (SC), 11 de abril de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

Permitente

**DECRETO Nº 174/2017**

DECRETO Nº 174, de 17 de abril de 2017.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.399, de 15 de junho de 2016 (LDO) e 4.433, de 14 de dezembro de 2016 (LOA),

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0203 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		
ATIVIDADE	2004 – Manutenção Demutran		
MODALIDADE	3390 – 207 – Aplicações Diretas	09	50.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do exercício, na respectiva Fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de abril de 2017.

ELISEU MIBACH                      MIGUEL CHOKAILO NETO  
Prefeito Municipal                  Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL  
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

**DECRETO Nº 175/2017**

DECRETO Nº 175, de 17 de abril de 2017.

Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.446, de 18 de janeiro de 2017,

**DECRETA:**

Art. 1º NOMEIA SILMARA KOBROSKI, para o cargo de Provimento em Comissão de Consultor de Programas Sociais, Símbolo CL, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.446, de 18 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de abril de 2017.

Porto União (SC), 17 de abril de 2017.

ELISEU MIBACH                      MIGUEL CHOKAILO NETO  
Prefeito Municipal                  Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 176/2017**

DECRETO Nº 176, de 17 de abril de 2017.

Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.446, de 18 de janeiro de 2017,

**DECRETA:**

Art. 1º NOMEIA OSMIR RODRIGUES MACHADO, para o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Fiscalização, Símbolo CO, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.446, de 18 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de abril de 2017.

ELISEU MIBACH                      MIGUEL CHOKAILO NETO  
Prefeito Municipal                  Secretário Municipal de Administração e Esporte

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 066/2017.

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 005/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, com adjudicação por menor preço por item, para aquisição de patrulha mecanizada (implementos). Somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 08 de maio de 2017, com início da mesma às 08h15min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de abril de 2017.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 006/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 067/2017 – Registro de Preços.

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 006/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, com adjudicação por menor preço por item, para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica do SUS. Somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 10 de maio de 2017, com início da mesma às 08h15min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de abril de 2017.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 005/2017 - EDUCAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 009/2017 – Educação.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 005/2017– Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de produtos da alimentação escolar para a rede municipal de ensino. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 16 de maio de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na

Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 046/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 068/2017.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 046/2017– Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por lote, do tipo presencial, para aquisição de equipamento de telecomunicação para Unidade Central de Saúde. O recebimento dos envelopes se dará até às 16h00min do dia 15 de maio de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 16h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 047/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 069/2017 – Registro de Preços.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 047/2017– Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para registro de preços para aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 17 de maio de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**LEI MUNICIPAL Nº 4.453/2017**

LEI Nº 4.453, de 12 de abril de 2017.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – Unidade Caçador (SC), Termo de Convênio que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – Unidade Caçador (SC), Serviço Social

Autônomo, inscrito no CNPJ sob o nº 03.774.688/0001-55, objetivando a mútua colaboração financeira, didática e tecnológica, com a finalidade de desenvolver ações conjuntas voltadas para cursos de qualificação profissional de jovens e adolescentes nas diversas áreas de trabalho do Município de Porto União.

Art. 2º O Convênio tem por objetivo repassar ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – Unidade Caçador (SC), recursos financeiros no valor total de R\$ 61.854,90 (sessenta e um mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos), desembolsáveis em parcelas mensais e consecutivas, distribuídas durante o exercício de 2017, conforme Plano de Trabalho.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0210	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE	2033	Encargos Gerais da Administração
MODALIDADE	3350 – 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – Unidade Caçador (SC), obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Parágrafo único. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – Unidade Caçador (SC) deverá encaminhar, junto com cada prestação de contas, relatório contendo:

I- listagem de cursos ofertados gratuitamente e sua carga horária;  
II- listagem com nome, endereço e documentos de identificação dos alunos que cursam gratuitamente, separando-os por curso;  
III- documentos que comprovem os critérios para obtenção de bolsas de estudos, caso sejam oferecidas;  
IV- declaração contendo o quantitativo de alunos, informando o total de alunos com gratuidade e alunos com pagamento de mensalidade.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2017, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, podendo ser prorrogado caso haja interesse do Município, nos termos do Plano de Trabalho a ser apresentado, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 12 de abril de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 569/2017 - RH**

PORTARIA Nº 569, de 03 de abril de 2017.  
Dispõe sobre Prorrogação de Contrato.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 083/2017 no período de 31 de março a 31 de maio de 2017, de Eliane Cristina Novakowski, que exerce as funções do cargo de Professor Docente

Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em razão da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família da servidora efetiva Edna Aparecida Andrade Pacheco.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Berçário Maria Luiza Walfraff, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 31 de março de 2017.

Porto União - SC, em 03 de abril de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 580/2017 - RH**

PORTARIA Nº 580, de 10 de abril de 2017.  
Dispõe sobre Revogação de Portaria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “a”, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 005, de 02 de janeiro de 2017, que designa o servidor efetivo Afonso Wasmann Neto para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Contador Geral do Município.  
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2017.

Porto União - SC, em 10 de abril de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 581/2017 - RH**

PORTARIA Nº 581, de 10 de abril de 2017.  
Prorroga Contrato de Trabalho PSF nº 006/2016, Médico do PSF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho PSF nº 006/2016, de Marcele Portela Antoria, que exerce o emprego público de Médico do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.494, de 30 de junho de 2008, a 04 de abril de 2017 a 03 de abril de 2018, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto a Estratégia Saúde da Família – ESF do Bairro Santa Rosa, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2017.

Porto União - SC, em 10 de abril de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 582/2017 - RH**

PORTARIA Nº 582, de 10 de abril de 2017.  
Dispõe sobre Contratação por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 10 de abril de 2017 a 09 de abril de 2018, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Ullissis Pimenta e Silva Vicentini, para exercer as funções do cargo de Médico (Clínico Geral) com vencimentos na Classe "11", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda e em razão de não haver candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Estratégia Saúde da Família – ESF do Bairro Vice King, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 10 de abril de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 583/2017 - RH**

PORTARIA Nº 583, de 10 de abril de 2017.  
Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor contratado Ullissis Pimenta e Silva Vicentini, ocupante do cargo de Médico (Clínico Geral), de 5h (cinco) horas semanais para 20h (vinte) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda das Unidades Básicas de Saúde, e por não haver candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 10 de abril de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 584/2017 - RH**

PORTARIA Nº 584, de 12 de abril de 2017.  
Dispõe sobre contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 12 de abril a 09 de maio de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Janete da Aparecida Cardoso, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora Dayane Vaz que encontra-se afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Berçário Maria Luiza Waldruff, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de abril de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 585/2017 - RH**

PORTARIA Nº 585, de 12 de abril de 2017.  
Dispõe sobre Contratação por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 12 de abril a 13 de outubro de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Adriano Carvalho de Oliveira, para exercer as funções do cargo de Cirurgião Dentista com vencimentos na Classe "11", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição da servidora Priscila Moreira Bilinski Côas que encontra-se em atestado médico e posterior Licença Maternidade.

Art. 2º O servidor acima mencionado, exercerá suas atividades junto ao Centro de Especialidade Odontológico - CEO, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de abril de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 586/2017 - RH**

PORTARIA Nº 586, de 12 de abril de 2017.

Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 12 de abril a 13 de outubro de 2017, a carga horária do servidor contratado Adriano Carvalho de Oliveira, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista, de 10h (dez) horas semanais para 20h (vinte) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição da servidora Priscila Moreira Bilinski Côas que encontra-se em atestado médico e posterior Licença Maternidade.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de abril de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1º BIMESTRE 2017

Município de PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>						
RECEITAS CORRENTES	109.692.004,80	109.692.004,80	12.190.340,58	11,11	12.190.340,58	97.501.664,22
RECEITA TRIBUTÁRIA	92.596.876,77	92.596.876,77	11.874.143,43	12,82	11.874.143,43	80.722.733,34
IMPOSTOS	11.940.790,40	11.940.790,40	970.577,10	8,13	970.577,10	10.970.213,30
TAXAS	9.265.872,00	9.265.872,00	535.853,86	5,78	535.853,86	8.730.018,14
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	2.618.246,40	2.618.246,40	434.723,24	16,60	434.723,24	2.183.523,16
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	56.672,00	56.672,00	0,00	0,00	0,00	56.672,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	5.242.160,00	5.242.160,00	508.848,57	9,71	508.848,57	4.733.311,43
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3.967.040,00	3.967.040,00	307.535,89	7,75	307.535,89	3.659.504,11
RECEITA PATRIMONIAL	1.275.120,00	1.275.120,00	201.312,68	15,79	201.312,68	1.073.807,32
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	11.580.377,16	11.580.377,16	2.099.883,80	18,13	2.099.883,80	9.480.493,36
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	42.504,00	42.504,00	1.214,86	2,86	1.214,86	41.289,14
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	10.616.953,16	10.616.953,16	2.098.668,94	19,77	2.098.668,94	8.518.284,22
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	920.920,00	920.920,00	0,00	0,00	0,00	920.920,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	60.645.817,95	60.645.817,95	7.872.908,55	12,98	7.872.908,55	52.772.909,40
TRANSF. DE CONV.	59.909.354,03	59.909.354,03	7.872.908,55	13,14	7.872.908,55	52.036.445,48
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	736.463,92	736.463,92	0,00	0,00	0,00	736.463,92
MULTAS E JUROS DE MORA	3.187.731,26	3.187.731,26	421.925,41	13,24	421.925,41	2.765.805,85
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.105.035,26	1.105.035,26	266.487,19	24,12	266.487,19	838.548,07
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	382.536,00	382.536,00	496,42	0,13	496,42	382.039,58
RECEITAS DIVERSAS	991.760,00	991.760,00	80.719,95	8,14	80.719,95	911.040,05
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	708.400,00	708.400,00	74.221,85	10,48	74.221,85	634.178,15
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	17.095.128,03	17.095.128,03	316.197,15	1,85	316.197,15	16.778.930,88
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.864.000,00	3.864.000,00	0,00	0,00	0,00	3.864.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	3.864.000,00	3.864.000,00	0,00	0,00	0,00	3.864.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	351.480,98	351.480,98	33.312,42	9,48	33.312,42	318.168,56
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	141.794,58	141.794,58	0,00	0,00	0,00	141.794,58
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	209.686,40	209.686,40	33.312,42	15,89	33.312,42	176.373,98
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.879.647,05	12.879.647,05	282.884,73	2,20	282.884,73	12.596.762,32
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.314.643,93	2.314.643,93	0,00	0,00	0,00	2.314.643,93
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	10.565.003,12	10.565.003,12	282.884,73	2,68	282.884,73	10.282.118,39
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	3.400.320,00	3.400.320,00	248.685,87	7,31	248.685,87	3.151.634,13
	113.092.324,80	113.092.324,80	12.439.026,45	11,00	12.439.026,45	100.653.298,35

Continua 1/4

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	113.092.324,80	113.092.324,80	12.439.026,45	11,00	12.439.026,45	11,00	100.653.298,35
DÉFICIT (VI)		—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)		113.092.324,80	12.439.026,45	11,00	12.439.026,45	11,00	100.653.298,35
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		—	—	—	44.518,19	—	—
Superávit Financeiro		—	—	—	44.518,19	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais		—	—	—	0,00	—	—
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
			(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	103.439.655,04	103.558.902,75	8.271.946,50	8.271.946,50	7.472.661,77	7.472.661,77	6.478.499,30
DESPESAS CORRENTES	73.647.562,89	73.766.810,60	7.845.838,69	7.845.838,69	7.148.456,00	7.148.456,00	6.159.091,03
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	43.913.583,10	43.913.583,10	5.028.680,72	5.028.680,72	38.884.902,38	5.009.475,96	4.745.453,45
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	453.376,00	453.376,00	4.461,30	4.461,30	448.914,70	4.461,30	4.461,30
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	29.280.603,79	29.399.851,50	2.812.696,67	2.812.696,67	2.134.518,74	2.134.518,74	1.409.176,28
DESPESAS DE CAPITAL	29.367.052,15	29.367.052,15	426.107,81	426.107,81	324.205,77	324.205,77	319.408,27
INVESTIMENTOS	28.561.132,15	28.561.132,15	328.912,58	328.912,58	227.010,54	227.010,54	222.213,04
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	805.920,00	805.920,00	97.195,23	97.195,23	708.724,77	97.195,23	97.195,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	425.040,00	425.040,00	0,00	0,00	425.040,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	425.040,00	425.040,00	0,00	0,00	425.040,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	6.252.349,76	6.252.349,76	485.115,02	485.115,02	5.767.234,74	485.115,02	261.344,65
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	109.692.004,80	109.811.252,51	8.757.061,52	8.757.061,52	7.957.776,79	7.957.776,79	6.739.843,95

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>109.692.004,80</b>	<b>109.811.252,51</b>	<b>8.757.061,52</b>	<b>8.757.061,52</b>	<b>101.054.190,99</b>	<b>7.957.776,79</b>	<b>7.957.776,79</b>	<b>101.853.475,72</b>	<b>6.739.843,95</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>4.481.249,66</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>109.692.004,80</b>	<b>109.811.252,51</b>	<b>8.757.061,52</b>	<b>8.757.061,52</b>	<b>—</b>	<b>7.957.776,79</b>	<b>12.439.026,45</b>	<b>—</b>	<b>6.739.843,95</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>Receitas (Intra-Orçamentárias)</b>	<b>3.400.320,00</b>	<b>3.400.320,00</b>	<b>248.685,87</b>	<b>7,31</b>	<b>248.685,87</b>	<b>7,31</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>3.400.320,00</b>	<b>3.400.320,00</b>	<b>248.685,87</b>	<b>7,31</b>	<b>248.685,87</b>	<b>7,31</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.400.320,00	3.400.320,00	248.685,87	7,31	248.685,87	7,31
Contribuições Sociais - Intra orçamentárias	3.400.320,00	3.400.320,00	248.685,87	7,31	248.685,87	7,31

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>6.252.349,76</b>	<b>6.252.349,76</b>	<b>485.115,02</b>	<b>485.115,02</b>	<b>5.767.234,74</b>	<b>485.115,02</b>	<b>485.115,02</b>	<b>5.767.234,74</b>	<b>261.344,65</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.252.349,76	6.252.349,76	485.115,02	485.115,02	5.767.234,74	485.115,02	485.115,02	5.767.234,74	261.344,65

FONTE:

Nota: O Déficit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 421.874,41

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PORTO UNIAO, 17/04/2017

ELISEU MIBACH  
PREFEITO MUNICIPALSOFIA SYDOL  
SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADEANDRIÉLI MARINA GIACOMINI  
CONTADORA - CRC/SC 35106/O-0LAURECI FREISLEBEN  
RESPONSÁVEL PELO CONTR. INTERNO

Município de PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			(d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Administração	103.439.655,04	103.558.902,75	8.271.946,50	8,271.946,50	94,46	7.472.661,77	7,472.661,77	96.086.240,98
Planejamento e Orçamento	6.817.338,00	6.817.338,00	599.986,72	599.986,72	6,85	564.840,52	564.840,52	6.252.497,48
Administração Geral	439.208,00	439.208,00	55.219,98	55.219,98	0,63	55.219,98	55.219,98	383.988,02
Administração Financeira	5.363.701,20	5.363.701,20	422.905,41	422.905,41	4,83	389.126,39	389.126,39	4.974.574,81
Defesa Nacional	1.014.428,80	1.014.428,80	121.861,33	121.861,33	1,39	120.494,15	120.494,15	893.934,65
Defesa Terrestre	2.833,60	2.833,60	45,00	45,00	0,00	45,00	45,00	2.788,60
Segurança Pública	879.747,20	879.747,20	17.797,67	17.797,67	0,20	14.542,23	14.542,23	865.204,97
Policimento	218.187,20	218.187,20	6.253,25	6.253,25	0,07	3.060,60	3.060,60	215.126,60
Defesa Civil	661.560,00	661.560,00	11.544,42	11.544,42	0,13	11.481,63	11.481,63	650.078,37
Assistência Social	3.181.544,00	3.181.544,00	278.406,17	278.406,17	3,18	262.009,71	262.009,71	2.919.534,29
Assistência à Criança e ao Adolescente	264.941,60	264.941,60	3.337,62	3.337,62	0,04	3.054,72	3.054,72	261.886,88
Assistência Comunitária	2.916.602,40	2.916.602,40	275.068,55	275.068,55	3,14	258.954,99	258.954,99	2.657.647,41
Previdência Social	14.264.342,40	14.264.342,40	560.505,42	560.505,42	6,40	559.759,92	559.759,92	13.704.582,48
Previdência do Regime Estatutário	14.264.342,40	14.264.342,40	560.505,42	560.505,42	6,40	559.759,92	559.759,92	13.704.582,48
Saúde	20.848.580,00	20.848.580,00	2.707.366,26	2.707.366,26	30,92	2.417.546,49	2.417.546,49	18.431.033,51
Atenção Básica	14.139.388,00	14.139.388,00	2.111.241,42	2.111.241,42	24,11	1.952.156,69	1.952.156,69	12.187.231,31
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.709.192,00	6.709.192,00	596.124,84	596.124,84	6,81	465.389,80	465.389,80	6.243.802,20
Educação	18.639.119,84	18.758.367,55	2.086.192,31	2.086.192,31	23,82	1.835.049,21	1.835.049,21	16.923.318,34
Educação Infantil	11.308.539,62	11.427.787,33	1.399.793,00	1.399.793,00	15,98	1.162.129,05	1.162.129,05	10.265.658,28
Educação de Jovens e Adultos	5.184.408,20	5.184.408,20	679.229,02	679.229,02	7,76	667.431,87	667.431,87	4.516.976,33
Cultura	2.146.172,02	2.146.172,02	7.170,29	7.170,29	0,08	5.488,29	5.488,29	2.140.683,73
Urbanismo	878.416,00	878.416,00	42.971,62	42.971,62	0,49	41.284,78	41.284,78	837.131,22
Infra-Estrutura Urbana	14.927.202,40	14.927.202,40	922.108,97	922.108,97	10,53	835.444,38	835.444,38	14.091.757,02
Serviços Urbanos	11.101.842,40	11.101.842,40	318.460,32	318.460,32	3,64	286.623,59	286.623,59	10.815.218,81
Lazer	3.542.000,00	3.542.000,00	603.648,65	603.648,65	6,89	585.529,70	585.529,70	2.956.470,30
Habituação	283.360,00	283.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	283.360,00
Habituação Urbana	2.680.585,60	2.680.585,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.680.585,60
Saneamento	1.700.160,00	1.700.160,00	1.356,00	1.356,00	0,02	1.356,00	1.356,00	1.698.804,00
Gestão Ambiental	688.564,80	688.564,80	101.207,80	101.207,80	1,16	101.165,80	101.165,80	587.399,00
Preservação e Conservação Ambiental	603.556,80	603.556,80	101.207,80	101.207,80	1,16	101.165,80	101.165,80	502.391,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	103.439.655,04	103.558.902,75	8.271.946,50	8.271.946,50	95.286.956,25	7.472.661,77	7.472.661,77	93,90
Gestão Ambiental	688.564,80	688.564,80	101.207,80	101.207,80	587.357,00	101.165,80	101.165,80	1,27
Recursos Hídricos	85.008,00	85.008,00	0,00	0,00	85.008,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.147.608,00	1.147.608,00	42.877,20	42.877,20	1.104.730,80	28.308,48	28.308,48	0,36
Abastecimento	14.168,00	14.168,00	0,00	0,00	14.168,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	1.133.440,00	1.133.440,00	42.877,20	42.877,20	1.090.562,80	28.308,48	28.308,48	0,36
Indústria	555.385,60	555.385,60	2.845,62	2.845,62	552.539,98	2.845,62	2.845,62	0,04
Promoção Industrial	413.705,60	413.705,60	2.845,62	2.845,62	410.859,98	2.845,62	2.845,62	0,04
Produção Industrial	141.680,00	141.680,00	0,00	0,00	141.680,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	209.686,40	209.686,40	2.577,60	2.577,60	207.108,80	2.577,60	2.577,60	0,03
Turismo	209.686,40	209.686,40	2.577,60	2.577,60	207.108,80	2.577,60	2.577,60	0,03
Comunicações	14.168,00	14.168,00	0,00	0,00	14.168,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	14.168,00	14.168,00	0,00	0,00	14.168,00	0,00	0,00	0,00
Energia	425.040,00	425.040,00	0,00	0,00	425.040,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	425.040,00	425.040,00	0,00	0,00	425.040,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	8.297.134,80	8.297.134,80	455.722,34	455.722,34	7.841.412,46	419.857,43	419.857,43	5,28
Infra-Estrutura Urbana	42.504,00	42.504,00	0,00	0,00	42.504,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	8.183.790,80	8.183.790,80	455.722,34	455.722,34	7.728.068,46	419.857,43	419.857,43	5,28
Transporte Hidroviário	70.840,00	70.840,00	0,00	0,00	70.840,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	2.048.692,80	2.048.692,80	46.039,47	46.039,47	2.002.653,33	45.116,87	45.116,87	0,57
Desporto Comunitário	2.048.692,80	2.048.692,80	46.039,47	46.039,47	2.002.653,33	45.116,87	45.116,87	0,57
Encargos Especiais	5.233.505,60	5.233.505,60	403.940,33	403.940,33	4.829.565,27	393.187,54	393.187,54	4,94
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	566.720,00	566.720,00	36.020,35	36.020,35	530.699,65	36.020,35	36.020,35	0,45
Refinanciamento da Dívida Interna	1.259.296,00	1.259.296,00	101.656,53	101.656,53	1.157.639,47	101.656,53	101.656,53	1,28
Outros Encargos Especiais	3.407.489,60	3.407.489,60	266.263,45	266.263,45	3.141.226,15	255.510,66	255.510,66	3,21
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	6.252.349,76	6.252.349,76	485.115,02	485.115,02	5.767.234,74	485.115,02	485.115,02	6,10
Previdência Social	212.520,00	212.520,00	1.327,09	1.327,09	211.192,91	1.327,09	1.327,09	0,02
Previdência do Regime Estatutário	212.520,00	212.520,00	1.327,09	1.327,09	211.192,91	1.327,09	1.327,09	0,02
Saúde	1.086.317,60	1.086.317,60	112.465,60	112.465,60	973.852,00	112.465,60	112.465,60	1,41
Atenção Básica	957.977,60	957.977,60	110.970,40	110.970,40	847.007,20	110.970,40	110.970,40	1,39
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	128.340,00	128.340,00	1.495,20	1.495,20	126.844,80	1.495,20	1.495,20	0,02
Educação	3.905.080,16	3.905.080,16	238.415,90	238.415,90	3.666.664,26	238.415,90	238.415,90	3,00
Ensino Fundamental	1.877.903,19	1.877.903,19	141.076,69	141.076,69	1.736.826,50	141.076,69	141.076,69	1,77
Educação Infantil	1.599.283,55	1.599.283,55	97.339,21	97.339,21	1.501.944,34	97.339,21	97.339,21	1,22

Continuação 2/3

Continuação 33

Município de PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Educação	6.252.349,76	6.252.349,76	485.115,02	485.115,02	5.767.234,74	485.115,02	6,10	5.767.234,74
Educação de Jovens e Adultos	3.905.080,16	3.905.080,16	238.415,90	238.415,90	3.666.664,26	238.415,90	3,00	3.666.664,26
Encargos Especiais	427.893,42	427.893,42	0,00	0,00	427.893,42	0,00	0,00	427.893,42
Outros Encargos Especiais	1.048.432,00	1.048.432,00	132.906,43	132.906,43	915.525,57	132.906,43	1,67	915.525,57
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>109.692.004,80</b>	<b>109.811.252,51</b>	<b>8.757.061,52</b>	<b>8.757.061,52</b>	<b>101.054.190,99</b>	<b>7.957.776,79</b>	<b>100,00</b>	<b>101.853.475,72</b>

FONTE:

PORTO UNIAO, 17/04/2017

ELISEU MIBACH	SOFIA SYDOL	ANDRIELI MARINA GIACOMINI
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	CONTADORA - CRC/SC 35106/O-0
LAURECI FREISLEBEN		
RESPONSÁVEL PELO CONTR. INTERNO		

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	10.441.816,00	10.441.816,00	621.358,19	5,95
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.134.744,00	6.134.744,00	87.354,32	1,42
1.1.1- IPTU	4.896.460,80	4.896.460,80	1.800,97	0,04
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	1.238.283,20	1.238.283,20	85.553,35	6,91
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	949.256,00	949.256,00	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	949.256,00	949.256,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.337.720,00	2.337.720,00	458.760,60	19,62
1.3.1- ISS	2.337.720,00	2.337.720,00	458.760,60	19,62
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.020.096,00	1.020.096,00	75.243,27	7,38
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	39.169.966,00	39.169.966,00	6.030.022,41	15,39
2.1- Cota-Parte FPM	24.123.550,00	24.123.550,00	3.393.893,96	14,07
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	24.123.550,00	24.123.550,00	3.393.893,96	14,07
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.334.400,00	11.334.400,00	2.136.211,23	18,85
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	56.672,00	56.672,00	7.714,20	13,61
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	212.520,00	212.520,00	29.897,59	14,07
2.5- Cota-Parte ITR	42.504,00	42.504,00	686,11	1,61
2.6- Cota-Parte IPVA	3.400.320,00	3.400.320,00	461.619,32	13,58
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>49.611.782,00</b>	<b>49.611.782,00</b>	<b>6.651.380,60</b>	<b>13,41</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.392.976,90	2.392.976,90	154.842,39	6,47
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>2.392.976,90</b>	<b>2.392.976,90</b>	<b>154.842,39</b>	<b>6,47</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	7.103.835,20	7.103.835,20	1.107.700,84	15,59
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	4.817.120,00	4.817.120,00	678.778,72	14,09
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.266.880,00	2.266.880,00	427.242,07	18,85
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	11.334,40	11.334,40	1.542,84	13,61
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	-	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	8.500,80	8.500,80	137,21	1,61
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	-	0,00	0,00	0,00
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	15.456.000,00	15.456.000,00	1.777.953,75	11,50
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	15.456.000,00	15.456.000,00	1.777.953,75	11,50
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>8.352.164,80</b>	<b>8.352.164,80</b>	<b>670.252,91</b>	<b>8,02</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	12.452.348,21	12.452.348,21	1.270.002,30	10,20	1.270.002,30	10,20
13.1- Com Educação Infantil	4.395.607,68	4.395.607,68	579.012,10	13,17	579.012,10	13,17
13.2- Com Ensino Fundamental	8.056.740,53	8.056.740,53	690.990,20	8,58	690.990,20	8,58
14- OUTRAS DESPESAS	3.031.987,78	3.031.987,78	261.422,86	8,62	261.422,86	8,62
14.1- Com Educação Infantil	919.745,82	919.745,82	111.191,15	12,09	111.191,15	12,09
14.2- Com Ensino Fundamental	2.112.241,96	2.112.241,96	150.231,71	7,11	150.231,71	7,11
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	15.484.335,99	15.484.335,99	1.531.425,16	9,89	1.531.425,16	9,89
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.531.425,16
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						71,43
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						14,70
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						13,87
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 <sup>2</sup>						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.394.033,51	6.394.033,51	739.238,00	11,56	727.440,85	11,38
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	13.863.144,62	13.863.144,62	1.191.905,90	8,60	1.170.949,49	8,45
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	10.168.982,49	10.168.982,49	841.221,91	8,27	841.221,91	8,27
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.694.162,13	3.694.162,13	350.683,99	9,49	329.727,58	8,93
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	20.257.178,13	20.257.178,13	1.931.143,90	9,53	1.898.390,34	9,37
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						670.252,91
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						-
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						670.252,91
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						1.228.137,43
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						18,46
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.112.187,96	1.112.187,96	44.128,55	3,97	44.128,55	3,97
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	662.760,50	782.008,21	340.681,88	43,57	113.112,49	14,46
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	1.774.948,46	1.894.196,17	384.810,43	20,32	157.241,04	8,30
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	22.032.126,59	22.151.374,30	2.315.954,33	10,46	2.055.631,38	9,28
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

Continuação 3/3

**MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	0,00	22.694,73
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.777.953,75	0,00
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		
48.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.777.953,75	22.694,73
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	1.777.953,75	22.694,73

PORTO UNIAO, 17/04/2017

ELISEU MIBACH  
PREFEITO MUNICIPAL

ANDRIÉLI MARINA GIACOMINI  
CONTADORA - CRC/SC 35106/O-0

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 028/2017 DE 10/04/2017. CANCELA LANÇAMENTO DE DÍVIDA ATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 028/2017 de 10/04/2017.

Cancela lançamento de dívida ativa e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

Considerando que os lançamentos de dívida ativa em nome dos contribuintes são indevidos;

Considerando que o cancelamento não importa em renúncia de receita e que o contribuinte não pode arcar com erro formal da Administração Pública; DECRETA:

Art. 1º - Fica cancelado a dívida ativa no valor de R\$ 2.673,20 (dois mil e seiscentos e setenta e três reais e vinte centavos), relativos aos alvarás 2008/2009/2010, em nome de VERDI RIO COMERCIO DE ACESSÓRIOS E PNEUS LTDA, CNPJ nº 01.966.956/0001-05, visto que a empresa protocolou pedido de baixa no ano de 2007.

Art. 2º - Fica cancelado a dívida ativa no valor de R\$ 3.233,14 (três mil e duzentos e trinta e três reais e quatorze centavos), relativos aos alvarás 2011/2012/2013, em nome de GENTE BONITA COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 10.672.917/0001-96, visto que a empresa suspendeu as atividades no município no ano de 2010, e mudou seu endereço para Brusque.

Art. 3º - Fica cancelado a dívida ativa no valor de R\$ 10.251,39 (dez mil e duzentos e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos), relativos aos alvarás 1997/1998/1999/2000, em nome de CORREIA E ISIDORO LTDA, CNPJ nº 00.459.620/0001-93, tendo em vista que decaiu o direito à constituição do crédito tributário.

Art. 4º - Fica cancelado a dívida ativa no valor de R\$ 2.205,02 (dois mil e duzentos e cinco reais e dois centavos), relativo ao IPTU 2006 E 2007, em nome de MALHAS IRIMAR, CNPJ nº 80.497.001/0001-22, visto que a dívida se refere a imóvel que integra patrimônio do município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo, 10 de abril de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 91 DE 17.04.2017

DECRETO Nº 91, 17 DE ABRIL DE 2017.

REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014, COM SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES, NO MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC PARA O FIM DE REGULAMENTAR, EM ÂMBITO LOCAL, AS PARCERIAS E OS ACORDOS DE COOPERAÇÃO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações,

DECRETA:

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º Recepção, no âmbito local, as definições previstas no art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 2014, com as atualizações e os acréscimos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de setembro de 2015.

§ 2º Aplica-se subsidiariamente ao disposto neste Decreto:

I - o Decreto Federal nº 8.428, de 2 de abril de 2015, que dispõe sobre Procedimento de Manifestação de Interesse, a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública;

II – o Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.

§ 3º A administração pública municipal adotará procedimentos para orientar e facilitar a realização de parcerias e estabelecerá, sempre que possível, critérios para definir objetos, metas, custos e indicadores de avaliação de resultados.

§ 4º A Secretaria de Administração, Planejamento e Fazenda publicará, no sítio eletrônico oficial do Município, informações que contemplem os procedimentos a serem observados em todas as fases da parceria, para orientar os gestores públicos e as organizações da sociedade civil, nos termos do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 13.019, de 2014 e suas alterações.

§ 5º A atualização das informações referidas no § 3º deve ser constante, tendo como base as alterações da legislação federal.

§ 6º As demais secretarias da administração pública municipal poderão editar orientações complementares, de acordo com as especificidades dos programas e das políticas públicas setoriais.

Art. 2º As parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil terão por objeto a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio das seguintes modalidades:

I - termo de fomento ou termo de colaboração, quando envolver transferência de recurso financeiro; ou

II - acordo de cooperação, quando não envolver transferência de recurso financeiro.

Art. 3º O acordo de cooperação é instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

I – poderá ser proposto pela administração pública municipal ou pela organização da sociedade civil;

II – será firmado pelo Prefeito;

III – poderá ser prorrogado de acordo com o interesse público, hipótese que prescinde de prévia análise jurídica.

Parágrafo Único: São aplicáveis ao acordo de cooperação as regras e os procedimentos referidos no art. 6º do Decreto Federal nº 8.726/2016.

#### CAPÍTULO II DO CHAMAMENTO PÚBLICO E DA SELEÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

Art. 4º A seleção da organização da sociedade civil para celebrar parceria deverá ser realizada pela administração pública municipal, por meio de chamamento público, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 13.019, de 2014 e suas alterações.

§ 1º O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, mediante formalização de termo de atuação em rede, se houver previsão no edital, observadas as formalidades dos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

§ 2º O chamamento público para celebração de parcerias executadas com recursos de fundos específicos, como o da criança e do adolescente, do idoso e de defesa de direitos difusos, entre outros, poderá ser formalizada, em sua fase interna, pelos respectivos conselhos, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e deste Decreto.

§ 3º Os termos de fomento ou de colaboração que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados com dispensa do chamamento público, nos termos dos arts. 29 e 30, VI, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º O chamamento público poderá ser dispensado ou será considerado inexigível nas hipóteses previstas nos art. 30 e art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, mediante decisão fundamentada do Prefeito, nos termos do art. 32 da referida Lei.

§ 5º Além das condições exigidas pela Lei Federal nº 13.019, de 2014, a organização da sociedade civil interessada em parceria, nos termos deste Decreto, não poderá estar em débito com a fazenda pública municipal.

Art. 5º A administração pública municipal nomeará Comissão de Seleção e de Julgamento para o Chamamento Público, sendo está um órgão colegiado, composto por três agentes públicos, designados por portaria, com pelo menos dois de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.

§ 1º Quando se tratar de Chamamento Público para parceria que envolva programas ou políticas públicas setoriais, a Comissão de que trata este artigo poderá ser composta por mais dois servidores da Secretaria na qual o projeto será realizado.

§ 2º Na portaria de nomeação o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção assumirão a responsabilidade pela condução dos trabalhos.

§ 3º Será impedida de participar de Comissão, para fins deste artigo, o servidor que, nos últimos cinco anos, tenha mantido vínculo jurídico com, ao menos, uma das entidades em disputa.

§ 4º Configurado o impedimento previsto no § 3º, deverá ser

designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

§ 5º O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.

Art. 6º A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º As propostas serão classificadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no edital.

§ 2º Será eliminada a organização da sociedade civil cuja proposta esteja em desacordo com os termos do edital ou que não contenha as seguintes informações:

I - a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;

II – as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

III – os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

IV – o valor global.

Art. 7º A administração pública municipal divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no seu sítio eletrônico oficial.

Art. 8º As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de cinco dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu.

§ 1º Os recursos que não forem reconsiderados pelo colegiado no prazo de cinco dias, contados do recebimento, deverão ser encaminhados ao Prefeito para decisão final.

§ 2º Os recursos poderão ser apresentados no setor de protocolo da Prefeitura.

§ 3º Não caberá novo recurso da decisão do recurso previsto neste artigo.

Art. 9º. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, a administração pública municipal deverá homologar e divulgar as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

### CAPÍTULO III

#### DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 10. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social é o instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas à administração pública municipal, diretamente na Secretaria vinculada à área de atuação do projeto pretendido, para que esta avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

§ 1º O Procedimento de Manifestação de Interesse Social deve conter:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido; e

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação de viabilidade, de custos, de benefícios e de prazos de execução da ação pretendida.

§ 2º Preenchidos os requisitos, a administração pública municipal deverá tornar pública a proposta no sítio eletrônico do Município e, verificada a conveniência e oportunidade para realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o instaurará para oitiva da sociedade sobre o tema.

§ 3º A realização do procedimento previsto no § 2º não obrigará a execução do projeto proposto, que acontecerá de acordo com as possibilidades da administração pública municipal.

§ 4º A Manifestação de Interesse social não dispensa a convocação, por meio de chamamento público, para a celebração de parceria.

§ 5º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público.

Art. 11. A execução das parcerias pode se dar por atuação em rede de duas ou mais organizações da sociedade civil, a ser formalizada mediante assinatura de termo de atuação em rede.

§ 1º A atuação em rede pode se efetivar pela realização de ações

coincidentes, quando há identidade de intervenções, ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria.

§ 2º A rede deve ser composta por:

I - uma organização da sociedade civil celebrante da parceria com a administração pública municipal, que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e

II - uma ou mais organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes da parceria com a administração pública municipal, que deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a organização da sociedade civil celebrante.

§ 3º A atuação em rede não caracteriza subcontratação de serviços e nem descaracteriza a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil celebrante.

§ 4º Aplica-se, à atuação em rede, o disposto nos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

### CAPÍTULO IV

#### DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 12. A Comissão de Monitoramento e Avaliação é a instância administrativa colegiada responsável por:

I - monitorar o conjunto de parcerias;

II – apresentar proposta de aprimoramento dos procedimentos;

III - padronizar objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação; e

IV - homologar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

§ 1º A administração pública municipal designará, por portaria, os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, a ser constituída por três membros, pelo menos dois servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal.

§ 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos, especialmente quando a parceria envolver programas ou políticas públicas setoriais.

§ 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações previstas nos arts. 51 a 53 do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

§ 4º O monitoramento e a avaliação de parceria executada com recursos de fundo específico poderão ser realizados pela Comissão Municipal com atuação temática na respectiva área- fim.

Art. 13. O membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá se declarar impedido de participar do monitoramento e da avaliação da parceria quando verificar que tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil ou que tenha participado da Comissão de Seleção e de Julgamento.

### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Para os processos administrativos das parcerias formalizadas nos termos deste Decreto será observado, subsidiariamente, o que dispõe a Lei da União nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. A juízo da administração pública municipal e a pedido da organização da sociedade civil, poderá ser realizada audiência para esclarecimento necessário à instrução do processo.

Art. 15. Não constituem parceria, para fins do disposto neste Decreto:

I - os patrocínios, apoio financeiro e contribuições concedidos a atividades e/ou projetos a qualquer pessoa física ou jurídica, nos termos da LC nº 101, art. 26;

II – subvenções sociais para entidades de que trata a Lei nº 13.019, art. 3º, IV; III – subvenções econômicas;

Art. 16. No âmbito da administração pública municipal, a prévia

tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica, relacionada à execução da parceria, prevista no inciso XVII do caput do art. 42 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, caberá à Procuradoria do Município.

§ 1º Antes de promover a tentativa de conciliação e solução administrativa, o órgão jurídico deverá consultar a Secretaria de Administração, Planejamento e Fazenda, quanto à existência de processo de apuração de irregularidade concernente ao objeto da parceria.

§ 2º É assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado perante a administração pública municipal, especialmente em procedimento voltado à conciliação e à solução administrativa de dúvidas decorrentes da execução da parceria.

Art. 17. A administração pública municipal fará reuniões públicas com as organizações da sociedade civil, a fim de orientá-las quanto à Lei Federal nº 13.019, de 2014, bem como sobre a aplicação deste Decreto.

Art. 18. As prestações de contas serão parciais e finais:

I – As prestações de contas parciais serão realizadas a cada repasse da parcela e seguirão os termos da Instrução Normativa nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e suas alterações;  
II – A prestação de contas final atenderá ao disposto na Lei n. 13.019/2014 quanto às prestações de contas.

Art. 19. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA/SC, em 17 de abril de 2017.

EDILSON MIGUEL WOLKWEIS,  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº. 98 DE 17.04.2017

DECRETO Nº. 98, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

“HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e de acordo com o Artigo 41 da Constituição Federal, com nova redação que lhe deu a emenda constitucional nº. 19/98, de 04/06/98, e o Artigo 103 da Lei Orgânica do Município, combinado com o Edital do Concurso Público nº. 001/2013, de 13/03/2013, homologado pelo Decreto nº. 090, de 07/05/2013 e de acordo com o disposto na sessão VI da Lei Complementar nº. 22 de 30 de Dezembro de 2014:

### DECRETA

Art. 1º. Fica Homologado o Resultado da Avaliação do Estágio Probatório apresentado pela Comissão de Avaliação, nomeada pela Portaria nº. 125, de 09 de Setembro de 2016.

Art. 2º. Tornam estáveis no quadro permanente de Funcionários Públicos, os servidores a seguir relacionados, que obtiveram aprovação no estágio probatório, nomeados em decorrência da aprovação no concurso público, Edital nº. 001/2013, de 13/03/2013, homologado pelo Decreto nº. 090, de 07/05/2013

Nome do Servidor	Cargo	Carga Horária
Hilário Miguel Rohr	Operador de Equipamentos Pesados	40h/s
Claudemir Norberto Wohlmuth	Operador de Equipamentos Pesados	40h/s
Claudemir José Rohr	Auxiliar de Serviços Gerais	40h/s
João Luiz Kayser	Engenheiro Civil	20h/s
Mateus Boff	Operador de Equipamentos Pesados	40h/s
Gustavo Mantovani	Operador de Equipamentos Pesados	40 h/s
Denise Rubert	Agente Comunitário de Saúde	40h/s
Jacinta Gerlach	Assistente Social	40h/s
Maristela Barp	Psicóloga	40h/s

Vítor Massoli Guarda	Cirurgião Dentista	40h/s
----------------------	--------------------	-------

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão à conta do orçamento municipal vigente, em dotação específica para tal fim.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01.04.2017.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,  
17 de Abril de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,  
Prefeito Municipal

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 005/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2017

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta data, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado da interessada ou de seu procurador, a candidata aprovado no Processo Seletivo, Edital nº 001/2017, de 20 de Janeiro de 2017, homologado o resultado da aprovada por meio do Decreto nº 96, de 12 de Abril de 2017, compareça à sede do Município de Princesa, sito a Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, Princesa/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta feira a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

ASSISTENTE SOCIAL

GRACIELE REGINA BIZELLO

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, em 17 de Abril de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,  
Prefeito Municipal

## LEI Nº. 867 DE 17.04.2017

LEI Nº 867, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

“ALTERA A LEI Nº. 757, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014, QUE AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE PRINCESA NO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO DE AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, FAÇO SABER, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A ementa da Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Princesa no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.”

Art. 2º. O artigo 1º, da Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica autorizado o ingresso do Município de Princesa, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.”

Art. 3º. O artigo 2º, da Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014,

passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) em anexo, fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei Federal Nº. 11.107/2005."

Art. 4º. O artigo 3º, da Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções em anexo:

I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;

III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;

IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;

V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;

VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e

VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana."

Art. 5º. Fica acrescido o artigo 4º, na Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, com a seguinte redação:

"Art. 4º. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º. A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º. A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$ , onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante."

Art. 6º. Fica acrescido o artigo 5º, na Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, com a seguinte redação:

"Art. 5º. A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º. A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º. A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$ , onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante."

Art. 7º. Fica acrescido o artigo 6º, na Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, com a seguinte redação:

"Art. 6º. A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º. A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias

públicas.

§ 2º. A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$ , onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante."

Art. 8º. Fica acrescido o artigo 7º, na Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, com a seguinte redação:

"Art. 7º. A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º. A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º. A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$ , onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante."

Art. 9º. Fica acrescido o artigo 8º, na Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, com a seguinte redação:

"Art. 8º. A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º. A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º. A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$ , onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante."

Art. 10º. Fica acrescido o artigo 9º, na Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, com a seguinte redação:

"Art. 9º. A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º. A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º. A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela

multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRDR = NH x R\$ 0,0300, onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante."

Art. 11º. Fica acrescido o artigo 10º, na Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, com a seguinte redação:

"Art. 10º. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º. A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º. A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRDP = NH x R\$ 0,0200, onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante."

Art. 12º. Fica acrescido o artigo 11º, na Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, com a seguinte redação:

"Art. 11º. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE."

Art. 13º. Fica acrescido o artigo 12º, na Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, com a seguinte redação:

"Art. 12º. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos."

Art. 14º. Fica acrescido o artigo 13º, na Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, com a seguinte redação:

"Art. 13º. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços."

Art. 15º. Fica acrescido o artigo 14º, na Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, com a seguinte redação:

"Art. 14º. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS."

Art. 16º. Fica acrescido o artigo 15º, na Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, com a seguinte redação:

"Art. 15º. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços."

Art. 17º. Fica acrescido o artigo 16º, na Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, com a seguinte redação:

"Art. 16º. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato,

estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções."

Art. 18º. Fica acrescido o artigo 17º, na Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, com a seguinte redação:

"Art. 17º. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços."

Art. 19º. Fica acrescido o artigo 18º, na Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, com a seguinte redação:

"Art. 18º. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78º, § 2º; 79º, § 2º; 80º, § 2º; 81º, § 2º; 82º, § 2º; 83º, § 2º; e 84º, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º. A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78º, § 2º; 79º, § 2º; 80º, § 2º; 81º, § 2º; 82º, § 2º; 83º, § 2º; e 84º, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000)."

Art. 20º. Fica acrescido o artigo 19º, na Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, com a seguinte redação:

"Art. 19º. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções."

Art. 21º. Fica acrescido o artigo 20º, na Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, com a seguinte redação:

"Art. 20º. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização."

Art. 22º. Fica acrescido o artigo 21º, na Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, com a seguinte redação:

"Art. 21º. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º. Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º. A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS."

Art. 23º. O artigo 3º, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º. A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, Nº. 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina."

Art. 24º. O Parágrafo único, do artigo 32º, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 32º..."

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no

Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.”

Art. 25º. O § 1º, do artigo 39º, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei Nº. 757, de 15 de setembro de 2014, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 39º ...

§ 1º. A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede ou da unidade regional, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.”

Art. 26º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em sentido contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC,  
em 17 de Abril de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 075 DE 17.04.2017**

PORTARIA Nº. 75, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA MEMBROS INTEGRANTES DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO PARA PARCERIA A SER CELEBRADA COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC – APAE

O Prefeito Municipal de Princesa, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e, em especial a Lei nº 13.019 de 31 de Julho de 2014 e o Decreto Municipal n. 91, de 17 de abril de 2017.

Considerando, a necessidade de instaurar procedimento administrativo para realizar a análise, seleção e julgamento de Projeto para a celebração de parceria com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC – APAE resolve:

Art. 1º. Nomear Comissão de Seleção e Julgamento para possível-parceria a ser celebrada, para o exercício de 2017, com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC – APAE, Estado de Santa Catarina, incumbidos de analisar a proposta com a finalidade de um possível acordo de cooperação

#### **PORTARIA Nº. 77 DE 17.04.2017**

PORTARIA Nº. 77, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o artigo 132 da Lei 109, de 28 de dezembro de 2004.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias, a servidora abaixo relacionada, conforme período aquisitivo e período de gozo abaixo relacionado:

Funcionária	Cargo	Período aquisitivo	Períodos de gozo
NÁDIA SEVALD	PROFESSORA DE ENSINO INFANTIL	19/12/2015 a 18/12/2016	28/04/2017 a 27/05/2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28.04.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 17 de Abril de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

entre o município de Princesa e a entidade Proponente:

I - Membros da Comissão:

a) Neila Hammes - Presidente;

b) Elisangela Giehl Graff - Secretário;

c) Maira Cristina Klein Gueller - membro.

Parágrafo único. O Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção assumirão a responsabilidade pela condução dos trabalhos.

Art. 2º Os servidores nomeados através desta Portaria exercerão suas funções pelo prazo que durar a parceria.

Art. 3º As funções de Membro da Comissão serão exercidas no horário de expediente, e sem ônus adicionais para o município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA/SC, em 17 de abril de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 76 DE 17.04.2017**

PORTARIA Nº. 76, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

RETIFICA PORTARIA Nº. 135 DE 09 JULHO DE 2015 QUE CONCEDEU ADICIONAL POR PROGRESSÃO FUNCIONAL DENTRO DA ÁREA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquela contida no inciso IX, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. O Artigo 3º. da Portaria nº. 135 de 09 de Julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a data de 01 de Julho de 2015”.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal, em cada exercício.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário e em especial retificadas as contidas na Portaria nº. 135 de 09 de Julho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 17 de Abril de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,

Prefeito Municipal

# Rio das Antas

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.953

LEI Nº 1.953, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA UG-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS - FMS POR CONTA DE RECURSOS DE ANULAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei :

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento para 2017, no valor de R\$ 3.450,00 (TRÊS MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS), para a UG-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE dotação abaixo:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS - FMS  
10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS – FMS

10.001.0010.0304.0160.1033.34490000000.0138.000000– Aplicações Diretas (155) ..... R\$ 3.450,00

Art.2º - O crédito suplementar autorizado no artigo 1º desta lei corre no valor R\$ 3.450,00 (TRÊS MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS), por conta de recursos de anulação da dotação do orçamento vigente da UG-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE para o corrente exercício, conforme abaixo:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS - FMS  
10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS – FMS

10.001.0010.0304.0160.2032.33390000000.0138.000000– Aplicações Diretas (175) ..... R\$ 3.450,00

Art.3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 13 DE ABRIL 2017.  
RONALDO DOMINGOS LOSS  
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO  
Secretário Munic. de Administr. e Finanças

### LEI Nº 1.954

LEI Nº 1.954, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA REDAÇÃO DE ARTIGO DE LEI QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei :

Art.1º - O Art. 2º da Lei nº 1.950, de 22/03/2017 , passa a vigorar com a seguinte redação:

Art..2º - O crédito suplementar autorizado no artigo 1º desta lei corre no valor R\$ 145.000,00 (CENTO E QUARENTA E CINCO MIL REAIS), por conta de recursos de anulação da dotação do orçamento vigente da UG-FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO MUN.R.ANTAS - FMHIS para o corrente exercício de 2017, conforme abaixo:

60 – FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO MUN.DE R.ANTAS-FMHIS

60.01 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO MUN.DE R.ANTAS-FMHIS

60.01.0016.0482.0280.1068.34490000000.0100.000000– Aplicações Diretas .....R\$145.000,00

Art.2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 13 DE ABRIL 2017.  
RONALDO DOMINGOS LOSS  
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO  
Secretário Munic. de Administr. e Finanças

### LEI Nº 1.955

LEI Nº 1.955, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA UG-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS - FMS POR CONTA DE RECURSOS DE ANULAÇÃO NA UG-PREFEITURA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei :

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento para 2017, no valor de R\$200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS), para a UG-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS para a dotação abaixo:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS - FMS  
10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS – FMS  
10.001.0010.0301.0150.2028.33390000000.0102.000000– Aplicações Diretas (168) ..... R\$200.000,00

Art.2º - O crédito suplementar autorizado no artigo 1º desta lei corre no valor R\$200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS), por conta de recursos de anulação da dotação do orçamento vigente da UG -PREFEITURA MUNIC. DE RIO DAS ANTAS para o corrente exercício, conforme abaixo:

02 - PODER EXECUTIVO – UG – PREFEITURA  
02.007 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE – SMAMA  
02.007.0020.0606.0330.2079.33190000000.0100.000000 – Aplicações Diretas(98) ..... R\$ 70.000,00

02.008 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS - SMOS  
02.008.0026.0782.0410.2095.331900000000.0100.000000 – Aplicações Diretas(128) ..... R\$ 70.000,00  
02.008.0026.0782.0410.2095.333900000000.0100.000000 – Aplicações Diretas(130) ..... R\$ 60.000,00

Art.3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 13 DE ABRIL 2017.  
RONALDO DOMINGOS LOSS  
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO  
Secretário Munic. de Administr. e Finanças

### **LEI N° 1.956**

LEI N° 1.956, DE 13 DE ABRIL DE 2017.  
ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART.18 DA LEI N° 1.931, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei :

Art.1º - O Parágrafo Único do Art.18 da Lei nº 1.931, de 14/10/2016 , passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Único: A organização pretendente à parceria será inabilitada de pronto, se em sua diretoria ou conselho fiscal (titulares ou suplentes), possuírem como associados pessoas vinculadas ao executivo ou legislativo do Município de Rio das Antas-SC, na qualidade de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores, bem como cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, destas autoridades.

Art.2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 13 DE ABRIL 2017.  
RONALDO DOMINGOS LOSS  
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO  
Secretário Munic. de Administr. e Finanças

## Rio do Sul

## PREFEITURA

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/17**RIO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/17.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Maria Dolores Pereira Thiel	Xxx.527.969-xx	164003
Rafael Cavilha	Xxx.417.069-xx	161721
Santa Elisabete de Jesus	Xxx.835.926-xx	148676
Gabriel Geraldo Trapp	Xxx.066.129-xx	163713
Edite Rossi	Xxx.297.509-xx	164090
João Carlos da Rocha Apolinário	Xxx.291.679-xx	163933

Rio do Sul, 17 de Abril de 2017

LEONICE WITTE  
Gestão DocumentalALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 05/2017**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 05/2017

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE TRIBUTOS, PENALIDADES E NOTIFICAÇÕES DE IRREGULARIDADES, CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO.

FICAM TAMBÉM OS CONTRIBUINTES, CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 147, § 1º (TRINTA DIAS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III, DO § 2º, DO ARTIGO 187, PARA IMPETRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO, NOS MOLDES DO ARTIGO 175, § 1º, TODOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
100/2017	31/03/17	ASSOCIAÇÃO LAR ACOLHEDOR ALA	13.369.868/0001-05
65/2017	01/03/17	CONFECÇÕES 2 M LTDA ME	02.137.033/0002-94
92/2017	22/03/17	IZOLETE MERENCIO MELO 02099782954	19.348.229/0001-40
4/2017	04/01/17	JJ INSTALAÇÃO ELÉTRICA E SERVIÇOS EM GERAL LTDA ME	18.367.981/0001-75
5/2017	04/01/17	JJ INSTALAÇÃO ELÉTRICA E SERVIÇOS EM GERAL LTDA ME	18.367.981/0001-75
10/2017	05/01/17	JJ INSTALAÇÃO ELÉTRICA E SERVIÇOS EM GERAL LTDA ME	18.367.981/0001-75
11/2017	05/01/17	JJ INSTALAÇÃO ELÉTRICA E SERVIÇOS EM GERAL LTDA ME	18.367.981/0001-75
12/2017	05/01/17	JJ INSTALAÇÃO ELÉTRICA E SERVIÇOS EM GERAL LTDA ME	18.367.981/0001-75
28/2017	06/03/17	MARCELO DA SILVA	021.069.939-60
NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO FISCAL Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
003/2017	27/03/17	AUTO ELÉTRICA RODRIGUES LTDA ME	04.189.680/0001-94
002/2017	13/10/16	VTI BORDADO LTDA ME	07.032.585/0001-70
NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE CADASTRAL	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
	06/12/16	AGROPET SHOP BECKER LTDA ME	22.911.867/0001-31
	09/02/17	ALAN FERNANDES DE LIMA 00007553978	22.948.371/0001-32

	12/12/16	ANDREMAQ. COMÉRCIO DE PEÇAS E MAQUINAS DE COSTURA LTDA	10.634.040/0001-49
	06/12/16	ANTONIO DE JESUS SOUZA EIRELI ME	18.994.801/0001-85
	14/02/17	DIOMARA RIBEIRO ME	24.343.536/0001-78
	06/02/17	DUWE MOTOS LTDA	07.235.031/0001-70
	06/12/16	EVANDRO PAULO VESARO 56778430087	20.928.306/0001-10
	09/02/17	FRANCIANE HASKEL VIEIRA ME	25.465.234/0001-35
	09/02/17	JK PNEUS LTDA	78.653.946/0011-16
	29/10/16	LAVAÇÃO E BORRACHARIA KOPROWSKI LTDA	01.234.520/0001-21
	26/10/16	NICOLE ZIMMERMANN 10549508902	26.112.341/0001-42
	09/02/17	REPRESENTAÇÃO COMERCIAL MODELO LTDA ME	19.706.336/0001-00
	09/02/17	SALETE ZIMMERMANN KALBUSCH & CIA LTDA	01.765.786/0001-09
		Rio do Sul, 17 de abril de 2017.	

Alexandre Matos Pereira  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

José Luiz do Nascimento  
Diretor do Departamento de Fiscalização Tributária

**PORTARIA N. 0466/DGP**

PORTARIA N. 0466/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 13/04/2017, o servidor AUGUSTO FEY, ocupante do cargo de provimento efetivo de MEDICO (20h), nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de abril de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Ahr

**PORTARIA Nº 0464/DGP**

PORTARIA N. 0464/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Com fundamento no § 1º. do Art. 49 da Lei Complementar nº 309/2015, fica dispensado do registro de ponto diário a partir de 03 de Abril de 2017, os respectivos servidores municipais:

Matrícula	Nome
93998	ADRIANA MAISA NIKEL WETZSTEIN
174190	CINTIA FRANZ
164933	ADRIANA PASSOS BONALDO
2800799	ANTONIO FABIO LESSA MATOS
71765	INOLESIA LINDACIR LUNELLI VICENTIN

A dispensa ocorre em virtude das atribuições de seus cargos, pois executam serviços externos, acompanhando os trabalhos nas comunidades.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Gk

## RESUMO DO ADITIVO 021/2017

2ª ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 021/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2016

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos vinte (20) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e dezessete (2017), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, Rio do Sul/SC, CEP 89.160-900, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Alfredo Comércio Varejista Ltda, inscrita com o CNPJ sob o nº 21.593.746/0001-36, com sede a Rua Padre Cristovão Arnaud, 89, Bairro Estreito, Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, CEP 88.450-000, por seu representante legal, Srª. Jessica Silveira Chiquio, ora denominada CONTRATADA, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 031/2016, e de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município e memorando nº 188/2017/SME, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante fundamentação no § 1º, do artigo 65 da Lei 8.666/93, alterações posteriores e justificativas em anexo, ficando com os seguintes valores:

ITEM 32					
Fornecedor: Alfredo Comércio Varejista Ltda					
Preço cotado para o Item: R\$ 5,47 (cinco reais e quarenta e sete centavos) pct					
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS			QUANTIDADE		
Polvilho azedo de mandioca			550/pct		

ITEM 34					
Fornecedor: Alfredo Comércio Varejista Ltda					
Preço cotado para o Item: R\$ 7,96 (sete reais e noventa e seis centavos) pct					
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS			QUANTIDADE		
Creme vegetal			100/pct		

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

Alfredo Comércio Varejista Ltda  
Srª. Jessica Silveira Chiquio

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO LICITAÇÃO PR Nº 07/2014 - REPUBLICAÇÃO**

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

**REPUBLICADO**

A Câmara Municipal de Rio do Sul – SC, através de seu Pregoeiro Suplente, designado pela Portaria nº 953 de 2017, TORNA PÚBLICO, que o Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, SERÁ REALIZADO no dia 02/05/2017, às 15:00 horas, tendo como local o Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, sito à Pç. 25 de Julho, nº 01 - Centro, visando o fornecimento para aquisição futura de gêneros alimentícios, material de copa e cozinha e material de limpeza e higienização para atender ao Poder Legislativo de Rio do Sul. Demais informações, durante o horário de expediente da Câmara, de segunda-feira à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, no endereço acima, pelo site: <[www.camarariosul.sc.gov.br](http://www.camarariosul.sc.gov.br)> ou pelo fone: (47) 3531-6300.

Rio do Sul, em 17 de abril de 2017.

FRANCISCO GOETTEN DE LIMA

Presidente

FERNANDO GUEDES

Pregoeiro Suplente

# Romelândia

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE 07/2017

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO nº 07/2017

REFERENTE: A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com a APAE DE ROMELÂNDIA-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 80.622.459/0001-66, com sede na rua Rua La Salle, 954, nesta cidade de Romelândia, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

RESUMO: Termo de Colaboração com a APAE de Romelândia-SC.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA:

A APAE de Romelândia-SC, é a única instituição no município que desenvolve atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, aos portadores de necessidades especiais, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas, desenvolvendo referidas atividades no município há 27 anos.

Se observa ainda que a APAE tem em seus estatutos, que é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não

econômicos, com duração indeterminada, e tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

O plano de trabalho cumpre todos os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada.

Se observa pelo Plano apresentado, com descrição da infraestrutura e da equipe de profissionais, a viabilidade de sua execução. Para tanto compõem o mesmo o cronograma de desembolso dos recursos, que está dentro de valores de mercado.

No caso em questão verifica-se a possibilidade da inexigibilidade do chamamento público com fundamento jurídico no art. 31, § II, da Lei 13.019/2014, haja visto tratar-se de entidade a que foi destinada subvenção social, nos termos da Lei Municipal nº 2.228, de 05 de abril de 2017.

A comissão de Monitoramento irá utilizar dos meios disponíveis, com auxílio de profissionais das áreas do Município, para fiscalizarem a execução da parceria, assim como deverá estabelecer os demais procedimentos que serão adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a APAE de Romelândia-SC, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a inexigibilidade do Chamamento Público.

Assim, diante do Exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 31, inciso II da Lei 13.019/2014, e suas alterações, e Lei Municipal nº 2.228, de 05 de abril de 2017, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com inexigibilidade do Chamamento e assinatura do Termo de Colaboração.

Romelândia (SC), 18 de abril de 2017.COMISSÃO TÉCNICA

ASSESSORIA JURÍDICA: A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 31, inciso II, da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Romelândia (SC), 18 de abril de 2017.

Assessoria Jurídica

### AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Colaboração.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

Publicada o presente extrato da Inexigibilidade do Chamamento Público XX/2017, aos 18 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

# Salto Veloso

## PREFEITURA

**PORTARIA N.º 233/2017**

PORTARIA Nº 233 DE 11 DE ABRIL DE 2017.

REVOGA PORTARIA Nº 226 DE 06 DE ABRIL DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a Portaria nº 226 de 03 de abril de 2017, publicada no DOM/SC edição nº 2231, em 12/04/2017, que alterava carga horária da servidora ACT VIVIANA LAMONATO, bem como o termo aditivo nº 001 do contrato administrativo nº 0004/2017.

Art. 2º A carga horária da servidora supracitada é de 30 horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/04/2017.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 11 de Abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

**PORTARIA N.º 234/2017**

PORTARIA Nº 234 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORA EFETIVA DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com artigo 17, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso e com o § 2º, do artigo 12, da Lei Complementar nº. 003/2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, a servidora MARINA ABATI BIAVA matrícula nº 1073, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de estágio probatório de 17 de fevereiro de 2014 a 17 de fevereiro de 2017.

Art. 2º As avaliações de desempenho em estágio probatório da servidora supracitada constam nos autos do processo administrativo nº 032/2015, em que obteve uma média geral de 8.71, considerada aprovada, conforme o art. 7º do Decreto nº 031/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso, em 17 de abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

**PORTARIA N.º 235/2017**

PORTARIA Nº. 235 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA COORDENADOR DE TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO – SC. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 039 de 31 de março de 2017, Quadro de Pessoal do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeado para o cargo de COORDENADOR DE TRANSPORTES, cargo em comissão, nível CC-6, com 40 horas semanais, a partir de 17/04/2017 o Sr. EDUARDO MAURÍCIO SONDA.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 17 de março de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

**PORTARIA N.º 236/2017**

PORTARIA Nº. 236 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA COORDENADOR DE SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO – SC. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 039 de 31 de março de 2017, Quadro de Pessoal do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeado para o cargo de COORDENADOR DE SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO, cargo em comissão, nível CC-6, com 40 horas semanais, a partir de 17/04/2017 o Sr. IDALINO LAZZARI.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 17 de março de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

# Santa Cecília

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 008/2017 -FMS

Página: 1/2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CECÍLIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2017**

**Número do Registro de Preços:** 8/2017      **Data do Registro:** 06/04/2017      **Válido até:** 06/04/2018

**Objeto da Compra:** Registro de preços para futura e eventual contratação de empresas para prestação de serviços de remoção de pacientes em ambulância equipada, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme quilometragem constante no anexo I do edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES EM AMBULÂNCIA EQUIPADA. VEÍCULO DEVE ESTAR EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO COM NO MÁXIMO CINCO(05) ANOS DE USO; O MOTORISTA DEVE APRESENTAR CNH COM CATEGORIA COMPATÍVEL AO SERVIÇO PRESTADO; OS SERVIÇOS SERÃO REALIZADOS CONFORME A NECESSIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NA REMOÇÃO DE PACIENTES NO MUNICÍPIO E FORA DELE, O VEÍCULO DEVE ESTAR 24 HRS POR DIA A DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA.	UNID	SEDINEIBELLI PADILHA - ME (10438)	RENAULT MA:	0	1,6700	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2017

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 8/2017		Data do Registro: 06/04/2017		Válido até: 06/04/2018			
Objeto da Compra: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresas para prestação de serviços de remoção de pacientes em ambulância equipada, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme quilometragem constante no anexo I do edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2017  
PROCESSO Nº 13/2017

(10438) - SEDINEI BELLI PADILHA - ME

Santa Cecilia, 6 de Abril de 2017.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 009/2017 -FMS

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017**



Número do Registro de Preços: 9/2017 Data do Registro: 12/04/2017 Válido até: 12/04/2018

Objeto da Compra: Registro de preços para futura e eventual aquisição de oxigênio medicinal para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme anexo I.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	OXIGENIO GAS MEDICINAL 1M3.	M³	OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS E (10969)	LINDE	0	83,6000	1
2	OXIGENIO GAS MEDICINAL 3M3.	M³	OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS E (10969)	LINDE	0	41,8000	1
3	OXIGENIO GAS MEDICINAL 8M3.	M³	OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS E (10969)	LINDE	0	31,3500	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 14/2017

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 9/2017		Data do Registro: 12/04/2017		Válido até: 12/04/2018			
Objeto da Compra: Registro de preços para futura e eventual aquisição de oxigênio medicinal para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme anexo I.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	OXIGENIO GAS MEDICINAL 10M3	M³	OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS E (10869)	LINDE	0	31,3500	1



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017

Número do Registro de Preços: 9/2017								Data do Registro: 12/04/2017		Válido até: 12/04/2018	
Objeto da Compra: Registro de preços para futura e eventual aquisição de oxigênio medicinal para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme anexo I.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2017  
PROCESSO Nº 14/2017  
(10969) - OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS E

Santa Cecilia, 12 de Abril de 2017.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 1/42

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 016/2017**

Número do Registro de Preços: 16/2017		Data do Registro: 05/04/2017		Válido até: 05/04/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolinhas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	APITO OFICIAL ( CORDÃO CORDÃO TRANÇADO EM NYLON)	UNI	KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	IMPACTO	0	20,9000	1
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	POKER	0	21,0000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	AX ESPORTE	0	21,0000	3
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	FOX	0	21,3000	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÉ	0	21,4900	5
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	HIPER	0	21,5000	6
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	fox	0	21,5000	7
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	PENALTY	0	21,5000	8
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	Rocket	0	21,5000	9
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	FOX 40	0	21,5000	10
2	BALANÇA ELETRÔNICA DIGITAL PORTATIL MOVEL, CAPACIDADE ATE 150KG	UN	G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	2003	0	189,5000	1
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	G-TECH	0	189,7000	2
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	líder	0	189,8000	3
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	Life	0	189,9000	4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 2/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017 Data do Registro: 05/04/2017 Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	BAMBOLE COLORIDO 64 CM DE DIÂMETRO	UN	JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Cadenoe	0	190,0500	5
			VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	CADENCE	0	194,0000	6
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	CASITA	0	194,0000	7
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	SERENE	0	195,0000	8
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	CEMAR	0	5,6500	1
			G.T.A.TACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	CEMAR	0	5,6800	2
			VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	GOLDEM	0	5,6900	3
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	CEMAR	0	5,7300	4
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	REICHEL	0	5,7400	5
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	AI	0	5,7500	6
7	ESPORTE CENTER FRABURGO LTDA - ME (15380)		PANGUÉ	PANGUÉ	0	5,8000	7
			AX ESPORTE	AX ESPORTE	0	6,0000	8
			PANGUÉ	PANGUÉ	0	6,0800	9
			CM	CM	0	6,1000	10

Página: 3/42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Número do Registro de Preços: 16/2017 Data do Registro: 05/04/2017 Válido até: 05/04/2018

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	BANDEIROLA DE ESCANTEIO OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO RECLINÁVEL-BASE COM MOLA, TUBO EM PVC NA MEDIDA DE 1,20M, CONJUNTO COM 4 UNIDADES. BANDEIRA VERMELHA OU AMARELA EM POLIESTER.	UN	G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	HIPER	0	98,6000	1
5	BARALHO P/ JOGO	UN	BARONESA LTDA - EPP (15377)	copag	0	28,5900	1
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	PANGUÊ	0	98,7000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÊ	0	98,8000	3
			L MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	99,9000	4
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	COPAG	0	28,6000	2
			ESPORTE CENTER FRABURGO LTDA - ME (15380)	COPAG	0	28,8000	3
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	ABBMIX	0	28,9500	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	COPAG	0	29,0000	5
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	IMPORT	0	29,0000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	COPAG	0	29,8000	7
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	MALU	0	29,9000	8



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 4/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017      Data do Registro: 05/04/2017      Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	BASTÃO DE REVEZAMENTO (ATLETISMO) - FEITO EM PLÁSTICO, CONJUNTO COM 8 UNIDADES DE CORES DIFERENTES, CERTIFICADO PELA IAAF	UN	KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	COPAG	0	29,9000	9
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	dunga	0	29,9000	10
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	Abb	0	29,9000	11
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	Pista	0	13,1000	1
			VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	PISTA	0	13,2000	2
7	BICO PARA BOMBA DUPLA AÇÃO	UN	G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PISTA E CAMIF	0	13,9900	3
			BARONESA LTDA - EPP (15377)	penalty	0	2,2600	1
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	NEDEL	0	2,2700	2
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PANGUE	0	2,2800	3
			VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	PENALTY	0	2,3000	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	AX ESPORTE	0	2,3000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUE	0	2,3900	6
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	2,4000	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 5/42



**Número do Registro de Preços: 16/2017**      **Data do Registro: 05/04/2017**      **Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	BOLA DE BASQUETE ADULTO 75 A 78 CM 600 A 650 GRAMAS CAMARA ARBILITY MATRIZADA MICROFIBRA	UN	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	penalty	0	2,4000	8
			ESPORTE CENTER FRABURGO LTDA - ME (15380)	POKER	0	2,4000	9
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	MGS	0	94,5000	1
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	PENALTY	0	94,6000	2
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	PENALTY	0	95,0000	3
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	WILSON	0	95,0000	4
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	WILSON	0	95,5000	5
			ESPORTE CENTER FRABURGO LTDA - ME (15380)	PENALTY	0	95,5000	6
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	PENALTY	0	72,0000	1
			ESPORTE CENTER FRABURGO LTDA - ME (15380)	PENALTY	0	72,3000	2
9	BOLA DE BASQUETE MIRIM 72 A 74 CM 450-500 MATRIZADA MICROFIBRA	UN	L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	MGS	0	72,4000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PENALTY	0	73,2000	4
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Penalty	0	73,4200	5
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	VICTORY	0	75,0000	6



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 6/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017      Data do Registro: 05/04/2017      Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Bola de Basquete Oficial Feminino, confeccionada em PU e microfibra, matizada, dupla laminação, contendo em seu interior câmara em butil, com 72 cm a 74 cm de circunferência, pesando entre 510 e 565 gramas, miolo de silicone removível e lubrificado, atendida, oficializada pela Confederação Brasileira	UN	VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	PENALTY	0	75,0000	7
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	WILSON	0	75,5000	8
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	VICTORY	0	54,8000	1
			L MOHR EIRELI - EPP (15376)	MGS	0	54,9000	2
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	PENALTY	0	55,0000	3
			ESPORTE CENTER FRABURGO LTDA - ME (15380)	PENALTY	0	55,5000	4
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	LCM	0	26,7000	1
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	PENALTY	0	26,7500	2
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	SILME	0	26,7700	3
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Silme	0	26,8900	4
11	BOLA DE BORRACHA Nº 08 MILO SLIP E SYSTEM	UN	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	sil	0	26,9300	5
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	STORM	0	27,5000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÉ	0	27,9400	7



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 7/42

Número do Registro de Preços: 16/2017 Data do Registro: 05/04/2017 Válido até: 05/04/2018

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	BOLA DE BORRACHA Nº 10 MILO SLIP E SYSTEM	UN	FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	PENALTY	0	28,0000	8
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	CM	0	28,0000	9
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	PENALTY	0	28,0000	10
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	PENALTY	0	28,0000	11
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS LOM (8026)	LOM	0	29,8000	1
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	PENALTY	0	29,9000	2
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	PENALTY	0	30,1500	3
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	SILME	0	30,3000	4
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Silme	0	30,3400	5
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	STORM	0	30,5000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUE	0	31,2200	7
8			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	PENALTY	0	31,2500	8
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	CM	0	31,2500	9
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	sil	0	31,2500	10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 8/42



**Número do Registro de Preços: 16/2017**      **Data do Registro: 05/04/2017**      **Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	BOLA DE BORRACHA Nº 12 MILO SLIP E SYSTEM	UN	VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	LOM	0	32,0000	1
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	PENALTY	0	31,2500	11
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	PENALTY	0	32,4000	2
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Silme	0	32,7500	3
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	STORM	0	32,7900	4
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	sil	0	32,8500	5
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	PENALTY	0	32,9000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÉ	0	34,2300	7
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	PENALTY	0	34,2500	8
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	SILME	0	34,2500	9
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	PENALTY	0	34,2500	10
			L MOHR EIRELI - EPP (15376)	CM	0	34,2500	11
14	BOLA DE EVA Nº 8	UN	VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	HALPHA	0	52,0000	1
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	APOLO	0	52,4000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 9/42

Número do Registro de Preços: 16/2017		Data do Registro: 05/04/2017		Válido até: 05/04/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	ALPHA	0	52,7000	3
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	NEW BALL	0	54,9000	4
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Good Eva	0	58,3400	5
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	NEDEL	0	59,0000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÉ	0	59,4800	7
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	db	0	59,5000	8
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	PENTAGOL	0	59,5000	9
			L MOHR EIRELI - EPP (15376)	Abb	0	59,5000	10
15	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO, PRO MOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO, PU ULTRA 100%, TERMOTEC, CAMARA AIRBILITY, 420-445G, 68,5-69,5CM, MATERIA PRIMA NEOGEL, APROVADAS PELA FIFA USADAS PARA AS CATEGORIAS SUB 16 E ADULTO.	UN	CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	PENALTY	0	157,8500	1
			VIDE LIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	PENALTY	0	157,9000	2
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	PENALTY R1	0	158,1800	3
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PENALTY	0	158,2000	4
			L MOHR EIRELI - EPP (15376)	Penalty	0	158,4500	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 10/42



Número do Registro de Preços: 16/2017 Data do Registro: 05/04/2017 Válido até: 05/04/2018

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Penalty	0	138,5900	6
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	PENALTY	0	162,0000	7
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PENALTY	0	162,7100	8
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	PENALTY	0	162,7500	9
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	PENALTY	0	162,7500	10
16	BOLA DE FUTSAL 100, MILO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, PU, TERMOTEC, CÂMARA AIRBILITY, 300-350G 50-55CM, COM 8 GOMOS APROVADAS PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTSAL USADAS PARA AS CATEGORIAS DE 06 A 08 ANOS.	UN	FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	PENALTY	0	170,0000	1
			VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	PENALTY	0	170,5000	2
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	PENALTY	0	171,4500	3
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	PENALTY	0	172,3500	4
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	PENALTY	0	172,8000	5
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PENALTY	0	174,8000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PENALTY	0	176,1800	7
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	penalty	0	176,2000	8



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 11/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017 Data do Registro: 05/04/2017 Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	BOLA DE FUTSAL 200, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, PU, TERMOTEC, CAMARA AIRBILITY, 350-380 G 55-59CM, COM 8 GOMOS, APROVADAS PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTSAL USADAS PARA AS CATEGORIAS DE 09 A 11 ANOS.	UN	L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	Penalty	0	176,2000	9
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	PENALTY	0	176,2000	10
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PENALTY	0	132,0000	1
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	PENALTY	0	132,5000	2
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	PENALTY	0	132,9500	3
			VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	PENALTY	0	133,1000	4
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	penalty	0	133,5000	5
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	PENALTY	0	133,6000	6
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	PENALTY	0	134,0000	7
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PENALTY	0	134,9700	8
18	BOLA DE HANDEBOL FEMININO 54 A 56 CM 325 A 400 G COSTURADA PU MIOLO SLIP SYSTEM	UN	CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	PENALTY	0	135,0000	9
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	Penalty	0	135,0000	10
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	KM	0	130,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 12/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017 Data do Registro: 05/04/2017 Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	NEW BALL	0	131,4000	
3			N. T. LUIZE - EPP (15378)	SAMBA	0	131,9500	
4			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	feora	0	132,0000	
5			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	PENALTY	0	132,3000	
6			VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	KAGNA	0	133,0000	
7			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PENALTY	0	134,9700	
8			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	PENALTY	0	135,0000	
9			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	PENALTY	0	135,0000	
10			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Penalty	0	135,0000	
11			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	PENALTY	0	135,0000	
1		UN	G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PENALTY	0	142,5000	
19	BOLA DE HANDEBOL MASCULINO ADULTO OFICIAL, CONFECCIONADA EM PU, COSTURADA, DUPLA LAMINACAO, CONTENDO EM SEU INTERIOR CAMARA EM BUTIL, QUE PROPORCIONE ALTA ADERENCIA NAS MAOS, COM 58 CM/A 60 CM DE CIRCUNFERENCIA, PESANDO ENTRE 425 E 475 GRAMAS, MILO DE SILICONE REMOVIVEL E LUBRIFICADO, AFERIDA, OFICIALIZADA PELA CONFEDERACAO BRASILEIRA DE HANDEBOL		KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	PENALTY	0	142,7000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	PENALTY	0	142,9000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 13/42

Número do Registro de Preços: 16/2017 Data do Registro: 05/04/2017 Válido até: 05/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	BOLA DE HANDEBOL MIRIM (H1L, COSTURADA, MEDINDO 48-51CM DE CIRCUNFERÊNCIA, COM PESO ENTRE 230-270G, CÂMARA ARBILITY, PU ULTRA GRIP, MILO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, APROVADA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL	UN	REGIS COMERCIO DE BRINQUEADOS LTDA - ME (15375)	penalty	0	143,5000	4
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	Penalty	0	143,7000	5
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	KAGNA	0	144,0000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PENALTY	0	144,9800	7
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	PENALTY	0	145,0000	8
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	PENALTY	0	145,0000	9
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	PENALTY	0	145,0000	10
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	PENALTY	0	129,5000	1
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PENALTY	0	129,8000	2
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	PENALTY	0	130,0000	3
5	VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)		N. T. LUIZE - EPP (15378)	PENALTY	0	130,0000	4
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	KAGNA	0	130,0000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PENALTY	0	130,4900	6



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 14/42

Número do Registro de Preços: 16/2017 Data do Registro: 05/04/2017 Válido até: 05/04/2018

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	BOLA DE TENIS DE MESA OFICIAL CELULOIDE 40MM, 2,7 GR	UN	L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	Penalty	0	130,5000	7
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	PENALTY	0	130,5000	8
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	penalty	0	130,5000	9
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Penalty	0	130,5000	10
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	YASHIMA	0	4,8500	1
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	VOLLO	0	4,9000	2
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	KLOPF	0	4,9500	3
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	acossidan	0	4,9700	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	AX ESPORTE	0	5,0000	5
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	DONIC	0	5,0000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUE	0	5,1800	7
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	SPORT LINE	0	5,2000	8
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	KLOPL	0	5,2000	9
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	VI	0	5,2000	10

Página: 15/42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Número do Registro de Preços: 16/2017 Data do Registro: 05/04/2017 Válido até: 05/04/2018

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	BOLA DE VOLEIBOL 6.0, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO, MICROFIBRA, MATRIZADA, CAMARA AIRBILITY, 280 - 280G, 65-67CM, APROVADA PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL USADA PARA TODAS AS CATEGORIAS.	UN	BARONESA LTDA - EPP (15377)	penalty	0	169,7000	1
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	YASHIMA	0	5,2000	11
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	PENALTY	0	169,8000	2
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	penalty	0	170,0000	3
			VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	KAGNA	0	171,0000	4
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	PENALTY	0	172,0000	5
			G.T.A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PENALTY	0	172,5000	6
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	PENALTY	0	172,5000	7
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	Penalty	0	172,5000	8
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	PENALTY	0	172,5000	9
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	PENALTY	0	172,5000	10
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Penalty	0	172,5000	11
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PENALTY	0	172,5000	12



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 16/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017      Data do Registro: 05/04/2017      Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	BOLA OFICIAL DE FUTSAL 500 MILO SLIP SYSTEN REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, PU, TERMOTEC, CÂMARA AIRBILITY, 61 A 64 CM 410 A 440 G, 12 GOMOS, APROVADAS PELA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTSAL	UN	VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	KAGIVA	0	136,3000	1
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	PENALTY	0	136,4000	2
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	penalty	0	137,7000	3
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	Penalty	0	137,8000	4
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	PENALTY	0	137,9000	5
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	PENALTY	0	138,7000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PENALTY	0	138,9900	7
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	PENALTY	0	139,0000	8
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Penalty	0	139,0000	9
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	PENALTY	0	139,0000	10
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PENALTY	0	139,0000	11
24	BOLSA DE MASSAGEM, COR PRETA, BOLSOS LATERAIS EXTERNOS, DUAS PORTA-GARRAFAS, ALÇA PARA TRANSPORTE, MATERIAL POLIÉSTER NYLON. DIMENSÕES: 42 CM (G), 29 CM (A), 21 CM (L). CONTEM: 02 SQUEEZES DE PLÁSTICO COM CAPACIDADE DE 500 ML CADA, 02 BISMAGAS PLÁSTICAS PARA FLUIDOS COM CAPACIDADE DE 250 ML CADA, 01 CX. DE ISOPOR PEQUENO (APROPRIADA AO TAMANHO DA BOLSA)	UN	ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	SCALIBU	0	73,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 17/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017 Data do Registro: 05/04/2017 Valido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolinhas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	BOMBA DE DUPLA AÇÃO	UN	L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	HJ	0	73,1000	2
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	POKER	0	73,2500	3
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	poker	0	73,3000	4
			VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	PANGUE	0	74,0000	5
			G.T.A. ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	HEJO	0	74,5000	6
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	INPACTO	0	74,5000	7
			BARONESA LTDA - EPP (15377)	penalty	0	172,5000	1
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	PENALTY	0	173,0000	2
			ESPORTE CENTER FRABURGO LTDA - ME (15380)	STADIUM	0	176,0000	3
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	penalty	0	178,7000	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	PENALTY	0	180,0000	5
			G.T.A. ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	MAGUSSI	0	189,0000	6
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	POKER	0	189,0000	7
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	189,9000	8



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 18/42

Número do Registro de Preços: 16/2017 Data do Registro: 05/04/2017 Válido até: 05/04/2018

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	COLCHONETE 1,00 X 0,60 X 03	UN	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÊ	0	188,9000	9
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	PENALTY	0	188,9000	10
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	POKER	0	188,9000	11
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	TASCA	0	38,6000	1
			BARONESA LTDA - EPP (15377)	Kalango	0	38,6500	2
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Pegasus	0	38,9500	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	AX ESPORTE	0	39,0000	4
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	PANGUÊ	0	39,1000	5
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	NEDEL	0	39,5000	6
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	PRN	0	40,2500	7
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	STARFLEX	0	40,2500	8
9			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÊ	0	40,2500	9
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PANGUE	0	40,2500	10
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	reitel	0	40,2500	11



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 19/42

**Número do Registro de Preços:** 16/2017      **Data do Registro:** 05/04/2017      **Válido até:** 05/04/2018

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	CONE MÉDIO COMPOSIÇÃO PLÁSTICO MEDIDA APROXIMADA BASE: 28X32,5 CM (LXA), ALTURA DO CONE 50 CM	UN	CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	REICHEL	0	40,2500	12
			ESPORTE CENTER FRABURGO LTDA - ME (15380)	PANGUÉ	0	40,2500	13
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PASTICOR	0	22,9000	1
			BARONESA LTDA - EPP (15377)	plastcor	0	22,9900	2
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	CEMAR	0	23,6000	3
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	plastcor	0	23,6500	4
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	NEDEL	0	24,0000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	AX ESPORTE	0	24,0000	6
			VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	PANGUÉ	0	24,5000	7
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÉ	0	24,9800	8
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	IMALU	0	24,9800	9
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	KTELI	0	24,9800	10
11	L MOHR EIRELI - EPP (15376)		CM	CM	0	24,9800	11
			ESPORTE CENTER FRABURGO LTDA - ME (15380)	PANGUÉ	0	24,9800	12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**



Página: 20/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017 Data do Registro: 05/04/2017 Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	CONES ESTILO PRATOS PESO 28G, ALTURA 5CM, DIÂMETRO DA PARTE INFERIOR 19 CM E DIÂMETRO, OCO DA PARTE SUPERIOR 5 CM, DE VARIAS CORES.	UN	KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	CEMAR	0	17,4000	1
			G.T.A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PLASTICOR	0	17,5000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	AX ESPORTE	0	18,0000	3
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	NEDEL	0	18,0000	4
			VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	PANGUÊ	0	18,5000	5
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Leader	0	18,5000	6
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	zi	0	18,9900	7
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	MALU	0	18,9900	8
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	CM	0	18,9900	9
			BARONESA LTDA - EPP (15377)	plastcor	0	18,9900	10
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	PANGUÊ	0	18,9900	11
29	CONES PEQUENOS COMPOSIÇÃO PLÁSTICO MEDIDA APROXIMADA BASE 13X13, ALTURA DO CONE 23 CM, DE VARIAS CORES.	UN	ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	PANGUÊ	0	11,4000	1
			BARONESA LTDA - EPP (15377)	plastcor	0	11,4500	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 21/42

**Número do Registro de Preços:** 16/2017      **Data do Registro:** 05/04/2017      **Válido até:** 05/04/2018

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	CEMAR	0	11,6000	3
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	NEDEL	0	11,8000	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	AX ESPORTE	0	12,0000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÉ	0	12,2800	6
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	MALU	0	12,3000	7
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	z	0	12,3000	8
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	PANGUÉ	0	12,3000	9
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	CM	0	12,3000	10
30	CONJUNTO JOGO DE FUTEBOL DE BOTÃO	KIT	N. T. LUIZE - EPP (15378)	CEMAR	0	26,6500	1
			BARONESA LTDA - EPP (15377)	xalingo	0	26,7000	2
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	CEMAR	0	26,9000	3
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	PANGUÉ	0	27,0000	4
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	27,5000	5
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	sonata	0	27,5000	6



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 22/42

**Número do Registro de Preços:** 16/2017      **Data do Registro:** 05/04/2017      **Válido até:** 05/04/2018

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	CORDA DE NYLON 2,20 MT COM CABO	UN	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÊ	0	27,5000	7
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	ALAMANDAS	0	16,7000	1
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	IMPACTO	0	16,7500	2
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	rechei	0	16,9000	3
			L MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	16,9500	4
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	GOLDEN	0	17,0000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÊ	0	17,3300	6
			BARONESA LTDA - EPP (15377)	topito	0	17,3500	7
			G.T.A. ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PANGUE	0	17,3500	8
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	ITACORDA	0	17,3500	9
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	MALU	0	17,3500	10
32	CORDA DE NYLON 5MT COM CABO	UN	ESPORTE CENTER FRABURGO LTDA - ME (15380)	PANGUÊ	0	17,3500	11
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	PANGUE	0	28,8500	1
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	IMPACTO	0	28,9000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 23/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017      Data do Registro: 05/04/2017      Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
33	CRONOMETRO DESPORTIVO PROGRESSIVO E REGRESSIVO	UN	G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PANGUE	0	28,9500	3
			BARONESA LTDA - EPP (15377)	kalango	0	28,9900	4
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	GOLDEM	0	29,5000	5
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	IMALU	0	29,7500	6
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	rechiel	0	29,7500	7
			L MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	29,7500	8
			ESPORTE CENTER FRABURGO LTDA - ME (15380)	PANGUÉ	0	29,7500	9
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	VOLLO	0	48,0000	1
			L MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	48,4000	2
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	VOLLO	0	48,6000	3
4	VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)		VOLLO	VOLLO	0	49,5000	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÉ	0	49,9300	5
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	KIKOS	0	49,9500	6
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	vollo	0	49,9500	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 24/42



**Número do Registro de Preços: 16/2017 Data do Registro: 05/04/2017 Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	JOGO DE BOLICHE EM PLASTICO RÍGIDO 20 CM	JG	ESPORTE CENTER FRABURGO LTDA - ME (15380)	STAR FLEX	0	49,9500	8
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	CENTRAL	0	86,0000	1
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	SONHO CRIAR	0	86,4000	2
			BARONESA LTDA - EPP (15377)	sideral	0	86,9500	3
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	fernando	0	88,8500	4
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	ALAMANDAS	0	88,9000	5
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	MINI TOY	0	89,9000	6
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	89,9000	7
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	XALINGO	0	57,0000	1
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	XALINGO	0	57,4000	2
35	JOGO DE DAMA NO TABULEIRO 30 X 30	JG	BARONESA LTDA - EPP (15377)	lob	0	57,9900	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	AX ESPORTE	0	58,0000	4
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Cartu	0	58,6400	5
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	JUNGES	0	58,9000	6



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 25/42

Número do Registro de Preços: 16/2017 Data do Registro: 05/04/2017 Válido até: 05/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	JOGO DE DOMINÓ COLORIDO 28 PEÇAS	JOG	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÊ	0	59,8800	7
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	femando	0	59,9000	8
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	CIABRINK	0	59,9000	9
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PANGUE	0	59,9000	10
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	CARLU	0	59,9000	11
			L MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	59,9000	12
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	BOTICELLI	0	59,9000	13
			VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	XALINGO	0	26,0000	1
			BARONESA LTDA - EPP (15377)	omoltha	0	26,2500	2
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	XALINGO	0	26,4000	3
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	sb	0	26,7500	4
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Carlu	0	26,9200	5
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	ALAMANDAS	0	27,0000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	XALINGO	0	27,4900	7



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 26/42

Número do Registro de Preços: 16/2017 Data do Registro: 05/04/2017 Válido até: 05/04/2018

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	JOGO DE TRILHA MDF TABULEIRO 30 X 30cm	JG	L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	27,5000	8
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	CARLU	0	27,5000	9
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	DOLBLE	0	27,5000	10
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	IMALU	0	27,5000	11
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	SCALIBU	0	27,5000	12
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	46,0000	1
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	XALINGO	0	46,4000	2
			BARONESA LTDA - EPP (15377)	iob	0	46,9000	3
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PANGUE	0	48,4500	4
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Carlu	0	48,8500	5
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	JUNGES	0	49,0000	6
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	XALINGO	0	49,5000	7
8	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)		XALINGO	XALINGO	0	49,8900	
9	FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)		CARLU	CARLU	0	49,9000	

Página: 27/42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**



**Número do Registro de Preços: 16/2017**      **Data do Registro: 05/04/2017**      **Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	JOGO PEGA VARETAS EM PLASTICO	JG	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	femando	0	49,9000	10
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	CIABRINK	0	49,9000	11
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	BOTICELLI	0	49,9000	12
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	MINITOY	0	8,0000	1
			BARONESA LTDA - EPP (15377)	omdtcha	0	8,1000	2
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	XALINGO	0	8,2000	3
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	MINI	0	9,0000	4
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	XALINGO	0	9,0000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÊ	0	9,4900	6
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	omtc	0	9,5000	7
8			L MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	9,5000	8
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	CIABRINK	0	9,5000	9
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	SCALIBU	0	9,5000	10



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 28/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017      Data do Registro: 05/04/2017      Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	JOGO XADREZ OFICIAL, MATERIAL MADEIRA, FORMATO QUADRADO, APLICAÇÃO LAZER E ENTRETENIMENTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TABULEIRO TIPO CAIXA ACONDICIONAMENTO COM PEÇAS INCLUSAS.	JG	L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	29.4000	1
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	JUNGES	0	29.5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÉ	0	29.8800	3
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)		0	29.9000	4
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	BOTICELLE	0	29.9000	5
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	XALINGO	0	29.9000	6
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	BOTICELLI	0	29.9000	7
40	KIT BANDINHA RITMICA	KIT	KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	BRINK MOBIL	0	391.8000	1
			BARONESA LTDA - EPP (15377)	b.mobil	0	391.9000	2
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	BRINK	0	393.0000	3
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	B.MOBIL	0	397.0000	4
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	CIABRINK	0	398.0000	5
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	BRINO MOBIL	0	398.0000	6



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 29/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017      Data do Registro: 05/04/2017      Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	KIT EDUCAÇÃO FÍSICA COM TUNEL CIRCUITO 4 PEÇAS	KIT	JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Brink Mobil	0	398,0000	7
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEADOS LTDA - ME (15375)	brink	0	398,0000	8
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	LPF	0	398,0000	9
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	SONHO CRIAI	0	669,0000	1
			BARONESA LTDA - EPP (15377)	educativa	0	669,9000	2
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	CARLU	0	670,0000	3
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	LDM	0	679,0000	4
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEADOS LTDA - ME (15375)	Idm	0	680,0000	5
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	BRINQ MOBIL	0	680,0000	6
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	CHL	0	680,0000	7
42	KIT JOGO DE VOLEI COM REDE, MASTRO, BOMBA INFLADORA, BOLA DE VOLEIBOL E EMBALAGEM SACOLA. (2 Mastros de 2,25m cada com estrutura em tubo metálico desmontável- 1 Rede com 290 x 60cm- 1 Bola + 1 Bombinha infladora- Ganchos para Fixação- Sacola para transporte)	UN	JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Fabricar	0	680,0000	8
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	CIABRINK	0	680,0000	9
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	BFX	0	186,5000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 30/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017 Data do Registro: 05/04/2017 Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	KIT PARA BADMINTON COM OS SEGUINTE ITENS: 4 (QUATRO) RAQUETES PARA BADMINTON EM ALUMÍNIO E GRAFITE COM ENCORDAMENTO E TENSÃO DA CORDA DE 18-20 LBS, 3 PETECAS PARA BADMINTON, 1 REDE EM NYLON PARA BADMINTON E UM SUPORTE METÁLICO PARA A REDE DE BADMINTON COM GANCHOS E CORDAS PARA PRENDÊ-LA NO SOLO. ALÉM DE UMA CAPA PARA TRANSPORTE DO KIT. GARANTIA DO FABRICANTE	UN	KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12129)	BEL FIX	0	188,9000	2
			BARONESA LTDA - EPP (15377)	kisport	0	187,3000	3
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	MASTER	0	188,0000	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÊ	0	188,0000	5
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	GOLDEN	0	188,0000	6
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	BELFIX	0	188,0000	7
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15376)	bel	0	188,0000	8
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	HYPER	0	88,9000	1
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	AZPR	0	88,0000	2
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	VOLLO	0	88,0000	3
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	HIPER	0	88,9000	4
			L MOHR EIRELI - EPP (15376)	Abb	0	88,9000	5



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 31/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017      Data do Registro: 05/04/2017      Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
44	KIT QUEBRA CABEÇA EM MDF 30 X 30cm	KIT	L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	Ludica	0	25.6000	1
			BARONESA LTDA - EPP (15377)	carlu	0	25.7500	2
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	CARLU	0	26.0000	3
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	CARLU	0	26.5000	4
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	CIABRINK	0	26.9000	5
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	carlu	0	26.9000	6
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	CARLU	0	26.9000	7
45	MESA DE FUTEBOL DE BOTA JOVENIL	UN	ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	KLOPF	0	287.0000	1
			BARONESA LTDA - EPP (15377)	xalingo	0	288.0000	2
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	KLOPF	0	288.9000	3
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	KLOPF	0	291.5000	4
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Ginastic	0	291.7400	5
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	KLOPF	0	295.0000	6
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	XALINGO	0	297.0000	7



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 32/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017 Data do Registro: 05/04/2017 Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	MESA DE TENIS DE MESA OFICIAL EIMDF CHAPA 12MM PES DOBRAVEIS	UN	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÊ	0	298,0000	8
47	PETECA EMBORRACHADA COM AMORTECEDOR 15 CM DE BASE	UN	L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	298,0000	9
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	klopf	0	298,0000	10
		UN	G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	KLOPF	0	420,0000	1
		UN	L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	16,9500	1
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	LIDER	0	16,9800	2
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	Z.LIVRE	0	17,0000	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	AX ESPORTE	0	17,0000	4
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Pequita	0	17,1300	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÊ	0	17,4700	6
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	BONFIM	0	17,5000	7
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	GOLDEM	0	17,5000	8
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	III	0	17,5000	9
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	CIABRINK	0	17,5000	10



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 33/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017 Data do Registro: 05/04/2018 Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	QUEBRA CABEÇA 1mm DE ESPESSURA POR 15 X 15 DIÂMETRO	UN	VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	GROW	0	34,5000	1
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	MIRACOLUS	0	34,9000	2
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	PeF	0	38,0000	3
			G.T.A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	FUNDAMENT/	0	38,5000	4
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Brink Mobil	0	38,5000	5
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	sb	0	38,5000	6
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	MB	0	38,5000	7
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	CIABRINK	0	38,5000	8
49	RAQUETE DE TÊNIS DE MESA CLÁSSICA COM DUAS BORRACHA DE 1,8mm, SENDO UMA PRETA E OUTRA VERMELHA, SPEED 80, SPIN 7 70, CONTROLE 80	UN	ESPORTE CENTER FRABURGO LTDA - ME (15380)	YASHIMA	0	31,8000	1
			G.T.A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	KLOPF	0	31,9500	2
			VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	VOLLO	0	32,0000	3
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	VCOE	0	32,0000	4
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	vollo	0	32,2500	5



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 34/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017      Data do Registro: 05/04/2017      Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
50	REDE DE CARREGAR BOIAS FIO 4 MALHA 10MM	UN	CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	POKER	0	32,2500	6
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	VL	0	32,2500	7
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PANGUE	0	33,5000	1
			ESPORTE CENTER FRABURGO LTDA - ME (15380)	PANGUÊ	0	33,8000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	AX ESPORTE	0	34,0000	3
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	NEDEL	0	34,0000	4
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	REDESPORT	0	34,5000	5
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	34,7500	6
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	REDESPORT	0	34,7500	7
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	redesport	0	34,7500	8
51	REDE DE FUTSAL (TAMANHO OFICIAL, EM SEDA DE 10 X 10CM, FIO 4,0MM).	UN	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÊ	0	34,7500	9
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PANGUE	0	196,0000	1
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	IMPACTO	0	196,9000	2
			ESPORTE CENTER FRABURGO LTDA - ME (15380)	PANGUÊ	0	197,5000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 35/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017      Data do Registro: 05/04/2017      Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolinhas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
52	REDE DE VOLEI OFICIAL FIO 2 DUAS FX	UN	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	AX ESPORTE	0	198,0000	4
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	NEDEL	0	199,0000	5
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	REDESPORT	0	200,0000	6
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	redesport	0	200,0000	7
			L MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	200,0000	8
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÊ	0	200,0000	9
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PANGUE	0	131,8000	1
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	IMPACTO	0	132,0000	2
			ESPORTE CENTER FRABURGO LTDA - ME (15380)	PANGUÊ	0	132,5000	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	AX ESPORTE	0	133,0000	4
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	REDESPORT	0	134,0000	5
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	NEDEL	0	134,0000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÊ	0	134,4900	7
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	REDESPORT	0	134,5000	8



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 36/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017      Data do Registro: 05/04/2017      Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	REDE DE VOLEI PROFISSIONAL TAM 2mm MED 150G MALHA 100M NYLON FIO 4 FX	UN	L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	134,5000	9
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	redesport	0	134,5000	10
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	IMPACTO	0	131,5000	1
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PANGUE	0	131,8000	2
			ESPORTE CENTER FRABURGO LTDA - ME (15380)	PANGUÊ	0	132,5000	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	AX ESPORTE	0	133,0000	4
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	NEDEL	0	134,0000	5
			VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	REDESSPORT	0	134,0000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÊ	0	134,5000	7
			L. MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	134,5000	8
54	REDE PARA TRAVE DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL	UN	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	redesport	0	134,5000	9
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	PANGUE	0	290,0000	1
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	redesport	0	292,5000	2
			ESPORTE CENTER FRABURGO LTDA - ME (15380)	PANGUÊ	0	293,0000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 37/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017      Data do Registro: 05/04/2017      Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolinhas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
55	REDE TENIS DE MESA OFICIAL	UN	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	AX ESPORTE	0	295,0000	4
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	NEDEL	0	298,9000	5
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	REDESPORT	0	299,0000	6
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	IMPACTO	0	299,0000	7
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	REDESPORT	0	299,9000	8
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÉ	0	299,9000	9
			L MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	299,9000	10
			ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	YASHIMA	0	20,7500	1
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Girastic	0	20,8000	2
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	UP	0	21,0000	3
4			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	IMPACTO	0	21,0000	4
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	NEDEL	0	21,0000	5
			L MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	21,2500	6
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	KLOPL	0	21,2500	7



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 38/42

Número do Registro de Preços: 16/2017		Data do Registro: 05/04/2017		Válido até: 05/04/2018			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
56	SACOLÃO CRIATIVO BARRAS COLORIDAS 1000 PEÇAS	UN	G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	YASHIMA	0	21,2500	8
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	REDESPORT	0	21,2500	9
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÊ	0	21,2500	10
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	zi	0	21,2500	11
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	LIG LIG	0	269,9000	1
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	scorho criança	0	270,0000	2
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Brink Mobil	0	273,1400	3
			VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	BRINK	0	279,0000	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	MASTERBRIN	0	279,4800	5
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	ml	0	279,5000	6
7			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	CIABRINK	0	279,5000	7
			L MOHR EIRELI - EPP (15376)	LG	0	279,5000	8
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	MUNDO BRIN	0	279,5000	9
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	CARLU	0	279,5000	10



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 39/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017**      **Data do Registro: 05/04/2017**      **Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
57	SUPORTE REDE TENS DE MESA OFICIAL ALICATE	UN	ESPORTE CENTER FRABURGO LTDA - ME (15380)	YASHIMA	0	63,7000	1
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	klopf	0	63,8000	2
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	KLOPF	0	64,0000	3
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	yashima	0	64,2500	4
			L MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	64,2500	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÉ	0	64,2500	6
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Ghastlic	0	64,2500	7
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	KLOPF	0	64,2500	8
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	KLOPL	0	64,2500	9
58	TABULEIRO DE XADREZ 25 X 12 CM REI 8	UN	FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	CARLU	0	61,3000	1
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	XALINGO	0	61,5000	2
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	XALINGO	0	62,2000	3
			ESPORTE CENTER FRABURGO LTDA - ME (15380)	BOTICELLI	0	62,8000	4
			JHONATAN BAGATOLI - ME (15327)	Boticelli	0	63,6300	5

Página: 40/42

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 16/2017**



Número do Registro de Preços: 16/2017 Data do Registro: 05/04/2017 Válido até: 05/04/2018

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÊ	0	65.0000	6
			L MOHR EIRELI - EPP (15376)	PG	0	65.0000	7
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	XALINGO	0	65.0000	8
			REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME (15375)	boticelli	0	65.0000	9
			G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (15379)	BOTICELLI	0	65.0000	10
59	REDE DE TRAVE DE FUTEBOL SUÍÇO DE CORDA 4MM EM SEDA DE POLIÉSTER, LARGURA 3,70 X ALTURA 2,20 X PROFUNDIDADE NA PARTE DE BAIXO 0,80	UN	ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (15380)	PANGUÊ	0	293,5000	1
			N. T. LUIZE - EPP (15378)	NEDEL	0	293,9500	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (15158)	AX ESPORTE	0	295.0000	3
			VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (8028)	REDESPORT	0	298.0000	4
			KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME (12126)	IMPACTO	0	299.0000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (12124)	PANGUÊ	0	299,8800	6
			FOOT. COMERCIAL LTDA - ME (15374)	REDESPORT	0	299,9000	7
			CELIA REGINA W. SANI - ME (15300)	REDESPORT	0	299,9000	8



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 41/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017      Data do Registro: 05/04/2017      Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP (16379)      PANGUE      0      299,9000      9



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2017**

Página: 42/42

**Número do Registro de Preços: 16/2017      Data do Registro: 05/04/2017      Válido até: 05/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais esportivos para serem utilizados pelos alunos da rede municipal de ensino, através da Secretária de Educação, Cultura e Desporto e pelas escolinhas municipais pela Fundação Municipal de Esportes, conforme anexos do edital

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2017**

**PROCESSO Nº 26/2017**

(8028) - VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS

(12124) - JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME

(12126) - KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME

(15158) - RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

(15300) - CELIA REGINA W. SANI - ME

(15327) - JHONATAN BAGATOLI - ME

(15374) - FOOT. COMERCIAL LTDA - ME

(15375) - REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME

(15376) - L. MOHR EIRELI - EPP

(15377) - BARONESA LTDA - EPP

(15378) - N. T. LUIZE - EPP

(15379) - G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP

(15380) - ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME

Santa Cecilia, 5 de Abril de 2017.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017**

Página: 1/19

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 017/2017

**Número do Registro de Preços:** 17/2017      **Data do Registro:** 11/04/2017      **Válido até:** 11/04/2018  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de filtros diversos para manutenção de máquinas e veículos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	FILTRO DE COMBUSTIVEL - M. BENZ / ATRON 2729 K 6x4 23.00T 286 CV ANO 2013	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECHIL	0	43,0000	1
2	FILTRO DE AR - CHEV/SPIN 1,8L MT LTZ - 108CV 7P ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECHIL	0	74,0000	2
3	FILTRO DE AR - CHEV/SPIN 1,8L MT LTZ - 108CV 7P ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECHIL	0	21,0000	1
4	FILTRO DE AR - CHEV/SPIN 1,8L MT LTZ - 108CV 7P ANO 2013 MOD 2014	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECHIL	0	22,0000	2
5	FILTRO DE AR - CHEV/SPIN 1,8L MT LTZ - 108CV 7P ANO 2013 MOD 2014	UN	POSTO SCARIOT LTDA (5620)	TECHIL	0	24,0000	3
6	FILTRO DE AR - CORSA CHEV CLASSIC 1.0 LS ADV - 78CV 5P ANO 2014 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECHIL	0	10,0000	1
7	FILTRO DE AR - CORSA CHEV CLASSIC 1.0 LS ADV - 78CV 5P ANO 2014 MOD 2014	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECHIL	0	10,1000	2
8	FILTRO DE AR - CORSA CHEV CLASSIC 1.0 LS ADV - 78CV 5P ANO 2014 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECHIL	0	10,0000	1
9	FILTRO DE AR - CORSA CHEV CLASSIC 1.0 LS ADV - 78CV 5P ANO 2014 MOD 2014	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECHIL	0	10,1000	2
10	FILTRO DE AR - FIAT STRADA WORKING CE 2P -0,68T/86CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECHIL	0	13,3000	1
11	FILTRO DE AR - FIAT STRADA WORKING CE 2P -0,68T/86CV ANO 2013	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECHIL	0	13,4000	2
12	FILTRO DE AR - FIAT DOBLO CIT ATTRACDIV 1.4 7P/86 CVATTRACDIV ANO 2012	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECHIL	0	31,0000	1
13	FILTRO DE AR - FIAT DOBLO CIT ATTRACDIV 1.4 7P/86 CVATTRACDIV ANO 2012	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECHIL	0	31,5000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017**

Página: 2/19

**Número do Registro de Preços: 17/2017**      **Data do Registro: 11/04/2017**      **Válido até: 11/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de filtros diversos para manutenção de máquinas e veículos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	FILTRO DE AR - FIAT DUCATO MC RONTANAME - 127CV ANO 2010 MOD 2010	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	31,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	31,5000	2
8	FILTRO DE AR - FIAT PALIO WK ATTRAC 1.4 - 86CV ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	21,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	21,5000	2
9	FILTRO DE AR - FIAT STRADA WORKING 2P- 0.70/86CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	13,3000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	13,4000	2
10	FILTRO DE AR - FIAT PALIO ESSENCE 1.6 117CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	30,3000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	30,3600	2
11	FILTRO DE AR - FIAT UNO MILLE ECONOMY 66CV ANO 2011	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	21,4000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	21,4500	2
12	FILTRO DE AR - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	FRAM	0	210,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	FRAN	0	214,8000	2
13	FILTRO DE AR - HIDRAULICA EC 140B VOLVO 2010	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	153,2000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017**

Página: 3/19

Número do Registro de Preços: 17/2017 Data do Registro: 11/04/2017 Válido até: 11/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de filtros diversos para manutenção de máquinas e veículos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	VOLVO	0	600,0000	2
14	FILTRO DE AR - IVECO TECTOR 240 E28 23,00T 280CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	105,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	107,3000	2
15	FILTRO DE AR - MICRO IVECO/CITYCLASS 70C17 170CV 23P ANO 2012 MOD 2013	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	58,9000	1
			ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	IVECO	0	290,0000	2
16	FILTRO DE AR - MICRO ONIBUS MARCOPOL VOLARE A8 ON 28P/145 CV ANO 2002	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	59,9000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	59,9500	2
17	FILTRO DE AR - MOTONVELADORA NEW HOLLAND RG 140B SERIE N8AF00214-ANO 2012	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	DONALDSON	0	198,0000	1
18	FILTRO DE AR - ONIBUS VW/15.190 EOD.S.ORE 185CV 60P ANO 2011 MOD 2012	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	75,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	WEGA	0	75,6000	2
19	FILTRO DE AR - ONIBUS VW/16.180 CO 48P/184CV ANO 1.998 MOD 1.997	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	49,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	WEGA	0	49,1000	2
20	FILTRO DE AR - ONIBUS VW/INDUSCAR FOZ U 44P/185CV ANO 2009	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	145,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017**

Página: 4/19

**Número do Registro de Preços: 17/2017**      **Data do Registro: 11/04/2017**      **Válido até: 11/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de filtros diversos para manutenção de máquinas e veículos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	FILTRO DE AR - PÁ CARREGADEIRA CASEW20 B SUPER ANO 1992	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	XANFIL	0	75,6000	1
			ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	BALDWIN	0	189,0000	2
22	FILTRO DE AR - RENAULT MASTER JAEDI TUR - 130CV 16P ANO 2014 MOD 2015	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	50,5000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	50,8500	2
23	FILTRO DE AR - TOYOTA BANDEIRANTE 3P/1,00T/90CV ANO 1990	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	44,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	44,2500	2
24	FILTRO DE AR - VOLVO NL 10 340 4X2 4500T/340CV ANO 1994	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	212,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	214,3000	2
25	FILTRO DE AR - VW NOVO VOYAGE 1.0 - 76CV 5P ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	13,5000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	13,9000	2
26	FILTRO DE COMBUSTIVEL - CAMIONETES 10 / GM ADVANTAGE D C DUPLA GASOLINA 147 CV ANO 2010	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	16,9000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	17,0000	2
27	FILTRO DE COMBUSTIVEL - CHEV/SPIN 1,8L MT LTZ - 108CV 7P ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	11,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017**

Página: 5/19

**Número do Registro de Preços: 17/2017**      **Data do Registro: 11/04/2017**      **Válido até: 11/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de filtros diversos para manutenção de máquinas e veículos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	11,3000	2
28	FILTRO DE COMBUSTIVEL - CORSA CHEV CLASSIC 1.0 LS ADV - 78CV 5P ANO 2014 MOD 2015	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	11,0000	1
29	FILTRO DE COMBUSTIVEL - CORSA CHEVROLET/CLASSIC LS-78CV 5P ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	11,0000	1
30	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FIAT STRADA WORKING CE 2P -0,68T/86CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	11,0000	1
31	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FIAT DOBLO CIT ATTRACDIV 1.4 7P/86 CVATTRACDIV ANO 2012	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	11,0000	1
32	FILTRO DE COMBUSTIVEL -FIAT DUCATO MC RONTANAME - 127CV ANO 2010 MOD 2010	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	52,5000	1
33	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FIAT PALIO WK ATTRAC 1.4 - 86CV ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	11,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017**

Página: 6/19

**Número do Registro de Preços: 17/2017      Data do Registro: 11/04/2017      Válido até: 11/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de filtros diversos para manutenção de máquinas e veículos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FIAT STRADA WORKING 2P- 0.70/66CV/ ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	11,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	11,3000	2
35	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FIAT/PALIO ESSENCE 1.6 117CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	11,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	11,3000	2
36	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FIAT/UNO MILLE ECONOMY 66CV ANO 2011	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	11,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	11,3000	2
37	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV/ ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	55,0000	1
38	FILTRO DE COMBUSTIVEL - HIDRAULICA EC 140B VOLVO 2010	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	VOLVO	0	180,0000	1
39	FILTRO DE COMBUSTIVEL - INTERNACIONAL-NAVISTAR 4700 4X2 16.00T/210CV/ ANO 2001	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	75,0000	1
40	FILTRO DE COMBUSTIVEL - IVECO TECTOR 240 E28 23,00T 280CV/ ANO 2013	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	36,9000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	90,0000	2
41	FILTRO DE COMBUSTIVEL - MICRO IVECO/CITYCLASS 70C17 170CV 29P ANO 2012 MOD 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	IVECO	0	77,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	WEGA	0	78,0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017**

Página: 7/19

**Número do Registro de Preços:** 17/2017      **Data do Registro:** 11/04/2017      **Válido até:** 11/04/2018  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de filtros diversos para manutenção de máquinas e veículos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	FILTRO DE COMBUSTIVEL - MICRO ONIBUS MARCOPOL VOLARE A8 ON 28P/145 CV ANO 2002	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	61,5000	1
43	FILTRO DE COMBUSTIVEL - MOTOCICLETA HONDA CG 125 FAN ES CV 124CC ANO 2012	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	61,7500	2
44	FILTRO DE COMBUSTIVEL - MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B SERIE N8AF002144-ANO 2012	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	HONDA	0	65,0000	1
45	FILTRO DE COMBUSTIVEL - ONIBUS VW/15,190 EOD.S.ORE 185CV 60P ANO 2011 MOD 2012	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	DONALDSON	0	39,0000	1
46	FILTRO DE COMBUSTIVEL - ONIBUS VW/15,190 EOD.S.ORE 185CV 60P ANO 2011 MOD 2012	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	61,5000	1
47	FILTRO DE COMBUSTIVEL - ONIBUS VW/16,180 CO 48P/184CV ANO 1,996 MOD 1,997	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	61,7500	2
48	FILTRO DE COMBUSTIVEL - ONIBUS VW/INDUSCAR FOZ U 44P/185CV ANO 2009	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	VITÓRIA RÉGI	0	8,2500	1
49	FILTRO DE COMBUSTIVEL - RENAULT MASTER JAEDI TUR - 130CV 16P ANO 2014 MOD 2015	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	8,3000	2
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	12,2500	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	12,3000	2
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	80,0000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	34,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017**

Página: 8/19

**Número do Registro de Preços: 17/2017      Data do Registro: 11/04/2017      Válido até: 11/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de filtros diversos para manutenção de máquinas e veículos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	34,4000	2
50	FILTRO DE COMBUSTIVEL - RETRO ESCAVADEIRA CAT416E SERIE MAQ CAT ANO 2013	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	DONALSON	0	128,4000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	CATERPILLAR	0	450,0000	2
51	FILTRO DE COMBUSTIVEL - TOYOTA BANDEIRANTE 3P/1,00T/90CV ANO 1990	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	5,1000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	VITORIA RÉGI	0	17,0000	2
52	FILTRO DE COMBUSTIVEL - VOLVO NL 10 340 4X2 4500T/340CV ANO 1994	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	42,4000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	42,4200	2
53	FILTRO DE COMBUSTIVEL - VW/NOVO VOYAGE 1.0 - 76CV 5P ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	12,6000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	12,6500	2
54	FILTRO DE OLEO - CAMIONETES/10 / GM ADVATAGE D C DUPLA GASOLINA 147 CV ANO 2010	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	16,5000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	17,0000	2
55	FILTRO DE OLEO - CHEV/SPIN 1,8L MT LTZ - 108CV 7P ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	10,9000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	11,0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017**

Página: 9/19

**Número do Registro de Preços: 17/2017**      **Data do Registro: 11/04/2017**      **Válido até: 11/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de filtros diversos para manutenção de máquinas e veículos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
56	FILTRO DE OLEO - CORSA CHEV CLASSIC 1.0 LS ADV - 78CV 5P ANO 2014 MOD 2015	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	10,9000	1
57	FILTRO DE OLEO - CORSA CHEVROLET/CLASSIC LS - 78CV 5P ANO 2013 MOD 2014	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	11,0000	2
58	FILTRO DE OLEO - FIAT STRADA WORKING CE 2P -0,68T/86CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	10,9000	1
59	FILTRO DE OLEO - FIAT DOBLO CIT ATTRACDIV 1.4 7P/86 CVATTRACDIV ANO 2012	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	11,0000	2
60	FILTRO DE OLEO - FIAT DUCATO MC RONTANAME - 127CV ANO 2010 MOD 2010	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	15,5000	1
61	FILTRO DE OLEO - FIAT PALIO WK ATTRAC 1.4 - 86CV ANO 2013 MOD 2014	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	13,8000	1
62	FILTRO DE OLEO - FIAT STRADA WORKING 2P- 0.70/86CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	31,1000	1
						43,0000	2
						13,8000	1
						35,0000	2
						22,6500	1
						25,0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017**

Página: 10/19

**Número do Registro de Preços: 17/2017 Data do Registro: 11/04/2017 Valido até: 11/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de filtros diversos para manutenção de máquinas e veículos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
63	FILTRO DE OLEO - FIAT/PALIO ESSENCE 1.6 117CV ANO 2013	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	22.6500	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	36.0000	2
64	FILTRO DE OLEO - FIAT/UNO MILLE ECONOMY 66CV ANO 2011	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	13.8000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	19.0000	2
65	FILTRO DE OLEO - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV ANO 2013	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	68.1000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	85.0000	2
66	FILTRO DE OLEO - HIDRAULICA EC 140B VOLVO 2010	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	VOLVO	0	299.0000	1
67	FILTRO DE OLEO - IVECO TECTOR 240 E28 23.00T/280CV ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	85.0000	1
68	FILTRO DE OLEO - MICRO IVECO/CITYCLASS 70C17 170CV 29P ANO 2012 MOD 2013	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	54.7000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	IVECO	0	140.0000	2
69	FILTRO DE OLEO - MICRO ONIBUS MARCOPOL VOLARE A8 ON 28P/145 CV ANO 2002	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	23.6000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	35.0000	2
70	FILTRO DE OLEO - MOTONVELADORA NEW HOLLAND RG 140B SERIE NBAF00214-ANO 2012	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	DONALDSON	0	125.0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017**

Página: 11/19

**Número do Registro de Preços: 17/2017**      **Data do Registro: 11/04/2017**      **Válido até: 11/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de filtros diversos para manutenção de máquinas e veículos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
71	FILTRO DE OLEO - ONIBUS VW/15.190 EOD.S.ORE 185CV 60P ANO 2011 MOD 2012	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	23,6000	1
72	FILTRO DE OLEO - ONIBUS VW/16.180 CO 48P /184CV ANO 1.996 MOD 1.997	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	36,0000	2
73	FILTRO DE OLEO - ONIBUS VW/INDUSCAR FOZ U 44P/185CV ANO 2009	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	23,6000	1
74	FILTRO DE OLEO - PÁ CARREGADEIRA CASEW20 B SUPER ANO 1992	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	60,0000	2
75	FILTRO DE OLEO - RENAULT MASTER JAEDI TUR - 130CV 16P ANO 2014 MOD 2015	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	50,0000	1
76	FILTRO DE OLEO - RENAULT MASTER JAEDI TUR - 130CV 16P ANO 2014 MOD 2015	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	21,5500	1
77	FILTRO DE OLEO - RENAULT MASTER JAEDI TUR - 130CV 16P ANO 2014 MOD 2015	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	DONALDSON	0	100,0000	2
78	FILTRO DE OLEO - RENAULT MASTER JAEDI TUR - 130CV 16P ANO 2014 MOD 2015	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	31,0000	1
79	FILTRO DE OLEO - RENAULT MASTER JAEDI TUR - 130CV 16P ANO 2014 MOD 2015	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	55,0000	2
80	FILTRO DE OLEO - RENAULT MASTER JAEDI TUR - 130CV 16P ANO 2014 MOD 2015	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	39,1000	1
81	FILTRO DE OLEO - RENAULT MASTER JAEDI TUR - 130CV 16P ANO 2014 MOD 2015	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	65,0000	2
82	FILTRO DE OLEO - RETRO ESCAVADEIRA CAT419E SERIE MAQ CAT ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	CATERPILLAR	0	150,0000	1
83	FILTRO DE OLEO - RETRO ESCAVADEIRA CAT419E SERIE MAQ CAT ANO 2013	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	153,1500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017**

Página: 12/19

Número do Registro de Preços: 17/2017 Data do Registro: 11/04/2017 Válido até: 11/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de filtros diversos para manutenção de máquinas e veículos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
78	FILTRO DE OLEO - TOYOTA BANDEIRANTE 3P/1,00T/90CV ANO 1980	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	13,8000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	23,0000	2
79	FILTRO DE OLEO - VOLVO NL 10 340 4X2 4500T/340CV ANO 1994	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	37,9000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	58,0000	2
80	FILTRO DE OLEO - VW/NOVO VOYAGE 1.0 - 76CV 5P ANO 2013 MOD 2014	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	19,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	19,6000	2
81	FILTRO DE SEPARADOR - VOLVO NL 10 340 4X2 4500T/340CV ANO 1994	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	54,5000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	83,0000	2
82	FILTRO HIDRAULICA VOLVO SEPARADOR VO110688	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	DONALDSON	0	140,4000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	VOLVO	0	490,0000	2
83	FILTRO SEPARADOR - INTERNACIONAL-NAVISTAR 4700 4X2 16,00T/210CV ANO 2001	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	65,0000	1
84	FILTRO SEPARADOR - MICRO IVECO/CITYCLASS 70C17 170CV 29P ANO 2012 MOD 2013	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	54,6000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	IVECO	0	290,0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017**

Página: 13/19

**Número do Registro de Preços: 17/2017**      **Data do Registro: 11/04/2017**      **Válido até: 11/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de filtros diversos para manutenção de máquinas e veículos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	FILTRO SEPARADOR - MICRO ONIBUS MARCOPOL VOLARE A8 ON 28P/145 CV ANO 2002	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	49,1500	1
86	FILTRO SEPARADOR MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B SERIE NBAF00214-ANO 2012	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	70,0000	2
87	FILTRO SEPARADOR -ONIBUS VW/15.190 EOD.S.ORE 185CV 60P ANO 2011 MOD 2012	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	DONALDSON	0	118,0000	1
88	FILTRO SEPARADOR - ONIBUS VW/16.180 CO 48P /184CV ANO 1.996 MOD 1.997	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	43,2000	1
89	FILTRO SEPARADOR - ONIBUS VW/COMIL VERSATILE 1 206CV 48P ANO 1998 MOD 1999	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	68,0000	2
90	FILTRO SEPARADOR -ONIBUS VW/INDUSCAR FOZ U 44P/185CV ANO 2009	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	43,6000	1
91	FILTRO SEPARADOR - RETRO ESCAV/ADEIRA CAT416E SERIE MAQ CAT ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	68,0000	2
		UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	49,1500	1
		UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	49,1500	1
		UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	68,0000	2
		UN	DONALDSON	TECFIL	0	130,8000	1
		UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	BALDWIN	0	199,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017**

Página: 14/19

Número do Registro de Preços: 17/2017 Data do Registro: 11/04/2017 Válido até: 11/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de filtros diversos para manutenção de máquinas e veículos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
92	FILTRO TRATOR COYOTE CT 4490 COMBUSTIVEL	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	CHANPC	0	180,0000	1
93	FILTRO TRATOR COYOTE CT 4490 LUBRIFICANTE	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	CHANPC	0	340,0000	1
94	FILTRO TRATOR JOHN DEERE AR 1 AL-172780	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	JOHN DEERE	0	600,0000	1
			CESCA & CIA LTDA (11961)	DONALDSON	0	678,0000	2
95	FILTRO TRATOR JOHN DEERE AR 2 AL-150288	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	DONALDSON	0	334,8000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	JOHN DEERE	0	380,0000	2
96	FILTRO TRATOR JOHN DEERE COMBUSTIVEL RE62419	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	DONALDSON	0	117,6000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	JOHN DEERE	0	290,0000	2
97	FILTRO TRATOR JOHN DEERE LUBRIFICANTE RE59754	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	DONALDSON	0	62,3000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	JOHN DEERE	0	120,0000	2
98	FILTRO TRATOR JOHN DEERE SEPARADOR DO24057	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	RACOR	0	42,1000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	JOHN DEERE	0	110,0000	2
99	FILTRO DE AR - M. BENZ / ATRON 2729 K 6X4 2014 - ASR 9837	UNI	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	107,2500	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017**

Página: 15/19

**Número do Registro de Preços: 17/2017**      **Data do Registro: 11/04/2017**      **Válido até: 11/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de filtros diversos para manutenção de máquinas e veículos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	150,0000	2
100	FILTRO DE AR - M. BENZ / ATRON 2729 K 6X4 2014 - ASR 837	UNI	CESCA & CIA LTDA (11961)	XANFIL	0	46,8000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	98,0000	2
101	FILTRO DE COMBUSTIVEL - M. BENZ / ATRON 2729 K 6X4 2014 - PEC3024	UNI	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	65,7000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	83,0000	2
102	FILTRO DE COMBUSTIVEL - M. BENZ / ATRON 2729 K 6X4 2014 - PEL 2002	UNI	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	28,9000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	37,5000	2
103	FILTRO DE SEPARADOR - M. BENZ / ATRON 2729 K 6X4 2014 - PSD 9201	UNI	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	82,1500	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	115,0000	2
104	FILTRO AR INECO TECTOR 150E21 2015 - ARS 9837	UNI	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	107,3000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	165,0000	2
105	FILTRO DE COMBUSTIVEL INECO TECTOR 150E21 2015 - PSC 75	UNI	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	36,9000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	54,0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017**

Página: 16/19

**Número do Registro de Preços: 17/2017**      **Data do Registro: 11/04/2017**      **Válido até: 11/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de filtros diversos para manutenção de máquinas e veículos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
106	FILTRO DE LUBRIFICANTE IVECO TECTOR 150E21 2015 - PSL 283	UNI	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	68,1000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	85,0000	2
107	FILTRO SEPARADOR IVECO TECTOR 150E21 2015 - PSD 460/1	UNI	CESCA & CIA LTDA (11961)	TECFIL	0	43,2000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	72,0000	2
108	FILTRO SECUNDARIO IVECO TECTOR 150E21 2015	UNI	CESCA & CIA LTDA (11961)	XANFIL	0	46,8000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	XANFIL	0	115,0000	2
109	FILTRO SEPARADOR - FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV / ANO 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	RACOR	0	260,0000	1
110	FILTRO DE AR SECUNDARIO- FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV 2013	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	FRAN	0	141,6000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	FRAM	0	320,0000	2
111	FILTRO LUBRIFICANTE JCB 3C PLUS 2014	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	35,0000	1
112	FILTRO COMBUSTIVEL SECUNDARIO JCB 3C PLUS 2014	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	16,0000	1
113	FILTRO COMBUSTIVEL PRIMARIO JCB 3C PLUS 2014	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	DONALDSON	0	129,6000	1
			ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	DONALDSON	0	395,0000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017**

Página: 17/19

Número do Registro de Preços: 17/2017 Data do Registro: 11/04/2017 Válido até: 11/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de filtros diversos para manutenção de máquinas e veículos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
114	FILTRO AR PRIMARIO JCB 3C PLUS 2014	UN	CESCA & CIA LTDA (11961)	DONALDSON	0	226,8000	1
			ADAMI & GRANEIMANN LTDA. (8877)	DONALDSON	0	550,0000	2
115	FILTRO AR SECUNDARIO JCB 3C PLUS 2014	UN	ADAMI & GRANEIMANN LTDA. (8877)	DONALDSON	0	96,0000	1
116	FILTRO HIDRAULICO JCB 3C PLUS 2014	UN	ADAMI & GRANEIMANN LTDA. (8877)	BALDWIN	0	250,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017**

Página: 18/19

**Número do Registro de Preços: 17/2017      Data do Registro: 11/04/2017      Válido até: 11/04/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de filtros diversos para manutenção de máquinas e veículos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

117	FILTRO DE AR PRIMARIO- FORD CARGO 2629 6X4 23.00T/290CV 2013	UN	ADAMI & GRANEWMANN LTDA. (8877)	TECFIL	0	148,0000	1
-----	--	----	---------------------------------	--------	---	----------	---



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2017**

Página: 19/19

Número do Registro de Preços: 17/2017      Data do Registro: 11/04/2017      Válido até: 11/04/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de filtros diversos para manutenção de máquinas e veículos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2017**

**PROCESSO Nº 29/2017**

(5620) - POSTO SCARIOT LTDA  
 (8877) - ADAMI & GRANEMANN LTDA.  
 (11961) - CESCA & CIA LTDA

Santa Cecilia, 11 de Abril de 2017.

# Santa Rosa de Lima

## PREFEITURA

### **LICITAÇÃO 22/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULAS DE MÚSICA DE ACORDEOM, VIOLÃO, TECLADO, E BATERIA PARA PESSOAS INTERESSADAS DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

Data, Horário e Local de Abertura: 03 de maio de 2017, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000.

Santa Rosa de Lima, 17 de abril de 2017

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

### **LICITAÇÃO 23/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NA MANUTENÇÃO DE MAQUINAS DA FROTA DO MUNICIPIO INTEGRANTES DO PATRIMONIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA.

Data, Horário e Local de Abertura: 05 de maio de 2017, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000.

Santa Rosa de Lima, 17 de abril de 2017

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 33/2017**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 33/2017

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI EPP.

Objeto: Aquisição de 03 (três) Colhedoras de forragens, 1 linha, com 12 facas e 04 rolos recolhedores, com bica manual, transmissão por correia, afiador automático, produção de 28 ton/hora, regulagem de corte de 02 a 36 mm, peso máximo de 600 kg, potência necessária de 50 a 80 cv, rotação da tomada de força de 540 rpm, marca/modelo Combine/CB 60 máster.

Processo Licitatório: Pregão Presencial nº. 23/2017.

Valor: R\$ 46.200,00 (quarenta e seis mil e duzentos reais)

Vigência: 06 de abril de 2017 a 06 de setembro de 2017.

Assinatura: 06 de abril de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 34/2017**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 34/2017

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DANIEL DELMAR KISSMANN ME

Objeto: Aquisição de 03 (três) arado subsolador, 05 hastes, com pino de segurança, largura mínima de 1,70 metros, marca/modelo Forte/SUB5,

Processo Licitatório: Pregão Presencial nº. 23/2017.

Valor: R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

Vigência: 06 de abril de 2017 a 06 de setembro de 2017.

Assinatura: 06 de abril de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 35/2017**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 35/2017

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: JEAN PYER VIVIAN EIRELI EPP.

Objeto: Aquisição de 02 (duas) Carreta agrícola basculante, hidráulica, caçamba metálica com capacidade para 6 ton, rodado tandem, com 04 pneus novos e 04 câmara novas, pneus 750/16 com 12 lonas, com tampas laterais desmontáveis, com pistão de duas mangueiras, marca/modelo Lumeco/LMC 6000.

Processo Licitatório: Pregão Presencial nº. 23/2017.

Valor: R\$ 25.900,00 (vinte e cinco mil e novecentos reais)

Vigência: 06 de abril de 2017 a 06 de setembro de 2017.

Assinatura: 06 de abril de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 78/2017**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 78/2017

OBJETO: FORNECIMENTO DE PASSAGENS (VALE TRANSPORTE) DE PIÊN(PR) X SÃO BENTO DO SUL X PIÊN(PR), PARA TRANSPORTE DOS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL, PELO PERÍODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2017.

CONTRATADO: EXPRESSO SÃO BENTO LTDA.

VALOR: R\$ 14.000,00(quatorze mil reais)

SÃO BENTO DO SUL, 12 de abril de 2017.

TIAGO MARTINHUK – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO  
ROSEMARY IVANE STRACK CANDIDO – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

### **JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 78/2017**

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: FORNECIMENTO DE PASSAGENS (VALE TRANSPORTE) DE PIÊN(PR) X SÃO BENTO DO SUL X PIÊN(PR), PARA TRANSPORTE DOS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL, PELO PERÍODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2017.

II – Contratado: EXPRESSO SÃO BENTO LTDA.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A inexigibilidade de licitação se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: O fornecimento de passes pela empresa Expresso São Bento Ltda faz-se necessário para atender aos profissionais que atuam na rede municipal de ensino de São Bento do Sul. O repasse será realizado de maio a dezembro de 2017, conforme Lei nº 397, de 17 de setembro de 2002, a qual "Institui o vale-transporte aos servidores públicos da administração municipal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências". Portanto, sendo a empresa Expresso São Bento a única credenciada, justifica-se a aquisição dos passes, destinados aos funcionários da Educação, pela referida Secretaria.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a única a realizar as linhas de ônibus nos horários compatíveis com o horário de trabalho dos servidores para os seus locais de residência, ficando evidenciada a inviabilidade de competição para a contratação dos referidos serviços.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) é o praticado no mercado para os referidos serviços.

Assim ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

ROSEMARY IVANE STRACK CANDIDO  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

### **LEI Nº 3765/2017**

LEI Nº 3765, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

DENOMINA FULVIO JOEL BAPTISTA FRAGOZO RUA DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de FULVIO JOEL BAPTISTA FRAGOZO, rua do município, com extensão de 159,00 metros por 15,00 metros de largura, lateral da Rua Ana Maria Knop, na mesma direção da Rua Johan Kurzava, no Loteamento San Marino, bairro Progresso, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 3766/2017**

LEI Nº 3766, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

DENOMINA GERSON ANDRÉ SCHLOEGEL RUA DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de GERSON ANDRÉ SCHLOEGEL, rua do município, com extensão de 159,00 metros por 15,00 metros de largura, lateral da Rua Ana Maria Knop, na mesma direção da Rua Francisco Jelinsky, no Loteamento San Marino, bairro Progresso, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 3767/2017**

LEI Nº 3767, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

DENOMINA DE ELFRIDA MARIA, SERVIDÃO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de Elfrida Maia, Servidão, localizado na lateral da Rua: Emilio Krause, no Bairro Serra Alta, com extensão de 130,00 metros, e largura de 6,00 metros, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS****PORTARIA IPRESBS Nº126/2017**

PORTARIA IPRESBS Nº 126/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 04/04/2017 a 30/04/2017, a servidora LUCIMARA FERREIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 03/03/2017 a 08/03/2017 – 23/03/2017 a 23/03/2017 – 27/03/2017 a 03/04/2017, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/04/2017.

São Bento do Sul, 13/04/2017  
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº127/2017**

PORTARIA IPRESBS Nº 127/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 11/04/2017 a 24/06/2017, a servidora MARIA ORIDIA DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/03/2017 a 10/04/2017, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/04/2017.

São Bento do Sul, 13/04/2017  
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº128/2017**

PORTARIA IPRESBS Nº 128/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 12/04/2017 a 26/05/2017, a servidora IVONE PIRES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 28/03/2017 a 11/04/2017, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/04/2017.

São Bento do Sul, 13/04/2017  
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº129/2017**

PORTARIA IPRESBS Nº. 129/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/03/2017 a 30/04/2017, concedido a servidora EDILEUZA BESERRA DA COSTA ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 012/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/03/2017.

São Bento do Sul, 13/04/2017.  
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 68, DE 13 DE ABRIL DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 68, de 13 de abril de 2017.

**"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 10, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE**

Art. 1º – PROMOVER, o servidor FERNANDO JOSÉ SCHWETLER, matrícula 453, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA/ETE, Grupo Ocupacional 4, com a carga horária de 36 horas semanais, lotada nesta Autarquia Municipal, para a Classe "C".

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 1º de abril de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 69, DE 13 DE ABRIL DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 69, de 13 de abril de 2017.

**"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 10, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE**

Art. 1º – PROMOVER o servidor MIGUEL BONETT, matrícula 322, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, Grupo Ocupacional 1, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe "G".

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 1º de abril de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 70, DE 13 DE ABRIL DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 70, de 13 de abril de 2017.

**"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 10, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE**

Art. 1º – PROMOVER a servidora MARLI ALVES DE CARVALHO LACERDA, matrícula 372, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional 1, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe "E".

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 1º de abril de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 71, DE 13 DE ABRIL DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 71, de 13 de abril de 2017.

**"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 10, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE**

Art. 1º – PROMOVER o servidor LUÍS CLÁUDIO PIECHONTCOSKI, matrícula 340, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Serviços de Pedreiro, Grupo Ocupacional 2, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe "C".

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 1º de abril de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 72, DE 13 DE ABRIL DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 72, de 13 de abril de 2017.

**“CONCEDE LICENÇA”**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE**

Art.1º – CONCEDER ao servidor MIGUEL BONETT, matrícula 322, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS, lotado nesta Autarquia, licença prêmio em pecúnia, conforme Lei Municipal Nº 228, de 28 de dezembro de 2001, Subseção IV – Artigo 98.

Art.2º – A licença a que se refere o Artigo 1º é relativa ao período 2013/2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

**REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017**

Republicação do Pregão Presencial nº 13/2017

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 13/2017

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 02 de maio de 2017, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de itens diversos de informática para o SAMAE.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 13 de abril de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

# São Bonifácio

## PREFEITURA

### DECRETO CTB Nº 33/2017

Decreto CTB Nº 33/2017

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1400/2016, de 23 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Excesso de Arrecadação um Crédito Suplementar no montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.01.04.122.0001.2.003-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de abril de 2017

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

### DECRETO CTB Nº 34/2017

Decreto CTB Nº 34/2017

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 323.000,00 (trezentos e vinte e três mil reais)

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1400/2016, de 23 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Excesso de Arrecadação um Crédito Suplementar no montante de R\$ 323.000,00 (trezentos e vinte e três mil reais) para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFÁCIO

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFACIO

15.01.10.301.0005.2.042-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 308.000,00

15.01.10.301.0005.2.035-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 15.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de abril de 2017

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

# São Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 032-2017 - ADM

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Processo Adm. Nº32/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇOS N.32/2017.

Tipo : Menor preço/ Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA TODOS OS SETORES

Entrega dos Envelopes: Até as 08:00 horas - dia 02 de Maio de 2017

Abertura dos Envelopes 08:30 horas- dia 02 de Maio de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 hrs – 13:30 às 17:30, ou pelo fone 014 49 3325 3020 – [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br) – [cota@saocarlos.sc.gov.br](mailto:cota@saocarlos.sc.gov.br) SAO CARLOS, 17 de Abril de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

### EXTRATO CANCELAMENTO CADASTRO DE CONTRATO 30/2016 - ADM

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS-SC	
EXTRATO CANCELAMENTO CADASTRO DE CONTRATO	
Contrato Nº.:	030/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS - SC
Contratada.:	XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA
Objeto ..... :	AQUISIÇÃO DE ROLO COMPACTADOR NOVO - ZERO KM
Licitação ..... :	PREGÃO PRESENCIAL N.045/2016
Motivo do Cancelamento: Cadastro de contrato no Betha Sistemas lançado indevidamente.	
SAO CARLOS, 03 de Abril de 2017	
RUDI MIGUEL SANDER	
Prefeito Municipal	

### EXTRATO CONTRATUAL 17/2017 - ADM

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo adm. .nº.:	25/2017
Cont. adm. Nº	17/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	SÃO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
Objeto ..... :	AQUISIÇÃO DE PASSAGENS DESTINADAS A TRANSPORTE DE IDOSOS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.113/2002.
Valor ..... :	R\$ 12.279,00
Vigência ..... :	31/12/2017
Recursos ..... :	DOTAÇÃO: ORÇAMENTO ANUAL 2017
SÃO CARLOS/SC, 07 de abril de 2017	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO CONTRATUAL 18/2017 - ADM**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo adm. .nº.:	26/2017
Cont. adm. Nº	18/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	TRANSPORTES COLETIVOS SÃO CARLOS LTDA - ME
Objeto ..... :	AQUISIÇÃO DE PASSAGENS DESTINADAS A TRANSPORTE DE IDOSOS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.113/2002.
Valor ..... :	R\$ 20.895,00
Vigência ..... :	31/12/2017
Recursos ..... :	DOTAÇÃO: ORCAMENTO ANUAL 2017
SÃO CARLOS/SC, 07 de abril de 2017	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO CONTRATUAL 19/2017 - ADM**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo adm. .nº.:	27/2017
Cont. adm. Nº	19/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	TRANSPORTES A.I.R. LTDA ME
Objeto ..... :	AQUISIÇÃO DE PASSAGENS DESTINADAS A TRANSPORTE DE IDOSOS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.113/2002.
Valor ..... :	R\$ 15.410,00
Vigência ..... :	31/12/2017
Recursos ..... :	DOTAÇÃO: ORCAMENTO ANUAL 2017
SÃO CARLOS/SC, 07 de abril de 2017	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO CONTRATUAL 20/2017 - ADM**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo adm. .nº.:	20/2017
Cont. adm. Nº	20/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	SUPRIMAQ COMERCIO DE MAQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA ME
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS.
Valor ..... :	R\$ 60.000,00
Vigência ..... :	31/12/2017
Licitação ..... :	PREGÃO PRESENCIAL 20/2017
Recursos ..... :	DOTAÇÃO: ORCAMENTO ANUAL 2017
SÃO CARLOS/SC, 11 de abril de 2017	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO CONTRATUAL 21/2017 - ADM**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo adm. .nº.:	21/2017
Cont. adm. Nº	21/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	AIRTON KERBES - ME
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO VISANDO O PROVIMENTO DE VAGA DO QUADRO DE SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS/SC.
Valor ..... :	R\$ 2.000,00
Vigência ..... :	31/12/2017
Licitação ..... :	PREGÃO PRESENCIAL 21/2017
Recursos ..... :	DOTAÇÃO: ORCAMENTO ANUAL 2017
SÃO CARLOS/SC, 12 de abril de 2017	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 15/2016 - FMS**

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
EXTRATO TERMO ADITIVO DE PRAZO	
Contrato Nº.:	015/2016
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada.:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Objeto ..... :	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS - MANUTENÇÃO DA PROPOSTA N.115535400001150-1
Vigência ..... :	31.12.2017
Licitação ..... :	PREGÃO PRESENCIAL N.017/2016
SAO CARLOS, 30 de Março 2017	
KELEN RODRIGO GIONGO	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 21/2016 - FMS**

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
EXTRATO TERMO ADITIVO DE PRAZO	
Contrato Nº.:	021/2016
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada.:	MB CATARINENSE LTDA ME
Objeto ..... :	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS - MANUTENÇÃO DA PROPOSTA N.115535400001150-1
Vigência ..... :	31.12.2017
Licitação ..... :	PREGÃO PRESENCIAL N.017/2016
SAO CARLOS, 30 de Março 2017	
KELEN RODRIGO GIONGO	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 23/2016 - FMS**

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
EXTRATO TERMO ADITIVO DE PRAZO	
Contrato Nº.:	023/2016
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada.:	ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES
Objeto ..... :	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS - MANUTENÇÃO DA PROPOSTA N.115535400001150-1
Vigência ..... :	31.12.2017
Licitação ..... :	PREGÃO PRESENCIAL N.017/2016
SAO CARLOS, 30 de Março 2017	
KELEN RODRIGO GIONGO	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	

# São Domingos

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 053/2017

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 053/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 017/2017

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 02 de maio de 2017, estará recebendo as propostas dos interessados visando a eventual futura CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO PARA PINTURA; PINTURA INTERNA E EXTERNA DE TODOS OS PRÉDIOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 12 de abril de 2017.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.

### PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 054/2017

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 054/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 018/2017

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 15:00 horas do dia 04 de maio de 2017, estará recebendo as propostas dos interessados para eventual futura AQUISIÇÃO DE TINTAS (QUE ATENDAM A NORMA N. 11862 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT) PARA PINTURA DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 12 de abril de 2017.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.

# São João Batista

## PREFEITURA

### DECRETO 3111/2017

DECRETO 3111/2017

Nomeia os membros do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São João Batista- IPRESJB.

O Prefeito do Município de São João Batista, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 72 da Lei Municipal 2.341/2000, com alterações dadas pela Lei municipal 3.052, de 15 de abril de 2008, DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados como membros titulares e respectivos suplentes, do Conselho Administrativo do IPRESJB, os seguintes servidores efetivos:

I – André Luiz Schweitzer (servidor ativo) como titular, e Daniela Schlemper Muniz (servidora ativa), como suplente;

II – Alvaci Sartori (servidor inativo) como titular, e Joel José Sartotti (servidor inativo), como suplente;

III – Rildo Vargas (servidor ativo) como titular, e João Lacir Peixer (servidor ativo), como suplente;

IV – Erlândia Aparecida Cim (servidora inativa) como titular, e Zoraida de Souza (servidor inativo) como suplente;

V – Juliano Miliorini (servidor ativo) como titular, e Ivone Cruz Amorim Ferreira (servidora ativa) como suplente;

Art. 2º Nos termos do inciso VI, do art. 72, da Lei municipal 2.341/2000, alterada pela Lei municipal 3.052/2008, o Diretor-Executivo do IPRESJB – Marcelo Sartori – tem a condição de membro nato do Conselho Administrativo do IPRESJB, com direito a voto e com as mesmas prerrogativas dos demais membros.

Art. 3º O mandato dos membros do Conselho Administrativo é de 2 anos.

Art. 4º Esta norma entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto municipal 2544/2014.

São João Batista, 10 de abril de 2017.

Daniel Netto Cândido
----------------------

Prefeito Municipal
--------------------

### PROCESSO LICITATORIO 015/FMS/2017 - PP 011/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 015/FMS/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/FMS/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de São João Batista (SC), inscrito sob o CNPJ 08.361.788/0001-73, com sede à Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, de conformidade com Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PREGÃO PRESENCIAL nº 011/FMS/2017, para a AQUISIÇÃO DE OCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: 8h45min do dia 09/05/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 09/05/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195, ramais: 214/206 ou através dos e-mails licita01@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 17 de abril de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal.

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/PMSJB/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/PMSJB/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), inscrito no CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Jaci João Silva, Secretário de Administração, comunica que dispensou o processo licitatório conforme: Processo de Dispensa 002/PMSJB/2017. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO CIDADE EMPREENDEDORA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. CONTRATADO: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC, CNPJ 82.515.859/0001-06. VALOR GLOBAL: R\$ 146.100,00 (cento e quarenta e seis mil e cem reais). DESPESA: Correrá por conta do orçamento da Secretaria de Desenvolvimento, conforme segue: (117). BASE LEGAL: Artigo 24, XIII, da Lei 8.666/93. São João Batista, 17 de abril de 2017. Jaci João Silva – Secretário de Administração

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO 032 - RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO EMPREGO PÚBLICO 01-2017 ANTES DOS RECURSOS

DECRETO Nº. 032/2017, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

HOMOLOGA O RESULTADO PRELIMINAR DAS PROVAS RELATIVAS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, para conhecimento dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital de Processo Seletivo Público para Emprego Público nº 001/2017, o Resultado Preliminar (Antes dos Recursos), destinado ao provimento dos cargos abaixo relacionados:

Agente Comunitário de Saúde – ESF 01 – Micro Área 01   Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
2	571155	Lovani Ines Klunck	23/05/1991	5,95	0,40	1,00	7,35	1º
1	569648	Juliane Ostgen	01/03/1986	4,90	0,60	0,80	6,30	2º
4	559699	Rosane Rambo	05/09/1989	4,55	0,60	1,00	6,15	3º
3	576964	Juliane Schuh	23/04/1979	5,25	0,20	0,40	5,85	4º
Agente Comunitário de Saúde – ESF 01 – Micro Área 03   Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
5	541496	Marcela Rasch	01/11/1985	5,60	1,00	0,80	7,40	1º
6	575375	Carlise Ana Ludwig	29/09/1983	5,25	0,60	1,00	6,85	2º
Agente Comunitário de Saúde – ESF 01 – Micro Área 05   Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
7	575708	Neide Cristiane Rohr	05/03/1976	4,55	0,80	0,80	6,15	1º
8	575387	Andrea Gass	17/03/1979	4,55	0,60	1,00	6,15	2º
Agente Comunitário de Saúde – ESF 01 – Micro Área 06   Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
10	549036	Denise Maria Welchen	05/11/1982	5,60	0,60	0,60	6,80	1º
9	570886	Roseneida Brisola	28/02/1985	3,85	0,60	0,40	4,85	2º
Agente Comunitário de Saúde – ESF 02 – Micro Área 01   Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
11	573204	Alessandra Hentges	17/02/1999	5,95	1,00	0,80	7,75	1º
12	577516	Aline Terhorst	14/07/1994	4,55	0,40	0,80	5,75	2º
Agente Comunitário de Saúde – ESF 02 – Micro Área 03   Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
15	567475	Adelise Vier	23/10/1989	5,25	0,60	1,00	6,85	1º
14	567496	Valdir Vier	15/09/1988	4,90	0,60	0,80	6,30	2º

Art. 2º. Os candidatos terão os dias 12 e 13 de abril de 2017 para interposição de recurso contra o Resultado Preliminar (Antes dos recursos), pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 3º. Os desempates estão de acordo com o Item 7 do Edital.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João do Oeste – SC, 11 de Abril de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado

Em data supra.

#### **EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 30.2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 30.2014

Partes: Município de São João do Oeste e Mário Eugênio Kunzler

ORIGEM: Pregão Presencial nº 54.2013

OBJETO: "Aditivo de valor e quilometragem ao contrato de transporte escolar, conforme prevê lei 8.666/93".

VALOR: R\$ 43.692,00

PRAZO: 12.04.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 12 de abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO APOSTILAMENTO 01/2017 AO CONTRATO Nº 11/2014**

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO APOSTILAMENTO 01/2017 AO CONTRATO Nº 11/2014

Partes: Município de São João do Oeste e T.O.S- Obras e Serviços Ambientais- LTDA.

ORIGEM: Tomada de Preços 01.2014

OBJETO: "Reajuste de valor conforme IGPM dos últimos 12 meses ao contrato de prestação de serviço de recolha de lixo urbano do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 17.399,00

PRAZO: 01.04.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 01 de Abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2017**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO nº 33/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Oeste Máquinas Ltda- Me

ORIGEM: Inexigibilidade nº 13.2016

OBJETO: "Serviços de até 10.000 horas de máquinas e caminhões, com pagamento de subsídio, nos termos da Lei Municipal nº 1.464/2013".

VALOR: até R\$ 20.000,00

PRAZO: 03.04.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 03 de Abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017**

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Dental Show- Com. Produtos Odontológicos. Hospit. LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 08/2017

OBJETO: "Aquisição de materiais odontológicos para a secretaria da saúde do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 5.950,00

PRAZO: 17.04.2017 até 30.03.2018

São João do Oeste – 17 de Abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017**

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Odontosul- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 08/2017

OBJETO: "Aquisição de materiais odontológicos para a secretaria da saúde do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 9.450,00

PRAZO: 17.04.2017 até 30.03.2018

São João do Oeste – 17 de Abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017**

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Dental Oeste- LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 08/2017

OBJETO: "Aquisição de materiais odontológicos para a secretaria da saúde do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 8.250,00

PRAZO: 17.04.2017 até 30.03.2018

São João do Oeste – 17 de Abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017**

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Possato e Marcelo LTDA-ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 08/2017

OBJETO: "Aquisição de materiais odontológicos para a secretaria da saúde do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 5.123,00

PRAZO: 17.04.2017 até 30.03.2018

São João do Oeste – 17 de Abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017**

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Santa Lucia Produtos para Saúde Eireli- Me.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 08/2017

OBJETO: "Aquisição de materiais odontológicos para a secretaria da saúde do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 2.653,60

PRAZO: 17.04.2017 até 30.03.2018

São João do Oeste – 17 de Abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017**

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Megha Equipamentos e Materiais Médicos- LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 08/2017

OBJETO: "Aquisição de materiais odontológicos para a secretaria da saúde do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 8.750,00

PRAZO: 17.04.2017 até 30.03.2018

São João do Oeste – 17 de Abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2017**

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Consórcio Intermunicipal De Saúde Do Extremo Oeste De Santa Catarina - Cis-Ameosc

ORIGEM: Dispensa nº 04/2017

OBJETO: "Constitui-se como objeto do presente Termo, contratação dos serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 27.000,00

PRAZO: 04.04.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 04 de Abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2017**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2017

Partes: Município de São João do Oeste e A Turma do Doinisio.

ORIGEM: Inexigibilidade nº 07/2017

OBJETO: "Contratação de peça teatral infantil intitulada "O mundo dos brinquedos na páscoa".

VALOR: R\$ 1.980,00

PRAZO: 03.04.2017 até 13.04.2017

São João do Oeste – 03 de Abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

**PP 41.17 CONTRATAÇÃO DE SALÃO DE BELEZA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2017 – Exclusivo para empresas MPES(ME, EPP e MEI) – conforme LC 147/14

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços para eventual aquisição, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de salão de beleza para arrumação das sobe-ranas do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 04 de maio de 2017 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente ou pelo e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br). Edital disponível no site [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 18 de abril de 2.017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 147/2017

DECRET O Nº 147/2017

“QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO Á SERVIDOR MUNICIPAL”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o artigo 12, anexo VI da Lei Municipal Nº 4.324/15, de 15/05/15; Fica concedida GRATIFICAÇÃO correspondente a 60% (sessenta por cento) do Piso Salarial do Quadro de Pessoal do Poder Executivo ao senhor – JONATAS POIER GUALBERTO, pelo exercício da Chefia do Setor de Fiscalização e Arrecadação. A contar do dia 01 de Abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Abril de 2017, ficando revogadas as disposições do Decreto Nº 133/2017, de 03/04/2017, na parte em que se refere a Gratificação do servidor JONATAS POIER GUALBERTO.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 13 de Abril de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 148/2017

DECRETO Nº 148/2017

“QUE DECRETA LUTO OFICIAL EM RAZÃO DO FALECIMENTO DO MONSENHOR OCTÁVIO DE LORENZI”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Luto Oficial de 03 (três) dias, em razão do falecimento do Monsenhor OCTÁVIO DE LORENZI, considerando o líder evangelizador, espiritual, incentivador vocacional, tendo seu trabalho irrestritamente na promoção da fé do povo do Município de São Joaquim.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 16 de Abril de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 17 de Abril de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

### RETIFICAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº008/2017

RETIFICAÇÃO Nº012017 COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 08/2017 CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.398/2016

QUE AUTORIZA CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES E AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Onde se lê:

A Secretaria Municipal de Administração e Educação, comunicam que encontra-se aberta vagas para Professores e Agente de Serviços Gerais e Motorista do Samu, oriundas da chamada do Processo Seletivo Nº001/2016 esgotadas e chamados todos os classificados em cada área seguindo a classificação final.

A chamada acontecerá no dia 17 de abril de 2017 Segunda- Feira às 14h no Departamento de RH da Prefeitura, as referidas contratações serão feitas através desta chamada e deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação dos profissionais.

Nº DE VAGAS PARA OS SEGUINTE CARGOS:

VAGAS PARA PROFESSORES 01:

01 VAGA PARA PROFESSOR DE ANOS INICIAIS 20H PERÍODO VESPERTINO;  
ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL JARBAS AMARANTE FERREIRA  
LOCALIDADE: BOAVA  
LICENÇA SAÚDE DA TITULAR INSS

VAGAS PARA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS 04:

1-CEI JOSÉ DIOMAR RODRIGUES PADILHA  
HORÁRIO DE TRABALHO : MATUTINO E VESPERTINO- 40H  
LICENÇA SAÚDE DA TITULAR- INSS  
BAIRRO: NOSSA SENHORA APARECIDA

2-EBM ARISTIDES RIBEIRO DE MEDEIROS (VAGA EXCEDENTE)  
HORÁRIO DE TRABALHO: MATUTINO E VESPERTINO- 40H  
BAIRRO: SÃO JOSÉ

3- SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO (VAGA VINCULADA EM SUBSTITUIÇÃO DE FÉRIAS)  
HORÁRIO DE TRABALHO: MATUTINO E VESPERTINO- 40 H

4-TERMINAL RODOVIÁRIO PEDRO MATTOS (VAGA VINCULADA FÉRIAS DA TITULAR 30 DIAS)  
HORÁRIO DE TRABALHO: MATUTINO E VESPERTINO  
BAIRRO: JARDIM MINUANO

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DA VAGA

PARA AS VAGAS DE PROFESSORES;

\*Graduação na área;

\*Cursando na área;

\*Áreas afins pela vaga pretendida;

PARA AS VAGAS DE ORIENTADORES DE DANÇA E AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS;

Ensino Fundamental Completo.

Critérios de Desempate:

• Maior Idade;

- Número de filhos;

As contratações serão feitas pelo prazo acima citado.

Obs. Os interessados nas vagas deverão comparecer com os documentos originais que comprovem sua habilitação na área (diploma, declaração e histórico escolar).

Atenciosamente;

Mauricio Yamashiro  
Secretário Municipal da Administração  
Vice Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO Nº012017 COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 08/2017 CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.398/2016 QUE AUTORIZA CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES E AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Leia-se:

A Secretaria Municipal de Administração e Educação, comunicam que encontra-se aberta vagas para Professores e Agente de Serviços Gerais, oriundas da chamada do Processo Seletivo Nº001/2016 esgotadas e chamados todos os classificados em cada área seguindo a classificação final.

A chamada acontecerá no dia 17 de abril de 2017 Segunda-Feira às 14h no Departamento de RH da Prefeitura, as referidas contratações serão feitas através desta chamada e deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação dos profissionais.

Nº DE VAGAS PARA OS SEGUINTE CARGOS:

VAGAS PARA PROFESSORES 01:

01 VAGA PARA PROFESSOR DE ANOS INICIAIS 20H PERÍODO VESPERTINO;  
ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL JARBAS AMARANTE FERREIRA  
LOCALIDADE: BOAVA  
LICENÇA SAÚDE DA TITULAR INSS

VAGAS PARA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS 04:

1-CEI JOSÉ DIOMAR RODRIGUES PADILHA  
HORÁRIO DE TRABALHO : MATUTINO E VESPERTINO- 40H  
LICENÇA SAÚDE DA TITULAR- INSS  
BAIRRO: NOSSA SENHORA APARECIDA

2-EBM ARISTIDES RIBEIRO DE MEDEIROS (VAGA EXCEDENTE)  
HORÁRIO DE TRABALHO: MATUTINO E VESPERTINO- 40H  
BAIRRO: SÃO JOSÉ

3- SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO (VAGA VINCULADA EM SUBSTITUIÇÃO DE FÉRIAS)  
HORÁRIO DE TRABALHO: MATUTINO E VESPERTINO- 40 H

4-TERMINAL RODOVIÁRIO PEDRO MATTOS (VAGA VINCULADA FÉRIAS DA TITULAR 30 DIAS)  
HORÁRIO DE TRABALHO: MATUTINO E VESPERTINO  
BAIRRO: JARDIM MINUANO

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DA VAGA

PARA AS VAGAS DE PROFESSORES;

\*Graduação na área;

\*Cursando na área;

\*Áreas afins pela vaga pretendida;

PARA AS VAGAS DE ORIENTADORES DE DANÇA E AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS;

Ensino Fundamental Completo.

Critérios de Desempate:

- Maior Idade;
- Número de filhos;

As contratações serão feitas pelo prazo acima citado.

Obs. Os interessados nas vagas deverão comparecer com os documentos originais que comprovem sua habilitação na área (diploma, declaração e histórico escolar).

Atenciosamente;

Mauricio Yamashiro  
Secretário Municipal da Administração  
Vice Prefeito Municipal

## RETIFICAÇÃO EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

RETIFICAÇÃO Nº001/2017  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº001/2017

Onde se lê:

CRONOGRAMA

DATA	ATO
13/03/2017	PUBLICAÇÃO EDITAL
17/04 a 20/04/2017	INSCRIÇÃO PRESENCIAL
24/04/2017	CONTAGEM DOS TÍTULOS E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR
25/04/2017	RECURSO CONTRA RESULTADO PRELIMINAR
27/04/2017	HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO FINAL
28/04/2017	CHAMADA DOS APROVADOS

Leia-se :

CRONOGRAMA

DATA	ATO
13/04/2017	PUBLICAÇÃO EDITAL
17/04 a 20/04/2017	INSCRIÇÃO PRESENCIAL
24/04/2017	CONTAGEM DOS TÍTULOS E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR
25/04/2017	RECURSO CONTRA RESULTADO PRELIMINAR
27/04/2017	HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO FINAL
28/04/2017	CHAMADA DOS APROVADOS

Gabinete do Prefeito Municipal  
São Joaquim 17 de abril de 2017.  
GIOVANI NUNES  
PREFEITO MUNICIPAL

FABIANO PADILHA  
PRESIDENTE DA COMISSÃO

# São José

## PREFEITURA

**CONTRATO/CT: Nº 020/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 020/2017 – TP 002/2017 – Processo 624/2017 – Proc. Adm. 624/2017 - Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S/A. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REPERFILAGEM ASFÁLTICA, PAVIMENTAÇÃO URBANA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA AVENIDA BRASIL, BAIRRO BELA VISTA, SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 240 (duzentos e quarenta) dias, contados a partir da sua assinatura. Valor: R\$289.858,14 (duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e quatorze centavos). Data da Assinatura do Contrato: 27 de março de 2017

**ERRATA AO EXTRATO DO CREDENCIAMENTO – IN 005/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO EXTRATO DO CREDENCIAMENTO – IN 005/2017 – Proc. Adm. 3138/2017 - A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 12/04/2017, ONDE SE LÊ: "Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 24/04/2017 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 24/04/2017 às 14h00min" LEIA-SE: "O envelope com a documentação será recebido e protocolado até às 13h30min do dia 24/04/2017". Cláudia Schweitzer / Diretora de Compras.

**PREGÃO PRESENCIAL 020/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 020/2017 – Processo nº 149/2017 – Proc. Adm. 2655/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, EM 03 (TRÊS) ELEVADORES DA MARCA OTIS, INSTALADOS NO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE CONSUMO, NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 02/05/2017 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 02/05/2017 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

**RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/2016 - Processo nº 651/2016 – Proc. Adm. 24637/2016. Fornecedor: A. R. WEIRICH CENTRO GRÁFICO EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE LETRAS EM PVC E PLACAS EM METALON PARA LETREIROS DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA E CIRETRAN, PERTENCENTES A DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 9.357,00 – nove mil, trezentos e cinquenta e sete reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

**TERMO ADITIVO/TA Nº 056/2015-02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 056/2015-02 – PR 129/2014 - Processo 336/2014 – Contratado: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE E TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS QUÍMICOS, TÓXICOS E PERIGOSOS CLASSE I, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Ficam prorrogados os prazos de vigência do Contrato nº 056/2015 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 11/04/2017. Data da assinatura: 09 de fevereiro de 2017

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### **EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.43/2017**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº43/2017  
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº43/2017, Edital de Pregão Nº43/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FAZER O CONSERTO/REFORMA DAS BOMBAS DE ADUÇÃO DO SEMAE, COM O FORNECIMENTO DAS PEÇAS NECESSÁRIAS, CONFORME RELAÇÃO ANEXA AO EDITAL. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 04/05/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

### **EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.45/2017**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº45/2017  
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº45/2017, Edital de Pregão Nº45/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO EM MANUNTEÇÃO DE ESTRADAS E CONSERTOS DIVERSOS. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 02/05/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 249/2017**

PORTARIA Nº 249/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos Incisos VI, IX e XI, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município;

#### RESOLVE:

Art.1º. Fica exonerado a pedido, a partir de 17 de abril de 2017, o servidor público municipal André Luiz Thalheimer, Matrícula 3097, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Secretaria, Grupo DAC, Nível 12.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de abril de 2017.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 17 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

PEDRINHO CASARIN,  
Secretário Municipal de Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 063/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 004/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SEGUINTE SERVIÇOS: PRODUTOS POSTAIS, SERVIÇOS POSTAIS, TELEMÁTICOS E ADICIONAIS, SERVIÇOS ESPECIAL DE ENTREGA DE DOCUMENTOS, IMPRESSO ESPECIAL, CARTA/CARTÃO-RESPOSTA E ENVELOPE ENCOMENDA-RESPOSTA; TRANSMISSÃO DE TELEGRAMAS VIA INTERNET, TRANSMISSÃO DE TELEGRAMA FONADO, ENCOMENDA PAC, E SERVIÇOS DE CARTA E ENCOMENDA SEDEX.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CNPJ: 83.021.873/0001-08

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS. CNPJ: 34.028.316/0028-23

VALOR TOTAL: R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

RECURSO ORÇAMENTARIO: As despesas decorrentes da presente dispensa serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017, sob as seguintes rubricas orçamentárias: D – 015/2017 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda; e D – 043/2017 – 08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação;

PERÍODO DE VIGÊNCIA: Da Assinatura até 31 de dezembro de 2017, com a possibilidade de prorrogação, de acordo com o previsto no art. 57, inc. II, da Lei 8.666 de 1993.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, inciso VIII da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de Abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2017 - SRP - PR Nº 053/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 02/05/2017, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CMBAGEM, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO, PARA ATENDER NO ANO DE 2017 A NECESSIDADE DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.sao-lourenco.sc.gov.br](http://www.sao-lourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 17 de Abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2017 - SRP - PR Nº 054/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 02/05/2017, às 14h00min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO NO ANO DE 2017 DOS EQUIPAMENTOS DE LINHA AMARELA SENDO: PÁ CARREGADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA, PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 17 de Abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 048/2017, Modalidade Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Pandini Construções e Incorporações Ltda. EPP, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS IRREGULARES, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO ACESSO VALENTINA LAZZAROTTO MURARO, COM ÁREA TOTAL DE 593,65 M<sup>2</sup> PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE REPASSE DO MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, REFERENTE À EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO - CONTRATO DE REPASSE Nº 0313036-34/2009, CONVÊNIO Nº 729661/2009.

Valor: R\$ 35.513,37 (trinta e cinco mil, quinhentos e treze reais e trinta e sete centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta do: Contrato de Repasse nº 0313036-34/2009/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, Convênio nº 729661/2009, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, Referente à Execução de Ações Relativas ao Programa Gestão da Política de Desenvolvimento, e contrapartida com recursos Próprios do Município. Em caso de não ser firmado termo aditivo de aumento de metas do convênio supracitado ao pagamento serão realizados com recursos Próprios do Município, em ambos os casos os pagamentos serão liberados mediante verificação da regularidade do prestador de serviços, ora Contratada, perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS, ISS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências. Além disso, a liberação dos pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, bem como da folha de pagamento quitada dos empregados que atuaram na obra no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente; também da contribuição prevista no parágrafo segundo do art. 72 da Instrução Normativa MPS nº 971/2009, quando for o caso. No ato do pagamento a Contratada deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas à matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma, sob pena de retenção e regularização por parte da Municipalidade, com respectivo desconto nos pagamento.

Recursos Financeiros: Os pagamentos serão realizados por conta do: Contrato de Repasse nº 0313036-34/2009/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, Convênio nº 729661/2009, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, Referente à Execução de Ações Relativas ao Programa Gestão da Política de Desenvolvimento, e contrapartida com recursos Próprios do Município. Em caso de não ser firmado termo aditivo de aumento de metas do convênio supracitado ao pagamento serão realizados com recursos Próprios do Município, em ambos os casos os pagamentos por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 80/2017 - 09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Pavimentação e Qualificação de Vias Públicas - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano; e D - 130/2017 - 09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034 - Pavimentação e Qualificação de Vias Públicas - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 17/04/2017.

Vigência: de 17/04/2017 a 17/07/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

### **EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001, DE 11 DE ABRIL DE 2017 - ICSL.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001, DE 11 DE ABRIL DE 2017 - ICSL.

Cedente: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Usuário-Aluno: Helen Cristina da Paixão Oliveira, CPF nº 142.899.437-80, regularmente matriculada na Oficina de Violoncello do ICSL.

Objeto: Cedência de uso, ao Usuário-Aluno, dos seguintes bens, de propriedade do Cedente: Violoncello, com registro no patrimônio do Município sob o nº 13195; Arco e Capa para proteção (Case).

Data da assinatura: 11 de abril de 2017.

Vigência: O prazo de vigência desta Cessão de Uso terá início na data da assinatura deste Termo e perdurará enquanto o Usuário-Aluno estiver regularmente matriculado na oficina de Violoncello do Instituto Cultural de São Lourenço, ou sendo parte integrante de atividades relacionadas à esta oficina, não podendo ultrapassar a data limite de 31 de dezembro de 2017.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo - Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço e Helen Cristina da Paixão Oliveira - Usuário-Aluno.

### **PORTARIA Nº 023, DE 17 DE ABRIL DE 2017 - ICSL**

PORTARIA Nº 023, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Homologa o resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 002, de 21 de março de 2017, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, autarquia do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 19, incisos XV e XXI, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, com suas alterações posteriores e, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 002, de 21 de março de 2017;

CONSIDERANDO a conclusão de todas as fases do Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 002/2017 - ICSL, bem como o encerramento dos prazos para recurso em fase administrativa;

CONSIDERANDO a formalidade e a regularidade de todos os atos que constituem o Processo Seletivo nº 002/2017- ICSL;

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar o resultado do Processo Seletivo, aberto pelo Edital nº 002, de 21 de março de 2017, para a contratação temporária de pessoal, em regime especial, para atender necessidade de excepcional interesse público do Instituto Cultural de São Lourenço, para este ano de 2017, conforme classificação constante do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º A partir desta homologação do resultado, de acordo com a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público preencherá as vagas conforme a necessidade do Instituto Cultural de São Lourenço.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de abril de 2017.

RENNÂ HIGOR FEDRIGO

Presidente da Autarquia

**ANEXO ÚNICO**

(Portaria nº 023, de 17 de abril de 2017)

**RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017 - ICSL**

**1. FUNÇÕES DE NÍVEL MÉDIO:**

**1.1. MAESTRO DE CANTO E CORAL - Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de atuação:**

CLASS.	Nº INSCR.	CANDIDATO	GRAD.	CURSO TÉCNICO	GRAD. CUR-SANDO	ESPEC.	CAPACITAÇÃO	TEMPO SERVIÇO	TOTAL DE PONTOS
1º	02	Rafael Silvestre de Vargas	0	50	0	50	55	11	166

**1.2. INSTRUTOR DE ARTES CÊNICAS II - Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de Dança Étnica Alemã:**

CLASS.	Nº INS-CR.	CANDIDATO	GRAD.	CURSO TÉCNICO	GRAD. CUR-SANDO	ESPEC.	CAPACITAÇÃO	TEMPO SERVIÇO	TOTAL DE PONTOS
1º	01	Rute Tatiane Kuhn	0	0	0	03	0	0	03

São Lourenço do Oeste, SC, 17 de abril de 2017.

RENNÂ HIGOR FEDRIGO

Presidente da Autarquia

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2017**

Extrato do Contrato nº 12/2017

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste;

Contratado: Empresa Rádio Doze de Maio Ltda;

**Objeto:**

Item 1. Contratação de espaço/horário de 40 minutos mensais, sendo 10 minutos semanais contínuos, para veiculação de informativo, constando atos, avisos, notícias e demais informações do Legislativo Municipal;

Valor: R\$ 1.950,00 (hum mil, novecentos e cinquenta reais) mensais.

Item 2. Contratação de espaço/inserção de 30 segundos para avisos diversos, limitado à 30 inserções mensais.

Valor: R\$ 10,00 (dez reais) por inserção.

Vigência: 18 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2017;

Data da assinatura: 18 de abril de 2017.

Agustinho Assis Menegatti

Presidente da Câmara Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2017**

Extrato do Contrato nº 13/2017

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste;

Contratado: Empresa Sistema Netgrande de Comunicações Ltda;

**Objeto:**

Item 1. Contratação de espaço/horário de 40 minutos mensais, sendo 10 minutos semanais contínuos, para veiculação de informativo, constando atos, avisos, notícias e demais informações do Legislativo Municipal;

Valor: R\$ 1.950,00 (hum mil, novecentos e cinquenta reais) mensais.

Item 2. Contratação de espaço/inserção de 30 segundos para

aviso diversos, limitado à 30 inserções mensais.  
Valor: R\$ 10,00 (dez reais) por inserção.

Vigência: 18 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2017;

Data da assinatura: 18 de abril de 2017.  
Agustinho Assis Menegatti  
Presidente da Câmara Municipal

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2017**

Extrato do Contrato nº 14/2017

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste;

Contratado: Associação Comunitária e Cultural São Lourenço;

Objeto:

Item 1. Contratação de espaço/horário de 40 minutos mensais, sendo 10 minutos semanais contínuos, para veiculação de informativo, constando atos, avisos, notícias e demais informações do Legislativo Municipal;

Valor: R\$ 1.950,00 (hum mil, novecentos e cinquenta reais) mensais.

Item 2. Contratação de espaço/inserção de 30 segundos para avisos diversos, limitado à 30 inserções mensais.

Valor: R\$ 10,00 (dez reais) por inserção.

Vigência: 18 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2017;

Data da assinatura: 18 de abril de 2017.  
Agustinho Assis Menegatti  
Presidente da Câmara Municipal

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2017**

Extrato do Contrato nº 15/2017

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste;

Contratado: Empresa Editora Capital do Noroeste Ltda;

Objeto: Contratação de espaço de 18cmx13cm (equivalente a ¼ de página) colorida, para divulgação semanal de atos, avisos e notícias da Câmara Municipal de São Lourenço do Oeste, limitada a 4 (quatro) inserções mensais.

Valor: R\$ 200,00 (duzentos reais) por inserção.

Vigência: 18 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2017;

Data da assinatura: 18 de abril de 2017.  
Agustinho Assis Menegatti  
Presidente da Câmara Municipal

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2017**

Extrato do Contrato nº 16/2017

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste;

Contratado: Empresa Felipe Alípio & Cia Ltda;

Objeto: Contratação de espaço de 18cmx13cm (equivalente a ¼ de página) colorida, para divulgação semanal de atos, avisos e notícias da Câmara Municipal de São Lourenço do Oeste, limitada a 4 (quatro) inserções mensais.

Valor: R\$ 200,00 (duzentos reais) por inserção.

Vigência: 18 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2017;

Data da assinatura: 18 de abril de 2017.  
Agustinho Assis Menegatti  
Presidente da Câmara Municipal

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### EXTRATO FINAL 16-2017

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2017.

Modalidade: Pregão Presencial

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, nº16/2017 foi considerado vencedor para aquisição de Trator de Pneu Novo, para o Município de São Miguel da Boa Vista/SC, a empresa MAQUINAS DONINI LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº. 82.851.908/0001-73, no valor de total de R\$ 118.000,00 (Cento e dezoito mil reais).

VILMAR SCHMAEDECKE

Prefeito Municipal

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### **1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2/2017 - ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS PARA O ABRIGO CANTINHO ACOLHEDOR, CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS, AOS GRUPOS DOS IDOSOS; E, TAMBÉM PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 6.948/2014 E LEI Nº 6.911/2014, DE ACORDO COM O EDITAL.  
CONTRATADA: A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI - ME  
VALOR: Aditivo – item 01 passa a vigorar com o valor de R\$ 3,10  
ASSINA pela CONTRATANTE: MARTA REGINA SOTILLI ASSINA pela CONTRATADA: MOISES LUIZ BOFF  
São Miguel do Oeste, SC, 17 de abril de 2017.

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇO 5/2017 - ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 5/2017  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 5/2017 – PR 10/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO 18/2017 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DESTINADO PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRAS I E II, CREAS, CONSELHO TUTELAR, IGD BOLSA FAMILIAR, ABRIGO, CEMITÉRIO, GERÊNCIA DOS IDOSOS E DAS MÃES, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
Fornecedores:  
CB – COMÉRCIO LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA, vencedora dos itens 18, 20, 32, 39, 42, 57, 58, 72, 91 no valor de R\$ 7.725,00 (sete mil e setecentos e vinte e cinco reais).  
DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA - ME, vencedora dos itens 2, 4, 5, 9, 10, 12, 13, 23, 24, 28, 30, 31, 33 a 37, 41, 47, 49, 51 a 53, 59, 62, 65 a 69, 71, 71 a 76, 80 a 83, 85, 86, 88, 90, 92, 93, 95 no valor de R\$ 10.436,34 (dez mil e quatrocentos e trinta e seis reais e trinta e quatro centavos).  
JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME, vencedora dos itens 3, 16, 21, 25, 46, 48, 50, 60, 61, 63, 78, 79, 87, 89, 94, 97 no valor de R\$ 7.571,00 (sete mil e quinhentos e setenta e um reais).  
LOTÉRIA E COMÉRCIO SL LTDA – ME, vencedora dos itens 6, 7, 8, 11, 14, 15, 26, 29, 38, 44 no valor de R\$ 22.051,20 (vinte e dois mil e cinquenta e um reais e vinte centavos).  
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA, vencedora dos itens 1, 17, 19, 27, 40, 43, 45, 54, 56, 64, 70, 96, 98 no valor de R\$ 7.741,80 (sete mil e setecentos e quarenta e um reais e oitenta centavos).  
TOTAL: R\$ 55.525,34 (cinquenta e cinco mil e quinhentos e vinte e cinco reais e trinta e quatro centavos).  
ASSINATURA: 11/04/2017.  
VIGÊNCIA: 12 meses.

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2017 - ESPORTE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 1/2017  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 1/2017 – PR 3/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO 6/2017 – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA OS CAMPEONATOS MUNICIPAIS E DEMAIS COMPETIÇÕES A SEREM REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
Fornecedores:  
ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE ÁRBITROS DE FUTEBOL - ARAF, vencedora dos itens 3 e 4 no valor de R\$ 35.376,40 (trinta e cinco mil e trezentos e setenta e seis reais e quarenta centavos).  
TOTAL: R\$ R\$ 35.376,40 (trinta e cinco mil e trezentos e setenta e seis reais e quarenta centavos).  
ASSINATURA: 17/04/2017.  
VIGÊNCIA: 12 meses.

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2017 - ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 6/2017  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 6/2017 – PR 11/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO 19/2017 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE AGALHOS, CAMISETAS E TÊNIS DESTINADOS PARA SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO - PAIF, NAS CAMPANHAS DE PREVENÇÃO, CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV, CRAS, CREAS, CAMPANHA DE COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA PESSOA IDOSA, PARA SERVIDORES QUE EXERCEM A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
Fornecedores:  
FTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - EPP, vencedora dos itens 2, 3, 4 no valor de R\$ 21.736,00 (vinte e um mil e setecentos e trinta e seis reais).  
HC SUPRIMENTOS LTDA - ME, vencedora dos itens 1 no valor de R\$ 5.925,00 (cinco mil e novecentos e vinte e cinco reais).  
TOTAL: R\$ 27.661,00 (vinte e sete mil e seiscentos e sessenta e um reais).  
ASSINATURA: 17/04/2017.  
VIGÊNCIA: 12 meses.

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2017 - ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 7/2017  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 7/2017 – PR 12/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO 20/2017 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, JOGOS E BRINQUEDOS EDUCATIVOS DESTINADOS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS NO ABRIGO CANTINHO ACOLHEDOR E CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV, ATRAVÉS DO CRAS, PARA O EXERCÍCIO

DE 2017, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

Fornecedores:

A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI - ME, vencedora dos itens 1, 2, 5, 6, 7, 9, 13 no valor de R\$ 2.907,00 (dois mil e novecentos e sete reais).

DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA - ME, vencedora dos itens 3, 4, 8, 10 a 12, 14 a 44 no valor de R\$ 4.691,75 (quatro mil e seiscentos e noventa e um reais e setenta e cinco centavos).

TOTAL: R\$ 7.598,75 (sete mil e quinhentos e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos).

ASSINATURA: 17/04/2017.

VIGÊNCIA: 12 meses.

### **EXT. CONTRATO 12/2017 - ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXT. CONTRATO 12/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DO CASEP, CONFORME CONVÊNIO Nº 01/2016, DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRO-NOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.

VALOR: 155.510,00

VIGÊNCIA: 03 meses

CONTRATADA: ALEX CONSTRUTORA LTDA

Assina pela CONTRATANTE: MARTA REGINA SOTILLI - Gestora do Fundo

Assina pela CONTRATADA: RENATO ROQUE GUSI

São Miguel do Oeste, 11 de abril de 2017

### **EXT. CONTRATO 23/2017 - CULTURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO

CONTRATO 23/2017

Processo Licitatório: nº 8/2017

Dispensa de Dispensa: nº 1/2017

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL, SOB A MATRÍCULA Nº 6.456, LOCALIZADO NA RUA 1º DE JANEIRO, Nº 54, CIDADE DE SÃO MIGUEL DO OESTE, PARA AS OFICINAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, COM ÁREA DE 665M², CONFORME PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA, PELO PERÍODO DE 12 MESES, PRORROGÁVEIS CONFORME A NECESSIDADE/CONVENIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ACORDO ENTRE AS PARTES, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES VIGENTES

VALOR: R\$ 870,00 mensal

CONTRATADO: GASPERIN IMÓVEIS LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: DAVENIR JOSÉ GASPERIN

São Miguel do Oeste, SC., 17 de abril de 2017

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 31/2017 - SAÚDE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017

O Fundo Municipal de Saúde, a partir do Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de móveis sob medida, conforme Memorial Descritivo e Projeto destinados para as UBS'S do Bairro Jardim, Progresso, São Gotardo e Linha Dois Irmãos, da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 10h15min do dia 03 de maio de 2017.

Abertura: às 10h30min. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 17 de abril de 2017.

LEONIR CARON

Secretário Municipal de Saúde

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 76/2017 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Maior Percentual de Desconto por Item.

OBJETO: Contratação de agenciamento de viagens de comércio de passagens aéreas e terrestres compreendendo: cotação, reserva, emissão e entrega de passagens aéreas (nacionais e internacionais) e terrestres, para atender a demanda da administração municipal de São Miguel do Oeste – SC, incluindo a Fundação de Esportes, Fundação de Cultura, Fundo de Saúde, Fundo de Agricultura e Fundo de Assistência Social.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 11 de abril de 2017.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 17 de abril de 2017.

ALFREDO SPIER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 77/2017 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de grades e serviços destinados para as bocas de lobo em diversas ruas do perímetro urbano do Município de São Miguel do Oeste – SC, conforme as necessidades, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 12 de maio de

2017.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 17 de abril de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

## **PROCESSO LICITATÓRIO N. 78/2017 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de bandeiras do Brasil, Estado de Santa Catarina e do Município de São Miguel do Oeste para uso junto a esta municipalidade, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 15 de maio de 2017.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 17 de abril de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

## **REVOGAR EDITAL**

EDITAL DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Processo Licitatório nº 52/2017

Editais Tomada de Preços nº 04/2017

O Senhor Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e, considerando o Memorando que não houve participantes no referido processo licitatório, decido revogar o Processo Licitatório, com base no Art.49 da Lei 8.666/93.

São Miguel do Oeste- SC, 05 de abril de 2017.

Alfredo Spier

Secretário Municipal de Administração

# Schroeder

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2017-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

#### **AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2017-FMS

PROCESSO Nº. 17/2017-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 17 de abril de 2017, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de refil e higienização para os bebedouros da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder /SC, ao longo de 12 meses.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 17/2017-FMS, realizar-se-á em 03 de maio de 2017, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h e Abertura do processo: às 14h15min.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 17 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 18/2017-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:[licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

#### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 18/2017-FMS**

PROCESSO Nº. 26/2017-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamento oncológico para atender a Ação Ordinária autuada sob o nº 0300478-18.8.24.0026 para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 03 de maio de 2017 às 08h45min.

Abertura das Propostas: 03 de maio de 2017 às 09h.

Etapas de lance: será marcada após parecer técnico da Secretária de Saúde sobre as propostas comerciais.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 18 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 42/2017-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 42/2017-PMS

Pregão Presencial nº. 14/2017-PMS

Processo nº. 33/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.398.513/0001-53, estabelecida na Rua Bernardo Dornbusch nº. 589, Piso Superior sala 01, Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.259-100.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para serviço de locação e de manutenção de máquinas multifuncionais incluindo instalação, assistência técnica, manutenção preventiva, manutenção corretiva dos equipamentos, fornecimento de peças e de todo o material de consumo, exceto papel para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

LOTE	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	<p>Item 2 - 04 Multifuncionais Laser Preto/Branco para consumo de até 8.000 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 72.000 páginas para o período de 09 Meses</p> <p>Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar). A velocidade de impressão (preto, qualidade de normal, A4) deve ser de no mínimo 26 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Laser. Resolução de impressão de 1200 x 1200 dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 50 folhas, disponibilidade de bandeja frontal (by-pass) (multi-uso) ou 2ª bandeja, com capacidade de no mínimo 50 folhas e possibilidade de seleção de bandeja na impressão. O equipamento deverá ser compatível em ambas as bandejas para tamanho A4. Possuir Driver/Emulação para PostScript ou BR-Script. Processador 450MHz, Memória Interna 64MB. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p> <p>Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Base plana, alimentador automático de documentos. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4.</p> <p>Especificações da copiadora: Dimensionamento da copiadora mínimo: 25 até 400%.</p> <p>Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0)</p> <p>Modelo de referencia ou similar: HP M2727nf</p>	72.000	páginas/mês	0,047	10.575,00
	<p>Item 3 - 03 Multifuncionais Laser Preto/Branco para consumo de até 17.000 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 153.000 páginas para o período de 09 Meses</p> <p>Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar). A velocidade de impressão (preto, qualidade de rascunho, A4) deve ser de no mínimo 35 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Laser. Resolução de impressão de 1200 x 1200 dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 50 folhas, Impressão frente e verso (duplex) automático, disponibilidade de bandeja frontal (by-pass) (multi-uso) ou 2ª bandeja, com capacidade de no mínimo 50 folhas e possibilidade de seleção de bandeja na impressão. O equipamento deverá ser compatível em ambas as bandejas para tamanho A4. Software incluso da fabricante para scanner em rede. Possuir Driver/Emulação para PostScript ou BR-Script. Processador 800MHz, Memória Interna 256MB. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p> <p>Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Duplex, Base plana, alimentador automático de documentos. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4. Digitalização automática para Pen-Drive e Pasta de Rede Windows. Velocidade de Digitalização mínima de 20ppm a 200ppi.</p> <p>Especificações da copiadora: Dimensionamento da copiadora mínimo: 25 até 400%.</p> <p>Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0)</p> <p>Modelo de referencia ou similar: HP M425dn</p>	153.000	páginas/mês	0,047	
TOTAL R\$					10.575,00

Valor do contrato: R\$ 10.575,00 (dez mil e quinhentos e setenta e cinco reais)

Data da Assinatura: 17/04/2017 - vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº. 43/2017-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 43/2017-PMS

Pregão Presencial nº. 14/2017-PMS

Processo nº. 33/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: WELTINK EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.561.966/0001-11, estabelecida na Rua Joaquim Francisco de Paulo, nº. 477, equina c/ BR 280, Bairro Chico de Paulo, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-710

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para serviço de locação e de manutenção de máquinas multifuncionais incluindo instalação, assistência técnica, manutenção preventiva, manutenção corretiva dos equipamentos, fornecimento de peças e de todo o material de consumo, exceto papel para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

LOTE	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	<p>Item 1 - 73 Multifuncionais Jato de Tinta Colorida para consumo de até 162.000 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 1.458.000 páginas para o período de 09 Meses</p> <p>Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar, passar e receber fax). A velocidade de impressão (rascunho, A4) deve ser de no mínimo 30 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Jato de Tinta. Resolução de impressão em melhor qualidade 1200dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 35 folhas. Opções de impressão frente e verso automático. Processador 360MHz, Memória Interna 128MB. Suporte a SMTP Client, Custom Raw Port 9100, SNMP v1/v3, HTTPs(Web Server). Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p> <p>Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Base plana, alimentador automático de documentos. Resolução ótica de digitalização: mínimo 600dpi. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4. Digitalização automática para Pen-Drive e Pasta de Rede Windows(configurável pelo web server da impressora).</p> <p>Especificações da copiadora: Velocidade de cópia (preto, qualidade de rascunho, A4): mínimo de 30 cópias por minuto. Resolução de cópia (texto em preto): mínimo 600dpi. Dimensionamento da copiadora mínimo: 25 até 400%.</p> <p>Conectividade: Rede Ethernet, Wireless, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0) e Pen-Drive.</p> <p>Sistema de abastecimento: as impressoras deverão estar adaptadas com "sistema de alimentação contínua" preto/color para grande autonomia de impressão.</p> <p>Modelo de referencia ou similar: HP 8600,8610</p>	1.458.000	páginas/mês	0,05	72.900,00
VALOR R\$ TOTAL					72.900,00

Valor do contrato: R\$ 72.900,00 (setenta e dois mil e novecentos reais)

Data da Assinatura: 17/04/2017 - vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 7.066/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017.**

PORTARIA Nº 7.066/2017, de 17 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a pedido, a carga horária da servidora Sra. Sherlyne Aparecida Schons Moreira, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

#### **PORTARIA Nº 7.067/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017.**

PORTARIA Nº 7.067/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Marilei Aparecida de Barros Velasque Gaspar, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

#### **PORTARIA Nº 7.068/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017.**

PORTARIA Nº 7.068/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Marilene Katia Mielke Sanches, em 01 de março de 2016;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.993/2016, de 20/12/2016, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. GISELE SOARES DOS SANTOS, para exercer o cargo de Professora A, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.069/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017.**

PORTARIA Nº 7.069/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Marilei Aparecida de Barros Velasque Gaspar, em 17 de março de 2017;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.993/2016, de 20/12/2016, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. DANIELE FERNANDA LANGE MAFFEZZOLLI, para exercer o cargo de Professora A, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**ATA DE CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2017-PMS, SEQUENCIA 02**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>	<b>OUTRAS MODALIDADES</b> <b>Nr.: 4/2017 - OU</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 37/2017 Data do Processo: 17/03/2017
	Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 25/2017 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

credenciamento de empresa especializada na publicação de jornais impressos de caráter informativo e educativo, campanhas de utilidade pública, bem como, divulgação institucional de eventos e campanhas do poder público nas diversas áreas da administração pública com vinculação máxima semanal para atender as necessidades do Município de Schroeder/SC

A comissão reuniu-se após recebimento do Parecer da Procuradoria nº 020/2017-PROJUR, juntamente com os envelopes de habilitação das empresas TJB COMUNICAÇÃO LTDA e GRÁFICA E EDITORA CORREIO DO POVO LTDA, referente ao credenciamento de empresa especializada na publicação de jornais impressos de caráter informativo e educativo, campanhas de utilidade pública, bem como, divulgação institucional de eventos e campanhas do poder público nas diversas áreas da administração pública com vinculação máxima semanal para atender as necessidades do Município de Schroeder/SC. Diante do Parecer da Procuradoria nº 020/2017-PROJUR, o qual traz se mostra pertinente que a prestação de serviços desta modalidade seja prestada pelo maior número possível de empresas da região, abrangendo um número significativo de cidadãos, e não prejudicando as empresas já credenciadas em datas anteriores, onde em sua conclusão traz "que seja feita a análise das documentações e solicitações de credenciamento do processo". Dar-se-á andamento no certame com a abertura dos envelopes de habilitação protocolados pelas empresas TJB COMUNICAÇÃO LTDA e GRÁFICA E EDITORA CORREIO DO POVO LTDA. Sendo abertos os envelopes das empresas TJB COMUNICAÇÃO LTDA e GRÁFICA E EDITORA CORREIO DO POVO LTDA, cujos documentos foram rubricados e examinados pela presidente e membros da comissão, com data de 04 de abril de 2017, conforme data protocolados os envelopes pelas empresas. Considerando que o edital de chamada publica é um processo que vem formalizar um ato contratual com as empresas que prestam atendimento referente ao objeto especificado, não prevendo concorrência, pois a administração prevê as cláusulas às quais as requerentes devem se enquadrar. Diante da manifestação da intenção de credenciamento das empresas TJB COMUNICAÇÃO LTDA e GRÁFICA E EDITORA CORREIO DO POVO LTDA e que diante do fato das empresas estarem respeitando as exigências do edital e apresentando toda a documentação de acordo com as exigências do edital, resultando assim habilitadas. Será procedida à homologação do pedido de credenciamento das empresas TJB COMUNICAÇÃO LTDA e GRÁFICA E EDITORA CORREIO DO POVO LTDA. Sendo que o resultado será publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC. A presidente encerra a sessão e pede-se que a ata será repassada as empresas participantes, juntamente com o Parecer da Procuradoria nº 020/2017-PROJUR.

Schroeder, 17 de Abril de 2017

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro
Eloir José Wendt	- ..... - Membro
Andreia Nass Friedemann	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Diego Guilherme Lasta	- ..... - Membro Suplente
Natália Kersten Brummiller	- ..... - Membro Suplente

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 13/2017-FMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 13/2017 - PR</b>	
	Processo Administrativo:	
	Processo de Licitação:	17/2017
	Data do Processo:	10/03/2017
Folha: 1/1		

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 20/2017 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a Aquisição de refil e higienização para os bebedouros da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder /SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 17 de Abril de 2017

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- ..... - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Equipe de Apoio
Eloir José Wendt	- ..... - Equipe de Apoio

**ATA TOMADA DE PREÇOS 03/2017-FAS (SEQUÊNCIA 03)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 3/2017 - TP</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 5/2017 Data do Processo: 07/03/2017
	Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 5/2017 (Sequência: 3)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de profissional com graduação em Direito para atuar junto ao CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Schroeder/SC

A comissão reuniu-se para abertura do envelope de habilitação do profissional EMERSON DE FIGUEREDO conforme determinado na ata 4/2017 (sequência:2) de 13 de abril de 2017. O profissional ARTUR ANTUNES PEREIRA não protocolou novo envelope de habilitação no prazo estipulado. Foi aberto o envelope de habilitação do profissional EMERSON DE FIGUEREDO cujos documentos foram rubricados pela presidente e membros da comissão. Constatando que o profissional EMERSON DE FIGUEREDO apresentou a documentação de acordo com o edital resultando assim habilitado. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 25 de abril de 2017, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 27 de abril de 2017, às 14h para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata aos participantes.

Schroeder, 31 de Março de 2017

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Eloir José Wendt	- ..... - Membro
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro
Andreia Nass Friedemann	- ..... - Membro
Daniela Samuleski	- ..... - Secretária
Diego Guilherme Lasta	- ..... - Membro Suplente
Nátalia Kersten Brumüller	- ..... - Membro Suplente

## Seara

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 1218**

DECRETO Nº 1218, DE 17 DE ABRIL DE 2017

Abre créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior no valor de R\$ 70.965,00

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, e no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 1903 de 23 de dezembro que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea “b”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1901 de 20 de dezembro de 2016, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2017 e com o inciso I § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

## DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão:	7	SECRETARIA MUN. DA AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE								
Unidade:	1	Departamento de Agropecuária								
Projeto Atividade:	1015	Equipamentos e Material Permanente e Veículo para Modernização das Ações da Agropecuária								
Modalidade:	83	44900000000000	Aplicacoes Diretas	33.974,30						
		0.3.0019								
Órgão:	7	SECRETARIA MUN. DA AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE								
Unidade:	1	Departamento de Agropecuária								
Projeto Atividade:	1015	Equipamentos e Material Permanente e Veículo para Modernização das Ações da Agropecuária								
Modalidade:	83	44900000000000	Aplicacoes Diretas	4.990,70						
		0.3.0763								
Órgão:	9	SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE								
Unidade:	1	Departamento da Cidade								
Projeto Atividade:	1022	Infraestrutura, Equipamentos, Materiais Permanentes e Veículos para Modernização do Urbanismo								
Modalidade:	122	44900000000000	Aplicacoes Diretas	32.000,00						
		0.3.0019								
								TOTAL .....	R\$	70.965,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior das seguintes fonte de recursos:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro na fonte de recursos:

Fonte: 0.3.0019 – Alienação de Bens ..... R\$ 65.974,30

Fonte: 0.3.0763 – Indenização de Bens de Capital ..... R\$ 4.990,70

TOTAL GERAL .....R\$ 70.965,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 17 de abril de 2017

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 17 de abril de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

**DECRETO N° 1219**

DECRETO N° 1219, de 17 de abril de 2017.

Constitui Comissão Especial para Acompanhamento e Supervisão do Processo Seletivo n° 5/2017, para preenchimento de vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Administração Pública Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 108, § X, da Lei Orgânica do Município e

Considerando a realização de processo seletivo para provimento de vagas em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Administração Pública Municipal;

Considerando necessidade de acompanhamento das fases do processo seletivo;

Considerando a necessidade de garantia de cumprimento dos preceitos constitucionais aplicáveis à Administração Pública,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores municipais abaixo para compor a Comissão Especial para Acompanhamento e Supervisão do Processo Seletivo n° 5/2017, para preenchimento de vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Administração Pública Municipal:

I – Presidente: Neri Cosmann;

II – Secretária: Célia Gris;

III – Membros: Cláudia Regina Nardi, Genuir Mariani e Tânia Letícia Beneti.

Art. 2º A Comissão constituída nos termos do artigo anterior se pronunciará em recursos administrativos e demais situações constantes no Edital de Processo Seletivo referido.

Art. 3º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 17 de abril de 2017.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 17 de abril de 2017.

Neri Cosmann

Secretário de Administração

**LEI N° 1908**

LEI N° 1908, DE 17 DE ABRIL DE 2017

Institui a Semana Municipal de Conscientização e Apoio aos Portadores das Doenças de Alzheimer e Parkinson no âmbito do Município de Seara e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal de Conscientização e Apoio aos Portadores das Doenças de Alzheimer e Parkinson no âmbito do Município de Seara, a ser realizada anualmente, na semana que compreender o dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde.

Parágrafo único. Durante a Semana que se refere o caput deste artigo o Executivo Municipal poderá promover seminários, campanhas e palestras educativas, objetivando a conscientização da população da importância do apoio aos portadores das doenças de Alzheimer e Parkinson, a troca de experiências e informações quanto às causas e seus tratamentos, buscando um diagnóstico precoce dessas enfermidades.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, em 17 de abril de 2017.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2017 - FMES**

Fundação Municipal de Esportes de Seara

Processo Licitatório nº 005/2017 - FMES

Edital de Pregão Presencial nº. 004/2017 - FMES

A Fundação Municipal de Esportes de Seara, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 13h30min do dia 28/04/2017, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à prestação de serviço para execução do projeto de Handebol - 2017. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 17 de abril de 2017.

Ricardo Moises Hoch

Superintendente da FMES

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO 099/2017

DECRETO Nº 099/2017, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

“DISPÕE SOBRE CONVERSÃO DE 1/3 DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 498/2001,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado o pagamento de férias trabalhadas no mês de abril de 2017, ao Servidor Municipal abaixo relacionado, que no interesse do Serviço Público, dará continuidade às atividades inerentes ao seu cargo, pelo período de 13/04/2017 a 22/04/2017:

1- EDÍLIO PAULETTO - 10 (DEZ) DIAS - PERÍODO AQUISITIVO 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 13 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CERIZOLLI  
Secretário de Administração

# Siderópolis

## PREFEITURA

### 36/2017 AVISO PREGÃO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº 36/2017

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº 09/2017

1. Objeto: Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas, conforme Convênio nº 832976/2016 - Processo nº 1033126-29/2016 - proposta nº 112705450001150-03, entre o Município de Siderópolis e a União Federal por intermédio da Caixa Econômica Federal.
2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93.
3. Tipo: Menor preço por item.
4. Data da sessão pública: 02/05/2017 às 09h00min (horário de Brasília).
5. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
6. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais documentos relativos a esta licitação, estarão disponíveis no site do Município: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br).
7. Esclarecimentos: Maiores informações: e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br); telefone: (48) 3435-8900.

Siderópolis, 17 de abril de 2017.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 089/2017

DECRETO Nº 089/2017 DE 17/04/2017

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1.113 de 22 de dezembro de 2016 e Lei Municipal nº 1.117/2017 de 17 de abril de 2017.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil e Reais), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal vigente:

04.01.0012.0361.0006.1.002- Manutenção do Ensino Fundamental

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (51)	0.1.00.001001	Outras Despesas Correntes –Aplicações Diretas. (1.001)	R\$ 20.000,00

04.01.0012.0361.0006.1.001- Transporte Escolar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (58)	0.1.00.001001	Outras Despesas Correntes –Aplicações Diretas. (1.001)	R\$ 30.000,00

06.04.0020.0608.0010.2.051- Incentivo a hora máquina para empr. agropecuários

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (188)	0.1.00.001000	Outras Despesas Correntes –Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 50.000,00

Artigo 2º – Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto serão utilizados os recursos de R\$ 100.000,00 (Cem mil e Reais), nos seguintes Projetos/Atividades:

06.03.0026.0782.0011.1.004- Pavimentação de Estradas Vicinais

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.000 (166)	0.1.00.001000	Investimentos –Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 50.000,00

06.03.0026.0782.0011.1.018- Ampliação do Parque Rodoviário Municipal

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.000 (170)	0.1.00.001000	Investimentos –Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 50.000,00

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 17 de abril de 2017.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração de Fazenda

### DECRETO 090/2017

DECRETO Nº 090/2017 DE 17/04/2017

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1.113 de 22 de dezembro de 2016 e Lei Municipal nº 1.118/2017 de 17 de abril de 2017.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 59.000,00 (Cinquenta e Nove Mil Reais), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal vigente do Fundo Municipal de Saúde:

## 05.01.0010.302.0008.2.028- Atendimentos de média a alta complexidade fora do domicílio

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (36)	0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 30.000,00

## 05.01.0010.302.0008.2.022- Assistência Hospitalar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (35)	0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 29.000,00

Artigo 2o –Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o, ficam anulados o valor de R\$ 59.000,00 (Cinquenta e Nove Mil Reais), nas (os) seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal Vigente de Fundo Municipal de Saúde:

## 05.01.0010.301.0008.1.007- Aquisição de veículo para transporte de passageiros

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (01)	0.1.02.000000	Investimentos – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 50.000,00

## 01.0010.304.0008.2.025- Assistência e Vigilância Sanitária

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (45)	0.1.02.000000	Investimentos – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 9.000,00

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 17 de abril de 2017.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal  
Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração de Fazenda

**LEI MUNICIPAL 1116/2017**

LEI MUNICIPAL Nº 1.116 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

“DISPÕE SOBRE REVISÃO SALARIAL E DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber, a todos os habitantes do Município, que a Câmara de vereadores votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedida revisão salarial aos Servidores Públicos Municipais de Sul Brasil-SC, com aplicação do montante de 5,0 % (cinco por cento) de reposição salarial e perdas, calculados sobre o salário base do Quadro Geral de Pessoal - Lei Complementar nº 385/2001 de 01/06/2001 e alterações posteriores; Lei Complementar 344/2000 de 31/05/2000 e alterações posteriores; Quadro do PSF – Programa de Saúde da Família Lei nº 680 de 19/01/2009; Quadro do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Programa de Pavimentação de Vias Públicas – Lei Municipal nº 681 de 19/01/2009, incidindo sobre os vencimentos dos servidores a partir de 01 de abril de 2017, no período de março de 2016 a fevereiro de 2017, de acordo com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do IBGE, calculado de março de 2016 até fevereiro de 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM Lei 1.027-2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 17, abril de 2017.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

Valdecir Tosetto - Diretor de Administração

**LEI MUNICIPAL 1.117/2017**

LEI MUNICIPAL Nº 1.117/2017 de 17/04/2017

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil e Reais), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal vigente:

**04.01.0012.0361.0006.1.002- Manutenção do Ensino Fundamental**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (51)	0.1.00.001001	Outras Despesas Correntes –Aplicações Diretas. (1.001)	R\$ 20.000,00

**04.01.0012.0361.0006.1.001- Transporte Escolar**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (58)	0.1.00.001001	Outras Despesas Correntes –Aplicações Diretas. (1.001)	R\$ 30.000,00

**06.04.0020.0608.0010.2.051- Incentivo a hora máquina para empr. agropecuários**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (188)	0.1.00.001000	Outras Despesas Correntes –Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 50.000,00

Artigo 2º – Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto serão utilizados os recursos de R\$ 100.000,00 (Cem mil e Reais), nos seguintes Projetos/Atividades:

**06.03.0026.0782.0011.1.004- Pavimentação de Estradas Vicinais**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.000 (166)	0.1.00.001000	Investimentos –Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 50.000,00

**06.03.0026.0782.0011.1.018- Ampliação do Parque Rodoviário Municipal**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.000 (170)	0.1.00.001000	Investimentos –Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 50.000,00

Artigo 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 17 de abril de 2017.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração de Fazenda

**LEI MUNICIPAL 1.118/2017**

LEI MUNICIPAL Nº 1.118/2017 de 17/04/2017

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 59.000,00 (Cinquenta e Nove Mil Reais), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal vigente do Fundo Municipal de Saúde:

**05.01.0010.302.0008.2.028- Atendimentos de média a alta complexidade fora do domicílio**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (36)	0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 30.000,00

## 05.01.0010.302.0008.2.022- Assistência Hospitalar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (35)	0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 29.000,00

Artigo 2o –Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o, ficam anulados o valor de R\$ 59.000,00 (Cinquenta e Nove Mil Reais), nas (os) seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal Vigente de Fundo Municipal de Saúde:

## 05.01.0010.301.0008.1.007- Aquisição de veículo para transporte de passageiros

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (01)	0.1.02.000000	Investimentos – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 50.000,00

## 01.0010.304.0008.2.025- Assistência e Vigilância Sanitária

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (45)	0.1.02.000000	Investimentos – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 9.000,00

Artigo 3o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 17 de abril de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração de Fazenda

# Tangará

## PREFEITURA

**PR 047/2017**

MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2017  
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 047/2017, a qual tem por objeto o registro de preço a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, COPA E COZINHA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até as 14h00min do dia 03/05/2017, com abertura às 14h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522.

Tangará-SC, 17 de Abril de 2017.  
NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### DECRETO 0412017 - SUPLEMENTAÇÃO

DECRETO Nº. 041/2017, DE 18 DE ABRIL DE 2017.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso III, da Lei Municipal nº 849, de 24 de Outubro de 2016 – Lei Orçamentária Anual.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), através do REFORÇO de dotações orçamentárias constantes no orçamento da Prefeitura Municipal conforme segue:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL  
UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 08.244.1143.2.148 – Manutenção Da Secretaria de Assistência Social  
MODALIDADE: 3.3.90.0183 – Aplicações Diretas (142) R\$ 15.000,00  
FONTE DE RECURSO: 183 – Superávit Financeiro Recursos Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS, SERV.URB.AGRIC.INTER  
UNIDADE: 03 – FUNDEAGRO – FDO.MUN.DES.AGROPECUARIA  
PROJ./ATIV.: 20.605.1018.1.023 – Ampliação e Melhorias de Redes de Agua  
MODALIDADE: 4.4.90.0183 – Aplicações Diretas (143) R\$ 10.000,00  
FONTE DE RECURSO: 183 – Superávit Financeiro Recursos Livres

TOTAL R\$ 25.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados os recursos do superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial do exercício de 2016, apurado na fonte de recurso 183 – Superávit Recursos Ordinários Livres

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE ABRIL DE 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO 024-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

#### EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2017

Órgão Responsável: MUNICIPIO DE TIGRINHOS  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPRESSÕES GRÁFICAS

Número da Ata: 001/2017

Licitante Vencedor: GRAFICA BAROZZI EIRELI EPP – CNPJ: 01.101.611/0001-99

Valor da Ata: R\$ 4.950,00

Licitante Vencedor: TELE ARTES GRAFICA MARAVILHA LTDA ME – CNPJ: 02.271.529/0001-75

Valor da Ata: R\$ 13.589,00

Amparo Legal: A presente Ata de Registro de Preços é originária do Processo Licitatório nº. 024/2017, na Modalidade de Pregão Presencial nº. 018/2017, do Município de Tigrinhos, que foi realizado com base na Lei 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94; Lei nº. 9.648/98; Lei nº. 10.520/2002; Decreto nº. 5.504/2005; Portaria Interministerial MP/MF nº. 217/2006 e demais normas pertinentes, e por este Edital.

Tigrinhos/SC, em 18 de Abril de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO 025-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

#### EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2017

Órgão Responsável: MUNICIPIO DE TIGRINHOS  
Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NO SCFV

Número da Ata: 001/2017

Licitante Vencedor: SCS COMERCIO LTDA – CNPJ: 13.995.853/0001-52

Valor da Ata: R\$ 13.242,88

Licitante Vencedor: COMERCIO DE ALIMENTOS DO MICO EIRELI ME – CNPJ: 18.967.517/0001-10

Valor da Ata: R\$ 5.324,60

Amparo Legal: A presente Ata de Registro de Preços é originária do Processo Licitatório nº. 025/2017, na Modalidade de Pregão Presencial nº. 019/2017, do Município de Tigrinhos, que foi realizado com base na Lei 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94; Lei nº. 9.648/98; Lei nº. 10.520/2002; Decreto nº. 5.504/2005; Portaria Interministerial MP/MF nº. 217/2006 e demais normas pertinentes, e por este Edital.

Tigrinhos/SC, em 18 de Abril de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 106/2017**

PORTARIA Nº. 106/2017. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO PARA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. FRANCIELE BALLESTRERI BROETTO, SENDO CONVERTIDA EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Tigrinhos – LC 014/2010 de 13/12/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica Concedida Licença Prêmio a pedido da Servidora Pública Sra. FRANCIELE BALLESTRERI BROETTO, efetiva no cargo de Nutricionista, 40 (quarenta) horas semanais, cadastrada na matrícula nº. 517/01, relativo ao período de Abril de 2010/2015, sendo 60 (sessenta) dias convertido em Abono Pecuniário o percentual de 100%, de acordo com o Art. 101 – LC 014/2010 de 13/12/2010 Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Tigrinhos, conforme requerimento da mesma e seu deferimento, que assim dispõe:

Art. 101 Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o membro do Magistério fará jus a 02 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo. Parágrafo Único – perderá o direito à licença o membro do magistério que tiver mais do que três faltas injustificadas por ano ou 15 faltas no período aquisitivo da licença.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE ABRIL DE 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezessete de abril de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

**PORTARIA 107/2017**

PORTARIA Nº. 107/2017. NOMEIA SERVIDORA PARA SUPRIR NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. JULIANA MANZONI BORGES DA SILVA, brasileira, portadora do CPF nº. 052.684.349-77, para exercer o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com 40 (quarenta) horas semanais, a contar a partir de 17 de Abril de 2017, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Justifica-se a nomeação em razão do afastamento excepcional (Pedido Demissão) da servidora Pública Municipal Sra. MARIANE LUIZE DE OLIVEIRA, Contratada através do Processo Seletivo 001/2015, no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, cadastrada sob matrícula nº. 565/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 20 de Março de 2017, sendo absolutamente necessária a substituição para dar continuidade aos trabalhos realizados na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Tigrinhos/SC.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE ABRIL DE 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezessete de abril de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

# Tijucas

## PREFEITURA

### **EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 004/FMAS/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO 005/FMAS/17 - DISPENSA 001/FMAS/17**

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 004/FMAS/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/FMAS/17- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/FMAS/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADA: COMERCIAL STORINNY LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de 01 (um) freezer para o Fundo Municipal de Assistência Social, do município de Tijucas/SC.

VALOR: R\$: 1.869,00 (UM MIL OITOCENTOS E SESENTA E NOVE REAIS).

AMPARO LEGAL: Artigo 24, Inciso II e Artigo 23, Inciso I "a" e II "a" e suas alterações posteriores e PARECER JURÍDICO FAVORÁVEL Nº 110/2017/PGM.

TIJUCAS/SC, 07 DE ABRIL DE 2017.

### **EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 023/FMS/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/FMS/17 - DISPENSA Nº 008/FMS/17**

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 023/FMS/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/FMS/17- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/FMS/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: JBG CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR AS EQUIPES DO PROGRAMA ESTRATÉGICA DA SAÚDE DA FAMÍLIA E SAÚDE BUCAL DO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS.

VALOR: R\$: 49.500,00 (QUARENTA E NOVE MIL E QUINHENTOS REAIS).

AMPARO LEGAL: Artigo 24, Inciso II e Artigo 23, Inciso I "a" e II "a" e suas alterações posteriores e PARECER JURÍDICO FAVORÁVEL Nº 111/2017/PGM.

TIJUCAS/SC, 10 DE ABRIL DE 2017.

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2017

Estado de Santa Catarina  
Município de Timbé do Sul

Edital de Chamada Pública nº 02/2017

O Município de Timbé do Sul torna público que fará realizar chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, com entrega do envelope contendo documentação de habilitação e projeto de venda, até as 08h30min do dia 15/05/2017.

Cópia deste edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Pref. Aristides José Bom, 215 – Centro, Fone (48) 3536-1133, no horário das 07h30min as 11h30min e das 13h as 17h, ou no site [timbedosul.sc.gov.br](http://timbedosul.sc.gov.br)

Timbé do Sul/SC, 17/04/2017

Roberto Biava  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO 13/2017\_FMS

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul  
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 13/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Branet Gestão de Logística em Saúde Ltda ME

Objeto: Prestação de serviços para locação de software de gestão de saúde, com acesso simultâneo de usuários integrados e em ambiente windows e linux, incluindo manutenção legal e corretiva, conversão, customização, implantação, treinamento, suporte técnico.

Valor: R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais) global estimado

Vigência: de 03/04/2017 a 31/12/2017

### EXTRATO DO CONTRATO 38/2017

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 38/2017

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Rac Saneamento e Tecnologia Ambiental para Disposição e Tratamento de Resíduos Ltda

Objeto: Destinação final de resíduos sólidos urbanos (domiciliares e comerciais) do município, em aterro sanitário devidamente regularizado nos órgãos competentes.

Valor: R\$ 124,85 (cento e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos) por tonelada.

Vigência: 06/03/2017 a 31/12/2017

### EXTRATO DO CONTRATO 39/2017

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 39/2017

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Jaime Simão ME

Objeto: Aquisição parcelada de material escolar e de expediente para manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, da Secretaria de Administração e Finanças, do CRAS e do PETI, para o ano de 2017

Valor: R\$ 48.684,56 (quarenta e oito mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) global estimado.

Vigência: 08/03/2017 a 31/12/2017

### EXTRATO DO CONTRATO 40/2017

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 40/2017

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Inês Zilli Teixeira 62295802920

Objeto: Aquisição parcelada de material escolar e de expediente para manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, da Secretaria de Administração e Finanças, do CRAS e do PETI, para o ano de 2017

Valor: R\$ 27.400,56 (vinte e sete mil, quatrocentos reais e cinquenta e seis centavos) global estimado.

Vigência: 08/03/2017 a 31/12/2017

### EXTRATO DO CONTRATO 41/2017

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 41/2017

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Ferinha Fabricação de Fraldas Descartáveis e Produtos Higiênicos Ltda ME

Objeto: Aquisição parcelada de fraldas para auxílio a pessoas carentes do município de Timbé do Sul/SC, para o ano de 2017.

Valor: R\$ 23.970,00 (vinte e três mil, novecentos e setenta reais) global estimado.

Vigência: 15/03/2017 a 31/12/2017

### EXTRATO DO CONTRATO 42/2017

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 42/2017

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Luis José De Estéfani

Objeto: Prestação de serviços de gaiteiro para animar os encontros da 3ª idade (Melhor Idade) do município de Timbé do Sul/SC

Valor: R\$ 970,00 (novecentos e setenta reais) mensal

Vigência: 15/03/2017 a 15/11/2017

**EXTRATO DO CONTRATO 43/2017**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 43/2017

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Getulio de Costa Filho

Objeto: Fornecimento parcelado de gás de cozinha para as unidades escolares da rede municipal de ensino, Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, manutenção das atividades CRÁS – Centro de Referência da Assistência Social e manutenção da Administração Municipal, para o ano de 2017.

Valor: R\$ 21.250,00 (vinte e um mil, duzentos e cinquenta reais) global estimado

Vigência: 15/03/2017 a 31/12/2017

**EXTRATO DO CONTRATO 44/2017**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 44/2017

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Célio Balcevicz ME

Objeto: Fornecimento parcelado de peças e prestação de serviços de mão-de-obra para manutenção e recuperação da parte elétrica dos veículos da Administração Municipal de Timbé do Sul.

Valor: R\$ 43.251,39 (quarenta e três mil, duzentos e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos) global estimado

Vigência: 20/03/2017 a 31/12/2017

**EXTRATO DO CONTRATO 45/2017**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 45/2017

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Telefonica Brasil S.A

Objeto: Atendimento das unidades administrativas do Município De Timbé do Sul/SC (Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde), da prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, para prestação de serviços de telefonia móvel local.

Valor: R\$ 21.751,20 (vinte e um mil, setecentos e cinquenta e um reais e vinte centavos) global estimado

Vigência: 24/03/2017 a 24/03/2018

**PORTARIA 48/2017 NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO**

PORTARIA Nº. 48, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Os Membros da Comissão de Processo Seletivo, para Organizar, Executar e Julgar os Processos Seletivos do Município de Timbé do Sul.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Processo Seletivo, passando a ser integrada pelos titulares Sr. Fernando Favarin, Srtª Maria Marilete Motta, Srª. Elisandra Savi Conceição e pela suplente Srª. Adriana Nagildo Arcaro, para, sob a presidência do primeiro, preparar executar e julgar o processo seletivo destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal da Administração Municipal.

Art. 2º. A Comissão de Processo Seletivo ora constituída baixará instruções especiais sobre o processo, inclusive editais, respeitando o Regulamento Geral de Concurso Público, aprovado pelo Decreto no 114/2009 e as disposições legais em vigor, tomando as providências necessárias à sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 11 de Abril de 2017.

ROBERTO BIAVA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA

Secretário de Administração e Finanças

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### DECRETO 2277

DECRETO Nº 2.277/2017 de 17/04/2017

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 31.004,04 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar de R\$ 31.004,04 (trinta e um mil, quatro reais e quatro centavos), a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01- ENSINO INFANTIL

2201 – Ensino Infantil Recursos Próprios

(122) 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0062 ..... R\$ 31.004,04

Artigo 2º - Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, serão utilizados os recursos de superávit de transferência do FNDE do exercício anterior.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,

17 de abril de 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 44/2017**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE TREZE TÍLIAS</b>	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 44/2017 - DL</b>
	<b>Processo Nr.: 44/2017</b> <b>Data: 12/04/2017</b>
CNPJ: 82.777.251/0001-41 PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25 C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC	
Folha: 1/2	

<b>Fornecedor:</b> TELEVISAO LAGES LTDA <b>Endereço:</b> R CARLOS JOFRE DO AMARAL, 67 - <b>Cidade:</b> LAGES - SC <b>CNPJ:</b> 83.012.013/0001-08	<b>Código:</b> 128  <b>Inscrição Estadual:</b>
<b>Objeto da Compra:</b> Contratação de empresa para prestação de serviços de divulgação de mídia televisiva em nível regional, por ocasião da Expotílias 2017, compreendendo 25 inserções de 30".	

**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	1,00	SV	Contratação de empresa para prestação de serviços de divulgação de mídia televisiva em nível regional, por ocasião da Expotílias 2017, compreendendo 25 inserções de 30". (11657)

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Treze Tílias, 12 de Abril de 2017

-----  
MAURO DRESCH  
PREFEITO

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41  
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25  
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 44/2017 - DL

**Processo Nr.:** 44/2017  
**Data:** 12/04/2017

Folha: 2/2

12/04/2017

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Treze Tílias, 12 de Abril de 2017

**Valor da Despesa:**

4.148,16 (quatro mil cento e quarenta e oito reais e  
dezesesse centavos)

**Pagamento.....:**

Em até 10 dias

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 20/2017 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 20/2017

O Município de Trombudo Central, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sr<sup>a</sup>. Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 20/2017, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução por ITEM, visando a AQUISIÇÃO DE LIVROS DE INGLÊS 1º E 2º DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA O C.E.B. EGINOLF BELL, CEB ALBERTO BALDUÍNO BARCHFELD, CEB ERICA HASSE, CEB ARTHUR BRUNO JANDT DESTES MUNICIPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h. do dia 02 de maio de 2017, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas, 13:30 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: [licita@trombudocentral.sc.gov.br](mailto:licita@trombudocentral.sc.gov.br).

Trombudo Central, 18 de abril de 2017

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 024/2017

Portaria nº 24, de 17 de abril de 2017.

Concede progressão funcional por antiguidade, à servidora lotada no cargo de Contadora.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL, estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a alínea a), do inciso XXXVI, do art. 42 do Regimento Interno,

CONSIDERANDO, o disposto previsto no artigo 44 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Trombudo Central,

CONSIDERANDO, as disposições dos artigos 26 e 27 da Lei Complementar Municipal nº 1.830/2014 e alterações dadas pela Lei Complementar Municipal nº 1.838/2014 na Tabela Única de Vencimentos por Nível,

CONSIDERANDO, o requerimento protocolado pela servidora no Setor Competente da Câmara Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora LUANA LUCHTEMBERG, lotada no cargo de Contadora, sob matrícula nº 15, progressão funcional por antiguidade.

Art. 2º O cargo acima mencionado, esta amparado no Grupo Atividades Técnica de Nível Superior - CM/ANS, titular do Nível 05, do Anexo IX da Lei Complementar nº 1.830/2014.

Art. 3º Com a progressão funcional por antiguidade, a servidora descrita no artigo 1º, passará da referência I do nível 05 para a referência II do mesmo nível, conforme estabelece a Tabela Única de Vencimentos por Nível, da Lei Complementar nº 1.830/2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação fazendo efeitos remuneratórios na competência de março do corrente ano.

EDSON LUIZ MORAIS

Vereador Presidente

Publicada também no site oficial: <http://www.cmtc.sc.gov.br/?pg=legislacao>

# Tunápolis

## PREFEITURA

### **AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N º 79/2017 PREGÃO PRESENCIAL 55/2017 E PROCESSO DE LICITAÇÃO N º 81/2017 PREGÃO PRESENCIAL 57/2017**

Aviso de Revogação do Processo de Licitação n º 79/2017 Pregão Presencial 55/2017 e Processo de Licitação n º 81/2017 Pregão Presencial 57/2017 publicados no DOM no dia 13/04/2017 foram REVOGADOS, por equívocos no anexo I dos editais, serão relançados após correção.

Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 17/04/2017.

Sheila Bieger  
Pregoeira

### **PORTARIA Nº 4369/2017**

PORTARIA Nº. 4.369/2017.

Em 12 de Abril de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 011/2016;

- 1) Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2.017, conforme Edital 011/2016 SMECETT - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário;
- 2) Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;
- 3) Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o (a) professor (a) SINARA BIEGER, com cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 20 (Vinte) horas aula, para o período de 12 de Abril à 19 de Dezembro de 2017; com licenciatura plena e pós graduação em nível de especialização, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - CONCEDER vantagem de Regência de Classe de 6% (seis por cento) sobre o vencimento, não recebendo ajuda de custo referente deslocamento dentro do município, conforme Art. 64, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº. 027/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Abril de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

EGON INÁCIO BIEGER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

### **PORTARIA Nº 4370/2017**

PORTARIA Nº. 4.370/2017.

Em 13 de Abril 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 035/2013, bem como o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 11/2016;

- 1) Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT), para o ano de 2.017, conforme Edital 011/2016 SMECETT - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário;
- 2) Considerando que não existe instrutor disponível no quadro efetivo atual do Município;
- 3) Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

#### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, JANAINA CAPELLARI, para o cargo de INSTRUTORA DE DANÇA, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 (VINTE) horas aula/semanais, para o período de 13 de Abril à 31 de Dezembro de 2017, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 13 de Abril de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

EGON INÁCIO BIEGER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 4371/2017**

PORTARIA Nº. 4.371/2017.

Em 13 de Abril de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 011/2016;

1) Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2.017, conforme Edital 011/2016 SMECETT - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário;

2) Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;

3) Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER AMPLIAÇÃO TEMPORÁRIA, a professora CARLISE POHREN, com cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 20 (VINTE) para 40 (Quarenta) horas aula, para o período de 13 de Abril à 20 de Dezembro de 2017, com licenciatura plena e pós graduação em nível de especialização, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - CONCEDER vantagem de Regência de Classe de 6% (seis por cento) sobre o vencimento, não recebendo ajuda de custo referente deslocamento dentro do município, conforme Art. 64, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº. 027/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 13 de Abril de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

EGON INÁCIO BIEGER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 4372/2017**

PORTARIA Nº. 4.372/2017

Em 18 de Abril de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, Art. 72;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder "LICENÇA MATERNIDADE", a Servidora temporária LEILA CARLA RAUCH, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, neste município.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 18 de Abril de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

EGON INÁCIO BIEGER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 4373/2017**

PORTARIA Nº 4.373/2017

Designa os membros da Comissão para avaliação de Bens Patrimoniais do Município de Tunápolis, objetivando Leilão Público ou dação em pagamento e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 63, da Lei Orgânica Municipal,

**NOMEIA:**

Art. 1º A Comissão para avaliação de Bens Patrimoniais do Município de Tunápolis, objetivando posteriormente a realização de Leilão Público ou dação em pagamento, passa a ser integrada pelos seguintes Senhores:

I – PAULO GROTH

II – VANDERLEI STOFFEL

III – OTÁVIO HERSCHAFT

IV – PEDRO BAUMGRATZ

V – JACKSON SCHERER

Parágrafo único. A presidência da Comissão será exercida pelo servidor indicado no inciso I deste artigo, e na ausência do mesmo estas funções serão exercidas pelo membro indicado no inciso II.

Art. 2º Os membros nomeados através desta Portaria exercerão suas funções, tendo como vigência a data de 31.12.2018.

Art. 3º As funções dos membros da Comissão serão exercidas no horário de expediente da administração, não sendo remuneradas.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 4.293/2017, de 25 de Janeiro de 2.017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,  
em 18 de abril de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

EGON INÁCIO BIEGER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

**PORTARIA Nº 4374/2017**

PORTARIA Nº. 4.374/2017

Em 18 de Abril de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, Art. 71, parágrafo 2º;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder retorno da "LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE", a Servidora temporária MARILEI CHRIST LEHNHOFF, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, neste município.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 21 de Abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 18 de Abril de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

EGON INÁCIO BIEGER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017 NAFS**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2017

Edital de Pregão Presencial nº 10/2017

O Município de Tunápolis, torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, para entrega imediata e seu julgamento por item, visando aquisição de MATERIAL LUDICO e EXPEDIENTE QUE SERÁ UTILIZADO NO DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DO NASF do Município de Tunápolis.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as às 14h do dia 05 de Maio de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC., 17/04/2017.

CLARICE WEIS STAUB

Gestora do Fundo

# União do Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017

PROCESSO Nº 09/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2017

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de 2017, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 09/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa DENTAL OESTE EIRELI, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
6	BICARBONATO DE SÓDIO, (SACHES) COM 200 GRAMAS	POTE	4,00	Maquira	6,01	24,04
7	BROCA CARBIDE 01	UN	20,00	Kavo	4,38	87,60
9	BROCA CARBIDE 05	UN	20,00	Kavo	4,38	87,60
20	CARIOSTATICO, EMB. C/ 10 ML	UN	2,00	Maquira	12,15	24,30
25	ESCOVA DE AÇO PARA LIMPAR BROCAS	UN	2,00	Iodontosul	3,64	7,28
28	ESPONJA HEMOSTÁTICA DE COLÁGENO ESTÉRIL, COM 10 UNID	CX	2,00	Technew	23,30	46,60
39	LUVA DE NITRILO SEM PÓ, TAMANHO P, CAIXA COM 50 PARES	CX	100,00	Descarpack	15,35	1.535,00
43	MATRIZ DE AÇO INOX 0,05X5X500 MM	UN	10,00	Maquira	1,05	10,50
45	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA INSTRUMENTAIS DE ALTA E BAIXA C/ APLICADOR	UN	10,00	Maquira	13,90	139,00
47	PAPEL DE ARTICULAÇÃO 25MMX110MM, COM 12 UNID.	ENV.	15,00	Maquira	1,25	18,75
53	PORTA AMALGAMA DE PLÁSTICO AUTOLAVAVEL	UN	5,00	Maquira	4,89	24,45
54	RESINA COMPOSTA MICRO HIBRIDA FOTOPOLIMERIZAVEL A1 COM 4GR, COM BISGMA, CARGA INORGÂNICA CONST. POR VIDRO BÁRIO	BIS	4,00	Kerr	24,65	98,60
55	RESINA COMPOSTA MICRO HIBRIDA FOTOPOLIMERIZAVEL A2 COM 4 GR, COM BISGMA, CARGA INORGÂNICA CONST. POR VIDRO BÁRIO	BIS	4,00	Kerr	24,65	98,60
56	RESINA COMPOSTA MICRO HIBRIDA FOTOPOLIMERIZAVEL A3 COM 4 GR, COM BISGMA, CARGA INORGÂNICA CONST POR VIDRO BÁRIO	BIS	4,00	Kerr	24,65	98,60
57	RESINA COMPOSTA MICRO HIBRIDA FOTOPOLIMERIZAVEL A3,5 COM 4 GR, COM BISGMA, CARGA INORGÂNICA CONST. POR VIDRO BÁRIO	BIS	4,00	Kerr	24,65	98,60
58	SELANTE FOTOPOLIMERIZAVEL DE SULCOS E CICATRÍCULAS, SERINGA DE 2G KIT COM 05 UNID.	KIT	2,00	Maquira	48,86	97,72
62	TRICRESOL FORMALINA 10 ML	UN	1,00	Maquira	4,61	4,61

#### 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

#### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. Vitorio Gubert, Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

#### 4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa DENTAL OESTE EIRELI, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

#### 5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 10 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 15 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00

#### 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

#### 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 09/2017.

#### 8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 09/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

#### 9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 09/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

#### 12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT  
CONTRATANTE  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

DENTAL OESTE EIRELI  
JACKSON LUIZ BERTI  
CONTRATADA

Testemunhas:

01. Nome: Marília Miorelli  
CPF: 057.672.509-95

02. Nome: Giane Smaniotto  
CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2017

PROCESSO Nº 09/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2017

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de 2017, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 09/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

### 1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
17	CABO PARA ESPELHO, AÇO INOX AUTOLAVÁVEL AISI420	UN	10,00	Medcompany	2,20	22,00
27	ESCOVA DENTAL INFANTIL, MACIA COM ESTOJO EM ACRÍLICO	UN	200,00	Noslig	1,12	224,00
29	EXPLORADOR OU SONDA, AÇO INOX AUTOLAVÁVEL	UN	10,00	ABC	5,55	55,50
35	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACO- SISTEMA DE PASTA	UN	2,00	Technew Hydcal	16,00	32,00
36	INONÔMERO DE VIDRO R PÓ, COM 10G, COM ADESÃO AO ESMALTE E A DENTINA, BOA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO, ESTABILIDADE DE COR E TRANSLUCIDEZ ADEQUADA A UM MATERIAL ESTÉTICO RESTAURADOR. COM ALTA LIBERAÇÃO DE FLÚOR E EQUILÍBRIO DO PH. REGISTRO NA ANVISA: 80149710185, COR U VIDRION	FR	4,00	FGM Maxxion R A3	21,55	86,20
38	LIXA DE ACABAMENTO PROXIMAL 2,5MMX170MM, COM 150 UNIDADES	PCT.	10,00	KG	9,18	91,80
42	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO PÓ COM 38GR	FR	2,00	Biodinâmica	15,50	31,00
48	PAPEL TOALHA BRANCO 20XX22 COM 1000 UND	FAR	10,00	Jamper	6,91	69,10
50	PINÇA CLÍNICA DE ALGODÃO - ODONTOLÓGICA, AÇO INOX AUTOLAVÁVEL	UN	10,00	ABC	9,03	90,30

### 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. Vitório Gubert, Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

#### 4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

#### 5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 10 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 15 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00

#### 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

#### 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 09/2017.

#### 8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 09/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

#### 9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 09/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

#### 12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT  
CONTRATANTE  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA  
ROSIMARI BORIN BADIN  
CONTRATADA

Testemunhas:

01. Nome: Marília Miorelli  
CPF: 057.672.509-95

02. Nome: Giane Smaniotto  
CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2017

PROCESSO Nº 23/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2017

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de 2017, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz n. 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 23/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa J.B INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

### 1. DO OBJETO

0.1 - A presente ata tem por objeto o registro de preços de REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme item descrito no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
1	TUBO DE CONCRETO 0,2 X 1,0 METROS	UN	100,00	19,00	1.900,00
2	TUBO DE CONCRETO 0,3 X 1,0 METROS	UN	200,00	27,00	5.400,00
3	TUBO DE CONCRETO 0,4 X 1,0 METROS	UN	450,00	34,00	15.300,00
4	TUBO DE CONCRETO 0,60 X 1,0 METROS	UN	400,00	59,00	23.600,00
5	TUBO DE CONCRETO 0,80 X 1,0 METROS	UN	200,00	118,00	23.600,00
6	TUBO DE CONCRETO 1,0 X 1,0 METROS	UN	150,00	165,00	24.750,00
7	TUBO ARMADO DE CONCRETO COM DUAS MALHAS DE FERRO 1,5 X 1,0 METROS	UN	50,00	430,00	21.500,00
8	TUBO ARMADO DE CONCRETO COM DUAS MALHAS DE FERRO 2,0 X 1,0 METROS	UN	10,00	1.000,00	10.000,00

### 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá a Sr. VALDECIR ROQUE FILIPINI, Secretário de Transportes, Obras e Serviços Públicos do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

#### 4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa J.B INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para prestar os serviços, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a prestar os serviços requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

#### 5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado na tesouraria da Prefeitura Municipal ou através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, mediante entrega dos materiais e nota fiscal devidamente recebida e aceita pelo órgão responsável da Prefeitura.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

Projeto Atividade – 2.045 – MANUT. DEPTO. DE TRANSP. E OBRAS

Cód. Red. 102, 103 E 104 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00

#### 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

#### 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. prestar os serviços quando requeridos pela Administração Municipal;

7.2. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.3. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 23/2017.

#### 8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 23/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

#### 9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não prestar os serviços no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

## 10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

## 11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 23/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

## 12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

CELSON MATIELLO  
Prefeito Municipal

J.B INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME  
JAIMES BATTISTELLA  
CONTRATADA

Testemunhas:

01.	02.
Nome: Marília Miorelli	Nome: Giane Smaniotto
CPF:057.672.509-95	CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2017

PROCESSO Nº 09/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2017

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de 2017, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 09/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa ODONTOESTE LTDA EPP, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

## 1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
13	BROCA DE BAIXA Nº 5, AÇO CARBONO DIN 1.2516	UN	20,00	MAILLEFER	2,69	53,80

14	BROCA DE BAIXA Nº 6, AÇO CARBONO DIN 1.2516	UN	20,00	MAILLEFER	2,69	53,80
21	CONDICIONADOR ÁCIDO DO ESMALTE COM VISCOSIDADE MODERADA, QUE PERMITA BOA FLUIDEZ SEM ESCOAMENTO PARA APLICAÇÃO DE COMPÓSITO, CONCENTRAÇÃO 37%, DE ÁCIDO FOSFÓRICO E CLOREXIDINA, SERINGA 2,5ML	UNI	6,00	ANGELUS	1,24	7,44
23	DESTILADOR DE AGUA. CAPACID. DE RESERVATORIO DE AGUA DESTILADA: 3,8 LITROS; CAPACIDADE DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA COMUN: 4 LITROS; DURAÇÃO DO CICLO COMPLETO: 6 A 8 HORAS. GARANTIA DE DOIS ANOS	UN	2,00	CRISTOFOLI	599,00	1.198,00
24	DETERGENTE ENZIMÁTICO IV, PARA INSTRUMENTAIS COM 1000ML	FR	20,00	DGL	15,00	300,00
32	FÓRCEPS 101, AÇO INOX AUTOLAVÁVEL	UN	2,00	GOLGRAN	46,00	92,00
40	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL REGULAR COM ELÁSTICO, EMB. COM 50 UNID.	CX	10,00	SSPLUS	4,80	48,00
59	SUGADOR DESCARTÁVEL ODONTOLÓGICO TRANSPARENTE, COM 40 UNID. COM ARAME	PCT.	50,00	SSPLUS	3,49	174,50
63	VERNIZ FLUORETADO , COM 15 ML	FR	1,00	CAVITINE	8,45	8,45

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. Vitório Gubert, Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

## 4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa ODONTOESTE LTDA EPP, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

## 5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega

e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 10 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 15 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 09/2017.

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 09/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

## 9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

## 10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

## 11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 09/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

## 12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT

CONTRATANTE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ODONTOESTE LTDA EPP

GELSON TADEU MOHR

CONTRATADA

Testemunhas:

01.

Nome: Marilia Miorelli

CPF:057.672.509-95

02.

Nome: Giane Smaniotto

CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2017

PROCESSO Nº 24/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2017

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de 2017, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz n. 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 24/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa TECIMAIIS COMERCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

## 1. DO OBJETO

0.1 - A presente ata tem por objeto o registro de preços de REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E TECIDOS DIVERSOS PARA UTILIZAÇÃO EM ARTESANATO, EM ATENDIMENTO AS ATIVIDADES E PROGRAMAS MANTIDOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme item descrito no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	ALFINETES CABEÇA COLORIDA, METAL, NIQUELADO, PLASTICO, REDONDO, 10MM, MAPA, VÁRIAS CORES, CX COM 50 UNIDADES	CX	10,00	AZA	1,50	15,00
4	BARBANTE PARA CROCHE DIVERSAS CORES COM BRILHO, Nº 6, ROLO COM 600GR	ROLO	15,00	EUROROMA	10,60	159,00
5	BARBANTE PARA CROCHE COR CRU Nº 6, ROLO COM 600 GR	UN	10,00	EUROROMA	9,60	96,00
8	BLECAUTE EM TECIDO DIVERSAS ESTAMPAS	MT	10,00	TITA	31,00	310,00
10	BORDADO INGLES COM PASSA FITA 5 CM COM 10 MTS DIVERSAS CORES	ROLO	15,00	AZA	21,00	315,00

11	BOTÃO DE PRESSÃO EM METAL, 10MM PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT.	2,00	EBERLE	59,00	118,00
12	BOTOES PARA PATWORK DIVERSOS TAMANHOS, CORES E FORMATOS 2 E 4 FUROS	UN	100,00	COROZITA	1,80	180,00
20	ELASTICO PARA CONFECÇÃO 05MM COM 10 MTS	ROLO	5,00	REAL	9,00	45,00
21		M	10,00	ESTRELA VERDE	7,50	75,00
22	FIBRA SILICONADA	KG	40,00	ESTRELA VERDE	18,00	720,00
23	FITA ADESIVA DE VELCRO MACHO E FEMEA NAS CORES BRANCO E PRETO ROLO COM 25MM X 05 MTS	ROLO	10,00	AZA	4,80	48,00
24	FITA DE CETIM (MIMOSA) DIVERSAS CORES ROLO COM 100 METROS	ROLO	15,00	AZA	8,50	127,50
25	FITA FLORAL COR VERDE ROLO COM 30 MTS	UN	20,00	MALULI	3,90	78,00
28	LASTEX BRANCO E PRETO CONE COM 100 MTS	ROLO	2,00	ZR	6,50	13,00
29	MAQUINA DE PRESSÃO Nº 7G TAMANHO MÍNIMO DE 24X9 CM (AxL)	UN	1,00	IMPORTA-DA	93,00	93,00
30	MEIA PÉROLA 10 MM PACOTE COM 500 GR	PCT.	4,00	MALULI	28,00	112,00
31	PACOTE DE PÉROLAS PARA BORDADOS COM FURO NA LATERAL, Nº 6, EMB. COM 500GR	UN	5,00	MALULI	29,00	145,00
32	PASSA FITA EM ALGODÃO 2,3 CM ROLO COM 10 MTS DIVERSAS CORES	ROLO	15,00	AZA	13,89	208,35
33	TECIDO 100% ALGODÃO TRICOLINE PARA PET WORK ESTAMPA MOTIVOS DE COZINHA: UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, ALIMENTOS, GALINHA, PINGUINS, CORUJAS, VACAS	MT	18,00	TECIPAN	17,00	306,00
34	TECIDO 100% ALGODÃO TRICOLINE PARA PET WORK ESTAMPADO, EM ZADREZ, LISTRADO, FLORAL E ETNICO	MT	60,00	MALULI	17,50	1.050,00
35	TECIDO 100% ALGODÃO TRICOLINE PARA PET WORK LISO DIVERSAS CORES	MT	75,00	TECIPAN	17,00	1.275,00
36	TECIDO 100% ALGODÃO TRICOLINE PARA PET WORK ESTAMPADO COM MOTIVOS INFANTIS. (BRINQUEDOS, CARROS, ANIMAIS, BARQUINHOS, URSOS, BONECAS).	MT	18,00	TECIPAN	18,00	324,00
37	TECIDO 100% ALGODÃO TRICOLINE PARA PET WORK ESTAMPADO COM MOTIVOS NATALINOS DIVERSAS CORES. (SINOS, PAPI NOEL, VELAS, PRESENTES).	MT	20,00	TECIPAN	18,00	360,00
38	TECIDO EM CETIM LISO, DIVERSAS CORES	MT	50,00	TECIPAN	7,50	375,00
39	TECIDO EM CETIM, DIVERSAS ESTAMPAS	MT	20,00	TECIPAN	9,30	186,00
40	TECIDO EM MALHA, COMPOSIÇÃO 67% VISCOSE E 33% ALGODÃO LISO E ESTAMPADO( FLORAL E XADREZ), DIVERSAS CORES	MT	120,00	ARMONIZE	13,50	1.620,00
41	TECIDO EM RENDA DIVERSAS CORES	MT	10,00	MG	32,00	320,00
42	TECIDO EM TULE COR BRANCO LARGURA MÍNIMA DE 2,40M	MT	5,00	MG	4,50	22,50
43	TECIDO JEANS AZUL ESCURO AMACIADO	MT	5,00	MG	23,00	115,00
44	TECIDO JUTA COLORIDA	MT	30,00	CATARI-NENSE	10,90	327,00
45	TECIDO JUTA COR CRU	MT	40,00	CATARI-NENSE	7,90	316,00
46	TECIDO ORGANZA DIVERSAS CORES	MT	20,00	MG	9,20	184,00
47	TECIDO OXFORD COLORIDO 100% ALGODÃO	MT	50,00	MAKRO	5,60	280,00
48	TECIDO OXFORD COM ESTAMPAS DIVERSAS	MT	10,00	MACRO	10,00	100,00
49	TECIDO SOFT DIVERSAS CORES	MT	50,00	MG	17,00	850,00
52	TESOURA ARTESANAL PARA PAPEL ZIG ZAG	UN	1,00	AZA	44,00	44,00
53	TESOURA PARA PAPEL CORTE ONDULADO	UN	1,00	AZA	28,00	28,00
59	VIES 35 MM DIVERAS ESTAMPAS ROLO COM 20 MT	ROLO	10,00	DESTAQUE	14,00	140,00
60	VIES 35MM LISO DIVERSAS CORES ROLO COM 20 METROS	ROLO	10,00	DESTAQUE	6,50	65,00
61	ZIPER EM NYLON 10 CM DIVERSAS CORES	UN	50,00	ZR	0,28	14,00
62	ZIPER EM NYLON 15 CM DIVERSAS CORES	UN	50,00	ZR	0,35	17,50
63	ZIPER EM NYLON 30 CM DIVERSAS CORES	UN	50,00	ZR	0,45	22,50

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.



### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá a Sra. DIANEI DINA SERINA, Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

### 4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa TECIMAIIS COMERCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA ME, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para prestar os serviços, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a prestar os serviços requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

### 5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado na tesouraria da Prefeitura Municipal ou através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, mediante entrega dos materiais e nota fiscal devidamente recebida e aceita pelo órgão responsável da Prefeitura.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Unidade 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Projeto Atividade – 2.059 – MANUT. BL PSB FNAS  
Cód. Red. 64, 65 E 133 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00  
Projeto Atividade – 2.061 – MANUT. BL GBF FNAS  
Cód. Red. 70 E 135 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00

### 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

### 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. prestar os serviços quando requeridos pela Administração Municipal;

7.2. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.3. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 24/2017.

### 8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 24/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

## 9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não prestar os serviços no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

## 10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 24/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

## 12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

TECIMAIS COMERCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA ME  
VANDERLEI LURDES VERZA  
CONTRATADA

Testemunhas:

01.	02.
Nome: Marília Miorelli	Nome: Giane Smaniotto
CPF: 057.672.509-95	CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2017

PROCESSO Nº 09/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2017

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de 2017, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 09/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

## 1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, VI-SANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Co-tada	Marca	Preço Uni-tário	Preço Total
1	AGENTE DE UNIÃO FOTOPOLIMERIZAVEL, FR DE ADESIVO 5 ML, FOTO, MONOCOMP PARA ESM E DENT, CONTENDO BIS-GMA, HEMA, ÁCIDO ACRILATO FOFONICO DIMETACRILATO E SOLVENTE-ETHANOL.	FR	3,00	VIGODENT	17,29	51,87
3	ALGODÃO HIDRÓFILO 100% ALGODÃO, EM ROLETES, COM 100 UNID	PCT.	50,00	SS PLUS	1,36	68,00
4	ANESTESICO LOCAL CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA COM EPINEFRINA 1:100.00	UN	2,00	DENTSPLY	62,64	125,28
8	BROCA CARBIDE 03	UN	20,00	KAVO KERR	4,39	87,80
10	BROCA CILINDRICA EXTREMIDADE PLANA 1091 DIAMANTADA	UN	30,00	FAVA	1,53	45,90
11	BROCA DE BAIXA Nº 2, AÇO CARBONO DIN 1.2516	UN	20,00	MAILLEFER	2,74	54,80
12	BROCA DE BAIXA Nº 4, AÇO CARBONO DIN 1.2516	UN	20,00	MAILLEFER	2,74	54,80
15	BROCA DE BAIXA Nº 8, AÇO CARBONO DIN 1.2516	UN	20,00	MAILLEFER	2,74	54,80
16	BROCA DIAMANTADA CHAMA 3168F	UN	20,00	FAVA	1,53	30,60
19	CAPSULA DE AMALGAMA DE 1 PORÇÃO - 400MG DE LIMALHA E 368MG DE MERCÚRIO, CONTENDO MARCA COMERCIAL, PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS.	UN	500,00	SDI	1,15	575,00
26	ESCOVA DE ROBSON BRANCA CONICA	UN	10,00	PREVEN	1,16	11,60
31	FLÚOR TÓPICO ACIDULADO 2% EMB. COM 200 ML	FR	20,00	IODONTOSUL	3,26	65,20
34	HIDROXIDO DE CALCIO - P.A 10 GR.	UN	2,00	IODONTOSUL	2,93	5,86
37	IONÔMERO DE VIDRO R LÍQUIDO, COM 8,3ML. COMPROVADA A ADESÃO AO ESMALTE E A DENTINA, E LIBERAÇÃO DE FLÚOR LÍQUIDO INCOLOR COM SABOR ÁCIDO E REGISTRO NA ANVISA: 80149710185	FR	4,00	SS WHITE	10,44	41,76
41	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO LÍQUIDO COM 15 ML	FR	2,00	BIODINAMICA	10,51	21,02
44	ÓCULOS DE PROTEÇÃO DE ACRILICO ANTI EMBAÇANTE	UN	2,00	KALIPSO	5,05	10,10
46	PACOTE ESTERILIZADOR AUTO SELANTE 90MM/250MM EMB. COM 100 UNIDADES	PCT.	60,00	HARBO	15,00	900,00
60	TIRA DE POLYÉSTER TRANSPARENTE PARA RESTAURAÇÃO DE RESINA	ENV.	5,00	K-DENT	0,93	4,65

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. Vitório Gubert, Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com

os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

#### 4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

#### 5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 10 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 15 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00

#### 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

#### 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 09/2017.

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não manter a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 09/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

## 9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

## 10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 09/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

## 12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT

CONTRATANTE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES

CONTRATADA

Testemunhas:

01.

Nome: Marília Miorelli

CPF: 057.672.509-95

02.

Nome: Giane Smaniotto

CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2017 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2017

PROCESSO Nº 09/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2017

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de 2017, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 09/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa POSSATTO E POSSATTO LTDA ME, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

## 1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	AGULHA GENGIVAL 30 G DESCARTÁVEL, MÉDIA, TRI BISELADA E SILICONADA ESTERILIZADA, CONFORME NORMA INTERNACIONAL 7.885. EMB. COM 100 UNID.	CX	2,00	INJEX	26,00	52,00
5	ANESTÉSICO TÓPICO GEL PARA APLICAÇÃO ORAL/MUCOSA COM SABOR MORANGO OU TUTTI-FRUTTI, COM 12 G	POTE	2,00	DFL	5,07	10,14
18	CAPSULA DE AMALGAMA DE 2 PORÇÕES CONTENDO MARCA COMERCIAL PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS	UN	500,00	SDI	1,74	870,00
22	CREME DENTAL COM FLUOR+CÁLCIO, COM 90G/1.500PPM	UN	30,00	ICE FRESH	1,37	41,10
30	FIO DENTAL 500M	UN	2,00	MEDFIO	7,28	14,56
33	FORMOCRESOL, EMB. C/ 10 ML	UN	1,00	BIODINAMICA	3,63	3,63
49	PARA-MONO-CLORO-FENOL CANFORADO, COM 20 ML	FR	1,00	BIODINAMICA	4,81	4,81
51	POLIMENTO KIT ENHANCE	KIT	5,00	DENTSPLY	65,83	329,15
52	PONTA DE PINCEL MICROBRUSH REGULAR COM 70 UNIDADES	PCT.	20,00	ANGELUS	7,99	159,80
61	TOUCA CIRURGICA DESCARTÁVEL, TIPO SANFONA, 520MMX50MM TAMANHO ÚNICO. PCT COM 50 UNIDADES	PCT.	10,00	DESCARPACK	6,60	66,00

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. Vitório Gubert, Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

#### 4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa POSSATTO E POSSATTO LTDA ME, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

#### 5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 10 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 15 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00

#### 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

#### 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 09/2017.

#### 8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;

- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não manter a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 09/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

#### 9.DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 10.DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

#### 11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 09/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

#### 12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT  
CONTRATANTE  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

POSSATTO E POSSATTO LTDA ME  
ROGERIO POSSATTO  
CONTRATADA

Testemunhas:

01.	02.
Nome: Marília Miorelli	Nome: Giane Smaniotto
CPF:057.672.509-95	CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

#### **DECRETO N. 3446/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.446, de 17 de abril de 2017.  
Concede Licença Gestante à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto na Constituição Federal no seu art. 7º, Inciso XVIII, Artigo 163, da Lei

Complementar N.º 093, de 21 de dezembro de 2015, Lei 958/2013, requerimento da servidora e atestado médico em anexo,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedida LICENÇA GESTANTE pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias à Conselheira Tutelar RAQUEL MARIA SIMIONATO, a ser gozada no período de 17 de abril à 14 de agosto de 2017, em conformidade com o Inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 2º De acordo com o Artigo 163, da Lei Complementar n.º 093/2015 e requerimento da servidora, prorroga por mais 60 dias o prazo da licença gestante concedida no art. 1º, passando a vigor até 13 de outubro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 17 de abril de 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**RESOLUÇÃO 09/2017**

RESOLUÇÃO Nº. 09/2017

CONVOCA SUPLENTE DE VEREADOR.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o Art. 36 inciso XXII do Regimento Interno desta Casa de Leis.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Convocar A senhora Julse Daniel 1ª suplente de Vereador, para ocupar a vaga de Vereador nesta Casa de Leis.

Parágrafo Único – À convocação de que trata a presente Resolução será pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de maio à 30 de maio de 2017.

Art., 2º - A referida convocação baseia-se na obrigação Regimental desta casa.

Parágrafo Único – Sendo que o Vereador Helias Alves irá se ausentar pelo período de trinta dias, por motivo particular.

Art. 3º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 12 de abril de 2017.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

# Urussanga

## PREFEITURA

**CONTRATO N° 146/2017/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Extrato do Contrato: 146/2017

Data de assinatura: 10/04/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: ODONLAB CLINICA ODONTOLÓGICA LTDA ME

CNPJ: 17.867.478/0001-16

Objeto: Fornecimento parcelado de próteses dentárias.

Vigência até 31/12/2017.

Valor global R\$ 74.100,00

# Vargeão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO DE Nº191/2017 A Nº194 /2017

EXTRATO DE CONTRATO de nº191/2017 a nº194 /2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: FERVARGEÃO LTDA - EPP

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais de construção, jardinagem e pintura, para suprir as eventuais necessidades do Município de Vargeão ao longo do exercício 2017.

VALOR: R\$ 168.940,60 (CENTO E SESENTA E OITO MIL NOVE-CENTOS E QUARENTA REAIS E SESENTA CENTAVOS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 43/2017 e processo licitatório nº 48/2017, Contrato nº191/2017.

Vargeão, SC, 17 de abril de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: GÁVEA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO E AGROPECUARIA LTDA.

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais de construção, jardinagem e pintura, para suprir as eventuais necessidades do Município de Vargeão ao longo do exercício 2017.

VALOR: R\$ 90.655,14 (NOVENTA MIL SEISCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E QUATORZE CENTAVOS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 43/2017 e processo licitatório nº 48/2017, Contrato nº 192/2017.

Vargeão, SC, 17 de abril de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais de construção, jardinagem e pintura, para suprir as eventuais necessidades do Município de Vargeão ao longo do exercício 2017.

VALOR: R\$ 23.833,50 ( VINTE E TRES MIL OITOCENTOS E TRINTA E TRES REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 43/2017 e processo licitatório nº 48/2017, Contrato nº 193/2017.

Vargeão, SC, 17 de abril de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: QUIMICASOL EIRELI - EPP

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais de construção, jardinagem e pintura, para suprir as eventuais necessidades do Município de Vargeão ao longo do exercício 2017.

VALOR: R\$ 390,00 ( TREZENTOS E NOVENTA REAIS)

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 43/2017 e processo licitatório nº 48/2017, Contrato nº194 /2017.

Vargeão, SC, 17 de abril de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017

Extrato de Edital de Pregão Presencial nº 49/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 03 de maio de 2017 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, visando a aquisição parcelada de lubrificantes, visando atender às necessidades da Administração Pública Municipal de Vargeão, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão nº 49/2017. Informações complementares serão prestadas através do e-mail [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br), fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link [http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con\\_licitacoes.faces](http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con_licitacoes.faces)

Vargeão, SC, 17 de abril de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N.031/2017

DECRETO Nº 031/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DO CARGO DE AUTÔNOMO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando que o cargo de autônomo foi declarado como desnecessário pela Administração Municipal e se encontra vacante por considerável período de tempo;

Considerando o interesse público e a conveniência da administração em regularizar seu departamento de recursos humanos,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica extinto o cargo efetivo de autônomo do quadro de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita, bem como todas as vagas decorrentes de sua criação.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos desde 01 de janeiro de 2017.

Vargem Bonita, 17 de abril de 2017.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 18/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

### PROCESSO 006/2017 PR 005/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017

1 - Objeto: Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE para as UBS's de Vargem Bonita e Campina da Alegria, durante a vigência da ATA, conforme condições, especificações técnicas, características e quantidades estimadas, constantes no ANEXO I do Edital.

2 - Recursos: Proposta nº 10536.938000/1160-01 – Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde, Recursos de Emendas Parlamentares nº 10630004 e 28520007 e, contrapartida do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Vargem Bonita – SC.

3 - Tipo: Menor Preço.

4 - Julgamento: Menor preço por Item.

5 - Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 03 de Maio de 2017 às 09:00hrs (nove horas).

6 - Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitorio, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: [compras@vargembonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargembonita.sc.gov.br).

Vargem Bonita, 13 de Abril de 2017.

ALDÁCIR SALETE DA SILVA DE OLIVEIRA

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### **PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 41/2017 - EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMERAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Setor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 41/2017

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para Eventual fornecimento de Gravador Digital de Vídeo com HD, Câmeras, conector, Plug P4, cabo alarme e instalação do Sistema Eletrônico conforme termo de referência, Anexo II

**REGIMENTO:** A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 031 de 18 de fevereiro de 2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº. 41/2017, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93 e Lei complementar 123/06,

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 09h00min do dia 03 de maio de 2017.

**CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES:** Às 09h00min do dia 03 de maio de 2017, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 17 de abril de 2017.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 13.925/17**

DECRETO Nº 13.925/17, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, SABRINA RODRIGUES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de abril de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.936/17**

DECRETO Nº 13.936/17, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Revoga o Decreto nº 13.841/17, que designa servidora para responder pela Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

Art. 1º Revogar o Decreto nº 13.841/17, que designada a servidora, ANDREA APARECIDA BERTO, para responder interinamente pelo cargo de Secretária Municipal na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 16 de abril de 2017.

Videira, 17 de abril de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração

aos 17 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.937/17**

DECRETO Nº 13.937/17, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Secretário Municipal de Saúde e Ação Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, CARLOS ANTONIO BARZOTTO, para exercer o cargo comissionado de Secretário Municipal de Saúde e Ação Social, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de abril de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 030/17**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/17  
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 001/2016:

CONVOCADOS	CARGO
1. MARCIA HOLDEFER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;

- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 10 de abril de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 031/17

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 031/17  
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 001/2016:

CONVOCADOS	CARGO
1. KELLY REGINA RISSARDI DEON	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 10 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 032/17

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 032/17  
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 001/2016:

CONVOCADOS	CARGO
1. CATIÉLYS NÍOBE MATIELLO	ODONTÓLOGO

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 11 de abril de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 033/17

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 033/17  
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2016:

CONVOCADOS	CARGO
1. MARIA SILVANA NETO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
2. SILVANA FABRECNEY OZELAMI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

3. SAMARA CARLA DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
4. LUCIANA MAIA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
5. TATIANE DOS SANTOS SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
6. MARIA TEREZINHA STRAUSS RIBEIRO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
7. IANDRA FANTIN	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
8. JANAINA RAMOS DA CUNHA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
9. JAINE DE FATIMA OTTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Os convocados deveram apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 12 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2017

Ata de Registro de Preços nº: 55/2017

Data de Assinatura: 04.04.2017

Contratada...: COOPERATIVA DE PEQUENOS AGRICULTORES DE VIDEIRA E IOMERÊ - COPAVIDI

Valor ..... : R\$ 417.289,55

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 26/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 04.04.2017 Término: 07.12.2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR (GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS) E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES, DE ACORDO COM O ARTIGO 14 DA LEI 11.974/09 PARA UTILIZAÇÃO NA MERENDA ESCOLAR.

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2017

Ata de Registro de Preços nº: 56/2017

Data de Assinatura: 05.04.2017

Contratada...: VIDEGRAF ARTES GRÁFICAS LTDA.

Valor ..... : R\$ 29.764,80

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 31/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 05.04.2017 Término: 05.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAL IMPRESSO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO, PROCURADORIA JURÍDICA E GABINETE, CONSELHO TUTELAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2017

Ata de Registro de Preços nº: 57/2017

Data de Assinatura: 05.04.2017

Contratada...: GRAFISIL GRÁFICA LTDA - ME

Valor ..... : R\$ 30.513,30

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 31/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 05.04.2017 Término: 05.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAL IMPRESSO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO, PROCURADORIA JURÍDICA E GABINETE, CONSELHO TUTELAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2017

Ata de Registro de Preços nº: 58/2017

Data de Assinatura: 05.04.2017

Contratada...: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA

Valor ..... : R\$ 13.047,96

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 31/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 05.04.2017 Término: 05.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAL IMPRESSO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO, PROCURADORIA JURÍDICA E GABINETE, CONSELHO TUTELAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2017

Ata de Registro de Preços nº: 59/2017

Data de Assinatura: 05.04.2017

Contratada...: DIGITAL CRUZEIRO LTDA.

Valor ..... : R\$ 18.426,56

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 31/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 05.04.2017 Término: 05.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA,

COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAL IMPRESSO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO, PROCURADORIA JURÍDICA E GABINETE, CONSELHO TUTELAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 60/2017

Data de Assinatura: 05.04.2017

Contratada...: GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA.

Valor ..... : R\$ 32.363,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 31/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 05.04.2017 Término: 05.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAL IMPRESSO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO, PROCURADORIA JURÍDICA E GABINETE, CONSELHO TUTELAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 61/2017

Data de Assinatura: 05.04.2017

Contratada...: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA.

Valor ..... : R\$ 9.395,72

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 31/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 05.04.2017 Término: 05.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAL IMPRESSO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO, PROCURADORIA JURÍDICA E GABINETE, CONSELHO TUTELAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 62/2017

Data de Assinatura: 05.04.2017

Contratada...: NORTE INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA.

Valor ..... : R\$ 21,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 31/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 05.04.2017 Término: 05.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAL IMPRESSO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO, PROCURADORIA JURÍDICA E GABINETE, CONSELHO TUTELAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 63/2017

Data de Assinatura: 07.04.2017

Contratada...: IBF INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A.

Valor ..... : R\$ 18.496,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 06/2017-FMS

Vigência ..... : Início: 07.04.2017 Término: 07.04.2018

Objeto ..... : REGISTO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA EXAMES DE MAMOGRAFIA REALIZADOS NA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO BAIRRO FLORESTA, POR MEIO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 64/2017

Data de Assinatura: 07.04.2017

Contratada...: JOHNNY FELIPE CONTESINI DE OLIVEIRA – EPP.

Valor ..... : R\$ 8.680,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 07/2017-FMS

Vigência ..... : Início: 07.04.2017 Término: 07.04.2018

Objeto ..... : REGISTO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS DE MATERIAIS PARA EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA REALIZADOS NA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO BAIRRO FLORESTA, POR MEIO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 65/2017

Data de Assinatura: 10.04.2017

Contratada...: FUNERÁRIA SÃO JUDAS TADEU LTDA – ME.

Valor ..... : R\$ 24.300,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 20/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 23.04.2017 Término: 23.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE URNAS MORTUÁRIAS E SERVIÇOS DE TRANSLADO PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 66/2017

Data de Assinatura: 10.04.2017

Contratada...: FUNERÁRIA SALETE LTDA – ME.

Valor ..... : R\$ 40.850,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 20/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 23.04.2017 Término: 23.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE URNAS MORTUÁRIAS PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 67/2017

Data de Assinatura: 10.04.2017

Contratada...: APOIO COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E ORTOPÉDICO LTDA.

Valor ..... : R\$ 75.800,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 08/2017-FMS

Vigência ..... : Início: 10.04.2017 Término: 10.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE ÓRTESES E

PRÓTESES, PARA SEREM FORNECIDOS AOS PACIENTES QUE SE ENQUADRAM NOS REQUISITOS EXIGIDOS PELO PROGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 68/2017

Data de Assinatura: 10.04.2017

Contratada...: JG COMÉRCIO DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS LTDA.

Valor ..... : R\$ 5.040,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 08/2017-FMS

Vigência ..... : Início: 10.04.2017 Término: 10.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE ÓRTESES E PRÓTESES, PARA SEREM FORNECIDOS AOS PACIENTES QUE SE ENQUADRAM NOS REQUISITOS EXIGIDOS PELO PROGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 69/2017

Data de Assinatura: 10.04.2017

Contratada...: SANTA VITTA INDÚSTRIA E COM. DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS LTDA – ME.

Valor ..... : R\$ 29.970,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 08/2017-FMS

Vigência ..... : Início: 10.04.2017 Término: 10.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE ÓRTESES E PRÓTESES, PARA SEREM FORNECIDOS AOS PACIENTES QUE SE ENQUADRAM NOS REQUISITOS EXIGIDOS PELO PROGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 70/2017

Data de Assinatura: 10.04.2017

Contratada...: SÉRGIO DA SILVA ORTOPEDIA – ME.

Valor ..... : R\$ 56.950,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 08/2017-FMS

Vigência ..... : Início: 10.04.2017 Término: 10.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE ÓRTESES E PRÓTESES, PARA SEREM FORNECIDOS AOS PACIENTES QUE SE ENQUADRAM NOS REQUISITOS EXIGIDOS PELO PROGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 71/2017

Data de Assinatura: 11.04.2017

Contratada...: ASFAG LTDA – ME.

Valor ..... : R\$ 31.450,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 33/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 11.04.2017 Término: 11.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LAVAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 72/2017

Data de Assinatura: 11.04.2017

Contratada...: PREVEMAX CONFECÇÕES PLÁSTICAS LTDA.

Valor ..... : R\$ 13.901,60

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 16/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 11.04.2017 Término: 11.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, PROCON E CONSELHO TUTELAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 73/2017

Data de Assinatura: 11.04.2017

Contratada...: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA – EPP.

Valor ..... : R\$ 274.196,84

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 16/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 11.04.2017 Término: 11.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, PROCON E CONSELHO TUTELAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 74/2017

Data de Assinatura: 11.04.2017

Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

Valor ..... : R\$ 28.857,29

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 16/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 11.04.2017 Término: 11.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, PROCON E CONSELHO TUTELAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 75/2017

Data de Assinatura: 11.04.2017

Contratada...: COMERCIAL SOL MIO LTDA – ME.

Valor ..... : R\$ 50.342,25

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 16/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 11.04.2017 Término: 11.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, PROCON E CONSELHO TUTELAR) E PARA

OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 76/2017

Data de Assinatura: 11.04.2017

Contratada...: GIGA1.COM EIRELI-ME

Valor ..... : R\$ 10.554,66

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 16/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 11.04.2017 Término: 11.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, PROCON E CONSELHO TUTELAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 77/2017

Data de Assinatura: 11.04.2017

Contratada...: SIPROLIMP – SIMIONATO PROD. DE LIMPEZA LTDA – ME.

Valor ..... : R\$ 96.690,60

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 16/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 11.04.2017 Término: 11.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, PROCON E CONSELHO TUTELAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 78/2017

Data de Assinatura: 11.04.2017

Contratada...: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME.

Valor ..... : R\$ 10.164,10

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 16/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 11.04.2017 Término: 11.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, PROCON E CONSELHO TUTELAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 79/2017

Data de Assinatura: 11.04.2017

Contratada...: VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA – ME.

Valor ..... : R\$ 32.937,58

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 16/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 11.04.2017 Término: 11.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES

FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, PROCON E CONSELHO TUTELAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 80/2017

Data de Assinatura: 11.04.2017

Contratada...: LUIZ MINIOLO NETO - EPP

Valor ..... : R\$ 68.884,37

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 16/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 11.04.2017 Término: 11.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, PROCON E CONSELHO TUTELAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 81/2017

Data de Assinatura: 11.04.2017

Contratada...: TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA – ME.

Valor ..... : R\$ 4.217,70

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 16/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 11.04.2017 Término: 11.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, PROCON E CONSELHO TUTELAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 82/2017

Data de Assinatura: 11.04.2017

Contratada...: GD COMÉRCIO DE PRODUTOS SANEANTES LTDA – ME.

Valor ..... : R\$ 41.679,85

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 16/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 11.04.2017 Término: 11.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, PROCON E CONSELHO TUTELAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 83/2017

Data de Assinatura: 11.04.2017

Contratada....: CATARINENSE COM. DE ALIMENTOS LTDA – ME.

Valor ..... : R\$ 18.732,42

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 16/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 11.04.2017 Término: 11.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, PROCON E CONSELHO TUTELAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 84/2017

Data de Assinatura: 11.04.2017

Contratada....: GUAPÊL INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE PAPEL LTDA – EPP.

Valor ..... : R\$ 79.444,12

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 16/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 11.04.2017 Término: 11.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, PROCON E CONSELHO TUTELAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 85/2017

Data de Assinatura: 11.04.2017

Contratada....: GILBERTO DE ARAÚJO COMÉRCIO - ME.

Valor ..... : R\$ 210.981,91

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 16/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 11.04.2017 Término: 11.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, PROCON E CONSELHO TUTELAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2017**

Ata de Registro de Preços nº: 86/2017

Data de Assinatura: 11.04.2017

Contratada....: BOM SUCESSO INDÚSTRIA E COM. DE MAT. PLÁSTICO LTDA.

Valor ..... : R\$ 26.842,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 16/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 11.04.2017 Término: 11.04.2018

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLÍCIA MILITAR,

CORPO DE BOMBEIROS, PROCON E CONSELHO TUTELAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

**EXTRATO CONTRATO Nº 45/2017**

Contrato nº: 45/2017

Data de Assinatura: 12.04.2017

Fornecedor....: ÊXITO DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE LIVROS LTDA.

Valor ..... : R\$ 2.326,09

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 35/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 12.04.2017 Término: 12.04.2018

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ACERVO DE LIVROS JURÍDICOS EM SUAS EDIÇÕES MAIS RECENTES, PARA ATENDER A NECESSIDADE DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES, E DA PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

**EXTRATO CONTRATO Nº 46/2017**

Contrato nº: 46/2017

Data de Assinatura: 12.04.2017

Fornecedor....: ESTÚDIO EXPRESSÃO CRIATIVA ARTE E CULTURA LTDA – ME.

Valor ..... : R\$ 73.920,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 36/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 12.04.2017 Término: 12.04.2018

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ARTES CÊNICAS PARA DESENVOLVER ATIVIDADES DE CUNHO TEATRAL, POR MEIO DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

**EXTRATO CONTRATO Nº 47/2017**

Contrato nº: 47/2017

Data de Assinatura: 13.04.2017

Fornecedor....: RÁDIO VIDEIRA LTDA.

Valor ..... : R\$ 180.000,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 38/2017-PMV

Vigência ..... : Início: 13.04.2017 Término: 13.04.2018

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RÁDIO AM E FM PARA DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS E EVENTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

**PORTARIA Nº 0364/17**

PORTARIA nº 0364/17

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna datada de 04 de abril de 2017, advinda do Departamento de Ação Social,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 17 de abril a 02 de maio de 2017, o gozo de férias da servidora LUANA BARAUNA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, referente ao período aquisitivo de 19 de setembro de 2015 até 11 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 17 de abril de 2017, revogadas as disposições

em contrário.

Videira, 10 de abril de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

#### **PORTARIA Nº 0370/17**

PORTARIA nº 0370/17  
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 130/12, e à vista do que consta no Memorando nº 056/17DEPLD

#### **RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora CLAUDIA CARLA ZAGO DE MELO, Professora, a partir do dia 05 de abril de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de abril de 2017.

Videira, 12 de abril de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

#### **PORTARIA Nº 0371/17**

PORTARIA nº 0371/17

Designa Suzete Aparecida Acadroli para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

#### **RESOLVE**

Designar, SUZETE APARECIDA ACADROLI, Auxiliar de Serviços Gerais, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de abril 2017.

Videira, 12 de abril de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

#### **PORTARIA Nº 0372/17**

PORTARIA nº 0372/17

Designa Weusley Willian de Paula para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

#### **RESOLVE**

Designar, WEUSLEY WILLIAN DE PAULA, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Informática, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de abril 2017.

Videira, 12 de abril de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

#### **PORTARIA Nº 0376/17**

PORTARIA nº 0376/17

Substitui membro da Comissão de Processo Disciplinar para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 339/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, no art. 282 e seguintes da Lei Complementar nº 129/12,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Designar o servidor AIRTO LORENI ZONTA, para exercer as funções de membro da Comissão de Processo Disciplinar, nomeada pela Portaria nº 0224/17, em substituição à servidora CAMILA STRAPAZZON.

Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo 1º, a Comissão de Processo Administrativo, fica assim constituída: MÁRIO PEDRO FONTANELLA, KAROLINA BORSATTI e AIRTO LORENI ZONTA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de abril de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração  
aos 17 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

### **RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE VIDEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017 – FMS  
RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADO o dia e o horário da sessão do Pregão Presencial nº 09/2017 - FMS, o qual tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR O LEVANTAMENTO DETALHADO DAS PEÇAS, E QUANTIFICAR O TEMPO DE SERVIÇO NECESSÁRIO PARA EFETUAR O CONserto DO MOTOR DO VEÍCULO FIAT/ DUCATO ADAPTADA 10P/127CV, ANO 2010/2011, DIESEL, PLACA MHG 6256, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE. A data de abertura do presente certame ocorreria no dia 02 de maio do corrente ano às 14:00:00h e, passará para o dia 03 de maio de 2017 às 09:00:00h, a qual atende ao disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/02. O Edital retificado está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações por meio do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 17 de abril de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

### **TERMO ADITIVO 62/2017 - PMV**

Termo Aditivo nº 62/2017  
Contrato/Ata nº: CT nº 174/2016  
Processo: TP nº 18/2016-PMV  
Contratada: MARTINI & FRANCISCATTO ENGENHARIA LTDA  
Objeto: Prorrogação do prazo de execução do Contrato de Prestação de Serviço nº 174/2016, com efeitos a partir de 15/04/2017 até 15/06/2017.  
Data: 13/04/2017.

**ANEXO IV - GASTOS COM SAÚDE MARÇO DE 2017****DECRETO 11.120/14****ANEXO IV****CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE MARÇO DE 2017**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS			ARRECADAÇÃO		
			ATÉ O MÊS		
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO					
1.1 - IPTU			19.092,39		
1.2 - ITBI			471.348,24		
1.3 - ISS			2.492.789,71		
1.4 - IRRF			494.864,18		
1.5 - FPM			6.309.208,26		
1.6 - ITR			12.336,79		
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO			38.593,80		
1.8 - ICMS			10.650.525,04		
1.9 - IPVA			1.456.737,86		
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO			140.756,36		
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS			180.473,66		
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS			132.165,77		
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS			22.398.892,06		
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE			ACUMULADO		
			ATÉ O MÊS		
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)			3.359.833,81		
2.2 - TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO			2.170.285,09		
2.3 - SUPERAVIT TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO			2.389.192,84		
2.4 - CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE			0,00		
2.5 - SUPERAVIT CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE			0,00		
2.6 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE			202.520,14		
2.7 - SUPERAVIT OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE			158.029,25		
TOTAL			8.279.861,13		
3. APLICAÇÃO		RECEITA ACUMULADA	DESPESA LIQUIDADA	%	DIFERENÇA
3.1 - Limite constitucional 15% sobre receitas impostos		3.359.833,81	3.343.915,74	14,93	-15.918,07
3.2 - Transferências do SUS - União e Estado		4.559.477,93	1.596.171,11	35,01	-2.963.306,82
3.2 - Convênios vinculados a Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00
3.3 - Outras aplicações vinculadas à saúde		360.549,39	75.922,48	21,06	-284.626,91
TOTAL		8.279.861,13	5.016.009,33		-3.263.851,80

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 13 de Abril de 2.017.

Juliane M.C.Wartha  
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Andréa Aparecida Berto  
Secretária Mun. de Saúde e Ação Social Interina

Dorival Carlos Borgia  
Prefeito Municipal

**ANEXO V - CONTROLE DE GASTOS COM EDUCAÇÃO 03 2017**

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

**CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS MARÇO/2017**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
<b>1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	19.092,39
1.2 - ITBI	471.348,24
1.3 - ISS	2.492.789,71
1.5 - IRRF	494.864,18
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	180.473,66
1.7 - Multas e Juros de Impostos	132.165,77
<b>1.8 SOMA</b>	<b>3.790.733,95</b>
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	6.309.208,26
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%	38.593,80
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	10.650.525,04
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	140.756,36
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%	12.336,79
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%	1.456.737,86
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%	0,00
<b>1.17 SOMA</b>	<b>18.608.158,11</b>
<b>1.18 TOTAL</b>	<b>22.398.892,06</b>

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	5.599.723,02
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	5.893.206,02
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	71.520,90
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	461.081,80
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	662.448,58
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	30.927,27
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	437.454,41
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	170.479,40
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	180.129,01

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	5.599.723,02	6.443.277,41	843.554,40
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		2.324.477,68	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		4.118.799,73	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	<b>5.964.726,92</b>	<b>3.950.359,40</b>	<b>-2.014.367,52</b>
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	3.578.836,15	3.578.795,98	-40,17
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	2.385.890,77	371.563,42	-2.014.327,35
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	1.130.830,26	72.988,40	-1.057.841,86
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	350.608,41	29.771,40	-320.837,01

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	<b>18,75%</b>	-6,25%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)	60,00%	52,27%	-7,73%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil ( máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	6,23%	-34,17%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	5.893.206,02	3.721.630,93	2.171.575,09

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 11 de abril de 2017.

Maria Angélica Vanz  
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Geancarlos Farinon Flores de Matias  
Secretário Municipal de Educação

Dorival Carlos Borge  
Prefeito Municipal

# Xanxerê

## PREFEITURA

### DECRETO Nº AM 127/2017

DECRETO Nº AJG 127/2017

NOMEIA SECRETÁRIA EXECUTIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

#### DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a senhora EDINÉIA PALUDO, brasileira, solteira, inscrita no cpf/mf sob nº 058.946.589-93, portadora da Cédula de Identidade 3.942.866, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretária Executiva, lotada no Gabinete do Prefeito, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 17 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº AM 128/2017

DECRETO Nº AM 128/2017

ATUALIZA VALORES DAS TABELAS Nº 02 E Nº 03 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 3188/2009, REFERENTES ÀS LICENÇAS AMBIENTAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e lei complementar nº 3188/2009, alterada pela lei complementar nº 3523/2013 e pela lei complementar nº 3818/2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam atualizados os valores das tabelas nº 02 e nº 03 da lei complementar nº 3188/2009, de 14 de dezembro de 2009, referentes às licenças ambientais, conforme abaixo especificado:

TABELA Nº 02 – Lei Complementar nº 3188/2009						
Valores para análise de pedidos de licenças ambientais em R\$						
LICENÇAS 2017	CLASSE					
	I		II		III	
	A	B	A	B	A	B
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	R\$ 137,52	R\$ 205,43	R\$ 410,86	R\$ 615,45	R\$ 820,86	R\$ 1.230,52
LAI	R\$ 342,10	R\$ 512,73	R\$ 1.025,47	R\$ 1.538,20	R\$ 2.050,94	R\$ 3.076,43
LAO	R\$ 684,21	R\$ 1.026,32	R\$ 2.050,94	R\$ 3.076,42	R\$ 4.101,90	R\$ 6.152,86
TOTAL	R\$ 1.163,83	R\$ 1.744,48	R\$ 3.487,27	R\$ 5.230,07	R\$ 6.973,71	R\$ 10.459,81

TABELA Nº 03 – Lei Complementar nº 3188/2009						
Valores para análise de pedidos de licenças ambientais PARA AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PECUÁRIAS E FLORESTAIS em R\$						
LICENÇAS 2017	CLASSE					
	I		II		III	
	A	B	A	B	A	B
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	R\$ 135,82	R\$ 155,34	R\$ 250,41	R\$ 300,50	R\$ 500,84	R\$ 601,03
LAI	R\$ 376,06	R\$ 450,59	R\$ 751,27	R\$ 901,53	R\$ 1.502,55	R\$ 1.803,07

LAO	R\$ 250,43	R\$ 300,50	R\$ 500,84	R\$ 601,01	R\$ 1.002,29	R\$ 1.202,10
TOTAL	R\$ 762,31	R\$ 906,43	R\$ 1.502,52	R\$ 1.803,04	R\$ 3.005,68	R\$ 3.606,20

Art. 2º Os valores das tabelas serão corrigidos anualmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços) da Fundação Getulio Vargas, no início de cada exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 17 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº AM 129/2017

DECRETO Nº AM 129/2017

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, AMIGÁVEL OU JUDICIAL, ÁREAS DE TERRAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, no uso das atribuições de seu cargo, em conformidade com o artigo 69, incisos III e V, da Lei Orgânica Municipal e com base nos artigos 2º e 5º, alínea "i", do Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de Desapropriação, amigável ou judicial, as áreas de terras que constituirão a faixa de domínio do Contorno Viário Leste, localizadas neste Município, na Linha Passo Trancado, identificadas no mapa que passa a fazer parte integrante do presente decreto, com as seguintes descrições:

I – Gleba 1 – área com 3.389,25m<sup>2</sup>, pertencente a matrícula nº 29.386, de propriedade de Josete Lunardelli Fabiani e Valmor Fabiani, Lizete Lunardelli Sacomori e Nilso Luiz Sacomori, com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte confronta com o imóvel de matrícula no 1.796, de propriedade de Volnei Fabiani e Valmor Fabiani, na extensão total de 56,73 metros e com o imóvel de matrícula no 19.614, de propriedade de Ivandra da Silva Fantinel, na extensão total de 280,88 metros, ambos ocupados pela faixa de domínio da Rodovia do Contorno Viário Leste; ao Sul confronta com o remanescente do imóvel Gleba 01 com matrícula no 29.386, de propriedade de Josete Lunardelli Fabiani e Valmor Fabiani, Lizete Lunardelli Sacomori e Nilso Luiz Sacomori, na extensão total de 338,01 metros; ao Leste confronta com o imóvel com matrículas nos 14.100, 9.050, 9.049, 8.717, 6.403, 5.178, 15.493 e 13.803, de propriedade de Saul Mario Sartoretto, ocupado pela faixa de domínio da Rodovia do Contorno Viário Leste, na extensão total de 10,33 metros; ao Oeste confronta com o imóvel Gleba 02 com matrícula no 29.387, de propriedade de Josete Lunardelli Fabiani e Valmor Fabiani, Lizete Lunardelli Sacomori e Nilso Luiz Sacomori, ocupado pela faixa de domínio da Rodovia do Contorno Viário Leste, na extensão total de 12,35 metros.

II – Gleba 2 – área com 6.441,59m<sup>2</sup>, pertencente a matrícula nº 29.387, de propriedade de Josete Lunardelli Fabiani e Valmor Fabiani, Lizete Lunardelli Sacomori e Nilso Luiz Sacomori, com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte confronta com o imóvel com matrícula no 1.796, de propriedade de Volnei Fabiani e Valmor Fabiani, ocupado pela faixa de domínio da Rodovia do Contorno Viário Leste, na extensão total de 338,37 metros; ao Sul confronta com o remanescente do imóvel Gleba 02 com matrícula no 29.387, de propriedade de Josete Lunardelli Fabiani e Valmor Fabiani, Lizete Lunardelli Sacomori e Nilso Luiz Sacomori, na extensão total de 339,64 metros; ao Leste confronta com o imóvel Gleba 01 com matrícula no 29.386, de propriedade de Josete Lunardelli Fabiani e Valmor Fabiani, Lizete Lunardelli Sacomori e Nilso Luiz Sacomori, ocupado pela faixa de domínio da Rodovia do Contorno Viário Leste, na extensão total de 12,35 metros; ao Oeste confronta com o imóvel Gleba 05 com matrícula no 29.390, de propriedade de Claudionor Lunardelli e Sueli Lunardelli, ocupado pela faixa de domínio da Rodovia do Contorno Viário Leste, na extensão total de 16,38 metros.

III – Gleba 5 – área com 6.886,91m<sup>2</sup>, pertencente a matrícula nº 29.390, de propriedade de Claudionor Lunardelli e Sueli Lunardelli, com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte confronta com o imóvel com matrícula no 1.796, de propriedade de Volnei Fabiani e Valmor Fabiani, ocupado pela faixa de domínio da Rodovia do Contorno Viário Leste, na extensão total de 399,96 metros; ao Sul confronta com o remanescente do imóvel Gleba 05 com matrícula no 29.390, de propriedade de Claudionor Lunardelli e Sueli Lunardelli, na extensão total de 397,60 metros; ao Leste confronta com o imóvel Gleba 02 com matrícula no 29.387, de propriedade de Josete Lunardelli Fabiani e Valmor Fabiani, Lizete Lunardelli Sacomori e Nilso Luiz Sacomori, ocupado pela faixa de domínio da Rodovia do Contorno Viário Leste, na extensão total de 16,38 metros; ao Oeste confronta com a Rua Levy Tortato na extensão de 19,02 metros.

Art. 2º No exercício de suas prerrogativas, o Município poderá alegar, para efeitos da imissão provisória de posse, a urgência a que se refere o artigo 15 do Decreto Lei nº 3365/41, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º Determino ao Secretário Municipal de Administração e Finanças que inicie os procedimentos preliminares para a correta identificação das áreas, com suas respectivas confrontações, nomeando, posteriormente, comissão especial para proceder à avaliação para fins de formalização de acordo com cada proprietário ou depósito judicial, se for o caso.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 17 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº AM 130/2017**

DECRETO Nº AM 130/2017

NOMEIA COORDENADORA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora CLAUDETE ZULIAN, brasileira, solteira, inscrita no cpf/mf sob nº 425.920.209-00, portador da Cédula de Identidade 618.248, expedida pela SSP/SC para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenadora de Desenvolvimento Econômico, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 17 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº AM 131/2017**

DECRETO Nº AM 131/2017

NOMEIA COORDENADOR DE DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTOS, CONTROLE FINANCEIRO E CONVÊNIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor DANIEL ZAMBIASI, brasileiro, solteiro, inscrito no cpf/mf sob nº 007.827.369-20, portador da Cédula de Identidade 3.867.918, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Departamento de Orçamento, Controle Financeiro e Convênios, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 17 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº AM 132/2017**

DECRETO Nº AM 132/2017

NOMEIA COORDENADOR DE TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor JORGE MOLLMANN, brasileiro, casado, inscrito no cpf/mf sob nº 099.177.649-68, portador da Cédula de Identidade 1773177, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Turismo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 17 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº AM 133/2017**

DECRETO Nº AM 133/2017

NOMEIA COORDENADORA DE DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO, CONTROLE FINANCEIRO E CONVÊNIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora VANESSA NATALY MALISKA LOVATEL, brasileira, inscrita no cpf/mf sob nº 892.214.869-15, portadora da Cédula de Identidade 1695171, expedida pela SSP/SC para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenadora de Departamento de Orçamento, Controle Financeiro e Convênios, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 17 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

**PP 023/2017 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2017 PMXV**

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para o fornecimento de passagens aéreas para trechos nacionais e internacionais, incluindo reserva, emissão, entrega transferência, endosso, marcação/remarcação e reembolso de bilhetes para atender as necessidades do município, conforme as especificações constantes do anexo "c" deste edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Maior percentual de desconto.

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 04/05/2017.

Abertura: dia 04/05/2017, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 13 de abril de 2017.

ENOIR FAZOLO,  
Prefeito Municipal.

# Xaxim

## PREFEITURA

### DECRETO 179 - CASAN

DECRETO Nº 179/2017

PERMITE O USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA FINS DE IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ÁGUA SOB RESPONSABILIDADE DA CASAN.

LÍRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embasadas no artigo 66, VI e artigo 91 da Lei Orgânica Municipal, bem como por disposições constantes no artigo 3º, inciso IV, e demais dispositivos legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN autorizada a utilizar o subsolo do espaço público descrito no artigo 2º, de acordo com o memorial descritivo e a planta em anexo, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, para a implantação de equipamentos de rede de água, condicionado à prévia assinatura de Termo de Permissão de Uso.

Art. 2º - O imóvel objeto do presente Decreto está assim localizado e descrito, em acordo com o memorial descritivo anexo:

I - Área Institucional não edificável de 164,90 m² (cento e sessenta e quatro metros e noventa decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: Ao Norte com a Rua Brasília, na extensão de 6,00 m (seis metros), ao Leste com o próprio lote, na extensão de 27,74 m (vinte e sete metros e setenta e quatro centímetros), ao Sul com a Rua Manaus, na extensão de 6,03 m (seis metros e três centímetros), ao Oeste com o próprio lote, na extensão de 27,77 m (vinte e sete metros e setenta e sete centímetros), localizado no imóvel de Matrícula nº 26.676 da Comarca de Xaxim- SC, situado na Rua Brasília, Loteamento Império do Sol, Município de Xaxim – SC, com área de 4.792,89 m², (quatro mil setecentos e noventa e dois metros e oitenta e nove decímetros quadrados), para instalação de 27,78 metros de TUBULAÇÃO DE PVC-PBA DN 50mm para o Sistema de Abastecimento do Município de Xaxim - SC, com livre acesso para a operação e manutenção.

Art. 3º - A CASAN não poderá alterar a destinação do bem público objeto deste Decreto sob pena de reversão ao Município, ficando obrigada a mantê-lo em segurança na fase de execução das obras, a recompor a área e seu entorno após a implantação do equipamento e prestar manutenção periódica que garanta a funcionalidade e segurança do espaço público.

Art. 4º - Fica a CASAN responsável pela obtenção das demais licenças e autorizações indispensáveis para a implantação do equipamento, bem como eventual dano causado pela instalação de seu sistema.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação  
Gabinete do Prefeito Municipal, 06 de abril de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Silas David Parisotto

Procurador Geral do Município

### Decreto 186

DECRETO Nº. 186/2017.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 17 de abril de 2017, o Sr. LUIZ ALVARO STIEVEN, CPF: 344.776.679-49, no cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de abril de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli

Secretário Municipal de Administração

### Decreto 187

DECRETO Nº 187/2017.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2015, de 13 de abril de 2015, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, pelo presente Decreto, PEDRO MATTOS PRA, CPF: 086.169.799-56, para exercer o cargo de MONITOR SOCIAL DESPORTIVO, código 055, categoria ATC (Atividade Técnico Científica), nível 030, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 225, de 01 de julho de 2015, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 17 de abril de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas

semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, percebendo a remuneração constante em quadro próprio.  
Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de abril de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli

Secretario Municipal de Administração

## **DECRETO Nº 185/2017 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO Nº 185/2017

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

Lírio Dagort, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica do Município e com as Leis Municipais nº 2.004 de 28 de agosto de 1997 e nº 2.989, de 01 de junho de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes Membros Titulares e respectivos Suplentes, para compor o Conselho Municipal de Educação:

I) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação – Secretário Municipal de Educação:

Membro Titular – Rubens Marafon; Membro Suplente – Sônia Priori

II) 01 (um) representante da Rede Municipal de Ensino, sendo 01 (um) professor do Ensino Fundamental:

Membro Titular – Sandra Zin; Membro Suplente – Jean Bacca;

III) 01 (um) representante das Associações de Pais e Professores: Membro Titular – Fabiana Lopes Araújo; Membro Suplente - Marcos Brisola;

IV) 01 (um) representante da Educação Especial:

Membro Titular – Gilvane Toaldo Giachini; Membro Suplente – Jane Fátima;

V) 01 (um) representante da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino:

Membro Titular – Loriele Ramon Venazzi; Membro Suplente – Loreni da Rosa;

VI) 01 (um) representante do Sindicato dos Professores da Rede Municipal:

Membro Titular – Paulo Roberto da Silva; Membro Suplente – Leonara Zanatta Zanella

VII) 01 (um) representante do Conselho Tutelar:

Membro Titular – Silvana Zanetti; Membro Suplente -Emília Carla Zanchet;

VIII) 01 (um) representante da Educação de Jovens e Adultos: Membro Titular – Aida Adelaide L. R da Silva; Membro Suplente – Ivanete Bes;

IX) 01 (um) representante dos Diretores e/ou Especialistas em Educação da Rede Municipal de Ensino:

Membro Titular – Eliziane Baggio; Membro Suplente - Andressa Salvi;

X) 01 (um) representante da Rede Estadual de Ensino:

Membro Titular – Fátima Baptista; Membro Suplente – Eneir V.Z. Orço.

Art. 2º Os membros do Conselho Municipal de Educação terão mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos a critério das entidades a qual representa, por igual período.

Parágrafo Único No final dos primeiros dois anos será renovado 50% (cinquenta por cento) dos conselheiros. No final dos quatro anos renovam-se os outros 50% (cinquenta por cento) e assim sucessivamente, garantindo assim a continuidade dos trabalhos.

Art.3º Os Conselheiros não serão remunerados, uma vez que se trata de órgão de apoio ao Setor Educacional, sem vínculo empregatício, constituindo-se em prestação de serviço relevante ao Município.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de abril de 2017.

Lírio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Silas David Parisotto

Procurador Geral do Município.

## **DECRETO Nº 188/2017 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO Nº 188/2017

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, de acordo com atribuições de seu cargo e de acordo com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 2º da Lei Municipal nº 1.393 /91 e com o Art. 4º do Decreto nº 006/93, "

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para fazer parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural os seguintes membros:

I – Representantes da EPAGRI – JEVERSON SOCCOL e LOIVA MARIA DALMOLIN BATTISTELLA;

II – Representante da COOPERALFA – PEDRO JOSÉ FOZA FILHO;

III – Representante da SECRETARIA DA AGRICULTURA – LUIZ FERNANDO CORONA

IV – Representante da PREFEITURA MUNICIPAL – IGOMAR BORTONCELLO;

V – Representante da AURORA – MAURÍCIO CRESTANI E SIDIANO ROSIN;

VI – Representante da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA – ACIAX e ASSOCIAÇÃO DE BOVINOCULTORES – NATALINO GABRIEL;  
 VII – Representante do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS – BORTOLO JAIR FONTANA E GENUINO FELINI;  
 VIII – Representante do SINDICATO RURAL – VITALINO GHENO E ENOR CENCI;  
 IX – Representante da CIDASC – MARCOS ANTONIO DE FACI E NILSON LUIZ KAEFER;  
 X – Representante da COMUNIDADE DE FREI PLÁCIDO – ADELIRIO VIDI;  
 XI – Representante do PODER LEGISLATIVO – RONI JOSÉ DAL MAGRO.  
 XII – Representante da COMUNIDADE COLORADO – SÉRGIO DAL MÉDICO E VILSON SORGATTO;  
 XIII – Representante da COMUNIDADE DE VILA TIGRE – ROBERTO ROMANELLI E VALDEMAR BOSCHETTI;  
 XIV – Representante da COMUNIDADE MONTE BELO – MAURO SCHIBEL E EDEVAN ARALDI;  
 XV – Representante COMUNIDADE DISTRITO DE ANITA GARIBALDI – GIOVANI BONADIMAN E DARCI TAMALUSKI;  
 XVI – Representante da COMUNIDADE DE NOVA BRASÍLIA – JACIR PEDROSO E GENIR ZARDO;  
 XVII – Representante da COMUNIDADE GOLFO SÃO ROQUE – SIDINEI BARELA;  
 XVIII – Representante da COMUNIDADE DE CANARINHO – ELIVELTON GABRIEL;  
 XIX – Representante da COMUNIDADE SÃO FRANCISCO – ALBERTO BIASOTTO E VALCIR ZAPANI;  
 XX – Representante da COMUNIDADE ERVALZINHO – NILDO GUIDO HAMMERICH;  
 XXI – Representante da COMUNIDADE LIMEIRA – JUNIOR PAVAN E VALCIR PAVAN;  
 XXII – Representante da COMUNIDADE SANTA LÚCIA – DEOLINO CAPITANI E DEOLINDO FACHINI;

XXIII – Representante da COMUNIDADE PILÃO DE PEDRA – VALDIR TONELLO E ARLINDO GIROTTO;  
 XXIV – Representante da COMUNIDADE POCINHO DE BAIXO – LUIZ BETTU;  
 XXV – Representante da COMUNIDADE GOLFINHO – AIRTON DALA ROSA;  
 XXVI – Representante da COMUNIDADE UVARANA – LENOIR MICHAILOF E ADELINO FELTRIN;  
 XXVII – Representante da COMUNIDADE ANTONIO PRADO – LEOMAR MAIOLI E VANDERLEI FELIPETTO;  
 XXVIII – Representante da COMUNIDADE DE LINHA TERCEIRA – CLAUDEMIR SECHINI;  
 XXIX – Representante da COMUNIDADE DE RUI BARBOSA – LEONEL CENCI E MIGUEL LANZARIN  
 XXX – Representante da COMUNIDADE DE FAZENDA SANTO ANTONIO – HILÁRIO ORSO.

Art. 2º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural tem por finalidade, em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, atuar na formação das estratégias e na execução da Política Municipal da Agropecuária e o mandato de seus conselheiros será de 02 (dois) anos.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de abril de 2017.

Lirio Dagort  
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Silas David Parisotto  
 Procurador Geral do Município

## CÂMARA MUNICIPAL

### LEI 4261

LEI Nº 4261/2017, de 28 de março de 2017.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de avaliação oftalmológica para os alunos da Rede Municipal de Ensino de Xaxim, SC.

A Mesa da Câmara Municipal de Vereadores de Xaxim, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que o Plenário aprovou a seguinte Lei Legislativa:

Art. 1º Torna-se obrigatória a realização de exames oftalmológicos, no início do ano letivo, em alunos matriculados em Rede Municipal de Ensino, consoante as disposições desta Lei.

Parágrafo único – A avaliação médica a que se refere o caput deste artigo visa determinar as condições clínicas dos alunos para que não haja comprometimento do desenvolvimento das atividades escolares.

Art. 2º Para a realização dos exames previstos nesta Lei, a direção dos estabelecimentos de ensino encaminharão os alunos matriculados às unidades de saúde do Município ou vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com programação previamente determinada.

§ 1º Quando possível, dar-se-á, preferência a realização dos exames na própria unidade de ensino, através de unidades móveis de atendimento, ou em estabelecimentos de ensino em que disponham de instalações adequadas.

§2º Estarão dispensados dos exames os alunos cujos responsáveis comprovem a realização dos mesmos em prazo inferior a 01 (um)

ano de sua exigência.

Art. 3º Nas avaliações onde houver indicação do uso de óculos, a informação deverá ser passada à direção da unidade escolar, que notificará os responsáveis pelo aluno, solicitando as providências necessárias à correção da deficiência detectada.

Parágrafo Único – A direção da escola deverá disponibilizar aos pais dos alunos um comprovante de realização do exame, que deve ser anexado a documentação escolar do estudante.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 28 de março de 2017.

Agenor Junior Maier	Alcir Cassaniga
Presidente	1º Secretário

# Zortéa

## PREFEITURA

**DECRETO N.º 027/2017 - ISENCAO DE IPTU**

DECRETO n.º 027/2017 de 12 de abril de 2017.

Concede Isenção do I.P.T.U.

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica, e considerando o despacho do Processo Administrativo 14/2017, com amparo nos Artigos 1º, 2º e 3º da Lei 115/2000.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido à Sra. Maria Alves de Souza, a isenção do pagamento do I.P.T.U. e taxas cobradas em conjunto, relativo ao imóvel inscrito no cadastro do município sob o nº 474.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Zortéa (SC), 12 de abril de 2017.

ALCIDES MANTOVANI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se este Decreto em 12 de abril de 2017.

RAUL VILARINO LIRA

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO N.º 028/2017 - ISENCAO DE IPTU**

DECRETO n.º 028/2017 de 12 de abril de 2017.

Concede Restituição de ITBI e Imunidade do IPTU

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica, e considerando o despacho do Processo Administrativo 30/2017, com amparo no Artigos 150, VI, b, da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido à Mitra Diocesana de Joaçaba, inscrita no CNPJ sob nº 83.226.506/0001-40, ressarcimento de valor do ITBI e Imunidade Tributária de I.P.T.U. e taxas cobradas em conjunto, relativo ao imóvel inscrito no cadastro do município sob o nº 2140, sendo o Lote 08 da Quadra 28 do Loteamento Jardim das Hortências – Matrícula nº 32.902.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Zortéa (SC), 12 de abril de 2017.

ALCIDES MANTOVANI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se este Decreto em 12 de abril de 2017.

RAUL VILARINO LIRA

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº29/2017 - NOMEIA MEMBROS CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE**

DECRETO Nº29/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS DE ZORTÉA

ALCIDES MANTOVANI PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA - ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições CONFERIDAS PELA Lei Orgânica Municipal e na forma dos arts. 5º e 6º da Lei Municipal de nº0101/99 de 16 de setembro de 1999:

Considerando a necessidade de adequação conforme preceitua a Lei nº 101/1999 de 16 de setembro de 1999.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros titulares e respectivos suplentes para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE - CMS, do Município de Zortéa, conforme Inciso II, do art.7º da Lei nº 101/99 de 16 de setembro de 1999, alterada pela Lei 536/2016 de 21 de março de 2016.

A) Secretaria da Saúde:

Titular: Josiane Gonçalves

Suplente: Janaina Faller Turow

B) Secretaria de Educação:

Titular: Cássia Freitas

Suplente: Fábila Césa do Amaral

C) Representante da Unidade Sanitária:

Titular: Daniel Mileski

Suplente: José Piazza

D) Representante dos Profissionais de Saúde:

Titular: Janaina Seganfredo

Suplente: Loreci Salete Machado

E) Representantes das Associações de Bairros:

Titular: Francisco C. Delazzaro

Suplente: Sérgio Ganzala

F) Representantes das Associações de Produtores Rurais:

Titular: Rogério de Mattos

Suplente: Genete Biazotto

G) Representantes das APPs:

Titular: André Vieira

Suplente: Luciana Schmidt

H) Representante das Instituições Religiosas:

Titular: Marli Carneiro

Suplente: Antônio Rogério Mecabô

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa - SC, 17 de Abril de 2017

ALCIDES MANTOVANI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em, 17 de Abril de 2017

RAUL VILARINO LIRA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

# Consórcios

## CIGA

**Extrato de Contrato n. 178 - Prefeitura Municipal de Irineópolis**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 178/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Irineópolis

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ: 83.102.558/0001-05

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 27/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 2.520,00 (dois mil e quinhentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 29 de março de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 179 - Prefeitura Municipal de Apiúna**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 179/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Apiúna

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Apiúna

CNPJ: 79.373.767/0001-16

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 32/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.825,00 (três mil e oitocentos e vinte e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 12 de abril de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 180 - Prefeitura Municipal de Urupema**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 180/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Urupema

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Urupema

CNPJ: 78.492.576/0001-00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 39/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 5.180,00 (cinco mil e cento e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 21 de fevereiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO Nº 204/2014**

TERMO ADITIVO N.º 03/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 204/2014, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e a operadora AGEMED SAÚDE S.A., para a prestação continuada de serviços na forma de Plano Privado de Assistência à Saúde, conforme previsto no inciso I do artigo 1º da Lei 9.656/98, abrangendo as coberturas do Rol de Procedimentos instituído pela Agência Nacional de Saúde Suplementar aos usuários regularmente inscritos, na modalidade 'Free 600 Total Standart'.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1.885, Sala 1307 Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATANTE, e a AGEMED SAÚDE S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 02.933.220/0001-01, situada à Rua Dr. Plácido Olímpio de Oliveira, n.º 693, Edifício Vanquisher, Bairro Bucarein, CEP 89.202-450, Joinville/SC, neste ato representada pelo Senhor Mario Luis da Silva, como CONTRATADA, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato n.º 204/2014, celebrado em 14 de abril de 2014, originário do Processo Licitatório n.º 03/2014, Dispensa de Licitação n.º 02/2014, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Décima Nona e Vigésima Terceira e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA**

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação da vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, para o período compreendido entre 14 de abril de 2017 e 14 de abril de 2018.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas oriundas deste aditamento contratual correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do CIGA, elemento orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica).

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo passa a vigor a partir da assinatura de ambas as partes.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO**

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato n.º 204/2014.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis – SC, 13 de abril de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo – CIGA

MARIO LUIS DA SILVA  
Agemed Saúde S.A.

## TESTEMUNHAS:

MORGANA ARENT MICHELS BAGINI  
Gerente Administrativa – CIGA

SORAIA DE ASSIS  
Agemed Saúde S.A.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 03 AO CONTRATO N° 205/2014**

TERMO ADITIVO N.º 03/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 205/2014, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e a operadora AGEMED SAÚDE S.A., para a prestação continuada de serviços na forma de Plano Privado de Assistência à Saúde, conforme previsto no inciso I do artigo 1º da Lei 9.656/98, abrangendo as coberturas do Rol de Procedimentos instituído pela Agência Nacional de Saúde Suplementar aos usuários regularmente inscritos, na modalidade 'Free 600 Standart Coparticipação 50% 3510'.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1.885, Sala 1307 Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATANTE, e a AGEMED SAÚDE S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 02.933.220/0001-01, situada à Rua Dr. Plácido Olímpio de Oliveira, n.º 693, Edifício Vanquisher, Bairro Bucarein, CEP 89.202-450, Joinville/SC, neste ato representada pelo Senhor Mario Luis da Silva, como CONTRATADA, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato n.º 205/2014, celebrado em 14 de abril de 2014, originário do Processo Licitatório n.º 03/2014, Dispensa de Licitação n.º 02/2014, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Décima Nona e Vigésima Terceira e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA**

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação da vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, para o período compreendido entre 14 de abril de 2017 e 14 de abril de 2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas oriundas deste aditamento contratual correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do CIGA, elemento orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo passa a vigor a partir da assinatura de ambas as partes.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO**

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato n.º 205/2014.

**CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis – SC, 13 de abril de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo – CIGA

MARIO LUIS DA SILVA  
Agemed Saúde S.A.

## TESTEMUNHAS:

MORGANA ARENT MICHELS BAGINI  
Gerente Administrativa – CIGA

SORAIA DE ASSIS  
Agemed Saúde S.A.

**CIS NORDESTE****ATA DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DO CISNORDESTE**

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO CISNORDESTE/SC

Aos vinte e três dias do mês de março do ano dois mil e dezessete, às dez horas, iniciou-se na sala de reuniões do CISNORDESTE/SC, a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do CISNORDESTE/SC que contou com a presença do Vice-Prefeito Municipal de Araquari e membro do Conselho Fiscal, Ludgero Jazper Júnior, com Prefeito Municipal de Piên (Pr) e membro do Conselho Fiscal, Livino Tureck e equipe técnica do CISNORDESTE/SC. A Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC, Ana Maria Groff Jansen cumprimentou os presentes e de imediato conduziu para os assuntos de pauta sendo: 1º assunto: Eleição do Presidente do Conselho: Ana explicou que conforme determina o Contrato de Consórcio Público, faz-se necessário eleger o Presidente do Conselho (Art. 25 Parágrafo 1º). Por unanimidade dos presentes, o Prefeito de Araquari Clenilton Carlos Pereira foi eleito o Presidente do Conselho Fiscal. 2º Análise do balanço patrimonial/contábil e fiscal relativo ao exercício de 2016: A Contadora do CISNORDESTE/SC, Bianca Menssaline de Souza fez a apresentação do balanço orçamentário dizendo que o valor total das receitas arrecadadas em 2016 foi na ordem de R\$7.753.460,09 (sete milhões, setecentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e sessenta reais e nove centavos) e as despesas executadas foram na ordem de R\$7.876.795,59 (sete milhões, oitocentos e setenta e seis mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e nove centavos). O Déficit Orçamentário do Exercício foi de R\$123.335,50 (cento e vinte e três mil, trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos). Em seguida a Contadora também fez a apresentação do balanço patrimonial dizendo que o valor de disponibilidade financeira é o total de R\$ 1.916.943,14 (um milhão, novecentos e dezesseis mil, novecentos e quarenta e três reais e quatorze centavos), o realizável onde registra os valores de repasses devidos e não recebidos referente ao orçamento de 2016 é o valor total de R\$ 435.444,68 (quatrocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), os restos a pagar é o valor total de R\$ 673.606,54 (seiscentos e setenta e três reais, seiscentos e seis reais e cinquenta e quatro centavos). Após análise, e conforme determina o Contrato de Consórcio Público em seu Art. 26 Parágrafo III, os conselheiros presentes emitiram parecer favorável ao balanço orçamentário e patrimonial (Anexo I desta ata). 3º assunto: Análise de relatórios financeiros (prestação de contas) relativos ao exercício de 2016: Na continuidade, a Gerente Financeira, Deisi Adriane Schaefer Hilgenstieler tomou a palavra e fez a apresentação do relatório financeiro sendo: o total de receitas foi de R\$8.327.976,62 (redução de 4% comparado ao ano de 2015), sendo: R\$7.321.111,92 (sete milhões, trezentos e vinte e um mil, cento e onze reais e noventa e dois centavos) de transferências municipais para aplicação em saúde; R\$ 813.456,88 (oitocentos e treze mil, quatrocentos e cinquenta e seis mil e oitenta e oito centavos) de transferências municipais para rateio das despesas administrativas; R\$192.256,01 (cento e noventa e dois mil, duzentos e cinquenta e seis reais e um centavos) de receitas patrimoniais (rentabilidade de aplicações financeiras); R\$1.151,81 (um mil, cento e cinquenta e um reais e oitenta e um centavos) de multas contratuais – compra de medicamentos. As Despesas totalizaram R\$8.205.359,92 (oito milhões, duzentos e cinco mil, trezentos e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos) sendo: R\$6.802.835,03 (seis milhões, oitocentos e dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais e três centavos), gastos em serviços de saúde; R\$186.374,64 (cento e oitenta e seis mil, trezentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) relativo as parcelas do CEO Tipo III; R\$328.564,33 (trezentos e vinte e oito mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e trinta e três centavos) relativos ao saldo findo do exercício (recursos destinados à saúde

e não utilizados pelos municípios consorciados); R\$887.585,92 (oitocentos e oitenta e sete reais, quinhentos e oitenta e cinco mil, noventa e dois centavos) corresponde às despesas administrativas, sendo R\$879.343,92 (oitocentos e setenta e nove mil, trezentos e quarenta e três reais e noventa e dois centavos) referente às despesas correntes (folha de pagamento, material de consumo, serviços, etc.) e R\$8.242,00 (oito mil, duzentos e quarenta e dois reais) ref. despesas de capital (investimentos). No resultado apurou-se um superávit financeiro no exercício de 2016 no valor de R\$ 122.616,70 (cento e vinte e dois mil, seiscentos e dezesseis mil e setenta centavos) (Redução de 21% comparado ao ano de 2015). Dito que o saldo findo de recursos dos municípios (programa de serviços de saúde) foi na ordem de R\$328.564,33 (trezentos e vinte e oito mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e trinta e três centavos). Estes valores não serão devolvidos financeiramente, o saldo será descontado do valor dos repasses em 2017 conforme deliberado em assembleia em 2015. Todos concordaram. Após análise, os presentes aprovaram os relatórios financeiros e a prestação de contas. Enfatizado que tanto o balanço orçamentário e patrimonial quanto os relatórios financeiros deverão ser apresentados e aprovados pela Assembleia de Prefeitos. 3º Outros assuntos: a) IN20: Ana Maria tomou a palavra dizendo que o Consórcio terá que remeter até o dia 31/03/2017 ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina o Anexo III e V da IN20 (Instrução Normativa) devidamente preenchido que tratam da prestação de contas. Esclareceu que à partir de 01 de março de 2017 a empregada pública concursada Kalinka Caroline Godoy Grisang foi designada para exercer a função de controlador interno. Definido pelos presentes que o Conselho Fiscal reunir-se-á a cada trimestre para analisar o planejamento e a execução das validações e orientações realizadas pelo controlador interno e tomar as medidas administrativas que se fizerem necessárias. Na continuidade, foi apresentado a Prestação de Contas conforme determinada a IN 20 (anexo II e III da presente ata). Após análise dos presentes, todos deliberaram favoravelmente aos Anexos III e V da IN20 b) Assembleia de Prefeitos: Ana Maria reforçou aos presentes quanto à presença dos mesmos na Assembleia de Prefeitos que acontecerá no próximo dia 30/03/2017. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Eu, Marcia Regina Ebert lavrei a presente ata.

Ludgero Jasper Jr  
Vice-Prefeito Municipal de Araquari  
Membro do Conselho Fiscal do CISNORDESTE/SC

Livino Tureck  
Prefeito Municipal de Piên  
Membro do Conselho Fiscal do CISNORDESTE/SC

Ana Maria Groff Jansen  
Diretora Executiva  
CISNORDESTE/SC

Marcia Regina Ebert  
Coordenadora Administrativa/Financeira  
CISNORDESTE/SC

**ANEXO I****PARECER DO CONSELHO FISCAL DO CISNORDESTE/SC**

Em cumprimento ao que determina o Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, em seu artigo 26, III e em conformidade com a legislação vigente, apresentam à Assembleia Geral de Prefeitos do CISNORDESTE/SC, para apreciação e aprovação o nosso parecer relativo ao exercício de 2016 encerrado em 31 dias do mês de dezembro.

Após exame dos documentos econômicos, financeiros e patrimoniais à nós encaminhados pela diretoria deste consórcio, constatamos a perfeita ordem e correção dos mesmos, bem como a exatidão de todos os lançamentos contábeis, o que engrandece o trabalho apresentado pelos responsáveis por sua execução.

Assim sendo, os abaixo assinados, Membros do Conselho Fiscal, reconhecem e atestam a precisão das Demonstrações Contábeis, Anexos da Lei 4.320 e Notas Explicativas às Demonstrações contábeis do exercício de 2016, apresentado e, propõem a sua integral aprovação.

Joinville/SC, 23 de março de 2017.

Ludgero Jasper Jr  
Vice-Prefeito Municipal de Araquari  
Membro do Conselho Fiscal do CISNORDESTE/SC

Livino Tureck  
Prefeito Municipal de Piên (Pr)  
Membro do Conselho Fiscal do CISNORDESTE/SC

---

## CIS/AMMVI

---

### EXTRATO DISPENSA 03.2017

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, CNPJ nº 03.269.695/0001-08, através da Comissão de licitação, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. Cleones Hostins, Diretor Executivo, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Processo nº: 03/2017

Objeto: Assessoria técnica especializada na elaboração dos processos de credenciamento de fornecedores para assessoria e consultoria na elaboração de edital de credenciamento em todas as suas fases (minuta de edital de credenciamento, participação na habilitação de pelo menos um fornecedor para cada processo, acessória na elaboração da inexigibilidade e do contrato); bem como, assessoramento em caso de questionamento, pedidos de impugnação ou interposição de recursos, e participação in loco na análise documental de pelo menos um fornecedor de cada processo, subsidiando de forma jurídica a equipe do CISAMVI..

Contratado: AMONDI NEGÓCIOS PÚBLICOS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.985.974/0001-41.

Valor Total do Contrato: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. Cleones Hostins, Diretor Executivo.

Integra publicado no mural público em 25/01/2017.

Blumenau, 17 de abril de 2017.

**DELIBERAÇÃO 06.2017 - TRANSPORTE RETAGUARDA****CIR - COMISSÃO INTERGESTORA REGIONAL  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ**

Apiúna – Ascurra – Benedito Novo – Blumenau – Botuverá – Brusque – Doutor Pedrinho  
Gaspar – Guabiruba – Indaial – Pomerode – Rio dos Cedros – Rodeio – Timbó

**DELIBERAÇÃO Nº 05/2017 - CIR MÉDIO VALE DO  
ITAJAÍ****DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO  
PROTOCOLO DE LEITO CLÍNICO DE  
RETAGUARDA E TRANSPORTE DE PACIENTES  
PARA LEITOS DE RETAGUARDA DESTA CIR.**

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

**Art. 1º** Aprova o Protocolo de regulação e acesso ao leito clínico de retaguarda nos hospitais habilitados na região desta CIR.

- I. O descritivo do protocolo juntamente com o fluxo de regulação e acesso segue anexo à esta deliberação.

**Art. 2º** Regularizar o transporte de pacientes entre Portas de Entrada Hospitalares de Urgência e Enfermarias Clínicas de Retaguarda em hospitais da Região do Médio Vale do Itajaí.

**Art. 3º** São Equipamentos habilitados com Enfermaria Clínica de Retaguarda nesta região os seguintes Hospitais:

- I. Hospital Misericórdia – Blumenau
- II. Hospital Azambuja – Brusque
- III. Hospital OASE – Timbó

**Art. 4º** Para fins desta deliberação, são consideradas as Portas de Entradas Hospitalares de Urgência referenciadoras para Leitos de Retaguarda, os seguintes Hospitais:

- I. Hospital Santo Antônio - Blumenau
- II. Hospital Santa Isabel - Blumenau
- III. Hospital Azambuja – Brusque

**Art. 5º** Das Responsabilidades no transporte de Pacientes:

- I. Veículo: A ambulância “branca” será cedida pelo município de residência do paciente, com motorista habilitado para realizar o transporte.

Rua Alberto Stein, 466 – Bairro Velha – Blumenau – SC – 89.036-200  
Sede da AMMVI – 3º Andar

Página 1 de 2



## **CIR - COMISSÃO INTERGESTORA REGIONAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ**

Apiúna – Ascurra – Benedito Novo – Blumenau – Botuverá – Brusque – Doutor Pedrinho  
Gaspar – Guabiruba – Indaial – Pomerode – Rio dos Cedros – Rodeio – Timbó

- II. Enfermeiro ou Técnico de Enfermagem: O profissional enfermeiro ou técnico de enfermagem será disponibilizado pelo hospital que receberá o paciente, ou seja, o hospital habilitado para a retaguarda.
- III. Definição do Profissional: O médico assistente do paciente no hospital que está referenciando o paciente deverá indicar qual a necessidade profissional que acompanhará o paciente (enfermeiro ou técnico de enfermagem).

**Art. 6º** Esta Deliberação não isenta a responsabilidade da Secretaria de Estado de Santa Catarina em providenciar no curto prazo, meios para regulamentar e viabilizar o transporte destes pacientes, desonerando os municípios destes gastos.

**Art. 7º** Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 06 de Abril de 2016.

**RONIE GILBERTO LOEWEN**  
Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.  
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo



**Estado de Santa Catarina**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau**  
**Gerência Regional de Saúde**  
**Central de Regulação de Internações Hospitalares da Macrorregião Vale do Itajaí**



## PROTOS COLOS CRIVALE

A Central de Regulação de Internações Hospitalares da Macrorregião do Vale do Itajaí iniciou suas atividades em 1.º de junho de 2016. Os atendimentos de regulação estão relacionados a cerca de 1,6 mil leitos do Sistema Único de Saúde (SUS), de 26 hospitais das regiões do Médio e Alto Vale do Itajaí.

A estrutura montada junto à Agência de Desenvolvimento Regional tem nove médicos reguladores e dezesseis atendentes de regulação (videofonistas), com atendimento 24 horas, todos os dias da semana. Ao todo, 42 municípios e aproximadamente 1 milhão de habitantes são beneficiados com a implantação da central, que abrange as Agências de Desenvolvimento Regional de Blumenau, Brusque, Ibirama, Ituporanga, Rio do Sul, Taió e Timbó.

A central regula o acesso aos leitos e aos procedimentos hospitalares dos estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS, próprios, contratados ou conveniados. O objetivo é garantir o acesso dos usuários do Sistema Único de Saúde às ações e serviços de saúde em tempo oportuno, fazendo a articulação entre as unidades hospitalares solicitantes e executantes dos serviços de saúde da macrorregião do Vale do Itajaí.

Com a abertura da Central de Regulação do Vale do Itajaí, Santa Catarina passou a ficar totalmente coberta na regulação das internações hospitalares. Outras sete centrais, instituídas pela Lei Estadual n.º 16.158, de 2013, já estão em funcionamento e atendem as regiões da Grande Florianópolis (Capital), Planalto Norte e Nordeste (Joinville), Sul (Criciúma), Meio Oeste (Joaçaba), Grande Oeste (Chapecó), Foz do Rio Itajaí (Itajaí) e Serra Catarinense (Lages).

### PROTOCOLO DE SOLICITAÇÕES DE LEITOS RETAGUARDA E CUIDADOS PROLONGADOS

Buscando sempre o acolhimento com classificação de risco e resolutividade, a organização da Rede de Urgência e Emergência (RUE) tem a finalidade de articular e integrar todos os equipamentos de saúde com o objetivo de ampliar e qualificar o acesso humanizado e integral aos usuários em situação de urgência/emergência nos serviços de saúde, de forma ágil e oportuna.

#### Definições:

- ✓ Portas de Entrada Hospitalares de Urgência<sup>1</sup>: serviços instalados em uma unidade hospitalar para prestar atendimento ininterrupto ao conjunto de demandas espontâneas e referenciadas de urgências clínicas, pediátricas, cirúrgicas e/ou traumatológicas.
- ✓ Enfermarias Clínicas de Retaguarda<sup>2</sup>: Instituições hospitalares, públicas ou privadas, que disponibilizarem leitos de retaguarda às Portas de Entrada Hospitalares de Urgência, por meio da organização de enfermarias clínicas, para atender pacientes referenciados pela regulação com o seguinte perfil de internação: patologias agudas, com diagnóstico estabelecido fazendo uso de terapêutica por tempo determinado e pacientes estáveis com cuidados mínimos aguardando exames ou cirurgias.
- ✓ Unidade de Internação em Cuidados Prolongados – UCP<sup>3</sup>: Instituições hospitalares, públicas ou privadas, que disponibilizarem o corresponde a uma unidade de internação com no mínimo 15 a 20 leitos para atender pacientes referenciados pela regulação provenientes dos pontos de atenção da rede de urgência e devem possuir o seguinte

<sup>1</sup> Portaria GM/MS n.º 2.395 de 11 de novembro de 2011

<sup>2</sup> Portaria GM/MS n.º 2.395 de 11 de novembro de 2011

<sup>3</sup> Portaria GM/MS n.º 2.809 de 07 de dezembro de 2012

Rua - Braz Wanka, 238 - Vila Nova – Blumenau –SC – CEP 89035-160

Fone: (47) 3378-8007 / 8004 E-mail: reghospitalarbnu@gmail.com

Site: <http://admcnihmvi.wixsite.com/crivale>

Página 1 de 10



**Estado de Santa Catarina**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau**  
**Gerência Regional de Saúde**  
**Central de Regulação de Internações Hospitalares da Macrorregião Vale do Itajaí**



perfil de internação: recuperação de um processo agudo e/ou recorrência de um processo crônico; necessidade de cuidados prolongados para reabilitação e/ou adaptação a sequelas decorrentes de um processo clínico, cirúrgico ou traumatológico; dependência funcional permanente ou provisória física, motora ou neurológica parcial ou total; usuários em suporte respiratório, como ventilação mecânica não invasiva, oxigenoterapia ou higiene brônquica; usuários submetidos a antibioticoterapia venosa prolongada, terapia com antifúngicos, dietoterapia enteral ou nasogástrica, portadores de outras sondas e drenos; usuários submetidos aos procedimentos clínicos e/ou cirúrgicos que se encontrem em recuperação e necessitem de acompanhamento multidisciplinar, cuidados assistenciais e reabilitação físico- funcional; usuários em reabilitação motora por Acidente Vascular Cerebral (AVC), neuropatias, Traumatismo Crânio Encefálico (TCE), Hematoma Sub-Aracnóide Traumático (HSAT), Hematoma Sub-aracnóide Espontâneo (HSAE) e Traumatismo Raquimedular (TRM); usuários traqueostomizados em fase de decanulação; usuários que necessitem de curativos em úlceras por pressão grau III e IV; usuários sem outras intercorrências clínicas após procedimento de laparostomia; usuários com incapacidade transitória de deambulação ou mobilidade; usuários com disfagia grave aguardando gastrostomia; ou usuários, em fase terminal, desde que com agravamento do quadro, quando não necessitem de terapia intensiva.

- ✓ **Hospital Especializado em Cuidados Prolongados - HCP<sup>4</sup>:** Instituições hospitalares, públicas ou privadas, que disponibilizarem o correspondente a no mínimo 40 leitos para atender pacientes referenciados pela regulação provenientes dos pontos de atenção da rede de urgência e devem possuir o seguinte perfil de internação: recuperação de um processo agudo e/ou recorrência de um processo crônico; necessidade de cuidados prolongados para reabilitação e/ou adaptação a sequelas decorrentes de um processo clínico, cirúrgico ou traumatológico; dependência funcional permanente ou provisória física, motora ou neurológica parcial ou total; usuários em suporte respiratório, como ventilação mecânica não invasiva, oxigenoterapia ou higiene brônquica; usuários submetidos a antibioticoterapia venosa prolongada, terapia com antifúngicos, dietoterapia enteral ou nasogástrica, portadores de outras sondas e drenos; usuários submetidos aos procedimentos clínicos e/ou cirúrgicos que se encontrem em recuperação e necessitem de acompanhamento multidisciplinar, cuidados assistenciais e reabilitação físico- funcional; usuários em reabilitação motora por Acidente Vascular Cerebral (AVC), neuropatias, Traumatismo Crânio Encefálico (TCE), Hematoma Sub-Aracnóide Traumático (HSAT), Hematoma Sub-aracnóide Espontâneo (HSAE) e Traumatismo Raquimedular (TRM); usuários traqueostomizados em fase de decanulação; usuários que necessitem de curativos em úlceras por pressão grau III e IV; usuários sem outras intercorrências clínicas após procedimento de laparostomia; usuários com incapacidade transitória de deambulação ou mobilidade; usuários com disfagia grave aguardando gastrostomia; ou usuários, em fase terminal, desde que com agravamento do quadro, quando não necessitem de terapia intensiva.

Os pacientes internados no Hospital de Alta Complexidade/Porta de Entrada Hospitalar/Ponto de Atenção poderão ser transferidos para os Hospitais com Leitos de Retaguarda e de Longa Permanência, de acordo com o Protocolo estabelecido entre a Central de Regulação de Internações Hospitalares da Macrorregião do Vale do Itajaí, Unidades Hospitalares de Alta Complexidade/Porta de Entrada Hospitalar/Pontos de Atenção, Hospitais com Leitos de Retaguarda e de Cuidados Prolongados da macrorregião (que são retaguarda da Rede de Urgência e Emergência – RUE).

As transferências para Leitos de Retaguarda visam atender os pacientes, com quadros clínicos de média complexidade, de curta e média permanência.

As transferências para Leitos de Cuidados Prolongados visam atender pacientes em situação clínica estável cujo quadro clínico apresente uma das seguintes características: I - recuperação de um processo agudo e/ou recorrência de um

<sup>4</sup> Portaria GM/MS n.º 2.809 de 07 de dezembro de 2012



**Estado de Santa Catarina**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau**  
**Gerência Regional de Saúde**  
**Central de Regulação de Internações Hospitalares da Macrorregião Vale do Itajaí**



processo crônico; II - necessidade de cuidados prolongados para reabilitação e/ou adaptação a sequelas decorrentes de um processo clínico, cirúrgico ou traumatológico ou III - dependência funcional permanente ou provisória física, motora ou neurológica parcial ou total.

Estas transferências visam à proteção da saúde do usuário, proporcionando melhores condições de hotelaria e assistência humanizada. Assim, evita-se o tratamento em macas ou cadeiras na emergência dos Hospitais de Alta Complexidade/Porta de Entrada Hospitalar/Ponto de Atenção, liberam-se leitos para demanda de maior complexidade de tecnologia, próprios dos Hospitais de Alta Complexidade, e reduz-se a superlotação das enfermarias e emergência dos mesmos.

De acordo com a Portaria GM/MS n.º 2.395 de 11 de novembro de 2011, serão consideradas qualificadas as enfermarias clínicas de retaguarda quando atendem, entre outros, os seguintes critérios: **regulação integral pelas Centrais de Regulação de Leitos** (Art. 14, Inciso IX).

A seguir estão listados os Hospitais com Leitos de Retaguarda da Macrorregião do Vale do Itajaí:

Unidade Hospitalar	Município	Quantidade de Leitos de Retaguarda	Portaria de Habilitação
Hospital Azambuja	Brusque	20	PT GM n.º 2.360 out 2014
Hospital Misericórdia	Blumenau	10	PT GM n.º 1.864 out 2016
Hospital e Maternidade Maria Auxiliadora	Presidente Getúlio	10	PT GM n.º 2.525 nov 2014
Hospital e Maternidade OASE	Timbó	16	PT GM n.º 1.862 out 2016
Hospital Bom Jesus	Ituporanga	10	PT GM n.º 2.526 nov 2014
Hospital Samária	Rio do Sul	10	PT GM n.º 758 abr 2016
<b>TOTAL DE LEITOS</b>		<b>76</b>	

De acordo com a Portaria GM/MS n.º 2.809 de 07 de dezembro de 2012, o monitoramento consiste na verificação do cumprimento, por UCP e HCP, dos seguintes requisitos, entre outros: **regulação integral dos leitos pelas Centrais de Regulação**, de acordo com a Política Nacional de Regulação do SUS e mediante pactuação local (Art. 37, Inciso IX).

A seguir estão listados os Hospitais com Leitos de Cuidados Prolongados da Macrorregião do Vale do Itajaí:

Unidade Hospitalar	Município	Linha de Cuidados	Quantidade de Leitos
Hospital Regional Alto Vale	Rio do Sul	Cuidados Prolongados – Enfermidades Cardiovasculares	*
		Cuidados Prolongados – Enfermidades Pneumoligísticas	*
		Cuidados Prolongados – Enfermidades Neurológicas	*
		Cuidados Prolongados – Enfermidades Decorrentes da AIDS	*
Hospital Trombudo Central	Trombudo Central	Cuidados Prolongados – Enfermidades Cardiovasculares	*
		Cuidados Prolongados – Enfermidades Neurológicas	*
		Cuidados Prolongados – Enfermidades Devido à Causas Externas	*
TOTAL DE LEITOS			*

\* O número de leitos a ser oficializado com a Região do Alto Vale.

Rua - Braz Wanka, 238 - Vila Nova – Blumenau –SC – CEP 89035-160

Fone: (47) 3378-8007 / 8004 E-mail: reghospitalarbnu@gmail.com

Site: <http://admcnihmvi.wixsite.com/crivale>

Página 3 de 10



**Estado de Santa Catarina**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau**  
**Gerência Regional de Saúde**  
**Central de Regulação de Internações Hospitalares da Macrorregião Vale do Itajaí**



#### **Hospital com Leito de Retaguarda (HLR):**

O Hospital com leitos de retaguarda é o que dispõe de leitos de clínica médica, para quadros clínicos de média complexidade, com ênfase na qualidade e humanização da assistência prestada.

#### **Hospital com Leito em Cuidados Prolongados (HLCP):**

Instituições hospitalares que disponibilizem leitos para atender pacientes referenciados pela regulação provenientes dos pontos de atenção da rede de urgência.

#### **Hospital de Alta Complexidade (HAC):**

É o Hospital que presta atendimento de Alta Complexidade e Emergencial, referência em várias especialidades para sua região e para o Estado, com grande demanda diária de pacientes apresentando patologias complexas.

#### **Porta de Entrada Hospitalar/Ponto de Atenção (PEH/PA):**

São serviços instalados em uma unidade hospitalar para prestar atendimento ininterrupto ao conjunto de demandas espontâneas e referenciadas de urgências clínicas, pediátricas, cirúrgicas e/ou traumatológicas.

#### **Critérios Legais e Clínicos para transferência dos pacientes:**

Toda e qualquer transferência deverá obedecer aos critérios abaixo relacionados:

- a) Consentimento do paciente e/ou familiar responsável, por escrito (cada hospital deverá construir o seu);
- b) Consentimento do médico que o assiste no Hospital de Alta Complexidade/Porta de Entrada Hospitalar/Ponto de Atenção;
- c) Diagnóstico definido e exames complementares necessários já realizados ou agendados;
- d) Pacientes clinicamente estáveis e já com imobilização gessada realizada, se for o caso;
- e) Avaliação anexa do médico responsável pela transferência (relatório de transferência);
- f) Que a transferência não traga prejuízo ao tratamento do paciente;
- g) Pacientes em pós-operatório que necessitam de curativos ou medicação EV por maior tempo;
- h) Pacientes de Clínica Médica, estáveis, que necessitem de curativos (úlceras de pressão e feridas).

Obs.: Todos os pacientes transferidos serão submetidos, no Hospital com leitos de Retaguarda/Cuidados Prolongados, coleta de material através de *swab* retal para cultura e TSA (Antibiograma), podendo ser solicitado também culturas de pele, secreções, ou outros exames pertinentes;

Os pacientes de longa permanência também poderão ser transferidos com anuência do mesmo, da família ou do cuidador, que se aplicam nos critérios referidos, após avaliação e consentimento do médico recebedor do Hospital com Leito de Retaguarda e ou Leito de Cuidados Prolongados.

#### **Rotinas de Transferência:**

1. O responsável pelo paciente no Hospital de Alta Complexidade/Porta de Entrada Hospitalar/Ponto de Atenção aciona a Central de Regulação de Leitos (pelo FORMSUS: [http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id\\_aplicacao=28397](http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=28397)) para solicitar o leito de retaguarda e repassar

Rua - Braz Wanka, 238 - Vila Nova – Blumenau –SC – CEP 89035-160

Fone: (47) 3378-8007 / 8004 E-mail: reghospitalarbnu@gmail.com

Site: <http://admcrihmvi.wixsite.com/crivale>

Página 4 de 10



**Estado de Santa Catarina**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau**  
**Gerência Regional de Saúde**  
**Central de Regulação de Internações Hospitalares da Macrorregião Vale do Itajaí**



informações referentes ao quadro clínico, inclusive o número da solicitação no SISREG atual no Hospital onde o paciente se encontra (por não se tratar de urgência, estas solicitações devem ser realizadas somente de segunda a sexta-feira entre 08 e 16 horas);

2. A Central de Regulação de Leitos, municiada das informações dos Hospitais com Leito de Retaguarda e Leitos de Cuidados Prolongados, direciona a vaga para a Unidade Hospitalar mais adequada ao quadro clínico do paciente e sua cidade de origem;
3. Após o referenciamento do leito pela Central de Regulação de Leitos haverá o contato médico-médico para passagem do caso clínico, e após se inicia o processo de transferência;
4. Quando houver quadro clínico elegível e aceite do Hospital com Leito de Retaguarda/Cuidados Prolongados, o Hospital de Alta Complexidade/Porta de Entrada Hospitalar/Ponto de Atenção onde o paciente se encontra realiza a solicitação do leito no SISREG, selecionando como Unidade Desejada o Hospital com Leito de Retaguarda/Cuidados Prolongados de destino e informando no *Lauda Técnico e Justificativa de Internação* o aceite do paciente (informar nome da pessoa contatada no HLR/HLCP);
5. A solicitação de transferência deverá cumprir os critérios legais e clínicos;
6. O Serviço Social do Hospital de Alta Complexidade/Porta de Entrada Hospitalar/Ponto de Atenção faz o convencimento e consentimento assinado da transferência destes pacientes;
7. O médico assistente do Hospital de Alta Complexidade/Porta de Entrada Hospitalar/Ponto de Atenção providenciará o relatório resumido do caso e anotar na ficha de evolução clínica, que está sendo realizada alta por transferência;
8. O médico responsável pela transferência fará a avaliação do paciente e o contato prévio por telefone com médico responsável pelo recebimento do paciente;
9. A equipe do Hospital de Alta Complexidade/Porta de Entrada Hospitalar/Ponto de Atenção providenciará: Cópia ou número do Cartão Nacional do SUS; Cópia da ficha de internação e/ou prontuário; Cópia da última prescrição médica; Exames laboratoriais e de imagem; Cópia do Termo de Consentimento; Cópia do histórico e evolução de enfermagem; Cópia do levantamento de questões do paciente se necessário;
10. O transporte será acionado pela CRIVALE a partir do contato com as Secretarias Municipais de Saúde do Município de Origem do Paciente, que cederão a ambulância para o transporte;
11. O paciente deverá ser transferido devidamente acompanhado por profissional de Enfermagem, que será cedido pelo Hospital com Leito de Retaguarda (exceto para pacientes de Blumenau, que serão acompanhados por profissionais de Enfermagem do Hospital de Alta Complexidade - por já terem este fluxo previamente definido com a SEMUS - Blumenau);
12. Assim que o paciente estiver em transporte o Hospital de Alta Complexidade/Porta de Entrada Hospitalar/Ponto de Atenção deve efetuar a Alta Por Transferência no SISREG e comunicar a CRIVALE – Blumenau, para que o Médico Regulador possa autorizar a nova solicitação para o Hospital com Leito de Retaguarda/Cuidados Prolongados de destino (anteriormente solicitada).
13. No hospital de destino, a solicitação do SISREG já estará na tela do módulo executante, e o Hospital com Leito de Retaguarda/Cuidados Prolongados efetua a internação e o corpo de enfermagem e médico receberão o paciente, providenciando leito, avaliação, prescrição e solicitação da coleta de material através de swab retal para coleta de cultura e TSA;
14. Após avaliação da equipe receptora, será providenciada internação no Hospital com Leito de Retaguarda/Cuidados Prolongados ou em caso que não se aplica nos critérios sua retransferência ao Hospital de Origem (Hospital de Alta Complexidade/Porta de Entrada Hospitalar/Ponto de Atenção);
15. Caso seja adequada sua permanência, será realizada prescrição, medicação e nova solicitação de AIH, ficando sob responsabilidade do receptor a continuidade do tratamento do paciente;

Rua - Braz Wanka, 238 - Vila Nova – Blumenau –SC – CEP 89035-160

Fone: (47) 3378-8007 / 8004 E-mail: reghospitalarbnu@gmail.com

Site: <http://admcrihmvi.wixsite.com/crivale>

Página 5 de 10



**Estado de Santa Catarina**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau**  
**Gerência Regional de Saúde**  
**Central de Regulação de Internações Hospitalares da Macrorregião Vale do Itajaí**



16. Cabe ao Hospital de Alta Complexidade/Porta de Entrada Hospitalar/Ponto de Atenção orientar o familiar do paciente ou responsável pelo mesmo, para providenciar sua internação no Hospital com Leito de Retaguarda/Cuidados Prolongados.

**Contra referência ou intercorrências de pacientes transferidos para Hospitais com Leito de Retaguarda/Cuidados Prolongados:**

O Hospital de Alta Complexidade/Porta de Entrada Hospitalar/Ponto de Atenção prestará todo o apoio necessário ao paciente transferido, com exames laboratoriais, radiológicos, de imagem, parecer médico especializado e qualquer outro procedimento que se fizer necessário.

O paciente transferido retornará ao Hospital de Alta Complexidade/Porta de Entrada Hospitalar/Ponto de Atenção para ser realizada sua cirurgia na data agendada (se for o caso) ou outras intercorrências, obedecendo aos critérios a seguir:

- ✓ Vaga zero<sup>5</sup>, se for necessário – setor de emergência com contato prévio;
- ✓ O paciente terá prioridade no atendimento na Emergência se for necessário realizar exames / pareceres / procedimentos, respeitando-se a “Classificação de Risco”;
- ✓ O médico assistente do Hospital com Leito de Retaguarda/Cuidados Prolongados deverá, nestes casos, manter contato telefônico prévio com o médico plantonista da Emergência do Hospital de Alta Complexidade/Porta de Entrada Hospitalar/Ponto de Atenção, além do encaminhamento por escrito;
- ✓ Quando as intercorrências ocorrerem sem a presença do médico assistente no Hospital com Leito de Retaguarda/Cuidados Prolongados, cabe ao enfermeiro da unidade acionar o médico de sobreaviso/plantonista e este comunicar ao médico da emergência do Hospital de Alta Complexidade/Porta de Entrada Hospitalar/Ponto de Atenção por telefone, bem como, as anotações do tratamento imediato empregado para a intercorrências, providenciando a remoção adequadamente;
- ✓ A retransferência deverá ser comunicada a CRIVALE – Blumenau;
- ✓ O transporte para o retorno ao Hospital de Alta Complexidade/Porta de Entrada Hospitalar/Ponto de Atenção será acionado pelo Hospital com Leito de Retaguarda/Cuidados Prolongados; (SAMU ou SMS – de acordo com o quadro clínico do paciente);
- ✓ A cópia do prontuário do Paciente deverá ser encaminhado juntamente com o paciente;
- ✓ Após o atendimento e/ou realização dos exames, será avaliado a necessidade de internação no Hospital de Alta Complexidade/Porta de Entrada Hospitalar/Ponto de Atenção ou retorno ao Hospital com Leito de Retaguarda/Cuidados Prolongados, com o resultado dos exames, após entendimento entre ambas as equipes de saúde;
- ✓ No caso de o paciente necessitar retornar ao Hospital com Leito de Retaguarda/Cuidados Prolongados, o médico assistente do Hospital de Alta Complexidade/Porta de Entrada Hospitalar/Ponto de Atenção deverá informar, por escrito, seu parecer diagnóstico, resultado e os exames realizados e orientação da conduta a ser seguida.

**Alta do Hospital com Leito de Retaguarda/Cuidados Prolongados:**

A alta hospitalar pode ser empregada em variáveis causas, podendo ser:

<sup>5</sup> Portaria n.º 2.048/GM/MS, de 5 de novembro de 2002



**Estado de Santa Catarina**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau**  
**Gerência Regional de Saúde**  
**Central de Regulação de Internações Hospitalares da Macrorregião Vale do Itajaí**



- ✓ Alta por Transferência: o paciente poderá ser transferido caso haja alterações clínicas que demandem uma assistência de maior complexidade, bem como poderá retornar ao Hospital de Alta Complexidade/Porta de Entrada Hospitalar/Ponto de Atenção para realizar algum procedimento ou cirurgia;
- ✓ Alta Administrativa: poderá ser realizada quando o paciente não aceitar receber o atendimento da equipe de saúde ou o mesmo não cumpre e não permite a execução das prescrições definidas, desde que esteja em pleno exercício de suas faculdades mentais;
- ✓ Alta por óbito: o óbito é atestado pela Unidade que está assistindo o paciente ou pelo médico que atendeu a intercorrência na Emergência Geral. Caso seja necessário poderá ser encaminhado ao SVO (Serviço de Verificação de Óbito).
- ✓ Alta por cura ou melhora: quando o tratamento do paciente não necessita mais de internação hospitalar, devendo continuar em casa e aos cuidados da Atenção Básica de seu município.

---

Rua - Braz Wanka, 238 - Vila Nova – Blumenau –SC – CEP 89035-160

Fone: (47) 3378-8007 / 8004 E-mail: reghospitalarbnu@gmail.com

Site: <http://admcrihmvi.wixsite.com/crivale>

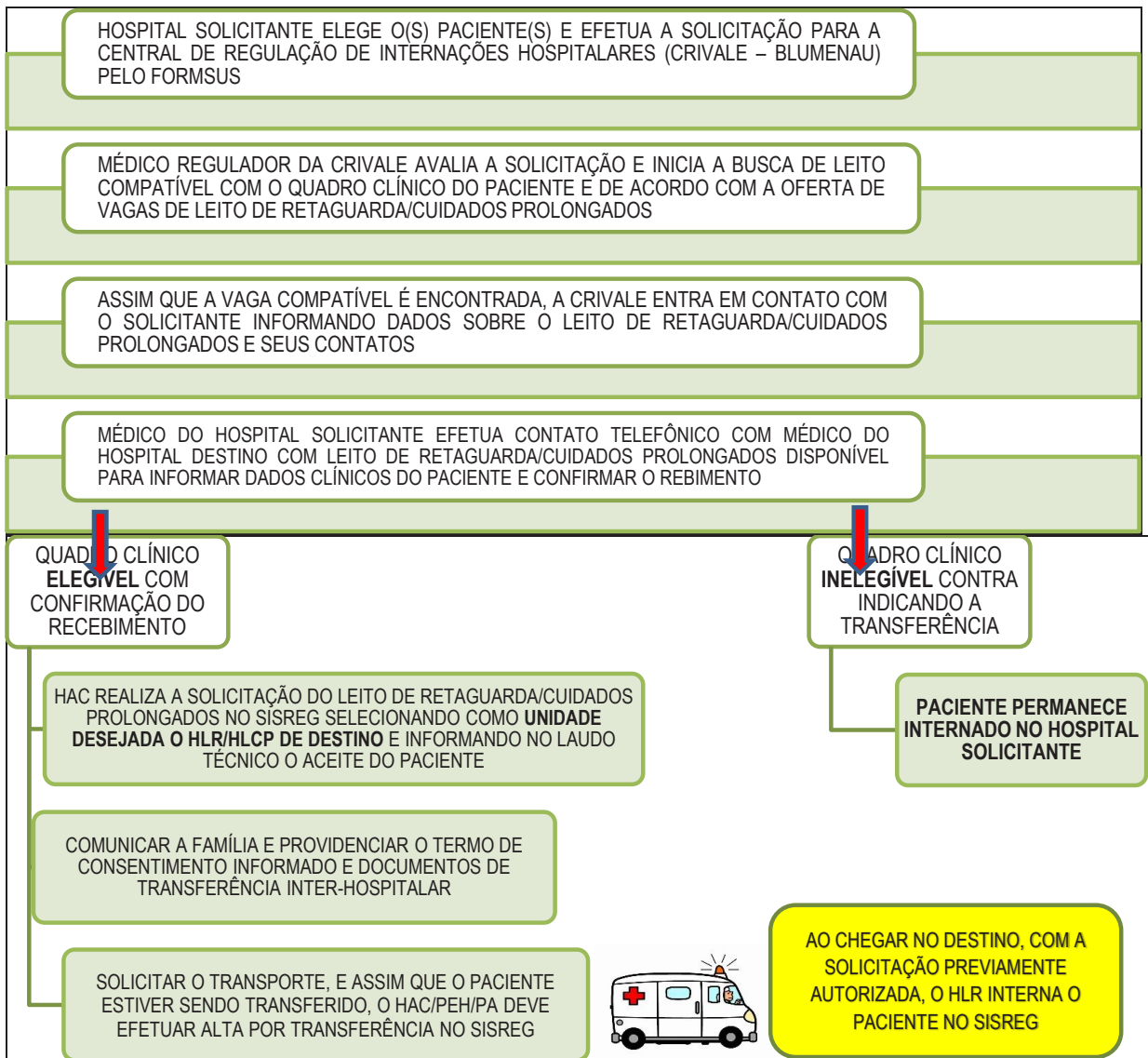
Página 7 de 10



Estado de Santa Catarina  
Secretaria de Estado da Saúde  
Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau  
Gerência Regional de Saúde  
Central de Regulação de Internações Hospitalares da Macrorregião Vale do Itajaí



### FLUXOGRAMA DE SOLICITAÇÕES DE LEITOS DE RETAGUARDA/CUIDADOS PROLONGADOS



Rua - Braz Wanka, 238 - Vila Nova – Blumenau –SC – CEP 89035-160

Fone: (47) 3378-8007 / 8004 E-mail: reghospitalarbnu@gmail.com

Site: <http://admcrihmvi.wixsite.com/crivale>

Página 8 de 10



**Estado de Santa Catarina**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau**  
**Gerência Regional de Saúde**  
**Central de Regulação de Internações Hospitalares da Macrorregião Vale do Itajaí**



### JUSTIFICATIVA DA UTILIZAÇÃO DO FORMSUS

O FORMSUS é um Sistema para Criação de Formulários, desenvolvido pelo DATASUS para dar agilidade, estruturação e qualidade ao processo de coletar e disseminar dados pela Internet.

Aproveitando esta ferramenta, disponível on-line e gratuitamente, criamos 2 formulários específicos para solicitação de Leitos de UTI e Leitos de Retaguarda/Cuidados Prolongados.

A utilização da ferramenta do FORMSUS foi estabelecida por Protocolo discutido entre a Central de Regulação de Internações Hospitalares da Macrorregião do Vale do Itajaí e Unidades Hospitalares, considerando:

1. As demandas diárias dos Hospitais e da Central de Regulação;
2. Que nas Unidades Hospitalares é a equipe da emergência (na maioria dos casos) que identifica as necessidades e solicita os leitos de UTI e transferências;
3. Que os profissionais da emergência não dispõem de tempo devido às demandas de atendimentos;
4. Que no SISREG, no momento, algumas informações relevantes não são contempladas;
5. Que nem todos os profissionais das Unidades Hospitalares possuem acesso ao SISREG;

Instituiu-se o FORMSUS como ferramenta oficial para solicitações de leitos de UTI e Leitos de Retaguarda/Cuidados Prolongados, pois trata-se de um formulário intuitivo, que pode ser acessado de qualquer computador com acesso à internet e além disso, não requer senha de acesso, podendo ser utilizado por qualquer profissional.

O preenchimento do FORMSUS é rápido e prático, traz questionamentos específicos sobre a solicitação permitindo desta forma a colheita de todos os dados relevantes e definidores do caso que o médico regulador necessita para avaliação, priorização e desfecho da solicitação.

Mesmo não requerendo login e senha de acesso o FORMSUS é seguro, pois quando o formulário é gravado gera automaticamente um protocolo, garantindo a fidedignidade dos dados. Além de gerar o protocolo, ao ser gravado um e-mail é disparado para a Central de Internações com a solicitação completa e as informações são confirmadas por telefone.

Ainda, com o protocolo gerado, é possível atualizar o quadro clínico do paciente (em campo específico) que permanece na busca de leito, não sendo necessário o preenchimento de todo o formulário novamente.

Os dados gerados à partir do FORMSUS permitem a Central de Internações a elaboração de estatísticas das demandas e com isso identificam-se as principais carências/sucessos do sistema de saúde e fornece subsídios de argumentação para os órgãos competentes poderem gerir e organizar a estrutura na busca da excelência dos serviços públicos de saúde.

Rua - Braz Wanka, 238 - Vila Nova – Blumenau –SC – CEP 89035-160

Fone: (47) 3378-8007 / 8004

E-mail: reghospitalarbnu@gmail.com

Site: <http://admcrihvmi.wixsite.com/crivale>

Página 9 de 10



Estado de Santa Catarina  
Secretaria de Estado da Saúde  
Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau  
Gerência Regional de Saúde  
Central de Regulação de Internações Hospitalares da Macrorregião Vale do Itajaí



---

Rua - Braz Wanka, 238 - Vila Nova – Blumenau –SC – CEP 89035-160  
Fone: (47) 3378-8007 / 8004 E-mail: reghospitalarbnu@gmail.com  
Página 10 de 10

Site: <http://admcrihmvi.wixsite.com/crivale>

**EDITAL-DE-CREDENCIAMENTO (010.2017 - PROCEDIMENTOS CLÍNICOS - VALOR NÃO SIGTAP)****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Acurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO****Nº 010/2017 - CHAMADA PÚBLICA**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro: Velha, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob n.º 03.269.695/0001-08, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Resolução n.º 141/2017 do Diretor Executivo do CISAMVI, em conformidade com a Legislação Federal n.º 8.666/93, suas alterações, Lei n.º 8.080/90, Portaria n.º 1.286/93 e Portaria n.º 1.034/10 do Ministério da Saúde e demais legislações aplicáveis, torna pública a realização de CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES/PRESTADORES DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE, nos termos das condições estabelecidas no presente Edital.

**1. DO OBJETO****1.1. CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO MÉDICOS (PROCEDIMENTOS CLÍNICOS) PARA ATENDER A DEMANDA DA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE SAÚDE DOS 14 MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAMVI - VALOR NÃO SIGTAP.**

1.2. Os serviços deverão ser prestados em instalações (consultórios, clínicas ou estabelecimentos particulares) de responsabilidade do credenciado, nos municípios consorciados ao CISAMVI ou cidades limítrofes a estes

1.3. O "Termo de Referência" - Anexo I - deste edital apresenta a descrição detalhada dos serviços a serem prestados, bem como as demais condições para a sua execução, e o valor que o CISAMVI se compromete a pagar por serviço.

**2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão credenciar-se todos os interessados, pessoa jurídica, da área da saúde que estejam legalmente estabelecidos para os fins do objeto pleiteado, desde que atendidos os requisitos exigidos neste instrumento de credenciamento e seus anexos, bem como atendam as condições e os critérios mínimos exigidos pelo sistema único de saúde - SUS, visando o atendimento satisfatório.

2.2. Não poderão participar deste Credenciamento:

- a) Os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93;
- b) Empresas que se encontrem em processo de falência, dissolução, fusão, cisão ou de incorporação, bem como as que se apresentem na forma de empresas em Consórcios.
- c) As instituições cujos proprietários, diretores e sócios pertençam ao quadro de servidores da CISAMVI;
- d) É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, no presente credenciamento, de mais de uma proponente;

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

**3. DA FORMA DE INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO**

3.1. Os interessados poderão ter acesso ao edital através do site oficial do CISAMVI, qual seja: [www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br), ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos na sede do Consórcio (endereço no preâmbulo do edital).

3.2. Os interessados poderão inscrever-se para o credenciamento a partir da publicação do presente Edital no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, disponível no endereço [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

3.3. Os interessados poderão credenciar-se em mais de uma área desde que preenchidos os requisitos na respectiva especialidade.

3.4. O credenciamento poderá ser requerido durante todo o seu período de vigência, sempre no horário de expediente que é das 08h30min às 12h e das 14h às 17h, na sede da CISAMVI, endereço no preâmbulo do edital, mediante o cumprimento dos requisitos relacionados nos itens 04 e 05 deste edital;

3.5. Os mesmos deverão preencher a ficha de requerimento de credenciamento, conforme modelo constante no Anexo II deste Edital, que deverá ser entregue juntamente com os documentos listados no item 5 – Dos Documentos de Habilitação.

3.6. Somente será credenciado o prestador que estiver em conformidade com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES no site <http://cnes.datasus.gov.br> o qual deverá estar compatível com o endereço dos alvarás, contrato social e com os serviços a serem contratados.

**3.7. Somente serão CREDENCIADAS instituições que atendam às exigências deste Edital de Chamamento Público.**

**4. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Os interessados deverão apresentar toda a documentação exigida em envelope lacrado e devidamente identificado, conforme modelo a seguir, endereçado à Comissão de Licitação do CISAMVI.

<b>DADOS DA PARTE EXTERNA DO ENVELOPE:</b>
<b>CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI.</b>
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
<b>HABILITAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO</b>
Processo n.º 010/2017
Nome da empresa:

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

CNPJ:  
Telefone:  
Endereço:

4.2. O envelope **HABILITAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO** – deverá conter os documentos relacionados para habilitação (item 5), em sua via original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão de imprensa oficial, preferencialmente rubricados e paginados (Exemplo: 1/5, 2/5,...5/5) em todas as folhas.

4.3. Quanto às autenticações:

4.3.1. Havendo mais de um documento reproduzido numa mesma folha, para cada documento procede-se à conferência com o original, portanto, a autenticação é individual, gerando a consequência de serem apostas tantas autenticações quantos forem os documentos reprografados. (Provimento nº 12/92, item 8, da CGJ – Corregedoria-Geral da Justiça).

4.3.2. Serão aceitas somente cópias legíveis;

4.3.3. Quando o certificado/certidão for emitido por sistema eletrônico, poderá ser apresentado no original ou em fotocópia, mas sua aceitação fica condicionada à verificação da autenticidade pela Internet ou junto ao órgão emissor.

**OBSERVAÇÃO:**

- \* **Documentos matriz/filial:** Os documentos apresentados deverão estar em nome da proponente responsável pelo contrato com o número do CNPJ e endereço respectivo.
- \* Se a proponente responsável pelo contrato for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta.
- \* Se a proponente responsável pelo contrato for filial, todos os documentos deverão estar em nome desta.
- \* Os documentos que constarem expressamente que são válidos para todos os estabelecimentos, matriz e filiais, serão aceitos pela Comissão independentemente da inscrição do CNPJ da proponente, para efeito de julgamento.

4.3.4. Prazo de validade dos documentos:

4.3.4.1. A documentação exigida deverá ter validade, no mínimo, até a data do protocolo do envelope.

4.3.4.2. Os documentos que omitirem o prazo de validade serão considerados como válidos pelo período de 90 (noventa) dias.

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

**5. DA HABILITAÇÃO****5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

5.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

5.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (com suas devidas alterações), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

5.1.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

5.1.4. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

5.1.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

**5.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

5.2.1. **Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais** e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União - Conjunta; com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

5.2.2. **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual** com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

5.2.3. **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal**, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

5.2.4. **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

5.2.5. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

**5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

5.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de pesquisa não anterior a 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para a abertura dos envelopes de "HABILITAÇÃO", ou que até esta data esteja dentro da validade, conforme expressa na própria certidão.

5.4. Caso algum documento constante nos itens anteriores apresente sua validade expirada e possa ser emitido em via eletrônica, fica facultado a comissão a emissão de uma nova certidão.

### 5.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.5.1. Alvará de licença de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária;

5.5.2. Alvará de localização e funcionamento regular emitido pela Fazenda Municipal;

5.5.3. Certificado de Regularidade do Estabelecimento (Registro ou inscrição da pessoa jurídica) junto ao Conselho Regional de Classe (CREMESC, COREN, CREFITO, etc);

5.5.4. Registro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde.

5.5.5. Comprovação da inscrição do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Classe;

### 5.6. OUTROS DOCUMENTOS:

5.6.1. Ficha de Requerimento de Credenciamento (ANEXO II).

5.6.2. Declaração de capacidade instalada e disponibilidade para SUS, cfe. Modelo do Anexo IV;

5.6.3. Relação nominal dos profissionais, que compõe a equipe técnica do prestador, com **identificação do profissional responsável técnico**, informando nome, CPF, carga horária semanal, cargo, função e número de inscrição no respectivo Conselho Profissional para profissionais de nível universitário e técnicos, conforme Anexo V.

## 6. DA ABERTURA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

6.1. O CISAMVI receberá o envelope contendo os documentos e entregará protocolo do recebimento da documentação ao interessado.

6.2. Os envelopes serão encaminhados à Comissão Permanente de Licitação, que se reunirá para abertura e análise da documentação apresentada, conforme as exigências do item 5 deste edital.

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

6.3. Ao final da análise da documentação será lavrada Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pela Comissão Permanente de Licitação.

6.4. Caso a documentação apresentada não esteja em conformidade com as exigências deste Credenciamento, a interessada será notificada, e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, complementação, substituição ou apresentação de nova documentação.

6.5. O prazo para regularização, complementação, substituição ou apresentação de nova documentação poderá ser prorrogado, mediante requerimento da interessada e aceitação do CISAMVI.

6.6. O fato de a interessada NÃO TER SUA DOCUMENTAÇÃO APROVADA, não impede que a mesma apresente a documentação exigida em outra oportunidade, podendo buscar o credenciamento a qualquer tempo, apresentando a documentação exigida neste Credenciamento e passará por nova análise.

6.7. O CISAMVI disponibilizará a relação dos credenciados junto ao site [www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br).

**7. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO**

7.1. Estando a documentação apresentada em conformidade com as exigências deste Chamamento a interessada será declarada HABILITADA ao Credenciamento.

7.2. O CISAMVI publicará em seu site oficial a habilitação e convocação da proponente para assinatura do termo de credenciamento, devendo a mesma comparecer em até 10 (dez) dias após a publicação de sua convocação para firmar o termo de contrato.

7.3. O Termo de Contrato de Credenciamento, minuta constante no Anexo III será lavrado em duas vias, que será assinado pelo responsável da interessada e pelo Diretor Executivo do CISAMVI.

- a) uma via fará parte do Processo de Credenciamento;
- b) uma via será arquivada em arquivo próprio para contratos; e
- c) uma via será entregue a Credenciada.

**8. DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO/VIGÊNCIA**

8.1. O credenciamento será formalizado através de Contrato de Prestação de Serviços, conforme minuta do Anexo III.

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

8.2. O Contrato tem como quantidade uma estimativa mensal de oferta, que será indicada pelo CREDENCIADO, respeitando o limite financeiro máximo deste Edital. Portanto, trata-se apenas de uma quantidade estimativa, não gerando direito ao CREDENCIADO exigir um número mínimo de procedimentos/mês do CISAMVI.

8.3. A demanda de consumo dependerá única e exclusivamente da procura dos municípios pelos procedimentos oferecidos.

8.4. Quanto a escolha do laboratório/clínica/profissional, cada município possui uma relação de todos os credenciados e suas especialidades, deixando a livre escolha dos usuários da rede aquele que melhor lhe aprouver.

8.5. O prazo de vigência do Contrato de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do respectivo contrato, com justificativa por escrito, nos termos do art.57§§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

**9. DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

9.1. A Contratada irá atender os usuários oriundos dos Municípios consorciados à Contratante.

9.2. Os serviços deverão ser prestados em instalações (consultórios ou clínicas particulares) de responsabilidade do credenciado, nos municípios consorciados ao CISAMVI ou cidades limítrofes a estes.

9.3. Identificada à necessidade da realização de serviço de saúde constante neste Edital, será ofertado ao paciente ou representante legal a opção de escolha do credenciado para o respectivo serviço, conforme lista de credenciados mantida pelo CISAMVI;

9.4. A requisição do serviço de saúde deverá ser aprovada pelo órgão municipal responsável ou, ultrapassada a cota mensal de serviços a que tem direito o município consorciado, a requisição deverá ser aprovada pelo CISAMVI;

9.5. Após a aprovação da requisição, será agendada a execução do serviço diretamente com a pessoa jurídica credenciada;

9.6. A comprovação da execução dos serviços se dará mediante:

9.6.1. Relatório do Credenciado, disponibilizado pelo CISAMVI conforme modelo Anexo VI disponível também no endereço eletrônico [www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br), completamente preenchido com assinatura do paciente ou responsável (identificado);

9.6.2. Requisição emitida pelo município, a qual autoriza o seu atendimento devidamente assinada pelo paciente ou responsável devidamente identificado.

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

9.6.3. Relatório Padronizado pelo CISAMVI para informações da produção BPA, SAI/SUS e BPA-I.

9.7. O CISAMVI poderá adotar sistema informatizado para controle de requisições, autorizações e agendamentos dos serviços de saúde credenciados.

9.8. Os atendimentos realizados por encaminhamento dos municípios consorciados não poderão ser referenciados para atendimento de forma particular ou solicitação de complementação de valores para procedimentos e/ou cirurgias.

9.9. Toda necessidade de serviços complementares e/ou procedimentos e/ou cirurgias deverá ser encaminhado a secretaria de saúde do município consorciado para posterior encaminhamento do município.

**10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

10.1. Ambas as partes devem cumprir com as cláusulas previstas no item 3 do Anexo I – Termo de Referência.

**11. DOS VALORES E PAGAMENTO**

11.1. A remuneração pela prestação e/ou fornecimento de serviços será de acordo com a Tabela de Valores constada no Anexo I – Termo de Referência do edital, estando inclusos taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

11.2. Os serviços de saúde prestados pelos credenciados serão remunerados por cada procedimento realizado.

11.3. Todos os contratados deverão utilizar o formulário indicado pelo CISAMVI, com as informações necessárias para o preenchimento do Boletim de Produção Ambulatorial – BPA do Sistema de Informações Ambulatoriais do SIA/SUS, ou BPA-I Sistema de Informações Ambulatoriais Individualizado do SIA/SUS, conforme o caso, para realização do fechamento de sua produção mensal. O modelo do formulário será indicado pelo CISAMVI.

11.4. É vedado ao credenciado cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.

11.5. Ficam ao encargo do credenciado todas as despesas e custos relativos à aluguel, mão-de-obra, encargos sociais, fiscais e outros que porventura forem necessárias à prestação dos serviços. O credenciado deverá apresentar comprovação do recolhimento das obrigações trabalhistas, fiscais e securitárias decorrente da

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

relação de emprego com seus profissionais, relativamente às competências em que prestar serviços.

11.6. O pagamento será realizado mensalmente, até o 20º (vigésimo) dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados até o dia 25 do mês em faturamento, acompanhados do respectivo documento fiscal (deverá ser sempre Nota Fiscal) e apresentados ao CISAMVI até o último dia útil do mês.

11.7. A comprovação da realização dos serviços será feita mediante:

11.7.1. Relatório dos atendimentos constante no Anexo VI;

11.7.2. Requisição do CISAMVI, assinado pelo paciente ou responsável (para confirmar o atendimento).

11.7.3. Formulários indicado pelo CISAMVI, com as informações necessárias para o preenchimento do BPA, SIA/SUS, ou BPA-I.

11.8. Após receber a aprovação do relatório encaminhado (item 9.6.1), o Contratado poderá encaminhar a nota fiscal para cobrança.

11.9. Havendo divergência ou erros entre serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado ao CISAMVI a realização de auditoria para aferição correta dos serviços executados, devendo o credenciado emitir nota fiscal conforme o valor aferido.

11.10. Em caso de atraso na entrega das faturas pelo credenciado, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

11.11. O CISAMVI fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim o determinar.

**12. DAS PENALIDADES**

12.1. Quando a Contratada não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:

12.1.1. Advertência.

12.1.2. Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor contratual quando.

- a) Os serviços estiverem em desacordo com as especificações contidas no contrato ou em descumprimento com uma das cláusulas;
- b) Se houver rescisão por culpa ou requerimento da Contratada sem causa justificada ou amparo legal;
- c) Pela descontinuidade dos serviços, a ser cobrada por dia parado, até o limite de 10 (dez) dias.

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

12.2. Sem prejuízo da multa estabelecida pela Contratante, a Contratada responderá pelas perdas e danos causados, os quais serão mensurados caso a caso.

12.3. Caso a Contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas, garantindo a esta o pleno direito de defesa;

12.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o CISAMVI, que ocorrerá sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12.5. Impedimento de participar de licitações e contratar com o CISAMVI e também nos municípios consorciados, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

12.6. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do CISAMVI e, no que couber às demais penalidades referida no Capítulo IV da Lei 8.666/93.

**13. DO DESCRENCIAMENTO**

13.1. As condições de descredenciamento estão descritas na cláusula sétima do Anexo III - Contrato de Credenciamento.

**14. DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. O Contrato de Prestação de Serviços não poderá ser objeto de cessão, transferência, subcontratação no todo ou em parte, não podendo a Contratada se valer deste para vincular terceiros à presente contratação, sob pena de imediata rescisão/descredenciamento e aplicação das penalidades previstas no item 14 (quatorze) e 15 (quinze) do presente instrumento.

**15. DAS PUBLICAÇÕES**

15.1. As publicações legais decorrentes deste credenciamento, inclusive o extrato do presente Edital, serão realizadas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, disponível no endereço [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

15.2. A íntegra do Edital, a relação dos serviços de saúde e a relação dos credenciados ficarão a disposição no site do CISAMVI, no endereço [www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br).

**16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

16.1. Estando os prestadores selecionados aptos a contratar com o município, será providenciado o processo de Inexigibilidade de Licitação, de acordo com o art. 25 da Lei 8.666/93, tendo em vista que a competição resta faticamente impossibilitada, já que é de interesse da coletividade que o maior número possível de empresas preste serviços de procedimentos clínicos, no intuito de ampliar e facilitar o acesso da população.

16.2. Fazem parte do presente Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Ficha de Requerimento de Credenciamento;

Anexo III - Minuta do Contrato de Credenciamento;

Anexo IV – Declaração de capacidade instalada e disponibilidade ao SUS;

Anexo V – Relação de profissionais que compõe equipe técnica; e

Anexo VI – Relatório do Credenciado.

16.3. O CISAMVI reserva-se ao direito de, justificadamente, anular ou revogar este Credenciamento, sem que caiba qualquer reclamação ou indenização de qualquer espécie.

16.4. O presente credenciamento não afeta a validade dos contratos firmados com base em Processo de Inexigibilidade anterior, e nem impede a prorrogação ou rescisão daqueles, na forma da lei.

16.5. A participação dos interessados mediante apresentação de habilitação para o credenciamento importará na declaração tácita da ciência e concordância com todos os termos do presente Edital.

16.6. As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir deste Edital de credenciamento correrão por conta da dotação orçamentária própria do Orçamento-Programa Anual do CISAMVI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar).

16.7. Informações a respeito deste processo de credenciamento poderão ser obtidas pelo fone (47) 3331-5812, ou pessoalmente no endereço administrativo do Consórcio, sito a Rua Alberto Stein, 466, bairro da Velha, na cidade de Blumenau – SC, das 09h às 12h e das 13h às 17h.

16.8. Os casos omissos neste Edital serão analisados sob os aspectos da Lei nº 8.666/93.

Blumenau (SC), 13 de Abril de 2017.

**Mathias Kohler**  
Presidente do CISAMVI

**Cleones Hostins**  
Diretor Executivo do CISAMVI

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

### ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO:

1.1 Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços não médicos (procedimentos clínicos) para atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 Municípios consorciados ao CISAMVI – Valor Não SIGTAP.

1.2 Os serviços deverão ser prestados em instalações (consultórios, clínicas ou estabelecimentos particulares) de responsabilidade do credenciado, nos municípios consorciados ao CISAMVI ou cidades limítrofes a estes.

1.3 Os serviços compreendem os itens descritos a baixo com o respectivo valor unitário:

CONSULTA / ATENDIMENTO / ACOMPANHAMENTO PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR EXCETO MÉDICO		
CÓDIGO	PROCEDIMENTO	VALOR
FISIOTERAPIA		
CONSULTA EM FISIOTERAPIA		
03.01.01.004-8	CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO) - FISIOTERAPIA	25,00
ASSISTÊNCIA FISIOTERAPEUTICA EM ALTERAÇÕES UROGINECOLÓGICAS		
03.02.01.001-7	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE NO PRÉ/PÓS CIRURGIAS UROGINECOLÓGICAS	8,00
03.02.01.002-5	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES C/ DISFUNÇÕES UROGINECOLÓGICAS	8,00
ASSISTÊNCIA FISIOTERAPEUTICA EM ALTERAÇÕES CARDIOVASCULARES E PNEUMOFUNCIONAIS		
03.02.04.001-3	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM TRANSTORNO RESPIRATÓRIO COM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS	8,00
03.02.04.002-1	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM TRANSTORNO RESPIRATÓRIO SEM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS	8,00
03.02.04.003-0	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM TRANSTORNO CLÍNICO CARDIOVASCULAR	8,00
03.02.04.004-8	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE PRÉ/PÓS CIRURGIA CARDIOVASCULAR	8,00
03.02.04.005-6	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS DISFUNÇÕES VASCULARES PERIFÉRICAS	8,00
ASSISTÊNCIA FISIOTERAPEUTICA EM ALTERAÇÕES MUSCULOESQUELÉTICAS (TODAS AS ORIGENS)		
03.02.05.001-9	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES NO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO NAS DISFUNÇÕES MÚSCULO ESQUELÉTICAS	8,00
03.02.05.002-7	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS	8,00
03.02.05.003-5	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES NO PRÉ E PÓS-	8,00

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

	OPERATÓRIO NAS DISFUNÇÕES MUSCULO- ESQUELETICAS C/ COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS	
<b>ASSISTÊNCIA FISIOTERAPEUTICA EM ALTERAÇÕES EM NEUROLOGIA</b>		
03.02.06.001-4	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES COM DISTÚRBIOS NEURO-CINÉTICO-FUNCIONAIS SEM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS	8,00
03.02.06.002-2	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES COM DISTÚRBIOS NEURO-CINÉTICO-FUNCIONAIS COM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS	8,00
03.02.06.003-0	- ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS DESORDENS DO DESENVOLVIMENTO NEURO MOTOR	8,00
03.02.06.004-9	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE C/ COMPROMETIMENTO COGNITIVO	8,00
03.02.06.005-7	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE NO PRÉ/PÓS- OPERATÓRIO DE NEUROCIRURGIA	8,00
<b>FONOAUDIOLOGIA</b>		
<b>CONSULTA EM FONOAUDIOLOGIA</b>		
03.01.01.004-8	CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO) - FONOAUDIOLOGIA	25,00
<b>ASSISTÊNCIA FONOAUDIOLÓGICA EM PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA</b>		
02.11.07.005-1*	AUDIOMETRIA TONAL E VOCAL	80,00
02.11.07.001-7	ANALISE ACUSTICA DA VOZ POR MEIO DE LABORATORIO DE VOZ	4,11
02.11.07.002-5	AUDIOMETRIA DE REFORCO VISUAL (VIA AEREA / OSSEA)	21,00
02.11.07.006-8	AVALIACAO DE LINGUAGEM ESCRITA / LEITURA	4,11
02.11.07.007-6	AVALIACAO DE LINGUAGEM ORAL	4,11
02.11.07.008-4	AVALIACAO MIOFUNCIONAL DE SISTEMA ESTOMATOGNATICO	4,11
02.11.07.011-4	AVALIACAO VOCAL	4,11
02.11.07.012-2	ELETROCOCLEOGRAFIA	4,25
02.11.07.017-3	EXAME DE ORGANIZACAO PERCEPTIVA	4,11
02.11.07.018-1	EXAME NEUROPSICOMOTOR EVOLUTIVO	4,11
02.11.07.023-8	PESQUISA DE FISTULA PERILINFATICA	4,80
02.11.07.024-6	PESQUISA DE GANHO DE INSERCAO	12,00
02.11.07.028-9	PROVA DE FUNCAO TUBARIA	4,80
02.11.07.031-9	SELECAO E VERIFICACAO DE BENEFICIO DO AASI	8,75
02.11.07.032-7	TESTES ACUMETRICOS (DIAPASAO)	1,37
02.11.07.033-5	TESTES AUDITIVOS SUPRALIMINARES	1,37
02.11.07.034-3	TESTES DE PROCESSAMENTO AUDITIVO	9,36
02.11.07.035-1	TESTES VESTIBULARES / OTONEUROLÓGICOS	46,56
02.11.07.036-0	TRIAGEM AUDITIVA DE ESCOLARES	12,00
02.11.07.037-8	AVALIAÇÃO E SELEÇÃO PRÉ-CIRÚRGICA PARA IMPLANTE COCLEAR	46,56
02.11.07.038-6	MAPEAMENTO E BALANCEAMENTO DOS ELETRODOS	33,91
02.11.07.039-4	POTENCIAL EVOCADO ELETRICAMENTE NO SISTEMA AUDITIVO	93,76
02.11.07.041-6	AVALIAÇÃO E SELEÇÃO PRÉ-CIRÚRGICA PARA PRÓTESE AUDITIVA ANCORADA NO OSSO	46,56
<b>ASSISTÊNCIA FONOAUDIOLÓGICA EM REABILITAÇÃO</b>		
03.01.07.003-2	ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE P/ ADAPTAÇÃO DE APARELHO DE AMPLIFICAÇÃO SONORA INDIVIDUAL (AASI) UNI / BILATERAL	21,68
03.01.07.011-3	TERAPIA FONOAUDIOLÓGICA INDIVIDUAL	25,00
<b>PSICOLOGIA</b>		

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

CONSULTA EM PSICOLOGIA		
03.01.01.004-8	CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO) - PSICOLOGIA	25,00
03.01.04.004-4	TERAPIA INDIVIDUAL	25,00
NUTRIÇÃO		
CONSULTA EM NUTRIÇÃO		
03.01.01.004-8	CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO) - NUTRIÇÃO	25,00
03.01.04.004-4	TERAPIA INDIVIDUAL	25,00

**\* Este código não pertence à tabela SIGTAP.**

O rol de procedimentos descrito não possui quantitativo estimado, por tratar-se em sua maior parte, de procedimentos sem série histórica de contratos pelo CISAMVI.

Para fins de cadastramento em sistemas de compras, o CISAMVI usará uma média do procedimento mais relevante em termos de custos.

Para fins de contratualização, será utilizada a informação da "Capacidade Instalada" fornecida pelo prestador de serviço.

## 2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 Necessidade de manutenção da prestação de serviços não médicos, como os procedimentos clínicos elencados no rol anterior, para atender a demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 Municípios consorciados ao CISAMVI (Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó), visando economia e maior disponibilidade de serviços com a contratação na forma de credenciamento.

2.2 A necessidade de continuidade e oferta de novos serviços foi demonstrada pelos Secretários de Saúde na reunião da Comissão Intergestora Regional – CIR Médio Vale do Itajaí.

2.3 Os serviços não médicos já foram objeto de credenciamento anterior, cujos contratos encerraram ao longo de 2016.

2.4 Os serviços não médicos já foram objeto do edital 004/2017, cujo rol observava valores da tabela SIGTAP, sendo estes não contemplados por prestadores para credenciamento.

2.5 Adotou-se como parâmetro para definição do valor unitário, o valor já praticado anteriormente pelo CISAMVI, e definido pela Comissão Intergestores Bipartite do Médio Vale do Itajaí. Levando em consideração os valores praticados atualmente, e em confronto ao praticado pela tabela SUS e o orçamento anual aprovado pelos municípios.

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

**3. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

3.1 Ao credenciado competirá:

- a) Executar os serviços nas condições estipuladas, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;
- b) Prestar os serviços apenas mediante apresentação da "Guia de Referência e Contra referência, autorizada pelo órgão municipal responsável pelos encaminhamentos;
- c) Prestar atendimento adequado aos usuários e fornecer as informações ao CISAMVI sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Edital;
- d) Apresentar o relatório constando nome do paciente, tipo de procedimento e valor, conforme anexo IV do Edital de Credenciamento, juntamente com as autorizações para execução dos serviços emitidas pelo CISAMVI, autorizadas pelos municípios e assinadas pelo paciente.
- e) Apresentar laudo técnico juntamente com os resultados do exame, quando necessário;
- f) Após aprovação do faturamento, apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior.
- g) Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento durante todo o período em que se mantiver credenciado;
- h) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;
- i) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- j) Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade;
- k) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- l) Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento.
- m) Comunicar ao CISAMVI, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- n) O Credenciado deverá afixar aviso, em local visível, sobre sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados pela mesma em razão do vínculo junto ao SUS.

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

### 3.2 Ao CISAMVI competirá:

- a) Efetuar o pagamento ao credenciado em função dos serviços prestados de acordo com os valores de cada item realizado;
- b) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados e informar ao prestador o os valor autorizado, e se houver, o motivo das glosas efetuadas, possibilitando o questionamento e correção, se possível;
- c) Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Termo e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;
- d) Fornecer requisições para execução dos serviços.

## 4. DO PREÇO E DO PAGAMENTO:

4.1 Os serviços de saúde prestados pelos credenciados serão remunerados por cada item realizado.

4.2 Todos os contratados deverão utilizar o formulário indicado pelo CISAMVI, com as informações necessárias para o preenchimento do Boletim de Produção Ambulatorial – BPA do Sistema de Informações Ambulatoriais do SIA/SUS, ou BPA-I Sistema de Informações Ambulatoriais Individualizado do SIA/SUS, conforme o caso, para realização do fechamento de sua produção mensal. O modelo do formulário será indicado pelo CISAMVI.

**4.3 É vedado ao credenciado cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários ou complemento pelos serviços prestados, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.**

4.4 Ficam ao encargo do credenciado todas as despesas e custos relativas à aluguel, mão-de-obra, encargos sociais, fiscais e outros que porventura forem necessárias à prestação dos serviços.

4.5 O credenciado deverá manter o recolhimento das obrigações trabalhistas, fiscais e securitárias decorrente da relação de emprego com seus profissionais, relativamente às competências em que prestar serviços.

4.6 O pagamento será realizado mensalmente, até o 20º (vigésimo) dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados até o dia 25º (vigésimo quinto) do mês em faturamento, acompanhados do respectivo documento fiscal (deverá ser sempre Nota Fiscal).

4.6.1 A Nota Fiscal deverá conter a informação do número do credenciamento e contrato correspondente aos serviços, não podendo haver a cobrança de serviços correspondentes a dois ou mais contratos na mesma Nota Fiscal.

4.6.2 O pagamento será realizado mediante depósito bancário, preferencialmente em conta mantida na Caixa Econômica Federal, sem prejuízo de contas mantidas em outras instituições bancárias.

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

4.7 O CISAMVI fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim a determinar.

### 5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 - Poderão se credenciar as pessoas jurídicas da área de saúde que atendam a todas as exigências constantes no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, bem como atendam as condições e os critérios mínimos estabelecidos pelo SUS, visando o atendimento satisfatório.

5.2 - Estão impedidos de se credenciar as pessoas jurídicas que tenham sido sujeitas à aplicação da penalidade de suspensão temporária de contratar com o CISAMVI, pelo prazo da suspensão, ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, pelo prazo da declaração de inidoneidade.

### 6. DA HABILITAÇÃO

#### 6.1 Habilitação Jurídica

6.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

6.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (com suas devidas alterações), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

6.1.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

6.1.4 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.1.5 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

#### 6.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

6.2.1 **Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais** e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União - Conjunta; com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

6.2.2 **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual** com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

6.2.3 **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal**, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

**6.2.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

**6.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

**6.3 Qualificação Técnica**

**6.3.1** Alvará de licença de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária;

**6.3.2** Alvará de localização e funcionamento regular emitido pela Fazenda Municipal;

**6.3.3** Certificado de Regularidade do Estabelecimento (Registro ou inscrição da pessoa jurídica) junto ao Conselho Regional de Classe (CREMESC, COREN, CREFITO, etc);

**6.3.4** Registro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde.

**6.4 Outros documentos:**

**6.4.1** Ficha de Requerimento de Credenciamento.

**7. DO PRAZO DE VALIDADE DO CREDENCIAMENTO**

7.1 O presente credenciamento entrará em vigor na data de sua assinatura e tem validade por 12 (doze) meses, sendo que os contratos poderão ser prorrogados mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes.

**8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1 - As despesas decorrentes das contratações realizadas correrão por conta da dotação orçamentária própria do Orçamento-Programa Anual do CISAMVI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar).

Blumenau (SC), 12 de abril de 2017.

**CLEONES HOSTINS**  
Diretor Executivo

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

**ANEXO II****MODELO DE REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO**

Ao CISAMVI  
Setor de Licitações e Contratos  
Blumenau – SC

O interessado abaixo qualificado requer sua inscrição no **CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PÚBLICAS, FILANTRÓPICAS E/OU PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, CONFORME DESCRIÇÃO NA "TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS", DISPONÍVEL ATRAVÉS DO SIGTAP – SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE SAÚDE DOS 14 (QUATORZE) MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISAMVI**, divulgado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, nos termos do presente Edital.

Nome: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_  
Endereço Comercial: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
C.N.P.J: \_\_\_\_\_ Estadual: \_\_\_\_\_ Inscr.Municipal \_\_\_\_\_  
Banco \_\_\_\_\_ Ag: \_\_\_\_\_ Conta Corrente n.º \_\_\_\_\_  
Responsável Técnico pelos Serviços Prestados: \_\_\_\_\_  
Nº do conselho da categoria do profissional técnico: \_\_\_\_\_

Para tanto, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Concordamos em se submeter a todas às disposições constantes no Edital de Credenciamento nº 10/2017 e seus Anexos;
- Possuímos estrutura, materiais, equipamentos, profissionais e outros itens considerados essenciais para o cumprimento dos serviços constantes desta ficha de inscrição;
- **Conhecemos e estamos de acordo em aceitar e prestar os serviços pelos valores constantes na tabela SIGTAP.**

Ademais, requer o credenciamento para prestar os exames conforme declaração de capacidade de instalação e disponibilidade ao SUS – Anexo IV.

**\*O Proponente poderá se credenciar em todos os procedimentos que tiver capacidade e comprovar as condições de habilitação, indicando a quantidade máxima mensal que está disposto a atender, não podendo para tanto ultrapassar ao limite de sua disponibilidade ao SUS.**

Local(is) onde será(ão) executado(s) o(s) serviço(s):

\_\_\_\_\_

(cidade), (dia) de (mês) de (ano).

**NOME DA PESSOA JURÍDICA**

Telefone de contato: .....

e-mail de contato: .....

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

**Anexo III****MINUTA DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX**

*CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE  
SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE  
SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI E A  
EMPRESA XXX.*

As partes, de um lado o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominado CISAMVI e, de outro lado, **XXX**, neste ato representado por XXX, doravante denominado CREDENCIADO, tem entre si justo acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. XXXX/2017, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- 1.1 - O CREDENCIADO prestará aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CISAMVI, serviços com finalidade diagnóstica de média e alta complexidade ambulatorial para realização de procedimentos, conforme descrito no Anexo IV – Declaração de Capacidade de Instalação e Disponibilidade ao SUS, do edital de Credenciamento n.º XX/2017.
- 1.2 - Os procedimentos solicitados serão prestados na(s) seguinte(s) instalação(ões): XXX, Rua XXX, nº XXX, sala XXX, bairro XXX, na cidade de XXX, com capacidade de atendimento de xxx usuários por dia.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO CREDENCIAMENTO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

- 2.1 - Os contratos decorrentes deste credenciamento terão sua vigência a contar da data de publicação do mesmo, pelo período de 12 (doze) meses, e poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, por ato do CISAMVI, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses), nos termos do art.57§§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E QUANTITATIVO**

- 3.1 - Os serviços de saúde prestados pelo CREDENCIADO serão remunerados por cada procedimento realizado.
- 3.2 - O preço ajustado entre as partes são os constantes no "Termo de Referência - Anexo I" do Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº XXX/2017, estando inclusos taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra,

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

**3.3 A demanda de consumo dependerá única e exclusivamente da procura dos municípios pelas especialidades oferecidas.**

**3.4 Por se tratar de uma quantidade estimativa não está a Administração obrigada a adquirir toda ou qualquer quantidade indicada no presente credenciamento.**

**CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO**

O pagamento será realizado mensalmente, até o 20º (vigésimo) dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, mediante:

4.1.1 Apuração e comprovação dos serviços que foram prestados até o dia 25 do mês em faturamento, conforme quantidade de procedimentos realizados. Apresentado em formulário padrão, seguindo o modelo do anexo VI do Edital, aprovado pelo CISAMVI.

4.1.2 Respectivo documento fiscal (deverá ser sempre Nota fiscal) de cobrança do valor aprovado, apresentado ao CISAMVI.

4.2 A comprovação da realização dos serviços será feita mediante:

4.2.1 Relatório do Credenciado, disponibilizado pelo CISAMVI conforme modelo Anexo VI disponível também no endereço eletrônico [www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br), completamente preenchido com assinatura do paciente ou responsável (identificado);

4.2.2 Requisição emitida pelo município, a qual autoriza o seu atendimento devidamente assinada pelo paciente ou responsável devidamente identificado.

4.2.3 Relatório Padronizado pelo CISAMVI para informações da produção BPA, SAI/SUS e BPA-I.

4.2.3.1 Todos os contratados deverão utilizar o formulário indicado pelo CISAMVI, com as informações necessárias para o preenchimento do Boletim de Produção Ambulatorial – BPA do Sistema de Informações Ambulatoriais do SIA/SUS, ou BPA-I Sistema de Informações Ambulatoriais Individualizado do SIA/SUS, conforme o caso, para realização do fechamento de sua produção mensal. O modelo do formulário será indicado pelo CISAMVI.

4.3 Após receber a aprovação do relatório encaminhado (item 4.2.1), o Contratado poderá encaminhar a nota fiscal para cobrança.

4.4 Havendo divergência ou erros entre serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado ao CISAMVI a realização de auditoria para aferição correta dos serviços executados, devendo o credenciado emitir nota fiscal conforme o valor aferido.

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

- 4.5 Em caso de atraso na entrega das faturas pelo credenciado, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.
- 4.6 O CISAMVI fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim o determinar.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CISAMVI****5.1 – Compete ao CISAMVI:**

- a) Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes no "Termo de Referência - Anexo -I";
- b) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;
- c) Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Contrato e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;
- d) Fornecer requisições para execução dos serviços.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO**

- a) Executar os serviços nas condições estipuladas, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;
- b) Prestar os serviços apenas mediante apresentação da "Guia de Referência e Contra referência, autorizada pelo órgão municipal responsável pelos encaminhamentos;
- c) Prestar atendimento adequado aos usuários e fornecer as informações ao CISAMVI sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Edital;
- d) Apresentar o relatório constando nome do paciente, tipo de procedimento e valor, conforme anexo VI do Edital de Credenciamento, juntamente com as autorizações para execução dos serviços emitidas pelo CISAMVI, autorizadas pelos municípios e assinadas pelo paciente.
- e) Apresentar laudo técnico juntamente com os resultados do exame, quando necessário;

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

- f) Após aprovação do faturamento, apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior.
- g) Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento durante todo o período em que se mantiver credenciado;
- h) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;
- i) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- j) Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade;
- k) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- l) Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento.
- m) Comunicar ao CISAMVI, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- n) O Credenciado deverá afixar aviso, em local visível, sobre sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados pela mesma em razão do vínculo junto ao SUS.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESCREDENCIAMENTO****7.1 - Constituem motivo para o descredenciamento:**

- a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;
- b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do CREDENCIADO;
- c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;
- d) As hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

7.2 - O CREDENCIADO poderá descredenciar-se voluntariamente, mediante requerimento por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e desde que não prejudique os atendimentos já agendados, ou que venham a ser agendados antes de decorrido o prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o termo de descredenciamento e/ou rescisão contratual, quando cessará as obrigações para ambas as partes.

7.3 - O descredenciamento não exige a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, se for o caso.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

8.1 Quando a Contratada não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:

8.1.1 Advertência.

8.1.2 Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor contratual quando:

d) Os serviços estiverem em desacordo com as especificações contidas no contrato ou em descumprimento com uma das cláusulas;

e) Se houver rescisão por culpa ou requerimento da Contratada sem causa justificada ou amparo legal;

f) Pela descontinuidade dos serviços, a ser cobrada por dia parado, até o limite de 10 (dez) dias;

8.2 Sem prejuízo da multa estabelecida pela Contratante, a Contratada responderá pelas perdas e danos causados, os quais serão mensurados caso a caso.

8.3 Caso a Contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas, garantindo a esta o pleno direito de defesa;

8.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o CISAMVI, que ocorrerá sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

8.5 Impedimento de participar de licitações e contratar com o CISAMVI, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

8.6 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do CISAMVI e, no que couber às demais penalidades referida no Capítulo IV da Lei 8.666/93.

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

**CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

9.1 - Em caso de atraso na entrega das faturas pelo CREDENCIADO, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

9.2 - É vedado ao CREDENCIADO cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, além da prevista na Cláusula Terceira deste contrato, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.

9.3 - O CISAMVI reserva-se ao direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados e solicitação de perícias e informações adicionais, glosar despesas e procedimentos das faturas apresentadas.

9.4 - A remuneração recebida pelo CREDENCIADO não gerará nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária de seus profissionais com o CISAMVI.

9.5 - O credenciamento de que trata o Processo de Inexigibilidade nº XXX/2017 será de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade do CISAMVI.

9.6 - Aplica-se a este contrato, as condições e preceitos contidos no Processo de Inexigibilidade nº XXX/2017 e na Ficha de Credenciamento firmada pelo CREDENCIADO, independentemente de transcrição.

9.7 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CISAMVI, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

9.8 - As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Programa Anual do CISAMVI (3390 - *Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar*).

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

10.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Blumenau (SC), xx de xxx de 2017.

**CISAMVI**  
Cleones Hostins  
Diretor Executivo

**CREDENCIADO**  
Representante Legal

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

**ANEXO IV****DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE INSTALADA E DISPONIBILIDADE AO SUS**

A empresa/entidade ....., pessoa jurídica de direito (público ou privado), com sede na ....., (Cidade-SC), inscrita no CNPJ nº....., por meio de seu (qualificação) representante legal abaixo firmado, em atenção ao EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 10/2017, vem declarar que possui capacidade instalada para realização de.....procedimentos por mês, conforme segue:.

Exames	CAPACIDADE INSTALADA (em quantidade mensal)	PROPOSTA PARA ATENDIMENTO DO SUS (em quantidade mensal)

Cidade,.....

\_\_\_\_\_

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guabiruba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

**ANEXO V****RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM EQUIPE TÉCNICA**

Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Nome do Profissional	CPF	Cargo	Função	Carga horária semanal	Número no Conselho (quando for o caso)

**DEMAIS PROFISSIONAIS**

Nome do Profissional	CPF	Cargo	Função	Carga horária semanal	Número no Conselho (quando for o caso)

Cidade, .....

\_\_\_\_\_

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI**

Apiúna - Ascurra - Benedito Novo - Blumenau - Botuverá - Brusque  
Doutor Pedrinho - Gaspar - Guaribuba - Indaial - Pomerode  
Rio dos Cedros - Rodeio - Timbó

## Relatório do Credenciado.

## RELATÓRIO DE ATENDIMENTO DO CREDENCIADO

[illegible]

Pagina \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura e Carimbo:

Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, Blumenau, SC, CEP: 89036-200  
Fone (47) 3331-5812 - [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

**CIS/AMREC****EXTRATO DE CONTRATO: Nº 006/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CISAMREC- Consórcio Intermunicipal de saúde da AMREC.

CNPJ 13.791.885/0001-36

**EXTRATO DE CONTRATO**

2-Extrato de contrato: nº 006/2017

Contratante: CISAMREC- Consórcio Intermunicipal de saúde da AMREC

Contratado: CLÍNICA MÉDICA DEBIASI LTDA

Objetivo: Contratação de empresa prestadora de serviços de saúde para suprir as necessidades dos municípios signatários.

Vigência: a partir de 22/03/2017

Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor DIMAS KAMMER, Presidente do Cisamrec, e pela empresa o Senhor PAULO SERGIO MACHADO – DIRETOR DA EMPRESA CONTRATADA.

**CIS/AMUREL****ATA DA AGO - 23/02/2017**

23.02.2017 - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL – CISAMUREL

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, às 09h00min, em primeira chamada, reuniram-se no auditório da Amurel, para Assembleia Geral Ordinária, os prefeitos: Sr. José Benjamim Arent, Prefeito Municipal de Armazém; Sr. Nivaldo de Sousa, Prefeito Municipal de Capivari de Baixo; Sr. Roberto Kuerten Marcelino, Prefeito Municipal de Braço do Norte; Sr. Márcio Borba Blasius, Prefeito Municipal de Grão Pará; Sr. Edvaldo Bez de Oliveira, Prefeito Municipal de Gravatal; Sr. Rosivaldo da Silva Junior, Prefeito Municipal de Imbituba; Sr. Edenilson Montini da Costa, Prefeito Municipal de Jaguaruna; Sr. Mauro Vargas Candemil, Prefeito Municipal de Laguna; Sr. Vilson Tadeu Marcon, Prefeito Municipal de Pedras Grandes; Sr. Deyvisonn da Silva de Souza, Prefeito Municipal de Pescaria Brava; Sr. Lindomar Ballmann, Prefeito Municipal de Rio Fortuna; Sr. Anderson de Souza, Prefeito Municipal interino de Sangão; Sr. Salésio Wiemes, Prefeito Municipal de Santa Rosa de Lima; Sr. Volnei Weber, Prefeito Municipal de São Ludgero; Sr. Robson Jean Back, Prefeito Municipal de São Martinho; Sr. Clésio Bardini De Biasi, Prefeito Municipal de Treze de Maio e Sr. Joares Carlos Ponticelli, Prefeito Municipal de Tubarão;. Participaram ainda, o Coordenador Administrativo do CISAMUREL, o Sr. Edson Nunes, o Diretor Executivo da Amurel, Sr. Celso Heidemann, o Assessor de Gestão Estratégica da Amurel, Sr. Alexandre Martins da Silva, o Contador do CISAMUREL, Sr. Ramon Correa Mendes e o Assessor Jurídico do CIS, Dr. Fábio Borges. Após saudar os presentes, o Presidente do CISAMUREL, Sr. Clésio Bardini De Biasi, solicitou a este coordenador administrativo do CIS que fizesse a leitura do edital de convocação desta assembleia, que registro a seguir: EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – O Presidente do CISAMUREL- Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 23 de fevereiro de 2017, às 09h00min, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 09h15min, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão (SC). Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias: I – Aprovação da ata da assembleia anterior (cópia entregue); II – Apreciação e aprovação dos registros contábeis anuais referentes ao ano de 2016 e aprovação do Relatório Anual de Atividades do exercício anterior; constante da revista entregue a cada um; III – Conselho Deliberativo – Eleição do 1º e 2º Vice-Presidente e IV - Assuntos Diversos. Tubarão (SC), 08 de fevereiro de 2017. Clésio Bardini De Biasi, Presidente do CISAMUREL. Em seguida colocou para aprovação o item I da pauta, a ata da AGO realizada no dia 12.12.2016, com dispensa de sua leitura, tendo em vista que cópia da mesma foi recebida pelos Prefeitos antes desta assembleia, a qual foi aprovada por todos. Na sequência, item II, Apreciação e aprovação dos registros contábeis anual, referente ao ano de 2016 e aprovação do relatório anual de atividades do exercício anterior. O Presidente informou aos presentes que havia uma cópia do relatório na pasta de cada um e solicitou ao contador do CISAMUREL, Sr. Ramon Correa Mendes, que fizesse uma explanação acerca dos registros contábeis e após explanação do mesmo, explicação posterior de alguns questionamentos referente à prestação de contas, ambos foram aprovados por unanimidade. Disse ainda, que três municípios consorciados- Imaruí, Jaguaruna e Laguna, ficaram com repasses em aberto referente ao ano de 2016. Passou-se ao item III da pauta, Eleição para os cargos de 1º e 2º Vice-Presidente do Conselho Deliberativo, e como não tinha chapa inscrita, e houve adesão espontânea dos Srs. Márcio Borba Blasius e Lindomar Ballmann, Prefeitos de Grão Pará e Rio Fortuna, respectivamente, os mesmos foram eleitos para mandato até 31/12/2017, tomando posse nesta mesma data, valendo a presente Ata como o respectivo termo de posse de ambos. Continuando, o item IV - Assuntos Diversos, e o Coordenador Administrativo, Sr. Edson Nunes, informou que foram renovados quase que 100% dos credenciamentos de 2016, com manutenção dos preços praticados naquele ano, além de que não tínhamos nenhuma dívida, ou seja, todos os prestadores foram pagos. No começo de janeiro foi lançado o Edital 01/2017 com vários procedimentos novos e que já estávamos em processo de credenciamento e alguns serviços já disponibilizados aos municípios. Também colocou a dificuldade de atendimento pelas clínicas que faziam o exame de tomografia, especificamente quando o médico pedia o procedimento com contraste, o qual não dava para ser feito tendo em vista que o contraste custava em torno de R\$ 80,00. Outro problema que continuávamos enfrentando é quanto alguns exames de laboratório que os prestadores estavam deixando de credenciar, tendo em vista o preço da Tabela SUS que não é atualizada há mais de 20 anos. Para não ficarmos sem o atendimento desses procedimentos, buscou-se uma solução para o problema e após alguns questionamentos entre os Prefeitos, chegou-se ao consenso e ficou decidido que, seriam criados um código no sistema para o contraste, no valor de R\$ 60,00 e outro para material descartável com o preço de R\$ 3,20 por paciente nos exames de laboratório, ambos

com sugestão e a concordância do Colegiado de Saúde da Amurel. Informou ainda, que dentro da pasta de cada um tinha um relatório com o movimento dos 02 últimos anos, que mostrava onde e quanto cada município aplicou seus recursos via CISAMUREL. Por fim, passou-se a palavra ao Sr. Alexandre Martins da Silva, Assessor de Gestão Estratégica da Amurel, que leu um ofício recebido da Unisul, que solicitava um possível credenciamento via CISAMUREL, para realização de procedimentos no Hospital Veterinário, com atendimentos a todos os municípios consorciados. Nesse mesmo ofício tinha a relação e o custo de cada procedimento. O assessor jurídico do CIS foi chamado a se manifestar sobre o caso, tendo dito que, na formatação atual do Protocolo de Intenções não se mostra possível a inclusão de serviços dessa natureza. Caso seja do interesse do Consórcio será necessário realizar alterações no Protocolo de Intenções. Ficou decidido, então, que seria solicitado também um orçamento daqueles procedimentos junto à Unibave de Orleans e após isso o Dr. Fábio elaborará proposta de alteração ao Protocolo de Intenções, para posterior aprovação numa assembleia extraordinária, se assim for da decisão da Assembleia Geral. Por fim, a palavra foi deixada livre, e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes, e determinou a este coordenador administrativo para lavrar a presente ata, que segue assinada nas formas de costume, e deu por encerrada a assembleia.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO AGO - 26/04/2017**

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

O Presidente do CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 26 de abril de 2017, às 09h00min, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 09h15min, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão (SC).

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- I. Aprovação da Ata da Assembleia Anterior; (cópia entregue)
- II. Apreciação e Aprovação dos Registros Contábeis, referente ao 1º bimestre do ano de 2017;
- III. Credenciamentos
- IV. Assuntos Diversos.

Tubarão, 10 de abril de 2017.

CLÉSIO BARDINI DE BIASI  
Presidente do CISAMUREL

---

## **CISAM**

---

### **RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 10/2017**

RESOLUÇÃO Nº 10/2017

“Designa empresa para realização de exames médicos admissionais, periódicos e demissionais, na forma que especifica”

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a empresa AMETTRA – Assessoria e Consultoria em Segurança do Trabalho Ltda – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.449.063/0001-83, com sede na rua XV de Novembro, 205, Centro, na cidade de Capinzal/SC, para a realização dos exames médicos admissionais, periódicos e demissionais do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, pelo período de 17 de abril de 2017 à 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 17 de abril de 2017.

Nilvo Dorini  
Presidente CISAM Meio Oeste

**CONSÓRCIO QUIRIRI****CONTRATO DE PS 001/2017****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS n.º 001/2017**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI - SÃO BENTO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Felipe Schmidt, n.º 331 sala 01, centro, município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.375.463/0001-63, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de São Bento do Sul, neste ato, representada pelo Presidente, Sr. Magno Bollmann, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **BETHA SISTEMAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., Advogado, portador da cédula de identidade profissional n.º 24.757 OAB/SC e inscrito no CPF sob n.º 004.770.259-19 e Sr.ª Daniela Ramos Silva, Advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, inscrita no CPF sob o n.º 007.395.609-05, doravante denominada **CONTRATADA**, em decorrência do processo em decorrência do processo de Compra Direta, com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores pactuam o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso mensal, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do aplicativo de **Contabilidade** utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidades descritas no Anexo I.

1.2. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- a) Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.
- b) Suporte técnico operacional, exclusivamente no(s) aplicativo(s) contratado(s).
- c) Serviços de alterações específicas da entidade, quando solicitado.
- d) Serviços de treinamento de reciclagem, quando solicitado.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

O presente instrumento terá duração de **12 (doze) meses**, contados a partir de **02/05/2017**, com vigência até **30/04/2018**.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** via boleto bancário os seguintes valores:

- a) Pelo licenciamento do(s) aplicativos(s):

Rua Felipe Schmidt, 331, Centro, São Bento do Sul – SC  
CEP 89.280-178  
[www.quiriri.com.br](http://www.quiriri.com.br)  
Santa Catarina - Brasil





CONSÓRCIO  
INTERMUNICIPAL  
QUIRIRI



Global Compact  
Cities Programme

Campo Alegre - Corupá - Rio Negrinho - São Bento do Sul

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	12	Mês	Protocolo Básico	08	550,00	<b>6.600,00</b>

b) Pela prestação de serviços de suporte técnico:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PARCELAS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	16	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	1	80,00	<b>1.280,00</b>
2.	750	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico <i>in loco</i>	1	0,80	<b>600,00</b>
3.	2	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico <i>in loco</i>	1	151,00	<b>302,00</b>
<b>VALOR TOTAL R\$</b>			<b>2.182,00</b>			

c) O valor total do presente instrumento é **R\$ 8.782,00** (oito mil setecentos e oitenta e dois reais).

d) O faturamento do licenciamento mensal terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

e) O pagamento da licença de uso mensal será efetuado todo dia cinco do mês subsequente ao licenciamento do(s) aplicativo(s), mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.

f) O pagamento pelos serviços de suporte técnico será efetuado em parcela única, em até 15(quinze) dias da conclusão dos respectivos serviços e mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.

g) Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

h) Os valores contratados serão corrigidos automaticamente a cada 12 (doze) meses, contados da data limite de apresentação das propostas de preços conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001,

Rua Felipe Schmidt, 331, Centro, São Bento do Sul – SC

CEP 89.280-178

[www.quiriri.com.br](http://www.quiriri.com.br)

Santa Catarina - Brasil



MOVIMENTO  
QUIRIRI  
SUSTENTÁVEL



**THE GLOBAL GOALS**  
For Sustainable Development



com base no IGP-M (FGV) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do licenciamento do Aplicativo objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 33.90.39.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO APLICATIVO

- a) O(s) aplicativo(s) é(são) de propriedade da **CONTRATADA**, que concede a **CONTRATANTE** o direito de uso de sua(s) licença(s), objeto deste contrato, instalada no servidor e em computadores conectados em rede, de acordo com a quantidade de acessos simultâneos indicada na Cláusula Segunda.
- b) É vedada a cópia do(s) aplicativo(s) exceto para fazer backup. O(s) aplicativo(s) está(ão) protegido(s) pela lei nº. 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela lei nº. 9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000 (três mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente.
- c) É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) aplicativo(s) contratado a outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativo(s).
- d) Responsabilidade por danos indiretos: em nenhuma hipótese a **CONTRATADA** será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar (o)s referido(s) aplicativo(s), ainda que a **CONTRATADA** tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.
- e) Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, o(s) aplicativo(s) deverá(ão) permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

Caberá à **CONTRATANTE**:

- a) Efetuar o pagamento pelo licenciamento mensal do(s) aplicativo(s) objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado.
- b) Facilitar o acesso dos técnicos da **CONTRATADA** às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.
- c) Manter pessoal habilitado para operacionalização do(s) aplicativo(s).
- d) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do(s) aplicativo(s) licenciado(s), incluindo:
  - i. Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação do(s) aplicativo(s).

Rua Felipe Schmidt, 331, Centro, São Bento do Sul – SC  
CEP 89.280-178  
[www.quiriri.com.br](http://www.quiriri.com.br)  
Santa Catarina - Brasil





CONSÓRCIO  
INTERMUNICIPAL  
QUIRIRI



Global Compact  
Cities Programme

Campo Alegre - Corupá - Rio Negrinho - São Bento do Sul

- ii. Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,
- iii. Dar prioridade aos técnicos da **CONTRATADA** para utilização do equipamento da **CONTRATANTE** quando da visita técnica dos mesmos.
- e) Digitação das informações necessárias para atingir os resultados esperados do(s) aplicativo(s).
- f) Conferir os resultados obtidos na utilização do(s) aplicativo(s) lícitado(s). Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a **CONTRATADA** em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro do(s) aplicativo(s)
- g) Comunicar a **CONTRATADA**, por escrito e com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**, sobre o cancelamento de qualquer aplicativo contratado, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

Caberá a **CONTRATADA**:

- a) Fornecer a licença de usos d(s) aplicativo(s), objeto deste contrato,
- b) Prestar suporte somente na operacionalização dos(s) aplicativo(s), objeto deste contrato, ao(s) usuário(s).
- c) Manter informado o técnico da **CONTRATANTE**, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.
- d) Manter o(s) aplicativo(s) de acordo com as características do Anexo I.
- e) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos(s) aplicativo(s), causadas por problemas originados dos códigos-fontes de seus aplicativos.
- f) Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no(s) aplicativo(s) da **CONTRATANTE**, guardando total sigilo perante terceiros.
- g) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas na Legislação e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- h) Orientar e prestar suporte à **CONTRANTE** para executar alterações na base de dados que se fizerem necessárias.

#### CLÁUSULA OITAVA- DA MANUTENÇÃO NOS APLICATIVOS

- a) As modificações de cunho legal impostas pelos órgãos federais e estaduais, serão introduzidas no(s) aplicativo(s), durante a vigência do contrato, sem ônus para a **CONTRATANTE** e em prazos compatíveis com a legislação.
- b) Caso não haja tempo hábil para implementar as modificações legais entre a divulgação e o início da vigência das mesmas, a **CONTRATADA** procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais, até a atualização do(s) aplicativo(s).

Rua Felipe Schmidt, 331, Centro, São Bento do Sul – SC  
CEP 89.280-178  
[www.quiriri.com.br](http://www.quiriri.com.br)  
Santa Catarina - Brasil



MOVIMENTO  
QUIRIRI  
SUSTENTÁVEL



THE GLOBAL GOALS  
For Sustainable Development



CONSÓRCIO  
INTERMUNICIPAL  
QUIRIRI



Global Compact  
Cities Programme

Campo Alegre - Corupá - Rio Negrinho - São Bento do Sul

- c) As implementações específicas e de cunho legal impostas pelo Município serão objeto de negociação.
- d) As melhorias e novas funções introduzidas no(s) aplicativo(s) originalmente licenciado(s) são distribuídas toda vez que a **CONTRATADA** as concluir. Cabe a **CONTRATANTE** adotar a última versão no prazo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento. Após este prazo a **CONTRATADA** não mais estará obrigada a fornecer suporte à versão antiga.

## CLÁUSULA NONA - DO SUPORTE TÉCNICO

9.1. O suporte técnico do(s) aplicativo(s), deverá ser efetuado por técnico habilitado com o objetivo de:

- a) Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do(s) aplicativo(s);
- b) Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança;
- c) Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização do(s) aplicativo(s), como:
  - i. Reconstruir bases de dados danificadas por negligência do cliente;
  - ii. Analisar bases de dados via acesso remoto ou na BETHA;
  - iii. Migrar para versões de aplicativos que trazem benefícios ao cliente;
  - iv. Alterar fórmulas de cálculo;
  - v. Desenvolver novos relatórios e documentos, que não estejam no(s) aplicativo(s) contratado(s) e seja específico do cliente;
  - vi. Desenvolver ATB's específicos para troca de senhas;
  - vii. Analisar as alterações solicitadas para previsão de prazo e orçamento;
  - viii. Outros serviços inerentes ao(s) aplicativo(s).

9.2. Este atendimento poderá ser realizado por meio digital, internet através de serviços de suporte remoto, ou no ambiente da **CONTRATADA**, sempre que as alternativas anteriores não resultarem em solução satisfatória.

9.3. A execução de alterações na base de dados é de responsabilidade da **CONTRATANTE** sob orientação e suporte da **CONTRATADA**.

9.4. O suporte técnico deverá ser atendido quando feito por funcionários que possuam habilitação para a operação do(s) aplicativo(s), do equipamento, do aplicativo operacional e de utilitários.

9.5. As solicitações de alterações do(s) aplicativo(s), serão cadastradas pelo usuário da **CONTRATANTE**, no site [www.betha.com.br/atendimento](http://www.betha.com.br/atendimento), devendo estar acompanhada da descrição completa da solicitação e da documentação que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução do serviço, a **CONTRATADA** disponibilizará no

Rua Felipe Schmidt, 331, Centro, São Bento do Sul – SC  
CEP 89.280-178  
[www.quiriri.com.br](http://www.quiriri.com.br)  
Santa Catarina - Brasil



MOVIMENTO  
QUIRIRI  
SUSTENTÁVEL



THE GLOBAL GOALS  
For Sustainable Development



CONSÓRCIO  
INTERMUNICIPAL  
QUIRIRI



Global Compact  
Cities Programme

Campo Alegre - Corupá - Rio Negrinho - São Bento do Sul

site <http://download.betha.com.br/> ou enviará o aplicativo alterado em sua forma executável, via internet, para a **CONTRATANTE**, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários do(s) aplicativo(s).

9.6. Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO TREINAMENTO DE RECICLAGEM**

10.1 O treinamento de novos usuários poderá ocorrer na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc. Quando solicitado a **CONTRATADA** formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da **CONTRATANTE**.

10.2 O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do **CONTRATANTE**, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

11.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

11.2 A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item “h” da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples apostilamento de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA -SEGUNDA - DA RESCISÃO**

12.1. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE**, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666/93, comprometendo-se a fornecer única e exclusivamente a base de dados em formato TXT ou CSV, quando eventualmente requisitada.

12.2. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

- a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável, de todo ou parte deste contrato, serão precedidos de comunicação por escrito através de Termo Aditivo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, **efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.**

Rua Felipe Schmidt, 331, Centro, São Bento do Sul – SC  
CEP 89.280-178  
[www.quiriri.com.br](http://www.quiriri.com.br)  
Santa Catarina - Brasil



MOVIMENTO  
QUIRIRI  
SUSTENTÁVEL



**THE GLOBAL GOALS**  
For Sustainable Development



CONSÓRCIO  
INTERMUNICIPAL  
QUIRIRI



Global Compact  
Cities Programme

Campo Alegre - Corupá - Rio Negrinho - São Bento do Sul

c) Em caso de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, nos termos da Lei n.º 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS**

**13.1.** A troca eventual de documentos e cartas entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será feita através de protocolo, tanto para uma quanto para outra. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas

### **CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO**

As partes de comum e recíproco acordo elegem o foro da comarca de São Bento do Sul para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Bento do Sul, 31 de março de 2017.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI**  
**MAGNO BOLLMANN/PRESIDENTE**  
**CONTRATANTE**

**BETHA SISTEMAS LTDA.**  
**Daniela Ramos Silva**  
**CONTRATADA**

**BETHA SISTEMAS LTDA.**  
**Ernesto Muniz de Souza Jr.**  
**CONTRATADA**

Rua Felipe Schmidt, 331, Centro, São Bento do Sul – SC  
CEP 89.280-178  
[www.quiriri.com.br](http://www.quiriri.com.br)  
Santa Catarina - Brasil



MOVIMENTO  
QUIRIRI  
SUSTENTÁVEL



**THE GLOBAL GOALS**  
For Sustainable Development



CONSÓRCIO  
INTERMUNICIPAL  
QUIRIRI



Global Compact  
Cities Programme

Campo Alegre - Corupá - Rio Negrinho - São Bento do Sul

## TESTEMUNHAS:

Nome: LEONI FUERST  
CPF n.º 651.664.509-49

Nome: ALICE DROSCZAKA  
CPF n.º 590.736.169-72

Rua Felipe Schmidt, 331, Centro, São Bento do Sul – SC  
CEP 89.280-178  
[www.quiriri.com.br](http://www.quiriri.com.br)  
Santa Catarina - Brasil



MOVIMENTO  
QUIRIRI  
SUSTENTÁVEL



THE GLOBAL GOALS  
For Sustainable Development



CONSÓRCIO  
INTERMUNICIPAL  
QUIRIRI



Global Compact  
Cities Programme

Campo Alegre - Corupá - Rio Negrinho - São Bento do Sul

## ANEXO I - DAS CARACTERÍSTICAS

**CONTRATO Nº 01/2017.**

**CONTRATANTE:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI

**CONTRATADA:** BETHA SISTEMAS LTDA.

### 1. CONTABILIDADE PÚBLICA

- 1.1. Registrar todos os fatos contábeis ocorridos e possibilitar a análise da situação da administração pública, e a obtenção de informações contábeis e gerenciais necessárias à tomada de decisões.
- 1.2. Efetuar a escrituração contábil nas naturezas de informação patrimonial, orçamentária e controle em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. (MCASP).
- 1.3. Gerar relatórios gerenciais de Receita, Despesa, Restos a Pagar, Depósitos de Diversas Origens, Bancos e outros, de acordo com o interesse do Tribunal de Contas, bem como Boletim Financeiro Diário.
- 1.4. Elaborar os anexos e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/00 - LRF e Resolução do Tribunal de Contas.
- 1.5. Gerar os razão analíticos de todas as contas integrantes dos aplicativos Financeiro, Patrimonial e de Compensação.
- 1.6. Permitir informar documentos fiscais no momento da liquidação.
- 1.7. Possibilitar a consulta ao aplicativo, sem alterar o cadastro original.
- 1.8. Possibilitar o registro de empenhos por Estimativa, Global e Ordinário.
- 1.9. Possibilitar o registro de Sub-empenhos sobre o empenho Global.
- 1.10. Possibilitar a anulação dos empenhos por estimativa no final do exercício, visando a não inscrição em Restos a Pagar.
- 1.11. Possibilitar a anulação total e parcial do empenho.
- 1.12. Possibilitar o controle do pagamento de Empenho, Restos a Pagar e Despesas Extras, em contrapartida com várias Contas Pagadoras.
- 1.13. Possibilitar inscrever automaticamente no sistema de Compensação dos empenhos de Adiantamentos, quando da sua concessão e o lançamento de baixa respectivo, quando da prestação de contas.
- 1.14. Controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, emitindo relatórios de parcelas a vencer e vencidas, visando o controle do pagamento dos compromissos em ordem cronológica.
- 1.15. Possibilitar o registro do pagamento total ou parcial da despesa e a anulação do registro de pagamento, fazendo os lançamentos necessários.
- 1.16. Possibilitar a inclusão de vários descontos, tanto no fluxo extra orçamentário como no orçamentário, com registros automáticos nos aplicativos orçamentário e financeiro.
- 1.17. Fazer os lançamentos de receita e despesa automaticamente nos aplicativos Financeiro, Orçamentário, Patrimonial e de compensação, conforme o caso.

Rua Felipe Schmidt, 331, Centro, São Bento do Sul – SC  
CEP 89.280-178  
[www.quiriri.com.br](http://www.quiriri.com.br)  
Santa Catarina - Brasil



MOVIMENTO  
QUIRIRI  
SUSTENTÁVEL



THE GLOBAL GOALS  
For Sustainable Development



CONSÓRCIO  
INTERMUNICIPAL  
QUIRIRI



Global Compact  
Cities Programme

Campo Alegre - Corupá - Rio Negrinho - São Bento do Sul

- 1.18. Efetuar automaticamente lançamentos de desincorporação patrimonial quando do cancelamento de restos a pagar processados.
- 1.19. Executar o encerramento do exercício, com todos os lançamentos automáticos e com a apuração do resultado.
- 1.20. Emitir Notas de Pagamento, de Despesa extra, de Empenhos e de Sub-empenhos.
- 1.21. Emitir ordens de Pagamento de Restos a Pagar, Despesa Extra e de Empenho.
- 1.22. Possibilitar a consolidação dos balancetes financeiro das autarquias juntamente com o balancete financeiro da prefeitura.
- 1.23. Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.
- 1.24. Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa.
- 1.25. Cadastrar e controlar as dotações constantes do Orçamento do Município e das decorrentes de créditos adicionais especiais e extraordinários.
- 1.26. Cadastrar e controlar os Créditos Suplementares e as anulações de dotações.
- 1.27. Registrar empenho global, por estimativa, ordinário e Sub-empenhos.
- 1.28. Registrar anulação parcial ou total de empenho.
- 1.29. Registrar bloqueio e desbloqueio de dotações.
- 1.30. Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício.
- 1.31. Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.
- 1.32. Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.
- 1.33. Possibilitar consultar ao aplicativo sem alterar o cadastro original.
- 1.34. Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse do Município.
- 1.35. Possibilitar iniciar os movimentos contábeis no novo exercício mesmo que o anterior ainda não esteja encerrado, possibilitando a atualização automática dos saldos contábeis no exercício já iniciado.
- 1.36. Emitir Notas de Empenho, Sub-empenhos, Liquidação, Ordens de Pagamento, Restos a pagar, Despesa extra e suas respectivas notas de anulação.
- 1.37. Permitir a anulação total e parcial do empenho, ordens de pagamento, nota de despesa extraorçamentária, possibilitando auditoria destas operações.
- 1.38. Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.
- 1.39. Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa, permitindo a emissão de relatórios das despesas por tipo.
- 1.40. Permitir o cadastramento de fonte de recurso com identificador de uso, grupo, especificação e detalhamento, conforme Portaria da STN ou Tribunal de Contas do Estado.
- 1.41. Cadastrar e controlar as dotações constantes no Orçamento do Município e as decorrentes de Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários.
- 1.42. Permitir que nas alterações orçamentárias se possa adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para um mesmo decreto.

Rua Felipe Schmidt, 331, Centro, São Bento do Sul – SC  
CEP 89.280-178  
[www.quiriri.com.br](http://www.quiriri.com.br)  
Santa Catarina - Brasil



MOVIMENTO  
QUIRIRI  
SUSTENTÁVEL



THE GLOBAL GOALS  
For Sustainable Development



- 1.43. Registrar bloqueio e desbloqueio de valores nas dotações, inclusive com indicação de tipo cotas mensais e limitação de empenhos.
- 1.44. Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício, e com possibilidade de emissão consolidada, e agrupando por recurso.
- 1.45. Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.
- 1.46. Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Município.
- 1.47. Efetuar o controle automático dos saldos das contas, apontando eventuais estouros de saldos ou lançamentos indevidos.
- 1.48. Efetuar o acompanhamento do cronograma de desembolso das despesas para limitação de empenho, conforme o artigo 9º da Lei 101/00 – LRF, de 04 de maio de 2000.
- 1.49. Possuir relatório para acompanhamento das metas de arrecadação, conforme o art. 13 da Lei 101/00 – LRF de 04 de maio de 2000.
- 1.50. Possuir processo de encerramento mensal, que verifique eventuais divergências de saldos, e que após o encerramento não possibilite alterações em lançamentos contábeis já efetuados.
- 1.51. Possuir cadastros de Convênios e Prestação de Contas de Convênio, Contratos e Caução.
- 1.52. Emitir relatórios demonstrativos dos gastos com Educação, Saúde e Pessoal, com base nas configurações efetuadas nas despesas e nos empenhos.
- 1.53. Emitir os relatórios do Contas Públicas para publicação, conforme IN 28/99 do TCU e Portaria 275/00;
- 1.54. Emitir relatórios: Pagamentos Efetuados, Razão da Receita, Pagamentos em Ordem Cronológica, Livro Diário, Extrato do Credor, Demonstrativo Mensal dos Restos a Pagar, Relação de Restos a Pagar e de Cheques Compensados e Não Compensados.
- 1.55. Possibilitar que os precatórios sejam relacionados com a despesa destinada ao seu pagamento.
- 1.56. Gerar relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no aplicativo antes de gerar os arquivos para os Tribunais de Contas.
- 1.57. Emitir relatórios com as informações para o SIOPS.
- 1.58. Emitir relatórios com as informações para o SIOPE.
- 1.59. Gerar os arquivos conforme o MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais para a Secretaria da Receita da Previdência.
- 1.60. Permitir o cadastramento de devolução de receita utilizando rubricas redutoras conforme Manual de Procedimentos da Receita Pública da STN.
- 1.61. Permitir que seja feita a contabilização do regime próprio de previdência em conformidade com a Portaria 916 do ministério de previdência, com emissão dos respectivos demonstrativos.
- 1.62. Possibilitar a emissão de relatório com as deduções para o Imposto de Renda.
- 1.63. Possibilitar a emissão de gráficos comparativos entre a receita prevista e arrecadada e a despesa fixada e realizada.
- 1.64. Possuir rotina de emissão de cheques para pagamento das despesas, com a possibilidade de efetuar a baixa no momento do pagamento ao fornecedor.

Rua Felipe Schmidt, 331, Centro, São Bento do Sul – SC  
CEP 89.280-178  
[www.quiriri.com.br](http://www.quiriri.com.br)  
Santa Catarina - Brasil





CONSÓRCIO  
INTERMUNICIPAL  
QUIRIRI



Global Compact  
Cities Programme

Campo Alegre - Corupá - Rio Negrinho - São Bento do Sul

- 1.65. Controlar a inscrição e baixa dos restos a pagar processados em contas do passivo financeiro.
- 1.66. Permitir a prestação de contas de empenhos ou ordens de pagamento de documentos pagos no exercício ou que passaram para o exercício seguinte.
- 1.67. Permitir a checagem por parâmetros, possibilitando determinadas configurações de informações nos cadastros.
- 1.68. Possuir rotina para geração de relatórios em lote.
- 1.69. Permitir a transmissão de dados para o sistema do Tribunal de Contas de Santa Catarina por intermédio da tecnologia web-service..
- 1.70. Possuir relatório de saldo das contas por fonte de recurso, Possibilitar sua emissão demonstrando inclusive as fontes em que existir diferença de saldo.
- 1.71. Possuir relatório da administração direta de consórcio Anexo 1 – Repasse de recursos dos municípios aos consórcios públicos
- 1.72. Possuir relatório da entidade consórcio Anexo 2 – Prestação de contas dos consórcios públicos

---

Rua Felipe Schmidt, 331, Centro, São Bento do Sul – SC  
CEP 89.280-178  
[www.quiriri.com.br](http://www.quiriri.com.br)  
Santa Catarina - Brasil



MOVIMENTO  
QUIRIRI  
SUSTENTÁVEL



THE GLOBAL GOALS  
For Sustainable Development

**RESOLUÇÃO 025/2017**

RESOLUÇÃO CIQ Nº 025/2017

Designa a Comissão de Licitação do Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul para conduzir o processo licitatório para melhor proposta para contratar com ente licitante o serviço técnico profissional especializado de Advocacia Especializada em Direito Administrativo e Ambiental, num total de até 500 horas.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI - CIQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público, ratificado pela indicação dos prefeitos consorciados, e conforme decisão acordada em Assembleia Ordinária de 08/02/2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a Comissão de Licitação do Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul para conduzir o processo licitatório para melhor proposta para contratar com ente licitante o serviço técnico profissional especializado de Advocacia Especializada em Direito Administrativo e Ambiental, de acordo com Termo de Referência em Anexo, num total de até 500 horas, visando a instituição/implantação e a institucionalização do Sistema Integrado de Municipalização do Licenciamento Ambiental do Consórcio Intermunicipal Quiriri.

Art. 2º - Fica designada a Secretária Executiva do Consórcio Intermunicipal Quiriri, Leoni Fuerst e o Diretor de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, Marcelo Hübel para acompanharem o processo licitatório em todas as suas fases.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, 31 de março de 2017.

Magno Bollmann                      Leoni Fuerst  
Presidente do CIQ                      Secretária Executiva do CIQ

**RESOLUÇÃO 026/2017**

RESOLUÇÃO CIQ Nº 026/2017

Designa a Comissão de Licitação do Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul para conduzir o processo licitatório para contratação de empresa para realizar os serviços de assessoria técnica na orientação e acompanhamento das demandas dos municípios junto ao Governo Federal, na área de captação de recursos federais, com o objetivo de proporcionar melhorias nos serviços públicos municipais.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI - CIQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público, ratificado pela indicação dos prefeitos consorciados, e conforme decisão acordada em Assembleia Ordinária de 31/03/2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a Comissão de Licitação do Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul para proceder o processo licitatório para contratação de empresa para realizar os serviços de assessoria técnica na orientação e acompanhamento das demandas dos municípios junto ao Governo Federal, na área de captação de recursos federais, com o objetivo de proporcionar melhorias nos serviços públicos municipais aos entes consorciados do Consórcio Intermunicipal Quiriri.

Art. 2º - Fica designada a Secretária Executiva do Consórcio

Intermunicipal Quiriri, Leoni Fuerst e a Diretora de Convênios da Prefeitura de São Bento do Sul, Rosemare Augustim, para acompanharem o processo licitatório em todas as suas fases.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, 31 de março de 2017.

Magno Bollmann                      Leoni Fuerst  
Presidente do CIQ                      Secretária Executiva do CIQ

**RESOLUÇÃO 027/2017**

RESOLUÇÃO CIQ Nº 027/2017

Abre Crédito Especial no Orçamento Vigente do Consórcio Intermunicipal Quiriri no valor de R\$ 123.600,00.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ratificado pela indicação dos prefeitos consorciados, e conforme decisão acordada em Assembleia Ordinária de 31/03/2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Especial ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 123.600,00 (Cento e Vinte e Três Mil e Seiscentos Reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

Orgão – 01 Consórcio Intermunicipal Quiriri  
Unidade – 01 Consórcio Intermunicipal Quiriri  
Proj./Ativ. - 2.000 Manutenção do Consórcio Intermunicipal Quiriri  
3.3.90.35.00.00.00.00 - 0100 – Serviços de Consultoria .....  
..... R\$ 123.6000,00

Art. 2º - O Crédito Especial que trata o artigo anterior corre à conta de Contrato de Rateio Celebrado entre os Municípios Participantes-Recursos Ordinários no valor de R\$ 123.600,00(Cento e Vinte e Três Mil e Seiscentos Reais).

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, 31 de março de 2017.

Magno Bollmann                      Leoni Fuerst  
Presidente do CIQ                      Secretária Executiva do CIQ

**RESOLUÇÃO 028/2017**

RESOLUÇÃO CIQ Nº 028/2017

Abre Crédito Suplementar no Orçamento Vigente do Consórcio Intermunicipal Quiriri no valor de R\$ 40.000,00

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ratificado pela indicação dos prefeitos consorciados, e conforme decisão acordada em Assembleia Ordinária de 10/04/2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução,

conforme segue:

Orgão – 01 Consórcio Intermunicipal Quiriri  
Unidade – 01 Consórcio Intermunicipal Quiriri  
Proj./Ativ. - 2.004 Licenciamento Ambiental

3.3.90.39.00.00.00.00 - 0100 – Outros Serviços de Terceiros – PJ  
..... R\$ 40.000,00

Art. 2º - O Crédito Suplementar que trata o artigo anterior corre à conta de Contrato de Rateio Celebrado entre os Municípios Participantes visando implantação do Sistema Integrado de Municipalização do Licenciamento Ambiental.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, 12 de abril de 2017.

Magno Bollmann  
Presidente do CIQ

Leoni Fuerst  
Secretária Executiva do CIQ

## **RESOLUÇÃO 029/2017**

### **RESOLUÇÃO CIQ Nº 029/2017**

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ratificado pela indicação dos prefeitos consorciados, e conforme decisão acordada em Assembleia Ordinária de 23/01/2017,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a Sra. ALICE DROSCZAKA, ocupante do cargo efetivo de contador, da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, para conduzir os trabalhos de contabilidade do Consórcio Intermunicipal Quiriri.

Art. 2º - Os trabalhos supramencionados serão realizados com pagamento de gratificação de função pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, sendo este deduzido mensalmente do valor estipulado para São Bento do Sul no Contrato de Rateio de Manutenção do Consórcio Quiriri.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, 09 de fevereiro de 2017.

Magno Bollmann  
Presidente do CIQ

Leoni Fuerst  
Secretária Executiva do CIQ

---

## **CIAPS**

---

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 11ª ASSEMBLEIA GERAL DO CIAPS**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 11ª Assembleia Geral do CIAPS

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS, no uso de suas atribuições, CONVOCA, em caráter extraordinário, os consorciados para a 11ª Assembleia Geral do Consórcio Público, a acontecer no dia 19.04.2017(dezenove de abril de 2017 – quarta-feira), às 14h:00min, tendo por local a sede do CIAPS, sito à Rua Quintino Bocaiúva, nº 542, Centro, na cidade de Apiúna – SC.

#### **ORDEM DO DIA:**

1. Leitura e aprovação da ata da assembleia anterior;
2. Indicação ou confirmação do Coordenador Executivo;
3. Assuntos gerais.

Apiuna – SC, aos 13 de Abril de 2017.

Paulo Roberto Weiss  
Presidente do CIAPS

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

PRESIDENTE CISAM-SUL

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente, JORGE LUIZ KOCH, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 07/2017**

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 07/2017

INSTITUI O PROGRAMA SUASA NO CONSÓRCIO INTERESTADUALEINTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS – SANTA CATARINA PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL - DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, Pessoa Jurídica de Direito Público, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Marco Aurélio Zandoná, Prefeito do Município de Barracão - PR, torna público que aprovou a seguinte:

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA**

Art. 1º - Fica instituído o Programa SUASA -Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária no CONSÓRCIO INTERESTADUALEINTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS – SANTA CATARINA PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL - DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL.

Parágrafo Único - Com a instituição do Programa SUASA -Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária do Consórcio, o mesmo atuará na estruturação do Serviço de Inspeção Municipal, padronização, preparação e acompanhamento de estabelecimentos indicados para o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA nos municípios consorciados interessados em aderir ao sistema, por intermédio da Portaria nº 62, de 15 de Julho de 2016, emitida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 2º - Os objetivos do Programa SUASA do consórcio estão expressos nos artigos seguintes:

Art. 3º - Fomentar o fortalecimento dos serviços de inspeção dos municípios consorciados interessados a implantar o Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária – SUASA;

Art. 4º - Adequar as legislações dos serviços de inspeção municipais;

Art. 5º - Implantar e/ou padronizar os serviços de inspeção municipais;

Art. 6º - Orientar as agroindústrias para adesão ao SUASA;

Art. 7º - Dar suporte, auxílio e capacitação aos Médicos Veterinários dos municípios consorciados;

Art. 8º - Combater o comércio ilegal de produtos de origem animal;

Art. 9º - Realizar ações de educação sanitária em escolas, estabelecimentos e meios de comunicação;

Art. 10º - Supervisionar e auditar os serviços de inspeção e as agroindústrias que farão parte do SISBI-SUASA nos municípios consorciados.

Art. 11 - Oferecer suporte técnico aos municípios e aos estabelecimentos de produtos de origem animal;

Art. 12º - Desenvolver o Serviço de inspeção Municipal, seja antes ou após o mesmo conseguir a equivalência para o sistema.

Art. 13º - Monitorar, exigir e verificar se os serviços de inspeção municipais estão cumprindo com os requisitos para a equivalência, para que os mesmos não percam o SUASA.

Art. 14º - O programa SUASA do consórcio, será regido pelas Leis Federais, manuais do consórcio e suas atualizações.

Art. 15 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se disposições em contrário.

São Miguel do Oeste/SC, 30 de Março de 2017.

MARCO AURELIO ZANDONÁ

Presidente do Consórcio

Prefeito de Barracão/PR

## Editais de Notificação

### AGRONÔMICA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8112 430/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8112 430/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYG4423	P02BU00009	26/01/2017	65992	230 * V	293.47
LYG4423	P02BU0000A	26/01/2017	50100	162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGRONOMICA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8112 429/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8112 429/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAV0770	P02BU0001T	11/03/2017	51930	168
MHJ7772	P02BU0001V	11/03/2017	52070	169
MKO4721	P02BU0001L	09/03/2017	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGRONOMICA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON  
DELEGADO DE POLICIA

### ÁGUA DOCE

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8774 612/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - ELETRONICO - 280070

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8774 612/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKH1811	0000092823	14/01/2017	74550	218 * I	130.16
ANV1967	8774091744	14/12/2016	74550	218 * I	130.16
AUL8199	0000093325	30/01/2017	74550	218 * I	130.16
AWO0621	8774092097	25/12/2016	74550	218 * I	130.16
AXH3649	8774092251	28/12/2016	74550	218 * I	130.16
AYJ0928	0000093288	28/01/2017	74630	218 * II	195.23
COT6038	8774091508	05/12/2016	74550	218 * I	130.16
DXX3553	0000093027	21/01/2017	74550	218 * I	130.16
DYJ0723	8774091960	20/12/2016	74630	218 * II	195.23
DYJ0723	8774091963	20/12/2016	74550	218 * I	130.16
EAX8819	8774091780	15/12/2016	74550	218 * I	130.16
IST5654	8774092249	28/12/2016	74550	218 * I	130.16
JRI9302	8774092030	23/12/2016	74550	218 * I	130.16
LXU2025	8774091956	19/12/2016	74550	218 * I	130.16
LYR1130	8774091911	18/12/2016	74550	218 * I	130.16
MBV6972	0000093914	20/02/2017	74550	218 * I	130.16
MCX2502	8774091729	13/12/2016	74550	218 * I	130.16

MDQ7638	0000093879	19/02/2017	74630	218	*	II	195.23
MDT9868	8774091728	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MEK0671	8774092110	25/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MEY5098	8774091682	11/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MEZ7869	8774092112	25/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MGW4123	8774091984	21/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MGW4123	8774092001	21/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MGZ4880	8774091863	17/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MHO3482	0000093156	24/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MHR8783	0000092917	17/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MHS4798	0000092890	16/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB8150	0000092769	13/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MID1394	0000093095	22/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MIE7278	8774092190	24/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MIE7278	8774092217	25/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MJQ9759	8774091652	10/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKB2105	0000093075	21/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD9951	8774091717	12/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLD9951	8774091718	12/12/2016	74710	218	*	III	880.40
MLR5769	0000092796	14/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLV8804	8774091912	18/12/2016	74550	218	*	I	130.16
NMC4957	0000093625	11/02/2017	74550	218	*	I	130.16
OKG0389	0000093197	26/01/2017	74630	218	*	II	195.23
OLS3498	0000093252	28/01/2017	74550	218	*	I	130.16
PUX6277	0000092931	18/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA5112	0000093770	16/02/2017	74550	218	*	I	130.16
QHX5810	54201229N	06/12/2016	50020	257		8\$	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DAVIS RABUSKE DE MATOS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 998/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 998/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADB5800	P013H00091	03/04/2017	69120	232
CSY3569	P013K00089	03/04/2017	50100	162 * I
IOZ2042	P013H0006S	02/03/2017	50100	162 * I
IOZ2042	P013H0006T	02/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
LZN2820	P013K00088	03/04/2017	50450	162 * V
LZN2820	P013K00087	03/04/2017	65992	230 * V
MBO4812	P013K00085	30/03/2017	65992	230 * V
MBO4812	P013K00086	30/03/2017	50450	162 * V
MGI5037	P013H0006F	22/02/2017	65992	230 * V
MKU2138	P013K00082	30/03/2017	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 999/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - 280070

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 999/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANC8771	P013H0007X	24/03/2017	51851	167
BKB5777	P013H0008N	30/03/2017	54522	181 * VIII
MCI1954	P013H0008U	01/04/2017	54521	181 * VIII
MGG6672	P013H0008O	30/03/2017	61733	215 * I * b
MJH7209	P013H00095	03/04/2017	51851	167
QHG9503	P013H00096	04/04/2017	55250	181 * XV
QHH5458	P013K00083	30/03/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DAVIS RABUSKE DE MATOS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8774 611/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - ELETRONICO - 280070

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8774 611/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

ADZ2707	0000094567	13/03/2017	74550	218 * I
AHX7653	0000094956	25/03/2017	74550	218 * I
AHX7653	0000094958	25/03/2017	74550	218 * I
ALJ8266	0000094258	05/03/2017	74550	218 * I
BAH8808	0000095082	30/03/2017	74550	218 * I
BDC0192	0000094583	14/03/2017	74550	218 * I
BNW9267	0000094515	12/03/2017	74630	218 * II
CXY9551	0000094436	10/03/2017	74550	218 * I
DRB3735	0000095089	30/03/2017	74550	218 * I
DZW3133	0000094974	25/03/2017	74630	218 * II
ERX5390	0000094313	05/03/2017	74550	218 * I
EYT7701	0000094328	05/03/2017	74550	218 * I
FIQ1133	54238665N	04/04/2017	50020	257 8S
IBY8792	0000094314	05/03/2017	74630	218 * II
IBY8792	0000094315	05/03/2017	74630	218 * II
IJJ0639	0000094469	11/03/2017	74550	218 * I
IQE6785	0000094546	13/03/2017	74550	218 * I
IQE6785	0000094549	13/03/2017	74550	218 * I
IVY4482	0000094380	07/03/2017	74630	218 * II
JEL8882	0000095071	29/03/2017	74550	218 * I
LQF0118	0000094442	10/03/2017	74630	218 * II
LYW0808	0000095088	30/03/2017	74710	218 * III
MAM4563	0000095005	26/03/2017	74550	218 * I
MBT6658	0000095017	27/03/2017	74550	218 * I
MCD1244	0000094535	12/03/2017	74550	218 * I
MEJ4662	0000094401	08/03/2017	74550	218 * I
MEJ4662	0000094620	15/03/2017	74550	218 * I
MFL4493	0000094396	08/03/2017	74550	218 * I

MFV7944	0000094308	04/03/2017	74630	218	*	II
MGO3348	0000094472	11/03/2017	74630	218	*	II
MHO9914	0000094478	11/03/2017	74550	218	*	I
MHW2628	0000094501	12/03/2017	74550	218	*	I
MJD3479	0000094381	08/03/2017	74550	218	*	I
MJM3881	0000094387	08/03/2017	74550	218	*	I
MJN3459	0000094412	09/03/2017	74550	218	*	I
MJO7993	0000094226	02/03/2017	74710	218	*	III
MJX5796	0000094591	14/03/2017	74550	218	*	I
MKQ1483	0000094367	07/03/2017	74550	218	*	I
MLK4019	0000094537	12/03/2017	74550	218	*	I
MLM1864	0000094492	11/03/2017	74550	218	*	I
MLT9014	0000094453	10/03/2017	74550	218	*	I
MLU1136	0000094404	08/03/2017	74630	218	*	II
MLU7075	0000094990	26/03/2017	74630	218	*	II
MLX1883	0000094500	12/03/2017	74550	218	*	I
MLX1883	0000094530	12/03/2017	74550	218	*	I
MMK0907	0000094063	25/02/2017	74550	218	*	I
MMM8274	0000094240	03/03/2017	74550	218	*	I
OKH8644	54238666N	04/04/2017	50020	257		8\$
OKH8644	54238667N	04/04/2017	50020	257		8\$
QHG1702	0000094410	09/03/2017	74550	218	*	I
QHI9761	0000094040	25/02/2017	74550	218	*	I
QHJ2077	54233092N	14/03/2017	50020	257		8\$
QHS9867	0000094559	13/03/2017	74630	218	*	II
QHT2630	54238676N	04/04/2017	50020	257		8\$
QIC4061	0000094398	08/03/2017	74550	218	*	I
QIE3675	54233088N	14/03/2017	50020	257		8\$
QIS2510	0000094273	03/03/2017	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DAVIS RABUSKE DE MATOS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### ANCHIETA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8250 654/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8250 654/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
APU7958	P01E70005A	17/12/2016	76331	ART 252, UNICO	293.47
MBV2908	P01E700054	10/12/2016	70992	244 * VII c/c 1\$	130.16
MGI7744	P01E700055	10/12/2016	51851	167	195.23
MHU9925	P01E700059	15/12/2016	59670	203 * V	1467.34
MMH6746	P01E70005B	19/12/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8250 653/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8250 653/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CLE5374	P01E70008U	25/02/2017	65300	228
CLE5374	P01E70008X	25/02/2017	65300	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**ANITA GARIBALDI**

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 338/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 338/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHU8664	55145333C	19/04/2010	50100	162 * I
NCK7877	55145077C	16/04/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 339/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 339/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LZD0475	55145518C	03/03/2011	69200	233
LZT0945	55145520C	23/02/2011	69200	233
LZV9286	55145434C	04/03/2011	55250	181 * XV
MGR8421	55145552C	05/03/2011	50450	162 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 341/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 341/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

HVJ6599	55145521C	17/03/2011	69200	233
LYX1591	55145420C	25/03/2011	52741	175
MAG5703	55145522C	21/03/2011	69200	233

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 344/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 344/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDC9798	55145413C	19/11/2010	65992	230 * V
MDC9798	55145415C	19/11/2010	50100	162 * I
MGU1449	55145405C	01/11/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 346/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 346/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

ICM4710	55145553C	13/04/2011	65992	230 * V
ICM4710	55145554C	13/04/2011	50450	162 * V
ICM4710	55145555C	13/04/2011	51691	165
IMC3356	55145438C	07/05/2011	65992	230 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 348/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 348/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

IGN1865	55145262C	20/05/2011	69200	233
LYM8115	55145260C	20/05/2011	69200	233

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 349/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 349/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFL5459	55145443C	07/07/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 351/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 351/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MAS4310 55145391C 07/09/2010 52742 175

MAS4310 55145392C 07/09/2010 52743 175

MDO7841 55145444C 09/07/2011 52742 175  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 352/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 352/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

HNK2420 55145606C 14/07/2011 69200 233

LWZ3348 55145557C 16/07/2011 65482 229  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 353/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 353/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DDK9090	55145559C	01/10/2011	65482	229
MBS1451	55145182C	03/10/2011	66102	230 * VII
MBS1451	55145558C	25/09/2011	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 356/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 356/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LXW3861 55145759C 20/11/2011 51691 165  
MGU2963 55145458C 19/10/2011 50100 162 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU  
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO  
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS  
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)  
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 358/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 358/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI  
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,  
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,  
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,  
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-  
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LYG2621 55145758C 15/11/2011 55411 181 \* XVII  
MHJ9129 55145565C 29/11/2011 69200 233  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU  
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO  
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS  
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)  
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 359/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 359/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACF6062	55145566C	29/11/2011	69200	233
ADB3076	55145576C	25/11/2011	69200	233
BNV4660	55145572C	06/12/2011	69200	233
LXI2966	55145568C	29/11/2011	69200	233
LYL5086	55145571C	20/11/2011	69200	233
LZA2103	55145574C	06/12/2011	69200	233
LZI6739	55145567C	29/11/2011	69200	233
MDU9888	55145569C	30/11/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 361/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 361/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MCO6692	55145579C	06/12/2011	69200	233
MDF8580	55145578C	08/12/2011	69200	233

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8468 362/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8468 362/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MHS8010	55145582C	22/01/2012	65992	230 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 363/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 363/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KXD0579	55145266C	25/12/2011	65481	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 364/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 364/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LZF9019 55145462C 30/12/2011 59910 206 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 365/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 365/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MGE1754 55145768C 29/12/2011 55411 181 \* XVII  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 366/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 366/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICS8536	55145184C	08/01/2012	50100	162 * I
ICS8536	55145185C	08/01/2012	65992	230 * V
ICS8536	55145186C	08/01/2012	51691	165
LXY7055	55145584C	12/01/2012	69200	233
MEU2712	55145586C	18/01/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 367/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 367/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LXI3072	55145588C	27/01/2012	65482	229
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 369/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 369/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

CZK6400	55145590C	02/02/2012	69200	233
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 371/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 371/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MEF0709 55145780C 04/03/2012 58191 193  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 373/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 373/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

IEC1731 55145526C 14/03/2012 69200 233  
ILI6174 55145524C 08/03/2012 69200 233  
-----

LXM3650	55145528C	20/03/2012	69200	233
LXT6890	55145591C	16/02/2012	69200	233
LYC6421	55145593C	18/02/2012	65482	229
MAC4078	55145670C	12/02/2012	65992	230 * V
MAC4078	55145671C	12/02/2012	50371	162 * III
MER1514	55145786C	18/04/2012	51851	167

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 374/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 374/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDH7967	55145530C	19/04/2012	69200	233
MJE1490	55145677C	03/04/2012	65992	230 * V
MJE1490	55145678C	03/04/2012	53200	176 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 375/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 375/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHE9729	55145534C	10/04/2012	69200	233
BZC8142	55145537C	10/04/2012	69200	233
LBN2361	55145790C	18/04/2012	51851	167
LXH7455	55145784C	18/04/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 376/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 376/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----  
AHL2287 55145469C 07/05/2012 52070 169  
ILY8137 55145531C 10/04/2012 69200 233  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 378/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 378/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----  
LWR2263 55145812C 27/05/2012 51851 167  
LYC6421 55145272C 13/05/2012 51691 165  
LZT3009 55145802C 06/05/2012 51851 167  
MAZ3169 55145810C 22/05/2012 55250 181 \* XV  
MBO7605 55145809C 02/05/2012 69200 233  
MFL5873 55145681C 19/05/2012 51691 165  
MGG3852 55145535C 12/04/2012 69200 233  
MIH6282 55145815C 27/05/2012 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 379/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 379/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IDB0708	55145813C	21/05/2012	69200	233
IHZ3057	55145596C	28/05/2012	69200	233
MHF7523	55145274C	09/06/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 380/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 380/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZA1410	55145612C	31/05/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 381/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 381/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDY5803	55145817C	23/06/2012	70301	244 * I
MDY5803	55145818C	23/06/2012	70481	244 * II
MDY5803	55145819C	23/06/2012	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 383/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 383/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LXL4176 55145472C 30/06/2012 51930 168  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 384/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 384/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LWR2263 55145824C 08/07/2012 52742 175  
LWR2263 55145829C 08/07/2012 51851 167  
-----

LYF6405	55145828C	08/07/2012	51851	167
LYP3756	55145820C	14/06/2012	69200	233
LZY9920	55145827C	08/07/2012	65640	230 * II
MHG9954	55145821C	18/06/2012	69200	233

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 386/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 386/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CKD9499	55145192C	01/07/2012	69200	233
EJG1495	55145193C	12/07/2012	69200	233
LYO6190	55145831C	20/07/2012	67693	230 * XXII
LYS0134	55145839C	10/08/2012	50100	162 * I
LYS0134	55145840C	10/08/2012	65992	230 * V
LYS0134	55145841C	10/08/2012	73400	252 * IV
LYS0134	55145842C	10/08/2012	64080	221
LYS0134	55145843C	10/08/2012	70640	244 * IV
LYS0134	55145844C	10/08/2012	50610	163 c/c 162 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 387/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 387/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCX1063	55145683C	26/07/2012	51691	165
MCX1063	55145686C	26/07/2012	65992	230 * V
MCX1063	55145685C	26/07/2012	50610	163 c/c 162 * I
MCX1063	55145684C	26/07/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 388/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 388/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

HPJ9480	55145687C	27/07/2012	55411	181 * XVII
MBU6012	55145834C	07/08/2012	58350	195
MBU6012	55145835C	07/08/2012	60843	211
MBU6012	55145836C	07/08/2012	66531	230 * XI
MBU6012	55145837C	07/08/2012	70302	244 * I
MBU6012	55145838C	07/08/2012	70640	244 * IV

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 390/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 390/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LXH9954	55145199C	14/08/2012	54790	181 * X
LZO5082	55145869C	31/08/2012	51770	166
LZO5082	55145867C	31/08/2012	65992	230 * V
LZO5082	55145868C	31/08/2012	50100	162 * I
MDE1876	55145833C	04/08/2012	70640	244 * IV
MDE1876	55145832C	04/08/2012	70302	244 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 391/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 391/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DFO2209	55145541C	08/08/2012	69200	233
MBU6012	55145846C	13/08/2012	58350	195
MBU6012	55145847C	13/08/2012	52741	175
MBU6012	55145848C	13/08/2012	58191	193
MBU6012	55145849C	13/08/2012	57200	186 * I
MBU6012	55145850C	13/08/2012	70640	244 * IV
MKE3602	55145804C	06/08/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 392/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 392/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LYV8126	55145278C	01/09/2012	51851	167
LZS8512	55145276C	31/08/2012	54360	181 * VI
MCR2848	55145691C	25/09/2012	69200	233

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 393/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 393/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

IBY8270	55145542C	20/08/2012	69200	233	
IGA7723	55145545C	22/08/2012	69200	233	
KJB3151	55145690C	25/09/2012	69200	233	
LXR1896	55145543C	28/08/2012	69200	233	
MBW8300	55145861C	31/08/2012	67692	230	* XXII
MBW8300	55145856C	31/08/2012	65992	230	* V
MBW8300	55145857C	31/08/2012	51770	166	
MBW8300	55145858C	31/08/2012	52152	170	
MBW8300	55145859C	31/08/2012	65800	230	* IV
MBW8300	55145860C	31/08/2012	67261	230	* XVIII
MBW8300	55145862C	31/08/2012	69120	232	
MBW8300	55145863C	31/08/2012	70303	244	* I
MBW8300	55145855C	31/08/2012	50100	162	* I
MBW8300	55145864C	31/08/2012	70302	244	* I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 394/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 394/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAN8968	55145475C	22/09/2012	51691	165
MAN8968	55145476C	22/09/2012	50100	162 * I
MAN8968	55145478C	22/09/2012	50610	163 c/c 162 * I
MAN8968	55145480C	22/09/2012	51851	167
MAN8968	55145479C	22/09/2012	69120	232

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 395/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 395/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACD7570	55145689C	25/09/2012	69200	233
BOU9226	55145693C	19/09/2012	69200	233
IGR0465	55145692C	25/09/2012	69200	233
MDM2571	55145694C	19/09/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 396/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 396/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BCC0800	55145696C	07/10/2012	51691	165
BCC0800	55145697C	07/10/2012	65992	230 * V
LYA3247	55145695C	07/10/2012	51691	165
MCI6203	55145698C	08/10/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 397/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 397/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHP9387	55145613C	10/11/2012	50100	162 * I
MDM4396	55145885C	28/10/2012	50610	163 c/c 162 * I
MDM4396	55145886C	28/10/2012	50100	162 * I
MDM4396	55145887C	28/10/2012	70482	244 * II
MDM4396	55145888C	28/10/2012	70303	244 * I
MDM4396	55145889C	28/10/2012	65992	230 * V

MGE3932 55145874C 17/10/2012 69200 233  
MGG3852 55145875C 19/10/2012 69200 233

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 399/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 399/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IGK4100	55145285C	30/10/2012	69200	233
LBG7052	55145486C	21/11/2012	50610	163 c/c 162 * I
LBG7052	55145890C	21/11/2012	50610	163 c/c 162 * I
LXM8648	55145904C	04/12/2012	50100	162 * I
MFZ6711	55145288C	24/11/2012	66371	230 * IX
MFZ6711	55145287C	24/11/2012	65800	230 * IV
MFZ6711	55145490C	24/11/2012	69120	232
MFZ6711	55145489C	24/11/2012	65992	230 * V
MFZ6711	55145488C	24/11/2012	50610	163 c/c 162 * I
MFZ6711	55145487C	24/11/2012	50100	162 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 400/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 400/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXX6547	55145481C	18/11/2012	50100	162 * I
LXX6547	55145482C	18/11/2012	50610	163 c/c 162 * I
LXX6547	55145483C	18/11/2012	52152	170
LXX6547	55145484C	18/11/2012	57200	186 * I
LXX6547	55145485C	18/11/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 547/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 547/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MER4711	P015X000MF	06/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
MER4711	P015X000MG	06/04/2017	50100	162 * I
MER4711	P015X000MH	06/04/2017	65992	230 * V
MER4711	P0163001LP	06/04/2017	65561	230 * I
MER4711	P015X000MI	06/04/2017	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

### ANITÁPOLIS

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8406 339/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8406 339/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIL1202	54726335E	22/01/2017	54522	181 * VIII	195.23
MIL1202	54726336E	22/01/2017	66102	230 * VII	195.23
MIL1202	54726337E	22/01/2017	66372	230 * IX	195.23
MIL1202	54726338E	22/01/2017	65300	228	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO  
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 198/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8406 198/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI  
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,  
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,  
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,  
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-  
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYU8423	55563634B	05/09/2012	51851	167
MBA8381	54790703C	04/09/2012	51851	167
MFT4244	55563474B	04/09/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU  
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO  
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS  
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)  
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO  
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 200/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8406 200/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LZQ6100 54790712C 19/09/2012 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO  
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 201/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 201/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MFL3335 54790752C 12/09/2012 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO  
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 202/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8406 202/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MCZ3336 54790714C 13/10/2012 65565 230 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO  
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 203/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8406 203/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----  
IPH5420 54790754C 19/11/2012 55250 181 \* XV  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU  
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO  
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS  
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)  
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO  
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 338/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8406 338/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI  
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,  
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,  
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,  
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-  
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----  
MBK0987 54726420E 01/04/2017 65992 230 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU  
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO  
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS  
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)  
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO  
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

**ANTÔNIO CARLOS****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8061 695/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8061 695/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MBS3403	P01HX0001Z	24/02/2017	66371	230 * IX
MFB3840	P01HX00028	28/03/2017	65640	230 * II
MJB5792	P01HX00029	03/04/2017	66531	230 * XI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANTONIO CARLOS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

**APIUNA****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 467/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8104 467/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

DDA0936	P01Y10002C	03/04/2017	51851	167
LWZ6871	P01Y10002E	06/04/2017	65992	230 * V
MCA1188	P01Y100021	08/03/2017	73662	252*VI
MIH4660	P01Y100025	08/03/2017	51851	167
MKU8021	P01Y100024	08/03/2017	73662	252*VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
DELEGADO DE POLICIA

**ASCURRA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8096 874/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8096 874/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
LYT1414 P01XX0005E 30/01/2017 70562 244 \* III c/c 1\$ 130.16  
LYT1414 P01XX0005F 30/01/2017 58350 195 195.23  
MKS8336 P01XX00029 17/01/2017 51851 167 195.23  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8096 873/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8096 873/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABW9487	P01XX000FF	03/04/2017	69120	232
LXQ8664	P01XX000AS	05/03/2017	50100	162 * I
MBK3935	P01XX000F1	31/03/2017	51851	167
MCH0308	P01XX0009X	26/02/2017	51851	167
MFJ2039	P01XX000BA	08/03/2017	51851	167
MHM4273	P01XX000CT	16/03/2017	52070	169
MIP9533	P01XX000CN	15/03/2017	70561	244 * III
QHW9645	P01XX000F3	02/04/2017	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

**ATALANTA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8368 481/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8368 481/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BEZ6575	54590744F	13/02/2017	51851	167	195.23
LWV6712	54091984G	10/01/2017	50100	162 * I	880.40
MCD9495	55502183F	16/02/2017	50100	162 * I	880.40
MHM5090	54092013G	15/01/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8368 480/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8368 480/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MCM7654	54092121G	20/03/2017	67690	230 * XXII
MIL3373	54239041N	04/04/2017	50020	257 8\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

### AURORA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8110 385/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8110 385/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AQD8792	54615037F	25/12/2016	65992	230 * V	293.47
JWO6344	54589199C	16/09/2012	65482	229	85.12
LYY3349	54589205C	02/12/2012	65482	229	85.12
LYY3349	54589209C	23/12/2012	65482	229	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL GARCIA  
DELEGADO DE POLICIA

**BALNEÁRIO GAIVOTA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8508 866/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8508 866/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CSA1185	P01FS001EL	21/02/2017	55250	181 * XV	130.16
DFN1994	55865714F	07/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IGT8889	P01FS0013S	18/01/2017	55250	181 * XV	130.16
IJU1001	P01FS00188	28/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
IKR4487	P01FS0015E	21/01/2017	55250	181 * XV	130.16
ILE8045	P01FS0015F	22/01/2017	66102	230 * VII	195.23
IMV4890	P01FS000V3	07/01/2017	51851	167	195.23
IRX4348	P01FS001BF	09/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IWY6602	P01FS000UX	07/01/2017	55250	181 * XV	130.16
LVA9580	P01FM0002F	20/01/2017	75790	165 A	2934.68
MBX4379	P01FS0014A	20/01/2017	55250	181 * XV	130.16
MCG3780	P01FM0002Z	27/01/2017	66020	230 * VI	293.47
MDD8870	P01FS0016K	25/01/2017	65992	230 * V	293.47
MEW7184	P01FS0011Y	15/01/2017	65300	228	195.23
MJO8615	P01FS0010V	12/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
QHX5027	P01FS00116	12/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO GAIVOTA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

AILTON ZANELATTO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8508 865/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8508 865/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BVZ8010	P01FS001NA	29/03/2017	65992	230 * V
BYG5779	P01FS001KZ	15/03/2017	55250	181 * XV
CEQ4319	P01FS001NI	29/03/2017	65992	230 * V
CFI0284	P01FS001OI	02/04/2017	55250	181 * XV
CIN8993	P01FS001J7	08/03/2017	65992	230 * V
DRM1505	P01FS001NS	31/03/2017	55250	181 * XV
IJI6919	P01FS001KA	13/03/2017	50450	162 * V
IJI6919	P01FS001KB	13/03/2017	51420	164 c/c 162 * V
IJI6919	P01FS001KC	13/03/2017	69120	232
IKD6949	P01FS001IQ	05/03/2017	65992	230 * V
IKD6949	P01FS001IS	05/03/2017	52741	175
ILA3743	P01FS001K4	13/03/2017	65992	230 * V
ILJ5278	P01FS001IK	04/03/2017	65992	230 * V
ILJ5278	P01FS001IL	04/03/2017	55680	181 * XIX
ILV8523	P01FS001OJ	02/04/2017	54525	181 * VIII
IOL0674	P01FS001EP	22/02/2017	50450	162 * V
IOL0674	P01FS001EQ	22/02/2017	69120	232
JBM2265	P01FS001ID	03/03/2017	65992	230 * V
JBM2265	P01FS001IE	03/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
JGB9150	P01BF001B2	31/03/2017	65992	230 * V
LXL6909	P01FS001JI	09/03/2017	65992	230 * V
LXL6909	P01FS001JJ	09/03/2017	50100	162 * I
LXL6909	P01FS001JK	09/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCA7600	P01FS001JS	10/03/2017	66102	230 * VII
MDR7392	P01FS001KG	13/03/2017	54600	181 * IX
MEQ2647	P01FS001O9	02/04/2017	65992	230 * V
MEQ2647	P01FS001OA	02/04/2017	50100	162 * I
MEQ2647	P01FS001OB	02/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
MGQ5152	P01BH00098	04/03/2017	66531	230 * XI
MJA6575	P01FS001NE	29/03/2017	50100	162 * I
MJA6575	P01FS001NF	29/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MLL0495	P01FS001NP	31/03/2017	50450	162 * V
MLL0495	P01FS001NQ	31/03/2017	69120	232
MLO7118	P01FS001KJ	13/03/2017	57200	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO GAIVOTA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

AILTON ZANELATTO  
DELEGADO DE POLICIA

**BARRA VELHA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8102 1489/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8102 1489/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DEW3832	P00R5000EG	22/01/2017	75790	165 A	2934.68
ENW1826	P00RB000B5	23/01/2017	65992	230 * V	293.47
GBM0044	P00R50008F	22/12/2016	50100	162 * I	880.40
LXW3536	P00R50009Z	25/12/2016	66700	230 * XIII	195.23
MFS7663	P00R9000VC	27/12/2016	73400	252 * IV	130.16
MGW5050	P028G0000B	17/02/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHK3413	P00R9000UB	25/12/2016	67000	230 * XVI	195.23
MJG6213	P00PZ000FZ	25/12/2016	69120	232	88.38
MKN7255	P01JX0005F	18/02/2017	73232	252 * II	130.16
QH7429	P00R5000EK	22/01/2017	73232	252 * II	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

WILSON MASSON  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8102 1490/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA - 280410

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8102 1490/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ATS6159	P00R90012D	13/01/2017	51851	167	195.23
AUS9271	P028F0001C	09/01/2017	51851	167	195.23
AVA7604	P00QP0016Z	29/01/2017	51851	167	195.23
AVM1279	P028K00032	18/01/2017	51851	167	195.23
BEN2032	P00QP00159	27/01/2017	51851	167	195.23
CNN7060	P00QP000R7	30/12/2016	54521	181 * VIII	195.23
DIQ0554	P00R900157	21/01/2017	51851	167	195.23
HIK3308	P00R90018G	28/01/2017	51851	167	195.23
LXW3536	P00R5000A0	25/12/2016	51851	167	195.23
LYP2942	P00R90016Q	25/01/2017	51851	167	195.23
LYS2222	P00R900179	25/01/2017	51851	167	195.23
LYS2222	P01JX00039	14/01/2017	51851	167	195.23
LYX7947	P00R9000VI	27/12/2016	55250	181 * XV	130.16
MBF7638	P00QP0011W	21/01/2017	51851	167	195.23
MCJ7383	P00R90016R	25/01/2017	51851	167	195.23
MCM4368	P00QP0012N	21/01/2017	51851	167	195.23
MCM4368	P00QP0012O	21/01/2017	51852	167	195.23
MDB3721	P00S8000JR	20/01/2017	51851	167	195.23
MDT4533	P00QP000YY	18/01/2017	51851	167	195.23
MHZ0245	P00R90012G	13/01/2017	51851	167	195.23
MIU2635	P00QP000ZI	18/01/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJH4229	P00QP000X7	10/01/2017	51851	167	195.23
MJL8161	P00R5000G8	23/01/2017	51851	167	195.23
MJY0997	P00R90016D	21/01/2017	51851	167	195.23
MKC8724	P00R5000FG	22/01/2017	51851	167	195.23
MKN1542	P00QP0012A	21/01/2017	51851	167	195.23
MKR7169	P00QP00108	18/01/2017	51851	167	195.23
MLL8422	P00S8000GH	15/01/2017	51851	167	195.23
NJG7739	P00QP0011I	19/01/2017	51851	167	195.23
NRQ6419	P00QP0010L	18/01/2017	51851	167	195.23
NRQ6419	P00QP0016T	29/01/2017	51851	167	195.23
NRQ6419	P00QP0016U	29/01/2017	51852	167	195.23
NSQ3895	P00QP0010N	18/01/2017	51851	167	195.23
NXH2253	P00R90012U	13/01/2017	51851	167	195.23
QHZ0195	P028F00003	24/12/2016	54521	181 * VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

AUTIERES MAURO MACCAGNAN  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1487/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8102 1487/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABY1659	P028G0002R	03/04/2017	65992	230 * V
ABY1659	P028G0002S	03/04/2017	50100	162 * I
AFQ6416	P00R9001A3	19/02/2017	75790	165 A
ALB3157	P01JX0006K	20/03/2017	50100	162 * I
ALB3157	P01JX0006L	20/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
APD8401	P00QP001AG	01/03/2017	65992	230 * V
BZW0581	P028K0004E	04/03/2017	51691	165
CLS1898	P01JX0005Q	04/03/2017	50100	162 * I
CLS1898	P01JX0005R	04/03/2017	66371	230 * IX
CQZ2917	P028G0000X	28/02/2017	65992	230 * V
DHR7287	P00QP0018Z	20/02/2017	67261	230 * XVIII
ELD5656	P028K0007W	02/04/2017	75790	165 A
EMO3622	P028G0000H	18/02/2017	67690	230 * XXII
HOJ5222	P028K0007J	01/04/2017	75790	165 A
IHE0593	P028K00075	28/03/2017	65992	230 * V
IHE0593	P028K00076	28/03/2017	69120	232
IRX1946	P028G0000E	18/02/2017	67690	230 * XXII
IUL8021	P028K0007Z	02/04/2017	65992	230 * V
LKP9707	P028G00019	04/03/2017	65992	230 * V
LWX1216	P028D00043	23/03/2017	50292	162* II
LZA0880	P028D00033	14/03/2017	65992	230 * V
MAO1646	P00QP001AQ	02/03/2017	66290	230 * VIII
MAO1646	P00QP001AP	02/03/2017	65992	230 * V
MCM1357	P00QP0018Y	18/02/2017	51420	164 c/c 162 * V
MCM1357	P00QP0018X	18/02/2017	50450	162 * V
MCR5358	P01JX000AE	30/03/2017	65992	230 * V
MCR5358	P01JX000AF	30/03/2017	50100	162 * I
MCV6491	P00QP0018I	07/02/2017	65992	230 * V
MCX4511	P01JX00067	09/03/2017	66372	230 * IX
MCX4511	P01JX00069	09/03/2017	66371	230 * IX
MCX4511	P01JX0006A	09/03/2017	67261	230 * XVIII
MEY6263	P028G0001V	07/03/2017	69120	232
MFG7969	P01JX0005W	04/03/2017	67690	230 * XXII
MFY5137	P00QP001AU	02/03/2017	66102	230 * VII
MGK2878	P028K00058	16/03/2017	50450	162 * V
MIQ7639	P028D0002J	16/02/2017	65561	230 * I
MJA7750	P028G0003P	07/04/2017	65992	230 * V
MJL2909	P028K0008N	02/04/2017	66020	230 * VI
MJM2671	P00QP001A8	28/02/2017	50100	162 * I
MLQ6736	P028G0002U	03/04/2017	65992	230 * V
NEZ9238	P028K0007A	28/03/2017	65992	230 * V
QHU5981	P028K0007N	01/04/2017	50100	162 * I
QHU5981	P028K0007O	01/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
QHU5981	P028K0007P	01/04/2017	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

WILSON MASSON  
DELEGADO DE POLICIA

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1488/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA - 280410

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1488/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AES6515	P028K00085	02/04/2017	51851	167
AGH8323	P00QP001B1	04/03/2017	51851	167
AGV8727	P00QP001AZ	03/03/2017	51851	167
AJI8784	P00R5000LZ	27/02/2017	55250	181 * XV
ASW1311	P00R9001CL	27/02/2017	51851	167
AUI6782	P00R5000JZ	19/02/2017	51851	167
AUU2041	P01JX000BF	05/04/2017	51851	167
BIN8626	P028D0003Q	20/03/2017	51851	167
BXU6604	P01JX00092	25/03/2017	52070	169
DGC7496	P028G00008	17/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
DPA2427	P01JX000B4	05/04/2017	51851	167
ELD5656	P028K0007X	02/04/2017	58350	195
EMO3622	P028G0000G	18/02/2017	72340	250 * I * a
FZC4099	P028K0008H	02/04/2017	51851	167
HJB8237	P00S8000LB	23/01/2017	51851	167
HWD2713	P00S8000QV	23/02/2017	51851	167
HXD5918	P00S8000QR	22/02/2017	51851	167
HXD5918	P028D0003U	20/03/2017	51851	167
IMP2889	P028K0008L	02/04/2017	51851	167
ITM1979	P01JX000B5	05/04/2017	51851	167
JWV0107	P01JX0009C	25/03/2017	51851	167
MAJ9091	P01JX000B9	05/04/2017	51851	167
MAW3176	P01JX000AS	01/04/2017	51851	167
MBJ9788	P028K0008C	02/04/2017	51851	167
MBN6081	P028K00088	02/04/2017	51851	167
MBQ6188	P028G0003D	06/04/2017	51851	167
MCJ7383	P01JX000AU	01/04/2017	51851	167

MCX4511	54902241F	09/03/2017	52151	170	
MCX4511	P01JX00066	09/03/2017	57200	186	* I
MCX4511	P01JX00068	09/03/2017	58350	195	
MCY5397	P01JX000AI	01/04/2017	54790	181	* X
MEF1227	P00S8000QT	22/02/2017	51851	167	
MEU1507	P01JX000BA	05/04/2017	51851	167	
MEU9714	P00R9001BA	24/02/2017	51851	167	
MEV6056	P028G0003A	06/04/2017	51851	167	
MFJ1839	P028G0002O	03/04/2017	51851	167	
MFL2849	P01JX000AJ	01/04/2017	51851	167	
MFZ7791	P01JX000AQ	01/04/2017	51851	167	
MGD6128	P01JX000AW	01/04/2017	51851	167	
MGL0523	P028G00037	06/04/2017	52070	169	
MGL2113	P028K0008V	02/04/2017	52070	169	
MGU1499	P00R5000MD	05/03/2017	51851	167	
MHH7717	P01JX000AO	01/04/2017	51851	167	
MIU2635	54231208N	09/03/2017	50020	257	8\$
MJF1689	P00S8000MD	24/01/2017	51851	167	
MJL2909	P028K0008M	02/04/2017	52070	169	
MJN5210	P028K0008I	02/04/2017	52070	169	
MKC8724	54233291N	16/03/2017	50020	257	8\$
MKN3766	P028K00068	24/03/2017	51851	167	
MKR5028	P028K0008O	02/04/2017	52070	169	
MLQ8241	P00R9001A8	19/02/2017	51851	167	
MLY6622	P028K0008K	02/04/2017	52070	169	
OKF5405	P028G0003E	06/04/2017	52070	169	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

AUTIERES MAURO MACCAGNAN  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### BELMONTE

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8380 379/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8380 379/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCO1390	55844531D	09/01/2017	65992	230 * V	293.47
MLI2787	55844581D	04/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BELMONTE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT  
DELEGADO REGIONAL - 13A

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8380 378/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8380 378/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYK8363	55844589D	03/03/2017	58350	195
LYK8363	55844588D	03/03/2017	65992	230 * V
LYK8363	55844591D	03/03/2017	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BELMONTE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT  
DELEGADO REGIONAL - 13A

**BIGUAÇU****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8048 1969/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8048 1969/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFM6540	P01HW0002Q	21/12/2016	65992	230 * V	293.47
MDV3338	54849372E	19/02/2017	65992	230 * V	293.47
MDV9446	54849368E	05/12/2016	66102	230 * VII	195.23
MHK1856	P01HW0001R	02/12/2016	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8048 1970/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8048 1970/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

IKG4214	P01HY0004R	07/01/2017	55411	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MAZ5811	P01HY0007O	04/03/2017	55414	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MBY4177	55012303E	09/12/2016	55414	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MDU7133	P01HY0007Z	07/03/2017	54790	181 * X		130.16
MII4026	55012305E	12/12/2016	54522	181 * VIII		195.23
MIM4930	54207578N	23/12/2016	50020	257 8\$		127.69
MJN9226	54218757N	16/01/2017	50020	257 8\$		127.69
MLV1840	55012300E	08/12/2016	54521	181 * VIII		195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

SAUL DE MELLO FERREIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1967/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1967/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEW8219	55012417E	04/04/2017	65992	230 * V
MGS8069	P01IK0002C	31/03/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1968/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8048 1968/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DIG1207	55008391E	27/03/2017	76251	ART 181, XX
GRI5953	54843784E	07/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
HAA6387	P01HY00075	24/02/2017	54600	181 * IX
KZA1198	P01HY0007M	03/03/2017	73662	252*VI
MCM9508	54843776E	06/03/2017	54521	181 * VIII
MEJ6228	P01HY0007S	04/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MGL6878	55012245E	21/03/2017	54521	181 * VIII
MGT8694	54855180E	04/04/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MHY5766	54843781E	07/03/2017	76251	ART 181, XX
MIG4364	P01HY0007V	04/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MIP7487	54855156E	30/03/2017	76252	ART 181, XX
MJO0662	54846685E	23/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MLM2598	54855163E	03/04/2017	76251	ART 181, XX
MLX7762	54846693E	28/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

SAUL DE MELLO FERREIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**BLUMENAU**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8801 242/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - LE - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

## DE TRANSITO N.8801 242/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTES DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJQ3678	8801076610	16/12/2016	74550	218 * I	130.16
APK4259	8801074325	23/11/2016	74550	218 * I	130.16
APK4259	8801074467	25/11/2016	74550	218 * I	130.16
ATE6932	0000082128	12/02/2017	74550	218 * I	130.16
DTX0786	8801076095	12/12/2016	74550	218 * I	130.16
EZL9279	0000080113	21/01/2017	74630	218 * II	195.23
HNI6364	0000082303	14/02/2017	74550	218 * I	130.16
HYO5100	8801076650	17/12/2016	74550	218 * I	130.16
IBZ3540	0000079279	12/01/2017	74550	218 * I	130.16
IGW6552	8801074979	01/12/2016	74550	218 * I	130.16
IJY2372	8801075856	09/12/2016	74550	218 * I	130.16
IOL5397	0000079036	09/01/2017	74550	218 * I	130.16
IQY5267	8801076405	14/12/2016	74550	218 * I	130.16
IVT6608	0000078813	07/01/2017	74710	218 * III	880.40
LXL3083	8801075965	11/12/2016	74630	218 * II	195.23
LXO2567	8801077079	25/12/2016	74550	218 * I	130.16
LXO2567	8801077247	24/12/2016	74630	218 * II	195.23
LXX5508	0000079935	18/01/2017	74550	218 * I	130.16
LXX5508	0000079973	19/01/2017	74630	218 * II	195.23
LZU8899	8801076025	11/12/2016	74550	218 * I	130.16
MAH6034	0000078256	01/01/2017	74550	218 * I	130.16
MAH6034	0000078388	02/01/2017	74550	218 * I	130.16
MAH6034	0000078276	01/01/2017	74630	218 * II	195.23
MAH6034	0000078766	06/01/2017	74550	218 * I	130.16
MAM4987	8801075909	10/12/2016	74550	218 * I	130.16
MAS5132	8801076761	18/12/2016	74550	218 * I	130.16
MAS8551	8801076124	12/12/2016	74550	218 * I	130.16
MBL3773	0000080178	21/01/2017	74550	218 * I	130.16
MBS9142	0000080171	21/01/2017	74630	218 * II	195.23
MBZ8191	0000079877	18/01/2017	74550	218 * I	130.16
MCC8723	0000079649	15/01/2017	74630	218 * II	195.23
MCE5345	8801076367	10/12/2016	74550	218 * I	130.16
MCT5121	0000078073	30/12/2016	74550	218 * I	130.16
MCW5659	0000080203	20/01/2017	74550	218 * I	130.16
MCY5917	0000078735	06/01/2017	74710	218 * III	880.40
MCY5917	0000078597	04/01/2017	74550	218 * I	130.16
MCY5917	0000078577	04/01/2017	74550	218 * I	130.16
MDF1721	8801076334	14/12/2016	74550	218 * I	130.16
MDH1929	8801075218	03/12/2016	74630	218 * II	195.23
MDQ0127	8801075917	10/12/2016	74630	218 * II	195.23
MDQ0127	8801075918	10/12/2016	74550	218 * I	130.16
MDR8742	0000082499	16/02/2017	74550	218 * I	130.16
MDY4826	8801076348	14/12/2016	74550	218 * I	130.16
MDZ9760	0000079139	10/01/2017	74550	218 * I	130.16
MEA4938	0000078808	07/01/2017	74550	218 * I	130.16
MEC6031	0000079570	12/01/2017	74550	218 * I	130.16
MER3704	0000079797	17/01/2017	74550	218 * I	130.16
MEV6436	0000078023	30/12/2016	74550	218 * I	130.16
MFJ1687	0000082286	14/02/2017	74550	218 * I	130.16
MFK4512	8801075973	11/12/2016	74550	218 * I	130.16
MFP5397	8801075835	09/12/2016	74550	218 * I	130.16

MFQ1731	8801075994	11/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MGF9126	8801075386	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MGG9365	8801076190	12/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MGK2163	0000080417	19/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MGL0519	0000079682	16/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MGQ8225	8801076810	18/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MGS0320	0000078155	31/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MHM5694	8801076216	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MIH2337	8801074818	29/11/2016	74630	218	*	II	195.23
MIL3443	8801076306	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MJD4369	54221491N	24/01/2017	50020	257	8\$		130.16
MJE8364	54222708N	02/02/2017	50020	257	8\$		195.23
MJG0405	8801076178	12/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MJI6336	8801076480	02/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MJJ6781	0000078343	02/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MJM2907	0000079791	17/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN0408	0000079815	17/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN1616	0000079128	10/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP3794	0000079264	12/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJQ7517	0000079661	15/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJW8877	0000078618	05/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJX3064	0000080017	19/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MKC7061	0000078625	05/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MKP7594	54225592N	16/02/2017	50020	257	8\$		130.16
MKY0461	0000078935	08/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MKZ1057	8801076700	17/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLA4743	0000080659	26/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLF4046	0000078404	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLG5275	8801076522	15/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLL2410	8801076175	12/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLO8578	54214815N	05/01/2017	50020	257	8\$		127.69
MLP8508	0000082538	16/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT4099	8801076295	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MMJ5174	8801076284	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MML8182	0000079812	17/01/2017	74550	218	*	I	130.16
NND1562	54214823N	05/01/2017	50020	257	8\$		130.16
OMZ8532	0000078408	02/01/2017	74630	218	*	II	195.23
QHF4997	0000079054	09/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHG6078	0000079415	13/01/2017	74630	218	*	II	195.23
QHJ1829	8801076002	11/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHJ7999	54222709N	02/02/2017	50020	257	8\$		195.23
QHY0293	0000079808	17/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHZ3057	0000079947	19/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QIF4662	8801075482	05/12/2016	74550	218	*	I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FELIPE BUENO  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8801 241/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - LE - 280470

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8801 241/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AHL0061	0000083811	03/03/2017	74550	218 * I
AIR9004	0000083814	03/03/2017	74550	218 * I
AJA5828	0000084330	09/03/2017	74550	218 * I
APS3696	0000087521	06/04/2017	74550	218 * I
ARN2858	0000086988	31/03/2017	74550	218 * I
ATI2547	0000087159	02/04/2017	74550	218 * I
AUT2698	0000087465	05/04/2017	74550	218 * I
AWD0458	0000086976	31/03/2017	74550	218 * I
AWD0458	54238811N	04/04/2017	50020	257 8S
AXC0877	0000086167	22/03/2017	74550	218 * I
CLR4772	0000087130	02/04/2017	74550	218 * I
CYD7744	0000087322	03/04/2017	74550	218 * I
CYR9939	0000087529	06/04/2017	74550	218 * I
CZD7674	0000083944	04/03/2017	74550	218 * I
DAX9476	0000087137	01/04/2017	74550	218 * I
DCK3273	0000087500	05/04/2017	74550	218 * I
DDR4555	0000087448	04/04/2017	74550	218 * I
DGK4061	0000087370	04/04/2017	74550	218 * I
DML7204	0000084160	06/03/2017	74550	218 * I
EQZ1630	0000084428	10/03/2017	74550	218 * I
HYI3584	0000083510	27/02/2017	74550	218 * I
IMK6889	0000083701	01/03/2017	74550	218 * I
KWT3345	0000086911	30/03/2017	74550	218 * I
LNE3199	0000087455	05/04/2017	74550	218 * I
LXO5727	0000084280	08/03/2017	74550	218 * I
LXY1106	0000087062	31/03/2017	74550	218 * I
LYA0161	0000087104	01/04/2017	74630	218 * II
LYA0161	0000087123	01/04/2017	74630	218 * II
LYM2394	0000087153	01/04/2017	74550	218 * I
LYR4713	0000087031	31/03/2017	74550	218 * I
LYR8423	0000083879	03/03/2017	74630	218 * II
LYW7592	0000087460	05/04/2017	74550	218 * I
LYW9586	0000083735	02/03/2017	74550	218 * I
LZA5618	0000084049	05/03/2017	74550	218 * I
MAA4074	0000087415	03/04/2017	74550	218 * I
MAW3771	0000084170	06/03/2017	74550	218 * I
MBC0174	0000087287	03/04/2017	74550	218 * I
MBC0174	0000087111	02/04/2017	74550	218 * I
MBC0174	0000087094	02/04/2017	74630	218 * II
MBE5462	0000087290	03/04/2017	74550	218 * I
MBW5731	0000086999	31/03/2017	74630	218 * II
MBZ1486	0000083997	04/03/2017	74550	218 * I

MBZ4516	0000087424	04/04/2017	74550	218	*	I
MCA3068	0000086987	31/03/2017	74550	218	*	I
MCE4767	0000087449	04/04/2017	74550	218	*	I
MCE4767	0000087224	01/04/2017	74630	218	*	II
MCE4767	0000087225	01/04/2017	74550	218	*	I
MCE4767	0000087272	01/04/2017	74550	218	*	I
MCE4767	0000086912	30/03/2017	74710	218	*	III
MCE4767	0000086917	30/03/2017	74710	218	*	III
MCF0316	0000087099	02/04/2017	74550	218	*	I
MCF7397	0000084465	10/03/2017	74550	218	*	I
MCG4613	0000087051	31/03/2017	74550	218	*	I
MCH7823	0000087085	02/04/2017	74550	218	*	I
MCJ8459	0000087133	02/04/2017	74710	218	*	III
MCK6195	0000087177	01/04/2017	74550	218	*	I
MCM0461	0000083304	25/02/2017	74550	218	*	I
MCS5934	0000087388	04/04/2017	74550	218	*	I
MCS9779	0000084084	05/03/2017	74550	218	*	I
MCT3860	0000083961	05/03/2017	74550	218	*	I
MCT4017	0000081431	04/02/2017	74550	218	*	I
MCT8989	0000087114	01/04/2017	74710	218	*	III
MCY2547	0000084468	10/03/2017	74550	218	*	I
MDF1721	0000087596	06/04/2017	74630	218	*	II
MDF6665	0000086903	30/03/2017	74550	218	*	I
MDF8851	0000086996	31/03/2017	74550	218	*	I
MDK1675	0000083704	01/03/2017	74550	218	*	I
MDP5711	0000083695	01/03/2017	74550	218	*	I
MDQ1223	0000086972	31/03/2017	74550	218	*	I
MDR4407	0000083249	24/02/2017	74550	218	*	I
MDS3744	0000083557	27/02/2017	74550	218	*	I
MDY2126	0000087112	02/04/2017	74550	218	*	I
MEA8344	0000084355	09/03/2017	74550	218	*	I
MEF8194	0000083192	23/02/2017	74550	218	*	I
MEG5645	0000087053	31/03/2017	74550	218	*	I
MEG7926	54238806N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MEH3201	0000086899	30/03/2017	74550	218	*	I
MEH4564	0000083805	03/03/2017	74550	218	*	I
MEL0348	0000084642	12/03/2017	74550	218	*	I
MEL6125	0000083733	02/03/2017	74550	218	*	I
MEM2523	0000087487	05/04/2017	74550	218	*	I
MEP5491	0000083286	24/02/2017	74550	218	*	I
MEQ0208	0000087299	03/04/2017	74550	218	*	I
MEV5796	0000084090	04/03/2017	74550	218	*	I
MEY4204	0000084007	05/03/2017	74550	218	*	I
MFD6341	0000087223	01/04/2017	74630	218	*	II
MFE2049	0000084615	12/03/2017	74550	218	*	I
MFJ1491	0000083483	27/02/2017	74550	218	*	I
MFN2448	0000083420	26/02/2017	74630	218	*	II
MFQ7981	0000087392	04/04/2017	74550	218	*	I
MFV8383	0000084650	12/03/2017	74550	218	*	I
MFZ2386	0000083333	25/02/2017	74550	218	*	I
MGA2584	0000087010	31/03/2017	74630	218	*	II
MGB2866	0000086480	25/03/2017	74550	218	*	I
MGC6310	54238812N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MGD9972	0000083919	04/03/2017	74550	218	*	I
MGF5932	0000083971	05/03/2017	74550	218	*	I
MGI6150	0000084389	09/03/2017	74550	218	*	I
MGP2306	0000087164	02/04/2017	74550	218	*	I
MGU6444	54238802N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MGU9406	0000087605	06/04/2017	74550	218	*	I
MGX2894	0000083624	28/02/2017	74550	218	*	I
MGX4651	0000083955	04/03/2017	74550	218	*	I
MGX8646	0000087163	02/04/2017	74550	218	*	I
MGZ9536	0000087230	01/04/2017	74630	218	*	II

MGZ9536	0000087231	01/04/2017	74630	218	*	II
MGZ9536	0000086958	30/03/2017	74630	218	*	II
MHF4541	0000087325	03/04/2017	74550	218	*	I
MHM7740	0000087425	04/04/2017	74630	218	*	II
MHN4542	0000083899	04/03/2017	74550	218	*	I
MHR8286	0000087074	02/04/2017	74550	218	*	I
MHR9889	0000086970	31/03/2017	74550	218	*	I
MHS9433	0000084616	12/03/2017	74550	218	*	I
MHX8076	0000086979	31/03/2017	74550	218	*	I
MHZ0368	0000084104	06/03/2017	74550	218	*	I
MIB4351	0000087060	31/03/2017	74550	218	*	I
MIB7303	0000087008	31/03/2017	74550	218	*	I
MID4822	0000084365	09/03/2017	74550	218	*	I
MIH0127	0000084568	11/03/2017	74550	218	*	I
MII7892	54238805N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MIK4455	54238800N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MIL3242	0000082642	17/02/2017	74550	218	*	I
MIN3016	0000084536	11/03/2017	74630	218	*	II
MIO6979	0000083830	03/03/2017	74550	218	*	I
MIO9845	0000087407	04/04/2017	74550	218	*	I
MIO9845	0000087373	04/04/2017	74550	218	*	I
MIS3445	0000084315	08/03/2017	74550	218	*	I
MIT0353	0000083889	03/03/2017	74550	218	*	I
MIT6602	0000087364	04/04/2017	74550	218	*	I
MIU0601	0000087340	03/04/2017	74550	218	*	I
MIV1819	54231154N	09/03/2017	50020	257	8\$	
MIZ7797	0000083600	28/02/2017	74550	218	*	I
MJD0627	0000086108	18/03/2017	74550	218	*	I
MJF7326	0000084031	04/03/2017	74630	218	*	II
MJG9021	0000087479	05/04/2017	74550	218	*	I
MJH2342	54238803N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MJN0408	0000084163	06/03/2017	74550	218	*	I
MJP1202	0000084284	08/03/2017	74550	218	*	I
MJQ5635	0000087391	04/04/2017	74550	218	*	I
MJR7540	0000087190	01/04/2017	74550	218	*	I
MJR8480	0000087161	02/04/2017	74630	218	*	II
MKD7689	0000084068	04/03/2017	74550	218	*	I
MKG1397	54238813N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MKG8966	0000084652	12/03/2017	74550	218	*	I
MKH7104	0000083035	21/02/2017	74550	218	*	I
MKN0405	0000084368	09/03/2017	74550	218	*	I
MKN3783	0000087395	04/04/2017	74550	218	*	I
MKT4221	0000086947	30/03/2017	74630	218	*	II
MLE9032	0000087457	05/04/2017	74550	218	*	I
MLG4487	0000084043	05/03/2017	74630	218	*	II
MLL9255	0000087097	02/04/2017	74550	218	*	I
MLO0027	54238807N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MLP9797	54238804N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MMD0999	0000084040	04/03/2017	74550	218	*	I
MMF8819	0000087372	04/04/2017	74630	218	*	II
NFI6852	0000083099	22/02/2017	74550	218	*	I
NYN2707	0000083606	28/02/2017	74550	218	*	I
OJB0707	0000084337	09/03/2017	74630	218	*	II
ORC3115	0000087110	02/04/2017	74550	218	*	I
OWN4738	0000087554	06/04/2017	74550	218	*	I
OWZ4646	0000086166	22/03/2017	74630	218	*	II
PUK0366	0000087531	06/04/2017	74550	218	*	I
QHB2514	0000084102	06/03/2017	74550	218	*	I
QHC3333	0000087245	01/04/2017	74550	218	*	I
QHE3607	0000087505	05/04/2017	74550	218	*	I
QHF3160	0000087453	05/04/2017	74550	218	*	I
QHH1038	0000086969	31/03/2017	74550	218	*	I
QHH5445	0000083893	04/03/2017	74550	218	*	I

QHI7328	0000083444	26/02/2017	74630	218	*	II
QHI7992	0000084516	11/03/2017	74550	218	*	I
QHI9081	54238814N	04/04/2017	50020	257		8\$
QHK3329	54231155N	09/03/2017	50020	257		8\$
QHL7728	54231163N	09/03/2017	50020	257		8\$
QHN5776	0000084383	09/03/2017	74550	218	*	I
QHN9465	0000084140	06/03/2017	74550	218	*	I
QHP6575	0000084050	05/03/2017	74630	218	*	II
QHQ0490	0000084052	04/03/2017	74550	218	*	I
QHT2683	0000081177	02/02/2017	74550	218	*	I
QII0707	0000084146	06/03/2017	74550	218	*	I
QIJ9546	54238809N	04/04/2017	50020	257		8\$
QIO2782	0000087148	01/04/2017	74550	218	*	I
QIO2782	0000087320	03/04/2017	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FELIPE BUENO  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8800 241/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - RE - 280470

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8800 241/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABW4238	8800111016	13/02/2017	74630	218 * II	195.23
AHH5531	8800107891	10/01/2017	74630	218 * II	195.23
AJE6202	8800108772	23/01/2017	74550	218 * I	130.16
ARN9484	8800111194	14/02/2017	74550	218 * I	130.16
AUF6674	8800107635	20/12/2016	74550	218 * I	130.16
CYC2845	8800106617	09/12/2016	74550	218 * I	130.16
DBP7464	8800107427	15/12/2016	74550	218 * I	130.16
DCO4988	8800111522	15/02/2017	74550	218 * I	130.16
DEW2004	8800110540	08/02/2017	74550	218 * I	130.16
EAT4397	8800105844	05/12/2016	74550	218 * I	130.16
EAX2930	8800106885	12/12/2016	74550	218 * I	130.16
HLX1672	8800106695	11/12/2016	74550	218 * I	130.16

IUO6839	8800108810	23/01/2017	74550	218	*	I	130.16
JFF1244	8800110861	10/02/2017	74550	218	*	I	130.16
LLG1582	8800109991	06/02/2017	74550	218	*	I	130.16
LUW9410	8800111490	15/02/2017	74630	218	*	II	195.23
LXA7991	8800108087	16/01/2017	74630	218	*	II	195.23
LXO5830	8800107465	19/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LYQ9336	8800108506	20/01/2017	74550	218	*	I	130.16
LZF8782	8800108489	20/01/2017	74550	218	*	I	130.16
LZS0990	8800104991	25/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MAB1236	8800106545	09/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MAP5355	8800106616	09/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MAW7581	8800112251	18/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MBF1543	8800106615	09/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MBO1915	8800106415	07/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MBR1612	8800108524	20/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MBS8824	8800111294	14/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MBU4799	8800107121	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MBU7517	8800106263	06/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MCQ5222	8800111476	15/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MDD7495	8800112425	18/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MDR5484	8800107378	15/12/2016	74710	218	*	III	880.40
MDZ7693	8800106534	09/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MED1878	8800111080	13/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MED7781	8800103913	19/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MEG0435	8800106516	09/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MEG6540	8800106221	06/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MES8042	8800106408	07/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MET5439	8800107851	10/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MEY6828	8800106518	09/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MEZ0048	8800105558	30/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MEZ0048	8800105653	30/11/2016	74630	218	*	II	195.23
MFH3523	8800112324	18/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MFI4086	8800106230	06/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MFS7161	8800108389	18/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MFU2578	8800103884	19/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MFY1988	8800111682	15/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MGB1485	8800106070	06/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MGC4248	8800108811	23/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MGF8566	8800106477	09/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MGL5504	8800112510	18/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MGM8439	8800106441	07/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MGP8475	8800106483	09/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MGR2477	8800112411	18/02/2017	74630	218	*	II	195.23
MGR3417	8800110601	09/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MGV5026	8800107611	20/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MHA2286	8800108118	17/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MHJ2682	8800106512	09/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MHK6257	8800112384	18/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MHL0044	54204030N	13/12/2016	50020	257	8\$		130.16
MHN1754	8800112228	17/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MHW0365	8800108517	20/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MHX3316	8800108134	17/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MHX5336	8800108243	17/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MIA5620	8800107432	15/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MIB9453	8800110608	09/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MIF1270	8800107114	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MIL3599	8800108366	18/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MIM6925	8800108232	17/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MIQ3612	8800108106	17/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MIU3898	8800107160	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MIW4343	54220722N	23/01/2017	50020	257	8\$		130.16
MIX5168	8800108538	20/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJA7465	8800108475	20/01/2017	74550	218	*	I	130.16

MJB9383	8800108355	18/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO4512	8800107637	20/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MJP2843	8800104134	19/11/2016	74630	218	*	II	195.23
MJV5080	8800108535	20/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MKH1955	8800106357	08/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKK3986	8800110906	10/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MKN9774	8800108378	18/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MLB4154	54218805N	16/01/2017	50020	257		8\$	130.16
MLC1747	8800106553	09/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLC6885	8800108625	20/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLM0319	8800108587	20/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLN1334	8800106530	09/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLS4078	8800108059	16/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLV9981	54220729N	23/01/2017	50020	257		8\$	130.16
MLW2866	8800106880	12/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLW4033	8800112247	18/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA9435	8800112398	18/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MMK8463	8800108634	20/01/2017	74550	218	*	I	130.16
NOG0104	8800108329	18/01/2017	74550	218	*	I	130.16
OKG0697	8800109459	27/01/2017	74550	218	*	I	130.16
OUR3919	54218820N	16/01/2017	50020	257		8\$	880.40
QHB0809	8800108081	16/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHB5465	8800108934	23/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHG7999	8800111511	15/02/2017	74550	218	*	I	130.16
QHH1949	8800106605	09/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHI0967	8800108488	20/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHI2867	8800107237	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHI8139	8800106055	06/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHJ4894	8800106845	12/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHO8519	54220221N	20/01/2017	50020	257		8\$	130.16
QHR0174	8800108880	23/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHR4582	8800112416	18/02/2017	74550	218	*	I	130.16
QHS8919	8800107061	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHU8960	8800107543	19/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHW3290	8800108256	18/01/2017	74630	218	*	II	195.23
QHZ3981	8800108603	20/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QIA2697	8800108436	20/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QID5769	8800108851	23/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QIK0501	8800112424	18/02/2017	74550	218	*	I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FELIPE BUENO  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8800 240/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - RE - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO



## DE TRANSITO N.8800 240/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AFR2974	8800115822	14/03/2017	74550	218 * I
AIA0432	8800117687	30/03/2017	74550	218 * I
AIX8387	8800117758	01/04/2017	74550	218 * I
AJU4447	8800114390	03/03/2017	74550	218 * I
AKG0537	8800118073	01/04/2017	74630	218 * II
ALR2955	8800117725	31/03/2017	74550	218 * I
AMW1253	8800118044	01/04/2017	74550	218 * I
ANU2898	8800118110	01/04/2017	74550	218 * I
AOL9337	8800118251	03/04/2017	74550	218 * I
APG8693	8800114823	08/03/2017	74550	218 * I
APY6909	8800113015	21/02/2017	74550	218 * I
AQS4772	8800114826	08/03/2017	74630	218 * II
ARJ0207	8800117890	01/04/2017	74550	218 * I
ARM0980	8800117941	01/04/2017	74550	218 * I
ARN2226	8800114558	04/03/2017	74550	218 * I
ASR6012	8800118141	01/04/2017	74550	218 * I
ASZ1892	8800118208	01/04/2017	74550	218 * I
ASZ1892	8800118511	04/04/2017	74550	218 * I
ATH7230	8800117738	31/03/2017	74550	218 * I
ATW1088	8800114586	04/03/2017	74550	218 * I
AUK0791	8800117424	30/03/2017	74630	218 * II
AVJ0202	8800117843	01/04/2017	74550	218 * I
AZJ1415	8800117137	29/03/2017	74550	218 * I
AZJ4418	8800114706	06/03/2017	74550	218 * I
AZS0012	8800111691	15/02/2017	74550	218 * I
AZZ0193	8800118402	03/04/2017	74630	218 * II
BOD7898	8800118687	04/04/2017	74550	218 * I
BUD7395	8800117788	01/04/2017	74550	218 * I
CGV8285	8800115006	07/03/2017	74630	218 * II
CIX3110	8800118170	01/04/2017	74630	218 * II
COL4320	8800114619	06/03/2017	74550	218 * I
COU2786	8800114855	08/03/2017	74550	218 * I
CTW6781	8800112828	21/02/2017	74550	218 * I
CYM7928	8800118074	01/04/2017	74630	218 * II
DCH1240	8800116838	28/03/2017	74550	218 * I
DCY4164	8800115001	07/03/2017	74550	218 * I
DFT1786	8800118013	01/04/2017	74630	218 * II
DFU4303	8800117761	01/04/2017	74550	218 * I
DIS1277	8800117918	01/04/2017	74630	218 * II
DJF5625	8800118706	04/04/2017	74550	218 * I
DUM3217	8800114530	04/03/2017	74550	218 * I
DYD6124	8800118620	04/04/2017	74550	218 * I
EII1616	8800116828	28/03/2017	74630	218 * II
EPU7634	8800118153	01/04/2017	74550	218 * I
EQB8455	8800117778	01/04/2017	74550	218 * I
FFF0845	8800115037	07/03/2017	74630	218 * II
FGQ0661	8800117822	01/04/2017	74630	218 * II
FNT4665	8800117943	01/04/2017	74710	218 * III

FQJ8232	8800114702	06/03/2017	74550	218	*	I
GBM0511	8800118291	03/04/2017	74550	218	*	I
HBM2972	8800118462	04/04/2017	74550	218	*	I
HHP8370	8800118559	04/04/2017	74550	218	*	I
IPF4370	8800118139	01/04/2017	74550	218	*	I
IUZ3478	8800115123	07/03/2017	74630	218	*	II
JNY5215	8800118063	01/04/2017	74550	218	*	I
JTN9501	8800118341	03/04/2017	74550	218	*	I
JUR4966	8800117894	01/04/2017	74550	218	*	I
JVE7877	8800117946	01/04/2017	74550	218	*	I
JVG8455	8800117637	30/03/2017	74630	218	*	II
JWF4128	8800117721	31/03/2017	74550	218	*	I
JWR8775	8800112191	17/02/2017	74550	218	*	I
KJX6760	8800117831	01/04/2017	74550	218	*	I
KZD2371	8800114124	24/02/2017	74550	218	*	I
LSL1530	8800118161	01/04/2017	74550	218	*	I
LUW9410	8800117848	01/04/2017	74630	218	*	II
LXG1097	8800118113	01/04/2017	74550	218	*	I
LXM9472	8800118126	01/04/2017	74630	218	*	II
LXN3030	8800114783	06/03/2017	74550	218	*	I
LYB3651	8800118317	03/04/2017	74550	218	*	I
LYL9175	8800114987	07/03/2017	74630	218	*	II
LYQ9162	54238407N	04/04/2017	50020	257	8\$	
LYQ9336	8800115051	07/03/2017	74550	218	*	I
LYS7042	8800118551	04/04/2017	74550	218	*	I
LYW4755	8800117809	01/04/2017	74550	218	*	I
LYZ6251	8800117906	01/04/2017	74630	218	*	II
LZA1235	8800118523	04/04/2017	74550	218	*	I
LZC2567	8800117756	01/04/2017	74550	218	*	I
LZF4911	8800118319	03/04/2017	74550	218	*	I
LZG0279	8800118649	04/04/2017	74550	218	*	I
LZJ1113	8800114491	04/03/2017	74550	218	*	I
LZS3154	8800117829	01/04/2017	74550	218	*	I
LZT1336	8800117780	01/04/2017	74630	218	*	II
LZV3275	8800118735	04/04/2017	74550	218	*	I
LZY9039	8800118132	01/04/2017	74630	218	*	II
MAI3052	8800118015	01/04/2017	74630	218	*	II
MAI3052	8800118432	04/04/2017	74550	218	*	I
MAP5115	8800118378	03/04/2017	74550	218	*	I
MAP6755	8800118269	03/04/2017	74550	218	*	I
MAT7480	8800118229	01/04/2017	74550	218	*	I
MAU2951	8800114899	08/03/2017	74550	218	*	I
MAU9183	8800117907	01/04/2017	74550	218	*	I
MAW0453	8800118756	05/04/2017	74550	218	*	I
MBA6084	8800116711	28/03/2017	74550	218	*	I
MBC6887	8800117923	01/04/2017	74550	218	*	I
MBD7673	8800118023	01/04/2017	74550	218	*	I
MBF5163	8800118205	01/04/2017	74550	218	*	I
MBF7844	8800116664	27/03/2017	74550	218	*	I
MBI2858	8800117958	01/04/2017	74550	218	*	I
MBL0644	8800114225	24/02/2017	74550	218	*	I
MBL7698	8800117846	01/04/2017	74550	218	*	I
MBM2834	8800115003	07/03/2017	74630	218	*	II
MBM8729	8800118755	05/04/2017	74550	218	*	I
MBN4152	8800118583	04/04/2017	74550	218	*	I
MBS6185	8800117506	30/03/2017	74630	218	*	II
MBS7349	8800117899	01/04/2017	74550	218	*	I
MBU3511	8800117915	01/04/2017	74550	218	*	I
MBV9852	8800118725	04/04/2017	74630	218	*	II
MBW7776	8800115002	07/03/2017	74550	218	*	I
MCA4982	8800118145	01/04/2017	74630	218	*	II
MCA8495	8800118196	01/04/2017	74550	218	*	I
MCC4833	8800117864	01/04/2017	74550	218	*	I

MCH6338	8800115072	07/03/2017	74550	218	*	I
MCI6995	8800118010	01/04/2017	74550	218	*	I
MCJ7165	8800117554	30/03/2017	74550	218	*	I
MCR2597	8800117752	01/04/2017	74550	218	*	I
MCT1873	8800118747	04/04/2017	74550	218	*	I
MCV0634	8800118180	01/04/2017	74550	218	*	I
MCW4743	8800118624	04/04/2017	74550	218	*	I
MCY4033	8800118374	03/04/2017	74550	218	*	I
MCZ8695	54238379N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MDA0965	8800117998	01/04/2017	74630	218	*	II
MDB6155	8800117716	31/03/2017	74550	218	*	I
MDC0307	8800118595	04/04/2017	74550	218	*	I
MDD0607	8800118072	01/04/2017	74550	218	*	I
MDD0919	8800114632	06/03/2017	74550	218	*	I
MDF5554	8800118216	01/04/2017	74550	218	*	I
MDK8324	8800114523	04/03/2017	74550	218	*	I
MDN1104	54238388N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MDQ0604	8800117044	29/03/2017	74550	218	*	I
MDS3944	8800118536	04/04/2017	74630	218	*	II
MDV8805	8800118360	03/04/2017	74550	218	*	I
MDV9627	8800118308	03/04/2017	74550	218	*	I
MDW6474	8800114740	06/03/2017	74550	218	*	I
MDW6474	8800114800	08/03/2017	74550	218	*	I
MDY8147	8800118430	04/04/2017	74550	218	*	I
MEA0226	8800118107	01/04/2017	74550	218	*	I
MEB0492	8800118243	01/04/2017	74550	218	*	I
MEC0037	8800117666	30/03/2017	74630	218	*	II
MED3608	8800114752	06/03/2017	74550	218	*	I
MEG9113	8800114983	07/03/2017	74630	218	*	II
MEJ6445	8800117881	01/04/2017	74550	218	*	I
MEL6566	8800117766	01/04/2017	74550	218	*	I
MEM3029	8800114597	04/03/2017	74550	218	*	I
MEN1726	8800114994	07/03/2017	74630	218	*	II
MEN9439	8800118122	01/04/2017	74630	218	*	II
MES5735	8800118450	04/04/2017	74550	218	*	I
MEW3459	8800117993	01/04/2017	74550	218	*	I
MEY3808	8800118272	03/04/2017	74550	218	*	I
MFB1496	8800118306	03/04/2017	74550	218	*	I
MFB5995	8800117891	01/04/2017	74630	218	*	II
MFC2427	8800117873	01/04/2017	74630	218	*	II
MFD6341	8800117981	01/04/2017	74630	218	*	II
MFD9577	8800118254	03/04/2017	74550	218	*	I
MFF1922	8800115034	07/03/2017	74550	218	*	I
MFF4633	8800118466	04/04/2017	74630	218	*	II
MFF4675	8800117889	01/04/2017	74630	218	*	II
MFG8109	8800114565	04/03/2017	74550	218	*	I
MFH3689	8800118012	01/04/2017	74550	218	*	I
MFJ6714	8800114563	04/03/2017	74550	218	*	I
MFJ7152	8800118355	03/04/2017	74550	218	*	I
MFK3895	8800117234	30/03/2017	74550	218	*	I
MFN6166	8800117139	29/03/2017	74550	218	*	I
MFS9235	8800118156	01/04/2017	74550	218	*	I
MFT1237	8800118690	04/04/2017	74550	218	*	I
MFT3423	8800118100	01/04/2017	74550	218	*	I
MFT3743	8800114512	04/03/2017	74550	218	*	I
MFU2380	8800114068	24/02/2017	74550	218	*	I
MFV3547	8800117996	01/04/2017	74630	218	*	II
MGC1898	8800118554	04/04/2017	74550	218	*	I
MGC6143	8800114737	06/03/2017	74550	218	*	I
MGC9678	8800115078	07/03/2017	74630	218	*	II
MGD0585	8800114379	24/02/2017	74630	218	*	II
MGD3627	8800118293	03/04/2017	74550	218	*	I
MGF2004	8800118508	04/04/2017	74550	218	*	I

MGJ0652	8800117948	01/04/2017	74550	218	*	I
MGJ1323	8800117898	01/04/2017	74630	218	*	II
MGJ5928	8800118130	01/04/2017	74630	218	*	II
MGK4806	8800117374	30/03/2017	74550	218	*	I
MGM7033	8800118083	01/04/2017	74630	218	*	II
MGM9748	8800115067	07/03/2017	74550	218	*	I
MGN7880	8800118263	03/04/2017	74550	218	*	I
MGO0934	8800115076	07/03/2017	74550	218	*	I
MGO2756	8800114141	24/02/2017	74550	218	*	I
MGP0988	8800117690	31/03/2017	74550	218	*	I
MGP3699	8800117575	30/03/2017	74550	218	*	I
MGQ0722	8800113913	24/02/2017	74550	218	*	I
MGV0079	8800118393	03/04/2017	74550	218	*	I
MGW8231	8800118720	04/04/2017	74550	218	*	I
MGX3120	8800117577	30/03/2017	74550	218	*	I
MHA8226	8800116857	28/03/2017	74550	218	*	I
MHD6568	8800118654	04/04/2017	74550	218	*	I
MHE5310	8800114604	04/03/2017	74550	218	*	I
MHI5105	54231085N	09/03/2017	50020	257	8\$	
MHJ3812	8800115104	07/03/2017	74550	218	*	I
MHK0285	8800118470	04/04/2017	74630	218	*	II
MHL8027	8800116812	28/03/2017	74550	218	*	I
MHQ6588	8800117944	01/04/2017	74630	218	*	II
MHQ9014	8800115108	07/03/2017	74550	218	*	I
MHQ9824	8800117785	01/04/2017	74550	218	*	I
MHR1456	8800114388	03/03/2017	74550	218	*	I
MHS3545	8800118177	01/04/2017	74550	218	*	I
MHS6745	8800118395	03/04/2017	74550	218	*	I
MHU9393	8800114897	08/03/2017	74630	218	*	II
MHW4546	8800118622	04/04/2017	74550	218	*	I
MHX7065	8800117617	30/03/2017	74550	218	*	I
MHY7895	8800117905	01/04/2017	74550	218	*	I
MIA1378	8800114404	03/03/2017	74550	218	*	I
MIB5520	8800113926	24/02/2017	74550	218	*	I
MIC1274	8800115340	13/03/2017	74550	218	*	I
MIC2795	8800118427	04/04/2017	74630	218	*	II
MID2842	8800118476	04/04/2017	74550	218	*	I
MIH4066	8800118581	04/04/2017	74550	218	*	I
MIO2516	8800114782	06/03/2017	74550	218	*	I
MIP9439	8800118041	01/04/2017	74550	218	*	I
MIQ2113	8800118092	01/04/2017	74550	218	*	I
MIR4386	8800117783	01/04/2017	74550	218	*	I
MIR9691	8800118162	01/04/2017	74550	218	*	I
MIS2948	8800117428	30/03/2017	74550	218	*	I
MIS5817	8800118722	04/04/2017	74550	218	*	I
MIU5799	8800118610	04/04/2017	74550	218	*	I
MIU6491	8800118456	04/04/2017	74630	218	*	II
MIW5933	8800118692	04/04/2017	74550	218	*	I
MIY2217	8800115185	13/03/2017	74550	218	*	I
MIZ3339	8800118495	04/04/2017	74550	218	*	I
MJA0385	54238377N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MJA7122	8800115056	07/03/2017	74550	218	*	I
MJC4035	8800118652	04/04/2017	74550	218	*	I
MJC9880	8800114727	06/03/2017	74550	218	*	I
MJG9219	8800117928	01/04/2017	74630	218	*	II
MJG9618	8800114711	06/03/2017	74550	218	*	I
MJK6854	54240388N	06/04/2017	50020	257	8\$	
MJL8127	8800114754	06/03/2017	74550	218	*	I
MJM6903	8800117058	29/03/2017	74550	218	*	I
MJN3788	8800118644	04/04/2017	74550	218	*	I
MJO1120	8800118517	04/04/2017	74550	218	*	I
MJO5796	8800114391	03/03/2017	74550	218	*	I
MJO9356	8800118688	04/04/2017	74550	218	*	I

MJP0408	8800114408	03/03/2017	74630	218	*	II
MJQ5635	54238381N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MJQ9367	8800114072	24/02/2017	74550	218	*	I
MJU1030	8800118168	01/04/2017	74550	218	*	I
MJW9796	54238383N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MKB2954	8800118373	03/04/2017	74630	218	*	II
MKC7488	8800118182	01/04/2017	74550	218	*	I
MKD2864	8800118717	04/04/2017	74630	218	*	II
MKG5879	54238382N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MKH1997	8800118029	01/04/2017	74550	218	*	I
MKH5900	8800113807	24/02/2017	74550	218	*	I
MKH6406	8800116852	28/03/2017	74550	218	*	I
MKH6604	8800117979	01/04/2017	74630	218	*	II
MKI5832	8800117837	01/04/2017	74630	218	*	II
MKK3637	8800118230	01/04/2017	74630	218	*	II
MKK9066	8800114543	04/03/2017	74550	218	*	I
MKL3026	8800113817	24/02/2017	74550	218	*	I
MKQ1198	8800117854	01/04/2017	74550	218	*	I
MKQ5615	8800114019	24/02/2017	74550	218	*	I
MKR0720	8800113925	24/02/2017	74550	218	*	I
MKT8248	8800113508	22/02/2017	74550	218	*	I
MKU0697	8800114456	03/03/2017	74550	218	*	I
MKV8653	8800114919	07/03/2017	74550	218	*	I
MKX6455	8800118590	04/04/2017	74550	218	*	I
MKY4567	8800116871	28/03/2017	74550	218	*	I
MKZ3040	8800113735	22/02/2017	74550	218	*	I
MKZ5746	8800114584	04/03/2017	74550	218	*	I
MLE4532	8800118556	04/04/2017	74550	218	*	I
MLE7287	8800117354	30/03/2017	74550	218	*	I
MLG6587	8800114842	08/03/2017	74550	218	*	I
MLK2426	8800117765	01/04/2017	74550	218	*	I
MLL9293	8800113994	24/02/2017	74550	218	*	I
MLP9281	8800117815	01/04/2017	74550	218	*	I
MLQ2840	54238386N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MLQ4940	8800118009	01/04/2017	74550	218	*	I
MLR6005	8800117056	29/03/2017	74550	218	*	I
MLU7885	8800114670	06/03/2017	74550	218	*	I
MLV6100	8800117929	01/04/2017	74550	218	*	I
MLV8280	8800113855	24/02/2017	74550	218	*	I
MLX2783	8800117823	01/04/2017	74550	218	*	I
MLX3406	8800118185	01/04/2017	74550	218	*	I
MLX6968	8800114830	08/03/2017	74550	218	*	I
MLY9777	8800118233	01/04/2017	74550	218	*	I
MMA7218	8800115296	13/03/2017	74550	218	*	I
MMB0608	8800117844	01/04/2017	74630	218	*	II
MMB4234	8800117745	31/03/2017	74550	218	*	I
MMB9277	54231079N	09/03/2017	50020	257	8\$	
MMC2926	8800118303	03/04/2017	74630	218	*	II
MMF9079	8800118118	01/04/2017	74550	218	*	I
MMH2515	54231077N	09/03/2017	50020	257	8\$	
MMI1707	54231084N	09/03/2017	50020	257	8\$	
MMI2010	8800118190	01/04/2017	74550	218	*	I
MMJ1457	8800115201	13/03/2017	74550	218	*	I
MMK2757	8800114510	04/03/2017	74550	218	*	I
MMK3292	8800118220	01/04/2017	74550	218	*	I
MRG5657	8800117955	01/04/2017	74550	218	*	I
MZF7349	8800118570	04/04/2017	74550	218	*	I
NOG0104	8800114629	06/03/2017	74550	218	*	I
NWG7428	8800111982	16/02/2017	74550	218	*	I
OCE6225	8800114237	24/02/2017	74550	218	*	I
OIJ1171	8800114066	24/02/2017	74550	218	*	I
OKH1647	8800117959	01/04/2017	74630	218	*	II
OKH2217	8800113860	24/02/2017	74550	218	*	I

PUW4534	8800114250	24/02/2017	74550	218	*	I
QHB8898	8800117726	31/03/2017	74630	218	*	II
QHC2590	8800111002	13/02/2017	74550	218	*	I
QHC6453	8800115134	07/03/2017	74550	218	*	I
QHG0776	8800113184	21/02/2017	74550	218	*	I
QHH7913	8800114687	06/03/2017	74550	218	*	I
QHI3407	8800114432	03/03/2017	74550	218	*	I
QHI4957	8800118593	04/04/2017	74550	218	*	I
QHI5580	8800118696	04/04/2017	74550	218	*	I
QHK8494	8800118241	01/04/2017	74630	218	*	II
QHM5114	8800117866	01/04/2017	74630	218	*	II
QHO0403	8800114885	08/03/2017	74550	218	*	I
QHO1779	8800114667	06/03/2017	74550	218	*	I
QHQ2486	8800113814	24/02/2017	74550	218	*	I
QHQ2486	8800112448	18/02/2017	74550	218	*	I
QHR0662	8800115142	07/03/2017	74630	218	*	II
QHR7634	8800117807	01/04/2017	74630	218	*	II
QHV4282	8800117646	30/03/2017	74710	218	*	III
QHW5979	8800118356	03/04/2017	74550	218	*	I
QHW8063	8800118695	04/04/2017	74710	218	*	III
QHX2222	8800118246	01/04/2017	74550	218	*	I
QHX8240	8800117632	30/03/2017	74550	218	*	I
QHY0445	8800114766	06/03/2017	74550	218	*	I
QHY1917	8800115091	07/03/2017	74550	218	*	I
QHY7838	8800112994	21/02/2017	74550	218	*	I
QIA4611	8800113008	21/02/2017	74550	218	*	I
QIA9910	8800115107	07/03/2017	74550	218	*	I
QID3745	8800118612	04/04/2017	74550	218	*	I
QID9176	8800118512	04/04/2017	74550	218	*	I
QIE2699	8800118406	03/04/2017	74550	218	*	I
QIE8041	8800112984	21/02/2017	74550	218	*	I
QIJ0003	8800114212	24/02/2017	74550	218	*	I
QIP3011	8800113972	24/02/2017	74550	218	*	I
QIU1509	8800114292	24/02/2017	74550	218	*	I
QJR2121	8800117144	29/03/2017	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FELIPE BUENO  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8034 2485/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8034 2485/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABB7397	55819191F	02/12/2016	76331	ART 252, UNICO	293.47
ADN2879	55821249F	14/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AEB1129	55544691F	11/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ANL7922	55823217F	14/12/2016	60501	208	293.47
APB1240	55031056F	14/02/2017	51851	167	195.23
BIP5664	55544520F	10/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
BUU5286	P018J001B0	08/12/2016	51851	167	195.23
CFF6103	P018J001XD	25/01/2017	58350	195	195.23
CFF6103	P018J001XF	25/01/2017	52152	170	293.47
CFI8767	54219482N	17/01/2017	50020	257 8\$	293.47
CXJ7239	55812977F	28/11/2016	58511	197	130.16
DAM4228	55823704F	28/11/2016	76332	ART 252, UNICO	293.47
DAU3722	55544354F	13/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DBJ2829	55543205F	30/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DEC4907	55030000F	13/01/2017	51851	167	195.23
DGA8729	55544224F	09/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DIC0666	55542941F	24/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DSC0814	55820129F	15/02/2017	54521	181 * VIII	195.23
EBP4113	55543219F	30/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
EDG9091	55823379F	19/01/2017	64830	227 * I	88.38
GTH9912	P018J00294	16/02/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
HEF1649	55543024F	25/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IFI6667	55541796F	03/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ITO3556	54093392F	13/01/2017	58350	195	195.23
KMH6949	55544231F	23/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
KMJ4722	55544804F	13/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LXQ1213	55024177F	17/01/2017	58350	195	195.23
LYM0099	55542991F	24/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LYR6194	55824069F	08/12/2016	57380	186 * II	293.47
LZS0990	P018J001QR	16/01/2017	68580	231 * VII	130.16
LZW1323	55544584F	10/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAC2244	55826733F	16/02/2017	61220	214 * I	293.47
MAL1307	55544445F	09/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAL9261	55543283F	01/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAP5338	55543137F	28/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAZ9223	55544386F	19/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBA0602	P018J001MM	10/01/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MBA0602	P018J001MN	10/01/2017	51851	167	195.23
MBE7954	55543071F	25/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBF0707	55544030F	20/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBH1692	55824432F	21/12/2016	76252	ART 181, XX	293.47
MBI9242	55543199F	30/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBQ0090	55544093F	22/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBX1995	P018J001SR	18/01/2017	51852	167	195.23
MCB6711	55823701F	24/11/2016	76332	ART 252, UNICO	293.47
MCI2648	P018J001OV	12/01/2017	60412	207	195.23
MCS3135	55029675F	12/12/2016	65300	228	195.23
MCS5366	P01H90005F	15/01/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MCT7554	55825366F	23/01/2017	57380	186 * II	293.47
MCU5124	55825812F	16/02/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MCW5379	55822784F	02/12/2016	60501	208	293.47
MCW5447	55544542F	10/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCZ4718	55544628F	11/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDB8945	55042565E	13/12/2016	76331	ART 252, UNICO	293.47

MDF3089	55543023F	25/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDH4665	55820742F	09/12/2016	58350	195	195.23
MDK2773	55542360F	11/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDK3095	55822337F	10/11/2016	58512	197	130.16
MDL3732	P018J001PZ	14/01/2017	54523	181 * VIII	195.23
MDN0148	55544430F	09/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDO0441	55824516F	16/12/2016	76332	ART 252, UNICO	293.47
MDO3908	55826565F	16/02/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MDP9089	55543096F	28/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDP9089	55543099F	28/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDR0446	55823561F	15/12/2016	55500	181 * XVIII	130.16
MDX0149	55822813F	02/12/2016	65300	228	195.23
MDZ2038	55824759F	22/12/2016	59670	203 * V	1467.34
MEA1974	P00Z00004G	30/11/2016	65300	228	195.23
MEA2279	55825460F	20/01/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MEE4559	55543121F	28/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MEG6173	P018J001C0	08/12/2016	51852	167	195.23
MEK8326	55030701F	20/01/2017	58350	195	195.23
MEO6753	P018J001CQ	09/12/2016	51851	167	195.23
MER3134	55823689F	21/01/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MES0472	55544136F	22/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MES6918	55543029F	25/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFC3646	55820836F	01/11/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFD2566	55042566E	14/12/2016	54600	181 * IX	130.16
MFG1386	55029993F	13/01/2017	51851	167	195.23
MFH1336	P018D00016	16/01/2017	51851	167	195.23
MFJ8166	55543031F	25/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFK2321	55544789F	13/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFM8424	55826569F	19/02/2017	55250	181 * XV	130.16
MFO1425	55815050F	22/11/2016	76331	ART 252, UNICO	293.47
MFO4016	55544831F	13/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFO4016	54221466N	24/01/2017	50020	257 8\$	195.23
MFP2268	P01H90005J	20/01/2017	51851	167	195.23
MFR1600	55543105F	28/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFV0632	55823668F	10/12/2016	58350	195	195.23
MFV8203	55826714F	15/02/2017	56650	182 * X	130.16
MFZ8645	55825346F	21/02/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MGB2866	55042843E	15/12/2016	55500	181 * XVIII	130.16
MGB4678	55825416F	11/01/2017	59670	203 * V	1467.34
MGC6824	55544491F	09/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGJ0942	55821563F	09/12/2016	55500	181 * XVIII	130.16
MGN8411	55544567F	10/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGZ5922	P018J0028K	15/02/2017	52070	169	88.38
MHJ0535	55544603F	10/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHK1578	55543346F	03/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHR0197	P018J001F9	15/12/2016	52070	169	88.38
MHR0625	55024197F	19/01/2017	51851	167	195.23
MHS8880	55545879F	04/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHW1370	55543044F	25/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHX1443	55543206F	30/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHX2365	55544061F	21/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIA6118	55543215F	30/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIB8694	55545820F	02/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIJ8366	55542761F	22/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIM1939	55825439F	15/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MIR1900	P01H90004P	15/12/2016	59670	203 * V	1467.34
MIW3185	55826807F	20/02/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MIW9525	55824198F	20/01/2017	60412	207	195.23
MJB9676	55544476F	09/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJC0429	55824924F	07/01/2017	61220	214 * I	293.47
MJC3194	55543707F	14/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJD7502	55543270F	01/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJM8388	54093037F	01/12/2016	76331	ART 252, UNICO	293.47

MJN4703	54217079N	12/01/2017	50020	257 8\$	195.23
MJS5752	55822745F	17/12/2016	75870	ART. 184 III	293.47
MKA7480	55544176F	22/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKC9808	55544462F	09/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKD7170	55824603F	15/12/2016	55500	181 * XVIII	130.16
MKF7060	55824089F	06/12/2016	52070	169	88.38
MKI9968	55544317F	23/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKO7204	55825319F	12/01/2017	59670	203 * V	1467.34
MKV4016	55543296F	01/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKY2967	55818305F	03/10/2016	60501	208	191.54
MLA4826	55824192F	20/01/2017	60412	207	195.23
MLH4111	P018J002BP	20/02/2017	51851	167	195.23
MLK6846	54205107N	20/12/2016	50020	257 8\$	127.69
MLZ1906	55544436F	09/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MMH1579	55823386F	25/01/2017	61810	215 * II	195.23
MMJ2437	55824373F	12/12/2016	76331	ART 252, UNICO	293.47
MMK6435	55030726F	26/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
OKE5612	55823562F	23/01/2017	60501	208	293.47
OOX7636	P018G0009T	18/12/2016	54521	181 * VIII	195.23
QHC8718	55544807F	13/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHK7873	55543090F	28/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHK9228	55821495F	01/12/2016	76331	ART 252, UNICO	293.47
QHM2918	55029168F	19/01/2017	73662	252 * VI	85.13
QHP1468	55543203F	30/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHQ4235	55544164F	22/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHY2766	55543101F	28/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QIB0175	P018J002AJ	17/02/2017	76251	ART 181, XX	293.47
QIB5288	54225880N	17/02/2017	50020	257 8\$	293.47
QIB9692	55824615F	16/12/2016	75870	ART. 184 III	293.47
QIF7700	55824477F	16/12/2016	76332	ART 252, UNICO	293.47
QIW0888	55824466F	14/12/2016	76332	ART 252, UNICO	293.47
QJO6070	55824475F	16/12/2016	76331	ART 252, UNICO	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FELIPE BUENO  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8034 2484/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8034 2484/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACA9763	P018K00033	05/01/2017	65992	230 * V	293.47
AGB6394	54076578F	23/01/2017	50100	162 * I	880.40
AGB6394	54076579F	23/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AHB7190	55824679F	06/02/2017	65992	230 * V	293.47
AJU7470	55826262F	09/02/2017	50450	162 * V	293.47
BUU5286	P018J001B1	08/12/2016	73400	252 * IV	130.16
CFF6103	P018J001XE	25/01/2017	52741	175	2934.68
CKK1467	P01H90005L	20/01/2017	50100	162 * I	880.40
CSF0140	P018J0027L	14/02/2017	66700	230 * XIII	195.23
JFF7191	55818943F	14/12/2016	66102	230 * VII	195.23
JMB6830	P018J001GL	16/12/2016	65992	230 * V	293.47
KCT4898	P018J001U9	19/01/2017	50100	162 * I	880.40
LWX9580	P018K00049	21/02/2017	67000	230 * XVI	195.23
LYA8812	55819065F	14/12/2016	67261	230 * XVIII	195.23
LZP4271	55824877F	16/02/2017	65992	230 * V	293.47
LZP4271	55824878F	16/02/2017	50371	162 * III	586.94
LZS0990	P018J001QQ	16/01/2017	69120	232	88.38
LZW4043	P018K00039	17/01/2017	50100	162 * I	880.40
MAH5360	55818945F	16/12/2016	65992	230 * V	293.47
MAH6034	54326823F	06/01/2017	65992	230 * V	293.47
MAH6034	54326824F	06/01/2017	50100	162 * I	880.40
MAH6034	54326825F	06/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBA0602	P018J001MP	10/01/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MBA0602	P018J001MQ	10/01/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MBA0602	P018J001MO	10/01/2017	50450	162 * V	293.47
MBI2394	55029343F	12/12/2016	66531	230 * XI	195.23
MBV0551	P018J002AN	17/02/2017	73400	252 * IV	130.16
MBX1995	P018J001SS	18/01/2017	66102	230 * VII	195.23
MCD8854	P018J001V2	23/01/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MCD8854	P018J001V3	23/01/2017	50531	162 * VI	293.47
MCJ9031	P018J001P0	12/01/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MCK3406	55825617F	20/01/2017	66531	230 * XI	195.23
MDU9133	P018J001BU	08/12/2016	67000	230 * XVI	195.23
MED8258	55825143F	08/02/2017	65992	230 * V	293.47
MEG6173	P018J001BZ	08/12/2016	66700	230 * XIII	195.23
MEJ5763	P018J0028L	15/02/2017	65992	230 * V	293.47
MEJ5763	P018J0028M	15/02/2017	50100	162 * I	880.40
MEK8326	P018J001ON	12/01/2017	66372	230 * IX	195.23
MEK9344	P018J001S3	17/01/2017	66700	230 * XIII	195.23
MEO3731	P018K0003B	22/01/2017	65992	230 * V	293.47
MFN7540	P018J001T9	18/01/2017	66531	230 * XI	195.23
MFO6811	55823356F	07/01/2017	50100	162 * I	880.40
MFO6811	55823357F	07/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MFP3253	55824944F	15/01/2017	51691	165	2934.68
MFZ7286	55026614F	23/01/2017	50450	162 * V	293.47
MGB4678	55825248F	15/12/2016	66372	230 * IX	195.23
MGK0399	P018J001VL	23/01/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MGX0109	55818942F	14/12/2016	65992	230 * V	293.47
MGZ6646	55824155F	12/12/2016	65992	230 * V	293.47
MHL8309	55825266F	13/12/2016	65992	230 * V	293.47
MHZ9255	P018J001WL	25/01/2017	69120	232	88.38
MIA6118	P018J001VI	23/01/2017	66700	230 * XIII	195.23
MJQ7012	P018J001PU	14/01/2017	65992	230 * V	293.47
MKD7689	55818941F	09/12/2016	65992	230 * V	293.47
MLA4826	55824193F	20/01/2017	65992	230 * V	293.47
MLH4111	P018J002BO	20/02/2017	66700	230 * XIII	195.23
MLL0268	55821295F	10/11/2016	65992	230 * V	293.47

OLW7557 P018J00187 02/12/2016 66700 230 \* XIII 195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2483/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2483/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADK2182	54137953G	09/03/2017	55500	181 * XVIII
ADW5058	55546868F	21/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AGB2828	55022980F	24/02/2017	59670	203 * V
AKH1556	P018K0006W	04/04/2017	73662	252*VI
ALP5658	54137446G	04/04/2017	76331	ART 252, UNICO
ALS9789	P01H90008K	10/03/2017	51851	167
ALW5875	P018K00075	06/04/2017	58350	195
ANE0280	55029111F	04/03/2017	51851	167
ANH3356	55548171F	21/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ANH3356	55548145F	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ANR6109	54136814G	27/03/2017	57380	186 * II
AOB2713	55548126F	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
APO3971	54136225G	15/03/2017	76331	ART 252, UNICO
APU6525	P018J002RZ	30/03/2017	72340	250 * I * a
ASH9463	55546484F	15/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ASZ2012	55827099F	08/03/2017	57200	186 * I
ATF6371	55547989F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ATI0328	55816742F	08/03/2017	54600	181 * IX
AUB1561	55546345F	13/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AVW4128	P018F000AP	03/03/2017	73662	252*VI
AZC9691	55826685F	09/03/2017	55500	181 * XVIII
AZW8459	54138813G	05/04/2017	76332	ART 252, UNICO
BTU5880	P018F000DL	11/03/2017	55500	181 * XVIII

BZE4616	P018J002RS	30/03/2017	51851	167
CCX2258	55031332F	28/03/2017	76332	ART 252, UNICO
CGU4445	55546686F	18/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CIG5003	55030224F	25/02/2017	57200	186 * I
CLB3367	55548075F	18/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CPD5502	P018K0004Q	27/02/2017	51851	167
CPU4830	54137001G	31/03/2017	58350	195
CWD1345	55548046F	18/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CZV2949	54137999G	25/03/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146
DCB0561	54136822G	04/04/2017	58350	195
DCB0561	54136824G	04/04/2017	52152	170
DCO2471	55031333F	25/03/2017	65300	228
DDC4772	55547794F	28/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DER6153	54138651G	30/03/2017	55500	181 * XVIII
DFG6766	54138811G	05/04/2017	76332	ART 252, UNICO
DGQ9686	55546437F	14/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DGW0476	54137956G	09/03/2017	60681	209
DIP2898	54138339G	28/03/2017	55500	181 * XVIII
DJE0222	55546692F	18/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DKF8149	55813770F	03/04/2017	58350	195
DMB7356	P018F000AO	03/03/2017	76331	ART 252, UNICO
DQH7451	55546929F	22/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DSY6922	55546974F	22/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DUB2870	55547950F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DUH0667	55548010F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DWQ5156	54137717G	09/03/2017	55090	181 * XIII
DXQ0577	55548029F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
EAR2119	P018B000BJ	05/04/2017	51851	167
EDM1008	54136436G	28/03/2017	54523	181 * VIII
EEH4766	54138226G	20/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
EGT0406	55827348F	04/03/2017	76331	ART 252, UNICO
EZQ4021	55547567F	24/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
EZQ5014	54137427G	27/03/2017	76331	ART 252, UNICO
FMP1033	54138342G	29/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
FPD1550	54138341G	29/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
FQR7568	55038728E	10/03/2017	57463	187 * I
FUV9791	55821600F	30/03/2017	55500	181 * XVIII
FWH6922	P018J002QP	29/03/2017	54523	181 * VIII
GPC4612	P018J002H7	28/02/2017	51852	167
HXH6833	54138415G	27/03/2017	55500	181 * XVIII
IGH9907	P018E0003G	03/04/2017	63780	220 * XII
IGH9907	P018E0003I	03/04/2017	57200	186 * I
IIJ7684	P018G000D3	14/02/2017	51852	167
IJX5348	54093190F	03/04/2017	75870	ART. 184 III
IKA6236	55546640F	16/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IPW8506	55547993F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IQQ8874	54136963G	03/04/2017	55500	181 * XVIII
ISG3413	55548027F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ISG3413	55548028F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ITP3208	55548155F	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
JQR4837	55548124F	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
JQR4837	55547927F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
JRE1222	P018H0006H	01/03/2017	51851	167
KLP2903	P018K0006X	04/04/2017	73662	252*VI
LCP9268	55548091F	18/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LNW8936	55548107F	03/04/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LWR5720	55547930F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXC1893	P018B000BD	03/04/2017	60760	210
LXJ1375	P018F000FA	14/03/2017	51852	167
LXJ8488	54136372G	06/03/2017	76331	ART 252, UNICO
LXR5494	P018H00065	27/02/2017	54521	181 * VIII
LXU4445	P018J002TF	03/04/2017	51851	167
LYI4521	P018J002UZ	04/04/2017	51851	167

LYI4906	P018J002SC	31/03/2017	51852	167
LYI4906	P018J002SD	31/03/2017	72340	250 * I * a
LYO9167	54136501G	13/03/2017	53980	181 * II
LYR4713	55548002F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LYS0852	54229323N	02/03/2017	50020	257 8\$
LYT0176	55548005F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LYT1845	55547964F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LZB2261	P018F000D5	09/03/2017	68580	231 * VII
LZD2525	55029490F	04/04/2017	60412	207
LZN5662	55547992F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LZW0625	54136744G	01/04/2017	54521	181 * VIII
LZY5562	P018J002TJ	03/04/2017	60412	207
MAA6853	55547036F	24/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MAG7260	55546889F	21/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MAL1307	55546716F	20/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MAP8725	55547928F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MAT2343	P018B00097	07/03/2017	51851	167
MAT2343	55816746F	10/03/2017	55500	181 * XVIII
MAX4523	P018K00078	07/04/2017	51851	167
MAX6193	P018J002RW	30/03/2017	51851	167
MAZ3331	54093192F	03/04/2017	60412	207
MAZ9223	55546711F	20/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MAZ9223	55546823F	21/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MAZ9223	55546582F	16/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBA7128	55821596F	03/04/2017	61810	215 * II
MBB3461	55547954F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBI5305	55548035F	17/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBK7781	55546759F	20/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBQ4601	55824724F	02/03/2017	55500	181 * XVIII
MBR4696	54138708G	01/04/2017	58433	196
MBT8711	55548123F	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBU0109	55815920F	04/03/2017	51851	167
MBV7678	P018K0007A	07/04/2017	51851	167
MBZ2631	55546334F	11/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCB3963	55546256F	10/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCB8014	55547999F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCE0155	55547842F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCE3063	55826204F	05/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MCE9324	55546768F	20/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCH6338	55546753F	20/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCI5919	55827088F	07/03/2017	51851	167
MCI6237	55816999F	06/03/2017	59670	203 * V
MCN2642	P018K0006Z	04/04/2017	73662	252*VI
MCR2613	55029119F	05/03/2017	55680	181 * XIX
MCU4529	P018K0004V	27/02/2017	70301	244 * I
MCV0141	55546538F	17/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCW7521	55040982E	04/04/2017	76331	ART 252, UNICO
MCX3682	55546460F	15/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCX4352	55547931F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCY7125	54138424G	28/03/2017	51851	167
MCZ8102	55546668F	18/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDA6773	55824126F	23/03/2017	55500	181 * XVIII
MDD2524	55548001F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDF4921	54136366G	06/03/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146
MDF4948	55546567F	17/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDG4859	55546461F	15/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDI2054	55827073F	02/03/2017	55680	181 * XIX
MDL2574	55548077F	18/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDN5382	55546795F	20/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDR3314	55031132F	31/03/2017	52070	169
MDU5027	55546505F	15/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDX1649	P018F000BT	07/03/2017	60412	207
MEA6000	55546764F	20/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

MEA8344	55826403F	06/03/2017	58191	193	
MEB9442	54138812G	05/04/2017	75870	ART. 184	III
MEC4874	P018J002U2	04/04/2017	60412	207	
MED7017	54138145G	30/03/2017	60501	208	
MEE8782	55546851F	21/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MEG1414	54136961G	30/03/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MEG3861	P018H0007X	07/03/2017	52070	169	
MEH7568	55546490F	15/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MEL9734	55548063F	18/03/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MEM6391	55546703F	06/03/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MEM6733	55546470F	15/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MEN9364	54138174G	21/03/2017	76252	ART 181,	XX
MEO3157	55547943F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MEQ0742	P018J002U5	04/04/2017	59670	203 *	V
MEV2165	55546635F	16/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MEZ7906	55826223F	03/04/2017	56222	182 *	VI
MFC1521	55548136F	20/03/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MFI1135	P018H000AD	31/03/2017	51851	167	
MFJ0339	55825189F	08/03/2017	51852	167	
MFJ5414	55546375F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MFJ5819	P018H0007S	07/03/2017	52070	169	
MFJ8166	54228362N	01/03/2017	50020	257 8\$	
MFK8815	55548067F	18/03/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MFM3729	55547932F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MFM4263	55547917F	31/03/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MFQ5153	55546406F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MFR1600	55040986E	06/04/2017	76331	ART 252,	UNICO
MFR1600	55816997F	24/02/2017	76252	ART 181,	XX
MFY5197	55545893F	04/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MFY5197	55545510F	24/01/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MFZ6941	55546414F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGA0262	54239299N	04/04/2017	50020	257 8\$	
MGC4451	P018I0005L	02/04/2017	54521	181 *	VIII
MGF0397	55546609F	16/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGF2072	P018J002TK	04/04/2017	60412	207	
MGF4689	P018J002TU	04/04/2017	76332	ART 252,	UNICO
MGF8566	55546000F	07/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGH4889	55547944F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGH9738	55546734F	20/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGJ4696	55824728F	05/03/2017	55500	181 *	XVIII
MGK8737	55546476F	15/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGM9748	54093186F	31/03/2017	76331	ART 252,	UNICO
MGP3699	55548115F	04/04/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGQ8250	55031351F	01/03/2017	55250	181 *	XV
MGY6182	55827010F	01/03/2017	55500	181 *	XVIII
MHA6613	55548034F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MHG0404	55546658F	18/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MHH0071	54087567F	02/04/2017	54523	181 *	VIII
MHI3467	54136970G	04/04/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MHI7882	P018J002HB	28/02/2017	51852	167	
MHM4031	54137811G	07/03/2017	51851	167	
MHM9565	54136766G	01/04/2017	55500	181 *	XVIII
MHN4945	55546648F	16/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MHO4367	55548061F	18/03/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MHQ6894	54138661G	03/04/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MHQ8025	55546958F	22/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MHU6452	55827500F	03/04/2017	58195	193	
MHU7752	P018H00080	07/03/2017	52070	169	
MHU8002	55546463F	15/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MHV8687	54137513G	30/03/2017	52070	169	
MIB3914	55827215F	01/03/2017	76331	ART 252,	UNICO
MIC1382	55546532F	17/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MIH3410	55546520F	04/03/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146

MII4433	55031504F	06/03/2017	51851	167
MIL1472	55546865F	21/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIM5026	55546412F	14/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIN3251	55818121F	22/03/2017	59910	206 * I
MIO1180	P018H0007U	07/03/2017	52070	169
MIR9738	55548148F	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIS1403	55548119F	04/04/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIT3668	55827077F	03/03/2017	51851	167
MIT5504	54138247G	28/03/2017	55500	181 * XVIII
MIT9434	54231097N	09/03/2017	50020	257 8\$
MIV9020	55816992F	03/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MIW5009	54136316G	14/03/2017	70991	244 * V II
MIW8877	54136670G	24/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MIX3846	54138810G	05/04/2017	55500	181 * XVIII
MIX6535	55546512F	03/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIY0333	55546486F	15/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIY2885	54138572G	05/04/2017	55500	181 * XVIII
MJA3367	P018J002GG	24/02/2017	52070	169
MJB8206	55548066F	18/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJB8493	55546458F	15/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJB8493	55546525F	17/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJC3249	55546826F	21/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJD3215	54136356G	03/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MJD3424	55546382F	14/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJD7502	55546743F	20/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJD7502	55546928F	22/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJE0454	P018H0007P	05/03/2017	51851	167
MJF8092	54093923F	03/04/2017	55500	181 * XVIII
MJG4577	55547970F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJH1265	55545979F	06/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJH9961	P018D0002A	02/04/2017	51851	167
MJJ1038	55827346F	04/03/2017	55500	181 * XVIII
MJJ7366	P018K0006H	31/03/2017	58350	195
MJJ7366	P018K0006J	31/03/2017	60760	210
MJJ7366	P018K0006K	31/03/2017	52151	170
MJL0405	55546394F	14/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJN2086	54136613G	31/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MJP9670	55547960F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJU7071	55546481F	15/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJV1046	55827098F	08/03/2017	57200	186 * I
MJW1698	55827149F	03/03/2017	61220	214 * I
MJX2402	55547925F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKA3360	55547839F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKA5240	P018I00059	01/03/2017	60501	208
MKA7480	55548137F	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKA9411	55827164F	03/04/2017	55500	181 * XVIII
MKC1190	55546475F	15/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKC4667	P01H900096	11/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MKG5198	54136770G	05/04/2017	55500	181 * XVIII
MKH9773	54093197F	05/04/2017	60412	207
MKJ5408	55546521F	17/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKM5962	55547501F	07/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKN1619	55548012F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKR5351	55546407F	14/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKR5946	54136757G	01/04/2017	54521	181 * VIII
MKR8142	55548076F	18/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKT3101	55548096F	18/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKV4550	P018J002QK	29/03/2017	55500	181 * XVIII
MKW8411	54093917F	03/04/2017	54870	181 * XI
MKY8698	55546828F	21/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKZ3072	55546222F	09/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLA6823	P018J002WA	06/04/2017	52070	169
MLE1872	55548073F	18/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

MLH2849	55548174F	21/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLI2882	54138140G	28/03/2017	60501	208
MLJ6667	55546930F	22/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLJ9880	54230228N	06/03/2017	50020	257 8\$
MLK3656	54136379G	07/03/2017	76252	ART 181, XX
MLL4138	54136956G	30/03/2017	60501	208
MLM0195	55547922F	31/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLM0673	55826222F	03/04/2017	55090	181 * XIII
MLM5551	55827087F	07/03/2017	60502	208
MLN9008	55827516F	04/04/2017	55680	181 * XIX
MLO4619	55546293F	10/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLO8326	55548056F	18/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLQ8353	54623364C	02/04/2017	70481	244 * II
MLR8091	54093919F	03/04/2017	54870	181 * XI
MLS5795	55826536F	07/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MLW4295	55546708F	20/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLW4403	54138603G	01/04/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MLY1107	55816987F	03/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MLY3678	54136860G	03/04/2017	76331	ART 252, UNICO
MMC9091	55826675F	08/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MMH0731	54136583G	31/03/2017	57463	187 * I
MML3275	55546587F	16/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MML9225	55031119F	28/02/2017	51851	167
NJF7873	55547537F	08/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
OGS4949	55825508F	21/02/2017	70991	244 * V II
OKE4290	55546659F	18/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
OKG4507	54137946G	04/04/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
OKH8118	54138655G	01/04/2017	55500	181 * XVIII
OPE5063	54230555N	07/03/2017	50020	257 8\$
OVJ0091	55547862F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
PWT9714	55827031F	03/03/2017	55500	181 * XVIII
QHA9387	54136202G	22/02/2017	54870	181 * XI
QHC0546	54138737G	05/04/2017	60501	208
QHC0546	54138738G	05/04/2017	76332	ART 252, UNICO
QHC0546	55548044F	18/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHC9550	55546422F	14/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHH1925	54087569F	02/04/2017	54523	181 * VIII
QHH5857	55546285F	10/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHJ8961	54138704G	31/03/2017	60501	208
QHK0309	55548118F	04/04/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHS5845	55546445F	02/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHW0594	55546748F	20/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHX1707	55548209F	06/04/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QIA3077	55546294F	10/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QIC7478	55827127F	02/03/2017	51851	167
QIF0435	54239307N	04/04/2017	50020	257 8\$
QIM2812	54136765G	01/04/2017	55500	181 * XVIII
QJR8888	54138723G	03/04/2017	76332	ART 252, UNICO

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FELIPE BUENO  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2482/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8034 2482/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJI0398	P018J002RY	30/03/2017	66700	230 * XIII
ALS9789	P01H90008J	10/03/2017	66700	230 * XIII
ALW5875	P018K00073	06/04/2017	52741	175
ANF8026	P018K0006G	31/03/2017	73400	252 * IV
APQ2175	55823441F	02/04/2017	52820	176 * I
APQ2175	55823442F	02/04/2017	53200	176 * V
APU6525	P018J002S0	30/03/2017	66700	230 * XIII
ATG1230	55031518F	08/03/2017	65992	230 * V
AZA5800	54137353G	13/03/2017	65992	230 * V
BZE4616	P018J002RR	30/03/2017	66700	230 * XIII
DCB0561	54136823G	04/04/2017	65992	230 * V
DCB0561	54137540G	04/04/2017	67000	230 * XVI
DNO8306	P018F000B7	07/03/2017	65992	230 * V
DRM5366	P018J002S7	31/03/2017	50100	162 * I
DRM5366	P018J002S8	31/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
DRT6737	P018J002GY	28/02/2017	65992	230 * V
EIL7053	P018J002TA	03/04/2017	66700	230 * XIII
GPC4612	P018J002H5	28/02/2017	50100	162 * I
GPC4612	P018J002H6	28/02/2017	51180	164 c/c 162 * I
IDA4176	54092242F	02/03/2017	65992	230 * V
IGH9907	P018E0003F	04/04/2017	52742	175
IGH9907	P018E0003J	03/04/2017	66371	230 * IX
IIJ7684	P018G000D2	14/02/2017	69120	232
IJA9861	55825766F	02/03/2017	50100	162 * I
IJA9861	55825767F	02/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
IKI8869	P018G000G3	02/04/2017	50100	162 * I
IKI8869	P018G000G4	02/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
IKI8869	P018G000G5	02/04/2017	67690	230 * XXII
IKI8869	P018G000G6	02/04/2017	66372	230 * IX
IKI8869	P018G000G2	02/04/2017	65992	230 * V
KXO3327	55031509F	08/03/2017	66020	230 * VI
KXW4378	54136442G	28/03/2017	50450	162 * V
LCY2211	P018J002V7	05/04/2017	67261	230 * XVIII
LWU9502	P018J002Q7	28/03/2017	66102	230 * VII
LXG3918	P018G000G9	06/04/2017	65992	230 * V
LXG3918	P018G000GA	06/04/2017	50100	162 * I
LXG3918	P018G000GB	06/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
LXG7365	P018F000BF	07/03/2017	50100	162 * I
LXG7365	P018F000BG	07/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
LXM9012	55823591F	05/04/2017	65992	230 * V
LXQ2184	P018J002WS	06/04/2017	50450	162 * V
LXQ2184	P018J002WT	06/04/2017	65992	230 * V

LXR2010	55030225F	13/03/2017	50100	162	*	I
LXR2010	55030226F	13/03/2017	65992	230	*	V
LXS8953	P018F000BK	07/03/2017	65992	230	*	V
LXU4445	P018J002TE	03/04/2017	50292	162	*	II
LXU6709	54137516G	31/03/2017	66372	230	*	IX
LXY3409	54137818G	08/03/2017	65992	230	*	V
LYI4521	P018J002UY	04/04/2017	69120	232		
LYI4521	P018J002V0	04/04/2017	73400	252	*	IV
LYW1170	55823162F	03/04/2017	65992	230	*	V
LZD2525	55029491F	04/04/2017	67690	230	*	XXII
LZD2525	55029493F	04/04/2017	67261	230	*	XVIII
LZD2525	55029494F	04/04/2017	64080	221		
LZP1448	P018J002UE	04/04/2017	64080	221		
LZR3003	55819041F	09/03/2017	67261	230	*	XVIII
LZR7152	55031521F	08/03/2017	65992	230	*	V
LZR7152	55031522F	08/03/2017	50100	162	*	I
LZR7152	55031523F	08/03/2017	51180	164	c/c 162	* I
LZW4708	P01H900087	10/03/2017	66102	230	*	VII
LZX2953	54137315G	23/03/2017	73400	252	*	IV
MAD8145	P018G000E7	03/03/2017	50100	162	*	I
MAD8145	P018G000E8	03/03/2017	66371	230	*	IX
MAQ2660	55826496F	10/03/2017	65992	230	*	V
MAV0788	55031536F	10/03/2017	67690	230	*	XXII
MAV0851	55826379F	03/03/2017	66020	230	*	VI
MAW0106	P018G000DT	28/02/2017	65992	230	*	V
MBB3461	54136690G	03/04/2017	50531	162	*	VI
MBB6335	54136469G	05/04/2017	65992	230	*	V
MBB6335	54136470G	05/04/2017	50100	162	*	I
MBB6335	54136472G	05/04/2017	51180	164	c/c 162	* I
MBD1133	P018H000AR	05/04/2017	50100	162	*	I
MBD1133	P018H000AT	05/04/2017	51180	164	c/c 162	* I
MBH4468	55826460F	02/03/2017	65992	230	*	V
MBL0644	55826467F	06/03/2017	65992	230	*	V
MBM1448	P018J002HY	01/03/2017	67261	230	*	XVIII
MBN4283	54137448G	04/04/2017	65992	230	*	V
MBY8686	55825527F	29/03/2017	65992	230	*	V
MCA2037	55029150F	01/04/2017	65992	230	*	V
MCB1901	P018J002V5	05/04/2017	65992	230	*	V
MCB8578	54137292G	03/04/2017	67261	230	*	XVIII
MCD0307	P018J002SM	01/04/2017	66531	230	*	XI
MCH3157	P01H90008D	10/03/2017	67690	230	*	XXII
MCM5855	P018J002I7	01/03/2017	67690	230	*	XXII
MCW6510	54136688G	30/03/2017	65992	230	*	V
MCY8907	54136339G	29/03/2017	65992	230	*	V
MCY8907	54136340G	29/03/2017	50371	162	*	III
MDE1073	P018H0008B	10/03/2017	65480	229		
MDE5902	P018J002TG	03/04/2017	65992	230	*	V
MDE5902	P018J002TH	03/04/2017	69120	232		
MDH1929	P018H000AN	03/04/2017	67261	230	*	XVIII
MDH1929	55031007F	03/04/2017	50100	162	*	I
MDH1929	55031008F	03/04/2017	65992	230	*	V
MDL6747	P018E0003K	05/04/2017	66020	230	*	VI
MDQ6427	54137251G	08/03/2017	64080	221		
MDS2198	P018J002IO	01/03/2017	67261	230	*	XVIII
MDU1102	55031517F	08/03/2017	67261	230	*	XVIII
MDZ3638	55826296F	07/03/2017	65992	230	*	V
MEC4724	55827124F	27/02/2017	73400	252	*	IV
MEF8400	55823158F	03/04/2017	66371	230	*	IX
MEF9825	55031651F	11/03/2017	67261	230	*	XVIII
MEI6452	P018J002II	01/03/2017	50100	162	*	I
MEI6452	P018J002IJ	01/03/2017	51180	164	c/c 162	* I
MEJ4443	54136263G	29/03/2017	73580	252	*	V
MEM2882	P018H0008M	13/03/2017	73400	252	*	IV

MET4976	55825786F	26/03/2017	65992	230	*	V
MEU7423	54137822G	08/03/2017	73400	252	*	IV
MEW5196	54137517G	28/03/2017	69120	232		
MEY4210	P018G000EY	10/03/2017	65992	230	*	V
MEZ3231	54138709G	03/04/2017	65992	230	*	V
MEZ3231	54138710G	03/04/2017	69120	232		
MFC4260	54138147G	31/03/2017	65992	230	*	V
MFH7203	P018B0009Q	09/03/2017	67690	230	*	XXII
MFI1135	P018H000AE	31/03/2017	73400	252	*	IV
MFP5295	P018F000DF	09/03/2017	66700	230	*	XIII
MFV8575	P018F000B2	07/03/2017	65992	230	*	V
MGQ4272	55030908F	04/03/2017	67690	230	*	XXII
MGT8628	55816998F	04/03/2017	51691	165		
MGU2691	54138707G	01/04/2017	65992	230	*	V
MHA5995	54138729G	04/04/2017	64080	221		
MHA8258	55824889F	04/03/2017	65561	230	*	I
MHB3748	P018G000G7	05/04/2017	67261	230	*	XVIII
MHB3748	P018G000G8	05/04/2017	75790	165	A	
MHB8385	55826283F	01/03/2017	69120	232		
MHO4809	P018J002VY	05/04/2017	66700	230	*	XIII
MHR6434	P018J002GC	24/02/2017	73400	252	*	IV
MHV8687	54137518G	30/03/2017	66020	230	*	VI
MHV8687	P018K0006F	31/03/2017	50100	162	*	I
MHV8687	54137512G	30/03/2017	50100	162	*	I
MIU0459	55827453F	02/03/2017	66531	230	*	XI
MIW5009	54136317G	14/03/2017	66020	230	*	VI
MJE9763	P018F000CZ	09/03/2017	73400	252	*	IV
MJF7841	P018J002W2	05/04/2017	50100	162	*	I
MJF7841	P018J002W3	05/04/2017	51180	164	c/c 162	* I
MJF7841	P018J002W4	05/04/2017	65992	230	*	V
MJJ7366	P018K0006I	31/03/2017	52741	175		
MJJ7366	P018K0006L	31/03/2017	73400	252	*	IV
MJK9746	P018G000E4	03/03/2017	69120	232		
MJZ5791	55822088F	01/04/2017	65992	230	*	V
MKO2859	54136671G	24/03/2017	65992	230	*	V
MKO2859	54136672G	24/03/2017	50100	162	*	I
MKO2859	54136673G	24/03/2017	51180	164	c/c 162	* I
MKQ9035	P018J002RJ	30/03/2017	50100	162	*	I
MKQ9035	P018J002RK	30/03/2017	66372	230	*	IX
MKQ9035	P018J002RL	30/03/2017	66531	230	*	XI
MKQ9035	P018J002RM	30/03/2017	51180	164	c/c 162	* I
MKW1817	P018J002SN	01/04/2017	65992	230	*	V
MKW1817	P018J002SV	01/04/2017	50450	162	*	V
MKW1817	P018J002T0	01/04/2017	50371	162	*	III
MKX2904	P018F000B0	07/03/2017	65992	230	*	V
MLL9388	P01H900091	11/03/2017	50531	162	*	VI
MMH1923	55827457F	06/03/2017	65992	230	*	V
MVZ6362	55029199F	04/03/2017	50450	162	*	V
NZB5228	55823128F	03/03/2017	65992	230	*	V
OKH5169	55031519F	08/03/2017	65992	230	*	V
QJC1911	55825191F	09/03/2017	66020	230	*	VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

---

**BOM JARDIM DA SERRA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8705 223/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8705 223/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHL6426	55668446C	11/12/2016	65300	228	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOS CARLOS GARCIA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 222/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8705 222/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CFA1441	55668584C	25/02/2017	67690	230 * XXII
DYH0368	55668598C	14/03/2017	51851	167
LZX9150	55668604C	19/02/2017	65300	228
LZX9150	55668605C	19/02/2017	65300	228
MBW2198	55668588C	25/02/2017	51851	167
MED6316	55668599C	14/03/2017	51851	167
MEV4720	55668343C	25/03/2017	65300	228
MGR9769	P015X000LT	01/04/2017	66020	230 * VI
MGR9769	P015X000LU	01/04/2017	64080	221
MGR9769	P015X000LV	01/04/2017	50100	162 * I
MGR9769	P0163001L8	01/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
MGR9769	P0163001L9	01/04/2017	66531	230 * XI
MHW4786	55668591C	14/03/2017	54521	181 * VIII
MKU7010	55668592C	14/03/2017	54521	181 * VIII
MLO3607	55668600C	14/03/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOS CARLOS GARCIA  
DELEGADO DE POLICIA

### BOM JESUS DO OESTE

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8510 298/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8510 298/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LNC9790	P01L30005K	09/03/2017	50450	162 * V
MHR2488	54605443F	21/03/2017	66450	230 * X

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JESUS DO OESTE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RONALDO NECKENL MORETO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**BOTUVERÁ**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8196 577/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8196 577/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ARV5140	54138581D	03/06/2012	65800	230 * IV	191.53
LXA6731	54138773D	17/01/2013	66020	230 * VI	191.53
LXE2214	54138441D	07/08/2012	65992	230 * V	191.53
LXS0386	54138955D	02/04/2013	51851	167	127.69
LXT2950	54138790D	28/02/2013	66371	230 * IX	127.69
LYI6178	54138503D	24/06/2012	66020	230 * VI	191.53
MBB4213	54138665D	05/07/2012	65992	230 * V	191.53
MCP5295	54138578D	03/06/2012	57200	186 * I	127.69
MCP5295	54138579D	03/06/2012	51691	165	957.69
MCR2452	54138848D	28/01/2017	51851	167	195.23
MEA5893	54138662D	29/06/2012	53800	181 * I	85.12
MED9122	54138733D	04/01/2013	51851	167	127.69
MEI8379	54138756D	06/09/2012	52070	169	53.20
MEP8207	54585667E	01/02/2017	51851	167	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS  
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

### BRUSQUE

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8050 2439/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8050 2439/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKF2911	55518522F	04/01/2017	65992	230 * V	293.47
ANV2917	P016T0003I	27/01/2017	67261	230 * XVIII	195.23
AVO7386	55515411F	13/11/2016	50100	162 * I	880.40
DKE1814	54094314G	16/01/2017	65992	230 * V	293.47
FEF7755	55918640E	11/11/2016	65992	230 * V	293.47
IBP2047	55491597F	17/11/2016	65992	230 * V	293.47
IBP2047	55491598F	17/11/2016	50100	162 * I	880.40
IBP2047	55491599F	17/11/2016	67261	230 * XVIII	195.23
IFT1098	54093723G	09/01/2017	65992	230 * V	293.47
LXB0469	54094432G	06/01/2017	50100	162 * I	880.40
LXW0226	P018M000K0	14/01/2017	73400	252 * IV	130.16
MAW6497	54092525G	21/11/2016	66880	230 * XIV	195.23
MAW6497	54092526G	21/11/2016	65992	230 * V	293.47
MAW6497	54092527G	21/11/2016	66102	230 * VII	195.23
MAX6460	P01V80002W	24/01/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MBC8742	54094094G	21/01/2017	50450	162 * V	293.47
MBW8607	55514927F	13/12/2016	65992	230 * V	293.47
MCB9244	54095006G	23/01/2017	65992	230 * V	293.47
MCB9244	54095007G	23/01/2017	50450	162 * V	293.47
MCF3113	55515123F	12/11/2016	50450	162 * V	293.47
MCK5688	54092912G	14/11/2016	50450	162 * V	293.47
MCK5688	54092913G	14/11/2016	65992	230 * V	293.47
MCT6624	P01VA0004H	28/01/2017	65992	230 * V	293.47
MCX3756	P016T0002H	02/01/2017	65992	230 * V	293.47
MCZ0124	54093864G	02/01/2017	73400	252 * IV	130.16
MDN4548	P01V600031	01/02/2017	73400	252 * IV	130.16
MEZ1563	55518608F	15/02/2017	65992	230 * V	293.47
MFC4417	54094553G	13/02/2017	65992	230 * V	293.47
MFD0187	P018M000IX	11/12/2016	67261	230 * XVIII	195.23
MFL1522	55515558F	27/01/2017	50450	162 * V	293.47
MGB7512	54093213G	26/11/2016	65992	230 * V	293.47
MGH0435	P01V90000Z	15/12/2016	50450	162 * V	293.47

MHP7389	P019V0002G	16/01/2017	66102	230	*	VII	195.23
MHP7389	P019V0002H	16/01/2017	50100	162	*	I	880.40
MIC0481	54092668G	14/11/2016	67261	230	*	XVIII	195.23
MIC0481	54092667G	14/11/2016	65992	230	*	V	293.47
MIK3664	54094089G	20/01/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MKP4470	55514940F	23/12/2016	65992	230	*	V	293.47
MKV8674	P019U000DH	21/11/2016	65992	230	*	V	293.47
MVK9000	54094248G	20/01/2017	64080	221			130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS  
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8050 2440/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE TRANSITO E M

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8050 2440/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DRH6301	54093366G	11/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DWA2006	54093816G	01/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DZY5463	54092690G	20/11/2016	76332	ART 252, UNICO	293.47
EIF1544	54207294N	23/12/2016	50020	257 8\$	85.13
EPN2608	54094568G	15/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
GKJ0286	P018M000IQ	10/12/2016	51851	167	195.23
HBA7153	54094246G	18/01/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
IVQ0974	54092895G	09/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
LYN8943	P01V60002V	29/01/2017	51851	167	195.23
MAA4292	54095227G	08/02/2017	73662	252*VI	130.16
MAH4437	54093849G	30/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAK6502	55516825F	07/12/2016	76332	ART 252, UNICO	293.47
MCD7840	P01VA0003G	02/01/2017	70481	244 * II	293.47
MDP9764	54092697G	22/11/2016	51851	167	195.23
MEA8731	55515423F	13/01/2017	58350	195	195.23
MEC3022	54094386G	10/01/2017	51851	167	195.23
MEG9081	54092966G	10/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MEH4655	55516779F	21/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

MEP8599	54095005G	21/01/2017	60501	208	293.47
MFC4417	54094552G	13/02/2017	51851	167	195.23
MFG4168	55491344F	28/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFJ9397	55516920F	09/12/2016	76251	ART 181, XX	293.47
MFK2736	P01V900027	27/01/2017	59241	203 * I	1467.34
MFM2761	P018N000CE	29/11/2016	70481	244 * II	293.47
MGI7383	55515551F	24/01/2017	51851	167	195.23
MGK8081	55518206F	10/01/2017	51851	167	195.23
MGO8699	54094071G	11/01/2017	60501	208	293.47
MGQ9435	55515967F	11/01/2017	70561	244 * III	293.47
MIU1860	54094263G	10/01/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MIW2112	54094085G	17/01/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MIZ2126	54093402G	01/12/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJP1051	54092970G	10/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJY6036	54093038G	07/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKN5016	54092953G	10/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLN0149	54092851G	18/11/2016	76332	ART 252, UNICO	293.47
MLR6210	55491164F	13/10/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
MLU9620	54093365G	11/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLX5324	54200771N	06/12/2016	50020	257 8\$	85.13
MML7575	55515620F	25/01/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MVK9000	54094247G	20/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
PUI5337	55491549F	08/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUIS HENRIQUE BLUMER  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2437/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2437/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AEA3369 54094902G 25/02/2017 65992 230 \* V

ALA2268	54096210G	11/03/2017	65992	230	* V
AOD9780	54094759G	25/03/2017	66102	230	* VII
CFB9684	54094726G	28/03/2017	65992	230	* V
CFB9684	54094727G	28/03/2017	50450	162	* V
CFB9684	54094728G	28/03/2017	51420	164	c/c 162 * V
DTB2759	55915922E	28/03/2017	66700	230	* XIII
IBU2400	54097308G	29/03/2017	65992	230	* V
IOB6320	P018N000FA	19/03/2017	65992	230	* V
IOB6320	P018N000FD	19/03/2017	52742	175	
IOB6320	P018N000FE	19/03/2017	50100	162	* I
ITU3161	54097254G	03/04/2017	65992	230	* V
LXA8474	54096140G	11/03/2017	73400	252	* IV
LXF7377	54096600G	02/04/2017	65992	230	* V
LXZ3196	54093534G	04/02/2017	65992	230	* V
LYZ0769	P01V90004O	01/04/2017	67690	230	* XXII
MAQ8068	55518151F	28/03/2017	73400	252	* IV
MAV7794	54096347G	22/03/2017	65992	230	* V
MBN8127	54095864G	10/03/2017	67261	230	* XVIII
MBN8127	54095863G	10/03/2017	65992	230	* V
MBU5613	54094692G	02/03/2017	73400	252	* IV
MBV7554	54094998G	16/03/2017	50100	162	* I
MCO8439	P01V80006T	27/03/2017	65992	230	* V
MCO8439	P01V80006X	27/03/2017	69120	232	
MCO8439	P01V80006V	27/03/2017	66372	230	* IX
MCO8439	P01V80006W	27/03/2017	66372	230	* IX
MCR7956	54096586G	29/03/2017	66880	230	* XIV
MCS5318	P018M000M3	18/03/2017	50100	162	* I
MCS5318	P018M000M4	18/03/2017	65992	230	* V
MCS5318	P018M000M6	18/03/2017	51180	164	c/c 162 * I
MDN0821	54096412G	17/03/2017	73400	252	* IV
MDT7858	P01VA0005X	26/02/2017	75790	165	A
MED3638	P01V90004F	27/03/2017	67261	230	* XVIII
MEE8890	54096346G	21/03/2017	65992	230	* V
MEO5861	55515518F	27/03/2017	69120	232	
MGB8227	54095567G	05/03/2017	73400	252	* IV
MGM2352	P01V80006Z	29/03/2017	73400	252	* IV
MGO6949	P018N000G3	02/04/2017	66372	230	* IX
MHJ3156	P018N000FV	30/03/2017	67690	230	* XXII
MHJ3156	P018N000FW	30/03/2017	69120	232	
MHJ3156	P018N000FX	30/03/2017	75790	165	A
MIB9461	54096605G	23/03/2017	50450	162	* V
MIC1080	P019U000IN	28/03/2017	50450	162	* V
MJD4551	55518652F	27/03/2017	73400	252	* IV
MKA7751	54096631G	27/03/2017	50450	162	* V
MLV2033	P016T0004R	28/03/2017	69120	232	
MSI5339	54096514G	01/04/2017	65992	230	* V
MUY6287	54096445G	25/03/2017	65992	230	* V
QHI3233	P019U000G5	26/02/2017	65992	230	* V
QHI3233	P019U000G6	26/02/2017	50450	162	* V
QHR1276	P01VA00066	27/02/2017	73400	252	* IV
QHW5450	54096232G	13/03/2017	52741	175	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS  
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2438/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE TRANSITO E M

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2438/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACK9200	54096635G	29/03/2017	51851	167
AEF9571	54097428G	10/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AER2921	54094421G	04/01/2017	51851	167
AJF6350	54097202G	02/04/2017	51851	167
AKG7757	54095778G	20/03/2017	54600	181 * IX
AKU6393	P01VA0008Z	08/04/2017	51851	167
APD0942	54095940G	17/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
APJ6193	54096564G	27/03/2017	55680	181 * XIX
APO5267	54097179G	17/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ASB5171	54097124G	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ASR6012	54096187G	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AVO0322	P01V60004H	03/03/2017	58000	192
BNF0708	54095956G	13/03/2017	51851	167
BOY2247	54096312G	01/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CAM7759	54096602G	22/03/2017	51851	167
CFX6766	54096181G	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DAI6219	54096554G	27/03/2017	65300	228
DJE6308	54096415G	21/03/2017	54100	181 * IV
DJE7089	55515434F	15/03/2017	54521	181 * VIII
DQJ2900	54094149G	07/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DQO2022	54094722G	24/03/2017	51851	167
DQV1416	54097171G	17/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
EBV8287	54095781G	20/03/2017	76332	ART 252, UNICO
EPX0929	54095691G	14/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
EQZ2262	54093982G	17/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
HKT8796	54096075G	21/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IBQ5413	54096473G	13/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IFG4796	54095528G	05/04/2017	68580	231 * VII
IFG4796	54095529G	05/04/2017	51852	167
IHG9076	54095475G	28/02/2017	76332	ART 252, UNICO
IOB6320	P018N000FB	19/03/2017	58350	195
IOB6320	P018N000FC	19/03/2017	52152	170
IOZ3723	54096834G	15/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LWT1249	54094971G	24/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXA8474	54096141G	11/03/2017	59670	203 * V
LXB0207	54095724G	10/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

LXE3622	P018N000GD	04/04/2017	51851	167
LXF7377	54096599G	02/04/2017	54100	181 * IV
LXZ3196	54093535G	04/02/2017	55500	181 * XVIII
LYC9142	54094877G	03/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LYH2945	54095581G	09/03/2017	51851	167
LZI4741	54095473G	28/02/2017	76332	ART 252, UNICO
MAB0496	P01VA0007C	27/03/2017	51851	167
MAI1349	54096570G	27/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MAN0490	54095913G	15/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBE4275	P016T00045	11/03/2017	58350	195
MBE4275	P016T00046	11/03/2017	60760	210
MBQ3892	54096112G	10/03/2017	51930	168
MBU5613	54094691G	02/03/2017	68580	231 * VII
MBU5613	54094690G	02/03/2017	70721	244 * V
MBU5613	54094689G	02/03/2017	70481	244 * II
MBW2752	54094979G	24/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBY2282	54095943G	08/03/2017	54523	181 * VIII
MBY3513	54096603G	22/03/2017	51851	167
MCE4107	54096494G	13/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCE4107	54094974G	24/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCH3605	54096225G	13/03/2017	51851	167
MCJ2343	54096625G	25/03/2017	51851	167
MCK7113	54095452G	22/02/2017	51851	167
MCN9564	P01VA0007D	27/03/2017	51851	167
MCP6161	P01V80006N	25/03/2017	52070	169
MCR7956	54096585G	29/03/2017	51851	167
MCS5318	P018M000M1	18/03/2017	58350	195
MCS5318	P018M000M5	18/03/2017	57970	191
MCV4070	54095526G	24/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MCW0309	54093995G	17/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDB1448	54093628G	08/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDC3515	54093632G	08/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDG5847	54095596G	09/03/2017	51851	167
MDJ1354	54096466G	09/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDP0938	54094973G	24/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDT7858	P01VA0005Y	26/02/2017	52070	169
MDV2033	54093624G	08/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDW4525	54096223G	13/03/2017	51930	168
MDX7094	54095614G	06/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MEB1803	54095661G	07/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MEJ3461	54095522G	22/03/2017	76251	ART 181, XX
MEM9210	54096512G	01/04/2017	76332	ART 252, UNICO
MEO3691	54095678G	14/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MER1071	54095647G	09/03/2017	60501	208
MFI5255	54094463G	22/02/2017	76332	ART 252, UNICO
MFQ7295	54095584G	09/03/2017	51851	167
MGA6819	54096403G	17/03/2017	57030	185 * I
MGC4245	54094146G	07/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGC5016	54096618G	23/03/2017	73662	252*VI
MGD9324	54096858G	22/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MGE2376	54095618G	06/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGE5084	54094696G	02/03/2017	55500	181 * XVIII
MGG5204	54094684G	28/02/2017	51930	168
MGM4631	54095461G	24/02/2017	55680	181 * XIX
MGN4284	P016T0004T	28/03/2017	51852	167
MGN5900	54096901G	24/03/2017	55500	181 * XVIII
MGO6949	P018N000G2	02/04/2017	68580	231 * VII
MGO7770	54096334G	02/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGR9601	54095713G	13/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGU6237	54096240G	15/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MGV8079	54096063G	21/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGW1123	P01VA0007G	29/03/2017	59670	203 * V
MGY2112	54095802G	03/03/2017	51851	167

MHD7695	54096727G	24/03/2017	54526	181 * VIII
MHR0528	54095430G	17/03/2017	55250	181 * XV
MHU6148	55515650F	24/02/2017	76331	ART 252, UNICO
MHW3332	54096488G	13/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHX0680	54096420G	21/03/2017	51851	167
MHZ3661	54096297G	24/03/2017	59670	203 * V
MIA5482	P018N000FZ	01/04/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MIB5749	54095498G	08/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MIE3002	54096469G	09/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIF2168	54093898G	29/03/2017	60501	208
MII8898	54096745G	30/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MIJ9164	54095485G	02/03/2017	73662	252*VI
MIK4375	54097172G	17/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIM8850	54096481G	13/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIU2853	54096034G	10/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIU6158	54096042G	23/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJD0812	54096293G	24/03/2017	53980	181 * II
MJD0812	54096294G	24/03/2017	58350	195
MJD0812	54096295G	24/03/2017	69800	239
MJM8340	54096371G	25/03/2017	61220	214 * I
MJN7186	54096726G	24/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MJQ8687	54095598G	09/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MJV7668	54093648G	09/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJY5149	54094635G	23/02/2017	76252	ART 181, XX
MKA3002	54095566G	05/03/2017	51851	167
MKB2259	54096646G	29/03/2017	51851	167
MKF9560	54096154G	22/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKG9274	54094349G	07/03/2017	60501	208
MKH3067	54094339G	27/02/2017	73662	252*VI
MKK9045	54096809G	08/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKM7812	54096493G	13/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKO7940	54096623G	25/03/2017	51851	167
MKV0530	54096639G	29/03/2017	51851	167
MKW8725	P01V60005B	22/03/2017	54521	181 * VIII
MLA5823	54095922G	16/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLI0268	54095657G	07/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLK2357	P01V900030	16/02/2017	52151	170
MLK4400	54096030G	24/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MLL1807	54094980G	24/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLM2322	54094646G	01/03/2017	60501	208
MLN8704	54095643G	09/03/2017	59670	203 * V
MLQ8814	54096752G	21/03/2017	55500	181 * XVIII
MLT0038	54096577G	29/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MLV5408	P01V60003W	22/02/2017	76332	ART 252, UNICO
MLV5686	54096857G	24/03/2017	55250	181 * XV
MMA2377	54096630G	24/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MMA2799	54094761G	29/03/2017	57380	186 * II
MMH2057	P01V800071	29/03/2017	60501	208
MMH7948	54237152N	28/03/2017	50020	257 8\$
MMI9511	54094697G	04/03/2017	73662	252*VI
MML8628	54095422G	13/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MSI5339	54096513G	01/04/2017	54521	181 * VIII
MUY6287	54096444G	25/03/2017	51851	167
MVE1197	P019U000IM	28/03/2017	58000	192
OKH5425	54097154G	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
OOV2740	54095479G	28/02/2017	73662	252*VI
QHA3194	54096038G	28/03/2017	76252	ART 181, XX
QHB0968	54097419G	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHF6528	54095659G	07/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHG5715	P01V60004S	14/03/2017	54521	181 * VIII
QHL4434	P01V60005P	05/04/2017	73662	252*VI
QHP4655	54097116G	21/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHW5450	54094472G	28/02/2017	58350	195

QHW5450	54094473G	28/02/2017	58432	196
QHW5450	54096231G	13/03/2017	52070	169
QHY2270	54095635G	01/03/2017	76332	ART 252, UNICO
QHY6175	54096835G	15/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHZ1523	54093893G	29/03/2017	76332	ART 252, UNICO
QIA0070	54096743G	30/03/2017	73662	252*VI
QIB2163	P01V60004C	02/03/2017	61220	214 * I
QIE0126	54096608G	23/03/2017	76332	ART 252, UNICO
QIP2929	54094698G	04/03/2017	73662	252*VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUIS HENRIQUE BLUMER  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### CAÇADOR

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8053 2406/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8053 2406/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BLL8694	P01Q00007X	18/12/2016	65992	230 * V	293.47
CED5690	P01PZ00065	28/12/2016	65992	230 * V	293.47
CNW1475	P01PV000BX	19/02/2017	73400	252 * IV	130.16
MAF5639	P01I50009L	14/12/2016	65992	230 * V	293.47
MAY9807	P01PT00066	12/12/2016	65992	230 * V	293.47
MBI0723	P01I7000ET	19/01/2017	50450	162 * V	293.47
MBI0723	P01I7000EU	19/01/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MBO5895	P01I8000E0	16/01/2017	65992	230 * V	293.47
MBO5895	P01PT0007I	16/01/2017	50292	162* II	880.40
MBO5895	P01I8000E3	16/01/2017	69120	232	88.38
MBP6815	P01I9000DM	29/01/2017	69120	232	88.38
MCD7566	P01I7000CA	12/12/2016	66102	230 * VII	195.23
MDN6125	P01IM000CD	26/12/2016	65992	230 * V	293.47
MIF7719	P01I5000A3	03/01/2017	65992	230 * V	293.47

MIQ6098	P01I7000DW	04/01/2017	69120	232		88.38
MIT4078	P01PT000AM	20/02/2017	73400	252 * IV		130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8053 2407/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8053 2407/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGV5722	P01PU00080	21/02/2017	51851	167	195.23
AKA0064	P01IM000B8	10/12/2016	51851	167	195.23
AOY3067	P01PS0007G	14/12/2016	54600	181 * IX	130.16
DBL9742	P01PV000C2	20/02/2017	51851	167	195.23
DBO2509	P01Q0000D8	20/02/2017	57380	186 * II	293.47
FAO5423	P01Q00009C	23/01/2017	51851	167	195.23
LXB4309	P01PU00057	07/01/2017	59670	203 * V	1467.34
LXY9411	P01PU0004G	10/12/2016	76331	ART 252, UNICO	293.47
MBI0723	P01I7000EV	19/01/2017	51851	167	195.23
MBP6815	P01I9000DL	29/01/2017	51851	167	195.23
MDE8976	P01I7000FN	03/02/2017	51851	167	195.23
MEA5365	P01PS000AT	31/01/2017	74550	218 * I	130.16
MEH3815	P01PU0005D	11/01/2017	51851	167	195.23
MHT1231	P01I9000CX	16/01/2017	51851	167	195.23
MJF0092	P01Q00009W	31/01/2017	74550	218 * I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALLEX ATOLINI SILVA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2404/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2404/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAK8739	P01PT000ET	07/04/2017	65992	230 * V
AAK8739	P01PT000EU	07/04/2017	66102	230 * VII
AMD3204	P01IM000J9	13/03/2017	67261	230 * XVIII
AVN3820	P01I7000IA	06/03/2017	69120	232
IDD0484	P01I7000L1	03/04/2017	66102	230 * VII
IDD0484	P01I7000L3	04/04/2017	73400	252 * IV
IDD0484	P01I7000L4	04/04/2017	69120	232
IIV9337	P01I5000N6	12/03/2017	73400	252 * IV
KGP9434	P01I5000OD	03/04/2017	66700	230 * XIII
LCV4033	P01PZ0009X	06/03/2017	50450	162 * V
LXC3464	P01I8000NU	01/04/2017	50100	162 * I
LXC3464	P01I8000NV	01/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
LXR2706	P01I9000GG	06/03/2017	50100	162 * I
LXR2706	P01I9000GH	06/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
LYK7056	P01PU000DC	05/04/2017	65992	230 * V
LYK7056	P01PU000DD	05/04/2017	50100	162 * I
LYK7056	P01PU000DE	05/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
LYL5641	P01PV000CL	27/02/2017	51691	165
MAQ9723	P01PS000KQ	02/04/2017	67261	230 * XVIII
MAQ9723	P01PS000KR	02/04/2017	65800	230 * IV
MAQ9723	P01PS000KP	02/04/2017	51691	165
MBE8735	P01PZ000F2	08/04/2017	50100	162 * I
MBE8735	P01PZ000F3	08/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCB2611	P01PV000J7	01/04/2017	65992	230 * V
MDO1592	P01PS000L1	06/04/2017	67690	230 * XXII
MEA0688	P01I5000OA	03/04/2017	67690	230 * XXII
MET9180	P01Q0000GZ	12/03/2017	75790	165 A
MGD3463	P01PV000EK	09/03/2017	66700	230 * XIII
MGD3463	P01PV000EL	09/03/2017	66102	230 * VII
MIB4952	P01PS000II	12/03/2017	75790	165 A
MIY1955	P01IM000LS	05/04/2017	51691	165
MJB4816	P01PS000IE	10/03/2017	51691	165
MJE4550	P01I8000NR	01/04/2017	65992	230 * V

MJE4550 P01I8000NS 01/04/2017 50100 162 \* I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2405/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2405/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADJ9957	P01PV000JB	01/04/2017	51851	167
AFM5631	P01I7000J0	11/03/2017	51851	167
AGC8526	P01I8000IM	01/03/2017	74550	218 * I
AHI3598	P01PV000ET	09/03/2017	65300	228
AIY3617	P01PV000JC	01/04/2017	51851	167
AIY3617	P01PV000JD	01/04/2017	73662	252*VI
AJH6848	P01PV000EW	09/03/2017	51851	167
AJH6848	P01PV000EX	09/03/2017	76332	ART 252, UNICO
AKO4531	P01PU000A8	27/02/2017	74550	218 * I
AMQ7408	P01PS000HU	07/03/2017	65300	228
ASD6603	P01I8000M4	14/03/2017	54521	181 * VIII
AUV4824	P01I8000M3	14/03/2017	55500	181 * XVIII
AUV4824	P01I5000MT	10/03/2017	51851	167
AVC8649	P01PZ000E8	01/04/2017	60412	207
CVC5559	P01I5000MK	10/03/2017	65300	228
ENB3630	P01I5000N9	12/03/2017	51851	167
ERV2319	P01Q0000GL	07/03/2017	51851	167
GTG4152	P01I5000LQ	03/03/2017	74550	218 * I
IDD0484	P01I7000L2	04/04/2017	51851	167
IHX1745	P01I5000O0	29/03/2017	51851	167
JBK3131	P01I8000O8	08/04/2017	60412	207
KGP9434	P01I5000OC	03/04/2017	51852	167
LXC5850	P01I5000N8	12/03/2017	51851	167

LXU7357	P01PV000IZ	31/03/2017	51851	167	
LYV0473	P01PS000KS	04/04/2017	60412	207	
LYW2419	P01PS000J5	17/03/2017	51851	167	
LYW2419	P01PS000J6	17/03/2017	76332	ART	252, UNICO
LYZ6938	P01PV000EB	06/03/2017	65300	228	
LZB9069	P01I9000HA	29/03/2017	51851	167	
LZE1125	P01PS000HK	07/03/2017	53800	181	* I
MAO6069	P01PZ000B8	13/03/2017	51851	167	
MBZ6466	P01PT000CJ	08/03/2017	51851	167	
MCB1356	P01Q0000AE	01/02/2017	74550	218	* I
MCB4970	P01PT000CY	11/03/2017	51851	167	
MCB8108	P01IM000LG	02/04/2017	51851	167	
MCB8108	P01IM000LH	02/04/2017	76332	ART	252, UNICO
MCV1368	P01PT000CL	08/03/2017	51851	167	
MDJ0870	P01PS000L6	07/04/2017	55250	181	* XV
MEA0688	P01I5000O9	03/04/2017	51851	167	
MED1251	P01IM000IO	11/03/2017	51851	167	
MFH7337	P01IM000IL	11/03/2017	51851	167	
MFI3200	P01PU000BB	12/03/2017	55250	181	* XV
MFV1262	P01PV000IY	31/03/2017	51852	167	
MGX1029	P01Q0000GU	10/03/2017	51851	167	
MGX1029	P01Q0000GV	10/03/2017	76332	ART	252, UNICO
MGY2585	P01IM000J3	12/03/2017	55250	181	* XV
MHO8046	P01IM000LI	02/04/2017	51851	167	
MHR8626	P01PS000KZ	04/04/2017	51851	167	
MHT7456	P01PT000EI	06/04/2017	51852	167	
MIB7291	P01I9000G5	03/03/2017	51851	167	
MIU2608	P01PT000ER	06/04/2017	51852	167	
MIX7840	P01IM000JH	19/03/2017	51851	167	
MIY1955	P01IM000LR	05/04/2017	54521	181	* VIII
MJC1717	P01PV000JE	02/04/2017	51851	167	
MJN5787	P01I5000KM	03/03/2017	74550	218	* I
MKB3093	P01IM000IA	11/03/2017	51851	167	
MKI8330	P01I5000MH	10/03/2017	51851	167	
MLA6053	P01I7000IW	11/03/2017	51851	167	
MLF6503	P01PS000HP	07/03/2017	65300	228	
MLF7415	P01I5000LX	07/03/2017	51851	167	
MMM1743	P01I7000IK	07/03/2017	51851	167	
QHG1738	P01Q0000EV	28/02/2017	74630	218	* II
QHP2228	P01PZ000BY	15/03/2017	51851	167	
QIA2520	P01PZ000C9	18/03/2017	60412	207	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALEX ATOLINI SILVA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**CAMBORIÚ****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8194 1777/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8194 1777/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ARV2569	P0025000B9	15/01/2017	65992	230 * V	293.47
DCQ2503	P0023000FT	31/12/2016	65992	230 * V	293.47
LNE8339	P0029000CK	11/01/2017	50100	162 * I	880.40
LNE8339	P0029000CM	11/01/2017	69120	232	88.38
LNE8339	P0029000CJ	11/01/2017	64080	221	130.16
LYN9641	P00M4000MG	14/02/2017	65992	230 * V	293.47
LYN9641	P00M4000MH	14/02/2017	69120	232	88.38
MCW4110	54504299F	04/02/2017	69120	232	88.38
MER6019	P002B00055	13/02/2017	73400	252 * IV	130.16
MFM9537	54505823F	02/10/2016	50292	162 * II	957.69
MFM9537	54505821F	02/10/2016	65992	230 * V	191.54
MFZ0631	P0025000BL	16/01/2017	65992	230 * V	293.47
MFZ0631	P0025000BM	16/01/2017	50450	162 * V	293.47
MGX0508	P0029000OR	20/02/2017	66102	230 * VII	195.23
MKN8222	P002B0006Z	20/02/2017	73400	252 * IV	130.16
MLF2393	54505839F	10/01/2017	69120	232	88.38
MLX8270	P002B0007Q	21/02/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8194 1778/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ - 280610

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8194 1778/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BBB6113	P0023000NS	19/01/2017	52070	169	88.38
LZZ5075	P0023000TH	19/02/2017	51851	167	195.23
MDK9278	P0023000LK	16/01/2017	52070	169	88.38
MDW7137	P0025000OD	09/02/2017	57380	186 * II	293.47
MGP7193	P0029000QD	21/02/2017	52070	169	88.38
MIT6779	P002B0000M	19/01/2017	57380	186 * II	293.47
MJB7962	P0029000EL	22/01/2017	52070	169	88.38
MJX4300	P00250007G	09/10/2016	69471	235	127.69
QHK6787	P002A0000N	18/01/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

EDEMIR MEISTER  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1775/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8194 1775/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMR2152	P0025000VY	08/04/2017	73400	252 * IV
AMR5705	P0020000NJ	30/03/2017	65992	230 * V

AMR5705	P0020000NK	30/03/2017	50100	162	*	I
AQP9064	P0026000SF	03/03/2017	51180	164	c/c	162 * I
AQP9064	P0026000SG	03/03/2017	50100	162	*	I
KQH4865	P0029000M1	14/02/2017	65992	230	*	V
LYN6540	P0025000KW	04/02/2017	65992	230	*	V
MAX5581	P0025000L9	04/02/2017	50100	162	*	I
MAX5581	P0025000LA	04/02/2017	51180	164	c/c	162 * I
MAX5581	P0025000LB	04/02/2017	65992	230	*	V
MBX1324	P0026000KP	04/02/2017	66102	230	*	VII
MCD1671	P0023000I1	12/01/2017	73400	252	*	IV
MCJ4337	P0023000WX	03/04/2017	73400	252	*	IV
MCJ4337	P0023000WY	03/04/2017	65992	230	*	V
MCJ4337	P0023000WZ	03/04/2017	66372	230	*	IX
MCV7683	P0023000W5	02/03/2017	66020	230	*	VI
MCY2305	P0026000EL	02/01/2017	73400	252	*	IV
MDJ2355	P0020000NL	30/03/2017	65992	230	*	V
MEK3061	P0025000VF	02/04/2017	50100	162	*	I
MEK3061	P0025000VH	02/04/2017	69120	232		
MEK3061	P0025000VI	02/04/2017	51180	164	c/c	162 * I
MEK4390	P0023000VJ	01/03/2017	65992	230	*	V
MEK4390	P0023000VK	01/03/2017	66372	230	*	IX
MEK4390	P0023000VL	01/03/2017	50450	162	*	V
MEN6566	P0020000MO	23/02/2017	66372	230	*	IX
MET0993	P0025000OR	10/02/2017	50100	162	*	I
MFD2747	P0020000NS	02/04/2017	65992	230	*	V
MFD2747	P0020000NT	02/04/2017	50100	162	*	I
MGV0682	P0020000LV	05/02/2017	65992	230	*	V
MHO6252	P0023000VQ	01/03/2017	65992	230	*	V
MHO6252	P0023000VR	01/03/2017	50100	162	*	I
MHO6252	P0023000VS	01/03/2017	64080	221		
MHU0451	P0020000NR	02/04/2017	65992	230	*	V
MJG4868	P002B00065	18/02/2017	69120	232		
MJH0836	P0025000ON	10/02/2017	50450	162	*	V
MLM8402	P0025000VV	08/04/2017	73400	252	*	IV
MLO5089	P0020000NZ	07/04/2017	66020	230	*	VI
MLO5089	P0020000O0	07/04/2017	66372	230	*	IX
MMH2693	P0025000W7	08/04/2017	73400	252	*	IV
MMK3287	P00M4000JG	07/02/2017	67000	230	*	XVI
OBC1100	P00M4000B8	31/12/2016	65992	230	*	V
OBC1100	P00M4000B9	31/12/2016	51180	164	c/c	162 * I
OKH5444	P0025000TS	01/03/2017	73400	252	*	IV
QHH6863	P0025000OM	10/02/2017	50450	162	*	V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1776/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8194 1776/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAU4811	P0029000I5	07/02/2017	51851	167
ABP1170	P0022000CJ	07/04/2017	73662	252*VI
AON1768	P0026000TO	31/03/2017	54521	181 * VIII
AQP9064	P0026000SH	03/03/2017	51852	167
GUL5382	P0022000C8	30/03/2017	55500	181 * XVIII
IUE3029	P0022000BY	27/03/2017	54521	181 * VIII
LTB2667	P0029000T9	18/03/2017	51851	167
LTB2667	P0029000TA	18/03/2017	76332	ART 252, UNICO
LWZ2300	54239013N	04/04/2017	50020	257 8\$
LXW7934	P002B000A9	06/04/2017	61300	214 * II
LYH7913	P0025000JQ	02/02/2017	51851	167
LYV4320	P002B00068	19/02/2017	73740	253
MAK7108	P002B0009I	02/04/2017	61731	215 * I * a
MCC7866	P00M4000J1	06/02/2017	51851	167
MDS8693	P002A000S5	02/02/2017	76332	ART 252, UNICO
MEC1894	P002B0009Q	03/04/2017	53800	181 * I
MEL2310	P0029000DJ	21/01/2017	51930	168
MEQ8792	P0025000VE	01/04/2017	60501	208
MEY4748	P0029000J4	07/02/2017	58780	199
MEY8468	P0029000E0	22/01/2017	52070	169
MFK3628	54240480N	06/04/2017	50020	257 8\$
MFK3628	54240481N	06/04/2017	50020	257 8\$
MGG6728	54239012N	04/04/2017	50020	257 8\$
MGH0884	P0025000VD	31/03/2017	73662	252*VI
MGY1379	P0025000W4	08/04/2017	51852	167
MHE4891	P0025000WE	08/04/2017	51851	167
MHH5461	P0023000PY	30/01/2017	55680	181 * XIX
MHJ8677	P0026000TT	07/04/2017	55680	181 * XIX
MIB7774	P0025000MM	06/02/2017	52070	169
MIE1726	P0029000ID	07/02/2017	51851	167
MIM3957	P00M4000PN	03/03/2017	76252	ART 181, XX
MJF3022	P002B0009J	02/04/2017	51851	167
MJO1863	P0022000CW	07/04/2017	55500	181 * XVIII
MKF0197	P002A000P6	18/01/2017	52070	169
MKR6671	P00M4000PI	03/03/2017	76252	ART 181, XX
MKZ8262	P0022000CO	07/04/2017	76252	ART 181, XX
MLC4699	P0025000MS	06/02/2017	51851	167
MLE8512	P00M4000QA	03/03/2017	55680	181 * XIX
MLO5089	P0020000O1	07/04/2017	70561	244 * III
MMB4181	P00M4000K9	09/02/2017	51851	167
QHH6607	P002B000AB	06/04/2017	61300	214 * II
QHV9007	P002B000A8	06/04/2017	61300	214 * II

QIE3350 54239014N 04/04/2017 50020 257 8\$  
QJF0706 54239011N 04/04/2017 50020 257 8\$  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

EDEMIR MEISTER  
DIRETOR DE TRANSITO

---

### CAMPO ALEGRE

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8360 671/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8360 671/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DGV1108	P01OS0009F	29/01/2017	65992	230 * V	293.47
DOM2054	P01UV0001W	11/12/2016	52311	172	130.16
LZY4890	P01OS0007B	08/01/2017	55250	181 * XV	130.16
MDW4816	P01OS0006D	17/12/2016	65800	230 * IV	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8360 670/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8360 670/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AUC7237	P01UV0002W	10/03/2017	65992	230 * V
AUC7237	P01UV0002X	10/03/2017	69120	232
BMV9018	P01OS000E2	04/04/2017	65992	230 * V
BMV9018	P01OS000E3	04/04/2017	67261	230 * XVIII
MDH2476	P01UV00030	10/03/2017	50100	162 * I
MDQ6650	P01OS000DN	31/03/2017	50100	162 * I
MFG7210	P01UV0003H	30/03/2017	67261	230 * XVIII
MFG7210	P01UV0003J	30/03/2017	50100	162 * I
MFG7210	P01UV0003K	30/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MGP0611	P01OS0007A	08/01/2017	65480	229
MJB0855	P01OS000CZ	26/03/2017	60681	209
MKK1832	P01OS000CE	08/03/2017	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS  
DELEGADO DE POLICIA

**CAMPO ERÊ**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8256 935/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8256 935/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDE9047	54600937F	12/01/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ERE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8256 934/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8256 934/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARE1743	P02DI0002G	01/04/2017	51851	167
ASW1683	P02DJ0000M	09/03/2017	51851	167
EFW5447	P02DI0002H	01/04/2017	51930	168
LYV3742	P02DI0001W	13/03/2017	51851	167
LZZ1992	P02DI0002I	01/04/2017	51691	165
MDO3916	P02DJ0000F	06/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MDO3916	P02DJ0000G	06/03/2017	65992	230 * V
MEX8273	P02DI0001S	07/03/2017	51851	167
MFB7133	54601046F	24/03/2017	67690	230 * XXII
MFB7133	54601048F	24/03/2017	50100	162 * I
MFB7133	54601049F	24/03/2017	52070	169
MFB7133	54601051F	24/03/2017	60502	208
MFB7133	54601050F	24/03/2017	57200	186 * I

MFB7133 54601047F 24/03/2017 58350 195

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ERE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI  
DELEGADO DE POLICIA

---

### CAMPOS NOVOS

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8100 1587/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8100 1587/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CDY4310	P01FA0008H	27/12/2016	51691	165	2934.68
CDY4310	P01FA0008I	27/12/2016	65992	230 * V	293.47
MGQ5829	P01FA000AM	24/01/2017	66102	230 * VII	195.23
MJF1911	P01FB0001I	20/01/2017	50450	162 * V	293.47
MJF1911	P01FB0001J	20/01/2017	65992	230 * V	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS  
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8100 1588/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8100 1588/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CXP4850	P01FB0001U	24/01/2017	51851	167	195.23
DWN1964	P01FA0009Q	19/01/2017	51851	167	195.23
MFV5141	P01FA000AT	26/01/2017	70561	244 * III	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

GERALDO MAFIOLETTI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1585/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8100 1585/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
FCB9400	P00Y9000HX	05/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
FCB9400	P00Y9000HY	05/03/2017	50100	162 * I

FCB9400	P00Y9000IO	05/03/2017	73400	252	* IV
FCB9400	P00Y9000I1	05/03/2017	66371	230	* IX
LYW8855	P00Y9000J4	02/04/2017	66700	230	* XIII
LZP6563	P00Y9000IA	09/03/2017	65992	230	* V
LZP6563	P00Y9000IB	09/03/2017	50100	162	* I
LZP6563	P00Y9000IE	09/03/2017	51180	164	c/c 162 * I
LZP6563	P00Y9000IC	09/03/2017	66101	230	* VII
LZP6563	P01FB0003U	09/03/2017	51691	165	
MBQ2601	P00Y9000JI	05/04/2017	66102	230	* VII
MBQ2601	P00Y9000JJ	05/04/2017	69120	232	
MBQ2601	P00Y9000JK	05/04/2017	67000	230	* XVI
MCX3074	P00Y9000J8	03/04/2017	50100	162	* I
MJU7344	P01FA000DN	18/03/2017	51691	165	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS  
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1586/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1586/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AE33046	P00Y9000IJ	16/03/2017	54600	181 * IX
AJZ1375	P01FB0003K	07/03/2017	51851	167
DEJ3640	P01FB0003G	02/03/2017	51851	167
FCB9400	P00Y9000HZ	05/03/2017	51851	167
LZP6563	P00Y9000ID	09/03/2017	58350	195
MCX3074	P00Y9000J9	03/04/2017	57380	186 * II
MEK1916	P01FB0003W	11/03/2017	73662	252*VI
MHE7504	P01FA000DZ	04/04/2017	61220	214 * I
OKE9955	P01FB0003R	09/03/2017	51851	167
QHC7181	P01FA000DA	13/03/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

GERALDO MAFIOLETTI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

**CANELINHA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8145 879/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8145 879/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALQ2944	54635024E	28/01/2017	50100	162 * I	880.40
ALQ2944	54635023E	28/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ALQ2944	54635022E	28/01/2017	65992	230 * V	293.47
MGI4539	54635198E	17/12/2016	50100	162 * I	880.40
MGI4539	54635199E	17/12/2016	65992	230 * V	293.47
MIE5942	54635115E	01/01/2017	51851	167	195.23
OKF3417	54635124E	01/01/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANELINHA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUANA CHAVES CERVI BACKES  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8145 878/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8145 878/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGZ2430	54635372E	01/03/2017	65992	230 * V
MGZ2430	54635373E	01/03/2017	50100	162 * I
MGZ2430	54635374E	01/03/2017	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANELINHA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUANA CHAVES CERVI BACKES  
DELEGADA DE POLICIA

---

**CANOINHAS**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8055 2042/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8055 2042/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

AAW0357	P01IF00082	28/01/2017	51691	165	2934.68
ADP0613	P01GC000B6	17/12/2016	51691	165	2934.68
MIC8083	P01H100034	04/12/2016	75790	165 A	2934.68
MLH5234	P01GC000D9	24/01/2017	69120	232	88.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8055 2043/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS - 280730

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8055 2043/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYE3073	54522711F	01/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHN2278	P01IF0007X	25/01/2017	51852	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DARIO GRAVI GONCALVES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 2040/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8055 2040/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFC8973	54798044E	10/03/2017	50450	162 * V
AFC8973	54798047E	10/03/2017	66371	230 * IX
AFC8973	54798046E	10/03/2017	51420	164 c/c 162 * V
AFC8973	54798043E	10/03/2017	65992	230 * V
AFC8973	54798045E	10/03/2017	69120	232
BEL1316	P01GC000H3	04/04/2017	50450	162 * V
BEL1316	P01GC000H4	04/04/2017	51420	164 c/c 162 * V
CRG5728	P01GC000GL	31/03/2017	65992	230 * V
CXT3528	P01IF000BJ	01/04/2017	50100	162 * I
CXT3528	P01IF000BK	01/04/2017	50610	163 c/c 162 * I
CXT3528	P01IF000BL	01/04/2017	65992	230 * V
IFY6469	P01GC000H1	04/04/2017	65992	230 * V
LXT0424	P01GC000GJ	31/03/2017	50100	162 * I
MCS1919	P01H000040	02/04/2017	65992	230 * V
MFN7237	P01GC000GX	04/04/2017	50371	162 * III
MFN7237	P01GC000GY	04/04/2017	51341	164 c/c 162 * III
MHM2752	P01IF000BX	04/04/2017	64080	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 2041/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS - 280730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8055 2041/2017



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFC8973	54798048E	10/03/2017	51851	167
AKX1204	54239402N	04/04/2017	50020	257 8S
AML5287	54522837F	16/03/2017	53800	181 * I
MEB0082	54522864F	10/03/2017	55500	181 * XVIII
MFW8769	P01H10006M	04/04/2017	70481	244 * II
MHB4343	54522695F	17/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIA6309	54522860F	07/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIG5068	54522858F	06/03/2017	53800	181 * I
QHG3959	P01GC000FF	10/03/2017	76251	ART 181, XX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DARIO GRAVI GONCALVES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### CAPINZAL

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8266 1825/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8266 1825/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

LXG1578	P00VD000LD	25/12/2016	50100	162 * I	880.40
LXG1578	P00VD000LE	25/12/2016	50610	163 c/c 162 * I	880.40
LXG1578	P00VD000LF	25/12/2016	65992	230 * V	293.47
LYP5373	54466701E	01/11/2013	50450	162 * V	191.53
LYP5373	54466703E	01/11/2013	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8266 1826/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL - 280750

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8266 1826/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ILD3856	P00VD000KT	15/12/2016	57200	186 * I	195.23
LYH0095	P00VD000LB	25/12/2016	51851	167	195.23
LYH7592	P00VD000NB	25/01/2017	60412	207	195.23
MGJ6774	P00VE000P2	19/01/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGQ2138	P00VD000K8	03/12/2016	56144	182 * V	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANTONIO MOACIR BECHER  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1823/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8266 1823/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AEJ8760 P00VD000R4 30/03/2017 65992 230 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1824/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL - 280750

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8266 1824/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MGX2323 P00VE000SV 05/04/2017 55414 181\*XVII c/ Lei13146  
MHB2637 P00VE000RW 16/03/2017 55414 181\*XVII c/ Lei13146  
-----

MHL7178 P00VE000T7 05/04/2017 55414 181\*XVII c/ Lei13146  
MIM5393 P00VE000QN 23/02/2017 76251 ART 181, XX  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANTONIO MOACIR BECHER  
DIRETOR DE TRANSITO

---

### CATANDUVAS

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8346 812/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8346 812/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALR2569	P00Y00007G	19/02/2017	65300	228	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CATANDUVAS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**CHAPECÓ****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8028 2484/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8028 2484/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEP5567	54169653G	25/01/2017	50450	162 * V	293.47
AEP5567	54169652G	25/01/2017	65992	230 * V	293.47
AJH2605	54091088G	08/02/2017	50100	162 * I	880.40
AJH2605	54091089G	08/02/2017	64080	221	130.16
AMK0591	P019R00030	15/02/2017	65561	230 * I	293.47
AOI9713	P019N0002S	14/11/2016	69120	232	88.38
AXK8843	55811590F	21/12/2016	69120	232	88.38
CHW6685	55807566F	11/12/2016	75790	165 A	2934.68
CML3908	54170261G	22/01/2017	65480	229	130.16
DNQ5081	54172256G	07/02/2017	65992	230 * V	293.47
FTJ9018	54169954G	07/01/2017	50450	162 * V	293.47
ILD9149	55073441F	08/01/2017	66531	230 * XI	195.23
IMH5756	54169834G	15/12/2016	50100	162 * I	880.40
IPD2446	P01HA0000W	25/01/2017	50100	162 * I	880.40
ITE5315	54617688F	22/01/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
LXK1259	55503063F	14/02/2017	65992	230 * V	293.47
LXK1259	55503064F	14/02/2017	50100	162 * I	880.40
LYI2285	54172242G	13/02/2017	50100	162 * I	880.40
LYS4712	54169556G	11/02/2017	50100	162 * I	880.40
LYU9867	54170299G	12/02/2017	67261	230 * XVIII	195.23
LZB2771	55075034F	22/12/2016	50450	162 * V	293.47
LZB2771	55075033F	22/12/2016	65992	230 * V	293.47
LZV7394	54169959G	14/01/2017	65561	230 * I	293.47
MAH2087	55503232F	12/01/2017	50100	162 * I	880.40
MAR0275	54170064G	18/12/2016	66102	230 * VII	195.23
MBP2677	54169543G	12/12/2016	65992	230 * V	293.47
MBR1849	54172244G	13/02/2017	65992	230 * V	293.47
MBR1849	54172243G	13/02/2017	50100	162 * I	880.40
MCF9576	55504249F	12/02/2017	50450	162 * V	293.47
MCF9576	55504250F	12/02/2017	67690	230 * XXII	130.16
MCT9847	54172225G	01/01/2017	50100	162 * I	880.40
MCV3508	55809870F	18/12/2016	65992	230 * V	293.47
MEK4691	P017S0004N	10/12/2016	75790	165 A	2934.68
MEL7698	P017P00003	10/12/2016	75790	165 A	2934.68
MFK0611	P017Q000D7	01/02/2017	65992	230 * V	293.47
MFM9289	54172240G	13/02/2017	65992	230 * V	293.47
MGK6128	P019O00058	12/12/2016	65992	230 * V	293.47
MGU1773	54170162G	30/01/2017	66531	230 * XI	195.23
MHG1855	54090701G	09/11/2016	65561	230 * I	293.47
MIR6586	54172247G	13/02/2017	50100	162 * I	880.40
MLK5417	P017Q000CX	24/01/2017	65992	230 * V	293.47

MLK5417	P017Q000CY	24/01/2017	50100	162	*	I	880.40
MLR8309	54169803G	13/12/2016	65992	230	*	V	293.47
QHO7312	55503225F	09/01/2017	50100	162	*	I	880.40
QIC6772	54169876G	15/12/2016	50450	162	*	V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES  
DELEGADA REGIONAL - 12ª DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8028 2485/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - 280810

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8028 2485/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGJ9752	54090545G	07/01/2017	73662	252 * VI	85.13
AHF7662	P019N0004S	07/01/2017	54521	181 * VIII	195.23
AOY6253	54170253G	19/01/2017	73662	252 * VI	85.13
IMH5756	54169835G	15/12/2016	58350	195	195.23
IPD2181	54090699G	12/12/2016	73662	252 * VI	85.13
MCG6688	54170122G	27/12/2016	51930	168	293.47
MCW3514	54219129N	16/01/2017	50020	257 8S	195.23
MGM7687	54170260G	22/01/2017	51851	167	195.23
MIG1416	P019R0002W	18/01/2017	60250	206 * IV	293.47
MLH9871	54219525N	17/01/2017	50020	257 8S	293.47
QIQ2790	54169302G	30/11/2016	76251	ART 181, XX	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE  
AUTORIDADE DE TRANSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8655 1931/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - - 280810

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8655 1931/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACQ5581	55863427E	15/12/2016	55500	181 * XVIII	130.16
ADK0759	55159058F	13/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ADL1636	55160404F	29/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AJO8747	55161048F	10/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AJP7908	55159008F	12/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AJR1903	55160513F	30/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AKA8709	55162211F	27/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ALE5747	55158671F	08/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AMH7252	55160390F	29/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AMU2394	55863438E	13/01/2017	54600	181 * IX	130.16
AMV3961	55158469F	07/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
APA0016	55160769F	05/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
APL0380	55161056F	10/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
APP2146	55161498F	17/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AQQ9579	55158519F	07/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AQQ9579	55158537F	07/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ASD4572	55158277F	05/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AYJ3982	55158078F	01/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AZO7710	55160433F	30/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AZX7771	55162734F	03/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
BAS0885	55159157F	14/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
BGQ1370	55160583F	02/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CEN8092	55158175F	02/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CEN8092	55158221F	02/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CES7895	55863777E	16/01/2017	54521	181 * VIII	195.23
CFL5992	55156757F	18/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CMW2399	55158149F	02/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CRM6443	55160132F	24/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CYO3660	55158482F	07/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DCE9517	55160377F	29/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DCO1714	54206986N	20/12/2016	50020	257 8\$	127.69
DDQ3530	55158259F	05/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DEH7428	55158072F	01/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DIQ4423	55157865F	30/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DRE4515	55158192F	02/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DXB0826	55158483F	07/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
EJU8178	55161132F	11/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

EVM5760	55162594F	02/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
EYJ8160	55158016F	01/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
FAB0203	55160839F	06/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
FAB0203	55160851F	06/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
FAL4326	55158374F	06/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
HJP3865	55158647F	08/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
HJP3865	55158801F	09/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
IDG1928	55158320F	05/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
IJE6965	55863340E	07/12/2016	54525	181 * VIII		195.23
INQ4513	55160609F	03/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
IOZ1417	55160313F	28/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
IRS9049	55160383F	29/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
ISV2416	55160699F	04/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
ITE1047	55162653F	02/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
IVP3263	55160100F	24/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
KKV1443	55159134F	14/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
LBX9459	55161090F	11/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
LXR4872	55158128F	02/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
LXR4872	55158767F	09/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
LXT7556	55160996F	09/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
LXT7556	55161005F	09/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
LYQ1992	55160466F	30/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
LYV5285	55160678F	04/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
LYZ0637	55162185F	27/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
LZD4150	55160183F	26/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MAD8332	55162869F	06/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MAD8332	55162890F	06/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MAT4070	55160521F	31/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MAU9504	55160910F	07/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MBB6465	55162565F	01/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MBS9459	55161037F	10/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MCC6945	55154752F	27/10/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MCC6945	55154777F	27/10/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MCF2977	55160854F	06/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MCH0800	55158569F	07/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MCT4248	55157992F	01/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MDL5844	55160830F	06/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MDQ1815	55162612F	02/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MDV4449	55863775E	20/01/2017	54521	181 * VIII		195.23
MEO9605	55158013F	01/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MFA3963	55160774F	05/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MFB0887	55863782E	23/01/2017	54521	181 * VIII		195.23
MFM2206	55158073F	01/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MFR5602	55160560F	02/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MFU2277	55160234F	27/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MFU2277	55159000F	12/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MGF7695	55161017F	10/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MGW6589	55160198F	26/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MHG9560	55158200F	02/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MHP4658	55162761F	04/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MIB5949	55863474E	13/01/2017	55680	181 * XIX		195.23
MIL9089	55863734E	11/01/2017	76252	ART 181, XX		293.47
MIP1673	55162865F	06/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MIT6377	55158707F	09/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MIX2613	55158480F	07/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MJE7266	55160662F	03/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MJF9955	55158858F	10/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MJL8022	55160824F	06/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MJO1599	55160714F	04/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MJO1599	55160725F	04/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MJO6482	54213855N	03/01/2017	50020	257 8\$		127.69
MJS1188	55157633F	26/11/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MJW4309	55162805F	04/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23

MJW8607	55160400F	29/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MJZ3685	55863754E	17/01/2017	60174	206 * III		293.47
MJZ7397	55158977F	12/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MKB7153	55153769F	18/10/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	127.69
MKH5033	54206988N	20/12/2016	50020	257 8\$		127.69
MKI4497	55158582F	08/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MKN0847	55160005F	23/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MKR4077	55158606F	08/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MKU8216	55160432F	30/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MKW2138	55161198F	12/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MLA0354	55161055F	10/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MLF9459	55162863F	06/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MLS5555	55162646F	02/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MLV2888	55160387F	29/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MMA0798	55158794F	09/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MMC3870	55160381F	29/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MMD9307	55158031F	01/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MMM7604	55158424F	06/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MTK2042	55160537F	31/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
NKL1682	55160514F	30/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
OKE1203	55159072F	13/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
OKF0073	55162744F	03/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
QHE8601	55161061F	10/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
QHH1030	55160365F	29/12/2016	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
QHS7342	55160691F	04/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
QIE2470	55162753F	03/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
QIP3003	55160651F	03/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8745 919/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - ELETRONICO - 280810

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8745 919/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

AAW8324	8745589916	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
AEE3702	0000626708	01/02/2017	74550	218	*	I	130.16
AEK6926	8745592730	09/12/2016	74550	218	*	I	130.16
AEK6926	8745592906	09/12/2016	74630	218	*	II	195.23
AEQ4261	8745579211	21/11/2016	74550	218	*	I	130.16
AFA7178	0000614850	14/01/2017	74550	218	*	I	130.16
AFE1472	0000632781	09/02/2017	74550	218	*	I	130.16
AFS5685	0000609191	05/01/2017	74630	218	*	II	195.23
AFU9009	0000609267	05/01/2017	74550	218	*	I	130.16
AFY1955	8745589728	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16
AFZ2465	8745586939	30/11/2016	74550	218	*	I	130.16
AGN1931	8745588136	02/12/2016	74550	218	*	I	130.16
AGN3372	0000610401	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
AHB7634	0000629975	05/02/2017	74550	218	*	I	130.16
AHD5517	0000601513	22/12/2016	56732	183			130.16
AHO4356	0000613564	20/12/2016	74550	218	*	I	130.16
AJF8641	8745591633	03/12/2016	56732	183			130.16
AJH5728	8745592105	18/11/2016	74550	218	*	I	130.16
AJM8419	0000610993	08/01/2017	74630	218	*	II	195.23
AKK8782	0000615466	15/01/2017	74550	218	*	I	130.16
AKV7356	0000610328	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
AKY9712	8745586818	29/11/2016	56732	183			130.16
ALE5747	8745595279	08/12/2016	74550	218	*	I	130.16
ALF1222	0000609105	05/01/2017	56732	183			130.16
ALR2926	0000605940	30/12/2016	60503	208			293.47
ALR2926	0000606170	30/12/2016	74550	218	*	I	130.16
ALS3589	54222615N	02/02/2017	50020	257	8\$		130.16
AMJ2650	0000615708	15/01/2017	74550	218	*	I	130.16
ANB1809	0000605995	30/12/2016	74550	218	*	I	130.16
ANO8167	0000630460	06/02/2017	60503	208			293.47
ANS5925	0000614893	14/01/2017	74630	218	*	II	195.23
AOE4510	8745594079	08/12/2016	74550	218	*	I	130.16
AOG4844	0000615995	16/01/2017	74550	218	*	I	130.16
APC0439	8745589271	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16
APC6596	0000604912	28/12/2016	74550	218	*	I	130.16
APG2778	0000616982	17/01/2017	74550	218	*	I	130.16
API9154	0000604261	27/12/2016	74550	218	*	I	130.16
AQC9061	0000618792	20/01/2017	74550	218	*	I	130.16
AQG4281	0000606431	31/12/2016	60503	208			293.47
AQO6171	0000614557	14/01/2017	74550	218	*	I	130.16
AQX6906	0000630268	05/02/2017	74550	218	*	I	130.16
ARC1585	0000605977	30/12/2016	56732	183			130.16
ARW6887	0000613088	12/01/2017	60503	208			293.47
ARY2315	8745588586	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16
ARY2315	8745589036	03/12/2016	74630	218	*	II	195.23
ARY2315	8745589703	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16
ASC3575	0000631760	07/02/2017	74550	218	*	I	130.16
ASD4572	0000601595	23/12/2016	74550	218	*	I	130.16
ASO7990	0000613381	12/01/2017	74550	218	*	I	130.16
ASQ6326	8745586385	28/11/2016	74550	218	*	I	130.16
AUE2518	8745585565	26/11/2016	74630	218	*	II	195.23
AUR0327	0000608895	04/01/2017	74630	218	*	II	195.23
AVB1279	0000606614	31/12/2016	56732	183			130.16
AVL9199	0000614582	14/01/2017	74550	218	*	I	130.16
AWG9120	8745590065	05/12/2016	74550	218	*	I	130.16
AWR5099	8745596996	16/12/2016	74630	218	*	II	195.23
AXB0090	0000609417	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
AXO2127	0000618976	20/01/2017	74550	218	*	I	130.16
AYA9118	0000614384	14/01/2017	74550	218	*	I	130.16
AYT8685	0000610671	08/01/2017	74550	218	*	I	130.16
AZT4512	0000615026	15/01/2017	74550	218	*	I	130.16
BBA1519	0000607981	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16

BGM4372	8745591629	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16
BOC6624	8745592630	13/12/2016	56732	183			130.16
BSQ2408	0000605646	29/12/2016	74550	218	*	I	130.16
BSU9646	0000607905	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
BTA8783	8745586465	29/11/2016	74550	218	*	I	130.16
BTA8783	8745586485	29/11/2016	74550	218	*	I	130.16
BVG5551	0000607964	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
BVG5551	0000608707	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
BWR1449	0000614434	14/01/2017	74550	218	*	I	130.16
BWR1449	0000614448	14/01/2017	74550	218	*	I	130.16
BWR1449	8745592882	08/12/2016	74550	218	*	I	130.16
BWR1449	8745591337	06/12/2016	74550	218	*	I	130.16
BXM8298	0000632456	08/02/2017	74550	218	*	I	130.16
CAJ6975	0000616215	16/01/2017	74550	218	*	I	130.16
CDF8798	8745593366	08/12/2016	56732	183			130.16
CDG0669	0000609930	07/01/2017	60503	208			293.47
CEF9580	8745590389	06/12/2016	56732	183			130.16
CEK9539	8745594313	08/12/2016	74630	218	*	II	195.23
CEK9539	8745595414	12/12/2016	74550	218	*	I	130.16
CER4240	0000610243	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
CER4240	0000620286	22/01/2017	74550	218	*	I	130.16
CER4240	0000620303	22/01/2017	74550	218	*	I	130.16
CFC4499	0000629744	05/02/2017	60503	208			293.47
CFU2733	0000612124	11/01/2017	74630	218	*	II	195.23
CFU2733	0000609918	07/01/2017	74630	218	*	II	195.23
CFU2733	0000609961	07/01/2017	74630	218	*	II	195.23
CFW3400	8745586622	29/11/2016	74550	218	*	I	130.16
CIU3004	8745589478	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16
CJY8578	8745589251	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16
CMM8552	8745588748	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16
CMW4347	0000618073	19/01/2017	74550	218	*	I	130.16
CSC5465	8745580672	21/11/2016	56732	183			130.16
CSR6800	0000607261	01/01/2017	74630	218	*	II	195.23
CYH2343	0000609798	06/01/2017	74550	218	*	I	130.16
CZU8884	0000608863	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
DAL5135	8745594750	12/12/2016	74550	218	*	I	130.16
DBX5691	8745575488	14/11/2016	74550	218	*	I	130.16
DDB2019	8745584347	26/11/2016	74550	218	*	I	130.16
DER9326	0000601067	22/12/2016	74550	218	*	I	130.16
DEZ5553	0000616304	16/01/2017	74550	218	*	I	130.16
DFW3902	8745590275	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
DGB3364	54225338N	16/02/2017	50020	257	8\$		130.16
DGT6730	0000608415	03/01/2017	74550	218	*	I	130.16
DHF3285	0000609773	06/01/2017	74630	218	*	II	195.23
DHU7277	0000629891	05/02/2017	60503	208			293.47
DIL9769	8745590477	06/12/2016	74550	218	*	I	130.16
DIY3664	0000609505	06/01/2017	56732	183			130.16
DKP0159	8745585710	27/11/2016	74550	218	*	I	130.16
DKZ3345	8745583081	24/11/2016	74550	218	*	I	130.16
DMF4338	0000617010	17/01/2017	74550	218	*	I	130.16
DMH1418	8745589977	05/12/2016	74550	218	*	I	130.16
DMI2764	0000605133	28/12/2016	74630	218	*	II	195.23
DMX3811	8745586735	29/11/2016	74630	218	*	II	195.23
DMY5339	8745590418	06/12/2016	74550	218	*	I	130.16
DMY5339	8745589290	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16
DMY7880	0000632472	08/02/2017	74550	218	*	I	130.16
DPJ8677	0000620968	23/01/2017	74550	218	*	I	130.16
DRG5787	8745596721	14/12/2016	74550	218	*	I	130.16
DSF3357	0000631407	07/02/2017	60503	208			293.47
DSQ6592	0000608855	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
DSU9006	0000612953	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
DUI5215	0000628006	03/02/2017	74550	218	*	I	130.16
DWC8890	8745594057	12/12/2016	60503	208			293.47

DXY9349	0000599167	20/12/2016	74550	218	*	I	130.16
DYD1518	0000613333	12/01/2017	74550	218	*	I	130.16
DYD1518	0000613037	03/01/2017	74550	218	*	I	130.16
EBH1054	8745586253	28/11/2016	74550	218	*	I	130.16
EDE9929	0000613461	12/01/2017	74550	218	*	I	130.16
EEP1848	54225363N	16/02/2017	50020	257	8\$		130.16
EGC6152	0000632272	07/02/2017	74550	218	*	I	130.16
EGW2975	0000603042	25/12/2016	74630	218	*	II	195.23
EMV7001	8745589517	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
ENV5472	8745593227	12/12/2016	74550	218	*	I	130.16
EPB6996	8745590824	07/12/2016	74550	218	*	I	130.16
EPB6996	0000612039	10/01/2017	74550	218	*	I	130.16
EPB6996	0000610125	07/01/2017	56732	183			130.16
EPY0608	0000602979	24/12/2016	74550	218	*	I	130.16
EQI7948	0000612314	10/01/2017	60503	208			293.47
ERJ7581	0000619051	21/01/2017	56732	183			130.16
ERJ7581	0000618374	20/01/2017	56732	183			130.16
EVL7745	0000616221	16/01/2017	74550	218	*	I	130.16
EVT0334	0000611189	09/01/2017	74550	218	*	I	130.16
EVT0334	8745587907	02/12/2016	74550	218	*	I	130.16
EXZ1682	8745590787	07/12/2016	74550	218	*	I	130.16
EYV4000	0000599720	21/12/2016	74550	218	*	I	130.16
FDW9357	0000616468	15/01/2017	74550	218	*	I	130.16
FGF6620	8745597119	16/12/2016	74550	218	*	I	130.16
FNP6883	8745580079	16/11/2016	74550	218	*	I	130.16
FSP0617	0000605685	29/12/2016	74550	218	*	I	130.16
GAB8086	0000606644	31/12/2016	74550	218	*	I	130.16
GUB3255	0000602317	24/12/2016	74710	218	*	III	880.40
GUP7813	0000608572	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
GXY6610	8745588640	02/12/2016	74550	218	*	I	130.16
GXY6610	8745587816	30/11/2016	74550	218	*	I	130.16
GXY6610	8745587565	01/12/2016	74550	218	*	I	130.16
GXY6610	8745588500	02/12/2016	74550	218	*	I	130.16
HEW3663	0000609469	06/01/2017	74550	218	*	I	130.16
HEW3663	0000615917	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
HJL9535	0000612334	11/01/2017	74550	218	*	I	130.16
HNI3129	0000612870	30/12/2016	74550	218	*	I	130.16
HNQ3779	8745588807	02/12/2016	74630	218	*	II	195.23
HQW7126	0000612939	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
HRB7580	8745600010	13/12/2016	74630	218	*	II	195.23
HRB7580	8745600013	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
HTT2604	0000616720	17/01/2017	74550	218	*	I	130.16
HUH7575	0000600251	18/12/2016	74550	218	*	I	130.16
IAW2731	0000615477	15/01/2017	74550	218	*	I	130.16
ICF5898	8745588940	02/12/2016	74550	218	*	I	130.16
ICF5898	8745590748	07/12/2016	74550	218	*	I	130.16
ICI8034	8745584925	27/11/2016	60503	208			293.47
ICO4429	8745591636	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16
IDK9456	0000609040	05/01/2017	74550	218	*	I	130.16
IDM9003	0000632320	08/02/2017	74550	218	*	I	130.16
IDM9171	0000614513	14/01/2017	74630	218	*	II	195.23
IEN3666	8745586011	28/11/2016	60503	208			293.47
IEP9992	0000614586	14/01/2017	74550	218	*	I	130.16
IEY8209	0000605609	29/12/2016	74550	218	*	I	130.16
IFH4626	8745594673	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
IFJ8518	8745589556	04/12/2016	74630	218	*	II	195.23
IFZ0157	8745580179	20/11/2016	74550	218	*	I	130.16
IHB9105	8745589007	04/12/2016	60503	208			293.47
IIE5843	0000609260	05/01/2017	74630	218	*	II	195.23
IIJ6444	8745590091	05/12/2016	74550	218	*	I	130.16
IIJ6444	8745591702	05/12/2016	56732	183			130.16
IJJ5000	8745591900	02/12/2016	74550	218	*	I	130.16
IJR8452	0000606889	31/12/2016	74550	218	*	I	130.16

IJW5857	0000598328	18/12/2016	74630	218	*	II	195.23
IJW5857	8745598317	18/12/2016	74630	218	*	II	195.23
IKB3755	8745586823	29/11/2016	74550	218	*	I	130.16
IKT0092	0000613374	12/01/2017	74630	218	*	II	195.23
ILD3281	54225412N	16/02/2017	50020	257	8\$		130.16
ILE1860	0000615524	15/01/2017	74630	218	*	II	195.23
ILP4694	0000606640	31/12/2016	74550	218	*	I	130.16
ILR1191	0000627073	02/02/2017	60503	208			293.47
ILR9296	8745587802	30/11/2016	74550	218	*	I	130.16
IMO1606	8745598134	18/12/2016	74550	218	*	I	130.16
IMV9852	0000615519	15/01/2017	74550	218	*	I	130.16
INE3929	0000619343	21/01/2017	74550	218	*	I	130.16
INK6169	8745597111	16/12/2016	74710	218	*	III	880.40
INK6169	8745597810	17/12/2016	74710	218	*	III	880.40
INK6169	8745600138	12/12/2016	74550	218	*	I	130.16
INK6169	8745594476	12/12/2016	74710	218	*	III	880.40
INK6169	8745594236	10/12/2016	74550	218	*	I	130.16
INK6169	8745594242	11/12/2016	74710	218	*	III	880.40
INK6169	8745558000	22/10/2016	74630	218	*	II	127.69
INK6169	8745588608	02/12/2016	74710	218	*	III	880.40
INK6169	8745590108	05/12/2016	74710	218	*	III	880.40
INK6169	8745590082	05/12/2016	74550	218	*	I	130.16
INK6169	8745594397	08/12/2016	74630	218	*	II	195.23
INK6169	8745594415	09/12/2016	74710	218	*	III	880.40
INK6169	8745594307	08/12/2016	74550	218	*	I	130.16
INK6169	8745594218	08/12/2016	74550	218	*	I	130.16
INK6169	8745594223	08/12/2016	74630	218	*	II	195.23
INK6169	8745572272	03/11/2016	60503	208			293.47
INK6169	8745570234	08/11/2016	74550	218	*	I	130.16
INK7245	0000610586	08/01/2017	74630	218	*	II	195.23
INW3150	8745590071	05/12/2016	74550	218	*	I	130.16
IOD3920	0000606764	31/12/2016	74550	218	*	I	130.16
IOI3617	8745556120	15/10/2016	74550	218	*	I	85.13
IOX6265	8745596900	16/12/2016	74550	218	*	I	130.16
IPA9515	0000612712	02/01/2017	60503	208			293.47
IPB5190	8745596542	14/12/2016	74550	218	*	I	130.16
IPD3852	0000608630	03/01/2017	56732	183			130.16
IPT1904	0000613351	12/01/2017	74550	218	*	I	130.16
IPU4695	0000613809	13/01/2017	56732	183			130.16
IQR1596	0000616436	16/01/2017	74550	218	*	I	130.16
IRA7547	8745591935	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
ISA4788	0000630765	06/02/2017	74550	218	*	I	130.16
ISO6329	0000607930	02/01/2017	74630	218	*	II	195.23
IST2319	8745581770	22/11/2016	74550	218	*	I	130.16
ITN4772	8745589444	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
ITN9802	8745593509	12/12/2016	74550	218	*	I	130.16
ITN9802	8745593790	12/12/2016	74710	218	*	III	880.40
ITX9371	8745591788	06/12/2016	56732	183			130.16
ITX9994	8745587742	01/12/2016	74550	218	*	I	130.16
IUA3524	8745586748	29/11/2016	74630	218	*	II	195.23
IVF3584	8745590501	06/12/2016	74550	218	*	I	130.16
IWR3500	0000609784	06/01/2017	74630	218	*	II	195.23
IWR6236	8745587589	01/12/2016	74550	218	*	I	130.16
IYT1122	0000626381	31/01/2017	74550	218	*	I	130.16
JAG9889	0000607300	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
JCP7828	8745587757	01/12/2016	74630	218	*	II	195.23
JED2144	0000599014	20/12/2016	74550	218	*	I	130.16
JPJ7470	54222631N	02/02/2017	50020	257	8\$		130.16
JPJ7470	54222372N	31/01/2017	50020	257	8\$		130.16
JPO5673	0000614804	14/01/2017	74630	218	*	II	195.23
JTP5279	8745589057	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
JUH6983	0000608757	04/01/2017	74710	218	*	III	880.40
JWG2033	0000605999	30/12/2016	56732	183			130.16

JYE5152	0000606582	31/12/2016	74550	218	*	I	130.16
JYE5152	0000606818	31/12/2016	74550	218	*	I	130.16
JYG4578	8745584712	27/11/2016	74550	218	*	I	130.16
JYK5027	0000612992	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
JYR7600	0000610118	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
JYR7600	0000607728	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
JYR7600	0000611790	10/01/2017	74630	218	*	II	195.23
KAA3340	8745586421	28/11/2016	74550	218	*	I	130.16
KAB3876	0000615187	15/01/2017	74550	218	*	I	130.16
KAB3876	0000615255	15/01/2017	74550	218	*	I	130.16
KAF9849	0000605704	29/12/2016	74550	218	*	I	130.16
KBE6513	8745589981	05/12/2016	74550	218	*	I	130.16
KPY4860	8745592813	12/12/2016	74550	218	*	I	130.16
KXO5093	0000602882	25/12/2016	74550	218	*	I	130.16
KZR4183	8745588869	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LBS6032	0000608022	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
LCA3190	8745593836	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LNK3431	8745586730	29/11/2016	74550	218	*	I	130.16
LOE6284	0000606909	31/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LVW9185	0000603874	25/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LWX0645	0000607795	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
LWY6088	0000615021	14/01/2017	74550	218	*	I	130.16
LWY6088	8745585282	27/11/2016	74630	218	*	II	195.23
LWY6088	8745585283	27/11/2016	74710	218	*	III	880.40
LWZ3355	0000602211	24/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LXA7262	0000615060	15/01/2017	74550	218	*	I	130.16
LXA7262	0000617396	18/01/2017	74550	218	*	I	130.16
LXA7262	0000610567	08/01/2017	56732	183			130.16
LXA7262	0000609595	06/01/2017	74550	218	*	I	130.16
LXC0865	8745592020	07/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LXN1863	8745593744	11/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LXW7767	0000614131	13/01/2017	74550	218	*	I	130.16
LXY3728	0000608200	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
LYJ5935	0000629217	04/02/2017	74550	218	*	I	130.16
LYL5036	0000630656	06/02/2017	74550	218	*	I	130.16
LYP2730	8745589306	03/12/2016	74630	218	*	II	195.23
LYP2730	8745588559	03/12/2016	74710	218	*	III	880.40
LYP2730	8745589663	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LYP2730	8745589709	03/12/2016	74630	218	*	II	195.23
LYZ0680	0000609565	06/01/2017	56732	183			130.16
LZA0410	8745590049	05/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LZA8282	8745599885	17/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LZG1993	0000630475	06/02/2017	56732	183			130.16
LZG4863	8745595265	08/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LZK6170	8745584931	27/11/2016	56732	183			130.16
LZM6532	8745600530	08/12/2016	74630	218	*	II	195.23
LZO1239	8745587115	30/11/2016	74550	218	*	I	130.16
LZQ6852	0000606522	31/12/2016	74630	218	*	II	195.23
LZR9601	8745590975	07/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LZS9164	0000629805	05/02/2017	74550	218	*	I	130.16
LZS9164	0000630327	05/02/2017	74710	218	*	III	880.40
LZS9164	0000630345	05/02/2017	74550	218	*	I	130.16
LZS9164	0000630183	05/02/2017	74630	218	*	II	195.23
LZT4187	0000627447	02/02/2017	74550	218	*	I	130.16
LZT5769	8745594322	09/12/2016	74630	218	*	II	195.23
LZV0878	8745587645	30/11/2016	74550	218	*	I	130.16
LZY0902	0000609674	06/01/2017	74550	218	*	I	130.16
LZZ1373	0000606455	31/12/2016	60503	208			293.47
MAA7180	0000602754	24/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MAA7180	0000602475	24/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MAL7909	8745591592	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MAR6518	0000606236	30/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MAR9387	0000611059	08/01/2017	74550	218	*	I	130.16

MAT1105	8745585778	27/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MAW4695	0000634259	11/02/2017	60503	208			293.47
MBA8178	0000630799	06/02/2017	74630	218	*	II	195.23
MBD3520	8745587993	01/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MBD3520	8745591503	01/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MBF7324	0000630426	06/02/2017	60503	208			293.47
MBI4485	8745589106	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MBJ2435	8745590264	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MBK8697	8745595344	10/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MBO3605	0000598268	18/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MBO3605	0000598360	18/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MBS0414	0000630466	06/02/2017	60503	208			293.47
MBS0414	0000631480	07/02/2017	60503	208			293.47
MBS0414	0000631595	07/02/2017	74630	218	*	II	195.23
MBS0414	0000630480	06/02/2017	60503	208			293.47
MBS0414	0000630692	06/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MBS0414	0000632430	08/02/2017	74710	218	*	III	880.40
MBS0414	0000631835	08/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MBS0414	0000631761	07/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MBS0414	0000632520	08/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MBS0414	0000632529	08/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MBS2863	0000613050	12/01/2017	60503	208			293.47
MBS9459	0000611889	10/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MBS9459	0000609654	06/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MBY2557	8745597680	17/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MBZ0480	8745589438	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MBZ8459	0000610868	08/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MCA2451	0000632667	08/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MCA2451	0000633197	09/02/2017	74630	218	*	II	195.23
MCA2451	0000632321	08/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MCA7216	54205233N	20/12/2016	50020	257	8\$		191.54
MCB4191	8745586064	28/11/2016	74630	218	*	II	195.23
MCB4191	8745586362	28/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MCD8527	0000610055	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MCD9596	0000617584	18/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MCE2871	8745597477	17/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MCI0523	8745586018	28/11/2016	56732	183			130.16
MCI7291	0000610851	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MCM6436	0000616753	17/01/2017	60503	208			293.47
MCO1893	0000601303	23/12/2016	60503	208			293.47
MCO5890	0000615931	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MCQ8219	0000601186	22/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MCQ8219	0000601006	22/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MCR1101	54222494N	02/02/2017	50020	257	8\$		293.47
MCR8867	0000616142	15/01/2017	56732	183			130.16
MCR8867	0000610770	08/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MCU7390	8745589081	03/12/2016	60503	208			293.47
MCX1883	8745594947	09/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MCX1924	0000602008	24/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MCX6033	8745589155	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MCX6033	8745585918	28/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MDB4905	8745586627	29/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MDC0547	0000608941	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MDC2614	0000612708	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MDC2614	0000607676	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MDD6693	0000611864	09/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MDE8204	8745592037	07/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MDG0660	0000611798	10/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MDG4410	0000601037	22/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MDH5742	8745592686	11/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MDH5742	8745592780	11/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MDH7337	8745593390	09/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MDJ6408	0000605789	29/12/2016	74550	218	*	I	130.16

MDK1155	8745590357	06/12/2016	60503	208		293.47
MDL6095	8745595566	10/12/2016	74550	218	* I	130.16
MDL8541	8745590586	07/12/2016	74550	218	* I	130.16
MDL8541	8745590846	07/12/2016	74550	218	* I	130.16
MDM0050	0000615505	15/01/2017	74550	218	* I	130.16
MDM5506	8745592015	07/12/2016	74550	218	* I	130.16
MDQ6725	0000612034	10/01/2017	74550	218	* I	130.16
MDT1728	8745585609	26/11/2016	74550	218	* I	130.16
MDU6555	8745586121	28/11/2016	74550	218	* I	130.16
MDV4518	0000601665	23/12/2016	74550	218	* I	130.16
MDV6881	0000612172	11/01/2017	74550	218	* I	130.16
MDX7822	0000607508	01/01/2017	74710	218	* III	880.40
MDZ3259	0000604995	28/12/2016	74550	218	* I	130.16
MEA0405	0000606711	30/12/2016	74550	218	* I	130.16
MEB5646	0000606612	31/12/2016	56732	183		130.16
MEB5646	0000612813	29/12/2016	74550	218	* I	130.16
MED2757	0000611182	09/01/2017	56732	183		130.16
MEE1286	0000602602	24/12/2016	74550	218	* I	130.16
MEF5585	8745600362	18/12/2016	74550	218	* I	130.16
MEH5566	8745594546	10/12/2016	74550	218	* I	130.16
MEJ3642	8745583614	25/11/2016	74550	218	* I	130.16
MEN4479	8745588147	02/12/2016	74550	218	* I	130.16
MET5092	0000612492	11/01/2017	74630	218	* II	195.23
MEU8284	8745583920	26/11/2016	60503	208		293.47
MEV7513	0000607225	01/01/2017	60503	208		293.47
MEW1103	8745588533	02/12/2016	56732	183		130.16
MEW7833	8745588465	02/12/2016	60503	208		293.47
MEW8796	0000608000	02/01/2017	74630	218	* II	195.23
MEX8983	0000617015	17/01/2017	74630	218	* II	195.23
MFB3405	0000606769	31/12/2016	74550	218	* I	130.16
MFB5451	0000630079	05/02/2017	74550	218	* I	130.16
MFB6437	0000609329	05/01/2017	74550	218	* I	130.16
MFE4107	0000610988	08/01/2017	74630	218	* II	195.23
MFF7971	0000631606	07/02/2017	74550	218	* I	130.16
MFG4506	0000610793	08/01/2017	74550	218	* I	130.16
MFH7453	0000610473	07/01/2017	74550	218	* I	130.16
MFI4859	8745591980	07/12/2016	74550	218	* I	130.16
MFK3887	8745578569	18/11/2016	74550	218	* I	130.16
MFL2979	8745591934	03/12/2016	74550	218	* I	130.16
MFL4290	0000610349	07/01/2017	74550	218	* I	130.16
MFM5061	0000614996	14/01/2017	74630	218	* II	195.23
MFN3475	0000629449	04/02/2017	74550	218	* I	130.16
MFP3576	0000612935	01/01/2017	74550	218	* I	130.16
MFQ3496	0000607286	01/01/2017	74550	218	* I	130.16
MFS0256	8745593011	08/12/2016	60503	208		293.47
MFS0256	8745593012	08/12/2016	60503	208		293.47
MFS0256	8745593061	08/12/2016	60503	208		293.47
MFU3172	8745586854	30/11/2016	56732	183		130.16
MFY4005	0000605235	28/12/2016	74550	218	* I	130.16
MFY5101	8745592744	10/12/2016	74550	218	* I	130.16
MFZ2289	0000610968	08/01/2017	74550	218	* I	130.16
MGB8748	0000611309	09/01/2017	74550	218	* I	130.16
MGE5057	8745586290	28/11/2016	74550	218	* I	130.16
MGE5057	8745585868	28/11/2016	56732	183		130.16
MGH0701	8745590806	07/12/2016	74550	218	* I	130.16
MGH0701	8745591819	07/12/2016	60503	208		293.47
MGI0662	8745591918	03/12/2016	74630	218	* II	195.23
MGJ1248	8745585793	27/11/2016	74550	218	* I	130.16
MGJ5799	0000603707	25/12/2016	74550	218	* I	130.16
MGK4809	8745591984	07/12/2016	74550	218	* I	130.16
MGL4039	8745583405	25/11/2016	74550	218	* I	130.16
MGN9901	0000632206	08/02/2017	60503	208		293.47
MGO3073	0000629841	05/02/2017	74550	218	* I	130.16

MGO4690	0000610032	07/01/2017	56732	183		130.16
MGP9911	8745576631	19/11/2016	74550	218	* I	130.16
MGQ3392	0000629772	05/02/2017	74630	218	* II	195.23
MGR6839	0000607736	02/01/2017	74550	218	* I	130.16
MGR7131	8745590480	06/12/2016	74550	218	* I	130.16
MGS2719	0000629206	04/02/2017	60503	208		293.47
MGT8558	8745584288	26/11/2016	74550	218	* I	130.16
MGU2235	0000613449	12/01/2017	74550	218	* I	130.16
MGU7424	0000617947	19/01/2017	60503	208		293.47
MGV0645	0000602143	24/12/2016	60503	208		293.47
MGV6970	0000607943	02/01/2017	74550	218	* I	130.16
MGW0830	8745600507	05/12/2016	74550	218	* I	130.16
MGY4551	8745592577	11/12/2016	74550	218	* I	130.16
MGZ1930	0000600958	22/12/2016	74630	218	* II	195.23
MGZ2275	8745588018	01/12/2016	74550	218	* I	130.16
MGZ8665	0000609238	05/01/2017	74550	218	* I	130.16
MGZ8665	0000611729	10/01/2017	60503	208		293.47
MHA3556	0000612723	05/01/2017	74550	218	* I	130.16
MHB4330	8745596640	14/12/2016	74550	218	* I	130.16
MHE4669	0000632319	08/02/2017	56732	183		130.16
MHE9667	0000612444	11/01/2017	74550	218	* I	130.16
MHG2421	8745593423	10/12/2016	74630	218	* II	195.23
MHG2930	8745588303	02/12/2016	74550	218	* I	130.16
MHG7548	0000599470	21/12/2016	74550	218	* I	130.16
MHH8414	8745588993	03/12/2016	74550	218	* I	130.16
MHI3832	0000606328	30/12/2016	74630	218	* II	195.23
MHI3832	0000616977	17/01/2017	74550	218	* I	130.16
MHJ5436	0000607838	02/01/2017	74550	218	* I	130.16
MHL6516	8745593485	11/12/2016	74630	218	* II	195.23
MHO2856	0000601604	23/12/2016	74550	218	* I	130.16
MHO7032	54205234N	20/12/2016	50020	257	8\$	191.54
MHP0685	8745591683	04/12/2016	74550	218	* I	130.16
MHP2285	8745585862	28/11/2016	56732	183		130.16
MHP3435	8745585645	27/11/2016	56732	183		130.16
MHP3435	8745585699	27/11/2016	74630	218	* II	195.23
MHP4610	8745591045	06/12/2016	74550	218	* I	130.16
MHP9086	8745585579	26/11/2016	74550	218	* I	130.16
MHQ6457	0000603603	26/12/2016	74550	218	* I	130.16
MHR6288	0000616491	16/01/2017	74550	218	* I	130.16
MHS6579	0000605359	29/12/2016	74630	218	* II	195.23
MHT9589	0000606478	31/12/2016	60503	208		293.47
MHU2309	0000606578	31/12/2016	74550	218	* I	130.16
MHU2309	0000609596	06/01/2017	74550	218	* I	130.16
MHU6591	0000631286	07/02/2017	74550	218	* I	130.16
MHV5738	0000604325	27/12/2016	56732	183		130.16
MHV6098	8745587675	30/11/2016	74550	218	* I	130.16
MHX0051	0000608390	03/01/2017	74550	218	* I	130.16
MHZ8234	0000604980	28/12/2016	74550	218	* I	130.16
MIA7810	0000616300	16/01/2017	74550	218	* I	130.16
MIB1836	8745592243	26/11/2016	74550	218	* I	130.16
MIB4758	0000606653	31/12/2016	74550	218	* I	130.16
MIB4758	0000612906	31/12/2016	74630	218	* II	195.23
MIB7178	8745595718	13/12/2016	74630	218	* II	195.23
MIC1130	8745594505	08/12/2016	74550	218	* I	130.16
MIC7173	0000613901	13/01/2017	74550	218	* I	130.16
MID4524	0000605814	28/12/2016	74550	218	* I	130.16
MIE3243	0000610773	08/01/2017	74550	218	* I	130.16
MIG1416	0000608135	03/01/2017	74550	218	* I	130.16
MIG3204	8745588831	02/12/2016	74550	218	* I	130.16
MIG7679	8745590335	06/12/2016	56732	183		130.16
MIG7799	0000608916	04/01/2017	74630	218	* II	195.23
MIG9705	0000612393	11/01/2017	74550	218	* I	130.16
MIH6039	0000632349	08/02/2017	74550	218	* I	130.16

MIL4634	54207533N	23/12/2016	50020	257	8\$	85.13
MIL8149	8745594562	10/12/2016	74550	218	* I	130.16
MIL8149	8745594370	12/12/2016	74630	218	* II	195.23
MIL9872	0000609398	04/01/2017	74550	218	* I	130.16
MIM0795	8745591111	06/12/2016	74630	218	* II	195.23
MIM2740	8745591971	06/12/2016	74550	218	* I	130.16
MIM7191	0000606627	31/12/2016	74550	218	* I	130.16
MIO2812	8745595761	10/12/2016	74710	218	* III	880.40
MIO5989	0000605446	29/12/2016	74550	218	* I	130.16
MIO5989	0000612863	30/12/2016	74550	218	* I	130.16
MIO5989	0000612779	29/12/2016	74550	218	* I	130.16
MIP0031	0000608702	03/01/2017	56732	183		130.16
MIQ0213	0000633085	09/02/2017	74550	218	* I	130.16
MIR9688	0000612082	10/01/2017	74550	218	* I	130.16
MIS3156	8745594109	10/12/2016	74550	218	* I	130.16
MIS7121	0000605733	29/12/2016	74550	218	* I	130.16
MIT0860	0000614594	14/01/2017	74550	218	* I	130.16
MIT1525	8745583964	26/11/2016	74550	218	* I	130.16
MIT1525	8745585329	27/11/2016	74550	218	* I	130.16
MIT1738	8745589838	05/12/2016	56732	183		130.16
MIV2501	8745580942	06/11/2016	74550	218	* I	130.16
MIX8025	0000614050	13/01/2017	74550	218	* I	130.16
MIZ7762	0000611471	09/01/2017	74550	218	* I	130.16
MJA1352	8745589034	03/12/2016	74550	218	* I	130.16
MJB5528	8745591981	07/12/2016	74550	218	* I	130.16
MJB7173	0000609678	06/01/2017	74550	218	* I	130.16
MJB8356	8745586956	30/11/2016	74630	218	* II	195.23
MJC1773	8745594097	09/12/2016	74550	218	* I	130.16
MJC9869	0000608378	03/01/2017	74550	218	* I	130.16
MJD2265	8745591740	05/12/2016	74630	218	* II	195.23
MJD2881	8745585355	27/11/2016	74550	218	* I	130.16
MJE3376	0000610520	06/01/2017	74550	218	* I	130.16
MJE5467	0000630171	05/02/2017	74550	218	* I	130.16
MJE9519	0000629863	05/02/2017	74550	218	* I	130.16
MJH3711	0000607527	01/01/2017	74550	218	* I	130.16
MJH9690	0000617973	19/01/2017	74550	218	* I	130.16
MJI2301	0000626023	30/01/2017	74630	218	* II	195.23
MJK4193	0000614699	14/01/2017	74550	218	* I	130.16
MJL8130	8745600501	04/12/2016	74550	218	* I	130.16
MJL8130	8745593808	12/12/2016	74630	218	* II	195.23
MJN4438	8745594003	13/12/2016	56732	183		130.16
MJO2112	8745590318	04/12/2016	74550	218	* I	130.16
MJO7798	0000630198	05/02/2017	74550	218	* I	130.16
MJP0463	0000609108	05/01/2017	60503	208		293.47
MJP8835	0000616961	17/01/2017	74550	218	* I	130.16
MJP9337	8745589841	05/12/2016	56732	183		130.16
MJQ5664	0000608973	05/01/2017	74550	218	* I	130.16
MJQ7303	8745589547	04/12/2016	74550	218	* I	130.16
MJR4931	0000603437	25/12/2016	74550	218	* I	130.16
MJR7072	0000630619	06/02/2017	74550	218	* I	130.16
MJR7129	0000610110	07/01/2017	74550	218	* I	130.16
MJS2224	0000629539	04/02/2017	74630	218	* II	195.23
MJS4334	8745584299	26/11/2016	74550	218	* I	130.16
MJT3365	0000632528	08/02/2017	74550	218	* I	130.16
MJT7196	0000608487	03/01/2017	74550	218	* I	130.16
MJT7705	8745596294	14/12/2016	60503	208		293.47
MJY1794	0000609424	05/01/2017	74550	218	* I	130.16
MJZ1493	0000631788	07/02/2017	74550	218	* I	130.16
MJZ3823	0000606915	31/12/2016	74710	218	* III	880.40
MJZ7726	0000602708	23/12/2016	74550	218	* I	130.16
MKB8711	0000630060	05/02/2017	74550	218	* I	130.16
MKB8711	0000629704	05/02/2017	60503	208		293.47
MKD1425	0000629444	04/02/2017	74550	218	* I	130.16

MKE0685	0000598573	19/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MKE2896	0000611796	10/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MKE3309	8745589095	03/12/2016	60503	208			293.47
MKE9738	0000629605	04/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MKG5791	0000630927	06/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MKG6003	8745589935	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKG8289	54218752N	16/01/2017	50020	257	8\$		130.16
MKH1146	0000598596	19/12/2016	60503	208			293.47
MKH3687	0000606585	31/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKI4077	0000606589	31/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKJ0941	8745591988	07/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKM0778	0000612614	26/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKM7380	0000630632	06/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MKN1012	0000608654	04/01/2017	60503	208			293.47
MKQ7753	0000606978	31/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKR0729	0000631628	07/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MKR6428	0000617311	18/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MKR6428	0000611454	09/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MKT4295	0000608288	03/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MKU4895	8745580446	17/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MKU9306	0000628564	04/02/2017	60503	208			293.47
MKV9033	0000606341	30/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKW2419	0000604859	28/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKY0819	8745589519	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKY5752	0000606723	30/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKY7249	0000605439	29/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKY8270	8745590123	05/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKZ3387	0000601911	22/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKZ7967	0000606082	30/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLA8938	0000607777	01/01/2017	60503	208			293.47
MLB3820	0000630893	06/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MLC5660	0000618903	20/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD1105	54225040N	14/02/2017	50020	257	8\$		195.23
MLF4424	0000616629	17/01/2017	60503	208			293.47
MLF5869	0000606772	31/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLG1901	0000608335	03/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLG7642	0000608701	03/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLG7642	0000609149	04/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MLG7642	0000610493	06/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLJ2682	0000629855	05/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MLJ5170	8745591606	03/12/2016	56732	183			130.16
MLJ9750	54220249N	20/01/2017	50020	257	8\$		130.16
MLK0180	0000629664	04/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MLK6648	8745592592	11/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MLK6648	8745594164	13/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MLL2548	0000611330	09/01/2017	56732	183			130.16
MLM1371	0000605251	28/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLM3693	0000611403	09/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLM6368	0000605263	28/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLN0338	0000614071	13/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLN0338	0000614099	13/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MLN0849	8745589337	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLN6578	0000620247	22/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP0594	0000611147	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP5581	8745585106	27/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MLP7520	8745592788	11/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLQ4022	8745590315	04/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MLR5385	8745586753	29/11/2016	74630	218	*	II	195.23
MLS6827	0000634266	11/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS9076	0000617011	17/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS9542	0000631610	07/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT0139	54222365N	31/01/2017	50020	257	8\$		130.16
MLT3930	0000612042	10/01/2017	74550	218	*	I	130.16

MLU3800	0000611618	08/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLU5009	8745585784	27/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MLW4182	0000605176	28/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLW8762	0000613984	13/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY1675	8745592011	07/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLY7042	0000609377	05/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY9622	8745588923	02/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MLZ2129	0000605336	29/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLZ2129	0000612642	29/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MLZ2987	0000608843	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA9632	0000617048	17/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA9913	0000611324	09/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MMB6329	0000609261	05/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MMB6329	0000609298	05/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MMH4654	8745591830	07/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MMI0499	0000599964	21/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MMI2206	8745590940	06/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MMJ6350	0000603170	25/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MML1536	8745587349	30/11/2016	60503	208			293.47
MML8823	0000609648	06/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MMM5727	0000606708	30/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MMM6396	0000632332	08/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MMM8914	0000601063	22/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MOI4665	0000611226	09/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MOS4451	0000624548	28/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MPJ3904	0000629987	05/02/2017	60503	208			293.47
NEZ2002	0000629508	04/02/2017	74550	218	*	I	130.16
NFS4732	0000629859	05/02/2017	74550	218	*	I	130.16
NFS4732	0000629676	05/02/2017	74550	218	*	I	130.16
NJJ6965	0000601872	22/12/2016	74550	218	*	I	130.16
NKV3357	0000598931	20/12/2016	74550	218	*	I	130.16
NLN6540	8745585787	27/11/2016	74550	218	*	I	130.16
NLS8739	0000603084	25/12/2016	74550	218	*	I	130.16
NOP8220	0000630621	06/02/2017	60503	208			293.47
NPL9615	8745587710	30/11/2016	74550	218	*	I	130.16
NXK7441	8745588164	01/12/2016	74550	218	*	I	130.16
OAZ2533	0000606176	30/12/2016	74550	218	*	I	130.16
OAZ2533	0000606188	30/12/2016	74550	218	*	I	130.16
OBE6912	0000607180	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
OCC2932	0000631737	07/02/2017	74550	218	*	I	130.16
ODC6469	8745593812	12/12/2016	74550	218	*	I	130.16
OEZ4925	0000607968	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
OKE9392	0000616405	16/01/2017	74630	218	*	II	195.23
OKF0067	8745591958	05/12/2016	74550	218	*	I	130.16
OKG3854	0000612881	31/12/2016	74630	218	*	II	195.23
OKG8540	8745579593	20/11/2016	74550	218	*	I	130.16
OLS9540	8745583226	24/11/2016	74550	218	*	I	130.16
PGI9642	0000606696	30/12/2016	74550	218	*	I	130.16
PUI1354	0000605149	28/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QBB7928	8745586826	30/11/2016	56732	183			130.16
QBT6823	0000608796	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QBV6184	0000606850	31/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QBY6010	0000613966	13/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA3943	0000607428	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA6077	8745594139	12/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHA6077	8745590760	07/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHB3236	8745587768	01/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHB6139	0000614874	14/01/2017	74630	218	*	II	195.23
QHB9390	8745588835	02/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHD8276	0000606709	30/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHE9079	8745594143	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHF0706	0000631794	07/02/2017	74550	218	*	I	130.16
QHF3890	54225294N	16/02/2017	50020	257	8\$		293.47

QHF4301	8745588545	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHH1688	0000607274	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHH2651	8745585658	27/11/2016	74550	218	*	I	130.16
QHH5400	8745600570	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHH9720	0000606790	31/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHI0846	8745585344	27/11/2016	74550	218	*	I	130.16
QHJ1550	0000601048	22/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHJ4338	8745586801	29/11/2016	74550	218	*	I	130.16
QHJ5844	8745586062	28/11/2016	74630	218	*	II	195.23
QHJ5844	8745589031	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHK3993	0000628534	04/02/2017	74550	218	*	I	130.16
QHK5770	0000633677	10/02/2017	74550	218	*	I	130.16
QHL6032	8745596628	14/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHN1060	0000629255	04/02/2017	60503	208			293.47
QHO3016	0000613445	12/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHO6123	0000609876	05/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP9266	0000599556	21/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHP9266	0000599689	21/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHS5236	8745594281	08/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHT4422	0000606944	31/12/2016	74630	218	*	II	195.23
QHU1317	54226131N	17/02/2017	50020	257	8\$		130.16
QHU2434	54225356N	16/02/2017	50020	257	8\$		195.23
QHU8178	0000612533	11/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV7146	54225328N	16/02/2017	50020	257	8\$		130.16
QHV7146	54225353N	16/02/2017	50020	257	8\$		130.16
QHV8430	8745591650	04/12/2016	74630	218	*	II	195.23
QHW0214	0000608227	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHW3155	8745585776	27/11/2016	60503	208			293.47
QHW6317	8745592065	07/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHX0131	8745597053	16/12/2016	74630	218	*	II	195.23
QHX0131	0000602844	25/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHX0131	0000602874	25/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHX0131	0000602907	25/12/2016	56732	183			130.16
QHX1675	8745592255	26/11/2016	74550	218	*	I	130.16
QHX2812	0000610657	08/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHX4993	0000604733	26/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHY0347	8745584932	27/11/2016	56732	183			130.16
QHY1249	0000631796	07/02/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY1249	0000606367	30/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHY6632	8745593158	08/12/2016	60503	208			293.47
QHZ0931	0000613392	12/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHZ3947	8745587664	30/11/2016	74710	218	*	III	880.40
QHZ6030	0000610333	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QIB0817	0000608177	03/01/2017	56732	183			130.16
QIB8018	54225377N	16/02/2017	50020	257	8\$		130.16
QIC2263	0000632331	08/02/2017	74630	218	*	II	195.23
QIC8717	8745593498	11/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QIE0419	0000612722	05/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QIE0419	0000615853	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QIE7852	8745588863	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QIE7852	8745588872	03/12/2016	74630	218	*	II	195.23
QIF7771	0000630058	05/02/2017	74550	218	*	I	130.16
QIM2210	54218675N	16/01/2017	50020	257	8\$		130.16
QIS7670	0000633426	10/02/2017	60503	208			293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE  
AUTORIDADE DE TRANSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2482/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2482/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AGR3163	P017Q000J5	30/03/2017	69120	232	
AGW4174	54170449G	31/03/2017	66102	230	* VII
AHD7405	P029A0000X	13/03/2017	65992	230	* V
AIF3749	54170653G	12/03/2017	50100	162	* I
AJB0600	P017N00022	02/04/2017	65992	230	* V
AJF8641	P019P0002S	10/03/2017	66372	230	* IX
AJU6191	54170349G	31/03/2017	50100	162	* I
AOM2816	55011327D	07/03/2017	50100	162	* I
AYW0605	P017Q000JM	02/04/2017	75790	165	A
BAB1631	P017Q000JE	01/04/2017	50450	162	* V
CEF9580	54171007G	09/03/2017	67261	230	* XVIII
CHI8863	54170812G	01/04/2017	50100	162	* I
CMN9402	55504400F	14/03/2017	73400	252	* IV
CPJ7949	54169314G	13/03/2017	69120	232	
CPJ7949	54169315G	13/03/2017	65992	230	* V
CPJ7949	54169316G	13/03/2017	66102	230	* VII
CRV0078	54171061G	13/03/2017	50100	162	* I
CRV0078	54171062G	13/03/2017	65992	230	* V
CTC8197	P01HA00030	30/03/2017	50100	162	* I
CXZ9898	P017Q000JX	02/04/2017	65992	230	* V
CXZ9898	P017Q000JY	02/04/2017	50100	162	* I
DAU8396	P01HA0003X	01/04/2017	50100	162	* I
DDB5256	P017Q000K2	02/04/2017	51691	165	
DRN4389	P019O0008C	27/03/2017	50450	162	* V
DRZ3698	54172744G	28/03/2017	50100	162	* I
DXQ1590	54172668G	28/03/2017	67261	230	* XVIII
EBA8545	P017Q000JO	02/04/2017	75790	165	A
FAG3172	P017Q000JN	02/04/2017	75790	165	A
HRV0923	P01HA0003P	01/04/2017	66102	230	* VII
HRV0923	P01HA0003Q	01/04/2017	67000	230	* XVI
IED6063	P01HA0004C	03/04/2017	73400	252	* IV
IED6063	P01HA0004E	03/04/2017	66371	230	* IX
IKX8068	P017Q000KB	03/04/2017	69120	232	

IKX8068	P017Q000KA	03/04/2017	65561	230	*	I
IND3766	54172792G	28/03/2017	66102	230	*	VII
IND9976	54170951G	09/03/2017	73400	252	*	IV
INU4425	54172775G	27/03/2017	65992	230	*	V
JGV8961	55809286F	23/02/2017	50292	162	*	II
JNE5950	P017Q000EL	09/03/2017	69120	232		
JNE5950	P017Q000EM	09/03/2017	50100	162	*	I
JTR5541	P01HA00037	30/03/2017	67261	230	*	XVIII
KGM6433	P017Q000IX	30/03/2017	66102	230	*	VII
LWV1107	54172664G	28/03/2017	67261	230	*	XVIII
LWV1107	54172663G	28/03/2017	65992	230	*	V
LWV1107	54172666G	28/03/2017	73400	252	*	IV
LWV1107	54172665G	28/03/2017	50100	162	*	I
LXU2678	54172532G	30/03/2017	65992	230	*	V
LYO6709	54169978G	26/02/2017	50610	163	c/c	162 * I
LYQ7012	54171040G	13/03/2017	50100	162	*	I
LYQ7012	54171041G	13/03/2017	65992	230	*	V
LZE5666	P017Q000FA	18/03/2017	75790	165	A	
LZI4940	P01HA00043	01/04/2017	75790	165	A	
LZK0673	P017Q000J7	30/03/2017	67261	230	*	XVIII
LZR0792	P017Q000HZ	27/03/2017	50450	162	*	V
LZR9167	54172413G	15/03/2017	65561	230	*	I
LZR9167	54172412G	15/03/2017	50100	162	*	I
LZW0782	P017Q000KP	05/04/2017	66102	230	*	VII
LZZ6155	54169326G	13/03/2017	65992	230	*	V
LZZ6155	54169327G	13/03/2017	69120	232		
MAM5268	54171121G	15/03/2017	73400	252	*	IV
MAU9970	P01HA0003I	31/03/2017	66102	230	*	VII
MAU9970	P01HA0003J	31/03/2017	50100	162	*	I
MAU9970	P01HA0003K	31/03/2017	65992	230	*	V
MBA2980	P017N00019	05/03/2017	66532	230	*	XI
MBE9384	P01HA00045	02/04/2017	75790	165	A	
MBL3173	P01HA00033	30/03/2017	65561	230	*	I
MBL3173	P01HA00034	30/03/2017	50100	162	*	I
MCC3751	P017Q000J0	30/03/2017	69120	232		
MCH1748	54172310G	15/03/2017	67261	230	*	XVIII
MCH1748	54172309G	15/03/2017	50100	162	*	I
MCP0780	54172831G	30/03/2017	65992	230	*	V
MCS3572	P017Q000K6	02/04/2017	75790	165	A	
MCV1043	54172836G	30/03/2017	65992	230	*	V
MDF9822	54172814G	28/03/2017	67261	230	*	XVIII
MDF9822	54172813G	28/03/2017	66532	230	*	XI
MDZ8582	P017Q000KC	03/04/2017	50450	162	*	V
MDZ8582	P017Q000KD	03/04/2017	73400	252	*	IV
MEC8634	55075082F	30/03/2017	66531	230	*	XI
MEN8136	54169979G	11/03/2017	50450	162	*	V
MER7637	55011329D	07/03/2017	65992	230	*	V
MET3334	P017K0004R	02/03/2017	50100	162	*	I
MEZ8963	54616137F	05/03/2017	66102	230	*	VII
MFF5645	P019Q0002E	13/03/2017	50450	162	*	V
MFJ8447	54091149G	15/03/2017	65992	230	*	V
MFL2303	P01HA00032	30/03/2017	50100	162	*	I
MFS8451	P01HA0004F	03/04/2017	73400	252	*	IV
MFY8504	54172528G	30/03/2017	67261	230	*	XVIII
MGC9060	54172311G	15/03/2017	65992	230	*	V
MGJ1689	54169340G	14/03/2017	73400	252	*	IV
MGM3971	54172818G	28/03/2017	65992	230	*	V
MGO7951	P019R0003A	27/02/2017	73400	252	*	IV
MGP3366	54170450G	31/03/2017	66102	230	*	VII
MGR1805	P019R0003B	27/02/2017	66102	230	*	VII
MGS6911	54171076G	13/03/2017	69120	232		
MGW8605	54172679G	30/03/2017	65561	230	*	I
MHB9874	54169342G	14/03/2017	73400	252	*	IV

MHB9874	54169341G	14/03/2017	66531	230	*	XI
MHG1070	P029A00028	02/04/2017	66372	230	*	IX
MHZ3389	54172821G	28/03/2017	67261	230	*	XVIII
MIB4950	P017K0005H	02/04/2017	66102	230	*	VII
MIG7394	54172793G	28/03/2017	64080	221		
MIH6072	55809197F	09/03/2017	73400	252	*	IV
MIN9787	P019P0003G	01/04/2017	52900	176	*	II
MIS3727	54172657G	28/03/2017	50100	162	*	I
MIS3727	54172656G	28/03/2017	65992	230	*	V
MIX0665	54172414G	15/03/2017	50450	162	*	V
MJB2973	54172844G	03/04/2017	69120	232		
MJC8068	54169338G	14/03/2017	65992	230	*	V
MLL9364	P017Q000EI	08/03/2017	65992	230	*	V
MLR1653	P017Q000K9	03/04/2017	69120	232		
MLU0812	P017P0001Q	03/04/2017	51691	165		
MMF7915	54619695F	29/03/2017	53200	176	*	V
QHE1131	P01HA0001Z	14/03/2017	50100	162	*	I
QHR1037	54170603G	05/03/2017	66532	230	*	XI
QHX2607	54171006G	09/03/2017	73400	252	*	IV
QIA4610	P01HA0003C	30/03/2017	50100	162	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES  
DELEGADA REGIONAL - 12ª DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2483/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - 280810

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2483/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGS1637	54170186G	20/03/2017	58197	193
AKJ9311	54170808G	22/03/2017	54600	181 * IX
AUN0175	P019H0006Q	04/03/2017	55680	181 * XIX
BAF3086	54619693F	12/03/2017	58191	193

BAF3086	54619694F	12/03/2017	54521	181	*	VIII
BOT7260	54171143G	20/03/2017	57200	186	*	I
CPH0700	54172613G	23/03/2017	56144	182	*	V
CPZ3134	P019H0006P	04/03/2017	55680	181	*	XIX
DAU8396	P01HA0003W	01/04/2017	65300	228		
DJH7602	P017Q000EG	08/03/2017	51851	167		
DNY7803	54172651G	23/03/2017	53800	181	*	I
FHY0215	P019H0006M	04/03/2017	55680	181	*	XIX
IRL4020	P019H00070	08/03/2017	61732	215	*	I * a
ISR3186	54172439G	20/03/2017	58197	193		
LWV1107	54172667G	28/03/2017	51851	167		
LYA7318	P019H0007C	12/03/2017	55500	181	*	XVIII
LZI4940	P01HA00044	02/04/2017	54521	181	*	VIII
LZR0792	P017Q000HY	27/03/2017	51851	167		
MAM5268	54171120G	15/03/2017	51930	168		
MBA2980	P017N00018	05/03/2017	70561	244	*	III
MCV8985	P017P0001S	04/04/2017	76332	ART	252,	UNICO
MCX9023	54171147G	20/03/2017	60330	206	*	V
MCZ9693	P019H0008O	02/04/2017	54600	181	*	IX
MDO2978	54172324G	20/03/2017	58197	193		
MEO1285	P01HA0004I	03/04/2017	51851	167		
MET5588	P019H0006S	04/03/2017	54600	181	*	IX
MFI3045	P01HA0003S	01/04/2017	54521	181	*	VIII
MGK2931	54172353G	28/03/2017	52070	169		
MGR1784	P019O0008F	29/03/2017	76332	ART	252,	UNICO
MHB8653	P019R0003F	04/03/2017	60501	208		
MHR2734	54172718G	23/03/2017	57200	186	*	I
MII9192	54170801G	07/03/2017	73662	252	*	VI
MIP3875	54172713G	21/03/2017	57200	186	*	I
MJI6768	P01HA0001M	05/03/2017	54521	181	*	VIII
MJW9641	54172437G	20/03/2017	58197	193		
MKA5484	P019P0003E	01/04/2017	65300	228		
MKI6050	55807757F	28/03/2017	55411	181	*	XVII c/ Lei13146
MLQ8311	P01HA0003M	31/03/2017	54600	181	*	IX
MLW6756	54264248F	03/03/2017	58434	196		
MMF1837	P019H0006Z	08/03/2017	54870	181	*	XI
QHM6705	54172502G	21/03/2017	57200	186	*	I
QHN6950	P01HA0003Y	01/04/2017	54010	181	*	III
QIB5659	P029A0000M	09/03/2017	61220	214	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE  
AUTORIDADE DE TRANSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 1930/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

## DE TRANSITO N.8655 1930/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABV8925	55165462F	08/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ABV8925	55165464F	08/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ADY6019	55165987F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AEM5845	55164050F	20/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AEW5827	55164088F	20/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AHZ7451	55166005F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AI16327	55166051F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AIS1362	55164654F	25/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AIT5164	55166048F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AKO5337	55163901F	17/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AKX4614	55166489F	18/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ALE5747	55164590F	24/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ALE5747	55164228F	22/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ALE5747	55164109F	21/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ALM3305	55864186E	07/03/2017	76251	ART 181, XX
AME4214	55166320F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AMQ4146	55163606F	15/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AOW2479	55166364F	17/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
API8698	55163822F	17/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
APL5041	55165899F	13/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ARM1732	55165752F	10/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ARN6453	55166181F	15/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ASQ7576	55166411F	17/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AWH9852	55166063F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AWP1667	55163955F	18/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
BPC2942	55166379F	17/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
BVQ6622	55164747F	27/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CAL7494	55166213F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CBE6467	55166029F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CEN8092	55163782F	16/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CEN8092	55163803F	16/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CJC9824	55864111E	23/02/2017	76251	ART 181, XX
CJS3403	55164437F	23/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CLS7826	55164022F	20/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CNA4072	55163555F	14/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CQF5549	55165962F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CRE6778	55164128F	21/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CSR5205	55163554F	14/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CYR9842	55163465F	13/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DBG6587	55166110F	15/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DDT2033	54228407N	01/03/2017	50020	257 8\$
DHU7277	55166088F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DHX6864	55165646F	10/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DJE5807	55165922F	13/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DJO4334	55166313F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DLG6756	55166399F	17/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DNL4671	55166097F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DOC6625	55166134F	15/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

DON0797	55164121F	21/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DQO7550	55164634F	25/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DWP0362	55166354F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DXT5808	55166298F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EAK6293	55166220F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EBN6905	55163844F	17/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EBN6905	55163912F	17/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EGB3419	55163970F	18/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EJU8178	55166496F	18/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EMW3063	55166046F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EQI1887	55166015F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EVV4817	55864231E	09/03/2017	55500	181 *	XVIII	
FJD0214	55164386F	23/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
FKA4288	55166380F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
FNL1746	54240530N	06/04/2017	50020	257	8\$	
FZH4000	55166477F	18/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
GFB4477	55164297F	22/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HBQ1466	55166371F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HDD7367	55166152F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HQW7126	55864233E	09/03/2017	76252	ART 181,	XX	
IBT2006	55164225F	22/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IHF9842	55166358F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IHK7066	55166395F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IHQ3942	54228404N	01/03/2017	50020	257	8\$	
IHV2791	55166389F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IJY4998	55164019F	20/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ILQ5009	55166071F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
INU4425	55165514F	09/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
INU4425	55165528F	09/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IOD6215	55164406F	23/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IOE5189	55864370E	23/03/2017	60501	208		
IOT8476	55164357F	23/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IOW9959	55163544F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IPG9067	55166024F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IQG5957	55163818F	17/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IQS5638	55166465F	18/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IRA7607	55166427F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IRQ7199	55164064F	20/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ISG2410	55166376F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ISM7642	55165829F	11/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ISV6431	55163746F	16/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ITF7401	55166016F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ITU5733	55163457F	13/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IVN6116	55164417F	23/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IXP8080	55166475F	18/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JNB3817	55166047F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JSV3582	55166407F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JTA7398	55166304F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KBH2206	55166112F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KBH2206	55166054F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KJK3201	55166392F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KMZ1231	55864352E	21/03/2017	51851	167		
KNS0742	55166045F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KYO0266	55166124F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KYO0266	55166143F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LBX9459	54229118N	02/03/2017	50020	257	8\$	
LRF3629	55163630F	15/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LSX2344	55166355F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LSX2344	55166316F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LWV3513	55165799F	11/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LWZ2426	55166228F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXN1955	55864110E	22/02/2017	54521	181 *	VIII	
LYS2985	55166207F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

LYS2985	55166236F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYS2985	55166261F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYS2985	55166328F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYS2985	55166302F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYS2985	55166281F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYS2985	55166369F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYT1037	55166039F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYW1088	55166239F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYW7359	55166033F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYW7359	55166084F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYW7359	55166059F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYX0675	55165282F	06/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYY6630	55166154F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZE8668	55163656F	15/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZZ2143	55164448F	24/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAK8793	55164029F	20/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAN6369	55164259F	22/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAU2518	55165868F	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBB1583	55163978F	18/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBF9525	55166023F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBQ1570	55164650F	25/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBQ2854	55163796F	16/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBT1225	55864197E	10/03/2017	76251	ART 181,	XX	
MBY4497	55166391F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBY5618	55166359F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCA8214	55166135F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCD2852	55163977F	18/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCF8546	55163518F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCH6105	55166204F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCI7684	55163952F	18/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCM5474	55163877F	17/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCP7697	55864195E	09/03/2017	55413	181*XVII	c/	Lei13146
MCV3908	55166370F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCX3215	55864121E	01/03/2017	55500	181 * XVII	III	
MCZ2425	55163937F	18/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCZ2972	55166487F	18/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDC4190	55863973E	02/04/2017	55500	181 * XVII	III	
MDF6841	55166390F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDO2081	55164209F	22/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDO2081	55164372F	23/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDO2081	55164389F	23/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDO2081	55164414F	23/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDP0807	55166317F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDP0867	55165688F	10/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDP7383	55864358E	19/03/2017	51851	167		
MDP7383	55864359E	19/03/2017	73662	252*VI		
MDU3907	55166263F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDU3907	55166410F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDV3831	55166383F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDX7159	55166070F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEA9645	55166476F	18/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEC0860	55164198F	21/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEC8064	55166092F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MED3659	55164583F	24/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEE1040	55864183E	07/03/2017	55500	181 * XVII	III	
MEM7422	55864367E	23/03/2017	52152	170		
MEN8632	55166464F	18/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEP8664	55163485F	13/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEQ2318	55166258F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEU9307	55166422F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEV6166	55163755F	16/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEZ8566	55163999F	20/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFJ0385	55166329F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

MFJ0385	55165960F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFJ0385	55166080F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFJ1276	55166001F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFL1612	55864356E	23/03/2017	61220	214 *	I	
MFP7400	55163504F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFS9243	55163691F	15/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFU6452	55166393F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFV8835	55166457F	18/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFW2587	55163664F	15/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFY5420	55864189E	07/03/2017	54600	181 *	IX	
MFZ6015	55864230E	08/03/2017	55411	181*XVII	c/	Lei13146
MGA5982	55166105F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGB1063	55166042F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGB1063	55166061F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGB2630	55165964F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGC4823	55166387F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGG3119	55166073F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGI1850	55166367F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGL3919	55864151E	06/03/2017	73662	252*VI		
MGM1049	55166091F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGT2478	55164771F	27/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGT2478	55164737F	27/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGU5140	55164410F	23/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGU9815	55166107F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGV0919	55166445F	18/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHA8671	55864363E	23/03/2017	60501	208		
MHA8671	55864364E	23/03/2017	70640	244 *	IV	
MHA8671	55864365E	23/03/2017	70561	244 *	III	
MHA8671	55864366E	23/03/2017	52152	170		
MHB1973	55163948F	18/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHC0840	55165995F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHE1745	55166087F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHF3309	55163543F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHH7457	55163608F	15/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHS7690	55163864F	17/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHT9951	55166028F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHV2788	55163535F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHV7960	55166040F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHY3975	55166417F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHZ1204	55864069E	24/02/2017	51851	167		
MHZ4835	55864360E	22/03/2017	56222	182 *	VI	
MIA8035	55164485F	24/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIB4800	55166038F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIB7178	55163016F	07/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH3962	55166442F	18/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH3962	55166467F	18/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH3962	55166342F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH3962	55166284F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH3962	55166233F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH3962	55166308F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH3962	55166266F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH3962	55166218F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH3962	55166007F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH3962	55165989F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH3962	55165963F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MII0962	55163490F	13/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MII3228	55165979F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIK0350	55166349F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIL6010	55163981F	18/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIN3344	55163642F	15/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIO2390	55166423F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIO2390	55166295F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIP3613	55163532F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

MIQ6182	55164048F	20/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIR9707	55164146F	21/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIT6550	55163968F	18/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIU5045	55166363F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIW3211	55166421F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIW5773	55163794F	16/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIX0721	55166212F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIY1580	54233218N	16/03/2017	50020	257	8\$	
MIY8018	55166514F	20/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIZ1258	55166436F	18/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJC4755	55164321F	22/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJI1629	55163972F	18/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJK2357	55166006F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJK7690	55163432F	13/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJM9003	55165915F	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJN6555	55166025F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJN6555	55166055F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJN7348	55864373E	01/04/2017	54521	181 *	VIII	
MJQ2331	55163025F	08/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJQ2854	55166224F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJQ5497	55164277F	22/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJQ8019	54240495N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MJR9612	55166306F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJR9921	55164093F	20/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJT2788	55163759F	16/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJT6857	55164089F	20/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJV8956	55163686F	15/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJX6923	55166396F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJY2273	55864143E	10/03/2017	55090	181 *	XIII	
MJY4036	55864191E	07/03/2017	55680	181 *	XIX	
MJZ1732	55163406F	13/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKA7169	55164769F	27/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKD7471	55166205F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKD7471	55166165F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKD7471	55166149F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKE4122	55166161F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKF4979	55165967F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKH0621	55163824F	17/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKH0621	55163838F	17/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKI5316	55163495F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKJ0710	55166125F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKL1183	55166090F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKO9368	55163583F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKQ0511	55166340F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKQ1449	55864150E	13/03/2017	55411	181*XVII	c/	Lei13146
MKQ6326	55163851F	17/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKV4907	55166132F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKW5680	55166490F	18/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKW8604	55163871F	17/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLC9206	55163673F	15/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLC9206	55164143F	21/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLD8721	55166194F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLE5820	55166202F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLE9913	55164749F	27/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLI3754	55164194F	21/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLJ5912	55166113F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLM3521	55163743F	16/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLN5378	55164394F	23/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLO6224	55164221F	22/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLO6949	55164257F	22/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLQ3489	55163914F	17/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLR2947	55166168F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLR4068	55163516F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

MLS8609	55164081F	20/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLT6752	55163770F	16/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLU6741	55166123F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLV0234	55166238F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLW5160	55166103F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLW9866	55864180E	06/03/2017	54600	181 *	IX	
MLY2775	55162510F	01/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLY2775	55162533F	01/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLY2775	55162885F	06/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLY8123	55864144E	10/03/2017	54600	181 *	IX	
MMA6926	55163867F	17/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMA9369	55166400F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMA9369	55166384F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMB5508	55166506F	20/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMH7369	55166191F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMI1270	55166341F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MML2549	55166419F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMM4778	55165984F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMM7520	55166049F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMM7520	55166065F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMM7520	55166011F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMM7520	55166394F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MPK8518	55164149F	21/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MPZ2092	55864351E	20/03/2017	51851	167		
MVC8982	55164633F	25/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NAE9301	55163525F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NAE9301	55163574F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NJS3800	55166075F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NUC9570	55163590F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NYF3166	55166197F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OBU3335	55166426F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKE5677	55166043F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKE8213	55162930F	07/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKE9696	55166186F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKE9696	55166145F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKE9696	55166128F	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKF4262	55163676F	15/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKG4548	55164554F	24/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
PVM1319	55166232F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QBW8996	55165529F	09/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHB7487	55163894F	17/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHD3487	55163558F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHD7224	55166275F	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHJ1217	55164069F	20/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHJ3851	55166472F	18/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHJ8621	55164189F	21/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHK4470	55163133F	09/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHK4470	55163352F	11/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHK4470	55163378F	11/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHM0270	55164573F	24/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHM1965	55165972F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHM9872	55163562F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHN1529	55163641F	15/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHS8078	55163769F	16/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHY4164	55166000F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIA0455	55166337F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIA1535	54229117N	02/03/2017	50020	257	8\$	
QIA7624	55163939F	18/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIB3916	55166361F	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIC2966	55165961F	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QII8736	55166488F	18/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIK0156	55163696F	15/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIM3071	55165851F	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

QIN8111	55166074F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QJE1234	55166014F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QJQ0018	55166227F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8745 918/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - ELETRONICO - 280810

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8745 918/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

AAM5639	0000657490	20/03/2017	56732	183
ABI2888	0000652600	12/03/2017	74550	218 * I
ABI2888	0000652406	12/03/2017	74550	218 * I
ABL2426	0000641030	21/02/2017	74550	218 * I
ABM3067	0000641511	22/02/2017	74550	218 * I
ABN5443	0000644199	26/02/2017	74630	218 * II
ACX1112	0000641733	23/02/2017	56732	183
ADU6113	54229695N	03/03/2017	50020	257 8S
ADX9689	0000642501	24/02/2017	74550	218 * I
AED1118	0000642336	24/02/2017	60503	208
AEH3192	0000657220	19/03/2017	74550	218 * I
AES8687	0000651627	11/03/2017	74630	218 * II
AFA6244	0000657359	19/03/2017	74550	218 * I
AFN8862	0000656187	18/03/2017	74550	218 * I
AFQ7254	0000644215	26/02/2017	74630	218 * II
AFR2925	0000639807	19/02/2017	74550	218 * I
AFT3011	0000643411	25/02/2017	74550	218 * I
AGW0302	0000639814	19/02/2017	74550	218 * I
AHC0588	0000654981	16/03/2017	74550	218 * I
AHC7740	0000644026	26/02/2017	74550	218 * I
AHL0101	0000655185	17/03/2017	74550	218 * I

AHU2058	0000653908	14/03/2017	74630	218	*	II
AHX6357	0000656540	18/03/2017	74550	218	*	I
AIB2838	0000641684	23/02/2017	74550	218	*	I
AIF3749	0000643727	26/02/2017	56732	183		
AIP1700	0000639070	18/02/2017	74550	218	*	I
AI4320	0000653295	13/03/2017	74550	218	*	I
AIT2008	0000655956	18/03/2017	74550	218	*	I
AJE5591	0000657690	20/03/2017	74550	218	*	I
AJE5591	0000657752	20/03/2017	74550	218	*	I
AJE5591	0000657934	20/03/2017	74630	218	*	II
AJE5591	0000657935	20/03/2017	74630	218	*	II
AJE5591	0000657962	20/03/2017	74550	218	*	I
AJH8921	0000639703	19/02/2017	74550	218	*	I
AJL7825	0000638767	18/02/2017	74550	218	*	I
AJP3825	0000655714	17/03/2017	74550	218	*	I
AJQ9005	0000640426	20/02/2017	74550	218	*	I
AJZ4286	0000656456	18/03/2017	74550	218	*	I
AKJ3733	0000641513	22/02/2017	74550	218	*	I
AKK9746	0000656204	18/03/2017	74550	218	*	I
ALC2445	0000644265	26/02/2017	74550	218	*	I
ALG1201	0000638626	18/02/2017	56732	183		
ALJ7410	0000655875	18/03/2017	60503	208		
ALN7504	0000636667	15/02/2017	74550	218	*	I
ALQ8487	0000643336	25/02/2017	74710	218	*	III
ALU7107	0000655914	18/03/2017	74550	218	*	I
ALU7107	0000655832	18/03/2017	74550	218	*	I
ALU7107	0000656151	18/03/2017	74630	218	*	II
ALU7107	0000655722	17/03/2017	74710	218	*	III
ALU7107	0000655694	17/03/2017	74550	218	*	I
ALU7107	0000655597	17/03/2017	74710	218	*	III
ALU7107	0000655421	17/03/2017	74630	218	*	II
ALU7107	0000655422	17/03/2017	74710	218	*	III
ALU7107	0000655435	17/03/2017	74630	218	*	II
ALU7107	0000655495	17/03/2017	74710	218	*	III
ALU7107	0000655536	17/03/2017	74550	218	*	I
ALU7107	0000655548	17/03/2017	74550	218	*	I
ALU7107	0000655167	17/03/2017	74630	218	*	II
ALU7107	0000654933	16/03/2017	74710	218	*	III
ALU7107	0000654923	16/03/2017	74550	218	*	I
ALU7107	0000655090	16/03/2017	74550	218	*	I
ALY7359	0000656299	18/03/2017	74550	218	*	I
ALZ5282	0000638744	18/02/2017	74550	218	*	I
ALZ5282	0000638749	18/02/2017	74630	218	*	II
ALZ5282	0000640407	19/02/2017	74630	218	*	II
AMF4683	0000641605	23/02/2017	74550	218	*	I
AMI4903	0000655973	18/03/2017	74550	218	*	I
ANB2289	0000655438	17/03/2017	74550	218	*	I
ANB2289	0000655648	17/03/2017	74550	218	*	I
ANB2289	0000655679	17/03/2017	74630	218	*	II
ANF1509	0000640230	20/02/2017	74710	218	*	III
ANF1509	0000640237	20/02/2017	74550	218	*	I
ANF2833	0000655749	18/03/2017	56732	183		
ANG8067	0000638241	17/02/2017	74550	218	*	I
ANL6160	0000641047	21/02/2017	74550	218	*	I
ANL6160	0000640725	21/02/2017	74550	218	*	I
ANN7277	0000653678	14/03/2017	74630	218	*	II
ANU4272	0000641725	23/02/2017	74630	218	*	II
ANX7364	0000655545	17/03/2017	74550	218	*	I
AOG0357	0000656385	18/03/2017	74550	218	*	I
AOI6322	0000656244	18/03/2017	74550	218	*	I
AOO0607	0000638110	17/02/2017	74550	218	*	I
AOS0179	0000654951	16/03/2017	74550	218	*	I
AOV8033	0000638603	18/02/2017	74550	218	*	I

APM8705	0000656051	18/03/2017	60503	208	
APS1312	0000655144	17/03/2017	74550	218	* I
APS1312	0000656650	19/03/2017	74550	218	* I
AQC9061	0000656240	18/03/2017	74550	218	* I
AQC9061	0000651885	11/03/2017	74550	218	* I
AQC9061	0000651907	11/03/2017	74710	218	* III
AQC9461	0000637148	16/02/2017	56732	183	
AQF5350	0000642573	24/02/2017	74550	218	* I
AQK9689	0000655589	17/03/2017	74550	218	* I
AQP9913	0000647040	03/03/2017	74550	218	* I
AQQ9941	0000657337	19/03/2017	74550	218	* I
ARH7967	0000643521	24/02/2017	74550	218	* I
ARR5078	0000638267	18/02/2017	74550	218	* I
ARV1826	0000656636	19/03/2017	74550	218	* I
ASJ6014	0000654682	16/03/2017	60503	208	
ASK0961	0000657579	20/03/2017	74550	218	* I
ASP4313	0000632961	09/02/2017	74550	218	* I
ASP4313	0000633056	09/02/2017	74550	218	* I
ASS4811	0000651709	11/03/2017	56732	183	
ASU7247	0000647852	04/03/2017	74550	218	* I
ASY1090	0000651962	11/03/2017	74550	218	* I
ATH7281	0000651694	11/03/2017	74550	218	* I
ATI7119	0000635162	12/02/2017	74550	218	* I
AUC5290	0000635251	12/02/2017	74550	218	* I
AUK4339	0000642071	23/02/2017	74550	218	* I
AUK4490	0000654626	16/03/2017	74550	218	* I
AUP2313	0000653487	13/03/2017	74630	218	* II
AUP2313	0000653289	13/03/2017	74550	218	* I
AUQ4172	0000643969	26/02/2017	74550	218	* I
AVF1331	0000655337	17/03/2017	60503	208	
AVY5962	54238582N	04/04/2017	50020	257	8\$
AWI2006	0000650070	08/03/2017	74550	218	* I
AXE1363	0000636614	15/02/2017	74550	218	* I
AXS7028	0000652094	11/03/2017	74550	218	* I
AXV2913	54233567N	17/03/2017	50020	257	8\$
AXV2913	54233568N	17/03/2017	50020	257	8\$
AXV9473	0000640282	20/02/2017	74550	218	* I
AYO7895	0000639768	19/02/2017	74630	218	* II
AYR0352	0000636638	15/02/2017	74550	218	* I
AZH8842	0000655500	17/03/2017	74550	218	* I
AZO2274	0000638137	17/02/2017	74550	218	* I
BAB8083	0000636630	15/02/2017	74550	218	* I
BAD2446	0000652649	12/03/2017	74550	218	* I
BAD2446	0000652689	12/03/2017	74550	218	* I
BAD2446	0000652700	12/03/2017	74550	218	* I
BAD2446	0000652747	12/03/2017	74550	218	* I
BAD2446	0000652875	12/03/2017	74550	218	* I
BAV9194	0000638101	17/02/2017	74550	218	* I
BBB3563	0000642644	24/02/2017	74550	218	* I
BBB6755	0000636104	14/02/2017	56732	183	
BBZ2005	54238519N	04/04/2017	50020	257	8\$
BDW3113	0000640152	18/02/2017	60503	208	
BFN1226	0000640380	19/02/2017	74550	218	* I
BFN1226	0000637855	17/02/2017	74550	218	* I
BMB3700	0000643822	26/02/2017	56732	183	
BMN4472	0000656657	19/03/2017	74550	218	* I
BPJ1741	54231022N	09/03/2017	50020	257	8\$
BQE5447	0000653887	14/03/2017	74630	218	* II
BRH9361	0000656476	18/03/2017	74550	218	* I
BRH9361	0000656127	18/03/2017	56732	183	
BTN8599	0000642179	24/02/2017	60503	208	
BZY8430	0000656216	18/03/2017	74550	218	* I
CCF2272	0000652966	13/03/2017	60503	208	

CCR1131	0000637993	17/02/2017	74550	218	*	I
CFB0347	0000655828	18/03/2017	74550	218	*	I
CJY8578	0000645488	28/02/2017	74550	218	*	I
CLC7086	0000642507	24/02/2017	74550	218	*	I
CLO9103	0000640668	21/02/2017	74550	218	*	I
CMK9358	0000644682	27/02/2017	74550	218	*	I
CMN2844	0000638308	18/02/2017	74630	218	*	II
CMS4141	0000639084	18/02/2017	74630	218	*	II
CNA3765	0000656004	18/03/2017	74550	218	*	I
CNA3765	0000655938	18/03/2017	74630	218	*	II
CNS4141	0000642334	24/02/2017	74550	218	*	I
CON0742	0000656321	18/03/2017	74550	218	*	I
COV3498	0000653050	13/03/2017	74630	218	*	II
CPB4704	0000637904	17/02/2017	74550	218	*	I
CPW5456	0000654165	15/03/2017	74630	218	*	II
CPW9588	0000656259	18/03/2017	74630	218	*	II
CQD2977	0000655677	17/03/2017	74550	218	*	I
CQR3422	0000652501	12/03/2017	74630	218	*	II
CRD0878	0000651987	11/03/2017	74550	218	*	I
CRD0878	0000656883	19/03/2017	74550	218	*	I
CRP1175	0000636482	15/02/2017	56732	183		
CSC5465	0000630114	05/02/2017	74550	218	*	I
CSC5465	0000630247	05/02/2017	74710	218	*	III
CSC5465	0000630112	05/02/2017	74710	218	*	III
CSW4696	0000636822	15/02/2017	74550	218	*	I
CTI0722	0000638255	17/02/2017	74550	218	*	I
CVC1450	0000643194	25/02/2017	74630	218	*	II
CVC1450	0000643213	25/02/2017	74550	218	*	I
CWH7215	0000655762	18/03/2017	60503	208		
CXY8973	0000654362	15/03/2017	74550	218	*	I
CYQ7023	54238503N	04/04/2017	50020	257	8\$	
CZF6581	0000637348	16/02/2017	74550	218	*	I
DAS9949	0000638769	18/02/2017	74550	218	*	I
DDR8935	0000656417	18/03/2017	74550	218	*	I
DDY6913	0000636801	15/02/2017	74550	218	*	I
DDY6913	0000636335	14/02/2017	74550	218	*	I
DFV2151	0000642737	25/02/2017	74550	218	*	I
DFV2151	0000642842	25/02/2017	74550	218	*	I
DFV2151	0000642989	25/02/2017	74630	218	*	II
DHQ0442	0000638162	17/02/2017	74550	218	*	I
DHX8546	0000638457	18/02/2017	74630	218	*	II
DHZ8074	0000655199	17/03/2017	56732	183		
DIC6677	0000655042	16/03/2017	74550	218	*	I
DIF3640	0000655269	17/03/2017	74550	218	*	I
DIG3361	0000656342	18/03/2017	74550	218	*	I
DII6756	0000642416	24/02/2017	74550	218	*	I
DIO0603	0000636939	15/02/2017	74550	218	*	I
DIO0603	0000637806	17/02/2017	74550	218	*	I
DIO0603	0000638797	18/02/2017	74630	218	*	II
DIQ4423	0000639623	19/02/2017	74550	218	*	I
DIY2822	0000656038	18/03/2017	74630	218	*	II
DJE2752	0000640831	21/02/2017	74630	218	*	II
DMA9088	0000638196	17/02/2017	74550	218	*	I
DMM4234	0000641292	22/02/2017	74550	218	*	I
DMR2505	0000641943	23/02/2017	74550	218	*	I
DMS6691	0000643242	25/02/2017	74550	218	*	I
DNB4286	0000636207	14/02/2017	74550	218	*	I
DNQ3272	0000656742	19/03/2017	74550	218	*	I
DNU7660	0000657539	20/03/2017	56732	183		
DON1240	54238508N	04/04/2017	50020	257	8\$	
DON8175	0000639858	19/02/2017	74550	218	*	I
DQQ5195	0000642923	25/02/2017	74630	218	*	II
DQT2208	0000656142	18/03/2017	74630	218	*	II

DRP3113	0000636185	14/02/2017	74550	218	*	I
DRV1443	0000645814	01/03/2017	74710	218	*	III
DSD8215	0000640162	20/02/2017	74550	218	*	I
DSK9888	0000657863	20/03/2017	74550	218	*	I
DUD9798	0000638490	18/02/2017	74710	218	*	III
DUL1095	0000655381	17/03/2017	74550	218	*	I
DUU4699	0000640399	19/02/2017	74550	218	*	I
DWI3262	0000636169	14/02/2017	74550	218	*	I
DYC8233	0000644134	26/02/2017	74630	218	*	II
DYC8233	0000641722	23/02/2017	56732	183		
DZV6148	0000655581	17/03/2017	74550	218	*	I
EAC3699	0000639006	18/02/2017	74550	218	*	I
EAN4554	0000656191	18/03/2017	74550	218	*	I
EBA9509	0000643950	26/02/2017	74550	218	*	I
EBH2018	0000654761	16/03/2017	74550	218	*	I
EBL9747	0000636073	14/02/2017	56732	183		
EBP0944	0000644783	27/02/2017	74550	218	*	I
EBV7983	0000641341	22/02/2017	74550	218	*	I
ECM9839	54238526N	04/04/2017	50020	257	8\$	
ECM9839	54238546N	04/04/2017	50020	257	8\$	
ECM9839	54238547N	04/04/2017	50020	257	8\$	
ECM9839	54238548N	04/04/2017	50020	257	8\$	
EDE8356	0000655995	18/03/2017	74550	218	*	I
EDE8356	0000656997	19/03/2017	74550	218	*	I
EDW7154	0000655923	18/03/2017	74630	218	*	II
EDW7154	0000654590	16/03/2017	74550	218	*	I
EER6267	0000657330	19/03/2017	74630	218	*	II
EFT0194	0000639460	19/02/2017	74550	218	*	I
EFV2647	0000642080	24/02/2017	74630	218	*	II
EIW9629	0000635941	13/02/2017	74550	218	*	I
EMR7143	0000656308	18/03/2017	74550	218	*	I
EMR7143	0000656447	18/03/2017	74550	218	*	I
EMR7143	0000655407	17/03/2017	74550	218	*	I
EMV7001	54228475N	01/03/2017	50020	257	8\$	
EMY9386	0000655321	17/03/2017	74550	218	*	I
EQH4250	0000656875	19/03/2017	74550	218	*	I
ESA4400	0000655229	17/03/2017	74550	218	*	I
ETP6935	0000656008	18/03/2017	74550	218	*	I
ETX6577	0000640318	20/02/2017	74630	218	*	II
EVL2517	0000655259	17/03/2017	56732	183		
EXM3216	0000655378	17/03/2017	56732	183		
EYG4749	0000640825	21/02/2017	74550	218	*	I
EYM3935	0000638869	18/02/2017	74550	218	*	I
EYV2837	0000655411	17/03/2017	74630	218	*	II
EYV2837	0000655119	17/03/2017	56732	183		
EYV2837	0000656518	18/03/2017	74550	218	*	I
FAG4200	0000657342	19/03/2017	74550	218	*	I
FDH2449	0000656929	19/03/2017	60503	208		
FDH4903	0000656430	18/03/2017	74550	218	*	I
FER9668	0000627402	02/02/2017	74630	218	*	II
FFP1799	0000656305	18/03/2017	74550	218	*	I
FGG6551	0000654961	16/03/2017	74630	218	*	II
FGZ4727	0000639007	18/02/2017	74630	218	*	II
FGZ4727	0000635865	13/02/2017	74550	218	*	I
FIU8017	0000643896	26/02/2017	56732	183		
FIU8017	0000644007	26/02/2017	74550	218	*	I
FJW5148	0000653866	14/03/2017	74550	218	*	I
FKK0339	0000637407	16/02/2017	74550	218	*	I
FKK0339	0000656543	19/03/2017	74550	218	*	I
FLY4516	0000639209	19/02/2017	74550	218	*	I
FPR2216	0000656334	18/03/2017	74550	218	*	I
FTV1788	0000655615	17/03/2017	74550	218	*	I
GFR0577	0000638698	18/02/2017	74550	218	*	I

GXF0339	0000643015	25/02/2017	74550	218	* I
HBS1876	0000656516	18/03/2017	74630	218	* II
HBZ1024	54238587N	04/04/2017	50020	257	8\$
HBZ1024	54238498N	04/04/2017	50020	257	8\$
HBZ1025	54238590N	04/04/2017	50020	257	8\$
HBZ1037	0000655190	17/03/2017	56732	183	
HBZ1037	54238514N	04/04/2017	50020	257	8\$
HBZ1037	54238521N	04/04/2017	50020	257	8\$
HBZ1037	54238551N	04/04/2017	50020	257	8\$
HBZ2085	54238513N	04/04/2017	50020	257	8\$
HBZ2085	54238589N	04/04/2017	50020	257	8\$
HBZ2085	54238592N	04/04/2017	50020	257	8\$
HBZ2085	54238577N	04/04/2017	50020	257	8\$
HEE6174	0000643640	26/02/2017	74550	218	* I
HEH8973	0000652101	11/03/2017	74550	218	* I
HFG2377	0000637287	16/02/2017	56732	183	
HGJ0258	0000636382	14/02/2017	74550	218	* I
HIH8617	0000638592	18/02/2017	74630	218	* II
HNQ3779	0000643436	25/02/2017	74550	218	* I
HRQ3001	0000643281	25/02/2017	74710	218	* III
HTF4267	0000654930	16/03/2017	74550	218	* I
IAQ8197	0000636912	15/02/2017	74550	218	* I
IAV1289	0000644128	26/02/2017	74550	218	* I
IAV1289	0000644129	26/02/2017	74630	218	* II
IBR8630	0000638808	18/02/2017	74550	218	* I
IBT2006	0000644049	26/02/2017	74550	218	* I
IBT2006	0000644023	26/02/2017	74550	218	* I
IBT2006	0000643205	25/02/2017	74550	218	* I
ICJ6601	0000657312	19/03/2017	74550	218	* I
ICJ6601	0000657274	19/03/2017	74550	218	* I
ICR5065	0000644318	26/02/2017	74630	218	* II
ICR5065	0000644319	26/02/2017	74550	218	* I
IDA7974	0000657305	19/03/2017	74550	218	* I
IDG9454	0000655347	17/03/2017	74550	218	* I
IDG9454	0000656457	18/03/2017	74630	218	* II
IDK9273	0000640889	20/02/2017	74550	218	* I
IDN7029	0000655880	18/03/2017	56732	183	
IEJ4117	0000653288	13/03/2017	74630	218	* II
IEL8750	0000637988	17/02/2017	74550	218	* I
IEP2234	0000640245	20/02/2017	74550	218	* I
IFL3080	0000656237	18/03/2017	74550	218	* I
IGL8095	0000641027	21/02/2017	74550	218	* I
IGP2489	0000656165	18/03/2017	74710	218	* III
IGP2489	0000657691	20/03/2017	74550	218	* I
IGV5217	0000639320	19/02/2017	56732	183	
IIA5087	0000638857	18/02/2017	74550	218	* I
IIC0620	0000647133	03/03/2017	74550	218	* I
IIP1008	0000644069	26/02/2017	74550	218	* I
IIR8926	0000656124	18/03/2017	60503	208	
IJD0053	0000654674	16/03/2017	56732	183	
IKA7184	0000640702	21/02/2017	74550	218	* I
IKF0954	0000655979	18/03/2017	56732	183	
IKK8928	0000642555	24/02/2017	74710	218	* III
IKK8928	0000642595	24/02/2017	74550	218	* I
IKN4678	0000656840	19/03/2017	56732	183	
IKN6657	54238563N	04/04/2017	50020	257	8\$
IKU7499	0000657859	20/03/2017	74550	218	* I
ILL6788	0000643087	25/02/2017	74710	218	* III
ILU0369	0000655255	17/03/2017	56732	183	
ILU8315	0000636844	15/02/2017	74550	218	* I
IMO1606	0000635866	13/02/2017	74550	218	* I
INF4426	0000655787	18/03/2017	74550	218	* I
INF4426	0000655833	18/03/2017	74550	218	* I

INK1154	0000655432	17/03/2017	74630	218	*	II
INK1154	0000655433	17/03/2017	74550	218	*	I
INR3933	0000655635	17/03/2017	74550	218	*	I
INS1727	0000642401	24/02/2017	60503	208		
INV3252	0000636749	15/02/2017	74550	218	*	I
IOA4824	0000652960	13/03/2017	74550	218	*	I
IOE6911	0000636899	15/02/2017	74550	218	*	I
IOO7820	0000642673	23/02/2017	74550	218	*	I
IOR9625	0000639826	19/02/2017	74550	218	*	I
IPA2906	0000655481	17/03/2017	74550	218	*	I
IPA3987	0000646907	03/03/2017	60503	208		
IPG9895	0000646314	02/03/2017	60503	208		
IPJ5944	0000638802	18/02/2017	74630	218	*	II
IPK8806	54238544N	04/04/2017	50020	257		8\$
IPL6766	0000654396	15/03/2017	74550	218	*	I
IPQ1655	0000642182	24/02/2017	74550	218	*	I
IPX1482	0000640090	20/02/2017	60503	208		
IPX7139	0000652202	12/03/2017	60503	208		
IPX8289	0000657603	20/03/2017	60503	208		
IQB3972	0000637292	16/02/2017	74550	218	*	I
IQG0104	0000644579	27/02/2017	74550	218	*	I
IQK7513	0000651810	11/03/2017	74550	218	*	I
IQO8751	0000647916	05/03/2017	74550	218	*	I
IQX6862	0000657558	20/03/2017	74550	218	*	I
IQZ0504	0000633959	11/02/2017	74550	218	*	I
IRB9499	54238542N	04/04/2017	50020	257		8\$
IRE1045	0000641515	22/02/2017	74550	218	*	I
IRE5031	0000650046	08/03/2017	74550	218	*	I
IRG6956	0000656166	18/03/2017	74550	218	*	I
IRH2325	0000656123	18/03/2017	74630	218	*	II
ISL5160	0000643669	26/02/2017	74550	218	*	I
ISM1973	0000642828	25/02/2017	74550	218	*	I
ISM1973	0000646006	25/02/2017	74550	218	*	I
ISO4532	0000650763	08/03/2017	74550	218	*	I
ISP1655	0000641614	23/02/2017	60503	208		
ISZ1077	0000636009	14/02/2017	74550	218	*	I
ISZ8931	0000654717	16/03/2017	60503	208		
ITV9133	0000644025	26/02/2017	74550	218	*	I
IUD8268	0000652935	13/03/2017	74550	218	*	I
IUD8268	0000657442	20/03/2017	74550	218	*	I
IUM7533	0000643979	26/02/2017	74550	218	*	I
IUP6607	0000639390	19/02/2017	74630	218	*	II
IUW8562	0000637996	17/02/2017	74550	218	*	I
IUY3866	0000654641	16/03/2017	74550	218	*	I
IUY6997	0000639113	19/02/2017	74550	218	*	I
IUY7678	0000638248	17/02/2017	74630	218	*	II
IUZ2489	0000636744	15/02/2017	74550	218	*	I
IVJ2023	0000636739	15/02/2017	74550	218	*	I
IVJ2023	0000636740	15/02/2017	74550	218	*	I
IVJ2023	0000636726	15/02/2017	74550	218	*	I
IVQ6835	54238569N	04/04/2017	50020	257		8\$
IVU1407	0000634721	12/02/2017	74550	218	*	I
IVU6541	0000638037	17/02/2017	74550	218	*	I
IVW3678	0000641556	23/02/2017	60503	208		
IVZ4376	0000656034	18/03/2017	74630	218	*	II
IWG1676	0000655858	18/03/2017	74550	218	*	I
IWN1926	0000639117	19/02/2017	56732	183		
IWN8736	0000645735	01/03/2017	74550	218	*	I
IWQ8652	0000656465	18/03/2017	74630	218	*	II
IWQ8652	0000656433	18/03/2017	74550	218	*	I
IXA7419	0000638657	18/02/2017	56732	183		
JBB0909	0000636288	14/02/2017	74550	218	*	I
JDK0209	0000635680	13/02/2017	74550	218	*	I

JNA3768	0000638290	18/02/2017	74550	218	*	I
JPJ2921	0000640830	21/02/2017	74550	218	*	I
JUD8000	0000649922	08/03/2017	74550	218	*	I
JUT7339	0000638943	18/02/2017	74630	218	*	II
JVR2184	0000657175	19/03/2017	74550	218	*	I
JWI7268	0000655948	18/03/2017	60503	208		
JYA4595	0000639156	19/02/2017	74550	218	*	I
JZP4322	0000654471	15/03/2017	74550	218	*	I
KAG0933	0000652196	12/03/2017	60503	208		
KAG0933	0000652236	12/03/2017	60503	208		
KAG0933	0000655625	17/03/2017	74550	218	*	I
KAJ1549	0000643953	26/02/2017	74550	218	*	I
KGY5729	0000657541	20/03/2017	60503	208		
KIG9229	0000643126	25/02/2017	74630	218	*	II
KIQ6518	0000656659	19/03/2017	74550	218	*	I
KKV1443	0000638377	18/02/2017	56732	183		
KMZ9441	0000644548	27/02/2017	74550	218	*	I
KNH3105	0000636526	15/02/2017	74550	218	*	I
KOD8601	0000656089	18/03/2017	74550	218	*	I
KOW9123	54238610N	04/04/2017	50020	257	8\$	
KOW9123	54238611N	04/04/2017	50020	257	8\$	
KRJ8487	0000640593	21/02/2017	74550	218	*	I
KWA1242	0000635559	13/02/2017	60503	208		
KYE5286	0000655757	18/03/2017	74630	218	*	II
KZS9277	54238573N	04/04/2017	50020	257	8\$	
LAQ9895	0000655341	17/03/2017	56732	183		
LAV1635	0000654185	15/03/2017	74550	218	*	I
LBR7884	0000640573	21/02/2017	74550	218	*	I
LCB7569	0000642116	24/02/2017	74550	218	*	I
LCB7569	0000642854	25/02/2017	74550	218	*	I
LCD6240	0000656147	18/03/2017	74550	218	*	I
LKU4374	0000639081	18/02/2017	74630	218	*	II
LOW5018	0000655483	17/03/2017	74550	218	*	I
LPO9062	0000655086	16/03/2017	74550	218	*	I
LTR1764	0000642347	24/02/2017	74550	218	*	I
LTR1764	0000641011	21/02/2017	74550	218	*	I
LTT0011	0000656507	18/03/2017	74550	218	*	I
LWW7915	0000641122	22/02/2017	74550	218	*	I
LWX5395	0000643520	24/02/2017	74550	218	*	I
LWX8355	0000636795	15/02/2017	74550	218	*	I
LWY6088	0000639945	20/02/2017	60503	208		
LWY6088	0000639967	20/02/2017	60503	208		
LXB6063	0000637402	16/02/2017	74550	218	*	I
LXK4908	0000641899	23/02/2017	74630	218	*	II
LXM2403	0000640484	21/02/2017	56732	183		
LXR3246	0000643768	26/02/2017	74550	218	*	I
LXR6656	0000642219	24/02/2017	74550	218	*	I
LXS8234	0000656250	18/03/2017	74550	218	*	I
LXS9074	0000636907	15/02/2017	74550	218	*	I
LXT3831	0000654464	15/03/2017	74550	218	*	I
LXT9084	0000653746	14/03/2017	56732	183		
LXY4684	0000644729	27/02/2017	74550	218	*	I
LXY7296	0000637516	16/02/2017	74550	218	*	I
MJI2689	54238509N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MJI3841	54238531N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MJI3841	0000655684	17/03/2017	74550	218	*	I
MJI3958	0000643302	25/02/2017	74550	218	*	I
MJI4288	54230978N	09/03/2017	50020	257	8\$	
MJI7540	0000635886	13/02/2017	74550	218	*	I
MJI8171	0000643390	25/02/2017	74630	218	*	II
MJI8171	0000644269	26/02/2017	74550	218	*	I
MJI8171	0000644147	26/02/2017	74550	218	*	I
MJI8171	0000644794	27/02/2017	74630	218	*	II

MJJ9922	0000655502	17/03/2017	74550	218	*	I
MJK9453	0000637028	16/02/2017	56732	183		
MJL0219	54238524N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MJL2446	0000644718	27/02/2017	74550	218	*	I
MJL3258	0000637212	16/02/2017	74550	218	*	I
MJL8130	0000639935	20/02/2017	74550	218	*	I
MJL8130	0000642825	25/02/2017	74550	218	*	I
MJL8130	0000641737	23/02/2017	74550	218	*	I
MJL8130	0000644785	27/02/2017	74630	218	*	II
MJL9643	0000640184	20/02/2017	74550	218	*	I
MJM6180	0000637998	17/02/2017	74550	218	*	I
MJN3176	0000651839	11/03/2017	74550	218	*	I
MJN6081	54238549N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MJO3902	0000643767	26/02/2017	74550	218	*	I
MJO5555	0000653279	13/03/2017	74550	218	*	I
MJO5703	0000656009	18/03/2017	74550	218	*	I
MJP3907	0000654567	15/03/2017	74550	218	*	I
MJQ5212	0000638827	18/02/2017	74550	218	*	I
MJQ5566	0000652777	12/03/2017	74550	218	*	I
MJR2416	54230973N	09/03/2017	50020	257	8\$	
MJR5843	0000657571	20/03/2017	74550	218	*	I
MJR9252	0000640775	21/02/2017	74550	218	*	I
MJS1846	54238567N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MJS1846	54238583N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MJT2507	0000641666	23/02/2017	74550	218	*	I
MJT2507	54230977N	09/03/2017	50020	257	8\$	
MJU0949	0000644014	26/02/2017	74550	218	*	I
MJU6288	54238568N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MJV9466	0000636495	15/02/2017	60503	208		
MJW4169	0000655504	17/03/2017	74550	218	*	I
MJX9134	0000657465	20/03/2017	74550	218	*	I
MJY0615	0000637770	17/02/2017	56732	183		
MJY6920	54238553N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MJY9207	0000654694	16/03/2017	60503	208		
MJZ0474	0000638136	17/02/2017	74630	218	*	II
MKA0471	0000645504	28/02/2017	74630	218	*	II
MKB0303	0000638213	17/02/2017	74550	218	*	I
MKB5234	0000654832	16/03/2017	74710	218	*	III
MKB5497	0000636351	14/02/2017	74550	218	*	I
MKB5544	0000641949	23/02/2017	74550	218	*	I
MKC1932	0000653246	13/03/2017	74550	218	*	I
MKC8358	0000655638	17/03/2017	74550	218	*	I
MKC8670	0000643240	25/02/2017	74550	218	*	I
MKC8670	0000643091	25/02/2017	74550	218	*	I
MKC8670	54230975N	09/03/2017	50020	257	8\$	
MKC8670	54230976N	09/03/2017	50020	257	8\$	
MKD2475	0000655279	17/03/2017	74550	218	*	I
MKD4891	0000636711	15/02/2017	74550	218	*	I
MKD5150	54230251N	06/03/2017	50020	257	8\$	
MKD7230	0000657226	19/03/2017	74550	218	*	I
MKD9058	0000655826	18/03/2017	74550	218	*	I
MKE2706	0000657339	19/03/2017	74550	218	*	I
MKE8642	0000657756	20/03/2017	74550	218	*	I
MKF0903	0000655049	16/03/2017	74550	218	*	I
MKF1413	0000641455	22/02/2017	74550	218	*	I
MKF7412	54238552N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MKG1426	0000638780	18/02/2017	74630	218	*	II
MKG1426	0000639012	18/02/2017	74550	218	*	I
MKG1426	0000639049	18/02/2017	74550	218	*	I
MKG3168	54238496N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MKG8209	54229673N	03/03/2017	50020	257	8\$	
MKH0706	0000657928	20/03/2017	74550	218	*	I
MKH3687	0000638335	18/02/2017	74550	218	*	I

MKK0765	54233579N	17/03/2017	50020	257	8\$
MKK1875	0000654909	16/03/2017	74550	218	* I
MKK4065	0000643548	25/02/2017	74550	218	* I
MKK7941	0000654796	16/03/2017	74550	218	* I
MKL5051	0000640302	20/02/2017	74630	218	* II
MKM1844	0000637257	16/02/2017	74550	218	* I
MKM5798	0000644489	27/02/2017	60503	208	
MKM7592	0000655708	17/03/2017	74550	218	* I
MKN4775	0000655368	17/03/2017	74550	218	* I
MKN7614	54238507N	04/04/2017	50020	257	8\$
MKN7742	0000640231	20/02/2017	74550	218	* I
MKN8415	0000638100	17/02/2017	74550	218	* I
MKO0239	0000639394	19/02/2017	60503	208	
MKO4246	0000639077	18/02/2017	74630	218	* II
MKO4246	0000638699	18/02/2017	74550	218	* I
MKP7337	0000635741	13/02/2017	56732	183	
MKQ4635	0000644383	27/02/2017	74550	218	* I
MKR0529	0000656292	18/03/2017	74550	218	* I
MKR3150	0000638043	17/02/2017	74550	218	* I
MKS1262	0000655303	17/03/2017	74550	218	* I
MKS2258	54238499N	04/04/2017	50020	257	8\$
MKS2270	0000655319	17/03/2017	74550	218	* I
MKS4747	0000638011	17/02/2017	74550	218	* I
MKS8318	0000640919	21/02/2017	74550	218	* I
MKT1613	0000639270	19/02/2017	74550	218	* I
MKT6448	0000655215	17/03/2017	60503	208	
MKT7433	0000643425	25/02/2017	74550	218	* I
MKU0917	0000640253	20/02/2017	74550	218	* I
MKU9154	0000642110	24/02/2017	56732	183	
MKV3714	0000656280	18/03/2017	74550	218	* I
MKV3714	0000656282	18/03/2017	74550	218	* I
MKV3908	0000637601	16/02/2017	74550	218	* I
MKV4436	0000640939	21/02/2017	74550	218	* I
MKV4436	0000643231	25/02/2017	74550	218	* I
MKW7058	0000637731	17/02/2017	56732	183	
MKX1178	0000656817	19/03/2017	74550	218	* I
MKX2329	0000644897	27/02/2017	74550	218	* I
MKX3395	0000636244	14/02/2017	74550	218	* I
MKY5565	0000657147	19/03/2017	74550	218	* I
MKY9720	0000638323	18/02/2017	74550	218	* I
MKZ3219	0000637255	16/02/2017	74550	218	* I
MLA0575	0000638249	17/02/2017	74550	218	* I
MLA4685	0000645700	01/03/2017	56732	183	
MLA5414	0000657119	19/03/2017	74550	218	* I
MLA7361	0000640607	21/02/2017	56732	183	
MLA8810	0000636658	15/02/2017	74550	218	* I
MLB0542	0000640292	20/02/2017	74550	218	* I
MLB1278	0000653474	13/03/2017	74550	218	* I
MLB1696	0000655944	18/03/2017	74550	218	* I
MLB4970	0000655898	18/03/2017	74550	218	* I
MLB4970	0000655267	17/03/2017	74550	218	* I
MLB4970	0000655313	17/03/2017	74550	218	* I
MLC2768	54232460N	14/03/2017	50020	257	8\$
MLC2957	0000655202	17/03/2017	56732	183	
MLC4204	0000655675	17/03/2017	74550	218	* I
MLC6591	0000653413	13/03/2017	74550	218	* I
MLD1105	54238615N	04/04/2017	50020	257	8\$
MLE1106	54238469N	04/04/2017	50020	257	8\$
MLE9036	0000640277	20/02/2017	74550	218	* I
MLE9282	0000642331	24/02/2017	74550	218	* I
MLF2022	0000643747	26/02/2017	60503	208	
MLF5517	0000655298	17/03/2017	60503	208	
MLG3245	0000639079	18/02/2017	74550	218	* I

MLG6539	0000653876	14/03/2017	74550	218	*	I
MLG6539	0000653265	13/03/2017	74550	218	*	I
MLH9891	54238520N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MLI7155	0000654534	14/03/2017	74550	218	*	I
MLI8056	0000653143	13/03/2017	74550	218	*	I
MLJ0583	0000636918	15/02/2017	74550	218	*	I
MLJ5838	54238545N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MLK7585	0000655136	17/03/2017	56732	183		
MLL1763	0000654861	16/03/2017	74550	218	*	I
MLL8014	0000639745	19/02/2017	74550	218	*	I
MLM3693	0000639504	19/02/2017	74550	218	*	I
MLN6834	0000655680	17/03/2017	74550	218	*	I
MLN8598	0000640801	21/02/2017	74550	218	*	I
MLO0958	54238540N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MLO5258	0000635880	13/02/2017	74550	218	*	I
MLO6949	0000637932	17/02/2017	74550	218	*	I
MLP4393	0000655292	17/03/2017	74550	218	*	I
MLP5418	0000642715	24/02/2017	74550	218	*	I
MLP5778	0000639268	19/02/2017	60503	208		
MLP9348	0000636765	15/02/2017	74550	218	*	I
MLQ2756	0000656532	18/03/2017	74550	218	*	I
MLQ3955	0000641024	21/02/2017	74550	218	*	I
MLQ4544	0000655932	18/03/2017	74550	218	*	I
MLQ4657	54238528N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MLQ4799	0000656502	18/03/2017	74550	218	*	I
MLR8374	0000656223	18/03/2017	74550	218	*	I
MLS1230	0000653282	13/03/2017	74550	218	*	I
MLT0336	0000639127	19/02/2017	74550	218	*	I
MLT1944	0000655493	17/03/2017	74550	218	*	I
MLT3251	0000638576	18/02/2017	74710	218	*	III
MLT7953	54238550N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MLT8204	0000644469	27/02/2017	60503	208		
MLU0070	0000652814	11/03/2017	74550	218	*	I
MLU6076	0000657348	19/03/2017	74550	218	*	I
MLU6943	0000642497	24/02/2017	74550	218	*	I
MLV0832	0000656347	18/03/2017	74550	218	*	I
MLV1666	0000657351	19/03/2017	74550	218	*	I
MLV2841	54238566N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MLV4830	0000656406	18/03/2017	74550	218	*	I
MLV7089	0000638841	18/02/2017	74550	218	*	I
MLW0239	0000636769	15/02/2017	74550	218	*	I
MLW3734	0000644617	27/02/2017	74550	218	*	I
MLX4942	0000644543	27/02/2017	74550	218	*	I
MLX8570	0000640813	21/02/2017	74550	218	*	I
MLY1009	0000635883	13/02/2017	74630	218	*	II
MLY1675	0000640169	20/02/2017	74550	218	*	I
MLY2187	0000635637	13/02/2017	74550	218	*	I
MLZ1157	0000655541	17/03/2017	74550	218	*	I
MLZ5745	0000644020	26/02/2017	74630	218	*	II
MLZ6435	0000638785	18/02/2017	74550	218	*	I
MLZ9329	0000635776	13/02/2017	74550	218	*	I
MMA1105	0000655314	17/03/2017	56732	183		
MMA1169	0000639333	19/02/2017	74550	218	*	I
MMA1873	0000642600	24/02/2017	74550	218	*	I
MMA6677	0000638142	17/02/2017	74550	218	*	I
MMA7051	0000655970	18/03/2017	60503	208		
MMA8022	0000654228	15/03/2017	74630	218	*	II
MMA9497	0000640054	20/02/2017	74550	218	*	I
MMB2932	0000645408	28/02/2017	74630	218	*	II
MMB8917	0000638957	18/02/2017	74550	218	*	I
MMC1066	0000656436	18/03/2017	74550	218	*	I
MMC2369	0000654765	16/03/2017	74550	218	*	I
MMC3140	0000657454	20/03/2017	60503	208		

MMC6944	54238511N	04/04/2017	50020	257	8\$
MMD3226	0000652974	13/03/2017	60503	208	
MMD8656	0000640199	20/02/2017	74550	218	* I
MMF6023	0000643928	26/02/2017	74550	218	* I
MMF6023	0000643781	26/02/2017	74710	218	* III
MMF7437	54238588N	04/04/2017	50020	257	8\$
MMF8710	0000637179	16/02/2017	74630	218	* II
MMH3626	0000656117	18/03/2017	74550	218	* I
MMH3626	0000655859	18/03/2017	56732	183	
MMH4388	0000655513	17/03/2017	74550	218	* I
MMI7658	0000656332	18/03/2017	74550	218	* I
MMJ3842	0000654703	16/03/2017	56732	183	
MMJ5362	0000638723	18/02/2017	74630	218	* II
MMK2085	0000637342	16/02/2017	74550	218	* I
MMK2901	0000638941	18/02/2017	74550	218	* I
MMK3109	0000655069	16/03/2017	74550	218	* I
MML1418	0000657455	20/03/2017	60503	208	
MML1536	0000638762	18/02/2017	74550	218	* I
MML1536	0000638288	18/02/2017	60503	208	
MML4225	0000645141	28/02/2017	60503	208	
MML4225	0000645152	28/02/2017	74630	218	* II
MML4225	0000645153	28/02/2017	74550	218	* I
MML4920	0000642095	24/02/2017	74550	218	* I
MML5838	0000635955	13/02/2017	74550	218	* I
MML8839	0000652134	10/03/2017	74550	218	* I
MMM4778	0000654864	16/03/2017	74550	218	* I
MMM7520	0000654138	15/03/2017	56732	183	
MMM7689	0000655604	17/03/2017	74630	218	* II
MOG2702	0000656460	18/03/2017	74550	218	* I
MOG2702	0000656220	18/03/2017	74630	218	* II
MOG2702	0000655911	18/03/2017	74630	218	* II
MOG2702	0000655902	18/03/2017	74630	218	* II
MOG2702	0000656081	18/03/2017	74710	218	* III
MOG2702	0000656061	18/03/2017	74710	218	* III
MUY6691	0000656304	18/03/2017	74550	218	* I
MUY6691	0000655517	17/03/2017	74550	218	* I
MUY6691	0000656597	19/03/2017	60503	208	
MUY6691	0000656637	19/03/2017	60503	208	
MUY6691	0000657045	19/03/2017	74630	218	* II
MWD1291	0000638586	18/02/2017	56732	183	
MXF2370	0000639764	19/02/2017	74550	218	* I
NCP5480	0000655966	18/03/2017	56732	183	
NDN4837	0000639004	18/02/2017	74550	218	* I
NED1749	54238461N	04/04/2017	50020	257	8\$
NED1749	54238463N	04/04/2017	50020	257	8\$
NED1749	54238464N	04/04/2017	50020	257	8\$
NFR6996	0000654647	16/03/2017	56732	183	
NFT8160	0000653538	14/03/2017	56732	183	
NFT8160	0000655166	17/03/2017	74550	218	* I
NGL9340	0000638578	18/02/2017	74550	218	* I
NHJ0624	0000642650	24/02/2017	74550	218	* I
NJJ8119	0000636705	15/02/2017	60503	208	
NJM5558	0000642066	23/02/2017	74550	218	* I
NKM0077	0000637690	17/02/2017	74710	218	* III
NOF1722	0000650227	09/03/2017	74550	218	* I
NPI1583	0000651328	11/03/2017	74550	218	* I
OAF2189	0000653112	13/03/2017	74550	218	* I
OBP0692	0000636956	15/02/2017	74550	218	* I
OCE0004	54238560N	04/04/2017	50020	257	8\$
OFW8800	0000644704	27/02/2017	74550	218	* I
OFW8800	0000641327	22/02/2017	74550	218	* I
OKE3916	0000639178	19/02/2017	74550	218	* I
OKG4548	0000642473	24/02/2017	74550	218	* I

OKG5519	0000655860	18/03/2017	60503	208	
OKG5857	0000636206	14/02/2017	74550	218	* I
OKG7087	0000655365	17/03/2017	74550	218	* I
OKG8520	0000638759	18/02/2017	74550	218	* I
OKG8646	0000638404	18/02/2017	74550	218	* I
OKG9479	0000644631	27/02/2017	74550	218	* I
OKH6790	0000638376	18/02/2017	60503	208	
OKH8066	0000640387	19/02/2017	74550	218	* I
OLS9540	0000639136	19/02/2017	74550	218	* I
OLS9540	0000639299	19/02/2017	74550	218	* I
OPX4807	0000655664	17/03/2017	74630	218	* II
OWX5729	0000642316	24/02/2017	74550	218	* I
PGF8846	0000640737	21/02/2017	74550	218	* I
QHA1232	0000640893	20/02/2017	74550	218	* I
QHA4724	0000642882	25/02/2017	60503	208	
QHA5320	54238572N	04/04/2017	50020	257	8\$
QHB3665	0000636588	15/02/2017	56732	183	
QHB4252	0000655820	18/03/2017	74550	218	* I
QHB5844	0000643888	26/02/2017	74550	218	* I
QHB6139	0000644281	25/02/2017	74550	218	* I
QHB7032	0000637383	16/02/2017	74550	218	* I
QHB7523	0000642472	24/02/2017	74550	218	* I
QHB8997	0000636851	15/02/2017	74550	218	* I
QHC1096	0000635768	13/02/2017	74550	218	* I
QHC1825	54238530N	04/04/2017	50020	257	8\$
QHC8329	0000656022	18/03/2017	74550	218	* I
QHD5739	0000655029	16/03/2017	74630	218	* II
QHD7409	0000654602	16/03/2017	74550	218	* I
QHD7409	0000657421	20/03/2017	74550	218	* I
QHE2978	0000641062	22/02/2017	74550	218	* I
QHE4701	0000639375	19/02/2017	74550	218	* I
QHE7407	0000643532	24/02/2017	74550	218	* I
QHE9349	0000643709	26/02/2017	74550	218	* I
QHF1230	54238535N	04/04/2017	50020	257	8\$
QHF1230	54238537N	04/04/2017	50020	257	8\$
QHF3688	0000656437	18/03/2017	74630	218	* II
QHF6464	0000638948	18/02/2017	74550	218	* I
QHF7619	0000643258	25/02/2017	74550	218	* I
QHF9989	0000655842	18/03/2017	74550	218	* I
QHG1340	0000644679	27/02/2017	74550	218	* I
QHG4579	0000655231	17/03/2017	74550	218	* I
QHG8229	0000636879	15/02/2017	74550	218	* I
QHG9179	0000654773	16/03/2017	74550	218	* I
QHI2144	0000653951	14/03/2017	74550	218	* I
QHJ8005	0000657795	19/03/2017	74550	218	* I
QHJ9515	0000655274	17/03/2017	74550	218	* I
QHK4295	54238562N	04/04/2017	50020	257	8\$
QHK6692	54238561N	04/04/2017	50020	257	8\$
QHL6959	54238571N	04/04/2017	50020	257	8\$
QHM0289	0000657343	19/03/2017	74550	218	* I
QHM2579	0000645066	28/02/2017	74550	218	* I
QHM5950	0000644871	27/02/2017	74550	218	* I
QHN2008	0000655617	17/03/2017	74550	218	* I
QHN4669	0000655496	17/03/2017	74550	218	* I
QHN4854	0000655556	17/03/2017	74550	218	* I
QHN7464	0000654731	16/03/2017	74550	218	* I
QHO0608	54238525N	04/04/2017	50020	257	8\$
QHO5226	0000638534	18/02/2017	74550	218	* I
QHO8821	0000654888	16/03/2017	74550	218	* I
QHP0761	0000655823	18/03/2017	56732	183	
QHP0828	0000654212	15/03/2017	74550	218	* I
QHP0828	0000654335	15/03/2017	74550	218	* I
QHP8788	0000641760	23/02/2017	74550	218	* I

QH9001	0000656537	18/03/2017	74550	218	*	I
QHR2543	0000643003	25/02/2017	74550	218	*	I
QHS0145	0000641479	22/02/2017	74630	218	*	II
QHS7244	0000644405	27/02/2017	60503	208		
QHS9383	0000656323	18/03/2017	74550	218	*	I
QHS9867	0000641707	23/02/2017	74550	218	*	I
QHT0207	54230269N	06/03/2017	50020	257	8\$	
QHT0207	54230275N	06/03/2017	50020	257	8\$	
QHT3829	0000641710	23/02/2017	74550	218	*	I
QHT3829	0000643022	25/02/2017	74550	218	*	I
QHT4388	0000641436	22/02/2017	74550	218	*	I
QHT5084	0000639149	19/02/2017	74550	218	*	I
QHT9517	0000642357	24/02/2017	74550	218	*	I
QHU5811	0000641138	22/02/2017	60503	208		
QHU6047	0000652895	13/03/2017	74550	218	*	I
QHU6882	0000650424	09/03/2017	74550	218	*	I
QHU9008	0000641441	22/02/2017	74630	218	*	II
QHU9610	0000657172	19/03/2017	74550	218	*	I
QHU9989	0000644536	27/02/2017	60503	208		
QHV1894	0000638621	18/02/2017	74630	218	*	II
QHV1894	0000638633	18/02/2017	74550	218	*	I
QHV3319	0000643744	26/02/2017	60503	208		
QHV8946	0000655740	18/03/2017	56732	183		
QHW0764	54238578N	04/04/2017	50020	257	8\$	
QHW6707	0000656341	18/03/2017	74550	218	*	I
QHW6707	54238504N	04/04/2017	50020	257	8\$	
QHW6707	54238570N	04/04/2017	50020	257	8\$	
QHW6801	0000638228	17/02/2017	74550	218	*	I
QHW7806	0000655293	17/03/2017	74550	218	*	I
QHW7979	0000657373	19/03/2017	74550	218	*	I
QHW8074	54238539N	04/04/2017	50020	257	8\$	
QHX1675	54228469N	01/03/2017	50020	257	8\$	
QHX7029	0000638752	18/02/2017	74550	218	*	I
QHZ1699	0000654782	16/03/2017	56732	183		
QHZ2260	54231032N	09/03/2017	50020	257	8\$	
QHZ4533	0000655580	17/03/2017	74550	218	*	I
QHZ8547	0000643445	25/02/2017	74550	218	*	I
QHZ8631	0000642100	24/02/2017	60503	208		
QIA8195	0000635619	13/02/2017	74550	218	*	I
QIB6511	54238467N	04/04/2017	50020	257	8\$	
QIC1276	0000655146	17/03/2017	56732	183		
QIC4464	54238518N	04/04/2017	50020	257	8\$	
QIC9262	0000639210	19/02/2017	74550	218	*	I
QID3981	0000655767	18/03/2017	74550	218	*	I
QID6470	0000636447	15/02/2017	74550	218	*	I
QIE5452	0000655853	18/03/2017	60503	208		
QIE5481	0000644358	26/02/2017	74550	218	*	I
QIF0579	0000655572	17/03/2017	74550	218	*	I
QIF0579	0000655710	17/03/2017	74550	218	*	I
QIF3662	0000641495	22/02/2017	74550	218	*	I
QIF3960	0000644349	26/02/2017	74550	218	*	I
QIF4356	0000637911	17/02/2017	60503	208		
QIF5851	0000643782	26/02/2017	74550	218	*	I
QIF5851	0000643927	26/02/2017	74550	218	*	I
QIF5851	0000643360	25/02/2017	74550	218	*	I
QIF5851	0000642879	25/02/2017	74550	218	*	I
QIG1234	0000650718	09/03/2017	74550	218	*	I
QIL1907	0000636267	14/02/2017	74550	218	*	I
QIM2210	54228462N	01/03/2017	50020	257	8\$	
QIM9842	0000656442	18/03/2017	74550	218	*	I
QIN0510	0000657129	19/03/2017	74630	218	*	II
QIO9040	0000655349	17/03/2017	56732	183		
QIW3939	0000655610	17/03/2017	74550	218	*	I

QIW3939	0000655552	17/03/2017	74550	218	*	I
QJC0503	0000641470	22/02/2017	74630	218	*	II
QJO1010	0000639267	19/02/2017	60503	208		
QJQ7117	0000636485	15/02/2017	56732	183		
LYE4524	0000656525	18/03/2017	74630	218	*	II
LYE4524	0000656527	18/03/2017	74550	218	*	I
LYE9607	0000643413	25/02/2017	74550	218	*	I
LYF1679	0000639473	19/02/2017	74630	218	*	II
LYG7915	0000655942	18/03/2017	60503	208		
LYJ5181	54238527N	04/04/2017	50020	257		8\$
LYJ6856	0000656372	18/03/2017	74550	218	*	I
LYK5584	0000642444	24/02/2017	74550	218	*	I
LYP2151	0000639080	18/02/2017	74550	218	*	I
LYP2300	0000655478	17/03/2017	74550	218	*	I
LYP2671	0000641371	22/02/2017	74550	218	*	I
LYP2975	0000635758	13/02/2017	74550	218	*	I
LYP4623	0000645068	28/02/2017	74550	218	*	I
LYQ9423	0000644454	27/02/2017	56732	183		
LYR9532	0000643741	26/02/2017	56732	183		
LYR9936	0000656529	18/03/2017	74550	218	*	I
LYT8972	0000655443	17/03/2017	74630	218	*	II
LYT8972	0000656222	18/03/2017	74550	218	*	I
LYU0675	0000656152	18/03/2017	74630	218	*	II
LYV1163	0000655989	18/03/2017	56732	183		
LYW9697	0000638753	18/02/2017	74550	218	*	I
LYX0675	0000652853	12/03/2017	74550	218	*	I
LYX3096	54238621N	04/04/2017	50020	257		8\$
LZA3875	0000655280	17/03/2017	74550	218	*	I
LZC9857	0000643799	26/02/2017	74550	218	*	I
LZD9736	0000643893	26/02/2017	60503	208		
LZG8860	0000641028	21/02/2017	74550	218	*	I
LZG8903	0000639281	19/02/2017	74550	218	*	I
LZG8903	0000639457	19/02/2017	74550	218	*	I
LZJ9341	54238532N	04/04/2017	50020	257		8\$
MAA2584	0000643432	25/02/2017	74550	218	*	I
MAA4776	0000638409	18/02/2017	74550	218	*	I
MAF4385	54238484N	04/04/2017	50020	257		8\$
MAG4787	0000655836	18/03/2017	56732	183		
MAG4787	0000657462	20/03/2017	56732	183		
MAH6921	0000655262	17/03/2017	56732	183		
MAI3956	0000637987	17/02/2017	74550	218	*	I
MAI3956	0000637876	17/02/2017	60503	208		
MAJ3189	0000636181	14/02/2017	74550	218	*	I
MAJ8673	0000637419	16/02/2017	74550	218	*	I
MAK4573	0000656388	18/03/2017	74550	218	*	I
MAL2950	0000657521	20/03/2017	56732	183		
MAN1022	0000638260	17/02/2017	74550	218	*	I
MAN6434	0000643151	25/02/2017	60503	208		
MAP6515	0000641700	23/02/2017	74550	218	*	I
MAP9096	0000637119	16/02/2017	74550	218	*	I
MAP9096	0000637121	16/02/2017	60503	208		
MAP9096	0000636047	14/02/2017	56732	183		
MAP9096	0000636734	15/02/2017	74550	218	*	I
MAU5422	0000654404	15/03/2017	74550	218	*	I
MAW3093	0000654696	16/03/2017	56732	183		
MAW5244	0000643968	26/02/2017	74550	218	*	I
MAX7254	0000638770	18/02/2017	74550	218	*	I
MAX9572	0000641353	22/02/2017	74550	218	*	I
MBC9022	0000654837	16/03/2017	74550	218	*	I
MBD0567	0000654544	14/03/2017	74550	218	*	I
MBG4152	0000643696	26/02/2017	60503	208		
MBG9258	0000642471	24/02/2017	74550	218	*	I
MBI2145	0000655999	18/03/2017	74550	218	*	I

MBJ1301	0000653584	14/03/2017	60503	208	
MBJ1784	0000644399	27/02/2017	56732	183	
MBJ2815	0000642572	24/02/2017	74550	218	* I
MBJ4175	0000640264	20/02/2017	74550	218	* I
MBJ6298	0000655763	18/03/2017	74550	218	* I
MBJ6893	54238581N	04/04/2017	50020	257	8\$
MBK6314	0000644112	26/02/2017	74550	218	* I
MBM6956	0000653399	13/03/2017	74710	218	* III
MBM6956	0000654027	14/03/2017	74550	218	* I
MBN8494	0000637662	17/02/2017	60503	208	
MBO4863	0000653692	14/03/2017	74550	218	* I
MBQ8034	0000637973	17/02/2017	74550	218	* I
MBU1582	0000654642	16/03/2017	56732	183	
MBU5083	0000656043	18/03/2017	74550	218	* I
MBW4584	0000639326	19/02/2017	74630	218	* II
MBW4841	0000654749	16/03/2017	56732	183	
MBW5722	0000643193	25/02/2017	74630	218	* II
MBX0409	54238575N	04/04/2017	50020	257	8\$
MBX9607	0000642887	25/02/2017	56732	183	
MBY9023	0000637279	16/02/2017	74550	218	* I
MBZ0112	0000635905	13/02/2017	74550	218	* I
MBZ6072	0000641422	22/02/2017	74550	218	* I
MCC8993	0000651213	10/03/2017	74550	218	* I
MCD0597	0000644570	27/02/2017	56732	183	
MCD2020	0000643676	26/02/2017	74550	218	* I
MCD3078	0000652957	13/03/2017	74550	218	* I
MCG8172	0000655399	17/03/2017	74550	218	* I
MCH1748	0000643572	25/02/2017	74550	218	* I
MCH1748	0000645998	25/02/2017	56732	183	
MCH3154	0000635628	13/02/2017	74550	218	* I
MCI4959	0000657319	19/03/2017	74550	218	* I
MCJ2280	0000637278	16/02/2017	60503	208	
MCJ8356	0000637784	17/02/2017	60503	208	
MCK8227	0000651957	11/03/2017	74550	218	* I
MCK8881	0000641339	22/02/2017	74550	218	* I
MCL1467	0000637488	16/02/2017	74550	218	* I
MCL3197	0000636763	15/02/2017	74550	218	* I
MCM7431	0000643361	25/02/2017	74550	218	* I
MCO5139	0000656298	18/03/2017	74550	218	* I
MCP5173	0000636287	14/02/2017	74550	218	* I
MCQ5221	0000641189	22/02/2017	60503	208	
MCQ5221	0000641190	22/02/2017	60503	208	
MCR6334	0000639910	20/02/2017	56732	183	
MCS1724	0000639478	19/02/2017	74550	218	* I
MCT1056	0000639052	18/02/2017	74550	218	* I
MCU0126	0000642209	23/02/2017	56732	183	
MCU5373	0000654461	15/03/2017	74550	218	* I
MCU9251	0000637565	16/02/2017	74550	218	* I
MCW7181	0000636033	14/02/2017	74550	218	* I
MCW7643	0000635948	13/02/2017	74550	218	* I
MCX1883	54230972N	09/03/2017	50020	257	8\$
MCY7646	0000641966	23/02/2017	74630	218	* II
MCZ0418	0000639066	18/02/2017	74550	218	* I
MCZ5849	0000656368	18/03/2017	74630	218	* II
MDA0957	0000653834	14/03/2017	74550	218	* I
MDB2440	0000640096	20/02/2017	56732	183	
MDB8602	0000638283	18/02/2017	60503	208	
MDD0950	0000637641	17/02/2017	56732	183	
MDD3868	0000655843	18/03/2017	56732	183	
MDD6853	0000656068	18/03/2017	56732	183	
MDD9626	0000655241	17/03/2017	60503	208	
MDF3699	0000639215	19/02/2017	74550	218	* I
MDF4296	0000655574	17/03/2017	74550	218	* I

MDG5258	0000656434	18/03/2017	74550	218	*	I
MDH6499	54238510N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MDH6650	0000638184	17/02/2017	74630	218	*	II
MDH7337	0000644539	27/02/2017	74550	218	*	I
MDI2729	0000653198	13/03/2017	74550	218	*	I
MDI3238	0000656139	18/03/2017	74550	218	*	I
MDJ6886	0000643759	26/02/2017	74550	218	*	I
MDJ8830	0000656170	18/03/2017	74710	218	*	III
MDJ8830	0000655768	18/03/2017	74630	218	*	II
MDJ8830	0000655815	18/03/2017	74630	218	*	II
MDK9718	0000641381	22/02/2017	74550	218	*	I
MDL6697	0000654270	15/03/2017	74550	218	*	I
MDL7192	0000656375	18/03/2017	74710	218	*	III
MDM3187	0000638528	18/02/2017	56732	183		
MDM4278	0000635809	13/02/2017	74630	218	*	II
MDM5506	0000641922	23/02/2017	74550	218	*	I
MDM8673	0000642642	24/02/2017	74550	218	*	I
MDN6548	0000642917	25/02/2017	74710	218	*	III
MDN6548	0000643094	25/02/2017	74630	218	*	II
MDN6548	0000643036	25/02/2017	74710	218	*	III
MDN6548	0000643892	26/02/2017	60503	208		
MDO2436	0000655388	17/03/2017	56732	183		
MDP3451	0000638431	18/02/2017	56732	183		
MDP8890	0000639522	19/02/2017	74550	218	*	I
MDQ0045	0000640177	20/02/2017	74550	218	*	I
MDQ1348	0000646001	25/02/2017	56732	183		
MDS6375	0000656391	18/03/2017	74550	218	*	I
MDT0699	0000655540	17/03/2017	74550	218	*	I
MDT9478	0000653266	13/03/2017	74550	218	*	I
MDU1706	0000636836	15/02/2017	74550	218	*	I
MDU3617	0000656435	18/03/2017	74550	218	*	I
MDU3907	0000655373	17/03/2017	74550	218	*	I
MDV4729	0000642159	24/02/2017	56732	183		
MDV6331	0000655376	17/03/2017	56732	183		
MDV6851	0000640937	21/02/2017	74550	218	*	I
MDW6901	0000642231	24/02/2017	74550	218	*	I
MDX8159	0000655605	17/03/2017	74710	218	*	III
MDY0427	0000655936	18/03/2017	74550	218	*	I
MDZ5137	0000637620	16/02/2017	74550	218	*	I
MEA5593	54238497N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MEB2317	0000643005	25/02/2017	74550	218	*	I
MEC9556	0000656967	19/03/2017	74550	218	*	I
MED3856	0000656010	18/03/2017	74630	218	*	II
MED4969	0000636053	14/02/2017	60503	208		
MED5907	54238579N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MED7160	0000639960	20/02/2017	60503	208		
MED8422	0000640560	20/02/2017	56732	183		
MEE7672	54238591N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MEF0013	0000642036	22/02/2017	74550	218	*	I
MEF0287	0000640316	20/02/2017	74550	218	*	I
MEF3997	0000632418	08/02/2017	60503	208		
MEF5985	0000638349	18/02/2017	60503	208		
MEG2527	0000656510	18/03/2017	74550	218	*	I
MEG3958	0000642541	24/02/2017	74550	218	*	I
MEH9231	0000655268	17/03/2017	74550	218	*	I
MEJ2244	54233118N	16/03/2017	50020	257	8\$	
MEJ2902	0000649419	07/03/2017	74550	218	*	I
MEJ2959	0000636304	14/02/2017	74550	218	*	I
MEJ3037	0000640389	19/02/2017	74550	218	*	I
MEJ6493	0000638387	18/02/2017	60503	208		
MEK2528	0000654899	16/03/2017	74550	218	*	I
MEK8055	0000654866	16/03/2017	74550	218	*	I
MEK8055	0000656129	18/03/2017	60503	208		

MEK9142	0000654797	16/03/2017	74550	218	*	I
MEL0885	0000641073	22/02/2017	56732	183		
MEM5308	54238516N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MEN0198	0000644124	26/02/2017	74550	218	*	I
MEN0198	0000644248	26/02/2017	74630	218	*	II
MEN5836	0000656474	18/03/2017	74550	218	*	I
MEO7885	0000657093	19/03/2017	74550	218	*	I
MEO8696	54233577N	17/03/2017	50020	257	8\$	
MEP4032	0000643880	26/02/2017	74550	218	*	I
MEP4032	0000642980	25/02/2017	60503	208		
MEP4032	0000641185	22/02/2017	60503	208		
MEP7546	0000655363	17/03/2017	74550	218	*	I
MER5591	0000638356	18/02/2017	74550	218	*	I
MES0253	0000641576	23/02/2017	56732	183		
MET5092	0000637736	17/02/2017	56732	183		
MET8028	0000655128	17/03/2017	74550	218	*	I
MEV7812	0000642041	22/02/2017	74550	218	*	I
MEW6237	0000656369	18/03/2017	74550	218	*	I
MEY4223	0000640650	21/02/2017	74630	218	*	II
MEY4223	0000638048	17/02/2017	74550	218	*	I
MEY4223	0000638694	18/02/2017	74710	218	*	III
MEY4223	0000639526	19/02/2017	74710	218	*	III
MEY4223	0000640504	21/02/2017	60503	208		
MEY4223	0000638859	18/02/2017	74550	218	*	I
MEY5153	0000657620	20/03/2017	74550	218	*	I
MEY8516	0000657378	19/03/2017	74550	218	*	I
MFA0901	0000636753	15/02/2017	74710	218	*	III
MFA0901	0000637410	16/02/2017	74550	218	*	I
MFA4917	0000655725	17/03/2017	74550	218	*	I
MFA4917	0000655497	17/03/2017	74630	218	*	II
MFA5655	54238558N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MFE0769	0000655228	17/03/2017	74550	218	*	I
MFE1325	0000656020	18/03/2017	74550	218	*	I
MFF5645	0000644245	26/02/2017	74550	218	*	I
MFF7528	0000654932	16/03/2017	74550	218	*	I
MFF7737	0000636493	15/02/2017	60503	208		
MFF8755	0000657390	19/03/2017	74550	218	*	I
MFG5258	0000641933	23/02/2017	74550	218	*	I
MFH9765	0000641356	22/02/2017	74550	218	*	I
MFI3460	0000654233	15/03/2017	74550	218	*	I
MFI9409	0000643124	25/02/2017	74550	218	*	I
MFJ6933	0000637664	17/02/2017	74550	218	*	I
MFJ9288	0000639523	19/02/2017	74550	218	*	I
MFJ9633	0000637887	17/02/2017	60503	208		
MFK3137	0000643004	25/02/2017	74550	218	*	I
MFK7397	54238593N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MFK9213	0000644038	26/02/2017	74550	218	*	I
MFK9213	0000644039	26/02/2017	74550	218	*	I
MFL1954	0000637867	17/02/2017	74630	218	*	II
MFL5169	0000636319	14/02/2017	74550	218	*	I
MFL5665	0000641220	22/02/2017	74550	218	*	I
MFL5665	0000641940	23/02/2017	74550	218	*	I
MFM3425	0000637803	17/02/2017	74550	218	*	I
MFM6596	0000655909	18/03/2017	60503	208		
MFN0739	0000637843	17/02/2017	74550	218	*	I
MFN3234	0000639618	19/02/2017	74550	218	*	I
MFN3296	0000638008	17/02/2017	74550	218	*	I
MFN5503	0000638524	18/02/2017	74630	218	*	II
MFN8876	0000640869	21/02/2017	74550	218	*	I
MFO8391	0000641545	23/02/2017	74550	218	*	I
MFQ0899	0000655316	17/03/2017	60503	208		
MFQ1461	0000639606	19/02/2017	74550	218	*	I
MFR2753	0000656180	18/03/2017	74550	218	*	I

MFR2753	0000656663	19/03/2017	60503	208	
MFR3509	0000639354	19/02/2017	74550	218	* I
MFR3509	0000638483	18/02/2017	74550	218	* I
MFR6375	0000638799	18/02/2017	74550	218	* I
MFS4993	0000657523	20/03/2017	56732	183	
MFT1754	0000643523	24/02/2017	74550	218	* I
MFU7093	54238501N	04/04/2017	50020	257	8\$
MFU7914	0000656492	18/03/2017	74550	218	* I
MFV5198	0000655068	16/03/2017	74550	218	* I
MFV6098	0000655711	17/03/2017	74550	218	* I
MFV9183	0000636180	14/02/2017	74550	218	* I
MFY7753	0000636344	14/02/2017	74550	218	* I
MFY0490	0000655900	18/03/2017	74550	218	* I
MFY3585	0000651288	10/03/2017	74550	218	* I
MFZ6103	0000655098	17/03/2017	74550	218	* I
MGA2565	0000636773	15/02/2017	74550	218	* I
MGA3027	0000655559	17/03/2017	74550	218	* I
MGA7879	54228302N	01/03/2017	50020	257	8\$
MGB1523	54238506N	04/04/2017	50020	257	8\$
MGB2990	0000656102	18/03/2017	74550	218	* I
MGB4271	0000639135	19/02/2017	74550	218	* I
MGB5809	0000656063	18/03/2017	74550	218	* I
MGB8748	0000641399	22/02/2017	74550	218	* I
MGC2928	0000655501	17/03/2017	74550	218	* I
MGD3213	0000643056	25/02/2017	60503	208	
MGD5263	0000638252	17/02/2017	74550	218	* I
MGE2215	0000640510	21/02/2017	74550	218	* I
MGE2215	0000643133	25/02/2017	60503	208	
MGE2215	0000642878	25/02/2017	60503	208	
MGE3282	0000641410	22/02/2017	74550	218	* I
MGE5784	0000639507	19/02/2017	74550	218	* I
MGE7213	0000641214	22/02/2017	74550	218	* I
MGF2772	0000633313	10/02/2017	60503	208	
MGG3120	0000639972	20/02/2017	74550	218	* I
MGI4822	0000644320	26/02/2017	74550	218	* I
MGI4822	0000644333	26/02/2017	74550	218	* I
MGI5691	0000638944	18/02/2017	74630	218	* II
MGI8028	0000651494	11/03/2017	74550	218	* I
MGJ1248	0000638366	18/02/2017	56732	183	
MGJ6430	0000657327	19/03/2017	74550	218	* I
MGJ8722	0000638180	17/02/2017	74550	218	* I
MGK4025	0000642114	24/02/2017	60503	208	
MGK8976	0000653400	13/03/2017	74550	218	* I
MGL4314	0000639247	19/02/2017	74550	218	* I
MGM2190	0000640791	21/02/2017	74550	218	* I
MGN1854	0000646106	01/03/2017	74550	218	* I
MGN3111	0000645056	28/02/2017	74550	218	* I
MGO2159	0000643051	25/02/2017	74550	218	* I
MGO2159	0000640210	20/02/2017	74710	218	* III
MGO3876	0000656383	18/03/2017	74550	218	* I
MGO3876	0000656345	18/03/2017	74550	218	* I
MGQ6105	54238580N	04/04/2017	50020	257	8\$
MGQ6402	0000638314	18/02/2017	74550	218	* I
MGQ7854	0000640666	21/02/2017	74550	218	* I
MGR7131	0000645406	28/02/2017	74550	218	* I
MGR7288	0000655774	18/03/2017	74550	218	* I
MGS0229	0000638619	18/02/2017	74630	218	* II
MGS1672	0000655651	17/03/2017	74550	218	* I
MGT5811	0000644741	27/02/2017	74550	218	* I
MGT5811	0000640716	21/02/2017	74550	218	* I
MGT5811	0000640717	21/02/2017	74630	218	* II
MGT5811	0000642512	24/02/2017	74550	218	* I
MGT5811	0000642505	24/02/2017	74710	218	* III

MGT8470	0000641931	23/02/2017	74550	218	*	I
MGU1876	0000643516	24/02/2017	74550	218	*	I
MGU6971	0000637241	16/02/2017	74550	218	*	I
MGV1397	0000636307	14/02/2017	74550	218	*	I
MGV1925	0000639275	19/02/2017	74710	218	*	III
MGV2818	0000655855	18/03/2017	74550	218	*	I
MGV2818	0000655892	18/03/2017	74550	218	*	I
MGV8603	0000641526	22/02/2017	74550	218	*	I
MGV9139	0000654945	16/03/2017	74550	218	*	I
MGY3925	0000638832	18/02/2017	74550	218	*	I
MGY4971	0000643080	25/02/2017	56732	183		
MGY5670	0000653902	14/03/2017	74550	218	*	I
MGY7940	54238557N	04/04/2017	50020	257		8\$
MGZ1930	0000636681	15/02/2017	74630	218	*	II
MGZ1930	0000636190	14/02/2017	74550	218	*	I
MGZ1930	0000636201	14/02/2017	74550	218	*	I
MGZ4094	0000645470	28/02/2017	74550	218	*	I
MHA9421	0000644924	27/02/2017	74550	218	*	I
MHB4565	0000655308	17/03/2017	74550	218	*	I
MHC6305	0000655897	18/03/2017	56732	183		
MHC9283	0000639302	19/02/2017	74550	218	*	I
MHD8591	0000645132	28/02/2017	74550	218	*	I
MHD9594	0000656058	18/03/2017	60503	208		
MHE2885	0000637547	16/02/2017	74550	218	*	I
MHF1879	0000642338	24/02/2017	74550	218	*	I
MHF1879	0000636642	15/02/2017	74550	218	*	I
MHG1486	0000640783	21/02/2017	74550	218	*	I
MHG4873	0000641142	22/02/2017	60503	208		
MHG5094	0000643316	25/02/2017	74630	218	*	II
MHG5094	0000652188	12/03/2017	74550	218	*	I
MHG5373	0000655323	17/03/2017	74550	218	*	I
MHH1063	0000656327	18/03/2017	74550	218	*	I
MHH1813	0000646007	25/02/2017	56732	183		
MHH3710	0000641225	22/02/2017	74550	218	*	I
MHI3832	0000637503	16/02/2017	74550	218	*	I
MHI4206	0000637298	16/02/2017	74550	218	*	I
MHI6834	0000638077	17/02/2017	74550	218	*	I
MHI9868	0000656031	18/03/2017	74550	218	*	I
MHJ6731	0000657317	19/03/2017	74630	218	*	II
MHJ6965	0000655076	16/03/2017	74550	218	*	I
MHK0710	0000638913	18/02/2017	74710	218	*	III
MHK2939	54238564N	04/04/2017	50020	257		8\$
MHK4796	0000640632	21/02/2017	60503	208		
MHK4862	0000636954	15/02/2017	74550	218	*	I
MHK4987	0000655406	17/03/2017	74550	218	*	I
MHK7841	0000636872	15/02/2017	74630	218	*	II
MHK7841	0000638893	18/02/2017	74550	218	*	I
MHK7841	0000640241	20/02/2017	74710	218	*	III
MHK7841	0000641304	22/02/2017	74630	218	*	II
MHK7841	0000641376	22/02/2017	74710	218	*	III
MHK7841	0000635949	13/02/2017	74710	218	*	III
MHK7841	0000635947	13/02/2017	74630	218	*	II
MHK7841	0000635609	13/02/2017	60503	208		
MHK8965	0000656466	18/03/2017	74550	218	*	I
MHL0039	0000639249	19/02/2017	60503	208		
MHL3347	54238574N	04/04/2017	50020	257		8\$
MHL7602	0000638748	18/02/2017	74550	218	*	I
MHM0967	54238559N	04/04/2017	50020	257		8\$
MHM1819	0000654254	15/03/2017	74550	218	*	I
MHN0023	0000657565	20/03/2017	74550	218	*	I
MHN2849	54238522N	04/04/2017	50020	257		8\$
MHN3217	54238505N	04/04/2017	50020	257		8\$
MHO1255	0000655104	17/03/2017	74550	218	*	I

MHO3347	0000653613	14/03/2017	74550	218	*	I
MHP2285	0000635821	13/02/2017	74550	218	*	I
MHP2285	54228463N	01/03/2017	50020	257	8\$	
MHP4378	0000640586	21/02/2017	74550	218	*	I
MHQ1795	0000640421	20/02/2017	74550	218	*	I
MHQ2331	0000655555	17/03/2017	74550	218	*	I
MHQ2876	0000653132	13/03/2017	56732	183		
MHQ3320	0000641442	22/02/2017	74550	218	*	I
MHQ4393	0000654929	16/03/2017	74550	218	*	I
MHR5984	0000632923	09/02/2017	60503	208		
MHR8217	0000657517	20/03/2017	74550	218	*	I
MHR9363	54238555N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MHR9363	54238556N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MHS3743	0000642043	22/02/2017	74550	218	*	I
MHS5829	0000655933	18/03/2017	74550	218	*	I
MHS6579	0000637472	16/02/2017	74550	218	*	I
MHU3682	0000638066	17/02/2017	74550	218	*	I
MHU9044	0000638480	18/02/2017	56732	183		
MHU9044	0000639237	19/02/2017	74630	218	*	II
MHU9531	0000657324	19/03/2017	74630	218	*	II
MHV4632	0000657355	19/03/2017	74550	218	*	I
MHV9899	0000639345	19/02/2017	74550	218	*	I
MHW4863	0000656227	18/03/2017	74550	218	*	I
MHW5506	54238502N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MHX0051	0000651565	11/03/2017	74550	218	*	I
MHX0051	0000650976	10/03/2017	56732	183		
MHX0051	0000655743	18/03/2017	74550	218	*	I
MHX0904	0000640826	21/02/2017	74550	218	*	I
MHX6316	0000644561	27/02/2017	74550	218	*	I
MHX8210	0000641857	23/02/2017	74550	218	*	I
MHX8705	0000655873	18/03/2017	56732	183		
MID2705	0000655459	17/03/2017	74550	218	*	I
MID2705	0000657682	20/03/2017	74630	218	*	II
MID2705	0000657689	20/03/2017	74550	218	*	I
MIE2143	0000642053	23/02/2017	74550	218	*	I
MIE2879	0000656196	18/03/2017	74550	218	*	I
MIE2896	0000636272	14/02/2017	74710	218	*	III
MIE7719	0000654973	16/03/2017	74550	218	*	I
MIH3027	0000653596	14/03/2017	74550	218	*	I
MIH7575	0000638328	18/02/2017	74550	218	*	I
MII7915	0000642577	24/02/2017	74550	218	*	I
MIJ2510	0000639766	19/02/2017	74550	218	*	I
MIJ6988	0000644241	26/02/2017	74550	218	*	I
MIK1437	0000654856	16/03/2017	74550	218	*	I
MIK2401	0000644311	26/02/2017	74550	218	*	I
MIK5264	0000657955	20/03/2017	74630	218	*	II
MIK9596	0000654520	14/03/2017	74550	218	*	I
MIL0577	0000655726	17/03/2017	74630	218	*	II
MIL0818	0000657321	19/03/2017	74550	218	*	I
MIO0737	0000642973	25/02/2017	74550	218	*	I
MIO0737	0000640818	21/02/2017	74550	218	*	I
MIO3016	54238483N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MIO4871	54240306N	06/04/2017	50020	257	8\$	
MIO9023	0000653909	14/03/2017	74550	218	*	I
MIQ0213	0000656893	19/03/2017	74550	218	*	I
MIQ6472	0000655961	18/03/2017	56732	183		
MIR7848	0000644046	26/02/2017	74550	218	*	I
MIS3727	0000655792	18/03/2017	74550	218	*	I
MIS3727	0000655171	17/03/2017	74630	218	*	II
MIS3727	0000655157	17/03/2017	74630	218	*	II
MIS3727	0000653354	13/03/2017	74550	218	*	I
MIS3727	0000653811	14/03/2017	74550	218	*	I
MIS3727	0000653191	13/03/2017	74550	218	*	I

MIS3727	0000653217	13/03/2017	74550	218	*	I
MIS7133	0000641431	22/02/2017	74550	218	*	I
MIS8124	0000641771	23/02/2017	74550	218	*	I
MIS8124	0000644487	27/02/2017	74550	218	*	I
MIS8124	0000640495	21/02/2017	74550	218	*	I
MIS9595	54238585N	04/04/2017	50020	257		8\$
MIS9595	54238586N	04/04/2017	50020	257		8\$
MIT8926	54238565N	04/04/2017	50020	257		8\$
MIU1992	0000656198	18/03/2017	74550	218	*	I
MIU3190	0000654922	16/03/2017	74550	218	*	I
MIV0558	54238523N	04/04/2017	50020	257		8\$
MIV9749	0000656605	19/03/2017	60503	208		
MIW0587	0000655739	18/03/2017	56732	183		
MIW2075	0000639752	19/02/2017	74550	218	*	I
MIW9469	0000638924	18/02/2017	74550	218	*	I
MIX9745	0000643396	25/02/2017	74550	218	*	I
MIY0484	0000656343	18/03/2017	74550	218	*	I
MIY4557	0000649729	08/03/2017	74550	218	*	I
MIY5410	0000642698	24/02/2017	74550	218	*	I
MIZ3642	0000643359	25/02/2017	74630	218	*	II
MIZ7485	0000657322	19/03/2017	74550	218	*	I
MIZ8467	54233116N	16/03/2017	50020	257		8\$
MJA1471	0000654786	16/03/2017	56732	183		
MJA3605	54238541N	04/04/2017	50020	257		8\$
MJA5857	0000642597	24/02/2017	74550	218	*	I
MJA9140	0000656252	18/03/2017	74550	218	*	I
MJB4014	0000655992	18/03/2017	74550	218	*	I
MJC6316	0000655138	17/03/2017	60503	208		
MJE0537	0000639424	19/02/2017	74550	218	*	I
MJE5186	0000641373	22/02/2017	74550	218	*	I
MJE9790	0000657140	19/03/2017	74630	218	*	II
MJH1397	54238584N	04/04/2017	50020	257		8\$
MJH2784	0000655543	17/03/2017	74550	218	*	I
MJH3261	0000639882	20/02/2017	74550	218	*	I
MJI0570	0000641753	23/02/2017	74630	218	*	II

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBÉ  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**Cocal do Sul**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8208 1145/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8208 1145/2017



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HHX6753	P01L70014R	25/01/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
IPZ1220	P01L7000NC	08/12/2016	60412	207	195.23
LYF2551	P01L7000NW	12/12/2016	66372	230 * IX	195.23
LYF2551	P01L7000NX	12/12/2016	52742	175	2934.68
LYF2551	P01L7000NY	12/12/2016	50100	162 * I	880.40
LYF2551	P01L7000NZ	12/12/2016	50610	163 c/c 162 * I	880.40
LYF2551	P01L7000O0	12/12/2016	51851	167	195.23
MAJ6604	P01L70012T	21/01/2017	73580	252 * V	130.16
MBW4356	P01L7001DZ	12/02/2017	51851	167	195.23
MCA7793	P01L7000PA	16/12/2016	51851	167	195.23
MFM3349	55001716F	27/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MII4258	55001592F	24/01/2017	51851	167	195.23
MIJ1540	P01L7000O8	15/12/2016	60412	207	195.23
MIP9295	P01L7000V5	06/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJQ6793	P01L7000S7	26/12/2016	50291	162* II	880.40
MLF9018	P01L7000WU	11/01/2017	73400	252 * IV	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 1144/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 1144/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJX1751	P01L7001MH	08/03/2017	55250	181 * XV
ALS3799	P01L7001ZE	08/04/2017	51851	167
BJT9680	P01L7001OW	13/03/2017	51851	167
CHT7280	P01L7001YK	06/04/2017	51851	167
CIL4918	P01L7001OY	13/03/2017	51851	167
COK4646	P01L7001LI	04/03/2017	54521	181 * VIII
CWB8424	P01L7001MT	08/03/2017	60412	207
DCV4509	P01L7001IY	25/02/2017	51851	167
DDM6508	54238685N	04/04/2017	50020	257 8\$
DOT7531	P01L7001QP	17/03/2017	65992	230 * V
DOT7531	P01L7001QQ	17/03/2017	50450	162 * V
DOT7531	P01L7001QR	17/03/2017	64080	221
IRZ2946	P01L7001XS	04/04/2017	76332	ART 252, UNICO
LXF0208	P01L7001PA	13/03/2017	51851	167
LYQ0082	P01L7001LN	04/03/2017	51851	167
LYV2364	P01L7001WH	31/03/2017	67690	230 * XXII
LZM2016	P01L7001QC	16/03/2017	73400	252 * IV
LZW0063	P01L7001XF	03/04/2017	72340	250 * I * a
LZX6076	54238680N	04/04/2017	50020	257 8\$
MAN6725	P01L7001XG	04/04/2017	76331	ART 252, UNICO
MAX0466	P01L7001XP	04/04/2017	76332	ART 252, UNICO
MAX9817	P01L7001XY	05/04/2017	51851	167
MBJ7867	P01L7001KT	02/03/2017	51851	167
MBK1294	P01L7001ZL	08/04/2017	73400	252 * IV
MBO5623	P01L7001Z8	07/04/2017	65992	230 * V
MCQ8941	P02IU00009	05/04/2017	51851	167
MDH6066	P01L7001YM	06/04/2017	58433	196
MDT4609	P01L7001QM	17/03/2017	66532	230 * XI
MDZ1798	54238683N	04/04/2017	50020	257 8\$
MDZ1798	54238686N	04/04/2017	50020	257 8\$
MEE2873	P01L7001W0	30/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MEK5815	P01L7001Q2	15/03/2017	73400	252 * IV
MEK5815	P01L7001OT	13/03/2017	73400	252 * IV
MEY4132	P01L7001OG	11/03/2017	73400	252 * IV
MEY9283	P01L7001XW	04/04/2017	76331	ART 252, UNICO
MFI7409	P01L7001K5	01/03/2017	60412	207
MFP1187	P01L7001X2	01/04/2017	51851	167
MFS6643	P01L7001WY	01/04/2017	51851	167
MGE1136	P01L7001XM	04/04/2017	73580	252 * V
MGU8241	P01L7001YB	06/04/2017	51851	167
MHP2339	P01L7001Z2	07/04/2017	59670	203 * V
MHX2725	P01L7001V6	28/03/2017	51851	167
MHX7506	P01L7001P9	13/03/2017	55500	181 * XVIII
MIJ5866	P01L7001WS	31/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MIV6780	P01L7001YI	06/04/2017	51851	167
MJM1025	54230909N	07/03/2017	50020	257 8\$
MJM8562	P01L7001WE	31/03/2017	51851	167
MJQ0216	P01L7001XZ	05/04/2017	51851	167
MJS1686	P01L7001YJ	06/04/2017	73400	252 * IV
MJX7275	P01L7001OM	12/03/2017	51851	167
MKC0867	P01L7001QW	17/03/2017	72340	250 * I * a
MKG3959	P01L7001WG	31/03/2017	67690	230 * XXII
MKL6201	P01L7001WU	31/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MKN4402	P01L7001Z4	07/04/2017	76332	ART 252, UNICO
MLH5092	P02IU00005	04/04/2017	60412	207
MLH9790	P01L7001XQ	04/04/2017	76331	ART 252, UNICO
MLM6447	P01L7001YO	06/04/2017	55250	181 * XV
MLS2282	55001667F	16/03/2017	57380	186 * II
MLY0995	P01L7001YT	06/04/2017	51851	167
MLY1433	P01L7001X4	01/04/2017	73400	252 * IV

NHC2486	P01L7001X0	01/04/2017	51851	167	
OKG5575	P01L7001WI	31/03/2017	67690	230	* XXII
QHP7474	54238687N	04/04/2017	50020	257	8\$
QHW9366	54238684N	04/04/2017	50020	257	8\$
QHX6816	P01L7001X1	01/04/2017	51851	167	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS  
DELEGADO DE POLICIA

---

### CONCÓRDIA

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8070 2326/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8070 2326/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCS8400	55836556F	21/12/2016	65992	230 * V	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA  
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8070 2327/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - 280830

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8070 2327/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKP0181	55536208E	27/01/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146	195.23
BLZ7741	55536197E	25/01/2017	76251	ART 181, XX	293.47
CZL0526	55536041E	16/12/2016	55090	181 * XIII	130.16
MAK5642	55536098E	14/12/2016	76252	ART 181, XX	293.47
MBH3475	55536027E	09/12/2016	76251	ART 181, XX	293.47
MCQ0976	55535894E	11/01/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MDB4436	55536142E	23/01/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MEM3719	55536099E	14/12/2016	53800	181 * I	130.16
MEV9738	55535944E	26/01/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MJN7767	55535824E	16/12/2016	76251	ART 181, XX	293.47
MKK9345	55536128E	17/01/2017	55090	181 * XIII	130.16
MKR0880	55536183E	23/01/2017	76251	ART 181, XX	293.47
QHU8660	55535896E	11/01/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

IRINEU MARTTINI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8763 780/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - ELETRONICO - 2808

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8763 780/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AA11305	8763064639	11/12/2016	74550	218 * I	130.16
AIY2732	8763064507	18/12/2016	74550	218 * I	130.16
AIY2732	8763064494	16/12/2016	74550	218 * I	130.16
AJJ6512	8763065692	07/01/2017	74550	218 * I	130.16
AJM7642	8763064743	18/12/2016	74550	218 * I	130.16
AXJ0945	8763065338	26/12/2016	74550	218 * I	130.16
AZE7960	8763066783	29/01/2017	74550	218 * I	130.16
AZU8841	8763065161	27/12/2016	74550	218 * I	130.16
CGB2806	8763064630	11/12/2016	74550	218 * I	130.16
CGU9698	8763064775	16/12/2016	74630	218 * II	195.23
CMM4127	8763066021	10/01/2017	74630	218 * II	195.23
CRB8049	8763065136	20/12/2016	74550	218 * I	130.16
CYJ9200	8763064361	05/12/2016	74550	218 * I	130.16
DEC9195	8763064873	20/12/2016	74550	218 * I	130.16
DFL0918	8763064960	24/12/2016	74550	218 * I	130.16
DPJ0813	8763064662	13/12/2016	74550	218 * I	130.16
EDC3232	8763064839	16/12/2016	74550	218 * I	130.16
ELE1966	8763065448	27/12/2016	74550	218 * I	130.16
HQL8980	8763064239	04/12/2016	74550	218 * I	130.16
IHU7247	8763064469	10/12/2016	74550	218 * I	130.16
IJM2555	8763064575	16/12/2016	74630	218 * II	195.23
ILK3669	8763065915	04/01/2017	74550	218 * I	130.16
INF1526	8763064563	14/12/2016	74550	218 * I	130.16
JFV3297	8763064712	16/12/2016	74550	218 * I	130.16
LAM7148	8763064565	14/12/2016	74550	218 * I	130.16
LYP5974	8763065714	07/01/2017	74550	218 * I	130.16
LZN6910	8763064847	12/12/2016	74550	218 * I	130.16
LZO4372	8763064675	14/12/2016	74550	218 * I	130.16
LZV6444	8763064766	15/12/2016	74550	218 * I	130.16
LZW6102	8763065149	24/12/2016	74550	218 * I	130.16
LZW9856	8763064335	09/12/2016	74550	218 * I	130.16
MAC8776	8763064302	06/12/2016	74550	218 * I	130.16
MAP8829	8763064665	13/12/2016	74550	218 * I	130.16
MAX4061	8763064344	03/12/2016	74550	218 * I	130.16
MBH9105	8763065140	23/12/2016	74550	218 * I	130.16
MCD3100	8763064704	16/12/2016	74550	218 * I	130.16
MCF4797	8763064705	16/12/2016	74550	218 * I	130.16
MCS0294	8763064804	18/12/2016	74550	218 * I	130.16
MDJ4503	8763064461	15/12/2016	74550	218 * I	130.16
MEV5034	8763066981	05/02/2017	74550	218 * I	130.16
MFD8383	8763065736	02/01/2017	74550	218 * I	130.16
MFR6770	8763066195	12/01/2017	74550	218 * I	130.16
MGE7639	8763064621	12/12/2016	74550	218 * I	130.16
MGM2878	8763064532	16/12/2016	74550	218 * I	130.16
MGO5678	8763064993	19/12/2016	74630	218 * II	195.23
MGO5678	8763064999	19/12/2016	74550	218 * I	130.16
MGU9124	8763064573	16/12/2016	74550	218 * I	130.16
MHO7306	8763064428	06/12/2016	74550	218 * I	130.16
MIB2042	8763064616	18/12/2016	74550	218 * I	130.16
MIW7393	8763065110	23/12/2016	74550	218 * I	130.16
MJC5179	8763066192	14/01/2017	74550	218 * I	130.16
MJG6627	8763066184	14/01/2017	74550	218 * I	130.16
MJL6483	8763064506	18/12/2016	74550	218 * I	130.16
MJR3821	8763065056	24/12/2016	74550	218 * I	130.16
MJW2673	8763065467	28/12/2016	74630	218 * II	195.23
MJW2673	8763065418	25/12/2016	74630	218 * II	195.23
MJY7520	8763063901	22/11/2016	74550	218 * I	130.16

MKB2706	8763064637	11/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKD1054	8763065742	03/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MKK8999	8763066186	09/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MKN7872	8763065076	21/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MKO0609	8763064769	15/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKR8234	8763066162	11/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MKY8568	8763064599	11/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLM8410	8763064614	15/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLO9550	8763064111	28/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MLQ6091	8763064799	17/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLR7070	8763065034	23/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLX0482	8763064822	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MMF6487	8763067014	06/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MMI3546	8763064295	05/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MMK0401	8763066123	12/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MML9085	8763064706	16/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHB0798	8763064687	15/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHC8691	8763064259	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHE9043	8763064476	12/12/2016	74630	218	*	II	195.23
QHF6906	8763065011	21/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHG3329	8763064318	07/12/2016	74630	218	*	II	195.23
QHK4196	8763064594	18/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHS0606	8763066199	10/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHT6816	8763064715	16/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHY3697	8763065780	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QIC1604	8763064788	17/12/2016	74550	218	*	I	130.16

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

IRINEU MARTTINI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2324/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8070 2324/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIB9962	P01I1000BZ	06/04/2017	65992	230 * V
AJP8275	P01IG000CD	02/04/2017	67261	230 * XVIII
BAC8880	P01IH000C4	17/03/2017	50100	162 * I
BNH4167	P01I400098	13/03/2017	50100	162 * I
BNH4167	P01I400099	13/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
LYV7092	P01I4000AF	04/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
LYV7092	P01I4000AC	04/04/2017	50100	162 * I
LYV7092	P01I4000AG	04/04/2017	64080	221
LZX5349	P01IG000BY	29/03/2017	50100	162 * I
MCV6255	P01IG000AV	17/03/2017	50100	162 * I
MCV6255	P01IG000AW	17/03/2017	75790	165 A
MEC3213	P01IH000CY	02/04/2017	50100	162 * I
MFG2519	P01IH000BZ	15/03/2017	66532	230 * XI
MGM6589	55836558F	27/03/2017	66372	230 * IX
MGM6589	55836557F	27/03/2017	65992	230 * V
MHA2321	P01IH000BM	10/03/2017	50100	162 * I
MHA2321	P01IH000BN	10/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MHA2321	P01IH000BO	10/03/2017	65992	230 * V
MHV5641	P01IH000DH	08/04/2017	50100	162 * I
MHV5641	P01IH000DI	08/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
MMF7750	P01IH000CV	31/03/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA  
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2325/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - 280830

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2325/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALX6291	P01IG000AE	15/03/2017	59670	203 * V

AUL5358	P01I4000AH	04/04/2017	54870	181 * XI
BDN8080	55536473E	25/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CXF6837	P01I40009W	31/03/2017	76331	ART 252, UNICO
DJS8012	55578242F	16/03/2017	58350	195
DVK8255	55536510E	25/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
EPL8620	P01IH000BA	07/03/2017	73662	252*VI
FHN0004	55536212E	06/03/2017	54524	181 * VIII
IDN9691	55536292E	20/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ITN2809	55577269F	07/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
LXT2687	55536437E	15/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCK7081	P01IG0009X	11/03/2017	65300	228
MCU8408	55536558E	24/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDC1801	55837716F	07/03/2017	65300	228
MDQ5134	55536287E	25/02/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MDZ5555	P01IG000CA	31/03/2017	73662	252*VI
MEE6295	55536455E	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MER6907	55536238E	18/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFA4428	P01I4000A5	01/04/2017	55500	181 * XVIII
MFG9689	55536435E	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFM9181	P01IA000BS	10/03/2017	70562	244 * III c/c 1§
MGM9392	P01IH000D4	05/04/2017	55500	181 * XVIII
MGO5435	P01I4000AJ	04/04/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MGS4069	55536454E	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGW0434	55536365E	23/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHH8770	55536344E	25/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHQ6199	55536338E	20/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHQ9747	55536395E	17/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJL9630	55536434E	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJM4091	P01IH000CU	31/03/2017	54790	181 * X
MKO3427	55536560E	24/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKU2332	55577267F	07/03/2017	59670	203 * V
MLC1264	P01IH000D9	05/04/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MLF0062	55536286E	23/02/2017	54524	181 * VIII
MMH7242	55536459E	21/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MMJ5284	P01IH000BE	08/03/2017	55500	181 * XVIII
NSS3925	55536371E	28/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHL8276	P01IH000D8	05/04/2017	55090	181 * XIII
QHS2178	55536565E	05/04/2017	53800	181 * I
QHY5004	55536410E	25/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

IRINEU MARTTINI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8763 779/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - ELETRONICO - 2808

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

## DE TRANSITO N.8763 779/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AEF9378	8763067203	12/02/2017	74710	218 * III
AEF9378	8763067210	12/02/2017	74550	218 * I
AGI0960	8763067428	15/02/2017	74550	218 * I
AJK0069	8763068091	15/03/2017	74550	218 * I
ALJ5100	8763068431	25/03/2017	74630	218 * II
ALX9869	8763068412	19/03/2017	74550	218 * I
APS5845	8763068227	14/03/2017	74550	218 * I
AQS7089	8763068069	12/03/2017	74550	218 * I
AUJ9238	8763068133	13/03/2017	74550	218 * I
AUJ9238	8763068162	16/03/2017	74550	218 * I
AVU2200	8763066986	07/02/2017	74550	218 * I
AXV6705	8763068487	21/03/2017	74550	218 * I
BSJ6000	8763067267	15/02/2017	74550	218 * I
CZO3550	8763068217	13/03/2017	74630	218 * II
DCC8263	8763068366	22/03/2017	74550	218 * I
DCV7208	8763068305	18/03/2017	74550	218 * I
DGX8043	8763067232	17/02/2017	74550	218 * I
DIM5128	8763067255	13/02/2017	74630	218 * II
DPL3006	8763068433	19/03/2017	74550	218 * I
DUI3828	8763067212	13/02/2017	74550	218 * I
DZZ1353	8763068242	16/03/2017	74550	218 * I
EJD7760	8763067419	18/02/2017	74550	218 * I
EMK1877	8763068258	18/03/2017	74550	218 * I
ESO2495	8763067285	17/02/2017	74550	218 * I
FSC6540	8763067311	15/02/2017	74630	218 * II
FZH0314	8763067610	21/02/2017	74550	218 * I
HDJ6213	8763067504	25/02/2017	74550	218 * I
HFS0441	8763068402	24/03/2017	74630	218 * II
HQW5646	8763068237	16/03/2017	74550	218 * I
HTN9586	8763067217	14/02/2017	74550	218 * I
IFQ6389	8763067204	12/02/2017	74550	218 * I
IGJ3111	8763068292	17/03/2017	74550	218 * I
IGM2541	8763067275	16/02/2017	74550	218 * I
IIB0550	8763068126	12/03/2017	74550	218 * I
IJH5713	8763068493	25/03/2017	74630	218 * II
INZ2974	8763067596	19/02/2017	74550	218 * I
IOE9658	8763067307	12/02/2017	74550	218 * I
IOS6650	8763068469	21/03/2017	74550	218 * I
IQU1486	8763068327	22/03/2017	74550	218 * I
IQY6948	8763067246	12/02/2017	74550	218 * I
JFN2966	8763068360	21/03/2017	74550	218 * I
LWV5777	8763068184	18/03/2017	74550	218 * I
LXG6882	8763068201	16/03/2017	74550	218 * I
LXG6882	8763068204	16/03/2017	74550	218 * I
LXG6882	8763068290	16/03/2017	74550	218 * I
LXR3813	8763068187	18/03/2017	74550	218 * I
LXR3813	8763068387	20/03/2017	74630	218 * II
LYE2221	54238658N	04/04/2017	50020	257 8S

LYG3638	8763068241	16/03/2017	74550	218	*	I
LYG3638	8763068233	15/03/2017	74550	218	*	I
LYK6884	8763067477	25/02/2017	74630	218	*	II
LYS8806	8763068209	12/03/2017	74550	218	*	I
LZG7079	8763067634	24/02/2017	74550	218	*	I
MAB2585	8763067331	13/02/2017	74550	218	*	I
MAK0184	8763067367	17/02/2017	74550	218	*	I
MBC0594	8763068118	18/03/2017	74550	218	*	I
MBF9803	8763068195	17/03/2017	74550	218	*	I
MBQ6565	8763067184	14/02/2017	74550	218	*	I
MBW2002	8763068232	14/03/2017	74550	218	*	I
MCK0884	8763067235	18/02/2017	74550	218	*	I
MCW8919	8763067420	18/02/2017	74550	218	*	I
MCX0606	8763067656	19/02/2017	74550	218	*	I
MDB5143	8763067448	19/02/2017	74550	218	*	I
MDD1263	8763067513	19/02/2017	74550	218	*	I
MDH2537	8763068425	25/03/2017	74550	218	*	I
MDH2537	8763068188	18/03/2017	74710	218	*	III
MDM2594	8763068502	25/03/2017	74550	218	*	I
MDW3611	8763068491	24/03/2017	74630	218	*	II
MEE1932	8763067402	12/02/2017	74550	218	*	I
MEK3882	8763067283	17/02/2017	74550	218	*	I
MEU2736	8763067677	25/02/2017	74550	218	*	I
MEV1623	8763068411	25/03/2017	74550	218	*	I
MFD5926	54238659N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MFK6785	8763068196	17/03/2017	74550	218	*	I
MFK8083	8763068007	08/03/2017	74630	218	*	II
MFL3351	8763067666	21/02/2017	74710	218	*	III
MFL8223	8763068078	13/03/2017	74550	218	*	I
MFQ3211	8763068464	19/03/2017	74550	218	*	I
MFY8156	8763067474	24/02/2017	74550	218	*	I
MGA7166	8763068410	25/03/2017	74550	218	*	I
MGE3604	8763068230	14/03/2017	74550	218	*	I
MGH0947	8763068413	21/03/2017	74550	218	*	I
MGJ2718	8763067390	18/02/2017	74550	218	*	I
MGN6098	8763068278	15/03/2017	74550	218	*	I
MHD0619	8763067374	17/02/2017	74550	218	*	I
MHF3442	8763068272	14/03/2017	74550	218	*	I
MHG4698	8763068122	12/03/2017	74550	218	*	I
MHL1351	8763068283	18/03/2017	74550	218	*	I
MHS2395	8763068235	15/03/2017	74550	218	*	I
MIN0623	8763068430	22/03/2017	74550	218	*	I
MIP6241	8763067487	19/02/2017	74710	218	*	III
MIP6261	8763067325	12/02/2017	74550	218	*	I
MIQ0091	54238657N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MIQ5789	8763067211	13/02/2017	74630	218	*	II
MIV3930	8763068203	15/03/2017	74550	218	*	I
MJD3268	8763067657	20/02/2017	74550	218	*	I
MJE0617	54238655N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MJE1381	8763068344	19/03/2017	74550	218	*	I
MJF6616	8763067377	18/02/2017	74550	218	*	I
MJM7457	8763068171	18/03/2017	74550	218	*	I
MJN9550	8763067679	25/02/2017	74630	218	*	II
MJT7474	8763068251	17/03/2017	74550	218	*	I
MKB4477	8763068255	17/03/2017	74710	218	*	III
MKE5954	8763068178	18/03/2017	74550	218	*	I
MKS0543	8763067590	21/02/2017	74550	218	*	I
MLP7401	8763067441	16/02/2017	74550	218	*	I
MLQ4544	8763068115	17/03/2017	74550	218	*	I
MLV7261	8763068089	15/03/2017	74550	218	*	I
MMJ0629	8763067209	12/02/2017	74550	218	*	I
MMJ7509	8763068351	20/03/2017	74550	218	*	I
MMK0401	8763067732	27/02/2017	74630	218	*	II

MMK7969	8763067352	15/02/2017	74630	218	*	II
MVX9346	8763068339	24/03/2017	74550	218	*	I
OKG2850	8763067579	24/02/2017	74550	218	*	I
OKH4629	8763068386	20/03/2017	74550	218	*	I
QHJ3217	8763068072	12/03/2017	74550	218	*	I
QHJ8480	54238661N	04/04/2017	50020	257		8\$
QHU0985	8763068131	12/03/2017	74550	218	*	I
QHU1934	8763068484	21/03/2017	74550	218	*	I
QHV7209	8763068260	18/03/2017	74550	218	*	I
QIB6149	8763068152	14/03/2017	74630	218	*	II
QIC7503	8763068088	14/03/2017	74550	218	*	I
QIG1226	8763068170	17/03/2017	74550	218	*	I
QIO0055	8763067500	24/02/2017	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

IRINEU MARTTINI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### CORONEL FREITAS

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8306 594/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8306 594/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCX5026	P01FN0001X	25/12/2016	70561	244 * III	293.47
MCX5026	P01FN0001Y	25/12/2016	58350	195	195.23
MCX5026	P01FN0001Z	25/12/2016	66532	230 * XI	195.23
MCX5026	P01FN00020	25/12/2016	59670	203 * V	1467.34
MEX5864	P01FN0001N	10/12/2016	70301	244 * I	293.47
MFA1829	P01FN0001P	13/12/2016	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8306 593/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8306 593/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEO9781	P01FN0002Q	18/03/2017	50100	162 * I
MEO9781	P01FN0002R	18/03/2017	50610	163 c/c 162 * I
MID2705	P01FN0002U	25/03/2017	65992	230 * V
MID2705	P01FN0002V	25/03/2017	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

**CORREIA PINTO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8174 974/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8174 974/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIW8032	54989459E	04/12/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJQ7582	54989503E	30/11/2016	54521	181 * VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FABIANO HENRIQUE SCHMITT  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 973/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8174 973/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ANJ2789	54989380E	25/03/2017	50100	162	* I
ANJ2789	54989381E	25/03/2017	51180	164	c/c 162 * I
INB1635	54989517E	27/03/2017	65992	230	* V
INB1635	54989516E	27/03/2017	58191	193	
INB1635	54989515E	27/03/2017	58350	195	
INB1635	54989575E	27/03/2017	57200	186	* I
LXU6449	54989379E	10/03/2017	51180	164	c/c 162 * I
LXU6449	54989378E	10/03/2017	50100	162	* I
LXU6449	54989376E	10/03/2017	65992	230	* V
MGG8398	54988678E	27/02/2017	58191	193	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FABIANO HENRIQUE SCHMITT  
DELEGADO DE POLICIA

### CORUPÁ

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8238 827/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8238 827/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGE0052	P00XG000CI	12/01/2017	51930	168	293.47
AGE0052	P00XG000CJ	12/01/2017	51851	167	195.23
AGE0052	P00XG000CK	12/01/2017	72340	250 * I * a	130.16
ASZ0912	P00XH000E3	13/01/2017	50450	162 * V	293.47
ASZ0912	P00XH000E4	13/01/2017	65992	230 * V	293.47
CWK0337	P00XG000CW	22/01/2017	65992	230 * V	293.47
CWK0337	P00XG000CX	22/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
CWK0337	P00XG000CY	22/01/2017	50100	162 * I	880.40
DXU6561	P00XG000CP	15/01/2017	51852	167	195.23
DZH2915	P00XH000EQ	14/01/2017	51851	167	195.23
LYZ3766	P00XH000G3	27/01/2017	51851	167	195.23
MCA9079	P00XH000G6	27/01/2017	51851	167	195.23
MHG0334	54222842N	02/02/2017	50020	257 8\$	293.47

MIH0910	P00XG000DW	30/01/2017	51851	167	195.23
MIH1517	P00XG000DT	30/01/2017	51851	167	195.23
MIX9136	P00XG000DS	30/01/2017	51851	167	195.23
MLG7606	P00XH000E7	13/01/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORUPA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

URIEL RIBEIRO  
DELEGADO REGIONAL 15.DRP

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8238 826/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8238 826/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BYM3201	54303117F	03/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
BYM3201	P00XH000K0	03/04/2017	50100	162 * I
EBW4616	P00XH000IS	25/03/2017	51851	167
ILS0683	P00SL000L3	02/04/2017	51851	167
LXX2076	P00XG000FQ	07/03/2017	51851	167
LYX6590	P00XH000HU	17/03/2017	51930	168
LYY1505	P00XH000JL	02/04/2017	65992	230 * V
LYY1505	P00XH000JM	02/04/2017	50100	162 * I
LYY1505	P00XH000JP	02/04/2017	64080	221
LZH4515	P00XG000FD	24/02/2017	51851	167
LZN7552	P00XH000JD	01/04/2017	51851	167
LZR0574	P00XH000IU	25/03/2017	51851	167
MAP0298	P00XH000JQ	02/04/2017	51851	167
MAV4151	P00XH000JC	01/04/2017	51852	167
MBA3144	P00XH000JU	02/04/2017	51852	167
MBD5511	P00XH000JA	01/04/2017	50100	162 * I
MBD5511	P00XH000JB	01/04/2017	68580	231 * VII
MCC2979	P00XH000JE	01/04/2017	51930	168
MCD8750	P00XH000HX	17/03/2017	51851	167
MCU5577	P00XG000GT	31/03/2017	51851	167

MGO9004	P00XG000GW	31/03/2017	51930	168	
MIM6393	P00XH000JW	02/04/2017	50450	162	* V
MIQ7333	P00XH000JZ	03/04/2017	65992	230	* V
MIS4390	P00XG000F7	23/02/2017	65992	230	* V
MMF9381	P00XG000GQ	28/03/2017	51851	167	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORUPA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

URIEL RIBEIRO  
DELEGADO REGIONAL 15.DRP

**CUNHA PORÃ**

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8258 820/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8258 820/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CSL8965	P011500052	05/03/2017	50100	162 * I
NFR6404	P01150004T	22/02/2017	50100	162 * I
QHX2750	P011500058	08/03/2017	51851	167

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CUNHA PORA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

---

**CUNHATAÍ**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8772 13/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8772 13/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXV4937	55204590C	05/02/2012	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CUNHATAI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DEL REGIONAL 12 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8772 14/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8772 14/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LXV9966 55204628C 11/03/2012 50100 162 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CUNHATAI/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DEL REGIONAL 12 DRP

---

### CURITIBANOS

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8106 1840/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8106 1840/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
JPS7454 P01BD00040 16/12/2016 65992 230 \* V 293.47  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ROXANE FAVERO PEREIRA  
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8106 1841/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8106 1841/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ASX7999	P01B9000DD	19/12/2016	57380	186 * II	293.47
IPB5898	55778031F	13/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
JPS7454	55777876F	10/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LXU6614	P01BC000EY	17/12/2016	60501	208	293.47
MCT3816	P01BD0004V	27/12/2016	54521	181 * VIII	195.23
MFT0532	55007042E	09/02/2017	51851	167	195.23
MGE0798	P01BC000HO	27/01/2017	51851	167	195.23
MIY9998	P01BD0006Z	26/01/2017	51851	167	195.23
MJE5829	54532640E	16/12/2016	51851	167	195.23
MJT1823	54532643E	20/12/2016	51851	167	195.23
MKF4003	P01BE000DC	18/12/2016	61220	214 * I	293.47
MKX0168	P01B9000BY	06/12/2016	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

HERCILIO BEPLER  
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1838/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1838/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHM3357	P01BE000K0	03/04/2017	53200	176 * V
CVS2330	P01BD000BG	05/04/2017	50100	162 * I
IGB6365	P01BE000IF	13/03/2017	51691	165
IGB6365	P01BE000IG	13/03/2017	50100	162 * I
IJK1549	P01BD000AZ	02/04/2017	50100	162 * I
IJK1549	P01BD000B1	02/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
MBF8061	P01BD000BA	04/04/2017	65992	230 * V
MCQ6014	P01BB000CJ	12/03/2017	75790	165 A
MDV0150	P01BB000EU	01/04/2017	75790	165 A
MEP8844	P01BA0003X	11/03/2017	52741	175
MGJ7811	P01BB000EZ	03/04/2017	50100	162 * I
MGJ7811	P01BB000F0	03/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
MHO8018	P01BB000ET	31/03/2017	65992	230 * V
MHP7539	P01BD000A9	14/03/2017	65992	230 * V
NER7940	P01BB000EV	02/04/2017	65992	230 * V
NER7940	P01BB000EW	02/04/2017	51691	165
NRH3053	P01BE000K7	07/04/2017	50292	162* II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ROXANE FAVERO PEREIRA  
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1839/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1839/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHL9152	55778334F	07/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AHP9066	55778416F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AKG1452	55778289F	27/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ARY4489	55778385F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ASC9712	P01B9000KL	08/03/2017	74550	218 * I
CJP5442	54531599E	01/03/2017	58350	195
CMN1903	55778401F	15/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
EUK8126	54532347E	11/03/2017	51851	167
HTV6407	P01BB000D1	13/03/2017	74550	218 * I
KOD8635	55778336F	07/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXN8387	55778435F	31/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXR3230	55778373F	13/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXV0206	55778394F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LYI5752	55778396F	15/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LYM6253	P01BC000JP	28/03/2017	51851	167
MAC7304	55778321F	06/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBA9383	55778403F	15/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCF4603	P01BB000CO	13/03/2017	74630	218 * II
MCG0739	P01B9000O4	01/04/2017	51851	167
MCU3018	P01B9000NW	29/03/2017	73662	252*VI
MCY7701	P01BB000DX	13/03/2017	74550	218 * I
MDB3622	P01BB000D7	13/03/2017	74630	218 * II
MDQ3842	P01BB000EX	02/04/2017	51930	168
MDZ9694	55778395F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFK8373	P01BB000CQ	13/03/2017	74550	218 * I
MFK8373	P01B9000K6	08/03/2017	74630	218 * II
MFL7039	P01BB000CX	13/03/2017	74550	218 * I
MFL9041	55778376F	13/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFN2964	55778453F	03/04/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFP5877	P01B9000O1	01/04/2017	51851	167
MGE5142	55778444F	03/04/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGE7099	P01BE000J5	17/03/2017	74550	218 * I
MGY0893	P01BC000K4	06/04/2017	51851	167
MHV0631	P01BD000BF	05/04/2017	51851	167
MIE4878	P01BD000B8	04/04/2017	51851	167
MII2929	P01B9000LN	17/03/2017	51851	167
MIP8030	P01BB000C7	06/03/2017	73662	252*VI
MJW6643	P01BC000JV	01/04/2017	72340	250 * I * a
MJW6643	P01BC000JW	01/04/2017	58350	195
MJW6643	P01BC000JX	01/04/2017	51851	167
MKG5801	55778330F	07/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKZ3966	55778451F	03/04/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKZ8554	P01B9000K7	08/03/2017	74550	218 * I
MLO8399	55778430F	31/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLS0626	55778393F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLV2103	P01BD000BB	05/04/2017	51851	167
MMB4110	P01B9000KN	08/03/2017	74550	218 * I
NRH3053	55778441F	03/04/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHE0167	54532589E	31/03/2017	54870	181 * XI
QHG8666	55005192E	16/03/2017	51851	167
QHM5640	55778307F	02/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHO2006	55778316F	02/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

HERCILIO BEPPLER  
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

---

**DESCANSO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 418/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8398 418/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BNI4479	55595871C	05/11/2012	69200	233
MFY5433	55595872C	05/11/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 603/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8398 603/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAQ6591	P01EE0006W	10/03/2017	67261	230 * XVIII
DYD4860	54232694N	14/03/2017	50020	257 8S
IBU4284	P01EE0006U	10/03/2017	67261	230 * XVIII
ILU2770	P01EE0006O	10/03/2017	67261	230 * XVIII
MBQ7481	P01EE0006Q	10/03/2017	64080	221
MBQ7481	P01EE0006R	10/03/2017	50531	162 * VI
MKU7894	P01EE0006S	10/03/2017	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**DIONISIO CERQUEIRA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8038 982/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8038 982/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJA9346	54606251F	05/01/2017	65992	230 * V	293.47
ATZ4967	54606175F	02/02/2017	65992	230 * V	293.47

BSV7871	54606310F	09/01/2017	65992	230 * V	293.47
MJD7440	54606346F	21/01/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 981/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 981/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ADV8615	P019G0000B	01/04/2017	50100	162 * I
ADV8615	P019G0000A	01/04/2017	65992	230 * V
AHR7818	54606366F	03/03/2017	55500	181 * XVIII
AVD8880	P019F0000I	03/04/2017	51851	167
CCM9043	54606433F	12/03/2017	54281	181 * V
CCM9043	54606435F	12/03/2017	65992	230 * V
CDQ5196	P019F0000E	01/04/2017	65992	230 * V
EPJ3017	P019F0000U	03/04/2017	51851	167
LWW9212	P019F0000K	03/04/2017	65800	230 * IV
LWW9212	P019F0000L	03/04/2017	65992	230 * V
LWW9212	P019F0000M	03/04/2017	58350	195
LWW9212	P019F0000N	03/04/2017	66101	230 * VII
LWY1283	54606184F	13/03/2017	51851	167
MAJ1243	P019F0000Q	03/04/2017	51851	167
MAJ1243	P019F0000R	03/04/2017	51852	167
MGZ5954	54606415F	16/03/2017	51851	167
MHO6842	54606482F	08/03/2017	50100	162 * I
MHO6842	54606486F	08/03/2017	65992	230 * V
MHO6842	54606487F	08/03/2017	59080	202 * I
NCQ6874	P019F0000Y	03/04/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

---

**ERMO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8724 227/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8724 227/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOG8157	55879100D	29/03/2017	65992	230 * V
AOG8157	55879197D	29/03/2017	50100	162 * I
DJE8050	55879150D	31/03/2017	50450	162 * V
DJE8050	55879243D	31/03/2017	69120	232
DJE8050	55879244D	31/03/2017	51420	164 c/c 162 * V
DJE8050	55879245D	31/03/2017	66290	230 * VIII
MFQ2822	55879193D	27/03/2017	50100	162 * I
MFQ2822	55879194D	27/03/2017	65992	230 * V
MFQ2822	55879195D	27/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MFQ2822	55879196D	27/03/2017	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERMO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**ERVAL VELHO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8264 437/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8264 437/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAY1119	P02120000I	10/12/2016	51851	167	195.23
MGF2782	P02120000K	12/12/2016	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

---

**FAXINAL DOS GUEDES**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8354 888/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8354 888/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADR3936	P01FO0003H	12/02/2017	51691	165	2934.68
AVG9683	P01FO0002T	18/12/2016	54600	181 * IX	130.16
MDS4694	P01FO0002W	24/12/2016	51691	165	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FAXINAL DOS GUEDES/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALBINO DE SOUZA ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

### FORMOSA DO SUL

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8262 228/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8262 228/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFL7398	54252619E	09/01/2017	55250	181 * XV	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORMOSA DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

WILHERM WAGNER MESSIAS ALVES NEGRAO

DELEGADO DE POLICIA

**FORQUILHINHA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8288 1225/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8288 1225/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYI2061	54089516G	27/11/2016	50100	162 * I	880.40
LYI2061	54089517G	27/11/2016	65992	230 * V	293.47
MBF9079	54505520E	30/12/2013	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MBF9079	54505519E	30/12/2013	50100	162 * I	574.61
MCO4084	54505615E	02/05/2014	50100	162 * I	574.61
MEE7603	54089609G	18/12/2016	65992	230 * V	293.47
MEE7603	54089610G	18/12/2016	50450	162 * V	293.47
MHK0348	54089551G	10/12/2016	50100	162 * I	880.40
MHK0348	54089552G	10/12/2016	51180	164 c/c 162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8288 1226/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8288 1226/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,



NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIQ8987	54089531G	12/12/2016	54360	181 * VI	130.16
MKD4658	54292947F	20/12/2016	56060	182 * IV	88.38
QHX6653	54090256G	09/01/2017	55090	181 * XIII	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1223/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1223/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CJB4252	54089575G	30/03/2017	51691	165
COS7674	54293036F	31/03/2017	50100	162 * I
COS7674	54600002G	29/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
COS7674	54089997G	29/03/2017	50100	162 * I
DDW6064	54600151G	04/04/2017	50100	162 * I
DDW6064	54600009G	04/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
DUD6665	54293037F	31/03/2017	66372	230 * IX
INF5856	54192966G	28/03/2017	65992	230 * V
INF5856	54192967G	28/03/2017	66372	230 * IX
LWW0072	54089917G	06/03/2017	65992	230 * V
LWW0072	54089919G	06/03/2017	50100	162 * I
LXS5630	54089922G	06/03/2017	65992	230 * V
LYN1136	54089624G	16/02/2017	65992	230 * V

LYN1136	54089625G	16/02/2017	50100	162	*	I
LZB5196	54089991G	26/03/2017	50100	162	*	I
LZB5196	54089993G	26/03/2017	51180	164	c/c	162 * I
LZB5196	54089990G	26/03/2017	65992	230	*	V
MBW6393	54089930G	14/03/2017	50100	162	*	I
MBW6393	54089931G	14/03/2017	65992	230	*	V
MCR9966	54089629G	19/02/2017	50100	162	*	I
MDD7606	54293032F	30/03/2017	65992	230	*	V
MEO5291	54090443G	19/03/2017	65992	230	*	V
MEO5291	54090444G	19/03/2017	50100	162	*	I
MEQ8381	54193160G	31/03/2017	50450	162	*	V
MEQ8381	54193161G	31/03/2017	69120	232		
MEQ8381	54193162G	31/03/2017	66372	230	*	IX
MFW0812	54089999G	01/04/2017	50100	162	*	I
MGC3182	54293029F	30/03/2017	65992	230	*	V
MGE8332	54193103G	24/03/2017	65992	230	*	V
MGK9037	54193012G	02/04/2017	50100	162	*	I
MGK9037	54193013G	02/04/2017	51180	164	c/c	162 * I
MGM4770	54193112G	30/03/2017	65992	230	*	V
MGM4770	54193113G	30/03/2017	50100	162	*	I
MGW3965	54600105G	06/04/2017	50100	162	*	I
MHA0319	54089566G	09/03/2017	65992	230	*	V
MHA0319	54089567G	09/03/2017	50100	162	*	I
MHA0319	54089568G	09/03/2017	51180	164	c/c	162 * I
MIK3955	54193153G	31/03/2017	50100	162	*	I
MLJ1748	54193163G	01/04/2017	65992	230	*	V
MMQ9487	54193108G	27/03/2017	50100	162	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1224/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1224/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CRK0851	54293038F	31/03/2017	55090	181 * XIII
DMC1310	54193015G	05/04/2017	54600	181 * IX
EQB8932	54089677G	04/04/2017	59910	206 * I
MCR9966	54089630G	19/02/2017	58780	199
MLS5553	54505028E	09/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MLY7921	54089676G	04/04/2017	57463	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### FRAIBURGO

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8324 2112/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8324 2112/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMK2961	P01JC000CC	06/01/2017	64080	221	130.16
AMK2961	P01JC000CD	06/01/2017	50100	162 * I	880.40
CHH0400	P01JC000BA	26/12/2016	65992	230 * V	293.47
MAQ7808	P01JE00083	22/12/2016	51691	165	2934.68
MAQ7808	P01JE00084	22/12/2016	51770	166	293.47
MAQ7808	P01JE00085	22/12/2016	50100	162 * I	880.40
MAQ7808	P01JE00086	22/12/2016	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBC4750	P01JE0009A	09/01/2017	65992	230 * V	293.47
MBC4750	P01JE0009B	09/01/2017	50450	162 * V	293.47
MCL3033	P01JG00007	29/12/2016	50371	162 * III	586.94
MCL3033	P01JG00005	29/12/2016	65992	230 * V	293.47
MCL3033	P01JG00006	29/12/2016	66372	230 * IX	195.23
MDK6829	P01JG0002X	21/02/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDK6829	P01JG0002Y	21/02/2017	50100	162 * I	880.40

MDK6829	P01JG0002Z	21/02/2017	65992	230 * V	293.47
MDK6829	P01JG00030	21/02/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MHI7812	P01JD000FH	16/01/2017	51691	165	2934.68
MLF8239	P01JC000AB	13/12/2016	65992	230 * V	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JHON ENDY LAMB  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8324 2113/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO - ORTFRAI - 281070

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8324 2113/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFJ9130	55025595E	30/11/2015	59670	203 * V	957.69
MMB8731	P01JC000EE	23/01/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ELTON LUIZ BORRACHINI  
PRESIDENTE DO ORTFRAI

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 2110/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8324 2110/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AET2881	P01JD000IQ	11/03/2017	50450	162 * V
AET2881	P01JD000IR	11/03/2017	51420	164 c/c 162 * V
AMR8194	P01JG0003G	14/03/2017	67690	230 * XXII
HQX0540	P01JC000GZ	07/03/2017	65992	230 * V
HQX0540	P01JC000H0	07/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
HQX0540	P01JC000H1	07/03/2017	50100	162 * I
HQX0540	P01JC000H2	07/03/2017	66371	230 * IX
HQX0540	P01JC000H3	07/03/2017	66102	230 * VII
HQX0540	P01JC000H4	07/03/2017	67261	230 * XVIII
MAJ6989	P01JC000HG	15/03/2017	65992	230 * V
MAJ6989	P01JC000HH	15/03/2017	50100	162 * I
MCN1866	P01JC000HN	17/03/2017	66371	230 * IX
MCN1866	P01JC000HO	17/03/2017	69120	232
MCN1866	P01JC000HP	17/03/2017	66372	230 * IX
MCN1866	P01JC000HQ	17/03/2017	66102	230 * VII
MDG6633	P01JD000J7	18/03/2017	51420	164 c/c 162 * V
MDG6633	P01JD000J8	18/03/2017	69120	232
MDG6633	P01JD000J9	18/03/2017	50450	162 * V
MGS1279	P01JC000IM	01/04/2017	50100	162 * I
MGS1279	P01JC000IN	01/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
MIG7080	P01JD000JZ	31/03/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JHON ENDY LAMB  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 2111/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO - ORTFRAI - 281070

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8324 2111/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

ARR3136	P01JE000C2	03/03/2017	51851	167
MBO9192	P01JC000HI	17/03/2017	59670	203 * V
MCN1866	P01JC000HR	17/03/2017	51851	167
MEH8309	P01JC000IF	26/03/2017	59670	203 * V
MEH8309	P01JC000IG	26/03/2017	51851	167
MGI8808	P01JC000IR	02/04/2017	57200	186 * I
MGZ0602	54239023N	04/04/2017	50020	257 8\$
MLD2108	54233793N	17/03/2017	50020	257 8\$

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ELTON LUIZ BORRACHINI  
PRESIDENTE DO ORTFRAI

---

**GAROPABA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8440 1372/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8440 1372/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AZA7895	55756924F	02/01/2017	69120	232	88.38
IIV6137	55756772F	28/12/2016	51691	165	2934.68
IIV6137	55756773F	28/12/2016	50292	162* II	880.40
IIV6137	55756774F	28/12/2016	66700	230 * XIII	195.23
IMF6207	55756921F	02/01/2017	67690	230 * XXII	130.16
MBA3693	55756573F	06/01/2017	66371	230 * IX	195.23
MFC4416	55756251F	24/11/2016	65992	230 * V	293.47
MFC4416	54169236F	14/11/2016	65800	230 * IV	293.47
MGD2180	55757405F	09/01/2017	65992	230 * V	293.47
MIE3682	54167243F	21/11/2016	65992	230 * V	293.47
MIE3682	54167244F	21/11/2016	50450	162 * V	293.47
OTY1990	55756806F	26/12/2016	65992	230 * V	293.47
QHF3484	55757262F	09/01/2017	69120	232	88.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8440 1373/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA - 281130

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8440 1373/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AVX6054	55757071F	19/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
AZA7895	55756802F	26/12/2016	55500	181 * XVIII	130.16
EPG8918	55757408F	09/01/2017	53800	181 * I	130.16
ERV3708	55757239F	08/01/2017	57380	186 * II	293.47
IIV6137	55756775F	28/12/2016	51851	167	195.23
IIV6137	55756776F	28/12/2016	51852	167	195.23
IPA2622	55756605F	01/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

IRB3355	55756618F	01/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IRW5396	55756876F	02/01/2017	57380	186 * II	293.47
ITA8155	55756679F	01/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
ITA8155	55756909F	01/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
IWQ1990	55757475F	30/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MBA3693	55756572F	06/01/2017	58350	195	195.23
MEH4941	55756845F	30/12/2016	57380	186 * II	293.47
MGQ4169	55756514F	27/12/2016	55500	181 * XVIII	130.16
MJY5505	55757212F	08/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKM7198	55757802F	02/01/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKQ5190	55757223F	08/01/2017	57380	186 * II	293.47
NRJ3593	55757720F	23/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
OEE6145	55757247F	08/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
OTY1990	55756805F	26/12/2016	57380	186 * II	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRA DINIZ GREGORIO  
DIRETORA DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1370/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1370/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ITK5671	55758329F	27/02/2017	66700	230 * XIII
ITK5671	55758327F	27/02/2017	67000	230 * XVI
LPX1125	55756600F	19/02/2017	65565	230 * I
MDX0814	55756435F	26/01/2017	69120	232
MFH3035	55757752F	22/02/2017	73400	252 * IV
MFL0031	55756645F	10/03/2017	65992	230 * V
MFL0031	55756644F	10/03/2017	50371	162 * III
MGP7278	55757988F	17/02/2017	65992	230 * V
MGP7278	55757989F	17/02/2017	50100	162 * I
MGP7278	55757990F	17/02/2017	51180	164 c/c 162 * I

MGP7278	55757991F	17/02/2017	66371	230	*	IX
MGP7278	55757992F	17/02/2017	66372	230	*	IX
MHF9422	55757482F	16/02/2017	65561	230	*	I
MHF9422	55757483F	16/02/2017	66372	230	*	IX
OKE8235	55757494F	21/02/2017	65992	230	*	V
OKE8235	55757495F	21/02/2017	50100	162	*	I
OKE8235	55757496F	21/02/2017	51180	164	c/c 162	* I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1371/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA - 281130

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1371/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IJD3198	55758382F	28/02/2017	68580	231 * VII
IQQ3303	55758033F	13/02/2017	55500	181 * XVIII
IVA4650	55757478F	15/02/2017	55500	181 * XVIII
KZQ5575	55758261F	25/02/2017	57970	191
LXA2052	55757498F	22/02/2017	55250	181 * XV
MCW1648	55757499F	22/02/2017	57380	186 * II
MFM4398	55756592F	19/02/2017	55500	181 * XVIII
MGP7278	55757993F	17/02/2017	52152	170
MHF9422	55757484F	16/02/2017	52070	169
MIY7768	55758316F	25/02/2017	65300	228
MIY8483	55758266F	25/02/2017	55500	181 * XVIII
MJK8198	54168698F	18/02/2017	54523	181 * VIII
MJM8653	55756593F	19/02/2017	55500	181 * XVIII
MKB1533	55757756F	22/02/2017	51851	167
MKN8228	55757896F	01/02/2017	55250	181 * XV
MLH5426	55757641F	26/02/2017	54523	181 * VIII
OEE6145	55757485F	19/02/2017	54870	181 * XI

-----

QHK8089 54238973N 04/04/2017 50020 257 8\$  
QIE0136 55756597F 19/02/2017 55500 181 \* XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALESSANDRA DINIZ GREGORIO  
DIRETORA DE TRANSITO

### GARUVA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8188 553/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8188 553/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ATZ6216	P01I3000B8	26/01/2017	54522	181 * VIII	195.23
DTB4099	P01I300084	12/12/2016	65992	230 * V	293.47
DTB4099	P01I300085	12/12/2016	69120	232	88.38
DTB4099	P01I300083	12/12/2016	67261	230 * XVIII	195.23
DTB4099	P01I300086	12/12/2016	66372	230 * IX	195.23
MHD2330	P01I2000AU	05/12/2016	55250	181 * XV	130.16
MJN5115	P01I30008I	14/12/2016	65992	230 * V	293.47
MJN5115	P01I30008J	14/12/2016	69120	232	88.38
MLR5898	P01I30009W	15/01/2017	66102	230 * VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 552/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8188 552/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HGW1240	P01I2000H1	31/03/2017	65992	230 * V
HGW1240	P01I2000H2	31/03/2017	50100	162 * I
HIE4355	P01I2000G4	12/03/2017	51851	167
LWS7023	P016W0000V	30/03/2017	65992	230 * V
LWS7023	P016W0000W	30/03/2017	50100	162 * I
LWS7023	P016W0000Y	30/03/2017	58350	195
LWS7023	P016W0000Z	30/03/2017	66371	230 * IX
MCN6897	P01I2000H6	04/04/2017	65992	230 * V
MCN6897	P01I2000H7	04/04/2017	50100	162 * I
MIC8666	P01I2000GY	31/03/2017	65992	230 * V
MIC8666	P01I2000GZ	31/03/2017	50100	162 * I
MIC8666	P01I2000H0	31/03/2017	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO  
DELEGADO DE POLICIA

**GASPAR**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8147 2272/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8147 2272/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AQP3973	P00Z000055	21/01/2017	50450	162 * V	293.47
MBC2622	P00Z000040	11/01/2017	50100	162 * I	880.40
MIR4422	P00Z200049	18/02/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MJM5300	54542004E	14/12/2016	64080	221	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

PAULO NORBERTO KOERICH  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8147 2273/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - 281170

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8147 2273/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHZ0628	54542012E	16/12/2016	54521	181 * VIII	195.23
LYM0099	54833425E	28/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFZ2211	54833416E	24/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOSE MARILDO AZEVEDO  
DIRETOR DE TRANSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8590 1164/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8590 1164/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAW8510	8590128815	02/01/2017	74550	218 * I	130.16
AEW0569	8590130816	21/01/2017	74550	218 * I	130.16
AHZ0628	8590125542	10/12/2016	74550	218 * I	130.16
AJH1161	8590127600	27/12/2016	74550	218 * I	130.16
ALR5640	8590129487	08/01/2017	74550	218 * I	130.16
ANF1654	8590128800	02/01/2017	74550	218 * I	130.16
AOA4738	8590127095	25/12/2016	74550	218 * I	130.16
ART0924	8590130381	15/01/2017	74550	218 * I	130.16
ASP2502	8590129659	08/01/2017	74550	218 * I	130.16
ATL3547	8590129055	04/01/2017	74630	218 * II	195.23
AYK3902	8590129478	07/01/2017	74710	218 * III	880.40
AZN1695	8590131166	25/01/2017	74550	218 * I	130.16
AZY4811	8590129080	04/01/2017	74550	218 * I	130.16
BYN7388	8590127450	26/12/2016	74630	218 * II	195.23
DDE8403	8590131960	13/02/2017	74550	218 * I	130.16
DGE0500	8590131654	05/02/2017	74550	218 * I	130.16
DJB8244	8590126539	22/12/2016	74550	218 * I	130.16
DUD8575	8590126337	18/12/2016	74550	218 * I	130.16
DUN0270	8590126884	24/12/2016	74550	218 * I	130.16
FJS4543	8590129186	05/01/2017	74630	218 * II	195.23
IKS8527	8590129573	08/01/2017	74550	218 * I	130.16
IOU2445	8590127595	27/12/2016	74550	218 * I	130.16
ISB2330	8590127624	27/12/2016	74630	218 * II	195.23
JEU7043	8590131569	03/02/2017	74550	218 * I	130.16
JRO0139	8590130319	14/01/2017	74550	218 * I	130.16
JVN7361	8590125562	10/12/2016	74630	218 * II	195.23
KPX2240	8590127303	21/12/2016	74550	218 * I	130.16
LCP9908	8590129904	10/01/2017	74550	218 * I	130.16
LXG5051	8590124184	24/11/2016	74550	218 * I	130.16
LZK3071	8590130561	16/01/2017	74550	218 * I	130.16
LZU6182	8590129225	06/01/2017	74550	218 * I	130.16

MAD8645	8590129337	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MAR7525	8590130142	13/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MAS2554	8590124094	22/11/2016	74630	218	*	II	195.23
MAX7662	8590125651	11/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MBA2799	8590123645	19/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MCC4911	8590123305	15/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MCZ3421	8590130823	21/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MDF3126	8590127829	28/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MDH6686	8590130160	13/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MDK3773	8590131715	07/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MDM6776	8590130456	15/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MDS6146	8590126286	18/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MDW4025	54198157N	28/11/2016	50020	257	8\$		85.13
MEC2388	8590123668	19/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MED7781	8590122960	13/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MEF4099	8590127515	26/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MEF9415	8590128293	31/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MEG9073	8590130072	12/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MET7375	8590130333	15/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MEU7214	8590127882	28/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MEU9635	8590125302	06/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MEX3376	8590129685	08/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MFD3119	8590128905	03/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MFG4669	8590128109	30/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MFJ0339	8590129930	10/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MFL6374	8590126895	24/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MFL6374	8590126967	24/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MGC4248	8590129736	09/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MGO2996	8590128609	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MGR4033	8590125680	11/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MGR4033	8590125743	11/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MGR6058	8590130111	12/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MGU4704	8590127722	28/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MGW6812	8590127206	25/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MGW8359	8590128283	31/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MHB6594	8590130545	16/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MHC2670	8590127865	28/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MHJ1889	8590122990	13/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MHK2351	8590124782	01/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MHL5482	8590126029	15/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MHO7107	8590128738	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MHT7623	8590125877	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MHU7968	8590126836	24/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MIC7700	8590128023	29/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MID4805	54205909N	20/12/2016	50020	257	8\$		85.13
MID7729	8590122779	11/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MIF6559	8590130867	22/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MIG1280	8590123418	16/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MIJ0448	8590112431	26/07/2016	74630	218	*	II	127.69
MIK8330	8590128016	29/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MIS3009	8590129726	09/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT6215	54213333N	03/01/2017	50020	257	8\$		85.13
MIV5167	54214692N	05/01/2017	50020	257	8\$		85.13
MIW6154	8590127608	27/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MIX1301	8590124059	22/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MJE1763	8590129699	08/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJE9618	8590129411	07/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MJI8398	8590126980	25/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MJI8398	8590127082	25/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MJJ4226	8590125284	06/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MJO5796	8590127177	25/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MJP2519	8590130431	15/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJW0602	8590129460	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16

MJX1836	8590128497	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJY1766	8590128018	29/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MKB1962	8590129397	07/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MKG8045	8590123686	19/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MKS8222	8590130166	13/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MKT0863	8590126751	23/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKU1536	8590130083	12/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MKZ1179	8590129459	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLL4673	8590126613	22/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MLN8786	8590130861	22/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLO4619	8590124164	23/11/2016	74630	218	*	II	195.23
MLS4675	8590122624	08/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MLU9969	8590128675	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLV2247	8590125336	07/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLW8102	8590125914	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLY9657	8590122392	06/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MMB9660	8590131880	12/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MMD1650	8590124350	26/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MMH5099	8590129180	05/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MMI9807	8590130543	16/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MMJ5542	8590122902	12/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MMJ9297	8590129140	05/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MWC7236	8590128075	30/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MYV3293	8590125256	05/12/2016	74550	218	*	I	130.16
NKH6631	8590129088	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
OAS1518	8590129910	10/01/2017	74550	218	*	I	130.16
OCE6225	8590123689	19/11/2016	74630	218	*	II	195.23
OKD4200	8590125499	10/12/2016	74550	218	*	I	130.16
ORA4374	8590129357	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
PEJ8300	8590123037	13/11/2016	74630	218	*	II	195.23
PGJ3417	8590129876	10/01/2017	74550	218	*	I	130.16
PGJ3417	8590129968	11/01/2017	74550	218	*	I	130.16
PWP4324	8590130799	20/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHC1959	8590125484	09/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHG1004	8590130715	19/01/2017	74630	218	*	II	195.23
QHG3064	8590124547	28/11/2016	74550	218	*	I	130.16
QHG6674	8590128841	03/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHI2240	8590125435	08/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHI3201	54213329N	03/01/2017	50020	257	8\$		85.13
QHL3346	8590129098	05/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHM9110	8590130681	18/01/2017	74630	218	*	II	195.23
QHP5215	8590127734	28/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHQ7880	8590125262	06/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHS5369	8590131921	12/02/2017	74550	218	*	I	130.16
QHS9919	8590125840	12/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHT2823	8590130035	12/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV2127	8590128449	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHW8718	8590122977	13/11/2016	74630	218	*	II	195.23
QIA5131	8590129624	08/01/2017	74630	218	*	II	195.23
QIA5131	8590129556	08/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QID1155	8590129888	10/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QIU1700	8590124854	02/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QIU1700	8590125184	04/12/2016	74630	218	*	II	195.23
QJK0850	8590126022	15/12/2016	74550	218	*	I	130.16

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOSE MARILDO AZEVEDO  
DIRETOR DE TRANSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2270/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2270/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKW1359	P00Z40005A	09/03/2017	50100	162 * I
AKW1359	P00Z40005B	09/03/2017	65992	230 * V
APS6678	54542713E	22/03/2017	65992	230 * V
AST1920	54542683E	31/03/2017	65992	230 * V
AZS2591	54542835E	16/03/2017	69120	232
JMQ2234	54542164E	22/03/2017	65992	230 * V
KZR5471	54542687E	04/04/2017	66372	230 * IX
LXG4567	54542664E	23/03/2017	65992	230 * V
LYW7592	P01270003I	05/04/2017	67690	230 * XXII
MBH5926	P01K00000X	15/03/2017	65992	230 * V
MBT5620	P01K00002H	04/04/2017	67000	230 * XVI
MCN3402	P00Z300058	01/04/2017	65992	230 * V
MCN3402	P00Z300059	01/04/2017	66532	230 * XI
MCN3402	P00Z30005A	01/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCN3402	P00Z30005B	01/04/2017	65561	230 * I
MCN3402	P00Z30005C	01/04/2017	50100	162 * I
MCN3402	P00Z30005D	01/04/2017	67690	230 * XXII
MDG0943	54542501E	18/02/2017	64080	221
MDG0943	54542502E	18/02/2017	66102	230 * VII
MDL7536	54542612E	23/03/2017	50100	162 * I
MDL7536	54542613E	23/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MDO9850	54542663E	23/03/2017	65992	230 * V
MEA3872	P00Z30005H	03/04/2017	65992	230 * V
MEA3872	P00Z30005I	03/04/2017	66532	230 * XI
MEA3872	P00Z30005J	03/04/2017	66102	230 * VII
MEB4358	54542854E	22/03/2017	50371	162 * III
MEB4358	54542855E	22/03/2017	51341	164 c/c 162 * III
MFG4992	P00Z30005Z	07/04/2017	66532	230 * XI
MFG4992	P00Z300060	07/04/2017	65561	230 * I
MFS9035	P00Z400066	02/04/2017	50100	162 * I
MFS9035	P00Z400067	02/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
MFS9035	P00Z400068	02/04/2017	66372	230 * IX
MFS9035	P00Z400069	02/04/2017	67690	230 * XXII

MGA6239	54542723E	01/04/2017	65992	230	* V
MGA6239	54542724E	01/04/2017	50450	162	* V
MGA6239	54542725E	01/04/2017	51420	164	c/c 162 * V
MGD1591	54542722E	01/04/2017	65992	230	* V
MGH6465	P00Z20004P	22/02/2017	67000	230	* XVI
MHP5306	P01270002X	11/03/2017	73400	252	* IV
MHY7595	P00Z200061	04/03/2017	66372	230	* IX
MIX6038	54542874E	24/03/2017	66372	230	* IX
MIX6038	54542875E	24/03/2017	64080	221	
MKC0927	54542672E	23/03/2017	66372	230	* IX
MKE2855	54542688E	04/04/2017	65992	230	* V
MLM8949	P00Z100039	03/03/2017	69120	232	
NEY1387	54542719E	01/04/2017	65992	230	* V
QHD9529	P00Z20004J	22/02/2017	66372	230	* IX
QH9529	P00Z40005T	31/03/2017	66372	230	* IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

GASPAR/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

PAULO NORBERTO KOERICH  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2271/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - 281170

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2271/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFQ2167	8147014947	09/04/2017	74550	218 * I
AHK1618	8147014819	05/04/2017	74550	218 * I
AIA9316	8147014607	01/04/2017	74550	218 * I
ALI2552	P00Z40006A	03/04/2017	60412	207
APP3417	8147014478	01/04/2017	74550	218 * I
AWS5929	8147014733	02/04/2017	74550	218 * I
AXE2661	8147014708	02/04/2017	74630	218 * II
AZY6671	8147013596	16/03/2017	74550	218 * I
BHJ0247	54542244E	25/02/2017	58197	193

CJM0067	8147014839	06/04/2017	74550	218	*	I
CVY2304	8147014770	05/04/2017	74550	218	*	I
DMF2553	8147014106	26/03/2017	74550	218	*	I
DQJ2632	8147014464	01/04/2017	74630	218	*	II
DQY5506	8147013091	04/03/2017	74550	218	*	I
EAT2991	8147014601	01/04/2017	74550	218	*	I
EKL6371	8147012956	04/03/2017	74630	218	*	II
IJM8423	8147014520	01/04/2017	74630	218	*	II
IOV7115	8147013367	12/03/2017	74630	218	*	II
LYC6838	P01JY00016	01/04/2017	51930	168		
LYR9213	8147014689	01/04/2017	74550	218	*	I
LYT9499	8147014625	01/04/2017	74550	218	*	I
LZA9189	P00Z10003U	04/04/2017	51852	167		
LZJ9552	8147014638	01/04/2017	74550	218	*	I
LZP1152	P00Z20005M	02/03/2017	51851	167		
LZP2893	54542596E	06/03/2017	76252	ART	181,	XX
LZT9209	54542165E	28/03/2017	53710	180		
LZY2195	8147012996	04/03/2017	74550	218	*	I
MAD6526	8147014480	01/04/2017	74630	218	*	II
MBA5413	8147014543	01/04/2017	74550	218	*	I
MBQ1555	8147014801	05/04/2017	74550	218	*	I
MBR6586	54542851E	22/03/2017	76252	ART	181,	XX
MBT5620	P01K00002G	04/04/2017	57970	191		
MBT6396	54542667E	27/03/2017	56222	182	*	VI
MCE5146	8147014686	01/04/2017	74550	218	*	I
MCS1292	8147014460	01/04/2017	74550	218	*	I
MCS1756	54542503E	22/02/2017	68580	231	*	VII
MCY8497	8147014583	01/04/2017	74550	218	*	I
MDA8904	8147014569	01/04/2017	74550	218	*	I
MDF6034	8147014147	26/03/2017	74550	218	*	I
MED8365	8147013010	04/03/2017	74550	218	*	I
MEE0547	8147013133	04/03/2017	74630	218	*	II
MEE5784	8147014671	01/04/2017	74550	218	*	I
MEJ9139	54542557E	02/03/2017	76252	ART	181,	XX
MEK2271	8147014711	02/04/2017	74550	218	*	I
MEV7679	54542911E	27/03/2017	59080	202	*	I
MEW5377	8147014614	01/04/2017	74550	218	*	I
MFB9893	54542583E	04/03/2017	51851	167		
MFJ3268	8147013273	07/03/2017	74630	218	*	II
MFL4143	8147014688	01/04/2017	74550	218	*	I
MFQ0957	P00Z40006I	07/04/2017	65300	228		
MFU2934	8147013263	07/03/2017	74710	218	*	III
MFU6013	54542498E	18/02/2017	76252	ART	181,	XX
MGA5308	P01K00002Q	07/04/2017	59670	203	*	V
MGO5747	8147012972	04/03/2017	74550	218	*	I
MGQ8882	54542909E	27/03/2017	51851	167		
MGT2680	8147014785	05/04/2017	74550	218	*	I
MGU9617	8147012925	01/03/2017	74550	218	*	I
MGW9108	P01JY00012	01/04/2017	59670	203	*	V
MGX0204	8147014588	01/04/2017	74630	218	*	II
MGY4466	P00Z20005J	28/02/2017	51851	167		
MGY7319	8147013459	13/03/2017	74630	218	*	II
MGZ0788	8147014339	27/03/2017	74630	218	*	II
MHB8942	8147013443	13/03/2017	74630	218	*	II
MHE9678	8147014608	01/04/2017	74550	218	*	I
MHI3454	54542357E	25/02/2017	58197	193		
MHJ6400	8147014496	01/04/2017	74630	218	*	II
MHJ9456	8147013392	12/03/2017	74550	218	*	I
MHP3719	54542910E	23/03/2017	58350	195		
MHT7914	8147014624	01/04/2017	74550	218	*	I
MHX5990	8147013040	04/03/2017	74550	218	*	I
MIA0571	8147014869	09/04/2017	74550	218	*	I
MIF2541	8147013457	13/03/2017	74550	218	*	I

MIK5767	8147014483	01/04/2017	74630	218	*	II
MIO3233	8147014743	02/04/2017	74630	218	*	II
MIO6979	8147013250	07/03/2017	74550	218	*	I
MIP2271	8147013165	05/03/2017	74550	218	*	I
MIU3365	8147013748	17/03/2017	74630	218	*	II
MJI6366	P00Z300045	07/03/2017	51851	167		
MJM0275	8147014369	27/03/2017	74550	218	*	I
MJN4563	54542513E	22/02/2017	76252	ART	181,	XX
MJN4633	54239024N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MJP5478	8147014524	01/04/2017	74550	218	*	I
MJR8974	8147013469	13/03/2017	74630	218	*	II
MJS0012	8147014503	01/04/2017	74550	218	*	I
MKE9798	8147014719	02/04/2017	74550	218	*	I
MKI5190	8147013495	13/03/2017	74550	218	*	I
MKI6951	54542467E	14/02/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146
MKJ1009	P01JY00013	01/04/2017	76332	ART	252,	UNICO
MKO1531	8147013489	13/03/2017	74630	218	*	II
MKR3128	8147012921	01/03/2017	74550	218	*	I
MKT5661	8147013185	05/03/2017	74550	218	*	I
MKY7876	P01270003G	31/03/2017	59670	203	*	V
MLJ2787	8147013387	12/03/2017	74550	218	*	I
MLK7289	8147013448	13/03/2017	74630	218	*	II
MLM4474	8147014756	05/04/2017	74550	218	*	I
MLP2711	8147012969	04/03/2017	74630	218	*	II
MLP5354	8147012935	01/03/2017	74550	218	*	I
MLS0727	8147013069	04/03/2017	74550	218	*	I
MMF8310	8147014752	05/04/2017	74550	218	*	I
MMI9397	8147013305	12/03/2017	74550	218	*	I
MRB0451	54542668E	27/03/2017	56222	182	*	VI
MVF2858	8147014633	01/04/2017	74550	218	*	I
NEY1387	54542718E	01/04/2017	51851	167		
NHB4778	8147014836	06/04/2017	74550	218	*	I
NXN5132	54542930E	06/04/2017	59670	203	*	V
OXA4062	8147013485	13/03/2017	74550	218	*	I
QHA9255	8147013080	04/03/2017	74550	218	*	I
QHB6713	54542716E	30/03/2017	59910	206	*	I
QHC5072	8147014717	02/04/2017	74550	218	*	I
QHG3175	8147013055	04/03/2017	74550	218	*	I
QHI6177	8147014712	02/04/2017	74550	218	*	I
QHO7419	8147013127	04/03/2017	74550	218	*	I
QIB7508	8147013239	07/03/2017	74550	218	*	I
QID5883	8147014713	02/04/2017	74550	218	*	I
QJQ1952	8147012991	04/03/2017	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOSE MARILDO AZEVEDO  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8590 1163/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8590 1163/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AEC1786	8590133933	20/03/2017	74550	218 * I
AGE6723	8590133175	05/03/2017	74550	218 * I
AID8806	8590133447	18/03/2017	74550	218 * I
AKT9124	8590132455	27/02/2017	74550	218 * I
AOB8168	8590133436	17/03/2017	74550	218 * I
AQL3270	8590133224	11/03/2017	74550	218 * I
AVJ3942	8590133845	24/03/2017	74630	218 * II
AZB5967	8590133707	21/03/2017	74550	218 * I
BVY2011	8590133427	17/03/2017	74550	218 * I
CHO1993	8590133575	19/03/2017	74550	218 * I
CYR1034	8590133571	19/03/2017	74550	218 * I
ELW7542	8590132844	07/03/2017	74550	218 * I
GRA9339	8590133782	23/03/2017	74550	218 * I
HZL1992	8590132180	23/02/2017	74550	218 * I
IFU0496	8590133702	21/03/2017	74550	218 * I
IMT3777	8590133931	20/03/2017	74550	218 * I
IPN7412	8590132035	15/02/2017	74550	218 * I
IXL5106	8590133591	16/03/2017	74550	218 * I
LNB5675	8590133924	20/03/2017	74550	218 * I
LXE3622	8590133483	18/03/2017	74550	218 * I
LYM5574	8590133513	18/03/2017	74630	218 * II
LYO2669	8590132003	15/02/2017	74550	218 * I
LZB3817	8590132197	26/02/2017	74550	218 * I
LZN1344	8590133721	22/03/2017	74550	218 * I
LZW3409	8590133770	23/03/2017	74550	218 * I
MAV8970	8590133478	18/03/2017	74550	218 * I
MAX2154	8590133772	23/03/2017	74550	218 * I
MBE3141	8590133678	21/03/2017	74550	218 * I
MBE5032	8590133936	20/03/2017	74630	218 * II
MBO2812	8590132618	04/03/2017	74550	218 * I
MBO2812	8590132347	25/02/2017	74550	218 * I
MCB9109	8590133159	05/03/2017	74550	218 * I
MCE1550	8590133540	19/03/2017	74550	218 * I
MCG2521	8590133386	16/03/2017	74550	218 * I
MCH9881	8590131925	12/02/2017	74550	218 * I
MCQ8785	8590132163	18/02/2017	74550	218 * I
MDI1915	8590132507	01/03/2017	74550	218 * I
MDI7922	8590131977	14/02/2017	74550	218 * I
MDM6925	8590132350	25/02/2017	74550	218 * I
MDR3513	8590133663	21/03/2017	74550	218 * I
MDR9357	8590132951	11/03/2017	74550	218 * I
MFK0248	8590133934	20/03/2017	74550	218 * I

MFR0479	8590133048	13/03/2017	74550	218	*	I
MFR1883	8590133869	24/03/2017	74550	218	*	I
MGD7284	8590133935	20/03/2017	74550	218	*	I
MGG5855	8590133593	16/03/2017	74550	218	*	I
MGK9208	8590133448	18/03/2017	74550	218	*	I
MGN5784	8590133618	19/03/2017	74630	218	*	II
MGQ9497	54238323N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MGX9838	8590133730	22/03/2017	74630	218	*	II
MHI2750	54240219N	06/04/2017	50020	257	8\$	
MHJ2267	8590133357	15/03/2017	74630	218	*	II
MHK9121	8590133744	22/03/2017	74550	218	*	I
MHO6496	8590133826	23/03/2017	74550	218	*	I
MHT5813	8590133090	12/03/2017	74630	218	*	II
MID5830	8590133412	17/03/2017	74550	218	*	I
MIF3657	8590133710	21/03/2017	74550	218	*	I
MIH3826	8590133407	17/03/2017	74550	218	*	I
MIN5692	8590133439	18/03/2017	74630	218	*	II
MIP0354	8590133704	21/03/2017	74550	218	*	I
MIP6038	8590133336	15/03/2017	74550	218	*	I
MIQ1249	8590133582	19/03/2017	74550	218	*	I
MIQ1854	8590132148	18/02/2017	74550	218	*	I
MIY7170	8590133938	21/03/2017	74550	218	*	I
MJA8387	8590133641	19/03/2017	74550	218	*	I
MJD0627	8590133491	18/03/2017	74550	218	*	I
MJD0627	8590133528	18/03/2017	74550	218	*	I
MJE0130	8590133754	22/03/2017	74550	218	*	I
MJP3999	8590133014	13/03/2017	74550	218	*	I
MJS0145	8590133508	18/03/2017	74550	218	*	I
MJS6398	8590133812	23/03/2017	74550	218	*	I
MKP1950	8590133851	24/03/2017	74630	218	*	II
MKT6109	8590133864	24/03/2017	74550	218	*	I
MKV0530	8590133394	16/03/2017	74550	218	*	I
MKX8962	8590133927	20/03/2017	74550	218	*	I
MLA9026	8590133756	22/03/2017	74550	218	*	I
MLC9724	8590133655	20/03/2017	74550	218	*	I
MLE3767	8590132096	17/02/2017	74550	218	*	I
MLF7000	8590133878	24/03/2017	74630	218	*	II
MLG8741	8590133863	24/03/2017	74550	218	*	I
MLK4283	8590133713	22/03/2017	74550	218	*	I
MLL8739	8590132614	04/03/2017	74550	218	*	I
MLN5146	8590133009	13/03/2017	74550	218	*	I
MLQ1057	8590133355	15/03/2017	74630	218	*	II
MLR3120	8590133657	20/03/2017	74550	218	*	I
MLV3239	54238325N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MMA2222	8590132282	23/02/2017	74550	218	*	I
MMH0298	54238329N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MMH2081	8590133420	17/03/2017	74550	218	*	I
MMH4686	8590133596	16/03/2017	74550	218	*	I
MMH8908	8590133612	19/03/2017	74550	218	*	I
MMJ0089	8590133361	15/03/2017	74550	218	*	I
MMM7669	8590133476	18/03/2017	74550	218	*	I
MXS8876	8590133254	11/03/2017	74550	218	*	I
NDD3453	8590133849	24/03/2017	74550	218	*	I
NTZ7095	8590132976	11/03/2017	74630	218	*	II
NZQ5698	54238326N	04/04/2017	50020	257	8\$	
OBV9296	8590132116	17/02/2017	74550	218	*	I
OGK7920	8590133785	23/03/2017	74550	218	*	I
OKG8089	8590133951	22/03/2017	74550	218	*	I
OPQ2780	8590133570	19/03/2017	74630	218	*	II
OQU4311	8590133343	15/03/2017	74550	218	*	I
QHA7238	8590133378	16/03/2017	74550	218	*	I
QHC5719	8590133650	20/03/2017	74550	218	*	I
QHF5787	8590133830	23/03/2017	74550	218	*	I

QHG9722	8590131999	14/02/2017	74550	218	*	I
QHH0205	8590133325	15/03/2017	74550	218	*	I
QHN6081	8590133956	22/03/2017	74550	218	*	I
QHP1437	8590133568	19/03/2017	74630	218	*	II
QHP2734	8590133348	15/03/2017	74550	218	*	I
QHP6575	8590133212	05/03/2017	74550	218	*	I
QHT9904	8590133284	12/03/2017	74550	218	*	I
QHV3340	8590133327	15/03/2017	74550	218	*	I
QHX7231	54238328N	04/04/2017	50020	257		8\$
QHZ8704	8590133120	12/03/2017	74550	218	*	I
QID8973	8590133819	23/03/2017	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOSE MARILDO AZEVEDO  
DIRETOR DE TRANSITO

**GOVERNADOR CELSO RAMOS**

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8062 857/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8062 857/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BAK0171	54532866F	12/02/2017	51851	167	195.23
CGA0256	P01HV0002M	08/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CLE7378	P01HV0001H	14/12/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CVT0500	P01HV0001E	13/12/2016	65480	229	130.16
DKZ1567	55013028E	10/02/2017	51930	168	293.47
DQN3070	54848114E	09/02/2017	67000	230 * XVI	195.23
IIW1690	54532465F	15/01/2017	55680	181 * XIX	195.23
IOB4937	54848383E	25/01/2017	65992	230 * V	293.47
LWT4079	55645154D	05/08/2014	51851	167	127.69
LWV4849	55644127D	07/06/2014	51691	165	1915.38
LWV4849	55644128D	07/06/2014	69120	232	53.20
LWV7750	55647216D	07/06/2013	65992	230 * V	191.53

LYM7360	54848254E	28/12/2016	55411	181*	XVII c/ Lei13146	195.23
LYU0575	55645766D	07/07/2012	66371	230 *	IX	127.69
MAH9047	55647137D	29/05/2013	65992	230 *	V	191.53
MAH9047	55647138D	29/05/2013	50100	162 *	I	574.61
MBA3682	P01HV00017	06/12/2016	50610	163	c/c 162 * I	880.40
MBU5719	55646772D	23/04/2012	51851	167		127.69
MBU5719	55646772D	23/04/2012	51852	167		127.69
MBU7846	54854675E	30/12/2016	51851	167		195.23
MCC2212	55645175D	21/08/2014	52070	169		53.20
MCH9631	55643665D	05/01/2014	65561	230 *	I	191.53
MCH9631	55643666D	05/01/2014	73400	252 *	IV	85.12
MCI9905	55644773D	05/01/2013	69120	232		53.20
MCM8006	55644130D	13/06/2014	55090	181 *	XIII	85.12
MCR4717	55644966D	15/01/2013	69120	232		53.20
MCR4717	54401695D	28/06/2012	65992	230 *	V	191.53
MCY0813	54854641E	08/01/2017	50100	162 *	I	880.40
MDL5604	55646983D	04/01/2013	69120	232		53.20
MDN3804	55645654D	12/01/2013	54521	181 *	VIII	127.69
MDS6657	55643283D	03/01/2014	65992	230 *	V	191.53
MDW4018	55645707D	12/01/2013	58196	193		574.61
MEH0374	55644026D	31/01/2014	65992	230 *	V	191.53
MEK4646	55645202D	19/08/2014	50100	162 *	I	574.61
MEW4366	55645755D	13/05/2012	65482	229		85.12
MFA0355	55643559D	11/01/2014	65992	230 *	V	191.53
MFA0355	55643560D	11/01/2014	70302	244 *	I	191.53
MFB1890	54532781F	14/02/2017	50610	163	c/c 162 * I	880.40
MFI6521	55643527D	04/09/2014	50100	162 *	I	574.61
MFK8631	P01HV0000Y	02/12/2016	58350	195		195.23
MFM4166	55646821D	28/07/2012	66102	230 *	VII	127.69
MFN0062	55644743D	08/01/2014	66371	230 *	IX	127.69
MFN0062	55644744D	08/01/2014	65992	230 *	V	191.53
MFN0062	55644745D	08/01/2014	59670	203 *	V	191.53
MFN0062	55644259D	05/08/2014	51851	167		127.69
MGA5058	55646919D	10/07/2012	70301	244 *	I	191.53
MGC1412	55647116D	29/09/2012	55090	181 *	XIII	85.12
MGP0757	55013025E	07/02/2017	50100	162 *	I	880.40
MGP7739	55645769D	29/08/2012	70481	244 *	II	191.53
MHZ6476	55013305E	15/01/2017	55680	181 *	XIX	195.23
MIY7474	55643949D	07/09/2014	66371	230 *	IX	127.69
MIY7474	55643950D	07/09/2014	66531	230 *	XI	127.69
MIZ8391	55647188D	22/12/2012	73400	252 *	IV	85.12
MKC7899	54848429E	21/01/2017	76251	ART 181,	XX	293.47
MLH5908	55643253D	20/12/2013	50100	162 *	I	574.61
MLL6629	54854731E	30/12/2016	67000	230 *	XVI	195.23
MLU3808	P01HV00033	12/01/2017	59241	203 *	I	1467.34
MML4042	54532651F	27/01/2017	51851	167		195.23
OKE1838	54532484F	20/01/2017	67000	230 *	XVI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 856/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8062 856/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGS6993	54532950F	25/02/2017	67000	230 * XVI
ANB3501	54854790E	28/02/2017	66372	230 * IX
ANB3501	54854791E	28/02/2017	73400	252 * IV
ANB3501	54854788E	28/02/2017	50371	162 * III
DAS7328	54532887F	16/02/2017	51852	167
IJN8068	54532927F	20/02/2017	50450	162 * V
KIZ5068	54532367F	02/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
LSI0462	54848206E	19/02/2017	50100	162 * I
LSI0462	54848207E	19/02/2017	51180	164 c/c 162 * I
LWZ2363	54854759E	21/02/2017	51852	167
LXR9505	P01HV0004N	08/03/2017	66372	230 * IX
LYA6650	55013024E	29/01/2017	51180	164 c/c 162 * I
LYA6650	55013023E	29/01/2017	65992	230 * V
LYA6650	55013022E	29/01/2017	50100	162 * I
MAN8155	54532728F	02/03/2017	50100	162 * I
MAN8155	54532729F	02/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MAY3725	55013105E	06/03/2017	66020	230 * VI
MAZ8075	54532856F	09/02/2017	51852	167
MBD0644	54532935F	21/02/2017	67000	230 * XVI
MBP6778	54234056N	20/03/2017	50020	257 8\$
MCX6307	54848178E	09/02/2017	65992	230 * V
MDL8869	54532862F	12/02/2017	69120	232
MDT9507	54854810E	05/03/2017	66372	230 * IX
MEG8513	54532809F	02/02/2017	50450	162 * V
MEX4838	54532790F	18/02/2017	51852	167
MFJ9537	54532741F	03/03/2017	50100	162 * I
MFL9347	54532948F	25/02/2017	67000	230 * XVI
MFL9347	54854765E	25/02/2017	51852	167
MFP3754	55013020E	30/01/2017	50100	162 * I
MFP3754	55013021E	30/01/2017	51180	164 c/c 162 * I
MFV1634	54854795E	04/03/2017	51852	167
MGM2266	54532689F	08/02/2017	73400	252 * IV
MGP0757	54848386E	07/02/2017	60091	206 * II
MGV7043	54532558F	28/02/2017	54282	181 * V
MGZ8174	54531350F	01/03/2017	67000	230 * XVI
MHU1330	54532554F	28/02/2017	54282	181 * V
MIT5789	54532855F	08/02/2017	73400	252 * IV
MIU6832	54532626F	28/02/2017	52311	172
MJI4247	54532037F	31/03/2017	54360	181 * VI
MJQ1622	P01HV0004P	12/03/2017	58350	195
MJT0242	54532622F	28/02/2017	55500	181 * XVIII
MLC6672	54848300E	06/03/2017	50100	162 * I

MMF6183 54532918F 17/02/2017 50450 162 \* V  
MML7706 55013365E 02/02/2017 51851 167

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

---

### Grão Pará

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8328 584/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8328 584/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

CHH9186	54030280F	31/03/2017	65992	230 * V
CHH9186	54030281F	31/03/2017	50450	162 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAO PARA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE LUIZ BERMUDEZ PEREIRA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**GUARACIABA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8348 698/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8348 698/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MG19432	55601841C	07/09/2012	53470	178	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 697/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8348 697/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CGF5118	54599418F	07/03/2017	50100	162 * I

CGF5118	54599419F	07/03/2017	52820	176	* I
CGF5118	54599420F	07/03/2017	51691	165	
CHC2433	54599527F	11/03/2017	65480	229	
MDI9051	54599524F	11/03/2017	65480	229	
QIJ1176	54599526F	11/03/2017	65480	229	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

---

### GUARAMIRIM

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8204 1323/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8204 1323/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACL8328	54954703E	19/07/2014	64080	221	85.12
ALG7237	P00QQ000D0	30/01/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MGD1067	P00Q2000IV	26/12/2016	65992	230 * V	293.47
MGD1067	P00Q2000IW	27/12/2016	50450	162 * V	293.47
MGD1067	P00Q2000IY	27/12/2016	69120	232	88.38
MGR6479	P00QQ000CV	27/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8204 1324/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8204 1324/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIH4864	P01LO0005N	16/01/2017	51851	167	195.23
MAU1238	P00QT000IG	28/11/2016	51851	167	195.23
MBD2880	P00QD00087	27/01/2017	72340	250 * I * a	130.16
MMM7027	P00QD00081	23/01/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

GLADECIR JOSE FALCAO  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1321/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8204 1321/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADE2115	P01LO000A0	31/03/2017	65992	230 * V
ADE2115	P01LO000A1	31/03/2017	50100	162 * I
ADE2115	P01LO000A2	31/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
ADE2115	P01LO000A3	31/03/2017	66372	230 * IX
ADE2115	P01LO000A4	31/03/2017	67261	230 * XVIII
ADE2115	P01LO000A5	31/03/2017	65561	230 * I
AFH3506	P00Q2000QI	01/04/2017	65992	230 * V
ALD7377	P01LO0007T	26/02/2017	73400	252 * IV
ALD7377	P01LO0007U	26/02/2017	50450	162 * V
ARI2602	P01LO000A8	01/04/2017	50100	162 * I
ARI2602	P01LO000A9	01/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
AUX2088	P00QY000BP	07/03/2017	67261	230 * XVIII
AUX2088	P00QY000BQ	07/03/2017	50100	162 * I
AUX2088	P00QY000BR	07/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
AUX2088	P00QY000BS	07/03/2017	66371	230 * IX
AUX2088	P00QY000BT	07/03/2017	73400	252 * IV
CKP0716	P00QT000SO	04/04/2017	50450	162 * V
COP0809	P00QT000SA	02/04/2017	75790	165 A
COP0809	P00QT000SB	02/04/2017	66372	230 * IX
IPA6206	P00QD000DC	29/03/2017	64080	221
JKT5034	P00QQ000EA	11/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
JKT5034	P00QQ000EB	11/03/2017	50100	162 * I
JKT5034	P00QQ000EC	11/03/2017	65992	230 * V
LAN7522	P01LO0009S	25/03/2017	65992	230 * V
LZW2343	P00QT000QJ	05/03/2017	50450	162 * V
MBM1652	P00Q2000O6	10/03/2017	67261	230 * XVIII
MCB0786	P00Q2000PZ	25/03/2017	50450	162 * V
MCB0786	P00Q2000Q0	25/03/2017	65992	230 * V
MEN6496	P01LO0008M	09/03/2017	50100	162 * I
MEN6496	P00Q2000O4	09/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MEN6496	P01LO0008N	09/03/2017	65992	230 * V
MEN6496	P00Q2000O5	09/03/2017	67261	230 * XVIII
MHN4818	P01LO0005Z	03/02/2017	50100	162 * I
MHN4818	P01LO00060	03/02/2017	51180	164 c/c 162 * I
MHN4818	P01LO00061	03/02/2017	65992	230 * V
MIP9481	P00QQ000DP	17/02/2017	50371	162 * III
QIN6202	P00QD000ER	06/04/2017	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1322/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8204 1322/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKF6732	P01LO0009F	13/03/2017	61220	214 * I
DID4767	P00QY000BM	06/03/2017	76251	ART 181, XX
EJL4722	P01LO00097	13/03/2017	61220	214 * I
FGJ2800	P00QT000T1	04/04/2017	76332	ART 252, UNICO
FMR9459	P00QD000DO	29/03/2017	76251	ART 181, XX
IPA6206	P00QD000DB	29/03/2017	76251	ART 181, XX
LXT4999	P00QD000EA	31/03/2017	61220	214 * I
LZX2444	P00QT000T5	04/04/2017	61220	214 * I
MAG3970	P00Q2000NX	09/03/2017	68580	231 * VII
MAO8182	P00QD000DW	31/03/2017	51851	167
MCR8531	P00QQ000ET	07/04/2017	51851	167
MDE5055	P01LO0009E	13/03/2017	61220	214 * I
MFH6344	P00QY000BJ	04/03/2017	72340	250 * I * a
MGM8973	P00QT000T4	04/04/2017	76251	ART 181, XX
MGR7859	P00QT000SN	04/04/2017	51851	167
MGS5942	P00QD000EN	06/04/2017	51851	167
MHB7821	P00QT000SL	04/04/2017	51851	167
MHL3093	P00QT000SV	04/04/2017	76252	ART 181, XX
MII9559	P00QD000E6	31/03/2017	51851	167
MJC6435	P00QD000DG	29/03/2017	76252	ART 181, XX
MKX4517	P00QY000CJ	19/03/2017	51851	167
MLN6221	P00QD000DM	29/03/2017	51851	167
MLP3939	P00QD000AY	27/02/2017	76251	ART 181, XX
QHE9675	P00Q2000OK	11/03/2017	76252	ART 181, XX
QHY4656	P00QD000DZ	31/03/2017	76332	ART 252, UNICO
QIN6202	P00QD000EQ	06/04/2017	76252	ART 181, XX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

GLADECIR JOSE FALCAO  
DIRETOR DE TRANSITO

**GUARUJÁ DO SUL****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8252 520/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8252 520/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
NBX5425	54599886F	16/12/2016	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8252 519/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8252 519/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IEW8579	54599967F	10/03/2017	51691	165

IEW8579 54599968F 10/03/2017 50450 162 \* V  
IEW8579 54599969F 10/03/2017 51420 164 c/c 162 \* V

-----  
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

---

### HERVAL D'OESTE

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8032 1427/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8032 1427/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
LYB9139 P00ZM00036 12/12/2016 65992 230 \* V 293.47  
MCA1546 55481778D 23/11/2012 65992 230 \* V 191.53  
MCA1546 55481779D 23/11/2012 50100 162 \* I 574.61  
MCA1546 55481780D 23/11/2012 51180 164 c/c 162 \* I 574.61  
MCA1546 55481781D 23/11/2012 69120 232 53.20  
MDC0813 P00ZP000CW 17/12/2016 65992 230 \* V 293.47  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8032 1428/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8032 1428/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGJ0061	55555948C	22/11/2012	51851	167	127.69
LXI5553	55481886D	11/12/2012	51851	167	127.69
MAO0270	55482102D	05/02/2013	59401	203 * III	191.53
MEH2087	55481673D	15/05/2013	59401	203 * III	191.53
MEV8520	P00ZQ000EC	19/01/2017	51851	167	195.23
MHN3860	55481716D	19/11/2012	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ADRIANO BARETTA MANDRYK  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1425/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8032 1425/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

```

-----
AGS7947 P00ZQ000KJ 31/03/2017 50100 162 * I
KKH5291 P00ZO000QE 07/04/2017 50100 162 * I
KKH5291 P00ZO000QF 07/04/2017 51180 164 c/c 162 * I
KKH5291 P00ZO000QG 07/04/2017 65992 230 * V
LXX2107 P00ZN001FG 03/04/2017 50100 162 * I
-----

```

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1426/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1426/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

```

-----
Placa      N.Auto      Data Infr.  Infr/Desd.  Enquadramento
-----
AIN2104 P00ZN001F8 03/04/2017 58350      195
LXB1295 P00ZN001FK 04/04/2017 51851      167
LYG0808 P00ZN001FF 03/04/2017 51851      167
MBZ2758 P00ZM0005P 31/03/2017 51851      167
MDZ2594 P00ZN001E2 26/03/2017 51851      167
MEF2251 P00ZQ000HM 08/03/2017 51851      167
MIY1009 P00ZO000Q8 05/04/2017 54522      181 * VIII
MLY2387 P00ZN001CT 06/03/2017 60412      207
QHG7977 54230641N 07/03/2017 50020      257 8S
-----

```

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ADRIANO BARETTA MANDRYK  
DIRETOR DE TRANSITO

---

**IBICARÉ**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8773 448/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8773 448/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCW1089	P01JN0001Y	22/12/2016	50371	162 * III	586.94
MGA1151	P01JN0001S	22/12/2016	50100	162 * I	880.40
MGA1151	P01JN0001T	22/12/2016	51180	164 c/c 162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBICARE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8773 449/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARE - 281330

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8773 449/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHS5697	P01JN0000E	16/11/2016	54790	181 * X	130.16
AKZ1064	P01JN0001Z	22/12/2016	51851	167	195.23
BOL1075	P01JN0001P	17/12/2016	55500	181 * XVIII	130.16
MFL8697	P01JN0002U	16/01/2017	54600	181 * IX	130.16
MJO3527	P01JN00025	25/12/2016	51852	167	195.23
MKS9314	P01JN00022	24/12/2016	51851	167	195.23
QHD0230	P01JN00032	21/01/2017	59670	203 * V	1467.34
QHE2535	P01JN00028	28/12/2016	59670	203 * V	1467.34
QHG9178	P01JN0000G	18/11/2016	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBICARE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUIZ SARTORI  
DIRETOR DE TRANSITO

#### ILHOTA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8388 904/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8388 904/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CPL7566	P018L0001A	25/11/2016	54281	181 * V	293.47
LYI5702	P018L0001C	26/11/2016	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ILHOTA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

AUGUSTO BEDUSCHI NETO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8388 903/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8388 903/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDE4726	P018L0002U	12/03/2017	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ILHOTA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

AUGUSTO BEDUSCHI NETO  
DELEGADO DE POLICIA

**IMBITUBA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8436 2258/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8436 2258/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDD7679	P01NV0005I	26/12/2016	50100	162 * I	880.40
MDD7679	P01NV0005J	26/12/2016	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MDD7679	P01NV0005K	26/12/2016	65992	230 * V	293.47
MDD7679	P01NV0005L	26/12/2016	66531	230 * XI	195.23
NNQ1190	P01NU0005V	07/12/2016	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8436 2259/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8436 2259/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABF2225	55830837F	26/12/2016	55500	181 * XVIII	130.16
ANE1383	P01NZ0004U	26/12/2016	51851	167	195.23
AUU7200	P01NY000PJ	26/12/2016	55250	181 * XV	130.16
AVT9920	P01NY001M5	26/01/2017	51851	167	195.23
DKT6072	P01NY001UH	04/02/2017	51851	167	195.23
EDK7955	P01NY000IL	24/11/2016	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IKS8125	P01NV000D2	28/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IMB8953	P01NY001EH	18/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IMQ8207	55830573F	02/12/2016	51851	167	195.23
IPF9344	55831506F	06/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
IPL2477	55667494F	27/12/2016	55500	181 * XVIII	130.16
IPL2477	55830780F	27/12/2016	55500	181 * XVIII	130.16

IQM1551	P01NY0029X	18/02/2017	51851	167	195.23
IRW0211	P01NY0017A	10/01/2017	51851	167	195.23
IRW3344	P01NV0004I	15/11/2016	55500	181 * XVIII	130.16
ISW8681	P01NY001JA	22/01/2017	51851	167	195.23
ITM4060	P01NY001EE	18/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ITM9829	55831345F	02/01/2017	51851	167	195.23
IUT6530	P01NV000BO	24/01/2017	55250	181 * XV	130.16
IUT6530	P01NV000BP	24/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IVO7101	P01NV000BJ	24/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IVO8135	P01NV0006E	30/12/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IVW9286	P01NY0013I	06/01/2017	51851	167	195.23
IWY0378	P01NY001FS	19/01/2017	55250	181 * XV	130.16
IXG8126	P01NY0021T	10/02/2017	51851	167	195.23
KGA9693	P01NY001MF	26/01/2017	51851	167	195.23
LNG2487	55831827F	25/12/2016	51851	167	195.23
LXC3287	P01NY000NJ	22/12/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAI7821	55831457F	24/12/2016	55500	181 * XVIII	130.16
MBR6382	55830599F	27/12/2016	51851	167	195.23
MCJ8007	P01NY001C0	15/01/2017	51851	167	195.23
MCU0858	55667764F	03/01/2017	53800	181 * I	130.16
MDB5578	P01NY000RZ	28/12/2016	55250	181 * XV	130.16
MDV6552	P01NU00069	14/12/2016	55500	181 * XVIII	130.16
MEJ6953	55830595F	27/12/2016	54521	181 * VIII	195.23
MFC7527	55830813F	23/12/2016	55500	181 * XVIII	130.16
MFV7002	P01NU00062	11/12/2016	58350	195	195.23
MGD1694	P01NY000ZN	04/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGG3073	P01NY000LM	15/12/2016	76332	ART 252, UNICO	293.47
MHT7827	P01NV0007O	05/01/2017	53800	181 * I	130.16
MIN5628	P01NY001LI	25/01/2017	51851	167	195.23
MIQ8080	55029413E	29/12/2016	51851	167	195.23
MJY7665	P01NY000JU	09/12/2016	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJZ1948	P01NV000C6	26/01/2017	55250	181 * XV	130.16
MKS1192	P01NZ0006I	02/01/2017	54521	181 * VIII	195.23
MKS9862	55831206F	03/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MLO0030	55831165F	29/12/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLR8398	55832344F	09/02/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MLV0660	P01NY0013M	06/01/2017	51851	167	195.23
NZI7501	P01NZ0009C	25/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHD4552	55831730F	15/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

VANDERLEI ASSIS DO VALE  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2256/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO



## DE TRANSITO N.8436 2256/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ILC7207	P01NU000EE	04/03/2017	50100	162 * I
ILC7207	P01NU000EF	04/03/2017	65992	230 * V
ILC7207	P01NU000EG	04/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
ILW5067	P01NU000EM	05/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
IQK1326	P01NW000FU	09/03/2017	65992	230 * V
LZA3258	P01O40000L	05/04/2017	65992	230 * V
LZB4018	P01NW000FV	10/03/2017	65992	230 * V
LZB4018	P01NW000FW	10/03/2017	64080	221
MDJ0150	P01NX00033	11/03/2017	65992	230 * V
MDY7289	P01NU000GR	05/04/2017	65992	230 * V
MDY7289	P01NU000GS	05/04/2017	50100	162 * I
MFA1343	P01NU000GY	06/04/2017	65992	230 * V
MFA1343	P01NU000GZ	06/04/2017	50100	162 * I
MHE9147	P01NU000H1	07/04/2017	50100	162 * I
NOQ5068	P01NX0002T	27/02/2017	50291	162* II
QIE5976	55698120E	18/03/2017	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2257/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8436 2257/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARS9601	55827607F	18/02/2017	55500	181 * XVIII
AVY6263	55828569F	27/02/2017	55500	181 * XVIII
AXL8027	55827714F	26/02/2017	55500	181 * XVIII
CAV1259	P01NU000GB	04/04/2017	62620	220 * I
CAV1259	P01NU000GC	04/04/2017	58350	195
CDW8868	P01NZ000EJ	31/03/2017	51851	167
CLQ3290	55831285F	15/03/2017	51851	167
DES5973	55827671F	19/02/2017	55090	181 * XIII
DRB5591	P01NU000EU	09/03/2017	51851	167
DRC4423	P01NY002K6	01/03/2017	51851	167
DSL8590	P01NY002R9	03/04/2017	51851	167
DTD3302	P01NU000GH	04/04/2017	58270	194
EBS8864	P01NY002P7	28/03/2017	51851	167
FGA6244	P01NY002HM	25/02/2017	51851	167
FIT7727	P01NV000LE	01/04/2017	55500	181 * XVIII
FRE5556	P01NY002RZ	05/04/2017	59910	206 * I
HCQ6903	P01NY002FM	24/02/2017	51851	167
HHW6450	P01NY002SF	07/04/2017	51851	167
HPX3111	55827760F	15/03/2017	51851	167
IEW2315	P01NU000GJ	04/04/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
IJK0841	55827631F	25/02/2017	54521	181 * VIII
INR2563	55827739F	15/03/2017	76332	ART 252, UNICO
IOA0606	P01NY002CN	20/02/2017	51851	167
IPN1912	P01NY0027F	17/02/2017	51851	167
IPS0691	P01NZ000CE	03/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
IRJ5838	55831047F	25/02/2017	55500	181 * XVIII
IRT7211	P01NY002AG	19/02/2017	55250	181 * XV
IRT7211	P01NY002C1	19/02/2017	51851	167
ISK9110	54238704N	04/04/2017	50020	257 8\$
ISP8508	P01NV000IM	15/02/2017	51851	167
ISX4693	P01NV000JV	03/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
IUZ0339	55590435F	28/02/2017	55500	181 * XVIII
IVO1026	P01NY002AR	19/02/2017	51851	167
IVQ0995	P01NY002FR	24/02/2017	51851	167
KVZ4361	54238691N	04/04/2017	50020	257 8\$
KYK2223	P01NY002R2	31/03/2017	76332	ART 252, UNICO
KYK2223	P01NY002RD	04/04/2017	76331	ART 252, UNICO
LWX2363	55827688F	21/02/2017	55500	181 * XVIII
LZA3258	P01O40000K	05/04/2017	54600	181 * IX
LZL7101	P01NW000FZ	14/03/2017	51851	167
MBU1341	55827769F	17/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MBX5586	P01NZ000BQ	26/02/2017	55500	181 * XVIII
MBZ1479	P01NU000EN	07/03/2017	54521	181 * VIII
MCA5604	55590366F	23/02/2017	73662	252*VI
MCA5604	55590369F	23/02/2017	51851	167
MCC5923	P01NY002MO	03/03/2017	55250	181 * XV
MCM9829	55827654F	11/02/2017	55090	181 * XIII
MCZ4119	54238699N	04/04/2017	50020	257 8\$
MCZ4119	54238700N	04/04/2017	50020	257 8\$
MDB4156	55827773F	17/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MDF0111	P01NU000G8	01/04/2017	52070	169
MEC9835	55667265F	26/02/2017	55090	181 * XIII
MFJ6585	P01NV000LX	02/04/2017	55500	181 * XVIII
MFJ7228	P01NY002KD	01/03/2017	51851	167
MFJ7228	P01NY002L8	01/03/2017	51851	167
MFO3813	P01NY002MT	03/03/2017	55250	181 * XV

MFT5754	P01NY002S8	06/04/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146
MGC8489	P01NU000G2	31/03/2017	61220	214 * I
MGD6614	54238695N	04/04/2017	50020	257 8\$
MGQ7298	P01NV000M4	02/04/2017	55500	181 * XVIII
MGY4334	P01NY002RG	04/04/2017	51851	167
MHG7378	P01NU000E1	27/02/2017	73662	252*VI
MHH7818	54238696N	04/04/2017	50020	257 8\$
MHQ5805	P01NU000H4	08/04/2017	55250	181 * XV
MHY2669	54238692N	04/04/2017	50020	257 8\$
MHZ7201	P01NY002RX	05/04/2017	51851	167
MIK3583	55828551F	23/02/2017	55500	181 * XVIII
MIP7428	P01NZ000CG	03/03/2017	51851	167
MIS3062	P01NZ000EQ	04/04/2017	55500	181 * XVIII
MIU1294	P01NU000G4	01/04/2017	55413	181*XVII c/ Lei13146
MJA5646	55827806F	17/03/2017	76251	ART 181, XX
MKK3867	P01NY002K5	01/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MLK5653	P01NZ000D4	10/03/2017	51851	167
MLM0433	P01NZ000EN	03/04/2017	58194	193
MLM2664	P01NY002R7	03/04/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MLN9509	P01NY002RF	04/04/2017	76332	ART 252, UNICO
MLQ3523	55832527F	06/02/2017	55500	181 * XVIII
MLQ4488	54238697N	04/04/2017	50020	257 8\$
MLW4767	55828548F	15/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MLY3365	P01NW000G0	14/03/2017	51851	167
MMC9426	55827776F	17/03/2017	53800	181 * I
MML5597	55827740F	15/03/2017	51851	167
MNE6402	55828571F	27/02/2017	55500	181 * XVIII
ODN4994	55827802F	16/03/2017	76331	ART 252, UNICO
QHA8162	54238694N	04/04/2017	50020	257 8\$
QHB6787	54238693N	04/04/2017	50020	257 8\$
QIA1211	55827743F	20/03/2017	51851	167
QIC7705	P01NY002QF	29/03/2017	58194	193
QIE2063	54238698N	04/04/2017	50020	257 8\$
QIM4782	55828597F	14/03/2017	76331	ART 252, UNICO

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

VANDERLEI ASSIS DO VALE  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**INDAIAL**

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8206 2045/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8206 2045/2017



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
APO7552	P01XQ0002X	06/01/2017	51691	165	2934.68
JEM1997	P01XY0003Y	06/01/2017	75790	165 A	2934.68
LYS1886	P01XY0005R	20/01/2017	65992	230 * V	293.47
MCW8608	P01XQ0001Q	12/12/2016	67000	230 * XVI	195.23
MFV8388	P01XZ000AD	20/01/2017	65992	230 * V	293.47
MFV8388	P01XZ000AE	20/01/2017	66020	230 * VI	293.47
MFV8388	P01XZ000AF	20/01/2017	50100	162 * I	880.40
MFV8388	P01XZ000AH	20/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MGH6854	P01XZ000B5	24/01/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOSE KLOCK  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8206 2046/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL - 281470

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8206 2046/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHX7428	P01XZ0009D	15/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
DJD0091	P01Y00004F	21/01/2017	65300	228	195.23
LWV1718	P01XZ000A4	15/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
LXW8245	P01XZ0009T	15/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
LYH9163	P01XY00040	07/01/2017	55250	181 * XV	130.16
MBR9981	P01Y000044	21/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16

MFT2383	P01XZ0008E	08/01/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MIP1414	P01XZ0008F	08/01/2017	55500	181	*	XVIII	130.16

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

MARIO SIDNEI ROSSI  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 2043/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 2043/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHR3486	P01Y0000BH	05/04/2017	50100	162 * I
BNR5915	P01XQ000AB	02/04/2017	75790	165 A
BNR5915	P01XQ000AC	03/04/2017	69120	232
BOW0770	P01XY000C8	02/04/2017	50100	162 * I
BOW0770	P01XY000C9	02/04/2017	50610	163 c/c 162 * I
CIG8766	P01Y00008K	10/03/2017	50100	162 * I
LPV2873	P01XY000BW	29/03/2017	50450	162 * V
LXN5183	P01XZ000FH	09/03/2017	66102	230 * VII
LYY1996	P01XZ000HZ	02/04/2017	50100	162 * I
LYY1996	P01XZ000I0	02/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
LYY1996	P01XZ000I1	02/04/2017	73400	252 * IV
LZH0451	P01XY000C2	01/04/2017	65992	230 * V
LZJ6363	P01XQ0009T	31/03/2017	66102	230 * VII
MAW5830	P01Y0000AO	30/03/2017	65992	230 * V
MBN6371	P01XQ0009Z	01/04/2017	66531	230 * XI
MBU3522	P01XQ0007J	13/03/2017	73400	252 * IV
MBU3522	P01XQ0007K	13/03/2017	66372	230 * IX
MBU3804	P01XZ000FE	07/03/2017	73400	252 * IV
MCJ9595	P01Y0000AT	01/04/2017	69120	232
MER2663	P01XZ000I7	04/04/2017	67261	230 * XVIII
MEW6464	P01XZ000I2	02/04/2017	75790	165 A
MFN2633	P01XQ0007M	14/03/2017	73400	252 * IV

MFS0828	P01Y00007X	05/03/2017	65992	230	* V
MGJ8519	P01XY000CH	03/04/2017	51180	164	c/c 162 * I
MGJ8519	P01XY000CI	03/04/2017	73400	252	* IV
MGJ8519	P01XY000CJ	03/04/2017	50100	162	* I
MIP2320	P01XZ000IK	06/04/2017	69120	232	
MLJ5038	55367436F	22/02/2017	50450	162	* V
MLJ5038	55367438F	22/02/2017	65992	230	* V
NDL9379	P01Y000083	07/03/2017	67690	230	* XXII
NUB5345	55367715F	30/03/2017	66700	230	* XIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOSE KLOCK  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 2044/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL - 281470

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 2044/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHD3918	55367536F	07/03/2017	60681	209
AIF4482	55367706F	29/03/2017	53800	181 * I
ASX1520	55367541F	07/03/2017	60681	209
DKB7004	P01XZ000FN	09/03/2017	51851	167
DSJ4475	P01XQ0006V	08/03/2017	51851	167
ELW4993	55367444F	01/03/2017	76331	ART 252, UNICO
IMD1252	P01XQ0006T	08/03/2017	51851	167
KMW0460	P01XZ000FP	09/03/2017	76332	ART 252, UNICO
LKM3769	55367448F	02/03/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146
LXL6642	P01Y000081	06/03/2017	62700	220 * II
LXN5183	P01XZ000FG	09/03/2017	51851	167
LXN6761	P01XQ0009V	01/04/2017	76332	ART 252, UNICO
LYR8330	55367459F	07/03/2017	60681	209
LYY1996	P01XZ000I3	02/04/2017	51851	167
LZJ6363	P01XQ0009S	30/03/2017	57380	186 * II

MAO0605	55367571F	28/03/2017	59670	203 * V
MAT3232	P01XQ0006B	04/03/2017	51851	167
MBN3987	P01XQ0006U	08/03/2017	51851	167
MBU3522	P01XQ0007L	13/03/2017	52070	169
MBU3804	P01XZ000FF	07/03/2017	51851	167
MCB4485	P01XQ000A2	01/04/2017	51851	167
MCC5496	P01XZ000I4	02/04/2017	51851	167
MCC5496	P01XZ000I5	02/04/2017	51852	167
MFA8773	P01XQ000A3	01/04/2017	51851	167
MFS0828	P01Y00007W	05/03/2017	60681	209
MFW8142	55367575F	28/03/2017	59670	203 * V
MGM4202	55367718F	31/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MGY7274	55367716F	31/03/2017	76252	ART 181, XX
MHA6912	P01XZ000IX	06/04/2017	58192	193
MHP6034	P01XQ000AL	06/04/2017	51851	167
MIP2320	P01XZ000IJ	06/04/2017	51851	167
MLK9183	55367525F	06/03/2017	54521	181 * VIII
MLP9601	P01Y00008T	11/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MMB0082	P01XQ0006R	08/03/2017	51851	167
QHA9740	P01XZ000HS	02/04/2017	56650	182 * X
QHR7761	55367508F	03/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

MARIO SIDNEI ROSSI  
DIRETOR DE TRANSITO

---

### IPUMIRIM

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 583/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 583/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

MEP3809 P014000026 10/03/2017 65561 230 \* I  
MEP3809 P014000027 10/03/2017 50450 162 \* V  
MLS8416 P01400002E 27/03/2017 59670 203 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

---

### IRACEMINHA

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8382 393/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8382 393/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----  
AEH8294 55862172D 05/03/2017 50100 162 \* I  
AEH8294 55862173D 05/03/2017 51180 164 c/c 162 \* I  
CMU6370 55862276D 18/02/2017 52070 169  
CMU6370 55862277D 18/02/2017 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IRACEMINHA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

### IRINEÓPOLIS

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8428 478/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8428 478/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AWX1368	55354098D	12/12/2016	57200	186 * I	195.23
AWX1368	55354097D	12/12/2016	52152	170	293.47
AWX1368	55354096D	12/12/2016	52741	175	2934.68
AWX1368	55354094D	12/12/2016	62970	220 * IV	195.23
AWX1368	55354093D	12/12/2016	58350	195	195.23
CZO1740	55354293D	24/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IRINEOPOLIS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8428 477/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8428 477/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCX7057	55354329D	05/03/2017	66102	230 * VII
MCX7057	55354332D	05/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCX7057	55354330D	05/03/2017	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IRINEOPOLIS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

### Itá

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8338 747/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8338 747/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBF6291	P00ZB0005V	30/03/2017	50100	162 * I
MBF6291	P00ZB0005W	30/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MMD2853	P00ZB0004F	04/03/2017	65300	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

---

### ITAÍÓPOLIS

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8350 1148/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8350 1148/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APA6026	P02DT0001K	11/03/2017	75790	165 A
AXM2291	P02DT0002E	29/03/2017	51851	167
MFA2315	P02DT0001M	11/03/2017	65992	230 * V
MGT6254	P02DT00026	26/03/2017	50450	162 * V
MKR1572	P02DT00030	07/04/2017	53800	181 * I
MKW4530	P02DT0002K	30/03/2017	51851	167
QHJ4016	P02DT0002I	30/03/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RAFAELLO ROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**ITAPIRANGA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8298 870/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8298 870/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCV1182	P019L00026	18/12/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 869/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8298 869/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND O PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKG5900	P019L0006P	10/03/2017	65300	228

AQG7684	P019L0006O	10/03/2017	51851	167	
DFE3628	P019L00093	26/03/2017	65300	228	
DFE3628	P019L00098	27/03/2017	65300	228	
MIP7606	P019L00061	05/03/2017	55250	181	* XV
MPM0683	P019L00071	13/03/2017	51851	167	
QHU3664	P019L0009E	29/03/2017	69120	232	
QIC5444	P019L00063	05/03/2017	76332	ART	252, UNICO
QIF3960	P019L0006Y	12/03/2017	76331	ART	252, UNICO
QIO8012	P019L0009M	31/03/2017	50100	162	* I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

### ITAPOÁ

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8190 826/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8190 826/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEC4862	54964529E	14/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
AJZ6581	P00Y4000AF	13/01/2017	64080	221	130.16
API0499	P00Y4000BA	15/01/2017	51851	167	195.23
AQI4317	P00Y4000AC	13/01/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ARM3413	P00P1000JW	15/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ARO0905	P00P1000I8	08/01/2017	73400	252 * IV	130.16
ARW4172	P00Y4000FO	04/02/2017	51851	167	195.23
AUV5931	54961908F	24/12/2016	51851	167	195.23
AVP6489	P00Y4000BO	15/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
AVX7692	54961476E	10/02/2017	55500	181 * XVIII	130.16
AWH1693	P01N90006R	18/01/2017	65992	230 * V	293.47
AWN2121	P01N90009O	29/01/2017	53800	181 * I	130.16
AYI2296	P00Y4000DE	23/01/2017	51851	167	195.23
BAU3200	P00Y4000D2	21/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16

GSM1984	P00P1000CU	15/12/2016	50100	162	*	I	880.40
GSM1984	P00P1000CV	15/12/2016	50610	163	c/c	162 * I	880.40
MAA6195	P01N90004W	10/01/2017	65992	230	*	V	293.47
MAA6195	P01N90004Z	10/01/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MEP3471	P00P1000IP	10/01/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MGT2791	P00P1000LA	27/01/2017	65992	230	*	V	293.47
MGT2791	P00P1000LB	27/01/2017	50450	162	*	V	293.47
MGX2723	54956012F	13/01/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
MGX2723	54956013F	13/01/2017	50100	162	*	I	880.40
MHQ0864	P00Y4000AI	14/01/2017	65992	230	*	V	293.47
MJM4119	54962076F	25/12/2016	50100	162	*	I	880.40
MLV6177	P01N900067	15/01/2017	55414	181	*	XVII c/ Lei13146	195.23
QHV7674	P00P1000KI	20/01/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 825/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 825/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADJ1909	54961587F	28/02/2017	55500	181 * XVIII
AGI1274	P00P1000S3	29/03/2017	50100	162 * I
AGI1274	P00P1000S4	29/03/2017	65992	230 * V
ALB9359	P00P1000S5	30/03/2017	75790	165 A
ALB9359	P00P1000S6	30/03/2017	69120	232
ALB9359	P00P1000S7	30/03/2017	65992	230 * V
AQH5715	P00Y4000HK	12/03/2017	50100	162 * I
AQH5715	P00Y4000HL	12/03/2017	69120	232
AQH5715	P00Y4000HM	12/03/2017	65992	230 * V
AQH5715	P00Y4000HN	12/03/2017	58350	195
AQH5715	P00Y4000HO	12/03/2017	52070	169

AQP2126	54962808F	09/02/2017	50100	162	*	I
CVM8979	P01N9000D7	02/04/2017	50100	162	*	I
CVM8979	P01N9000D8	02/04/2017	69120	232		
MAR1694	54239032N	04/04/2017	50020	257		8\$
MKO4422	P00P1000QG	03/03/2017	54521	181	*	VIII
MLP0793	54962938F	25/02/2017	55500	181	*	XVIII
NUQ3234	P00P1000SE	01/04/2017	55411	181	*	XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO  
DELEGADO DE POLICIA

### ITUPORANGA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8092 1854/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8092 1854/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZV3814	54194160F	13/02/2017	65992	230 * V	293.47
LZV3814	54194161F	13/02/2017	50100	162 * I	880.40
LZV3814	54194162F	13/02/2017	65800	230 * IV	293.47
LZV3814	54194163F	13/02/2017	66371	230 * IX	195.23
MAP9085	54193042F	09/12/2016	50100	162 * I	880.40
MDI5536	54193192F	09/01/2017	65992	230 * V	293.47
MEH5586	54193144F	24/12/2016	50100	162 * I	880.40
MEH5586	54193145F	24/12/2016	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEH5586	54193146F	24/12/2016	65992	230 * V	293.47
MJG9217	54193125F	16/12/2016	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8092 1855/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - DEMUTRAN - 281670

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8092 1855/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
OEY7256	54193104F	12/12/2016	51930	168	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JUVENAL VALDEMIRO CAPISTRANO  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8566 1128/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA- DEMUTRAN - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8566 1128/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

## INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMB1416	8566035153	04/12/2016	74550	218 * I	130.16
ANQ1537	0000039867	08/01/2017	74550	218 * I	130.16
APV3675	0000043891	02/02/2017	74550	218 * I	130.16
DHT8492	0000038472	25/12/2016	60503	208	293.47
DQV8528	0000037671	22/12/2016	60503	208	293.47
DQV8528	0000037734	23/12/2016	60503	208	293.47
EBO6833	0000037279	24/12/2016	74630	218 * II	195.23
IFJ0023	0000038983	31/12/2016	60503	208	293.47
JNI8205	0000039963	15/01/2017	74550	218 * I	130.16
LWW0281	0000043890	02/02/2017	74550	218 * I	130.16
MAG5285	0000037735	23/12/2016	60503	208	293.47
MAJ5742	0000043262	28/01/2017	60503	208	293.47
MBB9736	0000035701	26/12/2016	74630	218 * II	195.23
MCD6966	8566036389	13/12/2016	60503	208	293.47
MDT0206	0000037652	22/12/2016	60503	208	293.47
MEK4589	0000038991	31/12/2016	60503	208	293.47
MEQ1652	8566035261	20/12/2016	60503	208	293.47
MEQ4345	8566035258	20/12/2016	60503	208	293.47
MEX3894	8566035961	09/12/2016	60503	208	293.47
MEX8170	8566035159	05/12/2016	74550	218 * I	130.16
MGN6968	54225618N	16/02/2017	50020	257 8\$	130.16
MGZ5409	0000039976	15/01/2017	74710	218 * III	880.40
MGZ5409	0000039989	17/01/2017	74710	218 * III	880.40
MGZ5409	0000040009	20/01/2017	74550	218 * I	130.16
MIR2636	0000038076	24/12/2016	60503	208	293.47
MIX3515	0000037857	24/12/2016	60503	208	293.47
MJW7596	0000039002	31/12/2016	60503	208	293.47
MKF2856	0000038770	05/01/2017	74550	218 * I	130.16
MKJ2875	0000039472	31/12/2016	74550	218 * I	130.16
MLU9043	0000039964	15/01/2017	74550	218 * I	130.16
MLZ1847	54222855N	02/02/2017	50020	257 8\$	130.16
OWV1963	8566036120	10/12/2016	60503	208	293.47
QHE0787	0000040464	08/01/2017	60503	208	293.47
QHF6899	0000041084	08/01/2017	60503	208	293.47
QHF6899	0000040046	08/01/2017	74550	218 * I	130.16
QHK0506	8566036083	10/12/2016	60503	208	293.47
QII1746	0000038240	22/12/2016	60503	208	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JUVENAL VALDEMIRO CAPISTRANO  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1852/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8092 1852/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANA5859	54194614G	03/04/2017	65992	230 * V
AQC6491	54193370F	25/03/2017	69120	232
LWU6252	54194188F	03/03/2017	50100	162 * I
LWU6252	54194189F	03/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
LYG5201	54193220F	11/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
LYG5201	54193219F	11/03/2017	50100	162 * I
LYM8499	54193439F	03/03/2017	65992	230 * V
LYM8499	54193440F	03/03/2017	69120	232
LZT9806	54194510G	27/03/2017	65992	230 * V
LZT9806	54194511G	27/03/2017	69120	232
MDS7633	54194603G	29/03/2017	50450	162 * V
MDS7633	54194604G	29/03/2017	69120	232
MEW3432	54194458G	11/03/2017	69120	232
MEW3432	54194457G	11/03/2017	66532	230 * XI
MGL4881	54193470F	27/02/2017	66102	230 * VII
MGZ1889	54193494F	07/03/2017	66020	230 * VI
MGZ1889	54193495F	07/03/2017	66532	230 * XI
MHT2862	54194167F	10/03/2017	50100	162 * I
MIR3715	54193216F	28/02/2017	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1853/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - DEMUTRAN - 281670

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8092 1853/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LZB9709	54193325F	13/03/2017	55500	181 * XVIII
LZT9806	54194509G	27/03/2017	53710	180
MCP7934	54194506G	25/03/2017	57380	186 * II
MDN9184	54194456G	11/03/2017	65300	228
MEI0088	54192672F	02/04/2017	54600	181 * IX
MFB0408	54193442F	07/03/2017	54521	181 * VIII
MGZ1889	54193493F	07/03/2017	58350	195
MHS9756	54194187F	03/03/2017	54600	181 * IX
MMH9423	54194172F	13/03/2017	55680	181 * XIX

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JUVENAL VALDEMIRO CAPISTRANO  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 1127/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA- DEMUTRAN - ELETRONICO -

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8566 1127/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AIA9339	0000047805	13/03/2017	60503	208	
ALJ6146	0000047638	10/03/2017	60503	208	
AOQ0115	0000044996	11/02/2017	60503	208	
APO3479	0000045063	11/02/2017	74550	218	* I
ARM8159	0000045789	20/02/2017	56732	183	
ATM9320	0000045486	16/02/2017	60503	208	
BEA0188	0000045784	20/02/2017	56732	183	
BIG1034	0000045441	16/02/2017	60503	208	
BMM5333	0000046010	20/02/2017	60503	208	
DMK3916	0000047562	10/03/2017	60503	208	
DNS3358	0000045211	13/02/2017	56732	183	
DQQ8004	0000045935	17/02/2017	60503	208	
DVI3627	0000045174	13/02/2017	60503	208	
DZA0653	0000045240	14/02/2017	60503	208	
EAC9537	0000047817	10/03/2017	74550	218	* I
EBO6833	0000045003	11/02/2017	56732	183	
EDK9938	0000046972	03/03/2017	60503	208	
EGT4094	0000047737	11/03/2017	60503	208	
EJG1788	0000047729	11/03/2017	60503	208	
EJG1788	0000047541	10/03/2017	74550	218	* I
GQR1189	0000045376	15/02/2017	60503	208	
GXI9585	0000045201	13/02/2017	60503	208	
HBH4373	54238630N	04/04/2017	50020	257	8\$
IDO8845	54238634N	04/04/2017	50020	257	8\$
JNS1408	0000049520	16/03/2017	60503	208	
JPD4515	0000045546	17/02/2017	60503	208	
KMB1886	0000045245	14/02/2017	60503	208	
LRU4530	0000047254	06/03/2017	74630	218	* II
LWU4602	0000045689	18/02/2017	74550	218	* I
LXE3687	0000045945	18/02/2017	56732	183	
LXG9322	0000047335	08/03/2017	74550	218	* I
LXM2293	0000048982	17/03/2017	56732	183	
LXS6893	0000048298	07/03/2017	74550	218	* I
LXY5416	0000045793	20/02/2017	74550	218	* I
LYQ5383	0000046094	21/02/2017	60503	208	
LYT3208	0000045531	16/02/2017	74550	218	* I
LYU5989	0000047339	08/03/2017	74550	218	* I
LZP5822	54238623N	04/04/2017	50020	257	8\$
LZP6334	0000047675	11/03/2017	60503	208	
LZQ2632	0000045629	18/02/2017	60503	208	
MAE9308	0000046507	16/02/2017	60503	208	
MAU7666	0000047982	13/03/2017	60503	208	
MBG4641	54238624N	04/04/2017	50020	257	8\$
MBH1432	0000046953	03/03/2017	60503	208	
MBJ6783	0000045837	21/02/2017	60503	208	
MBL9866	0000045960	20/02/2017	60503	208	
MBQ0015	0000046814	02/03/2017	60503	208	
MBQ9617	0000045158	13/02/2017	60503	208	
MBU0984	0000047424	08/03/2017	60503	208	
MBW8272	0000047608	10/03/2017	60503	208	
MBX3254	0000045132	13/02/2017	60503	208	
MCE9934	0000047540	09/03/2017	74630	218	* II
MCL9988	0000047768	12/03/2017	74550	218	* I
MCW9215	0000047513	09/03/2017	74550	218	* I
MDB1546	0000045170	13/02/2017	60503	208	
MDB1564	0000045794	20/02/2017	60503	208	
MDJ4764	0000047690	11/03/2017	60503	208	

MDK3665	0000045580	17/02/2017	60503	208	
MDO3865	0000045896	17/02/2017	74550	218	* I
MDP5677	0000046394	26/02/2017	74550	218	* I
MDP5677	0000046579	28/02/2017	74550	218	* I
MDP8209	0000045286	14/02/2017	60503	208	
MDQ2947	0000045675	18/02/2017	60503	208	
MDQ8937	0000047563	10/03/2017	60503	208	
MEK6711	0000047728	11/03/2017	60503	208	
MEO9330	0000045395	15/02/2017	60503	208	
MES0231	0000045950	18/02/2017	60503	208	
MES4739	0000048033	14/03/2017	60503	208	
MFG9578	0000047250	06/03/2017	60503	208	
MFH5983	0000045562	17/02/2017	60503	208	
MFJ6916	0000045589	17/02/2017	56732	183	
MFK6224	0000044065	28/01/2017	56732	183	
MFO6787	0000045469	16/02/2017	60503	208	
MFS4146	0000047593	10/03/2017	60503	208	
MFS9826	0000045184	13/02/2017	60503	208	
MFJ7916	0000047682	11/03/2017	60503	208	
MGF0323	0000046491	14/02/2017	60503	208	
MGF6265	0000045196	13/02/2017	60503	208	
MGN1726	0000044988	11/02/2017	60503	208	
MGP1048	0000045435	16/02/2017	60503	208	
MGQ1488	0000047085	04/03/2017	74550	218	* I
MGS1501	0000049496	15/03/2017	74550	218	* I
MGV7497	0000045153	13/02/2017	60503	208	
MGW3597	0000048300	05/03/2017	74550	218	* I
MGX4192	0000045897	18/02/2017	74550	218	* I
MGX4192	0000045532	16/02/2017	56732	183	
MGY5573	0000046046	20/02/2017	60503	208	
MGY6418	0000047764	11/03/2017	74550	218	* I
MGZ0419	0000047976	13/03/2017	60503	208	
MGZ6810	0000045606	17/02/2017	60503	208	
MHA5659	0000045899	21/02/2017	74550	218	* I
MHF8689	0000046976	03/03/2017	60503	208	
MHH4919	0000048068	15/03/2017	60503	208	
MHJ8520	0000047961	13/03/2017	74550	218	* I
MHK7091	0000045992	23/02/2017	60503	208	
MHL6455	0000045718	19/02/2017	60503	208	
MHL8967	0000045763	20/02/2017	60503	208	
MHM2010	0000045280	14/02/2017	60503	208	
MHM2010	0000045931	23/02/2017	74550	218	* I
MHO1774	0000045627	18/02/2017	74630	218	* II
MHP7969	0000047669	11/03/2017	60503	208	
MHS0977	0000045509	16/02/2017	60503	208	
MHS8959	0000047723	11/03/2017	60503	208	
MHT6375	0000048286	04/03/2017	74630	218	* II
MHW7588	0000046110	21/02/2017	74550	218	* I
MHW8226	0000045699	19/02/2017	74550	218	* I
MHW8226	0000045733	19/02/2017	74630	218	* II
MHX1824	0000045412	15/02/2017	60503	208	
MIA6312	0000047496	09/03/2017	60503	208	
MIF2269	0000047249	06/03/2017	74550	218	* I
MIP2444	0000047419	08/03/2017	60503	208	
MIT1783	0000047288	06/03/2017	74550	218	* I
MIU6513	0000045507	16/02/2017	60503	208	
MJF0764	0000045568	17/02/2017	56732	183	
MJF7189	0000045958	20/02/2017	74630	218	* II
MJI1613	0000047525	09/03/2017	60503	208	
MJJ2559	0000047759	11/03/2017	60503	208	
MJM3665	0000045455	16/02/2017	60503	208	
MJQ5638	54238633N	04/04/2017	50020	257	8\$
MJR8360	0000047799	12/03/2017	60503	208	

MJV8961	0000047606	10/03/2017	60503	208	
MJW8990	0000045210	13/02/2017	60503	208	
MJX7698	0000047156	07/03/2017	74550	218	* I
MKF4539	0000047642	10/03/2017	60503	208	
MKI8356	0000045475	16/02/2017	60503	208	
MKJ9646	0000045804	21/02/2017	56732	183	
MKM3479	0000045181	13/02/2017	60503	208	
MKS4535	0000045488	16/02/2017	60503	208	
MKT9010	0000046845	02/03/2017	60503	208	
MKV7789	54238631N	04/04/2017	50020	257	8\$
MKV7789	54238632N	04/04/2017	50020	257	8\$
MKX3015	54233755N	17/03/2017	50020	257	8\$
MKX6412	0000045402	15/02/2017	60503	208	
MLD3812	0000047269	06/03/2017	60503	208	
MLM4523	0000047664	11/03/2017	60503	208	
MLO4246	0000045584	17/02/2017	56732	183	
MLS3497	0000045461	16/02/2017	60503	208	
MLV4123	0000045538	17/02/2017	74550	218	* I
MLV7160	0000046184	23/02/2017	74550	218	* I
MLV7160	0000046185	23/02/2017	60503	208	
MLX1094	0000047542	10/03/2017	74550	218	* I
MLX5170	0000045611	17/02/2017	60503	208	
MMB8021	0000045426	16/02/2017	74550	218	* I
MMH0653	0000045533	16/02/2017	56732	183	
MMH2295	0000045192	13/02/2017	60503	208	
MMI5299	0000048023	14/03/2017	60503	208	
MMK5518	0000046111	21/02/2017	60503	208	
MMM0550	0000045049	11/02/2017	74550	218	* I
NXZ6798	0000045737	19/02/2017	74550	218	* I
OKF1474	54238629N	04/04/2017	50020	257	8\$
OKF1600	0000048013	14/03/2017	60503	208	
OKF6718	0000047573	10/03/2017	60503	208	
OTF9591	0000045760	20/02/2017	74550	218	* I
OTF9591	0000045419	15/02/2017	74550	218	* I
OTF9591	0000045420	15/02/2017	60503	208	
PXB4506	0000046646	28/02/2017	60503	208	
QHK3260	0000047708	11/03/2017	60503	208	
QHK4192	0000045427	16/02/2017	74550	218	* I
QHN0133	0000045547	17/02/2017	60503	208	
QHQ9923	0000045409	15/02/2017	60503	208	
QHX3610	0000047831	12/03/2017	74550	218	* I
QIA5941	0000045521	16/02/2017	60503	208	
QIC5914	54233754N	17/03/2017	50020	257	8\$
QIC9949	0000045540	17/02/2017	74630	218	* II
QIL1651	0000047715	11/03/2017	60503	208	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JUVENAL VALDEMIRO CAPISTRANO  
DIRETOR DE TRANSITO

**JACINTO MACHADO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8376 833/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8376 833/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZQ1171	55638313D	21/07/2012	65992	230 * V	191.53
MCX1238	55637501D	21/04/2012	65992	230 * V	191.53
MVZ0268	55638375D	27/09/2012	66102	230 * VII	127.69
QHJ9291	54050994F	08/12/2016	51180	164 c/c 162 * I	880.40
QHJ9291	54050993F	08/12/2016	65992	230 * V	293.47
QHJ9291	54050992F	08/12/2016	50100	162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COLTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 832/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8376 832/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DAP7932	54051042F	08/03/2017	50100	162 * I
LXB3887	54051185F	30/03/2017	51851	167
MIS9747	54049785F	29/03/2017	65992	230 * V
MKC3510	54051186F	30/03/2017	69120	232
MKD2176	54051040F	08/03/2017	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COLTRO  
DELEGADO DE POLICIA

### JARAGUÁ DO SUL

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8041 2522/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8041 2522/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFP2931	P00SC000K1	02/02/2017	67690	230 * XXII	130.16
AHU9790	P00SI000HW	19/01/2017	65992	230 * V	293.47
AHX2140	P00S2000FT	23/01/2017	65992	230 * V	293.47
AHX2140	P00SI000IT	23/01/2017	50100	162 * I	880.40
ALB0013	P00SC000JM	27/01/2017	50100	162 * I	880.40
ALB0013	P00SC000JN	27/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ALX7175	P00S2000GW	27/01/2017	73400	252 * IV	130.16
CHU0171	P00QW000E3	27/01/2017	67690	230 * XXII	130.16
CZD2605	P00SB000JR	27/01/2017	65992	230 * V	293.47
IGG3876	P00QW000C0	07/01/2017	50100	162 * I	880.40
LYV4887	P00S2000H4	27/01/2017	69120	232	88.38
MAV7805	P00SI000IQ	23/01/2017	50100	162 * I	880.40
MAV7923	P00SH000H0	22/01/2017	52900	176 * II	1467.34
MAV7923	P00SH000H1	22/01/2017	53040	176 * III	1467.34

MAV7923	P00SH000H2	22/01/2017	53120	176	*	IV	1467.34
MAV7923	P00SH000H3	22/01/2017	53200	176	*	V	1467.34
MAZ7247	P00SG000IB	26/01/2017	65992	230	*	V	293.47
MBK4193	P00S6000BA	05/02/2017	69120	232			88.38
MBN6541	P00SG000GN	25/12/2016	50100	162	*	I	880.40
MBQ6641	P00R0000T0	28/01/2017	52741	175			2934.68
MBQ6641	P00R0000T1	28/01/2017	75790	165	A		2934.68
MBR2386	P00S2000FN	23/01/2017	64080	221			130.16
MBY8909	P00S2000FW	23/01/2017	50450	162	*	V	293.47
MBY8909	P00S2000FY	23/01/2017	69120	232			88.38
MCD5376	P00QW000E6	27/01/2017	65992	230	*	V	293.47
MCD5376	P00QW000E7	27/01/2017	50100	162	*	I	880.40
MCD5376	P00QW000E8	27/01/2017	51180	164	c/c 162	* I	880.40
MCL9747	P00SG000HW	23/01/2017	66102	230	*	VII	195.23
MCP4512	P00SB000JI	24/01/2017	69120	232			88.38
MEF1306	P00QZ000GD	01/12/2016	65992	230	*	V	293.47
MEF1306	P00QZ000GE	01/12/2016	50450	162	*	V	293.47
MEF1306	P00QZ000GF	01/12/2016	51180	164	c/c 162	* I	880.40
MEF1306	P00QZ000GG	01/12/2016	69120	232			88.38
MEV0073	P00SC000JG	27/01/2017	65992	230	*	V	293.47
MEZ3908	P00SH000HK	24/01/2017	67690	230	*	XXII	130.16
MGD1805	P00R0000RJ	23/01/2017	73400	252	*	IV	130.16
MGD1805	P00QX000OU	02/02/2017	50100	162	*	I	880.40
MGD1805	P00QX000OV	02/02/2017	66372	230	*	IX	195.23
MGJ0381	P00SC000HO	15/01/2017	73580	252	*	V	130.16
MGP3674	P00SC000HM	14/01/2017	65992	230	*	V	293.47
MGP3674	P00SC000HN	14/01/2017	73400	252	*	IV	130.16
MGS8143	P00S2000FM	23/01/2017	65992	230	*	V	293.47
MHC4493	P00R9000SL	09/12/2016	66102	230	*	VII	195.23
MHC4493	P00R9000SM	09/12/2016	67000	230	*	XVI	195.23
MHC4493	P00R9000SN	09/12/2016	66700	230	*	XIII	195.23
MHE0437	P00SI000K2	29/01/2017	50450	162	*	V	293.47
MHE0437	P00SI000K3	29/01/2017	69120	232			88.38
MHE0437	P00SI000K1	29/01/2017	66020	230	*	VI	293.47
MHH6585	P00SF000IR	31/01/2017	50450	162	*	V	293.47
MHH6585	P00SF000IS	31/01/2017	64080	221			130.16
MIM3464	P00SG000KO	13/02/2017	66102	230	*	VII	195.23
MJG9183	P00SI000IS	23/01/2017	69120	232			88.38
MJS9374	P00SB000MX	16/02/2017	50371	162	*	III	586.94
MJS9374	P00SB000MY	16/02/2017	69120	232			88.38
MJS9374	P00SB000MZ	16/02/2017	65992	230	*	V	293.47
MJW8711	P00SH000HH	24/01/2017	73400	252	*	IV	130.16
MKJ7607	P00SG000ID	26/01/2017	65992	230	*	V	293.47
MKJ7607	P00SG000IC	26/01/2017	50450	162	*	V	293.47
MMB5407	P00SH000I9	02/02/2017	73580	252	*	V	130.16
OKF0916	P00SH000KJ	10/02/2017	51691	165			2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

URIEL RIBEIRO  
DELEGADO REGIONAL - 15A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8041 2523/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - 281750

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8041 2523/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGF5848	P00SC000IY	24/01/2017	51851	167	195.23
AHU9790	P00SI000HX	19/01/2017	51851	167	195.23
AHX2140	P00SB000F6	21/12/2016	76252	ART 181, XX	293.47
AJQ1116	P00RE000V7	27/01/2017	76251	ART 181, XX	293.47
AJX6339	54220679N	20/01/2017	50020	257 8\$	195.23
AKZ5517	55800574F	20/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ALU4837	P00SF000CH	20/12/2016	76252	ART 181, XX	293.47
AMJ9198	P00S2000EI	14/01/2017	51851	167	195.23
ANV4737	55800307F	04/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ARN0109	P00RE000S8	04/01/2017	51851	167	195.23
ARN0109	P00RE000SQ	05/01/2017	51851	167	195.23
AUZ6159	P00QP000M7	11/12/2016	54521	181 * VIII	195.23
AVY6731	55799710F	14/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AWA4563	P00S2000JY	18/02/2017	51851	167	195.23
AWL1102	P00SF000DR	04/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
BBB4816	P00SB000IO	22/01/2017	76251	ART 181, XX	293.47
BET2019	55798614F	12/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
BMW2192	55798053F	20/10/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
BRN4343	P00QW000DA	23/01/2017	76252	ART 181, XX	293.47
BZD8960	P00SB000I2	19/01/2017	51851	167	195.23
CWO5663	P00S60005A	10/12/2016	76252	ART 181, XX	293.47
DEY4280	55800317F	04/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
HHR2570	P00QP000LH	03/12/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IHG9794	P00SH000I5	30/01/2017	55680	181 * XIX	195.23
ILP0608	P00QW000CN	18/01/2017	51851	167	195.23
JGL4243	55800427F	09/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
KWH6045	55799398F	06/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
KXM5264	P00SB000DR	25/11/2016	76332	ART 252, UNICO	293.47
LNE8601	P00S600073	30/12/2016	51851	167	195.23
LNR5911	55798909F	23/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LVB2585	P00SH000MG	20/02/2017	51851	167	195.23
LWV5730	55799987F	22/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LXY9951	55800139F	24/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LYU5910	P00SB000LC	01/02/2017	52070	169	88.38
LZB0516	P00SF000IO	30/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
LZB2769	P00SI000HL	11/01/2017	54100	181 * IV	130.16
LZD4638	P00R0000T5	29/01/2017	60501	208	293.47
LZH9688	P00QW000DM	27/01/2017	57380	186 * II	293.47
LZP7713	P00SF000FV	17/01/2017	51851	167	195.23
LZV0555	P00SC000J0	24/01/2017	52070	169	88.38
LZW4756	55800064F	23/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAN2748	55798648F	14/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAN6788	P00SB000EA	20/12/2016	55680	181 * XIX	195.23
MAO9440	P00S2000GQ	27/01/2017	51851	167	195.23

MAT4163	55799961F	21/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAV0307	P00SG000DK	29/11/2016	76332	ART 252, UNICO	293.47
MAV7923	P00SH000H4	22/01/2017	53470	178	130.16
MAZ4309	P00S2000GS	27/01/2017	51851	167	195.23
MAZ9392	55799459F	08/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBH3324	55799795F	16/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBL2217	P00SC000IJ	24/01/2017	51851	167	195.23
MBL5173	P00SH000F7	08/01/2017	52070	169	88.38
MBS8226	P00SC000J5	24/01/2017	55680	181 * XIX	195.23
MBT3379	55800456F	10/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBW6100	P00S2000E4	12/01/2017	51851	167	195.23
MCC4573	P00SJ000BP	15/02/2017	52070	169	88.38
MCD1685	P00SG000IK	28/01/2017	51851	167	195.23
MCO2258	55799675F	13/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCT7865	P00KC000NR	30/01/2017	51851	167	195.23
MCV6318	55800349F	06/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCW9868	P00R0000SC	26/01/2017	72340	250 * I * a	130.16
MDA4101	55799008F	25/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDC4649	P00SC000DM	17/11/2016	76332	ART 252, UNICO	293.47
MDC8001	P00RE000TA	07/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDD1524	P00SB000LX	01/02/2017	51851	167	195.23
MDK7618	P00SB000KF	30/01/2017	59670	203 * V	1467.34
MDP7173	55800450F	09/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDP7857	55799326F	03/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDQ7473	P00S60005H	10/12/2016	76252	ART 181, XX	293.47
MEA1818	55800224F	28/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MEG5084	55798897F	22/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MEL9029	P00R0000SI	26/01/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MEO6633	P00QW000FC	31/01/2017	51851	167	195.23
MEO6633	P00QW000FD	31/01/2017	56222	182 * VI	88.38
MEO6633	54223096N	03/02/2017	50020	257 8\$	293.47
MFH7724	55799693F	14/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFO9530	55800338F	05/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFP5275	P00SG000DV	01/12/2016	76252	ART 181, XX	293.47
MFR6741	P00SH000I8	29/01/2017	51851	167	195.23
MFU1168	55798613F	12/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFU6397	54223087N	03/02/2017	50020	257 8\$	293.47
MFV7785	P00SB000HR	15/01/2017	59670	203 * V	1467.34
MFY2535	55800448F	09/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFY5514	P00RE000UE	26/01/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MGE0435	55799383F	06/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGI7903	P00SF000IJ	29/01/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MGL5016	P00QW000FA	31/01/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MGO4417	P00S60009I	17/01/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MGO9718	55800726F	26/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGP3210	P00SI000I6	22/01/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MGP3674	P00SC000HK	14/01/2017	59670	203 * V	1467.34
MGR5601	P00QX000QG	04/02/2017	51851	167	195.23
MGS6513	P00S30002L	01/12/2016	56222	182 * VI	88.38
MGS8143	P00SB000KQ	30/01/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MGT9161	55799394F	06/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGU3729	P00S2000EQ	14/01/2017	60501	208	293.47
MGV9122	55798746F	17/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGX3272	55800330F	05/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGX8976	P00SG000FE	15/12/2016	76332	ART 252, UNICO	293.47
MGY2088	P00S2000B8	19/12/2016	76332	ART 252, UNICO	293.47
MGZ8548	55798582F	11/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHA6326	55799494F	08/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHC2043	P00SH000DP	22/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHE7964	P00R0000RR	23/01/2017	51851	167	195.23
MHF4434	P00SG000HL	21/01/2017	61220	214 * I	293.47
MHJ6044	P00R0000NT	02/12/2016	76252	ART 181, XX	293.47
MHT3586	P00SF000KH	06/02/2017	76251	ART 181, XX	293.47

MXH9304	P00SI000IB	22/01/2017	52070	169	88.38
MIB0041	P00S2000HF	02/02/2017	51851	167	195.23
MIB4877	55799312F	03/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIE6264	P00SG000HR	22/01/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MIN2505	P00S2000DL	12/01/2017	55680	181 * XIX	195.23
MIP4338	55798668F	14/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIQ0634	P00SH000LK	11/02/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MIQ3474	55799059F	26/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIR4349	P00R0000T7	29/01/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MIX0137	P00S6000C0	08/02/2017	51851	167	195.23
MIX5708	55800141F	24/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJB9836	P00QW000IL	19/02/2017	51851	167	195.23
MJM9869	P00SF000GS	26/01/2017	51851	167	195.23
MJQ6606	P00SB000I5	20/01/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJS7575	P00SH000AB	13/12/2016	52311	172	130.16
MJT5720	P00SG000IZ	03/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKF0011	P00S2000FJ	23/01/2017	51851	167	195.23
MKL8527	P00SC000L8	15/02/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MKM9016	P00S60006Q	24/12/2016	51852	167	195.23
MKU3501	P00QW000F3	31/01/2017	51851	167	195.23
MKV4640	P00RE000VC	27/01/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MKW2475	54223090N	03/02/2017	50020	257 8\$	195.23
MKW2475	54223092N	03/02/2017	50020	257 8\$	195.23
MLD0372	P00SF000I2	28/01/2017	52070	169	88.38
MLE4694	P00SH000D6	16/12/2016	54100	181 * IV	130.16
MLF9454	P00RE000VE	27/01/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MLJ3589	P00R0000R8	20/01/2017	72340	250 * I * a	130.16
MLJ8450	P00R0000QV	19/01/2017	55680	181 * XIX	195.23
MLM8844	P00RE000WJ	03/02/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MLO3257	P00SH000GA	18/01/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MLP7485	55800150F	24/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLQ7895	55798968F	24/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLS9635	P00R0000PT	12/01/2017	61220	214 * I	293.47
MLT1935	55799958F	21/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLU0199	55800511F	12/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MMA5362	P00S2000E5	12/01/2017	52070	169	88.38
MMC9991	55800525F	12/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MMH0250	P00SB000LW	01/02/2017	51851	167	195.23
NSD4347	55797852F	13/10/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
NWH8293	55800420F	09/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHG3255	P00R0000QM	19/01/2017	76252	ART 181, XX	293.47
QHG4719	P00R0000RC	20/01/2017	56144	182 * V	195.23
QHH7200	P00S2000AK	30/11/2016	76331	ART 252, UNICO	293.47
QHL4900	54225856N	17/02/2017	50020	257 8\$	195.23
QHN8130	55800509F	12/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHN8840	55798874F	22/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHO8139	P00PZ000GI	26/01/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHY0425	P00SF000HY	28/01/2017	57030	185 * I	130.16
QHZ1763	P00S6000AL	31/01/2017	76252	ART 181, XX	293.47
QII9700	P00SI000FH	23/11/2016	76332	ART 252, UNICO	293.47
QIZ5557	55798951F	23/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

IRIO RIEGEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8588 1269/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - FS - 281750

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8588 1269/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFT7028	8588262348	08/11/2016	60503	208	293.47
AGB0149	8588267405	04/01/2017	60503	208	293.47
AJJ8959	8588266527	27/12/2016	60503	208	293.47
AJX6339	8588266429	23/12/2016	60503	208	293.47
AKR3892	8588267224	01/01/2017	74630	218 * II	195.23
AMR7635	8588267494	06/01/2017	60503	208	293.47
AOD9562	8588265052	11/12/2016	60503	208	293.47
APX3870	8588263183	17/11/2016	74550	218 * I	130.16
AQT9066	8588266750	27/12/2016	74550	218 * I	130.16
ARD8797	8588267796	08/01/2017	60503	208	293.47
ARI2602	8588265457	11/12/2016	60503	208	293.47
ASB5381	8588266345	23/12/2016	60503	208	293.47
AVL2468	8588262519	11/11/2016	60503	208	293.47
AWA6709	8588269469	26/01/2017	60503	208	293.47
AWB1312	8588267013	29/12/2016	74550	218 * I	130.16
AXZ0330	8588265161	11/12/2016	74550	218 * I	130.16
AYJ4569	8588263935	25/11/2016	74550	218 * I	130.16
AZL7711	8588263013	14/11/2016	74550	218 * I	130.16
BAT4007	8588265086	13/12/2016	60503	208	293.47
BAW3831	8588266304	26/12/2016	74550	218 * I	130.16
BBW1324	8588266439	26/12/2016	60503	208	293.47
BGD2646	8588267193	01/01/2017	60503	208	293.47
BOW8210	8588266484	22/12/2016	60503	208	293.47
BSH0282	8588267289	04/01/2017	60503	208	293.47
CFP3399	8588263749	22/11/2016	74550	218 * I	130.16
CGV7725	8588261763	02/11/2016	60503	208	293.47
CHF8795	8588267736	07/01/2017	60503	208	293.47
CVR5505	8588265973	19/12/2016	60503	208	293.47
CYL9483	8588267294	03/01/2017	74550	218 * I	130.16
DIR6695	8588267273	03/01/2017	60503	208	293.47
DML9122	8588262112	06/11/2016	60503	208	293.47
DPJ7015	8588262991	15/11/2016	60503	208	293.47
DVC8454	8588267174	01/01/2017	60503	208	293.47
ECO8885	8588262803	13/11/2016	60503	208	293.47
ELZ4387	8588267486	06/01/2017	74550	218 * I	130.16
EPP6956	8588267764	07/01/2017	60503	208	293.47
ERC3746	8588266787	30/12/2016	60503	208	293.47

FJR1859	8588263136	17/11/2016	60503	208		293.47
FJR1859	8588264923	08/12/2016	60503	208		293.47
GTJ5681	8588269631	28/01/2017	74550	218	* I	130.16
HAY7361	8588267723	08/01/2017	60503	208		293.47
HWE9614	8588264589	03/12/2016	60503	208		293.47
IBN6582	8588269598	28/01/2017	60503	208		293.47
IFT2292	8588268296	13/01/2017	60503	208		293.47
ILP0608	8588266929	30/12/2016	60503	208		293.47
IMM2774	8588266187	24/12/2016	60503	208		293.47
INN1668	8588267018	29/12/2016	74550	218	* I	130.16
IPD1554	8588268532	16/01/2017	60503	208		293.47
IRO1335	8588263533	19/11/2016	60503	208		293.47
JAM1620	8588269393	26/01/2017	60503	208		293.47
JPk1224	8588261701	01/11/2016	60503	208		293.47
JPk1224	8588261100	26/10/2016	74630	218	* II	127.69
KQF3517	8588268234	15/01/2017	74550	218	* I	130.16
LWY8896	8588267165	01/01/2017	60503	208		293.47
LWZ9696	8588264103	30/11/2016	60503	208		293.47
LXB7773	8588264047	30/11/2016	74550	218	* I	130.16
LYG2208	8588262752	13/11/2016	74550	218	* I	130.16
LYQ3820	8588267896	10/01/2017	60503	208		293.47
LZF3218	8588264859	07/12/2016	60503	208		293.47
LZG2085	8588267702	08/01/2017	60503	208		293.47
LZP9774	8588267194	01/01/2017	74550	218	* I	130.16
LZU8473	8588266974	28/12/2016	60503	208		293.47
LZV0705	8588266459	23/12/2016	60503	208		293.47
MAQ1009	8588267717	07/01/2017	60503	208		293.47
MAQ8265	8588266781	30/12/2016	60503	208		293.47
MAS5614	8588267737	07/01/2017	74550	218	* I	130.16
MAS9291	8588263521	23/11/2016	74550	218	* I	130.16
MAW7390	8588267640	07/01/2017	74630	218	* II	195.23
MAZ3249	8588267812	08/01/2017	74550	218	* I	130.16
MBA2799	8588262655	12/11/2016	74550	218	* I	130.16
MBM1652	8588267602	06/01/2017	74550	218	* I	130.16
MBP8108	8588267300	04/01/2017	60503	208		293.47
MBR7238	8588264898	06/12/2016	60503	208		293.47
MBS0236	8588263964	30/11/2016	60503	208		293.47
MBV5579	8588267663	08/01/2017	74550	218	* I	130.16
MCA7041	8588267802	08/01/2017	74550	218	* I	130.16
MCA7490	8588267682	08/01/2017	74550	218	* I	130.16
MCH4744	8588267401	03/01/2017	74550	218	* I	130.16
MCJ8370	8588267017	29/12/2016	74550	218	* I	130.16
MCP4104	8588263267	24/11/2016	60503	208		293.47
MCP8589	8588263508	18/11/2016	60503	208		293.47
MCR3912	8588266617	21/12/2016	74550	218	* I	130.16
MDF4140	8588267493	06/01/2017	60503	208		293.47
MDH9337	8588263515	20/11/2016	60503	208		293.47
MDN1110	8588265397	10/12/2016	60503	208		293.47
MDN1772	8588262225	07/11/2016	60503	208		293.47
MDP6408	8588263958	28/11/2016	60503	208		293.47
MDQ3815	8588261272	28/10/2016	74550	218	* I	85.13
MDW1416	8588267617	07/01/2017	74550	218	* I	130.16
MDW8759	8588256425	31/08/2016	60503	208		191.54
MEI2878	8588267449	06/01/2017	60503	208		293.47
MEL2447	54196706N	22/11/2016	50020	257	8\$	191.54
MEL7517	8588264710	05/12/2016	60503	208		293.47
MEO7534	8588265276	10/12/2016	74550	218	* I	130.16
MEZ4160	8588267772	07/01/2017	60503	208		293.47
MFD7749	8588265026	08/12/2016	74550	218	* I	130.16
MFK5976	8588263177	17/11/2016	74550	218	* I	130.16
MFK9317	8588267043	30/12/2016	74550	218	* I	130.16
MFM1303	8588264439	03/12/2016	60503	208		293.47
MFN6653	8588268815	20/01/2017	60503	208		293.47

MFP5802	8588264467	04/12/2016	60503	208		293.47
MFZ0379	8588261558	31/10/2016	74550	218	* I	85.13
MGB3909	8588267404	03/01/2017	74550	218	* I	130.16
MGC2226	8588267001	28/12/2016	74550	218	* I	130.16
MGC2392	8588261244	28/10/2016	60503	208		191.54
MGJ6535	8588267257	02/01/2017	74550	218	* I	130.16
MGM8715	8588266164	20/12/2016	60503	208		293.47
MGT9161	8588267862	09/01/2017	60503	208		293.47
MGU1572	8588267370	03/01/2017	60503	208		293.47
MGX1889	8588266134	19/12/2016	60503	208		293.47
MHD4810	8588267885	09/01/2017	60503	208		293.47
MHH5072	8588263907	19/11/2016	60503	208		293.47
MHJ1528	8588269608	28/01/2017	60503	208		293.47
MHN9504	8588264443	03/12/2016	60503	208		293.47
MHP4384	8588265025	08/12/2016	74630	218	* II	195.23
MHX1269	8588267272	04/01/2017	60503	208		293.47
MHZ9069	8588261420	31/10/2016	60503	208		191.54
MIC1279	8588263861	24/11/2016	74550	218	* I	130.16
MIE2002	8588268281	14/01/2017	74550	218	* I	130.16
MIE3781	8588263322	20/11/2016	74550	218	* I	130.16
MIH4062	8588265313	12/12/2016	60503	208		293.47
MIH5848	8588264292	29/11/2016	74550	218	* I	130.16
MIK4985	8588263555	18/11/2016	60503	208		293.47
MIK9707	8588265663	15/12/2016	60503	208		293.47
MIN5124	8588263681	18/11/2016	60503	208		293.47
MIO6882	8588264639	03/12/2016	60503	208		293.47
MIO7565	8588262688	12/11/2016	74550	218	* I	130.16
MIR7242	8588264236	30/11/2016	60503	208		293.47
MIW8373	8588265614	14/12/2016	60503	208		293.47
MJB1059	8588264914	06/12/2016	60503	208		293.47
MJG3291	8588267407	04/01/2017	60503	208		293.47
MJJ3778	8588265321	13/12/2016	60503	208		293.47
MJL4025	8588266245	21/12/2016	60503	208		293.47
MJL4383	8588267340	03/01/2017	74550	218	* I	130.16
MJO9878	8588264133	30/11/2016	60503	208		293.47
MJP8135	8588266178	25/12/2016	60503	208		293.47
MJQ3110	8588261882	05/11/2016	60503	208		293.47
MJV9889	8588267595	06/01/2017	74710	218	* III	880.40
MJW0422	8588268698	18/01/2017	60503	208		293.47
MJX3664	8588266424	22/12/2016	60503	208		293.47
MJX9590	8588263886	25/11/2016	60503	208		293.47
MJY1685	8588265465	11/12/2016	60503	208		293.47
MKA4848	8588265020	07/12/2016	74550	218	* I	130.16
MKC7329	8588261910	05/11/2016	60503	208		293.47
MKI1841	8588263701	18/11/2016	60503	208		293.47
MKI1841	8588264294	29/11/2016	74550	218	* I	130.16
MKJ0400	8588267454	05/01/2017	60503	208		293.47
MKR4395	8588263310	19/11/2016	60503	208		293.47
MKX0541	8588264230	30/11/2016	60503	208		293.47
MKX4517	8588265560	13/12/2016	60503	208		293.47
MKX4517	8588265281	13/12/2016	60503	208		293.47
MKY2584	8588267573	06/01/2017	74550	218	* I	130.16
MLA6384	8588261666	01/11/2016	60503	208		293.47
MLE8064	8588263349	18/11/2016	74550	218	* I	130.16
MLO6992	8588267560	06/01/2017	60503	208		293.47
MLR8579	8588266501	27/12/2016	60503	208		293.47
MLV2973	8588267575	06/01/2017	74550	218	* I	130.16
MLV3535	8588264798	07/12/2016	60503	208		293.47
MMA9633	8588266908	31/12/2016	60503	208		293.47
MMC0772	8588267354	03/01/2017	60503	208		293.47
MMI4619	8588264357	01/12/2016	60503	208		293.47
MMJ6563	8588263520	23/11/2016	60503	208		293.47
MMK4255	8588269732	30/01/2017	60503	208		293.47

MMM5157	8588263622	24/11/2016	60503	208		293.47
MMM7133	8588263190	23/11/2016	60503	208		293.47
MQI9625	8588266950	29/12/2016	60503	208		293.47
MWF4701	8588267217	01/01/2017	60503	208		293.47
NMY2038	8588266220	22/12/2016	60503	208		293.47
OKG7936	8588265354	12/12/2016	60503	208		293.47
OMA2391	8588267710	07/01/2017	60503	208		293.47
QHC7992	8588264809	06/12/2016	60503	208		293.47
QHE6266	8588263671	24/11/2016	60503	208		293.47
QHK7280	8588263343	24/11/2016	74550	218	* I	130.16
QHM3436	8588267156	01/01/2017	74550	218	* I	130.16
QHR5905	8588265431	09/12/2016	60503	208		293.47
QHU0074	8588267250	02/01/2017	74550	218	* I	130.16
QHY2550	8588267864	09/01/2017	60503	208		293.47
QJJ0877	8588269361	24/01/2017	60503	208		293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

IRIO RIEGEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8589 1276/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - LE - 281750

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8589 1276/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEC3482	8589265460	03/12/2016	74630	218 * II	195.23
AHM6761	8589269077	07/01/2017	74550	218 * I	130.16
AIA7291	8589269146	07/01/2017	74550	218 * I	130.16
AJK1119	8589264740	27/11/2016	74550	218 * I	130.16
ALI3257	8589264721	26/11/2016	74550	218 * I	130.16
AMB1974	8589265556	05/12/2016	74550	218 * I	130.16
AME5590	8589269361	09/01/2017	74550	218 * I	130.16
AMH0336	8589264961	26/11/2016	74550	218 * I	130.16
AMH7937	8589265946	09/12/2016	74550	218 * I	130.16
AOD9562	8589265998	12/12/2016	74550	218 * I	130.16
AOM8480	8589268597	02/01/2017	74630	218 * II	195.23

APX3870	8589263470	13/11/2016	74550	218	*	I	130.16
ARC0726	8589267543	24/12/2016	74550	218	*	I	130.16
ASC0105	8589268931	06/01/2017	74550	218	*	I	130.16
AST0611	8589268617	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
ASU5833	8589268686	03/01/2017	74550	218	*	I	130.16
ASZ4800	8589267736	25/12/2016	74550	218	*	I	130.16
ATI1811	8589266808	18/12/2016	74550	218	*	I	130.16
AVJ2647	8589261360	27/10/2016	74550	218	*	I	85.13
AVN1515	8589262022	03/11/2016	74550	218	*	I	130.16
AVV3900	8589267680	21/12/2016	74550	218	*	I	130.16
AWW2521	8589265389	02/12/2016	74550	218	*	I	130.16
AZU7772	8589266871	18/12/2016	74550	218	*	I	130.16
BAT5643	8589266886	18/12/2016	74550	218	*	I	130.16
BAV3591	8589268690	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
BDD0030	8589267641	27/12/2016	74550	218	*	I	130.16
BDN7007	8589266751	18/12/2016	74550	218	*	I	130.16
CEK8821	8589265535	05/12/2016	74550	218	*	I	130.16
CHF8795	8589270402	16/01/2017	74630	218	*	II	195.23
CHH0861	8589267434	27/12/2016	74550	218	*	I	130.16
CHQ7426	8589268688	03/01/2017	74550	218	*	I	130.16
CIY8887	8589263854	17/11/2016	74550	218	*	I	130.16
CRC2151	8589268749	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
DAN3810	8589269871	14/01/2017	74550	218	*	I	130.16
DBK5742	8589266116	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
DCH1240	8589268714	03/01/2017	74550	218	*	I	130.16
DLU0152	8589264717	28/11/2016	74550	218	*	I	130.16
DUY9607	8589270839	24/01/2017	74550	218	*	I	130.16
EEL8046	8589266823	18/12/2016	74550	218	*	I	130.16
GBT0055	54205757N	20/12/2016	50020	257		8\$	85.13
GZD2812	8589269216	08/01/2017	74550	218	*	I	130.16
HIH1323	8589265937	09/12/2016	74630	218	*	II	195.23
HMO8581	8589268464	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
IAT0180	8589263416	13/11/2016	74550	218	*	I	130.16
IGJ6528	8589265554	05/12/2016	74550	218	*	I	130.16
IHA8828	8589262818	08/11/2016	74550	218	*	I	130.16
IPQ2179	8589268503	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
IWV1820	8589269214	08/01/2017	74550	218	*	I	130.16
JMQ3061	8589267114	26/12/2016	74550	218	*	I	130.16
JUU1684	8589267694	22/12/2016	74550	218	*	I	130.16
JYV0221	8589264857	27/11/2016	74550	218	*	I	130.16
LOW7249	8589268380	29/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LYO3910	8589263860	17/11/2016	74550	218	*	I	130.16
LYU4657	8589269067	08/01/2017	74550	218	*	I	130.16
LYU4657	8589268511	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
LZL0462	8589267025	19/12/2016	74630	218	*	II	195.23
LZO6132	8589263951	24/11/2016	74550	218	*	I	130.16
LZW3279	8589263795	14/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MAK5732	8589269058	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MAN8933	8589266561	16/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MAV7488	8589267367	24/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MBA9932	8589266525	15/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MBI6950	8589268657	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MBN8934	8589268038	29/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MBS8226	8589266916	18/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MBU5026	54207314N	23/12/2016	50020	257		8\$	85.13
MBX9850	8589270612	21/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MBY7714	8589268450	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MCA8109	8589268826	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MCB3607	8589264096	19/11/2016	74630	218	*	II	195.23
MCK1603	8589268922	05/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MCP1625	8589266263	11/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MCR1734	8589265480	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MCZ3403	54201205N	06/12/2016	50020	257		8\$	85.13

MCZ6498	8589268321	31/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MDC7106	8589264732	30/11/2016	74630	218	*	II	195.23
MDD4919	54205743N	09/12/2016	50020	257	8\$		85.13
MDG3098	8589268838	03/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MDN1110	8589266196	11/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MDT5006	8589268890	05/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MDV9416	8589262527	04/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MDW0552	8589265281	02/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MDW7258	8589269254	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MEB1642	8589265469	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MED2508	8589269245	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MEE3067	8589264194	21/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MEQ3287	8589263102	11/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MEU5315	8589264986	28/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MEW2651	8589264763	29/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MEZ2406	8589269163	08/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MFE1071	8589269055	08/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MFH4320	8589266162	10/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MFK9679	8589269018	06/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MFM7009	8589268808	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MFP8377	8589267379	25/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MFQ0185	8589267999	30/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MFV9187	8589265295	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MFV9669	8589266842	19/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MFW8974	8589264532	19/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MGA8847	54205768N	09/12/2016	50020	257	8\$		85.13
MGF4809	8589268477	02/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MGI3429	8589269540	10/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MGM5679	8589263383	13/11/2016	74630	218	*	II	195.23
MGS3471	8589268451	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MGV3025	8589268886	05/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MGV6002	8589261616	30/10/2016	74630	218	*	II	127.69
MGV6002	8589261617	30/10/2016	74710	218	*	III	574.61
MGX2629	8589264610	25/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MGY1100	8589263630	14/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MGY1849	8589268461	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE7066	8589267400	26/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MHF8638	8589261673	29/10/2016	74550	218	*	I	85.13
MHH6205	8589267962	31/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MHT6797	8589267506	23/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MIC0045	8589269309	09/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MIE2002	8589267269	23/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MIG8849	8589265061	29/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MII3457	8589263790	15/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MIN5916	8589268045	29/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MIP2069	8589268467	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MIS3262	8589268665	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT0409	8589264806	27/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MJA4181	8589267259	22/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MJI7841	8589264823	28/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MJJ3782	8589261958	02/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MJK6450	8589268792	03/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJK6583	8589271241	28/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MJO3966	8589268830	03/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO7918	8589264185	19/11/2016	74630	218	*	II	195.23
MJP9179	8589267484	23/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MJR3382	8589266023	10/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MJS8569	8589265739	07/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MJS8569	8589265648	07/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MJU6395	8589268506	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV2081	8589269333	09/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV7038	8589264507	24/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MJX0347	8589268616	01/01/2017	74710	218	*	III	880.40

MJZ0061	8589268105	28/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKC0398	8589267236	25/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKE0514	8589267597	26/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKI1841	8589264024	18/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MKL3146	8589268698	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM5215	8589264598	24/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MKO4436	8589269084	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MKO7253	8589265432	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKR4849	8589264373	18/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MKT2315	8589268670	03/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MKW2827	8589268679	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MKW2827	8589268697	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MX1972	8589268515	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MKY4479	54216013N	09/01/2017	50020	257	8\$		130.16
MKY7860	8589266301	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLA1634	8589262676	07/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MLA5266	8589264274	18/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MLC3682	8589268296	29/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLC3682	8589267792	26/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLE4694	8589265719	07/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLF9565	54214767N	05/01/2017	50020	257	8\$		85.13
MLG2589	8589264252	20/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MLH5751	8589269942	13/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLH5757	8589269158	08/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLJ0604	8589265492	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLN7302	8589264422	20/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MLO1719	8589267443	21/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLO8426	8589268625	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLO9369	8589266426	14/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLP6869	8589264580	23/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MLP7515	8589266283	11/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLQ4140	8589261941	02/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MLQ7895	8589263084	10/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MLS6399	8589263104	11/11/2016	74550	218	*	I	130.16
NJY0190	8589261636	30/10/2016	74630	218	*	II	127.69
NYG0218	8589262309	05/11/2016	74550	218	*	I	130.16
OHA7798	8589267032	20/12/2016	74550	218	*	I	130.16
OKE2054	8589263897	17/11/2016	74710	218	*	III	880.40
OKF2341	8589261480	28/10/2016	74550	218	*	I	85.13
OQJ7471	8589266701	17/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QCA2338	8589268376	31/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHB8321	8589267824	27/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHG2066	54205754N	20/12/2016	50020	257	8\$		85.13
QHJ7099	8589263678	16/11/2016	74630	218	*	II	195.23
QHM3436	8589268695	03/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHN3742	8589265085	28/11/2016	74550	218	*	I	130.16
QHQ7275	8589265383	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHS4767	8589265424	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHV1527	8589268434	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHX3971	8589265987	12/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QIF4355	8589265342	02/12/2016	74630	218	*	II	195.23
QJA0041	8589267009	20/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QJB1060	8589271201	27/01/2017	74550	218	*	I	130.16

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

IRIO RIEGEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8776 544/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - RADAR MOVEL -

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8776 544/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AQW5219	8776033727	06/01/2017	74550	218 * I	130.16
AYZ3243	8776033248	18/11/2016	74550	218 * I	130.16
BEJ0950	8776033328	21/11/2016	74550	218 * I	130.16
IPR0827	8776033389	23/11/2016	74550	218 * I	130.16
KRM7364	8776033366	22/11/2016	74630	218 * II	195.23
LUV1358	8776033222	18/11/2016	74550	218 * I	130.16
MBB8923	8776033593	12/12/2016	74550	218 * I	130.16
MEQ9377	8776033447	22/11/2016	74550	218 * I	130.16
MFA5797	8776033538	03/12/2016	74550	218 * I	130.16
MHU5878	8776033412	23/11/2016	74630	218 * II	195.23
MJH4759	8776033712	06/01/2017	74550	218 * I	130.16
MJJ5647	8776033166	04/11/2016	74550	218 * I	130.16
MJK7615	8776033835	17/01/2017	74550	218 * I	130.16
MJX5455	8776033699	06/01/2017	74550	218 * I	130.16
MJY1556	8776033199	17/11/2016	74550	218 * I	130.16
NTZ5115	8776033702	06/01/2017	74550	218 * I	130.16
QHD8542	8776033327	21/11/2016	74550	218 * I	130.16
QHH4895	8776033342	22/11/2016	74550	218 * I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

IRIO RIEGEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2520/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8041 2520/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAH1949	P00SC00009	01/04/2017	66102	230 * VII
AAH1949	P00SC0000A	01/04/2017	67000	230 * XVI
AAH1949	P00SC0000B	01/04/2017	73400	252 * IV
AAH1949	P00SC0000C	01/04/2017	50100	162 * I
ABD1365	P00S7000CR	08/04/2017	66102	230 * VII
ADE7752	P00SL000LA	05/04/2017	65992	230 * V
ADE7752	P00SL000LB	05/04/2017	75790	165 A
ADE7752	P00SL000LC	05/04/2017	69120	232
AFP0264	P00SJ000EQ	01/04/2017	65992	230 * V
AJN1983	P00SH000QI	29/03/2017	50100	162 * I
AJN1983	P00SH000QJ	29/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
AJN1983	P00SH000QK	29/03/2017	75790	165 A
AKB6335	P00SI000PF	02/04/2017	66102	230 * VII
AKB6335	P00SI000PG	02/04/2017	66700	230 * XIII
ARH9544	P00R9001DU	01/04/2017	65992	230 * V
ATY7001	P00RB000CP	05/03/2017	65992	230 * V
ATY7001	P00RB000CQ	05/03/2017	50450	162 * V
ATY7001	P00RB000CR	05/03/2017	75790	165 A
ATY7001	P00RB000CS	05/03/2017	51420	164 c/c 162 * V
ATY7001	P00RB000CT	05/03/2017	64080	221
AXY1987	P00S2000OT	29/03/2017	50450	162 * V
AXY1987	P00S2000OU	29/03/2017	51420	164 c/c 162 * V
BEC1950	P00SF0000C	13/03/2017	50450	162 * V
BEC1950	P00SF0000D	13/03/2017	51420	164 c/c 162 * V
BEC1950	P00SF0000E	13/03/2017	65992	230 * V
BEC1950	P00SF0000F	13/03/2017	69120	232
BGZ1602	P00SD000F0	03/03/2017	67690	230 * XXII
CIE5521	P00SJ000E7	29/03/2017	50450	162 * V
CIE5521	P00SJ000E8	29/03/2017	66290	230 * VIII
CIE5521	P00SJ000E9	29/03/2017	51691	165
CLR7887	P00SJ000EN	01/04/2017	65992	230 * V
CVR6980	P00SL000L7	03/04/2017	52742	175
CVR6980	P00SL000L8	03/04/2017	69120	232
DDA3667	P00SJ000EF	01/04/2017	65992	230 * V
DDA3667	P00SJ000ED	01/04/2017	69120	232
DDA3667	P00SJ000EE	01/04/2017	50450	162 * V
DGG6552	P00QZ000JB	05/03/2017	65992	230 * V
DRD3019	P00R9001E3	01/04/2017	65992	230 * V
EGL2738	P00SJ000EY	01/04/2017	67261	230 * XVIII
EGL2738	P00SJ000EW	01/04/2017	50292	162* II
EGL2738	P00SJ000EX	01/04/2017	65992	230 * V
FBD8141	P00SG000P1	02/04/2017	65992	230 * V

GWC3756	P00SI000P0	01/04/2017	69120	232	
GYZ3492	P00SF000ON	25/03/2017	66102	230	* VII
IOH2162	P00S2000M3	03/03/2017	64080	221	
IOH2162	P00S2000M4	03/03/2017	67261	230	* XVIII
JNI7562	P00S6000GB	10/03/2017	52741	175	
LXL4577	P00R0000YK	09/03/2017	69120	232	
LXL4577	P00R0000YL	09/03/2017	64080	221	
LYL7432	P00SF000O5	12/03/2017	69120	232	
LYR6343	P00R0000YO	09/03/2017	64080	221	
MAM0562	P00SI000PC	02/04/2017	75790	165	A
MAU2560	P00S7000BN	02/04/2017	75790	165	A
MAU2560	P00S7000BO	02/04/2017	67261	230	* XVIII
MAU2560	P00S7000BQ	02/04/2017	69120	232	
MBG8424	P00RE0011P	17/03/2017	75790	165	A
MBQ8863	P00SJ000ET	01/04/2017	65992	230	* V
MCC2751	P00SJ000EM	01/04/2017	65992	230	* V
MCC2751	P00SJ000EL	01/04/2017	50100	162	* I
MCE4073	P00SF000OW	07/04/2017	73400	252	* IV
MCG9939	P00R9001DQ	27/03/2017	75790	165	A
MCG9939	P00R9001DR	27/03/2017	50100	162	* I
MCG9939	P00R9001DS	27/03/2017	51180	164	c/c 162 * I
MCJ8231	P00SJ000F0	01/04/2017	65992	230	* V
MCJ8231	P00SJ000F1	01/04/2017	69120	232	
MCK6255	P00S2000N1	16/03/2017	69120	232	
MCQ3298	P00SC000NR	31/03/2017	73400	252	* IV
MCR3041	P00SL000IO	25/03/2017	50100	162	* I
MCR3041	P00SL000IP	25/03/2017	51180	164	c/c 162 * I
MCT2122	P00SB000QP	06/04/2017	50100	162	* I
MCT2122	P00SB000QQ	06/04/2017	65992	230	* V
MCT2122	P00SB000QR	06/04/2017	51180	164	c/c 162 * I
MCV6742	P00SB000Q6	24/03/2017	65992	230	* V
MDD1366	P00SC000NY	01/04/2017	65992	230	* V
MDI5463	P00SD000FA	11/03/2017	65561	230	* I
MDI5463	P00SD000FD	11/03/2017	51692	165	
MDI5463	P00SD000FE	11/03/2017	65992	230	* V
MDI5463	P00SD000FF	12/03/2017	50100	162	* I
MDK6374	P00SI000OW	01/04/2017	66102	230	* VII
MDN0684	P00SF000MC	21/02/2017	73400	252	* IV
MDP9364	P00SJ000EI	01/04/2017	50450	162	* V
MDQ2484	P00SB000OZ	04/03/2017	51691	165	
MDQ2484	P00SB000OW	04/03/2017	69120	232	
MDQ2484	P00SB000OX	04/03/2017	50450	162	* V
MDQ2484	P00SB000OY	04/03/2017	51420	164	c/c 162 * V
MDZ5424	P00SJ000ER	01/04/2017	65992	230	* V
MDZ5424	P00SJ000ES	01/04/2017	50100	162	* I
MED4134	P00SL000IG	24/03/2017	67690	230	* XXII
MEI9269	P00SI000MU	08/03/2017	50100	162	* I
MEI9269	P00SI000MW	08/03/2017	51180	164	c/c 162 * I
MEI9269	P00SI000MX	08/03/2017	65992	230	* V
MEV8862	P00SD000F7	11/03/2017	50100	162	* I
MEV8862	P00SD000F8	11/03/2017	51180	164	c/c 162 * I
MFB2780	P00SI000OY	01/04/2017	73400	252	* IV
MFQ1731	P00SC000N3	08/03/2017	50100	162	* I
MFQ1731	P00SC000N4	08/03/2017	51180	164	c/c 162 * I
MGL1738	P00RB000D3	02/04/2017	66372	230	* IX
MGO1119	P00SD000HE	03/04/2017	51691	165	
MGR9394	P00RE00127	31/03/2017	66700	230	* XIII
MGR9394	P00RE00128	31/03/2017	66102	230	* VII
MGY4048	P00SB000Q8	24/03/2017	67690	230	* XXII
MHL6188	P00SB000P3	04/03/2017	65992	230	* V
MHX7309	P00R9001DZ	01/04/2017	66102	230	* VII
MHZ3626	P00SH000QO	01/04/2017	65992	230	* V
MIE3222	P00R9001E8	05/04/2017	50100	162	* I

MIE3222	P00R9001E9	05/04/2017	51180	164	c/c 162 * I
MIR3017	P00SI000NB	10/03/2017	65800	230	* IV
MIR3017	P00SI000NC	10/03/2017	65992	230	* V
MIR3017	P00SI000ND	10/03/2017	50100	162	* I
MIR3017	P00SI000NE	10/03/2017	51180	164	c/c 162 * I
MJF5809	P00QW000LA	12/03/2017	73400	252	* IV
MJS3711	P00SF000NW	12/03/2017	73400	252	* IV
MKP9839	P00S8000TC	24/03/2017	50100	162	* I
MKP9839	P00S8000TD	24/03/2017	65992	230	* V
MKP9839	P00S8000TE	24/03/2017	51180	164	c/c 162 * I
MLD1264	P00QP001B7	20/03/2017	65992	230	* V
MLJ6354	P00S2000M7	03/03/2017	65992	230	* V
MLJ6354	P00S2000M8	03/03/2017	50100	162	* I
QHS9975	P00SB000QZ	08/04/2017	51691	165	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

URIEL RIBEIRO  
DELEGADO REGIONAL - 15A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2521/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - 281750

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2521/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABQ3557	P00RE0010Z	10/03/2017	51851	167
AEV1515	55802013F	21/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AHC7964	55801456F	01/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AHF2071	P00S70009U	24/02/2017	60501	208
AHI8991	P00R0000XV	07/03/2017	51851	167
AHL2882	55801967F	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AHV9075	P00S2000MD	04/03/2017	51852	167
AID4122	55802138F	25/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AIH0678	P00SD000HI	04/04/2017	76332	ART 252, UNICO
AIW3932	55801592F	07/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

AJK0526	P00SG000O4	26/03/2017	51851	167
AKC1510	55802111F	24/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ALN9152	P00SD000GV	24/03/2017	60412	207
AMF6687	P00SG000NH	11/03/2017	76252	ART 181, XX
ANU7395	55801590F	06/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AOB0215	55801375F	24/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AOH2125	P00SL000II	24/03/2017	60501	208
AOM7860	55801351F	23/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
APJ8921	55801678F	09/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
APV9533	P00QX000RP	23/02/2017	59670	203 * V
APW6995	P00SI000OF	28/03/2017	76252	ART 181, XX
AQO2546	P00R9001EE	06/04/2017	55250	181 * XV
AQS7951	55801214F	18/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ARW5381	P00QP001BG	30/03/2017	76331	ART 252, UNICO
ARY7729	P00RE00118	11/03/2017	76252	ART 181, XX
ASK9753	P00SH000O3	06/03/2017	55680	181 * XIX
ASS7256	P00S6000FJ	27/02/2017	55250	181 * XV
AST1351	P00SC000O0	01/04/2017	76251	ART 181, XX
ASY5466	P00SD000H9	31/03/2017	55250	181 * XV
AUT3316	P00SC000NI	23/03/2017	55250	181 * XV
AUU7154	P00SH000OH	06/03/2017	55680	181 * XIX
AUU7154	P00SH000OJ	06/03/2017	56221	182 * VI
AWA6837	55801445F	01/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AYT1033	P00SI000O6	28/03/2017	54600	181 * IX
BAS9072	55802160F	27/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
BDJ3695	55801308F	22/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
BEC1950	P00S2000O0	26/03/2017	55680	181 * XIX
BOV5589	P00SI000P9	01/04/2017	68580	231 * VII
BTI5534	P00SI000O9	28/03/2017	76251	ART 181, XX
CDK3058	55801396F	25/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CJL3536	P00S7000C7	03/04/2017	55680	181 * XIX
CPQ7285	P00SL000K6	29/03/2017	51851	167
CST4146	P00SC000NP	28/03/2017	54523	181 * VIII
CTP5002	55801684F	09/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DCF6117	55801919F	17/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DER6352	55801993F	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DGB5531	P00SC000MC	24/02/2017	51851	167
DML3677	P00SL000LR	05/04/2017	76332	ART 252, UNICO
DSX3694	55801913F	17/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
EGL2738	55801968F	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
EGL2738	55802167F	27/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
EGL2738	55802151F	27/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
EIJ2028	P00S7000BW	03/04/2017	55680	181 * XIX
EPO7405	P00SL000IH	24/03/2017	54600	181 * IX
ETP8729	55802021F	21/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
EZH1014	P00SD000GX	24/03/2017	76252	ART 181, XX
GYZ3492	P00SF000O0	25/03/2017	51852	167
HLX0133	55802209F	28/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
HMO4552	P00SL000ME	05/04/2017	76332	ART 252, UNICO
HTI8080	55802007F	21/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IEV2115	55801853F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IKK0791	P00RE0011J	14/03/2017	55500	181 * XVIII
ILV7775	55801391F	25/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IPA9533	P00S6000EO	27/02/2017	52070	169
IUJ5681	55801980F	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IVL6988	55802127F	25/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
KFB4657	55801835F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
KIR2222	55802297F	31/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
KML4954	55801485F	02/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
KWQ3788	P00S6000IC	31/03/2017	76332	ART 252, UNICO
LCC9229	P00S6000HJ	26/03/2017	51851	167
LCC9229	P00S6000HK	26/03/2017	65300	228
LOA7708	P00SH000PF	22/03/2017	51851	167

LWV3805	P00SL000MS	06/04/2017	55680	181 * XIX
LWV9452	P00SG000OM	31/03/2017	51851	167
LWY0753	P00RE0012H	03/04/2017	55500	181 * XVIII
LWZ2467	P00S7000C9	03/04/2017	58000	192
LXF0456	55801331F	23/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXG5020	55802097F	24/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXK7458	P00QZ000JA	19/02/2017	51851	167
LXV9213	55801953F	18/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LYK9631	P00SG000LX	21/02/2017	51851	167
LYN3295	P00SD000FH	13/03/2017	51851	167
LYP1723	55801439F	01/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LYP6934	P00S6000G4	09/03/2017	76332	ART 252, UNICO
LYS9562	P00SI000P7	01/04/2017	58350	195
LYV0686	55802218F	29/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LYW3990	P00SB000QC	27/03/2017	60841	211
LZL7378	55801595F	07/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LZQ5635	55802061F	22/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LZR4154	55802224F	29/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LZR7852	55801972F	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LZU1138	55802079F	23/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LZU1138	55802281F	30/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LZV8141	P00RE0010U	10/03/2017	57030	185 * I
LZX3772	55801865F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MAC7605	P00SL000MR	06/04/2017	55680	181 * XIX
MAI0202	P00SD000H8	31/03/2017	61220	214 * I
MAQ8265	P00SL000K3	29/03/2017	51851	167
MAU2560	P00S7000BP	02/04/2017	51851	167
MAU2560	P00S7000BR	02/04/2017	54523	181 * VIII
MAV4565	55801336F	23/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBB3481	P00QW000ML	31/03/2017	51851	167
MBD5820	P00S7000CC	03/04/2017	58000	192
MBE5145	55801983F	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBF4936	P00SG000M1	26/02/2017	51851	167
MBK1196	P00SF000OQ	05/04/2017	54523	181 * VIII
MBK9546	55801584F	06/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBL2217	54233983N	20/03/2017	50020	257 8\$
MBM3734	55802203F	28/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBO6495	55801653F	08/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBO8261	P00S7000BV	03/04/2017	55680	181 * XIX
MBO9915	55801848F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBS0387	55802202F	28/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBS4882	55802095F	24/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBS8226	P00S6000EU	27/02/2017	51852	167
MBT3379	55802069F	23/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBT3379	55801636F	08/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBU0370	55800893F	06/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBX6915	55802192F	28/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBX9850	P00S8000TN	28/03/2017	54522	181 * VIII
MBY4042	P00SG000OB	26/03/2017	51851	167
MCG7990	P00S2000LQ	03/03/2017	51851	167
MCG9678	P00SD000I0	07/04/2017	51851	167
MCI1946	55801992F	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCK8703	P00RE0010B	02/03/2017	60502	208
MCL9293	55802099F	24/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCT7121	P00RE0011K	14/03/2017	55500	181 * XVIII
MDD1366	P00SC000NZ	01/04/2017	58191	193
MDH3466	P00R9001EL	08/04/2017	54521	181 * VIII
MDI1636	P00S6000EA	21/02/2017	76251	ART 181, XX
MDL1397	P00SJ000CG	01/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MDM9963	P00SL000JJ	28/03/2017	51851	167
MDO0629	55801049F	13/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDQ2484	P00SB000P1	04/03/2017	70301	244 * I
MDT5362	P00SF000N9	03/03/2017	58434	196

MDV8001	P00SL000GQ	15/03/2017	70301	244 * I
MDW0533	55801580F	06/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDY3798	55801406F	25/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDZ2448	P00S2000NS	25/03/2017	51851	167
MEC5125	55801705F	09/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MED4134	P00SL000IF	24/03/2017	60501	208
MEE4792	P00SD000DR	22/02/2017	52070	169
MEF0488	55801975F	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MEH4516	55801105F	15/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MEI9269	P00SI000MV	08/03/2017	52583	174
MEK9614	55801989F	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MET7279	P00S6000EJ	27/02/2017	52070	169
MEU0718	P00SG000OL	31/03/2017	52070	169
MEU4150	55802084F	23/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFB4184	P00SG000ON	31/03/2017	51851	167
MFB4184	P00SG000OO	31/03/2017	51852	167
MFC3925	55802109F	24/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFE4617	P00SJ000DZ	28/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MFE7599	P00SL000MY	06/04/2017	51851	167
MFG3907	55802318F	31/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFH5607	P00S7000BD	29/03/2017	76252	ART 181, XX
MFJ2824	P00S8000TO	30/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFK0584	P00SD000FK	14/03/2017	54521	181 * VIII
MFQ8217	55801527F	03/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFR3676	P00SG000KY	14/02/2017	76332	ART 252, UNICO
MFR6419	P00QW000MF	28/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MFR7253	P00S7000AT	04/03/2017	76252	ART 181, XX
MFR8512	55802080F	23/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFR8525	P00S6000F0	27/02/2017	57380	186 * II
MFT3264	P00SL000MO	06/04/2017	55680	181 * XIX
MFT5544	P00SG000M2	26/02/2017	51851	167
MFU0407	55802247F	29/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFV3862	P00R9001EK	08/04/2017	54521	181 * VIII
MFV7455	P00S8000SQ	15/03/2017	51851	167
MFY5850	P00SD000DI	22/02/2017	52070	169
MFZ1924	P00SF000OV	07/04/2017	51851	167
MFZ8765	P00SI000NL	18/03/2017	54523	181 * VIII
MGB9773	P00S6000GQ	14/03/2017	59670	203 * V
MGE5192	P00S50009D	16/03/2017	52070	169
MGF0721	P00SF000MT	24/02/2017	54523	181 * VIII
MGH9113	55800968F	09/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGI0597	P00R0000XA	02/03/2017	55500	181 * XVIII
MGL9592	P00SL000KW	02/04/2017	51851	167
MGN5923	P00SL000LV	05/04/2017	51851	167
MGN8045	P00SL000LW	05/04/2017	51851	167
MGO4806	55802043F	22/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGP6593	P00S6000HR	31/03/2017	52070	169
MGR7859	55802216F	29/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGT2474	P00RE0012S	04/04/2017	51851	167
MGV3319	55801057F	13/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGZ4701	P00RE0010S	09/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MHB5943	P00QW000MX	01/04/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MHB8310	P00S6000GH	11/03/2017	54523	181 * VIII
MHE3481	P00S6000IN	07/04/2017	72340	250 * I * a
MHE8616	55802074F	23/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHH2561	P00S50009O	04/04/2017	54521	181 * VIII
MHL6188	P00SB000P2	04/03/2017	76252	ART 181, XX
MHN6261	P00SH000PV	24/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MHN6574	55802009F	21/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHN8525	P00SB000PF	09/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MHN8675	P00RE000ZY	24/02/2017	76331	ART 252, UNICO
MHQ8468	55802246F	29/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHU2557	P00SJ000EA	31/03/2017	51851	167

MHU9199	P00S2000L4	27/02/2017	76331	ART 252, UNICO
MHW1732	P00SB000O1	02/03/2017	52070	169
MHX7948	55801074F	14/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHY3756	55802290F	30/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHZ5107	P00SH000OI	06/03/2017	55680	181 * XIX
MIA3027	P00SL000K7	29/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MIA5533	P00S2000KA	18/02/2017	51851	167
MIB0041	P00PZ000IB	03/04/2017	73662	252*VI
MIE5406	P00S2000OV	31/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MIF1750	P00RE0012B	31/03/2017	76252	ART 181, XX
MI I9396	55802250F	29/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIR4349	P00SD000HV	07/04/2017	76252	ART 181, XX
MIR9505	P00QP001BR	08/04/2017	51851	167
MIT6927	P00SF000N4	27/02/2017	76332	ART 252, UNICO
MIU2229	55801500F	02/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIX8538	P00SH000QV	04/04/2017	60501	208
MIY9910	P00SL000JF	28/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MJA0020	P00SG000OS	31/03/2017	55680	181 * XIX
MJB6221	55802100F	24/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJB9257	55801754F	10/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJC1201	55802303F	31/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJE5455	55801786F	11/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJG9410	P00SB000PV	14/03/2017	55500	181 * XVIII
MJI1234	P00SB000NV	02/03/2017	51851	167
MJO0812	P00S2000M5	03/03/2017	52070	169
MJP8377	55801210F	18/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJU9822	P00SD000EU	03/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MJX4855	P00S2000PD	05/04/2017	51851	167
MJX5626	P00QX000S3	28/02/2017	54523	181 * VIII
MKF7811	55801517F	03/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKJ1561	P00SB000OM	02/03/2017	51851	167
MKK1040	55802017F	21/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKN2471	P00R5000ML	13/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKQ7030	P00SH000QY	07/04/2017	76331	ART 252, UNICO
MKQ7030	P00SH000QZ	07/04/2017	51851	167
MKQ7030	P00SL000K0	29/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MKQ7863	P00SC000OK	01/04/2017	54600	181 * IX
MKV4693	55802261F	30/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKW1616	55801407F	25/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLB7292	55800949F	07/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLC9466	P00SG000MS	28/02/2017	51852	167
MLG7768	55801667F	08/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLJ5434	P00S2000PC	05/04/2017	55500	181 * XVIII
MLP2218	P00SB000NA	26/02/2017	52311	172
MLP8672	P00SG000OK	31/03/2017	51851	167
MLQ4529	P00SL000GR	16/03/2017	73662	252*VI
MLR1791	55801672F	08/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLR5970	55801086F	14/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLU7877	P00S6000EK	27/02/2017	52070	169
MLV4093	P00SF000N5	26/02/2017	76332	ART 252, UNICO
MMC4426	55802300F	31/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MMD3775	P00S6000HT	31/03/2017	59670	203 * V
MMD6065	P00S6000GD	11/03/2017	54521	181 * VIII
MMH3823	55801498F	02/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MMH5205	P00SG000OD	26/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MMI7029	P00SC000OI	01/04/2017	76251	ART 181, XX
MMJ3596	55802033F	21/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MMK5495	55800971F	09/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MML2144	P00S2000P5	04/04/2017	76331	ART 252, UNICO
NES7750	P00SL000K2	29/03/2017	51851	167
NQM4657	55802118F	24/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
NR Y3212	55802132F	25/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
NXG6577	P00QW000IG	19/02/2017	51851	167

OHK8274	55802197F	28/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHC7160	55802221F	29/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHH0228	P00S7000C0	03/04/2017	51851	167
QHH7720	P00RE0011N	14/03/2017	55500	181 * XVIII
QHI6188	55801544F	03/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHJ3912	P00S8000TY	07/04/2017	54523	181 * VIII
QHO4277	P00SI000ML	03/03/2017	76332	ART 252, UNICO
QHO9451	55802254F	30/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHT7875	55801501F	02/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHV6204	55801262F	21/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHV7685	P00SL000MV	06/04/2017	76331	ART 252, UNICO
QHX3076	P00SH000Q2	26/03/2017	76252	ART 181, XX
QHX4376	P00RE0010F	02/03/2017	51851	167
QIA8108	55802291F	30/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QIB6779	P00S8000TS	30/03/2017	55680	181 * XIX
QIC4068	P00SH000R2	07/04/2017	72340	250 * I * a
QIP5691	P00S7000A9	24/02/2017	76332	ART 252, UNICO
QIW1004	55801006F	10/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QJJ1870	55801737F	10/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

IRIO RIEGEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8588 1268/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - FS - 281750

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8588 1268/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAI1112	8588273221	10/03/2017	74630	218 * II
ABD5556	8588270653	13/02/2017	60503	208
ABG8960	8588271199	17/02/2017	74550	218 * I
ADF8916	8588270771	09/02/2017	60503	208
ADT7568	54238733N	04/04/2017	50020	257 8S

AFB1573	8588270635	11/02/2017	74550	218	* I
AFD6158	54238729N	04/04/2017	50020	257	8\$
AFI3238	8588271918	21/02/2017	60503	208	
AHF5503	8588271214	18/02/2017	60503	208	
AJA4317	8588273415	12/03/2017	60503	208	
AJX5698	8588273228	10/03/2017	60503	208	
AKU2929	8588273188	10/03/2017	60503	208	
ALK7370	8588270857	11/02/2017	60503	208	
AMD3450	8588269824	31/01/2017	60503	208	
AMD6113	8588270984	12/02/2017	60503	208	
ANE4822	8588273077	08/03/2017	60503	208	
ANH3062	8588273197	10/03/2017	60503	208	
ANM3626	8588271077	17/02/2017	74630	218	* II
AOF6282	8588271152	17/02/2017	60503	208	
AOF8482	8588273585	14/03/2017	74550	218	* I
AOJ3450	8588272947	07/03/2017	74550	218	* I
AOT1864	8588272924	07/03/2017	60503	208	
AOW7533	8588271230	18/02/2017	60503	208	
ARQ9272	8588270940	09/02/2017	60503	208	
ASO7333	8588273368	11/03/2017	74550	218	* I
AVE8265	54238734N	04/04/2017	50020	257	8\$
AWB1312	8588272253	26/02/2017	74550	218	* I
AWN3372	8588273315	11/03/2017	60503	208	
AXC8494	8588272842	06/03/2017	60503	208	
AXH7898	8588273323	11/03/2017	60503	208	
AYR6301	54240328N	06/04/2017	50020	257	8\$
AZA1455	54238743N	04/04/2017	50020	257	8\$
AZC5325	8588272699	05/03/2017	60503	208	
BAK2777	8588272110	26/02/2017	74630	218	* II
BCC2122	8588271117	17/02/2017	74550	218	* I
BEC9955	8588273300	11/03/2017	74550	218	* I
BGS6776	8588271124	16/02/2017	74550	218	* I
BHJ7407	8588273301	11/03/2017	74550	218	* I
BRJ0265	8588273299	11/03/2017	74550	218	* I
BTI5534	8588270839	14/02/2017	60503	208	
BYE7281	54238740N	04/04/2017	50020	257	8\$
CBF3625	8588271418	20/02/2017	74550	218	* I
CBF7345	8588273118	09/03/2017	60503	208	
CFT4063	8588273645	14/03/2017	74550	218	* I
CHQ7426	8588271804	23/02/2017	60503	208	
CJJ0272	8588270698	10/02/2017	60503	208	
CKP2561	8588273218	10/03/2017	60503	208	
CPM6571	8588271751	24/02/2017	60503	208	
DAX5842	8588270882	10/02/2017	60503	208	
DDA3667	8588273328	11/03/2017	60503	208	
DKF0892	8588270173	04/02/2017	60503	208	
DPM3649	8588273252	10/03/2017	74550	218	* I
DQP3556	8588271110	18/02/2017	60503	208	
EFR1177	8588271276	18/02/2017	60503	208	
EIZ4246	8588272959	07/03/2017	60503	208	
ELB4716	8588273222	10/03/2017	60503	208	
ELC6759	8588271357	18/02/2017	60503	208	
EPN2213	8588270186	05/02/2017	60503	208	
EWT3918	8588272969	08/03/2017	60503	208	
FAQ0437	8588273626	14/03/2017	74550	218	* I
FMP4015	8588270163	04/02/2017	60503	208	
GJZ5653	54238747N	04/04/2017	50020	257	8\$
GRF9444	8588270905	09/02/2017	74550	218	* I
HCI6822	8588270179	04/02/2017	74550	218	* I
HCS5692	8588273219	10/03/2017	60503	208	
HID9422	8588271516	20/02/2017	60503	208	
HJF3987	8588273068	09/03/2017	60503	208	
HLH9164	8588271606	21/02/2017	60503	208	

HPO9192	8588270830	11/02/2017	60503	208	
HZS4104	8588273417	12/03/2017	60503	208	
IEY7748	8588273436	12/03/2017	74550	218	* I
IGU9476	8588273211	10/03/2017	60503	208	
IHB6829	8588270872	10/02/2017	60503	208	
IJT9562	8588273152	10/03/2017	60503	208	
INH9825	8588273446	12/03/2017	74550	218	* I
INY9210	8588270306	05/02/2017	60503	208	
ITM3858	8588273084	09/03/2017	60503	208	
IUH2026	8588273622	14/03/2017	60503	208	
IUJ4050	8588273026	08/03/2017	60503	208	
IXO3437	8588270697	10/02/2017	60503	208	
JKW2822	8588273576	14/03/2017	74550	218	* I
JNU7197	8588273628	14/03/2017	60503	208	
JUR5072	8588273205	10/03/2017	60503	208	
KZL0256	8588270424	07/02/2017	60503	208	
LNK2280	8588273154	10/03/2017	60503	208	
LOQ5215	54238741N	04/04/2017	50020	257	8\$
LXI3014	8588272981	09/03/2017	60503	208	
LXN8172	8588273241	10/03/2017	60503	208	
LXN8172	8588273242	10/03/2017	74710	218	* III
LXP0620	8588269825	31/01/2017	60503	208	
LXQ1766	8588270673	09/02/2017	74550	218	* I
LXS9084	8588271020	09/02/2017	60503	208	
LXU4047	8588271364	19/02/2017	74630	218	* II
LXU4833	8588270394	07/02/2017	60503	208	
LXU7743	8588271327	18/02/2017	60503	208	
LXZ7000	8588271363	19/02/2017	74550	218	* I
LYF2531	8588270232	06/02/2017	74550	218	* I
LYQ7936	8588273292	11/03/2017	74550	218	* I
LZA1829	8588272979	08/03/2017	60503	208	
LZK6481	8588272399	02/03/2017	60503	208	
LZN0630	8588273348	11/03/2017	60503	208	
LZY4326	8588273092	08/03/2017	60503	208	
MAW7101	8588273019	08/03/2017	60503	208	
MBB2719	8588273251	10/03/2017	74550	218	* I
MBE6503	8588273173	10/03/2017	74550	218	* I
MBG2087	54238746N	04/04/2017	50020	257	8\$
MBQ0090	8588271902	22/02/2017	74550	218	* I
MBR7238	8588271228	18/02/2017	60503	208	
MBS3297	8588273319	11/03/2017	60503	208	
MBY9534	8588272057	25/02/2017	60503	208	
MCA6888	8588272726	04/03/2017	74550	218	* I
MCB9696	8588270301	05/02/2017	60503	208	
MCF1965	8588273245	10/03/2017	74550	218	* I
MCF3137	8588273103	09/03/2017	60503	208	
MCI3827	8588270667	15/02/2017	60503	208	
MCK8810	8588273186	10/03/2017	60503	208	
MCM2888	8588273274	11/03/2017	60503	208	
MCM8724	8588273354	11/03/2017	74550	218	* I
MCP3334	8588270541	12/02/2017	60503	208	
MCP3607	8588272875	07/03/2017	74550	218	* I
MCQ8929	8588273362	11/03/2017	60503	208	
MCS3451	8588273009	08/03/2017	74630	218	* II
MCV3519	8588270592	10/02/2017	60503	208	
MDA7759	8588271035	10/02/2017	60503	208	
MDJ0597	8588270578	14/02/2017	60503	208	
MDJ4429	8588271709	22/02/2017	60503	208	
MDR0003	8588271058	13/02/2017	60503	208	
MDS0050	54238722N	04/04/2017	50020	257	8\$
MDS2945	8588270396	08/02/2017	60503	208	
MDS2945	8588270021	03/02/2017	60503	208	
MDS2945	8588272963	08/03/2017	60503	208	

MDS7131	8588273260	10/03/2017	74550	218	*	I
MDY6338	8588273311	11/03/2017	60503	208		
MDY7798	8588271870	21/02/2017	60503	208		
MEA3947	8588273337	11/03/2017	60503	208		
MEA4454	8588271177	18/02/2017	60503	208		
MEB5773	8588273373	12/03/2017	60503	208		
MEC3608	8588273405	12/03/2017	60503	208		
MEE3665	8588273472	13/03/2017	74550	218	*	I
MEG7005	8588273170	10/03/2017	60503	208		
MEM9853	8588271501	19/02/2017	60503	208		
MEO7446	8588271477	20/02/2017	60503	208		
MEP3181	8588272282	28/02/2017	60503	208		
MEP5030	8588273081	08/03/2017	60503	208		
MEQ1824	8588272896	07/03/2017	60503	208		
MEV6924	54238748N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MEW0289	8588272980	08/03/2017	60503	208		
MEY8009	8588270106	04/02/2017	60503	208		
MEZ2406	8588271826	24/02/2017	74550	218	*	I
MFB4177	8588273214	10/03/2017	60503	208		
MFB5015	8588269644	29/01/2017	60503	208		
MFB5674	8588270789	13/02/2017	60503	208		
MFE0284	8588272833	06/03/2017	60503	208		
MFE3988	8588272251	26/02/2017	60503	208		
MFF5275	8588272704	03/03/2017	60503	208		
MFG1086	8588273020	08/03/2017	60503	208		
MFG3907	8588273478	13/03/2017	74550	218	*	I
MFH4759	8588271542	19/02/2017	74550	218	*	I
MFI0488	8588270579	15/02/2017	60503	208		
MFJ0569	8588273000	08/03/2017	74550	218	*	I
MFJ9434	54238725N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MFK6784	8588272405	02/03/2017	60503	208		
MFM0606	8588272342	02/03/2017	74550	218	*	I
MFT5837	54238761N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MFU7645	8588273505	13/03/2017	60503	208		
MGC9583	54238753N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MGD9918	54238755N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MGF5044	8588272871	07/03/2017	60503	208		
MGF9839	8588271079	17/02/2017	60503	208		
MGH4084	8588272797	06/03/2017	60503	208		
MGI3664	8588270626	10/02/2017	60503	208		
MGJ8806	8588273355	11/03/2017	74550	218	*	I
MGL4441	8588271193	16/02/2017	60503	208		
MGL5015	8588273038	09/03/2017	60503	208		
MGO2752	8588271191	16/02/2017	60503	208		
MGP1996	8588273544	13/03/2017	60503	208		
MGT3092	8588269988	02/02/2017	60503	208		
MGT3571	8588273180	10/03/2017	60503	208		
MGT9161	8588272653	04/03/2017	60503	208		
MGU0436	8588273134	08/03/2017	74550	218	*	I
MGX6639	8588273350	11/03/2017	60503	208		
MGY7279	8588271835	21/02/2017	60503	208		
MGZ4355	8588271605	23/02/2017	60503	208		
MHB2518	8588273178	10/03/2017	74550	218	*	I
MHB2518	8588272989	09/03/2017	60503	208		
MHB5304	8588273290	11/03/2017	74550	218	*	I
MHC4877	8588273140	09/03/2017	74550	218	*	I
MHD0958	8588273243	10/03/2017	74550	218	*	I
MHE0437	8588273185	10/03/2017	74550	218	*	I
MHE7082	8588272536	03/03/2017	74550	218	*	I
MHE7082	8588270675	10/02/2017	74550	218	*	I
MHF3814	8588272598	04/03/2017	60503	208		
MHG8845	8588271446	19/02/2017	60503	208		
MHH2189	8588270526	11/02/2017	60503	208		

MHH2879	54238736N	04/04/2017	50020	257	8\$
MHH7118	8588271745	22/02/2017	60503	208	
MHH7938	8588270847	15/02/2017	60503	208	
MHI1367	8588273111	08/03/2017	60503	208	
MHI9652	8588270968	11/02/2017	60503	208	
MHL2225	54238732N	04/04/2017	50020	257	8\$
MHL3113	8588273230	10/03/2017	60503	208	
MHL5998	8588272912	07/03/2017	60503	208	
MHM2488	8588271337	18/02/2017	74550	218	* I
MHN2511	8588273187	10/03/2017	60503	208	
MHN2940	8588272555	05/03/2017	74550	218	* I
MHP0206	8588272550	04/03/2017	74550	218	* I
MHP8807	8588272971	08/03/2017	60503	208	
MHP8807	8588270835	14/02/2017	60503	208	
MHR2588	8588270377	07/02/2017	60503	208	
MHR4694	8588270899	09/02/2017	60503	208	
MHV6319	8588273109	08/03/2017	60503	208	
MHW1262	8588271492	20/02/2017	60503	208	
MIC0428	8588271849	22/02/2017	60503	208	
MIC3257	8588270804	13/02/2017	60503	208	
MIE1133	8588271248	16/02/2017	60503	208	
MIF3025	8588271491	20/02/2017	60503	208	
MIK6481	8588273104	09/03/2017	60503	208	
MIM2333	8588270412	08/02/2017	74550	218	* I
MIO8116	8588273133	08/03/2017	74550	218	* I
MIP1143	8588273223	10/03/2017	74550	218	* I
MIP4099	8588273210	10/03/2017	60503	208	
MIQ0819	8588272991	08/03/2017	60503	208	
MIS9856	8588273215	10/03/2017	60503	208	
MIT1706	54238724N	04/04/2017	50020	257	8\$
MIU9414	8588273030	08/03/2017	60503	208	
MIV1820	8588270721	11/02/2017	60503	208	
MIV9940	8588273642	14/03/2017	60503	208	
MIW5738	8588272838	06/03/2017	74550	218	* I
MIW6312	8588270586	09/02/2017	60503	208	
MIW8142	8588270471	08/02/2017	60503	208	
MIX1519	8588271890	24/02/2017	60503	208	
MIX7196	8588271286	16/02/2017	60503	208	
MJA0385	54238719N	04/04/2017	50020	257	8\$
MJI1840	8588270952	10/02/2017	74630	218	* II
MJM1643	8588273279	11/03/2017	60503	208	
MJM4231	54238727N	04/04/2017	50020	257	8\$
MJM4231	54238728N	04/04/2017	50020	257	8\$
MJM8546	8588270931	14/02/2017	60503	208	
MJN5839	8588271102	18/02/2017	60503	208	
MJO3461	8588273255	10/03/2017	74550	218	* I
MJP8635	8588270598	15/02/2017	60503	208	
MJQ0241	8588270581	15/02/2017	60503	208	
MJQ8589	54238750N	04/04/2017	50020	257	8\$
MJT0987	8588270506	08/02/2017	60503	208	
MJT8805	8588273167	10/03/2017	60503	208	
MJV2522	54238763N	04/04/2017	50020	257	8\$
MJV7731	8588271263	17/02/2017	60503	208	
MJX1867	8588270798	14/02/2017	74550	218	* I
MJX9590	8588270794	14/02/2017	60503	208	
MJY2664	8588270077	03/02/2017	60503	208	
MJY4118	8588273206	10/03/2017	60503	208	
MJY8594	8588271432	19/02/2017	60503	208	
MJY8957	8588272811	06/03/2017	60503	208	
MJZ7181	8588272225	27/02/2017	60503	208	
MKC5417	8588272853	07/03/2017	60503	208	
MKF2715	8588270858	11/02/2017	74550	218	* I
MKM3884	8588273120	09/03/2017	60503	208	

MKS2509	8588270139	04/02/2017	60503	208	
MKS6266	8588271146	18/02/2017	74550	218	* I
MKS6266	8588271160	18/02/2017	74550	218	* I
MKT5633	8588273253	10/03/2017	74550	218	* I
MKU9020	8588272650	04/03/2017	60503	208	
MKV2018	8588270642	11/02/2017	74550	218	* I
MKV9364	8588271181	16/02/2017	74550	218	* I
MKW2445	8588271083	18/02/2017	60503	208	
MKW2445	8588271359	18/02/2017	74550	218	* I
MKW4346	8588271483	20/02/2017	60503	208	
MKX2581	8588270808	14/02/2017	74550	218	* I
MKX4414	8588273601	14/03/2017	60503	208	
MKX9611	8588273610	14/03/2017	60503	208	
MLA1181	8588272822	06/03/2017	60503	208	
MLB0057	8588271033	09/02/2017	74550	218	* I
MLB8946	54238731N	04/04/2017	50020	257	8\$
MLD1541	8588271789	21/02/2017	60503	208	
MLD1541	8588271700	21/02/2017	60503	208	
MLD6152	8588270290	05/02/2017	60503	208	
MLD7148	8588271637	23/02/2017	74550	218	* I
MLD7266	8588271452	19/02/2017	60503	208	
MLF9687	54238744N	04/04/2017	50020	257	8\$
MLH5757	8588272938	07/03/2017	60503	208	
MLI4835	54238720N	04/04/2017	50020	257	8\$
MLI7404	8588271971	25/02/2017	60503	208	
MLJ0313	8588270207	06/02/2017	60503	208	
MLJ6099	8588272244	27/02/2017	74550	218	* I
MLJ6099	8588271891	21/02/2017	60503	208	
MLJ6733	8588271243	16/02/2017	60503	208	
MLK0850	54238742N	04/04/2017	50020	257	8\$
MLM1935	8588271128	17/02/2017	74550	218	* I
MLM8844	8588273168	10/03/2017	60503	208	
MLP6015	8588273003	09/03/2017	60503	208	
MLP6015	8588273519	13/03/2017	60503	208	
MLR2786	8588271680	21/02/2017	60503	208	
MLS0227	8588271654	23/02/2017	74550	218	* I
MLT0386	8588273021	08/03/2017	60503	208	
MLT0386	54240326N	06/04/2017	50020	257	8\$
MLV5261	54238788N	04/04/2017	50020	257	8\$
MLW2701	54238721N	04/04/2017	50020	257	8\$
MLW8697	8588271957	22/02/2017	74630	218	* II
MMB8451	8588273070	08/03/2017	60503	208	
MMD2427	8588273105	08/03/2017	60503	208	
MMF4967	8588271014	15/02/2017	74550	218	* I
MMH1218	8588272999	08/03/2017	74550	218	* I
MMI6936	8588273125	09/03/2017	60503	208	
MMJ9035	8588272499	03/03/2017	60503	208	
MMK2671	54238730N	04/04/2017	50020	257	8\$
MML2611	54238723N	04/04/2017	50020	257	8\$
MML7722	54238749N	04/04/2017	50020	257	8\$
MQI0698	8588271186	17/02/2017	60503	208	
MWD9249	8588273007	08/03/2017	60503	208	
NNA0624	8588270764	15/02/2017	60503	208	
OBM8190	8588272732	05/03/2017	60503	208	
OHS9595	8588272347	01/03/2017	74550	218	* I
OKE5531	8588272018	25/02/2017	60503	208	
OKG3137	8588271813	24/02/2017	60503	208	
OKH0628	8588273165	10/03/2017	60503	208	
OKH2468	8588272202	26/02/2017	60503	208	
OLO4469	8588272941	07/03/2017	60503	208	
PVX1667	8588272857	07/03/2017	60503	208	
QHB5018	8588272765	06/03/2017	60503	208	
QHD5308	8588270842	15/02/2017	60503	208	

QHE7239	8588270935	15/02/2017	74550	218	*	I
QHF3262	8588270987	12/02/2017	74550	218	*	I
QHH7816	8588269826	31/01/2017	60503	208		
QHH8359	8588271308	16/02/2017	74550	218	*	I
QHI0975	8588273032	09/03/2017	60503	208		
QHL4434	8588272376	01/03/2017	60503	208		
QHN8840	8588269998	02/02/2017	74550	218	*	I
QHN9397	8588270955	10/02/2017	74550	218	*	I
QHR2414	8588271266	17/02/2017	60503	208		
QHS9740	8588270911	10/02/2017	74550	218	*	I
QHT7920	8588273303	11/03/2017	60503	208		
QHU0181	8588271224	18/02/2017	60503	208		
QHW6571	54238735N	04/04/2017	50020	257	8S	
QHX6477	8588271188	17/02/2017	74550	218	*	I
QHY5935	8588273160	10/03/2017	60503	208		
QIC2166	54238739N	04/04/2017	50020	257	8S	
QID1818	8588270271	06/02/2017	74550	218	*	I
QIF3585	8588273008	08/03/2017	74550	218	*	I
QIF5991	8588271136	18/02/2017	74630	218	*	II
QIJ9626	8588271739	21/02/2017	60503	208		
QIR0137	8588271488	20/02/2017	60503	208		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

IRIO RIEGEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8589 1275/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - LE - 281750

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8589 1275/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAA6594	8589273262	19/02/2017	74550	218 * I
AAAY8156	54238874N	04/04/2017	50020	257 8S
ABC3434	8589272892	17/02/2017	74550	218 * I

ABK1256	8589274586	10/03/2017	74550	218	*	I
ACF4115	8589272946	18/02/2017	74550	218	*	I
ADH2051	8589274573	10/03/2017	74550	218	*	I
AED8331	8589272532	12/02/2017	74550	218	*	I
AED8331	8589272363	12/02/2017	74630	218	*	II
AFI1504	8589274236	03/03/2017	74630	218	*	II
AGC0194	8589273751	22/02/2017	74550	218	*	I
AHO3605	8589274680	11/03/2017	74630	218	*	II
AJA4317	8589274756	12/03/2017	74550	218	*	I
AJC1165	8589274540	10/03/2017	74550	218	*	I
AKK0311	8589274859	13/03/2017	74550	218	*	I
ALB5119	8589274578	10/03/2017	74550	218	*	I
ALG8816	8589274213	05/03/2017	74550	218	*	I
ALR3025	8589273143	18/02/2017	74550	218	*	I
ALY4439	8589271732	04/02/2017	74550	218	*	I
AMS3805	8589272058	05/02/2017	74550	218	*	I
AMV9816	8589274186	05/03/2017	74550	218	*	I
AMZ1410	8589274184	04/03/2017	74550	218	*	I
AQG1691	8589274441	08/03/2017	74550	218	*	I
AQT9066	8589274673	11/03/2017	74550	218	*	I
ARG6549	8589273775	23/02/2017	74550	218	*	I
ARJ7810	8589273791	24/02/2017	74550	218	*	I
ARV7960	8589274672	11/03/2017	74550	218	*	I
ARW5381	8589274210	03/03/2017	74550	218	*	I
AUN3756	8589274597	10/03/2017	74550	218	*	I
AVN7968	8589272601	11/02/2017	74550	218	*	I
BCZ0021	8589272780	10/02/2017	74550	218	*	I
BDC1600	8589271828	04/02/2017	74550	218	*	I
BIS8774	8589272554	14/02/2017	74630	218	*	II
CCD7585	8589272792	11/02/2017	74550	218	*	I
CIR1074	8589273759	22/02/2017	74550	218	*	I
CJC7295	8589274474	09/03/2017	74630	218	*	II
CNB9627	8589274681	11/03/2017	74550	218	*	I
CRY1028	8589272015	05/02/2017	74550	218	*	I
CYB5157	8589272862	17/02/2017	74550	218	*	I
DAR0718	8589272819	11/02/2017	74550	218	*	I
DCY6910	8589274665	11/03/2017	74550	218	*	I
DFY3624	8589274412	07/03/2017	74550	218	*	I
DGU7540	8589274931	14/03/2017	74550	218	*	I
DIT6453	8589274570	10/03/2017	74630	218	*	II
DLB2184	8589274629	11/03/2017	74550	218	*	I
DNN6215	8589274574	10/03/2017	74550	218	*	I
DOT7388	8589273266	20/02/2017	74550	218	*	I
DTW9195	8589272844	18/02/2017	74550	218	*	I
DXF1260	8589274927	14/03/2017	74550	218	*	I
EGC6325	8589272916	16/02/2017	74550	218	*	I
EGU3651	8589274657	11/03/2017	74550	218	*	I
EQN6904	8589274723	12/03/2017	74550	218	*	I
EQX4043	8589272886	17/02/2017	74550	218	*	I
EUG4632	8589272702	11/02/2017	74550	218	*	I
EUH1112	8589273055	16/02/2017	74550	218	*	I
FQC2727	8589271875	04/02/2017	74630	218	*	II
HMQ0583	8589273423	19/02/2017	74550	218	*	I
HPH2253	8589271844	04/02/2017	74630	218	*	II
HPN4128	8589274625	11/03/2017	74550	218	*	I
INP0104	8589273063	16/02/2017	74550	218	*	I
IPT9862	8589274363	06/03/2017	74550	218	*	I
IRG9811	8589274619	11/03/2017	74550	218	*	I
IRS3351	8589272659	14/02/2017	74550	218	*	I
IUL0862	8589272330	11/02/2017	74550	218	*	I
IWC8553	8589273953	28/02/2017	74550	218	*	I
JYV0221	8589272864	18/02/2017	74710	218	*	III
KEI9033	8589273682	22/02/2017	74550	218	*	I

KXF1356	8589273073	17/02/2017	74550	218	*	I
LOE6387	8589274451	09/03/2017	74550	218	*	I
LWV3270	8589272995	18/02/2017	74550	218	*	I
LWW7244	8589274611	11/03/2017	74550	218	*	I
LXM0548	8589271559	01/02/2017	74550	218	*	I
LXN8172	8589274565	10/03/2017	74710	218	*	III
LXN8172	8589274563	10/03/2017	74630	218	*	II
LXU2530	8589273154	18/02/2017	74550	218	*	I
LXU4833	8589272375	13/02/2017	74550	218	*	I
LYC7730	8589274438	08/03/2017	74550	218	*	I
LYP1723	8589272566	09/02/2017	74550	218	*	I
LYV8989	8589274502	09/03/2017	74550	218	*	I
LYX6775	8589273347	19/02/2017	74550	218	*	I
LYX6775	8589273399	19/02/2017	74550	218	*	I
LZG2162	54238877N	04/04/2017	50020	257	8\$	
LZH1687	8589273024	17/02/2017	74550	218	*	I
LZV6546	8589274312	04/03/2017	74550	218	*	I
LZY4326	8589274496	08/03/2017	74550	218	*	I
MAD6566	8589274677	11/03/2017	74550	218	*	I
MAH3665	8589274497	09/03/2017	74550	218	*	I
MAH3665	8589274046	27/02/2017	74550	218	*	I
MAK2166	8589274712	12/03/2017	74630	218	*	II
MAK9286	8589272542	13/02/2017	74550	218	*	I
MAN3042	8589274894	14/03/2017	74550	218	*	I
MAR3198	8589273650	23/02/2017	74550	218	*	I
MAR3803	8589274515	09/03/2017	74550	218	*	I
MAS8695	8589272952	18/02/2017	74550	218	*	I
MAZ6296	8589272745	13/02/2017	74550	218	*	I
MAZ6296	8589273777	23/02/2017	74550	218	*	I
MBL7188	8589274872	13/03/2017	74550	218	*	I
MBO7879	8589274951	14/03/2017	74550	218	*	I
MBS3297	8589274669	11/03/2017	74550	218	*	I
MBS8918	8589272519	11/02/2017	74550	218	*	I
MBV7951	8589274430	07/03/2017	74550	218	*	I
MBX5847	8589273136	17/02/2017	74550	218	*	I
MCB2973	54238853N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MCC2123	8589274835	13/03/2017	74550	218	*	I
MCI5126	8589273189	16/02/2017	74550	218	*	I
MCI9735	8589274031	27/02/2017	74550	218	*	I
MCP8393	8589274542	10/03/2017	74550	218	*	I
MCR5678	8589274507	09/03/2017	74550	218	*	I
MCS3713	8589274667	11/03/2017	74550	218	*	I
MCS6057	8589273247	19/02/2017	74550	218	*	I
MCW0736	8589274718	12/03/2017	74550	218	*	I
MCY2837	8589271721	04/02/2017	74550	218	*	I
MDA7759	8589272235	09/02/2017	74550	218	*	I
MDB2057	8589274371	06/03/2017	74550	218	*	I
MDC1493	8589271914	05/02/2017	74550	218	*	I
MDR1573	8589272273	15/02/2017	74550	218	*	I
MDR3437	8589273729	21/02/2017	74630	218	*	II
MDR4376	8589273841	25/02/2017	74630	218	*	II
MDR9000	8589272591	10/02/2017	74630	218	*	II
MDU8143	8589271549	01/02/2017	74550	218	*	I
MDV7669	8589274261	04/03/2017	74550	218	*	I
MDW0521	8589273256	20/02/2017	74550	218	*	I
MDW0521	8589273321	20/02/2017	74550	218	*	I
MDZ7667	8589272537	13/02/2017	74550	218	*	I
MDZ7667	8589272485	13/02/2017	74550	218	*	I
MEA3124	8589272930	17/02/2017	74550	218	*	I
MEB3475	8589272279	13/02/2017	74550	218	*	I
MEB3734	8589272654	14/02/2017	74550	218	*	I
MEC4065	8589274655	11/03/2017	74550	218	*	I
MEF0148	8589272538	13/02/2017	74550	218	*	I

MEH9037	8589273330	19/02/2017	74550	218	*	I
MEK3808	8589273194	18/02/2017	74550	218	*	I
MEQ5345	8589274836	13/03/2017	74550	218	*	I
MEU6276	8589271631	03/02/2017	74550	218	*	I
MEW5080	8589274575	10/03/2017	74550	218	*	I
MEX4249	8589274457	08/03/2017	74550	218	*	I
MFK6194	8589272406	10/02/2017	74550	218	*	I
MFM5119	8589273717	24/02/2017	74550	218	*	I
MFP0015	8589273498	21/02/2017	74630	218	*	II
MFP6649	8589272853	17/02/2017	74550	218	*	I
MFR3676	8589270423	20/01/2017	74550	218	*	I
MFR9613	8589272528	12/02/2017	74550	218	*	I
MFU6397	54238860N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MFU7645	8589274705	12/03/2017	74550	218	*	I
MFV4337	8589274442	09/03/2017	74550	218	*	I
MFW4365	8589274567	10/03/2017	74550	218	*	I
MFY7033	8589274204	04/03/2017	74550	218	*	I
MGE6277	8589274610	11/03/2017	74550	218	*	I
MGF1207	8589272738	12/02/2017	74550	218	*	I
MGI2463	8589272142	06/02/2017	74550	218	*	I
MGL3910	8589273215	19/02/2017	74550	218	*	I
MGM2894	8589271620	02/02/2017	74550	218	*	I
MGM4449	54238873N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MGQ8986	54238847N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MGR6517	8589272718	11/02/2017	74550	218	*	I
MGU9429	8589273041	18/02/2017	74550	218	*	I
MGU9790	8589274514	09/03/2017	74550	218	*	I
MGX6449	54238867N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MGY2491	8589272559	15/02/2017	74550	218	*	I
MHA4015	8589272675	15/02/2017	74550	218	*	I
MHD9509	54238866N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MHF5748	8589273637	22/02/2017	74550	218	*	I
MHF7248	8589270677	22/01/2017	74550	218	*	I
MHI0362	8589273463	19/02/2017	74550	218	*	I
MHL2617	8589273123	17/02/2017	74550	218	*	I
MHO2188	8589274666	11/03/2017	74630	218	*	II
MHO5074	8589274577	10/03/2017	74550	218	*	I
MHR2632	8589274473	09/03/2017	74550	218	*	I
MHR9858	8589273338	19/02/2017	74550	218	*	I
MHS2167	8589274564	10/03/2017	74550	218	*	I
MHS4073	54238854N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MHS9515	8589274566	10/03/2017	74550	218	*	I
MHS9515	8589273966	27/02/2017	74550	218	*	I
MHS9515	8589272903	18/02/2017	74550	218	*	I
MHT6463	8589272686	10/02/2017	74550	218	*	I
MHU6804	8589274571	10/03/2017	74630	218	*	II
MHY6326	8589274443	09/03/2017	74550	218	*	I
MIA1820	8589272603	11/02/2017	74550	218	*	I
MIA2420	54238872N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MIC0428	8589272410	10/02/2017	74550	218	*	I
MIH1421	8589274440	08/03/2017	74550	218	*	I
MIH0996	8589272531	12/02/2017	74550	218	*	I
MIP9292	8589274047	27/02/2017	74550	218	*	I
MIQ4010	54238863N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MIQ6126	54238869N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MIR1673	8589274649	11/03/2017	74550	218	*	I
MIS1788	8589274622	11/03/2017	74550	218	*	I
MIT8658	54234966N	16/03/2017	50020	257	8\$	
MIU1768	8589274370	06/03/2017	74550	218	*	I
MIU4884	8589272709	11/02/2017	74550	218	*	I
MIV2001	54238871N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MIV5373	8589274427	07/03/2017	74550	218	*	I
MIW6802	8589274762	12/03/2017	74550	218	*	I

MIX0137	8589273977	26/02/2017	74710	218	*	III
MIY6853	8589272478	11/02/2017	74630	218	*	II
MJA0308	8589272687	10/02/2017	74550	218	*	I
MJA5029	8589274456	09/03/2017	74550	218	*	I
MJB9836	8589273425	19/02/2017	74550	218	*	I
MJC7882	8589274650	11/03/2017	74550	218	*	I
MJD4449	8589272904	18/02/2017	74550	218	*	I
MJD4449	8589272891	18/02/2017	74550	218	*	I
MJF3427	54238886N	04/04/2017	50020	257		8\$
MJH1982	8589273509	23/02/2017	74630	218	*	II
MJH3449	8589274316	04/03/2017	74550	218	*	I
MJH8981	54238859N	04/04/2017	50020	257		8\$
MJM9264	8589272744	13/02/2017	74550	218	*	I
MJO7743	8589271516	01/02/2017	74630	218	*	II
MJQ4277	8589274357	06/03/2017	74550	218	*	I
MJT6654	8589272460	11/02/2017	74550	218	*	I
MJX3684	8589271574	02/02/2017	74550	218	*	I
MKC9867	8589272804	15/02/2017	74550	218	*	I
MKE2121	8589273545	22/02/2017	74550	218	*	I
MKG1139	8589274393	06/03/2017	74550	218	*	I
MKI0677	8589274874	13/03/2017	74550	218	*	I
MKJ1393	8589272176	07/02/2017	74550	218	*	I
MKO4550	8589272388	14/02/2017	74550	218	*	I
MKP1676	8589274679	11/03/2017	74550	218	*	I
MKQ8249	8589274684	11/03/2017	74550	218	*	I
MKT3821	8589273080	18/02/2017	74550	218	*	I
MKZ7682	8589274452	09/03/2017	74550	218	*	I
MLA4258	8589272653	14/02/2017	74550	218	*	I
MLG5841	8589272179	08/02/2017	74550	218	*	I
MLH3460	8589271821	04/02/2017	74630	218	*	II
MLL1650	8589273455	19/02/2017	74550	218	*	I
MLL7591	8589273689	22/02/2017	74550	218	*	I
MLO2386	8589274601	11/03/2017	74550	218	*	I
MLO4709	8589273480	24/02/2017	74630	218	*	II
MLQ9515	8589271714	04/02/2017	74550	218	*	I
MLT5559	8589273244	19/02/2017	74550	218	*	I
MLV9957	8589272543	13/02/2017	74550	218	*	I
MLW1923	8589271992	06/02/2017	74550	218	*	I
MMA4280	8589272786	13/02/2017	74550	218	*	I
MMC7589	8589271738	04/02/2017	74550	218	*	I
MMF3906	8589273376	19/02/2017	74550	218	*	I
MMH1757	8589273967	27/02/2017	74550	218	*	I
MMT1513	8589274367	06/03/2017	74550	218	*	I
MVB9169	8589274420	07/03/2017	74550	218	*	I
NVT1904	8589271835	04/02/2017	74550	218	*	I
OEW0386	8589273318	19/02/2017	74550	218	*	I
OKE8112	8589273720	21/02/2017	74550	218	*	I
OKH2468	8589273956	26/02/2017	74550	218	*	I
OLR0337	8589268921	05/01/2017	74550	218	*	I
QHA3575	8589273395	19/02/2017	74550	218	*	I
QHB6069	8589272157	05/02/2017	74550	218	*	I
QHE7239	8589273603	21/02/2017	74550	218	*	I
QHG0716	8589272386	14/02/2017	74550	218	*	I
QHG6452	8589272329	11/02/2017	74550	218	*	I
QHG6483	8589273108	16/02/2017	74550	218	*	I
QHH7816	8589273009	16/02/2017	74550	218	*	I
QHI2661	8589273474	19/02/2017	74550	218	*	I
QHI2962	8589274958	14/03/2017	74550	218	*	I
QHJ4655	8589272111	05/02/2017	74550	218	*	I
QHK8494	54238865N	04/04/2017	50020	257		8\$
QHN8840	8589272729	12/02/2017	74550	218	*	I
QHO8787	8589273722	21/02/2017	74550	218	*	I
QHQ3322	8589274113	02/03/2017	74630	218	*	II

QHS3146	8589271644	03/02/2017	74550	218	*	I
QHS9272	8589274522	09/03/2017	74550	218	*	I
QIA1429	8589270215	17/01/2017	74550	218	*	I
QIB1344	8589272240	12/02/2017	74550	218	*	I
QIB5727	8589272300	11/02/2017	74550	218	*	I
QIC0221	8589272755	14/02/2017	74550	218	*	I
QIC8453	8589272870	17/02/2017	74550	218	*	I
QID0457	54238875N	04/04/2017	50020	257		8S
QIJ5946	8589272336	10/02/2017	74550	218	*	I
QJE0407	54238857N	04/04/2017	50020	257		8S
QJJ0877	8589274524	09/03/2017	74550	218	*	I
QJO4000	8589273754	22/02/2017	74630	218	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

IRIO RIEGEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8776 543/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - RADAR MOVEI -

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8776 543/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKE1990	8776033988	06/02/2017	74550	218 * I
AZM3542	8776034102	13/03/2017	74550	218 * I
BHJ7407	8776034088	10/03/2017	74550	218 * I
LZG2390	8776034035	01/03/2017	74550	218 * I
MAS7711	8776034099	10/03/2017	74550	218 * I
MAW6301	8776034040	02/03/2017	74550	218 * I
MBJ5554	8776034046	02/03/2017	74550	218 * I
MEC1014	8776034089	10/03/2017	74550	218 * I
MFL1719	8776034064	06/03/2017	74550	218 * I
MGK5182	8776034019	06/02/2017	74630	218 * II
MHA0604	8776034101	13/03/2017	74550	218 * I
MKH5347	54239018N	04/04/2017	50020	257 8S

MLA4804 8776034084 10/03/2017 74550 218 \* I  
QII5876 8776034004 06/02/2017 74550 218 \* I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

IRIO RIEGEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

**JOAÇABA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8036 2189/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8036 2189/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZV9813	P00ZN0015G	26/01/2017	65992	230 * V	293.47
LZV9813	P00ZN0015H	26/01/2017	66020	230 * VI	293.47
LZV9813	P00ZN0015I	26/01/2017	64080	221	130.16
MDK3773	P00ZR0006I	17/02/2017	75790	165 A	2934.68
MES9661	54015120E	13/12/2013	51420	164 c/c 162 * V	191.53
MGJ6823	P00ZQ000EU	30/01/2017	50100	162 * I	880.40
MGJ6823	P00ZQ000EV	30/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MIY9688	54034113F	20/01/2017	51691	165	2934.68

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DEL REGIONAL 11 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8036 2190/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8036 2190/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ARE0147	P00ZN000YY	28/11/2016	51851	167	195.23
IEV4827	P00ZQ000GX	20/02/2017	51851	167	195.23
LWZ9454	P00ZO000HB	14/01/2017	51851	167	195.23
MDW1755	P00ZN0013Z	22/01/2017	51851	167	195.23
MEF6458	54033833F	30/01/2017	51851	167	195.23
MEP4403	P00ZN00167	26/01/2017	51851	167	195.23
MFM1292	P00ZN0014Q	23/01/2017	51851	167	195.23
MGP4014	P00ZQ000CN	09/12/2016	76251	ART 181, XX	293.47
MHB8011	P00ZN0015S	26/01/2017	51851	167	195.23
MMH0992	P00ZR0005U	26/01/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MZS1027	P00ZN0014I	22/01/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

WILTON WERNER ZUKOWSKI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8560 1110/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - ELETRONICO - 28177

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8560 1110/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADN9283	8560052881	09/12/2016	74550	218 * I	130.16
AIY8000	8560053042	06/12/2016	74550	218 * I	130.16
AKP8240	8560053323	11/12/2016	74550	218 * I	130.16
AMP0521	8560053287	15/12/2016	74550	218 * I	130.16
APJ0173	8560054373	21/01/2017	74550	218 * I	130.16
APL0366	8560054637	28/01/2017	74550	218 * I	130.16
AQY2868	8560053368	18/12/2016	74550	218 * I	130.16
BAC6120	8560053245	10/12/2016	74550	218 * I	130.16
BCM2310	8560053905	06/01/2017	74550	218 * I	130.16
CBK4255	8560053199	17/12/2016	74550	218 * I	130.16
CJS6337	8560054186	13/01/2017	74630	218 * II	195.23
CYK1551	8560054998	10/02/2017	74630	218 * II	195.23
DDV3836	8560053115	16/12/2016	74630	218 * II	195.23
DTS1824	8560054388	17/01/2017	74550	218 * I	130.16
DTS1824	8560054412	17/01/2017	74550	218 * I	130.16
ENL9516	8560054382	16/01/2017	74550	218 * I	130.16
INK9709	8560052880	09/12/2016	74550	218 * I	130.16
IOT6541	8560053036	05/12/2016	74550	218 * I	130.16
IQD9359	8560052902	04/12/2016	74550	218 * I	130.16
IRZ0608	8560054313	20/01/2017	74550	218 * I	130.16
ISH5813	8560054249	15/01/2017	74550	218 * I	130.16
IUR1684	8560053247	11/12/2016	74550	218 * I	130.16
IWE7228	8560052564	22/11/2016	74630	218 * II	195.23
JEL7657	8560053225	15/12/2016	74550	218 * I	130.16
LYO4413	8560054887	08/02/2017	74630	218 * II	195.23
LYS4787	8560053039	05/12/2016	74630	218 * II	195.23
MAD2800	8560052981	04/12/2016	74550	218 * I	130.16
MBA0513	8560054914	11/02/2017	74550	218 * I	130.16
MBK2274	8560052998	07/12/2016	74550	218 * I	130.16
MBY1824	8560053827	02/01/2017	74550	218 * I	130.16
MCK3569	8560053830	03/01/2017	74550	218 * I	130.16
MCK3569	8560053843	07/01/2017	74550	218 * I	130.16
MDQ6630	8560052901	03/12/2016	74550	218 * I	130.16
MEQ0243	8560054128	13/01/2017	74550	218 * I	130.16
MER7802	8560054347	20/01/2017	74550	218 * I	130.16
MFI6038	8560052930	04/12/2016	74550	218 * I	130.16
MFL0327	8560052980	03/12/2016	74550	218 * I	130.16
MFO1064	8560054069	11/01/2017	74550	218 * I	130.16
MFT8004	8560054342	17/01/2017	74550	218 * I	130.16
MGK8094	8560053408	19/12/2016	74550	218 * I	130.16
MGQ8835	8560054874	07/02/2017	74550	218 * I	130.16
MGR1790	8560053156	13/12/2016	74550	218 * I	130.16
MGZ8722	8560054228	19/01/2017	74550	218 * I	130.16
MHD8110	8560054296	19/01/2017	74550	218 * I	130.16
MHE4929	8560053029	08/12/2016	74550	218 * I	130.16
MHN1577	8560052868	04/12/2016	74550	218 * I	130.16
MHQ3829	8560053838	03/01/2017	74550	218 * I	130.16
MHS4380	8560052919	03/12/2016	74550	218 * I	130.16
MHY0129	8560054844	11/02/2017	74550	218 * I	130.16
MIG7387	8560053262	17/12/2016	74550	218 * I	130.16
MIJ0711	8560052889	04/12/2016	74550	218 * I	130.16
MIU4474	54225613N	16/02/2017	50020	257 8\$	130.16
MJA9579	8560052916	03/12/2016	74550	218 * I	130.16

MKF1186	8560053198	17/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKF5808	8560054343	20/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MKH3300	8560053215	10/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKM4819	8560053111	11/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MKQ7689	8560054049	09/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MKR7546	8560053004	09/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MKS0752	8560053335	14/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKU8278	8560054404	15/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD1677	8560052886	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLJ7753	8560054053	10/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLK4969	8560054816	01/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MLM6533	54220755N	23/01/2017	50020	257	8S		130.16
MLM9721	8560053193	17/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MLO6607	8560054740	04/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT8132	8560053284	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
PJT8277	8560054211	18/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHL7125	8560053351	17/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHP1784	8560054257	16/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHR4649	8560053290	15/12/2016	74550	218	*	I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

WILTON WERNER ZUKOWSKI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 2187/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 2187/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKP1430	P00ZM00052	14/03/2017	65992	230 * V
AKP1430	P00ZM00053	14/03/2017	50100	162 * I
AKP1430	P00ZM00054	14/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
AKP1430	P00ZM00055	14/03/2017	73400	252 * IV
ARL4440	P00ZN001EL	30/03/2017	51691	165

ARL4440	P00ZN001EN	30/03/2017	65992	230	* V
LYT2950	P00ZQ000IL	12/03/2017	50100	162	* I
LYT2950	P00ZQ000IM	12/03/2017	50610	163	c/c 162 * I
LYT2950	P00ZQ000IO	12/03/2017	65992	230	* V
LYT2950	P00ZQ000IN	12/03/2017	66102	230	* VII
LZJ4702	P00ZR0007P	02/04/2017	51691	165	
MFY1981	P00ZO000Q0	02/04/2017	73400	252	* IV
MHY6411	P00ZN001F6	01/04/2017	51691	165	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DEL REGIONAL 11 DRP

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 2188/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 2188/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAY7077	P00ZR0006W	03/03/2017	51851	167
AEB6774	P00ZM0005X	02/04/2017	51851	167
AHN8204	P00ZQ000IE	10/03/2017	73661	252*VI
LZS0310	P00ZR0006Q	25/02/2017	55250	181 * XV
MBZ0569	P00ZM0005T	01/04/2017	51851	167
MCZ8264	P00ZQ000IJ	11/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MDD9196	P00ZN001EO	30/03/2017	51851	167
MGA1596	P00ZN001D9	12/03/2017	54600	181 * IX
MGF2782	P00ZR00074	11/03/2017	51851	167
MGN2935	P00ZO000NC	04/03/2017	59670	203 * V
MGR2308	P00ZN001EP	30/03/2017	51851	167
MIF8418	P00ZO000NN	08/03/2017	51852	167
MKQ1454	P00ZM0005O	30/03/2017	61220	214 * I
MKW0070	P00ZP000EX	25/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
OKG7694	P00ZO000NL	08/03/2017	51851	167
QHF1783	P00ZM0004Z	11/03/2017	58780	199

QIA9952 P00ZO000Q6 04/04/2017 60412 207

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

WILTON WERNER ZUKOWSKI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8560 1109/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - ELETRONICO - 28177

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8560 1109/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

AAZ4289	8560055546	04/03/2017	74550	218 * I
AFK9657	8560056381	01/04/2017	74550	218 * I
AGJ9200	8560056348	31/03/2017	74550	218 * I
AGJ9200	8560056355	26/03/2017	74550	218 * I
AJW6251	8560056049	19/03/2017	74550	218 * I
AKB6541	8560056341	31/03/2017	74550	218 * I
ALQ0168	8560056219	29/03/2017	74710	218 * III
ALW5627	8560056204	23/03/2017	74550	218 * I
ANF6711	8560056120	23/03/2017	74550	218 * I
ARI9158	8560055553	26/02/2017	74550	218 * I
ATR0879	8560055579	28/02/2017	74630	218 * II
AVP7770	8560056169	23/03/2017	74630	218 * II
AXP6388	8560056174	24/03/2017	74550	218 * I
BBK2511	8560055593	03/03/2017	74630	218 * II
BRH5703	8560056152	19/03/2017	74550	218 * I
BVN5889	8560055352	25/02/2017	74550	218 * I
CJP3233	8560056147	25/03/2017	74630	218 * II
CRL4810	8560056364	28/03/2017	74550	218 * I
DAV6477	8560056088	22/03/2017	74550	218 * I
HPB0547	8560056206	24/03/2017	74550	218 * I
HQA3958	8560056161	21/03/2017	74550	218 * I
HRR1572	8560055482	02/03/2017	74550	218 * I
HSG6028	8560055604	26/02/2017	74550	218 * I

IJU1118	8560056075	20/03/2017	74550	218	*	I
IKU8553	8560056140	21/03/2017	74550	218	*	I
ILC5187	8560056115	21/03/2017	74550	218	*	I
KCW3351	8560056063	19/03/2017	74630	218	*	II
KEZ7300	8560056207	24/03/2017	74550	218	*	I
KVG7825	8560056250	26/03/2017	74550	218	*	I
LWZ5836	8560056061	19/03/2017	74550	218	*	I
LXK9771	8560056010	22/03/2017	74710	218	*	III
LXK9771	8560056213	22/03/2017	74630	218	*	II
LYF7070	8560056177	24/03/2017	74550	218	*	I
LYT7515	8560056110	25/03/2017	74550	218	*	I
LZJ0898	8560055569	26/02/2017	74550	218	*	I
MAJ9780	8560056234	26/03/2017	74550	218	*	I
MAU4121	8560056354	01/04/2017	74550	218	*	I
MAU9730	8560055358	19/02/2017	74550	218	*	I
MBN2461	8560056190	20/03/2017	74550	218	*	I
MBN2461	8560056167	22/03/2017	74710	218	*	III
MBX8406	8560056294	01/04/2017	74550	218	*	I
MCF3859	8560055383	24/02/2017	74630	218	*	II
MCN6168	8560055460	27/02/2017	74550	218	*	I
MCP3049	8560055636	26/02/2017	74630	218	*	II
MCT1564	8560056159	20/03/2017	74550	218	*	I
MCY9797	8560056160	21/03/2017	74550	218	*	I
MDE6075	8560056127	18/03/2017	74550	218	*	I
MDE6118	8560056183	25/03/2017	74630	218	*	II
MDF8598	8560055537	04/03/2017	74630	218	*	II
MDG3500	8560056011	24/03/2017	74550	218	*	I
MDQ2328	8560056308	30/03/2017	74550	218	*	I
MDQ2328	8560056273	30/03/2017	74630	218	*	II
MED4983	8560056046	23/03/2017	74550	218	*	I
MEK8546	8560056312	01/04/2017	74550	218	*	I
MEM3859	8560055555	26/02/2017	74550	218	*	I
MEM9063	8560055514	01/03/2017	74550	218	*	I
MEO5169	8560056048	19/03/2017	74550	218	*	I
MEV2399	8560055515	01/03/2017	74550	218	*	I
MFA4078	8560055519	02/03/2017	74550	218	*	I
MFD3226	8560056039	23/03/2017	74550	218	*	I
MFE3393	8560055575	27/02/2017	74550	218	*	I
MFG1160	8560056077	20/03/2017	74550	218	*	I
MFK4779	8560055625	03/03/2017	74550	218	*	I
MFR0540	8560056072	20/03/2017	74550	218	*	I
MFR8055	8560055584	02/03/2017	74550	218	*	I
MFS3515	8560056066	19/03/2017	74550	218	*	I
MFV1034	8560055407	20/02/2017	74550	218	*	I
MGA3741	8560056170	23/03/2017	74550	218	*	I
MGD2115	8560056263	29/03/2017	74550	218	*	I
MGG6341	8560056288	01/04/2017	74550	218	*	I
MGS7494	8560056225	30/03/2017	74550	218	*	I
MGX1978	8560056113	23/03/2017	74550	218	*	I
MGX4387	8560056043	25/03/2017	74550	218	*	I
MGX8956	8560056214	26/03/2017	74550	218	*	I
MGY5952	8560056173	24/03/2017	74630	218	*	II
MHI5597	8560056222	26/03/2017	74550	218	*	I
MHO1483	8560056081	21/03/2017	74550	218	*	I
MHW8172	8560056359	27/03/2017	74550	218	*	I
MII0056	8560056209	24/03/2017	74550	218	*	I
MIO1638	8560055480	27/02/2017	74550	218	*	I
MIR0945	8560056130	18/03/2017	74550	218	*	I
MIV4024	8560056106	24/03/2017	74550	218	*	I
MJH9857	8560055474	04/03/2017	74550	218	*	I
MJJ7594	8560056370	29/03/2017	74550	218	*	I
MJL7850	8560055342	23/02/2017	74550	218	*	I
MJN0171	8560056103	24/03/2017	74630	218	*	II

MJQ8279	8560056210	25/03/2017	74550	218	*	I
MJS2702	8560055588	03/03/2017	74550	218	*	I
MJT4645	8560056138	20/03/2017	74550	218	*	I
MJV0525	8560055479	28/02/2017	74550	218	*	I
MJV4344	8560056012	25/03/2017	74550	218	*	I
MKE3230	8560055595	03/03/2017	74550	218	*	I
MKE5108	8560056253	27/03/2017	74550	218	*	I
MKF2587	8560056262	29/03/2017	74550	218	*	I
MKH9468	8560055488	02/03/2017	74550	218	*	I
MKI1029	8560056320	27/03/2017	74630	218	*	II
MKQ0220	54237759N	28/03/2017	50020	257	8S	
MKS2810	8560056201	23/03/2017	74550	218	*	I
MKY5552	8560056076	20/03/2017	74550	218	*	I
MLI5530	8560056186	19/03/2017	74630	218	*	II
MLI9436	8560055586	02/03/2017	74550	218	*	I
MLJ1013	8560056267	29/03/2017	74550	218	*	I
MLL0414	8560055478	02/03/2017	74550	218	*	I
MLM4127	8560056360	27/03/2017	74630	218	*	II
MLP5932	8560056200	23/03/2017	74630	218	*	II
MLT4422	8560056230	27/03/2017	74550	218	*	I
MLX3093	8560055540	04/03/2017	74630	218	*	II
MMA2773	8560056251	26/03/2017	74550	218	*	I
MMD7764	8560056227	31/03/2017	74550	218	*	I
MMH5552	8560056205	24/03/2017	74550	218	*	I
MMH5757	8560055908	15/03/2017	74550	218	*	I
MMK7583	8560055463	28/02/2017	74550	218	*	I
OKH3865	8560055513	01/03/2017	74550	218	*	I
OKH7868	8560055405	20/02/2017	74550	218	*	I
OQL1102	8560055423	23/02/2017	74550	218	*	I
PUF1811	8560055600	04/03/2017	74550	218	*	I
QHC7848	8560056109	25/03/2017	74550	218	*	I
QHE7830	8560056289	01/04/2017	74550	218	*	I
QHG9844	8560055641	01/03/2017	74550	218	*	I
QHH4742	8560056134	19/03/2017	74550	218	*	I
QHH6604	8560056218	28/03/2017	74550	218	*	I
QHI1498	8560056240	01/04/2017	74550	218	*	I
QHK0418	8560056136	19/03/2017	74550	218	*	I
QH7259	8560055510	28/02/2017	74550	218	*	I
QHT5987	8560056309	31/03/2017	74550	218	*	I
QHW6828	8560055551	26/02/2017	74550	218	*	I
QHW9366	8560056261	28/03/2017	74550	218	*	I
QHY6634	8560056339	30/03/2017	74630	218	*	II
QIC8425	8560056133	19/03/2017	74550	218	*	I
QIE7570	8560055635	26/02/2017	74550	218	*	I
QIE7570	8560055464	28/02/2017	74550	218	*	I
QIE8889	8560056321	27/03/2017	74550	218	*	I
QIF6301	8560055497	26/02/2017	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

WILTON WERNER ZUKOWSKI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**José Boiteux****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8134 452/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8134 452/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBH0315	55485864D	02/10/2013	73662	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 451/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8134 451/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DBQ8680	54978522E	04/03/2017	72850	250 * III

HLB1752	54978532E	07/03/2017	66102	230	*	VII
JJT0406	54978561E	19/03/2017	66102	230	*	VII
MBK6930	54978569E	25/03/2017	59320	203	*	II
MBK6930	54978570E	25/03/2017	61220	214	*	I
MCH7749	54978547E	10/03/2017	65300	228		
MDX4453	54978534E	08/03/2017	66531	230	*	XI
MFG8580	54978556E	15/03/2017	67261	230	*	XVIII
MGP0741	54978558E	18/03/2017	65992	230	*	V
MGP0741	54978559E	18/03/2017	66102	230	*	VII
MGS3348	54978525E	06/03/2017	59670	203	*	V
MHA3729	54978504E	03/03/2017	67000	230	*	XVI
MJD8445	54978551E	14/03/2017	51851	167		
QHI7786	54978566E	24/03/2017	59670	203	*	V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN  
DELEGADO DE POLICIA

---

### LACERDÓPOLIS

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8312 269/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8312 269/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYC5451	54945462C	01/01/2017	59670	203 * V	1467.34

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO  
DELEGADO DE POLICIA

### LAGES

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8068 2514/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8068 2514/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGJ6437	P015X000BE	20/02/2017	67000	230 * XVI	195.23
AJQ2284	55384457F	11/12/2016	65992	230 * V	293.47
CAP1535	P00SX000QO	14/01/2017	50450	162 * V	293.47
DYJ3873	P015X0005U	26/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IET9541	P00SY000KG	12/01/2017	65992	230 * V	293.47
IET9541	P00SY000KI	12/01/2017	66102	230 * VII	195.23
ILY3117	55385457F	07/01/2017	52741	175	2934.68
MCD9459	P01540005U	20/01/2017	50100	162 * I	880.40
MCD9459	P01540005V	20/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCD9459	P01540005W	20/01/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MCP9465	55089129E	04/07/2014	65992	230 * V	191.53
MEN0426	55806298D	07/01/2017	52741	175	2934.68
MFF5977	P00ZU00176	24/01/2017	50100	162 * I	880.40
MFF5977	P00ZU0017A	24/01/2017	65992	230 * V	293.47
MFF5977	P00ZU0017E	24/01/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MFV3498	P015X0004O	22/01/2017	66700	230 * XIII	195.23
MFV3498	P01630011H	22/01/2017	65992	230 * V	293.47
MHK7093	55385853F	29/01/2017	65992	230 * V	293.47
MIO6113	54627532F	23/12/2016	51691	165	2934.68
MJE5437	P015X00049	17/01/2017	50100	162 * I	880.40
MJE5437	P00SX000R2	26/01/2017	50450	162 * V	293.47
MJE5437	P00SX000R3	26/01/2017	69120	232	88.38
MKU9720	54623751F	12/12/2016	73580	252 * V	130.16
OKG2661	P016300102	14/12/2016	73232	252 * II	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTES EDITAIS.

LAGES/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA REGIONAL - 8A DRP

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8068 2515/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - 281830

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8068 2515/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJL4899	P015X0002R	06/12/2016	51851	167	195.23
IET9541	P00SY000KH	12/01/2017	51851	167	195.23
LYZ3395	54627243F	13/02/2017	51851	167	195.23
LYZ3395	54627244F	13/02/2017	67770	231 * I	293.47
MAT6389	55387983F	31/01/2017	51851	167	195.23
MAU9000	55384051F	02/01/2017	51851	167	195.23
MBD3933	55387975F	31/01/2017	51851	167	195.23
MBP7719	P0163000ZD	13/12/2016	51930	168	293.47
MBP9391	55510590F	08/12/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBU0707	P015X00055	23/01/2017	51851	167	195.23
MBY5607	55509937F	30/11/2016	70561	244 * III	293.47
MCI7593	55386726F	01/12/2016	51851	167	195.23
MDI5185	55384503F	06/01/2017	51851	167	195.23
MDN8089	P015X00044	15/01/2017	52070	169	88.38
MDS8791	55815129D	30/01/2017	51851	167	195.23
MEB6306	55384527F	10/01/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MEH1355	P0163000YM	03/12/2016	51930	168	293.47
MEX9339	55387442F	14/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFV3498	P01630011I	22/01/2017	54600	181 * IX	130.16
MGR1049	55809461D	29/11/2016	51851	167	195.23
MHI7687	55510594F	08/12/2016	60411	207	195.23
MHJ3531	55387424F	05/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHQ7331	55509387F	13/02/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MHZ2511	54624151F	01/12/2016	51851	167	195.23
MIV7465	54624134F	01/12/2016	54522	181 * VIII	195.23
MIZ0017	55384533F	10/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJR3694	55387423F	05/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKH2096	P00ZU0012Z	21/11/2016	52070	169	88.38
MKI9566	55509630F	08/12/2016	76251	ART 181, XX	293.47
MKU2676	55384080F	29/12/2016	51852	167	195.23
MLA7970	55514075F	06/02/2017	57380	186 * II	293.47
MLI9746	54624547F	01/02/2017	51851	167	195.23
MUT9057	55387971F	30/01/2017	51851	167	195.23
QHG9231	55690846E	26/11/2016	61732	215 * I * a	195.23
QHS3921	P0163000YI	03/12/2016	51930	168	293.47
QJG2610	55510588F	05/12/2016	55680	181 * XIX	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

SORAYA DE CASSIA RAMOS FIGUEIREDO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8663 1015/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - ELETRONICO - 2818

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8663 1015/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAU4168	8663195692	25/12/2016	74550	218 * I	130.16
AAU4168	8663195815	25/12/2016	74550	218 * I	130.16
AFZ6642	8663195042	21/12/2016	74550	218 * I	130.16
AGX0188	8663201290	04/02/2017	74550	218 * I	130.16
AHC1345	8663197838	08/01/2017	74550	218 * I	130.16
AHC7278	8663194857	17/12/2016	74630	218 * II	195.23
AHT0250	8663197720	01/01/2017	74630	218 * II	195.23
AJM2603	54203764N	13/12/2016	50020	257 8S	127.69
AJM2603	54203785N	13/12/2016	50020	257 8S	85.13
AMV2870	8663198159	10/01/2017	74550	218 * I	130.16
AOH8020	8663197256	04/01/2017	74550	218 * I	130.16
AON0702	8663201905	09/02/2017	74550	218 * I	130.16
AP01332	8663192484	04/12/2016	74550	218 * I	130.16
ARQ2118	8663196786	07/01/2017	74630	218 * II	195.23
ASD2783	8663193239	10/12/2016	74630	218 * II	195.23
ASL8125	8663190636	22/11/2016	74550	218 * I	130.16
BAD2469	8663196817	07/01/2017	74630	218 * II	195.23
BDC2405	8663191199	26/11/2016	74550	218 * I	130.16
BHF5850	8663191935	01/12/2016	74550	218 * I	130.16
BIV9192	8663199244	19/01/2017	60503	208	293.47
BOX3266	8663198656	14/01/2017	74630	218 * II	195.23
BYH5260	8663196728	31/12/2016	60503	208	293.47
CAP1535	8663196664	31/12/2016	74630	218 * II	195.23
CAP1535	8663196777	31/12/2016	74550	218 * I	130.16
CBD1312	8663198023	09/01/2017	56732	183	130.16
CFM1441	8663193333	10/12/2016	74550	218 * I	130.16

CNG9100	8663190910	24/11/2016	74550	218	*	I	130.16
CSE0507	8663192338	04/12/2016	74630	218	*	II	195.23
CSE0507	8663192297	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
CXA0369	8663192325	04/12/2016	74550	218	*	I	130.16
DF0614	8663198370	12/01/2017	74550	218	*	I	130.16
DFO2209	8663192613	05/12/2016	74550	218	*	I	130.16
DHX5085	8663198568	14/01/2017	74630	218	*	II	195.23
DXB9666	8663196467	29/12/2016	74550	218	*	I	130.16
EPD9774	8663198180	10/01/2017	74550	218	*	I	130.16
EUN9303	8663191173	26/11/2016	74630	218	*	II	195.23
EWR5611	8663201820	09/02/2017	74550	218	*	I	130.16
GQY3307	8663197042	06/01/2017	74550	218	*	I	130.16
GWB8701	8663184835	14/10/2016	74550	218	*	I	85.13
IFL6043	8663202356	13/02/2017	74630	218	*	II	195.23
IJP6131	8663190561	21/11/2016	74550	218	*	I	130.16
IJQ3752	8663202215	12/02/2017	74550	218	*	I	130.16
ILY3117	8663196876	07/01/2017	74710	218	*	III	880.40
INR2663	8663196906	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
IOC7905	8663188603	09/11/2016	74550	218	*	I	130.16
IRT2222	8663199227	19/01/2017	74550	218	*	I	130.16
ISI1286	8663199025	17/01/2017	74550	218	*	I	130.16
ITY7731	8663199521	21/01/2017	74630	218	*	II	195.23
ITY7731	8663199569	21/01/2017	74550	218	*	I	130.16
IUG5772	8663194041	15/12/2016	60503	208			293.47
IUG5772	8663194055	15/12/2016	60503	208			293.47
IUG5772	8663194103	15/12/2016	60503	208			293.47
JNN2666	8663194422	18/12/2016	60503	208			293.47
KZY9301	8663193022	08/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LVJ5485	8663197982	09/01/2017	74550	218	*	I	130.16
LWR8578	8663192107	02/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LWW8039	8663193960	14/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LWZ7347	8663197783	01/01/2017	60503	208			293.47
LXA5850	8663198892	16/01/2017	74550	218	*	I	130.16
LXL7217	8663190478	21/11/2016	74550	218	*	I	130.16
LXY9375	8663190938	24/11/2016	74630	218	*	II	195.23
LYA6568	8663197943	08/01/2017	74550	218	*	I	130.16
LYT0626	8663192277	03/12/2016	74630	218	*	II	195.23
LYT0626	8663192283	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LZG6573	8663193543	11/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LZK1061	8663190715	23/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MAM6308	8663198208	11/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MAN7232	8663193194	10/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MAO3595	8663189063	12/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MAP2425	8663195650	25/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MAS4447	8663191038	25/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MBB3223	8663198204	10/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MBF1085	8663192747	06/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MBF1473	8663197766	01/01/2017	60503	208			293.47
MBI7441	8663200818	31/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MBJ6314	8663195483	24/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MBK3886	8663191176	26/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MBM3720	8663191009	25/11/2016	74630	218	*	II	195.23
MBO5711	8663198414	12/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MCA3392	8663188956	12/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MCB3310	8663198128	10/01/2017	60503	208			293.47
MCH9895	8663189169	13/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MCP3429	8663193599	12/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MCV7917	8663190849	24/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MDB7953	8663191091	25/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MDD9906	8663196526	30/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MDE7098	8663202426	14/02/2017	60503	208			293.47
MDG8568	8663199189	18/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MDH7034	8663196867	07/01/2017	60503	208			293.47

MDR6489	8663197124	05/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MDS3070	8663197577	02/01/2017	74710	218	*	III	880.40
MDS3070	8663197066	06/01/2017	74710	218	*	III	880.40
MDS9924	8663196871	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MDS9924	8663198302	11/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MDV2223	8663190960	24/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MDW0834	8663069517	24/10/2014	60503	208			191.53
MEA7852	8663195222	23/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MEC1765	8663199267	19/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MEM5537	8663197370	04/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MEM9057	8663190994	25/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MEN3967	8663198359	12/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MEX8637	8663192219	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MEY0888	8663196895	07/01/2017	74710	218	*	III	880.40
MFL0995	8663192189	03/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MFS1903	8663201936	10/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS7707	8663198314	11/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ0699	8663199045	17/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ1872	8663201255	04/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ3305	8663190456	21/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MGA6440	8663196393	29/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MGG7907	8663197471	03/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MGG9400	8663196973	06/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MGJ7707	8663201256	04/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MGM2936	8663198115	10/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MGO2562	8663193325	10/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MGP7157	8663196928	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MGS6057	8663197293	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MGU3710	8663198966	17/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MGU3710	8663198967	17/01/2017	60503	208			293.47
MGW4388	8663196475	29/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MGW4388	8663196094	27/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MGW4388	8663196042	27/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MGY4833	8663198258	11/01/2017	60503	208			293.47
MHB3647	8663196729	31/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MHB3647	8663196751	31/12/2016	74710	218	*	III	880.40
MHB3647	8663194428	18/12/2016	60503	208			293.47
MHB3647	8663194415	18/12/2016	60503	208			293.47
MHB3647	8663194421	18/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MHC6002	8663196645	30/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MHD3481	8663196061	27/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MHE7385	8663193923	14/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MHG4120	8663193871	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MHK5485	8663196939	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MHQ7267	8663199026	17/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MHQ8241	8663202307	13/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MIQ6734	8663197435	03/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT0615	8663190906	24/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MIT5258	8663193092	09/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MJC1913	8663198300	11/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJE5011	8663199151	18/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MJL8926	8663198419	12/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM7158	8663195215	23/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MJM9060	8663197836	08/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO6631	8663198317	11/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO7703	8663199648	23/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP4959	8663199268	19/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJU5476	8663192930	07/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MJW7595	8663198736	15/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJZ2155	8663196453	29/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MJZ6227	8663201900	09/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MKA6226	8663193327	10/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKB0409	8663198202	10/01/2017	74550	218	*	I	130.16

MKD5406	8663201933	10/02/2017	74550	218	*	I	130.16
MKK5981	8663195305	23/12/2016	60503	208			293.47
MKK8310	54202908N	09/12/2016	50020	257	8\$		191.54
MKL6416	8663190886	24/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MKL6416	8663190845	24/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MKP2812	8663192736	06/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKQ6738	8663196199	27/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKS5407	8663198976	17/01/2017	74710	218	*	III	880.40
MKS8400	8663191196	26/11/2016	74630	218	*	II	195.23
MKT8101	8663196064	27/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKX2629	8663196856	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MKX5886	8663190709	23/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MKX7116	8663193381	11/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKY7115	8663197630	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLJ2504	8663196209	28/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLM7087	8663197553	02/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLN8565	8663188905	11/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MLS1838	8663198916	16/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT3820	8663196989	06/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT6103	8663197781	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MLW7625	8663197560	02/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MLW7958	8663199321	19/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA2782	8663193125	09/12/2016	60503	208			293.47
MMD9518	8663197055	06/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF8318	8663198184	10/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MMH2732	8663197722	01/01/2017	60503	208			293.47
MMH7383	8663193291	10/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MMI6330	8663198342	12/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MMK8521	8663196413	29/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MWF6979	8663191709	29/11/2016	74550	218	*	I	130.16
OAX6387	8663196794	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
OKE4755	8663198825	15/01/2017	74550	218	*	I	130.16
OKE7111	8663197716	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
OTA0456	8663198027	09/01/2017	60503	208			293.47
PEU9760	8663198050	09/01/2017	60503	208			293.47
QHA2642	8663190518	21/11/2016	74630	218	*	II	195.23
QHD3366	8663191021	25/11/2016	74550	218	*	I	130.16
QHF9856	8663190564	21/11/2016	74550	218	*	I	130.16
QHJ5065	8663197350	04/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHJ9007	8663198288	11/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHN7283	8663196861	07/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHO9971	8663192120	02/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHQ2736	8663192931	07/12/2016	74630	218	*	II	195.23
QHR0155	8663195467	24/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHR1644	8663190976	24/11/2016	74550	218	*	I	130.16
QHS0051	8663195412	23/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHU8852	8663196408	29/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QHV5304	8663190934	24/11/2016	74550	218	*	I	130.16
QIA3753	8663197633	02/01/2017	74630	218	*	II	195.23
QID0467	8663190878	24/11/2016	74550	218	*	I	130.16
QIE5205	8663192225	03/12/2016	74550	218	*	I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

SORAYA DE CASSIA RAMOS FIGUEIREDO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2512/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2512/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADQ5060	P015X000LZ	04/04/2017	52741	175
AES6234	55513268F	01/04/2017	65992	230 * V
AES6234	55513269F	01/04/2017	50100	162 * I
AJB0687	P015X000J9	16/03/2017	66102	230 * VII
AQC6110	55384836F	19/02/2017	50100	162 * I
CJO2898	54289094F	19/02/2017	65992	230 * V
CJO2898	54289095F	19/02/2017	50100	162 * I
DNN9000	54607608G	17/03/2017	66020	230 * VI
LWR6327	P00SZ000T5	03/04/2017	50100	162 * I
LWU8866	P015X000LM	01/04/2017	66102	230 * VII
LXU4407	P00SY000MS	02/04/2017	65992	230 * V
LXU4407	P00SY000MT	02/04/2017	50100	162 * I
LYI4162	P00ST000KE	06/04/2017	65992	230 * V
LYI4162	P00ST000KF	06/04/2017	50100	162 * I
LYI4162	P00ST000KG	06/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
LYI4162	P00ST000KH	06/04/2017	66371	230 * IX
LYM3111	P0163001LF	05/04/2017	65992	230 * V
LYM3111	P0163001LG	05/04/2017	50100	162 * I
LYM3111	P0163001LH	05/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
LYM3111	P0163001LI	05/04/2017	67261	230 * XVIII
LYM3111	P0163001LJ	05/04/2017	66102	230 * VII
LYM3111	P015X000M2	05/04/2017	66371	230 * IX
MAM4852	55513755F	24/02/2017	65992	230 * V
MAW8477	P015X000M3	05/04/2017	65992	230 * V
MFV1094	P015X000HV	11/03/2017	73400	252 * IV
MGU0428	55690875E	18/02/2017	51180	164 c/c 162 * I
MIR0766	P00ST000KA	05/04/2017	50610	163 c/c 162 * I
MIR0766	P00ST000KD	05/04/2017	50100	162 * I
MJX6136	P00ZT00041	05/03/2017	50450	162 * V
MKU9720	P0163001AH	27/02/2017	69120	232
MLY6667	P00SU000TO	02/03/2017	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA REGIONAL - 8A DRP

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2513/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - 281830

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2513/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADQ5060	P015X000LY	04/04/2017	51851	167
AI19307	P015X000M7	05/04/2017	51851	167
AJB0687	P015X000JA	16/03/2017	51851	167
ALE2999	55201573E	01/04/2017	55680	181 * XIX
ALE2999	55510676F	01/04/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
AMK5145	P0163001AZ	28/02/2017	51851	167
AOF4731	55201568E	26/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
AVX5917	55513053F	16/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
BMD8593	54607536G	16/03/2017	51851	167
DVD9671	P015X000LF	31/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
EEN3913	P015X000EV	05/03/2017	51851	167
EJG2432	P015X000GJ	09/03/2017	51851	167
GUM9490	55509776F	21/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IBS9206	P015X000ES	05/03/2017	51851	167
IGO6509	P0163001M0	08/04/2017	51851	167
IIF9894	P015X000M1	05/04/2017	51851	167
IJD7361	P01630019X	27/02/2017	51851	167
IKK9581	54627297F	28/01/2017	72340	250 * I * a
IKT7967	55197940E	24/02/2017	55500	181 * XVIII
IOX2264	55513267F	29/03/2017	54600	181 * IX
LWU8866	P015X000LL	01/04/2017	51851	167
LXD5338	54607792G	16/03/2017	51851	167
LYK3961	P0163001D0	05/03/2017	54521	181 * VIII
LYQ8031	P015X000M0	05/04/2017	51851	167
LYR9624	54608318G	10/03/2017	55500	181 * XVIII
LYS5265	55513263F	20/03/2017	55680	181 * XIX
LYU1004	54607785G	16/03/2017	51851	167
LYZ6625	54607934G	26/03/2017	51851	167
LZB1206	P015X000EN	04/03/2017	51851	167

LZI7763	54607796G	16/03/2017	51851	167
LZM7050	P0163001AL	28/02/2017	51851	167
MBC7811	54627248F	15/02/2017	51851	167
MBH8166	54607531G	16/03/2017	51851	167
MBN2300	P0163001M5	08/04/2017	65300	228
MBN5680	P015X000GL	09/03/2017	51851	167
MCD8709	54607545G	20/03/2017	51851	167
MCN6577	P015X00072	31/01/2017	51851	167
MCP6373	P0163001CP	05/03/2017	51930	168
MCV2873	55514144F	01/04/2017	54522	181 * VIII
MCY2118	P015X000LD	31/03/2017	73662	252*VI
MCY2118	P015X000LE	31/03/2017	51851	167
MDK4827	P015X000LJ	01/04/2017	72340	250 * I * a
MDL2078	P0163001F6	11/03/2017	51851	167
MDL7525	55513209F	02/03/2017	76251	ART 181, XX
MDY6838	55690876E	15/02/2017	52070	169
MEB2396	P015X000H3	09/03/2017	51851	167
MEB8039	P015X000E7	02/03/2017	51851	167
MED4775	54607530G	16/03/2017	51851	167
MED8591	55514126F	24/02/2017	68580	231 * VII
MER6222	54607782G	16/03/2017	52070	169
MET8282	P015X000DK	01/03/2017	51851	167
MET8282	P015X000DL	01/03/2017	67770	231 * I
MFJ3751	55510522F	13/02/2017	52070	169
MFZ4699	54607405G	06/03/2017	73150	252 * I
MGE7997	P00ZU0018N	07/03/2017	54950	181 * XII
MGM2235	P0163001FR	13/03/2017	51851	167
MGR8751	54607915G	24/03/2017	51851	167
MGW3176	55690897E	15/02/2017	51851	167
MGW8286	55513708F	31/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MHD5828	P015X000GP	09/03/2017	51851	167
MHD9327	P0163001DZ	09/03/2017	52070	169
MHI4655	P015X000GW	09/03/2017	51851	167
MIA3717	55197977E	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIP4666	54607414G	06/03/2017	51851	167
MIY6524	55510191F	22/03/2017	73662	252*VI
MJD3977	55513240F	17/03/2017	51851	167
MJE0118	55201655E	27/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MJE8286	55513964F	23/02/2017	51851	167
MJG7600	55197968E	17/03/2017	55090	181 * XIII
MJM4158	55201657E	02/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MJX5349	54607519G	15/03/2017	51851	167
MKB6990	55513780F	20/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MKB7398	55514127F	24/02/2017	51852	167
MKI1003	P0163001EO	10/03/2017	51851	167
MKK2331	P0163001B5	01/03/2017	51851	167
MKU9720	54228672N	01/03/2017	50020	257 8\$
MKU9720	54607798G	16/03/2017	70561	244 * III
MKY5318	55513058F	16/02/2017	55680	181 * XIX
MKY5318	55509283F	16/02/2017	55680	181 * XIX
MKZ6035	55201567E	26/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MKZ7074	P015X000E5	02/03/2017	52070	169
MLD1543	P015X000FF	05/03/2017	51851	167
MLN9221	54607787G	16/03/2017	51851	167
MMA0793	P0163001D3	05/03/2017	51851	167
MML6959	55509774F	21/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
OKH5322	55509291F	06/03/2017	76332	ART 252, UNICO
OXF3973	P015X000DX	02/03/2017	51851	167
QHB9631	55514174F	16/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHN6701	P0163001DX	09/03/2017	51852	167
QIE2131	55513157F	16/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QIS1060	55197939E	24/02/2017	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

SORAYA DE CASSIA RAMOS FIGUEIREDO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 1014/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - ELETRONICO - 2818

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 1014/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

AAF9276	8663206315	20/03/2017	74550	218 * I
ABE4825	8663206152	19/03/2017	74550	218 * I
ACL1859	8663205754	16/03/2017	60503	208
ACM0442	8663206277	20/03/2017	74550	218 * I
ACS5432	8663200218	26/01/2017	74550	218 * I
ADL7600	8663204829	09/03/2017	74550	218 * I
AFC0332	8663206682	23/03/2017	60503	208
AFO6643	8663203613	25/02/2017	74550	218 * I
AHW5803	8663206310	20/03/2017	74550	218 * I
AHY4748	8663205975	18/03/2017	60503	208
AIZ0409	8663203299	22/02/2017	74550	218 * I
AJF8314	8663206564	22/03/2017	74630	218 * II
AJF8647	8663206630	23/03/2017	74550	218 * I
AJF8792	8663206299	20/03/2017	74550	218 * I
AJQ2284	8663203026	19/02/2017	74550	218 * I
AJX4321	8663206236	19/03/2017	74550	218 * I
AKF3869	8663206098	19/03/2017	74550	218 * I
ALS3385	8663205629	15/03/2017	74550	218 * I
AMD9132	8663206011	18/03/2017	74550	218 * I
AMU4265	8663204902	09/03/2017	74630	218 * II
AMY8195	8663206694	23/03/2017	60503	208
AMY8195	54238940N	04/04/2017	50020	257 8S
AMY9564	8663203982	28/02/2017	74550	218 * I
AOA7120	8663204918	10/03/2017	74550	218 * I
ARI8330	8663203271	21/02/2017	74550	218 * I

ASU1707	8663206232	19/03/2017	74550	218	*	I
ATF9754	8663206150	19/03/2017	74550	218	*	I
AVX5917	8663203535	24/02/2017	74550	218	*	I
BBD1969	8663206031	18/03/2017	74550	218	*	I
BBD1969	8663205545	15/03/2017	74550	218	*	I
BGC2688	8663203412	23/02/2017	60503	208		
BNF0042	8663205816	17/03/2017	74550	218	*	I
CAV4437	8663206629	23/03/2017	74550	218	*	I
CFB0502	8663206841	24/03/2017	74550	218	*	I
CFT9488	8663205933	18/03/2017	74630	218	*	II
CFT9488	8663205042	11/03/2017	74630	218	*	II
CIQ7877	8663205217	12/03/2017	74550	218	*	I
CIS4367	8663206729	23/03/2017	74550	218	*	I
CNY5191	8663206504	22/03/2017	74550	218	*	I
CPA7364	8663206325	20/03/2017	60503	208		
CWF1529	8663205333	13/03/2017	74550	218	*	I
DBQ2889	8663207013	25/03/2017	74550	218	*	I
DCE7858	8663204863	09/03/2017	74550	218	*	I
DDT3431	8663205915	18/03/2017	74550	218	*	I
DEV4295	8663205679	16/03/2017	74630	218	*	II
DFE3654	8663202853	18/02/2017	74550	218	*	I
DFK8557	8663202816	17/02/2017	74550	218	*	I
DFV7324	8663205682	16/03/2017	74550	218	*	I
DGE1570	8663205963	18/03/2017	74630	218	*	II
DSZ5758	8663205976	18/03/2017	74630	218	*	II
DSZ5758	8663205977	18/03/2017	60503	208		
EFS0238	8663206540	22/03/2017	60503	208		
ELQ6728	8663205408	13/03/2017	74550	218	*	I
EMY7918	8663206887	25/03/2017	74550	218	*	I
ERW6847	8663205368	13/03/2017	74630	218	*	II
EUB3674	8663202907	18/02/2017	74550	218	*	I
EYB9210	8663205056	11/03/2017	74630	218	*	II
EYB9210	8663205881	17/03/2017	74630	218	*	II
EYB9210	8663205883	17/03/2017	74550	218	*	I
FHT7003	8663206531	22/03/2017	56732	183		
FNF2265	8663205744	16/03/2017	74550	218	*	I
FRO1765	8663206596	22/03/2017	74550	218	*	I
GRK9472	54238950N	04/04/2017	50020	257	8\$	
GUT5791	8663205089	11/03/2017	74550	218	*	I
GUT5791	8663205255	12/03/2017	74550	218	*	I
GXO8557	8663205940	18/03/2017	74550	218	*	I
HLH5340	8663206566	22/03/2017	60503	208		
HPH4761	8663206445	21/03/2017	74550	218	*	I
HPS1880	8663203217	21/02/2017	74630	218	*	II
HSE6406	8663205359	13/03/2017	60503	208		
HSE6406	8663205341	13/03/2017	60503	208		
HSE6406	8663205355	13/03/2017	74550	218	*	I
HSE6406	8663205328	13/03/2017	74550	218	*	I
HSE6406	8663205329	13/03/2017	74550	218	*	I
HSE6406	8663205373	13/03/2017	60503	208		
HZY3164	8663206908	25/03/2017	74550	218	*	I
IBA9819	8663202915	18/02/2017	74550	218	*	I
ICJ1243	8663206488	21/03/2017	74550	218	*	I
ICJ1243	8663206426	21/03/2017	74550	218	*	I
ICW2050	8663206117	19/03/2017	60503	208		
IDE1305	8663205229	12/03/2017	74550	218	*	I
IEC9056	8663205873	17/03/2017	74710	218	*	III
IFT6609	8663206883	25/03/2017	74550	218	*	I
IGP8054	8663205865	17/03/2017	74550	218	*	I
IKA8176	8663206276	20/03/2017	74550	218	*	I
ILX4202	8663206051	18/03/2017	74550	218	*	I
ILY0069	8663205204	12/03/2017	74550	218	*	I
IMI3250	8663206579	22/03/2017	74550	218	*	I

IOO2679	8663206046	18/03/2017	74550	218	*	I
IQE6624	8663202954	18/02/2017	74550	218	*	I
ISL5124	8663206213	19/03/2017	74550	218	*	I
ISL5124	8663205937	18/03/2017	60503	208		
ISL5124	8663205919	18/03/2017	60503	208		
ITP5096	8663203061	19/02/2017	74550	218	*	I
IVU9631	8663204835	09/03/2017	74550	218	*	I
IWX1893	8663203450	24/02/2017	74630	218	*	II
JED9186	8663206766	24/03/2017	74550	218	*	I
JNC1467	8663205232	12/03/2017	74630	218	*	II
JUT7810	8663206107	19/03/2017	74630	218	*	II
JVG0985	8663205019	11/03/2017	74550	218	*	I
JVJ0227	8663205197	12/03/2017	74550	218	*	I
JVY2748	8663203148	20/02/2017	74550	218	*	I
JZH8918	8663205321	13/03/2017	74550	218	*	I
JZH8918	8663205369	13/03/2017	74550	218	*	I
KFH7879	8663207003	25/03/2017	74630	218	*	II
KHG3466	8663205531	14/03/2017	74630	218	*	II
KOC6443	8663204920	10/03/2017	60503	208		
KOC6443	8663204917	10/03/2017	60503	208		
KOC6443	8663204947	10/03/2017	60503	208		
KQN5590	8663206535	22/03/2017	60503	208		
LQG4459	8663206499	21/03/2017	74630	218	*	II
LQG4459	8663206744	23/03/2017	74630	218	*	II
LQG4459	8663206747	23/03/2017	74550	218	*	I
LQG4459	8663206309	20/03/2017	74550	218	*	I
LRH1405	8663205556	15/03/2017	74550	218	*	I
LWT2459	8663206964	25/03/2017	74550	218	*	I
LWU3813	8663206266	19/03/2017	74550	218	*	I
LWU7639	8663202941	18/02/2017	74550	218	*	I
LWX0092	54238949N	04/04/2017	50020	257	8\$	
LWZ7898	8663205920	18/03/2017	74630	218	*	II
LWZ7898	8663205979	18/03/2017	74550	218	*	I
LXC4379	8663206776	24/03/2017	74550	218	*	I
LXD6637	8663206721	23/03/2017	74630	218	*	II
LXJ4892	8663205190	12/03/2017	74550	218	*	I
LXS4454	8663205480	14/03/2017	74550	218	*	I
LYA2914	8663205281	12/03/2017	74550	218	*	I
LYJ9376	8663205174	12/03/2017	74550	218	*	I
LYK6977	8663205969	18/03/2017	74550	218	*	I
LYL9909	8663205018	11/03/2017	74630	218	*	II
LYL9909	8663205798	17/03/2017	74550	218	*	I
LYW0192	8663205839	17/03/2017	74550	218	*	I
LYW0192	8663206448	21/03/2017	74630	218	*	II
LYW6772	8663203096	20/02/2017	74550	218	*	I
LYX4115	8663204921	10/03/2017	74550	218	*	I
LYZ4028	8663206371	20/03/2017	74550	218	*	I
LZH9661	8663205930	18/03/2017	74550	218	*	I
LZL2433	8663206805	24/03/2017	74550	218	*	I
LZN2281	8663205168	12/03/2017	74550	218	*	I
LZP8122	8663205184	12/03/2017	60503	208		
LZU8041	8663206583	22/03/2017	74550	218	*	I
LZY5753	8663206651	23/03/2017	74550	218	*	I
MAA8725	8663206029	18/03/2017	74630	218	*	II
MAC3686	8663206411	21/03/2017	74630	218	*	II
MAD7356	8663206375	20/03/2017	74630	218	*	II
MAJ8782	8663206133	19/03/2017	74550	218	*	I
MAJ8782	8663205688	16/03/2017	74550	218	*	I
MAK2447	8663202996	19/02/2017	74550	218	*	I
MAM9244	8663206784	24/03/2017	74630	218	*	II
MAP5909	8663205356	13/03/2017	74630	218	*	II
MAS5181	8663206789	24/03/2017	74630	218	*	II
MAS5181	8663206774	24/03/2017	74630	218	*	II

MAS5181	8663206845	24/03/2017	74550	218	*	I
MAU4482	8663206852	24/03/2017	74630	218	*	II
MAU4755	8663204991	10/03/2017	74550	218	*	I
MAU5771	8663206443	21/03/2017	74550	218	*	I
MAX2442	8663202923	18/02/2017	74550	218	*	I
MAZ9258	8663205291	12/03/2017	74630	218	*	II
MBA6125	8663202879	18/02/2017	74550	218	*	I
MBB6494	8663205821	17/03/2017	74550	218	*	I
MBD3096	8663206237	19/03/2017	74630	218	*	II
MBE0720	8663206702	23/03/2017	74550	218	*	I
MBK0075	8663205330	13/03/2017	74550	218	*	I
MBK6649	8663205137	11/03/2017	74550	218	*	I
MBK9641	8663205300	12/03/2017	74550	218	*	I
MBL0033	8663206286	20/03/2017	74550	218	*	I
MBL0033	8663206337	20/03/2017	74550	218	*	I
MBL0033	8663206319	20/03/2017	56732	183		
MBM0144	8663206020	18/03/2017	74630	218	*	II
MBQ2375	8663206626	22/03/2017	74550	218	*	I
MBQ3318	8663206143	19/03/2017	60503	208		
MBR2429	8663201325	04/02/2017	74550	218	*	I
MBU8486	8663204653	07/03/2017	74550	218	*	I
MBV9469	8663206524	22/03/2017	74550	218	*	I
MBX5357	8663205182	12/03/2017	74550	218	*	I
MBX8429	8663206842	24/03/2017	74550	218	*	I
MBY8069	8663204929	10/03/2017	74550	218	*	I
MBZ2810	8663204998	10/03/2017	74550	218	*	I
MBZ2810	8663205022	11/03/2017	60503	208		
MBZ2810	8663205065	11/03/2017	60503	208		
MCD1006	8663204893	09/03/2017	74550	218	*	I
MCJ6698	8663205974	18/03/2017	74550	218	*	I
MCL4454	8663205203	12/03/2017	74550	218	*	I
MCL5116	8663206875	25/03/2017	74630	218	*	II
MCP0195	8663205967	18/03/2017	60503	208		
MCP6206	8663203062	19/02/2017	74550	218	*	I
MCQ8734	8663204040	01/03/2017	74550	218	*	I
MCS7780	8663206561	22/03/2017	74550	218	*	I
MCT9595	8663205793	17/03/2017	74550	218	*	I
MCV2571	8663206787	24/03/2017	74710	218	*	III
MCV5685	8663206623	22/03/2017	74550	218	*	I
MCX3059	8663203432	23/02/2017	74550	218	*	I
MCX4402	8663206988	25/03/2017	74550	218	*	I
MCZ5961	8663206722	23/03/2017	74550	218	*	I
MDA6121	8663206846	24/03/2017	74550	218	*	I
MDB1674	8663205495	14/03/2017	74550	218	*	I
MDB7953	8663203167	20/02/2017	74550	218	*	I
MDC6063	8663202917	18/02/2017	74630	218	*	II
MDC6247	8663203143	20/02/2017	74630	218	*	II
MDG3065	8663203192	20/02/2017	74630	218	*	II
MDH6067	8663205231	12/03/2017	74710	218	*	III
MDJ6105	8663206621	22/03/2017	74550	218	*	I
MDK2216	54238943N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MDL6827	8663206427	21/03/2017	74550	218	*	I
MDM7720	8663206475	21/03/2017	74550	218	*	I
MDN4780	8663203069	19/02/2017	74710	218	*	III
MDN9045	8663206634	23/03/2017	74550	218	*	I
MDP9929	8663205186	12/03/2017	74550	218	*	I
MDQ4868	8663202957	19/02/2017	74550	218	*	I
MDQ6751	8663206801	24/03/2017	74630	218	*	II
MDQ6751	8663206180	19/03/2017	74550	218	*	I
MDR1368	8663206348	20/03/2017	74550	218	*	I
MDR4129	8663206374	20/03/2017	74550	218	*	I
MDX0227	8663205015	11/03/2017	74550	218	*	I
MDY0787	8663206617	22/03/2017	74550	218	*	I

MDY6933	8663206618	22/03/2017	74550	218	*	I
MEB2216	8663206329	20/03/2017	74550	218	*	I
MEE4947	8663203944	28/02/2017	74550	218	*	I
MEF1187	8663206559	22/03/2017	74550	218	*	I
MEG2376	8663207009	25/03/2017	74630	218	*	II
MEG5031	8663204906	09/03/2017	74710	218	*	III
MEG5031	8663205728	16/03/2017	74550	218	*	I
MEG5031	8663205649	15/03/2017	74710	218	*	III
MEG6165	8663203028	19/02/2017	60503	208		
MEJ8856	8663206459	21/03/2017	74550	218	*	I
MEL3904	8663206939	25/03/2017	74550	218	*	I
MEL4936	8663206664	23/03/2017	74550	218	*	I
MEM2791	8663202932	18/02/2017	74550	218	*	I
MEM8483	8663205981	18/03/2017	60503	208		
MEO7862	8663207000	25/03/2017	74630	218	*	II
MER8835	8663206999	25/03/2017	74550	218	*	I
MER8835	8663204772	05/03/2017	74550	218	*	I
MES6682	8663205292	12/03/2017	74630	218	*	II
MET8282	8663202801	17/02/2017	74550	218	*	I
MEU6468	8663205445	14/03/2017	74550	218	*	I
MEW4075	8663206048	18/03/2017	74710	218	*	III
MFA3123	8663206935	25/03/2017	74630	218	*	II
MFA5750	8663205340	13/03/2017	74630	218	*	II
MFD7092	8663206949	25/03/2017	74550	218	*	I
MFE7677	8663206267	19/03/2017	74550	218	*	I
MFM6648	8663206501	21/03/2017	74550	218	*	I
MFO2403	8663203204	21/02/2017	74550	218	*	I
MFO6556	8663203021	19/02/2017	74550	218	*	I
MFR0967	8663205864	17/03/2017	74630	218	*	II
MFS0059	8663203509	24/02/2017	74630	218	*	II
MFS5546	8663205000	10/03/2017	74550	218	*	I
MFT4286	8663205016	11/03/2017	74550	218	*	I
MFT6532	8663205706	16/03/2017	60503	208		
MFW7628	8663204937	10/03/2017	74550	218	*	I
MGB8179	8663206424	21/03/2017	74630	218	*	II
MGC6846	54238945N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MGF7140	8663204941	10/03/2017	74550	218	*	I
MGF9943	8663206203	19/03/2017	74630	218	*	II
MGH5444	8663206916	25/03/2017	74630	218	*	II
MGJ7462	8663203092	19/02/2017	74550	218	*	I
MGL6699	8663207023	25/03/2017	74550	218	*	I
MGL6699	8663205916	18/03/2017	74550	218	*	I
MGL9543	54238939N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MGL9543	8663205770	16/03/2017	74550	218	*	I
MGL9543	8663206082	19/03/2017	74630	218	*	II
MGO8435	8663206212	19/03/2017	74550	218	*	I
MGP2580	8663206243	19/03/2017	74630	218	*	II
MGQ2967	8663205574	15/03/2017	74550	218	*	I
MGT5946	54238941N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MGT7109	8663206385	20/03/2017	74550	218	*	I
MGT9907	8663203416	23/02/2017	60503	208		
MGT9907	8663203387	23/02/2017	60503	208		
MGU5375	8663203029	19/02/2017	74550	218	*	I
MGW6037	8663206872	25/03/2017	74550	218	*	I
MGX4644	8663206197	19/03/2017	74550	218	*	I
MGX6524	8663206799	24/03/2017	74550	218	*	I
MGX7901	8663206482	21/03/2017	74550	218	*	I
MGY8919	8663205506	14/03/2017	74550	218	*	I
MHB0207	8663205774	17/03/2017	74550	218	*	I
MHB0207	8663205347	13/03/2017	74550	218	*	I
MHC1660	8663203025	19/02/2017	74550	218	*	I
MHC4020	8663202887	18/02/2017	74550	218	*	I
MHJ9099	8663204942	10/03/2017	60503	208		

MHJ9099	8663204916	10/03/2017	60503	208	
MHK8065	8663206969	25/03/2017	74630	218	* II
MHL9332	8663206797	24/03/2017	74550	218	* I
MHN0504	8663205948	18/03/2017	74630	218	* II
MHN5516	8663206314	20/03/2017	74550	218	* I
MHP2076	8663205939	18/03/2017	74550	218	* I
MHP2076	8663204838	09/03/2017	74550	218	* I
MHP7778	8663205845	17/03/2017	74550	218	* I
MHU0851	8663206365	20/03/2017	74550	218	* I
MHW4598	8663205150	12/03/2017	74630	218	* II
MHY4773	8663205954	18/03/2017	74550	218	* I
MHY4773	8663206013	18/03/2017	74550	218	* I
MIA2420	54238944N	04/04/2017	50020	257	8\$
MIB1484	8663206881	25/03/2017	74550	218	* I
MIB6038	8663206671	23/03/2017	74550	218	* I
MIE6566	8663205029	11/03/2017	74550	218	* I
MII4196	8663205843	17/03/2017	60503	208	
MII6160	8663203338	22/02/2017	74550	218	* I
MIL0244	8663203086	19/02/2017	74710	218	* III
MIM1908	8663205358	13/03/2017	74550	218	* I
MIM6272	8663206886	25/03/2017	74550	218	* I
MIM6541	8663206111	19/03/2017	74550	218	* I
MIM7809	54238965N	04/04/2017	50020	257	8\$
MIO2296	8663203043	19/02/2017	74550	218	* I
MIR1607	8663206209	19/03/2017	74550	218	* I
MIR1730	8663206474	21/03/2017	74550	218	* I
MIR8011	8663203020	19/02/2017	60503	208	
MIT8852	8663206604	22/03/2017	74550	218	* I
MIU7389	8663204940	10/03/2017	74630	218	* II
MIU9845	8663203056	19/02/2017	74550	218	* I
MIW1152	8663205083	11/03/2017	74550	218	* I
MIW3175	8663206418	21/03/2017	74550	218	* I
MIY5564	8663204842	09/03/2017	74550	218	* I
MIY9220	8663203234	21/02/2017	74630	218	* II
MIY9220	8663203250	21/02/2017	74550	218	* I
MJA9212	8663204847	09/03/2017	74550	218	* I
MJB3692	8663205980	18/03/2017	74630	218	* II
MJB3692	8663205378	13/03/2017	74550	218	* I
MJC2608	8663206526	22/03/2017	74630	218	* II
MJC4127	8663206705	23/03/2017	60503	208	
MJC7564	8663205412	13/03/2017	74630	218	* II
MJD8738	8663205899	17/03/2017	74550	218	* I
MJD8877	8663205284	12/03/2017	74630	218	* II
MJE1314	8663203401	23/02/2017	74550	218	* I
MJF8963	8663203543	24/02/2017	74550	218	* I
MJG2587	8663206122	19/03/2017	74550	218	* I
MJH3760	8663206446	21/03/2017	74630	218	* II
MJH7853	8663205381	13/03/2017	74550	218	* I
MJJ7635	8663206720	23/03/2017	74550	218	* I
MJL4579	8663203371	22/02/2017	74550	218	* I
MJM9081	8663205528	14/03/2017	74550	218	* I
MJN0825	8663203363	22/02/2017	74550	218	* I
MJR7418	8663203185	20/02/2017	74550	218	* I
MJS3691	8663206208	19/03/2017	74550	218	* I
MJU9748	8663203259	21/02/2017	74630	218	* II
MJV0365	8663206363	20/03/2017	74550	218	* I
MJV8705	8663206493	21/03/2017	74630	218	* II
MJX5869	8663205932	18/03/2017	74550	218	* I
MJY1430	8663206391	20/03/2017	74550	218	* I
MKC2355	8663206222	19/03/2017	74550	218	* I
MKE7686	8663205487	14/03/2017	74550	218	* I
MKE9469	8663205820	17/03/2017	74550	218	* I
MKF3351	8663206019	18/03/2017	74550	218	* I

MKF8665	8663205167	12/03/2017	74550	218	*	I
MKH2026	8663202482	15/02/2017	74550	218	*	I
MKH9110	8663203114	20/02/2017	74550	218	*	I
MKK8084	8663203103	20/02/2017	74550	218	*	I
MKK8310	8663203328	22/02/2017	74710	218	*	III
MKL5155	8663205085	11/03/2017	74550	218	*	I
MKO6869	8663206714	23/03/2017	74550	218	*	I
MKO8235	8663203163	20/02/2017	74630	218	*	II
MKQ0725	8663205527	14/03/2017	74630	218	*	II
MKS2665	8663205074	11/03/2017	74630	218	*	II
MKT9491	8663206743	23/03/2017	74550	218	*	I
MKW7672	8663205275	12/03/2017	74630	218	*	II
MKX7837	8663205787	17/03/2017	74710	218	*	III
MKX7837	8663205868	17/03/2017	74710	218	*	III
MKX7837	8663205869	17/03/2017	74630	218	*	II
MKX7837	8663205874	17/03/2017	74630	218	*	II
MKX7837	8663205875	17/03/2017	74630	218	*	II
MLA2518	8663206994	25/03/2017	74550	218	*	I
MLA5123	8663207011	25/03/2017	74550	218	*	I
MLD0931	8663206080	18/03/2017	74550	218	*	I
MLE0923	8663204995	10/03/2017	74550	218	*	I
MLF5846	8663206204	19/03/2017	74550	218	*	I
MLG1904	8663203421	23/02/2017	74630	218	*	II
MLG9391	8663205991	18/03/2017	74550	218	*	I
MLH5504	8663203257	21/02/2017	74550	218	*	I
MLI0899	54238947N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MLI0899	54238948N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MLN3274	8663205960	18/03/2017	74550	218	*	I
MLN3274	8663206265	19/03/2017	74550	218	*	I
MLN9016	8663202358	13/02/2017	74710	218	*	III
MLU3714	8663206290	20/03/2017	74630	218	*	II
MLV7277	8663203012	19/02/2017	74630	218	*	II
MLW1303	8663205705	16/03/2017	74550	218	*	I
MLX0601	54231872N	09/03/2017	50020	257	8\$	
MLX0601	8663203447	24/02/2017	74550	218	*	I
MLX3050	8663206414	21/03/2017	74550	218	*	I
MLX3593	8663204889	09/03/2017	74550	218	*	I
MMA4477	8663206684	23/03/2017	60503	208		
MMA4477	8663206688	23/03/2017	74550	218	*	I
MMD1615	8663206258	19/03/2017	74550	218	*	I
MMI3145	8663202990	19/02/2017	74550	218	*	I
MMI6187	8663206796	24/03/2017	74550	218	*	I
MMJ6061	54238942N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MMJ8080	8663203242	21/02/2017	74550	218	*	I
MMK6887	8663206345	20/03/2017	74550	218	*	I
MUY3297	8663206113	19/03/2017	74550	218	*	I
MVY8238	8663206607	22/03/2017	74550	218	*	I
MZJ3076	8663203800	27/02/2017	74550	218	*	I
NYH8177	8663203070	19/02/2017	74550	218	*	I
OKE7418	8663202739	17/02/2017	74550	218	*	I
OKF9290	8663203325	22/02/2017	74550	218	*	I
OKG4916	8663206471	21/03/2017	74550	218	*	I
OKH8603	8663203252	21/02/2017	74550	218	*	I
OKH9113	8663206283	20/03/2017	74550	218	*	I
OLS3752	8663205420	13/03/2017	74550	218	*	I
OLX4192	8663205401	13/03/2017	74550	218	*	I
OTF7567	8663206616	22/03/2017	74550	218	*	I
QHA2775	8663204976	10/03/2017	74550	218	*	I
QHA8603	8663205576	15/03/2017	74550	218	*	I
QHB3902	8663203151	20/02/2017	74550	218	*	I
QHB8071	8663203460	24/02/2017	74550	218	*	I
QHC9489	8663203146	20/02/2017	60503	208		
QHD4238	8663206965	25/03/2017	74550	218	*	I

QHD4238	8663205671	16/03/2017	60503	208	
QHE2969	8663205598	15/03/2017	60503	208	
QHE3201	8663206781	24/03/2017	74630	218	* II
QHG3777	54238951N	04/04/2017	50020	257	8\$
QHH2978	8663204517	08/03/2017	60503	208	
QHI5908	8663205166	12/03/2017	74550	218	* I
QHJ6189	8663203417	23/02/2017	60503	208	
QHL2533	8663206441	21/03/2017	74550	218	* I
QHL2533	8663206403	21/03/2017	74550	218	* I
QHL2533	8663206296	20/03/2017	60503	208	
QHL5665	8663205274	12/03/2017	74630	218	* II
QHM2073	8663203139	20/02/2017	74550	218	* I
QHP4245	8663205853	17/03/2017	74630	218	* II
QHP5395	8663203205	21/02/2017	74550	218	* I
QHR3071	8663205108	11/03/2017	74550	218	* I
QHT7120	8663206728	23/03/2017	74630	218	* II
QHU1695	8663194985	21/12/2016	74550	218	* I
QHX7696	8663204894	09/03/2017	74630	218	* II
QIC6925	8663206829	24/03/2017	74550	218	* I
QIC7036	8663203327	22/02/2017	74550	218	* I
QIC9166	8663203369	22/02/2017	74550	218	* I
QID5268	8663206567	22/03/2017	74550	218	* I
QIG1372	8663202775	17/02/2017	74550	218	* I
QIN1271	8663206508	22/03/2017	74550	218	* I
QJB0510	8663206251	19/03/2017	74550	218	* I
QJG6969	8663202900	18/02/2017	74550	218	* I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

SORAYA DE CASSIA RAMOS FIGUEIREDO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### LAGUNA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8122 2276/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8122 2276/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMN4567	P01GZ0009W	10/12/2016	66371	230 * IX	195.23
CNY5134	55949073F	21/01/2017	69120	232	88.38
GNX0022	P01GX000GP	29/01/2017	65800	230 * IV	293.47
LWX4326	P01GZ000BK	09/01/2017	50100	162 * I	880.40
LZT2183	55950714F	14/01/2017	50100	162 * I	880.40
MCZ6684	P01GV00018	13/01/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOSE DAVID MACHADO  
DELEGADO POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8122 2277/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - DEMUTRAN - 281850

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8122 2277/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ASJ2817	P01GX000F2	13/01/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
CNY5134	55949074F	21/01/2017	51851	167	195.23
DVJ6436	55949054F	25/12/2016	51851	167	195.23
IJL6165	54764335E	12/02/2017	51851	167	195.23
LXU6825	54256051F	15/01/2017	54521	181 * VIII	195.23
MCA8786	55950721F	07/02/2017	51851	167	195.23
MCI1941	P01GX000FL	14/01/2017	54522	181 * VIII	195.23
MDB8043	55950556F	14/01/2017	72340	250 * I * a	130.16
MEE3936	54256721F	06/12/2016	76252	ART 181, XX	293.47
MFO6509	54255339F	14/01/2017	54527	181 * VIII	195.23
MGV4855	55949285F	04/02/2017	51851	167	195.23
MIH5019	55950826F	12/01/2017	51851	167	195.23
MKM7635	54256018F	21/01/2017	54527	181 * VIII	195.23
MKT9840	54256296F	22/01/2017	55411	181* XVII c/ Lei13146	195.23
MLE0755	54254503F	31/01/2017	53800	181 * I	130.16
MLN7380	54256016F	21/01/2017	54527	181 * VIII	195.23
MLO9228	55949068F	15/01/2017	54950	181 * XII	195.23

MLU4488	P01GX000FG	14/01/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MMI0073	P01UD0000R	08/01/2017	58780	199			130.16
QHO1804	P01GZ000B2	04/01/2017	55250	181	*	XV	130.16
QHV3678	54256056F	15/01/2017	54527	181	*	VIII	195.23
QHZ6279	P01GX000EY	12/01/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FRANCISCO EGIDIO CIDADE JUNIOR  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2274/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2274/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ILF8344	55951114F	04/03/2017	50450	162 * V
MDR7428	P01H60001K	14/03/2017	50100	162 * I
MDR7428	P01H60001L	14/03/2017	65992	230 * V
MFO4483	P01H60001H	11/03/2017	73400	252 * IV
MFZ8929	P01GV0004B	04/04/2017	65992	230 * V
MFZ8929	P01GV0004C	04/04/2017	50100	162 * I
MGB5163	55951002F	18/02/2017	66531	230 * XI
MGK9253	55950779F	05/03/2017	50100	162 * I
MGK9253	55950780F	05/03/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOSE DAVID MACHADO  
DELEGADO POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2275/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - DEMUTRAN - 281850

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8122 2275/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BTJ8533	55949218F	24/02/2017	51851	167
EEK2446	55951179F	26/02/2017	55250	181 * XV
IDV6134	54256608F	25/02/2017	55500	181 * XVIII
IJE9061	55949211F	21/02/2017	55500	181 * XVIII
LXS8663	54255961F	19/02/2017	55500	181 * XVIII
MAO9032	54256607F	06/03/2017	54521	181 * VIII
MCE6858	55950731F	22/02/2017	54521	181 * VIII
MCN7294	P01GZ000G1	07/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MCO3823	P01GZ000FV	04/03/2017	54870	181 * XI
MDW6121	54255410F	28/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MFM2392	54255407F	19/02/2017	55500	181 * XVIII
MIR4364	54255422F	06/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MJL3984	P01GZ000FS	04/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MJM1820	P01GX000HH	03/03/2017	51851	167
MKH2646	P01GV0003Z	17/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MLL2091	55951069F	08/02/2017	73662	252*VI
MLP2474	55949162F	27/02/2017	55500	181 * XVIII
QHG3801	P01GV0003D	27/02/2017	54522	181 * VIII
QIG8141	55950778F	27/02/2017	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FRANCISCO EGIDIO CIDADE JUNIOR  
DIRETOR DE TRANSITO

**LAJEADO GRANDE****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8667 286/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8667 286/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHG7613	54593145F	26/01/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAJEADO GRANDE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALBINO DE SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8667 285/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8667 285/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----  
MGR8540 54593344F 27/03/2017 67690 230 \* XXII  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAJEADO GRANDE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALBINO DE SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

\_\_\_\_\_  
**LAURO MULLER**  
\_\_\_\_\_

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8212 1088/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8212 1088/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
AVD4838 P01FE0001G 09/01/2017 55250 181 \* XV 130.16  
LXX0907 P01FW0004L 10/02/2017 65300 228 195.23  
LYU8758 P01FE0003A 30/01/2017 57970 191 2934.68  
MFH9994 P01FE00035 29/01/2017 50610 163 c/c 162 \* I 880.40  
MJM6474 P01FW00041 23/12/2016 55411 181\*XVII c/ Lei13146 195.23  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAURO MULLER/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8212 1087/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8212 1087/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHD9937	P01FW00062	15/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
AKM3361	P01FE0004M	14/02/2017	59750	204
ANE2279	P01FW0005N	11/03/2017	50100	162 * I
CVC5029	P01FE00053	19/02/2017	51851	167
LNx7145	P01FW0005M	10/03/2017	61220	214 * I
LXX4695	P01FE0007R	17/03/2017	51851	167
LYF6404	P01FW00074	29/03/2017	53800	181 * I
LYK8051	P01FE0005H	22/02/2017	50292	162* II
LYK8051	P01FE0005I	22/02/2017	50702	163 c/c 162 * II
MAR9850	P01FW0006F	23/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MBZ8612	P01FE0006H	02/03/2017	65992	230 * V
MDJ6558	P01FW0007O	02/04/2017	54521	181 * VIII
MFH9994	54953120F	03/03/2017	50100	162 * I
MGQ6188	P01FW00079	30/03/2017	51851	167
MHB3439	P01FW00055	15/02/2017	51851	167
MIE1318	P01FW0007U	03/04/2017	50100	162 * I
MIE1318	P01FW0007V	03/04/2017	58350	195
MIE1318	P01FW0007W	03/04/2017	65992	230 * V
MIE1318	P01FW0007X	03/04/2017	58191	193
MIE1318	P01FW0007Y	03/04/2017	52741	175
MIE1318	P01FW0007Z	03/04/2017	50610	163 c/c 162 * I
MLM7606	P01FW0007S	03/04/2017	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAURO MULLER/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS  
DELEGADO DE POLICIA

**LEBON REGIS****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8526 594/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8526 594/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
KBU6306	P015C0000U	17/01/2017	50450	162 * V	293.47
KBU6306	P015C0000W	17/01/2017	69120	232	88.38
MGD1906	P015C00007	27/12/2016	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 593/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8526 593/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

```

-----
ACY2420 P015C0002I 13/03/2017 50450 162 * V
BUA8841 P015C0004C 03/04/2017 51851 167
GLS4797 P015C0004I 03/04/2017 51851 167
IWF5491 P015C00049 31/03/2017 51851 167
LXB8809 P015C0002M 16/03/2017 51180 164 c/c 162 * I
LXB8809 P015C0002N 16/03/2017 65992 230 * V
LXB8809 P015C0002O 16/03/2017 50100 162 * I
LXI1585 P015C00044 31/03/2017 51851 167
MBY0715 P015C0004K 03/04/2017 51851 167
MDJ3465 P015C0002G 12/03/2017 70722 244 * V
-----

```

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**LEOBERTO LEAL**

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8516 266/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8516 266/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

```

-----
Placa    N.Auto      Data Infr.  Infr/Desd.  Enquadramento  Valor Multa
-----
MDY2629 55755732F 15/02/2017 66372      230 * IX        195.23
MDY2629 55755733F 15/02/2017 65992      230 * V        293.47
MDY2629 55755734F 15/02/2017 64080      221             130.16
-----

```

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 265/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8516 265/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBT4018	55755746F	10/03/2017	65992	230 * V
MBT4018	55755747F	10/03/2017	50100	162 * I
MBT4018	55755748F	10/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MDR1118	55755743F	06/03/2017	65992	230 * V
MKH2385	55755633F	14/03/2017	50100	162 * I
QIA0008	55755744F	07/03/2017	51851	167
QIA0008	55755745F	07/03/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**LINDÓIA DO SUL**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8340 462/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8340 462/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCC4614	54589729F	11/12/2016	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LINDOIA DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICIA

**LUZERNA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8500 451/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8500 451/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CKI7414	P013I00073	31/03/2017	51851	167
IMK4006	P013I0006C	27/02/2017	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUZERNA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

---

**MAFRA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8074 1557/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8074 1557/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEJ9434	55834060F	03/09/2016	52742	175	1915.38
LYZ0477	P01GD0003M	10/12/2016	50100	162 * I	880.40
LYZ0477	P01GD0003N	10/12/2016	50610	163 c/c 162 * I	880.40
LYZ0477	P01GF0004A	11/12/2016	51691	165	2934.68
MFH1701	P01H50003V	19/11/2016	75790	165 A	2934.68
MFH7251	P01GD0003Z	08/01/2017	51691	165	2934.68
MFQ0489	55854365E	31/05/2016	67690	230 * XXII	85.13
MHK9454	55834534F	15/02/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RAFFAELLO ROSS  
DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8074 1558/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA - 281990

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8074 1558/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IJP4827	55834334F	14/12/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOAO ALFREDO FERREIRA  
AUTORIDADE MUNICIPAL TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1555/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8074 1555/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFS3062	55834614F	31/03/2017	65992	230 * V
AKB1941	55834404F	05/04/2017	65992	230 * V
AKB1941	55834405F	05/04/2017	50292	162* II
AKB1941	55834407F	05/04/2017	52742	175
AKB1941	55834408F	05/04/2017	52741	175
AKB1941	55834411F	05/04/2017	69120	232
AKB1941	55834412F	05/04/2017	66102	230 * VII

DCB7397	55854396E	11/03/2017	66102	230	*	VII
LZT5291	P01H50007Z	12/03/2017	51691	165		
MFB0334	P01GF0007J	09/03/2017	65992	230	*	V
QHG0307	P01GF00080	30/03/2017	65992	230	*	V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RAFFAELLO ROSS  
DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1556/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA - 281990

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1556/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKB1941	55834406F	05/04/2017	58350	195
AKB1941	55834409F	05/04/2017	52152	170
AKB1941	55834410F	05/04/2017	52151	170
AKB1941	55834413F	05/04/2017	72340	250 * I * a
AKB1941	55834414F	05/04/2017	57200	186 * I
ASO9345	P01H50007S	10/03/2017	55250	181 * XV
LYQ0614	P01H500082	14/03/2017	54870	181 * XI
MCU2120	55833368F	07/03/2017	51851	167
MLL7741	55834621F	04/04/2017	51851	167
QIB3784	55833428F	03/04/2017	60501	208

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOAO ALFREDO FERREIRA  
AUTORIDADE MUNICIPAL TRANSITO

---

**MARACAJÁ**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8372 717/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8372 717/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAQ2528	P01IB0008C	15/03/2017	65991	230 * V
MHR6683	P01JT0003G	26/03/2017	52741	175
MIJ5545	P01JT0003P	03/04/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARACAJA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**MARAVILHA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8224 1809/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8224 1809/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALC2395	P0135000H0	24/01/2017	51691	165	2934.68
CCD6859	P0135000DZ	15/12/2016	65992	230 * V	293.47
COF0295	P0135000EI	24/12/2016	52741	175	2934.68
COG3548	P0135000EC	23/12/2016	51691	165	2934.68
MCF2869	P000L000KL	13/01/2017	66102	230 * VII	195.23
MJT4399	P000L000KV	18/01/2017	65992	230 * V	293.47
MJT4399	P000L000KW	18/01/2017	50100	162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8224 1810/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8224 1810/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CEM6513	P0135000CR	18/11/2016	60501	208	293.47
CSE4284	P000L000HP	12/11/2016	51851	167	195.23
DHO9232	P0135000H6	26/01/2017	51851	167	195.23
MMM7338	P0135000GL	21/01/2017	60760	210	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

VALDEMIR ANDRETTA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1807/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8224 1807/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APP2280	P0135000JC	26/02/2017	65992	230 * V
APP2280	P0135000JD	26/02/2017	50450	162 * V
BOY3893	P000L000NY	08/03/2017	53200	176 * V
CCB1218	P0135000JQ	08/03/2017	65992	230 * V
GRV7462	P0135000JR	09/03/2017	50450	162 * V
IGP6133	P000L000O4	11/03/2017	50100	162 * I
IGP6133	P000L000O5	11/03/2017	67261	230 * XVIII
LXS6174	P000L000OV	28/03/2017	65992	230 * V
LXS6174	P000L000OW	28/03/2017	50100	162 * I
MBH7600	P0135000JS	09/03/2017	65992	230 * V
MBH7600	P0135000JT	09/03/2017	50100	162 * I
MDL8411	P000L000P4	03/04/2017	65992	230 * V
MDT2801	P0135000K2	13/03/2017	50100	162 * I
MDY8049	P0135000JX	10/03/2017	75790	165 A
MFQ9369	P000L000OA	14/03/2017	50100	162 * I
MLG7711	P000L000P1	02/04/2017	65992	230 * V
MLG7711	P000L000P2	02/04/2017	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1808/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8224 1808/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJA3220	P0135000JV	10/03/2017	65300	228
AOU5023	P0135000L5	30/03/2017	73662	252*VI
ASR4781	P0135000L9	30/03/2017	51851	167
BOY3893	P000L000NZ	08/03/2017	53470	178
EQA0454	P0135000JH	02/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
KQG2887	P000L000O7	12/03/2017	54010	181 * III
MMA6268	P000L000NJ	02/03/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

VALDEMIR ANDRETTA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**MAREMA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8308 328/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8308 328/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MBQ5465 55890924D 20/02/2017 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAREMA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

---

### MASSARANDUBA

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8234 923/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8234 923/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----

ABJ1547	P00QM000BI	28/11/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AKY5183	P00QN000GV	13/02/2017	51851	167	195.23
AKY5183	P00QN000GW	13/02/2017	60501	208	293.47
ALM2502	P00QN000ER	30/01/2017	51851	167	195.23
IBO2630	P00QN000AW	19/12/2016	51851	167	195.23
LYI8721	P00QN000E9	24/01/2017	51851	167	195.23
LYI8721	P00QN000EA	24/01/2017	51852	167	195.23
MAU7638	P00QM000CB	10/12/2016	52070	169	88.38

MCJ1119	P00QM000CK	15/12/2016	65992	230	*	V	293.47
MCJ1119	P00QM000CL	15/12/2016	50100	162	*	I	880.40
MCJ1119	P00QM000CM	15/12/2016	66532	230	*	XI	195.23
MCJ1119	P00QM000CO	15/12/2016	69120	232			88.38
MCY4208	P00QN000DR	19/01/2017	73400	252	*	IV	130.16
MDJ7906	P00QM000C7	10/12/2016	51851	167			195.23
MDV1991	P00QM000BH	28/11/2016	51691	165			2934.68
MEC1122	P00QO0006X	11/12/2016	61220	214	*	I	293.47
MEC1122	P00QO0006Y	11/12/2016	58780	199			130.16
MEL3492	P00QM000C5	10/12/2016	51851	167			195.23
MEN0724	P00QM000BR	08/12/2016	51851	167			195.23
MFK2847	P00QN000D2	17/01/2017	54600	181	*	IX	130.16
MGL3040	P00QN000CW	14/01/2017	51852	167			195.23
MGY5485	P00QN000CU	14/01/2017	51851	167			195.23
MJI8886	P00QM000CI	15/12/2016	50450	162	*	V	293.47
MJV6445	P00QM000BW	10/12/2016	51851	167			195.23
MJV6445	P00QM000BX	10/12/2016	51851	167			195.23
MKA1381	P00QN000AB	30/11/2016	50450	162	*	V	293.47
MLN2125	P00QN000AU	19/12/2016	57380	186	*	II	293.47
QHS9629	P00QN000AP	17/12/2016	61220	214	*	I	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 922/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 922/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IPA7424	P00QM000DD	27/02/2017	52741	175
JZO1442	P00QM000E3	05/03/2017	51851	167
LXX4286	P00QM000FF	11/03/2017	52070	169
LZQ7334	P00QM000DI	01/03/2017	55250	181 * XV

MAM8465	P00QM000EB	07/03/2017	51851	167	
MCJ5784	P00QM000DN	02/03/2017	50100	162	* I
MCJ5784	P00QM000DO	02/03/2017	51180	164	c/c 162 * I
MCJ5784	P00QM000DM	02/03/2017	65992	230	* V
MDN1110	P00QN000HS	27/03/2017	51851	167	
MDP3271	P00QM000E8	07/03/2017	51851	167	
MEB5734	P00QM000ET	10/03/2017	65992	230	* V
MEB5734	P00QM000EV	10/03/2017	51180	164	c/c 162 * I
MEW2651	P00QM000FH	11/03/2017	51851	167	
MFH6440	P00QM000G0	16/03/2017	65992	230	* V
MFH6440	P00QM000G1	16/03/2017	50100	162	* I
MFH6440	P00QM000G2	16/03/2017	51180	164	c/c 162 * I
MFH6440	P00QM000G3	16/03/2017	65561	230	* I
MFH6440	P00QM000G4	16/03/2017	66532	230	* XI
MFH6440	P00QM000G5	16/03/2017	73400	252	* IV
MGT2704	P00QM000F3	11/03/2017	65300	228	
MHG2432	P00QM000F1	10/03/2017	66102	230	* VII
MHG8028	P00QM000EI	09/03/2017	51851	167	
MHL0744	P00QM000F2	10/03/2017	51851	167	
MIC6319	P00QM000EA	07/03/2017	51851	167	
MIO7681	P00QN000I7	03/04/2017	51851	167	
MIU0163	54228346N	01/03/2017	50020	257	8\$
MIV4609	P00QM000FO	12/03/2017	65300	228	
MJR9155	P00QM000H6	30/03/2017	76331	ART	252, UNICO
MKA1381	P00QM000FQ	13/03/2017	66102	230	* VII
MKA1381	P00QM000FR	13/03/2017	50450	162	* V
MKA1381	P00QM000FS	13/03/2017	51420	164	c/c 162 * V
MKO6530	P00QM000FC	11/03/2017	51851	167	
MLX5492	P00QM000DX	03/03/2017	51851	167	
PUX8878	P00QM000EY	10/03/2017	76251	ART	181, XX
PVA9098	P00QM000DT	03/03/2017	51851	167	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

---

**MELEIRO**

---

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8078 626/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8078 626/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LBA0015	55674834D	30/11/2016	65992	230 * V	293.47
LBA0015	55674835D	30/11/2016	50450	162 * V	293.47
LZM6721	55674771D	14/01/2014	57200	186 * I	127.69
MCY5469	55675093D	08/02/2014	65992	230 * V	191.53
MCY5469	55675094D	08/02/2014	50100	162 * I	574.61
MET1457	55674974D	15/09/2014	50100	162 * I	574.61
MET1457	55674975D	15/09/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MET1457	55674976D	15/09/2014	64080	221	85.12
MKG7715	55674782D	06/03/2014	59401	203 * III	191.53
MKL4138	55674752D	15/11/2013	59401	203 * III	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MELEIRO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGDO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 625/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 625/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDE3907	55675423D	25/01/2017	50100	162 * I
MDE3907	55675421D	25/01/2017	65992	230 * V
MDE3907	55675424D	25/01/2017	51180	164 c/c 162 * I
MHX8488	55675440D	27/03/2017	69120	232
MIW2760	55675442D	27/03/2017	73662	252*VI
PVB6583	55675221D	17/01/2017	50450	162 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MELEIRO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGDO DE POLICIA

---

### MODELO

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8434 488/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8434 488/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMD5187	55869800D	17/01/2017	65561	230 * I	293.47
AMD5187	55869801D	17/01/2017	66531	230 * XI	195.23
BGO5837	55869919D	15/02/2017	66532	230 * XI	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MODELO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETTO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8434 487/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8434 487/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

KKN7212	55870006D	24/03/2017	51851	167
LYV0886	55870008D	25/03/2017	65300	228
MIT7102	55869928D	06/03/2017	59670	203 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MODELO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETTO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**MONTE CARLO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8474 902/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO - 255610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8474 902/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MHL0183 P01JF0002Z 24/02/2017 60502 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CARLO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALCIONE ROBERTO BUYNO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### MONTE CASTELO

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8200 461/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8200 461/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ATH8978	55058137E	31/03/2017	65992	230 * V
ATT8884	55058396E	02/04/2017	50100	162 * I
ATT8884	55058397E	02/04/2017	65992	230 * V
AWR8816	55058398E	02/04/2017	50100	162 * I
MDC3683	55058381E	24/02/2017	50100	162 * I
MDC3683	55058382E	24/02/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CASTELO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR

DELEGADO DE POLICIA

**MORRO DA FUMAÇA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8248 1082/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8248 1082/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGN4576	P01FD000HB	26/01/2017	51851	167	195.23
CIC9259	P01L7000RS	23/12/2016	51851	167	195.23
CIG7832	55378812D	28/09/2012	54521	181 * VIII	127.69
DFJ3176	P01FD000BO	08/12/2016	65300	228	195.23
DID5291	P01FD000O0	19/02/2017	51851	167	195.23
JAF0180	54519571E	16/07/2013	51851	167	127.69
JAF0180	54520227E	19/07/2013	73662	252 * VI	85.12
JYS8228	P01FD000CJ	15/12/2016	51930	168	293.47
LXU7371	55378967D	14/10/2012	58350	195	127.69
LXU7371	55378968D	14/10/2012	65992	230 * V	191.53
LXU7371	55378969D	14/10/2012	70481	244 * II	191.53
LYM4823	54751687E	11/02/2014	55250	181 * XV	85.12
MCF8601	55378588D	05/09/2012	55415	181 * XVII	53.20
MCT6759	54520396E	07/09/2013	59594	203 * IV	191.53
MDL2644	P01FD000GH	22/01/2017	51851	167	195.23
MGK6344	54751158E	25/11/2013	50100	162 * I	574.61
MJA3092	55378563D	10/08/2012	55411	181 * XVII	53.20
MJL2360	P01FD000C8	13/12/2016	51851	167	195.23
MJN0117	P01FD000FW	22/01/2017	51851	167	195.23
MJZ7592	P01FD000EC	11/01/2017	51851	167	195.23
MKA1385	54224775N	13/02/2017	50020	257 8\$	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 1081/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8248 1081/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BTI5882	P01FD000SM	03/03/2017	51851	167
DHX6462	P01FD000XP	01/04/2017	55250	181 * XV
DMA1799	P01FD000UG	09/03/2017	52070	169
DTA6178	P01FD000YX	08/04/2017	51851	167
DUB1117	P01FD000XT	04/04/2017	59670	203 * V
DVL9063	P01FD000Y1	04/04/2017	51851	167
GRR5657	P01FD000Y6	04/04/2017	51851	167
ILI9537	P01FD000VJ	15/03/2017	65992	230 * V
ILI9537	P01FD000VK	15/03/2017	50100	162 * I
ITR2005	54238294N	03/04/2017	50020	257 8\$
IXZ4545	55052999F	28/03/2017	54100	181 * IV
LXD6707	P01FD000YF	05/04/2017	55250	181 * XV
LXR8896	P01FD000YP	05/04/2017	51851	167
LXZ7231	P01FD000TD	04/03/2017	50100	162 * I
LXZ7231	P01FD000TE	04/03/2017	65992	230 * V
LYA2048	P01FD000SU	03/03/2017	51851	167
LYM4823	P01FD000EW	19/01/2017	51851	167
LYO2738	P01FD000XH	31/03/2017	65992	230 * V
LYO2738	P01FD000XI	31/03/2017	65640	230 * II
LZJ9653	P01FD000GV	23/01/2017	65992	230 * V
LZJ9653	P01FD000GW	23/01/2017	50100	162 * I
MAU2802	P01FD000YL	05/04/2017	50100	162 * I
MBF9694	P01FD000X9	31/03/2017	73400	252 * IV
MBI8077	P01FD000V5	11/03/2017	51851	167
MBQ5300	P01FD000YC	05/04/2017	55250	181 * XV
MCD8461	P01FD000YD	05/04/2017	55250	181 * XV
MDC3480	P01FD000YB	05/04/2017	60501	208
MDN9225	P01FD000Z3	08/04/2017	51851	167
MDV5618	P01FD000Z2	08/04/2017	51851	167
MEM7259	55052998F	18/03/2017	55500	181 * XVIII
MFA9390	P01FD000YI	05/04/2017	54521	181 * VIII
MFV7562	P01FD000VH	13/03/2017	60501	208
MGC8514	P01FD000XD	31/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MGT8455	P01FD000XM	01/04/2017	54521	181 * VIII
MHM3991	P01FD000RT	28/02/2017	51851	167
MHS0872	P01FD000XK	01/04/2017	55500	181 * XVIII
MKS4743	P01FD000Y7	04/04/2017	51851	167
MLA4796	P01FD000Y2	04/04/2017	51851	167
MLC8944	P01FD000YM	05/04/2017	54010	181 * III
MLT7114	P01FD000X5	31/03/2017	51851	167
MMA5824	54238990N	04/04/2017	50020	257 8\$
NPB7483	P01FD000YA	05/04/2017	54100	181 * IV

OKE9268	P01FD000XS	03/04/2017	54522	181	*	VIII
OKH4683	P01FD000MW	14/02/2017	73400	252	*	IV
QHH7386	54238991N	04/04/2017	50020	257		8\$
QIL5700	P01FD000YU	06/04/2017	60501	208		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS  
DELEGADO DE POLICIA

---

### MORRO GRANDE

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8462 193/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8462 193/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHU5305	54049253E	18/11/2016	50100	162 * I	880.40

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 101/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8462 101/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCD5605	54961769B	26/11/2011	65992	230 * V
MCD5605	54961770B	26/11/2011	51180	164 c/c 162 * I
MCD5605	54961771B	26/11/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 102/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8462 102/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MDL4733 54961739B 09/12/2011 69200 233

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 103/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8462 103/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEV5611	54961653B	24/12/2011	65992	230 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 104/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8462 104/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJC1722	54961740B	09/01/2012	60502	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 105/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8462 105/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCX1847	54961774B	01/02/2012	60502	208
MCX1847	54961773B	01/02/2012	66371	230 * IX
MCX1847	54961772B	01/02/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 108/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

##### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 108/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IDE0453	54961493B	26/03/2012	69200	233
MEZ8447	54961587B	19/03/2012	65992	230 * v

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 109/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

##### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 109/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MCX2774 54961495B 18/03/2012 69200 233  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 110/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 110/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LXD5848 54961745B 11/04/2012 69200 233  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 112/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8462 112/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZX8272	54961593B	07/06/2012	50100	162 * I
LZX8272	54961594B	07/06/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 113/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8462 113/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MFE6025	54961591B	07/06/2012	50100	162 * I
MFE6025	54961592B	07/06/2012	65992	230 * V
MFJ5494	54961499B	03/06/2012	65992	230 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 114/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 114/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MKB7242	54961595B	16/06/2012	50100	162 * I
MKB7242	54961596B	16/06/2012	70301	244 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 115/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8462 115/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CLA7751	54961598B	26/06/2012	69200	233
LXO0180	54961627B	24/06/2012	65992	230 * V
LXO0180	54961626B	24/06/2012	50100	162 * I
MDX9341	54961500B	18/06/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 116/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8462 116/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JPA2156	54961561B	21/08/2012	69200	233
MDC2298	54961566B	30/08/2012	50610	163 c/c 162 * I
MDY7833	54961560B	12/08/2012	65992	230 * V
MKB7242	54961564B	30/08/2012	50610	163 c/c 162 * I
MKB7242	54961563B	30/08/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 117/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 117/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXD8810	54961567B	11/09/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 118/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8462 118/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MIA8627 54961628B 04/10/2012 69200 233  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 192/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8462 192/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCM9843	54049225E	09/02/2017	57463	187 * I
MDN4366	54049087E	22/02/2017	50100	162 * I
MDN4366	54049089E	22/02/2017	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

### NAVEGANTES

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8272 2087/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8272 2087/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIY4674	55933470E	03/10/2015	51420	164 c/c 162 * V	191.54
AQH5235	55939459E	22/01/2017	50450	162 * V	293.47
EEI8725	55938639E	11/01/2017	65992	230 * V	293.47
HKR3466	55941060E	14/01/2017	65992	230 * V	293.47
JPD5398	55939256E	15/01/2017	65992	230 * V	293.47
MCE9652	P017I00046	03/01/2017	67690	230 * XXII	130.16
MCL8127	P016B0002V	26/11/2016	66020	230 * VI	293.47
MDN7686	P01A10005Z	22/01/2017	65992	230 * V	293.47
MEP9270	55939280E	19/01/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MEP9270	55939279E	19/01/2017	69120	232	88.38
MEP9270	55939278E	19/01/2017	50450	162 * V	293.47
MEP9270	55939277E	19/01/2017	65992	230 * V	293.47
MER4301	55939268E	16/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40

MER4301	55939267E	16/01/2017	50100	162 * I	880.40
MFB1623	P016B0005N	16/02/2017	50100	162 * I	880.40
MFB1623	P016B0005O	16/02/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MGO6795	55939088E	29/01/2017	66371	230 * IX	195.23
MGP5815	55939276E	19/01/2017	65992	230 * V	293.47
MGP5815	55939275E	19/01/2017	51262	164 c/c 162 * II	880.40
MGP5815	55939274E	19/01/2017	50292	162* II	880.40
MIR5830	55937263E	19/01/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8272 2088/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES - NAVETRA - 282210

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8272 2088/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMI1811	55588488C	01/12/2016	55680	181 * XIX	195.23
BOF2797	55939329E	20/01/2017	51852	167	195.23
BOF2797	55939328E	20/01/2017	51851	167	195.23
BTF5538	55938137E	13/01/2017	51930	168	293.47
DNR9063	55940682E	10/02/2017	52070	169	88.38
DWC5323	P017U00053	21/01/2017	51851	167	195.23
EOE5152	55588133C	10/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
FJB5250	P017I00055	15/01/2017	54523	181 * VIII	195.23
IMF4788	P016X00051	08/02/2017	53800	181 * I	130.16
MAL0827	55940654E	25/01/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBB3077	55588134C	10/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MFB8059	55932771E	27/05/2015	51851	167	127.69
MFE3120	55940657E	25/01/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIQ1115	55588486C	29/11/2016	54600	181 * IX	130.16
MJE8709	55938214E	04/01/2017	51851	167	195.23
MJV8922	55939437E	21/01/2017	52070	169	88.38
MMF7649	55588139C	13/01/2017	54600	181 * IX	130.16
QHI9661	P016B0004A	25/01/2017	54521	181 * VIII	195.23

QHM0119	55937768E	06/01/2017	51851	167	195.23
QHO0836	P016X0004J	31/01/2017	58192	193	880.40
QIB1508	55941209E	24/01/2017	51852	167	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOAB BEZERRA DUARTE FILHO  
SUPERINTENDENTE

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 2085/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 2085/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APO5161	P017U0007D	15/02/2017	67261	230 * XVIII
APO5161	P017U0007E	15/02/2017	69120	232
ICF9847	55587532C	30/03/2017	73580	252 * V
MEV4040	P016S0005E	06/03/2017	65992	230 * V
MEV4040	P016S0005F	06/03/2017	50100	162 * I
MKP5686	55587510C	23/03/2017	73400	252 * IV
MLG4185	P016X0006N	04/04/2017	65992	230 * V
MLG4185	P016X0006O	04/04/2017	50100	162 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 2086/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES - NAVETRAN - 282210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8272 2086/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ASD3429	P016B0006N	07/04/2017	60501	208
MCV3525	55587520C	24/03/2017	55680	181 * XIX
MDB5395	P016X0006R	06/04/2017	54600	181 * IX
MDM1921	P016X0006D	08/03/2017	76251	ART 181, XX
MDW8681	P016B00069	11/03/2017	65300	228
MFB3124	P016X0006C	08/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MGO5017	55587526C	27/03/2017	55500	181 * XVIII
MHH7811	P016S0005C	04/03/2017	54521	181 * VIII
MJF2497	P016X00067	06/03/2017	54521	181 * VIII
MJO4413	55587524C	27/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MKH5220	55586448C	24/02/2017	51851	167
MKQ5633	55588160C	09/01/2017	55680	181 * XIX
MLQ3132	P016S0005Q	28/03/2017	57380	186 * II
OKH2551	55587528C	28/03/2017	54600	181 * IX
QHU0139	55587521C	24/03/2017	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOAB BEZERRA DUARTE FILHO  
SUPERINTENDENTE

**NOVA TRENTO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8153 1124/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8153 1124/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHJ5354	P0004000QY	31/01/2017	51851	167	195.23
CNP7030	P0004000R2	31/01/2017	51851	167	195.23
EVZ0071	P0004000WE	15/02/2017	51851	167	195.23
EVZ0071	P0004000WF	15/02/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
ISY7570	P0004000IO	14/01/2017	55680	181 * XIX	195.23
LXP4114	54724608E	08/09/2013	55680	181 * XIX	127.69
LYA2968	54274738C	12/05/2013	52070	169	53.20
LYA2968	54274893C	14/05/2013	51851	167	127.69
LYA2968	54919383D	03/02/2013	51691	165	1915.38
LYB1511	P0004000NR	26/01/2017	51851	167	195.23
LZW9547	54919440D	20/12/2012	55680	181 * XIX	127.69
MAL2598	54274528C	24/01/2013	69200	233	127.69
MBB7286	54274789C	04/09/2013	69200	233	127.69
MBY4596	P0004000Q8	30/01/2017	55680	181 * XIX	195.23
MBY5602	P0004000OE	26/01/2017	51851	167	195.23
MCC4715	54919457D	18/11/2012	54281	181 * V	191.53
MCK8167	54919235D	24/01/2013	69200	233	127.69
MDD3143	P0004000R8	31/01/2017	51851	167	195.23
MDJ3098	54274644C	02/09/2013	51851	167	127.69
MDN0694	P0004000QI	30/01/2017	51851	167	195.23
MET7779	54919454D	18/11/2012	54281	181 * V	191.53
MFG9963	P0004000M0	23/01/2017	51852	167	195.23
MGU4025	P0004000JD	15/01/2017	51851	167	195.23
MGY2062	54274602C	10/02/2013	55680	181 * XIX	127.69
MHA2395	P0004000XX	16/02/2017	51851	167	195.23
MIA4184	P01KE000AW	05/01/2017	51852	167	195.23
MIH1459	55589144F	22/01/2017	55680	181 * XIX	195.23
MIK5279	54919370D	06/01/2013	54281	181 * V	191.53
MIS9828	54724869E	07/11/2013	51851	167	127.69
MJG7962	54274820C	12/05/2013	55680	181 * XIX	127.69
MJI8509	P0004000WZ	15/02/2017	51851	167	195.23
MKA4101	54724634E	08/09/2013	55680	181 * XIX	127.69
MKU4294	P0004000MA	23/01/2017	51851	167	195.23
MKU7442	P0004000MJ	23/01/2017	51851	167	195.23
MKY0574	P0004000J9	15/01/2017	51851	167	195.23
MLU9615	P0004000UL	11/02/2017	51851	167	195.23
MMA1115	P0004000L0	20/01/2017	51851	167	195.23
MMB9400	54919469D	18/11/2012	55680	181 * XIX	127.69
NAR2634	P0004000J8	15/01/2017	51851	167	195.23
QHR0783	P01KE000DX	29/01/2017	55680	181 * XIX	195.23
QII7575	P0004000PR	27/01/2017	51852	167	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI  
DELEGADO DE POLICIA

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 1123/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 1123/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFX3780	P00040014M	12/03/2017	51851	167
ALE1893	P0004001DF	02/04/2017	51851	167
ALE1893	P0004001DG	02/04/2017	51930	168
AWI3179	P000400151	13/03/2017	51851	167
CFX6209	54238980N	04/04/2017	50020	257 8S
CGX9936	P0004001DQ	05/04/2017	51851	167
EBV0423	P000400135	28/02/2017	51851	167
IKV9642	P000400160	17/03/2017	51851	167
IMH9965	P00040014T	12/03/2017	57380	186 * II
IVW2727	P0004001E4	05/04/2017	51852	167
LXQ3229	P0004001E0	05/04/2017	51851	167
MAI0457	P0004001DH	02/04/2017	51851	167
MAL6298	P0004000UU	11/02/2017	51851	167
MBM7367	P000400155	13/03/2017	51851	167
MCM0986	P0004001BL	01/04/2017	51851	167
MDA5897	P000400158	13/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MDJ3570	P00040016A	17/03/2017	51851	167
MDS5016	P0004001CX	02/04/2017	51851	167
MDZ4116	P0004000ZA	19/02/2017	51930	168
MEG4383	P01KE000IM	12/03/2017	55500	181 * XVIII
MEM5949	P01KE000I6	08/03/2017	51852	167
MEP2130	P0004000Z1	19/02/2017	51851	167
MET1967	P00040014J	12/03/2017	51851	167
MFR9023	P01KE000IF	09/03/2017	65992	230 * V

MFW1496	P00040014L	12/03/2017	51930	168	
MFW2795	P01KE000H3	26/02/2017	54521	181	* VIII
MGJ9616	P000400149	12/03/2017	51851	167	
MGP8670	P00040014D	12/03/2017	51851	167	
MGW7914	P0004001BG	01/04/2017	51851	167	
MHA3624	P0004001CW	02/04/2017	51851	167	
MHI5141	P0004001DU	05/04/2017	76331	ART	252, UNICO
MHO4324	P01KE000IE	09/03/2017	65992	230	* V
MID3171	P0004000Y7	16/02/2017	51851	167	
MIH6887	P000400152	13/03/2017	51851	167	
MIW1153	P01KE000H5	28/02/2017	65992	230	* V
MIX3083	54233995N	20/03/2017	50020	257	8\$
MJY8341	P0004001BH	01/04/2017	51851	167	
MKA5097	P00040011E	24/02/2017	51851	167	
MKH8402	P0004000Z0	19/02/2017	51852	167	
MKX6588	P00040013U	12/03/2017	51851	167	
MKX7547	P0004001CD	02/04/2017	51851	167	
MLD3562	P00040014X	13/03/2017	51851	167	
MLI8630	P0004001BT	01/04/2017	51851	167	
MLW8840	P01KE000HR	05/03/2017	55680	181	* XIX
MMH3196	P00040015M	13/03/2017	51851	167	
MMJ7679	54238977N	04/04/2017	50020	257	8\$
MQA5670	P0004001C7	02/04/2017	51852	167	
NOD1540	P00040011W	24/02/2017	51851	167	
QHF5758	P0004001D7	02/04/2017	51851	167	
QHO4394	P01KE000IL	11/03/2017	50100	162	* I
QIC2633	P00040013X	12/03/2017	51851	167	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI  
DELEGADO DE POLICIA

### ORLEANS

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8084 1598/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8084 1598/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKO8287	P01FX0008M	26/12/2016	67690	230 * XXII	130.16
LZY2903	P01FX0008Y	27/12/2016	66102	230 * VII	195.23
MDU3528	P01FY00011	28/12/2016	66020	230 * VI	293.47
MDU3528	P01FY00012	28/12/2016	66102	230 * VII	195.23
MKI6387	P01FX000AT	15/01/2017	69120	232	88.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8084 1599/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS - 282290

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8084 1599/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DUP4382	P01FZ0003Q	15/01/2017	51930	168	293.47
FBZ9097	P01FX00098	28/12/2016	55090	181 * XIII	130.16
MAH3718	P01FX0008O	27/12/2016	51851	167	195.23
MCG8717	P01FX0008T	27/12/2016	51851	167	195.23
MDU3528	P01FY00013	28/12/2016	52070	169	88.38
MDU3528	P01FY00014	28/12/2016	58780	199	130.16
MDU3528	P01FY00015	28/12/2016	59670	203 * V	1467.34
MEE7852	P01FX00054	02/12/2016	51851	167	195.23
MEN1187	P01FX0007W	22/12/2016	51930	168	293.47
MFP7654	P01FX0003C	18/11/2016	51851	167	195.23
MGL8717	P01FX00041	25/11/2016	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKX9326	P01FZ00019	09/12/2016	54870	181 * XI	195.23
QHF2201	P01FX0008V	27/12/2016	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QID3900	P01FZ0001C	09/12/2016	54522	181 * VIII	195.23
QID3900	P01FX0003J	21/11/2016	55090	181 * XIII	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1596/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1596/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKU1562	P01FX000KC	03/04/2017	65992	230 * V
CAP2902	P01FZ0009G	01/03/2017	65992	230 * V
CAP2902	P01FZ0009H	01/03/2017	50450	162 * V
DDI8865	P01FZ000EH	08/04/2017	67000	230 * XVI
DFM1499	P01FZ000DA	31/03/2017	65992	230 * V
DTB4581	P01FZ000BA	14/03/2017	65992	230 * V
DTB4581	P01FZ000BB	14/03/2017	50100	162 * I
DTB4581	P01FZ000BC	14/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
IKJ3524	P01FZ000B6	12/03/2017	65992	230 * V
LXF4389	P01FZ000BL	17/03/2017	50100	162 * I
LXF4389	P01FZ000BM	17/03/2017	50610	163 c/c 162 * I
LYI6571	P01FX000JN	31/03/2017	65992	230 * V
LYK3791	P01FZ000DQ	02/04/2017	65992	230 * V
LYK3791	P01FZ000DR	02/04/2017	50100	162 * I
LZG7351	P01FX000KQ	04/04/2017	65992	230 * V
LZG7351	P01FX000KR	04/04/2017	50450	162 * V
LZO4242	P01FZ0009W	03/03/2017	69120	232
LZT2899	P01FX000HE	10/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
LZT2899	P01FX000HC	10/03/2017	50100	162 * I
LZT2899	P01FX000HD	10/03/2017	65992	230 * V
LZY5713	P01FX000KJ	03/04/2017	65992	230 * V
MAV9241	P01FZ000DU	03/04/2017	65992	230 * V
MAX0683	P01FZ000AN	07/03/2017	50100	162 * I
MAX0683	P01FZ000AO	07/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MBQ8487	P01FX000HR	17/03/2017	65992	230 * V
MCD4724	P01FY0001N	24/03/2017	73400	252 * IV

MCE2601	P01FX000K1	02/04/2017	65992	230	*	V
MCG3428	P01FX000JE	29/03/2017	50100	162	*	I
MDE4057	P01FE0007A	05/03/2017	50100	162	*	I
MDE4057	P01FE0007B	05/03/2017	66102	230	*	VII
MDE4057	P01FE0007C	05/03/2017	66372	230	*	IX
MDE4057	P01FZ000AK	05/03/2017	51180	164	c/c	162 * I
MDQ2174	P01FE00078	05/03/2017	66102	230	*	VII
MDQ2174	P01FE00079	05/03/2017	66371	230	*	IX
MEK8927	P01FZ0009Y	03/03/2017	50100	162	*	I
MEK8927	P01FZ0009Z	03/03/2017	50610	163	c/c	162 * I
MEW5030	P01FZ000BE	16/03/2017	65992	230	*	V
MEW5030	P01FZ000BF	16/03/2017	50100	162	*	I
MEW5030	P01FZ000BG	16/03/2017	50610	163	c/c	162 * I
MFG3258	P01FZ0008E	23/02/2017	73400	252	*	IV
MFJ4866	P01FX000HQ	17/03/2017	66102	230	*	VII
MFT3841	P01FY0001L	14/03/2017	66102	230	*	VII
MFV2440	P01FX000GE	28/02/2017	65992	230	*	V
MGN8588	P01FX000JV	01/04/2017	50100	162	*	I
MGR4106	P01FZ000E5	06/04/2017	65992	230	*	V
MHR2061	P01FZ000AR	11/03/2017	67000	230	*	XVI
MIE9920	P01FX000K3	02/04/2017	50450	162	*	V
MIE9920	P01FX000K4	02/04/2017	69120	232		
MIG5712	P01FZ000EF	08/04/2017	65992	230	*	V
MIG5712	P01FZ000EG	08/04/2017	50100	162	*	I
MIV4716	P01FX000HG	12/03/2017	66372	230	*	IX
MKW5781	P01FZ000B5	11/03/2017	67000	230	*	XVI
MKW5781	P01FZ000B7	12/03/2017	51691	165		
MMI2570	P01FY00029	31/03/2017	66102	230	*	VII
MMI2570	P01FX000JI	30/03/2017	66102	230	*	VII
QHP5880	P01FZ000D7	29/03/2017	50450	162	*	V
QIQ7551	P01FX000K0	02/04/2017	67000	230	*	XVI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1597/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS - 282290

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1597/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAJ9115	55380894F	24/03/2017	52070	169
MAS5691	P01FX000K5	03/04/2017	51851	167
MAX0683	P01FZ000AM	07/03/2017	70301	244 * I
MBZ6052	P01FX000JU	01/04/2017	73662	252*VI
MCK0149	P01FX000JP	31/03/2017	70301	244 * I
MDI0028	P01FX000KI	03/04/2017	54870	181 * XI
MFF3052	P01FX000JJ	30/03/2017	70481	244 * II
MFO0644	P01FZ000BV	18/03/2017	58350	195
MFZ3849	P01FX000HO	17/03/2017	58350	195
MGR2521	P01FX000KS	04/04/2017	52070	169
MHD8469	P01FX000GZ	08/03/2017	54870	181 * XI
MHJ5923	P01FX000HJ	15/03/2017	51851	167
MIJ5866	P01FX000KL	03/04/2017	51851	167
MIJ6341	P01FX000LT	07/04/2017	73662	252*VI
MJJ8292	P01FZ000BT	18/03/2017	54870	181 * XI
MLA5326	P01FZ000BS	18/03/2017	54870	181 * XI
MLE0205	P01FX000K6	03/04/2017	51851	167
MMM3523	P01FX000JO	31/03/2017	58780	199
OKG7946	P01FX000LW	07/04/2017	54870	181 * XI
QIB3188	P01FX000LQ	07/04/2017	54870	181 * XI
QIZ0330	P01FZ000E1	04/04/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## Ouro

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8268 731/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8268 731/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGN0706	P00VE000NV	24/12/2016	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8268 732/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO - DETRANO - 282310

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8268 732/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEU3382	P00VD000MG	12/01/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

MANOEL CELITO BARETTA DA SILVA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8268 730/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8268 730/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

KAB7686 P00VD000R5 31/03/2017 65992 230 \* V  
KAB7686 P00VD000R6 31/03/2017 50450 162 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO  
DELEGADO DE POLICIA

**PALHOÇA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8064 2359/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8064 2359/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----

AFT6209	P01GJ0006M	09/01/2017	65992	230	*	V	293.47
AIK1595	P016H000AA	28/11/2016	65992	230	*	V	293.47
AIK1595	P016H000AB	28/11/2016	50450	162	*	V	293.47
AIK1595	P016H000AC	28/11/2016	51420	164	c/c	162 * V	293.47
AJZ0341	54321145E	12/12/2013	65992	230	*	V	191.53
COX4476	P016H000GQ	20/01/2017	65992	230	*	V	293.47
EIM8500	P01GE0005T	11/01/2017	65992	230	*	V	293.47
EYQ6666	54374267F	01/01/2017	65992	230	*	V	293.47
EYQ6666	54374268F	01/01/2017	69120	232			88.38
EYQ6666	54374269F	01/01/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
HJB7381	P016M000AG	18/02/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
IOB7289	P016H000BR	08/12/2016	66020	230	*	VI	293.47
JMB0853	P01GE00057	30/12/2016	67000	230	*	XVI	195.23
JMB0853	P01GE00058	30/12/2016	50291	162*		II	880.40
LXS3576	54863440E	25/08/2014	65992	230	*	V	191.53
MAS2907	P01GJ00074	21/01/2017	65992	230	*	V	293.47
MAU0497	54856952E	22/01/2014	65992	230	*	V	191.53
MBN1743	55461459F	14/02/2017	65992	230	*	V	293.47
MBX6123	P016L000DX	20/01/2017	50100	162	*	I	880.40
MBX6123	P016L000DY	20/01/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
MCI6782	P016L000D2	30/12/2016	65992	230	*	V	293.47
MCI6782	P016L000D3	30/12/2016	50100	162	*	I	880.40
MCI6782	P016L000D6	30/12/2016	66372	230	*	IX	195.23
MCP4371	55460419F	14/01/2017	50100	162	*	I	880.40
MCP4371	55460420F	14/01/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
MCS1204	54864355E	12/09/2014	65992	230	*	V	191.53
MCS1204	54864380E	12/09/2014	50100	162	*	I	574.61
MCS1204	54864381E	12/09/2014	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MCS9600	54321917E	26/12/2013	69200	233			127.69
MDT1842	54128586G	16/01/2017	67000	230	*	XVI	195.23
MDX0504	P016I0008Y	18/01/2017	65992	230	*	V	293.47
MEI6384	P016O000ET	11/01/2017	65992	230	*	V	293.47
MFO2274	P016H000H1	24/01/2017	67000	230	*	XVI	195.23
MGD7257	54321902E	28/12/2013	50100	162	*	I	574.61
MGM3557	P016P00092	23/01/2017	52820	176	*	I	1467.34
MHE4259	55459815F	18/02/2017	50100	162	*	I	880.40
MHE4259	55459816F	18/02/2017	65992	230	*	V	293.47
MHE4259	55459817F	18/02/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
MHV6879	P016O000CO	12/12/2016	65992	230	*	V	293.47
MHV7707	P016K0008Z	14/01/2017	50100	162	*	I	880.40
MHV7707	P016K00090	14/01/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
MIT8133	P016H000CK	09/12/2016	65992	230	*	V	293.47
MIT8133	P016H000CR	09/12/2016	67261	230	*	XVIII	195.23
MKG7912	P01GJ00078	28/01/2017	66102	230	*	VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS  
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8064 2360/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8064 2360/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABE7227	54129708G	26/01/2017	51851	167	195.23
AJG3118	55458759F	08/01/2017	54521	181 * VIII	195.23
AJG3118	55460115F	08/01/2017	54521	181 * VIII	195.23
AVF3640	54128943G	18/01/2017	51851	167	195.23
AWO5358	54128734G	18/01/2017	55680	181 * XIX	195.23
BBC2201	54127885G	19/01/2017	54521	181 * VIII	195.23
CIT8653	P016L000BX	23/12/2016	58196	193	880.40
CLS3030	54131542G	21/02/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
DFJ4668	54127841G	02/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
DWA4126	54321606E	19/12/2013	55680	181 * XIX	127.69
DWS1595	55459320F	26/12/2016	54521	181 * VIII	195.23
EEY2514	P016G000FC	10/12/2016	55411	181* XVII c/ Lei13146	195.23
HIM7119	54128624G	05/01/2017	51851	167	195.23
HSE8290	55459880F	22/01/2017	55680	181 * XIX	195.23
IHG7545	55459060F	01/01/2017	53800	181 * I	130.16
IJP5824	54129405G	20/01/2017	51851	167	195.23
IJY1287	54128542G	05/01/2017	57380	186 * II	293.47
ILC0809	54372466F	15/01/2017	55680	181 * XIX	195.23
IMK1201	55459260F	02/01/2017	55680	181 * XIX	195.23
IMW2249	P016I0005Z	21/12/2016	55500	181 * XVIII	130.16
IRZ6494	54129187G	18/01/2017	51851	167	195.23
ISO6923	54127992G	20/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
ITL2893	55459310F	26/12/2016	55680	181 * XIX	195.23
ITR0305	54377907F	26/11/2016	55680	181 * XIX	195.23
IWD6956	54128420G	03/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
LYK1731	54129383G	20/01/2017	51851	167	195.23
LYT3840	P016L000B7	16/12/2016	54521	181 * VIII	195.23
LZC2336	54129715G	26/01/2017	51851	167	195.23
MAL8448	54129309G	19/01/2017	54521	181 * VIII	195.23
MAP6632	54860464E	28/04/2014	55680	181 * XIX	127.69
MAS2907	P01GJ00073	21/01/2017	70561	244 * III	293.47
MAW7220	54319902E	29/12/2013	54521	181 * VIII	127.69
MBX6123	P016O000FF	17/01/2017	58350	195	195.23
MCV2414	54128594G	19/01/2017	54526	181 * VIII	195.23
MDK5245	55460136F	09/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MDV4889	54129094G	26/01/2017	51851	167	195.23
MEC3193	54129923G	26/01/2017	51851	167	195.23
MEI6384	P016O000EU	11/01/2017	58350	195	195.23
MEZ5385	P01GJ0004S	08/12/2016	57380	186 * II	293.47
MFK3448	54129342G	24/01/2017	57380	186 * II	293.47
MFQ8938	54859236E	07/03/2014	73662	252 * VI	85.12
MGE5782	54128600G	19/01/2017	51851	167	195.23
MGT5797	54128980G	13/01/2017	51851	167	195.23
MGZ5473	54128695G	11/01/2017	51851	167	195.23

MHB7900	P016I0006L	25/12/2016	55680	181	*	XIX	195.23
MHB7900	P016I0006M	25/12/2016	55250	181	*	XV	130.16
MHX6947	54129049G	19/01/2017	51851	167			195.23
MIH1900	55460202F	09/01/2017	60501	208			293.47
MIJ3963	55460407F	13/01/2017	59670	203	*	V	1467.34
MIK1469	54377474F	30/11/2016	54521	181	*	VIII	195.23
MIP7213	P01GJ00052	08/12/2016	57380	186	*	II	293.47
MJG2067	P016G000F3	10/12/2016	55412	181	*	XVII c/ Lei13146	195.23
MJG9323	54225860N	17/02/2017	50020	257		8\$	293.47
MJW3172	54131704G	16/02/2017	76332	ART	252,	UNICO	293.47
MJX0138	54129399G	30/01/2017	51851	167			195.23
MJY1119	54225865N	17/02/2017	50020	257		8\$	293.47
MKD9218	54127748G	28/12/2016	51851	167			195.23
MKJ4264	54129470G	20/01/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
MKS5702	54129310G	19/01/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MLB3973	54128869G	09/01/2017	56650	182	*	X	130.16
MLG1538	54129120G	26/01/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
MLG7807	54128940G	18/01/2017	51851	167			195.23
MLO0362	54127477G	26/12/2016	57380	186	*	II	293.47
MLR6247	54377876F	27/12/2016	55250	181	*	XV	130.16
MMD3119	P016G000EP	30/11/2016	76332	ART	252,	UNICO	293.47
MMK9248	55459913F	09/01/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MQZ0872	54128666G	06/01/2017	51851	167			195.23
NUB5308	55460119F	08/01/2017	55680	181	*	XIX	195.23
QHC6934	54128195G	10/01/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
QHE5447	54129361G	19/01/2017	73662	252	*	VI	85.13
QHF3577	54129810G	26/01/2017	56221	182	*	VI	88.38
QHH2712	54131586G	20/02/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
QHX6922	54131124G	15/02/2017	76332	ART	252,	UNICO	293.47
QHX9145	55461376F	16/02/2017	51851	167			195.23
QIA9593	54128682G	09/01/2017	76332	ART	252,	UNICO	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

CLAUDIO MONTEIRO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2357/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2357/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKW7979	P01GJ000BN	10/03/2017	67000	230 * XVI
CMH1927	55459821F	03/03/2017	67261	230 * XVIII
CMH1927	55459820F	03/03/2017	50100	162 * I
CMH1927	55459814F	03/03/2017	65992	230 * V
CMH1927	55459819F	03/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
DPJ5049	P01GJ000C9	05/04/2017	65992	230 * V
EHK9086	P016G000GP	30/03/2017	65992	230 * V
EHK9086	P016G000GQ	30/03/2017	69120	232
HNG7391	P016K000B4	06/03/2017	65992	230 * V
IBM1861	P016K000DF	07/04/2017	65992	230 * V
ICJ2797	55464707F	10/03/2017	65992	230 * V
IRE3296	55460735F	20/02/2017	65992	230 * V
IRE3296	55460736F	20/02/2017	64080	221
JDM0210	54132418G	29/03/2017	69120	232
LXP5283	P016I000B2	03/04/2017	50450	162 * V
LXP5283	P016I000B4	03/04/2017	65992	230 * V
LZA9097	P01HC001DK	01/04/2017	75790	165 A
LZK0341	P016P000C2	02/03/2017	50100	162 * I
LZK0341	P016P000C3	02/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
LZP1833	P016O000K4	30/03/2017	69120	232
MBO2293	P016I000B6	04/04/2017	66372	230 * IX
MBO2293	P016I000B7	04/04/2017	67261	230 * XVIII
MBT3278	P016N000BY	31/03/2017	65992	230 * V
MBT3278	P016N000BZ	31/03/2017	50450	162 * V
MBT3278	P016N000C0	31/03/2017	69120	232
MBT3278	P016N000C1	31/03/2017	51420	164 c/c 162 * V
MCA8517	55458821F	24/01/2017	65992	230 * V
MCH6488	P01GJ000BL	10/03/2017	65992	230 * V
MCO1267	P016N000BI	12/03/2017	50100	162 * I
MCO1267	P016N000BJ	12/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCW9702	P016L000KB	02/04/2017	50100	162 * I
MDG1888	P016O000IE	06/03/2017	69120	232
MDN9730	P016I000AR	07/03/2017	65992	230 * V
MDR7758	P01GJ000AY	08/03/2017	65992	230 * V
MDR7758	P01GJ000B0	08/03/2017	50100	162 * I
MDU7691	P016L000J0	06/03/2017	67000	230 * XVI
MDV2945	54373945F	12/03/2017	52741	175
MEF6461	55460229F	01/04/2017	65992	230 * V
MEK5580	P016G000GR	30/03/2017	65992	230 * V
MEK5580	P016G000GS	30/03/2017	50100	162 * I
MEK5580	P016G000GT	30/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MFT8629	55461265F	09/02/2017	65992	230 * V
MFV6263	55460193F	08/03/2017	65992	230 * V
MFZ5508	P016O000IM	10/03/2017	65992	230 * V
MGA8333	P016N000BH	12/03/2017	50450	162 * V
MGI0334	P016P000C4	02/03/2017	65992	230 * V
MGO9505	P016L000J2	06/03/2017	65992	230 * V
MGO9505	P016L000J3	06/03/2017	50100	162 * I
MHR2984	55460224F	01/04/2017	65992	230 * V
MHR2984	55460227F	01/04/2017	67261	230 * XVIII
MHR2984	55460228F	01/04/2017	66372	230 * IX
MIO5462	P016K000BC	06/03/2017	50100	162 * I
MIO5462	P016K000BD	06/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MIU8709	P016L000IE	02/03/2017	65992	230 * V
MJA5188	P016O000HL	04/03/2017	65992	230 * V
MJA5188	P016O000HM	04/03/2017	50450	162 * V

MJA5188	P0160000HN	04/03/2017	51420	164	c/c 162 * V
MJT9552	P0160000IS	10/03/2017	67000	230	* XVI
MKN2302	55460226F	01/04/2017	50100	162	* I
MLP8911	55460223F	01/04/2017	65992	230	* V
OFL5893	P016N000CB	04/04/2017	50100	162	* I
OFL5893	P016N000CC	04/04/2017	51180	164	c/c 162 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS  
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2358/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2358/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFX8007	54870101G	05/04/2017	55500	181 * XVIII
AIZ7535	54131997G	09/03/2017	76332	ART 252, UNICO
AMX1302	54870204G	04/04/2017	55680	181 * XIX
ANW3587	55458772F	25/02/2017	55680	181 * XIX
AUT0803	54870203G	04/04/2017	54521	181 * VIII
AVQ7816	54132045G	10/03/2017	55500	181 * XVIII
BTB3914	54129985G	07/03/2017	55680	181 * XIX
CWP8450	54132064G	14/03/2017	55500	181 * XVIII
CWP8450	54132063G	14/03/2017	54521	181 * VIII
CXO6186	54131889G	08/03/2017	55680	181 * XIX
DCV0549	54131269G	06/04/2017	51851	167
DGL8538	54871766E	10/02/2017	54521	181 * VIII
DGV3631	P016N000C7	02/04/2017	59670	203 * V
DNL0018	54132290G	23/03/2017	76332	ART 252, UNICO
DSK5073	54372474F	27/02/2017	55500	181 * XVIII
EGP8714	55460940F	04/04/2017	57380	186 * II
EGP8714	55460941F	04/04/2017	51851	167
EJA6516	54130586G	30/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

ENC0568	54870159G	06/04/2017	51851	167
EUO7496	54128363G	07/03/2017	55680	181 * XIX
GZF4631	54132157G	07/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
HFK7759	54130579G	29/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
IDP3250	55461651F	03/04/2017	57380	186 * II
IGQ1674	55461133F	26/02/2017	55680	181 * XIX
IJI9305	55459733F	25/02/2017	55500	181 * XVIII
INX2073	55459723F	22/02/2017	76251	ART 181, XX
ISX8110	55459748F	26/02/2017	55500	181 * XVIII
ITB2868	54131822G	13/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
IVA6294	55461539F	22/02/2017	55250	181 * XV
IVF8738	55461635F	03/04/2017	57380	186 * II
IVW7516	55460907F	08/03/2017	55680	181 * XIX
JIF0325	P0160000JT	30/03/2017	51851	167
JVO9772	54128365G	08/03/2017	55500	181 * XVIII
KEZ3949	54870261G	06/04/2017	55680	181 * XIX
KGT1128	54131095G	02/03/2017	54521	181 * VIII
KYY2670	54377098F	05/04/2017	54521	181 * VIII
LLE7394	P016M000BG	18/02/2017	57380	186 * II
LOE0391	54132108G	07/03/2017	55680	181 * XIX
LYY3635	55461104F	22/02/2017	55680	181 * XIX
LZA9693	P0160000K7	01/04/2017	58192	193
LZD1948	P016N000BD	04/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
LZK3780	55461169F	27/03/2017	61220	214 * I
LZR2362	54132415G	30/03/2017	55500	181 * XVIII
MAA2842	P016N000CA	04/04/2017	59670	203 * V
MAI1719	54132031G	08/03/2017	57380	186 * II
MAL8448	55459729F	25/02/2017	55500	181 * XVIII
MBE4634	54870260G	06/04/2017	55680	181 * XIX
MBH4592	54132201G	10/03/2017	55500	181 * XVIII
MBI7181	P01GJ000AI	08/03/2017	51851	167
MBK7133	P016H000IT	08/03/2017	51851	167
MBM7414	54132025G	06/03/2017	55680	181 * XIX
MBN4571	54131770G	03/03/2017	54526	181 * VIII
MBO0062	P016G000G1	24/02/2017	54600	181 * IX
MBR5226	54132107G	07/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MCA7234	54128366G	08/03/2017	55500	181 * XVIII
MCH1466	54132150G	29/03/2017	53800	181 * I
MCR0359	P016K000B7	06/03/2017	58350	195
MCR0359	P016K000B8	06/03/2017	52152	170
MDG1888	P016O000ID	06/03/2017	60412	207
MDP6063	P016O000I8	04/03/2017	57380	186 * II
MDQ7477	P016H000K2	14/03/2017	57380	186 * II
MDQ9814	P016O000KB	01/04/2017	58192	193
MDS1853	55460100F	26/02/2017	55500	181 * XVIII
MDV1945	P016H000JP	14/03/2017	57380	186 * II
MDV2945	54373946F	12/03/2017	58350	195
MDV2945	54373947F	12/03/2017	59670	203 * V
MEE7174	P016O000K6	01/04/2017	58192	193
MEI8440	55461622F	02/04/2017	57380	186 * II
MEQ3337	54128379G	13/03/2017	55680	181 * XIX
MEX0044	54231188N	09/03/2017	50020	257 8\$
MFA1163	54132165G	09/03/2017	54521	181 * VIII
MFB8756	P016O000HQ	04/03/2017	57380	186 * II
MFE1774	54132062G	10/03/2017	54600	181 * IX
MFI4658	54131784G	10/03/2017	54526	181 * VIII
MFI5539	54132057G	03/03/2017	54526	181 * VIII
MFJ8328	54132155G	06/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MFQ8219	54870205G	04/04/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MFQ8240	55460924F	28/03/2017	57380	186 * II
MFS0358	54132039G	09/03/2017	54526	181 * VIII
MFS1798	P016L000IX	04/03/2017	57380	186 * II
MFY2295	54132427G	05/04/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

MGH4575	55464705F	10/03/2017	51851	167
MGH4575	55464704F	10/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MGL3245	54132021G	06/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MGM7103	54131861G	21/02/2017	55500	181 * XVIII
MGU8381	P016P000CQ	02/03/2017	57380	186 * II
MHE3902	54132040G	09/03/2017	54526	181 * VIII
MHF1634	54131475G	29/03/2017	55680	181 * XIX
MHF6245	54131840G	03/04/2017	76332	ART 252, UNICO
MHO3678	54131813G	03/03/2017	55680	181 * XIX
MHT3874	55461167F	27/03/2017	73662	252*VI
MHV3311	P01GJ000BM	10/03/2017	51851	167
MHV3311	54132032G	08/03/2017	57380	186 * II
MHZ4016	55461623F	02/04/2017	57380	186 * II
MHZ4016	55461637F	03/04/2017	57380	186 * II
MIG6430	55461611F	02/04/2017	57380	186 * II
MIS5261	P01GE0009Q	09/03/2017	65300	228
MIT6835	54130587G	30/03/2017	55680	181 * XIX
MIT7162	54131847G	06/04/2017	76331	ART 252, UNICO
MIY1698	54231200N	09/03/2017	50020	257 8\$
MIY9493	55459832F	29/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MJB1243	P016P000CB	02/03/2017	51851	167
MJB2309	P016O000IU	10/03/2017	51851	167
MJF4237	55459835F	31/03/2017	73662	252*VI
MJG0118	54131837G	30/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MJJ2736	54131100G	06/03/2017	54526	181 * VIII
MJM9523	55461608F	02/04/2017	57380	186 * II
MJP3523	54230482N	07/03/2017	50020	257 8\$
MJR8422	54132042G	09/03/2017	58196	193
MJW2992	54128359G	07/03/2017	54526	181 * VIII
MKB0237	54132300G	30/03/2017	54521	181 * VIII
MKO3733	P01GJ000AN	08/03/2017	51851	167
MKO7712	55461145F	26/02/2017	55680	181 * XIX
MKP7877	54132036G	09/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MKQ1251	54870112G	06/04/2017	51851	167
MKQ2464	55464749F	29/03/2017	55250	181 * XV
MKU9289	P016H000IN	08/03/2017	51851	167
MKW1239	55459829F	29/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MKZ9949	55460909F	27/03/2017	57380	186 * II
MLA1861	55460932F	04/04/2017	51851	167
MLC9611	P016L000IL	02/03/2017	57380	186 * II
MLF3890	54131999G	09/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MLI6863	54132420G	30/03/2017	55500	181 * XVIII
MLM4373	55460944F	04/04/2017	51851	167
MLT5240	54377095F	03/04/2017	54521	181 * VIII
MLU4675	54131731G	04/04/2017	76332	ART 252, UNICO
MMD3563	P016K000DA	30/03/2017	54790	181 * X
MMK3445	P01GE0009G	26/02/2017	57380	186 * II
NHI1179	55461633F	03/04/2017	57380	186 * II
NJE8275	54870202G	05/04/2017	76332	ART 252, UNICO
OKE9559	54131989G	08/03/2017	57380	186 * II
PFD2525	54870152G	04/04/2017	76332	ART 252, UNICO
PPE7246	55459836F	31/03/2017	73662	252*VI
PVZ5996	55459737F	26/02/2017	54523	181 * VIII
QDO7630	P016N000BK	12/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
QHD9790	54377096F	04/04/2017	54521	181 * VIII
QHG5965	55461640F	03/04/2017	57380	186 * II
QHL9910	55459247F	28/02/2017	55680	181 * XIX
QHO0179	55460937F	04/04/2017	51851	167
QHT0266	55461638F	03/04/2017	57380	186 * II
QHU1758	54130531G	10/02/2017	76332	ART 252, UNICO
QHY8577	P01GJ000BE	10/03/2017	58196	193
QHZ4291	55464713F	13/03/2017	55500	181 * XVIII
QJN2010	54131494G	06/04/2017	76331	ART 252, UNICO

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

CLAUDIO MONTEIRO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### PALMITOS

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8432 1232/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS - 282370

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8432 1232/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYY6500	P01LN0007D	15/02/2017	72340	250 * I * a	130.16

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

AIRTON COSTA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 1230/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8432 1230/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

ILI8461	P01LN0008E	08/03/2017	65992	230 * V
MGT7903	P01LN0008A	07/03/2017	65992	230 * V
MGT7903	P01LN0008D	07/03/2017	66372	230 * IX
MRM7919	55676008F	31/03/2017	65480	229

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 1231/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS - 282370

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8432 1231/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AJM5975	P01LN0008L	14/03/2017	54522	181 * VIII
MGY4873	P01LN0008F	10/03/2017	54522	181 * VIII
MKZ3976	P01LN00095	31/03/2017	54100	181 * IV

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

AIRTON COSTA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### PAPANDUVA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1302/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1302/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADP1651	P01GD0006I	06/04/2017	69120	232
ADP4955	55021092E	27/03/2017	50100	162 * I
ADP4955	55021093E	27/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
LZW4572	P01GD0005L	29/03/2017	65992	230 * V
LZW4572	P01GD0005M	29/03/2017	69120	232
LZW4572	P01GD0005N	29/03/2017	50371	162 * III
MDI3613	P01GD0005T	30/03/2017	50100	162 * I
MDI3613	P01GD0005U	30/03/2017	65561	230 * I
MDN1892	55021083E	05/03/2017	65992	230 * V
MED7607	P01GD0005D	14/03/2017	50100	162 * I
MEW2763	P01GD0006D	02/04/2017	66102	230 * VII
MFL2224	55021223E	03/04/2017	65992	230 * V
QHN6890	55021089E	15/03/2017	65992	230 * V
QHN6890	55021090E	15/03/2017	50100	162 * I
QHW7408	P01GD0005J	28/03/2017	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1303/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA - DETRANPV - 282390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8114 1303/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
FJJ6311	P01GD0005E	15/03/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUIZ HENRIQUE SALIBA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PASSO DE TORRES**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8448 781/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8448 781/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ISE1398	P01FJ000P2	13/01/2017	50450	162 * V	293.47
ISE1398	P01FJ000P3	13/01/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
ITX8166	P01FJ000PR	17/01/2017	65992	230 * V	293.47
LXE0528	P01FJ000IQ	05/12/2016	50450	162 * V	293.47
MEW7808	P01FJ000UC	17/02/2017	50100	162 * I	880.40
MEW7808	P01FJ000UE	17/02/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MGW5087	P01FJ000PZ	19/01/2017	51851	167	195.23
MLA1452	P01FJ000U0	14/02/2017	50291	162* II	880.40
OKF7240	P01FJ000O9	09/01/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 780/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 780/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BBB1528	P01FJ000WW	13/03/2017	51851	167
DSB2591	P01FJ000RA	29/01/2017	66102	230 * VII
DSB2591	P01FJ000RB	29/01/2017	64080	221
DSB2591	55370378F	29/01/2017	50450	162 * V
ISN0998	P01FJ000X2	13/03/2017	50100	162 * I
LYF2806	P01FJ000ZG	06/04/2017	50100	162 * I

MDB3191 P01FJ000ZE 03/04/2017 65992 230 \* V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**PAULO LOPES**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 643/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8392 643/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EFY0011	54048198F	04/04/2017	65992	230 * V
EFY0011	54048201F	04/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
EFY0011	54048200F	04/04/2017	50100	162 * I
EFY0011	54048199F	04/04/2017	69120	232
MBZ9551	54048097F	04/03/2017	65992	230 * V
MCF4069	54048144F	18/02/2017	65992	230 * V
MIQ4026	54048196F	04/04/2017	70301	244 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

### PENHA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8086 1966/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8086 1966/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALC4863	54177999F	06/01/2017	65992	230 * V	293.47
AUU7112	54178619F	14/01/2017	50450	162 * V	293.47
AUU7112	54178620F	14/01/2017	65992	230 * V	293.47
CHT2390	54178020F	24/12/2016	50450	162 * V	293.47
CHT2390	54178021F	24/12/2016	65992	230 * V	293.47
CKZ6498	54178536F	13/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
CKZ6498	54178535F	13/01/2017	50100	162 * I	880.40
DUI2400	54177465F	15/01/2017	65992	230 * V	293.47
GYZ7259	54187701F	16/01/2017	65992	230 * V	293.47
IDW0005	54178088F	31/12/2016	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LZL2990	54177837F	26/01/2017	65992	230 * V	293.47
MBB5998	P01FC000LM	06/12/2016	65992	230 * V	293.47
MDQ1661	54085330E	03/10/2014	65992	230 * V	191.53
MDQ1661	54085329E	03/10/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MDQ1661	54085328E	03/10/2014	50100	162 * I	574.61
MDY1791	54178365F	07/01/2017	69120	232	88.38
MDY1791	54178364F	07/01/2017	65992	230 * V	293.47
MFJ6268	54178066F	29/12/2016	65992	230 * V	293.47
MFJ6268	54178067F	29/12/2016	50100	162 * I	880.40
MFJ6268	54178069F	29/12/2016	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MFQ4810	54179723F	10/02/2017	65992	230 * V	293.47
MHD1135	P01A10005F	15/01/2017	66020	230 * VI	293.47
MIC8643	P01FC000TZ	22/01/2017	73400	252 * IV	130.16
MIV3417	54085706E	04/10/2014	50100	162 * I	574.61
MIV3417	54085705E	04/10/2014	65992	230 * V	191.53
MKA0799	54177482F	23/01/2017	65992	230 * V	293.47
MKR9096	54179988F	17/02/2017	50371	162 * III	586.94
MLT3628	54178337F	13/02/2017	65992	230 * V	293.47
MLT3628	54178338F	13/02/2017	50100	162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

PROCOPIO BATISTA DA SILVEIRA NETO  
DELEGADO DE POLICIA

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8086 1967/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - DETRANPEN - 282450

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8086 1967/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BNM3635	P01FC000TR	22/01/2017	51851	167	195.23
DUD8575	54084278E	11/03/2014	51851	167	127.69
EBQ9794	P01F8000CB	01/01/2017	54521	181 * VIII	195.23
IOJ4003	P01FC000T9	19/01/2017	54284	181 * V	293.47
IOY3801	54178041F	26/12/2016	51930	168	293.47
IPN2436	54176765F	15/01/2017	54870	181 * XI	195.23
LWZ1007	54178466F	08/01/2017	58270	194	195.23
LXF5308	P01FC000UX	24/01/2017	51851	167	195.23
LYI2838	54179967F	11/02/2017	51851	167	195.23
LZL2990	54177841F	26/01/2017	51851	167	195.23
MAV1535	54083589E	14/03/2014	68580	231 * VII	85.12
MAV6306	P01F8000IO	19/02/2017	55411	181 * XVII c/ Lei13146	195.23
MBF4639	54187735F	27/01/2017	54521	181 * VIII	195.23
MCF7725	54083954E	11/02/2014	70722	244 * V	191.53
MDB2877	54173371F	03/06/2015	52070	169	53.20
MDZ3973	54083095E	26/01/2014	55414	181 * XVII	53.20
MED7273	P01F8000IO	15/02/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MEE8924	54178056F	26/12/2016	51851	167	195.23
MEN5381	P01FC000P7	05/01/2017	57380	186 * II	293.47
MFT1239	54177650F	16/01/2017	54521	181 * VIII	195.23
MGD8292	54187812F	06/01/2017	55250	181 * XV	130.16
MGL8491	54083686E	23/09/2014	65640	230 * II	191.53
MHQ8211	P01FC000T8	19/01/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJS3666	P01FC000NK	29/12/2016	61570	214 * IV	195.23
MKC7266	54084750E	13/05/2014	54521	181 * VIII	127.69
MKK5299	54178340F	13/02/2017	51851	167	195.23
MKZ1069	54084087E	22/02/2014	59670	203 * V	191.53
MLJ7736	P01FC000LY	14/12/2016	51851	167	195.23
MLR3058	54173143F	28/05/2015	52070	169	53.20
QHK3944	P01F8000AR	29/12/2016	57380	186 * II	293.47
QHV8896	54178450F	13/02/2017	55250	181 * XV	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JORGE LUIZ DE FRANÇA  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1964/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1964/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CXB0015	54180126F	04/03/2017	50450	162 * V
HHI7470	54179703F	02/02/2017	65992	230 * V
HZG6543	P01FC0010J	26/02/2017	50450	162 * V
HZG6543	P01FC0010K	26/02/2017	67261	230 * XVIII
LXX6227	54178261F	02/02/2017	65992	230 * V
LXY7876	54180136F	04/03/2017	67261	230 * XVIII
LZK7598	P01FC000YZ	11/02/2017	50450	162 * V
LZK7598	P01FC000Z0	11/02/2017	65992	230 * V
MBF5203	P01FC0011A	05/03/2017	65992	230 * V
MDZ6261	P01F700035	18/02/2017	51691	165
MES6506	54179782F	24/02/2017	51180	164 c/c 162 * I
MES6506	54179780F	24/02/2017	50100	162 * I
MES9017	P01F8000M9	01/04/2017	66371	230 * IX
MIW5869	54179911F	19/02/2017	50450	162 * V
MIW5869	54179910F	19/02/2017	69120	232
MLD6203	54179827F	10/02/2017	67000	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

PROCOPIO BATISTA DA SILVEIRA NETO  
DELEGADO DE POLICIA

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1965/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - DETRANPEN - 282450

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1965/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACY7444	P01F8000K9	27/02/2017	54521	181 * VIII
AHJ0173	P01F8000M1	13/03/2017	53980	181 * II
BAO4084	P01FC00142	30/03/2017	65640	230 * II
IPA0800	P01F8000JV	26/02/2017	55500	181 * XVIII
LXT8795	P01FC0015K	07/04/2017	51851	167
MDG9998	P01F8000IK	19/02/2017	54521	181 * VIII
MDH0306	54178569F	27/01/2017	51851	167
MDJ8261	54180100F	09/03/2017	51851	167
MEO2715	P01FC00114	03/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MES6506	54179781F	24/02/2017	57200	186 * I
MFT4281	P01FC0015G	06/04/2017	51851	167
MGE2238	P01FC0013Z	29/03/2017	51851	167
MGK5344	P01FC0015M	08/04/2017	61220	214 * I
MHI9453	P01F70003O	06/04/2017	68580	231 * VII
MHR0844	P01FC0011T	11/03/2017	51851	167
MHR0844	P01FC0011U	11/03/2017	65300	228
MHX1878	P01FC0011D	06/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MHY0428	P01F8000MB	04/04/2017	54527	181 * VIII
MHY9189	P01FC0014T	06/04/2017	76251	ART 181, XX
MJJ9366	54179936F	04/03/2017	51851	167
MJV2249	P01F8000J0	24/02/2017	55680	181 * XIX
MKQ2569	P01F8000LO	06/03/2017	54521	181 * VIII
MKQ2569	P01F8000LS	06/03/2017	54521	181 * VIII
MML0693	P01F8000JE	26/02/2017	56221	182 * VI
MMM6024	54178447F	12/02/2017	55500	181 * XVIII
QHX2197	54178428F	04/02/2017	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

PENHA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JORGE LUIZ DE FRANÇA  
DIRETOR DE TRANSITO

---

**PINHALZINHO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8290 1038/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8290 1038/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDP6859	55737314E	15/01/2017	51691	165	2934.68
MEC3875	55736967E	02/10/2016	58192	193	574.61
MEC3875	55736968E	02/10/2016	60502	208	191.54
MEC3875	55736966E	02/10/2016	57200	186 * I	127.69
MEC3875	55736964E	02/10/2016	52741	175	1915.38
MEC3875	55736915E	22/10/2016	66531	230 * XI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHALZINHO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RONALDO NECKENL MORETO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8290 1037/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8290 1037/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALT7788	55737715E	14/03/2017	51851	167
AQQ0273	55737382E	27/02/2017	51180	164 c/c 162 * I
AQQ0273	55737381E	27/02/2017	50100	162 * I
DIH9828	55737183E	23/03/2017	66102	230 * VII
HFS5636	55737189E	25/03/2017	65300	228
LZR8930	55737633E	03/03/2017	65992	230 * V
LZR8930	55737634E	03/03/2017	75790	165 A
MBX0241	55737182E	30/03/2017	52312	172
MCO6408	55737809E	22/03/2017	65561	230 * I
MDE7799	55737567E	13/03/2017	50100	162 * I
MDE7799	55737568E	13/03/2017	65561	230 * I
MGV8694	55736436E	20/03/2017	50100	162 * I
MIH5596	55737456E	22/03/2017	52151	170
QHV2103	55737726E	30/03/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHALZINHO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RONALDO NECKENL MORETO  
DELEGADO DE POLICIA

### PINHEIRO PRETO

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 542/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 542/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IEL2435	P00X00005A	12/03/2017	50100	162 * I
IEL2435	P00X00005B	12/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
IEL2435	P00X00005C	12/03/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU  
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO  
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS  
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)  
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

THIAGO COSTA  
DELEGADO DE POLICIA

### PIRATUBA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 762/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 762/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI  
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,  
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,  
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,  
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-  
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BLX8081	54314629D	02/04/2017	65992	230 * V
LYY3612	54313996D	19/03/2017	66372	230 * IX
MFK6416	54314920D	02/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
MFK6416	54314919D	02/04/2017	50100	162 * I
MFK6416	54314918D	02/04/2017	65992	230 * V
QHM8335	54313993D	08/03/2017	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU  
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO  
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS  
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**PLANALTO ALEGRE**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8540 274/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8540 274/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DZP8862	54806057C	23/07/2012	50100	162 * I	574.61
DZP8862	54806058C	23/07/2012	65992	230 * V	191.53
MCG0711	54806327C	16/06/2012	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

---

**POMERODE**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8126 2045/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8126 2045/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWR9939	55668571F	03/02/2017	65992	230 * V	293.47
LWR9939	55668572F	03/02/2017	66371	230 * IX	195.23
LWR9939	55668573F	03/02/2017	66372	230 * IX	195.23
LWR9939	55668574F	03/02/2017	65561	230 * I	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8126  
2046/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8126 2046/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HQF9722	55668557F	02/02/2017	51851	167	195.23
LWR9939	55668570F	03/02/2017	51851	167	195.23
MJY2322	P02B40000G	14/02/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL DA LUZ  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8762 684/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - ELETRONICO - 282

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8762 684/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADR2740	8762067710	07/12/2016	74550	218 * I	130.16
AKE4900	8762068510	12/01/2017	60503	208	293.47
AKE4900	8762068512	13/01/2017	74630	218 * II	195.23
EZL8300	8762068597	16/01/2017	74550	218 * I	130.16
IWL0670	8762067646	04/12/2016	60503	208	293.47
LXC3100	8762067614	03/12/2016	74550	218 * I	130.16
MDD7784	8762067936	16/12/2016	74550	218 * I	130.16
MDT0219	8762067645	04/12/2016	74630	218 * II	195.23
MEK6030	8762068732	22/01/2017	74550	218 * I	130.16
MEN8952	8762067673	06/12/2016	56732	183	130.16
MF5728	8762068602	16/01/2017	74550	218 * I	130.16
MF5728	8762068634	18/01/2017	74550	218 * I	130.16
MF5728	8762068675	20/01/2017	74630	218 * II	195.23
MF5728	8762068700	21/01/2017	74550	218 * I	130.16
MIF5842	8762068408	07/01/2017	74550	218 * I	130.16
QHC6919	8762067731	08/12/2016	74550	218 * I	130.16
QHK0531	8762068754	23/01/2017	74550	218 * I	130.16
QHK6214	8762066708	23/10/2016	74550	218 * I	85.13
QHT6387	8762068532	14/01/2017	74550	218 * I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL DA LUZ  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 2043/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8126 2043/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZK3773	P02B20001F	07/03/2017	65992	230 * V
MHY0254	55668441F	13/03/2017	73400	252 * IV
MKL8080	55668716F	13/03/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 2044/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8126 2044/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DXY0060	55668542F	17/02/2017	51851	167
INV1898	P02B40001K	11/03/2017	60501	208
JOY8060	P02B10002M	31/03/2017	76331	ART 252, UNICO
LYE7321	55668613F	15/02/2017	76331	ART 252, UNICO
MAW0955	P02B40002M	04/04/2017	51851	167
MJS3531	55668600F	14/02/2017	73070	251 * II
MKS3525	P02B400029	31/03/2017	61220	214 * I
MLF6107	55668370F	13/12/2016	51851	167
MMA7667	55668599F	14/02/2017	59670	203 * V
QIC9681	P02B10001B	04/03/2017	54521	181 * VIII
QJJ0018	P02B40002A	31/03/2017	61220	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL DA LUZ  
GERENTE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 683/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - ELETRONICO - 282

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 683/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ATZ2324	8762069383	16/02/2017	74550	218 * I
AVO6678	8762069225	15/02/2017	56732	183
AZZ3706	8762069465	26/02/2017	74550	218 * I
DFI3910	8762069339	19/02/2017	74550	218 * I
HEF1649	8762069249	15/02/2017	74550	218 * I
HOA3524	8762069300	21/02/2017	74550	218 * I
HRZ1927	8762069411	24/02/2017	60503	208
IHX6119	8762069899	20/03/2017	74550	218 * I

IMA6463	8762069399	23/02/2017	74550	218	*	I
JFL6519	8762069407	24/02/2017	74550	218	*	I
LXC3100	8762069235	16/02/2017	74550	218	*	I
LZG8437	8762069501	27/02/2017	74550	218	*	I
MAN6682	8762069378	16/02/2017	74630	218	*	II
MAX5192	8762069293	20/02/2017	74550	218	*	I
MBF4104	8762069929	21/03/2017	74550	218	*	I
MBG6791	8762069646	07/03/2017	74550	218	*	I
MBG9408	8762069578	04/03/2017	74550	218	*	I
MBL0644	8762069301	21/02/2017	74550	218	*	I
MCI2324	8762069257	18/02/2017	56732	183		
MDB7662	54238459N	04/04/2017	50020	257		8\$
MDC1119	8762069427	25/02/2017	74550	218	*	I
MDE9567	8762069362	23/02/2017	74630	218	*	II
MDE9567	8762069297	21/02/2017	74630	218	*	II
MEB9941	8762069279	20/02/2017	74550	218	*	I
MEW4941	8762069275	20/02/2017	74630	218	*	II
MFC7937	8762069220	14/02/2017	60503	208		
MFQ8234	8762069243	17/02/2017	56732	183		
MFV1938	8762069470	26/02/2017	74550	218	*	I
MGQ9689	8762069913	19/03/2017	74550	218	*	I
MGX5555	8762069367	15/02/2017	74550	218	*	I
MHU0766	8762069379	16/02/2017	74550	218	*	I
MHY2958	8762069340	19/02/2017	74550	218	*	I
MID5053	8762069516	28/02/2017	56732	183		
MIW5009	8762069224	15/02/2017	74550	218	*	I
MIX5720	8762069109	08/02/2017	74550	218	*	I
MJS6541	8762069591	05/03/2017	74550	218	*	I
MJT8320	8762069029	06/02/2017	74550	218	*	I
MKL7038	8762069443	25/02/2017	74550	218	*	I
MKT5366	8762070002	02/03/2017	74550	218	*	I
MKY7876	54238455N	04/04/2017	50020	257		8\$
MKZ3061	8762069380	16/02/2017	74550	218	*	I
MLK9141	8762069345	21/02/2017	74550	218	*	I
MLT9654	8762069496	27/02/2017	74550	218	*	I
MLW7022	8762069414	24/02/2017	60503	208		
MMB1551	8762069387	16/02/2017	74550	218	*	I
MMD7001	8762069213	14/02/2017	74550	218	*	I
MMF4587	8762069510	28/02/2017	60503	208		
MML6507	8762069336	19/02/2017	74550	218	*	I
QIJ4842	8762069492	27/02/2017	74550	218	*	I
QIK0401	8762069283	19/02/2017	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL DA LUZ  
GERENTE DE TRANSITO

**PONTE SERRADA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8130 1001/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8130 1001/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZP8111	P01F9000A3	30/01/2017	50450	162 * V	293.47
MAH0700	P01F9000AM	17/02/2017	50100	162 * I	880.40
MLB0297	P01F9000AI	07/02/2017	65992	230 * V	293.47
MLB0297	P01F9000AJ	07/02/2017	50100	162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PONTE SERRADA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8130 1000/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8130 1000/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABV6927	P01F9000C3	29/03/2017	58350	195
CSB2370	P01F9000AZ	06/03/2017	50100	162 * I
LXO4892	P01F9000C9	02/04/2017	67690	230 * XXII
MBB6998	P01F9000BA	09/03/2017	50100	162 * I
MBB6998	P01F9000BB	09/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MBY4582	P01F9000B7	09/03/2017	50100	162 * I
MBY4582	P01F9000B6	09/03/2017	54521	181 * VIII
MFQ4621	P01F9000CA	02/04/2017	65300	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PONTE SERRADA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

### PORTO BELO

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8167 1396/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8167 1396/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ASS6254	54152063G	26/01/2017	69120	232	88.38
AUQ6345	55596887F	23/12/2016	50100	162 * I	880.40
AUQ6345	55596888F	23/12/2016	50610	163 c/c 162 * I	880.40
AUQ6345	55596889F	23/12/2016	69120	232	88.38
AUQ6345	55596890F	23/12/2016	65992	230 * V	293.47
BPI3375	55584964D	04/08/2012	65992	230 * V	191.53
DJF2339	55068095E	22/02/2014	65992	230 * V	191.53
EJB0238	55598354F	23/11/2016	50100	162 * I	880.40
ILK1123	55584803D	18/08/2012	65482	229	85.12
INO4215	54206769D	23/03/2013	65480	229	85.12
IPG2248	55597507F	23/11/2016	69120	232	88.38
IPG2248	55597506F	23/11/2016	67000	230 * XVI	195.23
KDA2584	54206956D	30/12/2012	66372	230 * IX	127.69

LWU9870	55598268F	21/11/2016	50100	162	*	I	880.40
LWU9870	55598267F	21/11/2016	65992	230	*	V	293.47
LXA6805	54206280D	28/05/2012	50450	162	*	V	191.53
LXA6805	54206281D	28/05/2012	65992	230	*	V	191.53
LXA6805	54206282D	28/05/2012	69120	232			53.20
LXE5465	55597373F	28/12/2016	50450	162	*	V	293.47
LXE5465	55597374F	28/12/2016	51420	164	c/c	162 * V	293.47
MAC9905	54151435G	23/01/2017	50371	162	*	III	586.94
MAC9905	54151436G	23/01/2017	69120	232			88.38
MAC9905	54151437G	23/01/2017	50450	162	*	V	293.47
MAC9905	54151438G	23/01/2017	50881	163	c/c	162 * III	586.94
MAM3851	54206546D	23/01/2013	66102	230	*	VII	127.69
MAX8067	54206589D	06/02/2013	65992	230	*	V	191.53
MAX8067	54206593D	06/02/2013	50100	162	*	I	574.61
MBN8786	54206555D	26/01/2013	65992	230	*	V	191.53
MBX6837	54270211E	23/02/2013	65480	229			85.12
MCD8619	55598518F	25/12/2016	65992	230	*	V	293.47
MCD9295	54270239E	14/10/2013	51691	165			1915.38
MDB1081	54151661G	22/01/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MDT5952	54206947D	23/05/2013	50100	162	*	I	574.61
MDT5952	54206948D	23/05/2013	65992	230	*	V	191.53
MEW8015	54206347D	15/11/2012	65563	230	*	I	191.53
MFB6282	55597312F	07/11/2016	50100	162	*	I	880.40
MFB6282	55597314F	07/11/2016	50610	163	c/c	162 * I	880.40
MFB6282	55597315F	07/11/2016	66372	230	*	IX	195.23
MFC7088	54977146C	20/10/2012	50100	162	*	I	574.61
MFD7374	55598290F	07/12/2016	50450	162	*	V	293.47
MFI7780	55598549F	28/12/2016	65992	230	*	V	293.47
MGA4630	55597384F	29/12/2016	65992	230	*	V	293.47
MGA4630	55597385F	29/12/2016	67261	230	*	XVIII	195.23
MGP9109	54151738G	25/01/2017	65992	230	*	V	293.47
MHF0181	54977129C	27/05/2012	65992	230	*	V	191.53
MHY7776	54206349D	02/05/2013	50100	162	*	I	574.61
MIA0719	54206531D	19/01/2013	65992	230	*	V	191.53
MII5736	55598206F	16/11/2016	65992	230	*	V	293.47
MIK3557	54151672G	25/01/2017	65992	230	*	V	293.47
MIK3557	54151673G	25/01/2017	50450	162	*	V	293.47
MIR1652	54977150C	29/10/2012	65992	230	*	V	191.53
MIR1652	54977149C	29/10/2012	50100	162	*	I	574.61
MIR1764	55584825D	04/11/2012	65992	230	*	V	191.53
MIZ4069	55597542F	28/12/2016	65480	229			130.16
MJN0649	54977874C	22/01/2013	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MJW8710	55597399F	30/12/2016	65992	230	*	V	293.47
MJX4268	54151685G	26/01/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MKF9347	54270537E	22/05/2014	50100	162	*	I	574.61
MKF9347	54270536E	22/05/2014	65992	230	*	V	191.53
MKL5456	55596795F	16/10/2016	65992	230	*	V	191.54
MKS4070	55584643D	24/06/2012	65992	230	*	V	191.53
QHF4069	54151913G	05/01/2017	65992	230	*	V	293.47
QHK6796	P02CY0005W	18/02/2017	73400	252	*	IV	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUANA CHAVES CERVI BACKES  
DELEGADA DE POLICIA

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8167 1397/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8167 1397/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAK0119	55598226F	29/12/2016	55250	181 * XV	130.16
AGM1154	54270225E	29/09/2013	54522	181 * VIII	127.69
ARK9838	54186050G	20/01/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
CSL1703	54185757G	06/01/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
DJF2339	55068093E	22/02/2014	51851	167	127.69
DJF2339	55068094E	22/02/2014	58350	195	127.69
DJF2339	55068096E	22/02/2014	52152	170	191.53
DWB9861	54270159E	26/01/2013	55250	181 * XV	85.12
EGF3013	54186034G	19/01/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
FLC5726	54151982G	23/01/2017	55250	181 * XV	130.16
KDS3801	54185500G	16/01/2017	57380	186 * II	293.47
LZR3620	54977517C	08/06/2012	54523	181 * VIII	127.69
MBH3740	54186015G	19/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MCQ0168	54270101E	25/03/2013	52070	169	53.20
MEK3567	55596572F	01/08/2016	57970	191	1915.38
MFB6282	55597316F	07/11/2016	60502	208	293.47
MHV5755	54185826G	11/01/2017	59593	203 * IV	1467.34
MID3210	55598524F	25/12/2016	58350	195	195.23
MIH4960	55597979F	07/12/2016	54523	181 * VIII	195.23
MIR1652	55584589D	29/10/2012	52152	170	191.53
MIR1652	55584588D	29/10/2012	52151	170	191.53
MIT7400	54185604G	15/01/2017	54522	181 * VIII	195.23
MKG1168	55596984F	18/11/2016	60501	208	293.47
MKK4161	54186095G	22/01/2017	59593	203 * IV	1467.34
MKV2214	54185687G	14/01/2017	55680	181 * XIX	195.23
MLA8356	54185936G	21/01/2017	58197	193	880.40
MLK6539	P025D0005Q	24/01/2017	60681	209	195.23
MLO6705	54185602G	06/01/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MMK9829	54185681G	13/01/2017	73662	252 * VI	85.13
QBY6010	54185964G	18/01/2017	57970	191	2934.68
QHF1752	55597178F	19/10/2016	57380	186 * II	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA

EDITAL.

PORTO BELO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

VANESSA ROCHA DE OLIVEIRA  
DIRETOR DE TRANSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1394/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1394/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFU6400	P02CX000D1	01/04/2017	69120	232
AMV4061	54151717G	21/01/2017	65992	230 * V
BAM2308	54151918G	06/01/2017	65992	230 * V
BGJ4985	P02CY000CD	03/04/2017	65992	230 * V
CSV0200	54626503G	21/03/2017	73400	252 * IV
CTZ2641	P02CY000BR	01/04/2017	50450	162 * V
CTZ2641	P02CY000BS	01/04/2017	65992	230 * V
EGF3013	54189005G	04/02/2017	65992	230 * V
EGF3013	54189006G	04/02/2017	50450	162 * V
EGF3013	54189007G	04/02/2017	69120	232
FCR1011	P02CY000CE	03/04/2017	65992	230 * V
IMD4320	P02CY00080	01/03/2017	73400	252 * IV
JKX2649	54189128G	10/02/2017	65992	230 * V
KFB9529	54189122G	10/02/2017	65992	230 * V
LWV9615	P02D3000AH	07/03/2017	65992	230 * V
LWV9615	P02D3000AI	07/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
LXX4228	P02CY000D8	08/04/2017	65992	230 * V
LZA6410	54189109G	07/02/2017	69120	232
LZB9437	54189152G	08/02/2017	50100	162 * I
LZB9437	54189153G	08/02/2017	51180	164 c/c 162 * I
LZB9829	54189167G	09/02/2017	65992	230 * V
LZF1160	54152087G	30/01/2017	65992	230 * V
MAJ5250	P02CX000AS	14/03/2017	73400	252 * IV
MAZ7205	P02CY0007Z	01/03/2017	73400	252 * IV
MBA1624	P02D3000EA	06/04/2017	65992	230 * V
MBH9585	P02CX000CG	27/03/2017	65992	230 * V
MBQ2532	P02CX000CX	31/03/2017	66101	230 * VII
MBU7977	54189255G	10/02/2017	67261	230 * XVIII
MCV8490	54189671G	21/02/2017	65992	230 * V
MDG3592	P02D3000DL	02/04/2017	50100	162 * I
MDS6970	P02CY000C9	03/04/2017	65992	230 * V
MDS6970	P02CY000CA	03/04/2017	50100	162 * I

MDS6970	P02CY000CB	03/04/2017	51180	164	c/c 162 * I
MEE9629	54189223G	15/02/2017	50531	162	* VI
MFH3585	P02D30007O	21/02/2017	66102	230	* VII
MFH8863	P02CY000CI	04/04/2017	69120	232	
MFH8863	P02CY000CK	04/04/2017	50450	162	* V
MGA4571	54189143G	14/02/2017	67261	230	* XVIII
MGD8566	54151739G	25/01/2017	65992	230	* V
MGH9039	54189179G	13/02/2017	65992	230	* V
MGT2102	54151385G	25/01/2017	65992	230	* V
MGT2102	54151388G	25/01/2017	66531	230	* XI
MGT2102	54151387G	25/01/2017	50100	162	* I
MGY0573	54189170G	13/02/2017	65992	230	* V
MGY1350	54189183G	13/02/2017	65992	230	* V
MHA3458	54151649G	04/02/2017	65992	230	* V
MHJ4857	P02D3000D7	29/03/2017	50450	162	* V
MHJ4857	P02D3000D8	29/03/2017	65992	230	* V
MHW5374	54189121G	07/02/2017	67261	230	* XVIII
MHX4747	54151322G	24/01/2017	65992	230	* V
MIJ7327	54189186G	13/02/2017	65992	230	* V
MJB2941	55598533F	26/12/2016	65992	230	* V
MJB6279	54189676G	21/02/2017	65992	230	* V
MJB8710	54151713G	21/01/2017	65992	230	* V
MJH5549	54189425G	19/02/2017	65992	230	* V
MJH5549	54189426G	19/02/2017	69120	232	
MKE0730	54189078G	02/02/2017	65992	230	* V
MKK5360	54189230G	15/02/2017	65992	230	* V
MLL7064	55597772F	04/01/2017	50450	162	* V
MMH2948	54151721G	21/01/2017	65992	230	* V
MMM6510	54189023G	05/02/2017	65992	230	* V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUANA CHAVES CERVI BACKES  
DELEGADA DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1395/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1395/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOU6307	54185646G	27/02/2017	54521	181 * VIII
APU2020	54185340G	04/03/2017	55680	181 * XIX
ARQ4861	54185035G	19/02/2017	57380	186 * II
AUM1381	54185190G	30/03/2017	57380	186 * II
AWL5298	54189434G	19/02/2017	51851	167
BGJ4985	54626440G	30/03/2017	54521	181 * VIII
CFK6080	54185235G	05/03/2017	55250	181 * XV
DIC6115	P02CW0001H	01/04/2017	65300	228
DNU9540	54185205G	23/02/2017	76252	ART 181, XX
EJT9335	54186446G	05/02/2017	57380	186 * II
GGO0110	54185015G	16/02/2017	76331	ART 252, UNICO
HIO5307	54185256G	24/02/2017	55680	181 * XIX
IOE8749	54184958G	16/02/2017	57380	186 * II
JPH2524	54185184G	27/03/2017	73662	252*VI
JWD3985	54186280G	12/02/2017	57380	186 * II
LYT1029	54185197G	01/04/2017	60411	207
LZN8902	54626596G	01/04/2017	55680	181 * XIX
MCW1168	P02CX0006R	26/02/2017	76332	ART 252, UNICO
MDM2933	54626472G	30/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MEY0557	54189807G	25/02/2017	54521	181 * VIII
MFE7646	P02CX000CP	30/03/2017	73662	252*VI
MGG8767	54185071G	17/02/2017	56300	182 * VII
MGY5780	54185267G	27/02/2017	53800	181 * I
MHF4569	P02CX0006X	25/02/2017	65300	228
MHR8146	54626489G	01/04/2017	76332	ART 252, UNICO
MHZ6962	54151747G	26/01/2017	76332	ART 252, UNICO
MIJ1099	54626578G	26/03/2017	55250	181 * XV
MIK1807	54238826N	04/04/2017	50020	257 8\$
MIT0955	54185559G	12/01/2017	73662	252 * VI
MIX1123	54186428G	03/02/2017	73662	252*VI
MJB2941	54185901G	17/01/2017	52312	172
MJB4375	54186287G	13/02/2017	76252	ART 181, XX
MJB8710	54151714G	21/01/2017	51930	168
MJH6435	54186350G	03/02/2017	76331	ART 252, UNICO
MJH6435	54186426G	02/02/2017	76331	ART 252, UNICO
MJK9486	55598388F	14/03/2017	54522	181 * VIII
MJL4520	54186204G	24/01/2017	55250	181 * XV
MJU0843	P02CX0006J	26/02/2017	53800	181 * I
MKL9307	54626583G	27/03/2017	76252	ART 181, XX
MKP9709	54240536N	04/04/2017	50020	257 8\$
MKV8302	55598384F	10/03/2017	55680	181 * XIX
MLQ1657	54185193G	31/03/2017	73662	252*VI
MLR6018	54626495G	02/04/2017	57380	186 * II
MLS0149	54185051G	16/02/2017	55500	181 * XVIII
MLV4382	54238823N	04/04/2017	50020	257 8\$
MLV4382	54238827N	04/04/2017	50020	257 8\$
MLW3540	54185260G	26/02/2017	76331	ART 252, UNICO
MMK8058	54185845G	12/01/2017	59593	203 * IV
NXU5513	54185050G	19/02/2017	76331	ART 252, UNICO
NYE4478	54626573G	24/03/2017	57380	186 * II
OAX7191	54185493G	14/01/2017	55500	181 * XVIII
OQF1486	54185042G	19/02/2017	59593	203 * IV
PFD2525	54626479G	01/04/2017	76332	ART 252, UNICO
QHB0605	54626494G	03/04/2017	55250	181 * XV
QHD2837	54184994G	21/02/2017	57380	186 * II
QHQ7399	P02CX000B4	16/03/2017	73662	252*VI
QHR4492	P02CY0003T	10/02/2017	76332	ART 252, UNICO
QIG4502	54626482G	01/04/2017	76332	ART 252, UNICO

QIM8088 54189139G 10/02/2017 76332 ART 252, UNICO

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

VANESSA ROCHA DE OLIVEIRA  
DIRETOR DE TRANSITO

### PORTO UNIÃO

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8426 1752/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8426 1752/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEZ1089	54198167D	06/05/2012	50100	162 * I	574.61
AEZ1089	54198168D	06/05/2012	69120	232	53.20
ARP0248	55564089F	09/01/2017	66102	230 * VII	195.23
ARP0248	55564090F	09/01/2017	66532	230 * XI	195.23
CKQ4959	54200283D	04/10/2012	69200	233	127.69
EGR4209	55567263F	13/12/2016	67261	230 * XVIII	195.23
ILM2472	54202850D	11/06/2012	65992	230 * V	191.53
LYC5952	54203371D	11/11/2012	69120	232	53.20
LYC5952	54203370D	11/11/2012	51691	165	957.69
MBC7300	55063698F	21/01/2017	50100	162 * I	880.40
MBC7300	55564540F	21/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCD8273	54200285D	04/10/2012	69200	233	127.69
MEY3813	54196614D	14/06/2012	69200	233	127.69
MIH8789	54200254D	30/08/2012	65992	230 * V	191.53
MIZ8542	54199994D	09/05/2012	65992	230 * V	191.53
MKY3542	55567301F	15/01/2017	69120	232	88.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR  
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8426 1753/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8426 1753/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEZ1089	54198169D	06/05/2012	58350	195	127.69
AJK0546	54613348C	23/06/2012	59670	203 * V	191.53
AZI9131	00008925A	18/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DPB1891	54203218D	30/06/2012	51851	167	127.69
EDQ9938	55566681F	30/12/2016	61732	215 * I * a	195.23
LWT4803	54198305D	05/05/2012	51852	167	127.69
LYQ5993	00008932A	19/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LZE7022	54199760D	05/05/2012	51852	167	127.69
LZU5274	54203117D	27/06/2012	51852	167	127.69
MBQ8009	54198288D	01/05/2012	51852	167	127.69
MCA2097	55063777F	04/01/2017	68580	231 * VII	130.16
MCS2397	54203513D	10/08/2012	70302	244 * I	191.53
MDR5955	54197088D	21/05/2012	51852	167	127.69
MEO3286	54197181D	25/05/2012	51852	167	127.69
MGU8399	54198208D	01/05/2012	59670	203 * V	191.53
MHS4798	00004944A	13/11/2012	55412	181 * XVII	53.20
MKF7592	54203413D	13/07/2012	73662	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

IVAN LUIZ SCHEID  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1750/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8426 1750/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABV4065	55567384F	21/03/2017	65561	230 * I
AEY6471	55567843F	07/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
AEY6471	55567842F	07/03/2017	50100	162 * I
AGK6691	55567889F	31/03/2017	67261	230 * XVIII
AJI4913	55568173F	29/03/2017	65561	230 * I
AKK3092	55568158F	25/03/2017	66532	230 * XI
ALU4917	55567849F	11/03/2017	67261	230 * XVIII
ALU4917	55567850F	11/03/2017	66532	230 * XI
APA0206	55568027F	31/03/2017	51420	164 c/c 162 * V
APA0206	55568025F	31/03/2017	65992	230 * V
APA0206	55568026F	31/03/2017	50450	162 * V
AQW0492	55566836F	23/02/2017	67261	230 * XVIII
ASS4266	55565115F	18/03/2017	65992	230 * V
ASS4266	55565119F	18/03/2017	50100	162 * I
ATJ3865	55568016F	20/03/2017	67261	230 * XVIII
ATJ3865	55567878F	20/03/2017	64080	221
BGP8072	55566973F	11/03/2017	75790	165 A
CEN3632	55567695F	22/03/2017	65561	230 * I
CEN3632	55567696F	22/03/2017	66371	230 * IX
DIN4852	55564093F	04/03/2017	67261	230 * XVIII
ETJ7048	55567612F	01/04/2017	65992	230 * V
GTM3928	55567892F	04/04/2017	50531	162 * VI
IJU8704	55567717F	06/03/2017	66532	230 * XI
ILN5735	55568211F	03/04/2017	64080	221
ILN5735	55568258F	03/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
ILN5735	55568209F	03/04/2017	65561	230 * I
ILN5735	55568210F	03/04/2017	50100	162 * I
JWW9533	55567731F	17/03/2017	65992	230 * V
KMP0189	55568017F	23/03/2017	65992	230 * V
LYL4891	55567886F	31/03/2017	67261	230 * XVIII
LYL4891	55567887F	31/03/2017	66372	230 * IX
MBV2741	55568028F	31/03/2017	67261	230 * XVIII
MDF5405	55567485F	10/03/2017	66610	230 * XII
MDF5405	55567486F	10/03/2017	67690	230 * XXII
MHK4863	55566261F	13/03/2017	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR  
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1751/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8426 1751/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFV9103	00009052A	13/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
BGP8072	55567069F	11/03/2017	58350	195
DIN4852	54332800E	04/03/2017	51852	167
JQX2318	00009066A	15/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
KMP0189	55567880F	23/03/2017	57463	187 * I
MBA7485	00009072A	15/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBX7759	00009078A	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHA0570	55568303F	01/04/2017	72340	250 * I * a
MHA0570	55568302F	01/04/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

IVAN LUIZ SCHEID  
DIRETOR DE TRANSITO

**PRESIDENTE NEREU****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8454 201/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8454 201/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MAO4686 54552868C 08/03/2017 65992 230 \* V  
MBD9752 P01T5000JM 04/04/2017 50100 162 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE NEREU/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL GARCIA  
DELEGADO DE POLICIA

**Rio do Sul****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8043 2471/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8043 2471/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHZ2547	54700439E	04/12/2016	51691	165	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8043 2472/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - 282910

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8043 2472/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
API7115	55850802F	17/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
APK8928	55845773F	04/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AQS1502	54202846N	09/12/2016	50020	257 8\$	127.69
AQS1502	54202847N	09/12/2016	50020	257 8\$	127.69
ASS2352	54198136N	28/11/2016	50020	257 8\$	127.69
ASS2352	54205529N	20/12/2016	50020	257 8\$	127.69
ASS2352	54213560N	03/01/2017	50020	257 8\$	127.69
ASS2352	54213561N	03/01/2017	50020	257 8\$	127.69
ASS2352	54213562N	03/01/2017	50020	257 8\$	127.69
ASS2352	54213565N	03/01/2017	50020	257 8\$	127.69
AUU1804	55846602F	07/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AVE2656	55845803F	04/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AVS3432	55852059F	19/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CKQ0725	55846673F	07/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CXH7139	55852714F	20/01/2017	58192	193	880.40
CXH7139	55852715F	20/01/2017	65640	230 * II	293.47
CYW4540	55852190F	21/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DIA6726	55852773F	12/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DLL6000	55846553F	08/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
HIX4364	54220334N	20/01/2017	50020	257 8\$	195.23
IQD0873	55852041F	17/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LWT2000	55851039F	30/12/2016	54284	181 * V	293.47

LXA9887	55846139F	04/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYE3792	55846511F	10/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYS9979	55851448F	23/01/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZC6405	55852944F	21/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAS8080	55851192F	12/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAT1824	55852065F	19/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAZ8513	55851594F	23/01/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBA1866	55852149F	21/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBC2663	55852064F	19/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBD1475	55850968F	07/12/2016	54521	181 * VIII			195.23
MBQ8989	55845673F	07/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCL0572	55852049F	17/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCN0908	55850970F	07/12/2016	76252	ART 181, XX			293.47
MCN3972	55851225F	14/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDG4329	55845656F	07/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEQ0732	55851195F	12/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEW1743	55852913F	21/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFT9837	55851500F	21/01/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFU7803	55852822F	14/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFU7803	55845716F	05/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGH2527	55845743F	07/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGJ7491	55846475F	11/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHA4453	55850966F	25/11/2016	54523	181 * VIII			195.23
MHI8103	55846542F	10/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHU3773	55852155F	21/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIJ8847	55852941F	21/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIT2172	55845766F	04/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJK5052	54198138N	28/11/2016	50020	257 8\$			127.69
MJK5052	54198135N	28/11/2016	50020	257 8\$			127.69
MJZ8195	55851208F	14/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKA3824	55852183F	21/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKF9921	55845789F	05/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKN7977	55845771F	04/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLI5218	55851111F	02/12/2016	73662	252 * VI			85.13
MLO8180	55845756F	04/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMI8814	55852575F	27/01/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
NKK2409	55846627F	07/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OFH9348	55851200F	12/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKE1339	55852939F	21/11/2016	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ELIANE KROEHNKE AGOSTINHO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2469/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO



## DE TRANSITO N.8043 2469/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DET2290	P01HU0006Y	03/03/2017	65992	230 * V
DET2290	P01HU0006Z	03/03/2017	52742	175
DET2290	P01HU00071	04/03/2017	66102	230 * VII
DNI8828	P01HU0007F	07/03/2017	65992	230 * V
IMA6381	P00VC000FU	27/02/2017	66700	230 * XIII
LXJ5955	55850784F	03/04/2017	50100	162 * I
LXJ5955	55299696D	03/04/2017	65992	230 * V
LXJ5955	55299698D	03/04/2017	50292	162* II
LXJ5955	55299697D	03/04/2017	51691	165
LYS3405	P01HZ0003G	25/02/2017	50100	162 * I
LZO0911	P01HU0008L	01/04/2017	50100	162 * I
LZO0911	P01HU0008M	01/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
LZO0911	P01HU0008K	01/04/2017	65992	230 * V
MBO7000	P01HU0008C	27/03/2017	65992	230 * V
MCJ9650	P01HZ0005C	28/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCJ9650	P01HZ0005D	28/03/2017	50100	162 * I
MDD6698	P00VG000HL	31/03/2017	65992	230 * V
MER8137	P01HZ00044	08/03/2017	67261	230 * XVIII
MER8137	P01HZ00045	08/03/2017	65564	230 * I
MFI8876	P01HU0007K	10/03/2017	65992	230 * V
MFI8876	P01HU0007M	10/03/2017	51420	164 c/c 162 * V
MFI8876	P01HU0007N	10/03/2017	69120	232
MGR0791	P00VC000GT	10/03/2017	65992	230 * V
MGX5008	P01HZ0005W	31/03/2017	66531	230 * XI
MGX5008	P01HZ0005X	31/03/2017	50450	162 * V
MGX5008	P01HZ0005Y	31/03/2017	66372	230 * IX
MJV8627	P01T60007D	03/04/2017	51691	165
MLN9106	P00VC000G4	05/03/2017	73580	252 * V
MLO7042	P00VG000HQ	07/04/2017	50100	162 * I
MLO7042	P00VG000HR	08/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
MLO7042	P00VG000HS	08/04/2017	66532	230 * XI
MMC2501	P00VC000IF	02/04/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2470/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - 282910

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8043 2470/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABB1088	P01HZ0005H	30/03/2017	51851	167
ABV4062	55856066F	17/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AHV6922	54634836G	11/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AIA4496	54634241G	08/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AIA4496	54634919G	13/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AIV9293	55855838F	13/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AIV9293	55857154F	13/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AIV9293	55857156F	13/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AIW8976	55856157F	06/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AKG1452	55857264F	10/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AKG1452	55856002F	13/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AKQ7151	55856149F	17/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AKQ7151	55855952F	16/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AKQ7151	55855955F	16/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AMG4080	54634219G	07/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AMI1834	55857366F	17/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AMV2501	54634888G	13/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AMV2501	54634999G	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AMV2501	54635008G	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AMV2501	54635174G	15/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
APL1220	54634503G	08/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
APL1220	54634510G	08/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
APL1220	54634788G	10/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ARU9825	55856077F	17/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ASG1733	54634860G	13/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AVX7349	55856197F	07/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AVX7349	55856201F	07/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AVX7349	54634779G	10/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AYP2740	55855725F	06/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
BKB0678	54634893G	13/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
BPL5043	54634566G	09/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
BQY6540	54634631G	10/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
BRE6197	54634531G	09/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
BSQ1868	55855883F	16/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CAW1126	54634749G	09/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CBC4559	55852480F	06/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CCT9206	55857230F	09/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CDD2598	55856014F	13/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CJC7732	55856088F	17/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CKQ0725	55851785F	31/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CYA0878	54634744G	09/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CZF7632	P00VC000ID	02/04/2017	68580	231 * VII

DDS0563	54634887G	13/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
DET2290	P01HU00070	03/03/2017	58350	195	
DID1781	55857281F	10/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
DII6045	54635159G	15/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
DIN7225	54635033G	14/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
DNE2314	54634786G	10/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
DSR1813	55855893F	16/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
DUE2246	54634794G	10/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
DVN1042	55852725F	24/02/2017	54523	181 * VIII	
DXB9881	55850999F	11/03/2017	55414	181*XVII c/	Lei13146
EJK2322	54634590G	09/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
EJK2322	54635021G	14/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
EJK2322	54635047G	14/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
EZU1696	54240806N	07/04/2017	50020	257 8\$	
FEP3880	55851133F	07/03/2017	76332	ART 252, UNICO	
FGB3423	55857191F	13/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
FKE4616	54634586G	09/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
FKE4616	54634555G	09/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
FQL2786	55856222F	02/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
GUE5531	54634415G	07/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
GVS0461	54635177G	15/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
HCF1846	55850922F	30/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
HIO5674	55856020F	13/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
HPB5442	54634871G	13/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
HVG0844	55856015F	13/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
HWR8595	55855738F	06/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
ICO1096	54634829G	11/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
IDR7341	55295973D	09/02/2017	54521	181 * VIII	
IFW3302	55851318F	30/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
IIP9336	54634248G	08/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
IIP9336	54634454G	07/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
IIP9336	54634535G	09/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
IKO9507	54634878G	13/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
IRL0317	55856289F	03/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
JZH5880	54634379G	07/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
KAP4638	55856193F	07/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
KWW5148	55856169F	07/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LAH4309	54634530G	09/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LOH3025	55855980F	16/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LWV4830	55855972F	16/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LWZ6466	55855788F	11/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LXB3136	55851314F	30/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LXB7390	54634628G	10/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LXF4846	55852474F	06/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LXK6656	54634635G	10/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LXR6081	54634568G	09/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LXS8398	55857395F	20/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LXU5794	55855715F	06/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LYE6658	55855998F	16/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LYE6658	55857373F	17/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LYH8282	55855726F	06/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LYL2333	55850782F	31/03/2017	76252	ART 181, XX	
LYL3432	55857000F	07/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LYR2350	54634588G	09/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LYR2350	54634615G	10/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LYS3405	P01HZ0003H	25/02/2017	57380	186 * II	
LYS3964	54634616G	10/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LYU3867	55857288F	10/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LZD2010	55856968F	07/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LZL3581	54634807G	10/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LZQ7831	54635046G	14/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LZQ7831	54634912G	13/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LZR4240	55855786F	11/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146

LZV6062	55857069F	18/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZW0141	55856099F	18/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZX5521	55855868F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAF0303	54634156G	03/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAI6907	54634980G	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAO2000	54634835G	11/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAR2994	55856990F	07/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAV7033	55851780F	31/01/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAY4565	54634757G	10/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAZ7657	54635109G	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBH7485	54634858G	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBI8463	55851349F	30/01/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBJ4674	55855818F	11/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBK3612	54634527G	09/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBM1402	55855796F	13/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBN4676	54634820G	11/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBN7444	55855973F	16/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBP9108	55855847F	13/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBR5717	54634369G	07/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBT0592	54634585G	09/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBT0592	54635096G	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBV4530	55857445F	04/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBV5755	55856050F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBX4815	54635127G	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBX6495	55857211F	09/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBX7625	54634914G	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBY1863	54634548G	09/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBZ9320	55852455F	04/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCB1824	54634821G	11/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCB1824	54634904G	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCD6680	55856117F	16/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCF0143	55855784F	11/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCJ0344	54635154G	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCJ0344	54634804G	10/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCL6142	54634408G	07/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCM6867	54635115G	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCM6867	54635074G	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCN3984	55856186F	07/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCQ6825	55857243F	09/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCR4897	54634880G	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCS6434	54634728G	09/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCV6170	54634727G	09/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCZ9276	55856270F	03/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDA2387	54634499G	08/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDC8779	54634899G	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDK9427	54634236G	08/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDP9381	54634529G	09/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDQ4519	54634827G	11/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDU7032	55857437F	04/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDV2341	54634911G	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDV7486	54634890G	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDZ8722	55856114F	16/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEC1649	54634484G	08/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEF9624	55856034F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEG4712	55851791F	31/01/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEJ0116	54634791G	10/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEN3157	54634614G	10/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEO5383	55856996F	07/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MET4200	P00VC000I9	30/03/2017	55411	181*XVII	c/	Lei13146
MEU6443	55852721F	21/02/2017	59591	203 *	IV	
MEW2457	55295983D	04/04/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MFA1663	54634540G	09/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFB4063	54634514G	08/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

MFE6271	54634849G	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFM3552	54634748G	09/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFM3552	54634855G	11/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFN1549	54634601G	10/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFO4945	55855759F	10/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFR2718	P00VG000G3	05/03/2017	58350	195		
MFR2718	P00VG000G4	05/03/2017	58196	193		
MFR2718	P00VG000G5	05/03/2017	59670	203	* V	
MFT3114	54634624G	10/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFY6748	55857054F	18/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFY6589	55857300F	10/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGB7368	55857278F	10/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGC7357	55851341F	30/01/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGE5711	54634796G	10/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGG6515	55855813F	11/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGJ0032	55855986F	16/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGJ3853	54634864G	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGJ7491	54635194G	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGJ7491	55857287F	10/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGK6604	54634826G	11/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGL3536	55857271F	10/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGL7224	55855991F	16/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGQ7505	54635000G	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGQ8766	55850631F	13/02/2017	55500	181	* XVIII	
MGQ9218	54634577G	09/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGT6007	55855830F	11/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGU0033	54634632G	10/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGV8748	55856970F	07/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGX5008	P01HZ0005V	31/03/2017	70561	244	* III	
MGY8635	55850858F	09/03/2017	54526	181	* VIII	
MGZ1885	54634402G	07/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHB8663	55856029F	14/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHB9244	54634809G	10/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHB9244	54634627G	10/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHC9878	54634593G	09/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHF6343	55852476F	06/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHL9307	54634955G	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHL9307	54634971G	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHL9307	54634813G	10/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHM1109	54634541G	09/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHN6979	54634874G	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHN7310	55857055F	18/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO6781	55855885F	16/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHQ6654	54634850G	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHR3724	55293284D	02/03/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MHS5639	55857165F	13/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHT0339	55851610F	04/03/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MHU7073	55855896F	16/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIA5867	55857157F	13/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIC2959	54634564G	09/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIC7797	P01HZ0005K	30/03/2017	51851	167		
MIG3761	55857435F	04/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIG8307	54634986G	14/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIG8307	54634599G	10/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH0084	54634244G	08/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH3745	54634403G	07/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIL2713	54634640G	10/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIM4324	54634953G	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIM8798	54634869G	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIO7278	55851765F	31/01/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIO7278	55857440F	04/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIQ3621	55857153F	13/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIU1725	55855717F	06/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

MIW1844	55852957F	22/03/2017	58350	195	
MIW1844	55852884F	22/03/2017	76251	ART 181, XX	
MIY9220	55857296F	10/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJA5000	54634331G	06/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJC4556	55856137F	17/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJC9009	55857248F	09/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJG1551	55855832F	11/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJG3692	55852500F	06/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJG4738	55295977D	15/03/2017	55411	181*XVII c/	Lei13146
MJH3882	54634471G	08/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJH9555	54635089G	15/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJI3093	55851129F	04/03/2017	55414	181*XVII c/	Lei13146
MJK4610	55857226F	09/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJK4610	55855791F	11/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJR6536	55850941F	31/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKA5457	55299699D	07/04/2017	55413	181*XVII c/	Lei13146
MKA5457	55299700D	07/04/2017	68661	231 * VIII	
MKA6451	55856053F	17/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKA6451	55855969F	16/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKC4506	54635075G	14/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKC7505	54634412G	07/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKD8412	54634479G	08/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKF1788	54635182G	15/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKF8994	54634818G	11/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKH7117	54634910G	13/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKH7117	54634778G	10/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKL6177	55295982D	04/04/2017	55414	181*XVII c/	Lei13146
MKO1824	55856111F	16/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKO1824	55856148F	17/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKO1824	55857188F	13/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKW3659	54634859G	13/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKY6233	55855808F	11/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLA4941	55857353F	17/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLB8988	54634900G	13/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLD3688	54634220G	07/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLG0709	54634305G	06/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLG3464	54634758G	10/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLJ3374	54635076G	14/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLK4411	55856200F	07/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLO7042	P00VG000HT	08/04/2017	58350	195	
MLP5825	55856198F	07/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLR0659	54634439G	07/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLR6629	54634625G	10/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLT8482	54634461G	08/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLU4733	55855989F	16/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLU4733	55855869F	14/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLU4733	55856124F	16/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLV2002	55856188F	07/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLV8463	54634846G	11/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLY9138	55856190F	07/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLZ2077	55851661F	27/01/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLZ6296	54635059G	14/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MMA4097	55857123F	20/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MMC1790	55855899F	16/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MMC6819	55857187F	13/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MMD3679	54634572G	09/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MMD9936	54634954G	13/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
NEX0599	55856131F	17/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
NSP9019	54634810G	10/03/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
OKE5771	55857209F	09/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
OKF4639	55857221F	09/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
OPA0994	55299685D	10/02/2017	55411	181*XVII c/	Lei13146
OTF9591	55857393F	20/02/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146

PVA9113	55857380F	18/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
PVI2343	55857205F	09/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QHB4326	54634875G	13/03/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QHF8398	55857063F	18/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QHM3036	55851092F	13/02/2017	57380	186 *	II
QHO1717	55857237F	09/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QHW5434	55857072F	18/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QIB0025	54634561G	09/03/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QIG7281	54635037G	14/03/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ELIANE KROEHNKE AGOSTINHO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### RIO DOS CEDROS

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8094 796/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8094 796/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYH2201	55591253E	18/12/2016	51851	167	195.23
LYH2201	55591252E	18/12/2016	65992	230 * V	293.47
LYI7094	55591257E	29/12/2016	50100	162 * I	880.40
MKF1802	54632626B	26/11/2016	59670	203 * V	1467.34

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DOS CEDROS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8094 795/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8094 795/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CYX2301	55591903E	09/03/2017	50450	162 * V
CYX2301	55591904E	09/03/2017	65992	230 * V
LXT4583	54591413E	09/03/2017	51851	167
LXT4583	54591414E	09/03/2017	59670	203 * V
LXT4583	54591415E	09/03/2017	50450	162 * V
MEW1879	54591407E	21/02/2017	65992	230 * V
MFM1098	55591908E	09/03/2017	65992	230 * V
MJT7668	55591804E	04/03/2017	66102	230 * VII
MLK4996	54591405E	21/02/2017	51851	167
NSA6440	54591410E	01/03/2017	59670	203 * V
QHX8894	55591209E	16/03/2017	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DOS CEDROS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**SANTA ROSA DO SUL**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8244 669/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA



SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8244 669/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CJL0066	54934601D	09/05/2012	55250	181 * XV	85.12
EBU5048	P01JW0006O	22/01/2017	55250	181 * XV	130.16
IKW0249	55644843B	07/07/2012	51851	167	127.69
IVL3633	P01JW00059	30/12/2016	67690	230 * XXII	130.16
LYN0859	P01JW0008O	07/02/2017	75790	165 A	2934.68
MBC0515	P01JW0009H	18/02/2017	50100	162 * I	880.40
MBC0515	P01JW0009I	18/02/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBY6173	54934612D	16/01/2013	65992	230 * V	191.53
MCQ3788	P01JW0003T	10/12/2016	51851	167	195.23
MGT1093	P01JW0004Y	24/12/2016	65992	230 * V	293.47
MJZ5955	54934878D	04/09/2013	65992	230 * V	191.53
MJZ5955	54934879D	04/09/2013	50371	162 * III	574.61
MJZ5955	54934880D	04/09/2013	50450	162 * V	191.53
QHK2318	P01JW0006C	18/01/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 668/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8244 668/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCK1661	P01JW000B8	11/03/2017	73400	252 * IV
MDX8189	P01JW000DI	03/04/2017	65992	230 * V
MDX8189	P01JW000DJ	03/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
MDX8189	P01JW000DK	03/04/2017	50100	162 * I
MDX8189	P01JW000DL	03/04/2017	66450	230 * X
MEG7371	P01JW000DB	30/03/2017	50100	162 * I
MEG7371	P01JW000DC	30/03/2017	65992	230 * V
MEG7371	P01JW000DD	30/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MWE8714	P01JW000BI	14/03/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

### SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8780 366/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8780 366/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CCL1727	54599168F	04/02/2017	51851	167	195.23
LXB3919	54599250F	23/12/2016	65992	230 * V	293.47
MCM0518	54599256F	14/01/2017	73400	252 * IV	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8780 365/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8780 365/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IMV3699	54599176F	20/02/2017	73400	252 * IV
KMF7092	54599260F	01/03/2017	54522	181 * VIII
MAI1471	54599218F	19/02/2017	70301	244 * I
MAI1471	54599219F	19/02/2017	65992	230 * V
MDE7902	P02BG0001A	11/03/2017	51851	167
MEM5308	54239590N	04/04/2017	50020	257 8S
MGD5215	54607383F	23/03/2017	59670	203 * V
QHY8886	54599174F	20/02/2017	51930	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI  
DELEGADO DE POLICIA

**SÃO BENTO DO SUL****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8124 2444/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8124 2444/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGZ7409	P01LC00064	08/12/2016	67261	230 * XVIII	195.23
AGZ7409	P01LC00065	08/12/2016	65480	229	130.16
AKJ1580	P01LB000BC	16/02/2017	65992	230 * V	293.47
BYC1931	P01LD00074	28/01/2017	65992	230 * V	293.47
LWY3767	P01LC0007A	20/01/2017	65992	230 * V	293.47
MCN5534	P01LD0008T	18/02/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MFV5185	P01LD0004T	21/11/2016	65992	230 * V	293.47
QHD7702	P01LB000BB	16/02/2017	69120	232	88.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS  
DELEGADO REGIONAL

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8124 2445/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - 283110

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8124 2445/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DDO7773	55600671F	20/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBQ7176	P01LD00096	19/02/2017	65300	228	195.23
MES9526	55600751F	16/01/2017	51851	167	195.23
MHY4061	55600953F	07/02/2017	76251	ART 181, XX	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

AMARILDO DE JESUS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8492 1184/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - ELETRONIC

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8492 1184/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHZ8088	8492081580	13/01/2017	74550	218 * I	130.16
AVU7192	8492080907	04/12/2016	74550	218 * I	130.16
AYV1426	8492080917	05/12/2016	74550	218 * I	130.16
DUN5276	8492080546	11/11/2016	74550	218 * I	130.16
MGN8976	8492081694	19/01/2017	74550	218 * I	130.16
MGR1184	8492081602	09/01/2017	74550	218 * I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

AMARILDO DE JESUS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2442/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2442/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFC3653	P01LD000BT	30/03/2017	67690	230 * XXII
AFK0796	P01LG0004S	03/04/2017	67690	230 * XXII
AGZ3675	P01LG00042	01/04/2017	67690	230 * XXII
AIU5782	P01LD000BQ	28/03/2017	66020	230 * VI
CLR2995	P01LC000C7	31/03/2017	66372	230 * IX
HCI2679	P01LG00043	01/04/2017	66102	230 * VII
HCI2679	P01LG00044	01/04/2017	66700	230 * XIII
LYC4848	P01LB000DO	06/03/2017	65992	230 * V
LYG3831	P01LG00048	01/04/2017	66700	230 * XIII
LYM0915	P01LB000FO	04/04/2017	67261	230 * XVIII
LZN1901	P01LD000BS	30/03/2017	66532	230 * XI
LZQ6785	P01LG0003R	30/03/2017	65992	230 * V
LZQ6785	P01LG0003S	30/03/2017	67261	230 * XVIII
LZQ6785	P01LG0003T	30/03/2017	69120	232
LZV8033	P01LF000CP	06/04/2017	66020	230 * VI
LZV8033	P01LF000CQ	06/04/2017	66532	230 * XI
LZV8033	P01LF000CR	06/04/2017	66700	230 * XIII
MAU2720	P01LB000FG	01/04/2017	65992	230 * V
MBT1842	P01L9000CD	05/03/2017	50100	162 * I
MBT1842	P01L9000CE	05/03/2017	50610	163 c/c 162 * I
MCC9582	P01L9000CT	12/03/2017	51691	165
MCK7613	P01L9000EL	05/04/2017	50100	162 * I
MCK7613	P01L9000EM	05/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
MDS6628	P01LG0003D	29/03/2017	65992	230 * V
MGI3363	P01LG0004L	03/04/2017	69120	232
MGI3363	P01LG0004M	03/04/2017	50450	162 * V
MGI3363	P01LG0004N	03/04/2017	51420	164 c/c 162 * V
MHY6490	P01LC000AT	15/03/2017	66020	230 * VI
MHY6490	P01LC000AU	15/03/2017	67261	230 * XVIII
MHY8142	P01L9000EE	01/04/2017	50531	162 * VI
MHY8142	P01L9000EF	01/04/2017	51501	164 c/c 162 * VI
MJA2183	P01UV0003L	04/04/2017	50100	162 * I
MJA2183	P01UV0003M	04/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
MKF4620	P01LB000FF	30/03/2017	65992	230 * V
MKF8460	P01LF000CF	02/04/2017	50100	162 * I
MKF8460	P01LF000CG	02/04/2017	51180	164 c/c 162 * I

MLO0089 P01LA000CU 09/03/2017 50450 162 \* V  
 MVD9347 P01LG0004O 03/04/2017 50531 162 \* VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS  
 DELEGADO REGIONAL

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2443/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - 283110

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2443/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABI8991	P01LG0004E	01/04/2017	51852	167
AKE8064	P01LG0003L	30/03/2017	51851	167
ALF4647	55601251F	03/04/2017	54522	181 * VIII
DCR7282	P01LB000CK	28/02/2017	52070	169
DGX8981	55601253F	02/03/2017	51930	168
KLT5803	55600975F	11/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXR0938	55601197F	02/03/2017	51930	168
LYD7451	55599434F	08/03/2017	51851	167
LYG3831	P01LG00047	01/04/2017	51851	167
LYM0915	P01LB000FQ	04/04/2017	68580	231 * VII
LYP6992	55601334F	03/04/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
LYP6992	55601148F	03/04/2017	58431	196
LZR5024	55601249F	03/04/2017	51851	167
MAH2821	55601440F	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MAP5028	55601092F	24/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MAR3961	P01LD000AP	15/03/2017	51851	167
MAX5755	55601384F	05/04/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MCC9582	P01LA000CV	12/03/2017	68580	231 * VII
MCH1705	55601439F	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCK5449	P01L9000EG	01/04/2017	51851	167
MDO6254	P01LC000C6	30/03/2017	51852	167
MEN8243	P01LB000FK	04/04/2017	59670	203 * V

MGK8758	55601435F	06/04/2017	76252	ART 181, XX
MGK8758	55601436F	06/04/2017	58350	195
MGP0896	55601067F	22/02/2017	76331	ART 252, UNICO
MGY1158	55601460F	24/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MHF6901	P01LF000C9	29/03/2017	57380	186 * II
MHH3745	55601430F	03/04/2017	55680	181 * XIX
MHL1767	55601192F	15/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHW6080	55600934F	16/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHW6080	55601464F	14/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHY8980	P01L9000E3	28/03/2017	52070	169
MJE1171	55601149F	04/04/2017	76331	ART 252, UNICO
MJQ9726	55601119F	09/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKH1855	55601089F	24/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MLF0546	55601395F	20/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLM8509	P01LB000DK	04/03/2017	51851	167
MLS0077	55600792F	01/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MLS7305	55601429F	27/03/2017	51851	167

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

AMARILDO DE JESUS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8492 1183/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - ELETRONIC

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8492 1183/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXB3796	54238640N	04/04/2017	50020	257 8S
MJD3628	54231184N	09/03/2017	50020	257 8S
MJT3531	54238639N	04/04/2017	50020	257 8S

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

AMARILDO DE JESUS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### São Carlos

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8220 843/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS - 283150

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8220 843/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDV3400	P01VY0001Z	18/12/2016	54870	181 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

VOLNEI MUMBER  
DIRETOR DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 842/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 842/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MCI5347	P01VY00045	22/03/2017	50100	162 * I
MCI5347	P01VY0004B	22/03/2017	65992	230 * V
MJH0138	P01VY0003M	06/03/2017	65992	230 * V
MJH0138	P01VY0003N	06/03/2017	50100	162 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR  
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

---

### SÃO CRISTÓVÃO DO SUL

---

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 325/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 325/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

CMP1430	P01590001E	25/02/2017	65300	228
IGW4930	P01590001U	01/04/2017	50100	162 * I
IGW4930	P01590001V	01/04/2017	65992	230 * V
IGW4930	P01590001W	01/04/2017	51180	164 c/c 162 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ROXANE FAVERO PEREIRA  
DELEGADA DE POLICIA

---

### São Domingos

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8336 720/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8336 720/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYJ7976	P01L500073	27/01/2017	55250	181 * XV	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO DOMINGOS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

MAIKO FRANK VIVI  
DELEGADO DE POLICIA

---

### São João Batista

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8151 1344/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8151 1344/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
FLI9495	P01KB000Y4	14/01/2017	67690	230 * XXII	130.16
MBK3499	P01KB0012A	28/01/2017	50100	162 * I	880.40
MBK3499	P01KB0012B	28/01/2017	65992	230 * V	293.47
MGS3404	P01KB0012Y	31/01/2017	65992	230 * V	293.47
MGS3404	P01KB0012Z	31/01/2017	50100	162 * I	880.40
MGS3404	P01KB00130	31/01/2017	64080	221	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8151 1345/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8151 1345/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
Ltz5937	P01KC0012R	20/02/2017	54523	181 * VIII	195.23
Ltz5937	P01KC0012S	20/02/2017	55250	181 * XV	130.16
LXA3335	P01KB0011Y	26/01/2017	55680	181 * XIX	195.23
MAW0202	P01KB00112	22/01/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47

MFD7136	P01KB000X5	12/01/2017	51851	167		195.23
MHE7491	P01KC00113	14/02/2017	76332	ART 252,	UNICO	293.47
MHG7649	P01KB0010G	19/01/2017	57380	186 *	II	293.47
MKA8611	55952981F	10/01/2017	51851	167		195.23
MLC1362	55952988F	17/01/2017	51851	167		195.23
MLX8477	P01KB000WL	11/01/2017	51851	167		195.23
QHN6720	P01KB000WX	11/01/2017	51851	167		195.23
QIF8476	P01KB0012I	30/01/2017	54521	181 *	VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 1342/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 1342/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKR1192	P01KC0018C	15/03/2017	65992	230 * V
AKR1192	P01KC0018D	15/03/2017	50100	162 * I
ALU9409	P01KC0017C	14/03/2017	65992	230 * V
ALU9409	P01KC0017F	14/03/2017	67261	230 * XVIII
ALU9409	P01KC0017E	14/03/2017	50450	162 * V
BRB6708	P01KC001CX	04/04/2017	50100	162 * I
DOA4803	P01KB001A6	18/03/2017	73400	252 * IV
MAJ7649	54174751G	19/02/2017	52742	175
MAJ7649	54174753G	19/02/2017	66532	230 * XI
MAY3453	54174779G	10/03/2017	66532	230 * XI
MAY3453	54174778G	10/03/2017	52742	175
MCQ5038	P01KC00167	10/03/2017	65992	230 * V
MDU2706	P01KC0014Y	01/03/2017	65992	230 * V
MDU2706	P01KC0014Z	01/03/2017	50100	162 * I
MDU2706	P01KC00150	01/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MFM2851	P01KC0017G	14/03/2017	65992	230 * V

MFM2851	P01KC0017H	14/03/2017	50100	162	*	I
MFO8361	P01KC0016Y	12/03/2017	50100	162	*	I
MFO8361	P01KC0016Z	12/03/2017	50100	162	*	I
MJO3753	P01KE000JB	04/04/2017	65992	230	*	V
MJO3753	P01KE000JC	04/04/2017	67261	230	*	XVIII
MKF7327	P01KC0017M	14/03/2017	50100	162	*	I
MKF7327	P01KC0017N	14/03/2017	66372	230	*	IX
MMM7051	P01KC001C4	31/03/2017	50450	162	*	V
MMM7051	P01KC001C5	31/03/2017	65992	230	*	V
NAK1527	P01KC001CW	03/04/2017	65992	230	*	V
QIA7409	P01KB001AY	31/03/2017	50100	162	*	I
QIA7409	P01KB001BU	04/04/2017	51180	164	c/c	162 * I
QIA7409	P01KB001BV	04/04/2017	50610	163	c/c	162 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 1343/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 1343/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALH3657	P01KC00181	15/03/2017	51851	167
CXZ3727	P01KC00198	18/03/2017	51852	167
LZF4458	P01KC001C9	31/03/2017	51851	167
LZH2218	P01KB0019S	16/03/2017	51851	167
LZP9553	P01KC0019S	18/03/2017	51851	167
LZT1547	P01KC0019K	18/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MAJ7649	54174752G	19/02/2017	58350	195
MAP8138	P01KC001A1	18/03/2017	65300	228
MDI8183	P01KC001CE	01/04/2017	51851	167
MDK0713	P01KC00179	14/03/2017	70301	244 * I
MEH9174	P01KC0019C	18/03/2017	51851	167

MFL9347	P01KB0018U	10/03/2017	51851	167
MFS5703	P01KC001D8	05/04/2017	51851	167
MFT6769	P01KC0016W	12/03/2017	57380	186 * II
MGN0757	P01KC001D5	05/04/2017	51851	167
MGN0757	P01KC001D6	05/04/2017	73662	252*VI
MGP3499	P01KC0019L	18/03/2017	51851	167
MGP3499	P01KC0019M	18/03/2017	51852	167
MGU9411	P01KC0017U	15/03/2017	51851	167
MHE9034	54174772G	10/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MHI7697	P01KC001CH	01/04/2017	51851	167
MHK7993	P01KB0018T	10/03/2017	51851	167
MHP8309	P01KC001CI	01/04/2017	51851	167
MJB0659	P01KC0016G	10/03/2017	51851	167
MJQ8137	P01KC0019D	18/03/2017	51851	167
MLF9949	P01KC001C8	31/03/2017	51852	167
QHH3709	P01KB001BK	03/04/2017	51930	168
QHH4225	P01KC001C7	31/03/2017	51851	167
QHJ1196	54174781G	13/03/2017	51852	167
QHV6316	P01KC0013L	23/02/2017	54521	181 * VIII
QIC4204	P01KB0019Y	16/03/2017	51851	167

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

IVANIO PIZZI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### São João do Sul

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8374 682/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8374 682/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGY4962	P01FH0009Q	10/12/2016	70301	244 * I	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RUDINEI CHARAO TEIXEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 681/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8374 681/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ILQ7357	P01FH000FX	28/03/2017	65992	230 * V
ILQ7357	P01FH000FZ	28/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
JOC7068	P01FH000DW	06/03/2017	65992	230 * V
MHG4315	P01FH000EA	10/03/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RUDINEI CHARAO TEIXEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

**São Joaquim****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8284 1488/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8284 1488/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EBK8902	55033376F	02/02/2017	54282	181 * V	293.47
MFC5917	55033334F	20/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFV8946	55033237F	22/11/2016	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

STELIO BONELLI PORTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1486/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8284 1486/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

```

-----
MDN9408 55033434F 02/04/2017 65992 230 * V
MEV0179 55033636F 27/03/2017 50100 162 * I
MEV0179 55033637F 27/03/2017 51691 165
-----

```

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JOS CARLOS GARCIA  
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1487/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1487/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

```

-----
Placa      N.Auto      Data Infr.  Infr/Desd.  Enquadramento
-----
CER7022 55033649F 31/03/2017 55417      181*XVII c/ Lei13146
IOQ2323 55033504F 24/02/2017 73662      252*VI
ITJ9514 55033427F 21/03/2017 55500      181 * XVIII
MBP8485 55033472F 02/04/2017 65300      228
MDN9408 55033433F 02/04/2017 57380      186 * II
MEG4796 55033647F 31/03/2017 55414      181*XVII c/ Lei13146
MEJ6054 55033264F 28/03/2017 55411      181*XVII c/ Lei13146
MFN2451 55033629F 23/03/2017 55414      181*XVII c/ Lei13146
MGA1909 55033643F 31/03/2017 54600      181 * IX
MIE3950 55033136F 21/02/2017 57380      186 * II
MLQ9438 55033634F 23/03/2017 59670      203 * V
NNC0818 55033630F 23/03/2017 55414      181*XVII c/ Lei13146
PVO0713 55033560F 31/03/2017 55500      181 * XVIII
QJI0100 55033624F 23/03/2017 55414      181*XVII c/ Lei13146
-----

```

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

STELIO BONELLI PORTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### São José

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8023 2413/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8023 2413/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGE7067	P01HC000TU	09/12/2016	65992	230 * V	293.47
AGE7067	P01HC000TV	09/12/2016	50100	162 * I	880.40
BEG1345	P01HE000PP	25/11/2016	65992	230 * V	293.47
EPW4281	P01HC00147	13/02/2017	66102	230 * VII	195.23
HEA9156	55952037E	31/12/2016	67261	230 * XVIII	195.23
IHX4150	P01HE0010E	23/01/2017	65992	230 * V	293.47
IKN9850	55788725F	03/02/2017	50100	162 * I	880.40
ILV0334	54568496C	27/12/2016	50100	162 * I	880.40
JPQ2815	P01HE000SL	08/12/2016	50450	162 * V	293.47
JZQ7347	55788619F	09/01/2017	65992	230 * V	293.47
LXX2856	P01HE00155	20/02/2017	65992	230 * V	293.47
LYR3730	P01HC000X8	29/12/2016	65992	230 * V	293.47
MAM0582	P01HC00115	20/01/2017	50100	162 * I	880.40
MCH2483	54568491C	27/12/2016	65564	230 * I	293.47
MCH2483	54568492C	27/12/2016	50100	162 * I	880.40
MDM0476	P01GE00075	26/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDZ9904	P01HC000SU	06/12/2016	50450	162 * V	293.47
MEJ1995	55787927F	08/01/2017	50292	162* II	880.40
MFJ3658	55784556F	22/11/2016	65992	230 * V	293.47
MGQ4140	P01HC000VW	19/12/2016	65992	230 * V	293.47
MIJ1092	P01HE0014C	15/02/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MIJ9437	P01HE000WX	04/01/2017	66372	230 * IX	195.23
MIJ9437	P01HE000WY	04/01/2017	50100	162 * I	880.40
MIM9761	P01HE000TT	14/12/2016	64080	221	130.16
MIS6816	P01HE000QV	02/12/2016	67261	230 * XVIII	195.23
MJF3137	55788612F	11/01/2017	65992	230 * V	293.47
MJF3137	55788613F	11/01/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MJR7979	P01HC000SA	02/12/2016	69120	232	88.38
MKQ7499	P01HC000ZF	13/01/2017	67261	230 * XVIII	195.23

MKS1873	P01660004Y	21/11/2016	50100	162	*	I	880.40
NGB1095	P01HE000S0	07/12/2016	50292	162	*	II	880.40
NGB1095	P01HE000S1	07/12/2016	65992	230	*	V	293.47
OKE4739	54568500C	27/12/2016	65992	230	*	V	293.47
QHN5448	P01HC000W5	21/12/2016	65992	230	*	V	293.47
QHN5448	P01HC000W6	21/12/2016	50100	162	*	I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8023 2414/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8023 2414/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAA3864	55789263F	14/02/2017	51851	167	195.23
AHX2910	55789267F	14/02/2017	51851	167	195.23
AKB0653	55788441F	25/11/2016	61300	214 * II	293.47
ARN1121	P016600074	05/01/2017	65300	228	195.23
HOZ1588	55788306F	23/11/2016	55500	181 * XVIII	130.16
HOZ1588	55788307F	23/11/2016	55250	181 * XV	130.16
IQM3676	P01690004C	21/01/2017	52070	169	88.38
JKO0911	P01HO0003I	17/02/2017	63190	220 * VI	195.23
MDM0476	P01GE00073	26/01/2017	70301	244 * I	293.47
MDX3147	55788437F	25/11/2016	73662	252 * VI	85.13
MFJ3658	55784557F	22/11/2016	51851	167	195.23
MGI3551	P01600001G	27/01/2017	57030	185 * I	130.16
MIA7888	55789295F	15/02/2017	51851	167	195.23
MIM2393	P015Z0001O	16/12/2016	55500	181 * XVIII	130.16
MKL9092	P01660003N	22/10/2016	59670	203 * V	957.69
MKQ6274	55947839E	17/01/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLM8465	55787618F	07/02/2017	54521	181 * VIII	195.23
MLR9230	P01660008P	16/01/2017	51851	167	195.23
MMF6329	55787835F	16/12/2016	55500	181 * XVIII	130.16
MMJ1229	55948140E	09/01/2017	55500	181 * XVIII	130.16

MMK4192	55785398F	05/12/2016	60412	207	195.23
QHD8078	55791505F	14/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHE9617	55787807F	28/11/2016	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHN7984	55787302F	12/01/2017	51851	167	195.23
QHY1194	P01660006I	10/12/2016	76331	ART 252, UNICO	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8714 1913/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8714 1913/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMH8826	54922765F	10/02/2017	50100	162 * I	880.40
AMH8826	54922764F	10/02/2017	65561	230 * I	293.47
LYM4763	54921775F	15/02/2017	69120	232	88.38
LYT9308	54918820F	14/12/2016	65992	230 * V	293.47
MHK4392	54920610F	07/12/2016	50292	162* II	880.40

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8714 1914/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8714 1914/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANJ8453	54921144F	12/12/2016	55417	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AQK7093	54920040F	18/11/2016	55417	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AQP4419	54220854N	23/01/2017	50020	257 8\$	195.23
ARZ9304	54921157F	05/12/2016	76331	ART 252, UNICO	293.47
BEW0094	54921303F	07/12/2016	51852	167	195.23
EAH0834	54921005F	30/11/2016	51851	167	195.23
FGK7377	54218553N	16/01/2017	50020	257 8\$	127.69
FON1964	54920388F	26/11/2016	51851	167	195.23
HNS6729	54916574F	19/01/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
HOG1673	54922636F	13/02/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IFL8057	54920262F	24/11/2016	54600	181 * IX	130.16
IVZ9095	54920138F	18/11/2016	55417	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IVZ9095	54921087F	30/11/2016	55417	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LXH3246	54921113F	12/12/2016	51851	167	195.23
LXU9823	54921002F	30/11/2016	51851	167	195.23
LYI8211	54921397F	12/12/2016	51851	167	195.23
MAM6013	54922261F	25/01/2017	60412	207	195.23
MAQ9767	54920636F	12/12/2016	55417	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBP3795	54916681F	07/12/2016	55250	181 * XV	130.16
MBZ2481	54921126F	12/12/2016	59910	206 * I	293.47
MCK7367	54922887F	10/02/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MCW8622	54921132F	12/12/2016	54521	181 * VIII	195.23
MDC3628	54922987F	14/02/2017	54521	181 * VIII	195.23
MDG4319	54921089F	30/11/2016	55417	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDM4211	54921316F	08/12/2016	57380	186 * II	293.47
MEY5650	54915197F	28/12/2016	55417	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFB9376	54921287F	08/12/2016	61220	214 * I	293.47
MFC0896	54920848F	06/12/2016	51852	167	195.23
MFR3933	54921279F	08/12/2016	54521	181 * VIII	195.23
MGC5425	54920234F	17/01/2017	61490	214 * III	293.47
MGJ6227	54918831F	25/01/2017	54600	181 * IX	130.16
MGN2238	54922341F	13/02/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MGW6024	54205293N	20/12/2016	50020	257 8\$	127.69
MHP3767	54919919F	21/12/2016	60501	208	293.47
MIF1314	54915906F	14/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIL4324	54919544F	01/12/2016	52070	169	88.38
MIS8443	54923154F	17/02/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIZ0741	54919917F	13/12/2016	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJC7922	54921387F	12/12/2016	54522	181 * VIII	195.23
MJP2378	54213809N	03/01/2017	50020	257 8\$	85.13
MJS1987	54920289F	12/12/2016	56222	182 * VI	88.38
MJW5999	54920662F	19/12/2016	76331	ART 252, UNICO	293.47
MJW8952	55665228C	01/12/2016	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJZ4806	54219504N	17/01/2017	50020	257 8\$	195.23

MKU9937	54921396F	12/12/2016	61220	214 * I	293.47
MKZ6480	54202774N	09/12/2016	50020	257 8\$	85.13
MLC8469	54920751F	25/11/2016	54521	181 * VIII	195.23
MLN6810	54922347F	13/02/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLP0646	54918738F	14/12/2016	51851	167	195.23
MLV1353	54917047F	28/12/2016	72340	250 * I * a	130.16
MMF0745	54921205F	01/12/2016	55680	181 * XIX	195.23
OKG1960	54916744F	20/01/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146	195.23
OKG1960	54916835F	20/01/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146	195.23
PES6514	54921340F	12/12/2016	54521	181 * VIII	195.23
QHB4414	54919662F	29/11/2016	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHI1359	54920223F	12/12/2016	55500	181 * XVIII	130.16
QHP7206	54920339F	30/11/2016	55500	181 * XVIII	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2411/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2411/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFH8200	P01HE0018F	13/03/2017	67261	230 * XVIII
AHF4418	P01HC001DF	31/03/2017	65992	230 * V
AJA7919	P01HC00191	10/03/2017	50100	162 * I
AJU1170	P01HC0016S	01/03/2017	65992	230 * V
ATQ4361	P01HE0013W	13/02/2017	50100	162 * I
BIP7177	P01HE0012J	06/02/2017	67261	230 * XVIII
CCB7548	P01HE0013J	09/02/2017	67261	230 * XVIII
CYR6930	55788384F	31/03/2017	65992	230 * V
CZZ3914	P01HC0017O	06/03/2017	65992	230 * V
DLB2158	55788370F	26/03/2017	67000	230 * XVI
HCA6837	P01HC00180	07/03/2017	67261	230 * XVIII

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFH8200	P01HE0018F	13/03/2017	67261	230 * XVIII
AHF4418	P01HC001DF	31/03/2017	65992	230 * V
AJA7919	P01HC00191	10/03/2017	50100	162 * I
AJU1170	P01HC0016S	01/03/2017	65992	230 * V
ATQ4361	P01HE0013W	13/02/2017	50100	162 * I
BIP7177	P01HE0012J	06/02/2017	67261	230 * XVIII
CCB7548	P01HE0013J	09/02/2017	67261	230 * XVIII
CYR6930	55788384F	31/03/2017	65992	230 * V
CZZ3914	P01HC0017O	06/03/2017	65992	230 * V
DLB2158	55788370F	26/03/2017	67000	230 * XVI
HCA6837	P01HC00180	07/03/2017	67261	230 * XVIII

IES9934	55788598F	05/04/2017	66102	230	*	VII
IGH1324	P01HE0016M	02/03/2017	50100	162	*	I
IGH1324	P01HE0016N	02/03/2017	65992	230	*	V
IGL9707	P01HC001EA	05/04/2017	50450	162	*	V
IHW7782	55782889F	20/02/2017	67261	230	*	XVIII
IND2341	P01HC0018M	09/03/2017	50450	162	*	V
IND2341	P01HC0018N	09/03/2017	65992	230	*	V
IND2341	P01HC0018O	09/03/2017	67261	230	*	XVIII
IRS9229	P01HE001DU	04/04/2017	66102	230	*	VII
IUY8008	55788167F	09/03/2017	67000	230	*	XVI
KLX6769	P01HC001E2	05/04/2017	65992	230	*	V
LQA9064	55790544F	29/03/2017	50292	162	*	II
LSG0918	55788238F	20/03/2017	67000	230	*	XVI
LWX8848	P01HC001EM	06/04/2017	67261	230	*	XVIII
LXL5112	55788696F	20/02/2017	64080	221		
LXY8545	P01HC001DD	31/03/2017	67261	230	*	XVIII
LZM4680	P01HE0017V	09/03/2017	50450	162	*	V
LZM4680	P01HE0017X	09/03/2017	50100	162	*	I
LZM4680	P01HE0017Y	09/03/2017	65992	230	*	V
LZM4680	P01HE0017Z	09/03/2017	67261	230	*	XVIII
LZM4680	P01HE00180	09/03/2017	64080	221		
MAI8413	55789710F	29/03/2017	65992	230	*	V
MAR0384	P01HE001EF	06/04/2017	66102	230	*	VII
MAR6884	55790172F	31/03/2017	65561	230	*	I
MAR7516	P01HC0018J	08/03/2017	67261	230	*	XVIII
MAW3272	P01HE001E0	04/04/2017	67261	230	*	XVIII
MBE3137	55790368F	01/04/2017	66372	230	*	IX
MBO7472	P016900075	02/04/2017	66700	230	*	XIII
MBO7472	P016900078	02/04/2017	67000	230	*	XVI
MBP5551	P01HE001E1	05/04/2017	65992	230	*	V
MBP5551	P01HE001E2	05/04/2017	50450	162	*	V
MBR7144	55790362F	23/03/2017	65992	230	*	V
MBR7144	55790363F	23/03/2017	50450	162	*	V
MBX7428	55082345E	07/02/2017	65992	230	*	V
MCB1175	55790454F	29/03/2017	65992	230	*	V
MCB1175	55790455F	29/03/2017	69120	232		
MCB7899	55790160F	21/03/2017	69120	232		
MCB7899	55790159F	21/03/2017	50450	162	*	V
MCR5213	P01HE001DJ	01/04/2017	66102	230	*	VII
MDQ5154	55788365F	24/03/2017	65992	230	*	V
MDR7901	P01HE001EN	06/04/2017	50450	162	*	V
MDR7901	P01HE001EO	06/04/2017	65992	230	*	V
MDU7186	55790657F	26/03/2017	65992	230	*	V
MDX8554	55789058F	08/03/2017	50450	162	*	V
MDZ5022	55790163F	31/03/2017	50100	162	*	I
MDZ5022	55790167F	31/03/2017	51180	164	c/c	162 * I
MED5269	P016100035	11/02/2017	50100	162	*	I
MED5269	P016100036	11/02/2017	65992	230	*	V
MEI0599	P01HE001CH	29/03/2017	73400	252	*	IV
MEI0599	P01HE001CK	29/03/2017	67261	230	*	XVIII
MEI0599	P01HE001CM	29/03/2017	65992	230	*	V
MEJ1757	55789706F	24/03/2017	50100	162	*	I
MEK1626	55788249F	30/03/2017	67000	230	*	XVI
MEM9945	P01HC001DC	31/03/2017	65992	230	*	V
MEN7239	P01HC00162	22/02/2017	67261	230	*	XVIII
MEP4605	P01HE001D8	30/03/2017	67261	230	*	XVIII
MES3294	P0166000CP	19/03/2017	52741	175		
MES3294	P0166000CQ	19/03/2017	50100	162	*	I
MEV8226	55788594F	05/04/2017	50100	162	*	I
MEV8521	P01HE001DR	04/04/2017	67261	230	*	XVIII
MEW0298	P01HC001E4	05/04/2017	65992	230	*	V
MEX4588	P01HE001DC	31/03/2017	65992	230	*	V
MEX4588	P01HE001DD	31/03/2017	50450	162	*	V

MFI3115	P01HE001EY	07/04/2017	67261	230	*	XVIII
MFP3429	P01HC0019J	14/03/2017	50450	162	*	V
MFP9216	P01HE00174	07/03/2017	65992	230	*	V
MGI1312	55789711F	29/03/2017	50100	162	*	I
MGI1312	55789712F	29/03/2017	65992	230	*	V
MGN7602	55789708F	31/03/2017	67261	230	*	XVIII
MGR6519	55540438E	23/02/2017	66371	230	*	IX
MGR6519	55540439E	23/02/2017	67261	230	*	XVIII
MGT6731	P01HC0018I	08/03/2017	67261	230	*	XVIII
MHL5308	55789715F	04/04/2017	50100	162	*	I
MHL5308	55789716F	04/04/2017	65992	230	*	V
MHL8666	P01600002K	04/04/2017	50100	162	*	I
MHM4201	P01HE0014A	15/02/2017	65992	230	*	V
MHQ1230	55790653F	26/03/2017	73400	252	*	IV
MHW7314	P016900073	01/04/2017	52741	175		
MIF6332	55790656F	26/03/2017	67000	230	*	XVI
MIJ2069	55790456F	29/03/2017	65992	230	*	V
MIJ2069	55790457F	29/03/2017	50100	162	*	I
MIJ3963	P01HC001EE	06/04/2017	67261	230	*	XVIII
MIK8235	P01HE001CX	30/03/2017	67261	230	*	XVIII
MIS6233	55788141F	23/03/2017	73400	252	*	IV
MJH9940	55788164F	07/03/2017	66372	230	*	IX
MJL2736	55790262F	09/03/2017	66531	230	*	XI
MJU5104	55788235F	16/03/2017	65992	230	*	V
MKA5476	55790655F	26/03/2017	65992	230	*	V
MKB0588	55789951F	01/03/2017	69120	232		
MKH4302	55791203F	31/03/2017	67261	230	*	XVIII
MLM9042	P01HC001E8	05/04/2017	67261	230	*	XVIII
MLP1784	55540427E	22/02/2017	69120	232		
MML0912	55790666F	30/03/2017	50292	162	*	II
OKE8200	55788368F	26/03/2017	67000	230	*	XVI
OKE8200	55788369F	26/03/2017	64080	221		
QHF0661	P01HE0017Q	09/03/2017	67261	230	*	XVIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2412/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2412/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJI0069	55791006F	03/04/2017	51851	167
ALN8469	55790115F	02/03/2017	51851	167
AMK2527	55789874F	08/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
ATQ4361	P01HE0013X	13/02/2017	52070	169
CXV1789	55791129F	05/04/2017	59910	206 * I
CZZ3914	P01HC0017P	06/03/2017	54522	181 * VIII
DLB2158	55790610F	25/03/2017	51851	167
DRM0894	55790603F	25/03/2017	59910	206 * I
EFB2739	55061087D	28/03/2017	59910	206 * I
HDP3200	55788071F	23/03/2017	55500	181 * XVIII
IDE7142	P0166000BQ	02/03/2017	65300	228
KXP3578	55791117F	04/04/2017	51851	167
LXF7927	55791145F	06/04/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
LYC1667	55789328F	01/03/2017	51851	167
LZH4410	55790826F	31/03/2017	51851	167
MAL6966	55789795F	30/03/2017	54521	181 * VIII
MAU7226	55788983F	09/02/2017	51851	167
MAY0054	55789870F	02/03/2017	53800	181 * I
MCK9440	55790833F	31/03/2017	51851	167
MCO2074	P0166000BY	03/03/2017	70991	244 * V II
MCO2074	P0166000BZ	03/03/2017	52070	169
MCT6251	54239150N	04/04/2017	50020	257 8\$
MCV0223	55791138F	05/04/2017	59910	206 * I
MDA5389	55790702F	31/03/2017	76251	ART 181, XX
MDK8775	55061083D	16/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MDK9905	55789017F	30/03/2017	76251	ART 181, XX
MEK4734	55791592F	03/04/2017	51851	167
MEM4320	55791005F	03/04/2017	51851	167
MFG5513	55791111F	04/04/2017	51851	167
MFJ2360	55782891F	30/03/2017	60175	206 * III
MFK8221	55790903F	31/03/2017	60175	206 * III
MFU2412	P015A00087	27/02/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MGL6777	55789871F	02/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MGM1102	55790901F	31/03/2017	60175	206 * III
MGM1102	55790902F	31/03/2017	58191	193
MGQ6058	P015A0008H	07/03/2017	76252	ART 181, XX
MGU1841	55945496E	28/03/2017	59910	206 * I
MGY5755	55061088D	30/03/2017	55500	181 * XVIII
MHB1047	55945495E	28/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MHL7966	55789799F	30/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MHL8683	55790589F	29/03/2017	70481	244 * II
MHL8683	55790596F	29/03/2017	58350	195
MHN9455	55788171F	11/03/2017	51851	167
MHY3846	P015A0008D	03/03/2017	54600	181 * IX
MIC4251	55788236F	20/03/2017	55090	181 * XIII
MIE7781	55788140F	23/03/2017	51851	167
MIG2675	55791140F	05/04/2017	51851	167
MIK6260	P015Z0003L	03/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MIN2286	55790545F	31/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MIN2286	55061091D	31/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MIO3841	55790597F	29/03/2017	54521	181 * VIII
MIX8744	55789337F	01/03/2017	54521	181 * VIII
MJJ8157	55789883F	09/03/2017	54281	181 * V
MJN1393	55789226F	27/02/2017	54521	181 * VIII

MJN1393	55789228F	27/02/2017	53710	180
MJN8286	P0166000C9	05/03/2017	65300	228
MJT0361	55789350F	01/03/2017	51851	167
MJU1419	55782896F	30/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MJZ3242	55791001F	03/04/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MKF7595	55788856F	10/03/2017	57380	186 * II
MKG6546	P01640002J	15/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MKP9055	P015A0009D	04/04/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MKS1061	55945494E	28/03/2017	54521	181 * VIII
MLO8439	55791514F	25/03/2017	64910	227 * II
MLO8439	55791515F	25/03/2017	52070	169
MLY4448	55791586F	31/03/2017	60412	207
MMF0745	55789869F	02/03/2017	55090	181 * XIII
MMH0714	P0166000B8	25/02/2017	51851	167
MMI5972	55788234F	16/03/2017	51851	167
NEV8396	55789811F	16/03/2017	51851	167
NYK4175	55790635F	25/03/2017	76332	ART 252, UNICO
OKF7349	55790560F	22/03/2017	51851	167
QHB5814	55791123F	05/04/2017	51851	167
QHD6248	55790203F	07/03/2017	55250	181 * XV
QHM1564	55782893F	30/03/2017	76331	ART 252, UNICO
QHT1013	55791104F	05/04/2017	59910	206 * I
QHT4919	55789894F	09/03/2017	76252	ART 181, XX
QHY0976	55790818F	04/04/2017	54521	181 * VIII
QIC0609	55789905F	22/02/2017	76331	ART 252, UNICO

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1911/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1911/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

```

-----
IDA4181 54924311F 31/03/2017 50450 162 * V
IDA4181 54924312F 31/03/2017 50960 163 c/c 162 * V
MLL5231 54919745F 24/03/2017 51691 165
MLL5231 54919744F 24/03/2017 50292 162* II
-----

```

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1912/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1912/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

```

-----
Placa      N.Auto      Data Infr.  Infr/Desd.  Enquadramento
-----
ABK2890 54921678F 29/03/2017 55414 181*XVII c/ Lei13146
ACS1265 54925462F 30/03/2017 55411 181*XVII c/ Lei13146
AJQ6170 54925308F 28/03/2017 54521 181 * VIII
ALK4625 54923923F 08/03/2017 55680 181 * XIX
AMC8456 54906488F 10/03/2017 73662 252*VI
ATA2834 54910219F 03/03/2017 60412 207
AYU2060 54920156F 03/03/2017 53800 181 * I
BAP6272 54925701F 03/04/2017 55500 181 * XVIII
BPI7615 54925329F 30/03/2017 55250 181 * XV
BPI7615 54925330F 30/03/2017 55500 181 * XVIII
CSB0135 54923837F 09/03/2017 54521 181 * VIII
DKD2252 54923209F 21/02/2017 54521 181 * VIII
DQL2506 54925302F 28/03/2017 54521 181 * VIII
DQN4310 54924855F 29/03/2017 55500 181 * XVIII
DZG9316 54923247F 06/03/2017 54526 181 * VIII
EAS7946 54925286F 31/03/2017 57380 186 * II
EHX4626 54924928F 23/03/2017 54521 181 * VIII
ENA0232 54925486F 03/04/2017 51851 167
EYQ5580 54925321F 28/03/2017 76332 ART 252, UNICO
-----

```

FQV9195	54925333F	30/03/2017	55500	181 * XVIII
GDJ0033	54923629F	01/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
GG54738	54922649F	17/02/2017	55680	181 * XIX
HCA6837	54907139F	02/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
HHZ1983	54925266F	30/03/2017	54521	181 * VIII
IAP2427	54919800F	31/03/2017	54600	181 * IX
IBL2527	54925173F	27/03/2017	54521	181 * VIII
IJJ7434	54923881F	04/03/2017	54521	181 * VIII
IJO0428	54924618F	03/04/2017	61570	214 * IV
IKX1397	54923905F	07/03/2017	54521	181 * VIII
IMP2808	54923024F	19/02/2017	73662	252*VI
IPK4995	54924718F	22/03/2017	54522	181 * VIII
ISB2301	54925460F	30/03/2017	73662	252*VI
ISQ8193	54921745F	02/03/2017	54521	181 * VIII
JDQ8216	54923400F	10/03/2017	55680	181 * XIX
JMH1642	54925311F	28/03/2017	54521	181 * VIII
KAB9880	54925298F	03/04/2017	54521	181 * VIII
KPS4989	54925873F	04/04/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
LOV3361	54922786F	20/02/2017	55500	181 * XVIII
LVA4380	54920236F	26/02/2017	58193	193
LXY8341	54923853F	02/03/2017	54521	181 * VIII
LXZ1408	54925872F	04/04/2017	57380	186 * II
LYB7883	54922145F	23/02/2017	55500	181 * XVIII
LYK2179	54923922F	08/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
LYP4210	54923864F	03/03/2017	55500	181 * XVIII
LZB7701	54925303F	28/03/2017	55500	181 * XVIII
MAA6344	54921663F	24/02/2017	76331	ART 252, UNICO
MAC4825	54923164F	20/02/2017	73662	252*VI
MAR0013	54922842F	20/02/2017	54521	181 * VIII
MAY2846	54923090F	30/03/2017	51851	167
MBE7046	54923648F	02/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MBF0926	54925186F	27/03/2017	54521	181 * VIII
MBG7813	54925340F	30/03/2017	54521	181 * VIII
MCH1443	54923803F	02/03/2017	54521	181 * VIII
MCH1443	54923802F	02/03/2017	55250	181 * XV
MCN2481	54923733F	29/03/2017	55500	181 * XVIII
MCQ8385	54923709F	27/02/2017	73662	252*VI
MCT3536	54924854F	29/03/2017	55500	181 * XVIII
MDH4418	54923811F	02/03/2017	54521	181 * VIII
MDM0293	54925251F	28/03/2017	60412	207
MDM6643	54924313F	25/03/2017	54521	181 * VIII
MDO4048	54923856F	04/03/2017	55680	181 * XIX
MDR5217	54923215F	22/02/2017	54521	181 * VIII
MDR7901	54925658F	31/03/2017	54521	181 * VIII
MEF0017	54921746F	02/03/2017	54521	181 * VIII
MEH2252	54923872F	04/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MEV1837	54924283F	28/03/2017	54600	181 * IX
MFD0107	54925279F	31/03/2017	55500	181 * XVIII
MFD7919	54925274F	31/03/2017	57380	186 * II
MFI8967	54925912F	05/04/2017	55500	181 * XVIII
MFR6680	54925377F	28/03/2017	54521	181 * VIII
MFZ2372	54925263F	30/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MFZ2372	54925467F	30/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MGA7445	54925476F	31/03/2017	54521	181 * VIII
MGE5795	54923246F	06/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MGF4217	54925275F	31/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MGR5575	54919474F	01/04/2017	55500	181 * XVIII
MGU0763	54923911F	07/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MGV3315	54925331F	30/03/2017	54521	181 * VIII
MGY2976	55634441C	30/03/2017	54526	181 * VIII
MGY6399	54922149F	27/02/2017	55500	181 * XVIII
MHC0974	54924365F	13/03/2017	54521	181 * VIII
MHE0344	54920432F	10/02/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

MHG3968	54922564F	16/02/2017	54521	181 * VIII
MHG4577	54925316F	28/03/2017	55680	181 * XIX
MHH1208	54919368F	22/02/2017	54521	181 * VIII
MHL2812	54921719F	23/02/2017	54521	181 * VIII
MHP6018	54906485F	07/03/2017	73662	252*VI
MHR8951	54925480F	31/03/2017	51851	167
MHU7212	54238641N	04/04/2017	50020	257 8\$
MIB0420	54923647F	02/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MIB2378	54923009F	18/02/2017	54521	181 * VIII
MIC9418	54923102F	23/02/2017	76252	ART 181, XX
MIJ3282	54924748F	31/03/2017	54521	181 * VIII
MIQ6348	54925200F	28/03/2017	54521	181 * VIII
MIS0930	54924153F	10/03/2017	54521	181 * VIII
MIY7138	54925769F	03/04/2017	55500	181 * XVIII
MJB3359	54921714F	23/02/2017	55680	181 * XIX
MJB3614	54925909F	05/04/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MJB4479	54921199F	24/02/2017	76331	ART 252, UNICO
MJF3360	54925294F	03/04/2017	55500	181 * XVIII
MJF7150	54230282N	06/03/2017	50020	257 8\$
MJH5103	54238644N	04/04/2017	50020	257 8\$
MJI5594	54918618F	07/02/2017	76332	ART 252, UNICO
MJK2224	54923611F	24/02/2017	54521	181 * VIII
MJL8884	54914465F	03/04/2017	73662	252*VI
MJO2992	54921734F	24/02/2017	54521	181 * VIII
MJQ7151	54919472F	01/04/2017	55500	181 * XVIII
MKK6036	54924613F	31/03/2017	61570	214 * IV
MKL9595	54922834F	20/02/2017	53800	181 * I
MKP4373	54923738F	29/03/2017	55500	181 * XVIII
MKR9645	54924409F	23/03/2017	53800	181 * I
MKW9638	54925852F	03/04/2017	54521	181 * VIII
MLH7977	54925370F	28/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MLI0582	54921748F	02/03/2017	54521	181 * VIII
MLM9538	54923752F	04/03/2017	54521	181 * VIII
MLP2973	54925474F	31/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MLQ1804	54924166F	10/03/2017	55680	181 * XIX
MLT1415	54922785F	20/02/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MLT4997	54924247F	30/03/2017	54521	181 * VIII
MLV7583	54925053F	04/04/2017	54600	181 * IX
MLV9092	54920243F	08/03/2017	55090	181 * XIII
MLX9940	54238645N	04/04/2017	50020	257 8\$
MLZ5757	54921709F	21/02/2017	54522	181 * VIII
MMA9507	54919799F	31/03/2017	58191	193
MMB9351	54919473F	01/04/2017	55500	181 * XVIII
MMF1297	54924720F	22/03/2017	53800	181 * I
NTT0536	54923976F	09/03/2017	55680	181 * XIX
OBC9813	54925256F	29/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
OKG7086	54925492F	03/04/2017	55680	181 * XIX
OKH5608	54925559F	05/04/2017	54521	181 * VIII
OLY8269	54925103F	23/03/2017	57380	186 * II
QHA4987	54923178F	07/03/2017	55680	181 * XIX
QHF3152	54919089F	22/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
QHK3389	54923609F	24/02/2017	55500	181 * XVIII
QHK6229	54925342F	30/03/2017	55680	181 * XIX
QHR7643	54923353F	26/02/2017	60501	208
QHU4310	54925778F	03/04/2017	55500	181 * XVIII
QHY0976	54925494F	03/04/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
QIC4230	54925223F	30/03/2017	73662	252*VI
QIE4125	54925907F	05/04/2017	55680	181 * XIX

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### São José do Cedro

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8486 910/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8486 910/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHJ3412	54610626F	26/01/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE DO CEDRO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8486 909/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8486 909/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBH6922	54611425F	01/04/2017	69120	232
MDO8680	54612619F	01/04/2017	65992	230 * V
QHB1944	54611481F	08/03/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE DO CEDRO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

### SÃO LOURENÇO DO OESTE

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8116 1508/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8116 1508/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IOH4980	P010V0007I	26/01/2017	65992	230 * V	293.47
IOH4980	P010V0007J	26/01/2017	67690	230 * XXII	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

CARLOS AUGUSTO ANDRADE MORBINI  
DELEGADO REGIONAL - 28A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8116 1509/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO D'OESTE - 283330

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8116 1509/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBI0762	55780374C	14/11/2012	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FRANCIELLE HONESKO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1506/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8116 1506/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AGC1262	P010U000GK	30/03/2017	66532	230 * XI
AGC1262	P010U000GL	30/03/2017	65992	230 * V
AHP7318	P010U000HC	02/04/2017	65480	229
CKE7086	P010U000FD	11/03/2017	65992	230 * V
CKE7086	P010U000FE	11/03/2017	50100	162 * I
CYA7798	P010U000HE	02/04/2017	52741	175
DRL6629	P010V00098	23/03/2017	50100	162 * I
MIC8145	P010V000AA	28/03/2017	66102	230 * VII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

CARLOS AUGUSTO ANDRADE MORBINI  
DELEGADO REGIONAL - 28A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1507/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO D'OESTE - 283330

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1507/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AFP8460	P010V000AX	04/04/2017	60175	206 * III
AHF0121	P010V000AL	31/03/2017	76251	ART 181, XX
AJM5035	P010U000FN	13/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
ALK8699	P010U000FX	17/03/2017	57380	186 * II
CYA7798	P010U000HF	02/04/2017	52400	173
DIY5491	P010V000AU	04/04/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
LZE1682	P010V0008H	10/03/2017	55500	181 * XVIII
MGG6708	P010U000FO	13/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MJH5188	P010U000GW	31/03/2017	51851	167

MKM7808 P010U000I5 08/04/2017 55411 181\*XVII c/ Lei13146  
MKR2404 P010U000F9 09/03/2017 55411 181\*XVII c/ Lei13146  
QHD4684 P010U000F3 08/03/2017 54522 181 \* VIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FRANCIELLE HONESKO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### SÃO MIGUEL DO OESTE

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8029 2203/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8029 2203/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJT4808	P01RM0004O	17/12/2016	51691	165	2934.68
LZU7802	55849216D	11/03/2014	50100	162 * I	574.61
MFY2349	P01S50003D	20/01/2017	65992	230 * V	293.47
MIX6714	P01S40007O	17/01/2017	73400	252 * IV	130.16

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8029 2204/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8029 2204/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DVM8855	P01RM0004F	09/12/2016	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8750 890/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - ELETRONICO - 28

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8750 890/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EZC5079	8750220141	24/03/2015	56732	183	85.12
MBU6185	8750253883	11/02/2017	74550	218 * I	130.16
MFS2673	8750195584	12/10/2014	74710	218 * III	574.61
MIZ0474	8750217536	05/03/2015	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2201/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2201/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKL4425	P01RL0001X	09/03/2017	50100	162 * I
AOV7361	P01S50005H	03/04/2017	65992	230 * V
BQY3747	P01RM00095	09/03/2017	50100	162 * I
BQZ4774	P01RL00024	01/04/2017	50100	162 * I
CSA7341	P01S4000A3	14/03/2017	50100	162 * I
CSA7341	P01S4000A4	14/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
ILG9140	P01S80008B	30/03/2017	50100	162 * I
IMP7409	P01RK00090	02/04/2017	50100	162 * I
IMP7409	P01RK00091	02/04/2017	65992	230 * V
IMP7409	P01RK00092	02/04/2017	65564	230 * I
JED8554	P01S80008K	02/04/2017	75790	165 A
LXL7871	P01S4000AW	01/04/2017	65992	230 * V
LXL7871	P01S4000AX	01/04/2017	50100	162 * I
MBI8713	P01S4000A0	13/03/2017	65992	230 * V
MER9769	P01S60009X	14/03/2017	50371	162 * III
MES2217	P01S80008C	30/03/2017	50100	162 * I
MET0139	P01S50004S	10/03/2017	65992	230 * V
MEW3357	P01S80007O	10/03/2017	50100	162 * I
MEW3357	P01S80007P	10/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MHG3120	P01RK00083	09/03/2017	69120	232
MHK0465	P01RN000A8	02/04/2017	50100	162 * I
MKC0744	P01S80007J	07/03/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2202/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2202/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AE07110	P01S60009W	13/03/2017	65300	228
BBT4040	P01S80008H	31/03/2017	61810	215 * II
DPS9894	P01RK0008X	01/04/2017	52070	169
JTV0554	P01RN0009E	11/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
LYJ3221	P01RN0009D	11/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MFL2252	P01S4000A1	13/03/2017	55500	181 * XVIII
MKH5074	P01S4000AS	29/03/2017	51852	167
MUG6578	54602754F	27/03/2017	65300	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8750 889/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

## SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - ELETRONICO - 28

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8750 889/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AGU7999	8750254241	03/03/2017	60503	208	
AJX0646	8750254262	04/03/2017	74550	218	* I
AMT1154	8750254128	25/02/2017	74550	218	* I
BUW9492	8750254217	02/03/2017	56732	183	
CFT6229	8750254285	06/03/2017	74630	218	* II
CFT6229	8750254188	01/03/2017	74550	218	* I
CFT6229	8750254307	07/03/2017	74630	218	* II
CLG7528	8750254708	28/03/2017	60503	208	
CXY5463	8750254317	07/03/2017	74550	218	* I
DNE5578	8750254335	09/03/2017	74550	218	* I
DNE5578	8750254336	09/03/2017	74630	218	* II
DNE5578	8750254389	11/03/2017	74550	218	* I
DQW6812	8750254610	23/03/2017	56732	183	
DTH6495	8750254289	06/03/2017	74550	218	* I
ELP7748	8750254098	23/02/2017	60503	208	
EVD5663	8750254118	24/02/2017	74550	218	* I
EVD5663	8750254310	07/03/2017	74550	218	* I
FAO8036	8750254329	08/03/2017	74550	218	* I
HAG0356	8750254245	03/03/2017	56732	183	
HQY7183	8750254074	22/02/2017	74550	218	* I
HSJ5335	8750254395	11/03/2017	74550	218	* I
ICV2025	8750254655	25/03/2017	74550	218	* I
IIN2895	8750254309	07/03/2017	74550	218	* I
IMQ8303	8750254219	02/03/2017	60503	208	
IRB9368	8750254210	02/03/2017	56732	183	
IUC9267	8750254265	05/03/2017	74550	218	* I
JDC2807	8750254504	16/03/2017	60503	208	
JQC0980	8750254629	24/03/2017	74550	218	* I
KAC8525	8750254299	06/03/2017	60503	208	
KRC4891	8750254363	10/03/2017	74550	218	* I
LXT0907	8750254656	25/03/2017	74550	218	* I
LXT0907	8750254659	25/03/2017	56732	183	
LYS0093	8750254216	02/03/2017	56732	183	
LYY6177	8750254281	06/03/2017	60503	208	
MAD1434	8750254675	26/03/2017	56732	183	
MBA4739	8750254169	28/02/2017	74630	218	* II
MBZ6519	8750254308	07/03/2017	74550	218	* I
MCE6749	8750254341	09/03/2017	74550	218	* I
MCW6979	8750254288	06/03/2017	74550	218	* I
MCX6344	8750254178	28/02/2017	74630	218	* II
MDA2285	8750253963	16/02/2017	74550	218	* I
MDA2285	8750254025	19/02/2017	74710	218	* III
MDG0217	8750254191	01/03/2017	74550	218	* I
MDJ9933	8750254393	11/03/2017	74550	218	* I

MDO2842	8750254693	27/03/2017	60503	208	
MDU3404	8750254729	29/03/2017	60503	208	
MFC4554	8750254723	29/03/2017	60503	208	
MFG7781	8750254376	10/03/2017	60503	208	
MFZ6447	8750254278	05/03/2017	74630	218	* II
MGH5199	8750254204	01/03/2017	60503	208	
MGJ6318	8750254134	25/02/2017	60503	208	
MGP4221	8750254155	27/02/2017	74550	218	* I
MGT5943	8750254311	07/03/2017	56732	183	
MGU7920	8750254195	01/03/2017	74550	218	* I
MHG3117	8750254283	06/03/2017	60503	208	
MHI8059	8750254421	12/03/2017	60503	208	
MHJ0999	8750254663	25/03/2017	74550	218	* I
MHW6982	8750254244	03/03/2017	56732	183	
MHY9905	8750254127	25/02/2017	74630	218	* II
MIB2662	8750254144	26/02/2017	60503	208	
MID4782	8750254214	02/03/2017	74550	218	* I
MIM2115	8750254084	22/02/2017	60503	208	
MIT4480	8750254297	06/03/2017	60503	208	
MIV8311	8750254653	25/03/2017	74550	218	* I
MJE0087	8750254153	26/02/2017	56732	183	
MJL0398	8750254325	08/03/2017	56732	183	
MJN6625	8750254727	29/03/2017	56732	183	
MJO5305	8750254382	11/03/2017	60503	208	
MJO5305	8750254386	11/03/2017	74550	218	* I
MKD7466	8750254316	07/03/2017	74550	218	* I
MKF5849	8750254632	24/03/2017	74550	218	* I
MKM3024	8750254221	02/03/2017	74550	218	* I
MLE6167	8750254431	13/03/2017	74550	218	* I
MLO4763	8750254435	13/03/2017	60503	208	
MLV0089	8750254237	03/03/2017	74550	218	* I
QHW5591	8750254647	24/03/2017	74550	218	* I
QHX6463	8750254542	19/03/2017	74550	218	* I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8732 246/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8732 246/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDF8856	54832844C	11/12/2012	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

SANDRA MARA PEREIRA  
DELEGADA DE POLICIA

**SCHROEDER**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8192 922/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8192 922/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHD3302	P00Q0000J6	14/01/2017	73400	252 * IV	130.16
AHD3302	P00Q0000J7	14/01/2017	66531	230 * XI	195.23
AHD3302	P00Q0000J8	14/01/2017	67690	230 * XXII	130.16
ANS8890	P00Q0000JL	18/01/2017	65992	230 * V	293.47
APK5740	P00Q1000MO	13/01/2017	51852	167	195.23
GUZ2443	P00Q0000IE	24/12/2016	51851	167	195.23
GXK7880	P00Q1000LL	26/12/2016	55680	181 * XIX	195.23
MBN1167	P00Q0000HX	10/12/2016	55250	181 * XV	130.16
MBV0385	P00Q0000J5	07/01/2017	55680	181 * XIX	195.23
MCR0458	P00Q0000JA	15/01/2017	55680	181 * XIX	195.23
MIG9220	P00Q0000KP	29/01/2017	65992	230 * V	293.47
MJN0849	P00Q0000I4	14/12/2016	59670	203 * V	1467.34

MJN0849	P00Q0000I5	14/12/2016	52152	170		293.47
MKT4891	P00Q1000LP	26/12/2016	55250	181 * XV		130.16

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 921/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 921/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEK0288	P00Q1000PR	09/03/2017	55250	181 * XV
ALR7401	P00Q1000PZ	09/03/2017	50100	162 * I
ALR7401	P00Q1000Q0	09/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
ALR7401	P00Q1000PX	09/03/2017	65992	230 * V
APZ7973	P00Q1000TU	31/03/2017	51851	167
BVN4037	P00Q1000TS	31/03/2017	67261	230 * XVIII
BVN4037	P00Q1000TT	31/03/2017	67690	230 * XXII
CYR9893	P00Q0000N5	27/03/2017	65300	228
CYR9893	P00Q0000N7	27/03/2017	51420	164 c/c 162 * V
DUF2364	P00Q1000UC	01/04/2017	72770	250 * II
DVM7276	P00Q0000OK	08/04/2017	72770	250 * II
DZG6826	P00Q0000NQ	05/04/2017	72770	250 * II
EJS4597	P00Q1000UA	01/04/2017	72770	250 * II
GOP9836	P00Q1000UO	03/04/2017	67690	230 * XXII
LOB3050	P00Q0000O5	06/04/2017	65992	230 * V
LOB3050	P00Q0000O4	06/04/2017	66290	230 * VIII
LXP0509	P00Q1000RC	18/03/2017	67261	230 * XVIII
LXQ3025	P00Q1000TY	31/03/2017	51851	167
LZI0592	P00Q0000NE	02/04/2017	67261	230 * XVIII
LZI0592	P00Q0000NF	02/04/2017	50100	162 * I
LZN4911	P00Q0000NY	05/04/2017	72770	250 * II
LZZ4019	P00Q1000PD	24/02/2017	65992	230 * V

LZZ4019	P00Q1000PE	24/02/2017	50450	162	*	V
MBE0147	P00Q1000TW	31/03/2017	51851	167		
MCP7198	P00Q1000PY	09/03/2017	66102	230	*	VII
MCP7198	P00Q1000PW	09/03/2017	65992	230	*	V
MDE2247	P00Q0000LG	09/02/2017	65992	230	*	V
MDR3874	P00Q1000UP	03/04/2017	65992	230	*	V
MDR3874	P00Q1000UQ	03/04/2017	50100	162	*	I
MDR3874	P00Q1000UR	03/04/2017	65561	230	*	I
MDT2353	P00Q0000NU	05/04/2017	72770	250	*	II
MED2858	P00Q1000TE	30/03/2017	67261	230	*	XVIII
MFD1369	P00Q0000LY	26/02/2017	67261	230	*	XVIII
MFD1369	P00Q0000LZ	26/02/2017	66102	230	*	VII
MFD1369	P00Q0000M0	26/02/2017	69120	232		
MGL3825	P00Q1000PK	02/03/2017	73662	252	*	VI
MGO7884	P00Q1000PM	02/03/2017	67261	230	*	XVIII
MHW9828	P00Q1000UK	01/04/2017	76251	ART	181,	XX
MJP7748	P00Q1000TR	31/03/2017	65992	230	*	V
MNB8591	P00Q0000NV	05/04/2017	72770	250	*	II

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**SEARA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8460 1609/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8460 1609/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ILC8006	55773556F	10/01/2017	65992	230 * V	293.47
MIM9276	55772754F	09/02/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MIM9276	55772753F	09/02/2017	50100	162 * I	880.40
MIM9276	55773679F	16/02/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MIM9276	55773624F	16/02/2017	67261	230 * XVIII	195.23

MIM9276	55773623F	16/02/2017	50100	162 * I	880.40
MUL1383	55773616F	22/01/2017	65992	230 * V	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8460 1610/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - 283450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8460 1610/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BOC5370	55772751F	05/02/2017	51930	168	293.47
DYD4667	55773466F	04/02/2017	51852	167	195.23
DYD4667	55773465F	04/02/2017	51851	167	195.23
MDM9046	55773405F	07/02/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

VANESSA FERNANDES PALUDO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8695 806/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - ELETRONICO - 28345

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8695 806/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADV8011	8695017352	23/09/2012	74550	218 * I	85.12
AEU3968	8695016498	12/07/2012	74550	218 * I	85.12
AEU3968	8695016511	12/07/2012	74550	218 * I	85.12
AKL1435	8695017628	13/10/2012	74550	218 * I	85.12
ALN8115	8695017253	18/09/2012	74550	218 * I	85.12
AOK1333	8695017150	08/09/2012	74550	218 * I	85.12
CPC5568	8695017776	28/10/2012	74550	218 * I	85.12
CYD8570	8695017406	29/09/2012	74550	218 * I	85.12
CYD8570	8695016670	28/07/2012	74550	218 * I	85.12
DDS0547	8695015423	19/04/2012	74550	218 * I	85.12
IFH8059	8695017782	28/10/2012	74550	218 * I	85.12
JNP3253	8695017922	11/11/2012	74550	218 * I	85.12
JNP3253	8695016103	07/06/2012	74550	218 * I	85.12
JPZ8221	8695017100	05/09/2012	74550	218 * I	85.12
LAX0438	8695016365	04/07/2012	74550	218 * I	85.12
LBR7884	8695016751	09/08/2012	74550	218 * I	85.12
LXA3075	8695015446	22/04/2012	74550	218 * I	85.12
LXG2655	8695018061	13/11/2012	74550	218 * I	85.12
LXY6357	8695017947	11/11/2012	74550	218 * I	85.12
LYK6227	8695016434	11/07/2012	74550	218 * I	85.12
LZU2660	8695015852	23/05/2012	74550	218 * I	85.12
MAN4718	8695017771	30/10/2012	74550	218 * I	85.12
MAX9089	8695015973	27/05/2012	74550	218 * I	85.12
MAY2791	8695015666	03/05/2012	74550	218 * I	85.12
MBC0675	8695016749	08/08/2012	74550	218 * I	85.12
MBU0401	8695017082	30/08/2012	74550	218 * I	85.12
MBZ8943	8695016568	21/07/2012	74550	218 * I	85.12
MCW4813	8695017055	05/09/2012	74630	218 * II	127.69
MDR7807	8695017279	14/09/2012	74550	218 * I	85.12
MDS8645	8695015766	13/05/2012	74550	218 * I	85.12
MEH3596	8695017741	28/10/2012	74630	218 * II	127.69
MFP7823	8695015912	25/05/2012	74550	218 * I	85.12
MFV1118	8695016413	29/06/2012	74550	218 * I	85.12
MFV3718	8695015757	16/05/2012	74630	218 * II	127.69
MGC5270	8695016995	26/08/2012	74550	218 * I	85.12
MGL1679	8695015599	30/04/2012	74550	218 * I	85.12
MGO6899	8695015639	05/05/2012	74550	218 * I	85.12
MGT1266	8695016287	23/06/2012	74550	218 * I	85.12
MHG2389	8695016499	12/07/2012	74550	218 * I	85.12
MHO7570	8695017932	09/11/2012	74550	218 * I	85.12
MHR4555	8695016419	03/07/2012	74550	218 * I	85.12
MHV6019	8695017112	08/09/2012	74550	218 * I	85.12
MHZ6085	8695017288	15/09/2012	74550	218 * I	85.12
MIK9596	8695017730	24/10/2012	74550	218 * I	85.12
MIL2934	8695018186	27/11/2012	74550	218 * I	85.12
MJW2673	8695016532	15/07/2012	74550	218 * I	85.12
MKB0619	8695017991	16/11/2012	74550	218 * I	85.12

MKM8389	8695015494	21/04/2012	74550	218	*	I	85.12
MLD2229	8695015932	25/05/2012	74630	218	*	II	127.69
MMK6310	8695017903	11/11/2012	74550	218	*	I	85.12
MMM2060	8695015767	13/05/2012	74630	218	*	II	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

VANESSA FERNANDES PALUDO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1608/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1608/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CJS4157	55773581F	24/03/2017	52741	175
KZT2238	55773538F	03/04/2017	65992	230 * V
LXJ7039	55773636F	03/04/2017	50100	162 * I
LXJ7039	55773637F	03/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
LYT2624	55773222F	30/03/2017	66531	230 * XI
MMD2853	55773628F	20/02/2017	69120	232

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA

**SERRA ALTA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8458 334/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8458 334/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFA8306	55615984C	24/07/2012	59670	203 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETTO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 333/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8458 333/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MBK4419	55616612C	02/04/2017	50291	162* II
MBK4419	55616611C	02/04/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETTO  
DELEGADO DE POLICIA

### SIDERÓPOLIS

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8210 931/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8210 931/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTES DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
OHO7227	P01000006U	10/12/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 930/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8210 930/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CVL2148	P0100000AO	02/04/2017	69120	232
FFF8424	P01000009T	07/03/2017	56570	182 * IX
MBN1217	55115204F	01/04/2017	50100	162 * I
MGC4344	P0100000AP	02/04/2017	50100	162 * I
MGC4344	P0100000AQ	02/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
MLX9661	55115221F	05/04/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS  
DELEGADO DE POLICIA

**SOMBRI0**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8057 1280/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8057 1280/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTES DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ATO4166	P01BF000V6	16/01/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
BGP1204	P01FS000OR	23/12/2016	50100	162 * I	880.40
CKH2394	P01BF00148	20/02/2017	51851	167	195.23
IAS3455	P01BF000UP	14/01/2017	52741	175	2934.68
IBR3809	P01BH0004T	13/12/2016	65992	230 * V	293.47
IBR3809	P01BH0004U	13/12/2016	50100	162 * I	880.40
IBR3809	P01BH0004V	13/12/2016	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IEL9139	P01BH0005F	17/12/2016	75790	165 A	2934.68
IEL9139	P01BH0005G	17/12/2016	65992	230 * V	293.47
IEL9139	P01BH0005H	17/12/2016	58350	195	195.23
IEZ8381	P01BF0012I	12/02/2017	75790	165 A	2934.68
IHJ5539	P01BF000SD	26/12/2016	65992	230 * V	293.47
IJH8610	P01JW000BA	11/03/2017	51691	165	2934.68
IPV1898	54560716E	01/12/2013	51180	164 c/c 162 * I	574.61
IPV1898	54560715E	01/12/2013	50100	162 * I	574.61
ITG1889	P01BH0004D	08/12/2016	65992	230 * V	293.47
MAK4734	P01BF000WW	28/01/2017	51851	167	195.23
MHN1621	P01BF000S8	24/12/2016	51851	167	195.23
MKD6544	P01BF0012R	14/02/2017	55250	181 * XV	130.16
MKT3317	P01BF000S3	24/12/2016	51851	167	195.23
QHL9040	P01BF00141	20/02/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRIIO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1279/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1279/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AEI7630	P01BF0017J	14/03/2017	65992	230	* V
AOO1260	P01BF001BC	02/04/2017	65992	230	* V
API8918	P01BF00166	05/03/2017	50100	162	* I
API8918	P01BF00167	05/03/2017	51180	164	c/c 162 * I
API8918	P01BF00168	05/03/2017	66700	230	* XIII
BFK9212	P01BF001A9	28/03/2017	65992	230	* V
CLC2500	P01JW000BB	12/03/2017	65992	230	* V
EVK7782	P01BF001CS	06/04/2017	55414	181*	XVII c/ Lei13146
HWO1979	P01BF0016U	08/03/2017	51930	168	
ITB7711	P01BF001BA	02/04/2017	66700	230	* XIII
ITB7711	P01BF001BB	02/04/2017	67180	230	* XVII
JHV1510	P01BF0016K	08/03/2017	55414	181*	XVII c/ Lei13146
LKJ2531	P01BF001BE	02/04/2017	65992	230	* V
LKJ2531	P01BF001BG	02/04/2017	51420	164	c/c 162 * V
LKJ2531	P01BF001BI	02/04/2017	69120	232	
LKJ2531	P01BF001BF	02/04/2017	50450	162	* V
LZG2858	P01BF001BS	04/04/2017	66102	230	* VII
MBR6282	P01BF0017P	14/03/2017	76251	ART 181,	XX
MCA0476	P01BF0017Y	14/03/2017	55414	181*	XVII c/ Lei13146
MDH4749	P01BF001AX	30/03/2017	51180	164	c/c 162 * I
MDH4749	P01BF001AY	30/03/2017	65992	230	* V
MFG7224	P01BF001BL	03/04/2017	50100	162	* I
MFM2211	P01BF001BP	03/04/2017	65992	230	* V
MFM2211	P01BF001BQ	03/04/2017	50292	162*	II
MFM2211	P01BF001BR	03/04/2017	51262	164	c/c 162 * II
MIH4070	P01BF001CZ	06/04/2017	65992	230	* V
MII9491	P01BF001D8	07/04/2017	50100	162	* I
MII9491	P01BF001D9	07/04/2017	51180	164	c/c 162 * I
MII9491	P01BF001DA	07/04/2017	65992	230	* V
MIM1487	P01BF001AR	30/03/2017	65992	230	* V
MJD2499	P01BF00181	14/03/2017	66102	230	* VII
MKJ8975	P01BF001CJ	06/04/2017	55414	181*	XVII c/ Lei13146
MKK7189	P01BF001B7	01/04/2017	73662	252*	VI
MLA6089	P01BF001CV	06/04/2017	73662	252*	VI
MLB8524	P01BF001BD	02/04/2017	65992	230	* V
MLI8809	P01BF001AZ	31/03/2017	54522	181	* VIII
MLR2897	P01BF001CR	06/04/2017	76251	ART 181,	XX
MMM6168	P01BH0009L	31/03/2017	54600	181	* IX
QHB4670	P01BF00184	14/03/2017	50100	162	* I
QHB4670	P01BF00185	14/03/2017	51180	164	c/c 162 * I
QHB4670	P01BF00186	14/03/2017	70481	244	* II
QHD2657	P01BH0009J	31/03/2017	54600	181	* IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRI0/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

**SUL BRASIL****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8484 200/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8484 200/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BQY6380	54594925F	04/12/2016	51691	165	2934.68
CEL2756	55606136C	15/09/2012	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RONALDO NECKENL MORETO  
DELEGADO DE POLICIA

**TANGARÁ****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8414 958/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8414 958/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIU9821	P010N000GR	14/03/2017	65992	230 * V
MDK6124	P010N000HO	29/03/2017	66700	230 * XIII
MGP2908	P010N000G4	04/03/2017	65992	230 * V
MGP2908	P010N000G5	04/03/2017	50100	162 * I
MGP2908	P010N000G6	04/03/2017	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TANGARA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

THIAGO COSTA  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8414 959/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA - DETRANTAG - 283530

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8414 959/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYM7683	P010N000HR	30/03/2017	51851	167
LYW4226	P010N000HW	01/04/2017	51851	167
MBJ5667	P010N000GF	10/03/2017	57463	187 * I
MGB0550	P010N000GA	08/03/2017	51851	167
MKP1557	P010N000GT	14/03/2017	57463	187 * I
MLZ1636	P010N000G8	05/03/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TANGARA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

CESAR LUIZ DA NUNZ  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8720 933/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA - DETRANTAG - ELETRONICO - 2

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8720 933/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KOG3968	0000080369	20/02/2017	74550	218 * I
MCK1594	0000080390	28/02/2017	74550	218 * I
MCK1594	0000080391	28/02/2017	74550	218 * I
MGW1131	0000080433	20/03/2017	74550	218 * I
MMJ7433	0000080381	25/02/2017	74550	218 * I
QHG6713	0000080377	22/02/2017	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TANGARA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

CESAR LUIZ DA NUNZ  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**TIJUCAS**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8026 1804/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8026 1804/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALE7055	P025D0008S	16/02/2017	65992	230 * V	293.47
APV5660	P025D0003Q	09/01/2017	65992	230 * V	293.47
APV5660	P025D0003R	09/01/2017	50100	162 * I	880.40
AUR4750	P025D0005I	21/01/2017	65992	230 * V	293.47
CIO4786	P025D0003K	06/01/2017	65992	230 * V	293.47
CIO4786	P025D0003L	06/01/2017	50100	162 * I	880.40
HJP1255	54268417F	23/05/2016	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MEE3976	54013298G	24/01/2017	73400	252 * IV	130.16
MGF8694	54013258G	11/01/2017	73400	252 * IV	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIJUCAS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ETELINO PEDRO STEIL  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8026 1805/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS - 283550

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8026 1805/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEX3333	54012582G	16/11/2016	57380	186 * II	293.47
AOY1762	54013139G	10/01/2017	51851	167	195.23
ARP1428	54013356G	19/01/2017	51851	167	195.23
CMB9250	P025D0002B	27/12/2016	57380	186 * II	293.47
CPT3838	P025D00028	27/12/2016	58191	193	880.40
ILM6334	54013478G	27/01/2017	51851	167	195.23

LOW1151	P025D0005Z	24/01/2017	60681	209		195.23
LZZ2544	54012518G	25/11/2016	54521	181 * VIII		195.23
MDI0837	54269909F	19/12/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146		195.23
MDP2038	54012750G	11/01/2017	51851	167		195.23
MEQ0285	54013031G	14/12/2016	58350	195		195.23
MEQ0285	54013032G	14/12/2016	60681	209		195.23
MEQ8497	54013361G	19/01/2017	76331	ART 252, UNICO		293.47
MFH1238	54013012G	09/12/2016	61220	214 * I		293.47
MFP1776	P025D00001	23/12/2016	58191	193		880.40
MGL8117	54012725G	09/12/2016	60501	208		293.47
MGV0108	54013464G	25/01/2017	51851	167		195.23
MHD4036	54013620G	16/02/2017	51851	167		195.23
MHN2256	54013311G	16/01/2017	51851	167		195.23
MHO2499	54269268F	29/11/2016	54521	181 * VIII		195.23
MHV6553	54013681G	17/02/2017	51851	167		195.23
MHZ1463	P025D0002A	27/12/2016	55411	181*XVII c/ Lei13146		195.23
MIB6361	54013324G	24/01/2017	51851	167		195.23
MIK8359	54013040G	15/12/2016	58433	196		195.23
MIO2901	54013201G	09/01/2017	51851	167		195.23
MIS7095	54013600G	15/02/2017	51851	167		195.23
MIW3843	54013126G	09/01/2017	51851	167		195.23
MJT8489	P025D00005	23/12/2016	58191	193		880.40
MJT8489	P025D00006	23/12/2016	57380	186 * II		293.47
MKP5378	54012435G	19/01/2017	51851	167		195.23
MLL8855	54013003G	08/12/2016	54521	181 * VIII		195.23
MLM2666	54012886G	01/12/2016	76331	ART 252, UNICO		293.47
MMC9236	54013794G	17/02/2017	51851	167		195.23
NHY8551	P025D00061	24/01/2017	57380	186 * II		293.47
OPU0293	54268537F	26/12/2016	57380	186 * II		293.47
QHU5280	54013438G	30/01/2017	60502	208		293.47
QHY3554	54012618G	09/01/2017	51851	167		195.23
QIT1313	54013004G	08/12/2016	76331	ART 252, UNICO		293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIJUCAS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALVINO AURELIO MULLER  
DIRETOR DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8026 1802/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8026 1802/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HKR6656	54014543G	31/03/2017	67000	230 * XVI
LRP5181	54014378G	31/03/2017	69120	232
LYK0645	54269467F	14/03/2017	67261	230 * XVIII
LYK0645	54269466F	14/03/2017	50100	162 * I
MBO3967	54269484F	31/03/2017	50100	162 * I
MBT3075	P025E0002E	17/03/2017	65992	230 * V
MBT3075	P025E0002F	17/03/2017	50100	162 * I
MCA2745	54014575G	04/04/2017	73400	252 * IV
MCA2745	54014576G	04/04/2017	65992	230 * V
MCR7321	P025D0009A	26/02/2017	65480	229
MCY3259	54013921G	01/03/2017	73400	252 * IV
MFC6805	54014379G	31/03/2017	65992	230 * V
MFC6805	54014380G	31/03/2017	50100	162 * I
MKG7455	54014134G	13/03/2017	73400	252 * IV
MKV0995	P025D0009J	01/03/2017	75790	165 A
MKV0995	P025D0009L	01/03/2017	52741	175
MKV0995	P025D0009M	01/03/2017	51770	166
MKW9788	P025D0009P	01/03/2017	52741	175
QHG1470	54269480F	30/03/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIJUCAS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ETELINO PEDRO STEIL  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8026 1803/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS - 283550

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8026 1803/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIN4302	54013993G	13/03/2017	51851	167
AQN9121	P025D0009H	27/02/2017	60501	208
ASF4961	54014487G	03/04/2017	51851	167
AUK9862	P025E0002B	07/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
CKX1623	54014050G	22/03/2017	51851	167
DAK7883	54013926G	07/03/2017	60501	208
DWI7169	54014097G	09/03/2017	76331	ART 252, UNICO
EGC2210	54014147G	16/03/2017	51851	167
ISZ6406	54014095G	09/03/2017	76331	ART 252, UNICO
JNK6611	54014570G	03/04/2017	54281	181 * V
JTU4201	54014152G	09/03/2017	51851	167
LOR2340	54013957G	22/02/2017	51851	167
LXS2159	54014545G	03/04/2017	54521	181 * VIII
MAJ6436	54014133G	13/03/2017	51851	167
MBW0834	54013841G	24/02/2017	51851	167
MCA2745	54014574G	04/04/2017	58350	195
MCC6388	54013846G	24/02/2017	58191	193
MEE4079	54014409G	03/04/2017	51851	167
MEE4314	54014258G	28/03/2017	51930	168
MEY9377	54014065G	06/03/2017	51851	167
MFB8821	54014413G	03/04/2017	51851	167
MFK9097	54014482G	03/04/2017	51851	167
MFT4747	54014120G	13/03/2017	51851	167
MFY4661	54014514G	27/03/2017	51851	167
MGA5096	54014476G	30/03/2017	51851	167
MGK6517	54013730G	10/02/2017	51851	167
MGR3468	54014546G	03/04/2017	76332	ART 252, UNICO
MGR9119	54014411G	03/04/2017	51851	167
MHC4472	54014306G	14/03/2017	51851	167
MHI1356	54014405G	22/03/2017	51851	167
MHI6821	P025D000AA	05/03/2017	51851	167
MHL2026	54013700G	02/03/2017	51851	167
MHM2717	54014128G	13/03/2017	51851	167
MHV6412	54013936G	07/03/2017	61220	214 * I
MIB9151	P025D000BR	18/03/2017	70301	244 * I
MID3171	54013737G	14/02/2017	51851	167
MIR5295	54013923G	06/03/2017	76331	ART 252, UNICO
MIZ9089	54013941G	08/03/2017	51851	167
MJA2521	P025D0009W	03/03/2017	57380	186 * II
MJA3056	54014490G	03/04/2017	51851	167
MJA8324	54014493G	03/04/2017	51851	167
MJK2443	54014316G	15/03/2017	55680	181 * XIX
MJK9375	54014135G	13/03/2017	51851	167
MKH9622	54237702N	28/03/2017	50020	257 8\$
MKT1758	54014496G	05/04/2017	76332	ART 252, UNICO
MKU0187	54013196G	09/03/2017	51851	167
MLD9032	54014058G	06/03/2017	51851	167
MMB0768	54013656G	08/02/2017	51851	167
MMH1299	54233101N	16/03/2017	50020	257 8\$
MML4226	54014081G	09/03/2017	76331	ART 252, UNICO
OQG0058	54238171N	03/04/2017	50020	257 8\$
QHB3283	P025D000CF	01/04/2017	57380	186 * II
QHK3431	54014260G	06/04/2017	76331	ART 252, UNICO
QHP7763	54013865G	17/02/2017	76331	ART 252, UNICO
QHP7763	54014076G	07/03/2017	76331	ART 252, UNICO
QHZ9589	54014204G	13/03/2017	57380	186 * II
QIB2562	54013854G	16/02/2017	51851	167
QIF7011	54014483G	03/04/2017	51851	167
QIJ0371	54238170N	03/04/2017	50020	257 8\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIJUCAS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALVINO AURELIO MULLER  
DIRETOR DE TRANSITO

### **TIMBÉ DO SUL**

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8280 579/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8280 579/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAX4906	55674884C	05/07/2012	69200	233	127.69
MAU0090	54926722F	27/01/2017	65561	230 * I	293.47
MBX2646	54322666E	29/12/2013	66371	230 * IX	127.69
MDZ4809	55674749C	20/04/2012	69200	233	127.69
MEE4300	54926751F	10/02/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MEV2929	55675008C	16/09/2012	69200	233	127.69
MEV9667	55674933C	18/05/2012	52070	169	53.20
MFJ5535	55674899C	09/11/2012	65992	230 * V	191.53
MFJ5535	55674900C	09/11/2012	50100	162 * I	574.61
MGF2532	54926723F	27/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MGF2532	54926724F	27/01/2017	50100	162 * I	880.40
MKB5962	54926709F	21/11/2016	54522	181 * VIII	195.23
MKF4773	54926283F	14/12/2016	69120	232	88.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 578/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8280 578/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AXY8986	54926668F	21/02/2017	54522	181 * VIII
CTH9703	54926809F	02/04/2017	50292	162* II
CTH9703	54926810F	02/04/2017	51262	164 c/c 162 * II
IBA3605	54926696F	12/03/2017	51851	167
LWW9726	54926683F	09/03/2017	50100	162 * I
LWW9726	54926684F	09/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
LWW9726	54926685F	09/03/2017	51851	167
LWW9726	54926686F	09/03/2017	67261	230 * XVIII
LWW9726	54926687F	09/03/2017	66371	230 * IX
LWW9726	54926689F	09/03/2017	73400	252 * IV
MCL0918	54926808F	02/04/2017	65640	230 * II
MHF6930	54926673F	27/02/2017	54600	181 * IX
MHZ4059	54926739F	19/02/2017	65992	230 * V
MIG8721	54926672F	27/02/2017	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**TIMBÓ****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8098 2232/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8098 2232/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCE1519	P00YI0006P	08/12/2016	66372	230 * IX	195.23
MEC8962	54967162F	12/01/2017	69120	232	88.38
MHA3386	P00WM00040	15/01/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8756 794/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - ELETRONICO - 2835

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8756 794/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALU2489	54225425N	16/02/2017	50020	257 8S	130.16

BUN4781	0000094456	28/01/2017	74550	218	*	I	130.16
DIX1937	8756091427	08/12/2016	74550	218	*	I	130.16
IPW8506	54218550N	16/01/2017	50020	257	8\$		195.23
IPW8506	54218551N	16/01/2017	50020	257	8\$		130.16
LXE8461	0000092776	31/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LYN8330	8756091350	07/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LYY2377	0000094180	24/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MAR7200	0000094291	25/01/2017	60503	208			293.47
MBB8016	8756092522	22/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MBG5386	0000093872	18/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG5386	0000093920	19/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MCD3943	0000094043	21/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MCY5917	0000092945	26/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MEJ7834	0000093932	19/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO2242	0000093376	10/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MEW6336	0000094280	25/01/2017	60503	208			293.47
MFD8408	0000093544	12/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MFT8409	0000093111	05/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MGC4170	0000093684	15/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MGO6541	0000094029	21/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MGO6541	0000093923	19/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MHY6318	8756090990	01/12/2016	60503	208			293.47
MIC5986	0000093575	13/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MIH4660	0000093531	12/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJA6962	0000092896	01/01/2017	74550	218	*	I	130.16
MJW9416	8756091815	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MKP4415	8756092132	18/12/2016	74630	218	*	II	195.23
MLB6641	8756091819	13/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLI8628	8756091456	08/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MLW3759	8756092125	18/12/2016	74550	218	*	I	130.16
MMM5002	0000093530	12/01/2017	74550	218	*	I	130.16
NDL9379	0000093798	17/01/2017	60503	208			293.47
OMG7655	0000093602	13/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHJ0963	0000094323	26/01/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP3590	0000092746	30/12/2016	74550	218	*	I	130.16
QJE1516	0000094075	22/01/2017	74550	218	*	I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8803 51/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - RADAR ESTATICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8803 51/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DHR8521	8803082561	06/12/2016	74550	218 * I	130.16
LYJ7221	8803082510	06/12/2016	74550	218 * I	130.16
LYZ8047	8803082614	20/01/2017	74550	218 * I	130.16
MDD6302	8803082499	06/12/2016	74550	218 * I	130.16
MDQ7642	8803082601	08/12/2016	74550	218 * I	130.16
MEK9661	8803082441	02/12/2016	74550	218 * I	130.16
MEK9661	8803082583	08/12/2016	74630	218 * II	195.23
MFE9067	8803082563	08/12/2016	74550	218 * I	130.16
MLA1310	8803082538	06/12/2016	74630	218 * II	195.23
QIE3056	8803082525	06/12/2016	74550	218 * I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2230/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2230/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CRR2512	P00WM0006S	06/04/2017	50100	162 * I
LXK4502	P00WL0007Q	04/02/2017	50450	162 * V
LXK4502	P00WL0007S	04/02/2017	69120	232
MAN4893	P00YI0008P	02/04/2017	67261	230 * XVIII
MBI6367	54967197F	09/03/2017	65992	230 * V

MCY9533	P00WM0006O	03/04/2017	69120	232	
MDV4171	P00WM0006I	01/04/2017	65992	230	* V
MDV4171	P00WM0006J	01/04/2017	50371	162	* III
MFT9291	54967388F	09/03/2017	65992	230	* V
MJJ6233	54967100F	30/03/2017	67690	230	* XXII
MJJ6233	54967099F	30/03/2017	67261	230	* XVIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2231/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2231/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IGC9966	54724150E	31/03/2017	59670	203 * V
MCS4591	54967354F	15/02/2017	59670	203 * V
MCY9533	P00WM0006N	03/04/2017	73662	252*VI
MCY9533	P00WM0006P	03/04/2017	51851	167
MHH0400	54724146E	31/03/2017	59670	203 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 793/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - ELETRONICO - 2835

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 793/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

ABS4331	0000096859	11/03/2017	74550	218 * I
AER8842	0000098510	04/04/2017	74630	218 * II
AIP4913	0000098328	02/04/2017	74550	218 * I
AMF3783	0000096477	05/03/2017	74550	218 * I
AOI2798	0000098512	05/04/2017	74550	218 * I
BBB9722	54238921N	04/04/2017	50020	257 8S
BUC0001	0000098286	31/03/2017	74550	218 * I
CBD2576	0000098385	02/04/2017	60503	208
CEI0109	0000098272	31/03/2017	74550	218 * I
CVS7899	0000096796	10/03/2017	74550	218 * I
DZW7026	0000098431	03/04/2017	74550	218 * I
EYI3716	0000098520	05/04/2017	74550	218 * I
FBE3548	0000097883	16/03/2017	74550	218 * I
HDQ1930	0000096880	12/03/2017	74550	218 * I
HHM2972	0000098410	02/04/2017	74550	218 * I
HNP7537	0000096585	06/03/2017	74550	218 * I
ISL4884	0000096369	02/03/2017	74550	218 * I
IZU0045	0000096705	08/03/2017	74550	218 * I
IZU0045	0000096706	08/03/2017	60503	208
LOU5313	0000098492	04/04/2017	74550	218 * I
LXC3525	0000096498	04/03/2017	74550	218 * I
LXO4623	0000098405	02/04/2017	74550	218 * I
LXT5668	0000096754	09/03/2017	74550	218 * I
LXV5317	0000096174	26/02/2017	74550	218 * I
LZD8749	0000098507	04/04/2017	74550	218 * I
LZZ4049	0000096777	10/03/2017	74710	218 * III
MAN4893	0000098413	02/04/2017	74550	218 * I
MAU9183	0000098445	03/04/2017	60503	208
MBQ4281	0000098487	04/04/2017	60503	208
MBQ4512	0000096707	08/03/2017	74550	218 * I
MBT5342	0000096860	11/03/2017	74550	218 * I
MCB0009	0000096845	11/03/2017	74550	218 * I
MCH4618	0000096864	12/03/2017	74550	218 * I
MCP2413	0000096960	13/03/2017	74550	218 * I
MDJ0714	54238923N	04/04/2017	50020	257 8S
MDK1043	0000098378	01/04/2017	74550	218 * I
MDO6486	0000096899	12/03/2017	74550	218 * I

MDP3612	0000096456	03/03/2017	74550	218	*	I
MDW6474	0000095728	19/02/2017	74550	218	*	I
MEA6691	0000098382	01/04/2017	74550	218	*	I
MEM8656	0000098306	31/03/2017	74550	218	*	I
MEQ1488	0000098266	31/03/2017	74550	218	*	I
MEY3808	0000098290	31/03/2017	74550	218	*	I
MFB8782	0000096618	06/03/2017	74550	218	*	I
MFC9974	0000096829	11/03/2017	74550	218	*	I
MFD2413	0000096492	05/03/2017	74550	218	*	I
MFG5824	0000096758	09/03/2017	74630	218	*	II
MFH7047	0000098449	03/04/2017	74550	218	*	I
MFP4525	0000096794	10/03/2017	74550	218	*	I
MFQ9479	0000096425	03/03/2017	74550	218	*	I
MFY6467	0000098276	31/03/2017	74550	218	*	I
MGD6146	0000096545	05/03/2017	74550	218	*	I
MGF9439	0000096315	01/03/2017	74550	218	*	I
MGF9439	0000096305	28/02/2017	74550	218	*	I
MGI0597	0000097846	23/03/2017	74550	218	*	I
MGI8839	0000096797	10/03/2017	74550	218	*	I
MGL2975	0000096715	09/03/2017	74550	218	*	I
MGS5689	0000096393	02/03/2017	74550	218	*	I
MGT9199	0000096704	08/03/2017	74630	218	*	II
MGW1616	54238922N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MHB8323	54238924N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MHB9848	0000096654	07/03/2017	74630	218	*	II
MHP1509	54238928N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MHP3448	0000096922	12/03/2017	74550	218	*	I
MJH4771	0000098282	31/03/2017	74550	218	*	I
MKA3817	0000096850	11/03/2017	74550	218	*	I
MKB8517	0000098545	05/04/2017	74550	218	*	I
MKB9319	0000096386	02/03/2017	74550	218	*	I
MKD2377	0000098301	31/03/2017	60503	208		
MKE0561	0000096610	06/03/2017	56732	183		
MKI4404	0000098414	01/04/2017	74550	218	*	I
MKL9442	0000098593	06/04/2017	60503	208		
MKP1804	0000097649	18/03/2017	74550	218	*	I
MKQ9853	0000096857	11/03/2017	74550	218	*	I
MLH3012	0000096940	13/03/2017	60503	208		
MLJ2926	0000098345	01/04/2017	74630	218	*	II
MLM9927	0000096666	08/03/2017	74550	218	*	I
MLT3787	0000097031	15/03/2017	74550	218	*	I
MLT4475	0000096862	12/03/2017	74550	218	*	I
MLV8878	0000098119	27/03/2017	74550	218	*	I
MLZ1184	54238925N	04/04/2017	50020	257	8\$	
MMD0692	0000098329	01/04/2017	74550	218	*	I
OKG0678	0000098255	30/03/2017	74550	218	*	I
OLW1612	0000096761	09/03/2017	74550	218	*	I
QHL0413	0000096312	01/03/2017	74550	218	*	I
QHP4845	54238926N	04/04/2017	50020	257	8\$	
QIC6920	0000096519	04/03/2017	74550	218	*	I
QII1080	0000096816	11/03/2017	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8803 50/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - RADAR ESTATICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8803 50/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AZS0012	8803082843	03/03/2017	74630	218 * II
DPX3609	8803082865	03/03/2017	74630	218 * II
HOE7051	8803082835	03/03/2017	74550	218 * I
MCE1180	54239017N	04/04/2017	50020	257 8S
MDI8594	8803082779	28/02/2017	74550	218 * I
MEU7908	8803082839	03/03/2017	74630	218 * II
MFN0101	8803082726	27/02/2017	74550	218 * I
MLC0580	8803082864	03/03/2017	74550	218 * I
MLE1100	8803082847	03/03/2017	74710	218 * III
MMA5114	8803082750	28/02/2017	74550	218 * I
QHO5772	8803082776	28/02/2017	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**TIMBÓ GRANDE**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8240 438/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100



EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8240 438/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKI7044	P01KD00063	27/01/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO GRANDE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8240 437/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8240 437/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEO4695	P01KD00099	03/04/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

TIMBO GRANDE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

---

**Três Barras**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8202 859/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8202 859/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAJ4113	54175752G	15/02/2017	66372	230 * IX	195.23
AAJ4113	54175753G	15/02/2017	50100	162 * I	880.40
AAJ4113	54175754G	15/02/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AAJ4113	54175755G	15/02/2017	67261	230 * XVIII	195.23
AFP2394	54176097G	30/12/2016	51851	167	195.23
ATQ4289	55918232F	24/01/2017	65561	230 * I	293.47
ATQ4289	55918235F	24/01/2017	50371	162 * III	586.94
LZE1398	55918143F	18/01/2017	50100	162 * I	880.40
LZE1398	55918144F	18/01/2017	65992	230 * V	293.47
LZE1398	55918145F	18/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LZE1398	55918146F	18/01/2017	67261	230 * XVIII	195.23
LZE1398	55918147F	18/01/2017	59670	203 * V	1467.34
MCR9151	55918778F	24/11/2016	66372	230 * IX	195.23
MCR9151	55918775F	24/11/2016	69120	232	88.38
MCR9151	55918776F	24/11/2016	50292	162* II	880.40
MCR9151	55918777F	24/11/2016	51262	164 c/c 162 * II	880.40
MHE8748	55918694F	10/12/2016	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 858/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8202 858/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIV3744	54183736G	18/03/2017	51851	167
APB1010	54175945G	17/03/2017	51691	165
MBJ0822	54183718G	10/03/2017	51851	167
NUS8225	54183737G	22/03/2017	56141	182 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**TREZE TÍLIAS****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8731 914/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8731 914/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

## INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHH1243	0000049454	15/01/2017	74550	218 * I	130.16
AMG9439	54198126N	28/11/2016	50020	257 8\$	85.13
AMZ6924	8731048484	18/12/2016	74550	218 * I	130.16
ASO3349	0000049549	18/01/2017	74630	218 * II	195.23
BNR5750	0000049611	20/01/2017	74550	218 * I	130.16
KPR3061	0000050028	08/02/2017	74550	218 * I	130.16
LPY9374	0000049249	08/01/2017	74550	218 * I	130.16
MAW0873	8731048366	15/12/2016	74550	218 * I	130.16
MBO8740	0000049569	19/01/2017	74550	218 * I	130.16
MBV7061	8731048486	18/12/2016	74550	218 * I	130.16
MFG2882	8731048406	15/12/2016	74630	218 * II	195.23
MFT7541	54222767N	02/02/2017	50020	257 8\$	130.16
MIM0787	54221091N	23/01/2017	50020	257 8\$	130.16
MIW1327	8731048507	18/12/2016	74630	218 * II	195.23
MJM4461	0000050104	12/02/2017	74550	218 * I	130.16
MKE1578	0000049652	22/01/2017	74550	218 * I	130.16
MKK4240	54225266N	14/02/2017	50020	257 8\$	130.16
MKR6739	0000049703	24/01/2017	74550	218 * I	130.16
MLO6374	8731048163	07/12/2016	74550	218 * I	130.16
MLT0251	8731048452	17/12/2016	74630	218 * II	195.23
MLX5800	8731048463	17/12/2016	74550	218 * I	130.16
MMB2266	8731048341	14/12/2016	74550	218 * I	130.16
OKF2714	54222766N	02/02/2017	50020	257 8\$	130.16
QHV4452	0000049415	14/01/2017	74550	218 * I	130.16
QHZ7296	8731048367	15/12/2016	74550	218 * I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

KARINA BOESING KUCERA  
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 721/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8344 721/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MHL1080 P013F00041 06/03/2017 65992 230 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU  
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO  
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS  
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)  
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 722/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8344 722/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI  
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,  
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,  
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,  
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-  
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AJM3589 P013F0004A 01/04/2017 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU  
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO  
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS  
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)  
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

KARINA BOESING KUCERA  
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 913/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8731 913/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

ABV0201	0000051156	29/03/2017	74550	218 * I
AIL4500	0000050684	11/03/2017	74630	218 * II
AWW0051	0000051180	30/03/2017	74550	218 * I
CLN9988	0000051121	25/03/2017	74550	218 * I
FRW1313	0000050669	10/03/2017	74550	218 * I
FUF2490	0000050802	16/03/2017	74550	218 * I
FUF2490	0000050811	16/03/2017	74550	218 * I
JKW1193	0000051179	30/03/2017	74550	218 * I
JZZ0200	0000050680	11/03/2017	74550	218 * I
MAP5037	0000051155	28/03/2017	74630	218 * II
MBI3993	0000051168	29/03/2017	74550	218 * I
MBP2214	0000050556	05/03/2017	74550	218 * I
MCO7901	0000050703	12/03/2017	74550	218 * I
MCP6575	0000050475	28/02/2017	74550	218 * I
MDF9648	0000051173	29/03/2017	74550	218 * I
MDN0226	0000051139	27/03/2017	74550	218 * I
MEO3845	0000050681	11/03/2017	74550	218 * I
MFC5393	0000051193	31/03/2017	74550	218 * I
MFC9250	54238997N	04/04/2017	50020	257 8\$
MFF7758	0000051196	31/03/2017	74550	218 * I
MFH9248	0000050517	02/03/2017	74550	218 * I
MGD6915	0000050383	25/02/2017	74550	218 * I
MGE5262	0000050571	05/03/2017	74550	218 * I
MGH2032	0000051169	29/03/2017	74550	218 * I
MGJ0252	0000050633	09/03/2017	74550	218 * I
MGO3348	0000050677	11/03/2017	74550	218 * I
MHH3360	0000051150	28/03/2017	74550	218 * I
MHT7996	0000050403	26/02/2017	74630	218 * II
MHX9443	0000050539	03/03/2017	74550	218 * I
MHZ6113	54238998N	04/04/2017	50020	257 8\$
MIC3359	0000051141	27/03/2017	74550	218 * I
MIE4972	54233750N	17/03/2017	50020	257 8\$
MIS4428	0000050695	11/03/2017	74550	218 * I
MJO7993	0000050529	02/03/2017	74550	218 * I
MJO7993	0000050509	02/03/2017	74550	218 * I
MJU6164	0000051171	29/03/2017	74550	218 * I
MKB7454	54238996N	04/04/2017	50020	257 8\$
MKJ4483	0000051106	24/03/2017	74630	218 * II
MKR5068	0000050724	13/03/2017	74550	218 * I
MKU9154	54233256N	16/03/2017	50020	257 8\$
MLG8362	0000050609	07/03/2017	74550	218 * I
MLJ7824	54238999N	04/04/2017	50020	257 8\$

MLO6374	54228385N	01/03/2017	50020	257	8\$
MLS9286	0000050572	05/03/2017	74630	218	* II
MMA0773	0000051178	30/03/2017	74550	218	* I
MMB0936	54238994N	04/04/2017	50020	257	8\$
NCQ7689	0000050705	12/03/2017	74550	218	* I
QHF6757	0000050645	09/03/2017	74550	218	* I
QHI8673	54238995N	04/04/2017	50020	257	8\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

KARINA BOESING KUCERA  
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

### TUBARÃO

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8072 2382/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8072 2382/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALR4331	P01H4000D8	30/01/2017	69120	232	88.38
ALR4331	P01H4000D9	30/01/2017	66372	230 * IX	195.23
LZJ2283	P01GT00025	23/01/2017	69120	232	88.38
MEY9672	P01HB00088	14/01/2017	65561	230 * I	293.47
MEY9672	P01HB00089	14/01/2017	66372	230 * IX	195.23
MGE8020	P01GO00060	26/01/2017	50100	162 * I	880.40
MGE8020	P01GO0006P	26/01/2017	73400	252 * IV	130.16
MGE8020	P01GO0006Q	26/01/2017	75790	165 A	2934.68
MI15666	P01H2000AN	25/01/2017	73400	252 * IV	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUBARAO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE LUIZ BERMUDEZ PEREIRA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8072 2383/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARAO - DEMUT - 283670

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8072 2383/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CSZ4668	P01HB0008H	23/01/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
DCC2028	P01HB0008A	14/01/2017	51930	168	293.47
IGA6195	P01H4000CA	24/01/2017	54790	181 * X	130.16
IIV6137	P01H4000BO	16/01/2017	51851	167	195.23
IKB6837	P01H4000AQ	13/01/2017	54527	181 * VIII	195.23
MAF5516	P01H4000BB	13/01/2017	51851	167	195.23
MAO4566	P01GT0003O	01/02/2017	58197	193	880.40
MBW5750	P01H2000AP	25/01/2017	51851	167	195.23
MEW2267	55842513E	15/02/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MEW7478	P01H4000B3	13/01/2017	51851	167	195.23
MFF5246	P01H4000B0	13/01/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MFF9790	P01H4000B4	13/01/2017	51851	167	195.23
MFK7346	P01HB0008B	20/01/2017	54600	181 * IX	130.16
MGB3084	P01H4000BA	13/01/2017	51851	167	195.23
MGE8020	P01GO0006N	26/01/2017	57200	186 * I	195.23
MGE8020	P01GO0006R	26/01/2017	60501	208	293.47
MGP0662	P01HD00081	21/01/2017	60501	208	293.47
MKO0588	P01H2000A9	23/01/2017	60501	208	293.47
MLB2718	P01H4000EA	16/02/2017	54523	181 * VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUBARAO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DIONISIO DE QUADROS

## AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8072 2380/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8072 2380/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AUL1967	P01H3000L3	06/04/2017	65992	230 * V
AWT4476	P01H3000KY	06/04/2017	64080	221
CJM4699	P01GT0006H	31/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
CJM4699	P01GT0006I	31/03/2017	67261	230 * XVIII
CJM4699	P01GT0006J	31/03/2017	52741	175
CJM4699	P01GT0006L	31/03/2017	65992	230 * V
CLT1325	P01GT0006U	06/04/2017	66020	230 * VI
CNY4403	P01H2000EV	07/04/2017	69120	232
CRY7083	P01GS000M7	31/03/2017	66102	230 * VII
EMU1786	P01IL0003F	08/04/2017	66371	230 * IX
ILG6991	P01GO000AL	06/04/2017	65992	230 * V
ILG6991	P01GO000AM	06/04/2017	50100	162 * I
LXG9459	P01HB000BW	01/04/2017	65992	230 * V
LXM2858	P01GP0005H	11/03/2017	66102	230 * VII
LYA3571	P01H4000IP	02/04/2017	65992	230 * V
LZM7371	P01GO000AB	01/04/2017	65992	230 * V
MAC2786	P01HB000C7	04/04/2017	75790	165 A
MAC2786	P01HB000C8	04/04/2017	65992	230 * V
MAC2786	P01HB000C9	04/04/2017	69120	232
MAI3654	P01H3000K7	03/04/2017	65992	230 * V
MBK6888	P01H3000KD	04/04/2017	65992	230 * V
MBV0685	P01H3000KA	04/04/2017	65992	230 * V
MBV0685	P01H3000KB	04/04/2017	50100	162 * I
MBV0685	P01H3000KC	04/04/2017	50610	163 c/c 162 * I
MDA9975	P01GS000MN	04/04/2017	65992	230 * V
MDG6689	P01GT00070	07/04/2017	50100	162 * I
MDG6689	P01GT00071	07/04/2017	65992	230 * V
MDT0363	P01GO000AI	05/04/2017	66531	230 * XI
MDT9229	P01H4000FK	08/03/2017	50610	163 c/c 162 * I
MDT9229	P01H4000FL	08/03/2017	50100	162 * I
MEI0531	P01H3000GP	09/03/2017	50450	162 * V
MEI0531	P01H3000GQ	09/03/2017	65992	230 * V
MER1589	P01GS000N7	06/04/2017	73400	252 * IV
MER1589	P01GS000N8	06/04/2017	67261	230 * XVIII
MER4227	P01GO0008U	11/03/2017	73400	252 * IV
MFA3071	P01H3000KE	04/04/2017	50450	162 * V
MGD6571	P01GO000AY	07/04/2017	67000	230 * XVI
MGM9494	P01HD000BS	14/03/2017	73400	252 * IV

MGQ7711	P01H3000L2	06/04/2017	50100	162	*	I
MGQ7711	P01GT0006X	06/04/2017	65992	230	*	V
MGR1122	P01GS000LW	30/03/2017	65992	230	*	V
MHU0429	P01H4000FM	08/03/2017	65992	230	*	V
QHZ0231	P01GO000AT	07/04/2017	65992	230	*	V
QHZ0231	P01GO000AU	07/04/2017	50100	162	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUBARAO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE LUIZ BERMUDEZ PEREIRA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8072 2381/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARAO - DEMUT - 283670

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8072 2381/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACS3440	P01GP0005E	10/03/2017	72340	250 * I * a
AFW6683	P01HB000C3	04/04/2017	54521	181 * VIII
AHH6131	55842477E	20/02/2017	51851	167
AMC4753	55843089E	06/03/2017	55090	181 * XIII
AMT6679	55841349E	06/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
ANX5552	P01GT0005T	08/03/2017	55090	181 * XIII
APK2603	55843073E	01/03/2017	55680	181 * XIX
AUS7615	55843197E	08/03/2017	55500	181 * XVIII
AXX2388	55843157E	23/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
CGP5301	55843811E	23/03/2017	54521	181 * VIII
CJM4699	P01GT0006K	31/03/2017	59670	203 * V
CRC3569	P01GS000M4	30/03/2017	51851	167
CRL5113	55842776E	22/02/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
CWI7271	55842767E	17/02/2017	54870	181 * XI
DGU8960	P01GS000LT	30/03/2017	73662	252*VI
DPN0388	55844122E	30/03/2017	55500	181 * XVIII
DYF6950	P01GT0005K	07/03/2017	76252	ART 181, XX
DYM1423	55843174E	01/03/2017	55680	181 * XIX

EEV5471	55844203E	03/04/2017	55680	181 * XIX
HPW7690	55843072E	01/03/2017	55500	181 * XVIII
HZU9143	55843528E	09/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
IEA4803	55842156E	24/03/2017	60501	208
IGH5729	P01H2000EP	01/04/2017	54790	181 * X
INR9710	55842789E	24/02/2017	55500	181 * XVIII
ISW8337	P01GS000M5	30/03/2017	55680	181 * XIX
JPY6749	55842473E	20/02/2017	51851	167
KAO8836	55843510E	22/02/2017	60501	208
KKU2255	55844056E	31/03/2017	52070	169
KQF1556	55843064E	24/02/2017	76251	ART 181, XX
LRB1431	55843513E	22/02/2017	51851	167
LWS5621	P01HD000E3	03/04/2017	60501	208
LXC6592	P01HD000C6	14/03/2017	51851	167
LYA1949	55842472E	20/02/2017	51851	167
LYM2782	55842215E	16/02/2017	54521	181 * VIII
LYN1133	55843503E	20/02/2017	51851	167
LYU6350	55842479E	22/02/2017	51851	167
LYV4839	P01H4000G1	17/03/2017	54600	181 * IX
MAH5935	P01H3000JQ	30/03/2017	51851	167
MAK0100	55842667E	03/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MAM3204	55843186E	02/03/2017	55680	181 * XIX
MAR2973	55842250E	10/03/2017	55090	181 * XIII
MAR5710	P01H4000IH	01/04/2017	76332	ART 252, UNICO
MAR5710	P01H4000II	01/04/2017	56300	182 * VII
MAT5532	55842538E	20/02/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MAY0605	55843189E	03/03/2017	55500	181 * XVIII
MBI0405	55843901E	21/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MBO8796	55842845E	21/02/2017	51851	167
MBS4672	55844115E	28/03/2017	55680	181 * XIX
MBU0748	55842841E	20/02/2017	51851	167
MBY0016	55843055E	23/02/2017	60501	208
MBY8154	55843769E	28/03/2017	60501	208
MCO2526	55842024E	01/03/2017	55500	181 * XVIII
MCR7154	55843083E	03/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MCW9406	55840925E	09/03/2017	55500	181 * XVIII
MCX3435	P01HD000AY	25/02/2017	54100	181 * IV
MDC5959	54927550C	21/02/2017	55680	181 * XIX
MDF9533	P01HB000AW	05/03/2017	56141	182 * V
MDK4168	55842249E	07/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MDM2887	55842221E	21/02/2017	55680	181 * XIX
MDT4608	55842332E	20/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MDU3309	55843096E	06/03/2017	55680	181 * XIX
MEI0531	P01H3000GO	09/03/2017	54523	181 * VIII
MEU3968	P01GT0005U	08/03/2017	55090	181 * XIII
MEV7234	P01GT00067	10/03/2017	73662	252*VI
MEZ7501	55843502E	20/02/2017	51851	167
MFC0208	55842341E	22/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MFD1278	55844123E	30/03/2017	76252	ART 181, XX
MFD4525	55843084E	03/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MFG7237	55843098E	06/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MFI1199	P01HD000EL	07/04/2017	51851	167
MFJ2522	P01H3000GU	12/03/2017	54523	181 * VIII
MFJ6605	P01H2000DC	07/03/2017	55680	181 * XIX
MFL8187	55843154E	23/02/2017	76251	ART 181, XX
MFM2929	P01GS000NN	07/04/2017	76252	ART 181, XX
MFN3809	55842846E	21/02/2017	56222	182 * VI
MFW3492	55843156E	23/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MFY5092	P01GO0008O	10/03/2017	72340	250 * I * a
MFZ4967	P01HD000BI	10/03/2017	73662	252*VI
MGJ1124	55843065E	24/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MGJ4141	P01GP0006Q	05/04/2017	60501	208
MGJ5013	55844118E	30/03/2017	55680	181 * XIX

MGK2041	P01HB000B0	06/03/2017	54523	181 * VIII
MGK8859	55842744E	17/02/2017	55500	181 * XVIII
MGS2715	P01GO0009C	18/03/2017	51851	167
MGX1875	55843359E	31/03/2017	55500	181 * XVIII
MGX2027	55843167E	24/02/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146
MHG8045	55843215E	08/03/2017	55500	181 * XVIII
MHL1954	P01HB000CA	06/04/2017	73662	252*VI
MHL6733	P01HD000BZ	14/03/2017	54523	181 * VIII
MHM1690	P01HD000B4	06/03/2017	57380	186 * II
MHO5852	55842743E	17/02/2017	51851	167
MHQ9619	55841350E	06/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MHS4325	55842775E	21/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MHX0702	P01GT00066	08/03/2017	55500	181 * XVIII
MIC1870	P01H2000D6	06/03/2017	73662	252*VI
MID8719	55844139E	05/04/2017	55500	181 * XVIII
MIF6162	55843716E	30/03/2017	55500	181 * XVIII
MIG5940	P01GS000MO	04/04/2017	51851	167
MIJ2520	55843054E	23/02/2017	60501	208
MIM9868	55842333E	20/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MIP1567	55843636E	28/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MIR5497	55844130E	03/04/2017	55500	181 * XVIII
MIU9885	55842334E	20/02/2017	76251	ART 181, XX
MJA8164	P01GS000M8	30/03/2017	73662	252*VI
MJC4457	P01GP0006G	31/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MJD2483	55842787E	23/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MJF1090	P01H2000EL	31/03/2017	60501	208
MJK8235	55840923E	09/03/2017	55680	181 * XIX
MJM9764	P01GT0005X	08/03/2017	76252	ART 181, XX
MJN1146	55843169E	24/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MJQ1178	P01H3000JA	30/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MJR7785	55843221E	11/03/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MJS7163	55842022E	24/02/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MJS9391	55842749E	20/02/2017	51851	167
MJT6038	P01H4000GS	28/03/2017	57461	187 * I
MKD4004	55843086E	03/03/2017	55090	181 * XIII
MKE7002	P01GS000N5	06/04/2017	76331	ART 252, UNICO
MKK4867	55842773E	21/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MKL2271	P01H2000EJ	31/03/2017	54600	181 * IX
MKL7061	P01GS000M0	30/03/2017	51851	167
MKM9326	P01GO0008Q	10/03/2017	72340	250 * I * a
MKN1878	55843057E	24/02/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MKN4551	55842016E	22/02/2017	55500	181 * XVIII
MKN7797	P01HD000BR	14/03/2017	73662	252*VI
MKQ3042	55842469E	20/02/2017	60501	208
MKU3987	54926944C	10/03/2017	60503	208
MKV4787	55843601E	10/03/2017	55090	181 * XIII
MLG9419	P01HD000E2	03/04/2017	73662	252*VI
MLL1246	55842646E	31/03/2017	55090	181 * XIII
MLL7929	55842545E	21/02/2017	76332	ART 252, UNICO
MLN0390	55843903E	24/03/2017	55090	181 * XIII
MLO9546	P01H4000F9	02/03/2017	55500	181 * XVIII
MLT5109	55844126E	30/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MLT5555	55843321E	31/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MLW8713	55842738E	17/02/2017	55500	181 * XVIII
MLY9524	55843004E	06/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MMA2097	P01H3000JE	30/03/2017	51851	167
MMC2138	P01H3000KQ	05/04/2017	51851	167
MMD6921	54926942C	10/03/2017	60503	208
MMH9585	P01H2000CZ	02/03/2017	73662	252*VI
MWA6132	55842765E	17/02/2017	53800	181 * I
NHQ5247	55842763E	17/02/2017	76332	ART 252, UNICO
NNX6766	P01H3000JB	30/03/2017	73662	252*VI
OAL3997	55843770E	28/03/2017	60501	208

OKE4272	54926943C	10/03/2017	60503	208	
OKF2990	55842849E	21/02/2017	76332	ART 252, UNICO	
QHC4605	P01H3000JL	30/03/2017	51851	167	
QHH5409	55842220E	20/02/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	
QHL1393	P01H4000IW	03/04/2017	54523	181 * VIII	
QHL5791	55844005E	30/03/2017	76332	ART 252, UNICO	
QHN4920	55840926E	09/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	
QHN7263	55843196E	08/03/2017	55500	181 * XVIII	
QHP0261	P01H3000GS	12/03/2017	65300	228	
QHQ1683	55844141E	05/04/2017	55500	181 * XVIII	
QIA0016	P01GT00060	08/03/2017	73662	252*VI	
QIH5610	P01GT00069	10/03/2017	55500	181 * XVIII	
QII0630	55843288E	31/03/2017	54522	181 * VIII	
QIK8888	55842242E	07/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUBARAO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DIONISIO DE QUADROS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### TUNÁPOLIS

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8300 434/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8300 434/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IMM2610	P00UI0004D	17/12/2016	65300	228	195.23
MEE9258	P00UI00044	24/11/2016	51851	167	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 433/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8300 433/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GOL2103	P00UI00051	26/02/2017	67690	230 * XXII
MJU1235	P00UI0005H	31/03/2017	50371	162 * III
MJU1235	P00UI0005I	31/03/2017	51341	164 c/c 162 * III
MMJ1138	P00UI0005K	02/04/2017	65300	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**TURVO**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8184 1003/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO**

## DE TRANSITO N.8184 1003/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJW5570	55596394D	14/12/2013	53200	176 * V	957.69
IDJ7070	54017899F	17/12/2016	50100	162 * I	880.40
IDJ7070	54017898F	17/12/2016	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ILF1776	54018382F	10/12/2016	66102	230 * VII	195.23
ILF1776	54018380F	10/12/2016	50100	162 * I	880.40
ILF1776	54018381F	10/12/2016	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCD7527	54953283E	16/07/2014	66102	230 * VII	127.69
MCD7527	54953284E	16/07/2014	67692	230 * XXII	85.12
MDO7654	54953652E	25/07/2014	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MDO7654	54953651E	25/07/2014	50100	162 * I	574.61
MGB5246	55595081D	17/04/2014	50100	162 * I	574.61
MGB5246	55595082D	17/04/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MGR9070	54017903F	20/12/2016	50100	162 * I	880.40
MHL6951	54017906F	20/12/2016	51262	164 c/c 162 * II	880.40
MHL6951	54017905F	20/12/2016	50292	162* II	880.40
MID1902	54017884F	26/11/2016	65992	230 * V	293.47
MID1902	54017886F	26/11/2016	50100	162 * I	880.40
MID1902	54017885F	26/11/2016	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MJE5274	54017901F	20/12/2016	65992	230 * V	293.47
MJE5274	54017902F	20/12/2016	50100	162 * I	880.40
MKW4793	54953456E	25/09/2014	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 1002/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8184 1002/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AXJ8657	54018540F	04/04/2017	51851	167
CLB7084	54017773F	01/04/2017	66371	230 * IX
CLB7084	54017771F	01/04/2017	64080	221
CLB7084	54017770F	01/04/2017	65992	230 * V
CLB7084	54017769F	01/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
CLB7084	54017768F	01/04/2017	50100	162 * I
INI9196	54017917F	09/03/2017	65992	230 * V
MAP9907	54018395F	11/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MAP9907	54018394F	11/03/2017	65992	230 * V
MAP9907	54018393F	11/03/2017	50100	162 * I
MCJ4096	54018541F	04/04/2017	51851	167
MCN1268	54017938F	11/03/2017	66020	230 * VI
MCN1268	54017937F	11/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCN1268	54017936F	11/03/2017	52070	169
MCN1268	54017935F	11/03/2017	50100	162 * I
MFE2310	54017761F	14/02/2017	65992	230 * V
MFE2310	54017760F	14/02/2017	51180	164 c/c 162 * I
MFE2310	54017759F	14/02/2017	50100	162 * I
MLO2238	54017839F	25/02/2017	65992	230 * V
NYE0073	54019281F	25/03/2017	67690	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

## UNIÃO DO OESTE

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8182 293/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8182 293/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IGW0149	54448016D	13/12/2016	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 292/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 292/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDE1458	54447438D	21/02/2017	64080	221
MDE1458	54447435D	21/02/2017	50100	162 * I
MDE1458	54447436D	21/02/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL

DELEGADA REGIONAL 12. DRP

**URUSSANGA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8282 1226/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8282 1226/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AOW9903	P01FI000BE	09/01/2017	51851	167	195.23
CGF5432	P01FI000A1	04/01/2017	51851	167	195.23
LXA7598	P01FI000DG	14/01/2017	51851	167	195.23
LYU7785	P01FI0004D	19/11/2016	51851	167	195.23
LZZ1432	P01FI000DU	17/01/2017	55250	181 * XV	130.16
MFV9501	P01FI0005U	08/12/2016	69120	232	88.38
MGX5736	P01FI000F9	26/01/2017	51851	167	195.23
MIJ5239	P01FI000LY	18/02/2017	51851	167	195.23
MKI3477	P01FR0002W	14/02/2017	51852	167	195.23
MLC1408	P01FI0005Q	08/12/2016	51851	167	195.23
MLC1408	P01FI0005R	08/12/2016	65992	230 * V	293.47
NEQ7483	P01FI000KO	16/02/2017	51852	167	195.23
QHY6233	P01FI000EU	25/01/2017	57461	187 * I	130.16
QIG4862	P01FR00017	17/01/2017	55250	181 * XV	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8282 1225/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO



## DE TRANSITO N.8282 1225/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AID4386	P01FI0014T	07/04/2017	60250	206 * IV
AVG1212	P01FI000ZI	29/03/2017	51851	167
BER4141	P01FI000T7	11/03/2017	51851	167
BTU1890	P01FI00127	03/04/2017	57461	187 * I
CGF5432	P01FR0001F	24/01/2017	51852	167
CHM5927	P01FI0012V	04/04/2017	50100	162 * I
CHM5927	P01FI0012U	04/04/2017	65992	230 * V
CIH2794	P01FI000UL	14/03/2017	51851	167
DCW1044	P01FR0003Z	18/03/2017	51851	167
DET9464	P01FI0010I	30/03/2017	51851	167
DET9464	P01FI0012W	04/04/2017	51851	167
DET9464	P01FI0012D	03/04/2017	51851	167
DHS2431	P01FR0003K	16/03/2017	51851	167
DJF2240	P01FI0012G	03/04/2017	51852	167
EBT2594	P01FI000V3	14/03/2017	51851	167
FBW5319	P01FI0014S	07/04/2017	56570	182 * IX
GOA1946	P01FI00132	04/04/2017	55500	181 * XVIII
IQZ2278	P01FI000TA	11/03/2017	51852	167
ITZ9187	P01FI0014B	07/04/2017	55413	181*XVII c/ Lei13146
JMZ3399	P01FI00139	04/04/2017	51851	167
LCG6782	P01FI000QO	06/03/2017	51851	167
LXQ9710	P01FR0005F	06/04/2017	51851	167
LXU9467	P01FI000S2	10/03/2017	51851	167
LYS7169	P01FI000VL	15/03/2017	51851	167
LYV5347	P01FI0013X	06/04/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
LZC1611	P01FI0013L	06/04/2017	57461	187 * I
LZC1611	P01FI0013M	06/04/2017	51852	167
MAI8276	P01FI0012H	03/04/2017	73400	252 * IV
MAN7401	P01FI000WM	17/03/2017	51851	167
MAN7401	P01FI000V1	14/03/2017	51851	167
MAT0718	P01FI0012C	03/04/2017	51851	167
MCA1698	P01FI00007	26/02/2017	51851	167
MCY4386	P01FI000UI	14/03/2017	51851	167
MDF3971	P01FI0012L	03/04/2017	55250	181 * XV
MDJ4517	P01FI0014R	07/04/2017	73580	252 * V
MEQ0904	P01FI000WD	17/03/2017	51851	167
MER6347	P01FI000U0	13/03/2017	51851	167
MER8966	P01FI000VB	14/03/2017	51851	167
MEX8266	P01FI000UQ	14/03/2017	51852	167
MFF2998	P01FI0011V	03/04/2017	51852	167
MFU8988	P01FI000Q8	02/03/2017	52070	169
MFW0106	P01FI0011Q	31/03/2017	54600	181 * IX
MFW0106	P01FI0011S	31/03/2017	53980	181 * II
MGB1424	P01FR0003G	14/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MGF7778	P01FR00059	02/04/2017	65992	230 * V
MGF7778	P01FR0005B	02/04/2017	70301	244 * I
MGF7778	P01FR0005C	02/04/2017	67261	230 * XVIII
MGO4474	P01FI0013O	06/04/2017	51851	167

MHA0298	P01FI0014C	07/04/2017	51851	167	
MHE4282	P01FI000SD	10/03/2017	51852	167	
MHR4679	P01FI000UV	14/03/2017	51851	167	
MHR4679	P01FI000W8	15/03/2017	51851	167	
MHS1177	P01FI000W2	15/03/2017	51851	167	
MHU9609	P01FI000UA	14/03/2017	76251	ART	181, XX
MHW2046	P01FI0012E	03/04/2017	51851	167	
MHY5981	P01FI0015B	07/04/2017	55250	181	* XV
MIF7388	P01FI000UW	14/03/2017	70301	244	* I
MIF7388	P01FI000UY	14/03/2017	58350	195	
MI18142	P01FI000UN	14/03/2017	55172	181	* XIV
MIN6651	P01FR0003J	16/03/2017	51851	167	
MIR0368	P01FI00105	30/03/2017	51851	167	
MIT5030	54239027N	04/04/2017	50020	257	8\$
MIV6792	P01FI0013E	06/04/2017	51851	167	
MJA0804	P01FI0010Q	30/03/2017	51851	167	
MJE3139	P01FI00146	07/04/2017	51852	167	
MJE4833	P01FI00137	04/04/2017	51851	167	
MJI0374	P01FI000RO	09/03/2017	76332	ART	252, UNICO
MJJ9019	P01FI000U8	14/03/2017	51851	167	
MJJ9019	P01FR0003N	17/03/2017	51851	167	
MJP2359	P01FR00058	01/04/2017	51852	167	
MKD6010	54239028N	04/04/2017	50020	257	8\$
MKJ4579	P01FI0011N	31/03/2017	51851	167	
MKQ3020	P01FR0003U	17/03/2017	51852	167	
MKT8991	P01FI000R8	07/03/2017	51691	165	
MKX9200	P01FI0012O	03/04/2017	57461	187	* I
MKZ8460	P01FI000TU	13/03/2017	51852	167	
MLH3402	P01FI000SX	10/03/2017	51852	167	
MLJ5138	P01FI0010K	30/03/2017	51852	167	
MLL3962	P01FI000ZG	29/03/2017	51851	167	
MLX2821	P01FI0015C	07/04/2017	55250	181	* XV
MMC7459	P01FI000VC	14/03/2017	51851	167	
MMJ9855	P01FI000SR	10/03/2017	51851	167	
NSC0898	P01FI000ZF	29/03/2017	51851	167	
OKF8711	P01FI000Z8	29/03/2017	51851	167	
OKF8711	P01FI000Z9	29/03/2017	51852	167	
QHD1529	P01FI0015A	07/04/2017	73662	252*	VI
QHJ6564	54239029N	04/04/2017	50020	257	8\$
QHW2575	P01FI0010M	30/03/2017	51852	167	
QHY5153	P01FI0013R	06/04/2017	57380	186	* II
QHY6233	54229410N	02/03/2017	50020	257	8\$

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS  
DELEGADO DE POLICIA

**VARGEÃO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8546 374/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8546 374/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AXI3890	P01FQ0003D	27/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MUR3772	P01FQ0001N	09/12/2016	51851	167	195.23
MUR3772	P01FQ0001Q	16/12/2016	76332	ART 252, UNICO	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEAO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8546 373/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8546 373/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----  
AVS0890 P01FQ0004Q 01/04/2017 56222 182 \* VI  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEAO/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

---

### VARGEM

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 106/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 106/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MFL1775 55474377C 21/03/2011 65640 230 \* II  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 107/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 107/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

ANA8221 55474369C 19/03/2011 55250 181 \* XV  
LXX1283 55474367C 19/03/2011 51930 168  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 108/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 108/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AJU6894 54810233C 07/03/2009 51851 167  
-----

LXJ1275 55474357C 01/03/2011 56300 182 \* VII  
MFP8228 55474384C 05/04/2011 73662 252 \* VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 109/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 109/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHW9798	55474373C	21/03/2011	51851	167
CBR1566	55474378C	21/03/2011	65050	227 * III

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 110/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 110/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LYX1283 55474366C 19/03/2011 55250 181 \* XV  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 112/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 112/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

IBI5795 55474388C 06/05/2011 55411 181 \* XVII  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 115/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 115/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAG2868	55474389C	25/05/2011	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 117/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 117/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MCZ9935	55474396C	10/07/2011	65992	230 * V
MCZ9935	55474397C	10/07/2011	69120	232
MGX5613	55474404C	10/07/2011	70481	244 * II
MGX5613	55474393C	10/07/2011	50450	162 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 118/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 118/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MCO1291	54117104B	17/09/2009	70640	244 * IV
MGU1545	55474399C	10/07/2011	65992	230 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 120/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 120/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFT6031	55474400C	10/07/2011	70301	244 * I
MFT6031	55474401C	10/07/2011	52151	170
MFT6031	55474402C	10/07/2011	58350	195
MFT6031	55474403C	10/07/2011	60760	210

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 121/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 121/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LYE9329 55474413C 12/08/2011 51851 167  
MGL5031 55474410C 18/07/2011 70301 244 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 124/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 124/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MBI7808 55474417C 26/09/2011 65992 230 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 125/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 125/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBE4198	55474416C	26/09/2011	56570	182 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 126/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 126/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LXL7954 55474418C 08/10/2011 55090 181 \* XIII  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 127/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 127/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

BPK3849 55474425C 06/11/2011 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 128/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 128/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXJ1275	55474423C	04/11/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 130/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 130/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAL1413	55474446C	19/01/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 131/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 131/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARQ6666	55474463C	08/04/2012	51851	167
MDO3523	55474456C	30/03/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 133/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 133/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MGH2513 55474460C 08/04/2012 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 134/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 134/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MFD6670 55474478C 22/05/2012 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 136/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 136/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIM2298	55474474C	20/05/2012	51851	167
MIR5556	55474475C	20/05/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 137/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 137/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

KMR4527	55474514C	21/07/2012	51851	167
MHS8010	55474505C	19/07/2012	51851	167

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 138/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 138/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MBX1049	55474493C	12/07/2012	51851	167
MBX1049	55474494C	12/07/2012	51852	167
MBX1049	55474495C	12/07/2012	73662	252 * VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 139/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 139/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IKC6148	55474503C	16/07/2012	51851	167
MEN5717	55474499C	16/07/2012	51851	167
MGL8101	55474488C	12/07/2012	51851	167
MGL8101	55474489C	12/07/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 140/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 140/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LON6392 55474512C 19/07/2012 73662 252 \* VI  
LON6392 55474511C 19/07/2012 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 141/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 141/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MBZ3098 55474520C 01/09/2012 51851 167  
MBZ3098 55474521C 01/09/2012 65482 229  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 142/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 142/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHB0121	55474519C	01/09/2012	65482	229
MHB0121	55474522C	01/09/2012	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 143/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8502 143/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYJ5674	55474533C	23/09/2012	69120	232
LYJ5674	55474527C	23/09/2012	65992	230 * V
LYJ5674	55474528C	23/09/2012	50100	162 * I
MEK7931	55474531C	23/09/2012	69120	232
MEK7931	55474524C	23/09/2012	65992	230 * V
MEK7931	55474523C	23/09/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 145/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 145/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFT6031	55474526C	23/09/2012	65992	230 * V
MFT6031	55474532C	23/09/2012	69120	232
MFT6031	55474525C	23/09/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 146/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 146/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCW3821	55474529C	23/09/2012	65992	230 * V
MCW3821	55474530C	23/09/2012	50100	162 * I
MCW3821	55474534C	23/09/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**VARGEM BONITA**

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 291/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8645 291/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAA3195	55228141A	09/03/2017	65992	230 * v

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**VIDAL RAMOS**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8422 365/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8422 365/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYD4670	55942423C	14/06/2012	65992	230 * v	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

---

### VIDEIRA

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8416 2265/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8416 2265/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AOK4161	P00PE0013E	12/01/2017	50100	162 * I	880.40
AOK4161	P00PE0013F	12/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
COS5446	P00PD0013P	17/02/2017	69120	232	88.38
LZC1471	P00PD000Y6	15/01/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MCL3033	P01JG00008	29/12/2016	65800	230 * IV	293.47
MCL3033	P01JG00009	29/12/2016	51341	164 c/c 162 * III	586.94
MJP8490	P00PE0012A	05/01/2017	65992	230 * V	293.47
MJP8490	P00PE0012B	05/01/2017	50100	162 * I	880.40
MJP8490	P00PE0012C	05/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 25. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8416 2266/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA - ORTRAVI - 283790

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8416 2266/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMA5923	P00PD000XQ	07/01/2017	57380	186 * II	293.47
BAA4554	P0130000WU	23/01/2017	74710	218 * III	880.40
IAQ7237	P00PD000YG	17/01/2017	61220	214 * I	293.47
MED3249	P0130000W8	19/01/2017	51851	167	195.23
MEL0973	P013A0008S	23/01/2017	51851	167	195.23
MJO3673	P0130000WH	23/01/2017	51851	167	195.23
MLB7132	P00PE0004Z	06/02/2016	51851	167	127.69
MMD1197	P0130000Q5	28/06/2016	74550	218 * I	85.13
QIB1185	P00PD000YX	18/01/2017	74550	218 * I	130.16
QIC6284	P0130000X3	23/01/2017	74550	218 * I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

WILMAR ANTUNES PEREIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2263/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8416 2263/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGH2567	P00PE001C6	03/03/2017	67261	230 * XVIII
AGH2567	P00PE001C7	03/03/2017	67000	230 * XVI
AGH2567	P00PE001C8	03/03/2017	65561	230 * I
AGH2567	P00PE001CA	03/03/2017	66371	230 * IX
ASC6811	P00PE001CT	06/03/2017	50450	162 * V
DDI4448	P00PE001CN	05/03/2017	52741	175
LXF2010	P00PD001AP	04/04/2017	66371	230 * IX
LXF2010	P00PD001AQ	04/04/2017	50450	162 * V
LXF2010	P00PD001AR	04/04/2017	67690	230 * XXII
LXX0095	P00PD0019O	30/03/2017	67261	230 * XVIII
LYV2126	P01300013C	07/03/2017	67261	230 * XVIII
LYV2126	P013000139	07/03/2017	50100	162 * I
LYV2126	P01300013A	07/03/2017	65992	230 * V
LZZ1254	P013A000JW	29/03/2017	73400	252 * IV
MBC4866	P013A000JU	29/03/2017	65992	230 * V
MCH1847	P00PE001G4	01/04/2017	65992	230 * V
MCH1847	P00PE001G5	01/04/2017	67261	230 * XVIII
MCH1847	P00PE001G6	01/04/2017	50100	162 * I
MCH1847	P00PE001G7	01/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
MDX9650	P00PE001G1	31/03/2017	65992	230 * V
MEO9957	P01300013B	07/03/2017	73400	252 * IV
MEV4860	P012X000K7	29/03/2017	66531	230 * XI
MFD1801	P00PD00158	28/02/2017	75790	165 A
MFQ1292	P013000173	31/03/2017	50100	162 * I
MIG3901	P01300017W	04/04/2017	65992	230 * V
MIG3901	P01300017X	04/04/2017	50450	162 * V
MJZ7860	P00PD0019W	31/03/2017	65992	230 * V
MMI3457	P012X000LQ	04/04/2017	73400	252 * IV
QHA1758	P012X000H5	10/03/2017	65992	230 * V
QHA1758	P012X000H6	10/03/2017	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 25. DRP

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2264/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA - ORTRAVI - 283790

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8416 2264/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACM9235	P012X000L7	30/03/2017	51851	167
AGH2567	P00PE001C9	03/03/2017	51851	167
AHB7855	P00PE001CL	03/03/2017	51851	167
AHD4674	P012X000LY	07/04/2017	55250	181 * XV
AHW9316	P00PE001G9	01/04/2017	65300	228
AME0136	P00PE001HB	08/04/2017	57970	191
AOR0580	P00PD0016C	03/03/2017	51851	167
ATX3099	P012X000KM	30/03/2017	51851	167
BBY0207	P012X000I3	14/03/2017	51851	167
BFC1519	P00PD001AX	05/04/2017	51851	167
BKW9895	P013000179	31/03/2017	51851	167
CBE1486	P00PD001AC	03/04/2017	51851	167
CGF5843	P013A000K3	29/03/2017	51851	167
DDI4448	P00PE001CO	05/03/2017	58350	195
HRI4766	P00PE001DX	09/03/2017	51851	167
HXA1740	P00PE001H7	07/04/2017	51851	167
IFT5916	P00PD0016H	03/03/2017	51851	167
LWV1458	P00PE001CG	03/03/2017	51851	167
LXK9904	P013A000EM	06/03/2017	51852	167
LYU8225	P012X000KH	30/03/2017	51851	167
LZQ8150	P013A000KQ	05/04/2017	51851	167
LZQ8150	P00PD001AZ	06/04/2017	54521	181 * VIII
MBC2010	P00PD00159	28/02/2017	55250	181 * XV
MBC4866	P013A000JT	29/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MBE7035	P013A000KN	05/04/2017	51851	167
MBK9125	P012X000LO	03/04/2017	51930	168
MCC4703	54238318N	04/04/2017	50020	257 8\$
MCU2112	P00PD0016F	03/03/2017	51851	167
MDL7582	P00PE001HD	08/04/2017	58780	199
MEE9665	P00PD0017E	08/03/2017	52070	169
MEP0568	P00PD0017B	08/03/2017	52070	169
MEP9632	P013A000LC	06/04/2017	65300	228
MFM9657	P012X000L3	30/03/2017	51852	167
MFW6060	P012X000HD	13/03/2017	61732	215 * I * a
MFY5317	P013A000KM	05/04/2017	51851	167
MGB3162	P00PE001D2	06/03/2017	52070	169
MGJ2474	P012X000LZ	06/04/2017	59670	203 * V
MGL4222	P012X000GI	06/03/2017	65300	228
MGR5264	P00PD0019V	31/03/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MGR5264	P00PD0019U	31/03/2017	72930	251 * I
MHM8251	P00PD0017S	11/03/2017	52070	169
MHQ4280	P012X000KW	30/03/2017	51851	167
MHX8502	P013A000HL	18/03/2017	65300	228
MIF8990	P013A000G1	13/03/2017	76332	ART 252, UNICO
MIG3901	P01300017Y	04/04/2017	51851	167
MIQ5381	P012X000GR	07/03/2017	55090	181 * XIII
MIR4559	P00PE001GP	02/04/2017	65300	228
MIX0563	P013A000FW	12/03/2017	54950	181 * XII
MIX4030	P00PD0015H	02/03/2017	51851	167
MJN2086	54238320N	04/04/2017	50020	257 8\$
MKE2590	P013A000FO	10/03/2017	74550	218 * I
MKG0774	P00PE001FZ	31/03/2017	76332	ART 252, UNICO

MKR0550	P00PD0017N	08/03/2017	51851	167
MKR3078	P00PE001G0	31/03/2017	51930	168
MKW5219	P00PE001GU	04/04/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MKX0619	P00PE001GV	04/04/2017	57380	186 * II
MKZ6400	P013A000E4	01/03/2017	54521	181 * VIII
MKZ6400	P00PE001DS	09/03/2017	54521	181 * VIII
MLA8126	P012X000LM	03/04/2017	76332	ART 252, UNICO
MLU1180	P012X000HY	14/03/2017	51852	167
MMA6262	P012X000L6	30/03/2017	51851	167
MMC2391	P013000142	10/03/2017	54600	181 * IX
MMD7689	P012X000KQ	30/03/2017	76252	ART 181, XX
MMJ3316	P01300015G	23/03/2017	60501	208
OKH7398	P012X000GL	07/03/2017	55680	181 * XIX
QHS9905	P00PD001BA	08/04/2017	55250	181 * XV
QIM0900	P012X000FZ	27/02/2017	54522	181 * VIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

WILMAR ANTUNES PEREIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**VITOR MEIRELES**

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8390 516/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8390 516/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXI0702	55483411D	22/06/2012	65992	230 * V	191.53
MGD8219	55486983D	26/01/2013	70301	244 * I	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 515/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8390 515/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXX6911	54989667F	09/03/2017	51851	167
MFB1053	54989666F	08/03/2017	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN  
DELEGADO DE POLICIA

**XANXERÊ**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8090 2230/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8090 2230/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMC6174	P01L40005K	21/12/2016	65992	230 * V	293.47
AWQ9271	P01KA000C2	09/01/2017	53200	176 * V	1467.34
MAP1185	P01L500070	20/01/2017	50100	162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8090 2231/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERE - DEMUT - 283830

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8090 2231/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ARR9059	54029746G	04/01/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AVH5883	54032579G	17/08/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	127.69
AWH5736	54029714G	30/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AWQ9271	P01KA000C1	09/01/2017	53470	178	130.16
AXI4997	54023955G	01/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CER6376	54023977G	02/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CWI8191	P01L2000AA	26/12/2016	51930	168	293.47
CYC2666	54028438G	09/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CYC2666	54028226G	25/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CYC2666	54028225G	25/11/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
FNM2113	54024012G	03/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
HDQ5591	54029674G	28/12/2016	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

IIZ3886	54028249G	28/11/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
IMB0854	55716849E	16/01/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
IUU7762	54028781G	10/12/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
LXA4337	54029733G	03/01/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
LXB4463	54029720G	30/12/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
LXC6326	P01KA000BE	25/12/2016	58000	192		195.23
MCS0574	54029721G	02/01/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MDH4834	54028302G	29/11/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MDR3202	54023961G	01/02/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MEM0940	54028778G	10/12/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MFL3964	54028148G	03/12/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MFL9294	54029743G	03/01/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MGK4594	54028874G	14/12/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MGL2843	P01L20009W	09/12/2016	55411	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MHS6789	54029710G	30/12/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MIE3377	P01L00008G	12/01/2017	57200	186 * I		195.23
MIH2797	P01L00008V	20/01/2017	54521	181 * VIII		195.23
MIQ7286	54028298G	29/11/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MJB8374	P01L2000CJ	17/02/2017	51851	167		195.23
MJM9584	P01KA0009X	02/12/2016	51852	167		195.23
MMB3257	54028787G	10/12/2016	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MMH2566	54219534N	17/01/2017	50020	257 8\$		195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

CLARICE BEATRIZ SERENA  
COORDENADORA DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2228/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2228/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARG8555	P01L100034	03/04/2017	50450	162 * V
CFF9934	P01L50009P	31/03/2017	66102	230 * VII

CSP2766	P01L50009O	31/03/2017	50450	162	* V
ICR8121	P01L50008P	14/03/2017	50100	162	* I
ICR8121	P01L50008Q	14/03/2017	51180	164	c/c 162 * I
IDN8222	P01L50008D	06/03/2017	69120	232	
IDN8222	P01L50008E	06/03/2017	51180	164	c/c 162 * I
IDN8222	P01L50008F	06/03/2017	65992	230	* V
MDB1516	P01L0000BE	10/03/2017	65992	230	* V
MDB1516	P01L0000BF	10/03/2017	66700	230	* XIII
MDW4396	55013727F	13/03/2017	50100	162	* I
MEV9894	P01WM0000X	14/03/2017	50450	162	* V
MEZ3050	P01L50008I	13/03/2017	50100	162	* I
MLD7310	P01L400080	31/03/2017	51691	165	
QHO0898	P01KA000FV	31/03/2017	65992	230	* V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2229/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERE - DEMUT - 283830

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2229/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADR9365	54024180G	14/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AEB8631	54024398G	28/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AFO9456	54025585G	18/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AIF4869	54024356G	24/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AKO2200	54025044G	15/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ANV4094	54025618G	17/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
APG9035	54025611G	17/03/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AWK2916	P01L2000H8	01/04/2017	51851	167
AXF1610	P01KA000ED	27/02/2017	73662	252*VI
BMF8546	54024408G	28/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
CCS0468	54024321G	22/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

CDN8318	54025583G	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CLC7812	54025559G	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CMC1512	54024146G	11/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CSE6612	54024136G	10/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CTB1710	54025571G	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DSW3930	54024303G	21/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
GYN4691	54024171G	14/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
GYO0592	54025648G	21/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HPP7800	54025590G	18/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IBD4327	54025004G	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IGN9336	54025049G	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IQB0456	54228444N	01/03/2017	50020	257	8\$	
ITB4490	P01L2000DJ	28/02/2017	51851	167		
JVD8752	P01KA000EG	28/02/2017	51851	167		
LWW1681	P01KA000FB	06/03/2017	51851	167		
LYL7767	54024234G	17/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYR2226	54024324G	22/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYR3826	54025577G	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZN1493	54024293G	21/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZW0890	P01L2000HE	03/04/2017	51852	167		
MAX4718	54024355G	24/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBN0489	54024271G	20/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBN0489	54024109G	09/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBZ5287	54025625G	20/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCB0045	54024226G	16/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCG3684	54024185G	14/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCP5028	54024134G	10/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCV8723	P01L2000H6	01/04/2017	51851	167		
MDA6377	54024281G	20/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDD1388	54025055G	21/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDN2428	54025619G	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDN2428	54025576G	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDN2428	54025045G	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDR3202	54024601G	10/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDV0036	55716833E	21/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFA4742	P01KA000ER	04/03/2017	76252	ART 181,	XX	
MFE3638	54024633G	13/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFF2357	54025038G	15/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFR4661	54024334G	22/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFV9874	54025575G	16/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFZ5259	54024235G	17/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGJ7779	54024143G	11/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGX8134	55716838E	21/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHS3772	54024249G	18/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIG9860	54024296G	21/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIP5934	P01L2000E3	08/03/2017	55411	181*XVII	c/	Lei13146
MIW7268	P01L2000GM	30/03/2017	51851	167		
MJA8403	P01L2000DO	01/03/2017	53800	181 *	I	
MJL7067	P01L0000CJ	01/04/2017	52070	169		
MJP4567	54024209G	16/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJU0113	54024331G	22/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKD1585	54025599G	17/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKG6213	P01L400078	08/03/2017	73662	252*VI		
MKQ5123	55716840E	21/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLA2666	55716839E	21/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLA2666	54024314G	22/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLA8980	P01L2000GU	30/03/2017	51851	167		
MLG2975	54024337G	22/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLJ0455	54024237G	17/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLM2725	54024140G	11/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLR4383	55716836E	21/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLR5251	54024617G	10/03/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLY2908	54024155G	13/02/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

MMA5379	P01L2000H7	01/04/2017	51851	167
MMB3257	54024289G	21/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MMI8919	54024275G	20/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MML9864	P01KA000F9	06/03/2017	51851	167
NVT0148	55716835E	21/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHC0526	54024233G	17/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHG3992	54024257G	18/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHL8940	P01L2000EQ	14/03/2017	54522	181 * VIII
QHP1843	54024262G	18/02/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

CLARICE BEATRIZ SERENA  
COORDENADORA DE TRANSITO

### XAXIM

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8120 1626/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM - 283870

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8120 1626/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAV3161	P00Y2000LX	13/01/2017	52070	169	88.38
APF2084	P00Y2000IM	26/12/2016	54284	181 * V	293.47
ASD6912	P00Y2000J4	27/12/2016	54284	181 * V	293.47
CEI0478	P00Y2000IK	26/12/2016	54522	181 * VIII	195.23
CSF2600	P00Y2000HU	23/12/2016	54284	181 * V	293.47
DCY2241	P00Y2000NQ	30/01/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
DGD1945	P00Y2000HR	23/12/2016	54284	181 * V	293.47
DJF3015	55706011E	14/01/2017	54284	181 * V	293.47
MBE9046	P00Y2000IJ	25/12/2016	54522	181 * VIII	195.23
MDS5376	P00Y2000IF	25/12/2016	54870	181 * XI	195.23
MFK5282	P00Y2000IN	26/12/2016	54284	181 * V	293.47
MFR9768	P00Y2000IH	25/12/2016	54100	181 * IV	130.16
MFR9768	P00Y2000II	25/12/2016	55250	181 * XV	130.16
MFU3856	P00Y2000J5	27/12/2016	54284	181 * V	293.47

MKF1312 P00Y2000HB 23/12/2016 54284 181 \* V 293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

IVO HEIDRICH SILVEIRA  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1624/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1624/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BTP3584	P00Y2000SB	02/04/2017	65992	230 * V
BTP3584	P00Y2000SD	02/04/2017	52900	176 * II
MCF3539	P00Y2000R7	14/03/2017	51691	165
MCF3539	P00Y2000R8	14/03/2017	65992	230 * V
MCF3539	P00Y2000R9	15/03/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCF3539	P00Y2000RA	15/03/2017	50100	162 * I
MCS5180	P00Y2000SJ	03/04/2017	50100	162 * I
MCS5180	P00Y2000SK	03/04/2017	65992	230 * V
MCS5180	P00Y2000SL	03/04/2017	51180	164 c/c 162 * I
MIU1838	P00Y2000SE	02/04/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1625/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM - 283870

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8120 1625/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BTP3584	P00Y2000SC	02/04/2017	53470	178
IPX9048	P00Y2000PH	13/02/2017	54284	181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

IVO HEIDRICH SILVEIRA  
DIRETOR DE TRANSITO

**ZORTÉA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8670 340/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8670 340/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBH9020	P01KJ0003H	17/02/2017	50100	162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ZORTEA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8670 341/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTEA - CMT - 209500

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8670 341/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBH9020	P01KJ0003J	17/02/2017	58350	195	195.23
MJA1499	P01KJ0002L	23/01/2017	65300	228	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ZORTEA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALDIVO VALENTIM SURDI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8670 339/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTEA - CMT - 209500

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8670 339/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

JRI9302 P01KJ0003V 26/02/2017 65300 228  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ZORTEA/SC, 15 DE ABRIL DE 2017.

ALDIVO VALENTIM SURDI  
AUTORIDADE DE TRANSITO